



As Gavetas
da
TORRE DO TOMBO

VIII

(GAV. XVIII, Maços 1-6)



CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS

LISBOA—1970

For under
Room
2686

As Gavetas

de

TORRE DO TOMBO

As Gavetas

da

TORRE DO TOMBO

(GAV. XVIII, Mapas 1-6)



CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS

LISBOA - 1970

As Gavetas

da

TORRE DO TOMBO

VIII

(GAV. XVIII, Maços 1-6)

CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS
OFERTA
LISBOA



CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS

LISBOA — 1970

OFERTA

336460

TR
4952

As Pavetas

Gulbenkiana
XIII



VIII

(GAV. XVIII, Maços 1-6)



CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS

LISBOA - 1970

Introdução

Continua em ritmo normal, com este oitavo volume, a publicação de As Gavetas da Torre do Tombo. Julgou-se que, mercê do critério adoptado de se publicarem todos os documentos relativos ao ultramar e ao estrangeiro, não poderia abranger toda a Gaveta XVIII, como era nosso primeiro intento, ficando apenas a ser constituído pelos seus seis primeiros maços.

Abrange documentação situada entre 1244 e 1641. Entre os assuntos versados alguns haverá que prendem imediatamente a atenção. O primeiro dentre estes será o celeberrimo pleito luso-castelhano a respeito da propriedade das Molucas que terminou pelo acordo entre os dois monarcas ibéricos, pelo qual os Portugueses, mediante o pagamento de 300 000 cruzados ficaram sós em campo. Este assunto, aliás, já tinha sido abordado no sétimo volume. Alguns documentos relativos a esta questão das Molucas não apresentam data, mas, comparando-os com outros, poderão ser fixados no tempo com relativa facilidade. Por ocasião do desenvolvimento desta questão, debateram-se outros pontos duvidosos existentes entre os dois países e que aqui encontram também reflexo. As tréguas entre Portugal e os Estados Gerais das Províncias Unidas, após a vitoriosa revolução de 1640, apresentam aqui bastante eco documental. Esta Gaveta contém igualmente o tratado nesta altura concluído com a Suécia. De 1385 há a especificar a Liga, amizade e confederação entre D. João de Portugal e D. Ricardo da Inglaterra. O tratado de Tordesilhas é também lembrado em alguns documentos de certa importância. Quanto ao Brasil,

pouco há, mas uma carta do seu governador, D. Duarte da Costa, de 1555, é cheia de interesse. Sobre a Índia também não abunda a documentação.

As cópias dos documentos devem-se às distintas paleógrafas: Ex.^{mas} Senhoras Dr.^{as} Donas Belarmina Ribeiro (B.R.), Esther Trigo de Sousa (E.T.S.), Maria Luísa Meireles Pinto (L.P.), Maria Luísa de Oliveira Esteves (M.L.E.), Alice Estorinho (A.E.) e Rosalina da Silva Cunha (R.C.) a quem são devidos os melhores agradecimentos pelo seu trabalho.

À Fundação Calouste Gulbenkian, dinamicamente orientada pelo seu Presidente Doutor Azeredo Perdigão, renovam-se igualmente os nossos mais sinceros agradecimentos. A nossa colecção Gulbenkiana vai aumentando consideravelmente, com manifesto gáudio dos leitores.

Continuam a perguntar-nos a cada passo quantos volumes restam para terminar a publicação de As Gavetas da Torre do Tombo. Como nos mostra a experiência deste oitavo volume, nem sempre o cálculo corresponde à realidade. Era nosso intento inicial publicar-se a XVIII Gaveta num volume só, e aí está a experiência a contrariar o citado cálculo. Desejamos, porém, agradecer as amáveis e encorajantes palavras que de várias origens, nacionais e estrangeiras, temos recebido. Apesar de todos os defeitos, de que estamos conscientes, sabemos que a colecção Gulbenkiana está prestando real serviço à cultura nacional.

Joane, Vila Nova de Famalicão, 23 de Março de 1970.

A. da Silva Rego

GAVETA XVIII

4280. XVIII, 1-1 — Demarcação da granja de Santa Comba de Chaves, feita entre el-rei D. Dinis e o Mosteiro de Boiro. Chaves, 1292, Janeiro, 10. — *Pergaminho. Bom estado.*

4281. XVIII, 1-2 — Instrumento de presença, em Monforte de Rio Livre, dos procuradores de el-rei de Castela para demarcarem a fronteira de Portugal e Leão. 1334, Janeiro, 20 — *Pergaminho. Bom estado.*

[.....] ⁽¹⁾ e trinta e quatro vinte dias de Janeyro conosco todos como em prezença de [.....] ⁽¹⁾ publico tabelyom del rey em na villa de Monfforte de Ryo Livre e o testemoyo que adeamtee he scrito [.....] ⁽¹⁾ Fernandez e Pedro Rodriguez juizes da dicta villa Martim Anes homem de nosso senhor el rey e Pedro [.....] ⁽¹⁾ homem de Domingos Paaez de Bragaa pollos ditos Domingos Paaez e por Paay Anes de Valença, fezerom em o comcelho de Momforte e em Barreiros dante os ditos juizes per mim tabelyom sobredicto duas cartas abertas seelladas do seello de nosso seinhhor el rey das quaes a hua dellas dizia que era tralado do moy nobre senhor rey Fernando rey de Castella e de Leom em qual era contiudo que de prazer dos sobredictos rey de Castella e de Leom e del rey de Portugal e do Algarve emtre todallas outras cousas era contiuda que o emdemtado de Galliza com outros dous quaes el tevesse por bem por el rey de Castella e de Leom e Joham Soarez Alaa e Paay Anes de Valença e Domingo Paaes de Bragaa por el rey de Portugal e do Algarve enqueyram bem e fielmente des hu entra Cooa em Doyro atee hu entra Minho em o mar pellas fromteyras desses reynos per hu suiam a partir o reyno de Leom con o reyno de Portugal de lo tempo de rey Dom Fernando bisavoo deste rey Dom Fernando que agora e rey de Castella e de Leom e per u achassem que fora que fezessem hi meter marcos e devisões pera todo sempre em na outra carta era

⁽¹⁾ *Pergaminho esburacado.*

contiudo que nosso senhor el rey de Portugal e do Algarve de susso-dictos mandavam a Paay Anes e Domingo Paez de susodictos que fossem emqueredores por el rey de Portugal e do Algarve com emdeantado e com outros dous quaes el quiser sobrellos termos dos reynos sobredictos. E se y nom viesse o endeantado a emquerer como dicto he em na carta del rey que elles frontem que eram y por el rey de Portugal e do Algarve pera emquerer assi como era contiudo na carta del rey de Castella da avença que os reys de susodictos fezerom e porque o emdeantado nem outrem nenguum el rey (?) o enquerer assi como sobredicto he nom veerom os dictos Martim Anes e Pedro Estevez polos dictos Domingos [Paez] e Paayo Anes fezerom fronta em o concelho de Monforte e em Barreyros hu eram os juizes que elles estam presentes se o emdeantado vissem per esa fronteyra que logo elles yriam pollos dictos Paayo Anes e Domingos Paez que leixaram em na villa de Melgaço mays que nom vilam o endeantado nem homem por el em testemoyo desta cousa os dictos Martim Anes e Pedro Stevays pedirom ende a mim tabelyom sobredicto este testemoyo. Presentes foram de Monforte Dom Giraldo e Afonso Rodriguez de Corrim Rodrigo Martinz de Filmir Afonso Martinz e Lourenço Martinz e Joam Pirez andador de Monforte e e (sic) Pero Pirez andador de Bareyros Rodrigo Martinz Miguel Lourenço e Salvador Martinz e Domingo Juaaanes e outros moytos e Rodrigo Fernandez juiz e Pero Rodriguez juiz de Monforte.

Eu Pedro Martinz tabellom sobredicto a rogo dos sobredictos presente foy e este testemoyo com mha mão propria escriv y meu sinal y puge que est a tal.

(Sinal público)

(B. R.)

4282. XVIII, 1-3 — Liga, amizade e confederação entre el-rei D. João I de Portugal e D. Ricardo, rei de Inglaterra. (1385, Dezembro, 1). — *Pergaminho. Bom estado.*

Ricardus Dei gratia rex Anglie et Francie et dominus hibernie omnibus ad quos presentes hec pervenint salutem inspeximus tractatum pacis concordie et perpetue amicie inter nos pro nobis heredibus regno tris dominis vassallis et subdictis nostris ex una et carissimum consanguinem nostrum Johannem regem Portugalie et Algarbii pro se heredibus regno tris dominis vassallis et subditis suis quibuscumque ex parte altera modo et forma prout inferius continetur.

Universis Christi fidelibus presentes literas (?) inspecturis nos Ricardus Abberbury Johannes Clanevolbe (?) milites et Ricardus Ronhale legum doctor serenissimi principis et domini domini Ricardi Dei gratia regis Anglie et Francie domini nostri illustrissimi procuratores et comis-

sarii ad infra scripta specialiter deputati salutem in omni salvatore illud pium (?) propositum recte regnancium illaque finalis intencio viste principancium esse debet bonum comune subdictorum privatis preferre comodis talibus que subjectam eis rempublicam munire presidis per que exclusis cecis inquietacionum turbinibus exterminatisque adversancium incursibus plebs fidelisque talibus gubernatur auctoribus nedum augeatur prosperis sed sub optate quietis et pacis amenitate conservetur continue in adversis quod revera tunc apcius procurare speratur cum christianissimi reges et principes in vera unitate et obedientia sacrosancte Romane Ecclesie persistentes in unam mentis consonanciam conveniunt et invicem indissolubilis amoris federe copulantur hoc siquidem serenissimus princeps et dominus noster metuendissimus supradictus in profunde consideracionis sue revolvens examine nobis tractandi et firmandi nomine suo (?) ligas amicitias et confederaciones reales et perpetuas cum nobilibus et discretis viris domino Fernando Magro Ordinis Milicie Sancti Jacobi in regnis Portugalie et Algarbie et Laurencio Johannis Fogaça milite cancellario Portugalie ambassatoribus procuratoribus seu nunciis illustrissimi consaguinei sui domini Johannis Dei gratia regis Portugalie et Algarbii ad presenciam prefati serenissimi domini nostri propter eum transmissis per literas suas patentes magno sigillo suo munitas quarum tenor inferius describitur potestatem comisit et attribuit in cujus vigore cum ambassatoribus et nunciis domini regis Portugalie supradictis a prefato domino suo ad infra scripta facienda potestatem seu procuratorium sub sigillo plumbeo ex parte domini sui exhibentibus cujus etiam tenor inferius describitur ligas amicitias confederaciones seu uniones reales firmas et perpetuas tractavimus et post varias dietas concordavimus sub hac forma

¶ In primis namque tractatum est et finaliter concordatum quod propter bonum publicum et quietem regum et subditorum utriusque regni sint et immolabiliter ac perpetuo permaneant inter reges modernos supra dictos eorumque heredes et successores ac subditos utriusque regni lige amicie confederaciones et uniones firme perpetue et reales nedum pro ipsis et eorum heredibus et successoribus set pro regnis tris dominis et patriis eorumque subditis vassallis alligatis et amicis quibuscumque adeo quod alter eorum teneatur alteri succursum facere et adiutorum impendere contra omnes homines qui possunt vivere et mori qui partem alterius ledere seu statum depravare quomodolibet molirentur domino nostro Summo Pontifice Urbano Moderno suisque successoribus canonice intransitibus dominis Venzeslao Dei gratia rege romanorum et Bohemie et Johanne eadem gratia rege Castelle et legionis duce Lancastre avunculo perfati illustrissimi domini nostri per parte ejusdem dumtaxat exceptis.

Item tractatum est et unanimiter concordatum quod omnes et singuli vassalli vel subditi regnorum triarum et dominorum supradictorum etiam si prelati duces comites barones milites clerici scutiferi mercatores seu alii cujuscumque preeminencie status vel condiciones extiterint pote-

runt salvo et secure pars videlicet una alterius regnum trias et domina intrare et cum ipsis subditis mutuo conversari et mercari abidemque morari ad lares proprios reverti vel quocumque placuit se divertere adeo libere et pacifice sicuti in propria patria hoc liceret et quod una pars in regnis tris et dominis alterius adeo amicabilem receptetur et honeste tractetur in singulis partibus ad quas declinare contigerit sicuti gentes dictarum parcium paris status et conditiones tractari debeant aut solebant soluendo regi et aliis dominis parcium predictarum custumas et deuiam in partibus illis solui hactenus consueta necnon custodiendo leges et statutu regum et triarum supradictorum ubi sic ut supradictum est intraverunt vel eos morari contigerit.

Item mutuo concordatum est quod nullo modo liceat dictis regibus nec aliam subditorum terrarum et dominorum predictorum cujuscumque gradus status seu conditionis extiterint dare seu facere quovismodo consilium auxilium vel favorem trie vel domino sive vacorum que alti parti eorumdem inimica fuerit vel rebellis nec inimicis hujusmodi naves galeas seu quevis alia navigia que in gravamen alterius partis cedere poterunt quovismodo locare vel concedere seu aliquod aliud suffragium cujuscunque generis vel nature fuerit hujusmodi inimicis vel rebellibus quocumque titulo coopertura palliacione vel colore directe vel indirecte publice vel occulte quovismodo facere vel succursum inimicis seu rebellibus hujusmodi qui in gravamen alterius partis cedere possit impendere vel prestare quin potius quilibet dictorum regum et regnorum triarum et dominorum suorum et heredum ipsorum inimicos et rebelles alterius eorumdem ut eorum proprios et capitales inimicos vitare persequi et destruere totis viribus teneantur et siquis dictorum subdictorum contra premissa seu aliquod premissorum aliquid attemptasse convictus extiterit absque diffugio vel simulacione puniri debebit legitime ad beneplacitum et voluntatem illius regis cujus offensum sic fuerit attemptatum.

Item est concorditer ordinatum quod si futuris temporibus una pars regum predictorum heredum ve suorum indigeat alterius supportacione vel succursu et pro herendo (?) hujusmodi auxilio partem alteram legitime requisierit quod pars requisita hujusmodi auxilium seu succursum parti requirenti si et quatenus propter occurrencia sibi regnis tris dominis et subdictis suis pericula hoc facere poterit cessante dolo fraude seu ficcione quibuscumque facere teneatur et ad hoc faciendum ut premititur per presentes ligas firmiter obligetur requirentis tamen ronabilibus sumptibus et expensis prout inter dictos reges vel eorum deputatos seu consilia poterit concordari proviso semper quod requisicio auxilii seu succursus hujusmodi fiat per sex menses antequam execucionem demandari debeat.

Yn super ordinatum est quod omnia bona mobilia et se movencia cujuscumque generis extiterint seu speciei que per gentes alicujus regum predictorum heredum ve aut successorum suorum in obsequio alterius ipsorum regum existentes super inimicos regis auxilium vel succursum

requerentis adquiri contigerit et lucrari fuit ipsius regis et gencium suarum inconcusse qui succursum fecerit vel auxilium ad disponendus de eisdem sedium (?) consuetudinem in regno suo usitatam proviso semper quod si per mare huiusmodi bona hostiliter capiantur tercia pars eorumdem erit illius regis qui sumptus et expensas principaliter fecerit in hac parte ad nocendum et resistendum inimicis predictis.

Si autem aliquos duces bellorum vel conflictuum seu magnos capitaneos super mare vel terram de inimicis huiusmodi capi contigerit statim sine contradiccione quacumque ipsi regi qui in premissis sumptus presterit et expensas fecerit principales pro dicta armata facienda liberentur et illius fuit salva tamen remuneratione sive riguardo competenti per ipsum regem facienda illi vel illis qui dictos duces vel capitaneos huiusmodi ceperint prout poterunt inter se seu per suos deputatos ronabiliter convenire bona vero immobilia puta trie ville castra et similia si per gentes unius dictorum regum heredum vel successorum suorum super inimicos alterius illorum in vasa fuerint et optenta ad que de iure alteri ipsorum regum heredum vel successorum suorum jus compeclerit in hac parte et ad ea alias jus habuerit persequendi ubicumque fuerint bona illa et in quibus regnis vel dominis eidem regi Anglie vel Portugalie cui illorum in illis partibus iure hereditario vel alia via juris legitima daretur accio et jus hereret alias persequendi protinus liberentur absque contradiccione vel difficultate quacumque. Item concordatum est quod si aliquis parcium predictorum aliquid scire explorare seu sentire poterit quod aliquod dampnum malum vel vituperium seu gravamen contra partem duam ordinatum tractatum vel ymaginatum extiterit per triam vel per mare publice vel occulte quod hoc toto (*sic*) possesuo impedit sicuti dampnum et vituperium partis sue proprie impediri optaret procurabitque et faciet factum huiusmodi cum debitis circumstanciis parti alteri contra quam sic ymaginatum extiterit cum quacumque possibilitate perferri dolo fraude et ficcione cessantibus quibuscumque.

Item concordatum est quod nulle treuge (?) seu guerrarum sufficientie per triam vel per mare per alterum regum predictorum heredum ve suorum de cetro capiantur nisi alter rex regna trie et dominia (?) sua ejus quod subdicti comprehendantur in eisdem ut eorum beneficio orti et gaudere valeant si eis expediens videatur.

Item si temporibus futuris contigerit quod absit quod aliquid contra presentes alligancias (*sic*) per subditos alterius regum predictorum heredum ve suorum contra alue (?) per aliquas incursiones invasiones castorum villarum seu fortalicionum captiones depredaciones derobationes personarum seu rerum captiones aut detenciones vel quovis alio modo attemptatum fuerit seu quomodolibet (?) injuriatum quod rex ille cujus subditi taliter attemptaverunt et injuriati fuerint et heredes sui pro tempore existentes teneantur et et quilibet eorum tempore suo teneatur reparare reformare emendare et ad statum debitum attemptata huiusmodi reducere ac delinquentes huiusmodi debite corrigere et punire ad

voluntatem et discrecionem illius regis cui sic injuriatum extiterit cum omni celeritate qua cicius fieri poterit et ad minus infra sex menses postquam super reformatione et punicione hujusmodi fiendis fuerint debite requisiti vel eorum aliquis inde fuerit requisitus fraude dolo dilacione et malicia cessantibus quibuscumque proviso semper quod presentes alligancie pro tanto non censeantur seu hereantur in aliquo fracte dissolute seu irritate sed semper in suo robore remaneant et virtute et ulterius pro conservacione dictarum alliganciarum forcius ordinatum existit quod pro nullo articulo supra scripto neque pro omnibus simul invictis etiam si mors vel mutilacione personarum ex eisdem fuisset quod absit subsecuta neque pro quacumque alia violencia que fieri seu primachinari (*sic*) poterit cujuscumque foret qualitatibus vel condicionibus presentes alligancie dissolvere poterint seu infringi quatinus (?) semper attemptata ut primitur reformari debebunt presentibus sigis in suis firmitate et robore nichilominus continue duraturis set si contingeret futuris temporibus quod absit quod unus primissorum regum heredum ve suorum pro tempore existentium per se subditos suos vel alios de eorundem regum mandato voluntate approbacione vel consensu vellent seu vellet contra formam et effectum alliganciarum et amiciclarum predictorum contra alterum de facto malignari faciendo fieri ve per se vel suos aut fieri permittendo seu procurando parti alteri apertam guerram per triam vel per mare vel alias prefatum partem alteram dampnificando vel molestando quovis quesito titulo vel colore ordinatum est et unanimitate concordatum quod pars illa que excessum et injuriam seu violenciam hujusmodi commiserit perdat beneficium presencium ligarum ad partis alterius contra quam sic attemptatum fuerit voluntatem et quod ipsa pars injuriata prefatas alligancias in prejudicium alterius si hoc voluerit infringendi vel alias ipsis ligis in favorem prefate partis injuriare in suo robore permanentibus ad reformationem attemptatorum per quas-cumque vias sibi magis expediens videbit procedendi absque aliqua nota perjurii infante seu cujuscumque alterius pene seu culpe liberam habeat opcionem.

Item ordinatum est quod omnes heredes et successores regum predictorum singuli suis temporibus successivis infra annum a die coronacionis sue continue computandum teneantur et quilibet eorum tempore suo teneatur presentes alligancias solempniter et publice in personarum nobilium et autenticarum presencia jurare ipsasque renovare ratificare confirmare sub testimonio publico et sigillis majoribus eorundem super quibus sic juratis renovatis approbatis et confirmatis teneantur literas seu documenta publica conficere et ipsas literas sigillo suo majori ut premititur communitas parti altera cicius quo comode fieri poterit cum persona secuta et fidedigna transmittere seu destinare fraude dolo malicia seu negligencia cessantibus quibuscumque.

Item ordinatum est quod presentes lige postquam concordate scripte et sigillate fuerint nedum per nos commissarios et procuratores supradictos

in animabus dominorum nostrorum predictorum set (*sic*) per prefatos dominos reges principales solempniter jurentur priusquam partibus liberentur.

Tenor vero mandati sive procuratorii per serenissimum principem dominum nostrum dominum regem Anglie et Francie illustrem nobis in hac parte attributi de quo superius fit mencio sequitur in hec verba.

Ricardus Dei gracia rex Anglie et Francie et dominus Hibernie omnibus ad quos presentes litere pervenerint salutem. Notum vobis facimus quod de fidelitate probata industria et circumspeccione providis dilectorum (?) et fidellum nostrorum Ricardi Abberbury Johannis Clauvolbe militum et Magri Ricardi Ronhale legum doctoris plenissime confidentes ad tractandum conveniendum et concordandum cum nobili et potenti principe consanguineo nostro carissimo Johanne rege Portugalie seu ad hoc per eum deputatis mandatum sufficiens herentibus super quibuscumque ligis confederacionibus et amicis inter nos subditos nostros regna et dominia nostra quecumque ex una et ipsum consanguineum nostrum carissimum subditos suos regna et dominia sua quecumque ex altera parte ac etiam de modo forma et quantitate auxilii subvencionis seu subsidii huic inde tempore necessitatis mutuo ministrandi et de comicacionibus inter subditos huic inde in mercimoniis et aliis licitis secure faciendum nec non super omnibus et singulis articulis quantumcumque specialibus qui ligas confederaciones seu amicicias inter nos et ipsum consanguineum nostrum carissimum firmandere concernere poterunt quovismodo non eorum incidentibus emergentibus dependentibus et connexis ac omnia que sic tractata concordata et conventa fuerint cum onum securitate debita et honesta in hoc casu firmandum (?) consimilemque securitatem pro nobis et nomine nostro petendum stipulandum et recipiendum mandumque in animam nostram quod tractata conventa et concordata hujusmodi rata herebimus et grata nec aliquid procurabimus vel faciemus per quod tractata et concordata hujusmodi effectu debito frustrari poterunt seu quomodolibet (?) impediri ac juramentum consimile ab eodem consanguineo nostro carissimo seu ejus deputatis petendum exigendum et recipiendum ceteraque omnia et singula facienda exercenda et expedienda que im premissis et circa ea necessaria fuerint seu quomodolibet oportuna ac que qualitas et natura hujusmodi negotii exigunt et requirunt et que nosmet ipsi facere possemus si personaliter interessemus eciam si talia forent que mandatum exigerent quantumcumque speciale ipsos Ricardum Johanem et Ricardum et duos eorum nostros legitimos et indubitatos procuratores negociorum gestores commissarios deputatos et nuncios speciales facimus creamus ordinamus et constituimos per presentes promittentes bona fide et in verbo regio ac sub ypoteca et obligacione omnium bonorum nostrorum presencium et futurorum nos ratum et gratum perpetuo heriturus quicquid per dictos procuratores nostros vel duos eorum actum gestum seu procuratum ferit in premissis et singulis primissorum aliis mandatis seu procuratoriis nos-

tris in suo nichilominus robore duraturis in cuius rei testimonium has literas nostras fieri fecimus patentes sigilli nostri magni appositione communitas.

Datum in palacio nostro Westmun (?) xij die Aprilis anno regni nostro nono.

Tenor autem potestatis seu procuratorii per ambassatores et nuncios domini regis Portugalie exhibiti de quo superius mencio heretur sequitur et est talis.

Johannes Dei gratie Portugalie et Algarbil rex universis presentes literas inspecturum notum facimus quod vos de probitate fidelitate legalitate et circumspeccionis industria nobilitum et discretorum virorum dominorum Fernandi Magrum Ordinis Milicie Sancti Jacobi in predictis regnis nostris Portugalie et Algarbil et Laurencii Johannis Fogata militis cancellarii nostri plenarie confidentes ipsos simul facimus constituimus ac etiam ordinamus nostros certos veros legitimos et indubitatos procuratores actores factores et negociorum nostrorum infrascriptorum gestores ac nuncios speciales. Itaque unus sine altero nequeat expedire dantes et concedentes eisdem plenam et liberam potestatem ac mandatum speciale pro nobis et nomine nostro tractandi inveniendi paciscendi concordandi et firmandi cum serenissimo principe ac domino Domino Ricardo rege Anglie ac illustri et magnifico principe et domino Domino Johanne rege Castelle et regionis ac duce Lancastre et quibuscumque viris inclitis ac nobilibus et personis aliis cujuscumque dignitatis honoris status et conditionis existant quoscumque tractatus colligacionis anexacionis unionis confederacionis et amicitie de quibus eisdem procuratoribus nostris videbitur nomine et vice nostra super gentibus armorum et flecheris ad nos ad auxilium nostrum et dictorum nostrorum regnorum mittendis submodis formis convencionibus condicionibus obligacionibus paccionibus de quibus eis videbitur necnon contrahendi mutuum et mutuo recipiendi eisdem nomini et vice cum et a quibuscumque personis sub quibuscumque obligacionibus convencionibus unionibus pactis et condicionibus illas pecuniarum quantitatesque prosolvendis gentibus armorum et flecheris ac aliis negociis nostris et predictorum regnorum nostrorum gerendis per eos erunt necessarie seu etiam oportune et ulrandum et promittendi in animam nostram quod nos omnia et singula per eos tractata inita concordata et firmata cum eis tenebimus et observabimus et in nullo contravenimus.

Et generaliter omnia alia et singula faciendi tractandi paciscendi et concordandi que in premissis et circa premissa et premissorum quolibet nectria (?) fuerint seu etiam oportuna. In super nos ex nunc approbamus et ratificamus omnia et singula tractata inita concordata et hactenus mutuo recepta et alia (?) quomodocumque gesta honorem et utilitatem nostros ac regnorum nostrorum concernencia per prefatos procuratores nostros et eorum quemlibet hucusque quoquomodo eaque rata grata atque firma herentes promittimus observare et contra ea nulla tenus contraire et de mutuis per eos et quemlibet eorum receptis

plenarie satisfacere sub penis obligacionis convencionibus paccionibus modis et formis per eos et eorum quemlibet habitis tractatis initis concordatis et firmatis renunciantes in predictis et circa predicta et eorum quodlibet omnibus excepcionibus tam juris quam facti que nobis competunt vel competere possunt quomodolibet in futurum.

Nos etiam ex nunc heremus et herere promittimus ratum gratum et firmum quicquid per supradictos procuratores nostros et eorum quemlibet usque nunc actum tractatum initum concordatum firmatum et gestum fuerit et decreto (?) per ambos simul per iter fuerit in futurum ut prefertur in premissis et premissorum quolibet et circa ea seu alia (?) modo quolibet procuratum sub ypotheca et obligacionem bonorum nostrorum et regnorum predictorum onum presencium et futurorumque ad hoc specialiter et expresse obligamus in quorum testimonium presentes nostras literas per nostrum notarium publicum infrascriptum fieri et publicari mandamus nostrique sigilli fecimus appensione muniri.

Datum et actum in civitate nostra Colimbriensis decima quinta die mensis Aprilis de anno nativitatis Domini millio tricentesimo octuagesimo quinto sub era millia quadringentesima vicesima tercia presentibus reverendo in Christo procuratore ac domino Domino Johanne episcopo Elborensis Gundissalvo Menendi de Vasconcellis Valasco Martini de Miloom militibus Egidio de Sensu Johanne de Regulis et Martino Alfonsi legum doctoribus et aliis testibus ad premissa vocatis specialiter et rogatis. Et me Johanne Alfonsi Colimbrorum (*sic*) publico auctoritate supradicti domini regis in universo dominio suo in quo dicta civitas Colimbriensis consistit generali tabellone seu notario qui premissis omnibus et singulis dum ut premittitur per supradictum dominum regem agentur et constituentur una cum dictis testibus presens fui et de mandato ejusdem has presentes procuratorum literas propria manu scripsi et superius interlineam verba omissa in uno loco ubi legitur confederacionis et in alio ubi legitur nunc signoque meo solito signavi in fidem et testimonium premissorum Sancta Maria intercede pro me.

Post hoc nos commissarii supradicta fecimus et prestitimus nomine dicti domini nostri regis et in animam ejus sacramentum corporale ad Sancta Dei Evangelia in presenciam dictorum nunciorum et procuratorum Dei regis Portugallie ad custodiendum presentes ligas nec non tenendum et complendum easdem in omnibus firmiter et legaliter sine fraude malo ingenio et ficcione quibuscumque. In quorum testimonium sigilla nostra propria presentibus apposuimus.

Datum apud Windesore nono die mensis Maii anno Domini millio tricentesimo octogesimo sexto in presenciam venerabilium in Christo patrum dominorum Willi Wynton Johannis Dunolm Walteri Conventrem et Lich (?) episcoporum ac nobilium virorum dominorum dominorum Edmundi ducis Eborum patrum dicti domini nostri regis Willi de Montecacuto Sarum Henrici de Perey Northumber comitum et Simonis de Burley subcamerarii prefati domini nostri regis ac dominorum Willi de

Dighton Johanis de Wenlyngburgh ecclesie Sancti Pauli London canonicorum et Johanis de Rirkeby clerici. Et ego Johannes de Bouland clericus Karleolensis diocer (?) publicus apostolica auctoritate notarius dictarum ligarum amicitiarum confederacionum unionum lecture procuratoriorum exhibicionem et publicacionem ac juramentorum prestationi sigillorum que appositioni prout inferius describitur que premissis omnibus et singulis dum sic ut premittitur per dictos procuratores et commissarios agerentur anno ab incarnatione sedem cursum et computationem Ecclesie Anglicane supradicto indictione nona pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini Urbani divina providencia Pape sexti anno nono mensis Mali die nona in domo capitularii capelle regie collegiate Sancti Georgii infra Castrum regale de Wyndesore Sarum diocer unacum dictis reverendis in Christo patribus nobilibus et testibus supradictis et infra scriptis presens interfui eaque sic fieri vidi et audiui diversis occupatus negociis per alium scribi et in hanc publicam formam redigi feci me tamen subscripsi signumque meum apposui presentibus consuetum rogatus in fidem et testimonium premissorum ac dominus Johannes Claubolbe miles unus procuratorum et commissariorum predictorum sigillum suum ibidem presentibus apposuit subsequenter vero eisdem anno indicione pontificatus mense die tamen ejusdem mense decima septima in quadam camera vocata camera stellata infra paladium regale Westium London diocer Dominus Ricardus Abberbury miles alius procuratorum et comissariorum predictorum presentibus sigillum suum apposuit presentibus tunc ibidem reverendus in Christo patribus dominis Willero Wynton Waltero Conventrem et Lich Episcopis ac aliis in multitudine copiosa testibus ad premissa vocatis specialiter et rogatis. Nos autem tractatus confederaciones convenciones alligancias amicitias pacciones condiciones promissiones federa et quecumque ligamina supradicta nomine nostro ac heredum nostrorum predictorum per sepe dictos procuratores nostros cum memoratis ambassatoribus et nunciis prefati regis Portugalie tractata ordinata conventa inita seu alias disposita in premissas ore regio approbamus laudamus nec non presentibus confirmamus et etiam promittimus pro nobis et heredibus nostris predictis premissa omnia et singula pro perpetuo tenere et non contrafacere vel venire per nos vel alium seu alios sed ea (?) firmiter et ilesa sicut in literas dictorum ligancium seu paccionum plenius contineri noscitur immolabiliter observare in cujus rei testimonium has literas nostras fieri fecimus patentes.

Datum in palacio nostro Westium primo die Decembris anno regni nostro decimo.

Per ipsum regem (?) et consilium

Rinton (?)

(B. R.)

4283. XVIII, 1-4 — Confirmação dos privilégios e liberdades aos moradores de Almendra e Castelo Melhor. 1411, Abril, 4. — *Pergaminho. Bom estado. Selo pendente.*

4284. XVIII, 1-5 — Doação dos direitos e rendas do serviço real e génese dos judeus à rainha D. Leonor. Évora, 1491, Abril, 10. — *Pergaminho. Bom estado. Selo pendente de chumbo.*

Dom Joham per graça de Deus rey de Portugal e dos Alguarves daaquem e daalem maar em Afriqua senhor de Guínee. A quamtos esta nosa carta de doaçam virem fazemos saber que esguardamdo nos ao muyto amor e booa vomtade com que a Senhora Rainha Dona Lianor minha sobre todas muyto preçada e amada molher nos leixou as villas de Torres Novas e Torres Vedras e Alvayazer com suas remdas direytos jurdiçam padroados com que lhas nós tínhamos dadas e esta pera aas daarmos aa princesa Dona Ysabel minha muyto preçada e amada filha e deshy por lhe fazermos graça e merce teemos por bem e lhe damos e fazemos pura irrevoguavel doaçam em sua vida das nosas remdas e direytos do serviço reall e genesim dos judeus da nosa cidade de Lixboa. E esto todo em refeçam e paguamentos das remdas e direitos das ditas tres villas de Torres Novas e Torres Vedras e Alvayazer que nos asy leixou pera a dicta princesa.

¶ Porem mandamos ao noso contador moor da dita cidade e a quaaesquer outros a que ho conhecimento desto pertemcer que tanto que vyer ho mes de Janeiro do anno que vem de mill iij^o e novemta dous metam loguo a dita senhora rainha em pose dos direytos do dito serviço reall e genesim e lhos leixem daaquy em diamte aver e mamdar arrecadar e receber e fazer delles o que lhe aprouver como de sua cousa propia e reall posisam porquanto nos lhe fazemos asy doaçam e mercee na maneira sobredita. Porem com este emtemdimento que vindo caso que ha dita princesa falleça da vida deste mundo primeiro que ha dita senhora rainha e sendo lhe tornadas as ditas tres villas de Torres Novas e Torres Vedras e Alvayazer com todas suas rendas e direytos com que as ella leixou pera as darmos aa dita princesa que emtam ella dita senhora rainha nos leixe as remdas e direytos do dicto serviço reall e genesim de Lixboa pera se delles fazer o que nosa merce for. E o dito contador moor fara registrar esta nosa carta em o noso livro dos proprios da dita cidade pera per ella se saber na maneira em que esto teemos dado aa dita senhora rainha sem outro embargo que huns e outros a ello ponham e por firmeza dello lhe mandamos dar esta nosa carta com outorgua do princepe noso sobre todos muyto muyto preçado e amado filho e asynada per nos e aselada do noso seello do chumbo.

Dada em a nosa cidade d'Evora a x dias do mes d' Abril. Joham do Porto a fez ano do nascimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mill iij^o e novemta huum.

Outrosy vymdo tall caso a dicta rainha nos leixara a cidade de Sillves e villa de Faram com todas suas remdas e direitos [.....] (1) lhe tambem per outra nosa carta teemos dado em satisfaçam das dictas tres villas que nos asy leixou e asy e na maneira que ho ha de fazer nas dictas remdas da sisa judemga e jenosim e nesta carta he comtheudo.

El rey

Principe

De Castel'Branco

Per que Vosa Alteza faz doaçam aa senhora rainha em sua vida dos direytos da sisa judemga e genesim da judaria de Lixboa em desconto das remdas e direitos de Torres Novas e Torres Vedras e Alvaiazer que leixou pera a princesa os quaaes começara d'aver de Janeiro de IRIj em diamte e vindo caso que ha dicta princesa faleça primeiro que ha dita senhora rainha nom avera ela mais a dita sisa judemga porque entam lhe ham de ficar as ditas villas e direitos delas que se lhe ham de tornar.

(B. R.)

4285. XVIII, 1-6 — Obrigação (cópia da) que fizeram os jangadas da fortaleza de S. Tomé de Coulão ao capitão da mesma fortaleza, Pedro Alvares de Faria. Coulão, 1566, Agosto, 13. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Tem junto:

Carta de Pedro Alvares de Faria, capitão da fortaleza de Coulão, a el-rei D. Sebastião, na qual lhe fala de seus serviços e a respeito do ajuste que fizera com um gentio, para que todos os anos lhe desse mil quintais de pimenta. Caalecoulão, 1567, Janeiro, 5. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Obrigação que fizerão os jangadas da fortaleza Sam Thome de Coulão novamente adqueridos per Pedro Alvarez de Faria capitão da dita fortaleza o anno de 566.

Aos treze dias do mes d'Agosto de mil e quinhentos e sesenta seis annos estando na ramada desta fortaleza Sam Thome de Coulão Pedr'Alvarez de Faria capitão dela por el rey nosso senhor e asi os muito reverendos padres ho padre vigario Sebastião Fernandez Madeira he o padre Francisco Lopez rector do collegio de São Paulo e bem asi o padre frei Antonio de Goa goardião do mosteiro de São Francisco desta fortaleza he Simão

(1) *Pergaminho roto.*

Moreira escrevaão desta feitoria e Fernão Semmedo juiz ordinario e bem así hos mais fidalgos cavaleiros moradores desta fortaleza aqui abaixo asinado loguo ahy vierão ter os goripos a saber Camacha goripo e seu irmão Cochão goripo que ho pay pelo goripo naturais desta terra mui principaaes e de maiores forças e vallias e omra que todos os da terra e por jaa o dicto capitão o ter sabido deles que querião aceytar serem jamgadas desta terra e fortaleza he serem deles seguir a banda e ser vasalo del rey do Cheravaa e o outro do rey do Chenganate reis desta terra e seus limites e serem ambos irmãos e cada hum em forças muy poderosos e por se ver que isto compria muyto a quyetação desta fortaleza e bem deste povo e da christandade dos que novamente se convertem a nosa sameta fee catoliqua e bem así muy inportante ao que cumpre ao serviço del rey noso senhor e bem da pimenta e careguadas naaos pelo qual o dito capitão em nome del rey nosso senhor os aceytou por jamguadas e os moradores desta fortaleza os aceytarão em nome do dito povo e prezença dos moradores acima nomeados por jangadas aos ditos Camacha guoripo e seu irmão Cochady goripo e se obrigou ho dito capitão de aver confirmação do viso rey deste comcerto e pauto que hora fizerão e lhe daa de tença e ordenado em nome del rey noso senhor como a seus vasalos cymquoenta patações em cada hum anno a saber a cada hum vinte cimquo os que eles tomão de moradia e acostamento e se obrigarão na maneira segumte. Que eles dixerão por sua boqua e prometerão diante dele dito capitão e os mais moradores e povo sendo toopas e limgoa Antonio Fernamdez que serve de limgoa de Caalecoulão por el rey noso senhor. E decrarou o que eles prometião e jurarão seu acostumado juramento e que prometerão obidliencia e vasalagem a el rey noso senhor e morrerião por seu serviço e acuderião a esta fortaleza de noyte e de dia e os mais capitulos aqy habaixo declaraados.

Item que eles guoripos d'oje pera senpre se fazem vaasalos e jangadas del rey de Portugal e desta fortaleza pera morrerem eles e seus vasalos pelos capitães he portugueses desta fortaleza contra todos os reis e senhores que quizerem estrovar e desffavorecer as cousas dell rey de Portugal e o seu serviço a saber a christandade e os christãos e a pimenta aos christãos que morrão nas terras de Coulão não lhes levarem mais que aquilo que era costume pagarem antigamente e quoado lhe fizerem allgũa força ou agravo acudirem a ysso conforme ao mandado e querer do capitão naquylo que foor rezão e justo porquoamto muitas vezes os christãos dão emformações falsas o capitão se enformaraa dos ditos goripos jamguadas e homens omrados desta fortaleza e antigos conforme as suas emformações acudirão a isso.

Item todo christão que for preso dalgum gentio ou lhe for tomado allgũa cousa eles acudirão a isso e darão a emformação do negocio ao capitão e conforme ao que for justiça e rezão acudirão a isso.

Item que se não levem mais jumquões dos que antigamente se acostumavão a levar porque os antigos o capitão lhos faraa pagar e querendo os gentios acrescentar algum ou por outros de novo eles acudirão a ysso así he da maneira que o dito capitão ordenar com parecer dos homens velhos e omrados da terra.

Item que eles serão obriguados tendo o capitão guerra com algum dos reis ou cheravaa ou chemganaate ou com ambos juntamente virem se eles meter nesta fortaleza e serem em hajuda he favor dos portugueses hate perderem a vida e se for neseçario e o dito capitão mandar que ambos se paasem pera quoaquer dos reis que forem em ajuda e favor das cousas del rey de Portugal e desta fortaleza o fazerem muito inteiramente.

Item que acudirão toda a pimenta que se premder não sendo por o capitão não querer pagar os jumquões ateguora a feytura desta acostumados a pagar porque paguamdo o dito capitão dos reis todo o jumquão da pimenta ategora acostumados e premdendo esa allguem eles acudiram a isso com todas suas forças e o farão vir a este pezo que estaa ao pee da fortaleza del rei noso senhor he alen disto trabalharem por fazerem vir ao peso toda a pimenta que posível foor.

Item virem a esta fortaleza cada oyto dias saber do capitão se tem algũa nesecidade de suas pessoas e estarem senpre prestes e aparelhados pera todo serviço del rey de Portugal que lhe o dito capitão requerer o acompanhar em tudo o que elle quiser.

(2) Item que se causo for que quoaquer dos reis ou ambos juntamente ou quoaquer senhor ou goripo desta terra por eles jamgadas fazerem as cousas del rey de Portugal e ao que cumpre a bem da christandade e ao que lhe mandar o capitão ou ao bem da pimenta per a carregua lhe fazerem guerra o dito capitão seja obriguado com sua pessoa e todos os portugueses serem em sua ajuda e favor e desbaratarem e destroyrem todos os que lhe fizerem guerra por elles fazerem e amdarem sobre as cousas que asima ditas apomtão como a vasalos que são del rey de Portugal e jamguadas desta fortaleza pera que juntamente todos así vimdos não seja ninguem ousado a querer estrovar ho serviço del rey noso senhor.

Item ho capitão não faça nenhum comcerto nem traato nem distrato acerqua da paaz nem da guerra nem doutra nenhũa cousa com nenhum dos reis nem goripos nem senhores sem eles estarem prezemtes como jamgadas del rey e como homens que am de acudir a todo serviço del rey de Portugal e bem desta fortaleza e pera saberem se são conformes aos costumes da terra.

Item ho capitão não se sirva de nenhuns naalres senão dos seus pera todas as cousas que forem necesarias serem feytas por naayres.

Item que ho capitão mande lançar hum preguão que quoaquer merquador de quoaquer calidade he condição he priminencia que seja posa trazer pimenta a este pezo del rey nosso senhor pouqua ou muita a que tiver a quoaals oras e tempo que quiserem porque o capitão lha mandara pezar sendo emxuta e conforme a que se sempre pesou sem pagarem de corretagem. E ysto porque quoauntos mais merquadores ouverem tanto mais pimenta correraa. E eu Amtonio Vaaz tabeliam publico e judicial em esta fortaleza por ele rey noso senhor fiz aquy este auto com os antigos aquy asima escrytos por mandado do capitão Pedr'Alvarez de Faaria por Simão Moreira escriptvão da feitoria estar emfermo e não poder escrever. E eu dito escriptvão que o esprevi no qual se asinarão todos os asima nomeados os assyma nomeados (*sic*) com os mais aquy asinados.

Tem apenso este outro documento:

(1) Senhor

Pelas'naaos deste anno tive de Vossa Alteza húa carta em que me manda que o sirva avendo que aymda o fazia na sua feitoria e tizouro de Coochim de que me emcaregou o vyso rey Dom Amtão de Noronha como chegou por lhe assy parecer necesario ao serviço de Vosa Alteza e credito deses caregos pera a coorenteza da pimenta que achou muy diferente do que conpria a voso serviço nos quoaals o servy com ho zelo e cuidado que aa ynportancia do negocio conpria e fiz duas cargas e delxey em deposito muita paarte da pimenta que este anno vaay e niso e no mais foi Vossa Alteza de mim servido e sua fazemda olhada e acrecentada o melhor que eu pude e como os negócios da pimenta em Coochim são mais corentes que nesta fortaleza de Coulão e tambem por Vosa Alteza me fazer merce de tres annos dela pareceo bem ao vyso rey passar me a ella em que o fiquo servindo com muitos trabalhos por achar a tera como direy e espero merecer que me faça Vossa Alteza outra merce mais omrosa e proveytosa porque esta daa de sy pouquo e pera Vosa Alteza ser bem servido e sua fazemda acrecentada he necessario despender a minha como jaa faço e farey todas as vezes que conprir.

Chegando aqui no fim de Junnho achey os reis da tera que são dous devisos e fora dela e os grandes tirinizando o povo de maneira que a despovoavão cousa muyto em perjuizo do serviço de Vosa Alteza principalmente na paarte que toqua a christandade que he muita a qual padecia grandes tiranias a que loguo acody com muita presteza e pus em amizade dous senhores irmãos principaaes cabeças deste reino que hum contra

o outro seguia a parcealidade dos reis contrarios do poder dos quoaís pemde todo o da tera así de gente e dinheiro como de tudo o mais desta sua fortaleza de que confio socederão muitos proveitos em voso serviço por neles estar toda a sustancia da terra como digo. A maneira de que derão vosalagem a Vossa Alteza e se fizerão janguadas desta fortaleza e christandade he esprita no asemto que se diso fez que com esta emvyo a Vossa Alteza o qual o vyso rey confirmou e o estimou como he rezão e com yso se quietou a tera e agora fiquo com amizade dos reis antre as mãos porveje que cumpre asy a servyço de Vossa Alteza (1 v.) e coremteza da pimenta pelo receo que os merquadores tem de pasarem com ela amtre exercitos de guera e tambem porque se não estrague a tera.

Tambem estão deferemtes os reis de Caale Coulão que he o lugar donde se faaz a força da pimenta desta tera e são dous em hum reino per custume dele e com guera apregoadá com que me dão muito trabalho e ando payrando com ambos com dadivas e cortesias ygoaes porque se me não escandalize algum o que faço com todo o cuydado que cumpre e despesa da fazenda que me he possível pera que o serviço de Vossa Alteza se faça por mim ynteiramente.

Nesta costa perto desta fortaleza tem o rey de Travamgoor dado hum porto aaderajão mouro de Cananor em que ele tem húa feitoria de mouros que antre outras fazendas que na tera haa lhe fazião pimenta e dahy a levavão aas ylhas de Maamale donde a embarquavão pera Mequa. E porque a pimenta que a este porto coria era de Ratoraa e Brimjão lugares de gentios asemtey com hum Pula senhor de Ratoraa por dadivas que lhe dey que me leixase ter ahy hum pezo e pessoa que recolhesse esa pimenta pera Vosa Alteza o qual se fez e me pasou suas olas e asinados em que me promete myl quintaes de pimenta cada anno que os haa na tera e milhoria. Dey disto conta ao vyso rey o qual mo agradecece por muito serviço de Vosa Alteza como confio em Deus que seja e que se emcaminharão estes depositytos de pimenta de hum ano pera outro aquy e em Cochym em que aja muy pouquas quebras e partam as naaos cedo não faltando pera ysto dinheiro que he a chave desta negociação. E neste pezo pesey jaa este inverno pimenta velha que vay na naao Rainha que haquy veo caregar.

Andando nesta praya de Caalecoulão remedeando como digo a rootura destes reis chegarão aqui duas naaos capitaina e a naveta a tempo que Deus quis por me fazer merce que da serviço a Vossa Alteza em que andava resultase outro maior porque segundo a gente vinha caaje toda doente e destrojada se me aquy não achara e lhe não acudira com tudo o de que tinhão necessidade com ha presteza com que o fiz ahy acabarão todos e as naaos corerão muito perigo do serviço que lhe nisto fiz e do trabalho e despesa de minha fazenda que me custou se pode

Vossa Alteza ymformar do capitão moor Ruy Gomez da Cunha e dos officiaes das naaos pera me Vossa Alteza fazer merce.

A naao Rainha que aqui veyo caregar despachey a xxblij de Dezembro com a pimenta velha que a tera e a oportunidade do tempo de sy pode dar a nova ficou recolhendo e com muita esperança de fazer dela boa cantidade porque tenho provido em todas as partes por omde ate agora teve saqua não sair nenhúa não alevantarey o pezo ate não esgootar toda a que ouver e nyso porey todo o trabalho forças e credito como senpre fiz he faarey por servir bem Vossa Alteza. Os merquadores e reys da tera se mostrão de minha estaada muito contentes que he muita paarte pera o efeyto disto.

A estes jamgadas novamente aqueridos cujos nomes vão no asiento deve Vossa Alteza escrever agradecimentos do que fizerão por seu serviço e aos regedores deste reino de Coulão que tenham comta com eles e asy com hum lambogale goaripo que tem bem servido e foi muita paarte no mudar do pezo que se pasou pera junto da fortaleza omde ora estaa o qual se aqueixa de lhe não fazerem por ysso nada. Eu o favoreço no que poso e Vossa Alteza lhe deve tambem escrever de como se haa por servido dele pera sua omra e com ysso seraa contentemte.

Symão Moreira moço da camara de Vossa Alteza tem servido bem nestas paartes o conde vyso rey o proveo de escravynha (*sic*) da feltoria desta fortaleza em vida que he asaaz pouquo pera o que merece. E neste cargo serve bem como cumpre a serviço de Vossa Alteza e proveyto de sua fazemda. Vossa Alteza lho deve confirmar do mais que acoorer nesta paarte que me coube de servir Vossa Alteza faço lenbrança ao vyso rey como he necesario.

O Senhor Deus a vyda he Real Estaado de Vossa Alteza por multos annos acrecemte e aumente.

Esprita em Caalecoulão a b de Janeiro de 1567

Pedro Alvarez de Faria

(B. R.)

4286. XVIII, 1-7 — Tratado de paz, por dez anos, feito entre el-rei D. João IV e os commissários dos Estados Gerais das Províncias Unidas, Vila de Haia do Conde, 1641, Junho, 12. — *Impresso, 16 folhas. Bom estado.*

Dom Joam por graça de Deos rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa senhor de Guine e da conquista navegação e comercio da Ethiofia Arabia Persia e da India etc

Faço saber a todos os que esta minha carta patente de aprovação retificação e confirmação virem que porquanto aos doze dias do mes de Junho proximo passado deste anno presente de mil e seiscentos e quarenta e hum na Villa de Haya do Conde dos Estados de Holanda se assentou fez e concluyto hum tratado de treguas e cessação de todo o acto de hostelidade e assi de navegação e commercio e juntamente de socorro por tempo de dez annos entre Tristão de Mendoça Furtado do meu Conselho meu embaixador e meu procurador bastante de hũa parte e da outra os magnificos e illustres Rutgher Nuyghens Pvan Brouchouen Cuth Gfvan Visberghen Joan Van Reede Juan Veltariel Vanhacrfolte Vuigbolt Aldringa commissarios deputados para o dito tratado dos multos poderosos Estados Gerais das Provincias Unidas por virtude de hum poder e procuração sua dada na sobredita (1 v.) villa da Haya do Conde e sellada com o seu sello mayor aos nove dias do ja dito mes de Junho deste anno presente o qual tratado e theor e forma de verbo ad verbum he o seguinte.

Tratado das treguas e suspensão de todo o acto de hostelidade e bem assi de navegação commercio e juntamente socorro entre o serenissimo e poderosissimo Dom Joam o quarto deste nome rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa senhor de Guine e da conquista navegação e commercio de Ethiopia Arabia Persia e da India etc de hũa parte e os senhores ordens gerais das provincias unidas da outra feito começado e acabado pelo Senhor Tristão de Mendoça Furtado do Conselho de Sua Magestade e seu embaixador e pellos senhores Rugero Huyphens cavaleiro Jacobo de Brouchouen consul que foi da cidade de Leide Jacobo Cats cavaleiro conselheiro pencionario de Holanda e do Friza Ocidental Gaspar de Vosberghen cavalleiro e senhor de Isse-laer João de Reede senhor de Reins Voude e Thiens senhor de Wou Den-derch João Velrdriel consul da cidade Doccum Assuero de Haer Solte Haersty e Echede do Governo de Zelanda Wigboldo Aldringa senador da cidade de Gronlgen (2) administrador de Sibal de bueri todos deputados no Conselho dos assima ditos senhores Estados Geraes das Provincias de Geldria Holanda Zelanda Vthrech Friza Ouericel e da cidade Groul-gen e Homlandia commissarios dos mesmos senhores das Ordens Geraes entre o assima dito senhor embaixador por virtude de certa provisão real e de hũa carta de Sua Magestade escritas ambas em Lisboa a vinte hum de Janeiro passado e os assima ditos senhores commissarios em virtude de hũa sua procuração cujas copias e treslados hirão abaixo escritos.

Mostrou a experiencia que Dom Phelippe segundo rey de Castella por força e poder de armas occupou antigamente a coroa de Portugal e pello conseguinte privou o serenissimo e muito poderoso rey Dom João (antes Duque de Bragança) do indubitavel direito de sua successão e justiça para a dita coroa de Portugal como legitimo proximo herdeiro

da sereníssima Senhora Dona Catherina e muitos annos continuos pre-severarão os sucessores do dito rey de Castella em a violenta occupação da dita coroa de Portugal quebrantando os concertos e pactos de amizade confiança e do commercio que os senhores reys da coroa de Portugal com os outros principes e nações de Europa santamente sempre (2 v.) respeitarão privando aos bons subditos e vassallos da mesma coroa de seu direito e de suas leys e costumes e alem disso carregando os injustamente de intoleraveis molestias e outras diversas especias de tyrannia juntas a execivos tributos os quais os reys de Castella juntamente com o patrimonio da coroa real de Portugal consummirão e destruirão com guerras escuzadas com as quais cousas sendo os ditos bons subditos e vassallos daquella coroa estimulados e provocados de justo furor vencido o sufrimento com grande animo ousadia e advertencia sacodirão aquelle intoleravel e injusto jugo de el rey de Castella restituindo se a sy mesmos a sua liberdade e finalmente por aplauso commum elegerão aclamarão derão omenagem e juramento de fidelidade ao dito rey Dom João o quarto.

Os muito poderosos senhores Ordens Geraes sentindo juntamente por sua parte e tendo bem conhecido a intoleravel tyrania e durissimos encargos do dito rey de Castella e sua detestavel detreminação para alcançar a monarchia de tanto tempo em toda Europa perseguida e acoçada em utilidade do bem commum julgarão ser conveniente socorrer a intenção honrada e digna de louvor do dito rey Dom João o quarto e com elle fazer e celebrar o presente concerto e tratado deixando antes as (3) varias e diversas commodidades que em seu próprio commodo e proveito no estado das cousas presentes assi de aquem como de alem da linha puderão de novo tomar e possuir e querem antes em lugar dellas que se renove aquella antiga amizade recíproco amor e commercio que entre os senhores reys da coroa de Portugal e os holandeses de hũa e outra parte antigamente florecerão.

1 Primeiramente foi assentado verdadeiro firme puro e inviolavel concerto de treguas e suspensão de todo o acto de hostelidade entre o dito rey e as Ordens Geraes assi por mar e todas as mais agoas como por terra em respeito de todos os subditos e moradores das provincias unidas de qualquer condição que elles forem sem excepção de lugares ou de pessoas e bem assi igualmente em respeito de todos os subditos e moradores das regiões do dito rey de qualquer condição que forem sem excepção de lugares ou pessoas as quais defendem contra el rey de Castella as partes de Sua Magestade e daqui por diante se achar que as vão defendendo e isto em todas as terras e mares de hũa e de outra parte da linha conforme as condições e limitações por ambas as partes abaixo declaradas por tempo de dez annos o qual contrato de treguas e suspensão de todo o acto de hostelidade nos lugares de Europa ou em (3 v.) qualquer outra parte cituados fora dos limites da

jurisdição concedida em nome deste estado antes deste tempo as Companhias das Indias Orientaes e Occidentaes começara logo desde a sobescripção deste tratado.

2 Mas na India Oriental e em todas as terras e mares debaixo do districto e jurisdição concedida pellos senhores das Ordens Geraes à Companhia da India Oriental destas Provincias começará um anno depois da data tanto que neste lugar for apresentada retificação deste tratado em nome del rey de Portugal. Porem se a publica manifestação das ditas treguas e suspensão de todo o acto de hostelidade chegar mais brevemente a algúa parte das ditas terras e mares antes que o dito anno seja acabado em tal caso cada qual de húa e outra parte das ditas terras e mares desdo tempo da dita manifestação se abstenha de todo o acto de hostelidade.

3 E serão compreendidos debaixo das ditas treguas e suspensão de todo o acto de hostelidade todos os reys senhores e nações da India Oriental com os quais os senhores Ordens Geraes ou a Companhia da India Oriental destas Provincias em seu nome tem amizade e confederação se a elles (*4*) lhes parecer serem comprehendidos nas ditas treguas e suspensão de todo o acto de hostelidade.

4 Não sera licito durante o dito tempo de dez annos fazer se de húa e outra parte nem por terra nem por mar hostelidade algúa ou acommetimento violento e sera premitido a todas as naos portuguezas e que de Portugal por mandado e comissão del rey Dom João o quarto forem para as terras e mares que deffendem as partes del rey assi como igualmente as que das ditas partes tornarem para Portugal navegar livremente sem embaraço algum por respeito da Companhia da India Oriental destas Provincias.

5 E da mesma maneira as naos dos subditos destas Provincias que fizerem a mesma viagem não serão molestadas pellas ditas naos de Portugal.

6 E húa e outra parte esteja livre e segura em seus tratados e em seus contratos.

7 Tambem sera livre a cada húa das partes navegar igualmente possuir seus lugares e exercitar seu commercio sem impedimento algum assi e da maneira que ao tempo da publicação das ditas treguas e suspensão de todo o acto de hostelidade em a India (*4 v.*) Oriental possuir os ditos lugares e hindo e vindo exercitava seu commercio.

8 As ditas treguas e suspensão de todo o acto de hostelidade terão seu effeito por tempo de dez annos em as terras e mares perten-

centes ao districto da Jurisdição concedida pelos senhores das Ordens Geraes à Companhia da India Occidental destas Provincias desde a data tanto que a retificação deste tratado em nome del rey de Portugal neste lugar for apresentada e a publica manifestação das ditas treguas e suspensão de todo o acto de hostelidade chegar a qualquer parte das ditas terras e mares respectivamente desde o qual tempo húa e outra parte em as ditas terras e seus mares se abstenha de todos os actos de hostelidade. Comtanto que dentro de oito meses depois que a dita retificação for neste lugar apresentada se haja de tratar da paz com a coroa de Portugal nas ditas terras e mares pretencentes ao districto da jurisdição da Companhia da India Occidental destas Provincias como assim primite o Senhor Tristão de Mendoça Furtado embaixador e do Conselho de Sua Magestade de Portugal para que dentro dos ditos oito meses depois da sobredita retificação de Sua Magestade aqui neste lugar apresentada venha juntamente procuração necessaria ordem e instrucção e igualmente pessoa ou (5) pessoas com authoridade real para tratar da dita paz. Comtudo se acontecer contra toda a esperanza e desejo que a condição da paz se não effeetue sem embargo disso as ditas treguas e suspensão de todo o acto de hostelidade terão inteiro effeito pello tempo de dez annos na forma sobredita e conforme aos artigos que abaixo se declarão.

9 A Companhia da India Occidental destas Provincias e bem assi os subditos e moradores nas suas terras adqueridas e juntamente todos aquelles que dahi dependem de qualquer nação condição ou religião que sejão gozem e logrem em cada húa das terras e lugares del rey de Portugal e pertencentes à mesma coroa cituadas em Europa deste mesmo comercio izenções liberdades e direitos dos quais os demais subditos deste Estado por virtude deste tratado hão de gozar e lograr com tal condição que a Companhia da India Occidental destas Provincias e bem assi os subditos e moradores em suas terras adqueridas e igualmente todos os demais della dependentes não pretendão levar do Brazil para o reyno de Portugal assucar pao brazil nem outras mercadorias que no Brazil costuma aver e delle serem trazidas assi como tambem nem a nação portuguesa e os subditos e moradores nas ditas terras acqueridas nem menos (5 v.) os que della dependem pertenderão levar do Brazil as ditas Provincias e regiões unidas assucar pao brazil e outras mercadorias que no Brazil costuma haver e delle serem trazidas.

10 A nação holandeza e bem assi a portuguesa emquanto durarem as treguas e suspensação de todo o acto de hostelidade se socorrerão reciprocamente e se darão toda a ajuda e favor com todas suas forças quando quer que a occasião e o Estado das cousas assi o pedirem.

11 Todas as fortalezas cidades naos e pessoas particulares ou sejão portugueses ou outros quaisquer que forem achados no Brazil ou em

outra parte os quais favorecem as partes del rey de Castella ou daqui por diante se reduzirem a seu poder serão julgados por inimigos communs aos quais sera licito acometer perseguir e vencer por cada hũa das partes sem se ter respeito ao limite e termos em que forem achados conforme ao que se cada hũa das partes tomar algum dos ditos lugares ou fortalezas pertencera aquelle por quem for tomado e juntamente a jurisdição e termo de seus campos e todas as mais utilidades a elles de antes anexas sem embargo de os taes lugares e fortalezas estarem situadas no districto e termos de cada hũa das partes.

(6) 12 Qualquer subdito de hũa e outra parte sera deixado estar e ficara em posse de seus bens assi como for achado nelles ao tempo da manifestação das treguas e suspensão de todo acto de hostilidade e os campos e termos que estiverem entre os fins das fortalezas de hũa e outra parte (os quais necessariamente se hão de haver por proprios e acqueridos ao senhor que delles for) ficarão com a mesma divisão comprehendendo se nelles as familias e nações que lhes tocarem e determinados pello modo sobredito os ditos termos e divisão constara à nação portuguesa por hũa parte e aos subditos destas provincias por outra quais lugares commodidades e termos dos campos ha de conhecer cada hum e defender como seus.

13 E quanto ao que pertence as propriedades e possessões dos particulares que debaixo da dita divisão se deve comprehender para hũa ou para outra parte sera porventura certo que alguns lugares estarão dezemparados e roubados e outros cultivados e povoados de gente. Comtudo o que pertence aos lugares cujos habitadores e proprietarios se passassem a hũa e outra parte nem por isso se havera de fazer restituição alguma nem de moves alguns que fossem deixados e achados mas sera conveniente que cada hum fique quieto com aquillo (6 v.) que consigo levou ou tiver levado dos ditos lugares assi dezemparados.

14 Porem nos ditos lugares e terras que ficarão a seus proprietarios ou a outros possuidores em seu nome e lugar tomando se conhecimento da causa se guardara aos ditos donos de hũa e outra parte seu direito e posse precedendo para isso as provas e documentos necessarios.

15 Sobre as quais cousas o Governo de hũa e outra parte em seu districto respectivamente dispore da maneira que entender que convem não se permitindo que algua outra pessoa se intrometa nas dictas cousas.

16 Os commercios para os lugares senhorios e termos de hũa e outra parte no Brazil quaisquer que sejão serão somente permitidos assi mesmos excluidos todos os outros nem seja licito aos portugueses frequentar os lugares jurisdições e termos dos subditos destes Estados nem

menos aos subditos destes Estados hirem aos semelhantes lugares dos portuguezes salvo se de commum vontade e consentimento parecer depois contratar em outra forma.

17 Nem seja permitido aos portuguezes navegar commerciar ou tratar para o Brazil com as naos de nação (7) estrangeira nem com essas mesmas nações estrangeiras mas tendo necessidade de algúas naos estrangeiras para navegação trato e commercio para o Brazil serão obrigados o fretar ou comprar as ditas naos aos subditos destas provincias no qual caso se compra ou frete se não aparelharão nen conduzirão para o Brazil naos de menor porte que de cento e trinta lastres ou duzentas e sessenta toneladas armadas pello menos com desaseis pessas de artilharia chamadas bottelingen que lance cada húa sinco ou seis livras de balla e a este respeito providas de monições de guerra e quando acontecer que pellos portuguezes sejão fretadas ou compradas maiores naos para o Brazil na mesma forma como dito he em tal caso serão providas e bastecidas de quanto mais for necessario conforme a proporção de seus lastres e tudo isto sob pena de perdimento e confiscação das ditas naos e suas pertenças as quais se applicarão em utilidades da Companhia da India Occidental destas provincias ou daquelles que della dependem sendo por elles acaso prezas e tomadas.

18 Nem seja licito aos portuguezes nem aos moradores destas provincias dar passagem algúa de naos negros mercadorias ou outras cousas necessarias para as Indias dos castelhanos ou para outros (7 v.) lugares cituados naquellas partes com pena de perdimento da nao das pessoas e das fazendas que ahi forem achadas e de que como inimigos serão prezos e tratados.

19 Tudo aquillo que assi os portuguezes como os subditos destas provincias possuem nas costas de Africa não necessita de divisão de termos porquanto entre huns e outros ha diversas familias e nações que dividem e determinão os termes e limites.

20 Emquanto ao que pertencia à navegação e comunicação das mesmas costas da Ilha de São Thome e de outras ilhas que nellas se comprehendem e húa e outra parte sera livre com tal condição se a mesma navegação e commercio ou elle seja ouro de negros e de outras mercadorias de qualquer maneira chamadas se faça e seja destinada para as cidades e fortalezas ou porto dellas as quais cada húa das partes occupa e possui para que nellas se paguem as rendas e direitos que costumarão pagar os moradores portuguezes ou os homens livres dos mesmos lugares em igual correspondencia.

21 E porquanto os senhores Ordens Geraes adquirirão por seu proprio poder seus dominios e terras no Brazil e em outras partes em tempo

que os (8) subditos e moradores dellas ainda erão vassallos e sugeitos a el rey de Castella e inimigos deste Estado de cuja natureza e condição forão aquelles que agora no mesmo lugar se reduzirão a obediência del rey de Portugal e se mostrarão amigos e confederados a este Estado pella qual reção daqui por diante de hũa e outra parte estara manifesto duravel concerto e pura confiança e juntamente huns e outros serão com reção obrigados a se tratarem com amigavel administração de justiça.

22 Comtudo se tem assentado que como com a mudança que ouve em muitas propriedades e possessões assi de bens moves como imoveis (sòmente pella destruição de tão molesta guerra) vários subditos antes e despois de seu principio vierão a obediência do estado destas provincias parte dos quais cahirão em pobreza e parte se espalharão e como muitos flamengos fizerão ahy assento por compra de senhorios que vulgarmente chamão engenhos e de outros bens de raiz de nenhũa maneira permite a reção d'estado das cousas aly acqueridas que bens alguns por direito de postliminio ou quasi se possão repetir ou restituir nem tambem que os subditos dos Senhores Ordens Geraes pessão aos portuguezes nem os portuguezes aos subditos destas provincias dividas ou encargos alguns e muito menos sera conveniente que pretenda as tais cousas por via de execuçam mas cada qual ficara inteiramente com (8 v.) o que estiver possuindo ao tempo da dita manifestação.

23 Os subditos e moradores dos lugares do dito rey Dom João o IV e dos Senhores Ordens respectivamente durando as treguas de dez annos e suspensão de todo o acto de hostelidade com reciproca confiança prefessarão amizade sem lembrança algũa das offensas e danos que antigamente se receberão.

24 E se despois porventura com animo e consentimento conformes o fundamento da guerra se passar à India Occidental dos castelhanos e fazendo alli guerra com perda do inimigo commum se adquirir cousa algũa em tal caso repartindo trocando e logrando amigavelmente e de commum consentimento como dito he se fara concerto assi como igualmente durando as ditas treguas e suspensão de todo o acto de hostelidade sera permitido com comum consentimento e aplauso de ambas as partes mudar os sobreditos artigos ou parte delles.

25 E sera livre aos subditos de hũa e outra parte de qualquer nação condição qualidade e religião sem exceção de algum ou elles sejão nados em a (9) jurisdição de cada hũa das partes ou nellas tenham seu domicilio assistir navegar e commercia (*sic*) com qualquer sorte de mercadorias e empregos em os reynos, provincias termos e ilhas em Europa e em qualquer outra parte cituadas daquem da linha nem sera

licito que a nenhum dos subditos de hũa e outra parte que por causa da mercancia concorrem em cada hũa das ditas terras trazendo as ou levando as como dito he se acrescentem mais cizas imposições ou outros direitos do que aquelles que os mesmos moradores e subditos das mesmas terras costumão mas igualmente em correspondencia gozem destas mesmas liberdades e privilegios dos quais elles antes usavão primeiro que Portugal fosse pellos castelhanos subjogado.

26 Os subditos e moradores destas provincias que são christãos uzem e gozem de liberdade de consciencia privadamente em suas casas e dentro de suas naos, de livre exercicio de sua religião em todos os lugares cidades termos provincias e ilhas do reyno de Portugal ou em seus dependentes ou seja desta parte da linha em Europa ou dalem della aonde he primitido comerciar. Porem se algum embaixador ou outro ministro publico deste Estado for mandado a Portugal em tal caso estes usarão e gozarão em suas casas e domicilios desta liberdade (9 v.) e exercicioda (*sic*) relegião assi como neste Estado se permite presentemente ao Senhor Embaixador.

27 Os Senhores Ordens Geraes sem esperar a retificação de Sua Magestade para este tratado assistirão a el rey e à coroa de Portugal à sua propria custa debaixo de seu sufficiente almirante e os mais necessarios officiaes com quinze naos de guerra e cinco fragatas grandes bem armadas e guarnecidas providas de mantimentos e artelharía e outros petrechos de guerra.

28 Para esta armada Sua Magestade comprara ou fretara a sua propria custa e debaixo de sua mesma ordem semelhante numero de quinze naos de guerra e cinco fragatas grandes igualmente armadas e guarnecidas de marinheiros e soldados e tambem providas de mantimentos e artelharía e outros estromentos de guerra para que ajuntando se com as naos e fragatas grandes destas provincias se apliquem aos portos e costas de Portugal e de Espanha em ordem a fazer dano a el rey de Castella inimigo commum.

29 El rey de Portugal à sua custa armara dez galeões ou mais em Portugal os quais se ajuntarão à sobredita armada para que juntamente (10) se apliquem contra el rey de Castella e contra seus subditos.

30 As naos que Portugal navegarem e bem assi suas cargas e mercadorias pertencentes a dita coroa ou a seus subditos das quais conveniente-mente se possam offerecer provaveis documentos não serão confiscados posto que acontecesse que as ditas naos e mercadorias navegando debaixo da bandeira de Castella fossem tomadas com a dita armada ou por outras mas as taes naos suas cargas e mercadorias serão restituídas a seus proprios e originaes donos.

31 Das prezas e de outros emulumentos que pello poder da dita armada e galeões forem acqueridas sera a repartição e distribuição igual pro ratta conformando se com os corpos e numero de naos e isto para prevenir e evitar a diversidade de disputas qu'em a divisão das prezas e outros bens ou por occasião delles por certos respeitois resultaria.

32 A el rey de Portugal seja licito dentro destas provincias mandar assentar e fazer officiaes (10 v.) da milícia de mayor ou menor dignidade e tambem architectos militares minadores engenheiros de fogo ou outras artes os quais porventura querera e isto a sua custa e estipendio e para que este negocio melhor se effectue em nome destes Estados se lhe dara sempre continuo socorro.

33 Não sera primitido debaixo de pretexto algum entrar nas casas quebrantar olhar revolver as cartas e livros de contas ou as mesmas contas dos mercadores subditos ou moradores destas provincias dos holandeses assistentes no reyno de Portugal ou nas Ilhas ou outros lugares a elle pertencentes cituados em Europa ou prender na cadeia as pessoas dos ditos mercadores sem preceder primeiro informação legal na forma do estatuto dos lugares respectivamente excepto nos casos de crime e leza magestade treição publica ou correspondencia com inimigos.

34 Seja livre e primitido aos Senhores Ordens Geraes das provincias unidas em todos os portos do reyno de Portugal e ilhas ou outros lugares a elle pertencentes cituados em Europa dar comissão e com a divida authoridade sobestabalecer procuradores publicos vulgarmente chamados consules assistentes nos ditos portos e da mesma maneira (11) sera primitido o proprio el rey de Portugal com os portos destas provincias.

35 Este tratado sera confirmado e retificado por el rey de Portugal e pellos Senhores Ordens Geraes igualmente e em melhor forma costumada como he rezão dentro de tres meses que hão de começar desde a data deste e dar se ha o mesmo por ambas as partes liza e singelamente. E tanto que a retificação de Sua Magestade aqui em Haya dentro do dito tempo for apresentada logo com a retificação dos Senhores Ordens Geraes se conformara e trasladara.

Muito poderosos Estados das provincias unidas de Holanda Zelanda e Friza. Eu Dom João por graça de Deos rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa senhor de Guine e da conquista navegação e comercio de Ethiopia Arabia Persia e da India etc vos envio muito saudar como aquelles que muito amo e prezo. Avendo me Deos Nosso Senhor feito merce de me restituir a coroa destes meus reynos que por el rey de Castella erão injustamente usurpados e dos quais sem con-

tradição estou de posse e lembrando me da vezinhança e boa amizade e correspondência que entre os naturais destes reynos (11 v.) sempre ouve nos tempos dos senhores reys portugueses meus predecessores e das mayores rezões e conveniencias que de presente se devem considerar para que se continue e conserve me pareceo enviar logo a Vossas Serenidades por meu embaixador Tristão de Mendoça Furtado do meu Conselho pessoa de quem por sua qualidade vallor e experiencia faço toda a mayor confiança para que em meu nome de conta a Vossas Serenidades de minha restituição nesta coroa e lhe signifique o animo e boa vontade com que estou para restaurar as antigas confederações com novas allanças as fazer mais firmes de modo que junto ao poder de minhas armas o destes Estados e com assistencia dos outros Principes de Europa possa adiantar muito a causa commum em que tanto se tem trabalhado e lograr a ocasião presente com grandes utilidades e augmentos desses Estados.

A tudo o que o dito meu embaixador disser de minha parte pesso muito a Vossas Serenidades que dem inteira fee e credito como a minha propria pessoa e o que elle assentar prometer e capitular mandarey cumprir manter e executar sem duvida nem falta algũa ao que por esta carta me obrigo e prometo debaixo de minha palavra e fee real. Escrita em Lisboa a vinte e hum de Janeiro de seiscentos e quarenta e hum. Estava firmado. El Rey.

Dom Joam por graça de Deos rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa senhor de Guine da conquista navegação e comercio da Ethiopia Arabia e Persia e da India etc.

Faço a saber a todos os que esta minha provisão virem que desejando eu que o comercio e communicação entre os vassallos destes meus reynos e os habitantes e moradores dos palzes e terras sujeitas ao dominio dos Estados das Provincias Unidas de Holanda Zelanda e Friza e das Provincias Septentrionaes se restitua ao que sohia ser em tempo dos senhores reys portugueses meus predecessores e se augmento (*sic*) e creça com mayor frequencia me praz e hey por bem que conceder licença para que todos e quaisquer pessoas de qualquer nação estado profição e condição que seja possa livremente vir a estes reynos com suas naos embarcações mercadorias (12 v.) e empregos de todas as sortes generos e fabricas que forem ou manda las debaixo de seus nomes proprios ou de outros terceiros e commissarios deregidas aos correspondentes que lhes parecer e tirar destes reynos o procedido das ditas mercadorias e empregos quando e como lhes estiver bem sem embargo das prohibições que ategora avia que levanto e hey por levantadas por esta dita provisão para que o comercio seja franco e geral a todos sem que se lhes faça embargo reprezaria ou molestia algũa pagando somente a minha fazenda os direitos devidos e costumados e prometo debaixo de minha palavra e fee real de cumprir e mandar cumprir e guardar inteira e infalivelmente tudo o que nesta minha provisão se conthem a qual por

firmeza de tudo mandei passar por mim assinada e selada com o selo grande de minhas armas.

Dada nesta cidade de Lisboa aos vinte e hum de Janeiro.

Antonio do Couto Franco a fez anno do nacimiento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e seiscentos e quarenta e hum. E eu Francisco de Lucena a fiz escrever. Era firmado. El Rey. E a hũa parte sellado com o sinete grande real e abaixo escrito. Provisão por que Vossa Magestade ha por bem pellos respeitos nella declarados de conceder licença a todas as pessoas de qualquer nação que seja para que livremente possão vir commerciar a estes reynos com (13) suas embarcações e fazendas e levar delles o procedido de seus empregos. Para Vossa Magestade ver.

As Ordens Geraes das Provincias Unidas. A todos e a cada hum que as presentes virem ouvirem ou lerem saude. Fazemos a saber que depois que ao serenissimo e muito poderoso Dom João o quarto de seu nome rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa senhor de Guine e da conquista navegação e commercio de Ethiopia Arabia Persia e da India etc. pareceo mandar a nos e ao Estado das ditas Provincias Unidas ao Senhor Tristão de Mendoça Furtado do Conselho de Sua Magestade e embaixador extraordinário para nos manifestar a venturosa eleição de Sua Magestade para tão excellentes reynos regiões e nações e alem disso para conferir e tratar connosco sobre a navegação commercios e juntamente socorro e pello consequente para concluir e estabelecer hum verdadeiro firme e sincero contrato de tregos (?) e suspensão de todo o acto de hostilidade assi desta como da outra parte da linha por tempo de dez anos e pedindo a boa ordem das cousas que em nosso nome se elegessem algũas pessoas graves para tratar sobre o dito negocio com o dito senhor embaixador e com elle concertar (13 v.) mui boas e saudaveis condições em proveito do bem commum em geral e em acrecentamento destas Provincias em particular e juntamente em damno de el rey de Castella. Portanto tendo inteira informação e alem disso estando confiados em a prudencia fidelidade sufficiencia e diligencia dos muito nobres esforçados grandiosos doutissimos prudentes e bem advertidos senhores Rugero Huijghens cavaleiro Jacobo de Brouhoven consul que foi da cidade de Leiden Jacobo Cat cavaleiro conselheiro pencionario de Holanda e Friza Occidental Gaspar de Vosberghen cavaleiro senhor de Istelaer João de Reede senhor de Reins Voude e Thiens senhor de Wouden Berch João Veltdriel consul da cidade de Doccum Assuero de Haerfolte Haerstil e Hechde do Governo de Zelanda. Wigbolde Aldringa senador da cidade Delpovingen administrador de Sibaldeburi respectivamente deputados no nosso conselho das provincias de Geldria Holanda Zelanda Vtrech Friza Overifel e da cidade de Grovingen e Omlandia elegemos suas pessoas e demos a suas dilecções como em effeito lhes damos por virtude destas plenario poder e authoridade para conferir com o dito senhor embaixador e

com ele na materia sobredita tratar e concluir este dito contrato de navegação e commercios e bem assi de socorro (14) e igualmente de tregoas e suspensão de todo o acto de hostelidade por tempo de dez anos assi como de hũa e outra parte entenderem que convem ao bem comum e aos reynos e regiões de huns e outros conforme à presente detriminação dos tempos e das cousas e tambem para offensa de el rey de Castella inimigo commum. E prometemos livre e puramente e com boa fee de avermos por agradável não sòmente tudo aquillo que pelloos ditos senhores nossos deputados naquelle negocio for feito aceitado e concluido sem contradição impedimento ou algum acto contrario a este direita ou indirectamente de qualquer modo e meo que fazer se possa e em qualquer tempo guardaremos e faremos guardar como firme e inviolavel e permanente mas ainda para sempre o ratificamos e faremos para isso os documentos e estromentos na melhor forma dos quais Sua Magestade se haja por satisfeito.

Dada no nosso Conselho debaixo de nosso sello mayor com o sinal e firma do nosso secretario em Haya do Conde aos nove dias de Junho anno de mil e seiscentos e quarenta e hum. Deste final estava Assuero Haersolte Vt. Abaixo estava Por mandado delles e assinado Cornelio Muts tendo o sello em sera vermelha pendendo por hũa cordinha dobrada tecida com fios de seda vermelha e ouro.

E nos o embaixador e comissario sobreditos com nossas (14 v.) proprias mãos assinamos ao pé este tratado e com nossos sinetes o firmamos.

Feito em Haya do Conde aos doze dias de Junho anno de mil seiscentos e quarenta e hum.

Tristão de Mendoza Furtado. Ruger Huijghens. Juan Brouchoen. Cats, Gsuan Vosberghen. Joan van Reede. Juan Veltdriel. Vanhaersolte. Wigbolt. Aldringa.

E portanto avendo eu visto o dito tratado de tregoas e cessação de todo o acto de hostelidade e juntamente de socorro por tempo de dez annos e querendo o aceltar o aceitei aprovei e ratifiquei como em effeito e pella presente minha carta patente o aceito approvo ratifico e confirmo prometendo de observar guardar e cumprir inviolavelmente todas as cousas nella conteudas e que não admitirey que por modo ou acontecimento algum que aja ou possa aver directa ou indirectamente se contradiga ou va contra elle debaixo da hypoteca e obrigação de todos os bens e rendas geraes especiais presentes futuras de meus reynos estados e coroa real com tal declaração que para mais certa e prompta execução do que se contem no artigo vinte seis do dito tratado acerca do exercicio da relegião que professão os moradores e subditos das ditas Provincias Unidas por ser materia a que não alcança a suprema jurisdição real secular de que uso mandarei recorrer ao muito Sancto Padre Urbano Papa octavo para que com seu (15 v.) consentimento e aprovação s'esta-

beleça e confirme e que entretanto serão os subditos e naturaes das ditas Provincias Unidas em todos meus reynos estados e senhorios tratados com tanto favor e benevolencia e de tal modo que pella dita causa da consciencia e religião se lhes de molestia nem inquietação algũa como elles não derem escandalo e por verdade fee e firmeza de tudo mandey passar a presente carta por mim assinada e sellada com o sello grande de minhas armas.

Dada nesta cidade de Lisboa aos dezoito dias do mes de Novembro. Balthasar Rodriguez Coelho a fez anno do nascimento de Nosso Senhor (16) Jesu Christo de mil e seiscentos e quarenta e hum.

E eu Francisco de Lucena do Conselho de Sua Sacra Real Magestade e seu secretario de Estado a fiz escrever.

El Rey

Manda el rey nosso senhor que Agostinho de Faria seu livreiro faça imprimir esta copia das treagoas celebradas pelo embaixador de Sua Magestade com os altos e poderosos Estados Geraes das Provincias Unidas dos Paizes Baixos e que nenhum outro impressor ou livreiro as possa imprimir nem vender sem licença sua sob pena de duzentos cruzados applicados a cativos e accusador.

Em Lisboa a 30 de Dezembro de 1641.

Francisco de Lucena

Impressas em Lisboa por mandado de Sua Magestade por Antonio Alvarez seu impressor.

Anno de 1642

(B. R.)

4287. XVIII, 1-8 — Tratado de paz feito entre el-rei de Portugal D. João IV e a rainha Cristina da Suécia. Lisboa, 1641, Dezembro, 10. — *Papel. 10 folhas. Bom estado. Selo de chapa.*

Joannes Del gratia rex Portugalliae et Algarbiorum citra ultraque mare in Africa dominus Guinee atque expugnationis navigationis et commercii Ethioptiae Arabiae Persiae et Indiae etc constare volumus universis et singulis quorum interest aut quomodolibet interesse poterit quod cum de restauranda amicitia et stabiliendis commerciis ac navigatione inter serenissimam atque potentissimam principem sororem consanguineam et amicam nostram charissimam dominam Christinam eadem gratia suecorum gothorum wandalorumque designatam reginam et principem haereditariam magnam principem Finlandiae ducem Estho-

niae et Careliae in Germaniaeque dominam regnumque Sueciae ac subjectas ei provincias ab una et nos regnumque Portugalliae Algarbiae et subjectas ei provincias atque insulas ab altera parte. Quidam ejus regiae serenitatis regnique Sueciae senatores potestate ad id ab ejus serenitate accepta Sthocolmiae ante aliquot menses congressi sint cum nostro in Sueciam eo tempore legato et ad eundem actum potestate ac mandatis a nobis instructo. Illi igitur cunctis accurate deliberatis et ventilatis nomine utrinque nostro pacta firmae amicitiae pacisque necnon faedus liberorum commerciorum atque navigationis inierunt et de certis articulis ac conditionibus in vicem convenerunt in eumque finem concludendo certum quoddam instrumentum confecerunt cujus tenor est qui hic infra sequitur verbo tenus insertus.

Serenissimae ac potentissimae principis et Dominae Dominae Christinae Dei gratia suecorum gothorum wandalorumque designatae reginae et principis haereditariae magnae principis Finlandiae ducis Esthoniae et Careliae in Germaniaeque dominae etc dominae nostrae clementissimae regnique Sueciae senatores ad hunc actum specialiter deputati. Axellus exenstierna regni cancellarius ac judex provincialis Norlandiarum et Laponiae Liber Baro in Kimitho dominus in Fiholm et Tidoen Eques Auratus Petrus Banerius consiliarius cancellariae atque judex provincialis Ostrogothiae haereditarius in Etnenas et Tuna Eques Auratus. Claudius Hemmingh ammirallus supremus castellanus stocholmensis et judex provincialis Finlandiae Meridionalis haereditarius (1 v.) in Nornas et Wilnas ab una necnon serenissimi potentissimique principis ac Domini Domini Joannis ejus nominis quarti Lusitaniae Algarbiae citra et ultramar Africae regis domini in Guinea atque acquisitis navigationis et comercii in Aethiopiae Arabia Persia et India domini mei clementissimi consiliarius eques militiae Ordinis Christi in eoque commendatarius et custos Mayor de Souzel hoc tempore autem in Sueciam legatus itidemque ad huc actum potestate et mandatis instructus Franciscus de Souza Coutinius ab altera parte constare volumus universis et singulis quorum interest aut quomodolibet interesse poterit quod cum singulari Dei beneficio factum sit ut serenissimus atque potentissimus princeps Dominus Joannes quartus rex Lusitaniae post diuturnam regni sui detentionem et usurpationem a Castellae regibus omnium ordinum votis atque applausu sceptro ac diademate regio sit potitus eoque ipso communko illa amicitiae atque commerciorum qua inter utriusque regiae majestatis praedecessores serenissimos atque gloriossissimos quondam reges Sueciae et Lusitaniae et utriusque regni subditos et vassallos ex antiquo et multis retro saeculis intercessit jamque ad tempus suspenssa fuit post liminio libero se usu et exercitio fruendam ostendet praebeat ac manifestet. Quae vetus necessitudo ut inter modernas regias majestates Sueciae et Portugalliae reviviscat pristinoque et antiquo vigori restituatur et quae in utriusque regni subditos ac vassallos ex commerciis ultro citroque institutis utilitas atque fructus redundare poterit intendatur ac promoveatur in mutuum utriusque

regni statusque robur ac firmitudinem. Nos pro inde vi respective acceptae a regibus nostris potestatis ac mandatorum congressi de restauranda amicitia ac reducenda fida pace atque in primis super libertate navigationis et commerciorum inter utrunque regnum Sueciae et Lusitaniae consilia mutuo contulimus et pro bono subditorum et vassallorum utriusque regni sequentes articulos acceptavimus et conclusimus.

(2) 1.^o Cum ex occasione moderni inter sacram regiam majestatem Sueciae atque Domum Austriacam belli et detinente coronam Lusitaniae rege Castellae contigerit diffidentiam aliquam et dissidium inter regiam majestatem Sueciae et regnum Portugalliae exortam esse ut vetus amicitia confidentia atque libertas commerciorum inter utramque gentem quo ad exercitium ex aliquo jam tempore suspensa fuerit. Id circo cum legitimo suae successionis in eandem coronam juri regia majestas Lusitaniae sit restituta et porsuum legatum regiae majestati Sueciae ejus rei certiore reddiderit pariterque pacem amicitiam et plenam libertatem commerciorum oblatam representarit ab utraque parte unanimiter receptum ac conclusum est ut ex hinc et a modo omnis simulas atque diffidentia animorum prorsus tollatur et in ejus locum non modo cessatio omnis hostilitatis actus sed et tuta ac firma pax inter regiam majestatem Sueciae ac Portugalliae et utriusque majestatis successores nec non inter utriusque regni subditos vassallos atque incolas reducta ac restaurata vigeat ita ut utraque regia majestas in posterum subditi item ac vassali utriusque regni se invicem sincero amore et affectu prosecuturi atque officia mutuae amicitiae praestituri sint

2.^o Ut autem pax haec atque amicitia mutua inter regias majestates regnaque Sueciae et Lusitaniae eo firmitus coalescat ac majori sui cum incremento stabiliatur. Neuter regum communem aut alterius hostem consilio aut ope aliqua juvabit quocumque modo clam aut palam. Quod tamen ita erit intelligendum ne navigatio atque usus commerciorum inhibeatur quin liberum sit eorum exercitium cum hoste alterius ut subditis ejus majestatis atque regni cui bellum non est liceat navigare et commercia sua quaecumque exercere cum subditis hostium alterius. Hoc tantum excepto et reservato ut si quis vel urbem vel munimentum quodcumque aliud seu justa obsidione aggrediatur seu circumsideat animo in suam potestatem adigendi (2 v.) alter regum tandiu abstineat navigationis et commerciorum usu donec illa urbs vel munimentum vi aut pactis occupatum vel obsidio aut circumsessio soluta fuerit.

3.^o Sacrae regiae majestatis regnique Sueciae subditis vassallis et in collis liberum atque tutum erit navigare in regna Portugalliae et Algarbiorum nec non provincias atque insulas quae ad illa regna pertinent et cum navibus nautis atque mercibus suis appellere omnes praedictorum regnorum provinciarum atque insularum portus eos ingredi ibi commo-

rare merces dividere emere commutare et denique illinc sine impedimento recedere. Integrum quoque illis eorumque inter pretibus erit per omnes urbes et loca regnorum Lusitaniae Algarbiae et subjectarum insularum perigrinari transire venire redire tam terra quam mari ita ut in portus asportare merces omnis generis easque ibi distrahere et alias cujuscumque generis emere atque e portibus exportare possint sine impedimento et gravamine solutis inde tantum illis ejusve quantitatis vectigalibus quae solvuntur ab aliis gentibus amicis et faederatis cum moderatione et sublacione enormium augmentorum et admodum ac quantitatem de qua in posterum conveniri in vicem poterit. Et vice versa sacrae regiae majestatis regnique Portugalliae subditis ac vassallis liberum esto navigare in regnum Sueciae et omnes ei subjectas provincias atque portus ejus regni ac provinciarum appellere ac commercia sua ibi exercere merces suas cujuscumque generis ex lege et more regni locique distrahere necnon pro iis aut communi pretio alias sibi commutare emere et evehere solutis inde vectigalibus quae penduntur ab aliis gentibus amicis ac faederatis.

4.º Quod si regiae majestati Sueciae visum fuerit naves suas proprias cum proventibus ejus regni ac subjectarum provinciarum quicunque illi fuerint in regna Lusitaniae et Algarbiae necnon subjectas (3) iis insulas mittere liberum eis sit ad quoscumque portus dictorum regnorum atque eis subjectarum insularum appellere in iisque tuto commorari et dividere allatos proventus ac vicissim pro communi pretio sibi comparare et solutis cum moderatione de qua conveniri poterit vectigalibus inde exportare bona atque merces quas emere et evehere libuerit. Idem si placuerit regiae majestati Portugalliae integrum ejus majestati erit suis navibus portus regni Sueciae ac subjectarum ei provinciarum appellere ibi morari et dividere merces Lusitanas atque emere evehereque alias dum modo vectigalla ejus majestatis ministri ac Navarchi solverint quae solvunt aliae gentes amicae ac faederatae aut de quibus conveniri poterit.

5.º Cum vero regiae majestatis regnique Lusitaniae plurimum intersit ut illae res quae ad rem armamentariam necnon ad fabricationem navium et instructum classis maritimae spectant submittantur. Idcirco si qua arma aut armamenta tromenta aenea aut ferrea armaturae mosqueetae bombardae globuli glandes bipennes hastae mucronata gladii acinaces pulvis piusius funiculi igniarii et quae alia hujusmodi fuerint necnon frumenta omnis generis quae regiae majestatis Sueciae ministri incolae et vassalli in Lusitaniae et Algarbiorum regna subjectasque iis insulas allaturi sunt illa libera ibi erunt et immunia ab omnibus vectigalibus et oneribus. Ex iis autem quae pertinent ad structuram et armamenta navium veluti rudentibus funibus velis lintels et cannabaceis malis omnisque generis lignis et asseribus similibusque necnon ex cupro ferro

chalibe atque id genus aliis metallis ac mineralibus in rudi aut elaborata materia allatis dabitur vectigal ejus quantitatis quae solvitur ab amicis faederatisque gentibus aliis et de qua in posterum conveniri poterit

6.º Merces quas sacrae regiae majestatis Sueciae ministri vassalli ac subditi poterunt libere et ad beneplacitum emere et exportare sunt omnis generis bonaquae in regno Lusitaniae Algarbiorum atque (3 v.) insulis eis subjectis proveniunt atque illuc aliunde asportantur et quibus regia majestas regnique Sueciae subditi opus et necesse habent nullis penitus exceptis. Sal in primis et omnis generis drogae atque aromata vina item argentum rude ac formatum. Ut tamen ex dictis mercibus loco vectigalis aut certae recognitionis a ministris vassallis et subditis regni Sueciae solvatur quicquid aliae faederatae et amicae gentes pro iisdem solverint aut prout in posterum de quantitate certi vectigalis conveniri poterit non intellectis sub hisce iis mercibus quarum expressa fiebat mentio respectu libertatis a vectigalibus in priori articulo. Quod si aut merces non sufficerint nec omnibus opus habuerint licitum liberumque erit regni Sueciae subditis ac vassallis pecunias ac nummos reales quos vocant e regno Portugalliae Algarbiae et subjectis provinciis insulis atque locis sine onere et recognitione aliqua exportare. Quae vero regiae majestatis Lusitaniae vassalli ac subditi poterunt libere et ad beneplacitum emere et exportare sunt omnis generis bona arma et armamenta tum expeditionis militaris tum navium ligna cuprum ferrum chalybs et alia tum rudia tum formata metalla ac mineralia quae in regno Sueciae et provinciis et subditis proveniunt vel aliund illuc asportantur. Ut tamen ex dictis mercibus loco vectigalis aut certae recognitionis solvatur a ministris subditis et vassallis regni Portugalliae quicquid aliae amicae gentes ac faederatae pro iisdem solverint aut prout in posterum de quantitate certi vectigalis conveniri poterit. Nullo quoque modo prohibetur ministris aut Navarchis regis Suecicis aut Lusitanicis aut aliorum vassallorum subditorumque utriusque regni providere sibi nautis atque navibus suis denecessariis sive ad victum sive comoditates alias in portubus alterutrius regni sive Sueciae sive Lusitaniae

7 Naves utriusque regiae majestatis et vassallorum subditorumque utriusque regni Sueciae ac Portugalliae omnes portus atque emporia utriusque regni non tantum absque impedimento introibunt et exibunt sed et libere ibi erunt ab omni onere tum anchorali tum alio quamdiu ibi morantur solutis vectigalibus illis de quibus supra dictum est (4) neque ulla sive arresti sive alia ratione ditenebuntur aut ad igitur ad servitia alteri regiae majestati regnoque respective Sueciae aut Portugalliae multo minus cui piam privato praestanda contra spontaneam et expressam voluntatem navarchorum. Quod si ministris aut navarchis utriusque regiae majestatis aut subditorum vassallorumque regni Sueciae aut Lusitaniae visum fuerit e re suorum principalium naves elocare penes

illos id erit dummodo super certo naulo in vicem conveniri poterit et sufficiens pretium pro usu navis solutum fuerit servato atque implecto modo pretio atque forma contractuum quos utriusque iniri contigerit

8 Necessum autem est inter utriusque regni vassallos atque subditos comercia non coacte sed libere institui et exerceri ita ut nihil vendatur aut ematur nisi ex consensu et justa satisfactione possessoris sive ipsi placuerit merces suas pro pecunia divendere sive pro aliis mercibus commutare sive partem solutionis capere in pecunia et partem in mercibus et quod non visum fuerit ministro regio aut mercatori divendero uno loco liberum ei sit illud ex uno loco ac portu exportare atque alio transferre soluto solum vectigali quod penditur ab aliis amicis atque faederatis gentibus et de quibus conveniri in posterum poterit. Quod autem ex praevio contractu alteri ab altero debetur ut id sine mora (nisi secus convenirit) et dividendis damno a debitore persolvatur.

9 Quod si contingat Sacrae Regiae Majestatis aut vassallorum subditorumque regni Suecie naves alio forsan cogitantes praeter institutum ex adverso vento atque urgentibus tempestatibus cogi ad recipiendum se in portus atque loca Portugalliae jurisdictioni subjecta liberum exit regis ministris Navarchis vassallis atque subditis regni Suecie in quemcumque portum aut locum velint naves suas sub ducere ibi commorari mercesque suas distrahere aut secundo deinceps vento illinc solvere iterque conficere quo intendunt. Non vero cogentur ad divindendas merces suas in portu quo se eo casu recipiunt nisi id rebus ac rationibus suis convenire arbitrentur. Idem aequalitate faederis servata in omnibus locis ac portibus regni Sueciae observabitur (4 v.) respectu navium Sacrae Regiae Majestatis Lusitaniae aut vassallorum subditorumque ejus quae praedicto modo illuc appulerint.

10 Spolium item quod regi Castellae et communibus hostibus utriusque coronae Sueciae et Lusitaniae auferri contingat illarum subditi et vassalli libere in portus regnorum utriusque Regiae Majestatis id invhere et solutis ad cum modum ac quantitatem quae observatur in caeteris mercibus vectigalibus sine ulla alia ejus modi spoliis deminutione ibi id distrahere ad arbitrium et beneplacitum poterunt.

11 Si per tempestates et viventorum aut alio casu utriusque Regiae Majestatis Sueciae ac Lusitaniae harumque subditorum vassallorum et incolarum naves agantur in brevina sive litora sive alia loca maritima tenebuntur utriusque majestatis officiales ac ministri necnon vassalli ac subditi quantum fieri poterit ope et auxilio suo taliter vel alio modo naufragis succurrere operamque dare ut naves unacum hominibus atque mercibus salventur salvae post modum non detinebuntur sed integrum illis erit sine ullo impedimento ac recognitione litorali in patriam aut eo

se conferre quo volent soluto saltem aequo praemio ac justa mercede pro labore iis qui disjectas merces in tutum receperunt et operam aliquam iis redimendis impenderunt.

12 Utriusque regni tum Sueciae tum Lusitaniae iisque subjectarum provinciarum subditis sive illi caelibes fuerint sive uxorati integrum licitumque erit habitare in civitatibus atque emporiis alter utrius regni ac subjectarum provinciarum et insularum ibique negotia ac commercia sua exercere secundum leges regnorum atque statuta locorum. Immunesque erunt ab omnibus oneribus aut censibus in capita aut alias impositis aut imponendis tum quod ad proprias personas ac ministros tum quo ad eorum pecunias ac facultates caeteras quae immunitas vel maxime extendi debet ad publicos ministros si quos habere in alterius regnis provinciis regionibus atque insulis Regiae Majestati Sueciae aut Portugalliae visum fuerit ita ut illi eorumque ministri ab impositionibus et oneribus liberi sint per totum regnum provincias (5) et insulas quae alteri regi sive Sueciae sive Portugalliae sint subjecta.

13 Si quis ministrorum mercatorum aut aliorum subditorum vassalorumque Regiae Majestatis Sueciae aut Lusitaniae moriatur in regno Sueciae aut Lusitaniae subjectisque eis provinciis insulis et locis utrique regno subjectis bona ab eo relicta (nisi certo probatum fuerit eum esse aere alicui in regno obstrictum) non gravabuntur ullo aut arresto aut detentione aut defalcatione sed licitum erit defuncti haeredi aut bonorum relictorum possessori legitimo ea repetere integra et ea omnia sine defalcatione aut diminutione distrahere aut exportare. Ne vero ex obitu defuncti jactura aut fraus fiat facultatibus hujus possessoris aut aliorum quorum interest bona ac facultates defuncti consignabuntur ac tradentur illi cui defunctus ante mortem testamento id commisit. Quod si nullum testamentum constitutum fuit vel in loco et regione non sit praesens haeres vel ejus legitimus procurator qui adeat ac petat bona relicta tradentur illa defuncti socio modo is capax sit custodiae aut negotiationis quae ex iis bonis institui poterit. Sin minus ad se omnia recipiat in alterutro regno minister publicus ac regius Sueciae aut Lusitaniae qui tenebitur haeredi et interessentibus reddere rationem negotiationis et reliquorum eo spectantium non transgrediens legem quam defunctus ante mortem tulerit. Praeter hosce dictos nemini quicquam rei aut negotii erit cum relictis a defuncto facultatibus. In caeteris quae relictas in utroque regno defunctorum facultates concernunt observantur mores leges atque statuta quibus utrumque regnum tum Sueciae tum Portugalliae jamdiu gubernari consuevit.

14 Si subditus regni unius in aere fuerit alicujus subditi regni alterius ille monebitur ad praestandam solutionem et reposcetur ab eo aut sponsore debitum. Si neuter fuerit solvendo non erit integrum (5 v.) creditori

recurrere ad caeteros ejusdem cum debitore nationis aut jurisdictioni sub-
jectos homines qui alieni sunt a debito nec ei modo aliquo obligantur sed
commerciorum aut aliorum forsitan negotiorum causa in eodem regno
regione ac provincie qua agit debitor vel sponsor commorentur. Neque in
eo casu quisquam eorum tenebitur debitum ab alio contractum persolvere.

15 Controversias ac lites privatas inter subditos unius ejusdemque
Regiae Majestatis sive sive (*sic*) Sueciae sive Lusitaniae obortas cognos-
cet dirimet ac componet ejus Regiae Majestatis cujus subditi sunt liti-
gantes minister publicus quem constituere in regno alter utrius utraque
Regia Majestas decreverit ut pote qui non modo quandam inspectionem
habet in regis sui subditos sed et gnarus est consuetudinum legumque
et causarum familiarium de quibus controverti plerumque solit. Inhibita
potestate officialium lusitanorum in suecos et horum in illos litigantes
inquirendi. Quaequidem intelligenda sunt de civilibus tantum ac privatis
causis sine aliqua coercionem publica. De crimine autem enormi ac capi-
tali neque juditium neque executionem sibi sumet Publicus Minister in
alterius regno sed factum commissum ad officiales regios aut magis-
tratum loci dijudicandum et reum carceri tradendum remittet a quibus
justitia in dilate et aqualiter administrabitur servatis justis legibus ac
jure quod viget in unoquoque regno Sueciae aut Lusitaniae.

(6) 16 Quod si subdito aut subditis unius regni lis intercesserit cum
subdito subditisve alterius regni re ad regium officialem aut magistratum
illius loci in quo alterius regni subditus degit aut habitat delata tene-
buntur hi ad requisitionem et instantiam subditi alterius regni justi-
tiam in dilate administrare et sedulo curare ut quam fieri potest citissime
et sine longis ambagibus lis ea dirimatur et justis conquerenti parti debite
satisfiat. Quod si praesens atque in loco fuerit Publicus Minister et adsis-
tere subdito subditisve sui regis poterit in meliorem causae explanationem
admittatur ille et audlatur.

17 Si qui citra consensum eorum quorum interest aufugerint ex nautis
aut ministris qui navibus inserviunt alterius partis regnique subditorum
ac vassallorum ad regnum aut vassallos subditosque alterius coronae
causa haec deferetur ad regios officiales aut magistratum loci ad quem
nauticus minister illo transfugit et cognito illegitimo discessu transfuga
reddetur illi qui eundem repetit. Quod si talis transfuga apprehendi pos-
sit ab ipso navarcho aut mercatore jussit eum apprehendendi factique
causam magistratui loci comprobandi qui tenebitur transfugam sit necesse
sit vi imperii adigere ut redeat ad prius obsequium.

18 Si furto quidquam auferatur subdito subditisve unius regni tene-
buntur officiales alterius regni aut magistratus loci manum auxiliarem et
opem exhibere imploranti tum ut fur apprehendatur tum ut adigatur ad

restituendum vero possessori ablatum aut aequivalens tum denique ut puniatur aliis exemplo cujuscumque tandem fur ille fuerit conditionis.

19. Atque ut major confidentia sit inter utrumque regnum ac gentem et promoveri magis commercia in utriusque regni subditorum emolumentum simulae tolli et praecaveri multa incommoda possint (6 v.) habeat si ita videati uterque regum tum Sueciae tum Lusitaniae suum ministerium publicum in aula alterius Stocholmiae et Olissiponae vel alibi prout commodum et commerciis promovendis utile visum fuerit sub autoritate et nomine residentis vel agentis regii. Utrique incumbit cura tum libertatis commerciorum ac navigationis tum salutis et utilitatis subditorum regis cujusque sui asserendae nullae ut injuriae illis inferantur sive in commerciis sive ferendis sustinendisve aliquibus oneribus aliisve rebus quin potius omnibus modis quibus uterque residens poterit vassallos atque subditos regis sui negotia in regno ac regionibus provinciisque alterius regis agentes ac tractantes juvabit ne injusti in carcerem rapiantur aut aedes mercium repositoria et officinae eorum infestentur aut epistolae libri rationum vel rationes ipsae mercatorum perlustrentur aut naves merces atque bona illorum arresto constringantur et obsignentur nisi crimen enorme fuerit laesae majestatis prodicionis publicae aut intelligentiae cum hoste cujus reus agitur vassallus subditusque regis sui in caeteris id operam dabit uterque residens apud officiales regios aut magistratus loci eo rem deducere ne longis processibus juridicis caussa subditorum regiorum trahatur sed id sedulo curabit ac conabitur unde salus et utilitas subditorum promoveri damna vero ac detrimenta quae vis adverti ac praecaveri poterunt.

20. Utriusque coronae residenti licitum sit assumere sibi interpretem atque ministros quos velit et illam rationem victus cibi atque potus iniri pro sustentandis ministris suis atque aliis suae nationis hominibus regisque sui subditis ac vassallis in illis locis agentibus quae ipsi placuerit. Nihil ut regii ministri aut subditi regni atque regis illius in quo degit habeant quod in eo aut praecipiant aut impedian modo cuncta (7) sine aliquo strepitu et scandalo peragantur.

21. Vina et quae praeterea potus genera nec non merces in residentem ipsum atque ministros ejus quotannis in sumi ac comparari necesse est ea omnia immunia sint a vectigali aut recognitione onerosa.

22. Utriusque residentis Suecici ac Lusitani persona domus ministri et interpretes fruuntur in omnibus tam spiritualibus et ecclesiasticis quam temporalibus ac civilibus ea immunitate exemptione et libertati in utroque regno quae de jure gentium illis concessa est et quibus fruuntur communiter alii residentes regum et nationum amicarum et confederatarum et omnis regni Sueciae vassalli et subditi in regno Portugalliae

eique subjectis provinciis insulis portubus atque locis tractabuntur tam in spiritualibus sive ecclesiasticis quam in temporalibus et civilibus eodem modo et ea libertate atque exemptione qua tractantur subditi regum et statuum amicorum et confaederatorum cujuscumque religionis sint nec obligabuntur inviti ad religionem Ecclesiamque Catholicam Romanam nec ad ejus sacra et praecepta nec eorum ratione fiet eis aliqua injuria coactio vel violentia neque plectentur nisi contra ea scandalum aut offensionem publicam moverint. Pari modo tractabuntur regni Lusitaniae subditi qui inveniuntur in regno Sueciae ejusque provinciis portubus atque locis ita ut nec obligentur inviti ad religionem Ecclesiamque Lutheranam nec ad ejus sacra et praecepta nec eorum ratione fiat eis aliqua injuria coactio vel violentia nec plectentur nisi contra ea scandalum aut offensionem publicam moverint. Atque ut praecaveatur omne scandalum et offensio tam terra quam mari in aedibus et navibus ab utriusque regni residentibus summo studio cavebitur.

(7 v.) 23. Destinabitur etiam subditis utriusque regni sepeliendis cadaveribus defunctorum hominum in utroque regno comodus et aptus locus.

24. Siqui reperiri poterint homines nationis Sueciae vel Lusitaniae in unoquoque regno et subjectis regionibus qui hactenus mancipia facta fuerunt aut in posterum fieri contingat illi plenae libertati absque ulla contradictione aut limitatione restituentur. Qui reddiderit mancipium nullo jure a subditis utriusque regni pretium quo sibi hominem comparavit sed ab eo qui eum divendidit reposcit.

25. Siquis vassallus aut subditus utriusque sacrae regiae majestatis Sueciae et Lusitaniae sua negotia agens in alterius regno aut subjectis ei regionibus provinciis insulis ac locis ulla justa de causa confiscationis periculum subiret et forsitan bona quae ad alios utriusque regni vassallos aut subditos spectant conjuncta fuerint cum illis quae confiscationi subjacent in absentia dominorum et possessorum horum bonorum utriusque regni residens facta separatione eorum bonorum quae noverit esse illius qui confiscationis paenam mervit caetera omnia ad se transferet consignata justo inventario et ad servata ut suis veris dominis vassallis et subditis Suecis aut Lusitanis iterum restitui et reddi possint. Si vero adsint justi bonorum domini operam ipsis feret ut sua bona indemnes recipiant et nulla ratione confiscationis paenam subeant qui eam non merverunt. Idque adeo stricte observabitur ut uterque residens a nemine regis Lusitaniae vel regis Sueciae ministrorum et officialium neque ab ullo magistratu aut aliis ullum sentiat obstaculum remoram aut impedimentum.

(8) 26. Nulla repressalia exercentur in naves facultates atque merces alterius regni vassallorum et subditorum sed si contingat

causam oboriri ex qua praetendi poterit tam acris ac violentae actionis species comittetur quidem rescognoscenda ac dejudicanda ordinario iudicio nullo modo autem juri aut exercitio represaliorum in naves atque bona alterius sententia conformanda multo minus ejus executio effectui mandanda est sed mitiori justo tamen et aequanimi processu res omnis controversa componetur et juste conquerenti parti indijudicata causa ac negotio debite satisfiet

27. Caeterum cum stabilitis praecipue inter utrumque regnum ejusdemque vassallos ac subditos commerciis uterque serenissimus rex et utrumque regnum Sueciae et Lusitaniae et horum subditi maximum fructum sint percepturi ex mercibus quas in utroque regno exprima quod dicitur manu accipient. Igitur subditi utriusque regni Sueciae et Lusitani non modo gaudebunt iis juribus ac privilegiis in mutuis regnis eisque subjectis regionibus provinciis insulis atque locis quibus gaudent ac fruuntur aliarum faederatarum nationum subditi et gavisí sunt tempore regum veterum utriusque regni et ante quam Lusitania caeteraeque ejus regiones atque provinciae regno Castellae indebite jungerentur. Sed et gratificabitur utraque regia majestas Sueciae et Lusitaniae subditis utriusque regni singulari augmento privilegiorum tum quo ad commercium quo ad utilitates et commoditates eorum alias prout in posterum de iis convenierit. Et ipsem et legatus regius Lusitaniae speciali cura ac summa diligentia apud ejus majestatem Portugalliae regem ac dominum suum id negotium procuraturum se bona fide hic recepit.

28. Per expressum autem ad hoc obligatur ipsem et legatus serenissimi regis Lusitaniae ut si exemptio libertas aut privilegium aliquod repcriatur de novo concessum et impertitum aliis amicis et faederatis gentibus quo antea non gavisí fuerunt Sueciae nationis homines subditique id quoque concedatur impertiatur et firmetur a serenissimo rege Portugalliae domino suo omnibus subditis ac vassallis suae regiae majestatis regnique Sueciae ita ut contestatura sit ipsare et opere nullos amiciores et chariores sacrae suae regiae majestati Lusitaniae gentes esse quam sunt omnes sacrae regiae majestatis regnique Sueciae subditi ac vassalli.

29. Pacta haec ad praescriptum modum nomine serenissimorum regum regnorumque Sueciae et Lusitaniae transeginus et conclusimus intra spatium sex ab hinc mensium a regibus nostris firmanda ac ratificanda ratificata autem Hamburgi in dilate reddentur mutuo publicis et ordinariis utriusque regiae majestatis in ibi ministris et reddita obligabunt regionam regnumque Sueciae et regem regnumque Lusitaniae necnon transibunt in horum successores in quorum omnium fidem atque certitudinem majorem confecta sunt bona hujus tractatus instrumenta quae propriis manibus subscripsimus et sygillorum nostrorum impressione atque appensione roboravimus. Actum Stocholmiae die vigesima

nona mensis Julii stylo regni anno supra millesimum sexcentessimum quadragessimio primo.

Axellus Oxenstierna. Petrus Banerius. Claudius Flemmingh. Andreas Gildenclau.

Nos itaque Joannes eadem gratia rex Portugalliae et Algarbiae citra et Ultramare in Africa dominus Guinea atque expugnationis (9) navigationis et commercii Aethiopiae Arabiae Persiae et Indiae etc praedicta ac supra hic inserta mutui faederis respectu firmae pacis atque amicitiae et liberae navigationis stabiliendorumque commerciorum pacta cum regia serenitate regnoque Sueciae per memoratos deputatos regios suecicos et nostrum legatum inita et conclusa in omnibus articulis punctis atque clausulis approbavimus et ratihabimus pronti tenore ac vigore praesentium illa approbamus et ratihabemus regio verbo promittentes et spondentes nos omnia inviolabiliter servaturos et implecturos esse nec passuros ut a nostratibus aut aliis quicumque illi fuerint ullo modo violentur. In quorum fidem et certitudinem majorem hasce propria manu subscripsimus et sigillo regni nostri muniri firmarique jussimus. Actum in urbe nostra regni Olyssiponae die decima mensis Decembris anno supra millesimum sexcentessimum quadragessimio primo. Ego Franciscus de Lucena sacrae regiae majestatis a consillis statusque secretarius subscripsi

El Rey

[Selo de chapa]

(L. P.)

4288. XVIII, 1-9 — Autos a favor do concelho da vila de Cheleiros contra D. Alvaro de Ataíde, de modo a poder-se comer o trigo da eira até ser limpo. Lisboa, 1500, Julho, 4. — *Pergaminho. Bom estado.*

Tem junto:

Processo com as respectivas escrituras a respeito do mesmo assunto. — *Papel. 9 folhas. Bom estado.*

4289. XVIII, 1-10 — Contrato feito entre a rainha de Castela D. Joana, e el-rei de Portugal, D. Manuel I, a respeito da cidade de Velez e seus limites, desde o reino de Fez até o cabo Bojador e cabo Não, onde começava a demarcação da Guiné. Valladolid, 1509, Novembro, 14. — *Pergaminho. 10 folhas. Bom estado.*

Dona Juana por la gracia de Dios reyna de Castilla de Leon de Granada de Toledo de Galizia de Sevilla de Cordova de Murcia de Jahen de los Algarbes de Algezira de Gibraltar y de las Yslas de Canaria de las Yslas Indias e (sic) tierra firme del mar oceano princesa de Aragon de las dos Sicilias de Hierusalem etc arquiduquesa de Austria duquesa de Borgofia e de Bravante condessa de Flandres e de Tirol senhora de Vizcaya e de Molina etc.

A quantos esta nuestra carta vieren fazemos saber que por Gomes de Santillan nuestro corregidor de la ciudad de Jahen como nuestro procurador suficiente e bastante fue tratada e firmada una escritura de capitulacion con don Anthonio Sobrino y escrivano de la poridad y como procurador bastante e suficiente del serenissimo y muy excellente principe don Manuel rey de Portugal de los Algarbes de aquende e allende mar en Africa señor de Guinea e de la conquista e navegacion e comercio de Etiopia Aravia Persia e de la India segun que largamente en la dicha escritura que abaxo sera assentada se contiene. E porque el doctor Juan de Faria del Desembargo del dicho serenissimo rey nuestro hermano nos requirio de su parte que otorgassemos e confirmassemos e aprovassemos e jurassemos la dicha escritura segun que por el dicho Gomez de Santillan nuestro procurador fue otorgada firmada e jurada con el dicho don Anthonio nos mandamos traher ante nos la dicha escritura e capitulacion para la ver nos e examinar e confirmar de la qual el tenor es tal como se sigue.

En el nombre de Dios todo poderoso Padre e Hijo e Spiritu Santo e de Nuestra Señora la Virgen Maria Su Madre manifesto sea a quantos este publico instrumento vieren que en el año del nascimiento de Nuestro Señor Jhesu Christo de mil y quinientos y nueve años a diez e ocho dias del mes de setiembre del dicho año en la villa de Sintra en presencia de mi el notario publico abaxo nombrado e de los testigos adelante escritos parecieron presentes Gomez de (1 v.) Santillan corregidor de la ciudad de Jahen procurador bastante e suficiente de la muy alta e muy excellente e poderosa princesa dona Juana reyna de Castilla e de Leon e de Granada de Toledo de Galizia de Sevilla de Cordova de Murcia de Jahen de los Algarbes de Algezira de Gibraltar de las yslas de Canaria de las yslas Indias e tierra firme del mar oceano princessa de Aragon e de las dos Sicillas de Hierusalem etc. arquiduquessa de Austria duquessa de Borgoña e de Bravante condessa de Flandres e de Tirol señora de Vizcaya e de Molino etc. de la una parte. E don Anthonio sobrino del muy alto e muy excellente e poderoso principe don Manuel rey de Portugal e de los Algarbes de aquen e de allen mar en Africa señor de Guinea e de la conquista navegacion e comercio e de Etiopia Arabia e Persia e de la India etc. mi señor e su escrivano de la poridad su procurador bastante e suficiente para el caso abaxo escrito de la otra parte segun que amas las dichas partes lo mostraron por cartas de poderes e procuraciones de los dichos señores sus constituyentes. Las quales de verbo ad verbum su tenor es este que se sigue.

Dña Juana por la gracia de Dios reyna de Castilla de Leon de Granada de Toledo de Galizia de Sevilla de Cordova de Murcia de Jahen de los Algarbes de Algezira de Gibraltar e de las Yslas de Canaria de las Yslas Indias e tierra firme del mar oceano princessa de Aragon e de las dos Sicillas de Hierusalem etc arquiduquessa de Austria duquesa de Bor-

goña e de Bravante condessa de Flandres e de Tirol señora de Vizcaya e de Molina porquanto entre mi e el serenissimo principe don Manuel rey de Portugal mi muy caro y muy amado hermano hay algunas diferencias assi sobre el Peñon de la ciudad de Velez de la Gomera que el verano mas cerca passado fue tomado de los moros enemigos de nuestra fe por mandado del rey mi señor e padre administrador e governador destos mis reynos para escusar los muchos captiverios e robos e daños que desde alli fazian de contino los dichos moros a los subditos destos dichos mis reynos (2) como sobre los limites que en la capitulacion que los dias passados fue assentada entre el dicho rey mi señor e padre e la reyna mi señora e madre que santa gloria haya de la una parte e el serenissimo rey don Juan de Portugal mi primo que Dios haya de la otra quedaron por determinar en la costa de Berberia desde los limites del reyno de Fez fasta el Cabo de Bojador e de Nan donde comiençan las marcas de Guinea.

Porende confiando de voz Gomez de Santillan corregidor de la ciudad de Jahen que soys tal persona que guardareys mi servicio e bien e fielmente fareys lo que por mi vos fuere mandado por esta mi carta vos doy e otorgo mi poder cumplido libre e lleno e vos he e constituyo e crio e ordeno mi legitimo e bastante procurador en la mejor forma e manera que puedo e que mejor puede e deve valer de derecho e en tal caso requiere specialmente para que por mi e en mi nombre e de mis herederos e successores e de mis reynos e señorios e subditos e naturales dellos podades tratar e concordar e assentar e fazer trato e concordia e assiento con el dicho serenissimo rey de Portugal mi hermano o con quien su poder pera ello toviere e fazer e fagades qualesquier conciertos e assientos limitacion demarcacion e concordia sobre la dicha ciudad e Peñon de Velez e sobre los susodichos limites que en la susodicha capitulacion passada quedaron por determinar en la dicha costa de Berberia desde los limites del Reyno de Fez fasta el cabo de Bojador e de Nan lo qual todo podades concordar e limitar por aquellas partes e divisiones e lugares que bien visto vos fuere por el tiempo e tiempos e perpetuamente e con las limitaciones que a vos pareciere e para que podades dexar al dicho serenissimo rey de Portugal mi hermano e a sus reynos e successores de todo lo susodicho lo que a vos bien visto fuere e dexar e acceptar para mi e para mis herederos e successores e mis reynos todo lo que vos pareciere e bien visto vos fuere e para que em mi nombre e de (2 v.) mis herederos e successores e de mis reynos y señorios e subditos e naturales dellos podades concordar e assentar e receber e acceptar del dicho serenissimo rey de Portugal o de quien su poder para ello toviere en su nombre todo lo que a mi e a mis successores pertenciere de lo susodicho por el dicho assiento e concordia con aquellas limitaciones e excepciones e con todas las otras clausulas e declaraciones e renunciaciones que a vos bien visto fuere. E para que sobre todo lo que dicho es e sobre lo a ello tocante en qualquier manera podades fazer e otor-

gar e concordar e tratar e recibir e aceptar en mi nombre qualesquier capitulaciones e contratos e escrituras con qualesquier vinculos e condiciones e obligaciones e stipulaciones penas e submisiones e renunciaciones que vos quisieredes e bien visto vos fuere e sobrello podades fazer e otorgar todas las cosas e cada una dellas de qualquier natura e calidad e gravedad e importancia que sean e ser puedan ahunque sean tales que por su condicion requieran otro mas señalado e special mandado mio e de que se deviesse fazer de fecho e de derecho especial e singular mencion e que yo siendo presente podría fazer e otorgar e recibir. E otrosi vos de poder cumplido para que podades jurar en mi anima que terne e guardare e cumplire lo que vos assi assentaredes e capitularedes e otorgaredes cessante toda cautela fraude engaño ficion e simulacion e assi podades en mi nombre capitular segurar e prometer que yo en persona o el dicho rey mi señor e padre como administrador e governador destos mis reynos en mi nombre segurara e jurara e prometera e otorgara e confirmara todo lo que vos en mi nombre acerca de lo que dicho es seguraredes e prometieredes e capitularedes dentro de aquel termino e tiempo que vos pareciere e que lo guardare e cumplire realmente e con efecto so las condiciones penas e obligaciones que vos prometieredes e assentaredes. Las quales desde agora prometo de pagar si en ellas incurriere para lo qual todo e para cada una cosa e parte dello vos doy el dicho poder (3) con libre e general administracion e prometo e seguro por mi fe e palabra real de tener e guardar e cumplir yo e mis herederos e successores todo lo que por vos acerca de lo que dicho es fuere concordado capitulado e prometido e prometo de lo haver por firme rato e grato estable e valedero por agora e en todo tiempo e para siempre jamas e que non yre nin verne contra ello ni contra parte alguna dello directa ni indirectamente en juyzio ni fuera del so obligacion expressa que para ello fago de mis bienes patrimoniales e fiscales. De lo qual mande dar la presente carta firmada de mi nombre e sellada con mi sello.

Dada en la villa de Valladolid a xxij dias del mes de março año del nacimiento de Nuestro Señor e Salvador Jhesu Christo de mil y quinientos y nueve. Yo el rey. Yo Miguel Perez d'Almaçan secretario de la reyna nuestra señora la fize screvir por mandado del rey su padre.

Don Manuel por la gracia de Dios rey de Portugal de los Algarbes de aquen e de allen de la mar en Africa señor de Guinea e de la conquista navegacion comercio de Etiopia e de Arabia e Persia e de la Yndia etc. A quantos esta nuestra carta de procuracion e poder vieren fazemos saber que porquanto entre nos e la muy alta e muy excellente princessa dona Juana reyna de Castilla e de Leon e de Granada etc mi muy amada e preclada hermana e el muy alto e muy excelente e poderoso principe el rey don Fernando mi muy amado e preclado padre como administrador e governador por ella de los dichos reynos de Castilla e

de Leon e de Granada etc se trata agora concierto sobre Velez de la Gomera que es nuestra e de la corona de nuestros reynos por ser cosa como es de nuestra conquista del reyno de Fez e sobre los limites que quedaron por determinar en la costa de Berberia desde los limites del reyno de Fez fasta el cabo de Bojador e de Nan donde comiençan las marcas de Guinea en la capitulacion passada fecha entrel rey don Juan mi primo que santa gloria haya y el dicho muy alto e muy excellente e poderoso principe el rey mi muy amado (3 v.) e preñado padre e la reyna doña Isabel su muger que santa gloria haya mi madre sobre la qual cosa e para en ello se tomar assiento a nos embiaron a Gomez de Santillan corregidor de la ciudad de Jahen con su poder e procuracion bastante. Nos por la mucha confiança que tenemos de don Anthonio mi amado sobrino e nuestro escrivano de la poridad e por conocer nos del que en todas las cosas que le cometieremos nos servira verdadera e fielmente e guardara en todo lo que le mandaremos e cumpliere a nuestro servicio por esta presente carta le damos e otorgamos nuestro poder cumplido libre lleno e le hemos e constituymos criamos e ordenamos nuestro legitimo e bastante procurador en la mejor forma e manera que podemos e que mejor puede e deve valer de derecho e en tal caso se requiere specialmente para que por nos e en nuestro nombre e de nuestros herederos e successores e de nuestros reynos y señorios e subditos e naturales dellos pueda contratar concordar assentar e fazer trato e concordia e assiento con la dicha muy alta e muy excellente princesa reyna de Castilla de Leon e de Granada etc mi hermana e con el dicho muy alto e muy excellente principe e poderoso el rey mi mucho amado e preñado padre como administrador e governador por ella de sus reynos y señorios o con quien su poder para ello toviere e fazer e faga qualesquier concertos assientos e limitacion e demarcacion concordia sobre la dicha ciudad e peñon de Velez e sobre los dichos limites que en la dicha capitulacion passada quedaron por determinar en la dicha costa de Berberia desde los dichos limites del reyno de Fez fasta el cabo de Bojador e de Nan segun que en la dicha capitulacion dello es declarado lo qual todo pueda concordar e limitar por aquellas partes e divisiones e lugares que bien visto le fuere por el tiempo e tiempos e perpetuamente e con las limitaciones que le a el pareciere e para que pueda dexar a la dicha muy alta e muy excellente princessa reyna de Castilla e de Leon e de Granada (4) etc mi hermana e a sus reynos e successores de todo lo susodicho lo que le a el bien visto fuere e dexar e acceptar para nos e para nuestros herederos e successores e a nuestros reynos todo lo que le pareciere e bien visto le fuere e para que en nuestro nombre e de nuestros herederos e successores e de nuestros reynos e señorios e subditos e naturales dellos pueda concordar assentar e recibir e acceptar de la dicha muy alta e muy excellente princessa reyna de Castilla e de Leon e de Granada etc mi hermana o de quien su poder para ello toviere en su nombre todo lo que a nos e a nuestros

herederos pertenciere de lo que dicho es por el dicho assiento e concordia com aquellas limitaciones e exceptiones e con todas las otras clausulas declaraciones e renunciaciones que a el bien visto le fuere. E para que sobre lo que dicho es e sobre lo a ello tocante en qualquier manera pueda fazer e otorgar e concordar tratar recebir aceptar en nuestro nombre qualesquier capitulaciones e contratos e escrituras con qualesquier vinculos e condiciones e obligaciones e estipulaciones penas e somisiones e renunciaciones que el quisiere e bien visto le fuere e sobrello pueda fazer e otorgar todas las cosas e cada una dellas de qualquier natura calidad gravedad ymportancia que sean o ser puedan ahunque sean tal es que por su condicion requieran otro mas señalado e special mandado nuestro e de que se deviesse fazer de fecho e de derecho special e singular mencion e que nos siendo presente podriamos fazer e otorgar e recibir. E otrosi le damos poder cumplido para que pueda jurar en nuestra anima que ternemos e guardaremos e cumpliremos lo que el assi assentare e capitulare e otorgare cessante toda cautela fraude engaño ficion e simulacion. E assi pueda en nuestro nombre capitular segurar e prometer que nos en persona seguraremos juraremos e prometeremos e otorgaremos e confirmaremos todo lo que el en nuestro nombre acerca de lo que dicho es segurare e prometierte e capitulare dentro de aquel termino e tiempo que le a el pareciere e que lo guardaremos e cumpliremos realmente e con efecto so las condiciones e penas e obligaciones que el prometierte e assentare las quales desde (4 v.) agora prometemos de pagar si en ellas incurriremos para lo qual todo e para cada una cosa e parte dello le damos el dicho poder con libre e general administracion e prometemos e seguramos por nuestra fe e palabra real de tener e guardar e cumplir nos e nuestros herederos e successores todo lo que por el acerca de lo que dicho es fuere dicho e capitulado e prometido e prometemos de lo haver por firme rato e grato estable e valedero por agora e en todo tiempo e para siempre jamas e que non yremos nin vernemos contra ello ni contra parte alguna dello directa ni indirectamente en juyzio ni fuera del so obligacion expressa que para ello fazemos de nuestros bienes patrimoniales e fiscales. Em testimonio e por certidumbre de todo mandamos passar al dicho don Anthonio nuestro procurador esta carta por nos signada e sellada con el sello redondo de nuestras armas.

Dada en la ciudad de Evora a xx dias del mes de mayo. Anthonio Fernandez la fiz año de Nuestro Señor Jhesu Christo de mil e quinientos e nueve años. El rey.

E luego el dicho Gomez de Santillan procurador de la dicha señora reyna de Castilla e de Leon e de Granada etc dixo que viendo el dicho señor rey don Fernando padre de la dicha señora reyna su constituyente como administrador e governador de los dichos reynos de Castilla e de Leon e de Granada segun es declarado por el dicho su poder e procuracion los grandes males e daños que se seguiian de Velez de la Gomera a la costa de Granada e del Andaluzia e para remedio dellos e para que

se evitassen muchos captiverios de gente christiana de sus subditos e vassallos e naturales que los moros fazian e assi otros muchos males e daños e por servicio de Nuestro Señor mandara fazer e de fecho se fizo en el peñon e ysla en la mar junto del dicho Velez una torre no haviendo memoria que el dicho Velez era de la conquista del dicho señor rey de Portugal por ser dentro de los limites del reyno de Fez que es de la conquista del dicho señor rey de Portugal como claramente se muestra por la capitulacion de las pazes e por la otra segunda capitulacion fecha por Ruy de Sosa e don Juan de Sosa su fiyo e Arias de (5) Almada en tiempo del rey don Juan sus embaxadores e procuradores sobre la negociacion de Melilla e Caçaça e las otras cosas en la dicha capitulacion contenidas y que viendo el dicho señor rey don Fernando como administrador y governador de los dichos reynos de Castilla e de Leon e de Granada etc por la dicha señora reyna su fija su constituyente como el dicho Velez era de la conquista del dicho señor rey de Portugal e a el pertenecer e queriendo conservar e guardar el mucho amor que entrellos hay e assi por complir e satisfazer la obligacion que a esto tiene por bien de la capitulacion de las pazes de entre los dichos reynos de Castilla e Portugal como era obligado a fazer determino de gelo mandar dar e entregar como cosa suya propia que es e de su conquista. Pero acatando los dichos procuradores como el dicho Velez es cosa muy necessaria e provechosa a los dichos reynos de Castilla assi por ser muy cerca de los terminos de Caçaça e Melilla que por la capitulacion e asiento fecha por el dicho Ruy de Sosa son otorgadas a los dichos reynos de Castilla segun en ella es contenido como principalmente por los males e daños e captiverios de gente que la costa de los dichos reynos de alli mas generalmente recebian e se espera que recebiran por lo qual a los dichos reynos de Castilla mas conviene e es provechosa tener la guarda e segurança del dicho Velez e considerando como la costa de Berberia de aquella parte contra Guinea en que los dichos reynos de Castilla pretenden tener algun derecho fasta el Cabo de Bojador e de Nan es mas provechoso al dicho señor rey de Portugal e a sus reynos assi por los negócios de sus señorios de Guinea e yslas como por la ciudad de Çafi e castillos otros que en aquella parte tiene e muy principalmente porque entrellos se conserve el mucho amor que el uno al otro tienen como es mucha razon que haya entre padre e fiyo e assi mismo porque entre sus reynos e los naturales dellos haya siempre aquella paz e concordia que es razon que haya (5 v.) e para se tirar causas de dudas e debates donde de lo contrario se pueden seguir que Nuestro Señor en todos tiempos defienda por todas estas razones los dichos procuradores en nombre e por virtud de los poderes de los dichos señores sus constituyentes se concordaron en el modo siguiente

Item primeramente fue entre ellos concordado e firmado e assentado que el dicho señor rey de Portugal porque se eviten los dichos

males e daños que los dichos moros de alli de Velez fazen a los christianos e gentes de los dichos reynos de Castilla dexe e alargue como de fecho dexa e alarga desde este dia para siempre jamas ala dicha señora reina de Castilla de Leon e de Granada etc para ella e sus herederos e successores e para sus reynos e señorios el dicho lugar de Velez de la Gomera con su puerto e peñon e fortaleza que en el esta fecha e con todos sus terminos e assi mismo toda la costa que desdel dicho lugar de Velez hay fasta los lugares de Melilla e Caçaça con todos e qualesquier lugares e poblaciones que en la dicha costa agora hay fechas e se fizieren con todos los terminos dellos contanto que hazia la parte de la ciudad de Cepta no se pueda meter ni se estienda al termino del dicho lugar de Velez mas de fasta seis leguas por costa e de las dichas seys leguas por costa partiendo por tierra norte e sur fasta en el confin del dicho termino de Velez para que de todo esto que assi le dexa le otorga e da todo el derecho razon accion que el dicho señor rey de Portugal e sus reynos e herederos e successores dellos en esto tienen e por qualquier manera puedan tener de modo e manera que todo lo que dicho es finque e quede ala dicha señora reyna de Castilla e a todos sus successores e a sus reynos desde este dia para todo siempre jamas como cosa suya propria.

Item que porquanto por la capitulacion que fizo e assento Ruy de Sosa e don Juan de Sosa su fijo e Arias de Almada embaxadores e procuradores del señor rey don Juan que santa gloria haya de entre el e el dicho señor rey don Fernando e la señora reyna doña Ysabel su muger (6) que santa gloria haya sobre los limites e demarcaciones del dicho reyno de Fez e sobre las otras cosas en ella contenidas fincarom por determinar de la parte de poniente por donde havia yr e quedar e partir la raya e limite del dicho reyno de Fez sobre lo qual se havia de fazer cierto examen segun en la dicha capitulacion es contenido e declarado por haver ahy duda si entrel cabo de Bojador e de Nan donde comiençan las marcas e limites del señorío de Guinea que es del dicho señor rey de Portugal quedavan algunos lugares e tierras que no fuessen de la conquista del dicho reyno de Fez por donde se dezia la conquista dellos no pertenecer a Portugal fue entre ellos assentado e firmado e concordado que porque asi el dicho señor rey de Portugal dexa e alarga a la dicha señora reyna de Castilla e a sus reynos e successores el dicho lugar de Velez como dicho es que claramente e sin duda e debate es suyo e de la corona de sus reynos para que se remedien los males e daños que eran fechos e cada dia se esperavan que fiziesen los moros a los dichos vassallos e naturales de los dichos reynos de Castilla que la dicha señora reyna de Castilla de Leon e de Granada etc y el dicho señor rey don Fernando su padre como administrador e governador por ella de sus reynos e señorios a largasse e dexasse como de fecho a larga e dexa al dicho señor rey de Portugal e a sus reynos e

a todos sus herederos e successores desde este dia para siempre jamas todo e qualquier derecho e accion e razon que ellos e los dichos reynos de Castilla etc por qualquier modo e manera puedan tener e tengan en todos e qualesquier lugares e tierras que hay en las dichas comarcas e limites conviene a saber desde el dicho limite de las dichas seys leguas que fincan e quedan con el dicho lugar de Velez hazia la parte de Ceuta consiguiendo los lugares e tierras que el dicho señor rey de Portugal tiene en el reyno de Fez fasta llegar al dicho cabo de Bojador e de Nan e que por la razon sobredicha e por otra qualquier cuydada o no cuydada nunca en tiempo alguno se pueda dezir que lo que dicho es pertenece a Castilla e en tal manera le otorga e dexa (6 v.) todo lo que dicho es que en el medio de toda la dicha tierra e comarcas no pueda fincar ningun derecho accion ni razon ala dicha señora reyna de Castilla ni a sus reynos e herederos e successores e desde los dichos limites del dicho lugar de Velez de la Gomera consiguiendo los dichos lugares que el dicho señor rey de Portugal tiene en el dicho reyno de Fez fasta el dicho cabo de Bojador e de Nan finque libremente e sin duda ni debate a los reynos de Portugal como si todo le fuesse juzgado por de su conquista del reyno de Fez. Pero en esto no se entienda que entra la torre de Santa Cruz + (sic) que esta en la mar pequena que es de los dichos reynos de Castilla porque esta ha de quedar e queda para la dicha señora reyna de Castilla e para sus herederos e successores de la qual torre no se podra tratar por los subditos e naturales de los dichos reynos de Castilla e de Leon e de Granada etc salvo defruente della e no ala luenga de la costa para un cabo ni para outro e contanto que desde el dicho cabo de Bojador por la mar e costa de Berberia hazia la parte de Levante los subditos e naturales de los dichos reynos y señorios de Castilla e de Leon e de Granada etc e de los reynos e señorios de Portugal etc puedan yr e venir e vayan e vengan libre e segura e pacificamente a pescar e saltear e contratar en tierra de moros por la dicha costa e surgir de la manera que fastaqui lo podian e acostumbravan fazer pagando los sobredichos en cada uno de los lugares e fortalezas e limites dellas que agora estan fechas e se fizieren daqui adelante los derechos ordenados que estovieren puestos en los tales lugares contanto que los derechos que se hovieren de pagar en los lugares e fortalezas e limites dellas que nuevamente se fizieren e fueren tomadas o se dieren no sean mayores que aquellos que se agora pagan a los moros en los lugares e fortalezas que ellos agora poseen en aquella costa pero si nuevamente se fiziere alguna fortaleza o fortalezas o poblaciones o lugares donde no havia poblacion algunas de moros ni se pagavan derechos en la tal fortaleza o lugar que de nuevo se poblasse los que a ella fueren a contratar o (7) estovieren contratando pagaran los derechos que se pagaren en el lugar que poseen o posseyeren los dichos moros a el mas cercano e comarcano.

Item fue concordado e firmado e assentado entre los dichos procuradores que todo lo contenido en esta capitulacion ni parte dello no perjudicara ni trahera impedimento por manera alguna a lo que esta firmado capitulado e assentado por la capitulacion e assiento de las pazes de entre los reynos de Castilla e sus señorios e estos reynos de Portugal e sus señorios sobre lo que toca ala conquista del reyno de Fez mas que finque para siempre jamas firme estable e valloso como en la capitulacion e assiento de las pazes es contenido. El que todo lo que dicho es e cada una cosa e parte dello el dicho Gomez de Santillan procurador de la muy alta e muy excellente princessa e muy poderosa señora reyna de Castilla etc por virtud del dicho su poder e procuracion que aqui va encorporado e el dicho don Anthonio procurador del muy alto e muy excellente principe e muy poderoso señor rey de Portugal etc e por virtud de su poder que aqui va inserto e encorporado prometen e assecuran en nombre de los dichos señores sus constituyentes que ellos en aquello que a cada una de las dichas partes toca e sus successores e reynos e señorios para siempre jamas ternan e guardaran e cumpliran realmente e com efecto cessante todo fraude cautela e engaño ficion e simulacion todo lo contenido en esta capitulacion e cada una cosa e parte dello e obligaron se que las dichas partes ni ninguna dellas en todo lo que a ellas toca ni sus successores pera siempre jamas no yran ni vernan contra lo que aqui es dicho e assentado e concordado ni contra cosa alguna ni parte dello directe ni indirecte en manera alguna ni en tiempo alguno ni por alguna manera pensada o no pensada so pena de cien mil doblas de oro castellanas de la vanda que de e pague la parte que quebrantare o no cumpliere o contra ello fuere o viniere para la parte que lo cumpliere e guardare por pena e por interesse (7 v.) convincional que pagaran por cada vez que lo quebrantare o contra ello fuere o viniere e la dicha pena pagada o no pagada o graciosamente remitida que esta obligacion e capitulacion e assiento finque e quede firme estable e valloso como en el se contiene para lo qual todo assi tener e guardar e complir e pagar los dichos procuradores en nombre de los dichos señores sus constituyentes obligaron los bienes cada uno de la dicha su parte muebles e rayzes patrimoniales e fiscales e de sus subditos e vassallos e naturales havidos e por haver e renunciaron qualesquier leyes e derechos de que se podrian aprovechar las dichas partes e cada una dellas para yr o venir o contraddezir lo que dicho es o qualquier cosa o parte dello. E por mayor firmeza e seguridad de todo lo contenido en esta capitulacion e assiento juraron a Dios e a Santa Maria e a la Señal de la Cruz + (sic) en que pusieron sus manos derechas e alas palabras de los Santos Evangelios donde quier que mas largamente son escritos en nombre e anima de los dichos señores sus constituyentes que ellos e cada uno dellos ternan e guardaran todo lo que dicho es e cada una cosa e parte dello realmente e con efecto segun

que aqui es assentado e firmado e capitulado e que lo non contradiran en manera alguna ni en tiempo alguno sobre el qual juramento juraron de no pedir absolucion ni relaxacion al Santo Padre ni a otro ningun delegado ni perlado que la pueda dar e ahunque de motu proprio gela den no usaran della. El el dicho Gomez de Santillan procurador de la dicha señora reyna de Castilla en su nombre por si se obligo so la dicha pena e juramento que dentro de noventa dias primeros siguentes contados desdel dia de la fecha desta capitulacion se dara o embiara al dicho señor rey de Portugal o a su cierto mandado la escritura de aprovacion e ratificacion e otorgamiento desta dicha capitulacion e assiento. Escrita en pargamino e signada por el dicho señor rey don Fernando como (8) administrador e governador de los reynos e señorios de Castilla de Leon e de Granada etc por la dicha señora reyna su fija e por el jurada e sellada del sello de la dicha señora reyna en su nombre e de sus reynos e de todos sus successores e que el como governador fara esta dicha capitulacion mantener e complir e guardar assi enteramente como en ella es contenido e entregandose assi la dicha aprovacion e ratificacion e confirmacion en la manera que dicho es al dicho señor rey de Portugal o a su cierto mandado el dicho don Anthonio su procurador en su nombre e por si se obligo que sera dada al dicho Gomez de Santillan procurador de la dicha señora reyna de Castilla o a su cierto mandado otra tal escritura de aprovacion ratificacion e confirmacion asignada por el dicho señor rey de Portugal su constituyente e sellada de su sello e por el jurada en la manera que dicha es. El de todo lo sobredicho otorgaron dos escrituras amas de un tenor las quales signaron de sus nombres e las otorgaron presentes el conde de Taroca prior de o Crato (?) mayordomo mayor de la casa del dicho señor rey de Portugal e don Diego de Loroño fijo del marquez e don Martiño de Castilblanco señor de Villa Nueva de Portimão e veedor de su fazienda e el baron de Albito veedor de la fazienda del dicho señor e don Nuño Manuel almotacen mayor e don Pedro da Silva comendador mayor de Avis e Juan Vasquez de Paradinas escrivano e receptor en la audiencia real de Granada que a todo fueron presentes por testigos e toda esta escritura vieron e oyeron leer para cada una de las partes la suya e otorgaron que qualquiera dellas que parezca vala como si amas a dos pareclessen. Las quales yo Anthonio Carnero secretario del dicho señor rey de Portugal e publico notario general en todos sus reynos e señorios a mi fiel escrivano fize screvir e la concerte e doy de mi fe que los dichos procuradores amos fizieron cada uno por si el dicho juramento segun e en la manera que en esta escritura de capitulacion e assiento es contenido e declarado que cada uno dellos hovo de fazer e esta fue fecha en el dicho dia e mes e año atras escrito en la qual mi publica e acostumbra da señal fiz con los dichos testigos que conmigo aqui assignaron de sus propias señales.

La qual escritura de assiento e capitulacion vista e entendida por nos la aprovamos confirmamos e otorgamos e prometemos. E el rey mi señor e padre jura en nuestra anima ala Señal de la Cruz + (sic) y a los Santos Evangelios con sus manos corporalmente tocados presente el dicho (8 v.) Doctor Juan de Faria del Desembargo del dicho rey mi hermano que para ello nos embio que nos cumpliremos manternemos e guardaremos esta dicha escritura de capitulacion e todas las cosas en ella contenidas conviene a saber aquellas a que nos por virtud de la dicha capitulacion somos tenida e obligada de complir e cada una dellas e que a nos pertenezca a buena fe sin mal engaño sin arte sin cautela alguna por nos e por nuestros herederos e successores so las clausulas pactos e obligaciones vinculos e renunciaciones en esta dicha capitulacion contenidas y esso mismo por el dicho juramento juro el dicho rey don Fernando mi señor e padre que el como governador de nuestros reynos e señorios fara esta dicha capitulacion mantener e complir e guardar assi enteramente como en ella es contenido. E por certidumbre e corroboracion e covalidacion de todo mandamos fazer esta carta firmada por el dicho rey mi señor e padre y governador e sellada con nuestro sello de plomo para el dicho rey de Portugal nuestro muy amado e preciado hermano e para el dicho su constituyente.

Dada en la villa de Valladolid a xiiij dias del mes de noviembre año del nascimiento de Nuestro Señor Jhesu Christo de mil y quinientos y nueve años.

Yo el Rey

Yo Miguel Peres d'Almaçan secretario de la reyna de Castilla de Leon y de Granada etc mi señora la fize screvir por mandado del rey su padre.

(B. R.)

4290. XVIII, 1-11 — Demarcação feita à vila de Borba e Vila Viçosa. Vila Viçosa, 1437, Junho, 4. — *Pergaminho. Bom estado.*

4291. XVIII, 1-12 — Foral dado pelo Conde D. Henrique e infanta D. Teresa à vila de Constanti de Panolas. 1134. — *Pergaminho. Bom estado.*

4292. XVIII, 2-1 — Instrumento de vários documentos e de uns artigos pertencentes à inquirição que se tirou a respeito da contenda entre Portugal e Castela sobre as demarcações e termos das vilas de Noudar e Moura com Anzina Sola e Arouche. Hermida de São Pedro, 1493, Fevereiro, 22. — *Papel. 54 folhas. Bom estado.*

Vai
ate/
p. 105

Inquiriçam que se tirou pello Doutor Vasco Fernandez do Conselho del rei nosso senhor na terra da contenda junto com ho estremo de Castella sobre os termos da villa de Moura com a villa d'Arouche lugar dos reynos de Castella.

(1) Jhesus

Em nome da santissima e imdividia trindade Paadre Filho e Espiritu Santo e da santissima e gloriosissima Virgem Maria Nossa Senhora salbam os que estes autos e im estormentos (*sic*) e inquiriçõeas abaixo escriptas virem como no anno de Nosso Senhor Sallvador Jhesu Christo de myl iijcIRij annos aos xxij dias do mes de Fevereiro na hirmida de Sam Pedro que he terra que na verdade e na justiça he terra destes reynos de Portugall que esta no valle que vay teer a Vall Queymado se ajuntaram os honrrados e discriptos o Doutor Vasco Fernandez do Conselho e desenbargo do muito alto e muyto excelente princepe e muyto escrarecido senhor el rey Dom Joham ho segundo rey de Portugall e dos Allgarves daaquem e daallem mar em Africa e senhor de Guinea e o Licenciado Rodrigo de Coelha do Conselho do seranissimo e illustrisimo princepes el rey Dom Fernando e rainha Dona Isabell rey e rainha de Castella de Liam d'Aragam de Cezillia e de Graada etc como deputados e hordenados pellos dictos christianisimos e seranisimos senhores rey de Portugall e de Castella pera averem d'entender sobre duvidas e deferenças que avia antre os vizinhos e moradores das villas de Noudar e de Moura lugares destes reynos de Portugal de hũa parte e os vizinhos e moradores das villas d'Arouche e Anzinha Solla lugares dos reynos de Castella da outra sobre os limites devisõeas e demarcaçõeas que sam antre os dictos lugares queixando se e agravando se muyto ho (1 v.) comendador. E allem da dicta villa de Noudar e os juizes e concelho da dicta villa e bem asy os juizes e oficiaaaes (*sic*) e procurador da dicta villa de Moura que pellos concelhos das villas d'Arouche e Anzinha Solla lhes era tomado per força e violentamente hocupada muita terra que he e verdadeiramente perteence aas dictas villas de Noudar e Moura e pera determinarem as dictas deferenças e saberem per certa e verdadeira prova per onde partiam os termos das dictas villas e per onde eram os verdadeiros limites e malhõeas antre estes reynos e os de Castella os dictos christianisimos senhores rex asy de Portugall como de Castella deram seus intelros e muy abastantes poderes aos dictos doutor e licenciado segundo logo fizeram certo perante my Joham Jorge escudeiro do dicto senhor rey Dom Joham e notaíro especialmente deputado per sua autoridade reall pera escprever e dar fee de todo o que escprevesse acerca das dictas demarcaçõeas e deferenças delas hoferecendo logo o dicto doutor hũa carta patente escripta em purgaminho per Allvaro Barroso fecta na cidade de Lixboa a tres dias do mes de

Fevereiro do anno de Nosso Senhor Jhesus Christo de mill liij^{os} R^{os} annos e siinaada pello dicto illustrissimo senhor rey Dom Joham e asseelada com o seello pendente das quinas e armas do dicto senhor em cera vermelha cujo teor he este seginte

¶ Dom (2) Joham per graça de Deus rei de Portugall e dos Allgarves daaquem e daallem mar em Africa senhor de Guineea a quantos esta carta de poder e autoridade virem fazemos saber que confiando nos da bondade e brandura do Doutor Vasco Fernandez do noso Conselho e Desenbargo polla presente o fazemos noso soficiente e abastante procurador e lhe damos e outorgamos todo nosso conprido imteyro poder e autoridade e especiall mandado cum libera que elle vaa estar e estee com quaeesquer pessoas procuradores e negociadores e misigeiros que os muyto altos e muito excelentes e poderosos principes el rey e rainha de Castella de Liam d'Aragam de Cezillia de Graada etc nossos muito amados e prezados irmãos emviarem ao estremo dos dictos reynos pera que ajam de entender com o dicto doutor nos termos demarcações e limites malhões e devisões que sam antre os dictos reynos e os nosos sobre os quaes hy ha allgũas duvidas e deferenças e debates antre os vizinhos e moradores das villas de Moura e de Noudar lugares de nosos reynos e os vizinhos e moradores d'Anzinha Solla e doutros lugares dos dictos seus reynos de Castella e bem asy lhe damos e outorgamos o dicto poder e autoridade que nom soamente emtenda nas duvidas e debates que sam sobre os marcos limites e malhoes termos e demarcações dos dictos lugares mas ainda lhe damos e concedemos o dicto poder e lhe outorgamos a dicta autoridade que emtenda sobre duvidas e deferenças devisões e termos que aja antre quaeesquer lugares dos dictos reynos e dos nosos vizinhos e moradores delles ao quall dicto doutor noso procurador pera este caso especiall nos damos imteiro e conprido poder abastante (2 v.) e soficiente e especiall mandado cum libera que possa com os procuradores e mesegeiros dos dictos muyto alltos rey e rainha de Castella nosos irmãos praticar comsultar e com elles e sem elles emquerer e tirar quaeesquer inquirições e perguntar quaeesquer testemunhas que saibam ou tenham razom de saber quallquer cousa sobre as dictas demarcações e posa produzir quaeesquer escripturas autenticas que hy aja sobre as dictas demarcações e em especiall huuas que elle leva e lhe mandamos dar da nosa Torre do Tombo em que se contem as demarcações dos dictos lugares. E outrosy lhe damos mais o dicto poder e autoridade que possa estar com os dictos procuradores e pesoas emviadas pellos dictos rey e rainha nosos irmãos e praticar e asentar e concordar e firmar todo o que a elle doutor parecer razom e justiça asy sobre a terra que jaz antre os cabos de Bojador e de Nam. Como yso meesmo sobre as pescarias que fazem e vao e emviam fazer os naturales e sobdictos dos sobredictos rey e raynha de Castella e moradores e vizinhos de seus reynos e senhorios ao mar que jaz antre os dictos cabos de Nam e de Bojador que he terra e mar em que asy pollas bullas dos

Santos Paadres como polla nova capitollaçam e reformaçam das pazes se nam pode tratar negocear nem pescar sem nosa autoridade e especiall licença sob certas (3) penas nas dictas bullas e capitollaçam contheudas. E outrosy lhe damos mais o dicto poder e autoridade que possa asentar compoeer concordar e capitollar todo o que a elle dicto doutor parecer razom e justiça acerca das emxouvias que sam em terra da Africa do que he da nosa conquista dos reynos de Feez. E queremos e nos praz que todo o que pello dicto doutor Vasco Fernandez asy acerca dos dictos termos comfliins devisões e demarcações antre os dictos reynos de Castella e nossos como yso meesmo acerca da terra que esta antre os dictos cabos de Nam e do Bojador como outrosy acerca das dictas pescarias como tambem acerca das dictas emxouvias terra da Africa da conquista dos dictos reynos de Feez e cousas que de todo o que dicto he dependem e a elle forem annexas e connexas for dicto fecto consentido outorgado e formado asentado capitollado seja firme estavell e duradoiro pera sempre. E prometemos por nosa fee reall de o aveermos por rato e grato e de o guardarmos inviolavellmente e de nunca em tempo allguum hirmos contra elle em parte nem em todo em juizo nem fora delle directe nem indirecte per nos nem per outrem sob obrigaçam de todos nosos beens asy da coroa dos nosos regnos como patrimonlaaes que pera ello obrigamos e especiallmente ypothecamos e por firmeza e segurança de todo o que per elle for fecto asentado e capitollado acerca do que dicto he com os procuradores e pessoas que os dictos muito alltos e muito excellentes e poderosos principes el rey e rainha de Castella nosos irmãos (3 v.) enviarem lhe mandamos dar esta nosa carta de poder per nos asinaada e aseellaada com o seelo de nosas armas.

Dada em a nosa cidade de Lixboa tres dias do mes de Fevereiro Allvaro Barroso a fez anno de mill liij^oliij.

E pello dicto licenciado foy oferecida hũa carta escripta em papell que parecia seer asinaada pellos rex de Castella e tiinha em baixo per mandado del rey e da rainha de Santa Fee a blije dias do mes d'Abrill de liij^oliij da quall yso meesmo ho tehor he este que se segue

¶ Lycenceado de Coelha (*sic*) ja sabees como nos escrivistes que ho doutor Vasco Fernandez que hy enviou ho seranismo rey de Portugall nosso irmão a entender convosco sobre os termos trazia poder pera entender no de Anzinha Solla e Noudar e asy meesmo nas outras deferenças de termos que ha hy antre nosos reynos e os de Portugall nesa frontaria e porque vos nom avielees poder nosso salvo pera o de Anzinha Solla e Noudar duvida de começar a emtender em ello o doutor sopricando nos que vos emviasemos mandar o que nello ouveseiees de fazer ao quall vos respondemos que emtendeseles com o dicto doutor em todallas deferenças que hy ouvesse dos termos e no que allguua duvida ouvesse ho consultaselees com nos. Agora o dicto seranisymo rey nosso irmão nos escreveeo ho meesmo que vos nos ouvestes escripto e lhe escrevemos em reposta delo esto que vos aveemos enviado man-

dar pera mayor avondamento vo lo tornamos (4) a mandar agora polla presente e logo nos fazee saber o que nello se faz. De Santa Fee a blijo dias d'Abrill de iij^o (sic) El rey.

As quaees asy oferecidas como dicto he os dictos letrados começaram logo de negoçar em a dicta hirmida e preguntaram logo duas testemunhas de cada parte por seer asy per eles letrados hordenado que da parte de Portugall se dese hũa testemunha e por parte de Castella se desse outra em maneira que as provas fosem par i passo e juntamente per eles anbos letrados fosem perguntadas e emterrogadas as de Portugall pellos artigos de Portugall e as de Castella pellos artigos de Castella. E estando asy neste aseento depois desto ao dia seguinte que foram xxij dias do dicto mes de Fevereiro em a dicta hirmida de Sam Pedro honde o dicto licenciado estava asentado e apousentado pareceo Pedro comendador e alicalde moor da villa de Noudar com Estevam Pirez Carneiro juiz da dicta villa e Joham Gonçallvez escudeiro e tabeliam em a villa de Moura como procurador soficiente e abastante do dicto concelho de Moura foy logo requerido primeiramente pellos dictos comendador e juiz de Noudar a eles anbos letrados da parte dos lustrisimos (sic) rex de Portugall e de Castella que em semelhante terra e lugar nom quisesem negociar nem tirar suas inquiriçoẽes porque era terra e lugar de Portugall e terra de Noudar que lhes asy os d'Anzinha Solla tiñham tomada e ocupada. E que eles letrados poderiam hir negoçar e tirar suas inquiriçoẽes na terra da contenda que era terra que nom era de Castella nem de Portugall e pello semelhante moodo e maneira foy requerido pello dicto Joham Gonçallvez procurador de Moura que pero que ho (4 v.) comendador de Noudar e o juiz della disesem que era terra de Noudar que elle procurador de Moura a nom avia por terra de Noudar mas era verdadeiramente terra de Moura protestando se asy per hũa parte como pella outra e pedyndo delo estormentos que todo o que eles letrados aly em a dita terra da hirmida provas autos fezesem e tirasem fosem anulados cassados e avidos por rotos e nom ouvesem efecto allgum asy como cousa fecta por nom juizes pedyndo aos notairos que presentes eram hum e dous e muitos estormentos por guarda e conservaçam de seu direito a Vasco Gonçallvez tabellam puprico em a villa de Moura e a Lourenço Rodriguez yso meesmo tabellam em a dicta villa e notairo appostolico em estes reynos de Portugall e a mym escrivam ajuso nomeado que dese dello minha fee como notairo que era per autoridade reall do dicto senhor rey Dom Joham pera em os dictos fectos e negocios escprever. E ouvidos asy per eles letrados os dictos procuradores e o allegado per eles asy de hũa parte como da outra o dicto Doutor Vasco Fernandez veendo asy as dictas deferenças e como ele tiñha que era aly a terra da contenda e logo hy imcontinentemente lhe foy dicto per muitos antigos que aly em toda aquella terra e valle em que estava a dicta hirmida de Sam Pedro nom era terra de contenda requerera logo ao dicto llicenceado Rodrigo de Coelha que se pasassem

aa terra da contenda que era daly tres ou quatro tiros de beesta aalem da comiada da seerra que estava sobre o dicto (5) valle de Sam Pedro aveendo o logo por requerido citado asy verbalmente em pesoa perante os dictos notairos e de mym escrivam e de muitas pesoas asy portugueses como castelhanos. O qual requerimento logo em esa meesma ora e dia dentro em a dicta hirmida o dicto doutor enviou per escripto ao dicto licenceado pellos dictos notairos os quaees notairos passaram e deram o dicto estormento com reposta do dicto licenceado. O quall com os outros estormentos tirados pollo dicto comendador e procurador de Noudar e procurador de Moura que asy pidiram de suas protestaçoẽes vaaõ aqui adiante oferecidas de sob seus sinaaes pupricos e sam estes que se seguem.

E despois desto xxx dias do mes de Março o dicto Doutor Vasco Fernandez mandou a mym escrivam ajuso nomeado que porquanto os estormentos que os notairos passaram de suas fees dos autos e citaçoẽes que foram fectas ao dicto licenceado sam ofericidos os proprios e asentados na inquiriçam da villa de Noudar e por mais despacho e brevidade do çarramento desta inquiriçam da vila de Moura e por eles notairos os nom fazer em todos outra vez que eu os fizesse aqui trelladar de verbo e verbo e eles trelladados os dictos notairos os comcertem com os proprios e ponham aqui suas provaçoẽes de seus sinaaes e eu escrivam com eles como notairo que sam em estes negocios per autoridade reall del rei Dom Joham nosso senhor e os estormentos sam estes que se seguem. Joham Jorge esto escrivay.

(5 v.) Im nomine Dominy amem. Saibham quantos este estormento de requerimento e afronta e citaçam e enprazamento virem que no ano do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e iiij^{to} Rliij annos xxiij dias do mes de Fevereiro em a ermyda de Sam Pedro que he na tera destes reinos de Purtugall a cerca da aldea dos Barrancos sendo ho honrrado Doutor Vasco Fernandez do Conselho e Desembargo do muito illustre e alto e muito excelente e exclarecido princepe e muito poderoso senhor el rei Dom Joham o segundo rey de Purtugall e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa e senhor de Guine nosso senhor conde pallatino e cronista moor em todos seus reinos com toda alçada civell e crime antre Tejo e Odiana e aalem d'Odiana etc deputado e ordenado pello dicto senhor e envyado a este estremo dantre os reinos de Portugal e Castella per Sua Alteza pera com o licenceado Rodrigo de Qualha (*sic*) do Conselho dos serenissimos senhores rex Dom Fernando e raynha Dona Isabell rey e rainha de Castella e de Liam etc. Outrossy deputado e enviado pellos dictos rex ao dicto estremo pera anbos doutor e licenceado com seus escrivaaes pera ello deputados per Suas Altezas a saber Joham Jorge escudeiro da casa do dicto senhor rey Dom Joham de Purtugall nosso senhor e escrivam do seu Desembargo por escrivam

dante o dicto doutor e notairo puprico em todos seus negocios pello dicto modo todos doutor e licenceado e escriptvâes com poderes dos sobre-dictos rex pera ello suficiente e abastantes pera anbos doutor e licenceado averem de exminar (*sic*) testemunhas e assentenciar e demarcar e malhoar e confrontar os termos limites das villas de Moura e Noudar dos dictos reinos de Purtugall e Arouche e Anzina Solla dos reinos sendo (6) hy na dicta hermidia todos juntos e outros muitos logo pello dicto doutor foy dicto ao dicto licenceado que bem sabia como elles anbos tinham começado de negocear na dicta hermidia de Sam Pedro avia dous dias tendo elle doutor conteudo que a dicta hermidia era propria terra e verdadeira contenda por lho assy dizerem allguuns castelhanos moradores nos Barrancos chamando o a dicta ermyda Sam Pedro da Contenda e que tendo ora elles tiradas duas testemunhas de cada parte e estando pera tirar mais e pera proseguir seus negoceos ate a fim o concelho de Moura per Joham Gonçallvez seu procurador e assy o concelho de Noudar per Joham dos Guizes seu procurador e Pedro Afonso comendador da dicta villa de Noudar e alcaide moor della lhe fizeram hum requerimento per escripto per elles asinado que elle doutor e licenceado nom negoceassem dentro na dicta hermyda como em terra de contenda porquanto o nom era antez era terra de Purtugall. E que porquanto lhes era mandado e ordenado que anbos a negoceassem na terra da contenda e que nella tirassem suas inquirições asy as de Purtugall como as de Castella e elle doutor ora era enformado per testemunhas antigas asy de Castella como de Purtugall que mui bem sabiam a terra que andando nella senpre com seus gados de moços pequenos e de mui pequena hidade conheceram a dicta ermida por terra de Purtugall. E posto que a vocaçam della dissesse Sam Pedro da Contenda e pero que estevesse muito preto della nom he nem esta dentro na verdadeira terra e propria da contenda. E que porquanto seu entender delles doutor e licenciado senpre fora e hera da negocear na terra propria e da verdadeira contenda por ser mais auta (6 v.) pera seus negoceos que nhũa outra porquanto seus notairos anbos dentro na dicta terra da contenda podiam fazer fee e valler aquello que fizessem e escprevessem e fizessem nos dictos negoceos. Elle dicto doutor lhe requeria da parte de Suas Altezas que juntamente se pasassem dentro aa dicta terra da contenda que era mui preto a cerqua da dicta ermida de Sam Pedro menos de quatro de quatro (*sic*) tiros de beesta e que nella a negoceassem e acabassem seus autos como lhes per Suas Altezas era mandado e o elles sentissem por ser serviço de Deos e de Suas Altezas pois assy era antre elles ordenado e asentado que dentro na dicta contenda fossem que se elle licenceado duvidase no requerimento que lhes os dictos procurador de Moura e de Noudar e comendador della em nome da ordem fizeram que elle doutor logo em continente ali lho faria certo pellos mesmos seus antigos delle dicto licenceado e naturaes vizinhos de Castella que aly eram vyndos pera testemunhar por mandado delle dicto licenceado e que logo tomassem nello concrusam

e nom gastassem mais tempo. E o dicto licenciado respondeo ao dicto doutor e disse que a dicta ermida de Sam Pedro era terra da contenda e que elle doutor lhe escprevera certas cartas firmadas de seu nome em que dizia e nomeava a dicta hermyda de Sam Pedro por terra da contenda e que elle aly estava pera nella a negocear e acabar seus negocios e que nom queria pera ello outra prova nem tomar outras testemunhas soamente ser elle sabedor e certo que a dicta hermyda he terra de contenda e que pellas cartas misivas do dicto doutor que elle licenceado tinha firmadas de seu nome pareceria quando fosse tempo que elle licenceado nom avia de ordenar outro negocio e processo sobre a dicta ermida se estava em terra de contenda ou nam como ordenado era sobre o negoceo principall e o dicto doutor (7) disse ao dicto lecenceado que nom curasse de prosseguir appetitu (*sic*) nem vontade mas que fizesse e comprisse justiça asy como lhe hera mandado pellos rex de Castella porquanto elles eram hii vindos e juntos pera paz e assesseguo dos dictos reinos e naturaes delles e eram juizes pera fazer justiça e tirar as duvidas e nom pera fazer outras que lhe prouvese de o olhar e consirar melhor e que se duvida nello tivesse pera as meesmas testemunhas suas de dentro de dentro (*sic*) de Castella lhe faria certo logo aly em continente como a dicta ermida de Sam Pedro nom era verdadeira terra nem propria da contenda e que provando lho elle doutor assy lhe requeria da parte dos rex que elles se passassem logo aa dicta contenda a tirar suas inquiriões asy de Castella como de Purtugalll e dessem despacho finall a seus negoceos como per direito e justiça achassem. E que se lho nom provasse pellos dictos seus antigos que entam era prestes pera proseguir seus autos e negoceos juntamente com o dicto licenceado na dicta hermyda ou onde achassem que hera verdadeira terra e propria contenda pera que os seus notairos fizesem fee e vallese o que esprevessem como dicto he porque elle doutor nom contradizia o negocio principall em que elles anbos estavam mas contradizia o lugar que nom era aquelle em que seu notairo e o de Castella podessem ambos iguallmente fazer fee. E tanbem porque tirando se as dictas inquiriões na dicta ermyda sendo ja esta duvida pellos concelhos de Moura e Noudar movida poderia o dicto licenciado fazer fundamento que a dicta ermyda que he terra de Purtugalll ficasse em Contenda e provando se pellas inquiriões de Purtugalll que a terra de Vale Queimado que he dos dictos reinos de Purtugall estava occupada per violencia e per força pellos vezinhos de Anzina Solla dos reinos de Castella na restetuliçam (7 v.) della deria que nom entrava nella a terra onde esta assentada a dicta ermyda por ja ser concedida depois da dicta duvida movida por terra da Contenda. E que assy poderia dizer o dicto licenceado nom lhe vindo bem aquello que se pellas dictas inquiriões na dicta ermida filhadas provasse que nom era vallioso porque em caso que agora diga que he terra da Contenda entam diria que queria provar que nom hera terra da Contenda. E em caso que o dicto licenceado dissesse que pella carta que lhe elle

doutor mandasse firmada de seu nome se mostraria como o dicto doutor nomeava a dicta ermyda por terra da contenda elle doutor dizia que o dicto licenceado o nom podia por ello obrigar posto que o na dicta sua carta disera porque a dicta terra e ermyda de Sam Pedro nom ficava facta por ello terra de contenda por seer contra forma e desposiçam de toda justiça porque as pallavras enunciativas ditas por outra cousa nom provam nem tinham força de confissam irrevogavell como dizia o texto na ley qui familie ali Bartollo a saber fami heis e bem assy as pallavras enunciativas em que cabe e ha erro nom despoea ainda que seja em favor de causa pila textu he na ley cum testamentum e ali Bartolo c. (sic) de juris et facti igno e ainda as pallavras narrativas nom provavam como dizia o texto no capitulo si Papa de Privile li. bj. E que muitas outras razões em caso que elle doutor a dicta carta escrevera nom obrigava per direito a ser nem deixar de ser a dicta ermida terra ou nam terra de contenda porque as pallavras das cartas misivas que som pallavras enunciativas ditas a outro fim e nom pera aver de determinar cousa algia nom tiram nem dam nem fazem nem desfazem porem que elle doutor tanto (8) que ora novamente soubera que a dicta ermida nom era terra da contenda assy per castelhanos antigos como per portugueses logo se alevantara e nom quisera mais anegocear como lhe pelos dictos concelhos de Moura e Noudar era requerido pello quall requeria ao dicto licenceado da parte de Suas Altezas que logo ali em continente recebesse com elle a prova de seus antigos pera lhe per elles fazer certo como a ermida de Sam Pedro he terra de Portugall e nom he Contenda. Ao quall requerimento e alegações de direito o dicto licenceado respondeo respondeo (sic) per estas pallavras «dexa vos desso». E comtodo o dicto doutor disse que se o dicto licenceado asy fazer nom quisesse que elle se pasava logo com seu notario pera a terra verdadeira da contenda que hy esperava de estar e anegocear com o dicto licenceado se la quisesse huir e que requeria ao dicto licenciado que elle nom curasse de mais anegocear na dicta ermyda e fosse anegocear com elle aa terra da contenda pera ahy anegocear e exminarem juntamente anbos testemunhas de Portugall e de Castella e darem fim a seus negoceos e nom o querendo elle licenceado assy fazer elle doutor o citava e avia por citado e enprazado e requerido pera segunda feira esta primeira seguinte que seriam xxb dias do dicto mes de Fevereiro pera hir ver aa dicta terra da contenda como juravam as testemunhas que elle doutor esperava de preguntar por parte de Portugall e pera as exminar com elle e asy o avia por requerido e citado e enprazado pera todos os outros autos e incidentes delles e que nom hyndo elle dicto licenceado aa dicta terra da contenda anegocear como lhe requeria que protestava preguntar todallas testemunhas que lhe por parte do concelho de Moura (8 v.) e de Noudar fossem apresentadas aa sua revella delle e que protestava de mandar apregoar o dicto licenceado e o procurador de Sevylla a cada testemunha e termo que nos dictos negoceos e incidentes delles pas-

sasse e bem assy protestava que sabida a verdade pellas dictas inquiri-
çõees e pellas escrituras que ao dicto caso fazem poer malhões e
assentar e demarcar estes regnos de Purtugall com os de Castella e
todo o que per elle doutor assy fosse fecto per bem de suas inquirições
e escrituras fosse firme e fixo estavell e vallioso e pera senpre dura-
doiro e que pera as dictas cousas e cada hũa dellas avia o dicto licen-
ciado por citado e requerido pera todo de principio atee fim e pera os
autos e exucações de todo. E que pera semelhante modo lhe requeria
ao dicto licenceado que elle nom anegoceasse na dicta ermida pois era
terra de Purtugall e nom era contenda e que em caso que elle licenceado
fizesse o contraíro e anegoceasse na dicta ermida que elle doutor pro-
testava todos seus negoceos e inquirições e autos fectos na dicta ermida
de Sam Pedro nom serem em sy nhuuns e serem de nhum vallor e nom
fazerem agora nem em nhum tempo prejuizo ao inlustrisimo e seren-
isimo senhor rei Dom Joham nosso senhor nem aas dictas villas de Moura
e Noudar. E o dicto licenceado respondeo que outros requerimentos fazia
elle ao dicto doutor e comtodo o dicto doutor pedio dello a mym notairo
que com mynha fee e acordo e fee do dicto Joham Jorge notairo dos
dictos negoceos e de Vasco Gonçallvez e Joham Gonçallvez escudeiros
e tabaliães em a villa de Moura e com a fe e acordo das (9) testemunhas
que presentes eram lhe desse hum estormento aprovado per todos daquello
que se ali passara e todos viramos em fe e testemunho da verdade por
guarda e conservaçam do direito do dicto senhor rei de Purtugall nosso
senhor e de seus reinos reinos (*sic*).

Testemunhas que a todo esto presentes foram os sobredictos
notairo e tabellaes e Joham Afonso criado do dicto senhor e mei-
rinho por Sua Alteza em a villa de Moura e Afonso Gaarro mora-
dor em Elvas escudeiro do dicto senhor e rei das armas e Gonçalo
Mendes escudeiro e colaço de Dona Isabell da Silva e Rui Vaz
Pascoal e Joham Feyo outrosy escudeiro e Estevam Martinz Baixo
e Andre Martinz seu irmão e Diogo Alvarez e Martim Alvarez criados
do dicto doutor e Vasco Rodriguez morador nos Barrancos e todos os
outros sobredictos moradores em a villa de Moura e Gonçalo de Pinar
escrivam dos dictos negoceos por parte de Castella e Francisco de
Tovar alcaide d'Anzina Solla como procurador de Sevilha por Luis
Mendez Porto Carreiro vinte quatro de Sevilha e alcaide moor da dicta
villa d'Anzina Solla e Domingos Marquez alcaide da villa d'Arouche
todos estes castelhanos e outros muitos em fee e testemunho de verdade
eu notairo ajuso nomeado dou de mym fee que pasou assy. E porem
com a dicta mynha fe e acordo dos dictos notairos e tabeliães dey este
estormento ao dicto doutor que foy fecto e asinado per letra e propria
mão de mym Lourenço Rodríguez escudeiro da casa do senhor Duque
de Beja e vasallo do mui ilustrisimo e serenisimo senhor el rei Dom
Joham de Purtugall nosso senhor e tabeliam por Sua Alteza em a villa

de Moura e notairo gerall per autoridade apostollica que assy escripi e fiz nelle meu puprico sinall apostolico que tal he.

Digo eu Joham Jorge escudeiro do muito alto e muito excelente princepe e muito poderoso senhor el rei Dom Joham o segundo rey de Purtugall e dos Algarves daquem e dalem maar em Africa senhor de Guine (9 v.) nosso senhor escrivam do Desenbargo na sua Casa da Supricaçam e notairo destes negoceos das demarcações per especial autoridade de Sua Alteza que todo o em cima contheudo neste estormento fecto per Lourenço Rodriguez tabellam na villa de Moura e notairo apostolico se passou assy e pella maneira que se nelle contem e fuy presente e inte-resente a todos e a cada hum dos autos no dicto estormento conteudos e celebrados e dou mynha fee como puprico notairo dos dictos negoceos das demarcações que todo he verdade e portanto aprovo e retefico e ey por firme rato e grato todo o que nelle pello dicto Lourenço Rodriguez he escripto e em testemunho de verdade escprevi esta aprovaçam de mynha mão e asiney de meu puprico sinal que tal he.

Eu Vasco Gonçallvez tabellam em a villa de Moura por el rei noso senhor dou de mym fe que todo o contheudo neste estormento atras per Lourenço Rodriguez tabeliam e notairo apostolico he verdade asy e tam compridamente como se nelle contem porque a todo fuy presente com os sobredictos Joham Jorge e Joham Gonçallvez e o dicto Lourenço Rodriguez e com as testemunhas e em fe e testemunho de verdade fiz aqui per minha mão esta aprovaçam e fiz aqui meu puprico sinal que tal he.

Eu Joham Gonçallvez tabeliam em a villa de Moura por el rei noso senhor dou de mym fe que todo o contheudo em este estormento escripto atras sprito (*sic*) por Lourenço Rodriguez tabellam na dicta villa per Sua Alteza e notairo apostollico he verdade asy e tam compridamente como se nelle contem e a todo fuy presente com os sobredictos Joham Jorge e Vasco Gonçallvez e Lourenço Rodriguez e com as testemunhas em o dicto estormento nomeadas e em testemunho de verdade esto per mynha mão escprevi e aqui meu puprico sinall fiz que tall he.

(10) In Dei nomine amen. Salbham quantos este estormento de requerimento e protestaçon e afronta e citaçam e enprazamento virem que no ano do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e iij^{ta} Rliij anos xxb dias do mes de Fevereiro em a aldea dos Barrancos termo da villa de Noudar sendo hy o honrrado Doutor Vasco Fernandez do Conselho e Desembargo do muito alto e muito excelente e esclarecido princepe e muito poderoso senhor el rei Dom Joham de Purtugall e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa e senhor de Guine conde pallatino e

cronista moor em todos seus regnos e senhorios do dicto senhor rei Dom Joham o 2º noso senhor com seu poder e alçada civil e crime antre Tejo e Odiana e Riba d'Odiana sendo asy o dicto Doutor per elle foy dicto a mym tabeliam e notairo ao diante nomeado que a serviço do dicto senhor e a bem de direito e justiça por boa concordya e paz e amor e assesego de seus reynos com os de Castela compria que eu com duas testemunhas fosse logo em continente dentro aa ermida de Sam Pedro que esta e he terra dos reynos do dicto senhor que era mea legoa da dicta aldea dos Barrancos onde estava o honrrado licenceado Rodrigo de Qualha outrosy do Conselho dos serenissimos senhores rey Dom Fernando e raynha Dona Isabell de Castella e de Liam etc anbos elles dicto doutor e licenciado deputados e ordenados e envyados pellos dictos senhores rey de Purtugall noso senhor e dos de Castella e com elles por escriptvâes Joham Jorge escriptavam do Desenbargo do dicto senhor noso senhor e Gonçalo de Pinar pera as deferenças e duvidas das demarcações e lemites e malhões dos lugares e villas de Moura e Noudar de Purtugall e Arouche e Anzina Solla de Castela com poderes abastantes dos dictos rex asy de Purtugall como de Castella pera anbos asentencear e julgar e demarcar os termos e limites das dictas villas e lugares como juizes e procuradores dos dictos senhores rex. E que eu tabeliam e notairo dissesse e requeresse da parte d'elle doutor em nome do dicto senhor rey Dom Joham noso senhor como seu procurador e juiz que elle doutor requeria da parte dos dictos rex de Castella a elle dicto (10 v.) licenciado cujo juiz e procurador elle hera e assy del rei nosso senhor que elle viesse logo neste presente dia a estar com elle e a negociar sobre o que dicto he como lhes era mandado e ordenado dentro na terra propria e de verdadeira contenda que era o Valle d'Atalayoella onde se elle doutor logo hia apousentar em suas tendas que ja la dous dias avya que tinha armadas e seu fato asentado e testemunhas antigas hy prestes pera logo per elles doutor e licenciado serem interrogadas e preguntadas e examinadas e que se o elle dicto licenciado asy fazer nom quisesse que eu tabeliam e notairo lhe dissesse que elle o avia por citado e requerido e enprazado pera tres autos que espera de fazer per bem de justiça e direito e por serviço dos dictos senhores rex. O primeiro era que se elle licenciado quisesse que anbos juntamente interrogassem e examinassem testemunhas antigas e dignas de fee sobre e por rezam da dicta ermida de Sam Pedro onde ora elle dicto licenceado estava e queria anegocear que nom era terra propria nem verdadeira contenda onde elles com direito nom podiam anegocear por ser terra e ermida de Purtugall e nom contenda verdadeira nem propria como o era o Valle d'Atalayoella onde se elle doutor logo hya apousentar pera hy fazer e negociar e comprir com boa vontade aquello a que era vindo e que requeria ao dicto licenciado que nom anegoceasse dentro na dicta ermida que era terra de Purtugall onde todo o que elle e seu escriptavam faziam era per direito nhum e que asy o protestava e reclamava e o segundo auto pera

que o tanbem citava e requeria era que fosse estar com elle aa inqui-
riçam e prova que queria de testemunhas antigas e dinas deste de como
o dicto Valle da Atalayoella onde elle esperava d'estar e anegocear
era terra verdadeira e propria de contenda avida e conhecida pellos anti-
gos de Moura e Arouche dos dictos regnos de Purtugall (11) e Castella
por verdadeira contenda aos quaes soomente a dicta contenda pertence
e a nhuuns outros nam. E que o terceiro auto pera que o outrosy citava
e requeria era o dicto negoceo principall das dictas demarcaçõeas e divi-
sões dos dictos reinos e limites e termos das dictas villas de Purtugall
e de Castella a que eram vindos e deputados pera os quaeas autos e cada
hum delles elle doutor em nome do dicto senhor rei Dom Joham de
Purtugall noso senhor avia ao dicto licenciado por parte dos dictos senho-
res rex Dom Fernando e Dona Isabell de Castella por citado e enpra-
zado e requerido e afrontado e que assy o citava e requeria pello dicto
modo pera todo incidente dos dictos autos e negoceos e obras e exu-
cações e cousas a ello pertencentes e convinientes e necesarios asy pera
preguntar e examinar testemunhas como pera proseguir pellos dictos
negoceos e divisões e marcações dos dictos reinos e villas e lugares e
termos e limites e que nom hyndo elle licenciado nem querendo hyr a
ello ser presente pera o com elle doutor fazer juntamente como lhes era
mandado pellos dictos rex que elle doutor aa sua revella o faria e pro-
segueria ate fim como fosse rezam e justiça e o mandaria apregoar no
principio e meo e fim dos dictos autos e cada hum delles e de sua obra
e execaçam tantas quantas vezes e em tantos tempos quantos lhe com-
pridoiros parecessem por direito pera mais valledoiros serem per justiça
e direito e mandava a mym dicto tabellam e notairo que fosse logo com
duas testemunhas a fazer o dicto requerimento e citaçam e empra-
zamento e protesto ao dicto licenciado e com sua reposta e minha fee lhe
desse hum puprico estormento por guarda e conservaçam do direito e
justiça do dicto senhor rei Dom Joham nosso senhor e das dictas villas
de Moura e Noudar de seus reinos. E logo eu dicto tabeliam e notairo
encontinente em comprimento do dicto requerimento e mandado do dicto
doutor fuy aa dicta ermyda de Sam Pedro onde o achey estar dentro
o dicto licenciado ao quall fiz o dicto requerimento e citaçam (11 v.) e
enprazamento pello modo e guissa que dicto he segundo em cima mais
compridamente se no mandado do dicto doutor contem.

O quall licenciado deu em reposta que posto que elle nom era obri-
gado de responder a mym salvo ao dicto doutor elle dizia que estava em
terra de contenda e que contenda que era que elle o sabia mui certo por
antigos e que nisso nom avia duvida nhúa e que aly estava pera começar
seus negoceos como tinha começados e que elle nom tivera em conta
de se logo passar a terra da Contenda pera hy negocear com o dicto
doutor segundo lhe elle requeria mas que bem sabia todos seus negoceos
que taes eram que depois que la fosse e comesassem d'anegocear que
tornaria a mover outra duvida ou cousa por onde outra vez deixassem

seu negoceo e que escusado fora outra citaçam salvo a que fecta fora este sabado passado em pessoa do dicto doutor e que elle fazia outros taes requerimentos ao dicto doutor e que dally nom parteria ate nom ver recado del rei del rei (*sic*) de Purtugall a que elle escrivia todo. A quall resposta elle licenciado deu sendo presentes Per Estevam escrprivam em Anzina Solla e Gonçalo de Pinar escrprivam deputado pera os dictos negoceos com o dicto licenciado e Francisco de Tovar alcaide d'Anzina Solla e outros muitos. Com a quall reposta eu logo vim ao dicto doutor e lha dey em presença de Joham Jorge escrprivam dos dictos negoceos e de Joham Gonçallvez e Vasco Gonçallvez escudeiros e tabeliães em a villa de Moura e outros muitos dentro no dicto Valle d'Atalayocella onde o achey estar com suas tendas armadas e fato e antigos que hi eram pera ser preguntados acerca dos dictos negoceos. O quall valle he verdadeira e propria terra da contenda onde assy o dicto doutor estava e tanto que lhe a dicta reposta dey me pedio dello hum puprico estormento e eu lho dey em fee e testemunho de verdade. Testemunhas que a todo esto comigo senpre presentes foram Joham Afonso criado del rei noso senhor e Diogo Alvarez escudeiro e morador em a cidade de Lixboa (12) e outros e eu Lourenço Rodriguez escudeiro da casa do senhor duque e tabeliam por el rei nosso senhor em a dicta villa de Moura e notairo per autoridade apostolica que esto escrivy e aquy meu pupryco sinall apostollico fiz que tall he.

Saibham quantos este estormento de requerimento e protestaçam virem como no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mill e iiij^{ta}RIij^{ta} anos xxliij dias do mes de Fevereiro em a ermyda de Sam Pedro que he a cerca da terra da Contenda e preto de Vall Queimado sendo hy os honrrados doutor Vasco Fernandez do Conselho e Desembargo del rei Dom Joham o segundo noso senhor e com elle o licenciado Rodrigo de Qualha outrosy do Conselho dos senhores rex Dom Fernando e raynha Dona Isabell de Castella anbos deputados e ordenados e envyados a este estremo pera determinar as duvidas e debates dos termos e limites e malhões dos dictos regnos e demarcações delles sendo asy os sobredictos doutor e licenciado dentro na dicta ermyda pera tirarem e examinarem testemunhas juntamente sobre os dictos negoceos com seus notairos que hi presentes estavam perante elles pareceo Joham Gonçallvez escudeiro e tabeliam em a dicta villa de Moura e procurador do concelho da dicta villa per vertude de hũa procuraçam abastante que logo hi apresentou da quall o theor he este que se ao diante segue

Saibham quantos esta presente procuraçam virem que aos xliij^{ta} dias do mes de Fevereiro do ano do (12) nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e iiij^{ta}RIij^{ta} anos em a villa de Moura aa porta da praça da dicta villa sendo hy Fernam Lopez de Carvalho cavaleiro e juiz em ella por el rei noso senhor e Lopo Mendez e Afonso Rodriguez da Vaca

e Francisco Tenreiro e Bento Vaz escudeiros e vereadores e Fernam Pirez outrosy escudeiro procurador do concelho em a mesma logo per elles foy dicto em presença de mym Pedro Alvarez puprico tabeliam e das testemunhas adiante nomeadas que elles faziam e ordenavam por seu certo procurador lidimo e avondoso suficiente perfecto em todo no millhor modo e maneira que o elle pode e deve ser e per direito mais valler com poder de soestabellecer outro procurador ou procuradores se cumprir a Joham Gonçallvez escudeiro e tabeliam das notas em a sobre-dicta villa e mostrador da presente ao qual disseram que davam todo seu comprido poder e mandado especial que elle requeira e referte em nome deste concelho todo seu direito e liberdade perante o Doutor Vasco Fernandez do Conselho de Sua Alteza e seu desembargador com toda sua alçada etc. O qual foy enviado pello dicto senhor sobre e por razam das demarcações dos termos desta dicta villa e Anzina Solla e Arouche dos reinos de Castella e assy perante o licenceado Rodrigo de Qualha outrossy envyado pellos senhores rey Dom Fernando e raynha Dona Isabell rex de Castella aas dictas demarcações perante os quaes elle seu procurador em juizo e fora delle requeira sobre as dictas demarcações todo o direito deste concelho testemunhas apresentar e poer contradictas e fazer todas outras cousas e diligencias que aa ordem e figura de juizo forem compridoiras assy como todo (13) boom procurador deve e he theudo fazer e o que elles constituyntes fariam e diriam se a todo presentes fossem podendo jurar em suas almas juramento de calunia cesoro (?) e de veritate dicenda e outro quallquer juramento licito e onesto com direito lhe seja demandado e asy disseram que lhe davam e outorgavam e aviam aqui por dados expressos e decrarados todollos poderes aqui necessarios posto que de cada hum em especial aqui nom faça expressa mençam que todo disseram que aviam e prometiam de todo averem por firme rapto e vallioso pera todo senpre quanto pello dicto seu procurador e per seus sob estabelecidos em este caso for fecto dicto procurado e firmado rellevando o de todo emcargos de satisfaçam segundo o direito otorga sob obrigaçam de todos beens e rendas deste concelho que pera ello disseram que obrigavam e assy disseram que lhe davam a elle seu procurador pera requerer perante o dicto doutor e licenceado quallquer outra liberdade e direito que a esta villa que seja servyço do dicto senhor rey noso senhor e bem e proill della. *Testemunhas* que presentes foram Luiz Mendez e Martim Fernandez fidalgo e Diogo Fernandez Barreto escudeiros em esta villa moradores e outros e eu Pedro Alvarez tabeliam em a dicta villa por el rei noso (*sic*) que esto esprivi e meu puprico sinall fiz que tall he e apresentada assy a dicta procuraçam como dicto he o dicto Joham Gonçallvez per virtude delle em nome do concelho de Moura fez aos dictos doutor e licenciado hum requerimento per escripto de sua mão e per elle assynado do quall o theor he este que se ao diante segue.

¶ Virtuosos senhores (13 v.) e concelho da vila de Moura por mym

seu procurador vos requiere a vos senhor licenciado da parte dos mui ilustrisimos rex de Castella e pello semelhante a vos doutor da parte do mui ilustrisimo rey de Portugall nosso senhor que estas inquirições que ora asy aqui tiraes e negoceos de nossas determinações que aqui querees fazer as nom façaes nesta igreja de Sam Pedro soamente na terra da contenda passando vos logo a ella e com a graça de Noso Senhor Deus hy poderees concludyr o por que aqui soes vindos porquanto esta igreja he terra onde ora estaes he propria isenta da villa de Moura e fazendo vos o contraíro em vos nom passando aa dita contenda. O dito concelho de Moura protesta agora nem em tempo algum nom lhe vyr desto algum prejuizo nem perecer seu direito e lhe ficar resguardado a nom ser esbulhado nem desfraudado do seu por bem de nossos negoceos que ora aqui fazees o que nom devees de fazer protestando mais toda cousa que fecta tendes ou fizerdes em esta terra de Moura ser em synhũa e toda perda e dano que se sobre esto recrescesse fazendo vos senhores o contraro carreguem todo sobre vos e dello dardes conta aos dictos senhores rex e vo lo estranharem como forem suas merces e deste requerimento que aquy faço em nome do dicto concelho de Moura com reposta dos dictos senhores ou sem ella vos Vasco Gonçalvez que aqui soes tabellam me darees hum estromento com Lourenço Rodrigues por guarda e conservaçam do dicto concelho de Moura. E apresentado assy o dicto requerimento como dicto he o dicto Rodrigo de Qualha licenciado respondeo per escripto e per sua mão asinado esto que se adiante segue

[Eu o licenciado Rodrigo de Qualha do Conselho del rei e da rainha meus senhores e seu juiz em seu nome em rezam da deferença e debate dos termos que he antre Anzina Solla e Noudar e Arouche (14) e Moura e dos outros debates e defferenças dos termos quaesquer antre Portugall e Castella digo que eu nom consento nas protestaçoões e requerimentos fectos pello dicto Joham Gonçalvez procurador que se diz da villa de Moura pellas razões seguyntes. O primeiro porque o dicto Joham Gonçalvez nom he parte pera pedir o que pede nem fazer o dicto requerimento nem tal poder mostra. O outro posto que o fizesse digo que nom conheço a outrem por parte pera poder pedir e dizer o por elle dicto salvo ao doutor Vasco Fernandez ao quall o serenissimo senhor rey de Portugall deu seus poderes compridos pera determinar deseedir comigo juntamente o sussodicto o quall dicto doutor enlegeo esta ermyda de Sam Pedro por contenda segundo parecera por suas cartas firmadas de seu nome e por virtude do dicto asento se am começado de receber e examinar as testemunhas d'anbas as dictas partes e asy por esto como porque he mui notorio a dicta ermyda de Sam Pedro estar em contenda que eu por rezam do susodicto entendo d'estar na dicta ermyda recebendo quaesquer testemunhas e escripturas que o procurador da dicta cidade de Sevilha quiser apresentar em favor de seu direito e asy mesmo farey todo o que o dicto doutor quiser presentar e trazer ante mym na

dicta ermyda e farey todo o que per Suas Altezas me he mandado e esta asentado com o dicto doutor o quall he parte como dicto tenho pera pedir e requerer o pedido e requerido pello dicto procurador de Moura e esto digo que dou por mynha reposta e peço ao escriptam e tabellam que nom de estormento ao dicto procurador de Moura sem esta mynha reposta e aos presentes rogo que sejam dello testemunhas.

¶ E pello dicto modo o dicto doutor deu outra reposta ao dicto requerimento per sua mão escripta e asynada da quall o teor (14 v.) he este que se ao diante segue

¶ Respondo eu o Doutor Vasco Fernandez do Conselho e Desenbargo del rei noso senhor a este requerimento de Joham Gonçalves escudeiro da vila de Moura como aa reposta do licenciado Rodrigo de Qualha que eu senpre tive e persumy que a terra honde esta asentada a ermyda de Sam Pedro era terra da Contenda por mo asy dizerem vizinhos dos Barrancos que sam castelhanos e pouco amigos do proveito destes regnos e fazem mais perda nestes reinos que proveyto. E pello asy prosumyr (*sic*) me aprove que o dicto licenciado e eu negoceasemos nella como em terra que eu tinha que era verdadeiramente contenda mas tanto que soube que era terra da contenda logo duvidey de fazermos o negoceo nella porque eu nom consenti que negoceasemos na ermyda de Sam Pedro senam como em terra da contenda e que o dicto licenciado queira dizer que eu consenty nella diz verdade e se quer dizer que pois consenti nella que por yso he terra de contenda digo que ou eu nom sey nada ou esta rezam nom concrude porque o meu afirmar e o meu negocear nom faz nem desfaz e nom muda nem tira nem da. E estas mynhas pallavras enunciativas que nom foram dictas pera fazer da terra e nem que esta a dicta hermyda terra de contenda mas pera dizer que negoceasemos na contenda nom despoem nem fazem direito. Ora se se acha per certa e verdadeira prova que a terra em que esta a dicta ermyda nom he terra de contenda como a farey eu de contenda senom se o ella verdadeiramente e se se provar que o ella he e porquanto ao tempo que eu esta mynha reposta dey eu tinha ja examynadas algũas testemunhas sobre o caso pera o (15) ouve por citado o dicto licenciado e per seus dictos me consta mui craramente que a terra da dicta ermydade (*sic*) nom he terra da contenda. Eu sam mui contente de negocear na dicta terra da Contenda e nam na dicta ermyda. E por ello me parti logo e fiz meus requerimentos ao dicto licenceado que logo nos mudassemos pera a terra da contenda onde anbos juntamente fariamos nossos exames e lhe requeri que nom que nom (*sic*) querendo elle a sua revelia eu preguntaria na terra da contenda mynhas testemunhas pera onde me logo mudey e com esta mynha reposta lhe dem ao sopricante estormento com protestaçam de triplicar (*sic*) se comprir. E dada asy a dicta reposta como dicto he o dicto Joham Gonçalves pedio dello em nome do concelho de Moura por guarda de sua justiça hum estormento e o dicto doutor e licenciado lho mandaram dar. Testemunhas que presentes foram Joham Jorge e

Gonçalo de Pinar notarios dos dictos negoceos e Joham Feyo e Joham Afonso meirinho e Gonçalo Mendez e Estevam Martinz Baixo escudeiros e moradores em a villa de Moura e outros. E eu Lourenço Rodriguez escudeiro da casa do senhor duque de Beja e tabellam por el rei noso senhor em a dicta villa de Moura e notairo gerall per autoridade apostollica esto escripvi e aqui meu puprico sinall fiiz que tall he.

(15 v.) Saibham quantos este estormento de requerimento e protestaçam virem que no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil e ilij:RIij annos xxij dias do mes de Fevereiro em a ermyda de Sam Pedro que he a cerca da Contenda de Moura e Arouche e a cerca de Vall Queimado sendo hy os honrados Doutor Vasco Fernandez do Conselho del rei Dom Joham o segundo de Purtugall nosso senhor e com elle o licenciado Rodrigo de Qualha outrosy do Conselho dos reis de Castella ambos ordenados e deputados pera determinar as duvidas dos termos dos ditos regnos e fazerem demarcaçam antre elles como per direito achassem sendo elles doutor e licenciado juntamente com seus notairos dentro na dicta ermyda pera tirarem inquirições e preguntarem testemunhas sobre as dictas duvydas perante elles pareceram Pedro Afonso comendador da villa de Noudar em nome da Ordem d'Avis e Estevam Pirez Çapatam juiz ordenairo em a villa de Noudar e logo per elles anbos juntamente foy dicto aos dictos doutor e licenciado hum requerimento per escripto per elles asinado do quall o theor he este que se ao diante segue

¶ Virtuosos senhores licenciado Rodrigo de Qualha e Doutor Vasco Fernandez o comendador da villa de Noudar em nome do manifico senhor o senhor Dom Jorge perpetu (*sic*) aministrador da Ordem d'Avis vos requeiro que nom anegoceeis nesta hermyda de Sam Pedro como terra porque o nom sallo da Ordem e da villa de Noudar e se vos nella anegoceas como em terra de Noudar que o façaes em boa hora. Porem eu en nome (16)) do dicto senhor Dom Jorge da Ordem e assy Joham Gonçalvez dos Guyzes (*sic*) procurador do dicto concelho de Noudar vos requeremos da parte dos ilustrissimos rex de Castella e de Purtugall nosso senhor que vos o façaes assy e nom o fazendo nos protestamos elles se tornarem a vos e nosso direito nom parecer por iso mas ficar resguardado e sãão em todo tempo e peço a vos Vasco Gonçalvez tabellam e a Lourenço Rodriguez dello hum estormento por guarda do direito e do concelho da dicta villa. E apresentado assy o dicto requerimento como dicto he os dictos doutor e licenciado deram a elle suas repostas per escripto e per elles asinadas das (*sic*) o theor he este que se adiante segue

Eu o licenciado Rodrigo de Qualha do Conselho del rei e da rainha de Castella de Liam d'Aragam e de Cezilia e de Guarda etc meus senhores e seu juiz em seu nome em rezam das deferenças e debates de termos

que he antre Anzina Solla e Noudar e Arouche e Moura e dos outros debates e deferenças de termos e em quaesquer antre Castela e Purtugall digo que eu nom consento em as protestaçoẽs e requerimentos fectos pello dicto comendador de Noudar que se diz pellas rezõees seguyntes. O primeiro porque o dicto comendador nom he parte pera pedir o que pede nem tal poder mostrar do senhor Mestre da Ordem d'Avis. O outro posto que o fosse e tall poder mostrase digo que nom conheço a outro por parte salvo ao Doutor Vasco Fernandez ao qual o serenissimo senhor rei de Purtugall e o dicto senhor Mestre d'Avis deram seus poderes compridos pera detriminar e decedir comigo juntamente o susodicto o quall dicto doutor emlegeo esta hermyda de Sam Pedro por Contenda segundo por suas cartas (16 v.) firmadas de seu nome e por virtude do dicto assento se am começado receber e examinar as testemunhas de anbas as dictas partes e assy por esto como porque he muy notorio a dicta ermyda de Sam Pedro esta em Contenda que eu por rezam do susodicto entendo estar na dicta ermyda recebendo quaesquer testemunhas e escrituras que o procurador da dicta cidade de Sevyilha em seu nome quyser asinar e asy mesmo farey todo o que o dicto doutor quyser trazer e apresentar ante mym em a dicta ermyda e farey todo o que per Suas Altezas me he mandado e estado asentado com o dicto doutor conforme o direito o quall he parte como dicto tem pera pedir e receber o pedido e recebydo pello dicto comendador (?) e isto que deu por reposta e peço ao escrivam e tabeliam que nom dee estormento ao dicto comendador sem esta mynha reposta e aos senhores que sam dello testemunhas.

Os quaees estormentos asy trelladados dos proprios que vam na inquiriçam de Noudar com Anzinha Solla o dicto doutor mandou que se assentasse e trelladasem os artigos per honde se a dicta inquiriçam de Moura tirou hos quaees sam estes que se seguem

Item primeiramente pella foz que se chama a Corte do Allemo honde esta ou soya d'estar hũa (17) lousa ancha chantada e daly como se vay aa Corte do Pereiro sobre o poço da Negrita a hũa soveireira que esta ou soya d'estar em cima de hũa cabeça alta e ao pee desta soveireira soya d'estar hum grande monte de pedras e desta soveireira como se vay pella espiga da serra aos picos d'Arouche vertente a auga contra Chança e contra Campo de Gamos e dos picos d'Arouche como se vay a Atalaya de Rollam e d'Atallaya de Rollam aa Cabeça dos Beesteiros e dhy em diante ao Cabeço Azanbujoso e do Cabeço Azanbujoso aos Moynhos do Sylho e dos Moynhos do Sylho a Penafrol e de Penafroll ao Alcarnoque que esta sobre Anzinha Solla honde soya d'estar em hum cabeço contra Enxarez ficando o dicto lugar d'Anzinha Solla dentro no termo de Moura.

2 Item provar se a que Dom Diego Ordonhez como procurador del rey Dom Afonso de Castela e com outorga do concelho de Sevilha veeo partir esta terra pellos limites e confrontações ja nomeados com Vasco Pirez Frayam e com Vasco Martinz procuradores que foram da Hordem do Ospital e do concelho de Moura e todos juntamente per poderes dos rex de Portugall e de Castella que pera elo traziam (17 v.) de seus prazeres e concordia e livres vontades com outorga dos dictos concelhos chantaram marcos e malhões pellas devisões acima decraradas e ouveram os dictos reynos pellas dictas confrontações por demarcados e devisados.

3º Item provar se a que toda esta terra devisada e lymetada pellas confrontações acima decraradas he terra de Portugall e que propriamente pertencee aa villa de Moura a quall esteve em posse de toda a dicta terra pacificamente sem contradicam alguma per viinte coreenta saseenta e oyteenta e cento annos e per tanto tempo que a memoria dos homeens nom era em contrairo.

4º Item provar se a que a villa d'Arouche e d'Anzinha Solla que ao sobredito tempo era aldea de Moura per sua propria força e autordade forçaram e esbulharam a dicta vylla de Moura da terra devisada e limitada pollo dicto Dom Diego Hordonhez pellos limites e confrontações que dictas sam desa Cabeça do Pereiro pera a parte de Castela e atee oje em este dia he occupada e a pesuem violentamente contra vontade e prazer do (18) hilustrisimo e seranisimo senhor rey Dom Joham de Portugall e contra vontade do dicto concelho de Moura cuja a dicta terra verdadeiramente he.

E desto he puprica voz e fama.

Pede o dicto concelho de Moura restetuiçam da dicta terra pellas devisões em seus artigos decraradas.

Pellos quaees artigos se tirou a inquiriçam que se segue (1)

(22) Jhesus

Inquiriçam que se tirou sobre as demarcações e devisões dos termos de Noudar com Anzinha Solla em a terra da Contenda aa reveria do licenciado Rodrigo de Colha do Conselho dos rex de Castella pello Doutor Vasco Fernandez do Conselho del rei noso senhor etc.

Anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill iij^{tos} Rliij^{tos} xxb dias do mes de Fevereiro. O Doutor Vasco Fernandez do Conselho do

(1) Tem três folhas em branco — 19, 20, 21 — começando depois a inquirição citada.

muy alto e muy excelente e escrarecido principe el rei Dom Joham o segundo rey de Portugall e dos Algarves daaquem e daalem mar em Africa senhor de Guineea emvyado por Sua Alteza as demarcações e devisões dantre os lugares de Noudar e Anzinha Solla e asy dos lugares d'Arouche e villa de Moura segundo forma dos seus poderes que lhe pello dicto senhor a elle foram dados que atras ficam trelladados e bem asy com ho poder do muy exceellente ho senhor Dom Jorge filho do dicto hyllustrisimo e seranysimo senhor rey Dom Joham guovernador e amynistrador perpetuado (*sic*) do Mestrado e Hordem e Cavalaria d'Avis de cuja Hordem a dicta villa de Noudar he comigo Joham Jorge escrivam do Desenbargo do dicto senhor que com o dicto doutor fuy hordenado e enviado pera aver de scprever por sua autoridade reall em as dictas demarcações e devisões tirou e preguntou comigo estas testemunhas as quaees ante de serem preguntadas pello dicto licenciado Rodrigo de Colha do Conselho dos lustrisimos rex de Castella nom querem viir nem seer presente asy ele como o procurador de Sevilha ao tirar delas pero que fose pera ello requerido principalmente pello dicto doutor e bem asy per Lourenço Rodriguez tabeliam e notairo appostolico e Vasco Gonçalvez e Joham Gonçalvez todos tabaliães em a villa de Moura segundo se continha per hum requerimento fecto pello dicto doutor ao dicto licenciado verbalmente em pesoa dos dictos notairos e em pessoa de mym escrivam fez o quall lhe (22 v.) ele dicto doutor enviou em escripto pellos dictos notairos de que os dictos tabeliaaes logo com a reposta do dicto licenciado pasaram seu estormento o quall requerimento lhe foy fecto dentro em a hermda de Sam Pedro que he fora desta terra da Contenda em que se preguntam e examina as testemunhas de Portugal aos xxiiij dias do dicto mes de Fevereiro segundo mais conpridamente se contem no estormento que os dictos tabaliães pasaram ho quall atras fica oferecido com os dictos poderes e o dicto requerimento se fez por se achar por verdadeira prova que a hermda de Sam Pedro honde o dicto lycenceado esta asentado nom he terra da contenda seendo o dicto doutor e lycenceado requeridos per Pedro Afonso comendador e alcaide moor de Noudar e pello juiz do dicto lugar de Noudar Stevam Pirez Carneiro e per Joham Gonçalvez escudeiro procurador da dicta villa de Moura que nom negoceassem na dicta hirmida como em terra da contenda e protestavam todo o que atee emtam tiñham fecto e dhy em diante fazerem seer nhuum segundo mais largamente nos requerimentos e estormentos que dello tirarem era contheudo.

E lo (*sic*) em o dicto dia dos dictos xxv dias de Fevereiro que era a primeira segunda feira da Coreesma que era o primeiro termo per autoria a que o dicto licenciado avia de viir e parecer pera tirar a dicta inquiriçam com o dicto doutor seendo já oras pera elo comvinientes que seria ja depois das nove oras do dia o dicto doutor se apartou comigo escrivam pera aver de tirar a dicta inquiriçam e preguntou asy a mym

escrivam como aos dictos tabaliães como a outros muitos que hy estavam se estava hy o dicto licenciado Rodrigo de Colha do Conselho dos lustrisimos rex de Castela e procurador de Sevilha pera logo negocear com o dicto doutor e tirar as inquiriçoes pera que eram hordenados e per todos lhe foy dicto que nom estava hy o dicto (23) licenciado nem procurador de Sevilha nem outrem por elles e visto como o dicto licenciado e procurador de Sevilha nom pareceo mandou a Joham Gonçalves escudeiro da dicta villa de Moura e a mym escreviam que apregoasemos altas vozes asy ele Joham Gonçalves por seer tabeliam e a mym por seer escreviam por mais nosas fees serem autorizadas e avidos os dictos autos por mais aprovados apregoamos per estas pallavras em alta voz e intellesyvell (*sic*)

Esta aqui ho licenciado Rodrigo de Colha e o procurador de Sevilha ou alguem por elles e demos fee que os apregoamos e nhuum deles nom pareceo per sy nem per outrem. E pasado esto asy todo o dicto doutor comigo preguntamos estas testemunhas que se seguem no Valle da Atalayola que he dentro na terra que verdadeiramente he da Contenda antre Arouche e a villa de Moura no quall lugar ho dicto doutor tiinha seu aseento e teendas armadas pera tirar a dicta inquiriçam e as testemunhas sam estas que se seguem. Joham Jorge esto escrivi.

Jhesus

Item Afonso Martinz de Cepta morador em Çafara testemunha jurado aos Santos Avangelhos e perguntado pello costume disse nada.

Item perguntado pello artigo oferecido por parte da villa de Noudar que lhe foy lido e que era o que delo sabia disse que ele era homem de hidade de lxxxj atee lxxxij anos pouco mais ou menos que seu pay dele testemunha o trouxeera de hidade de cinco annos fogido de hũa pestelencia que emtam andava em Moura pera esta terra a saber pera o campo de Noudar e desta terra da Contenda seendo aaquele tempo allem de Noudar Diogo Alvarez o quall ele testemunha muy bem conheceo e o vio pousar per vezes em casa de seu pay e que se acorda que na hidade que o seu pay a esta terra e campo de Noudar e Contenda trouxera o trouxeera pera o fato das vacas (*sic*) de Lop'Alvarez de Moura avoo que foy de Lop'Alvarez que ora he no quall fato seu pay dele testemunha trazia vacas. E que depois desta hidade de cinco annos (23 v.) ho pay dele testemunha ho mandara andar no dicto fato das vacas seendo ja de hidade de sete ou oyto annos e da dicta hidade de sete annos pera cima o dicto seu pay ho mandara guardar gaado asy porcos como vacas e dise ele testemunha que des a dicta hidade de sete ou oyto annos pera ca ele se acorda muy bem e sabe que os termos e devisões de vila de Noudar sam estes que se seguem a saber de Sotovryll (*sic*) que esta nas juntas de Royo de Gamos com Murtigam e dhy vlindo por Royo de

Gamos ariba atee a fonte de Piçarrilha e dhy ao furadoyro que say de Vall Queimado pera a dicta fonte de Piçarilhos e dhy o valle a fundo garrando em Vall Queimado e Vall Queimado pelo Ribeiro de Baixa atee dar na Ribeira de Murtiga e Murtiga a fundo atee sair della e hir direito ao Vall do Tamujo que he por cima das Rocianas de cima ficando ho Azinhall todo aa mão esquerda da parte dos termos de Noudar. E disse que sabe que per estas confrontações e limites em cima nomeados e dictos parte Portugall com Castela sendo os dictos lymites da terra que pertence aa villa de Noudar. Perguntado ele testemunha como o sabe que de dentro dos dictos limites per ele nomeados partia a dicta vila de Noudar com Castela disse que o sabe porque des a dicta hidade de sete ou oyto annos atee agora senpre teve gaado d'ovelhs e porcos e oje emde as tem (*sic*) e senpre continuoadamente per sy e per seus mancebos comeo e pastou a dicta terra com os dictos seus gaados pellos dictos limites e confrontações acima nomeados atee a vera ora dous annos pouco mais ou menos que el rei noso senhor tirou a comedia (*sic*) de Moura dos campos de Noudar e asy que ele testemunha se (24) acorda e afirma e sabe e vio e husou de pastar com seus gaados pellos dictos limites ja decrarados bem per espaaço de lxb annos e mais e este sem contradicam de nhuuns vizinhos das villas d'Anzinha Solla nem doutros lugares de Castela. Perguntado se sabia ele testemunha aalem das confrontações que nomeadas tinha outras algũas que pertencesem aa villa de Noudar disse que sabe e vyo que des o Vall de Tamujo vale a fundo atee o aguilham honde parte tres termos a saber Noudar e Emxarez e outro termo de Castela que nom sabe cujo he garrando com a auga d'Ardilla atee o Moynho Telheiro da parte de cima ficando o moynho aa parte esquerda e dhy ribeira d'Ardilla a fundo atee dar nas juntas de Murtiga e dhy atee dar no ribeiro das Taipas que vem de Valença meter se em Ardilla sam termos limites e devisoes de Noudar que partem Castela com Portugall. Perguntado como sabe ele testemunha estes lymites que ora tem nomeados serem da dicta villa de Noudar e pertencerem a Portugall disse que os sabe que des a dicta hidade de sete ou oyto annos atee ora senpre e continuoadamente os pastou ele testemunha com seus gaados per sy e seus mancebos. Perguntado ele testemunha se ouvira dizer a seu pay e a seus maiores ou a alguuns antilgos que os termos de Noudar com Castela eram pelas divisões e confrontações que dictas tem disse ele testemunha que ele ouvio dizer a seu pay o qual era homem de lxxbij annos quando faleceo e a vera ora xxbij ou xxix annos que se finou que os dictos limites e confrontações eram per onde dicto tem dizendo ele testemunha que o dicto seu pay dizia que tinha muita razom de saber os dictos limites porque vivera com o dicto Diogo Alvarez comendador da dicta villa de Noudar e por esta (24 v.) razom vira ele testemunha pousar sempre em casa de seu pay o dicto comendador de Noudar e asy ouvira dizer ao dicto seu pay muitas vezes que levava o dizimo de Vall Queimado desta parte de Portugal de hũas

casas que se chamavam de Mollares que hy entam morava pera a dicta villa de Noudar e esto sem lho contradizer pessoa algũa. E bem asy disse elle testemunha que ouvira dizer a Afonso Gallego e a Lourenço Anes da corte que viveram em Çafara que eram homens naquele tempo de hidade de lx annos e avera agora xxxiiij annos pouco mais ou menos que faleceram que a dicta vila de Noudar partia com Castela pelos limites e confrontações que nomeadas tinha e disse mais ele testemunha que sabe de certa sabedoria e vio que em tempo de Gomez da Silva sobcesor do dicto Diogo Alvarez vio levar a seus criados de Gomez da Silva que eram Alvaro Gonçalvez e Pero Vaasquez e Vasco Fernandez e Martim Pereira os dizimos e direitos de dentro dos dictos limites e confrontações que dictas tem e disse que sabe comendador da dicta villa de Noudar Pedro Rodriguez Bandarra o quall fez muito dano aa dicta comenda de Noudar dando lugar aos d'Anzinha Solla que lavrasem e pacesem as hervas com seus gaados ho rincam de Giraldo e o rincam de Joham Martinz. Perguntado como sabia ele testemunha que o dicto Bandarra dera lugar que os d'Anzinha Solla pacesem os dictos rincões de Giraldo e de Joham Martinz disse que o ouvira dizer geeralmente a muitas pessoas que com seus gaados em os dictos limites comiam de que se nom acordava dos nomes e dise (25) mais que em tempo de Gomez da Silva vira os dictos rincões muito bem guardados e depois que o dicto Bandarra viera por comendador hos emalheara e consentira que os d'Anzinha Solla os pacesem e comesem com seus gaados e por esta causa estavam em pose deles pero que os dictos rincões cayam de dentro dos dictos limites como dicto tem e era terra que verdadeiramente pertencia a Noudar. Perguntado ele testemunha se esto que dicto tem dos dictos limites e malhões se era asy a ele verdade que memoria dos homens nom era em contraio dise ele testemunha que ele he homem de lxxxij annos como dicto tem e que avera lxx annos que ouvio dizer a hum Joham Afonso d'alcunha Grou Velho que via na dicta aldeia de Çafara o quall Grou Velho dizia que aaquele tempo era homem de c^oxx annos que ele sempre vira pesuir os dictos limites e termos nomeados por de Noudar. Perguntado se sabia ele testemunha que aldeas pesuya Noudar por suas de dentro dos dictos limites disse que sabe e se acorda que he termo da villa de Noudar as aldeas a saber a dos Barrancos e das Roclanas de Cima e de Baixo. Perguntado como o sabe disse que per vista e sabedoria e titulo (?) sabia a aldeia dos Barrancos seer termo de Noudar e que os da aldeia serviam e paguam os direitos e dizimos aos comendadores que pello tempo foram e asy as outras aldeas das Roclanas. E esto sabe avera lx annos e que ainda que se ele testemunha acordava de mais tempo ele nom sabe a dicta aldeia senom dos dictos lx annos pera ca porque a vya muitas vezes e emtrava em ela e nas outras e ouvira dizer a sua maadre a quall era portugues que ella nacera na dicta aldeia dos Barrancos e se chamava Crara Anes dos Barrancos e hũa sua tya dele testemunha cha-

mavam Catarina Anes dos Barrancos e esto porque (25 v.) nacera na dicta aldea dos Barrancos e que averia ora xxx annos que sua maadre dele testemunha falecera e ao tempo de seu falecimento era molher de lxx annos e mais. Perguntado se sabia ele testemunha pellos dictos limites que dictos tem pastar algũas outras pessoas disse que vio pastar os vizinhos d'Anzinha Sola que eram os Booças e asy os de Fonte de Canpos e d'Olivã (?) e Arouche e estes pagavam a hervagem e direitos aos comendadores e que vira pastar pelos dictos limites Gonçalo Afonso e Gomez Afonso e Rodrigo Afonso Borralho e Pero Feeo com seus gados moradores em Moura e em Çafara e outros muitos portugueses antigos naquele tempo e seriam homens de lx annos e de 1^a naquele tempo que eles os dictos limites e termos que dicto tem pastavam com seus gaados e esto avera 1^a annos atee 1x^a que os ele testemunha vira pastar. Perguntado se sabia ele testemunha alguuns malhões de peedra ou colunas que estevesem antre a dicta aldea dos Barrancos e Noudar ou se os tiinha Noudar com outros lugares de Castela disse ele testemunha que nunca vira outros malhões nem limites nem devisões senam as que dictas tem de dentro das dictas ribeiras como dicto tem. Perguntado se sabia ele testemunha que dos limites e termos que nomeados tem foram tomados os dictos rincoes ou algũa outra terra a Noudar disse que sabe que os d'Anzinha Sola tem hocupada e tomada ho rincam de Giraldo e de Joham Martinz e Val Queimado com o Vall de Sam Pedro e Vall de Reall hindo asy todo atee (26) o dicto Val Queimado e que esto era a ele testemunha puprica voz e fama e a todollos outros antigos desta terra. E all nom disse Joham Jorge esto escrevi.

Vascus Fernandes (?)

Afonso Martins de Cepta

E depois desto xxbj dias do dicto mes de Fevereiro em a dicta terra da Contenda foy apregoado o dicto licenciado Rodrigo de Calha e o procurador de Sevilha per Joham Gonçalves escudeiro e tabeliam em a villa de Moura o quall deu de sy fee que os apregoara e os nom achara nem outrem por eles e eu escreviam os vy apregoar em a dicta terra da Contenda no Vale da Atalayoelas honde se perguntavam pello dicto doutor as testemunhas das demarcações e vista a fee do dicto Joham Gonçalves de como hos nom achara aa reveria sua mandou perante sy viir e perguntar a testemunha que se segue

Item Afonso Gonçalves Miranda lavrador morador na Amaraleja termo de Moura testemunha jurado aos Santos Avangelhos e perguntado pello costume disse nihil.

Item perguntado pello artigo oferecido por parte de Noudar que lhe foy leudo e fecta pergunta que era o que delo sabia disse que elle era

homem de 1.^a annos pouco mais ou menos e que se acorda que de hidade de treze ou quatorze annos andara pastando com vacas de Gonçalo Afonso seu pay pella terra de Noudar per estas confrontações a saber des o Moynho Telheiro que esta na auga d'Ardilla e daly vay pello ribeiro do Tamujo emtestar a huuns cabeços altos que estam no caminho que vay de Noudar pera Freixinal e daly viindo direito ao rincam dos Gralhos e do rincam dos Gralhos atee a hirmida de Santa Maria de Frores ficando a hirmida da parte de Castela aa parte de cima e dhy direito aa foz do Royo do Vall Queimado honde se metia na Ribeira de Murtiga e dny Vall Queimado arriba (26 v.) pello ribeiro de longo atee emtestar na Cabeça Ferreira aa Fonte da Pigarra e daly viindo per Royo de Gamos abaixo atee dar em Murtigam e hindo por Murtigam atee emtestar no Toureiro e dhy a auga d'Ardila e pella auga d'Ardilla acima atee dar no dicto Moynho Telheiro. E disse ele testemunha que estas confrontações per ele nomeadas sam os limites e divisões da dicta villa de Noudar e que sabe de certa sabedoria que sam as sobredictas. Perguntado como o sabe disse que desa dicta hidade dos treze e quatorze annos a pastara com vacas de seu pay como terra de Portugall sem contradicam de nhũa pessoa de Castella nem de Portugall e disse ele testemunha que sabe que Gomez da Silva comendador que foy da dicta Villa de Noudar guardava a dicta terra pellas confrontações e devisões que dictas tem como terra de Noudar e que se acorda que Gomez da Silva levava hũa vez a boyada d'Anzinha Solla daquela terra honde se metia Vall Queimado em Murtiga pera baixo pera o Castello de Noudar e ele testemunha vira a dicta boyada dentro no dicto castelo e que ouvira dizer ao dicto seu pay que os vizinhos do dicto logo d'Anzinha Sola pagavam ao dicto comendador por cada junta cem reais a saber por cada boy 1.^a e esto lhe fazia porquanto eles aly viinham pastar e comer sem sua licença por seer terra que pertencia aa Hordem. Perguntado se ao tempo que ele testemunha pastava com o gaado de seu pay pellas confrontações que dictas tem se pastavam algũas outras pessoas per aly disse que vira pastar a Joham Garcia escrivam que era na villa das Cunbras de Baixo e outro seu vizinho que chamavam Roseiro e outro que chamam Baldrivas vizinho da villa da Fygueira e a Gonçalo Garcia d'alcunha Tarde Asoma (sic) e Alonso Mateus da Figueira todos castelhanos e eram já falecidos e sabe que estes todos pastavam por seu direito e pagavam per suas proprias vontades a Gomez da Silva a hervagem. E sabe que estes sobredictos se vieram a vir com o dicto Gomez da Silva bem tres ou quatro anos sobre o comer da hervagem pellos dictos limites nomeados. (27) Perguntado como o sabia disse que os sobredictos e ele testemunha comiam todos juntamente com seus gaados pellas confrontações que dictas tinha e de testemunha ouvira dizer aos sobredictos muitas vezes dando conta desto ao pay dele testemunha como seus amigos que eram que eles comiam pelas dictas confrontações por seu dinheiro que pagavam ao dicto Gomez da Silva comendador e bem asy disse que ouviu

dizer ao dicto seu pay e ao dicto Joham Garcia que faziam as aveengas com o dicto Gomez da Sillva pello outros aqui nomeados e ele testemunha vio muitas vezes o dicto Joham Garcia fazer conta com o dicto Gonçalo Afonso pay dele testemunha sobre o dicto pasto e hervagem. Perguntado se sabia ele testemunha se a comenda de Noudar e comendadores dela estavam em posse da terra pellas confrontações per ele nomeadas disse que da terra de Vall Queimado e da terra honde esta Santa Maria de Frores ele testemunha vee oje em dia estar em pose dela os vizinhos d'Anzinha Solla. Perguntado quanto tempo havia que os via estar em pose e por que causa a perderam os comendadores de Noudar disse que des o falecimento de Gomez da Sillva que avera xxbij ou xxix annos pouco mais ou menos pera ca vio estar em pose dela os vizinhos d'Anzinha Solla e que sabe que Bandarra sobcesor do dicto Gomez da Sillva emalheara a dicta terra e a leixara pesuir e lavar a castelhanos e nom sabe por que parte. Perguntado que como (*sic*) o sabe disse que a vira guardar muy bem a Gomez da Silva e levar della seus direitos e hervajes e de tempo de Bandarra pera ca a vee emalheada e em poder de castelhanos. Perguntado se ao tempo que ele testemunha com seu pay e com os castelhanos que nomeados tinha comia a dicta terra pellas confrontações que nomeadas tem se a comia como terra da Hordem de tanto tempo pera ca que a memoria dos homeens nom fose em contralro disse que ele tiinha e cria que a dicta terra era da dicta Hordem de tempo immemoriall e que asy o ovio dizer ao dicto seu pay que sabia mui bem a dicta terra e se criara em a villa de Noudar e ao tempo que falecera era homem de lxx annos pouco mais ou menos e avera ora obra de xbj ou xbij annos pouco mais ou menos que falecera. E disse ele testemunha que a terra que (27 v.) ele nomeada tem pelas dictas confrontações e per onde a ele pastara a saber oje em dia mui bem apegar e devisar e ainda que ele nom nomee algúas confrontações nomeadas no dicto artigo por confrontações he por lhes nom saber hos nome (*sic*) mas oje em dia as sabera mui bem apegar e demarcar. Perguntado se sabia ele testemunha algúas outras devisões aa villa de Noudar afora as que nomeadas tiinha disse que nom sabia outras salvo as que nomeadas tiinha. Perguntado se sabia ele testemunha que aldeas tiinha Noudar de dentro das dictas confrontações suso nomeadas e de quanto tempo as sabia disse que des a hidade de treze annos pera ca que avera ora xxxbij annos ele sabia a aldea dos Barrancos e da Veadeira e a das Roclanas de Baixo e a das Roclanas de Cima contra Moynho Telheiro todas povoadas e os que em elas veviam pagavam seus direitos a Noudar e reconheciam os comendadores por senhorios. Perguntado se sabia ele testemunha ou ouvira dizer que antre a aldea dos Barrancos e a villa de Noudar vise alguuns marcos ou malhões que fosem pera demarcar disse que nunca vira malhões nhuuns nem ouvira dizer que per hy fosem nem sabia outros salvo as devisões e limites que nomeados tem. E disse mais ele testemunha que a elle e a outros muitos

era puprica voz e fama seer asy verdade o que dicto tem nesta vizinhança e comarca e do artigo mais nom disse Joham Jorge esto escrivi.

Vascus Fernandez (?)

Afonso Gonçalves Miranda

E pello dicto moodo e maneira e em o dicto dia o dicto doutor mandou apregoar o dicto licenciado Rodrigo de Coelho e o procurador de Sevilha os quaees foram apregoados per o dicto Joham Gonçalves escudeiro morador em a dicta vila de Moura e eu escrivism lho vy apregoar e ele deu de sy fee que o apregoara e os nom achara nem outrem por eles e o dicto doutor vista sua fee mandou perante sy viir a testemunha que se segue Joham Jorge esto escrivi.

(28) Item Joham Afonso Corcovado morador em a vila de Moura testemunha jurado aos Santos Avangelhos e perguntado pello costume disse nihil.

Item perguntado pello artigo oferecido por parte da villa de Noudar que lhe todo foy leudo e fecta pergunta que era o que delo sabia disse que ele era homem de lxiiij^o atee lxb annos pouco mais ou menos e que se acorda que ele viera de Castela de hidade de quatorze atee xb annos a viver e morar aa villa de Moura e a seus termos e viera dos reynos de Castela donde era natural avera ora l^{ta} annos pouco mais ou menos. E que depois de seer em esta terra o primeiro homem com que vyvera fora hum Gomez Lourenço Carrasco que morava em Santo Aleixo e com Joham Lopez Santiago morador na aldea de Cafara e com Joham Afonso mayorall das vacas de Moura morador em Moura e com Pedro Doudo morador em Santo Aleixo e vivera com Gonçalo Estevam d'al-cunha Malsintido morador em Arouche e que estes todos eram ja fallecidos da vida deste mundo com os quaees dise ele testemunha que vivera por soldada e lhes guardara a todos e a cada hum deles gaado vaquum como vaqueiro que naquele tempo era e por esta razom sabia esta terra e da Contenda e campos de Noudar. Perguntado per que divisões e limites a sabia disse que quanto era aas divisões do termo de Noudar que sabia que eram as seguintes a saber des onde se metia Murtigam em Ardilla e viindo por Murtigam arriba atee honde entrava em ele o Ribeiro de Gamos e viindo todo Ribeiro de Gamos arriba atee honde se ele acaba que he aa Fonte da Piçarra e da Fonte da Piçarra ho ribeiro a fundo de Vall Queimado atee dar no Ribeiro de Canpilho e este Ribeiro de Canpilho e o de Vall Queimado correm anbos de mestura atee hirem dar e se metem na Ribeira de Murtiga e que da Ribeira de Murtiga a fundo nom sabe as devisões nomeadas no artigo sallvo que

sabe que as Roclanas de Cima que sam no termo de Noudar vaaõ emtestar n'auga d'Ardilla atee o Moynho Telheiro que todo caae dentro nos limites e termos de Noudar. Perguntado como sabe ele testemunha que estes limites e confrontações per ele nomeadas sam dos termos de Noudar disse (28 v.) que avera xxx annos e mais em sendo vivo Gomez da Silva comendador de Noudar que ele testemunha pacia com as vacas dos suso nomeados com quem asy vivera pelos dictos limites e devisões sem contradicam de nhũas pessoas de Castela e vira pastar em os dictos limites e de dentro deles hum Joham Booga d'Anzinha Solla e outro seu irmão que chamavam Vasco Booga e hum Alonso Francisco vizinhos d'Anzinha Solla e das Cunbras de fundo vira pastar Joham Garcia escrivam e outro seu vizinho que chamavam Roseiro e Joham Garcia Xara de Freixinall e outros muitos de que se nom acordava dos nomes e que ele testemunha com seus gaados pastava pellos dictos limites sem pagar hervajem ao dicto Gomez da Silva comendador e os dictos castelhanos nomeados pagavam per sua propria vontade e por sua convença a herva que seus gaados comiam ao dicto Gomez da Silva. Perguntado como o sabia que lhe pagavam a dicta hervajem dise que o ouvira dizer muitas vezes aos sobredictos nomeados porque andava com eles de companhia. E que se acorda que lhes ouvira dizer que faziam convença com o dicto Gomez da Silva a real cada mes por cabeça de vaca. E dise mais ele testemunha e vio que os dictos castelhanos suso nomeados que paciam com seus gaados pellos dictos limites pagavam meo dizimo do gaado que lhe em elles nacia e elle testemunha ho ouvira dizer muitas vezes a eles sobredictos que asy como lhe pagavam a real por cabeça que asy lhe pagavam a meatade do dizimo do que em os dictos limites nacia. Perguntado se sabe e vio que alguuns portugueses pastasem pellos dictos limites com seus gaados no tempo que ele testemunha pastava disse que vyo pastar Joham Fernandez Centeo e Bertolameu Afonso Centeo e Joham Pirez Doudo e Afonso Anes dos Frades e Alvaro de Moura e Joham Casqueiro os quaees todos pastavam pelos dictos lymites sem contradicam de pessoa algũa. (29) Perguntado se ouvira dizer a alguuns antigos se partiam per os dictos limites e devisões que dictas tem os termos de Noudar disse que ele testemunha ouvira dizer a hum Estevam da Corte avera xxv annos o qual era de hidade de lxx annos e a Estevam Lourenço Malpensado morador em a dicta villa de Moura que avera xliij annos que faleceo que era homem de lxxx annos quando faleceo e a outros de que se nom acorda que os dictos limites e confrontações que nomeadas tiinha eram terra de Portugall e termos de Noudar. E disse elle testemunha que pellas devisões que nomeadas tiinha e per onde com seus gaados pastava ele sabera muy bem apegar e devisar a dicta terra. Perguntado se sabia ou ouvira dizer aos sobredictos antigos que a dicta terra pellos dictos limites per ele nomeados fora senpre da vila de Noudar e terra de Portugall de tanto tempo pera ca que a memoria dos homeens nom fose em contraio

disse que ouvio dizer aos sobredictos e a outros muitos antigos que a dicta terra era de Portugall de tempo immemoriall des quanto ha que Portugall eram reynos sobre sy. Perguntado que quanto tempo avya que a dicta terra pelas confrontações per ele nomeadas era emalheada e em poder de castelhanos disse que sabe que em tempo do comendador Gomez da Silva a dicta terra pellos dictos limites foy mui bem guardada e sempre conhecida por de Portugall e tanto que ele faleceo veeo aa dicta vila por comendador Bandarra por afeições e amizades elle testemunha vyo devasar a terra e meter em pose dela os vizinhos d'Anzinha Solla e sabe que deu o rincam de Joham Martinz a Pero Rodriguez alcaide que em aquele tempo era d'Anzinha Sola pera em ele lavrar e criar suas vacas e perguntado como o sabe disse que ouvira dizer aos vizinhos d'Anzinha Sola e aos lavradores do dicto Pero Rodriguez alcaide e ao seu vaqueiro que o dicto Bandarra lhe dera a terra do dicto rincam nomeando logo em vida de cada hum deles e per estes favores se meteram os d'Anzinha Solla em pose do rincam de Giraldo que oje em dia tiñham e pesuyam per força. Perguntado se sabya ele testemunha que aldeas eram as de Noudar em seus termos e que tempo avia que as pesuya disse que as Rocianas (29 v.) de Baixo e as de Cima e a aldea dos Barrancos senpre as vira e conhecera des o tempo que se ele acorda serem de Portugall e termo de Noudar e esto de l.^a annos a esta parte e asy ho ouvira dizer a hum Diogo Gomez Fernam Martinz Carmona ambos castelhanos naturaes das Cunbras de Baixo que vieram e renovar a dicta aldea dos Barrancos e asy a outros muitos antigos de que se elle testemunha nom acorda. Perguntado se sabe elle testemunha ou ouvira dizer que antre a aldea dos Barrancos e a villa de Noudar vise ou ouvise dizer que estevesem alguns marcos ou malhoes por demarcaçam dantre a dicta aldea e a villa de Noudar disse que nunca taaes malhões. nem devisões vira nem ouvira dizer que hi ouvesse e quem quer que o dizia que o dizia com grande mallicia porque elle testemunha nunca soube nem nunca ouvio que hy ouvese outros limites nem devisões salvo as que elle nomeadas tiñha sallvo que sabia muito certo que as dictas aldeas senpre foram da dicta villa de Noudar e os moradores delas senpre reconheceram por senhorios delas os comendadores da dicta villa e lhe acodiam com os direitos e dizimos delas. Perguntado se sabia elle testemunha ou ouvira dizer a seus maiores se avia hy em os dictos limites outro Vall Queimado senom o que elle dicto tiñha nas confrontações per ele nomeadas disse que nunca outro soubera nem ouvira a nhum antigo que o hy ouvese sallvo o que elle testemunha dicto tiñha. Perguntado se era a elle testemunha todo o que dicto tiñha puprica voz e fama disse elle testemunha que nesta comarca e vizynhança e aos moradores era puprica voz e fama e ouvida muy comum gerall todo o que dicto tem e mais nom disse. Joham Jorge esto escrivi.

Vascus Fernandez.

(30) E despois desto xxbij dias do dicto mes de Fevereiro na terra da Contenda foy apregoado o dicto licenciado e o procurador de Sevilha pello dicto Joham Gonçalvez o quall logo deu fee que os apregoara e os nom achara nem outrem por eles e eu escrivam dou yso meesmo de mym fee que os vy apregoar e o dicto doutor vista sua fee e de como o dicto licenciado nom parecia nem o procurador de Sevilha mandou perante sy vlr a testemunha que se segue Joham Jorge esto escprevi.

Item Joham Feeo escudeiro morador em a villa de Moura testemunha jurado aos Santos Avangelhos e perguntado pelo custume disse nihil.

Item perguntado pello artigo oferecido por parte de Noudar que lhe todo foy leudo e fecta pergunta que era o que delo sabia disse que elle era homem de lxxb annos pouco mais ou menos e casou na aldea de Santo Aleixo homem que seria de xx annos atee xxij pouco mais ou menos e que aaquele tempo tinha ja de seu R^a vacas e do dinheiro (?) que lhe dera seu sogro comprara outras as quaees lhe guardava hum Afonso Pascoall da vila d'Arouche ao quall ele ouvira dizer muitas vezes que se criara aqui nesta terra da Contenda antre Moura e Arouche e que a sabia muy bem toda e que naquelle tempo que podera ora aver l^ab annos pouco mais ou menos ele testemunha vlnha muitas vezes visitar o dicto Afonso Pascoal que lhe as dictas suas vacas guardava e lhe trazia seu mantimento e se leixava ca andar com elle dous e tres dias e por ello tem razom de saber bem esta terra e disse que sabia que a villa de Noudar partia com Castella per estas confrontações a saber pella auga d'Ardila arriba atee o Moynho Telheiro honde se ajuntam os termos d'Oliva e Enxarez e de Noudar e da parte de cima do cabo do Ribeiro que se chama Vall de Tamujo que entra na açudada do Moynho Telheiro emtrava hy hum aguylham d'Anzinha Solla e do Moynho Telheiro viindo pelo Ribeiro acima e viindo asy dar na Ribeira de Murtiga. (30 v.) E pella Ribeira acima atee dar honde se mete Vall Queimado e pelo royo de Vall Queimado acima atee honde atalaram o pam de hum lavrador d'Anzinha Sola de que se nom acorda ho nome o quall pam se atallara per hum Denys Eanes que aquele tempo era ouvidor do ifante Dom Fernando que Deus aja que ao dicto tempo era senhor de Moura e o viera atalar por seu mandado por seer semeado em terra de Portugal. E de Val Queimado hindo per hum barranco arriba atee a Cabeça do Laranjeiro daquelle cabo contra Arouche e dhy viindo aa Cabeça Mafosa e da Mafosa aa Cabeça Ferreira e dhy a Vall de Riall e de Val de Riall abaixo atee dar em Royo de Gamos e Royo de Gamos a fundo atee dar em Murtigam e Murtigam a fundo atee auga d'Ardilla e auga d'Ardilla acima atee hir dar no Moynho Telheiro. Perguntado como sabia ele testemunha que per estes limites e devisões partia os termos de Noudar com Castella dise que os sabia de vista e certa sabedoria e asy ho ouvira dizer a muitos antigos asy a castelhanos como a portugueses e o que sabe he que

dos dictos l^{as} annos pera ca senpre e de continoo passavam pera os reynos de Castela e tornava. E quando pasava de Portugall pera Castella se levavam cousas defesas ou as traziam como emtravam ou sayam de dentro dos dictos limites logo ficavam seguros de nom perder o que levavam ou traziam e asy ho ouvira dizer aos Booças d'Anzinha Solla e a hum Ruy Gomez do dicto lugar e a hum Antam Fernandez (31) todos naturaaes do dicto lugar d'Anzinha Solla e pellos dictos limites e devisões partia Noudar com Castela. E disse mais ele testemunha que avera l^{as} annos pouco mais ou menos hindo hum dia pera as feiras d'Enxarez hindo em conpanhia de hum Joham Tiznado morador em Moura ja falecido e outros de que se nom acorda o nome o quall Joham Tiznado sabia mui bem esta terra toda porque era naquele tempo maiorall de vacas e hindo ele testemunha asy chegando ao Vall de Tamujo que he junto com o Moynho Teleiro pasando abaixo do Ribeiro de Temujo que vay dar no açude do dicto moynho as guardas d'Anzinha Sola que se acertaram estar hy disseram logo que bem sabiam eles portugueses a terra e que bem asy se acorda que quando tornaram das feiras vieram teer a Oliva (?) e dormiram hy hũa noute e dhi ao outro dia trouxeram consigo hum Diogo Fernandez vizinho do dicto lugar d'Oliva e se viera com eles atee ho dicto Moynho Telheiro e lhes disera portugueses hy vos emboora que ja estaaes em Portugall. Perguntado se ouvira dizer a seu pay e a seus avoos e maiores se a terra que confrontada tem pellos dictos limites e devisões era de Portugall e pertencia aa dicta villa de Noudar disse ele testemunha que quando seu pay faleceo era de muy pequena hidade mas que ele ouviu dizer senpre a muitos antigos a saber Rodrigo Borralho seu sogro que era homem que se criara em Noudar e a Martim Pica que tambem se criara em Noudar e a hum Afonso Mateus que vevia em Noudar que eram homeens naquele tempo de hidade (31 v.) de lx^{as} annos que a dicta villa de Noudar partia pellos limites e confrontações que declarados tem e esto de tanto tempo que a memoria dos homeens nom era em contrario. Perguntado se sabia ele testemunha ou ouvira dizer a alguuns antigos que os comendadores de Noudar que pello tempo foram levarem os dizimos pellas confrontações e limites que declarados tem disse que elle testemunha ouvira dizer ao dicto Martim Pica que arrecadara muitas vezes os dizimos e terrallguo pellos limites e confrontações que declaradas tem pera Gomez da Silva que emtam era comendador de Noudar. Perguntado se sabia ou ouvira dizer a alguuns antigos que os comendadores da dicta vila de Noudar levarem o dinheiro das hervajeos dos gaados que de dentro dos dictos limites paciam disse que sabe que muitos castelhanos asy sorlanos (?) como vizinhos e comarcãos desta terra conpravam naquele tempo a Gomez da Silva asy a herva como a bolleta (sic) pelos limites e confrontações que declarados tem. Perguntado ele testemunha como o sabia disse que ele vira em os limites e confrontações que dictas tem pastar hum Joham Afonso Tarda Soma (sic) d'Arouche e os Booças d'Anzinha Solla e a hum

Joham Martinz e a hum que se chamava Roseiro vizinhos das Cunbras com seus gaados e lhes ouvira dizer que andavam aviindos com o dicto Gomez da Sillva e que pastavam por seu direito e bem asy vira fazer muitas escripturas em Moura a hum Lourenço Anes tabellam e a Lourenço Vaasquez Varela da venda das dictas hervajeas que o dicto Gomez da Sillva vendia (32) aos sobredictos e hy pagavam a sisa. Perguntado se sabia ele testemunha quanto tempo avia que os comendadores de Noudar leixaram de pesuir a Vall Queimado e o roucam (*sic*) de Geralldo disse que ele conheceo muy bem o dicto Gomez da Sillva e sabe e vyo que ele guardava a dicta terra muy bem pellos limites que decrarados tem e depois de seu fallecimento veeo aa dicta villa por comendador Pedro Rodriguez Bandarra a vera xxb annos pouco mais ou menos e des o dicto tempo pera ca ele testemunha vee a dicta terra emalheada e em poder de castelhanos d'Anzinha Solla a saber o rincam de Giraldo e Vall Queimado e ouvio dizer geerallmente asy em Moura como em toda esta comarca e asy a castelhanos de cujos nomes se nom acorda que o dicto Bandarra alargara e dera a dicta terra a hum seu conpaadre que chamavam Pedro Rodriguez que naquele tempo era alcaide d'Anzinha Solla e em tempo deste Pedro Rodriguez com o favor que tiinham do dicto Bandarra os d'Anzinha Solla tomaram e se meteram em a dicta terra de Val Queimado e rincam de Giraldo e des o dicto tempo pera ca a contradiziam que nom era de Portugall. Perguntado se sabia elle testemunha que aldeas tiinha e pesuya a vila de Noudar pellos limites e devisões que dictas tem disse que lhe sabe pesuir as Rocianas de Baixo e as de Cima e as da Veadeira e a aldea dos Barrancos e esto des o dicto tempo de l^{ab} annos pera ca as quaees sabe senpre estar povoadas e os povoadores delas reconheciam por seus senhorios os comendadores da dicta villa e lhe pagavam todos seus direitos e dizimos e ouvio dizer que as dictas aldeas (32 v.) foram senpre das perteenças da dicta villa de Noudar de tanto tempo pera ca que a memoria dos homeens nom era em contrairo e quanto ha que estes reynos de Portugall sam reynos per sy e esto ouvio dizer a muitos homeens antiigos. Perguntado ele testemunha se sabya outros limites e devisões aa dicta villa de Noudar contra aa parte de Castella afora as que dictas tiinha disse que nom sabia outros salvo as que decraradas tem. Perguntado se sabia ele testemunha ou ouvira dizer que antre a aldea dos Barrancos e a vila de Noudar estevessem chantados alguuns marcos por devisam do reyno disse que nunca tall ouvio nem ouvio a nhuuns antiigos salvo que todo era termo da dicta villa de Noudar pellas devisões e confrontações que dictas tem. E esto sem contradicam algũa asy de Castella como de Portugall senom des o tempo de Bandarra pera ca como dicto tem e que quando for necesario ele testemunha apegara e devisara a terra que verdadeiramente he de Portugall e que Gomez da Sillva guardava como terra que pertencia aa villa de Noudar pellas confrontações e devisões que nomeadas tem. Perguntado se sabia ele testemunha que

avia hy outro Vall Queimado afora aquele que dicto tem disse que o nom sabia nem nunca ho ouvira dizer que hy ouvesse outro Vall Queimado senom aquelle que dicto tem. Perguntado ele testemunha se todo o que dicto tinha era a ele e em toda esta comarca e vizinhança puprica voz e fama disse que era cousa muy devullgada e hũa fama muy geerall (33) per toda esta comarca todo o que dicto tem e mais nom disse. Joham Jorge esto escripti.

Vascus Fernandez

Joham Feeo

E logo em o dicto dia e ora o dicto doutor mandou apregoar o dicto licenceado e procurador de Sevilha pello dicto moodo e maneira atras ao dicto Joham Gonçalvez que o apregoou e deu de sy fee que os nom achara nem outrem per elles e vista sua fee mandou perante sy viir a testemunha que se segue e a perguntou comiguo escriptvam.

Item Ruy Martinz Miranda beesteiro morador em Moura testemunha jurado aos Santos Avangelhos e perguntado pelo custume dise nihil.

Item perguntado pello artigo oferecido por parte de Noudar que lhe todo foy leudo e fecta pergunta que era o que delo sabia disse que elle era homem de hidade de lxxx anos e mais e que era natural de Santo Aleixo e hy nacera e hy se criara e dhy fora casar a Moura honde ora vevia e disse que sabia toda esta terra des a hidade de catorze atee quinze annos que andava por estes canpos guardando porcos de seu pay e depois veeo guardar os seus e que sabe que os limites e termos de Noudar partiam com Castella per estas confrontações a saber des donde (33 v.) se metia Royo de Gamos em Murtigam e per Royo de Gamos arriba atee Fonte da Piçarra e da Fonte atee decer no Royo de Vall Queimado e Royo de Vall Queimado a fundo atee se meter na ribeira de Murtiga e Murtiga abaixo e sayndo da auga de Murtiga hyndo direlto ao porto de Sam Bras que he na auga do Moynho do Telheiro honde se ajuntam tres termos ho de Holiva e de Enxarez e de Noudar. Perguntado como sabia ele testemunha que per estas confrontações que dictas tem partiam os termos de Noudar com Castela disse que da dicta hidade de xliij^o annos atee xb ele testemunha pastara com seus porcos pellos campos e pastos de Vall Queimado abaixo atee se meter na ribeira de Murtiga e que sabia que Gomez da Silva comendador da dicta villa de Noudar levava os dizimos e terrallguo (*sic*) asy da dicta terra de Val Queimado como do rincam de Giralldo e que os guardava e defendia como terra de Noudar. Perguntado como o sabia disse que quanto aos dizimos ele testemunha ouvira dizer a seu pay que o dicto Gomez da Silva os levava da terra de Vall Queymado e do

rincam de Giralldo e ele testemunha avera l^a ou l^ab pouco mais ou menos que ele testemunha vio levar hũa noute pello luar (*sic*) a Gomez da Sillva a boyada dos d'Anzinha Solla do rincam de Giralldo pera o castello de Noudar e lhes levava por cada junta de bois duas fanegas de farinha. Perguntado se sabia ele testemunha por que causa lhe levava o dicto Gomez da (34) Sillva a boyada da dicta terra do rincam de Giralldo disse que pello pasto que lhe comiam na dicta terra contra sua vontade e que esto ouvira a muitos pastores de cujos nomes se nom acorda e gerallmente aos de toda esta terra. Perguntado se sabe ele testemunha que o dicto Gomez da Sillva e os comendadores que pello tempo foram em Noudar levavam dinheiro dos pastos e hervajeos do rincam de Giralldo e Vall Queimado disse que ele testemunha sabe que o dicto Gomez da Sillva vendya o pasto asy da herva como da boleta de Vall Queimado çarradamente com o outro canpo e esto a sorianos e a outros castelhanos destes lugares comarcãos. Perguntado como o sabia disse que os que hy comiam e pastavam lhe diziam que andavam avindos com o dicto Gomez da Sillva e pastavam por seu direito e quanto era ao rincam de Giraldo ele testemunha ouvira dizer geeralmente a muitos antigos que os que em ele lavravam e pastavam lhe pagavam o dizimo e hervajem quando com ele eram avindos e que esto ouvira dizer ao dicto seu pay e a hum Gomez Lourenço Carrasco e a hum Rodrigo Afonso Borralho homeens antigos ja falecidos e que esto avera l^a annos e mais lho ouvira a eles. Perguntado se ouvira elle dizer a seu pay e a seus maiores que a dicta villa de Noudar partia pellas dictas devisões que decraradas tiinha disse que elle testemunha ouvira dizer ao dicto seu pay e aos dictos nomeados e a outros muitos antigos que a dicta villa de Noudar partia pellas dictas devisões que dictas tiinha sem contradicam de pessoas algũas. Perguntado quanto tempo ha e por que causa perdeo a dicta villa de Noudar a pose de Vall Queimado e do dicto rincam de Giralldo disse que emquanto o dicto Gomez (34 v.) da Sillva vyveo ele testemunha vio a terra muy bem guardada e nhuum castelhano nom lavrava nem metya seus gaados a pastar sem sua licença e se faziam o contraio os penhorava e lhes fazia pagar o dano. Mas depois que Pero Rodriguez Bandarra veeo por comendador aa dicta villa elle testemunha sabe e vio que o dicto rincam de Giralldo e Val Queimado foram mall guardados e os devasou por afeiçam e amizade que tiinha com alguuns d'Anzinha Solla aos quaes consentia que lavrassem e criassem em os dictos rincam de Giraldo e Vall Queimado e pouco e pouco se foram metendo tanto que com a negrijencia do dicto Bandarra e com as guerras que sobrevieram e com a grande agudeza dos vizinhos d'Anzinha Solla se meteram em pose da dicta terra e disse ele testemunha que o dicto Bandarra tiinha tanta amizade com Pedro Rodriguez d'Anzinha Solla que lhe deu muito lugar e lhe consentio que lavrasse e criasse nas terras de Portugall como dicto tem. E esto sabe ele testemunha porque ovio dizer aos que lavravam as

dictas terras e a outros muitos e era fama geerall que o dicto Bandarra dera as dictas terras ao dicto Pedro Rodriguez. Perguntado se sabia elle testemunha ou ouvira dizer a seus maiores que os limites e divisões que pertencem aa dicta vila de Noudar per onde decrarado tem fosem da dicta vila de tanto tempo pera ca que a memoria dos homeens nom fose em contraíro disse que ele sabe que os dictos limites que dictos tem pertencem aa dicta villa de Noudar des o dicto tempo de treze ou catorze annos que se ele acorda pera ca e os vio pesuir a Gomez da Siliva como dicto tem e ouvio dizer a seu pay e aos outros antilgos acima nomeados (35) que a dicta villa de Noudar partia com Castela pellos dictos limites de tanto tenpo pera ca que a memoria dos homeens nom era em contraíro e de quanto ha que estes reynos de Portugall sam reynos. Perguntado se sabia ele testemunha que aldeas pesuya e tiinha a villa de Noudar por suas de dentro dos dictos limites e tiinha como seu termo disse que sabia que de senpre que se ele acordava que as Roclanas de Baixo e as de Cima e aldeia dos Barrancos eram aldeas da dicta villa de Noudar e sabe que senpre os moradores delas pagaram como oje em dia pagam todos seus direitos aos comendadores de Noudar. Perguntado se sabia ele testemunha ou ouvira dizer a seus antilgos que a dicta villa de Noudar tevese outras devisões e limites afora os que nomeados tem disse que nunca vio outros limites nem nunca ouvio dizer a nhũa pessoa que os hy ouvese salvo os que dictos tem. Perguntado se sabia ele testemunha ou ouvira dizer que antre a aldeia dos Barrancos e a villa de Noudar fosem postos marcos e malhões como marcos de devisam de reyno e reyno disse que elle testemunha nunca tall ouvira dizer a nhuum antiquo que hy ouvese outros salvo os que dicto tem dos termos da dicta villa de Noudar com Castella. E se outra cousa se diser sera por quererem tomar o alheo aalem da terra que ja tomada tem. Perguntado se sabia ou ouvira dizer se avia hy outro Vall Queimado senom o que dicto tem disse que o nom sabia nem ouvira dizer que hy ouvese outro Vall Queimado senom aquelle que dicto tem. Perguntado se esto que ele testemunha dicto tiinha era a elle e a outros antilgos voz e fama que esta terra toda e limites de Noudar eram de Portugall e Noudar disse que des o tempo que se ele acordava e asy aos vizinhos de toda esta comarca era a elles a dicta voz e fama serem os dictos limites (35 v.) e devisões de Noudar terra de Portugall. E all nom disse. Joham Jorge esto escripti.

Vascus Fernandez

Ruy Martinz

E despois desto derradeiro dia do mes de Fevereiro na terra da Contenda foy apregoado ho licenciado de Coelha e o procurador de Sevilha os quaees foram apregoados per Joham Gonçalvez escudeiro morador em Moura os quaees eu escriptivam vy apregoar e ele deu de sy fee que os

apregoara e os nom achara nem outrem por eles e visto pello dicto doutor sua fee mandou perante sy viir a testemunha que se segue.

Item Afonso Bispo beesteiro de Montemor em Moura testemunha jurado aos Santos Avangelhos e perguntado pelo costume disse nihil.

Item perguntado pello artigo por parte de Noudar oferecido que lhe todo foy leudo e fecta pergunta que era o que delo sabia disse que ele era homem de lxiij annos atee lxiij^o pouco mais ou menos e que em seendo de hidade de xx annos ouvera hum homezio na dicta villa e se viera pera a villa de Noudar por seer couto honde estivera tres annos pouco mais ou menos com Gomez da Sillva que aaquele tempo era comendador (36) da dicta villa de Noudar e servindo e contynoando com elle hya muitas vezes asy em companhia do dicto Gomez da Sillva como dos seus e esto quando hiam a raçoar e arrecadar os dizimos que aa dicta comenda pertenciam e que se acorda e sabe e vio que o dicto Gomez da Sillva e os seus levavam as raçoões e os dizimos e ervajeens per estas confrontaçoões a saber des a ribeira de Murtiga e donde se mete Royo de Gamos hindo per elle arriba atee dar em o Royo de Vall Queimado e Vall Queimado a fundo atee dar na ribeira de Murtiga e pella auga a fundo sayndo da auga hyndo direito aas Roclanas de Cima ficando as Roclanas com seu azinhall aa parte esquerda com Portugall as quaees roclanas e azinhall senpre conheceo que eram de Portugall e termos de Noudar como oje em dia sam e per estas confrontaçoões e devysões que dictas tem disse que sabia que partia a dicta villa de Noudar com Castella. Perguntado como o sabia disse que pellos dictos termos e devisões vira muitas vezes levar ao dicto Gomez da Sillva e aos seus seendo ele em companhia do dicto Gomez da Sillva a raçam e hervajem e dizimos pera a dicta villa de Noudar pellas confrontaçoões que dictas tem sem contradicam alguua e bem asy disse que vira que vira (*sic*) naquelle tempo viir muitos hervajeiros castelhanos asy d'Anzinha Solla como d'Arouche e Freixinall e Cumbres meter seus gaados e pagar a hervajem deles per sua propria aveença (36 v.) ao dicto Gomez da Sillva e lhe vira receber muitas vezes o dinheiro que lhe davam pella dicta hervajem e os de que se acorda que eram era hum Xara Queimada o velho paadre de Rodrigo Xara que ora vive em Freixinal ao quall elle vira meter porcos dentro dos dictos limites e paguava por cada porco maior a reall de prata per aquelle tempo que comiam a bolleta e asy vira hum Gonçalo Pirez d'Arouche meter gaado vaquum de dentro dos dictos limites e pagar a dicta hervajem per sua propria vontade e comveença e asy a outros muitos de que nom era acordado de seus nomes e bem asy disse ele testemunha que vira ao dicto Gomez da Sillva guardar muito bem a terra pelas confrontaçoões que dictas tem e lhe vira levar bois e vacas e outros gaados quando os achava pastando de dentro dos dictos limites sem teerem com ele fecta aveença aa dicta

villa de Noudar e ele testemunha lhos ajudava a levar muitas vezes e lhos nom queria dar atee lhe nom pagarem a pena e o dano e comedia dos pastos que comiam. Perguntado se ouvira ele testemunha dizer a seu pay e a seus maiores e a alguuns outros antigos que a terra que nomeada tem pelos dictos limites e confrontaçoẽes era da dicta villa de Noudar disse que ele testemunha ouvira dizer a seu pay que era homem de lxxx annos e a huum Joham Abade que vevia em Moura homem muito antigo que pasava de 1R annos quando faleceo e a outros (37) muitos de que nem he acordado que a terra que dicta tem pellos dictos limites e confrontaçoẽes era da dicta villa de Noudar de tanto tempo pera ca que a memoria dos homeens nom era em contrairo. Perguntado quali fora a causa per que Portugall perdera a terra nomeada nos dictos lymytes disse que ouvira dizer geerallmente que fora emalheada per Bandarra que fora comendador da dicta villa de Noudar o quali per suas afeiçoẽes e amizade que tinha com os d'Anzinha Solla consentira lavar e pastar a dicta terra e elle testemunha sabe porque ho vyo e pasou como dicto tem que em tempo do dicto Gomez da Sillva a dicta terra pellos dictos limites foy muy bem guarda (*sic*). Perguntado se sabia ele testemunha que aldeas eram de dentro dos dictos limites que fosem dos termos de Noudar e reconhecesem aos comendadores disse que sabe que a dicta villa tem as Rocianas de Cima e as Rocianas de Baixo e a aldea dos Barrancos e oje em dia as tinha e as sabe povoadas de 1^a annos a esta parte. Perguntado como o sabe que eram as dictas aldeas termo de Noudar disse que elle vira senpre aos povoadores das dictas aldeas acudir e pagar os dizimos e direitos ao dicto Gomez da Sillva e asy a Bandarra e oje em dia reconheciam por senhorios os comendadores da dicta villa e oje em dia lhos pagavam. Perguntado se sabia ele testemunha outras devisões de termos aa dicta villa de Noudar afora as que dictas tem disse que nom lhe sabia outros nem nunca ouvira dizer a nhum antigo que hy ouvese outras salvo as que dictas tem. Perguntado se sabia ele testemunha ou ouvira dizer que antre a aldea dos (37 v.) Barrancos e a villa de Noudar estevem (*sic*) marcos e malhões por devisam de reyno e reyno disse que nunca os vira nem ouvira dizer a nhuum antigo que hy estevesem nhuuns marcos nem ouvese outra devisam de termos com Castella senom as que dictas tem. As quaees ele testemunha oje em dia muito bem saberia apegar. Perguntado se sabia ele testemunha que hy ouvesse outro Vall Queimado salvo o que dicto tem disse que nom sabia em toda esta comarca e limites outro nhuum Vall Queimado senom o que dicto tinha nem o ouvira dizer a nhuum antigo que o hy ouvesse e disse mais ele testemunha que em este tempo que se ele testemunha acorda como no tempo de Gomez da Sillva fora muitas vezes a Castela e entrara e viera e tornara pellos termos e devisões que dictas tem per esta guisa disse que como chegavam a Vall Queimado honde se mete na ribeira de Murtiga que como pasavam o ribeiro da parte de Portugall pera ca logo eram seguros se traziam algũa cousa

f

defesa e as guardas d'Anzinha Solla nom emtendiam mas em ele nem nos que per aly viinham. Perguntado se toparam allgũas vezes com ele testemunha as guardas com algũia cousa defesa que trouxese disse que muitas vezes ho toparam e o acharam aly honde dicto tem com ouro e prata e pano que trazia de Castela sem nunca emtenderem em elle tanto que pasava o dicto ribeiro de Val Queimado por saberem que nom era terra de Castela ante comiam e bebyam com ele e com (38) outros e se hyam pera Castela. Perguntado se era a ele testemunha e aos antigos esto que dicto tilha voz e fama puprica disse que per toda esta terra e vizinhança e comarca era a ele testemunha e a todos os que em ella moravam puprica voz e fama mui antiga que a terra pellos limites e devisões que dicta tem era da villa de Noudar de tempo immemoriall e de quanto ha que estes reynos sam reynos e all nom disse Joham Jorge esto escprevi. Nom seja duvida na antrelinha atras honde dis sem contradicam allgũia porque eu escpream o fiz com a testemunha sendo presente.

Vascus Fernandez

E logo em o dicto dia foy apregoado o dicto licenciado e procurador de Sevilha pello dicto Joham Gonçalvez o quall logo deu fee que os apregoara e eu escpream lhos vy apregoar e disse que os nom achara nem outrem por elles e o dicto doutor vista sua fee mandou perante sy viir a testemunha que se segue

Item Afonso Gomez castelhano morador na aldea dos Barrancos termo de Noudar testemunha jurado aos Santos Avangelhos e perguntado pello costume disse que hum Antam Rodriguez das Cunbras de Baixo disera a elle testemunha que era fama geerall em Anzinha Solla e nas Cunbras que os moradores desta aldea dos Barrancos eram emalheadores da terra contra Castela e que por ello eram muy mal ameaçados e disse que o mes de Mayo do anno pasado no começo dele ele testemunha fora a Anzinha Solla pera aver de testemunhar neste mesmo (38 v.) caso e que muitos castelhanos de cujos nomes se nom acorda lhe diziam a ele testemunha e a outros dos Barrancos que ala hiam testemunhar que mereciam de seer escortejados e emforcados por serem emalheadores da terra porem que ele nom leixara de dizer a verdade do que souber.

Item perguntado pello artigo oferecido por parte de Noudar que lhe todo foy leudo e fecta pergunta que era o que delo sabia disse que ele era homem de hidade de lx annos e mais e era natural e nacera nas Cunbras de Sam Bertolameu e fora trazido a esta terra por seu pay moço de hidade de sete annos e viera logo direito o dicto seu pay viver e asentar se aa dicta aldea dos Barrancos honde vivera continuoadamente

trinta annos pouco mais ou menos o quall avera ora obra de dezoito annos pouco mais ou menos que se foy da dicta aldeia dos Barrancos pera o dicto lugar das Cumbres honde faleceo e ele testemunha ficou em estes reynos e viveo continuoadamente em a dicta aldeia dos Barrancos salvo o tempo durante das guerras pasadas e tanto que a paz veeo elle testemunha se tornara logo aa dicta aldeia a viver como oje em dia vivya. E dise que des a dicta hidade de sete annos atee hidade de dezasete ele testemunha guardara continuoadamente ovelhas do dicto seu pay com as quaees andava pastando por toda esta terra e portanto tiinha razom de a saber e disse que sabe que a villa de Noudar partia (39) com Castella per estas confrontações a saber des o Moynho Telheiro que esta na auga d'Ardilla honde se mete o termo d'Enxarez e Oliva e Noudar e des o moynho viindo pello Ribeiro d'Almendra ao rincam dos Gralhos e do rincam dos Gralhos pera o Ribeiro do Cadavall a fundo e leixando o Cadavall dhi hindo direito ao Furadoiro atee emtrar na ribeira de Murtiga e dhy Murtiga arriba atee honde se mete nella o Royo de Vall Queimado e dhy Royo de Vall Queimado acima atee ho outro arroyo que saae das casas de Vall Queimado e viindo daly a hum Cabego da Gamonosa pello pee dela viindo seguindo ao ribeiro da Fonte Piçarrilha e da Fonte Piçarrilha Royo de Gamos a fundo atee se meter na ribeira de Murtigam e dahy vay dar na ribeira d'Ardilla a fundo. As quaees confrontações ele testemunha oje em dia sabera bem apegar e devysar. Perguntado como o sabe que a dicta vila de Noudar partia com Castella pellas dictas confrontações disse que o sabe porque des a dicta hidade de sete annos que o seu pay trouxe pera estes reynos atee hidade de dezasete senpre pastou com as ovelhas de seu pay pellos dictos limites como per terra de Noudar pagando o dicto seu pay os direitos e dizimos a Gomez da Silva que emtam era comendador de Noudar e esto sem contradigam de pessoa algũa. Perguntado ele testemunha se no dicto tempo pastavam pellos dictos limites e confrontações que dictas tem aalgũas outras pessoas como per terra de Noudar dise ele testemunha que sabe que os Carmonas moradores nas Cumbres e os Boças d'Anzinha Solla pastavam per esta (39 v.) terra a saber os dictos Carmonas pellos limites que dictos tem e os Boças arrendavam ho rincam de Joham Martinz. Perguntado ele testemunha como o sabe disse elle testemunha que no tempo que os dictos Carmonas pastavam pellos dictos limites que dictos tem paguavam os dizimos e direitos e hervajem dos dictos pastos ao dicto Gomez da Silva comendador. E elle testemunha lhos vira pagar e levar dentro aa villa de Noudar e esto vira e sabia porque quando seu pay paguava os dizimos dos cordeiros ao dicto comendador os vya asy pagar aos outros sem nhũa prema e muito por sua vontade por asy serem avilndos com o dicto comendador. Perguntado se ouvira ele testemunha dizer a seu pay ou a outros mayores e antigos que a terra destes limites que dictos tem partisse Castella com a villa de Noudar dise elle testemunha que ho ouvira dizer a hum d'Ornalho (?) castelhano das Cumbres homem que seria

de lxx annos e mais ja falecido o quall avia nome Pedro Afonso d'Ornalho e asy a outros de que se nom acorda que a dicta vila de Noudar partia com Castella pellas dictas confrontaçoes e que o dicto Pedro Afonso d'Ornalho vevya nas casas de Vall Queimado e lhe disera que o pay dele dicto d'Ornalho vivera aly nas dictas casas de Vall Queimado e que em soendo moço guardara ovelhas per ally do dicto seu pay e que esto era em tempo de Diogo Alvarez comendador e que pastavam aquella terra de Vall Queimado por terra da dicta villa de Noudar e que ele Pedro Afonso d'Ornalho (40) vira aly viir muitas vezes o dicto Diogo Alvarez comendador e folgar e desemfadar se aos domingos e festas e que pagavam os dizimos de seus gaados a Noudar e que o terrallgo pagavam a hum homem que se chamava ho Gafo de Moura e que ouvira dizer ao dicto d'Ornalho que o concelho d'Arouche vyera queimar as dictas casas dizendo que aquella terra era sua. Perguntado se sabia ele testemunha como se perdera e emalheara a terra que pertencia aa villa de Noudar que ora pesuyam os d'Anzinha Sola e os d'Arouche disse que poderia ora aver xx annos pouco mais ou menos que ele testemunha vira viir o concelho d'Arouche com hum Martim Vaasquez e outros muitos da dicta villa e queriam destruir hum linhal que era de hum Diogo Gomez seu pay que estava na fundanada de Vall de Riall o quall Vall de Riall senpre fora avido e conhecido por terra da comenda de Noudar e estando pera o aveerem de destruir o dicto seu pay e a hum Fernam Martinz Carmona que tambem queriam destroir hũa seara de pam fizeram aveença com o dicto concelho dizendo que lhe dariam dizimo e terrallgo nom seendo a elo presente o concelho de Moura nem o comendador de Noudar e levaram o dicto dizimo e terrallgo pella dicta comveença e elle testemunha lha vyo levar e acabado de fazerem a comveença susodicta o dicto Martim Vaasquez e os que com ele viinham com o dicto concelho foram poer malhões des os curraaes del Navyno (?) atee a cabeça honde chamam Cabeço Majom e des aquelle tempo pera ca senpre lhe vio chamar Cabeço Majom e que depois desto ouvira dizer ele testemunha geeralmente que o de Moura os viera derribar e quanto he aas terras que ora pesuee o concelho d'Anzinha (40 v.) Solla que sam o rin cam de Giralldo e Vall Queimado disse ele testemunha que ele ouviu dizer que depois dous annos pouco mais ou menos que os d'Arouche amalhoaram o dicto cerro malham e os curraaes de Lavino ho concelho d'Anzinha Solla viera amolhoar e poer malhões des o cerro malham atee o Royo Miguell sem yso mesmo serem presentes ho concelho de Moura nem o comendador de Noudar e d'Arroyo Miguel a fundo atee Murtiga e des o dicto tempo aca os vee lavrar aos d'Anzinha Solla e que sabe que estes malhões que asy foram postos sam metidos contra Portugall de dentro dos limites e comfrontaçoes que dicto tem. E disse que o sabe pellas dictas causas e razoes que dictas tem. Perguntado se sabia ele testemunha que aldeas tiinha a villa de Noudar em seus termos dise que sabe que aldea dos Barrancos e as Rocianas de Cima e as de Baixo e

a Veadeira que ora he despovoad a eram da vila de Noudar e os povoadores delas reconheciam os comendadores de Noudar por seus senhoriaes como oje em dia lhe reconheciam e lhe pagavam os direitos e dizimos e tributos como oje em dia pagam e ouvio dizer a seu pay e aos antilgos que estas aldeas foram senpre avidas por de Portugall de xxR^{ta} e lxixxx e cento annos pera ca que a memoria dos homeens nom era em contrairo. E disse mais ele testemunha (41) que ouvira dizer a seu pay e a seus maiores que a vila de Noudar partia com Castella pellas dictas confrontaçoẽes que dictas tem de tanto tempo pera ca que a memoria dos homeens nom era em contrairo. Perguntado se sabia ele testemunha que antre os Barrancos vise ou ouvise dizer que se posesem malhões ou os ouvesse hy que fezesem devisam de reyno a reyno disse ele testemunha que ele nunca vira taes malhões senom as devisões que dictas tem e disse mais que avera xxx annos pouco mais ou menos que ele testemunha vira grande fogo neste canpo o quall queimou a hirmida de Sam Pedro de Vall Queimado e ele testemunha vira viir ho concelho d'Anzinha Solla alevantar as paredes aa dicta hirmida e poeer em ela hymajeens. Perguntado se fora pera elo citado ho comendador de Noudar ou o concelho de Moura disse que o nom sabia. Perguntado se sabia ele testemunha que a terra em que estava a dicta hirmida se estava em terra de Vall Queimado disse que sy e esto sabia pellas razões e causas que dicto tem. Perguntado se era a ele testemunha puprica voz e fama e aos outros antilgos que aquella terra que em os limites e confrontaçoẽes que dictas tinha era terra de Portugall e por de Portugall a pastavam disse que sy. Perguntado se sabia que hy ouvese outro Vall Queimado salvo o que dicto tem disse que nom sabia outro Vall Queimado senom o que dicto tem pero que ha hy hum outro royo que chamam das Casas de Vall Queimado porque vem das casas e mais nom dise. Joham Jorge esto escripti.

Vascus Fernandez

(41 v.) E depois desto dous dias do mes de Março da dicta era de lRiij annos na terra da Contenda foy apregoado o licenciado Rodrigo de Coelha e o procurador de Sevyilha per Joham Gonçalvez escudeiro e tabeliam em a vila de Moura o quall deu de sy fee que os apregoara e os nom achara nem outrem por elles e o dicto doutor vista sua fee mandou perante sy viir a testemunha que se segue.

Item Andre Martinz Balxo morador em Moura testemunha jurado aos Santos Avangelhos e perguntado do custume disse nihil.

Item perguntado pello artigo oferecido por parte de Noudar que lhe todo foy leudo e fecta pergunta que era o que delo sabia disse que elle era homem de lx^{ta} annos pouco mais ou menos e que de hidade de dez

annos pera ca ele testemunha sabe todos estes campos de Gamos e terra de Contenda porque da dicta hidade pera ca trouxe senpre em ella hum fato d'ovelhas pastando com elas per sy e per seus mancebos e que o que ele testemunha desta terra sabe e dos termos de Noudar he esto a saber que des Murtigam arriba atee dar em Royo de Gamos e per Royo de Gamos acima atee dar na Fonte Pycarrelha (*sic*) e da Fonte da Piçarrilha (42) atee dar no Ribeiro de Vall Queimado e sabe que o dicto Royo de Vall Queimado entra na ribeira de Murtiga e sabe que per estas confrontações e limites partia a villa de Noudar com Castella. Perguntado como o sabe disse ele testemunha que sabia a dicta terra de Noudar que parte com Castela pelas confrontações que dictas tem des a hidade de trinta annos pera ca e pastara per sy e per seus mancebos com suas ovelhas per toda a terra de Vall Queimado e Vall de Riall. Perguntado se no dicto tempo pastava per aly portugueses ou castelhanos disse que elle vira pastar hum Diogo Gomez castelhano que vevia nos Barrancos pay de hum Afonso Gomez que ora vive na dicta aldea dos Barrancos com ovelhas e a outros de que se nom acorda os quaees pastavam pella terra como terra de Noudar e Portugall sem contradicam de pessoa algũa. Perguntado se sabia ele testemunha ou ouvira dizer a seu pay ou a seus mayores e antigos que a terra de Noudar partissem com Castella pellos termos e limites que dictos tem disse que o ouvira dizer geeralmente de quanto tempo ha que se ele acorda atee ora asy aos antigos como aos presentes que a dicta comenda de Noudar partia com Castella pellas confrontações que dictas tem de tanto tempo pera ca que a memoria dos homeens nom era em contrairo. Perguntado se sabia ele testemunha por que causa se perdera e emalheara a terra dos limites e termos que dictos tem disse que ele testemunha sabe por que o vyo que Gomez (42 v.) da Silva guardou senpre muy bem toda a terra da dicta villa de Noudar e sabe que todos os castelhanos que viinham pastar com seus gaados pellos dictos limites pagavam a hervagem ao dicto comendador de Noudar. Perguntado como o sabe disse que no tempo que dicto tem em que ele testemunha pastava com seu gaado vira hy muitos castelhanos asy d'Arouche como das Cumbres e doutros lugares comarcãos dos quaees castelhanos nom tem lembrança doutros senom de huuns d'Arouche que chamavam os Marquezes (?) os quaees todos diziam a ele testemunha que pastavam com seus gaados pellos dictos limites por seu direito e pagavam a hervagem ao dicto Gomez da Silva comendador de Noudar e que depois per fallecimento do dicto Gomez da Silva viera por comendador aa dicta villa Pedro Rodriguez Bandarra e que este emalheara e devasara toda a terra e esto per afeicam e amizade que tiinha com os d'Anzinha Solla. Perguntado como o sabia disse que era fama mui geeral e devulgada e per toda esta terra se nom dizia contra cousa porque ele testemunha vira per esperiência a terra que era bem guardada per Gomez da Silva seer ora emalheada de tempo de Bandarra pera ca. Perguntado que aldeas sabia elle testemunha teer e pesuir a

villa de Noudar por suas disse que sabe que (43) des a hidade de dez annos pera ca ele testemunha se acorda e vio e sabe que a aldea dos Barrancos e as Rocianas de Baixo e de Cima serem aldeas de Noudar e dos comendadores della e os povoadores delas reconheciam por senhores os comendadores da dicta villa de Noudar e esto sabe porque des o dicto tempo pera ca vio sempre os moradores e povoadores delas acudir com os dizimos e tributos aos dictos comendadores. Perguntado se sabe ele testemunha outras devisões que a dicta villa de Noudar tenha com Castella senom as que dictas tem disse ele testemunha que elle nom sabe nem nunca ouvio dizer a nhum antiqũo que hy ouvese outras devisões da villa de Noudar com Castella senom as que dictas tem. Perguntado se sabia ele testemunha que antre a aldea dos Barrancos e a villa de Noudar se posessem alguuns marcos e devisões por devisam de reyno e reyno ou estevesem hy de tempo antigo disse ele testemunha que o nom sabia nem nunca taaes marcos vira nem ouvio dizer a nhuns antigos que os hy ouvesse. Perguntado se sabia elle testemunha que hy ouvese outro Vall Queimado senom o que dicto tiinha disse que outro nhum nom sabia o que dicto tem e disse ele testemunha que a terra que dicto tiinha pellos dictos limites ele testemunha a saberia muy bem apegar. Perguntado ele testemunha se esto que dicto tem era a elle puprica voz e fama em toda esta comarca e vizinhança e asy aos antigos que antes ele fosem disse que todo o que dicto tem era a ele testemunha per toda esta comarca puprica voz e fama do que dicto tem al nom disse Joham Jorge esto escripti.

Vascus Fernandez

(43 v.) E logo em o dicto dia na dicta terra da Contenda foy apregoado outra vez o dicto licenciado e o procurador de Sevilha pello dicto Joham Gonçalvez tabeliam que deu logo de sy fee que o apregoara e o nom achara nem outrem por elle e visto pelo dicto doutor sua fee e de como os apregoara e nom achara mandou perante sy viir e perguntar esta testemunha que se segue.

Item Estevam Martinz Bixo morador em a villa de Moura testemunha jurado aos Santos Avangelhos e perguntado pello custume disse nihil.

Item perguntado pello artigo oferecido por parte da villa de Noudar que lhe todo foy leudo e fecta pergunta que era o que delo sabia disse que ele era homem de hidade de 1^a annos e que des a hidade de oyto annos pera ca sabia esta terra per estas confrontações a saber pertencencer aa villa de Noudar a saber per Royo de Gamos acima atee dar na Fonte Piçarrilha e da Fonte Piçarrilha atee Vall Queimado royo a fundo ficando Vall Queimado da parte de Portugall e esto que dicto tem da Fonte

Piçarrilha atee Vall Queimado disse que a pastava com hovelhas de seu pay por terra de Portugall sem contradicam algũa de Castella nem de Portugall. Perguntado se ouvio dizer a seu pay ou a seus maiores (44) que a terra que dicta tem pellos dictos limites fose de Noudar e de Portugall disse que ouvira dizer a seu pay e a hum Gonçalo Preto e a hum Gonçalo Martinz todos moradores em Moura e a outros muitos homeens velhos e antigos de cujos nomes se nam acorda que a dicta terra pellos limites e confrontações que dictas tem era de Portugall e da dicta villa de Noudar de xxR¹xlxxx e cento annos e de tanto tempo pera ca que a memoria dos homeens nom era em contrairo e de quanto ha que estes reinos eram reynos. Perguntado se sabia ele testemunha que Gomez da Siliva e os outros comendadores de Noudar recolhesem os dizimos de Vall Queimado e pastos dele disse elle testemunha que ouvira dizer a hum Rodrigo de Canpo homem antilgo que vivera em Noudar e a hum Afonso Gomez castelhano que via nos Barrancos e a outros de que se nom acorda que os comendadores da dicta villa de Noudar recolhiam os dizimos e pastos e terralgos de Vall Queimado e do rincam de Giraldo por lhes pertencer de direito. Perguntado se sabia ele testemunha por que causa se emalheara e perdera a terra de Vall Queimado e do rincam de Giraldo dise que per fallecimento de Gomez da Siliva viera aa dicta villa de Noudar por comendador Bandarra e que o dicto Bandarra por afeiçam e amizade que tinha com hum Pedro Rodriguez alcaide d'Anzinha Solla dera hum rincam nom sabe quall se o de Joham Martinz se o de Giraldo a hum filho do dicto Pedro Rodriguez que era seu afilhado e ele testemunha ouvio dizer que des o dicto tempo pera ca os d'Anzinha Solla estavam em posse delle. Perguntado se sabia ele testemunha que aldeas tinha e pesuya a villa de Noudar de dentro dos limites que dictos tem disse (44 v.) que elle testemunha sabia e se acordava e vio que des o dicto tempo de dez annos pera ca a aldeia dos Barrancos era de Noudar e a vio pesuir aos comendadores e os vizinhos e moradores acodiam com os direitos e dizimos aa dicta via (sic) de Noudar e bem asy ouvira dizer geeralmente que as Rocianas de Cima e de Baixo eram termo de Noudar. Perguntado se sabia elle testemunha ou ouvira dizer que antre a aldeia dos Barrancos e a villa de Noudar estevesem alguuns marcos ou malhões que fezesem devisam de reyno a reyno disse ele testemunha que nunca os vira des o dicto tempo pera ca que se ele na dicta terra criara nem ho ouvira a nhuuns antigos e se alguuns tall diziam o diziam com grande mallicia mas nom por seer tall a verdade. Perguntado se sabia elle testemunha que hy avia outro Vall Queimado afora o que dicto tinha disse ele testemunha que ele nom sabia outro Vall Queimado senom o que dicto tinha. Perguntado se era a ele testemunha todo o que dicto tem e a todollos antigos puprica voz e fama asy per toda esta comarca e vizinhança dela a terra das dictas confrontações que dictas tem serem de Portugall e Noudar disse que sy era e asy o ouvira dizer a seu pay e a seus maiores e a toda

esta comarca a dicta terra de dentro dos dictos limites seer de Portugall e Noudar e mais nom dise. Joham Jorge esto escripti.

Vascus Fernandez

Estevam Martinz

(45) E depois desto quatro dias do mes de Março de lRij na conta Valle da Atalayoela foy apregoado ho licenciado Rodrigo de Coelho per Joham Gonçalvez escudeiro morador em a villa de Moura o quall deu de sy fee que o apregoara e o nom achara nem o procurador de Sevilla nem outrem por eles e vista sua fee e de como os nom achara nem outrem por eles o dicto doutor mandou perante sy viir e perguntar esta testemunha que se segue.

Item Ruy do Valle lavrador morador em Mouram testemunha jurado aos Santos Avangelhos e perguntado pello costume disse nihil.

Item perguntado pello artigo oferecido por parte de Noudar que lhe todo foy leudo e fecta pergunta que era o que delo sabia disse que ele era homem de hidade de Rij atee Rij annos pouco mais ou menos e disse que dos limites e termos contheudos e decrarados no artigo que perteence aa vila de Noudar ele nom tinha razom de o saber porquanto se nom criara nesta terra nem andara pellos campos dela soamente alguuas vezes viinha aa villa de Noudar asy em tempo de Gomez da Sillva seendo em hidade de oyto ou dez annos como em tempo de Pedro Rodriguez Bandarra seendo ja homem de hidade conprida e disse que com elle estivera huum pouco de tempo e fora com elle na tomada de Tanger e Arzilla (45 v.) e disse ele testemunha que a causa que tevera para viir aa dicta villa de Noudar em tempo do dicto Gomez da Sillva era porque Diogo do Valle paadre dele testemunha era criado do dicto Gomez da Sillva e vyvera com elle bem trinta e cinco annos e mais e era seu recebedor e arrendador e arrecadador das suas rendas e dizimos e her-vajeens que aa dicta comenda perteenciam. Perguntado se ouvira elle dizer a seu paadre ou a alguuns ou outros antiigos que a dicta villa de Nou[dar] partisse pellos limites contheudos no dicto artigo com Castella disse que o dicto Diogo do Valle seu pay avera obra de sete ou oyto annos que falleceo da vida deste mundo e que ao tempo que falecera seria homem de hidade de lxxb atee l'xxbj annos pouco mais ou menos e elle testemunha ouvio dizer muitas vezes ao dicto seu pay que levava os dizimos e raçam do rincam de Giralldo pera o dicto Gomez da Sillva e esto per vontade daquelles que em ele lavravam sem prema do dicto Gomez da Sillva nem doutra pessoa algũa e disse mais ele testemunha que avera ora obra de xx ou xxj annos pouco mais ou menos que viindo o dicto Bandarra por Mouram pousara em casa de seu pay dele teste-

munha e ele ouvira dizer ao dicto seu pay estando se agravando ao dicto Bandarra e queixando se com elle dizendo lhe que porque leixava lavar os d'Anzinha Solia em o dicto rincam de Giraldo e (46) aposear se dele porque o dicto rincam era terra que pertencia a Noudar dizendo lhe mais o dicto seu pay eixme (*sic*) eu aqui estou que em tempo de Gomez da Sillva levava ja a raçam e os dizimos dos que lavravam em o dicto rincam de Giraldo e nom era ele testemunha acordado do que o dicto Bandarra tornara em reposta ao dicto seu pay quando lhe esto disera e disse mais ele testemunha que outro tanto quanto ele tem ouvido ao dicto seu pay deve de saber Lopo Valle irmão d'elle testemunha que ora vyve em Almodovar o quall vyveo com o dicto Gomez da Sillva que he homem de moor hidade que ele testemunha. E mais nom disse. Joham Jorge esto escripto. E bem asy disse que ouvira dizer ao dicto seu pay que a aldeia dos Barrancos e as Roclanas de Baixo e de Cima eram aldeas e termos da villa de Noudar e que senpre foram pesuydas pellos comendadores dela per tanto tempo que a memoria dos homeens nom era em contraio e ele testemunha des a dicta hidade de sete atee oytto annos pera ca sabe seer as dictas aldeas da dicta villa de Noudar pellos limites e termos delas e disse que nunca ouvira dizer a nuhum antlgo nem ao dicto seu pay que antre a villa de Noudar e aldeia dos Barrancos estessem nuhuuns marcos que fezessem devisam de reyno e reyno e mais nom disse. Joham Jorge esto escripto.

Vascus Fernandez

Ruy do Vale

(46 v.) E logo em o dicto dia e ora na dicta terra da Contenda foy iso mesmo apregoado o dicto Rodrigo de Colha licenciado e o procurador de Sevilha per Joham Gonçalvez escudeiro e tabellam morador em Moura o quall deu de sy fee que os apregoara e os nom achara nem outrem por elles e o dicto doutor vista sua fee e como os nom achara mandou perante sy viir e perguntar a testemunha que se segue.

Item Pedro Acenço castelhano lavrador morador nos Barrancos termo e aldeia de Noudar testemunha jurado aos Santos Avangelhos e perguntado pello costume dise que ele testemunha fora certificado per Joham Gill e Joham Tome e outros da aldeia dos Barrancos que ele e os outros todos que tiñham fazendas nas Cunbres parecesem perante o licenciado Rodrigo de Coelho a certo tempo o quall he ja pasado sob pena de perderem as fazendas. Porem ele testemunha nom pareceo atee ora perante o dicto licenciado nem deu perante ele seu testemunho e se per ele for perguntado la e ca nom dira senom a verdade posto que esta muy recioso de lhe tomarem sua fazenda por asy nom parecer perante o dicto licenciado e porem que nom leixara de dizer a verdade.

Item perguntado pello artigo oferecido por parte de Noudar que lhe todo foy leudo (47) e fecta pergunta que era o que delo sabia disse que ele era homem de hidade de l^{ia}ij ate l^{ia}liij annos pouco mais ou menos e que este mes de Março em que ora estamos fazia trinta e oyto annos que ele viera com hum pigolhall de vacas das Cumbres de Sam Bertolameu donde ele era naturall a vyver aa dicta aldea dos Barrancos e que des o dicto tempo pera ca viveram senpre continuoadamente em a dicta aldea tirando os tempos da guerra pasada e se fora pera Castela. E ao tempo que ele viera aa dicta aldea com as dictas vacas era emtam comendador de Noudar Gomez da Sillva e ele pastara em terra de Noudar com as dictas vacas emquanto as esteve que foy atee que vieram as guerras em que as perdera e por asy pastar com as dictas vacas em terra de Noudar tiinha razom de saber os limites e termos per onde partia a dicta villa de Noudar com Castella. Perguntado quaees eram os limites e devisões que partiam a dicta villa de Noudar com Castella disse que seendo ele homem de hidade de dezasete annos atee dezoito ele fora hum dia aa dicta villa de Noudar em vida de Gomez da Sillva em companhia de hum Joham de Medina e de hum Diogo Afonso Braganço que veuiam nas Rocianas de Balxo e estando la em a dicta vila dentro no castelo dela em presença do dicto Gomez da Silva e doutros muitos o dicto Gomez da Silva mandara trazer huua carta que se entam hy disse que era privilegio da dicta villa e termos dela o qual privilegio hy foy liido nom se acorda ele testemunha per quem. E porque o dicto (47 v.) privilegio fora liido em voz alta ele testemunha he muy bem lenbrado e se acorda que o dicto privylegio dizia que a dicta villa de Noudar partia per estas confrontações com Castela a saber Ardilla abaixo atee dar nas juntas de Murtigam e de Murtigam arriba atee dar nas juntas de Royo de Gamos e Royo de Gamos arriba a dar na Fonte da Piçarra e da Fonte atee dar em Royo de Val Queimado e Vall Queimado abaixo a dar na Ribeira de Murtiga. Porem que ele testemunha nom sabe se era privilegio se nom quanto hy dizia que era privilegio e bem asy disse que emquanto ele testemunha tevera as dictas vacas ele pastara com elas per Murtigam arriba atee Royo de Gamos arriba e per Royo de Gamos arriba atee o Ribeiro de Vall de Riall e polas casas del Navyno (?) e pello cerro do Malham e pello Arroyo de Pero Miguell a dar na Ribeira de Murtiga e Murtiga abaixo atee a dar no Allmeneiro e do Almeneiro aa Rocianas de Balxo. Perguntado se sabia ele testemunha que o rincam de Giraldo e Vall Queimado fosem das perteenças de Noudar disse que ele testemunha ouvira dizer a hum Pedro d'Orualho que vivera na aldea dos Barrancos que era muito antigo que seria de hidade de lxxx annos pouco mais ou menos o quall era castelhano naturall das Cumbres de Balxo que em a terra de Vall Queimado ele Pedro Afonso d'Orualho vivera muitos annos e que naquele tempo que (48) ele aly vivera era Diogo Alvarez emtam comendador da villa de Noudar e que ele emquanto aly vivera pagara os dizimos

e tributos ao dicto Diogo Alvarez comendador por terra de Noudar e que mais lhe ouvira dizer que o concelho d'Arouche lhe viera queimar as casas e os lançaram daly fora dizendo que a terra era sua e dise mais ele testemunha que avera trinta ou trinta huum anno Quilntim Vaasquez escrivam do concelho d'Arouche com todo o concelho vieram poeer e asentar marcos aas casas del Navyno e pela fondonada de Vall de Riall atee cima do Cerro do Malham. Perguntado como o sabe dise ele testemunha que andava pastando com suas vacas e que os vio. Perguntado se foram pera elo requeridos ho concelho de Moura ou comendador de Noudar dise que nom vira aly outro nhuum concelho nem outra jente salvo o dicto concelho d'Arouche. Perguntado se sabia ele testemunha que aldeas tiinha e pesuya a villa de Noudar disse que os Barrancos e Rocianas de Baixo e que quanto era aas Rocianas de Cima ele testemunha se acorda e sabe e vio que o comendador Bandarra a vendera por defesa garrada pera gaados a Joham Booça o Velho e a Afonso Fernandez Francisco os quaees eram vizinhos d'Anzynha Soa (*sic*) per carta que eles tiinhm e ele vyo afirmada pelo dicto Bandarra e a terra que lhe vendera lha demarcara da (?) per malhões per onde aaviam de comer e pastar. Perguntado se se acorda da decaraçam que se fez dos dictos malhões na dicta venda per onde os sobredictos a ouvesem de pastar disse que lha amalhoara per huuns pardieiros que hy estavam sobre a Ribeira d'Ardilla e pela Fonte do Corcho e pella Fonte da Tranqua a dar atee ho Cadavall e que estes malhões lhes (48 v.) dava o dicto comendador por se fazer deferença antre as Rocianas de Baixo com as de Cima ficando o Azinhall no contrato da dicta venda. Perguntado como sabia que estas aldeas eram da villa de Noudar e pagavam os dizimos e direitos a Noudar disse ele testemunha que des o dicto tempo que ele veeo viver a esta terra sempre vio os povoadores dos Barrancos e Rocianas pagar e contribuir os dizimos e direitos a Noudar e aos comendadores da dicta villa. Perguntado se sabia elle testemunha que o rincam que se chama de Joham Martinz pertencesse aa comenda de Noudar disse que em tempo de Gomez da Silva vyo e se acorda e sabe que huum Gonçallo Vaasquez vizinho das Cumbres mayores lavrava e semeava o dicto rincam de Joham Martinz da mão e licença e autoridade do dicto Gomez da Silva e lhe paguava o dizimo e terralço do dicto rincam. Perguntado como o sabe disse ele testemunha que ele vira lavar o dicto rincam ao dicto Gonçalo Vaasquez e via aos acarritadores dos dizimos de Noudar virr receber e levar pera Noudar os dictos dizimos do dicto rincam de Joham Martinz. E disse mais ele testemunha que sabe que depois que Bandarra viera por comendador aa dicta villa de Noudar elle testemunha vira o dicto rincam em poder de huum Pedro Rodriguez allcaide que aaquele tempo era d'Anzinha Solla conpadre e amigo do dicto Bandarra. Perguntado como o sabia disse que seendo o dicto (49) Pedro Rodriguez huum dia em Noudar ele testemunha era presente e ouviu dizer ao dicto Bandarra contra o dicto Pedro Rodriguez conpadre

aproveitaamos do rincam de Joham Martinz por quantos serviços fazees a esta casa e des aquele tempo pera ca que o dicto Pedro Rodriguez e o dicto Bandarra faleceram ele testemunha vive em o dicto rincam em poder de lavradores de Noudar como oje em dia estava e que o vira lavar a Castelhanos per repartiçam e mandado de Martim de Sepulveda que tiinha a dicta villa por Portugall e lhe acodiam com os dizimos e terralhos como oje em dia acodiam e disse mais ele testemunha que em tempo do comendador Bandarra a terra se guardara mui mall e se emalheara o rincam de Joham Martinz pella maneira que dicto tem. E disse outrosy a dicta testemunha que em tempo de Martim de Sopulveda vio trazer hũa grande pratica aos que lavravam e semeavam no dicto rincam a quall pratica lhe parecia que nom era fecta a outro fym senom pera o emalhearem e disse que vio ao dicto Martim de Sopulveda dar o dicto rincam per repartiçam a huum Afonso Fernandez Branco e a Pedro Rodriguez das Vacas e a outros de cujos nomes se nom acorda os quaees eram seus panygulados e chegados e estes pagavam do que recolhiam em o dicto rincam dizimo e terrallguo a Noudar e dizimo e terrallguo a Anzinha Solla. Perguntado como sabia esto disse ele testemunha que elle o ouvira dizer ao dicto Pedro Rodriguez das Vacas que ele e os outros pagavam huum dizimo e terrallgo a Noudar e outro a Anzinha Solla. Perguntado se sabia ele testemunha que Noudar tevesse outros termos e limites com Castela senom aqueles (49 v.) que elle testemunha ouvira leer no dicto privilegio como dicto tem dise que nom. Perguntado se sabia elle ou ouvira dizer a outros alguuns antiigos que antre a aldea dos Barrancos e a villa de Noudar ouvesse marcos e devi-sões de reyno a reyno disse ele testemunha que nunca os vira nem ouvira dizer a nhuuns antiigos que taaes marcos hy estevesem salvo quanto ho ouvia ora dizer aos d'Anzinha Solla porque o desejavam que avia hy outros marcos. Perguntado se lhe disseram allguuns vizinhos da dicta villa d'Anzinha Solla que se elle e os outros moradores dos Barrancos hy nom estevesem que ja aldea dos Barrancos fora de Castela disse ele testemunha que tall cousa nunca lhe fora dicto pero que era verdade que geeralmente hos vizinhos da dicta villa d'Anzinha Solla diziam a ele e aos outros vizinhos dos Barrancos honde quer que os topavam que eram huuns emalheadores de terra contra Castella. Perguntado se era a ele testemunha e aos outros antiigos puprica voz e fama de todo o que dicto tem disse ele testemunha que per toda esta vizinhança e comarca era a todos notorio e voz e fama que era verdade todo o que ele testemunha dicto tiinha e mais nom disse. Joham Jorge esto escrivi.

Vascus Fernandez

Pedro Asenço

(50) E despois desto cinco dias do mes de Março na Contenda foy apregoado o dicto licenciado Rodrigo de Coelho e o procurador de Sevilha



per Joham Gonçalves tabeliam em a villa de Moura que deu de sy fee que os apregoara e os nom achara nem outrem por eles e visto pello dicto doutor sua fee e de como os nom achara mandou perante sy viir e perguntar a testemunha que se segue.

Item Afonso Mendez escudeiro morador em Santo Aleixo testemunha jurado aos Santos Avangelhos e perguntado pello costume disse nihil.

venda
Item perguntado pello artigo oferecido por parte de Noudar que lhe foy leudo e fecta pergunta que era o que delo sabia disse que elle era homem de hidade de lxxbj annos e que seu pay dele testemunha morara na villa de Moura e ele nacera e crecera nella e viera casar a Santo Aleixo homem de hidade de trinta e seis annos e de trinta pera ca sabia esta terra da Contenda e campos de Noudar e do contheudo no dicto artigo e das confrontações em elle nomeadas de vista (50 v.) e certa sabedoria disse que nom sabia nada porque ainda que ele soubese os dictos canpos tratara por eles disse pero ele testemunha que d'ouvida sabia esto que se segue a saber que pode aver tres annos pouco mais ou menos seendo ele testemunha recebedor das rendas da villa de Noudar fora aa Cunbras de Sam Bertollameu e em sua conpanhia hya Aires Fernandez que apos ele foy recebedor das dictas rendas pera lhe averem a ele testemunha de fazer hũa escriptura de certos linhos que tinha vendidos a hum Afonso Barregam castelhano do dicto lugar das Cumbres os quaees linhos perteenciã aa Hordem e tanto que fezera a dicta escriptura em se querendo tornar pera Portugal elle testemunha e o dicto Aires Fernandez se acertaram na praça do dicto lugar com hum Joham Martinz Carmona homem muyto antigo que todos diziam que era homem de cento annos e mais e o dicto Joham Martinz perguntara a ele testemunha donde era e que fazia em o dicto lugar e ele testemunha lhe respondera que era de Santo Aleixo e viinha a negociar cousas que perteenciã aa Hordem e em esto lhe tornara o dicto Joham Martinz dizer que ele sabia bem toda esta terra porque morara nas casas de Vall Queimado e que sabia que a dicta villa de Noudar partia com Castella (51) pellas confrontações contheudas no artigo porque andara por ellas muitas vezes decrarando lhe e especificando lhe mui bem as dictas confrontações dizendo que sabia que partia o termo de Noudar des o Moynho do Telheiro e pello Ribeiro d'Almendra arriba e dhy ao rincam dos Gralhos e dhy a hũa cabeça alta e dhy decendo aa Ribeira de Murtiga e Murtiga arriba atee dar em Vall Queimado e Vall Queimado arriba atee dar na cabeça Gamonosa e dhy aa Fonte Piçarrilha e dhy Royo de Gamos abaixo atee dar em Murtigam e Murtigam abaixo atee dar em Ardilla e Ardilla arriba atee dar no dicto Moynho Telheiro e que per estas confrontações dizia que partia a villa de Noudar con Castella e que ele dicto testemunha ouvira dizer ao dicto Joham Martinz que saberia muy

bem poe los pees pella dicta terra das confrontaçöes que dictas tiinha o quall era ora ja falecido avera hum anno pouco mais ou menos. Perguntado ele testemunha se ouvira ele dizer ao dicto Joham Martinz a causa e razom que tevese pera saber a dicta terra disse que elle testemunha lhe ouvira dizer que a sabia porque vivera nas casas de Vall Queimado e que do dicto Vall Queimado lhe ouvio dizer que pagava os dizimos e terrallgo aa dicta villa de Noudar e bem asy dise que lhe ouvira dizer que do rincam de Giraldo se pagava aa dicta vila dizimos e terrallguo e direitos e bem asy disse que lhe ouvio dizer que a dicta terra pellas dictas confrontaçöes era de Portugal (51 v.) de tanto tempo pera ca que a memoria dos homeens nom era em contrairo e yso meesmo ouvira dizer ao dicto Joham Martinz Carmona que Nuno Fernandez de Sequeiro ho Gago que aaquele tempo via em a villa de Moura tiinha no dicto Val Queimado hũa herdade de que lhe levavam a raçam a Moura e o dizimo aa Hordem a quall raçam dizia que lha levava hum Nuno Martinz Feltreiro com tres azemelas dizendo que hũa delas era ruça e dise ele testemunha que em seendo moço ele conhe-cera o dicto Nuno Martinz que via em Moura e lhe vio emtam hũa azemola ruça porquanto tiinha a estrebaria junto com as casas de seu pay dele testemunha e disse mais ele que ouvira dizer a Rodrigo de Canpo e a hum Vasco Fernandez da Meestra homeens antligos que veviam com Gomez da Silva que serlam homeens de lxx l^{ta}xx (sic) annos cada hum que levaram muitas vezes hos dizimos e terrallguos do rincam de Giraldo e de Vall Queimado aa villa de Noudar seendo aaquele tempo Gomez da Silva comendador dela e disse mais elle testemunha que poderia ora aver quatro annos pouco mais ou menos seendo juiz hum Gonçal'Eanes em a vila de Moura a ele testemunha fora factio hum furto per hum castelhano de certa roupa de linho e ele testemunha emvyara hum seu homem apos elle pera o tomar e prender ho quall o fora alcançar no caminho d'Anzinha Solla aalem de hũa oorta que esta aaquem de Vall Queimado pera Portugall e o trouxe (52) preso com as mãos atadas e com o furto e fora levado aa prisam de Moura. E que os d'Anzinha Solla mandaram requerer ao dicto juiz de Moura que lhe entregassem o dicto preso dizendo que fora preso dentro em Castella e que emtam o dicto Gonçal'Eanes juiz mandara os dictos Vasco Fernandez e Rodrigo do Canpo e Alonso Sanchez Carreteiro ao dicto lugar honde o dicto ladram fora preso por serem homeens antligos e por saberem muy bem a terra pera averem de dizer e decrarar se o lugar honde o dicto ladram fora preso era terra de Castella se de Portugall. E todos tres se acordaram que ho dicto lugar em que asy o dicto ladram fora preso era terra de Portugall seendo a elo presentes ele testemunha e Estevam Rodriguez tabeliam de Moura que de todo fezera hum auto e que em estando eles neste auto ele testemunha ouvira dizer aos dictos Vasco Fernandez e Rodrigo do Canpo que levaram muitas vezes dally por seer ny he rincam de Giraldo os dizimos e raçam pera a dicta villa de Noudar

4
como ja dicto tem e asy ouvira dizer ao dicto Alonso Sanchez que em seendo ele moço andara per ally pastando com seu gaado como em terra de Portugall que pertencia aa comenda de Noudar. Perguntado se sabia ele testemunha ou ouvira dizer quall fora a causa por que se perdera e emalheara o rincam de Giraldo e Vall Queimado disse que ele ouvira dizer geeralmente a muitos e a Joham Rodriguez criado que foy de Bandarra e a Joham Rodriguez castelhano dos Barrancos que o dicto Bandarra emalheara muita terra da dicta comenda e dera o rincam que se chama de Joham Martinz a huum Pedro Rodriguez alcaide (52 v.) que aaquele tempo era alcaide d'Anzinha Solla por seer seu conpadre e grande amigo porque o dicto Pedro Rodriguez diziam que lhe trazia sellas e arreos de Sevyilha e outras cousas. Perguntado se sabia elle testemunha que aldeas tinha e pesuya a villa de Noudar disse ele testemunha que lhe sabe a aldea dos Barrancos e as Rocianas de Baixo e as de Cima. Perguntado como o sabe disse que dos dictos trinta annos pera ca elle testemunha vira sempre pagar os moradores das dictas aldeas aos comendadores da villa de Noudar os dizimos e terrallgos e ouvio dizer geeralmente a muitos antigos a saber ao dicto Vasco Fernandes e a Rodrigo do Campo que as dictas aldeas senpre foram da dicta villa de Noudar e os dictos moradores delas pagaram senpre os dictos dizimos e direitos aos dictos comendadores de tanto tempo pera ca que a memoria dos homeens nom era em contralro. Perguntado se sabia ele testemunha ou ouvira dizer que hy ouvesse outros limites e termos na dicta villa de Noudar senom os que dictos tinha disse que o nom sabya nem ouvira dizer que hy ouvese outros salvo os que dicto tem que asy ouvira ao dicto Joham Martinz Carmona. Perguntado se sabia ele testemunha ou ouvira dizer a alguuns antigos que antre a aldea dos Barrancos e a villa de Noudar ouvese hy alguuns marcos e devisões que fez e sem devisam de reyno e reyno dise ele testemunha que taaes marcos nunca vira nem ouvira dizer a nhuuns antigos que os hy ouvesse salvo quanto ho ora ouvia dizer que os d'Anzinha Solla diziam que avia hy os dictos (53) marcos pera emalhearem mais terra da que emalheada tinham. Perguntado se sabe ele testemunha que hy ouvese outro Vall Queimado senom ho ribeiro que se chama de Vall Queimado disse que nom sabe outro nem ouvyse dizer que nesta terra ho hy ouvesse. Perguntado se era a elle testemunha e a todollos antigos desta comarca e vizinhança puprica voz e fama de todo o que dicto tinha disse que per toda esta vizinhança e comarca era puprica voz e fama asy a ele testemunha como a todollos antigos desta terra e mais nom disse. Joham Jorge esto escripti.

Vascus Fernandez

E logo em o dicto dia ora foy apregoado o dicto licenceado Rodrigo de Coelha e o procurador de Sevyilha pello dicto Joham Gonçalvez tabellam que deu de sy fee que os apregoara e os nom achara nem outrem por eles

e vista sua fee e de como os nom achara nem outrem por eles o dicto doutor Vasco Fernandez maudou perante sy viir e perguntar a testemunha que se segue.

Item Gomez Rodriguez Borralho lavrador morador em Santo Aleixo testemunha jurado aos Santos Avangelhos e perguntado pello custume disse nihil

Item perguntado pello artigo oferecido por parte da villa de Noudar que lhe todo foi leudo e fecta pergunta que era o que delo sabia disse que ele era homem de hidade de lxb (53 v.) atee l^a xbj annos pouco mais ou menos e que ele nacera e se criara em a dicta aldea de Santo Aleixo e que ele testemunha de R^{ta}b annos a esta parte se acordava de toda esta terra de Contenda e campos de Noudar e des a dicta hidade de R^{ta}b annos pera ca a pastara com gaado de seu pay com vacas e porcos e sabe que as confrontações e limites que parte a dicta villa de Noudar com Castela sam estes a saber de Murtigam acima atee dar em Royo de Gamos e dhy Royo de Gamos arriba atee dar na Fonte Piçarrilha e da Fonte atee dar no ribeiro que a parecer dele testemunha se chama Ribeiro dos Cortedeiros e dhi pello ribeiro a fundo atee o ribeiro de Vall Queimado e o ribeiro de Vall Queimado a fundo atee dar na ribeira de Murtiga. Perguntado como sabia ele testemunha que per estas confrontações partia a dicta vila de Noudar com Castella disse que em sendo ele moço pastara pellos dictos limites com vacas e porcos de seu pay como per terra de Noudar seendo Gomez da Silva comendador dela e esto sem contradicam de nhũa pessoa de Castella nem de Portugall. Perguntado se sabia ele testemunha ou ouvira dizer que os castelhanos que pastavam naquelle tempo pellos dictos limites pastasem de graça ou pagassem direito do pasto que parciam com seus gaados disse ele testemunha que se acordava que ao dicto tempo vira andar pastando com seus gaados [.....] (1)

B. R.

4293. XVIII, 2-2 — Concórdia (cópia da) feita entre el-rei D. Fernando de Castela e el-rei D. João II de Portugal, acerca do que tocaria a cada um dos países do que estava por descobrir no mar. Arevalo, 1494, Julho, 2. — *Papel. 10 folhas. Bom estado.*

Tem junto:

Provisão dos Reis Católicos para que se fizesse a mesma demarcação. Madrid, 1495, Maio, 7. — *Papel. 4 folhas. Bom estado.*

Dom Fernamdo e dona Isabel por la gracia de Dios rey reina de Castilla de Leon d'Aragon de Cecilia de Granada de Toledo de Valencia

(1) O documento está incompleto.

Vai
ate!
120

de Galizia de Malhorcas de Sevilha de Cerdeña de Cordova de Corcega de Murcia de Jahem de lo Algarve de Algezira de Gibaltar de las yslas de Canaria conde e condesa de Barcelona señores de Bizcaia e de Molina duques d'Atenas e de Neopatria condes de Roselhon e de Cerdania marqueses de Oristan e de Goceano em uno com el principe dom Juham nuestro muy caro y muy amado hijo primogenito ereder de los dichos nuestros reynos y señorios porquanto por dom Enrrique Enrriquez nuēstro mayordomo mayor e dom Guterre de Cardenas comendador mayor de Leon nuestro contador mayor e el Dotor Rodrigo Maldonado todos del nuestro Consejo fue tratado asentado y capitulado por nos e en nuestro nombre e por virtud de nuestro poder com el serenissimo dom Juham pela gracia de Dios rey de Portugal e dos Algarves daquem e dallende el mar en Africa señor de Guinea nuestro muy caro e muy amado ermano y con Ruy de Sosa señor de Usagres e Verengel e dom Joham de Sosa su hijo almotacen mayor del dicho serenissimo rey nuestro ermano e Arias d'Almadana corregedor de los fecho (*sic*) civeles de su corte e del su desembarguo todos del Consejo del dicho serenissimo rey nuestro ermano em su nonbre e por virtud de su poder sus embaxadores que a nos venieron sobre la diferencia de lo que a nos e al dicho serenissimo rey nuestro ermano pertenesce de lo que fasta siete dias deste mes de junio en que estamos de la fecha desta spritura estaa por descubrir en el mar oceano em la qual dicha capitulacion los dichos nuestros procuradores entre otras cosas prometeron que dentro de certo termino en ello contenido nos otorgariamos confirmariamos jurariamos ratificariamos e aprovariamos la dicha capitulacion por nuestras personas. E nos querendo complir e cumpliendo todo lo que así en nuestro nonbre fue asentado e capitulado e otorgado cerqua de lo susodicho mandamos traer ante nos la dicha spritura de la dicha (*1 v.*) capitulacion e asiento para la ver e examinar e el tenor della de verbo a verbo es este que se sigue

En el nonbre de Dios todo poderoso Padre e Fijo e Sprito Santo tres personas realmente distintas e apartadas em una sola esencia devina manifesto e notorio sea a todos quantos este puprico istormento viren como em la villa de Tordesillas a bij dias del mes de junio año del nacimiento de Nuestro Señor Jeshu Christo de mil iiij^{to} R iiij años em presencia dellos los secretarios escrivanos e notarios publicos de juso spritos estando presentes los honrados dom Emrrique Anrriquez mayordomo mayor de los muy altos e muy poderosos principes los señores dom Fernando y dona Ysabel por la gracia de Dios rey e reyna de Castilla de Leon de Aragon de Cesilia d'Aragon (*sic*) e dom Guterre de Cardenas contador mayor de los dichos señores rey e reina e el Dotor Rodrigo Maldonado todos del Consejo de los dichos señores rey y reina de Castilla de Leon d'Aragon e de Granada etc. sus procuradores bastantes de la una parte e los honrados Ruy de Sosa señor de Usagres e Verengel e dom Juham de Sosa su hijo almotacen mayor del muy alto e muy elxcelente señor el señor dom Juhan por la gracia de Dios rey de Portugal e de los

Algarves daquen e dallende el mar en Africa e señor de Guinea e Arias d'Almadana corregedor de los fechos civelles em su corte e de su Desembargo todos del Consejo del dicho señor rey de Portugal e sus embaixadores e procuradores bastantes segund amas las dichas partes lo mostraron por las cartas y poderes y procuraciones de los dichos señores sus constetuentes de las quales su tenor de verbo a verbo es ell siguiente

Dom Fernando y dona Ysabel por la gracia de Dios rey e reina de Castilla de Leon de Aragon de Secilia de Granada de Toledo de Valencia de Galizia de Mallorcas de Sevilla de Cerdeña de Cordova de Corcega de Murcia de Jahem dell Algarve dell Algezira de Gibaltar de las yslas de Canaria conde e condesa de Barcelona e señores de Biscaya e de Molina duques de Atenas e de Neopatria condes de Roselhon e de Cerdania marqueses de Oristan e de Goceano (2) porquanto el serenissimo rey de Portugal nuestro muy caro e muy amado ermano embio a nos por sus embaixadores e procuradores a Ruy de Sosa cuyas son las villas de Usagres e Berengel e a dom Juham de Sosa su almotacem maior e Arias d'Almadana su corregedor dos fechos civiles en su corte e del su Desembargo todos del su Consejo para praticar y tomar asiento y concordia com nos o com nuestros procuradores e embaixadores em nuestro nombre sobre la deferencia que entre nos e el dicho serenissimo rey de Portugal nuestro ermano es sobre lo que a nos e a el pertenesce de lo que hasta aora estaa por descubrir en el mar oceano. Poremde confiando de vos dom Enrrique Enrriquez nuestro maiordomo mayor e dom Guterre de Cardenas comendador mayor de Leon nuestro contador mayor e el Dotor Rodrigo Maldonado todos del nuestro Consejo que soys tales personas que gardares nuestro servicio e y bien y fielmente fareis o que por nos vos fuere mandado por esta presente carta vos damos todo nuestro compldo poder e naquella mas abastante forma que podemos e em tal caso se requiere especialmente para que por nos e em nuestro nombre y de nuestros erederos e subcesores e de todos nuestros reinos y señorios subditos e naturales delhos podaes trautar concordar y asentar y fazer trauto e concordia com los dichos embaixadores del dicho serenissimo rey de Portugal nuestro ermano em su nonbre qualquyera concierto asiento limitacion demarcacion e concordia sobre lo que dicho es por los vientos e grados de Norte y del Sol e por aquellas partes divisiones e lugares del cielo e de la mar e de la tierra que a vos bien visto fuere e asy vos damos el dicho poder para que podaes dexar al dicho rey de Portugal e a sus reinos e subcesores todo los mares islas e terras que fueren e estovieren dentro de qualquiera lemitacion e demarcacion que con ele fincarem e quedarem. El otrosi vos damos el dicho poder para que en nuestro nonbre e de nuestros erederos e subcesores e de nuestros reinos e señorios e subditos e naturales dellos podaes tratar concordar e asentar e fazer trato (2 v.) e concordia com los dichos embaixadores del dicho serenissimo rey de Portugal nuestro ermano em su nombre qualquiera concierto y asiento limitacion demarcacion e concordia sobre lo

que dicho es por los vientos y grados del Norte y del Sol e por aquellas partes divisiones (1) e lugares del cielo e de la mar e de la tierra que a vos bien visto fuere. E asi vos damos el dicho poder para que podades dexar al dicho rey de Portugal e a sus reinos e sucesores todos los mares yslas e terras que fueren y estovieren dentro de qualquiera limitacion demarcacion que con el fincaren e quedaren e otrosi vos damos el dicho poder para que em nuestro nonbre e de nuestros erederos e subcesores e de nuestros reinos e señorios subditos e naturales dellos podades concordar e asentar e recibir e aceptar del dicho rey de Portugal e de los dichos sus embaixadores e procuradores en su nonbre que todos los mares yslas y tyerras que fueren e estovieren dentro de la limitacion e demarcacion de costas mares yslas e terras que quedaren e fincaren con nos e con nuestros subcesores para que sean nuestros e de nuestro señorio e conquista e asy de nuestros reinos e subcesores dellos con aquellas limitaciones excepciones e com todas las otras clausulas e declaraciones que a vosotros bien visto fuere e para que sobre todo lo que dicho es e para cada una cosa e parte dello e sobre lo a ello tocante o dello dependiente o a ello anexo e conexo em qualquiera manera podays fazer y otorgar concordar tratar e recibir e aceptar en nuestro nonbre e de los dichos nuestros erederos e subcesores e de todos nuestros reinos e señorios e subditos e naturales dellos qualesquiera capitulaciones e contratos e sprituras con qualesquiera vinclos abtos modos condiciones obligaciones ystipulaciones penas e sumesiones e renunciaciones (*sic*) que vosotros quisierdes e bien visto vos fuere e sobre ello podades fazer e otorgar e fagaes e ortorgueis todas las cosas e cada una dellas de qualquiera naturaleza e calidad gravedad e importancia que sean e ser puedan aunque sean talles (3) que por su condicion requieran otro nuestro señalado e espiciall mandado e de que se deviese de fecho e de derecho fazer singular e expresa mencion e que nos sendo presentes poderiamos fazer e otorgar e recibir e otrosi vos damos poder cumplido para que podais jurar e jureis en nuestra anima que nos e nuestros erederos e subcesores e subditos e naturales e vasallos aqueridos y por aquerir ternemos gardaremos e que ternan gardaran e compliran realmente e con efecto todo lo que vosotros asi asentardes capitulardes e jurardes e otorgardes e firmardes cesante toda cautela fraude e engaño ficcion simulacion e asy podais em nuestro nonbre capitular e segurar e prometer que nos em persona seguraremos juraremos e prometeremos e otorgaremos e firmaremos todo lo que vosotros en nuestro nonbre cerca de lo que dicho es seguardes e prometierdes e capitulardes dentro de aquel termino de tiempo que vos bien pareciere e que lo gardaremos e cumpliremos realmente e com effecto sob las condiciones e penas e obligaciones contenidas en el contrato de las pazes entre nos e el dicho sere-

(1) *Riscado*: del cielo.

nisimo rey nuestro ermano fechas e concordadas e se todalas otras que vosotros prometierdes e asentardes las quales des agora prometemos de pagar se en ellas emcorreremos para lo qual todo e cada una cosa e parte dello vos damos el dicho poder con libre general admenistracion y prometemos e seguramos por nuestra fee e palavra real de tener e guardar e complir nos e nuestros erederos e subcesores todo lo que por vosotros cerqua de lo que dicho es em qualquiera forma e manera fuere fecho e capitulado jurado y prometido e prometemos de lo aver por firme rato e grato estable valedero agora e en todo tempo e sempre jamas e que non yremos nin vernemos contra ello nin contra parte alguna dello nos nyn nuestros erederos e subcesores por nos nin por otras interpositas personas directe nin indirecte sob alguna color ny causa em juizo nyn fora dello sob obligacion expresa que para ello fazemos de todos nuestros bienes patrimoniales e fiscales e otros qualesquiera de nuestros vasallos subditos e naturales mobles e raizes avidos e por aver por firmeza de lo qual mandamos dar esta nuestra carta de poder la qual firmamos de nuestros nonbres e mandamos sellarla com nuestro sello.

Dada en la villa de Tordesillas a cinco dias del mes de junyo año del nascimiento de Nuestro Señor (3 v.) Jeshu Christo de mil iiij^{to} R iiij^{to} anos.

Yo El Rey. Yo la Reina. Yo Fernand'Alvarez de Toledo secretario del rey e de la reina nuestros señores la fiz esprevir por su mandado.

Dom Joham por la gracia de Dios rey de Portugal e de los Algarves daquende e dallende el mar em Africa señor de Guinea a quantos esta nuestra carta de poder e procuracion viren fazemos saber que porquanto por mandado de los muy altos e muy excelentes e poderosos principes el rey dom Fernando e reina doña Isabel rey y reina de Castilla de Leon de Aragon de Secilia de Granada etc nuestros muy amados e preciados ermanos fuero descubiertas e halladas nuevamente algunas yslas e poderian adelante descubrir e fallar otras yslas e terras sobre las quales unas e las otras halladas e por fallar por ell derecho e razon que en ello tenemos podriam sobrevenir entre nos todos e nuestros reinos e señorios subditos e naturales dellos debates e diferencias que Nuestro Señor non consienta a nos plaze por el grande amor y amistad que antre nos todos ay e por se buscar procurar conservar maior paz e mas firme concordia e sosleguo quel mar en que las dichas yslas estuvieren halladas se parta y demarque entre nos todos em alguna buena cierta e lemitada manera e porque nos al presente nom podemos en ello entender em persona confiando de vos Ruy de Sosa señor de Usagres e Berengel e de dom Juham de Sosa nuestro almotacen mayor e Aryas d'Almadana corregedor de los fechos civeles en la nuestra corte e del nuestro Desembargo todos del nuestro Consejo por esta presente carta vos damos todo nuestro complido poder autoridade e especial mandado e vos fazemos e constetuimos a todos juntamente e aa dous de vos e a uno in solido si los otros em

qualquiera mar fueren empedidos nuestros embaixadores e procuradores em aquella mas bastante forma que podemos e em tal caso se requiere general e especialmente em tal manera que la genralidad non derogue a la especialidad nyn la especialidad a la generalidad para que por nos e en nuestro nonbre e de nuestros erederos e subcesores e de todos nuestros reinos e senorios subditos e naturales dellos podades tratar concordar e asentar e fazer trateis concordeis e asentéis e fagaes con los dichos rey e reina de Castilla nuestros ermanos o con quien para ello su poder tienga qualquiera (4) conuerto asiento limitacion demarcacion e concordia sobre el mar oceano yslas e tierra firme que nel estovieren por aquellos rumos de vientos y grados de Norte e del Sol e por aquellas partes divisiones e lugares del cielo e del mar e de la tierra que vos bien paresciere. E asy vos damos el dicho poder para que podades dexar e dexes a los dichos rey e reina e a sus reinos e subcesores todo los mares e islas e tierras que fueren e estovieren dentro de qualquier limitacion e demarcacion que con los dichos rey e reina quedaren e asy vos damos el dicho poder para em nuestro nonbre e de nuestros erederos e subcesores e de todos nuestros reinos e señorios subditos e naturales dellos podais com los ditos rey e reina o con sus procuradores concordar e asentar recibir e aceptar que todolos mares yslas e tieras que fueren e estovieren dentro de la limitacion e demarcacion de costas mares yslas e tierras que con nos e nuestros subcesores fincaren sean nuestros e de nuestro señorio e conquista e asi de nuestros reinos e subcesores dellos con aquellas limitaciones e acepciones de nuestras yslas e con todalas otras clausolas e declaraciones que vos bien parecieren el qual dicho poder damos a vos dicho Ruy de Sosa y don Juham de Sosa e Arias d'Almadana para que sobre todo lo que dicho es e sobre cada una cosa e parte dello e sobre lo a ello tocante o dello dependiente o a ello anexo e conexo em qualquiera manera podays fazer e otorgar concordar tratar e destratar e recibir e aceptar em nuestro nombre e de los dichos nuestros erederos e subcesores e de todos nuestros reinos e señorios subditos e naturales dellos qualesquier quapitulos e comratos sprituras com qualesquiera vinclos pactos modos condiciones obligaciones estipulaciones penas e sumesiones e renunciaciones que vos quisierdes e a vos bien visto fuere e sobre ello podades fazer e otorgar e fagais e otorgues todalas cosas e cada una dellas de qualquiera naturaleza calidad e gravedad e importancia que seham o ser puedan posto que sean tales que por su condicion requieran otro nuestro singular e especial mandado e de que se deviese de fecho e de derecho fazer (4 v.) singular e espresa mencion e que nos sendo presente poderiamos fazer otorgar e recibir. E otrosy vos damos poder cumplido para que podais jurar e jureis em nuestra alma que nos e nuestros erederos e subcesores subditos e naturales e vasallos aqueridos e por aquerir ternemos gardaremos e compliremos ternam gardaram e compliram realmente e com efecto todo lo que vos asi asentardes capitulardes e jurardes e firmardes

cesante toda cautela fraude emgaño e fingimento e asy podaes em nuestro nombre capitular segurar e prometer que nos em persona seguraremos juraremos prometeremos e firmaremos todo lo que vos en el sobredicho nombre acerca de lo que dicho es segurarades prometerdes e capitulardes dentro de aquel termino del tiempo que vos bien paresciere e que lo gardaremos e cumpliremos realmente e con efecto so las condiciones penas e obligaciones contenidas en el contrato de las pazes entre nos fechas e concordadas e sob todas las otras que vos prometerdes e asentades en el dicho nombre las quales des agora prometemos de pagar e pagaremos realmente e con efecto sin en ellas emcorreremos para lo qual todo e cada una cosa e parte dello vos damos el dicho poder con libre e general admenistracion e prometemos seguramos por nuestra fee real de tener gardar e conplir e asi nuestros erederos e subcesores todo lo que por vos acerca de lo que dicho es en qualquiera forma manera fuere fecho capitulado jurado e prometido e prometemos de lo aver por firme rato e grato estable valioso desde agora para todo sempre e que non yremos nym vernemos nyn yram ni vernam contra ello ni contra parte alguna dello em tiempo alguno ni por alguna manera por nos nyn por sy ni por interposytas personas direite nin indireite sob alguna color o causa em juizo nin fora del sob obligacion expresa que para ello fazemos de los dichos nuestros reynos e señorios e de todos los otros nuestros bienes patrimoniales e fiscales e otros qualesquiera de nuestros vasallos subditos e naturales mobles (5) e de raiz avidos e por aver em testimonio e fee de lo qual vos mandamos dar esta nuestra carta firmada por nos e sellada de nuestro sello.

Dada em la nuestra cibdad de Lixbona a liij dias de março. Ruy de Pina la fiz o año del nascimiento de Nuestro Señor Jeshuu Christo de mil liij^{ta} L R liij años. El Rey.

E luego los dichos procuradores de los dichos señores rey y reina de Castilla de Leon d'Aragon de Secilia e de Granada etc. e del dicho señor rey de Portugal e de los Algarves etc dixeram que porquanto entre los dichos señores sus constetuentes ay certa diferencia sobre lo que a cada una de las dichas partes pertenesce de lo que fasta oy día de la fecha desta capitulacion estaa por descubrir en el mar oceano. Porende que ellos por bien de paz e de concordia e por conservacion del debdo e amor que el dicho señor rey de Portugal tiene com los dichos señores rey e reina de Castilla e d'Aragon a Sus Altezas aplaze e los dichos sus procuradores em su nombre e por virtud de los dichos sus poderes otorgaron e consienteron que se haga e señale por el dicho mar oceano huna raya o liña derecha de polo a polo a saber del Polo Artico al Polo Antartico que es del Norte a Sul la qual raya o liña se aya de dar y dee derecha como dicho es a trezientas e setenta leguas de las yslas del Cabo Verde hazia la parte del Poniente por grados o por otra manera como mejor e mas presto se pueda dar de manera que non sean

mas que todolo que hasta quy se ha fallado e descubierto e daquy adelante se hallare e descubrir e por el dicho señor rey de Portugal e por sus navios asy yslas como terra firme desde la dicha raya e liña dada en la forma susodicha e hyendo por la dicha parte de Levante dentro de la dicha raya a la parte del Levante o del Norte o del Sul della tanto que non sea travesando la dicha raya que esto sea e finque e pertenesça al dicho señor rey de Portugal e a sus subcesores para sienpre jamas e que todo lo otro asi islas como terra firme halladas e por fallar descubiertas e por descubrir que son o fueren halladas por los dichos señores rey e reina de Castilla e (5 v.) d'Aragon etc. e por sus navios desde la dicha raya dada en la forma susodicha e hyendo por la dicha parte del Poniente despues de pasada la dicha raya azia el Poniente o el Norte o el Sul della que todo sea e finque e pertenezça a los dichos señores rey e reyna de Castilla de Leon etc. e a sus subcesores para sienpre jamas.

Item los dichos procuradores prometieron e seguraron por virtud de los dichos poderes que de oy en adelante nom embiaran navios algunos a saber los dichos señores rey e reina de Castilla de Leon d'Aragon etc. por esta parte de la raya a la parte del Levante aquende de la dicha raya que queda para [e]l dicho señor rey de Portugal e de los Algarves etc. nyn el dicho señor rey de Portugal a la otra parte de la dicha raya que queda para los dichos señores rey e reina de Castilla e d'Aragon etc. a descubrir e buscar tieras ny islas algunas ni contratar nin resgatar nin conquistar en manera alguna pero que sy aquiesciere que hyendo asi aquende de la dicha raya los dichos navios de los dichos señores rey e reina de Castilla de Leon e d'Aragon etc. a las qualesquiera yslas o tieras en lo que asi queda para el dicho señor rey de Portugal que aquello tal sea e finque para el dicho señor rey de Portugal e para sus erederos para sienpre jamas e Sus Altezas gelo ayam de mandar luego dar e entregar e sy los navios del dicho señor rey de Portugal hallaren qualesquiera islas e tieras en la parte de los dichos señores rey e reina de Castilla d'Aragon e de Leon etc. que todo lo tal sea e finque para los dichos señores rey e reina de Castilla de Leon d'Aragon etc. e para sus erederos para sienpre jamas e que el dicho señor rey de Portugal gelo aya logo de mandar dar e entregar.

Item para que la dicha liña o raya de la dicha particion se aya de dar e dee derecha la mas cierta que ser pudiere por las dichas trezientas e setenta leguas de las dichas yslas del Cabo Verde azia la parte del Poniente como dicho es concordado e asentado por los dichos procuradores de amas las dichas partes que dentro de diez meses primeros siguientes contados desde el día de la fecha desta capitulacion los dichos señores constetuyentes ayam de embiar dos o quatro caravellas (6) a saber una o dos de cada parte o mas o menos segun se acordare por las dichas partes que son necesarias las quales para [e]l dicho tiempo sean juntas en la ysla de la Gram Canaria e embiem en ellas cada una de las

dichas partes personas así pilotos como astrologos e marineros e qualesquiera otras personas que convengan pero que sean tantas de una parte como de otra e que algunas personas de los dichos pilotos astrologos e marineros personas que sepan que embiarem los dichos señores rey e reina de Castilla e d'Aragon e de Leon etc. vayan en el navio o navios que enviare el dicho señor rey de Portugal e de los Algarves etc. e así mismo algunas de las dichas personas que enviare el dicho señor rey de Portugal vayan en el navio o navios que embiaren los dichos rey e reyna de Castilla de Leon e de Aragon etc. tantos de una parte como de otra para que juntamente puedan mejor ver e reconocer la mar e los reynos e vientos e grados del Sol al Norte e señalar las leguas sobre dichas tanto que para fazeren el señalamiento e lemité concurran todos yuntos los que fueren en los dichos navios que embiarem amas las dichas partes e levaren sus poderes los quales dichos navios todos juntamente continuen su camino a las dichas islas del Cabo Verde e desde ally tomaran su rota derecha al Poniente hasta las dichas trezientas y setenta leguas medidas como las dichas personas que así fueren acordaren que se devem medir sin perjuizo de las dichas partes e ally donde se acabaren se haga el punto esencial que convenga por grados del Sol o del Norte o por singradura de leguas o como mejor se pudieren concordar la qual dicha raya senhalen desde el dicho Polo Artico al dicho Polo Antartico que es del Norte al Sul como dicho es e aquello que señalarem lo sprivan e firmen de sus nombres las dichas personas que así fueren embiadas por amas las dichas partes las quales han de llevar facultades e poderes de las dichas partes cada uno de la suya pera fazer la dicha seña e lemitacion e fecha por ellos siendo todos conformes que sea avida por seña (6 v.) e lemitacion perpetuamente paar sienpre jamas para que las dichas partes nyn alguna dellas ny sus subcesores para sempre jamas no la puedan contradezir nin quitar nin remover em tenpo alguno nyn por alguna manera que sea o ser pueda.

E sy caso fuere que la dicha raya e límite de Polo a Polo como dicho es topare en alguna isla o tierra firme que al começo de tal ysla o tieras que así fuere hallada donde tocara la dicha raya se haga alguna seña o torre e que en derecho de la tal seña o torre se continue dende adelante otras señales por la tal ysla o tierra em derecho de la dicha raya las quales partam lo que a cada una de las partes pertenesciere della e que los subditos de las dichas partes non sean osados los unos de pasar a la parte de los otros nin los otros de los otros pasando la dicha seña o lemité en la tal isla o tierra. Porquanto para ir los dichos navios de los dichos señores rey e reina de Castilla de Leon d'Aragon etc. desde sus reynos e señorios a la dicha su parte allende de la dicha raya en la manera que dicha es es forçado que ayam de pasar por las mares desta parte de la raya que quedan para ell dicho señor rey de Portugal. Porende es acordado e asentado que los dicho (sic) navios de los dichos señores rey e reyna de Castilla de Leon d'Aragon etc. puedan ir

e venir e vayan e vengan libre segura e pacificamente sin contradicion alguna por las dichas mares que quedan con el dicho señor rey de Portugal dentro de la dicha raya em todo tienpo e cada y quando Sus Altezas y sus subcesores quisieren e por bien tuvieren los quales vayan por sus caminos derechos e rotas desde sus reinos para qualquiera parte de lo que estaa dentro de su raya y limite donde quisierem embiar a descubrir e conquistar e contratar e que lleven sus caminos derechos por donde ellos acordaren de ir para qualquiera cosa de la dicha su parte e de aquellos non puedan apartar se salvo lo que el tienpo contrario les fiziere apartar tanto que non tomen nyn ocupen antes de pasar la dicha raya cosa alguna de lo que fuere fallado por el dicho señor rey de Portugal em la dicha su parte e sy alguna cosa hallaren los dichos sus navios antes de pasar la dicha raya como dicho es que aquello sea para el dicho señor rey de Portugal (7) e Sus Altezas gelo ayam de mandar luego dar y entregar. El porque poderia ser que los navios e gentes de los dichos señores rey e reina de Castilla d'Aragon o por su parte aviam alhado hasta viente dias deste mes de junio em que estamos de la fecha desta capitulacion algunas yslas e tierra firme dentro de la dicha raya que se ha de fazer de Polo a Polo por liña derecha em fim de las dichas lix·lxx leguas contadas desde las dichas yslas del Cabo Verde al Poniente como dicho es es concordado e asentado por quitar toda duda que todas las yslas e tierra firme que seam halladas e descubiertas em qualquiera manera hasta los dichos vinte dias deste dicho mes de junio aunque sean halladas por los navios e gentes de los dichos señores rey e reina de Castilla de Leon d'Aragon etc. contanto que sea dentro de las duzientas e cinquenta leguas primeras de las dichas trezentas setenta leguas contandolas desde las dichas yslas del Cabo Verde al Poniente hazia la dicha raya em qualquiera parte dellas para los dichos polos que sean halladas dentro de las dichas dozientas e cinquenta leguas hazendose una raya o liña derecha de Polo a Polo donde se acabaren las dichas dozientas e cinquenta leguas queden y finquen pera el dicho señor rey de Portugal e de los Algarves etc. e para sus subcesores e reinos para sienpre jamas e que todas las yslas e tierra firme que hasta los dichos vinte dias de junio em que estamos seham falladas e descubiertas por los navios de los dichos señores rey e reina de Castilla d'Aragon etc. e por sus gentes o em otra qualquiera manera dentro de las otras cento e viente leguas que quedan para comprimento de las dichas lix·lxx leguas en que hade acabar la dicha raya que se hade fazer de Polo ha Polo como dicho es em qualquiera parte de las dichas c·xx leguas para los dichos polos que sean falladas hasta el dicho día queden y finquen para los dichos señores rey e reina de Castilla e de Aragon etc. e para sus subcesores e reinos para siempre jamas como es y hade ser suyo (7 v.) lo que es o fuere fallado allende de la dicha raya de las dichas lix·lxx leguas que quedan para Sus Altezas como dicho es aunque las dichas cento e viente leguas son dentro de la

dicha raia de las dichas liij.lxx leguas que quedan para el dicho señor rey de Portugal e de los Algarves etc como dicho es e se fasta los dichos viente dias deste dicho mes de junyo non som falladas por los dichos navios de Sus Altezas cosa alguna dentro de las dichas cxx leguas e de alli adelante lo que hallaren que sea para el dicho señor rey de Portugal como en el capitulo suso sprito es contenido. Lo qual todo lo que dicho es e cada una cosa e parte dello los dichos don Enrrique Emrriquez maior-domo maior e don Guterre de Cardenas contador maior e el Dotor Rodrigo Maldonado procuradores de los dichos muy altos e muy poderosos principes los señores el rey e la reina de Castilla de Leon d'Aragon de Sesilia de Granada etc. E por virtud del dicho su poder que de suso vaa encorporado e los dichos Ruy de Sosa e dom Juhan de Sosa su hijo e Arias d'Almadana procuradores e embaixadores del dicho muy alto e muy excelente principe el señor rey de Portugal e de los Algarves daquende e dallende el mar em Africa señor de Guíneea e por virtud del dicho su poder que de suso vaa encorporado prometieron e seguraron en nombre de los dichos sus constetuentes que ellos e sus subcesores e reinos e señorios para sienpre jamas ternan e gardaram e conpliran realmente e con efecto cesante toda fraude e cautela emgaño ficion e simulacion todo lo contenido en esta capitulacion e cada una cosa e parte della e quisieron e otorgaron que todo lo contenido en esta dicha capitulacion e cada una cosa e parte dello sea gardado e conplido e asentado como se hade gardar e conplir e asentar todo lo contenido em la capitulacion de las pazes fechas e asentadas antre los dichos señores rey e reina de Castilla d'Aragon etc. e el señor dom Halonso rey de Portugal que santa gloria aja e el dicho señor rey que aora es de Portugal su hyjo siendo principe el año que paso de mil iiij.lxxix años sob aquellas mismas penas vinclos e firmezas e obligaciones segund e de la manera que en la dicha capitulacion de las dichas pazes se contiene e obligaronse que las (8) dichas partes ny alguna dellas ny sus subcesores para sienpre jamas non yran nin vernan contra lo que de suso es dicho e especificado nyn contra cosa alguna nyn parte dello directe nyn indirecte nyn por otra manera alguna en tempo alguno nin por alguna manera pensada o non pensada que sea o ser pueda sob las penas contenidas em la dicha capitulacion de las dichas pazes e la pena pagada o non pagada o graciosa-mente remitida que esta obligacion e capitulacion e asiento quede e finque firme estable e valedero para sienpre jamas para lo qual todo asi tener e quedar e conplir e pagar los dichos procuradores em nombre de los dichos sus constetuentes obligaron los bienes cada uno de la dicha su parte muebles e raizes patrimoniales e fiscales e de sus subditos e vasallos avidos e por aver e renunciaron qualesquiera lex e derechos de que se puedan aprovechar las dichas partes e cada una dellas para ir o venir contra lo susodicho o contra alguna parte dello. E por mayor seguridad e firmeza de lo susodicho juraron a Díos e a Santa Maria e a la Señal de la Cruz en que posieron sus manos derechas e a las palabras

de los Santos Avangellos do quera que mas largamente son spritos em anima de los dichos sus constetuentes que ellos e cada uno dellos ternan e gardaran e conpliran todo lo susodicho e cada una cosa e parte dello realmente e con efecto cesante todo fraude cautela emgaño ficion y simulacion e no lo contradiran en tenpo alguno nin por alguna manera sob el qual dicho juramento juraron de non pedir absolucion e relaxacion del a nuestro muy santo padre nin a otro ninguno legado nin prelado que gela pueda dar e aunque propio motu gelo dem nom usaram dello antes por esta presente capitulacion suplicam en el dicho nombre a nuestro muy santo padre que a su santidad plega confirmar e aprovar esta dicha capitulacion segund en ella se contiene e mandando expedir sobre ello sus bulas a las partes o a qualquiera dellas que la pediere e mandando emcorporar en ellas el tenor desta capitulacion puniendo sus censuras a los que contra ello fueren o pasaren em qualquiera (*sic*) tienpo que sea o ser pueda. E asy mismo los dichos procuradores en el dicho nonbre se obligaron sob la dicha pena e juramento que dentro de cem dias primeros siguientes contados desde el dia de la fecha desta capitulacion daran la una parte a la otra e la otra a la otra aprovacion (8 v.) y ratificacion desta dicha capitulacion spritas en porgamino e firmadas de los nonbres de los dichos señores sus constetuentes e selladas con sus sellos de plomo pendientes e em la spritura que ovieren de dar los dichos señores rey e reina de Castilla de Leon d'Aragon etc. aya de firmar e consentir e otorgar el muy esclarecido e muy ilustrissimo señor el señor principe dom Juhan su hijo de lo qual todo que dicho es otorgaron dos sprituras de un tenor tal la una como la otra las quales firmaran de sus nombres e las otorgaran entre los secretarios e sprivanos de yuso spritos para cada una de las partes la suya. E qualquiera que paresciere valga como se amas a dos pareciesen que fueron fechas e otorgadas em la dicha villa de Tordesillas el dicho dia mes e ano susodichos el comendador mayor dom Enrique Ruy de Sosa dom Juham de Sosa el Dotor Rodrigo Maldonado licenciatus Arias. Testigos que fueron presentes que vieron aqui firmar sus nonbres a los dichos procuradores e embaixadores e otorgar lo susodicho e fazer el dicho juramento. El comendador Pedro de Leon e el comendador Fernando de Torres vezinos de la villa de Valladolid e el comendador Fernando de Gamarra comendador de Zagrea e Zenete continu de la casa de los dichos rey e reina nuestros señores e Juhan Xuares de Sequera e Ruy Larnadou e yo Fernamd'Alvarez de Toledo secretario del rey e de la reina nuestros señores e de su Consejo su sprivano de Camara e notario publico em la su Corte e en todos sus reinos e señorios fuy presente a todo lo que dicho es en uno con los dichos testigos e com Stevan Vaz secretario del dicho señor rey de Portugal que por autoridad que por los dichos rey e reyna nostros señores le dieron para dar fee deste auto em sus reinos que fuese mismo presente a lo que dicho es e a ruego e otorgamiento de todo los dichos procuradores e

embaixadores que en mym presencia e suya aqui firmaram sus nonbres este publico instrumento de capitulacion fiz stprevir el qual vay sprito en estas seis fojas de papiel de pliego entero spritas de amas partes con esta em que van los nonbres de los sobredichos y my sino e em fin de cada (9) plava va señalado de la señal de my nonbre e de la senall del dicho Stevan Vaez. E por ende fiz aqui my signo que es a tal em testimonio de verdad.

Fernamd'Alvarez yo el dicho Stevan Vaez que por autoridad que los dichos señores rey e reina de Castilla e de Leon me dieron para fazer publico em todos sus reinos e señorios juntamente a el dicho Fernamd'Alvarez a ruego y requerimento de los dichos embaixadores a todo presente fue e por fee e certidombre dello aqui de my publico señal la seña que tal es.

La qual dicha spritura de asemto y capitulacion e concordia suso encorporada vista y entendida por nos e por el dicho princepe don Juhán nuestro fijo la aprovamos loamos e confirmamos e otorgamos e ratificamos e prometemos de tener e gardar e complir todo lo susodicho en ella contenido e cada una cosa e parte dello. Realmente e con efecto cesante toda fraude cautela ficion y simulacion e de non yr nin venir contra ello ni contra parte dello em tiempo alguno nin por alguna manera que sea o ser pueda. E por mayor firmeza nos y el dicho princepe don Johan nuestro hijo juramos a Dios e a Santa Maria e a las palavras de los Santos Avangelios do quiera que mas largamente som spritas e a la Señal de la Cruz em que corporalmente pusimos nuestras manos derechas em presencia de los dichos Ruy de Sosa e don Juhán de Sosa e licenciado Arias d'Almadana embaixadores y procuradores del dicho serenissimo rey de Portugal nuestro ermano de lo así tener e gardar e complir e cada una cosa e parte dello que a nos incubir realmente e com effecto como dicho es por nos e por nuestros erederos e subcesores e por los dichos nuestros reinos e señorios e subditos e naturales dellos sob las penas e obligaciones vinclos e renunciaciones en el dicho contrato de capitulacion concordia de suso sprito contenidas por certificacion e coroboracion de lo qual firmamos en esta nuestra carta nuestros nombres (9 v.) e la mandamos sellar com nuestro sello de plomo pendiente em filos de seda a colores.

Dada em la villa d'Arevalo a dos dias del mes de julio año del nascimiento de Nuestro Señor Jeshuu Christo de mil iiij^{to}lRiiij años.

(10) Dom Fernando e dona Ysabel por la gracia de Dios rey e reina de Castilla de Leon de Aragon de Secilia de Granada de Toledo de Valencia de Galizia de Mallorcas de Sevilla de Cerdeña de Cordova de Corcega de Murcia de Jaem del Algarve de Algezira de Gibraltar de las yslas de la Canaria conde e condesa de Barcelona e señores de Bizcaya e de Molina duques de Atenas e de Neopatria marqueses de Oristan e de Goceano etc. porquanto en la capitulacion e asiento que se hizo entre

nos y el serenísimo rey de Portugal e de los Algarves daquende e dallende mar em Africa señor de Guinea nuestro muy caro e muy amado ermano sobre la particion del mar oceano fue asentado e capitulado entre otras cosas que desde el día de la fecha de la dicha capitulacion fasta diez meses primeros siguientes ayam de ser em la ysla de la Gram Canaria caravelas nuestras y suyas con astrologos pilotos e marineros e personas que nos y el acordaremos tamtos de una parte como de la otra pera ir a fazer e señalar la liña de la particion del dicho mar que ha de ser a trezentas setenta leguas de las dichas yslas de Cabo Verde a la parte del Ponente por liña derecha del Polo Artico al Polo Antartico que es del Norte al Sul em que somos concordados em la particion del dicho mar por la dicha capitulacion segund mas largamente es contenido. E agora nos considerando como la liña de la dicha particion se puede mejor fazer e justificar por las dichas lix leguas sendo primeramente acordado e asentado por los dichos astrologos pilotos e marineros y personas antes de la yda de las dichas caravelas la forma y orden que en el demarcar e señalar de la dicha lina se ha de tener e así por se escusaren debates e deferencias que sobre ello entre las personas que asy fueren podrian acontecer se despues de ser partidos lo ouviesem alla de ordenar.

E viendo así mismo que hiendo las dichas caravelas y personas antes de se saber ser falhada ysla o tera em cada una de las dichas partes del dicho mar a que luego ordenadamente ayam de ir e non aprovecharia portanto para que todo se mejor pueda fazer e com declaracion e certificacion de ambas partes aveemos por bem e por esta presente carta nos plaze que los dichos astrologos (10 v.) pilotos e marineros e personas en que nos acordaremos con el dicho rey nuestro ermano tantos de la una parte como de la otra e que razonablemente para esto puedan bastar se ayam de juntar e juntem en alguna parte de la frontera destes nuestros reinos con ell dicho reino de Portugal los quales ayam de consultar acordar e tomar asiento dentro de todo el mes de setembro primero que verna deste año de la fecha desta carta la manera em que la linha de la reparticion del dicho mar se aya de hazer por las dichas lix leguas por rota derecha al Ponente de las dichas yslas del Cabo Verde del Polo Artico al Polo Amtartico que es del Norte al Sul como en la dicha capitulacion es contenido e aquello em que se acordarem siendo todos conformes y fuere asentado e señalado por ellos se aprovara e confirmara por nos e por ell dicho rey nuestro ermano por nuestras cartas patentes e se antes o despues que fuere tomado ell dicho asiento por los dichos astrologos pilotos e marineros que así fueren nombrados e hyendo cada una de las partes por la parte del dicho mar que puedem ir segund lo contenido em la dicha capitulacion e gardando se en ello lo que en ella se contiene fuere hallado o se hallare ysla o tiera que paresça a qualquiera de las partes ser em parte donde se pueda hazer la dicha liña segud (*sic*) la forma de la dicha capitulacion y mandando requerir la una parte a la otra que mande señalar la linha susodicha seremos nos

y el dicho rey nuestro ermano obligados de mandar fazer e señalar la dicha linha segud la ordem del asiento que fuere tomado por los astrologos pilotos e marineros e personas susodichas que así fueren nombrados dentro de diez meses primeros contados del día que qualquiera de las partes requirere a la otra y em caso que non sea em nel medio de la dicha línea lo que así se halhare se hara declaracion quantas leguas ay dello a la dicha línea así de nuestra parte como de la parte del dicho serenísimo rey nuestro ermanno non dexando porende em qualquiera ysla o tera que mas acerqua de la dicha línea despues por el tempo (11) se hallare hazer la dicha declaracion e por se hazer lo que dicho es non se dexara de tener la manera susodicha hallandose isla o tera debaxo de la dicha línea como dicho es e hasta el dicho tempo de los dichos diez meses despues que la una parte requiriere a la otra como dicho es nos plaze por esta nuestra carta prorrogar e alargar la yda de las dichas caravelas y personas sim embargo del termino que acerqua dello en la dicha capitulacion fue asentado e capitulado. E bien así nos plaze e aveemos por bien para mas noteficacion e declaracion de la particion del dicho mar que ántre nos e el dicho rey nuestro ermano por la dicha capitulacion es fecha e para que nuestros subditos e naturales tengan mas informacion por onde de aqui adelante ayan de navegar e descubrir e así los subditos e naturales del dicho rey nuestro ermano de mandar como de fecho mandaremos sob graves penas que en todalas cartas de marear que em nuestros reynos e señorios se hyzieren de aqui adelante los que ovieren de ir por el dicho mar oceano se ponga la línea de la dicha particion figurandose del dicho Polo Artico al dicho Pollo Antartico ques del Norte al Sul en el compas de las dichas trezientas e setenta leguas de las dichas islas del Cabo Verde por rota derecha a la parte del Poniente como dicho es de la forma que acordarem la medida della los dichos astrologos pilotos y marineros que así se juntaran siendo todos conformes. E queremos y otorgamos que esta presente carta nyn lo en ella contenido non prejudique em cosa alguna de las que son contenidas y asentadas en la dicha capitulacion mas que todas e cada una dellas se cunplan e gardem para todo sempre em todo y por todo sim falta alguna así e tam enteramente como em la dicha capitulacion son asentadas porquanto esta carta mandamos asy fazer solamente para que los dichos astrologos e personas se juntem e dentro del dicho tempo tomen asento de la (11 v.) ordem y manera em que la dicha demarcacion se aya de hazer e para prorogar e alargar el tiempo de la yda de las dichas caravelas e personas fasta tanto que sea sabido ser alhada em cada una de las dichas partes la dicha isla o tierra a que ayan de ir. E para mandar poner em las dichas cartas de marear la línea de la dicha particion como todo mas compridamente de suso es contenido lo qual todo que dicho es prometemos y seguramos por nuestra fe y palavra real de complir e gardar e mantener sim arte nin cautela nin fingimiento alguno asy e tam ynteramente como en ella es contenido. E por firmeza

de todo lo que dicho es mandamos dar esta nuestra carta firmada de nuestros nonbres y sellada con nuestro sello de plombo pendiente em fillos de seda a colores.

Dada em la nuestra villa de Madrid a bij dias del mes de maio año del nascimiento de Nuestro Señor Jeshuu Christo de mil iiij^{to} R b años.

(L. P.)

4294. XVIII, 2-3 — Tratado (cópia do) de tréguas e suspensão de toda a hostilidade, feito entre el-rei D. João IV de Portugal e os Estados Gerais das Províncias Unidas. Lisboa, 1641, Novembro, 18. — *Papel. 12 folhas. Bom estado.*

Tem junta uma cópia autenticada, em latim. — Papel. 12 folhas. Bom estado.

Dom João per graça de Deos rey de Portugal e dos Algarves daquem e dallem mar em Affrica senhor de Guine e da conquista navegação comercio de Ethiopia Arabia Persia e da India etc.* faço saber a todos os que esta minha carta patente de approvação ratificação e confirmação virem que porquanto aos doze dias do mes de Junho proximo passado deste anno presente de mil e seiscentos e quarenta e hum na villa de Haya do Conde dos Estados de Olanda se assentou fez e concluyo hum tratado de treguas e cesassão de todo o acto de hostilidade e assy da navegação e comercio e juntamente de socorro por tempo de dez annos entre Tristão de Mendoça Furtado do meu Conselho e meu embaxador e procurador bastante de hũa parte e da outra os magnificos illustres Rutgher Huighens Pvan (*sic*) Brouchoveri Cuts Gsuan Visberghen Joan van Reedet Joan Veldtriel Vanhaersolte Vuigbolt Aldringa comissários deputados para o dito tratado dos muito poderozos Estados Geraes das Províncias Unidas por vertude de hum poder e procuração sua dada na sobredita villa de Haya do Conde e sellada com o seu sello mayor aos nove dias do ja dito mes de Junho deste anno presente do qual tratado o teor e forma de verbo ad verbum he o seguinte.

Tratado das treguas e suspensão de todo o acto de hostilidade e bem assy da navegação comercio e juntamente socorro entre o serenissimo e poderosissimo Dom João 4.^o deste nome rey de Portugal e dos Algarves daquem e dallem mar em Africa senhor de Guine e da conquista navegação comercio de Ethiopia Arabia Persia e da India etc. de hũa parte e os senhores Ordens Geraes das Províncias Unidas de outra feito começado e acabado pello senhor Tristão de Mendoça Furtado do Conselho de Sua Magestade e seu embaixador e pellos senhores Rugero Huyghens cavaleiro Jacobo de Brouchouen consul que foy da cidade de

Leyde Jacobo Cats cavaleiro conselheiro persionario de Olanda e de (1 v.) Friza Occidental Gaspar de Vosberghen cavaleiro e senhor de Isselaer João de Reede senhor de Reins Vonde Ethiens senhor Wondenberch João Veldtriel consul da cidade Doceum Assuero de Haersolte Haersty e Echede do guoverno de Zelanda Wigboldo Aldringa senador da cidade de Gronigen administrador de Sibaldebueri todos deputados no Conselho dos acima ditos senhores Estados Geraes das Provincias de Gildrea Olanda Zelanda Utrech Friza Overisel e da cidade Groningen e Omlandia comissarios dos mesmos senhores das Ordens Geraes entre o acima dito senhor embaixador por vertude de certa provizão real e de húa carta de Sua Magestade escritas ambas em Lixboa a 21 de Janeiro passado e os assima ditos senhores comissarios em vertude de húa sua procuração cuyas copias e treslados hirão abaixo escritos.

Mostrou a experiencia que Dom Phellippe 2º rey de Castella por força e poder de armar (*sic*) occupou antigamente a coroa de Portugal e pello consequente privou ao serenissimo e muito poderoso rey Dom João (antes Duque de Bragança) do indubitavel direito de sua successão e justiça para a dita coroa de Portugal como legitimo e proximo herdeiro da serenissima Senhora Dona Catherina e muitos annos continuos perseverarão os successores do dito rey de Castella em a violenta occupação da dita coroa de Portugal quebrantando os concertos e pactos de amizade confiança e do commercio que os senhores reys da coroa de Portugal com os outros princepes e nasções de Europa santamente sempre respeitarão privando aos bons subditos e vassallos da mesma coroa de seu direito e de suas leys e costumes e alem disso carregando os injustamente de intoleraveis molestias e outras diversas especies de tirania juntas a excessivos tributos os quaes os reys de Castella juntamente com o patrimonio da coroa real de Portugal consumirão e destruirão com guerras escuzadas. Com as quaes couzas sendo os ditos bons subditos e vassallos daquella coroa estimulados e provocados de justo furor vencido o sufrimento (2) com grande animo ouzadia e advertencia sacudirão aquelle intoleravel e injusto jugo de el rey de Castella restituindo se assy mesmos a sua liberdade e finalmente por aplauzo commum ellegerão acclamarão derão omenage e juramento de fidelidade ao dito rey Dom João o 4.º os muito poderosos senhores Ordens Geraes sentindo juntamente por sua parte e tendo bem conhecido a intoleravel tirania e durissimos encargos do dito rey de Castella e sua detestavel determinação para alcançar a monarchia de tanto tempo em toda Europa perseguida e acossada em utilidade do bem comum julgarão ser conveniente socorrer a intenção honrrada e digna de louvor do dito rey Dom João o 4.º e com elle fazer e celebrar o presente concerto e tratado deixando antes as varias e diversas comodidades que em seu proprio comodo e proveito no Estado das couzas presentes assy de aquem como de alem da linha puderão de novo tomar e possuir e querem antes em lugar dellas que se

renove aquella antiga amizade reciproco amor e commercio que entre os senhores reys da coroa de Portugal e os olandezes de hũa e outra parte antigamente florecerão.

1

Primeiramente foy assentado verdadeiro firme puro e inviolavel concerto de tregoas e suspensão de todo o acto de hostilidade entre o dito rey e os Ordens Geraes assy por mar e todas as mais agoas como por terra em respeito de todos os subditos e moradores das Provincias Unidas de qualquer condição que elles forem sem excepção de lugares ou de pessoas e bem assy igualmente em respeito de todos os subditos e moradores das regiões do dito rey de qualquer condição que forem sem excepção de lugares ou de pessoas as quaes defendem contra el rey de Castella as partes de Sua Magestade e daquy por diante se achar que as vão defendendo e isto em todas as terras e mares de hũa e de outra parte da linha conforme as condições e limitações por ambas as partes abaixo (2 v.) declaradas por tempo de dez annos. O qual contrato de tregoas e suspensão de todo o acto de hostilidade nos lugares de Europa ou em qualquer outra parte situados fora dos limites da jurisdição concedida em nome deste estado antes deste tempo as companhias das Indias Orientaes e Occidentaes começara logo desde a subscripção deste tratado.

2

Mas na India Oriental e em todas as terras e mares debaixo do districto da jurisdição concedida pellos senhores das Ordens Geraes a Companhia da India Oriental desta Provincias comessara hum anno depois da datta tanto que neste lugar for apresentada ratificação deste tratado em nome de el rey de Portugal. Porem se a publica manifestação das ditas tregoas e suspensão de todo o acto de hostilidade chegar mais brevemente a algũa parte das ditas terras e mares antes que o dito anno seja acabado em tal cazo cada qual de hũa e outra parte nas ditas terras e mares desd'o tempo da dita manifestação se abstenha de todo o acto de hostilidade.

3

E serão comprehendidos debaixo das ditas tregoas e suspensão de todo o acto de hostilidade todos os reys senhores e nasções da India Oriental com os quaes os senhores Ordens Geraes ou a Companhia da India Oriental destas provincias em seu nome tem amizade e confederação se a elles lhe parecer serem comprehendidos nas ditas tregoas e suspensão de todo o acto de hostilidade.

Não sera lícito durando o dito tempo de dez annos fazer se de húa e outra parte nem por terra nem por mar hostilidade algúa ou acometimento violento e sera permitido a todas as naos portuguezas e que de Portugal por mandado e comissão de el rey Dom João o 4.^o forem para as terras que defendem as partes de el rey assy como igualmente as que das (3) ditas partes tornem para Portugal navegar livremente sem embarço algum por respeito da Companhia da India Oriental destas provincias.

E da mesma maneira as naos dos subditos destas Provincias que fizerem a mesma viagem não serão molestados pellas ditas naos de Portugal.

E húa e outra parte esteja livre e segura em seus tratados e em seus contratos.

Tambem sera livre a cada húa das partes navegar e igualmente possuir seus lugares e exercitar seu commercio sem empedimento algum assy e da maneira que ao tempo da publicação das ditas treguas e suspensão de todo o acto de hostilidade em a India Oriental possuir os ditos lugares e hindo e vindo exercitava seu commercio.

As sobreditas treguas e suspensão de todo o acto de hostilidade tera seu effecto por tempo de dez annos em as terras e mares pertencentes ao districto de jurisdição concedida pellos senhores das Ordens Geraes a Companhia da India Occidental destas Provincias desde a data tanto que a ratificação sobre este tratado em nome de el rey de Portugal neste lugar for apprezentada e a publica manifestação das ditas treguas e suspensão de todo o acto de hostilidade chegar a qualquer parte das ditas terras e mares respectivamente desde o qual tempo húa e outra parte em as ditas terras e seus mares se abstenha de todo o acto de hostilidade comtanto que dentro de oito meses depois que a dita ratificação for neste lugar apprezentada se haja de tratar da paz com a coroa de Portugal nas ditas terras e mares pertencentes ao dis-

tricto da jurisdição da Companhia da India Occidental (3 v.) destas provincias como assy permite o senhor Tristão de Mendoza Furtado embaixador e do Conselho de Sua Magestade de Portugal para que dentro dos ditos oito meses despois da sobredita ratificação de Sua Magestade aquy neste lugar apresentada venha juntamente procuração necessaria ordem e instrução e igualmente pessoa ou pessoas com authoridade real para tratar da dita paz. Comtudo se acontecer contra toda a esperanza e dezejo que a condição da paz se não effectue sem embargo disso as ditas treguas e suspensão de todo o acto de hostilidade tera inteiro effeito pello tempo de dez annos na forma sobredita e conforme aos artigos que abaixo se declarão.

9

A Companhia da India Occidental destas provincias e bem assy os subditos e moradores nas suas terras adquiridas e juntamente todos aquelles que dahy dependem de qualquer nasção condição ou relegião que sejão gozem e logrem em cada húa das terras e lugares de el rey de Portugal e pertencentes a mesma coroa situadas em Europa deste mesmo commercio izenções liberdades e dereitos dos quaes os demais subditos deste Estado por vertude deste tratado hão de gozar e lograr com tal condição que a Companhia da India Occidental destas provincias e bem assy os subditos e moradores em suas terras adquiridas e igualmente todos os demais della dependentes não pretendão levar do Brazil para o reyno de Portugal asucar pao brazil nem outras mercadorias que no Brazil costuma haver e delle serem trazidas assy como tambem nem a nasção portugueza e os subditos e moradores nas ditas terras adquiridas nem menos os que della dependem pretenderão levar do Brazil as ditas Provincias e Regiões Unidas asuçar pao brazil e outras mercadorias que no Brazil costuma haver e delle serem trazidas.

10

A nasção Olandeza e bem assy a Portuguesa emquanto durarem (4) as treguas e suspensão de todo o acto de hostilidade se socorrerão reciprocamente e se darão toda a ajuda e favor com todas suas forças quando quer que a ocasião e o estado das cousas assy o pedirem.

11

Todas as fortalezas cidades naos e pessoas particullares ou sejão portuguezes ou outros quaesquer que forem achados no Brazil ou outra parte os quaes favorecerem as partes de el rey de Castella ou daquy

por diante se reduzirem o seu poder serão julgados por inimigos comuns aos quaes sera licito acometer perseguir e vencer por cada hũa das partes sem se ter respeito ao limite e termos em que forem achados conforme ao que se a cada hũa das partes tomar algum dos ditos lugares ou fortalezas pertencera aquelle por quem for tomado e juntamente a jurisdição e termo de seus campos e todas as mais utilidades a elles de antes annexas sem embargo de os taes lugares e fortalezas estarem situadas no districto e termos de cada hũa das partes.

12

Qualquer subdito de hũa e outra parte sera deixado estar e ficara em posse de seus bens assy como for achado nelles ao tempo da manifestação das tregoas e suspensão de todo o acto de hostilidade e os campos e termos que estiverem entre os fins das fortalezas de hũa e outra parte (os quaes necessariamente se hão de haver por proprios e acqueridos ao senhor que delles for) ficarão com a mesma divizão comprehendendo se nelles as familias e nasções que lhes tocarem e detriminados pello modo sobredito os ditos termos e devizão constara a nasção portugueza por hũa parte e aos subditos destas provincias por outra quaes lugares comodidades e termos dos campos ha de conhecer cada hum e deffender como seus.

13

Quanto ao que pertence as propriedades e poseções dos particulares que debaixo da dita divizão se devem comprehender para hũa ou para (4 v.) outra parte sera porventura certo que alguns lugares estarão dezemparados e roubados e outros cultivados e povoados de gente comtudo o que pertence aos lugares cujos habitadores e proprietarios se passassem a hũa e outra parte nem por isso se havera de fazer restituição algũa nem de moveis alguns que forem deixados e achados mas sera conveniente que cada hum fique quieto com aquillo que consigo levou ou tiver levado dos ditos lugares assy dezemparados.

14

Porem nos ditos lugares e terras que ficarão a seus proprietarios ou a outros possuidores em seu nome e lugar tomando se conhecimento da cauza se guardara aos ditos donos de hũa e outra parte seu direito e posse precedendo para isso provas e documentos necessarios.

Sobre as quaes couzas o Guoverno de hũa e outra parte em seu districto respectivamente dispora de maneira que entender que convem não se permitindo que algũa outra pessoa se intrometa nas ditas couzas.

Os commercios para os lugares senhorios e termos de hũa e outra parte no Brazil quaesquer que seão serão somente permitidos assy mesmos excluidos todos os outros nem seja licito aos portuguezes frequentar os lugares jurisdições e termos dos subditos destes Estados nem menos aos subditos destes Estados hirem aos semelhantes lugares dos portuguezes salvo se de comum vontade e consentimento parecer despois contratar em outra forma.

Nem seja permitido aos portuguezes navegar commercear ou tratar para o Brazil com as naos de nasção estrangeira nem com essas (5) mesmas nasções estrangeiras mas tendo necessidade de algũas naos estrangeiras para navegação trato e comercio para o Brazil serão obrigados a fretar ou comprar as ditas naos aos subditos destas provincias no qual cazo de compra ou frete se não aparelharão nem conduzirão para o Brazil naos de menos porte que de cento e trinta lastres ou de duzentas e sessenta toneladas armadas pelo menos com dezasseis peças de artilharia chamadas gotelingen que lance cada hũa cinco ou seis libras de balla e a este respeito providas de monições de guerra e quando acontecer que pellos portuguezes seão fretadas ou compradas mayores naos para o Brazil na mesma forma como dito he em tal cazo serão providas e basticidas de quanto mais for necessario conforme a porposão de seus lastres e tudo isto sob penna de perdimento e confiscação das ditas naos e suas pertenças as quaes se applicarão em utilidade da Companhia da India Occidental destas provincias ou daquelles que della dependem sendo por elles acazo presas e tomadas.

Não seja licito aos portuguezes nem aos moradores destas provincias dar passagem algũa de naos negros mercadorias ou outras couzas necessarias para as Indias dos castelhanos ou para outros lugares situados naquellas partes com penna de perdimento da nao das fazendas e das pessoas que ahy forem achadas de que como enemigos serão prezos e tratados.

Tudo aquillo que assy os portuguezes como subditos destas provincias posuem nas costas de Africa não necessita de divizão de termos porquanto entre huns e outros ha diversas familias e nasções que devidem e determinão os termos e limites.

Emquanto ao que pertence a navegação e comonicação das mesmas costas (5 v.) da Ilha de São Thome e de outras ilhas que nella se comprehendem a húa e outra parte sera livre con tal condição se a mesma navegação e commercio ou elle seja de ouro de negros e de outras mercadorias de qualquer maneira chamadas se faça e seja destinada para as cidades e fortalezas ou porto dellas as quaes cada húa das partes occupa e possui para que nellas se pagem as rendas e direitos que costumarão pagar os moradores portuguezes ou os homens livres dos mesmos lugares em igual correspondencia.

E porquanto os senhores Ordens Geraes acquerirão por seu proprio poder seus dominios e terras do Brazil e em outras partes em tempo que os subditos e moradores dellas ainda erão vassallos e sogeitos a el rey de Castella e inimigos deste Estado de cuja natureza e condição forão aquelles que agora no mesmo lugar se reduzirão a obdiencia de el rey de Portugal e se mostrarão amigos e confederados a este Estado pella qual razão daquy por diante de húa e outra parte estara manifesto duravel concerto e pura confiança e juntamente huns e outros serão com razão obrigados a se tratarem com amigavel administração de justiça.

Contudo se tem assentado que como com a mudança que ouve em muitas propriedades e possesões assy de bens moveis como immoveis (samente pela destruição de tão molesta guerra) varios subditos antes e depois de seu principio vierão a obdiencia do Estado destas provincias parte dos quaes cahirão em pobreza e parte se espalharão e como muitos flamengos fizeram ahi assento por compra de senhorios que vulgarmente chamão engenhos e de outros bens de raz de nenhuma maneira permite a razão do estado das couzas ali acqueridas que bens alguns por direito de post (6) liminio (?) ou quasy se possão repetir ou restituir nem tambem que os subditos dos senhores Ordens Geraes pessão aos portuguezes nem os portuguezes aos subditos destas provincias dividas ou encargos

alguns e muito menos sera conveniente que pretendão as taes couzas por via de execução mas cada qual ficara inteiramente com o que estiver possuindo ao tempo da dita manifestação.

23

Os subditos e moradores dos lugares do dito rey Dom João 4.º e os dos senhores Ordens Geraes respectivamente durando as treguas de dez annos e suspensão de todo o acto de hostilidade com reciproca confiança professarão amizade sem lembrança algũa das offensas e damnos que antiguamente se receberão.

24

E se depois porventura com animo e consentimento conformes o fundamento da guerra se passar a India Occidental dos castelhanos e fazendo aly guerra com perda do enemigo comum se adquirir couza algũa em tal cazo repartindo trocando e logrando amigavelmente e de comum consentimento como dito he se fara concerto assy como igualmente durando as ditas treguas e suspensão de todo o acto de hostilidade sera permitido com comum consentimento e aplauzo de ambas as partes mudar os sobreditos artigos ou parte delles.

25

E sera livre aos subditos de hũa e outra parte de qualquer nasção condição qualidade e religião sem exceição de algum ou elles sejam nascidos em a jurisdição de cada hũa das partes ou nellas tensão seu domicilio assistir navegar e comercear com qualquer sorte de mercadorias e empregos em os reynos provincias termos e ilhas em Europa e em qualquer outra parte situadas daquem da linha nem sera licito a nenhum (6 v.) dos subditos de hũa e outra parte que por cauza da mercancia concorrerem em cada hũa das ditas terras trazendo as ou levando as como dito he se acrescentem mais sizas impossições ou outros direitos do que aquelles que os mesmos moradores e subditos das mesmas terras costumão mas ygualmente em correspondencia gozem destas mesmas libdades (sic) e previlegios dos quaes elles antes uzavão primeiro que Portugal fosse pellos castelhanos subjugado.

26

Os subditos e moradores destas provincias que são christãos uzem e gozem da liberdade de consciencia privadamente em suas cazas e dentro de suas naos de livre exercicio de sua religião em todos os lugares

ciudades termos provincias e ilhas do reyno de Portugal ou em seus dependentes ou seja desta parte da linha em Europa ou dallem della adonde he permitido commercar. Porem se algum embaxador ou outro ministro publico deste Estado for mandado a Portugal em tal cazo e estes uzarão e gozarão em suas cazas e domicilios desta liberdade e exercicio da religião assy como neste Estado se permite prezentemente ao Senhor embaixador.

27

Os senhores Ordens Geraes sem esperar a ratificação de Sua Magestade para este tratado assistirão a el rey e a coroa de Portugal a sua propria custa debaixo de seu suficiente almirante e os mais necessarios officiaes com quinze naos de guerra e cinco fragatas grandes bem armadas e goarnecidas providas de mantimento e artelheria e outros petrechos de guerra.

28

Para esta armada Sua Magestade comprara ou fretara a sua (7) propria custa e debaixo de sua mesma ordem semelhante numero de quinze naos de guerra e cinco fragatas grandes igualmente armadas e guarnecidas de marinheiros e soldados e tambem providas de mantimentos artelheria e outros instrumentos de guerra para que ajuntando se com as naos e fragatas grandes destas provincias se apliquem aos portos e costas de Portugal e de Espanha em ordem a fazer dano a el rey de Castella inimigo comum.

29

El rey de Portugal a sua propria custa armara dez galeões ou mais em Portugal os quaes se ajuntarão ha sobredita armada para que juntamente se apliquem contra el rey de Castella e contra seus subditos.

30

As naos que de Portugal navegarem e bem assy suas cargas e suas mercadorias pertencentes a dita coroa ou a seus subditos das quaes convenientemente se possão offerecer provaveis documentos não serão confiscados posto que acontecesse que as ditas naos e mercadorias navegando debaixo da bandeira de Castella fossem tomadas com a dita armada ou por outras mas as taes naos suas cargas e mercadorias serão restituídas a seus proprios e originaes donos.

Das prezas e de outros emolumentos que pello poder da dita armada e galeões forem adquiridos sera a repartição e distribuição igual pro rata conformando se com os corpos e numero das naos e isto para previnir e ivitar a deversidade de disputas que na divizão das prezas e outros bens ou per occasião delles por certos respetos resultaria.

A el rey de Portugal seja licitto dentro destas provincias mandar assentar e fazer os officiaes de melicia de mayor ou menor dignidade e tambem architectos militares minadores engenheiros de fogo ou outras artes ou quaes porventura querera e isto a sua custa e istipendio e para que este negocio melhor se effectue em nome destes Estados se lhq dara sempre (7 v.) continuo socorro.

Não sera permitido debaixo de pretexto algum entrar nas cazas quebrantar olhar revolver as cartas e livros de contas ou as mesmas contas dos mercadores subditos ou moradores destas provincias dos Olandezes assistentes no reyno de Portugal ou nas ilhas ou outros lugares a elle pertencentes situados em Europa ou prender na cadea as pessoas dos ditos mercadores sem preceder primeiro informação legal na forma do estatuto dos lugares respectivamente excepto nos cazos de crime de leza magestade treição publica ou comrespondencia com enemigos.

Seja livre e permitido aos Senhores Ordens Geraes das Provincias Unidas em todos os portos do reino de Portugal e ilhas ou outros lugares a elle pertencentes situados em Europa dar comissão e com a devida authoridade estabelecer (*sic*) procuradores publicos vulgarmente chamados consules assistentes nos ditos portos e da mesma maneira sera permitido o proprio a el rey de Portugal com os portos destas provincias.

Este tratado sera confirmado e ratificado por el rey de Portugal e pellos Senhores Ordens Geraes igualmente em a melhor forma costumada como he rezão dentro de tres meses que hão de começar desde a datta

deste e dar se ha o mesmo por ambas as partes lisa e singelamente e tanto que a ratificação de Sua Magestade aquy em Haya dentro do dito tempo for apresentada logo com a ratificação dos ditos Senhores Ordens Geraes se conformara e trasladara.

Muito poderosos Estados das Provincias Unidas de Olanda Zelanda e Friza eu Dom João por graça de Deos rey de Portugal e dos Algarves daquem e dallem mar em Affrica senhor de Guine e da conquista (8) navegação e comercio de Ethiopia Arabia Persia e da India etc vos envio muito saudar como aquelles que muito amo e prezo. Havendo me Deos Nosso Senhor feito merce de me restituir a coroa destes meus reynos que por el rey de Castella erão injustamente uzurpados e dos quaes sem contradição estou de posse e lembrando me da vizinhança boa amizade e correspondencia que entre os naturaes destes reynos e os desses Estados sempre ouve no tempo dos senhores reys portuguezes meus predecessores e das mayores razões e conveniencias que de presente se devem considerar para que se continue e conserve me pareceo enviar logo a Vossas Serenidades por meu embaixador a Tristão de Mendoça Furtado do meu Conselho pessoa de quem por sua qualidade valor e experiencia faço toda mayor confiança para que em meu nome de conta a Vossas Serenidades de minha restituyção nesta coroa e lhe signifique o animo e boa vontade com que estou para restaurar as antigas confederações e com novas alianças as fazer mais firmes de modo que junto ao poder de minhas armas e desses Estados e com assistencia dos outros princeppes da Europa possa adiantar muito a cauza comum em que tanto se tem trabalhado e lograr a occasião presente com grandes utilidades e augmentos desses Estados.

A tudo o que o dito meu embaixador dicer (*sic*) de minha parte peço muito a Vossas Serenidades que dem inteira fee e credito como a minha propria pessoa e o que elle assentar prometer e capitular mandarey cumprir manter e executar sem duvida nem falta algũa ao que por esta carta me obrigo e prometo debaixo de minha palavra e fee real.

Escrita em Lisboa vinte e hum de Janeiro de seiscentos e quarenta e hum. Estava firmada. El rey. O sobescrito dizia Aos muito poderosos Estados das Provincias Unidas de Olanda Zelanda e Friza etc e sellado com o sinete grande real.

Dom João por graça de Deos rey de Portugal e dos Algarves (8 v.) daquem e dallem mar mar (*sic*) em Africa senhor de Guine e da conquista navegação e comercio de Ethiopia Arabia Persia e da India etc faço saber a todos os que esta minha provizão virem que dezejando eu que o comercio e comunicação entre os vassallos destes meus reynos e os abitantes (*sic*) e moradores nos paizes e terras sogeitas ao dominio dos Estados das Provincias Unidas de Olanda Zelanda e Friza e das

Provincias Septentrionaes se restitua ao que suhia ser em tempo dos senhores reys portuguezes meus predecessores e se augmente e cresça com mayor frequência. Me praz e hey por bem de conceder licença para que todos e quaesquer pessoas de qualquer nasção estado profissão e condissão que seja possão livremente vir a estes reynos com suas naos embarcações mercadorias e empregos de todas as sortes generos e fabricas que forem ou manda las debaixo de seus nomes proprios ou de outros terceiros e comissarios derigidas aos conrespondentes que lhes parecer e tirar destes reynos o procedido das ditas mercadorias e empregos quando e como lhes estiver bem sem embargo das prohibições que ategora havia que levanto e hey por levantadas por esta dita provizão para que o comercio seja franco e geral a todos sem que se lhes faça embargo reprezaria ou molestia algũa pagando somente a minha fazenda os direitos devidos e costumados e prometo debaixo de minha palavra e fee real de cumprir e mandar comprar e guardar inteira e infalivelmente tudo o que nesta provizão minha se conthem a qual por firmeza de tudo mandey passar por mym assinada e sellada com o sello grande de minhas armas.

Dada nesta cidade de Lixboa aos vinte e hum de Janeiro, Antonio do Couto Franco a fez anno do nascimento de Nosso Senhor Jessu Christo de mil e seiscentos e quarenta e hum. E eu Francisco de Lucena a fiz escrever. Era firmado el rey e a húa parte sellada com o sinete grande real e abaixo escritto Provizão por que Vossa Magestade ha por bem pellos respetos nella declarados de conceder licença a todas as pessoas de qualquer nasção que seja para (9) que livremente possão vir commerciar a estes reynos com suas embarcações e fazendas e levar delles o procedido de seus empregos. Para Vossa Magestade ver.

As Ordens Geraes das Provincias Unidas a todos e a cada hum que as presentes virem ouvirem ou lerem saude. Fazemos a saber (*sic*) que depois que o serenissimo e muito poderoso Dom João 4.^o de seu nome rey de Portugal e dos Algarves daquem e dallem mar em Africa senhor de Guine e da conquista navegação e comercio de Ethiopia Arabia Persia e da India etc.^a pareceo mandar a nos e ao Estado das ditas Provincias Unidas ao Senhor Tristão de Mendoça Furtado do Conselho de Sua Magestade e embaixador extraordinario para nos manifestar a venturoza eleição de Sua Magestade para tão excellentes reynos religiões e nasções e allem disso para confirir e tratar comnosco sobre a navegação commercios e juntamente socorro e pello consequinte (*sic*) para concluir e estabelecer hum verdadeiro firme e sincero contrato de treguas e suspensão de todo o acto de hostilidade assy desta como da outra parte da linha por tempo de dez annos. E pedindo a boa ordem das couzas que em nosso nome se ellegessem algũas pessoas graves para tratar sobre o dito negocio com o dito senhor embaixador e com elle concertar muy boas e muy saudaveis condições em proveito do bem comum em geral

e em acrescentamento destas Provincias em particullar e juntamente em dano de el rey de Castella. Portanto tenho inteira informação e alem disso estando confiados em a prudencia fidelidade suficiencia e diligencia dos muito nobres esforçados grandiosos doutissimos prudentes e bem advertidos senhores Rugero Huyghens cavaleiro Jacobo de Brouhoven consul que foy da cidade de Leyden Jacobo Cats cavalheiro (*sic*) conselheiro pensionario de Olanda e Friza Occidental Gaspar de Vosberghen cavaleiro senhor de Isselaer João de Reede senhor de Reims Von de Ethiens senhor de Wondenberch João Veldriel consul da cidade de Doccum Assuero de Haersolte Haersty e Hechde do Guoverno de Zelanda Wigbolde Aldriga senhor da cidade de Groningen (9 v.) administrador de Sibaldeburi respectivamente deputados no nosso Conselho das Provincias de Geldria Holanda Zelanda Utrech Friza Overisel (*sic*) e da cidade de Groningen e de Onlandia elegemos suas pessoas e demos a suas dilecções como em effecto lhes damos por vertude destas plenario poder e authoridade para comfirir com o dito senhor embaixador e com elle na materia sobredita tratar e concluir este dito contrato de navegação e commercios e bem assy de socorro e igualmente de treguas e suspensão de todo o acto de hostilidade por tempo de dez annos assy como de hũa e outra parte entenderem que convem ao bem comum e aos reynos e regiões de huns e outros conforme a presente determinação dos tempos e das couzas e tambem para offensa de el rey de Castella inimigo comum. El prometemos livre e puramente e com boa fee de havermos por agradavel não somente tudo aquillo que pellos ditos senhores nossos deputados naquelle negocio for feito acertado e concluido sem contradicção impedimento ou algum acto contrario a este direito ou indireitamente de qualquer modo e meo que fazer se possa e em qualquer tempo guardaremos e faremos goardar como firme e inviolavel e permanente mas ainda pera sempre o ratificaremos e faremos pera isso os documentos e instrumentos na melhor forma dos quaes Sua Magestade se haya por satisfeito.

Dada no nosso Conselho debaixo do nosso sello mayor com o sinal e firma de nosso secretario em Haya do Conde aos nove dias de Junho anno de mil e seiscentos e quarenta e hum. Deste sinal estava Assuero Haersolte Vt. abaixo estava por mandado delles e assinado Cornello Muts tendo o sello em sera (*sic*) vermelha pendendo por hũa cordinha dobrada tecida com fios de ceda vermelha e ouro.

E nos o embaxador e comissarios sobreditos com nossas proprias maos assinamos ao pee este tratado e com nossos sinetes o firmamos.

Feito em Haya do Conde aos doze dias de Junho anno de mil e seiscentos e quarenta e hum. Tristão de (10) Mendoça Furtado. Rutger Huyghens Joan Brouchouen Cats Gsvan Vosberghen Joan Van Reede Joan Veldriel Vanhaersolte Wigbolt Aldriga.

E portanto havendo eu visto o dito tratado de treguas e cessação de todo o acto de hostilidade e juntamente de socorro por tempo de dez annos e querendo o aceitar o aceitey e approvey e retifiquey como em effecto e pella presente minha carta patente o aceito approvo ratifico e confirmo prometendo de observar guardar e cumprir inviolavelmente todas as couzas nella contheudas e que não admitirey que por modo ou acontecimento algum que haya ou possa haver direita ou indireitamente se contradiga ou va contra elle debaixo de hipoteca e obrigação de todos os bens e rendas geraes especiaes presentes e fucturas (*sic*) de meus reynos estados e coroa real com tal declaração que para mais certa e prompta execução do que se contem no artigo vinta seis (*sic*) do dito tratado acerca do exercicio da religião que professão os moradores e subditos das ditas Provincias Unidas por ser materia a que não alcança a suprema jurisdição real secular de que uzo mandarey recorrer ao muito Sancto Padre Urbano Papa Oitavo para que com seu consentimento e approvação s'estabaleça (*sic*) e confirme e que entretanto serão os subditos e naturaes das ditas Provincias Unidas em todos meus reynos estados e senhorios tratados com tanto favor e benevolencia e de tal modo que pella dita cauza da consciencia e religião se lhes não de molestia nem inquietação algũa como elles não derem escandalo.

E por verdade fee e firmeza de tudo mandey passar a presente carta por mym assinada e sellada com o sello grande de minhas armas.

Dada nesta minha cidade de Lisboa aos dezoito dias do mes de Novembro. Vicente de Sottomayor a fez anno do nascimento de Nosso Senhor Jessu Christo de mil e seiscentos e quarenta e hum.

E eu Francisco de Lucena do Conselho de Sua Sacra Real Magestade e seu secretario de Estado a fiz escrever.

El rey

(*Selo de chapa*)

No verso da última folha:

Tratado de treguas e suspensão de toda hostelidade feito entre el rey Dom João 4 de Portugal e os Estados Geraes das Provincias Unidas no anno 1641.

Tem junto o seguinte documento:

Joannes Dei gratia rex Portugalliae et Algarbiorum citra ultraque mare in Africa dominus Guineae atque expugnationis navigationis et commercii Ethiopiae Arabiae Persiae et Indiae et coetera. Notum facimus omnibus praesentes nostras literas patentes approbationis ratihibitionis

et confirmationis visuris et inspecturis quoniam die duodecima elapsi mentis Junii presentis anni millessimi sexcentessimi quadragessimi primi Hagae comitis in Holandia tractatus induciarum cessationis que omnis hostilitatis actus ut et navigationis comercii factus initus et conclusus fuerit decenio pariterque succursus pro tempore inter Tristam de Mendoça Furtado consiliarum legatum et procuratorum nostrum destinatum ab una parte ab altera magnificos et illustres Rutgher Huyghens Pran (?) Brouchovem Cats Gsuan Visberghen Goan Van Reede Joan Veldtriel Vanhaersolte Vigbole Aldringa commissarios deputatos potentissimorum Ordinum Generalium Unitarum Provinciarum Belgii vigore eorumdem procurationis cujus tractatus tenor de verbo ad verbum hic insentur (*sic*).

Tractatus induciarum et cessationis omnis hostilitatis actus ut et navigationis ac commercii pariturque succursus inter serenissimum ac praepotentem Don Joannem ejus nominis quartum Lusitaniae Algarvae ab hac atque altera parte maris Africae regem dominum in Guinea atque acquisitis navigationis et comercii in Aethiopia Arabia Persia ac India etc ab una et Dominos Ordines Generales Unitarum Provinciarum ab altera parte factus initus et conclusus per Dominum Tristam de Mendoça Furtado legatum ac consiliarum serenissimae magestatis et Dominos Rutgerum Huygens equitem Jacobum a Brouchoven ex consulem urbis Lugduni Batanorum Jacobum Cats equitem consiliarium pensionarium Hollandiae et Frisiae Occidentalis Casparum a Vosvergen equitem Dominum de Isselaer Johannem (*1 v.*) à Reede Dominum de Reins Voonde et Thiens Dominum de Vooudenberch Johannem Veldtriel consulem urbis Doccum Assuerum ab Haersolte Haerstii ac Echde satragam Zalhandiae Vuigboldum Aldringa senatorem civitatis Groninganae Toparebam Sybaldebueri respective deputatos in consessu alti memoratorum dominorum statuum generalium in provinciis Geldriae Hollandiae Zelhandiae ultrajecti Frisiae trans insulhaniae ac urbis Groningae atque Omlandiae commissarios eorumdem dominorum Ordinum Generalium nemper inter memoratum dominum legatum vigore certirescripti regii certarumque litterarum serenissimae majestatis utrumque.

Dedato (?) Lisbon xxj Januarii jampridem elapsi et memoratos dominos commissarios vigore eorumdem procurationis quorum copiae eorumdemque translata respective hic infra inserentur.

Experientia docuit quod Don Philhippus secundus Castellae rex vi et potentia armorum quondam invaserit coronam Lusitaniae et consequenter privaverit serenissimum praepotentemque regem Don Johannem (olim ducem de Bragança) indubitabili suo successionis jure et justitia in alteri memoratam coronam Lusitaniae tanquam legitimum et proximum haeredem serenissimae Dominae Dona Catharinae ac continuarunt successores praedicti regis Castellae multis contiguis annis in violenta occupatione altere memoratae coronae Lusitaniae infringentes faedera et

pacta amicitiae confidentiae et commercii quae dominis reges coronae Lusitaniae continue cum aliis principibus ac nationibus in Europa Sancte coluerant de orbantes bonos subditos et vassallos ejusdem coronae eorum juribus legibus et consuetudinibus insuperque eos onerantes injustitia intolerabilibus vexationibus et diversis aliis speciebus tyrandis injungentes illis excessiva onera quae reges Castellae simul ac cum patrimoniis regiae coronae Lusitanae delapidarunt et consumpserunt evitabilibus bellis quibus praedicti boni subditi et vassali ejus coronae ita stimulatique iracundia mactati tandem haud levi habita patientia magno cum animo ausu et circumspectione injustum illud ac intolerabile jugum (2) regis Castellae excusserunt ac simetipsos libertati restituerunt demumque communi applausu saepius alteri memoratum Joannem quartum regem elegerunt proclamarunt eiue homagium ac jus jurandum fidelitatis praestiterunt praepotentes domini Ordines Generales quoque passive procomperto habentes intolerabilem tyrandem et perdura onera praefati Castellae regis pariterque ejusdem nefarium institutum ad consequendam monarchiam multo saeculo jam super universa Europa jactatam incommodum boni publici dijudicarunt expedire laudabili ac honesto jam alte memorati regis Joannis quarti proposito succurrere cumque eodem inire et consummare praesens hoc pactum et tractatum nec non praetermittere varias et diversas commoditates quas alias pro proprio particulari comodo atque utilitate nacto hoc rerum statu tam citramquam ultra lineam possent usu capere et percipere maluntque eorum loco ut reviviscat vetus illa amicitia amor reciprocus ac commercium quae inter dominos reges coronae Lusitaniae ac Belgas ultro citroque antiquitus floruerunt.

1

Primo conclusum est verum primum sincerum ac inviolabile induciarum pactum cessationisque omnis hostilitatis actus inter alti memoratum regem et Ordines Generales tam mari aliisque a quisquam terra intuitu omnium subditorum atque incolarum unitarum provinciarum cujuscunque conditionis illi fuerint citram exceptionem locorum personarum ve ut et pariter intuitu omnium subditorum atque incolarum regionum alte memorati regis cujuscunque conditionis fuerint citiam exceptionem locorum personarum ve quae partes serenissimae majestatis adversus regem Castellae tuentur aut in posterum tueri reperientur idque omnibus in locis et maribus ab utraque parte lineae (2 v.) juxta condiciones et restrictiones hic infra respective explicatas tempore decennis. Quod induciarum pactum cessationisque omnes hostilitatis actus in Europae plagis ac alicunde sitis extra limites respective privilegiorum societatibus Indiarum Orientalium atque Occidentalium ante hac nomine hujus status respective concesserum statim facta subscriptione hujus tractatus ordietur.

Ac in India Orientali omnibusque locis et maribus sub districtum privilegii a dominis Ordinibus Generalibus societati Indiae Orientalis harum provinciarum concessi uno anno a dato cum rati habitio hujus tractatus nomine regis Lusitaniae hic loci fuerit oblata. At vero si publica manifestatio praedictarum induciarum cessationisque omnis hostilitatis actus alicubi locorum et marium praetactorum eitius devenerit antequam supradictus annus exspiraverit ut tum quisque ab utraque parte in hujusmodi locis ac maribus respective a tempore publicae manifestationis se se contineat ab omni hostilitatis actus.

Et comprehenduntur sub praedictis induciis et cessatione omnis hostilitatis actus omnes hujusmodi generis reges diastatae et gentes Indiae Orientalis quibus cum domini Ordines Generales aut societas Indiae Orientalis harum provinciarum eorum nomine amicitiam colunt aut faedere juncti sunt si qua sibi expedire arbitrabuntur has inducias et cessationem omnis hostilitatis actus complecti.

Nec fas esto praetacto decennii tempore duranti sibi in vicem nec terra nec mare hostilitatem aut ullam aggressionis nimirum ferre ac omnibus lusitanicis navibus ex Lusitania sub mandato aut (3) commissione alti memorati regis Joannis quarti navigantibus ad loca et maria quae partes hujus regis tuentur sicuti pariter illis navibus ist hinc in Lusitaniam revertentibus permissum est libere absque ulla remora navigare intuitu societatis Indiae Orientalis harum provinciarum.

Similiter nec naves eorumdem subditorum harum provinciarum in earum cursu per praedictas Lusitanicas molestia afficientur.

Et utraque pars esto libera et secuta in suis tractatibus et contractibus.

Item liberum esto utrique parti navigare pariter loca possidere suum commercium sine ullo impedimento exercere a que ut tempore et sub manifestatione praedictarum induciarum cessationisque omnis hostilitatis

actus in India Orientali loca possedit effective commeavit suumque commercium exercuit.

8

Saeplus dictae induciae ac cessatio omnis hostilitatis actus effectum sortientur tempore decenii in locis et maribus pertinentibus sub districtu privilegii a dominis Ordinibus Generalibus societati Indiae Occidentalis harum provinciarum concessi a dato cum ratihabitio super hoc tractatum nomine regis Lusitaniae hic loci fuerit oblata et publica manifestatio praedictarum induciarum cessationisque omnis hostilitatis actus porro alicubi praenominatorum locorum ac marium respective pervenerit a quo (3 v.) tempore utraque pars in istius modi locis et maribus respective se se cohibeat ab omni hostilitatis actu. Ita tamen ut intra octo menses postquam praedicta ratihabitio hic loci fuerit allata conveniendum sit cum corona Lusitaniae de pace in saepius dictis locis et maribus pertinentibus sub districtum privilegii societatis Indiae Occidentalis harum provinciarum adquae dominus Tristam de Mendoga Furtado legatus et consiliarius regiae majestatis Lusitaniae hisce pollicetur ut intra praedictos octo menses post praefactam ratihabitionem regiae serenissimae majestatis hic loci oblatam quoque obveniant necessarium mandatum ordo ac instructio pariterque persona aut personae autoritate regia munitae ad tractandum de praedicta pace. Atamen si in eventum contra omnem expectationem pacis conditio non iniretur ut eo non obstante saepius dictae induciae cessatioque omnis hostilitatis actus tempore decenii modo praemisso et juxta articulos infra explicatos plenum effectum sortiantur.

9

Societas Indiae Occidentalis harum provinciarum ut et subditi ac incolae ejusdem terrarum acquisitarum necnon omnes illi independentes cujuscunque nationis conditionis aut religionis sint gaudeant et fruantur in singulis terris et locis regis Lusitaniae ac ad eandem coronam spectantibus in Europa sitis hujusmodi commercio exemptionibus libertatibus et juribus quibus reliqui subditi hujus status vigore hujus tractatus gaudebunt et fruuntur ac tamen conditione ne societas Indiae Occidentalis harum provinciarum ut et subditi ac incolae in ejusdem terris acquisitis sicut pariter omnes reliqui ab illa dependentes conentur ex Brasilia transferre ad regnum Lusitaniae saccharum lignum Brasiliium ac (4) alias merces in Brasilia existentes et provenientes sicut pariter nec Lusitanica natio ut et subditi ac incolae in ejusdem terris acquisitis nec minus ab ea dependentes conabuntur ex Brasilia transferre intra has provincias et regiones saccharum lignum Brasiliicum aliasque merces in Brasilia existentes et provenientes.

Natio Belgica ut et Lusitanica durantibus induciis et cessatione omnis hostilitatis actus sibi in vicent succurrent atque opem ferent pro virili cum ocaslo et status rerum illud postulaverit.

Omnia fortalitia urbes naves et particulares personae sive sint Lusitani aut alii in Brasilia vel aliorum sita et reperti qui partes regis Castellae foveant aut postmodum in eorum potestatem redigentur non aliter respicientur ac reputabuntur quam communes hostes quos aderiri prosequi ac vincere cuilibet parti licitum si nullo habito respectu limitum hoc attento siqua alterutra pars ejus modi loca aut fortalitia occuparet illi quoque cedat jurisdictionis et latorum camporum ambitus et reliqua emolumenta antiquitus his anexa non obstante talia loca et fortalitia (ut supra dictum est) in alterius limitum districtum sortiantur.

Quilibet utriusque partis subditorum relinquetur ac remanebit in bonis suis uti illa tempore manifestationis induciarum et cessationis omnis hostilitatis actus tum deprehendentur et lati campi inter utriusque partis extrema fortalitia siti (qui necessario inde intelligendi sunt pro acquisitis ac eorum dominio vindicatis) utrinque (4 v.) divisi exstabant sub his comprehendendo gentes et nationes sub iisdem sortientes quibus finibus modo praemisso positus et statutis Lusitanicae nationi a billa et subditis harum provinciarum ab hac parte constabit quae loca comoditates et ambitus Latorum camporum quilibet pro suis agnoscat et tueatur.

Quod vero attinet particularium proprietates ac possessiones quae sub praedicta divisione ad unam vel alteram partem pertinebunt de his forsitan non nulla loca extabunt de relictis et populata alia vero culta ac gente instructa. At vero quod spectat loca quorum incolae et proprietarii se se ad hanc vel alteram penam (?) recepisse deprehendentur ex inde nulla omnino restitutio fiet neque illorum mobillium ibidem relictorum et repertorum sed quilibet eo contentus vivat oportet quod ex de delictis locis secum asportant ac abstulit.

At tamen in dictis locis et terris quae suis proprietariis aut aliis possessoribus eorum nomine et parte remanserunt illis utrinque cognita causa jus suum et possessio asservabitur visis prius eorum necessariis documentis et probationibus.

Super quibus utriusque partis regimen in suo cujusque districtu respective disponat prout videbitur convenire non concessio ut alius quispiam his se se immisceat.

Commercia ad utriusque partis ditiones tractus et ambitus locorum in Brasilia quaelibet sibi ipsis relinquuntur exclusis omnibus aliis nec ipsis lusitanis fas esto hujus status necum subditis hujus status lusitanorum ditiones tractus et ambitus locorum frequentare nisi communi voluntate (5) et consensu post modum aliter visum fuerit convenire.

Ne permissum sit lusitanis in Brasiliam navigare commercari aut mercaturam excercere cum navibus alienae nationis aut cum ipsissimis nationibus extraneis sed indigentes aliquibus extraneis navibus ad navigationem mercaturam et commercium in Brasilia tenebuntur illi tales conducere aut emerce a subditis harum provinciarum quo casu emptioris vel conductionis nullae minores naves in Brasiliam aptentur ac impendantur quam centum et triginta onerum aut ducentorum et sexaginta vasorum munitae admininum sedecim tormentis (alias Gotelingem) vibrantibus singulatim quinque aut sex libras ferri respective munitioneque billi provisae secundum proportionem et quando maiores naves a Lusitanis in Brasiliam conducentur atque ementur ac deinceps applicabuntur ut supra tum illae secundum proportionem onerum tanto plus muniantur et provideantur et hoc omne sub pena amissionis et confiscationis praedictarum navium una cum earum requisitis quae alias ut antea cedant commodo societatis Indiae Occidentalis harum provinciarum aut vero eorum qui ab ea dependent vel appendent si qua illae ab his forte deprehenderentur et caperentur.

Neque lusitanis neque incolis harum provinciarum liceat ullam navium nigrorum mercium aliorumve necessariorum vecturam praestare in diis castilianorum aliisque locis ab eorundem parte stantibus sub paena

admittendae navis et bonorum pariterque personae quae inibi reperientur ut hostes apprehendantur et tractabuntur.

19

Illud quidque tam lusitani quam subditi harum provinciarum in oris Africae possident nulla indiget limitum divisione cum inter utrumque (5 v.) diversae gentes et nationes sortiantur quae finium limites statuunt et dividunt.

20

Quod vero attinet negotiationem et frequentationem earundem orarum insulae Sancti Thomae allarumque insularum hisce comprehensarum ea utrique libera sit hac tamen conditione si eadem navigatio et commercium sive illud sit auri nigrorum aliarumque mercium quomodo libet illa nuncupanda veniunt fiat et destinata sit in vel circa urbes et fortalitia quae forti alter uter occupat et possidet ut independantur eadem vectigalia et jura quibus consueverunt incolae lusitani ac horumdem locorum liberi homines exsolvere et vice versa.

21

Et quia domini Ordines Generales sua dominia et terras in Brasilia atque locis propria virtute acquisiverint eo tempore quo eorum subditi atque incolae ad huc exstarent vassalli et subjecti regis Castellae et hujus status hostes cujusmodi naturae et sortis illi fuerunt qui modo ibidem ad obsequium regis Lusitaniae redierunt amicosque et faederatos huic statui se se dederunt ex quo in futurum utrinque durabile faedus et sincera confidentia patet simul ac alter alteri in posterum juxta praestandae justitiae administratione rite tenebitur.

22

Ita vero comparatum est ut cum mutatione quae multi fariis in proprietatibus et possessionibus mobilium atque immobilium bonorum extitit (solum modo per calamitatem molesti belli) diversi modi subditi sub et post initium ad obsequium hujus status harum provinciarum devenerint quorum pars ad incitas redacta pars difusa sunt actum plurimi Belgae ibidem per emptionem dominiorum vulgo nuncupatorum ingenhos aliorumque bonorum immobilium sedem fixerint ratio status rerum inibi acquisitarum nullomodo ferre potest ut ulla bona jure posthi (6) minis

vel quasi repetantur aut revertantur neque ut subditi dominorum Ordinum Generalium a Lusitanis neque Lusitani abs subditis harum provinciarum ulla debita aliave onera exigant multominus ut talia consequantur conveniet excutionis via uti sed quilibet saluus remanebit uti possidet tempore dictae manifestationis.

23

Subditi atque incolae ditionum alti memorati regis Joannis quarti et dominorum ordinum respective durantibus decennii induciis et cessatione omnis hostilitatis actus mutua confidentia amicitiam colent sine ulla recordatione offensionum et damnorum quae olim perpassi sunt.

24

Et si forte post modum unanimi ac mutuo consensu sed es belli in India Occidentali castilianorum transferretur atque incesso bello ibidem quicquam ad detrimentum communis hostis acquiriretur tum illud distribuendo permutando et fruendo amici et communi consensu ut permisum est conveniendum erit sicut pariter durantibus saepius memoratis induciis et cessatione omnis hostilitatis actus permissum esto utriusque partis communi consensu atque applausu praedictos articulos aut partem eorum immutare.

25

Et liberum esto utriusque partis subditis cujuscunque nationis conditionis qualitatis et religionis nullis exceptis (sive illi in alter utrius ditione nati sint sive inibi habitasse dicantur) frequentare navigare et comercari qualibet merci non et mercaturae sorte in regnis provinciis territoriis ac insulis respective in Europa atque aliorum ab hac lineae parte sitis. Nec fas esto neutrius subditos mercandi gratia confluentes in alterius terris sitis ut supra in mercibus asportandis aut vero exportandis magis aggravare gabellis impositionibus (6 v.) aliisve juribus quam ipsissimos incolas et subitos earundem terrarum sed gaudeant pariter respective hujus modi indultis et privilegiis quibus ante hac illi usi sunt priusquam Lusitania a castelianis fuerit subacta.

26

Subditi ac incolae harum provinciarum qui christiani sunt in omnibus locis urbibus et territoriis etiamque provinciis ac insulis regni Lusitaniae aut ab eo appendentibus et dependentibus sive illud sit ab utraque

parte lineae tam in Europa quam extra ubi frequentandi locus datur utentur et fruuntur libertate conscientiae in domibus suis privatis ac intra naves libera religionis exercitio. Si vero legatus aut alius publicus hujus status minister in Lusitaniam forte mitteretur tum illi respective untantur et fruuntur in acdibus suis et domiciliis hujusmodi libertate ac religionis exercitio sicuti in hoc statu praesenti domino legato Lusitaniae permittitur.

27

Domini Ordines Generales non exspectata serenissimae majestatis ratihabitione ad hunc tractatum proprio suo sumptu adsistent regi ac coronae Lusitaniae sub idoneo Architalasso aliisque necessariis suis officariis quindecim navibus bellicis et quinque scaphis majoribus bene munitis ac instructis provisus de victu etiamque tormentis ac aliis munitionibus belli.

28

Ad hanc classem alte memoratus rex comparabit aut conducet serenissimae majestatis propriis sumptibus et sub ejusdem proprio directorio similem numerum quindecim navium bellicarum et quinque scapharum majorum atque bene munitarum instructarum nautis et militibus etiam provisarum de victu tormentis et aliis belli munitionibus ut conjunctim una cum navibus et scaphis majoribus harum provinciarum impendantur ad litora atque oras Lusitaniae et Hispaniae respective ad detrimentum regis Castellae communis hostis.

(7) 29

Rex Lusitaniae propriis suis expensis instruat decem aut plures galeones in Lusitania easque adjungat supra dictae classi ut conjunctim impendantur adversus regem Castellae ejusque subditos.

30

Naves quae ex Lusitania navigarunt ut et earundem onera et merces ad praedictam coronam aut ejusdem subditos pertinentia quorum probationis documenta decenter exhiberi poterint non confiscabuntur etiam si tale foret ut istius modo naves et merces navigantes sub vexillo Castellae per aut extra praeditam classem caperentur sed tales naves earumque onera et merces restituentur originalibus earundem proprietariis.

Praedarum aliorumque emolumentorum virtute praedictae classis et galeonum acquisitorum erit partitio et distributio pro rata juxta numerum corporum navium idque ad praeveniendum ac evitandum disputandi diversitatem quae alias ex divisione praedarum aliorumque bonorum aut horum occasione ob certos respectis resultaret.

Regi Lusitaniae licitum sit intra has provincias conscribere aut conscribi facere tales superioris et inferioris dignitatis officiales etiamque architectos militares cuniculorum actores piro-paeos (*sic*) aliosque mechanicos quos forte desideraturus erit idque suis propriis sumptibus et stipendiis et quod hoc negotium tanto rectius procedat nomine hujus status illi praebebitur et continuabitur auxiliaris manus.

Nec fas esto sub ullo praetextu invadere domus violare inspicere perlustrare epistolas libros rationum aut ipsas rationes mercatorum subditorum aut incolarum harum provinciarum Belgicarum frequentantium regnum Lusitaniae vel insulas aliasque plagas ad idem (7 v.) pertinentes et spectantes sitas in Europa vel personas praedictorum mercatorum conlicere in carcerem sine praevia judiciali ac legali informatione secundum constitutionem locorum respective exceptis casibus criminis lesae majestatis proditoris publicae aut intelligentiae cum hostibus.

Liberum et permissum esto dominis Ordinibus Generalibus Unitarum Provinciarum in omnibus portibus regni Lusitaniae insularum aut aliarum plagarum ad idem pertinentibus et spectantibus sitis in Europa committere et autoritate debita munire procuratores publicos (vulgo consules nuncupatos) qui curam habebunt suorum subditorum et incolarum frequentantium praedictos portus et vice versa idem regi Lusitanorum permissum esto in portibus harum provinciarum.

Hic tractatus confirmabitur et ratihabebitur per regem Lusitaniae et dominos Ordines Generales respective insolita atque optima forma uti par est infra tres menses incipientes a dato hujus et praestabitur idem

ab utraque parte candide ac sincere et deinceps quando serenissimae majestatis ratihabitio hic Hagae infra praedictum tempus fuerit oblata tum eadem cum alte memoratorum dominorum Ordinum Generalium ratihabitione mutabitur et transsumetur.

Muito poderosos Estados das Provincias Unidas da Olanda Zelanda e Friza. Eu Dom João por graça de Deos rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa senhor de Guiné e da conquista navegação e commercio de Ethiopia Arabia Persia e da India etc vos envio muito saudar como aquelles que muito amo e prezo.

Havendo me Deos Nosso Senhor feito merce de me restituir a coroa destes meus reinos que por el rey de Castella eram injustamente usurpados e dos quais sem contradição estou de posse e lembrando me da vizinhança boa amizade e correspondencia que entre os naturais destes reynos e os desses estados sempre ouve no tempo dos senhores reys portuguezes meus praedecessores e das maiores razões e conveniencias que de presente se devem considerar para que se continue e conserve e augmente me pareceo enviar logo a Vossas Serenidades por meu embaxador a Tristão de Mendoga Furtado do meu Conselho pessoa de quem por sua qualidade valor e experiencia faço toda maior confiança para que em meu nome dee conta a Vossas Serenidades de minha restituição nesta coroa e lhes signifique o animo e boa vontade com que estou para restaurar as antigas confederações e com novas alianças as fazer mais firmes de modo que junto ao poder de minhas armas o desses estados e com assistencia dos outros principes de Europa possa adiantar muito a cauza comum em que tanto se tem trabalhado e lograr a ocazião presente com grandes utilidades e augmentos desses estados.

A tudo o que dito (*sic*) meu embaixador disser de minha parte peço muito a Vossas Serenidades que dem intelra fee e credito como a minha propria pessoa e o que elle assentar prometer e capitular mandarei cumprir manter e executar sem duvida nem falta algũa ao que por esta carta me obrigo e o prometo debaxo de minha palavra e fee real.

Escrita em Lixboa a vinte hum de Janeiro de seiscentos e quarenta e hum.

Erat subsignatum el rey superscriptio erat aos muito poderosos Estados das Provincias Unidas de Olanda Zellanda e Friza etc et sigillatum magno signeto regio.

Translatum praecedentis per secretarium domini legati Lusitaniae

Potentissimi Status Unitarum Provinciarum Hollandiae Zelandiae et Phriziae. Ego Dominus Joannes Dei gratia rex Lusitaniae Algarbiorum cis et citra mare in Africa dominus Guineae et expugnationis navigationis commercique Aethiopiae Arabiae Persiae et Indiae etc vestris

serenitatibus uti iis quos ad modum diligo magnique facio salutem plurimam dico.

Quum Dominos Deus Noster suo dono coronam horum meorum regnorum mihi restitueret quae a Castellae rege iniquem tiranidequem erant usurpata quae vero jam contradictione possideo ad memoriam revocans vicinitatem amicitiam optimam mutuamque benevolentiam (8 v.) quae inter horum regnorum et potentissimorum statuum incolas tempore dominorum regum Portugallensium in eorum praedecessorum extiterunt necnon efficaciores rationes atque congruentias quae in praesentiarum debent adniti adverti ut frequententur conserventur et augeantur visum mihi fuit illico ad vestras serenitates Tristão de Mendoça Furtado a meis consiliis legatum mittere virum in quo ob suam qualitatem valorem et experientiam majorem habeo fiduciam ut meo nomina vestris serenitatibus praefatae meae restitutionis in hac corona rationem reddat significetque animum atque bonam voluntatem quibus postea ad instaurandas pristinas confederationes et eas novis vinculis firmiores facere quo meorum armorum et potentissimorum statuum utrinque injuncta potestate unaquorum aliorum Europae Principum assistentia possit communis causa in qua ita maxime elaboratum est plurimum praevalere et praesenti occasione potiri cum magnis dominorum statuum utilitatibus atque accessionibus.

Omnibus quae meus praedictus legatus ex mea parte asserverit a vestris serenitatibus enixe obsecro integra fides veraque credulitas adhibeantur ac si meae propriae personae tribuerentur quodque ille statuerit promiserit et capitulaverit absque dubio defectuque ad implere sustinere ac exequi jubebo quibusme per has meas literas astringo sub verbo meo fideque regia polliceor.

Scriptum Ulisipone 21 Januarii 1641. Rex.

Dom João por graça de Deus rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa senhor de Guine e da conquista navegação e commercio de Ethioopia Arabia Persia e da India etc.* faço saber a todos os que esta minha provizão virem que dezejando eu que o commercio e comunicação entre os vassallos destes meus reynos e os habitantes e moradores nos paizes e terras sogeitas ao dominio dos Estados das Províncias Unidas de Olanda Zellanda e Friza e das mais provincias septentrionaes se restitua ao que sohia ser em tempo dos senhores reys portuguezes meus predecessores e se augmente e cresça com maior frequencia me praz e hei (9) por bem de conceder licença para que todas e quaesquer pessoas de qualquer nação e stado profissão e condição que seja possam livremente vir a estes reynos com suas naos embarcações mercadorias e empregos de todas as sortes generos e fabricas que forem ou manda las debaxo de seus nomes proprios ou de outros terceiros e comissarios e dirigidas aos correspondentes que lhes parecer e tirar destes reynos o procedido das ditas mercadorias e empregos quando e

como lhe estiver bem sem embargo das prohibições que até gora havia que levanto e hey por levantadas por esta dita provizão para que o comercio seja franco e geral a todos sem que se lhes faça embargo reprezaria ou molestia algũa pagando somente a minha fazenda os direitos devidos e costumados e prometo debaxo de minha palavra e fee real de comprar e mandar cumprir e guardar inteira e infalivelmente tudo o que nesta minha provizão se conthem a qual por firmeza de tudo mandei passar por mi assinada e sellada com o sello grande de minhas armas.

Dada nesta cidade de Lisboa aos vinte e hum de Janeiro. António do Couto Franco a fez anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e seiscentos quarenta e hum e eu Francisco de Lucena o fiz escrever. Erat subsignatum. El rei. A latere siggillatum magno signeto regio ac inferius scriptum. Provizão por que V. Magestade ha por bem pellos respeito nella declarados de conceder licença a todas as pessoas de qualquer nasção que seja para que livremente possam vir comerciar a estes reynos com suas embarcações e fazendas e levar delles o procedido de seus empregos. Para V. Magestade ler.

Translatum praecedentis per secretarium Domini legati Lusitaniae

Dominus Joannes Dei gratia rex Lusitaniae Algarbiorum cis et ultra mare in Africa dominus Guineae expugnationis navigationis commercique Aethiopiae Arabiae Persiae et Indiae et caetera. Notum facio omnibus meum hoc rescriptum videntibus quod cupiens ego ut commercium et communicatio inter (9 v.) horum meorum regnorum vassallos et habitatores et incolas terrarum subjectarum dominio statuum provinciarum confaederatarum Hollandiae Zelandiae Phrysiæ et caeterarum provinciarum septentrionalium restituantur prout antea fieri solebat tempore dominorum regum Portugalliae praedecessorum meorum et ut majoricum frequentia augmententur et crescant placet et juvat liberam facultatem concedere ut omnes et quaecumque personae cujuslibet status nationis conditionis et professionis possint libere cum suis navibus navigiis mercibus et mercaturis cujuscunque qualitatis generis et fabricae sint ad haec nostra regna venire vel illas subpropriis seu aliorum nominibus aut commissariorum mittere easque suis mandataris adhibitum derigere et ex lisdem regnis extrahere ea omnia quae ex talibus mercibus et mercaturis processerint non obstantibus illis prohibitionibus quae hujusque extabant quas aufero et prosublatis habeo per hoc dictum rescriptum ut commercium liberale generaleque omnibus sit absque sequestro represaliis seu ulla vexatione dummodo debita tantum et solita vectigalia nostris regis facultatibus et fisco persolvantur quae omnia sub verbo meo et regia fide adimpleri facere promitto et integre infalibiliterque observari prout in hoc meo rescripto continetur quod ob majorem totius

firmitatem transire per me subscriptum justi signatumque cum sigillo magno meorum armorum.

Datum in hac urbe Ulisipone 21 Januarii. Antonius de Couto Franco fecit anno nativitatis Domini Nostri Jesu Christi 1641.

Franciscus de Lucena fecit scribere. El rey. Inferius extabat concordat cum originali Antonio de Souza Tavares.

Ordines Generales Unitarum Provinciarum Universis et singulis praesentes visuris audituris lecturisque salutem. Notum facimus postquam serenissimo ac praepotenti Don Johanni ejus nominis quarto Lusitaniae Algarvae ab hac atque altera parte maris Africae regi domino in Guinea (10) atque acquisitis navigationis et commercii in Aethiopia Arabia Persia ac India etc.* Ita visum fuerit ad nos et statum praedictarum unitarum provinciarum ablegare dominum Tristão de Mendôça Furtado serenissimae majestatis consiliarium ac extra ordinarium legatum ad manifestandum nobis serenissimae majestatis prosperam ellectionem ad tam praecelestia regna regiones ac gentes et deinceps nobiscum conferendum et tractandum de navigatione commerciis necnon succursu similiterque concludendum et statuendum verum firmum ac sincerum pactum induciarum cessationisque omnis hostilitatis actus tam ab hac quam altera parte liniae tempore decennii acto ipso rerum serie id exigente ut nomine nostro non nullae personae magnificae committantur ad conferendum super praedicto negotio cum bene memorato domino legato ab eoque stipulandum optimas ac maxime salutare conditiones ad promovendum commune bonum ingenere atque incrementum harum provinciarum in particulari pariterque in ditrimendum regis Castellae. Pro inde habita plena informatione ac deinceps freti prudentia fidelitate sufficiencia ac diligentia nobilissimorum strenuorum magnificorum doctissimorum prudentum et circumsectorum dominorum Rutherfordi Huygens equitis Jacobi a Brouchovem in consulis urbis Lugduni Bataurum Jacobi Cats equitis consiliarii pensionarii Hollandiae et Friziae Occidentalis Caspari a Vos vergem equitis domini de Issealaer Johannis a Reede domini de Runsvoude et Thiens domini de Voondenbere Johannis Veladriel consulis urbis Dogçam Assueri ab Haersolte Haerstii ac Echdae satrapae Sallandiae Vigboldi Aldringa senatoris civitatis Gromerganae (?) Toparchae Slibaldebueri respective deputatorum nostri concessus in provinciis Geldriae Hollandiae Zelandiae Ultrajecti Friziae trans Issulaniae ac urbis Groningae atque Omlandiae elegimus eorum personas dedim usque suis dilectionibus secuti illis damus vigore harum plenam potestatem atque auctoritatem ad conferendum cum saepius memorato domino legato cumque eodem inpunito praemisso tractandum et concludendum hujusmodi pactum navigationis et commerciorum ut et succursus pariterque induciarum et cessationis omnis hostilitatis actus tempore decennii (10 v.) prout utrinque communi bono ac utriusque regnis et regionibus etiamque ad detrimentum regis Castellae communis hostis propriaesenti constitu-

tione temporum ac rerum arbitrabuntur expedire promittentes ingenue sincere ac bona fide nos non tantum omne id quod per bene memoratos dominos nostros deputatos in ea qualitate actum receptum ac conclusum fuerit absque contraventione impedimento ac actu huic contrario directe vel indirecte quoquo modo et medio id fieri posset gratum habituros etiamque quovis tempore firmum inviolabile ac stabile servaturos ac servari curaturos id in universum ratihabitueros ac inde documenta atque instrumenta in optima forma quibus alte memoratae serenissimae majestati satisfiat confecturos esse. Actum in concessu nostro sub sigillo nostro majori paragrapha ac subscriptione nostri graphiari Hagae comitis die nona Junii anno millesimo sexcentesimo quadragesimo primo. Hujus paragrapha erat Assuerus ab Haers holte ut inferius extabat ad mandatueros horum et subscriptum coram museti habens sigillum in rubra cera propendens duplici cordula contexta aurei et rubri serici filorum.

Et nos legatus ac comissarii praedicti hunc tractatum propriis nostris manibus subsignavimus eundemque nostris signetis munivimus. Actum Hagae comitis die duodecima Junii anno millesimo sexcentesimo quadragesimo primo. Tristão de Mendoga Furtado. Rutger Huyghens Juan Brouchoven Cast Juan Vosvergen Joan van Reede Juan Veltdriel Joan Haersolte Vigbold Aldringa.

Pro inde nos praefatum tractatum induciarum cessationisque omnis hostilitatis actus pariterque succursus pro tempore acceptum ferentes eundem acceptavimus approbavimus ratihabimus et confirmavimus sicuti acceptamus approbamus ratihabemus et confirmamus per praesentes literas spondentes nos omnia inviolabiliter observatueros servatueros et impletueros necne admissueros ut ullo (11) modo quomodo libet id accidat aut accidere possit per directum vel indirectum huic fiat contradictio aut contrarium sub hipoteca atque obligatione omnium bonorum et proventuum generalium et specialium presentium et futurorum nostrorum regnorum statuum et regiae coronae tantummodo declarantes quod ad certiozem et promptiozem executionem illius quod in articulo vigesimo sexto continetur circa exercitium religionis quae a subditis et incolis dictarum provinciarum unitarum profitetur cum sit materia quae sub regla jurisdictione seculari qua utimur non comprehendatur recurssum faciemus ad santissimum patrem Urbanum Pappam Oitavum ut cum approbatione et consensu ejusdem stabiliatur et confirmetur et inter ea subditi et incolae dictarum provinciarum unitarum in omnibus regnis statibus et dominiis nostris tanta fruuntur benevolentia et favore ut ex dicta causae conscientiae et religionis omnimodo non molestantur vel inquietentur ubi scandalum non dederint. Ad quorum firmitatem et stabilitatem praesentes literas exarare jussimus nostra propria manu inscriptas et majori sigillo regio nostri stematis roboratas.

Datae fuerunt Ullisipone die decima octava Novembris Ludovicus Teixeira fecit anno Nativitatis Dominicae millesimo sexcentesimo qua-

dragessimio primo. Et ego Franciscus de Lucena sacrae regiae mages-
tatis a consiliis statusque secretarius subscripsi.

El rey

(B. R.)

4295. XVIII, 2-4 — Carta de el-rei D. Afonso IV sobre uns casais na Sarzeda. 1350. — *Pergaminho. Mau estado.*

4296. XVIII, 2-5 — Instrumento no qual se declara por onde parte o termo do lugar de Marachique. 1328, Dezembro, 8. — *Pergaminho. Bom estado.*

4297. XVIII, 2-6 — Ordem que mandaram os reis de Castela a Alonso de Lugo, seu capitão e governador, para que não deixasse ir pescar ao mar, desde o Cabo Bojador até o Rio do Ouro, por capitulação que se fizera com el-rei de Portugal. Granada, 1501, Junho, 30. — *Papel. Mau estado.*

Don Fernando y doña Ysabel por la gracia de Dios rey y reyna [.....] (1) cilia de Granada de Toledo de Valencia de Galisia de Mallorcas de Sevilla [.....] (1) Murcia de Jahen de los Algarbes de Algesira de Gibraltar de las yslands de Canaria a [.....] (1) Viscaya y de Molina duques de Atenas y de Neopatria condes de Rysellon y de Cerdania marqueses de Oristan y de Goceano a vos Alonso de Lugo nuestro capitan y governador en las partes de la Berveria y a otros qualesquier nuestros subditos y naturales de qualquier estado o condicion preheminencia o dignidad que sean a quien lo contenido en esta nuestra carta toca y atañe y atañer puede en qualquier manera o por qualquier rason que sea y a cada uno de vos a quien fuere mostrada o el traslado della signado de escrivano publico salud y gracia. Sepades que en cierto asiento y capitulacion que se fiso entre nos y el serenissimo rey don Johanes de Portugal nuestro hermano que santa gloria aya ay un capitulo en que se contiene que no vayan a pescar navios algunos de nuestros reynos ni a faser otras cosas algunas en la mar que ay desde el Cabo de Bugedor pera abaxo fasta el Rio del Oro ni de alli abaxo pero que puedan yr a saltear a los moros de la costa de la dicha mar donde suelen y fasta aqui han ydo algunos navios de nuestros subditos alo faser segund que mas largamente se contiene en el dicho asiento. Y nos queriendo que lo contenido en el dicho asiento se guarde y cunpla mandamos dar esta nuestra carta pera vosotros y cada uno de vos en la dicha rason por la qual vos mandamos a todos y a cada uno de vos que agora y de aqui adelante asy lo guardeys y cunplays y fagays guardar y cumplir en todo y por todo segund

(1) Documento deteriorado.

que en esta nuestra carta se contiene y contra el tenor y forma della non vades ni pasedes ni consintades yr ni pasar por alguna manera so pena que qualesquier personas nuestros subditos y naturales que contra ello fueren o pasaren ayan perdido y pierdan los navios en que fuere y todolo que en ellos llevaren y truxeren pera la nuestra camara y fisco. Y mandamos a todos los corregedores asistentes alcades y alguasiles merinos y otras justicias qualesquier asy de las yslas de Canaria como de las otras cibdades y villas y lugares y puertos de la mar destos nuestros reynos y señorios que lo fagan asy pregonar publicamente por las plaças y mercados y otros lugares acostunbrados de las dichas cibdades y villas y lugares y yslas y puertos por pregonero y ante escrivano publico porque todos lo sepan y ninguno dello pueda pretehender ygnorancia. Y fecho el dicho pregon sy alguna o algunas personas fueren o pasaren contra lo contenido en esta nuestra carta o contra cosa alguna o parte de lo en ella contenido que las dichas nuestras justicias executen las dichas penas a los unos ni los otros non fagan ende al por alguna manera so pena de la nuestra merced y de dies mill maravedis pera la nuestra camara y fisco a cada uno que lo contrario fisier. Y demas mandamos al omen que les esta nuestra carta mostrare que los emplase que paresçan ante nos en la nuestra corte do quier que nos seamos del dia que los enplasare fasta quince dias primeros següentes so la dicha pena so la qual mandamos y qualquier escrivano publico que pera esto fuere llamado que de ende al que se la mostrare testimonio signado con su signo porque nos sepamos como se cunple nuestro mandado.

Dada en la cibdad de Granada a postrimero dia del mes de junio año del nascimiento de Nuestro Señor Jhesus Christo de mill y quientos y un anos.

Yo el Rey

Yo la Reyna

Yo Miguel Peres d'Almaçan secretario del rey y de la reyna nuestros señores la fize screvir por su mandado.

Sobre carta del capitulo y asyento que fue fecho antre Vossas Altezas y el rey don Juan de Portugal pera que ningunos navios vayan a pescar nin haser otras cosas en la mar que ay desde el Cabo de Bugidor (*sic*) pera abaxo hasta el Rio del Oro ni de alli abaxo endereçada a Alonso de Lugo y a las justicias que asy lo hagan guardar y executar las penas que ayan perdido los navios en que fueren y lo que en ellos llevaren los que lo contrario fisyeren.

(B. R.)

4298. XVIII, 2-7 — Recado (*minuta do*) que se mandou aos Doutores António de Azevedo, Francisco Cardoso e Gaspar Vaz, para que não consentam que sejam juizes na contenda da demarcação de Maluco, em a raia, Simão de Alcáçova, Estêvão Gomes Piloto e Diogo Ribeiro, os quais envia o imperador para o mesmo efeito. Evora, 1524, Março, 25. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Doutores Antonio d'Azevedo Francisquo Cardoso e Gaspar Vaaz depois de vos teermos despachados e ordenado voso regymento do que avees de fazer e proseguir e asy os precuradores e as outras pesoas que enviamos a Raya sobre o caso de Maluquo e demarcação ouveemos recado de nosos embaixadores que estam na corte do emperador meu muyto amado e preçado prymo que amtre as pesoas que ele envia pera juizes do caso por sua parte segundo forma do que amtre nos estaa aseentado e capitolado eram Symam d'Alcaçova e huum Estevam Gomez Piloto e Dieguo Ribeiro. E porque estes todos tres sam portugueses e lançados de nosos reynos e banydos delles e com temçam e detryminaçam de nos desservirem como se teem visto pellas obras seem de nos receberem agravo nem seem rezam e o dicto Stevam Gomez foy em companhia de Fernam de Magalhães quando foy a Maluco e sam ja pesoas corrutas e dapnadas e nam se deve deles esperar justo neem verdadeiro juizo neem (1) per direito devem nem podem ser juizes em caso semelhante e de tanta importancia nem em nenhuum outro que nos tocasse ainda que muy pouco nos importasse pelo qual vos mandamos que sejaes avisados que vymdo os sobreditos nomeados por juizes (2) vos digaes a nosos precuradores que refusem os taes juizes e vos requeyram de nosa parte que os nam aceytes por serem pesoas sospeltas pellas rezoas acima ditas e por quaaesquer outros de direito per que se devam recusar por esta cabeça que dizemos e que asy meesmo requeyram aos outros juizes de Castela que por serem asy sospeltos os nom admytam consiguio no dito juizo nem com eles emtemdam nelle porque nos nam aveemos de consentyr neles por seer asy rezam e justiça e de como asy todo requerem. E do que a iso responderem requeyram aos notairos asy de Castella como ao noso que façam (1 v.) auto (3) e vos por modo alguum com os sobreditos nam emtemdaes no dito juizo e nos avisay em grande diligencia do que niso passa e fazees pera vos respomdermos e mandarmos o que ouvermos por mais noso serviço.

E nos despachamos loguo pera nosos embaixadores que faleem ao emperador em cousa tam injusta e que com os sobreditos nam aveemos de consentiir no dito juizo por nam seer rezam neem dereyto e que mande nomear outros em seu lugar e vos avisareemos do recado que nos vier.

(1) *Riscado*: serya direito nem rezam elles averem de ser.

(2) *Riscado*: ou outros portugueses.

(3) *Riscado*: e asy do que respondeem.

Stripto em Evora a xxb dias de Março o secretario o fez 1524.

E sendo caso que os ditos juizes de Castella digam que elles nam podem leixar os ditos julzes por serem nomeados pello emperador seu sennhor por sua carta ou por rezões de direito queyram soste que nom he justiça serem refusados nestes casos ambos responderam que por dereito e justiça elles nom devem ser juizes e posto que sejam nomeados por o enperador pois tam claramente sam sospeitos ⁽¹⁾ e por direito como eles sabem nom devem así ser juizes ⁽²⁾ o qual lhe elles alegaram tam largamente como compriir elles os nom devem admitir ao juizo e que asy lhe requerem que ho façam e de todo o que responderem se faça auto como dito he.

E se ⁽³⁾ os ditos juizes de Castela todavya sem embargo ⁽⁴⁾ do que dito he disesem que todavya aviam de ser juizes os sobreditos pois eram nomeados por ho emperador e por qualquer outra rezam que alegasem e nom quisesem conhecer da justiça que niso temos e disesem que pois se nom aceytavam elles se queryam tornar. ⁽⁵⁾

(2) Neste caso elles ditos procuradores replicaram que elles o nom devem fazer ⁽⁶⁾ pois se lhe nom requiere senom o que com rezam e justiça elles devem requerer e elles fazer e que vos outros pella nosa parte nom vos apartaes do asentado e capitollado amtre nos e comprade e imteiramente o avees de comprry e que pois nesta causa se tomou amtre nos asento pera tanto amor e conformidade como he rezam que senpre antre nos ⁽⁷⁾ aja em todas as cousas elles nom devem fazer tall mudança com todas outras boas pallavras a este preposito fazeemdo auto de todo o que por elles for requerido e elles responderem sem ficar cousa algũa por ambos os notarios e quando o notario de Castella o nom quysese fazer emtam o fara o noso por sy soo com testemunhas muyto compridamente e sera o auto visto por vos pera se nelle ouver alguum fallecimento ho fazerdes emendar e como antes vos dissemos nos avisares muyto compridamente pellas paradas de todo o que niso pasar e em grande diligencia.

E nos despachamos etc.

(L. P.)

⁽¹⁾ *Riscado*: elles nom devem

⁽²⁾ *Riscado*: o nom devem ser

⁽³⁾ *Riscado*: elles depois de o

⁽⁴⁾ *Riscado*: diso

⁽⁵⁾ *Na margem inferior*: Capitulo que levam os que vão a Raya sobre os juizes portugueses que vem de Castela

⁽⁶⁾ *Riscado*: tall mudança

⁽⁷⁾ *Riscado*: deve aver

4299. XVIII, 2-8 — Carta que escreveu Diogo Lopes de Sequeira a el-rei D. João III, em que lhe pede que mande os nomes dos homens que foram com D. Tristão, piloto, mestre e escrivão da sua caravela. Elvas, 1524, Abril, 11. — *Papel. Bom estado.*

Senhor

Pela carta que Pedro Afonso e Francisquo de Melo e eu espreveámos a Vosa Alteza lhe damos comta do que pasamos na arraya oje segunda feira e asy pela d'Amtonio d'Azevedo e por esa do corregedor Paris Diaz vera Vosa Alteza os avisos daquele homem de Badajoz. As testemunhas que tenho esprito a Vosa Alteza que faça prestes este no (*sic*) e asy mande qua ho nome dos homens que foram com Dom Tristão piloto e mestre e esprivão da sua caravella. *Como* la tenho esprito por hũa carta a Vosa Alteza da vinda do Margalho qua foy muy boa e muy necesaryo por ser bom leterado segundo se diz porque sabera Vosa Alteza que estes homens como emtram em conselho em Dadajoz (*sic*) são sempre dezoyto ou vinte e por yso he boa qua a companhia dos homens taes como ho Margalho porem contudo com ajuda de Noso Senhor se fara o que conpre a serviço de Vosa Alteza. *Este* homem de Badajoz dise ao corregedor que o Doutor Ribeira Fyscall desejava falar commigo ele o desimulou e fez que ho nom entendia hynda que se ysto ouvese de fazer com todo ho resguardo que cumpre a serviço de Vosa Alteza nom se farya sem ho Vosa Alteza saber o que niso manda. *Amanhã* tornamos la ho que se la pasar (*1 v.*) o sabera Vosa Alteza.

D'Elvas a xj dias de Abryll de 1524.

Dyogo Lopez de Syqueira

(L. P.)

4300. XVIII, 2-9 — Carta que escreveram a el-rei Antõnio de Azevedo Coutinho, Francisco Cardoso e o Doutor Gaspar Vaz, em que lhe dão conta como se ajuntaram com os castelhanos na rala para tratarem da posse de Maluco e sua demarcação. Elvas, 1524, Abril, 13. — *Papel. 4 folhas. Bom estado.*

Senhor

Hontem terça feira xij dias d'Abril nos ajuntamos aas quatro oras com os castelhanos na Raya. E por estarmos todos juntos asy os juizes da pose como os da propriedade lhes mostramos o capitollo da carta dos embaxadores que Vossa Alteza nos mandou e elles responderam que ao presente nom tinham provisam do emperador sobre iso que tanto que lhes viese a compriam que bem tinham visto que Vossa Alteza nom tinha

nomeado Maldonado por juiz e elles quizeram sobreser na sospeiçam. E porque nos pareceo que nos poderiam falecer os procuradores de Vossa Alteza ofereceram a rebrica que levavam fecta ao que elles tinham respondido a sospeiçam e com isto os juizes da propriadade mandaram que se asentase nos autos e se estprevese. E com isto s'apartaram e ficamos soos os juizes da pose e os procuradores de Vossa Alteza e o (sic) seus fiscaes e os estpriváees se apartaram todos e sobre quaees votariam primeiro ouve grande deferença porque elles queriam que (1) nos votasemos todos primeiro ou que hum de nos soo votasse por todos e primeiro queria hũa mesma cousa e nos respondemos que elles tinham primeiro tomado juramento primeiro e asy feitos outros autos en que lhe nom contradiseramos que agora neste elles deviam de fazer o mesmo e votar primeiro. E quanto ao que diziam que hum votase por todos e que elles (1 v.) estavam conformes e que hum avia de votar por todos que nos nom costumavamos votar em semelhante maneira mas cada hum segundo sua consciencia e seu saber lhe ditava e que quando o voto de cada hum de nos ou delles nos milhor parecesse aquelle seguiriamos por nom gastar o tempo em alegar o que o outro ja tinha alegado. E per deradeiro foy hordenado e asentado antre nos que votase hum de nos por primeiro e hum delles por segundo e per esta maneira todos e que quando viesse a estarmos em outra antrelucatoria hum delles votaria primeiro e que sobre o final elles de sua parte concrudiram que se veria milhor e se detreminaria quem votase primeiro dando porem a entender que nos aviamos de votar primeiro. E porem por seguir o que Vossa Alteza manda em seu regimento nom insistimos mais niso.

E começou de votar o Doutor Gaspar Vaaz e fimdou largamente de direito que o modo que deviamos de ter no processar desta causa era mandarmos aos procuradores d'ambas partes que fezesem poseções e capitollos pellos quaees recebecemos provas de testemunhas e de quaeesquer outros ducumentos conforme a capitolaçam. E logo votou o licenciado Acunha pera que votasse por todos da sua parte o qual dise que era notorio e que nos o sabiamos bem porque eramos do Conselho de Vossa Alteza como per vossos embaxadores mandarees requerer o emperador que de sua gente e navios Vossa Alteza tinha recebido agravo em lhe tomarem a pose de Maluco requeremdo o primeiro per Luis da Silveira que lha mandase restituir e que a reposta que Luis da Silveira trouxera que nom a dizia porque nos a sabiamos que o emperador o nom quiserá fazer e que despois Vossa Alteza mandara (2) requerer o mesmo per estes outros seus embaxadores e que agora o emperador por as causas que se na capitolaçam contem folgara de viir nisto e que pois Vossa Alteza sempre per seus embaxadores dissera estar agravado que agora seus procuradores decrarasem as causas do agravo e pedisem restutuçam ou o que quisesem e viessem diso com libello porque estava craro

(1) *Riscado*: elles queriam.

o emperador estar em pose e que segurava que o emperador in eternum nunca pediria contra Vossa Alteza neste caso nem se agravaria. E co isto meteo outras palavras impertinentes nom satisfazendo com reposta aos fundamentos pello Doutor Gaspar Vaaz alegados. E logo votou o Doutor Francisco Cardoso e respondeo compridamente ao Cunha alegando de direito o que era necesario e concludio com o Doutor Gaspar Vaaz. E posto que os outros dous tinham dadas suas vozes ao Cunha quando começou de votar tomou todavia a mão o licenciado Barentes e respondeo aos fundamentos da nosa parte dizendo que em noso caso nom avia lugar a doutrina dos Doutores en que nos fundavamos porquanto aquy nom avia temor de discordia e d'armas porquanto a pose era socrestada pella capitolaçam e asy mesmo os procuradores fiscaes d'ambas partes nom diziam posuïrem e que o emperador o nom podiamos costringer a fazer libello porque (nemo invitus cogitur agere) e concludio que pois Vossa Alteza per seus embaxadores dissera sempre estar agravado que agora o disesem seus procuradores por libello por nosa parte. Logo apos elle foy dito pello licenciado Antonio d'Azevedo que votou a pello licenciado Barentes que pellos autos e capitolaçam e poderes (2 v.) seus e nosos constava ambas as partes pretender teer pose de Maluco e asy mesmo constava os procuradores nom quererem hum contra o outro fazer libello. E posto caso que pella capitolaçam estevese a pose secrestada que isto hera durando os dous meses ou atee nos discordarmos e que dos dous meses tinhamos pasados doze dias e o mais delles a sua causa e pella capitolaçam mesma constava ser fecta por evictar discordia e deferença. E pois eramos juntos pella evitar que con que melhor se podia fazer que com darem cada hũa das partes capitollas e posições pois en nhuum caso melhor se podia verificar ha doutrina per nos alegada e que nos elles confesavam ser verdadeira e que quando ella seeçara pella mesma capitolaçam constava se dever fazer desta maneira pois mandava receber provas de testemunhas e de quaeesquer outros documentos conformes a justiça. E que melhor justiça podia ser que ygoalarmos amballas partes em hum mesmo juizo. E com isto concludio com o Doutor Francisco Cardoso e Doutor Gaspar Vaaz e per todos lhe foy respondido ao que disseram dos embaxadores de Vossa Alteza que o que elles diziam ser notorio que nos o aviamos por muy incerto pois nom constava pellos autos nem por outra maneira antes sabiamos o contrario. E que posto caso que os embaxadores requeresem que isto se posesse em justiça por bem de concordia nem por isso os procuradores de Vossa Alteza eram obrigados a fazer libello com outras muytas praticas. E o licenciado Manuel votou e concuryo em elles e asy ficamos discordes e acabamos sendo ja casy noite e concludimos todos que nos poeriamos noso parecer nos autos e elles poeriam (3) no seus e que o seu se traladaria nos nosos autos e o noso se traladaria no seu e o concertariam hos esprivaes e o asinariam. E quando nos espedimos disseram elles que o veriam melhor e nos o visemos e que vlmria pro-

visam do emperador e que prazaria a Deus que esto seria comedia que se começava em discordia e acabava em concordia. E com isto nos espidimos com asento de nos nom ajuntarmos oje quarta feira.

E porquanto o licenciado Acunha na sua voz dise que tinha autos e cartas en que Vossa Alteza mandara pedir ao emperador restetuiçam da pose de Maluco que lhe os seus tinham tomado avise nos Vossa Alteza se algũa cousa disto ha e o que sobre isto he pasado porque poderiamos cahir im muy grande inconveniente porque se taeas cartas de Vossa Alteza ha ou autos ou os embaxadores la requeiram restetuiçam de que elles fariam autos e estromentos posto caso que nos consedecem fazer capitollos posiçoees descairiamos posto que provasemos tudo quanto nas posiçoees disesemos e isto ainda que viesemos com libello (in uti posidetiis) que he juizo hordinario e ainda que fossemos discordis no final seria seu proceso mais justificado pois nos mostrariam que nom posuamos. Veja Vossa Alteza isto la com letrados porque compre muyto porque Vossa Alteza la diso nos nom mandou dar enformaçam.

E se Vossa Alteza tem algũas cartas do emperador en que diga que esta em pose de Maluco e se podem qua mandar som muyto necessarias pera justificar mais os autos nesta discordia ou carta outra que faça a este caso (3 v.) ysto senhor he o que temos pasado atee oje quoarta feira e se do que temos apontado a hi algũa cousa Vossa Alteza nos avise com tempo porque cremos que amenhã quinta feira nos ajuntaremos.

Praza a Noso Senhor a vida e Reall Estado de Vosa Alteza acrecente por muytos anos.

Estprita desta cidade d'Elvas oje quarta feira as xj oras xliij dias do mes d'Abril de b^oxxliij^o.

E pera fundamento de nosos votos mandamos levar os nosos livros a ponte e nom nos quiseram veer.

Antonio d'Azevedo Coutinho

Francisco Car[doso]

O Doutor Gaspar Vaaz

(L. P.)

4301. XVIII, 2-10 — Carta que escreveram os letrados da raia Antõnio de Azevedo Coutinho, Francisco Cardoso e o Doutor Gaspar Vaz a el-rei, em que lhe dão conta do seu encontro com os castelhanos e as disputas que houve de parte a parte pela posse de Maluco. Elvas, 1524, Abril, 11. — *Papel. 4 folhas. Bom estado.*

Senhor

Segunda feira xj deste mes nos ajuntamos na ponte com os castelhanos a hũa ora depois de meio dia e fomos todos presentes dhũa parte

e da outra. E nos asentamos nos poyaees da ponte elles de hũa parte e nos da outra pera elles como vinham a mão direita e pera nos como hiamos a mão direita. En este asento nam ouve deferença e tanto que fomos asentados mandamos leer as provisoees outra vez as nosas e suas. E nesta vez elles começaram a ler primeiro hũa provisam e nos logo outra e per esta hordem se acabaram de ler todas as provisoees asy de nos como dos procuradores e dos escripvãees. E despois de lidas as suas ficaram em noso poder pera se traladarem e as nossas no seu. E tanto que este auto foy acabado mandamos alevantar os escripvãees pera nos tomarem juramento e querendo começar de jurar pellos procuradores de Vossa Alteza foy dicto e requerido que nom se desse juramento a Simam d'Alcaçova porquanto era sospeito a Vossa Alteza por se hir destes regnos agravado de Vossa Alteza e trabalhar e procurar de o deservir como homem que procurava de fazer todo desserviço que podia a Vossa Alteza. E que esta negoceaçam a procurava (1 v.) como quem nella s'esperava salvar e que era seer juiz em sua propria causa e que Vossa Alteza tinha ja estprito ao emperador sobre yso e que asy ho requeriam que se estprevesse e comtudo foy logo determinado que se desse juramento que se asentase asy pellos notairos pois a sospeiçam se podia poor despois do juramento.

E logo juramos todos elles primeiro e logo nos o juramento foy conforme a capitolaçam. E despois de jurado mandamos apartar os procuradores e por elles nos foy dicto se queriamos conhecer sobre a posse e nos nos fazemos duvidosos hum pouco e per deradeiro disseemos que nos prazia. Entam começamos a tratar que maneira se teria no proceder. E nesta pratica elles quiseram que falaramos primeiro e nos pellas milhores rezões que pudemos nos escussamos asy que elles nem nos nam disemos nada porque elles nam queriam que nos soubessemos seu proposito e nos quisemos o mesmo. Entam tomamos este espediente chamamos os procuradores d'ambas as partes e lhe disemos que nos eramos juizes nomeados por Vossa Alteza e pello emperador que estavamos prestes pera fazer justiça que cada hum delles disese o que pedia.

E pellos procuradores de Vossa Alteza foy dicto que pediam que mandassem ao procurador fiscal do emperador que disese contra elles o que quisesse que elles estavam prestes pera lhe responder e pello fiscal foy respondido que a elles (2) juizes era notorio que elles eram juntos a entender nesta causa que se ha toquado que fora a pitiçam dos embaixadores de Vossa Alteza dizendo estar agravado e que portanto os procuradores de Vossa Alteza deviam de dizer em que e o que queriam que o disessem e que elle estava prestes pera lhe responder e pellos nossos procuradores foy dicto que pella capitolaçam constava o contralro do que dizia o fiscal do emperador e que somente mandava que juntamente nos e elles detreminasemos a duvida que era entre o emperador e Vossa Alteza sobre a posse de Maluco. E pello fiscal foy dicto que era verdade que asy o dizia a capitolaçam mas que notorió era que fora a pidimento

dos embaxadores de Vossa Alteza e que portanto os procuradores de Vossa Alteza disessem o que queriam. E neste artigo ambos o ouveram por concurso e per todos foy avido por concurso a este paso e os castelhanos nom quizeram logo detreminar esta duvida e ficou pera amenhã terça feira que nos avemos d'ajuntar aas quatro oras da tarde a votar neste paso. Praza Noso Senhor que nom descordaremos. E despois de sermos levantados nos tornamos a sentar a requerimento delles asy nos como os da propriedade e pello fiscal foy oferecida húa reposta a sospeiçam de Simam d'Alcaçava da qual os juizes da propriedade mandaram dar a vista a nossos procuradores aas forças sam que elle Simam d'Alcaçava fora nomeado por juizes ante os embaxadores e que elles nom contradiçisseram e que portanto (2 v.) ja agora o nom podiamos lançar por suspeito e asy mesmo que as causas da sospeiçam eram frivolas e outras mais frias rezoees a que responderemos porque tudo he nada. E nos folgamos muyto com elles responderem a sospeiçam por hirmos asy continuando o juizo da propriedade sobre a sospeiçam e yremos abreviando o da pose.

O Estevam Gomez ja nom he juiz. O Duram entrou em seu lugar e mostrou provisam do emperador. Ysto senhor pasou oje segunda feira. Lembro a Vossa Alteza as testemunhas e regimentos que na outra mandamos pedir que estem prestes e comecem de viir esta somana porque se amenhã concordamos teemos muyto pouco que fazer atee dar prova posto que elles se mudam do que dizem quada ora e levam caminho de embaraços elles nam tanto como os procuradores seus. Do que amenhã pasarmos avisaremos logo Vossa Alteza.

Praza a Nosso Senhor a vida e Estado de Vossa Alteza creça como desejamos.

Escripta em esta cidade d'Elvas oje segunda feira as [.....] (1) da noite xj dias de Abril de bxxliijº

O Doutor Gaspar Vaz

Francisco Car[doso]

Antonio d'Azevedo Coutinho

(L. P.)

4302. XVIII, 2-11 — Mandado de el-rei D. João III a Fernão Alva-
res, tesoureiro e escrivão da sua Fazenda, em que lhe ordena que pague
ao imperador duzentos mil cruzados pelo ajuste que fizeram sobre
Maluco. Lisboa, 1529, Junho, 15. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Eu el rey faço saber a vos Fernand'Alvarez meu tesoureiro e espi-
vam de minha Fazenda que no contrato que se fez antre mim e o enpe-
rador meu muito amado e pregado irmão sobre Maluco foy capitulado e

(1) Espaço em branco no manuscrito.

Pegando

Letras

asentado que eu lhe mande pagar trezentos e cinquenta mil cruzados dos quoaes ja per outro mandado meu vos mandey que paguaseis aquy a Lopo Furtado seu embaixador cento e cinquenta mil cruzados e porque os os (sic) duzentos mill cruzados pera comprimento de todo o dito pagamento hão de ser pagos per letras em Castela vos mamdo que des vosas letras de caymbo pera serem pagos os ditos duzentos mil cruzados per esta maneira a saber trinta mil cruzados loguo em dinheiro de contado ao licenciado Antonio d'Azevedo meu embaixador pera os elle receber e pagar a quem o emperador mandar e cobrar sua quitaçam os quoaes trinta mil cruzados mandastes tirar dos caymbos da feyra de Vilharam per meu mandado verball e satenta mil cruzados que ham de ser pagos na feira de Mayo e cem mil cruzados na feira d'Outubro deste anno presente de b'xxix. E destes cento e satenta mil cruzados pasareis logo vosas letras de caymbo pera nas ditas feiras serem pagos a certo recado do enperador e as ditas letras entregareys aquy a Lopo Furtado de que cobrareis seu conhecimento emprego em que decrete que recebe de vosas ditas letras pera os ditos cento e satenta mil cruzados serem pagos nas ditas feiras a quem o emperador mandar como dito he de que a pessoa ou pessoas que per as ditas vosas letras os paguarem cobraram quitanças do dito emperador e per este com as ditas quitações vos serom os ditos duzentos myl cruzados levados em conta.

Manuel de Moura o fez em Lixboa aos xb dias de Junho de j̃b'xxix

Rey

Ho conde

Pera Fernand'Alvares sobre os ij^o cruzados que ha de pagar per letras em Castela ao emperador pera Vossa Alteza ver.

(L. P.)

4303. XVIII, 2-12 — Carta de Alvaro Mendes de Vasconcelos a el-rei D. João III, em que lhe dá conta como entregara a carta à Imperatriz e do que mais se falava no negócio de Maluco. Toledo, 1529, Março, 4. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Senhor

Mexia chegou aquy quarta feira a noyte que forão xbij de Março e me deu todas as cartas de Vossa Alteza asy pera a enperatriz como pera Antonyo d'Azevedo e pera mym.

Beijo as reaes mãos de Vossa Alteza polo contentamento que me diz que tem de meu servyço e espero em Deus segundo ho eu desejo e trabalho que cada vez seja mayor e com dobrada razão. A mesma quarta

feira a noyte levey loguo as cartas ha enperatriz tanto que as leo foy tam leda e mostrou tanto contentamento que nunca lho mayor vy de nhũa cousa. E depois de as ler duas vezes mas mostrou e me dise myl contentamentos e me resumyo todas as rezões que pera folgar co isto tinha. Pasada esta pratica me dise que se espantava não querer Vossa Alteza que se este negocio acabase d'atar por mym ainda que ho enbayxador fose presente pois estava tam mal desposto hi eu por mynha dilygencia e polo que co ela tinha pasado tinha posto ho negocio nos termos em que aguora estaa.

A isto lhe respondi que pois Vossa Alteza asi ho mandava que não serya senão com muy bom conselho e por não agravar ho enbayxador e que porque ele ainda não hera hido que Sua Magestade ho devya loguo de mandar chamar e falar co el dando lhe (1 v.) conta de tudo o que neste caso hera pasado e asi do que mais avya de fazer e encomendar lhe que abrevyase sua hida e camynho quanto fose pusivel e que quanto a mym Vossa Alteza me mandava que estive[se] aquy ate ver seu recado que eu não podia mais fazer que ser muy contente do que Vossa Alteza hera servydo.

Respondeo me que Antonyo d'Azevedo estava ja despedido dela que serya bom que eu lhe fose falar e lhe dese conta de tudo. Eu lhe pedi muito por merce que ho mandase chamar e lhe falase en toda maneira e antes que ela de todo acabase de dizer que hera contente chamey diante dela hum reposteyro e o mandey chamar. E vyndo se asentou em goelhos (sic) ante ela e Sua Magestade me chamou e me dise: Alvaro Mendez day conta ha Antonyo d'Azevedo do que temos feito neste negocio de Maluco asi como el rey manda.

Eu comecey desta maneira: el rey noso senhor me mandou vysitar o principe e polo desejo que a enperatriz tem de acabar estes negocios me deu parte deles pera saber como mylhor poderya falar ao enperador hi eu pola enfformação que como portuges disto tinha e polo que muitas vezes tinha ouvydo praticar asi en Portugal como aquy lhe dise tal e tal cousa e Sua Magestade me tornou com tal duvyda hi eu lhe respondi tal e tal de maneira senhor que por este modo lhe dey conta de todo ho negocio e queyra Deus que não digão as obras quam bem ho ele recebeo.

A enperatriz lhe encomendou muito que dese quanta presa pudese ao camynho. Todavya ele partio ao sabado segynte com preposito de hir ter (2) a Çaragoça (1) depois de Pascoela. Desta dilação e do pouco gosto com que mostra que vay estaa a enperatriz bem descontente.

Pareceo me que serya bem mandar a enperatriz hũa posta ao emperador fazer lhe saber o que pasava neste negocio. Dise lho e Sua Magestade ho pos loguo em obra e na mesma hora escreveo e mandou e me mandou que lhe treladase a carta de Vossa Alteza que fazia ao caso pera mandar como mandou o trelado ao emperador e ficar lhe a propia

(1) Riscado: Barcelona.

na mão. E así deu outro trelado ao embayxador pera saber o que avya de fazer.

Ontem terça feira pela menhá que forão xxij de Março tornou a poosta com reposta do enperador por sua mão a qual me Sua Magestade dise que dizya que ele folgava muyto asy polo contentamento seu dela como porque ele estimava tanto amyzae (*sic*) de Vossa Alteza que toda las cousas que se pudesem atravesar no meo ele folgarya senpre de as cortar e apartar d'antre anbos e que lhe pedia que pois Vossa Alteza laa mandava ho embayxador acabar d'asentar isto que lhe desse quanta presa fosse pusivel porque tinha outras muitas cousas em que entender e que a brevidade lhe compria mais que tudo e se perventura ho enbayxador não s'atrevese hir tam prestes e Vossa Alteza não mandase outrem que ela lho fizesse loguo saber e que lhe mandarya poder pera se acabar aquy o negocio como compria e se ja ho enbayxador fose partido que lhe mandase dar presa ao camynho pera que mais en breve fose e que ainda lhe parecia que em Vossa Alteza não mandar logo (2 v.) procuração bastante pera se acabar d'atar tudo que ainda avya d'aver mais dilações que pera el e pera seus negocios não podia ser mayor estorvo e que lhe pedia que ela escrevese a Vossa Alteza o que lhe acerqa disto mylhor parece.

A enperatriz me dise tudo isto que ate quy tenho escrito e o que mais direy e me mandou que tudo escrevese a Vossa Alteza da sua parte e que ela lhe escreverya o que pudese e que lhe pedia muyto por merce que com muita brevydade lhe quysese loguo responder.

Dyz que segundo ho vagar e maa desposição que Antonyo d'Azevedo leva que lhe parece que no camynho e em chegar e se apousentar se pase mais tempo do que compre pera se ho negocio acabar quanto mais avendo ainda de mandar menuta do contrato que fizer e aver d'esperar por poder de Vossa Alteza que em seu vagar del e doença e em hidas e vyndas se gastara todo o tempo que pede por merce a Vossa Alteza que quanto ao vagar e desposição d'Antonyo d'Azevedo Vossa Alteza ho remedeas como lhe mylhor parecer e quanto ao contrato e poder que Vossa Alteza ho mande loguo de laa muy bem feito e apontado polos mesmos termos e condições que antre Vossa Alteza e o enperador estaa apontado sem desvayrar nem crescer nem myngoar nada. E juntamente co isto poder bastante pera quem ho acabe como diguo.

E que se a Vossa Alteza parecer bem mandar loguo húa posta muyto depresa ha Antonyo d'Azevedo que torne aquy por sua maa desposição pera aquy acabar ho negocio que ho pode fazer e porem que el vay ja camynho e que a ela lhe parece que serya mylhor husar dest'outros remedios (3) que acima diguo e de qualquer maneira que ho Vossa Alteza hordenar lhe pede muito por merce seja com muita brevydade.

E que ho emperador lhe escreveo mais que quanto as pagas ele hera contente que fosem ao tempo que estava hordenado sem faltar e se fose

pusível ser primeiro que serya pera el muy grande contentamento e que asi ho escrevese a Vossa Alteza.

A isto senhor lhe respondi que me parecy a que não serya posível comprir Vossa Alteza ao tenpo que estava hordenado porque quando esta derra-deyra vez Vossa Alteza quaa mandou pera se efetuar ho negocio e na reposta vyo que ho enperador ho soltou de todo que tanbem Vossa Alteza alargara ho recadar deste dinheiro o qual se ha d'ajuntar de muitas partes e enprestemos etc. Todavya me disse que eu escrevese a Vossa Alteza que ela confiava que por lhe fazer a ela merce Vossa Alteza mandary a dar aguora tal dilygencia que se não enxergase a dilação pasada. Quanto este negocio não ha aguora aquy mais que escrever a Vossa Alteza.

Quando aquy chegey despois dalgũas praticas que ha enperatriz teve comygo me perguntou o que Vossa Alteza disera acerqa dos moços da camara. Eu lhe respondi que Vossa Alteza folgara de os fazer se fora pusível mas que tinha hordenado de por outros quatro anos não tomar nhum polos muitos que tinha e por outras rezões que lhe mais largamente dise. Sua Magestade se calou então e hoje acabando de comer me mandou chamar e me dise que ela tinha despachados todos os seus moços da camara soamente dez ou doze que deles forão da rainha sua mãy que Deus tem e outros avya muito que (\$ v.) a servyão que sem embargo do que hera pasado eu escrevese a Vossa Alteza da sua parte que lhe pede muyto por merce que ainda que tenha muytos e estee em preposyto de por aguora não tomar mais lhe qeyra tomar estes dez ou doze porque tomand'os Vossa Alteza lhe parece que estão co ela e doutra maneira que recebe muita pena em hos leyxar e que pera os ter quaa não ha em que nem he posível e que nysto recebera muyto grande merce e asy em lhe mandar disto a reposta polo primeiro correio porque estão despachados e não esperão outra cousa. Eu me quysera bem escusar de escrever isto destes moços mas certefico a Vossa Alteza que ela ho deseja tanto e me dise tam apertadamente que não pude al fazer portanto peço a Vossa Alteza que lhes tome e lhe responda com muyto contentamento seu como lho ela merece.

Despois que por este correio pasado escrevy a Vossa Alteza não ha qua mais novas que as que aquy direy e estas tome Vossa Alteza asy como as ouço e o que hey por verdade hira asinado em totalas mynhas cartas.

Ho enperador segundo dizem sera ja aguora em Saragoça. Dahi dizem que se partira nas oytavas da Pascoa. Esta partida não afirmo.

He vyndo enbayxador de Genova a saber o conde de Fristo hum dos principais de Genova. Ainda se não sabe certo ao que vem. Ho enperador escreveo ha emperatriz que asi este como outro do duque de Saboya que não determynava de os ouvyr senão em Barcelona. Ho que (4) dizem algũas pessoas que eu não hey ainda por certo he o segynte

Dizem que este de Genova vem manyfestar grandes inconvenyentes da pasagem do enperador porque dizem que indo ho enperador a Genova

eles ficão de todo inmygos del rey de França e mais ficão sogeytos ao emperador sem nhum remedio e que pera escusar a passagem traz muitas e boas rezões.

Ho do duque de Saboya que aguora chegou dizem que vem cometer pazes com França e que se ho enperador quyser aceytar dous contos d'ouro polos filhos del rey de França que lhos dara el rey e tomara sua molher e avendo filhos dela herdem húa certa parte em que aguora ha duvyda que porque não sey certo o que he o não escrevo aquy e que não avendo filhos fyque aquylo ao enperador e a seus herdeyros e que ho direito do ducado de Mylão lhe soltara logo. Isto dizem que sera manha pera alargar.

Andre Dorya dizem que desbaratou certas naos de França e tomou duas com muita artelherya e gente. Não ha ao presente mais que escrever a Vossa Alteza.

A emperatriz ha hi algúa presunção que he prenhe anda magra e suydose e porem entende muito bem nos negocyos e daa cada vez mayor contentamento de si aos seus.

Nosso Senhor a vyda e real Estado de Vossa Alteza acrecente como ele deseja.

De Toledo a ilijº (*sic*) de Março de b^{xxix} anos. Beijo as reaes mãos de Vossa Alteza. Luteryo he em terra de Saboya muito poderoso.

Alvaro Mendez de Vasconcelos

(L. P.)

4304. XVIII, 2-13 — Carta de Alvaro Mendes de Vasconcelos a el-rei D. João III, em que lhe dá conta como a imperatriz ficara com o governo na ausência do imperador e do negócio de Maluco. Toledo, 1529, Março, 15. — *Papel. 5 folhas. Bom estado.*

Senhor

A partida do enperador como ja escrevy a Vossa Alteza fez tanto sentimento ha enperatriz e tanto abalo em todas as outras cousas que não tive tempo pera escrever mais cedo ho que aguora aquy diguo.

Ontem domyngo quatorze de Março falando a emperatriz comygo lhe lenbrey o que me tinha dito ha partida do enperador — a saber — que dahi a alguns dias me dirya como ficava em seu governo e todo ho mais que ouvese pera dizer pera que ho escrevese a Vossa Alteza polo qual Sua Magestade me dise o que aquy direy.

Diz a enperatriz que escreva a Vossa Alteza que ho enperador lhe leyxa toda a justiça e governo asi como a ele tinha nestes reynos e senhoryos excepto no reyno d'Aragão que por alguns privylegios que

os daquele reyno tem quer ho enperador ou quyserão eles que laa se determyne e lhe mandarão de laa a obediencia em forma e nysto lhe parece que não avera duvyda.

Fica por tutora e governadora do princepe asi como a propia pessoa do enperador e mais que sendo caso que ele seja preso ou cativo ou posto em algũa extrema necessidade que en taes casos ela posa vender ou enpenhar por qualquer modo ou maneira que mylhor parecer aquela parte ou partes de seus reynos que necesaryo for como ele farya se fose presente e em sua lyberdade.

(1v.) Fz ho enperador testamento em que diz que decrarou algũas cousas de sua consciencia e servyços de muitos e segurar ha enperatriz o seu e mais que o seu. Este testamento aprovarão anbos diante de testemunhas e fica cerrado em poder da enperatriz. Isto he o que me dise a enperatriz que escrevese a Vossa Alteza dizendo que o que lhe mais lenbrase ou qualquer cousa que socedese ela mo dirya ou escreverya a Vossa Alteza porque em ho fazer saber a Vossa Alteza e em ho ele querer ouvyr e tomar parte de suas cousas recebya ela muito grande merce e contentamento e pera seus trabalhos não podia ser mayor canso etc.

Ho dia que se ho enperador partio que foy aquela segunda feira a tarde que escrevy a Vossa Alteza quando vyo que eu lhe não falava em nada me mandou chamar antes hũa hora que se fose e despois de me perguntar como estava com muito bom geyto e palavras me dise que a enperatriz lhe tinha dito o que a Vosa Alteza avya escrito sobre os negocios de Maluco e asi o que comygo falara sem faltar nada e que ele me agradecia o trabalho que eu nysto tomava e a confiança que a enperatriz em mym tinha e pola que eu tenho Senhor em mym digo aquy isto asy como pasou e asi o direy e farey senpre e que ainda que por alguns respeytos e dilações e outras cousas que neste negocio ouvera ele estava bem fora d'entender mais nele que aguora asi por fazer tanto prazer e amyzade a Vossa Alteza como ele desejava como por quantas vezes lhe a emperatriz nisto falava ele avya por muy dura cousa não vyr no que ela quysese. E por estas rezões ele hera contente de vyr naqueles meos e concertos que me a enperatriz tinha dito e que diso recebya contentamento em ser por seu meo e causa e que ainda que aquelas condições fossem contra todos os de seu Conselho e tam favoraveis ao que Vossa Alteza (2) querya ele vynha nelas tam levemente e com tam boa vontade polas rezões ja ditas. E que porque ele estava ja bem enformado pola enperatriz de todas as rezões que lhe eu sobre este caso tinha ditas asy por isto como por o tenpo ser tam breve não curase de mais repetir nem dizer lhe nada neste caso porque em nhũa maneira não podia fazer mais nem a rezão o qerya e que polo muito amor e amyzade que senpre qerya ter com Vossa Alteza vynha tam lyvrememente no que ele qerya que quasy hera conforme o que ele aguora concedia ao que Vossa Alteza tinha apontado e que em sustancia não desvayrava nada etc.

Mynha reposta Senhor não pode ser mais larga do que aquy direy porque ele ho não consentio e duas vezes me cortou a pratica dizendo que ele me cria tudo e que me certeficava que nunca pensara vyr no que agora tinha vyndo e que por iso hera escusado mais pratica.

Ainda que me falou tam descuberto eu lhe respondi que Vossa Alteza me mandara vysitar a enperatriz da doença do princepe etc e que verdade hera que eu trouxera cartas de Vossa Alteza pera a enperatriz mas que não tinha poder pera falar nestes negocios nem pera tomar mais parte deles do que Sua Magestade ou a enperatriz me quysesem dar polo que vysem que a servyço de todos e boa amydade compria pera eu da sua parte ho fazer saber a Vossa Alteza e lhe mandar ou levar quaesquer cartas ou recados que me sobre isso ou sobre qualquer outra cousa desem e que quando me a enperatriz nisto falara eu lhe respondera o que ele dizia que ja tinha sabydo como ho pudera saber e falar qualquer portuges pola crara enformação que todos tinhamos da justificação e muita amydade de que Vossa Alteza neste caso e en todos ha usado e usa co ele e que polas suas proprias rezões eu não podia crer em nhũa maneira (2 v.) que ele estava verdadeyramente enformado neste negocio nem da tenção e vontade de Vossa Alteza. Aquy me tornou a cortar o fio dizendo me que ele estava bem satisfeyto do que lhe a enperatriz por mym tinha dito neste caso e que por iso e polo que ja tinha dito ele hera contente do que ja tinha dito e que folgarya que com brevydade ho fizese saber a Vossa Alteza e se concrudise ou alargase e que me rogava e encomendava que escusase as dilações enquanto pudese que pera tudo herão contrayras. Isto dito deu me a mão e foy se muito em boa hora sem esperar reprica. Aguora Senhor direy o que pude saber dalgũas cousas de quaa e o que parece verdade hira asynado e o mais tome o Vossa Alteza asy como ho ouço.

Em cavalgando ho enperador a porta do Paço em hũa mula cavalgou hum page seu com ho agião em hum quartao o qual sem lhe nyngem tocar se enpynou e cayo por detras e escalavrou ho page. Ho enperador se revolveo e se deteve hum pouco e em seu rosto bem mostrou que lhe pesava. Isto dizem quaa que he grande agoyro.

Antes que se partise mandou chamar os do seu Conselho que aquy ficão — a saber — Dom João Manoel o conde de Myranda Afonseca o presidente e alguns doutores. Fez lhe (*sic*) hũa fala muito larga e me afirmarão que muito boa amoestando os que servysem e obedecesem e acatasem a emperatriz como a ele e mais se mais fose posivel de que alguns deles em saindo daly se forão a enperatriz e lhe resumyrão a fala do enperador com a certeza de suas vontades pera a obedecer e servyr. Ao espedir da enperatriz e donas e damas mostrou tanto amor quanto podia ser. Foy dormyr daquy sete legoas a hum bosque em que esteve (3) monteando hum dia e daly mandou hum veado a enperatriz e vysita la por hum gentil homem e quando chegou tinha ja a enperatriz mandado laa outro.

Dalgúas das rezões que muitos dão pera o enperador pasar ou não pasar a Ytalya direy aquy a Vossa Alteza as que pude alcançar. Afyrmão que soos o gram chanceler e o bispo confesor são os que levão ho enperado (*sic*) a Italya e levam no porque niso são conformes a sua opynyão e vontade. O conde Nasao e todos os outros sam contrayros a sua yda.

Ho enperador tem em Castela das guarnyções que senpre estão pagas e a ponto duas myl lanças d'omens d'armas e ginetes. Destes não leva nhum porque dizem que estes leyxa no Reyno pera com a outra mais gente e senhores e cavaleyros acudirem a qualquer cousa que sobrevyer e porem aos que parece que não ha de pasar a Ytalya dizem que isto he vento e que tanto que ho enperador embarcar ou antes vyra gente grossa del rey de França a Navarra ou a Perpinhão e que vyirão de maneira que seja necessaryo ho emperador em pesoa pera lhe resystir. Outros dizem pasando em Italya lhe dara laa tanta fadiga que tenha bem que fazer el rey de França em defender sua casa. Pera efetuar isto hordena ho enperador o que aquy direy.

Mandou daquy em fim deste Novembro pasado ho conde de Bara framenço cunhado do mordomo mor e Monforte alemão e outros. Estes forão Alemanha e ao Condado de Borgonha pera fazerem duzentos gentis homens e myl homens d'armas e doze myl alemães. Esta gente avya de chegar a Mylão chegando ele a Genova pera com ela e com a que mais levase chegar a húa vyla de Mylão que se chama Alexandrya a tomar a coroa de prata porque a de ferro tem ja tomada em Alemanha e a d'ouro (*3 v.*) diz que ha de tomar em Roma.

Estes que hião fazer esta gente não chegarão laa e tornarão com tormenta a hum porto de Byzcaya que se chama Laredo. Ho enperador os torna loguo a mandar. *Cre* se que enquanto se detiver em Barcelona se fara estoutro ao menos ele ho cuyda. A não aver isto efeyto he grande estorvo.

Ho outro he a grande fome que ha em Italya e parece inposivel poder se levar de quaa pão pera tanta gente não avendo laa nhuum quanto mais que segundo vay ho ano afirmão que se não chover não consentirão os povos tirar húa soo fanega de pão de Castela nem d'Andaluzya e sendo isto parece que não sera posivel pasar. Por esta necessidade deve Vossa Alteza de mandar ao seu feytor d'Andaluzya com muita delygencia mande logo todo ho pão que ainda tiver por mandar antes que lho tornem a enbaraçar.

Ho outro he que dizem que não tem ho enperador muita certeza d'Andre Dorya vyr porque se presume que enquanto as cousas d'Italya estão suspensas e de todo não estão pelo enperador que ainda que ele fizese Genova da parte do enperador não querera por em efeyto que ho emperador entre em Genoa e se ensenhoree dela e por ela d'Italya e disto ha bom arreceo.

Porem ho enperador diz que estaa certo ser Andre Dorya co ele em Barcelona com dezaseis gales e duas carracas e o emperador tem em Barcelona segundo dizem outras duas carracas.

Parte daquy amenhãa que he terça feira xbj de Março ho conde Dom Fernando d'Andrade nesta maneyra. Vay por assistente de Sevyilha e em chegando a Sevyilha leyxa (4) ahi sua molher e hum tenente seu co a justiça e ele vay a Malega a fazer acabar armada que dizem que ja estaa quasi em concrusão e dahi se vay co ela ate hum porto que se chama Rosas que he em Catalunha e loguo em Malega embarquão dez myl homens os quaes se fizerão em Castela e Andaluzya sem tocar nas guarnyções e juntamente co estes embarcão duzentas myl fanegas de pão. Estes dez myl homens se contão sem contar nhum fidalgo nem senhor.

Deste porto de Rosas por diante affirmão que vyndo Andre Dorya hira por capytão de toda armada e o conde Dom Fernando se torna pera Sevyilha.

Todo o pão que toma paga em juro alqytar nos mesmos lugares e no Reyno e são de quatrocentos e 1^a myl fanegas pera quynhentas myl e se ho ano asi vay cre se que lhas não consentirão levar fora do Reyno (1).

Os grandes que leva ou quer levar são os segintes. O duque d'Arcos foy chamado. Escusou se dizendo que estava muito prove e que tinha jurado de não ir em guerra contra cristãos. Ho marques de los Velez se escusou e o enperador lhe mandou dizer com asperas palavras que todavya fose co ele. Ho marques d'Estorga vay. Ho conde d'Oropesa se escusou. Ho conde d'Alva e o priol de Sam João sam chamados ainda não responderão. Affirmarão me que porquanto ho emperador escreveo ao duque d'Alva rogando lhe que pera algũas cousas que conprião a seu servyço fose co ele em Barcelona que o priol seu filho e o conde d'Alva seu genrro não responderão porque fazyão fundamento d'irem co ele. O marques de Vyla Franca vay. Ho de Moya trabalha (4 v.) quanto pode por não ir. Parece que se não podera escusar. Esta gente que leva com os exercytos que tem em Italya affirmão que he tamanho poder que basta pera conprir e efetuar sua jornada não lhe faltando dinheiro e mantimento o que parece inposivel não faltar.

O que escrevy a Vossa Alteza do duque d'Albuquerque que lhe davão a cargo a frontarya de Portugal escrevy o porque ele e todos os de sua valya ho dzyão. Aguora tenho sabydo que não he verdade tal cousa e que ele ho pedio e riran se dele. He chamado do enperador. Dizem que ho leyxara por vyso rey de Navarra ou ho levava comsigo.

Nas cousas do enperador não falo aguora aqí mais. Com a enperatriz fica o Conselho hordenado. Dom João Manoel e conde de Myranda e o arcebispo de Toledo ficão no Conselho do Estado. Fica Afonseca contador mayor com o Conselho da Gerra e segindo sua demanda. Fica o presidente com toda sua justiça. Dizem que vyra aquy ho duque de Bejar que he chamado pera acompanhar a enperatriz.

(1) *A margem*: Isto me affirmarão

Dos que aquy ficão não tem Vossa Alteza nem a emperatriz mayor servydor que ho conde de Myranda e poucos ou nhuum valera para os negocios da enperatriz mais que ele e tanbem disto Senhor não direy aguora aquy mais.

Ho enbayxador de Vossa Alteza me diserão que se partyrya daquy esta quarta feira que serão dezasete de Março.

Pedro Afonso d'Aglar se parte pera laa o mesmo dia e porque creio que hira muyto devagar mando este correo porque me dise a enperatriz o que Vossa Alteza vera nesta alma que aquy mando e que folgarya que mandase quem fose e vyese muy prestes. *Se* desta dilygencia Vossa Alteza não he servydo mande me avisar (5) e enmenda lo hey como Vossa Alteza for mais servydo.

A rainha de França não estaa bem. Tem senpre febre e porem ho mais do tenpo estaa levantada e dizem que não guarda muito bem a boca e ão lhe medo a hetica.

A enperatriz se começa a mostrar muito bem em seu governo — a saber — ouve as partes que lhe gerem falar estaa em Conselho — a saber — em huum soo que se fez despois d'ido ho enperador. Foy este sabado que hora pasou vysitar a rainha e em sua casa daa entradas e desemula a su ydade quam bem pode ser.

Nosso Senhor a vyda e real estado de Vossa Alteza guarde e acrecente como ele deseja.

De Toledo a xb de Março de b'xxxjx anos.

Ho officio de João d'Estunhega he dado a huum castelhano que se chama Soarez que Andre Pirez dira qem he e mylhor Lourenço Garces que mais tratou co ele.

Beijo as reaes mãos de Vossa Alteza.

Alvaro Mendez de Vasconcelos

(M. L. E.)

4305. XVIII, 2-14 — Carta de Alvaro Mendes de Vasconcelos a D. João III, na qual lhe dizia que a imperatriz queria acabar o negócio de Maluco antes que o imperador chegasse de Barcelona. Toledo, 1529, Março, 15. — *Papel. 3 folhas. Bom estado.*

Senhor

Diz a enperatriz que beijara as mãos de Vossa Alteza fazer lhe saber por sua carta ou por mym tudo o que lhe parece que deve fazer asi no que tocar ao servyço de Vossa Alteza como em seus negocios e governo porque com o conselho de Vossa Alteza se achara tam consolada e esforçada que lhe parece que não podera herrar em nada e que lhe pede muyto

por merce que se ja não tem respondido ao negocio de Maluco qeyra loguo responder de maneyra que ho negocio se posa acabar em Saragoça antes que ho enperador chege a Barcelona porque se acabara mylhor e com mais contentamento quanto mais en breve vyer e nysto não ha nhúa duvyda. Se parecer mal a Vossa Alteza o que lhe aquy direy mande me que ho não faça mais porque enquanto mo não mandar e me parecer tanto voso servyço não ho leyxarey de fazer.

Ho voso embayxador parte daquy e leva sua molher consigo tam pruvycamente que he cousa muy vergonhosa ver como nyso falão em toda esta Corte mulheres e homens. Vay em dous anos que a tem he húa moça dum lugar que chamão Turrijas ho mais disto dira Pedro Afonso se quyser. Tomou aguora pera sua partida cinco ou seis bestas de purtugesees que vyerão aquy com cargas. Vyerão os portugesees qeyxar se ao conde de Myranda o qual estranhou tanto tomar ho embayxador as bestas que avya de defender sendo de portugesees e pera daquy a Barcelona que loguo mandou hum alguacil que as fose soltar e que se fosem em boa hora pera honde quysesem. Mandou se ho enbayxador qeyxar a emperatriz. Ela lho estranhou muito querer ele costringer os portugesees proves honde avya tantas outras bestas e carretas de maneira que as não leva. Isto que seja pouco em sustancia não no he em calydade.

Pedro Afonso me dise que poucos dias antes que eu vyese escrevera o duque de Bragança húa carta ao embayxador em que lhe dizya que estava de camynho pera a Corte pera fazer loguo concludir o negocio de Maluco. Isto asi dicto e sabydo quaa aproveyta pouco. O que se mais diz do mesmo embayxador neste mesmo negocio não digo a Vossa Alteza (1 v.) por não parecer parte e quando ho diser e quanto eu ho farey bom e certo se conprir a voso servyço ou a mynha verdade. Ao conde do Vymyoso escrevo hum pouco de mym. Peço a Vossa Alteza que ho olhe como lhe parecer seu servyço e como lho eu mereço.

Nosso Senhor a vyda e real estado de Vossa Alteza acrecente como ele deseja.

De Toledo a xb de Março de b^{xxxjx} anos.

Beijo as reaes mãos de Vossa Alteza.

Alvaro Mendez de Vasconcelos

(M. L. E.)

4306. XVIII 2-15 — Carta (*traslado da*) dirigida aos embaixadores Pedro Correia e João de Faria, sobre as coisas de Maluco e com a insinuação para se falar no casamento da irmã do imperador. Montemor-o-Novo, 1523, Novembro, 28. — *Papel. 4 folhas. Bom estado.*

Pero Corea e Doutor Joam de Faria amigos. Nos el rey etc. vynos a carta que nos enviastes da reposta fynal que vos deu o emperador meu

muyto amado e pregado prymo a qual he que elle achava que nom podia leixar seu dereito e que estar ha justiça estava prestes pera que se vise por justiça cujo era e que elle vos mandara dizer aqueles meos que nos poderyamos veer se queryamos algum deles e senom que vyseemos se avia alguuns outros que fosse de fazer porque leixar elle asy seu direito e sua pose elle o nam podia fazer segundo compridamente em vosa carta dizies. E todo o que a yso lhe reprecastes foy muy beem fecto e por bem certo aveemos que vos nom ficarya nada por fazer e dizer do que com-prise pera seermos servido e que nos fazies asy tudo saber pera vos mandarmos o que ouvesemos por noso serviço. E nosa reposta he que vos lhe digaes que certo a nos nos parece que o que lhe requeryamos era cousa tam clara e em que teemos tanta rezam por lhe nom requerermos senom o que estaa capitollado e aseentado que elle folgase de nos satisfazer em tam justo requerimento mas pois todavya quer que se veja por justiça o que creemos que fara por lhe parecer que nom teemos niso a rezam tam clara como dizemos porque se lho parecera aveemos por certo que folgara de ho fazer pella rezam e dyvedo que amtre nos ha e pello muito amor que lhe teemos a nos praz que se veja por justiça cujo he Maluco e que segundo forma da capitolaçam se ajuntem na raya os pillotos e astrologos marinhoiros e pesoas de hũa e outra parte pera se ver por ellas o modo que se ha de ter no lançamento da lynha da demarcaçam pera se saber em cuja demarcaçam cay e fica Maluquo e tomarem tenpo comvynhavel em que se faça a justiça diso deentro do qual elle nem nos nom posamos mandar ao dicto (1 v.) Maluco como pello meo por elle lançado loguo o declarou comtamtio porem que logo juntamente se veja por leterados e pesoas que nos e elle nomeemos ajuramentadas como antre nos for acordado sobre o que lhe agora requeremos por vos de nos nom seer perturbado nem ynquyetado Maluco como levastes por vosa istruçam e que seemdo caso de dentro no tempo que for acordado que se tome pera o juizo da propiedade se nom acabar o juizo della aquelle por que for julgado o que lhe agora requeremos por vos posa emviar ao dito Maluquo e o outro nom ate se acabar o juizo da propiedade. E nam ho aceytando desta maneira e vos lançassem outra cousa responderes que nom temdes pera outra cousa nosa comysam e mandado e emtam no lo farees saber e as causas que se apontam pera niso nom viir e qualquer outro meo que vos fosse lançado se pella veentura vo lo lançarem tudo muyto compridamente pera tudo vermos e vos respondeermos como ouvermos por noso serviço.

Item lhe direes que nos sprevestes o que com elle pasastes sobre a prisam do frade nom soomente pera sabermos as fallsydades e malicias do meesmo frade e o que niso fezereis pello que vos pareceo que tocava a noso serviço mas tanbem pera nos fazerdes saber o que nelle achastes da confiança que tem em nosa amizade e que nos lha teemos tam verdadeira e com tanto amor como he muita rezam e que nunca foy outra nosa tençam nem preposyto senom ser asy e se for posyvell nom soo-

mente o conservar mas muito mais o acrecentar pera que de nosa parte nom avera nunca outra vontade nem ho esperamos meenos da sua leem-brando nos do muyto amor que el rey meu senhor e padre que santa gloria aja senpre lhe teve e de suas boas obras (2) quando delle lhe cumprira de que com muita rezam elle se deve senpre lenbrar e asy da boa vontade que nos senpre pera suas cousas teveemos e temos. E que pera mais certeficaçam deste noso desejo e pera se acrecentar amtre nos maior amor e aliança follgareemos muyto que se entemda em seu casamento com a yfante minha irmã em que ja tanto foy fallado como elle sabe e em que nos dias d'emtam se nom tomou asseemto por elle dizer que estava pejado por outros respetos do tempo e tanbem em noso casamento confiando e esperando delle que acerqua das cousas de Maluco folgara de fazer o que deve com rezam e justiça das quaes cousas prazemdo a Noso Senhor se fazerem se sygyra tanto maior acrecenta-mento d'amor e conformidade e maior aliança damtre nos que nunca em tempo allguum posa aver senom aquela amizade que he rezam que aja e que esta nosa vontade follgamos de lhe mandar agora apresentar por vos porque o que vos dise do que suas espias de França lhe fezeram saber e a malicia dese frade e de quem nella ho meteo lhe nom façam cuydar de nos outra cousa que nos nom teemos em nos outra senom estaa nem poderemos outra cuydar senom quando visemos que sua vontade nom era tam conforme a este noso verdadeiro desejo como deve seer que nos delle nom esperamos.

Item se elle vos preguntase com quall de suas irmãas se entenderya em noso casamento responderes que nom tendes de nos sobre yso outro recado mais do que lhe tendes dito.

Item se pella ventura algúuas das pesoas que vos tocaram no casa-mento no modo que nos sprevestes despois disto que vos mandamos fallar ao emperador vos tocasem niso e quyserem praticar comvosquo acerqua desta materya mostrando que ho sabem do emperador aveemos por noso serviço que vos çarres ao melhor modo e com as milhores pallavras e mais (2 v.) amygavees que vos for posyvel e com que eles fiquem de vos satisfeytos e follgaremos que nos sprevaes quaees sam as pesoas que nesta materya vos fallaram como nos sprevestes e asy despois da falla do emperador se vos fallarem.

Item do que toca ao negocio de Maluco e tanbem deste outro dos casamentos vos encomendamos muyto que muy myudamente nos spre-vaes todo o que pasardes e vos for respomddido seem ficar cousa de todo o que se pasar que nos nom sprevaes porque asy o aveemos por muyto noso serviço ho fazerdes e com toda instancia requiere e solicitay a reposta d'anbas estas cousas porque posamos o mais cedo que seja posyvel saber nellas a vontade do emperador e em grande diligencia no la emviay e trabalhay vos quanto em vos for de sentyr do emperador neste negocio dos casamentos seu verdadeiro preposyto e tençam pera do que vos parecer de sua vontade nos avisardes compridamente.

Sprita em Montemor o Novo a xxblij dias de Novembro o secretario a fez 1523.

(M. L. E.)

4307. XVIII, 2-16 — Carta de Diogo Lopes de Sequeira a el-rei D. João III, na qual lhe fala a respeito do ajustamento com o imperador. Elvas, 1524, [.....], 8. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Senhor

Depois de ter espirito a Vosa Alteza se não pasou ca mais cousa pera darmos conta diso somente ontem que foy quimta feyra a tarde mandamos Gomez Eanes a Badajoz ha saber se era vymdo Symão d'Alcaçova e com requado a eses homens quando nos avyamos de ver. *Elles* espreveram ao emperador tanto que daly foram como o Vosa Alteza vera por esa carta d'avysos que nos espreveo o bacharell Alcacere e mandou me dizer que lhe mandase la húa pessoa pera por elle me mandar dizer algúas cousas. *Eu* mandey la Joham Fydalgo a comcertar com elle honde lhe poderya esta noyte falar ho corregedor Parez Diaz pera com elle comonicar algúas cousas de direito.

Symam d'Alcaçova veyo homtem quinta feyra ha Badajoz e hy estaa. *Mandaram* nos requado oje muito tarde segunda feyra nos avemos de ver e começaremos a fazer o que per regimento de Vosa Alteza avemos de fazer. *Quanto* as testemunhas que esprevy a Vosa Alteza que mandase oje fizemos qua hum roll dellas e ho dey a Gomez Eanes esprivão dalgúas que me (1 v.) lembraram e as mais mande Vosa Alteza buscar la algúas e autas e asy mande os nomes do mestre e piloto e esprivão da caravella de Dom Trystão.

Eu esprevy a Vosa Alteza sobre o caso de Bernardo Lopez de sua fazenda como lhe era embargada a quall carta levou Damiam Diaz e Vosa Alteza me nom respondeo nada se la lha deram beyjarey as mãos de Vosa Alteza responder e lhe mandar seus agardcimentos porque elle ho fez que muito bem e pera o melhor fazer ao diante.

D'Elvas a oyto dias ja de noyte duas oras de 1524.

Dyogo Lopez de Syqueira

(M. L. E.)

4308. XVIII, 2-17 — Carta de Sebastião Simões, piloto, a el-rei D. João III, sobre a demarcação de Maluco. Bisguiche, 1527, Abril, 18. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Sennhor

Quando Vossa Alteza foy a Belem ver as vosas naaos disseram me que disera. *Aquele* velho vay por piloto. *Não* ha em voso reino omem tam moço pera vos servir como eu. *Por* serviço de Vossa Alteza quamdo quer que vosas armadas pera a Imdia vierem nam nas mamde fazer o caminho que nos aguora fizemos de Les Sueste tornar a costa de Cenuguuaa de Leste a Oeste e quando quer que compre a serviço de Vossa Alteza tomarem Bisguichee antes seja a Ilha de Cabo Verde e se quiser que seja Bisguichee vennhaam por se Leste a Oeste com ella e em Leste a demandem e o piloto que não souber fazer isto mamde fazer hũa couva n'areea e enterem no vivo asy como me disseram que faziam em ouutra terraa porque esteuemos em risco grande porem se eu fora allguem e tevese quem enformase Vossa Alteza mercee me faria pelo que eu qua dise ao qual alleguuo por testemunha o licenciado Pero Guomez que he tambem marinheiro e olha por esas cousas mais que nunca vy omem por voso servviço.

Sennhor porque nam sey o que a de ser de mim por voso serviço digo que ha deferemçaa que tem Vossa Alteza de Malluquuo que vos requero da parte de Deus que vos tires da poma e que vos regraees pela carta e a demarquees a quall rezaam mais compridamente direy quando embora vier e allgũua cousa dise diso a Dlogo Lopez de Sequeira e a mim me parece ou me eu enganno que pela carta tirares vosas deferemçaas e pella poma não. *E* quanto he as naos que se perderão de nos Samtiaguo e Froll de la Mar saiba Vossa Alteza que nenhuum risco nam ouveram nesta nao São Sebastião espero em Deus de virmos por Mayo porque eu he o mestree Bertolameu de Hunhos somos taees officiaes que vos saberemos bem servir.

Deus todo poderoso comserve o reall estadoo de Vossa Alteza com mui longos dias de vida.

Deste porto de Biszigiche a xbiij de Abrill de 1527

Bastyam Symõez

(M. L. E.)

4309. XVIII, 2-18 — Carta (*minuta da*) de el-rei a Alvaro Mendes, na qual mandava agradecer à imperatriz por causa da contenda de Maluco. Lisboa, 1529, Abril, 13. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Alvaro Mendez. Eu el rey vos envio muyto saudar. O coreo que fezeistes despóis da partida do emperador meu muyto amado e preçado yrmão que foy asy muy beem fecto me deu vosas cartas de xb dias de Março e por ellas soube tudo o que a emperatriz minha muyto amada

e preçada irmãa vos mandou que me spreveseis do modo em que ella ficava no governo deses reynos e todo o mais que ella vos disse que m'espreveseis e que a vos allem diso vos pareceo que me devydes fazer saber. E ouve muyto prazer de asy o fazerdes e vo lo gradeço muyto. E a emperatriz minha irmãa dizee que lhe teenho muyto em mercee de asy mo mandar fazer saber por vos e que receby com yso tanto prazer como senpre ey de receber das cousas de seu contentamento e que asy lhe terey muyto em mercee me mandar senpre fazer saber tudo o que lhe parecer que de suas cousas eu devo saber e vos o mays amyude que vos for posyvel me avisay de tudo asy do que tocar a emperatriz minha irmãa como de todo o que mais souberdes e se oferecer porque de asy o fazerdes me averey por muyto servido de vos e com o que vos parecer que devees fazer coreyo proprio o fazee. E a carta que vynha apartada da outra e que no sobrespryto dizlees que vise soo nam convem outra mais reposta somente que vos gradeço muyto tudo o que por ella me dizees daquellas cousas e que vos encomendo muito que asy o façaes senpre asy das daquela calidade como de todas as outras que se oferecerem porque senpre e agora muito mais he necesario saber de tudo e nam se perde niso nada e pode aproveytar muyto.

Quanto a estas outras cartas que trouxe o Mexia em reposta do que sprevey a emperatriz sobre a conclusam do negocio de Maluco ouve muito prazer com a diligencia que ella nyso fez (1 v.) e a vos gradeço muyto o que m'esprevees que fezeistes pera asy se fazer e recebo muyto contentamento de o emperador meu irmãoo tomar tambem como tomou minha reposta e de o negocio se acabar e concluir almda que vos nam soffrese replica como dizes a que darya causa a presa da partyda. E eu sprevo a emperatriz minha irmãa hũa carta de minha mãao que lhe dares perque lhe tenho muyto em merce o cuidado que tomou da conclusam do negocio e que a lembrança que me fez de se fazer ca a minuta do contrato me pareceo muy bem e que logo ho mandey fazer e se nom pode fazer mais em breve e que o envio a meu embaxador e que a precuraçam he ja la ha muitos dias e allem de eu asy lho sprever lho dize vos tambem asy de minha parte. E que quanto ao das pagas nam he posyvel se poderem fazer em outra maneira senom como vera pella folha que com esta vay que lhe dares e que ca se praticou com Lopo Furtado o qual vio bem e conheceo que se nom pode fazer em outro nenhum modo e que se mais prestes se podera fazer eu recebera diso muito contentamento. E este coreo mandey que fezese por hy o caminho pera vos dar estas cartas que leva e pasar adiante com a minuta do contrato e cartas minhas pera Antonio d'Azevedo com a mayor diligencia que lhe for posyvel. E a vos gradecerey muyto por outro m'espreverdes logo como esta a emperatriz minha irmã de sua saude e disposiçam e todas as novas que tiver do emperador e onde estaa e o que se espera de sua passagem e vos agora e senpre me avisay de todo o que souberdes e vos parecer que devo saber e muyto vo lo gradecerey e dizee a empe-

ratriiz que lhe terey em merce se tem novas da duquesa ifante minha irmã e de como estam suas cousas mo fazer saber porque averey diso muito prazer.

Sprita.

Reposta d'Alvaro (*sic*) Mendez das cartas que trouxe o coreo que elle fez e que trouxe o Mexia.

No verso:

Reposta d'Alvaro (*sic*) Mendez que levou Mexia de Lisboa a xliij d'Abrill 1529.

(M. L. E.)

4310. XVIII, 2-19 — Carta e declaração para as pessoas que o imperador Carlos V mandava para determinar os limites das vilas de Moura, Aronche e Enzina Sola. Valladolid, 1543, Junho, 21. — *Papel, 5 folhas. Bom estado.*

Don Carlos por la divina clemencia emperador sienpre augusto rey de Alemaña doña Juana su madre y el mismo don Carlos por la misma gracia reys de Castilla de Leon de Aragon de las doss Secillas de Hierusalem de Nabarra de Granada de Toledo de Valencia de Galizia de Malorcas de Sevylla de Cerdeña de Cordova de Corcega de Murcia de Jaem de los Algarves de Algezira de Gibraltar de las Yslas de Canaria Yndias yslas tierra firme del Mar Oceano condes de Barcelona señores de Bizcaya e de Molina duques de Athenas e de Neopatria condes de Rysellon e de Cerdenya marqueses de Oristan e de Gociano archiduques de Austria duques de Borgofia e de Bravante condes de Flandres e Tirol etc. A todos los corregedores asystentes gobernadores alcaldes e otros juezes e justicias e otras qualesquier personas destos nuestros reynos e señorios a quien lo deyusso en esta nuestra carta contenido toca e atañe en qualquier manera e a cada uno e qualquier de vos salud e gracia sepades que sobre las diferencias e debates que avia entre las villas de Aronche y Enzina Sola tierra de la cibdad de Sevilla destos nuestros reynos de Castilla con la villa de Mora del reyno de Portugal sobre ciertos terminos e aprovechamientos dellos por bien de paz e concordia e por ebitar los daños e muertes e tomadias que sucedian de una parte a otra sobre la defensa de los dichos terminos e aprovechamientos dellos el serenissimo señor rey de Portugal nuestro muy caro e muy amado hijo y ermano enbio de su parte a don Pedro Mascarenas fidalgo de su Cassa e del su Comsejo e nos embiamos a don Alonso Fajardo comendador de Moratalla con comisiones e poderes bastantes para que vistas las dichas diferencias e averiguados los daños e tomadias que de una parte a otra se avian hecho lo determinasen por justicia o por la mejor manera de concordia que les paresciese los quales en el mes de otubre del año pas-

sado de mill e quinientos (1 v.) e quarenta y dos años dieron concordemente sentencia sobre las dudas de la dicha contienda e demarcaciones tomadias e sus dependencias e anexidades e conexidades de entre las dichas villas de Aronche e Enzina Sola e sus terminos de nuestros reynos de Castilla e la dicha villa de Mora e sus terminos de los reynos de Portugal. E procuraron para que las dichas sentencias oviesen mas entero efetto que los herederos de los que quedaron muertos de reyno a reyno sobre la dicha contienda perdonasen los matadores e a todos aquellos que dieron ayuda e favor e tenian culpa en las dichas muertes e mandaron que las dichas villas hiziesen alguna satisfacion a los dichos herederos conviene a saber veinte mill maravedis por cada una de las muertes por los quales los parientes e personas a quien tocava de su propia voluntad perdonaron las dichas muertes ansy a los de Portugal como a los de nuestros reynos de Castilla por escripturas publicas e son satisfechos e aviendo respeto como los dichos don Pedro e don Alonso porque los moradores de las dichas villas quedasen en paz e concordia e amistad mandaron a las justicias dellas e a qualesquier otras que no procediesen contra los matadores e culpados sobre las dichas muertes ni sobre los herimientos asonadas entradas de reyno a reyno tomadias de ganados e otras cosas e ovieron por ningunas e de ningun valor e vigor qualesquier sentencias querellas e devasas ynformaciones mandamientos (2) para prender e otros qualesquier abtos que sobrello avian sydo hechos sygun que en la determinacion que anbos concordemente pusieron en el processo de las dichas tomadias mas largamente se contiene.

E aviendo asy mismo respeto que todo lo susodicho es para que nuestros subditos e naturales e los del dicho serenissimo rey nuestro hijo y ermano biban en paz e sosiego e amor e amistad e buena vezindad como es razon e por otros muchos respetos que a ello nos mueven de nuestro propio motuo e cierta ciencia e poderio real absoluto de que en esta parte queremos usar e usamos como reyes e señores naturales no reconociendo superior en lo temporal nos plaze de confirmar e aprovar e ratyficar como por esta nuestra carta confirmamos aprovamos e ratyficamos para agora e para syempre la dicha determinacion que sobre lo contenido en el dicho processo de las dichas tomadias concordemente los dichos don Pedro e don Alonso fizieron e determinaron que ante nos fueron traydas e presentadas e vistas por los del nuestro Consejo e tenemos por suplidos todos e qualesquier defetos de hecho o de derecho que en ellas yntervinieron enquanto es nescesario. E para mas firmeza por esta nuestra carta perdonamos e avemos por perdonados ansy a los moradores de la dicha villa de Mora e de otras partes del dicho reyno como de nuestros reynos de Castilla que en las dichas muertes e tomadias e las otras cosas desuso declaradas fueren culpados cuyos nonbres avemos aqui por espressados de nuestra justicia cevil e criminal e penas corporales e qualesquier otras que por leyes e pramaticas de nuestros reynos e por otra qualquier (2 v.) via merecian hasta el tiempo de la dicha deter-

minacion contanto que las dichas muertes fuesen hechas por cabsa e ocasyon de las dichas contiendas e diferencias e teniendo los culpados perdon de las partes e no de otra manera aunque los dichos delitos oviesen hecho con gente armada o de guarnicion con vallestas o arcabuzes o otro genero de armas de dia o de noche o a traycion o syn ella e el talar de los panes e poner fuegos y el quemamiento de las casas e de lo que dentro en ellas estava e del esquilmo syllas de colmenas savanas e las ynurias e daños que sobrello de parte a parte se ayan hecho salvo en las cosas contenidas en la dicha determinacion de la manera e forma que por los dichos don Pedro e don Alonso es determinado que en todo se cunpla.

E para efetto de lo sobredicho damos por ningunas las dichas querellas ynformaciones mandamientos para prender e qualesquier otros que sobre los dichos delitos e cada uno dellos en nuestros reynos e señorios se ayan hecho e mandamos que en los dichos nuestros reynos e señorios no se proceda contra los susodichos o alguno dellos por manera alguna que sea por razon de las dichas muertes delitos e ynurias porque nos se los avemos todos por perdonados en la manera sobredicha e mandamos a las dichas nuestras justicias e juezes de los dichos nuestros reynos que ansy lo guarden e cunplan porque ansy es nuestra merced e determinada voluntad syn embargo de qualesquier leys hordenamientos derechos costumbres capitulaciones de reyno a reyno e capitulos de Corte que en contrario sean los quales puesto que dellos o de la sustancia dellos (3) se oviese de hazer espresa mincion avemos por derogados casados e anulados para efetto desta nuestra carta la qual queremos que se cunpla e guarde en todo e por todo como en ella se contiene de lo qual mandamos dar e dimos la presente firmada de nuestro nonbre e sellada con nuestro sello e librada de los del nuestro Consejo.

Dada en la noble villa de Valladolid a veinte e un dias del mes de junio año del nascimiento de Nuestro Salvador Jhesu Christo de mill e quinientos e quarenta e tres años.

El principe. Yo Juan de Samano secretario de Sus Cesarea e Catholicas Magestades la fiz escrevir por mandado de Su Alteza. F. Seguntinus. Doctor [.....] El licenciado Alava Licenciatus Mr.^{do} de Pena [.....]. El licenciado Alderete. El licenciado Galarça. El licenciado Montalvo.

Tem junto:

Francisco Pessoa etc. com esta carta vos envio a confirmação minha da sentença que por Dom Pedro Mazcarenhas do meu Conselho e por Dom Afonso Fajardo que o enperador meu irmão pera ysso nomeou sobre a contenda dantre os moradores da vila de Moura e os das vilas d'Aronche e Anzina Sola termo de Sevilha e asy o perdão que pasey aos culpados o que tudo he conforme ao trelado da comfirmação e per-

dão que me enviastes e que me escrevestes que o emperador tinha pasado. *Muyto* vos emcomendo que quando entregardes a dita confirmação minha e perdão cobreys a confirmação e perdão do emperador e mos envieys pelo primeiro que vyer e por certo tenho que assy ha confirmação como ao perdão [.....] (1) não faltara [.....] (1) como convem que seja em caso de [.....] (1) e de tam grande [.....] (1)

(M. L. E.)

4311. XVIII, 2-20 — Recibos (*traslados dos*) de pagamento dos trezentos e cinquenta mil cruzados que Fernando Alvares fez a Lopo Furtado, embaixador do imperador. Lisboa, 1529, Abril, 12. — *Papel. 4 folhas. Bom estado.*

Senhor

Aqui mando a Vosa Merce as tres folhas como manda que lhas mande e com ellas mande Vosa Merce fazer os maços que eu espero por hum recado de Joham Francisco com que logo cerrarey o meu e o mandarey a Vosa Merce ou darei a Mexia.

Beyjo as mãos de Vosa Merce

Servidor de Vosa Merce

Fernamd'Alvarez

Tem junto:

Trellado das folhas do modo das pagas dos trezentos e cinquenta mill cruzados que Fernamd'Alvarez fez com Lopo Furtado embayxador do emperador das quaes o dito embayxador manda hũa asynada pelo dito Fernamd'Alvarez e ao dito Fernamd'Alvarez fica outra asynada pelo dito embayxador.

Item. Pagar se ham cento e cinquenta mill ducados em Lixboa em dinheiro contado das moedas correntes das terras do dia que for cheguado o contrato ha dita cidade asynado pelo emperador em xb ou ate xx dias primeros seguintes.

cL cruzados

Item. E cem mill cruzados em Castella na feyra de Mayo primeiro seguinte ao tempo dos pagamentos della em Medina dell Campo.

C cruzados

(1) O documento está roto e incompleto.

E destes manda ell rey loguo por comprazer ao emperador trinta mill ducados de que Fernamd'Alvarez manda letra pera que ho embayxador Antonio d'Azavedo os faça dar em Valhadolly ou em Tolledo a quem Sua Magestade mandar tanto que ao dito embayxador for entregue o contrato asynado pelo enperador.

E os cem mill cruzados que restam pera comprimento dos ditos $\text{ii}^{\text{ij}}\text{L}$ cruzados se pagaram na feyra de Outubro deste ano em Medina del Campo ao tenpo dos pagamentos e se for necessario des agora se daram as cedullas pera o dito tenpo porque pelas rezões que quaa se am praticado com Lopo Furtado e elle ha vysto nom se pode proveer mais brevemente a paga ainda que per Sua Alteza se mandou buscar todollos meynos pera iso.

C cruzados

Soma

$\text{ii}^{\text{ij}}\text{L}$ cruzados

(1v.) E diz mais Fernamd'Alvarez que ell rey seu senhor ha por bem que se Sua Magestade tiver necesydade dos ditos cem mill ducados antes da feyra de Outubro que Sua Magestade os mande tomar na dita feyra de Mayo ou em outra parte a cambo porque quaa nom os pode achar pelos cambos que por mandado de Sua Magestade se fizeram e que o que custarem ao preço que ho dito Fernamd'Alvarez os soeer tomar de hũa feyra pera outra que he a cinco ou seis por cento ate a dita feyra de Outubro que elle hos pagara ha custa de Sua Alteza e pera se isto poder comprir he necesaryo que venha o contrato aqui em todo este mes.

Feyto em Lixboa a xij dias de Abrill de $\text{j}^{\text{b}}\text{xxxix}$

(R. C.)

4312. XVIII, 2-21 — Procuração de Carlos V sobre a reformação das pazes com Portugal. Bruxelas, 1522, Janeiro, 29. — *Pergaminho. Bom estado.*

Carolus quintus divina favente clementia electus romanorum imperator semper augustus ac Germanie Hispaniarum utriusque Sicilie Hierusalem Hungarie Dalmatie Croatie etc. rex archidux Austrie dux Burgundie Brabantie etc. comes Habsburgi Flandrie Tirolis etc. Postquam Deo optimo Maximo visum est ad se vocare serenissimum preclara memomrie Emanuele Portugalie regem fratrem et sororium nostrum cum quo nobis stricta unionis atque amicitie faedera intercedebant jam-

que nunc sit ejusdem regis filius et in regno successor serenissimus Joannes consanguineus et frater noster charissimus cupiamusque non minori erga eum voluntate atque in eadem qua fuimus cum parente rerum omnium fortuna persistere. Imo siquid addi potest ea magis et magis augere ea propter de singulari in nos fide prudentia praecipuaque rerum agendarum experientia Magnifici Caroli de Popeto Domini de la Chaulx consiliarii et Cambellani nostri bene dilecti oratoris nostri ad id praecipui ac venerabilis Christophori de Barosa apostolici prothonotarii nostrique consiliarii et secretarii cum eodem domino de la Chaulx evocandi apprime confisi eosdem per presentes litteras nostras facimus constituimus et deputamus procuratores mandatarios et nuncios nostros ac quicquid eorum melius aut efficacius dici et esse potest. Ad pro nobis et nomine nostro cum praedicto serenissimo principe Joanne Portugallie rege quecumque foedera tam defensiva quam offensiva seu ligas intelligentias et confederationes in eundem tractandum et concludendum ac quatenus opus sit antiqua renovandum et confirmandum et super illis omnibus quoscunque tractatus capta seu articulos faciendum et concludendum. Et pro omnium et singulorum praedictorum observatione in animam nostram juranda et generaliter omnia alia et singula dicendum tractandum paciscendum conveniendum et concludendum que in premissis et eorum quolibet vel inde dependentibus emergentibus et conexis necessaria vel opportuna visa fuerint etiam si talia forent que hic expressius declarari deberent aut nostram praesentiam exigent. Promittentes in fide et verbo Caesareo omnia et singula firma rata et grata habituros que in premissis et circa ea acta tractata conclusa et jurata fuerint ac quovis modo non contravenire imo ea inviolabiliter manu tenere et observare. Harum testimonio litterarum manu nostra subscriptarum et nostri sigilli appensione munire.

Datum in oppido nostro Bruxelle die vicessima nona Januarii anno Domini millesimo quingentesimo vicesimo secundo regnorum nostrorum Romae tertio ceterorum vero omnium sexto

Yo El Rey

Cesaree et Catholice Majestatis mandato

Lalemand

(L. P.)

4313. XVIII, 2-22 — Carta de Francisco Palha a el-rei, a respeito das formas que deviam ser adoptadas para um melhor governo de Maluco e dos preços das especiarias. Goa, 1553, Dezembro, 26. — *Papel. 10 folhas. Bom estado.*

Senhor

Porque todo christão tem obryguação de fielmente servir seu rey nunca tive em comta mynha pessoa e fazemda pera vos servir o que me tem custado prezo e destroido. E porque Gaspar Cardoso me escreveo que Vossa Alteza me mandava que eu lhe escrevese sempre do seu serviço o faço por a nececydade que esta tera tem de quem digua a verdade.

Farey lembrança dalgũas cousas do regimento da fazemda e da guerra porque como hũu homem paça de vinte annos nela pode ser ouvido. *Em* soma senhor diguo que se Deus se pom de parte e Vossa Alteza nom socore que outrem senhareara esta tera e não senhor se comfie em a porver de frades e reliquias porque muitas avia em Rodes Belgrado e na Espanha e muita parte de crystandade que por descuidos de nosos pecados se perdeo pelo que senhor diguo que Vossa Alteza ha de prover dela com as cousas e regimentos que ao diamte apomtarey. E porque esta tera se não pode soste senão com dinheiro apomtarey o como se pode aver pera se soste a guerra que são os dous esteios a que esta tera esta arimada pera a qual guarda e despesa de dinheiro e guerra Noso Senhor depare pessoas que pera yso sejão

Cravo

Em mynhas cartas nos annos pasados apomtey a Vossa Alteza que mandase que de Maluquo não viesse cravo de bastão mas todo de cabeça do qual a sua naao que la manda trara em sy *iiij* Lili^o e tantos quymtaes porque de cabeça caregua hũua naao a terça parte mais vem de terço e choque a Vossa Alteza *ij* bj^o e tantos quymtaes que nesta tera valerão cem mil pardaos e todo preço que lhe quyyerem por pessoa rezão de se gastarem por Ayava e Malaqua e China e naquelas partes 900 quymtaes e yrem pera o reyno de Vossa Alteza e partes *jiij* quymtaes asy que não fiquão na Ymdia mais de *ij* bj^o quymtaes pelo qual seguro que como se gastar o muito que ha na Ymdia de bastão antes de cinco annos valha o quymtal do cravo na Ymdia pasamte de 60 pardaos. E dado que Vossa Alteza la não quis symtir o serviço que lhe nesta parte fazia qua me aventurey a faze lo fazer com ho viso rey e vedor da Fazemda que por craramente lhe mostrar ho proveito que Vossa Alteza nyso recebia me dixerão que fizesse as porvisões a mynha vomtade.

E Symão Botelho que la vay dira o grande (1 v.) serviço que nestas partes e em outras muytas na sua fazemda tenho feyto o porque não mereço pequenas merces.

Bãoda

Vossa Alteza saiba que de Bamda não tem nenhũu proveito nem no tera senão pela maneyra que aquy apomtar. De Bamda se ão de pagar terços e choques como do cravo da qual caregua da nao que la for podera aver xxx pardaos que lhe eu seguro se la for por capitão.

O capitão que la for ser lhe ha defezo que não leve outra vazilha senão a nao de Vossa Alteza porque traz os enconvinyentes que apomto

a saber. *Leva muyta fazemda a tera que delta por ela ho porque espalha os portugueses por as ylhas por careguar seu navio e porque os negros não podem pagar apertão com eles pelo qual se alevamtão e matão os que podem porque fazem conta que pera ho outro anno ira outro capitão que lhe rogue com pazes e muytas vezes caregão os seus navios e mamdão nos a Malaqua e fica a nao de Vossa Alteza na tera. E tãobem a causa da doença he amdar a yemte por as ylhas a fazer a fazemda pera levarem muyta e ymdo hũa so não careguara sem a preção da tera nem pryguo e trarão os negros a noz e maça a nao.*

Estes navios que os capitães seus levão e a causa de se as suas naos perderem e estarem em muyto risco por rezão d'adoecer a yemte e por terem os capitães os portugueses e marynheiros e aparelhos da sua nao por seus navyos e yaa no tempo de Pero de Farya por estas rezões sey perder ce a nao de Vossa Alteza e navio do capitão pelo qual aquy ho apomto por ho descareguo de minha comciencia.

Ha canella devia Vossa Alteza mandar defender porque em seiscentos bares que de la vierem valeryão nesta tera xxxx pardaos não na podendo vender senão Vossa Alteza. Tãobem ho yemgibere devia de mandar defender.

Canella

E deste cravo e noz e maça e canella e yemgibere e quatrocentos quymtaes de pimenta devia mandar cada anno a Ormuz hũa nao nas quaes drogas que se la mandasem faryam setemta myl pardaos cada anno defendemdo se que la as não podesem levar outrem e todo mais cravo e noz e maça que cada hum de Maluquo ou Bamda trouxese o vendese pela Ymdia e não podese levar nem mãodar fora desta quasta nem mouro o pudese levar pelo qual cada hum folguarya de ho vender ao seu vedor da Fazemda que ho devia de comprar pelo qual todo mouro verya a esta cidade contratar se com ho seu vedor da Fazemda nas drogas e lhe daryão por elas muyto com licença pera as poderem levar pera fora omde quysesem como as aguora levão. E semdo asy nobrecercia (sic) esta cidade e Vossa Alteza tiryta proveito e fazia tezouro na Ymdia destas drogas porque eu não lhe symto outro e no quaes desta propia cidade esta o propio (2) lugar pera a feitorya destas drogas o que serya acertado fazer ce.

Contrato

Vossa Alteza deve mandar que todas as fazemdas que vierem de Moçãobyque Melymde e todas outras partes se venhão despachar a esta cidade com ho qual sua Alfamdegua remderya muito mais e que todo mais que Alfamdegua remder de Lx pardaos se entregue a Camara pera por contrato se fazerem galeotas. Isto diguo porquanto este anno foy Alfamdegua arremdada no que diguo e como Vossa Alteza alargar o que mais remder pera se fazer armada todos seremos garda d'Alfamdegua e sobira a renda e Vossa Alteza te la segura e fara armada cada anno.

Alfãodega

Frete

Eu senhor são enformado que da Ymdia pera o reyno se leva de frete de cravo de bastão tanto quanto por carvo de cabeça.

Lembro a seus veadores da Fazenda que ho payol que em sy aloja ijº quymtaes de cravo de bastão aloja ijº de cabeça e que tanto se a de levar por quymtal de cravo de cabeça como por de pimenta porque tanto ocupa hum como ho outro. *Tãobem* lembro que ho contrato que se fizer das drogvas que não metão nele cravo de bastão porque de Maluquo não ha de vir senão de cabeça e tãobem crescer lhe o preço que se la põe porque qua ha de valer muyto em ho qual contrato deve aver avizo porque os mercadores am vo la de ter neste cravo.

Bares

Vossa Alteza deve mandar hũa grave porvizão pera que se não de bares foros e defeza das drogvas como atraz apomto a qual provizão mande registrar nos contos pera que os bares que derem se não levarem em conta e que nhũas merces de direitos se faça

Provizão

E asy deve mandar outra porvizão que toda merce que seus governadores vedores da Fazenda fizerem asy de dinheiro como de officios e fazendas e doutra qualquer cousa que tenha nome de merce que seja registada nos contos em hum livro que pera yso avera em poder do escryvão da Fazenda dos contos e cad'ano ele mandara a Vossa Alteza hum caderno de todas as merces que no tal anno forão feitas com decrarração a quem e por quanto serviço porque com saberem que Vossa Alteza pode saber as ditas dadivas e por que maneira se dão commydirção (*sic*) nelas.

As quaes merces tem esta tera em tanta necessidade que ao parecer de todos não se pode soster com pobreza de Vossa Alteza pelas sobre-dytas rezões que me dão ouzadia apomtar no que não cabe em mim ho que diguo pela tera ja de muyto estar aforada nas taes merces que yaa se não podem neguar. *Se* Vossa Alteza as não defemde por esta maneira que todo contador ou veedor da Fazenda dos contos que tal levar em conta pague a mesma contia e ho que a tal provizão pagar sem o tal registo não lhe sera levada em conta.

Matriqolla

Tãobem Vossa Alteza deve mandar hũa porvizão a matrycola pera se regystar nela em a qual mande que todo ho soldo (2 v.) que seus guovernadores paguarem de cimquenta pardaos pera syma seja registada em hum livro e asy todo soldo que se mandar pagar de trespagações e que cad'ano lhe mandem hum caderno destes pagamentos de soldos o com que atelhara a muyta desordem.

Tãobem Vossa Alteza defemda que nhũu paguamento de soldo se faça de trespagação senão se for feita a fidalguos que dão mesas e agalzão lascarys e capitães de navyos porque a estes seja lhe tudo lybertado e feita toda a merce.

Aas quaes sobreditas proviões virão com salva de nhũu governador ter poder pera as quebrar.

As taes proviões não am de vir dirygidas aos governadores mas ao vedor da Fazemda pera que sejão registadas em seu lugar e se entreguem a quem pertencer e pera se compyrem busque pessoas pertemcentes aos careguos porque qua não se busquão senão careguos pera cada hũu dar aos seus pelo qual esta tera esta pera me fazer aventurar ao que apomto do que senhor peço perdão.

Proviões

Tyramdo Vossa Alteza os bares e outras taes semelhantes merces aos guovernadores que eles repartem por pessoas que as podem escusar e por algũs que vendem dez bares de cravo foros por trymta pardaos deve lhe alargar que posão dar ho dobro em dinheiro do que tem por regimento porque ho dinheiro não se repartira senão por fidalguos e pelos que ho gastão em seu serviço e ho am bem myster e porque hos que vão fora desta cidade e se as taes merces se não podem regystar nos contos quando asy for fora e os guovernadores fizerem as taes merces sejão no feitor da sua armada e tanto que vier a cidade hira regystar as taes proviões no dito livro dos registros.

Merces

Lembro a Vosa Alteza que hum Bastião da Fomsequa que nese reyno amda que nesta cidade foy feitor ficou devendo Rbiiij pardaos d'ouro e hum João Lopez que esta prezo que tãobem foy feitor ficou devendo xbj pardaos, Hum Yurdão de Sousa que foy feitor oyto meses ficou devendo xx pardaos esta prezo, Belchior Gonçallves que servyo dous anos moreo ficou devendo xij pardaos, Hum Pedro Lopez que foy feitor muito boom homem ficou devendo bom dinheiro anda prezo os quaes todos forão seus feitores nesta cidade.

Feitores

De quimze annos ate aguora não ouve feitor que dese conta mas todos prezos e destroydos e Vossa Alteza com perda de muyta de sua fazemda que a esta tera aguora fora boom socoro. As rezões por omde se estes homens e vosa fazemda perde he a seguynte a saber.

Hy não ha feitoria em que sua fazemda se recolha (3) nem regimento aos officiaes. As fazemdas de Vossa Alteza amdão por casas d'alugueres sem aver mais chave que a que ho feitor tem que entregua aos seus homens que os roubão e fiquão riquos e eles no Tromquo a qual vosa fazemda os feitores vendem muyto barata pera paguarem suas divydas e algũs pera paguarem as mesmas feitorias que comprão e tãobem a mandão a Benguala e pera partes omde se lhe perde pelos quaes gastos demaziados que tem e ruins venddas que fazem e armações que tem se perdem e vosa fazemda he perdida no que Vossa Alteza deve porver pera que se não perquão os que ho tem servido e merecem merce no que tudo pode porver com poupar dinheiro e segurar sua fazemda per esta maneira.

Casa das dro-
gas

Eu soube de officiaes que com ij^{to} pardaos se faryão hũuas casas nobres e de hũua logia pera cravo e outra pera noz e cravo e maça e outra pera canela e outra pera yengibere e outra pera pimenta e outra pera fazemdas ladrylhadas e pertemcmtes as ditas cousas com seu patio pera a balança e por sima destas logias sala gramde com suas varamdas pera a qual casa esta ho pertemcmte luguar que he de huum baluarte que esta no mar escontra o quaes desta cidade em huum tereyro gramde que se ali faz em as quaes logias se recolheria sua fazemda e he muy necessario porque salba que estas casas am de ser ho seu thezouro em que ha de recolher as droguas que he forçado que defensa e nesta mesma casa se am de fazer os contratos e por estar ao quaes se ve embarquar e desembarquar sua fazemda e se lhe não pode furtar. Escusara trezentos pardaos cada anno d'alugueres de casas e poupara setecentos pardaos de caretos de suas fazemdas. Atalhara não se lhe furtar por esta maneira.

Cada logia tera quatro chaves. Hũa tera ho feitor e outra o juiz do pezo outra os escryvães outra hũua guarda que ha de viver nas casas que tenha cuidado delas pessoa omrada e de confyamça que ha de ter huum caderno em que escreva toda a fazemda que entrar e sair pera de cada cousa dar rezão sendo lhe perguntado ao qual Vossa Alteza a de dar cem myl reaes cad'ano porque em ser esta pessoa a quem se ha de dar este ordenado poupa muito. Hasy que com dous myl e quinhentos pardaos segura fazemda e ganha cada anno mil que poupa e atalha não se perderem seus feitores.

E quando se estas logias abryrem am de ser todos os das chaves prezentes.

Scrivom na
feytoria

Porque estou d'asemto nesta cidade servy d'escryvão da feytoria de que Vossa Alteza a xxiiij annos fez merce e porque hera escrevaninha numqua a quis servir senão aguora pera me mãoter tres annos que dela tinha. E aho tempo que ha que a sirvo alcãocey muytos segredos que descobry aos seus veadores da Fazemda que não apomto porque se não pode atalhar lhe senão com pessoa que vos deseje servir e tema a Deus os quaes senhor m'atrevo apomtar e fiquar que fielmente vos sirvão os quaes são huum Francisco Gonçalvez casado ao (3 v.) Mãodovim huum Duarte Guomez casado em Baçaim ambos de corremta e oyto annos de molheres muito vertuosas sem fylhos nem esperança de os averem vertuosos pezarosos de não serdes muyto bem servido. Yoham Camelo que foy escryvão da feytoria de Baçaim. Fabiam da Mota que aquy foy thesoureiro vosos cryados sem valdades tementes a Deus amiguos dos que vos servem e Nuno Alvarez que serve na matrycola he pera ela e cumpry os regimentos que lhe mandardes. E se destes omens quyser servir se por serem taes pergunte per eles a Fernão Rodriguez que qua foy veador da Fazemda ou a Simão Botelho que de qua vay se ouver que são sospeito por falar neles. Busquay senhor omens pera vos servirem os careguos e se os achar não nos tire deles mas facha lhes merces.

Não poso senhor aporvar os serviços que vos nesta escrevanyinha tenho feitos porque he em perjuizo de partes mas la vay Simão Botelho pergunte quem eu são na vosa fazemda. So quero dizer que em hum anno e dez dias que servy no Thesouro fuy tão ditozo que me não morerão mays de vinte e quatro cavalos e dous escryvães que servirão hum so anno lhe morerão cento e tantos cavalos que se acharão por mortos a conta e o livro da despeza dos cavalos perdido e outro de novo. E tãobem nas avaliações da madeira que se compra fuy cometido a estas e a outras cousas não ha poder atalhar

Eu senhor são de coremta e sete annos e de boom calate sem filho nem cousa que me obrygue a mais que ter de comer nesta curta e trabalhada vida atervo me a servyr vos de guarda da vosa fazemda pensando nas mesmas casas que he forçado que se fação e ter eu cuydado delas omde verey embarquar e desembarquar os cavalos de que tãobem m'atrevo a tomar careguo os quaes não sairão fora desta ylha senão com nos tomar em hum livro em que os tomarey a entrada e a sayda e lamçarey os mortos. E as contas dos thesoureiros se conteyara o meu livro com ho dos seus escryvães e a madeira que se não avalihe sem mym e que nos mandados que os feitores pasarem aos almoxarifes pera se careguar em receita que se não leve em conta senão for asinado por mym porque esta madeira ey de tomar em hum caderno e quoteya la com os mandados pera ver se esta certa com a minha lembrança e porque todas as cousas de cavalos e madeira e leilões e prezentes lamçava em hum livro de minhas lembranças pera me não enganarem e Vossa Alteza ser servido. Tãobem m'atrevo a servi lo d'escryvão da Fazemda dos contos omde se am de regystar todas suas pervyzões fielmente lhe mandar o trelado com todas as decrações porque eu não quero fazer outro serviço a Deus senão servir Vossa Alteza porque esta he a mais santa ordem que cada hum pode escolher

Day me senhor de que posa fazer quinhentos pardaos (4) quad'ano que he o que ey mester e day me alçada no voso serviço nas cousas que apomto de cavalos madeira e registos que eu compryre commyguo e com ele e aporvo com hũa cemtemça que la mando que ouve contra Yurdão de Freytas capitão de Maluquo pela qual me he em obrygação de merce pois me premderão pelo querer servir e a merce que me fizer sera sem embargo de ter servidos outros careguos.

Tãobem peço a Vossa Alteza que me mande pagar meus soldos ordenados que me são devidos de quaesquer fazemdas que ouve nesta felturya porque tal são com vosos oficyaes que não poso aver ho meu que me manda pagar pois aos vosos officiaes mereço não me paguarem por vos servir

Soldos que
peço

Destes cinco homens que atras apomto escolha Vossa Alteza hum pera os contos outro pera yr por capitão e feitor das drogas a Ormuz e forçadamente a de ser capitão da nao pera vos servir e lhe avels de dar

mil pardaos d'ordenado porque tem obryguação de gastos e não ha de levar drogvas suas senão trymta bares de cravo e noz e pera guarda dos apousamentos da fazemda omde ho feitor não pousar nem tera mais que hũa chave como cada hũu porque he enconvinylene pousarem nas casas da fazemda

Contos

Pera os contos não deve Vossa Alteza mãodar letrados mas Amtonio Afonso ou Francisco da Maya que se cryarão neles e na vosa fazemda em que são mais letrados que todos os de Parys e acrecentando Vosa Alteza os boons contadores a seus veadores da Fazemda quada hum tra-balharya por quem ho milhor farya e esta he a verdade e não letrados que com suas condições estrovão ho voso serviço e lamção fora Amtonio Afonso contador que a casa trazia a direyto.

Armada

Jaa que senhor faley na fazemda e a xx annos que uzo a guera e nela são tal que aconselhão ho seu vizo rey que me leve no seu galião aos rumes do que he testemunha Simão Botelho que la vay e de minha pessoa e serviço todos os que de qua forão porquão conhecido são direy ho que entemdo. E pera mim tenho que enquamto os rumes não tiverem sabido que temos vinte galiotas ligeiras sem toldos nem baileus como qua costumamos pera acudirmos omde nos cometerem que nos não am de deixar de fazer trinta ymjurias porque com estas e vinte fustas se defemdera hũa armada se no la vlerem cometer porque galiões seryam lomje hũus dos outros e em hũa calmarya mal se podem ajudar e defemder pelo qual he forçado estas vinte galiotas e vinte caravelas que devem estar sobre picadeiros pera numqua servirem senão aos rumes ou a hũa extrema necessidade e com estas dez gales reaes pera hũa batarya ou ho que comprir. E postas nos picadeiros poupa se muyto e faz se a guera a Suez e estaremos seguros e Vossa Alteza descãosado.

Capitães

(4 v.) Pera as quaes xx galiotas e xx caravelas que em todo caso deve mãodar que se loguo fação do dinheiro do cravo ou doutro qualquer que mais a mão estyver deve escrever a esta cidade que ayjaa por bem e concintão que de toda a fazemda que cada hum nesta Alfamdegua despachar pague a rezão de tres cruzados por cem pardaos pera azeyte cifo e porvimento da dita armada e poder estar prestes e aparelhada com a qual se não bolira senão quando muyto comprir. E os mesmos veradores tenham cuidado dela pera milhor ser porvyda e que a eles seja entregue este dinheiro e eles os gastem por seus mandados e que eles posão por vinte capitães casados pera vinte navios destes o que Vossa Alteza lhe conceda porque ha muytos fidalguos e cavaleiros cazados amtigos na guera os quaes os mesmos guovernadores em hũa necessidade am d'escolher. E com esta omra a cidade apresemudara os vinte capitães e terão cuidado d'armada sem a Vossa Alteza fazer gastos

Tambem lhe Vossa Alteza apomte que he enformado que todos os navios que vão pera fora e navegação vão com licenças compradas do qual dinheiro esa tera não faz fruto pelo qual Vossa Alteza ha por bem que todo navio que for pera fora e pera omde estyver suas fortalezas que lhes seja dada lycemça livremente e os navios pera Bengala e outras partes que não ayja fortaleza que lhe seja dado lycemça por seu guovernador na Camara pela qual pagarão cymquoenta pardaos cada hum pera a Camara do qual dinheiro estara sempre hũa fusta e hum quatur pera corer de Batecala ate Chaul pera guarda da costa do qual dinheiro se paguara soldo a trymta casados que eles pera guarda da costa escolherão e se fara a despeza aos navios e por seus mandados se levara em conta todo o que mandarem gastar do qual dinheiro sera tomado conta nos contos ou por os veradores que em seus luguares socöderem qual eles veradores mais quyyerem e pela mesma maneira darão conta do que se gastar n'armada do qual que asy senhor apomto se podem ajuntar nove mil pardaos com que se guarde a costa e cifee armada e se paguem trinta portugueses sem a Vossa Alteza custar nada. E lembrando ysto a Camara avera que se alembra dela e da tera estara segura e Vossa Alteza servido e nos descãosados.

Licenças aos capitães

Conseda Vossa Alteza a Camara que posa dar licemça a qualquer nao que quyyer a ylha de São Louremço com tal que seja obryguado a trazer oytemta caferes omens os quaes não poderão vemder por mais de des pardaos cada hum os quaes os veradores repartirão pelo dito preço pelos moradores desta cidade com obryguação de duas vezes na somana os mãodarem remar neste rio em duas gallotas pera se ymsinarem e desta maneira pode se por amtre nos ajuntar esquipação pera quymze (5) galyotas sem a Vossa Alteza fazer custo e estarem prestes pera os rumez. E porque ysto eu muytas vezes tenho praticado com muytos moradores e lhes parecer bem ho apomto a Vossa Alteza pera que se lhe parecer seu serviço apomta lo com as mais cousas que se Vossa Alteza as cometer far ce ão pelo que esta tera releva pelo qual as apomto.

Ilha de São Lourenço

Vossa Alteza deve defemder espadas compridas com graves penas aos barbeiros e meyrinhos e porque a ela se não obedecem graves escominhões do Papa ou nuncio a quem na tiver ou souber quem na tem que a descubra porque saiba que se costumão taes que pera a guerra se não arma nynguem com elas por serem compridas e nem em tera nem nos navios se podem trazer na cymta.

Espadas

Deve prover com muyta artelharya de toda a corte porque a não ha e camaras e fio de fumdição e apelação de gales e galeotas e bombardeiros e marynheyros do qual tudo esta tera carece e sem o qual se não pode navegar

Monições

Caravelas

Vossa Alteza deve de moadar em Março hũa armada de caravelas que la valem pouco e qua muyto com a qual pode prover esta tera com os ditos marynheyros e bombardeiros e apelação e munnições que tão necessaryas a esta tera são e vindo em Março virão sem pryguo e em tempo que nos dara prazer e aos enemyguos pezar.

Ofícios a Maluquo

Eu requeyro aos guovernadores e veadores da Fazemda o que cumpre a Maluquo e pera as cousas dele se toma emformação de mym e por rezões que dey fiz boom ser muyto serviço de Deus e de Vosa Alteza darem se os officios da tera aos cazados não sendo feitor nem alcaide mor nem ouvidor e todos os outros Martim Afonso moadou que eles servicem e pela maneyra que apomtey forão dados e aguora fiz confirmar esta porvizão por ho vizo rey mas nada se cumpre.

Vosa Alteza me faça merce que lhes mande os ditos officios por sua patemte os quaes se darão a cada hum pela maneyra que a porvizão de Martim Afonso decrara e ho capitão que ha tal porvizão não comprir pague ij pardaos pera a parte agravada e espytal e a mesma pena o segumido capitão e ouvidor que a tal emxuquação não fizer e que provende os guovernadores os taes careguos de Maluquo por suas porvizões se não cumprão porque os ha por dados aos ditos cazados por seus serviços e por aver por enconvynente ao seu serviço servyrem nos cryados dos capitães e outras pessoas e nesta dada d'officios aos cazados faz muyto seu serviço e ponho em segurar a tera porque os casados ryquos a fazem forte com escravos armas porvymentos de muytos mautimentos e casas de pedra porque tãobem darria a Ymdia por segura se seos guovernadores capitães e officiaes não fosem da tera.

E em todo o caso lhe a de mandar estes officios por lho pormeter (5 v.) porque consintão fazer ce carvo de cabeça em que tanto vay pois lhe aguora não ha d'ir a tera senão hũa so nao. *Devem* cer favorecidos.

Pera pobres

Em Maluquo esta hum Fernão de Magualhães voso moço da camara que vemdeo a escrevanyha de Malaqua por yr a Maluquo em suquoro quando se alevãotou a muyto deve lhe moadar juiz do peso por tres ou quatro annos hum Fernão Leitão Velho e seu cryado escryvão da feitorya hum Afonso Figueyra outro escryvão da feitorya hum Francisco de Brito fidalguo capitão da carravela hum Duarte Guodinho seu moço da camara tabellão perpeto porque ho foy jaa hum Guomez Fernandez aleijado em seu serviço tabelião tres annos os quaes são muytos pobres e de serviço e estão d'asento na tera por se não poderem vir com filhos e pobreza.

Francisco d'Almeida

Na Ymdia a vinte annos que amda hum Francisco de Baros parente de Lionel de Lima pessoa de muyto serviço. *Fiqua* no espytal com pobreza e doemça hum Francisco d'Almeida que foy d'Amtonio Saldanha voso moço da camara de serviço em Portugal e que sem numqua ter merce

destes senhor ha muytos que por não terem quem digua de suas pesoas trabalhão ate não prestarem pera ho serviço e fiquão por ahy. E pera enxemplo doutros faça lhes merces que bem na merecem.

Ho viso rey Dom Gracia por a enformação de minha pesoa me requereo que fose a Maluquo servyr Vossa Alteza de me enformar da tera e lhe escrever de laa pelo qual sempre de la lhe escrevy e os seus guovernadores de laa sempre de mim se enformarão. E Martim Afonso de Sousa porquão ayroso me muytas vezes vio pelejar me ouve a feitorya de Maluquo que eu me não atrevy a servir por me não perder pelo qual ho povo e Dom Jorje capitão me requererão que a service por serem castelhanos na tera e ser forçado pera os ditos careguos nos taes tempos taes pessoas. Por vos senhor servir a servy.

Ao segundo anno chegou Jurdão de Freitas com sua condição me estrovou o voso serviço como me premder e me destruir ao que tudo me oferecy por voso serviço. La mando a certeza de como requery que se tirase devasa de meus males e bens o que ele não quis por me querer mal e por a semtemça que dantre nos saio da rolação o que padeci por seu serviço e como mandão que torne a servir meu careguo e me pague custas e danos. E visto como me premdido por requerer o voso serviço e tãobem nesta escrevanyha que sirvo me oferecy a desguostos por vos servir e na lembrança da vosa fazemda desguostado.

Estes senhor são os entereces dos que vos servem que merece pagar com outros galardões neste seu reyno pera me soste e vos servir.

Jaa senhor apomtey os careguos e seus regimentos e as pesoas que os comprirão da parte de Deus senhor faço lembrança (6) a Vossa Alteza que no que apomto proveja pelo que ao seu estado e esta tera cumpre. Digo mais senhor que veador da Fazemda de fora Francisco da Maia e veador da Fazemda dos contos Amtonio Afonso que forão contadores Francisco Gonçallvez e sua molher Maria Fernandez cazados ao Mãodovim com suas vertudes guarda da vosa fazemda da casa que apomto que ao caes se faça com ter careguos dos cavalos Fabião da Mota que aquy foy thesoureiro feitor capitão da nao das drogvas que foi a Ormuz Duarte Guomez cazado em Baçaim seu escryvão. Eu escryvão da Fazemda dos contos com lhe mãodar o trelado de todos los registros das merces e ho que me mais parecer que ho saberey servir e na madeira João Camelo compral lhe a feitorya de Baçaim e syrva porque foy dela escryvão e sabera servir vos com as quaes pesoas que apomto pera os ditos careguos não tenho mais rezão que ter pera mim que verdadeiramente neles o saberão servir fielmente.

Maluquo ao meu parecer esta aguora seguro com Geilolo tomado e destruido e a fortaleza de Tidire derribada e todos darrem a obdiencia aa fortaleza ho que Vossa Alteza deve ao saber e cavalarya de Bernaldim de Sousa he pelo qual Vossa Alteza deve sempre escrever ao rey Aeyro

Maluquo

que aguora porque esta seguro por rey tem a tera segura e os castelhanos não podem entrar na tera pelo qual senhor mande que ho rey esteija as dadivas dos officios quando se derem aos cazados porque ho averel por grão omra que he rezão e necesaryo que lhe senhor faça e emcomendar lhe que lhe escreva sempre e dos capitães se lhes fazem agravos a tera pera que el rey confiee de se lhe fazer justiça e os capitães averem algũu arreceo delaa

Pelo juramento que por sua senhoria me foi dado pera que dixese se me parecia serviço del rey noso senhor aver rey em Maluquo diguo que pera serviço del rey noso senhor e seguramça da tera he necesaryo aver rey nela pera a reger e guovernar.

E porque a d'aver muytos que serão contra meu parecer darey as rezões que pera yso tenho e porque em cousas que tanto vay se deve de tomar boom conselho dele faço lembrança porquão lomje Maluquo esta de socoro e quão mal sempre pode ser provydo.

Nom he novo a queixar se sempre ho povo dos reis e regedores e contudo por serem naturaes os sofrem e como asy seja mal deve ho povo de Maluquo sofrer ser guovernado ou terenyzado per capitães e christãos sendo eles mouros e jemte cryados no mato e no mar muyto poderosos por ho noso poder não ser nhuum.

Em Maluquo ao rey de Tarnate omde vosa fortaleza estaa el rey de Tidor meia legua da nosa fortaleza (6 v.) e hilha a el rey de Bachão xix leguas da nosa ylha ao Sãogaye de Maquyem ix leguas da nosa ilha e a outros regedores grãodes pessoas que sempre se lamção com os castelhanos e os recolhem e grandes amigos seus e ynymyguos nosos.

Dado que se premda ou desapose o rey Aeyro e os capitães guovernem fiquão na tera guovernão os sobreditos reis e regedores nosos ymyguos que são reis sobre sy sem darem a obidiemcia ao rey Aeyro que esta por nos os quaes como virem que he desaposado o dito rey que se cryou amtre nos e nos alevamtame[n]tos pasados se veyo pera a vosa fortaleza e comnosquo el e o regedor levarão muyta fome e trabalho e que forão comnosquo e contra os seus proplos naturaes e aguora com Bernaldim de Sousa foy tomar e destruir Geylolo e derribar a forteleza de Tidor o qual tem duas irmãs casadas com portuguezes que esperão os sobreditos reis e regedores da tera que a suas pessoas seja feito pelo qual vendo eles que ho tal rey he desaposado revolverão toda a tera e se alevōtarão em tempo que ho posão fazer com toda a jemte da tera hũus por amor de seu rey e outros com receos de os desaposarem e muytos sem rezões que os capitães fazem e lhe tomarem o cravo e o seu e muyto pior sera se não ouver rey que ey medo e por certo tenho que a tera não soffra por ser jemte que de qualquer parrente del rey farão pessoa.

Ora veja se se se pode prender ou matar juntamente todos os pryncipaes que ha naquella tera porque sendo mortos diguo que se farão christãos se ouver capitão perpeto virtuoso que pera de tres em tres

annos nom no compadese a tera e crea senhor que os portuguezes por sy sem ajuda da jemte da tera não podem fazer guerra e aprovo Fernão de Sousa foi a Geilolo com pasante de quatrocentos portuguezes matarão lhe dezaseis omens e fryrão lhe sesemta e nos a eles. Huum Bernaldim de Sousa foy la com cento e tantos omens matou os a todos e tomou toda a tera e fortalezas com a jemte que ho rey levava.

Dizem os reis daquelas ylhas que por as sem rezões que os capitães nelas fazem e receozos de se por elas alevãotarem os capitães premdem e matão os reiz e regedores e os ao por alevãotados por se desculparem de (7) suas cullpas e que aos imiguos porque nom podemos com elles que lhe damos dadivas e somos seus amigos e que nos esquesemos dos servisos que nosos hamiguos nos fazem e nos alembra delles allguma cousa se no la nom fazem a vomtade de que os mesmos capitães tem a culpa e que a pena que os capitães merecem elles mesmos a dão aos reis com os mãodarem matar quomo ao Samarão e a outros de que nunca virão castigo e porque he melhor nom estarem bem comnosquo pera sermos seus amigos e lhe catarmos omra.

El rei noso senhor e muitos terão que así como Jurdão de Freitas teve a tera pacifiqua dous anos sem se allevãotar com premder el rei e reguedor que deça propia maneira com se tornar a desapoçar o rey fiquara a terra muito pacifiqua.

Pode ser que se o rei e reguedor nom enquomendarão afimcadamente aos seus que se nom allevãotarem que elles o fizerão porque eu são testemunha de hũa falla que o reguedor que se matou fes da parte do rei aos seus e aos portuguezes emcomendãodo lhe que se sostivesem que elles confiavão em seus servisos e justiça que elles fosem empoçados de seus senhórios e satisfeitos de suas injurias e fazendo lhes merce e outras pallavras de nota.

E dizerem aos portuguezes que se alembrem beem que a castelhanos na tera que tanto os deseja e que ficavamos sos que poes os manda o capitão prezos e nos não podem ajudar a defemder a tera que olhemos por ella e nom durmamos poes ficamos sos porque elles encomendão aos seus que nos obedeção e que olhem por o serviço del rei noso senhor. *E* com estas e outras muitas palavras qu'elles milhor qu'eu sabião dizer se afastou o batell da praia com tamanho prãoto dos portuguezes quomo o da jemte de sem o rei nem reguedor mudarem seu rosto pera mais que trocerem se dos grãodes grilhos que trazião

E também se nom alevãotou a tera por os castelhanos estarem nella. Os caes dos outros reis eram bem comitidos mas quomo estavam desperados da torna viagem e que não tinham tornada senão por a Imidia se sostiverão ate ir Fernão de Sousa de Tavora que os trouxe. *E* estas sam as rezões que a tera teve pera se nom allevamtar que aparelhada esteve pera se perder com taes prizões em tall tempo.

E se cumpre dizer ce que el rei noso senhor esta em pose dos reinos de Malluquo a mister que se desponão os outros reis e grãogiar se o

proprio rei de Tarnate pera que da mão del rei noso senhor aceite o reino e reja e guoverne em nome de Sua Alteza pera o qua mister ser grãogiado com pallavras dadiuas e cartas del rei noso senhor femjidas e omem descreto e de quelle confie pera o armar ao que cumpre porque o rei e vão e descreto e a mister todas estas e outras cousas necessarias. Pera isto Dom Jorgue de Castro que sabe ha tera e os quonhece e elles a elle.

(7 v.) Mas aguora que o rei esta seguro de o desapçoarem olhara por a tera como sua e conflado de se lhe fazer justiça dos capitães se queixara delles pollo quall os capitães em ci terão halgum freio e o rei sofrimento.

He lembro a vosa senhoria que ja os proprios portuguezes em Malluquo prenderão os capitães e muitas vezes estiverão pera os premder por os nom poderem sofrer a saber cãodo os proprios portuguezes isto fazem como se nom halevãotera a jemte da tera por o que diguo que me parece que se nom pode escusar rei com o quall os capitães nom farão taes as ordens quomo sem elle.

E Malluquo he a tera omde os capitães am d'ir a merecer e não a satisfazer ce do seu mericimento e isto e o queremdo que sera bem deferente d'aparecer dallgũus o que diguo por o juramento que me foi dado.

Quãodo dei este parecer ao vizo rei me pregumtou ho que podia remder Malluquo.

He se Vosa Alteza pertemde do reino de Malluquo pera se lograr do remdimento delle a saber na tera nom se pagua derreito de nenhũa cousa e o rei se sostem por esta maneira a saber as molheres que tem os paes dellas as mãotem e ata lenha e aguo e quem nas sirva lhe dão. Ellas amdão quem milhor bamqueteara o rei elle tem hum lugar que lhe da o sagu que e o pão outro o vinho e por esta maneira certos lugares que cada hum tem obrigação de lhe dar cada cousa. Estes lugares são lybertados cada hum bervallmente e jullgado e pagua com fato a cullpa a pena e pera o rey. O rey cãodo quer fato fas hũa armada cada lugar vem cos paraos que tem obrigação cada hum embarca o quomer pera si e como são no parao bons e maos comem irmaamente por omde vão tomão o cachão pera quomer core seus lugares cada lugar a [que] chegua lhe da seu prezemte. Esta he a sua remda.

Quãoto ao cravo quãodo vem a novidade de dous em dous e quatro em quatro anos cada lugar lhe da o que pode e repatido as monções hũuas por outras pode vir ao rei cada ano de cravo xx bares dos gaes Vossa Alteza tem o terço e choque que são des bares e meo e nom fica ao rei maes de nove bares e meo e isto he o que remdera Malluquo ao rei e aguora c'ade vir cravo de cabeça nom lhe remdera seis bares o que decraro porque nom aja emgano no remdimento s'ouber pessoa que lh'escreva o contrairo pertemdera d'ímtirece e o meu he desejar de servir Vossa Alteza

Ha cinco mezes que se m'acabou o tempo d'escrivão da feitoria Cavalos que inda sirvo por o vedor da Fazemda me moadar que o ajudace no grão trabalho que levei nesta armada por cer so por o feitor e os outros escrivães saberem pouco do carreguo e por o escrivão do thesoureiro estar empidido servi por elles. *Aguora* chegou de Gandell costa de Cinde hũaa nao de cavallos muito fermozos e por daquella (8) quosta ataguora se numca pagarem direitos delles me requererão que taes cavallos nom caregase em receita e por os ditos cavallos ja nom terem outro empidimento senão a sertidão que lh'eu avia de paçar. Por ella me davão hum cavallo de ijº pardaos o quall nom quis aceitar mas requerer ao vedor da Fazemda que os moadase hyr diãote sy e olhase bem que cavallos erão os que da costa de Cinde vinhão de que se nom paguava direitos qu'elle mos moadase caregar em receita e pagarem delles direitos e asi se detriminou e por costume e haderemcias e peitas se forão cad'ano em cavallos muito fermozos que daquella costa vem em que perde cad'ano ijº pardaos.

Vosa Alteza mande que todo cavallo que daquella quosta vier pague direitos e estes e outros percallços dos careguos que os officiaes tem perdi eu sempre por lhe dar proveito de que Vosa Alteza nom deve ser esquecido pois eu taes lembranças tenho e faço de seu serviço

Mynha carta em si e comprida has rezões de cada cousa certas que nom devem estrovar a prover ce no c'apomto e muitas cousas e grãodes a de que fazer lembrança que por serem taes nom apomto e leixo aos officiaes e pessoas que dellas tem hobrigação de lh'escrever. Somente m'acupel nestas de que faço lembrança pera que Vossa Alteza a tenha de prover nellas. *Nom* acraro as rezões que pera iso a por averem d'oadar nos seus officiaes que pollas obrigações e saber de taes pessoas devem tomar minha çam temção e pregumtar por minha pessoa e serviço e conforme a elle ser favorecido na merce pera o senhor servir.

Nom peso allcalde mor desta cidade a Vossa Alteza porque parece rezão da lo a hum filho de Gallvão Viegas que aguora faleceo e nom lho avendo de dar faça me merce e não pera me iso estrovar acupel me em toda maes cousa em qu'elle vir que são pera o servir porque atras apomto a Vossa Alteza que o vedor da Fazemda divya comprar todo cravo nos e maça que as partes de Mallaca e Bamda trouxecem porque avendo tudo ysto a sua mão por lh'ia todo preço que quisesse e se diguo que moades a Ormuz cad'ano hũa nao com drogas tão-bem diguo que defemda que ninguem os poça levar a Cãobala e mande a Dio as drogas neceçarias as quaes se venderão as maos que al caregarem pollo quall darão por ellas muito e as naos hirão la tomar caregua e remdera allfãodegua muito maes e nobrecer s'a cidade que de todo esta desbaratada.

Pera se quonprarem ijijº quintaes de cravo e ijº de nos e ijº de maça pode ce aver mister lxx pardaos e esta e toda força de cravo nos e maça

que se nesta cidade vemde porque todo maes e gastado e Vossa Alteza o tem de terço e choque de que lhe cada hum paga.

(8 v.) xxx pardaos que Vossa Alteza nesta cidade tome a calbo lhe custarão cad'ano ij pardaos e com xxx pardaos que se quomprarão o sobredito cravo e nos e maça que cada hum quomo tivece certo pagar ce lhe vindiria com lhe darem loguo hum terço ou a metade [do] dinheiro e o maes fiado. Hasy que com xxx pardaos atraveça cravo nos e maça que vall setemta mill pardaos quom que ganha muito e maes poem todo preço que quer e o maes que tem.

Para Vossa Alteza achar estes trimta mill pardaos e quãoto quiser nom a mister maes que abonar húa quallquer pessoa quonhecida com a casa da quontratação das drogas que ao caes diguo que se faça e com verem que Vossa Alteza as recolhe todas em sy terão por certo ser lhe paguo e cada hum dara o seu dinheiro a dez por cemto quãoto maes que amda muito dinheiro d'orfãos na Rua Dereita que Vossa Alteza pode moadar tomar com outro que cada dia se da ao ganho. Com isto ganhara muito soquorera as suas necedidades e nom se lh'emxergarão e tera dinheiro pera moadar comprar a pimenta que se tera sequa e a carregua feita pera as naos partirem sedo e nom avera piditorios cad'ano que tall apreção da a tera que desquobre sua pobreza que aos imiguos se deve emquobryr.

He tão neceçario prover ce em todas estas cousas que fiquo nesta cidade esperãodo a groria de o ver e pera no que me moadar o servir fiellmente com amor e cem temor de ninguem.

Deos acrecemte o Reall Estado de Vossa Alteza com descãoço e muitos anos de vida e com saude e groria.

De Guoa vinte e seis de Dezembro de 553.

Francisco Palha

(9) Para el rey noso senhor

(R. C.)

4314. XVIII, 2-23 — Carta de António de Brito a el-rei, na qual lhe fala a respeito de Maluco. S. João de Ternate, 1525, Fevereiro, 29 (sic) — Papel. 4 folhas. Bom estado.

Senhor

Ja la tenho espyto a Vosa Alteza damdo lhe comta meudamente das cousas destas partes e como tomarra a nao em que vyera Fernam de Magalhães e como mandara os castelhannos presos pera Malaca pera dahy os mandarem a Purtugall porque asym mo mandava seu pay que samta groria aja em meu regymento e asym espyrvy a Vosa Alteza da estrema necesydade em que fycava que erra tanta que se nam pode esprever porem dalgũa quero aquy dar comta a Vosa Alteza.

Item o feytor trazya de Purtugall pera fyzimento desta fortaleza e mantymto da jemte huum pouco de cobre e de vermelham e d'azouge. O cobre vemde se em Dyo em que se fez quatro mil cruzados estes vyeram empregados o vermelham e o azouge nam tynham nehũa valya na Imdia.

Trazya o meu irmão pera o vemder em Malaca despoys que moreo meu irmão como ja tenho dado comta a Vosa Alteza eu como chegey a Malaca mandey o entregar a Garcia Chaynho pera o vemder. Vemde obra de mil cruzados os quaes entregou ao feytor. A outra quamtydade que seryam quatro ou cymquo mil cruzados lhe rogey que mo mandase empregado em roupa que lhe deyxe por item a que qua vallya a quall ate o dya de oje nam veo ter a esta fortaleza nehũa nem desta fazemda nem doutra que elle mandase dyseram me que a mandava em huum jumco que se perdera.

Per (1 v.) aqui vera Vosa Alteza como se podera fazer hũa fortaleza e dar de comer a duzentos e vynte ou duzentos e trynta homens que trouxe comigo e corregimento de seys navios com tam pouca fazemda em hũa pouca de fazemda que trouxe que nam foy tam pouca que nam fosem obra de quatro mil cruzados. *Eu* a gastey toda em dar de comer a cryados de Vosa Alteza e a outros homens porque me pareceo seu serviço e se tenho desejo de ter vynte mil cruzados nam he senam pera servir a Vosa Alteza com elles.

Asym senhor que quando me vy em tanta necesydade trabalhava de dya e de noyte porque a jemte da tera como me vyo asym ordenavam de fazer trayções e ruymdades. *Eu* apagava os com dar lhe dyso que me fycava a eses principaes.

Como me serquey detreminey a tomar a el rey e mete lo nesta fortaleza de Vosa Alteza porque tynha hũa mãy que o tynha em seu poder que hera fylha del rey de Tydore omde se agazalharam os castelhanos quando aquy vyeram ter.

Este rey de Tydore me matou dez ou doze homens que se perderam em hũa fusta que foy dar a costa na sua tera.

Item hũa antemanhã tomey eses poucos de portugezes que seryam obra de cymquoemta e fuy tomar a el rey e sua mãy me fogyo em que folgara muito de a tomar porque me parece que fyzera nyso gramde serviço a Vosa Alteza tomey com ele dous irmãos seus. *Nam* me mataram ne[m] me feryram nehũu homem. *Como* o tyve demtro mamdey chamar eses homens prymcipaes e lhe dyse que nam ouvesem medo que eu que o nam tomava senam pera o fazer gram senhor e que asym mo mandava Vosa Alteza. *Com* estas palavras e com outras que lhe eu dyse abramdarão.

Este rey sera de obra de doze annos e os outros seus irmãos sam mays moços tem Vosa Alteza nelle huum bom servidor (2) e vasallo. *Des-*

pouys que o tyve dentro na fortaleza me deu paraos e gente e com eses poucos de portugezes mortos de fome fyz a gera a el rey de Tydore em que lhe terey mortos mil e duzentos homens ate feytura desta asym que lhe tenho tomado muitos lugares sogeytos a Vosa Alteza.

A fortalleza tenho a ja serquada e ameada o muro he de oyto palmos de largura he de vymte e cinco de alto a fortaleza he quadrada tem em cada lamço vymte e quatro braças a tore de menajem esta em dous sobrados as genellas e os cunhaes he de camtarrya he a porta da fortaleza tambem com as armas de Vosa Alteza muy bem acabadas.

Item ja tenho espyto a Vosa Alteza que se apanharam em Bamda e em estas ilhas de Maluco amtre cravo e maça e nos pasamte de quatro mil baares e este anno de quynhemtos e vymte e quatro se apanhariam so em estas ilhas de Maluco cinco mil baares e asym tynham espyto a Vosa Alteza como tynha dado lycemça aos jumcos de Malaca que vyessem tratar pera estas partes com tall comdyçam que a metade dos jumcos podesem ir caregados da fazenda de Vosa Alteza.

Esta lycemça dey lha porque me pareceo seu serviço isto ate ver recado de Vosa Alteza o que nyso mamda e asym porque se ajuntaram eses mercadores de Mallaca dyzendo que se lhe deffendesem o tratar pera estas partes que elles despovoaryam a tera.

O capitão e feytor e officiaes me fyzeram hum requerymento por parte de Vosa Alteza como deyxase tratar estes mercadores pera qua senam que se despovoarya Mallaca.

Os seus dytos com juramento eu os tenho ja mandado a Vosa Alteza.

(2 v.) *Item* eu tenho espyto ao veador da Fazemda desne o anno de quynhemtos e vymte e hum que me mandase fazemda pera comprar este cravo e maça e nos em que Vosa Alteza recebera grande proveyto e asym pera comer esta jemte porque a que trouxe era tam pouca como ja tenho dado arryba comta a Vosa Alteza.

Ate feytura desta numca vy hum espyto seu e asym espyvi ao capitão moor que me mandase jemte pera fazymto desta fortalleza e offeciaes pera correger seys navyos porque os que trouxe me moreram todos. *Numca* vy nehúua reposta sua o porque o fyzeram elles dem a Vosa Alteza comta dyso e por este esquecimento que elles fyzeram em que comprya tanto a serviço de Vosa Alteza me puzeram em tanta necesydade que creio que homens nacidos numca tamanha passaram porem com ella detreminey a morer pera lhe fazer este serviço que com ajuda de Deus tenho feyto a feytura desta.

Avya tres o quatro meses que nam tynha que dar de comer senam o que cada hum ganhava por suas mãos a pescar e a rosar e eu com elles fyco aguardamdo se me mandaram algúua provysam de Malaca ou da Imdia.

Com este recado mandey hum galeam que trouxe comiguo. Vay por capitão delle Martym Afonso de Mello. Mando o ao capitão moor da India contando lhe a necesydade em que fyquo porque as cartas que lhe tenho mandadas ategora numca me fez mensam dellas como que numca as vyra. Eu mando nelle quoremta baares de cravo e dez de nos e em outros jumcos que aquy estavam de mercadores de Malaca vam cemto. Estes amdey pedymdo emprestados e empenhamdo hũa pouca de prata que me fycava pera os mandar.

Se me o veador da (3) Fazemda mandase fazemda pera comprar este cravo e maça e nos que ha nestas partes poderrya Vosa Alteza receber mays proveyto que de nehũa fortaleza que ouvese na Imdya. Eu esprego ao veador da Fazemda meudamente a roupa que me ha de mandar que qua vall nestas partes.

Bejarey as mãos a Vosa Alteza mandar me dar hũa nao pera me yr quamdo de qua for destas partes.

Eu esprego a meus irmãos que pesam merce a Vosa Alteza e que me mandem o alvara.

Fyco rogando a Noso Senhor por vyda e estado de Vosa Alteza.

Feyta em esta sua fortaleza Sam Joam de Tarnate aos xxbilij (sic) dyas de Fevereiro de bxxb annos

Antonio de Brito

(4) Pera el rey noso senhor

(R. C.)

4315. XVIII, 2-24 — Carta de el-rei ao licenciado António de Azevedo, a respeito do contrato de Maluco. Lisboa, 1528, Julho, 28. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Licenciado Antonio d'Azevedo amigo.

Eu el rey vos envio muito saudar.

O que responderez ao emperador meu muyto amado e preçado irmão em reposta do que vos foy respomdido aos tres capitulos do concerto de Maluco a saber.

O primeiro d'aprovaçam que se avia de fazer pelos precuradores das cortes e o segumdo do modo do desempenhamento e o terceiro dos lemytes e linha que se ha de lamçar he o seguinte.

Iteem quamto ao primeiro capitulo da outorga dos povos lhe direes que vy todas as rezões que me enviastes por omde se escusa de ho fazer e que minha temçam e desejo sempre foy e ha de este concerto se acabar e que nom insysty na outorga dos povos senam porque alguns de meus letrados se afyrmam que seem a dita outorga o concerto se nam devia fazer. E pois elle diz que lhe nom parece necesario que por elle veer

quanto eu desejo de isto se concluir e acabar me prazera pera que mais veja a vontade que pera yso teenho que elle mande veer esta duvyda aos letrados do seu conselho real e achando elles que sem aprovaçam e outorga dos povos se pode fazer e mandando me elle seu parecer asynado por oito ou dez deles averey por beem de se escusar a dita outorga dos povos.

Iteem ao segundo capitulo do desapenhamento que a mym me pareceo e parece que no modo em que estaa apontado he cousa justa e rezoada e que se nom deve recusar pero que tambeem neeste porque nam posa parecer que eu me arredo de se veer a justiça da causa a qual eu sempre tanto procurey que se vise como estaa sabido pois elle diz que sempre e em todo teempo que eu quiser se veja e detrymine o direito da propiedade que me prazeria viñr em que o direito da propiedade se comece aver da feitura do concerto a huum anno e que julgando se por elle a propiedade ficara a pose comiguo atee elle me pagar o dinheiro que tiver de mym recebido pello empenhamento que sera quando elle quiser. E julgando se por mym ha propiedade em tall caso lhe ficara o dinheiro que tiver recebido por via d'emprestymo por aqueles (1 v.) annos em que agora nos concertarmos e começando se aver o dito direito da propiedade e nam se acabando de detryminar dentro em dez ou doze annos que he teempo em que largamente se podera acabar emtam nom se posa dhy em diamte desfazer o enpenhamento seem primeiro ser acabado de julgar a propiedade.

Iteem quanto ao terceiro capitulo lhe direes que eu teenho la enviado Pero Afonso d'Agyar pera praticar com elle e com as pessoas que elle ordenase o lançamento da lynha e que se nom pode em outra melhor maneira aseemtar nem fazer pera se conseguir tanto contentamento como desejo e se nam posam oferecer as duvidas em que agora estamos e que creio que lhe tera parecendo beem meu preposyto pois nam ha hynconvenyente nenhũu nyso. E que daquelle modo de se lançar a lynha asy como por mym estaa apontado quando outro melhor se nam achase nam me ey de sayr neem em outra maneira viñr no concerto por ver que se nam pode em outro melhor modo fazer sem ficarmos nas duvydas d'agora. E tambem com a outra declaraçam de nom ireem suas naos e navyos por meus mares pera a sua navegaçam do sul salvo como estaa por mym apontado a que particularmente nam fuy respondido atee agora.

Iteem quanto ao preço dos b^c cruzados que diz que lhe ey de dar lhe direes que certo por se poher em tamanho e tam desyguall preço a mym me parece que elle nam teem tanto desejo como eu cuydava que elle tynha da conclusam dese negocio e como eu ho tenho porque ainda

que sua justiça estevese muy clara tamanho preço parecerya muy fora de rezam e que aquele que eu tenho dito que darey deve parecer muy grande como he e mais pella clareza de minha justiça. E que a ysto nam me pareceo rezam eu agora mais respomder por esperar delle que torne a olhar ysto (3) de maneira que eu veja que elle teem a vontade e desejo pera nos concertarmos que eu teenho e de modo que o posamos fazer e que receberey delle em muyto prazer querer que seja asy pois pera a conclusam dese negocio sempre tyve e tenho muita vontade.

Iteem lhe dires que acerqua da partida da sua armada pois estamos tam chegados a conclusam do noso concerto nam serya cousa onesta neem de esperar amtre nos de ella partyr e que asy o espero delle. *Em* o contrario serya cousa muy desarezoada neem com yso se poderya tomar em noso concerto tall conclusam como eu muyto desejo.

Sprita em Lixboa a xxbiij dias de Julho. O secretario a fez 1528

Rey

Resposta a Amtonio d'Azevedo sobre o de Maluco.

(3 v.) Por el rey

Ao lincenciado Antonio d'Azevedo do seu Conselho e seu embai-xador etc.

(Selo)

(R. C.)

4316. XVIII, 2-25 — Carta de António de Brito a el-rei, na qual lhe conta o que se passara na viagem de Banda, como se houvera com os castelhanos e da sujeição de el-rei de Ternate como vassalo de Portugal. S. João de Ternate, 1523, Maio, 6. — *Papel. 12 folhas. Bom estado.*

Senhor

Eu tenho escryto a Vossa Alteza de Bamda as novas que ahy achey dos castelhanos meudamente e asy mandado as cartas dum Pero de Lorossa que era ydo com elles.

Eu senhor party de Banda aos ij de Mayo de bxxij e foy sem monçam e sem tenpo pera ver se podia tomar esta nao que partyo dera-deira porque a outra avya tres meses que era partida como ja tenho escryto a Vossa Alteza e asy pera ver quanto vay de portugueses a castelhanos e pera fazer este pequeno servyço a Vossa Alteza em lhas mandar como me ele manda em seu regymento.



Eu senhor chegey a ylha de Tidor a xliij de Mayo da dita era omde os castelhanos fizeram sua abytação e carega. *Duas* das b naos que de Castela partiram onde soube que avia quatro meses que a prymeira era partida e esta deradeira hũu mes e meo e o porque leyxou de partyr com a outra foy por caso duma agoa que abryo. *Em* estando ja de vergas d'alto tornou a descaregar e corege[o] se o melhor que pode e partyo (1 v.) onde achey cynquo castelhanos o quall hũu deles ficava por feytor com mercadarya e outro bonbardeiro. *E* como sorgy no porto mandey loguo a terra o feytor Ruy Gaguio com recado a el rey que me mamdase loguo eses castelhanos que ahy tinha e asy artelharya como fazenda e lhe mandey dizer se a terra era descuberta por naos e navyos de Vossa Alteza avia tantos annos como agasalhava ele castelhanos nem outra jemte algũa. *E* ele me mamdou dizer que os agasalhara como a merca-dores ysto mays com medo que com vontade o quall ao outro dia me mamdou entregar tres castelhanos que ahy estavam em que entrava o feytor com hũa pouca de fazenda que lhe ahy ficou e o bonbardeiro com artelharya. O quall bombardeyro ahy leyxavam os castelhanos pera pelejar com alguns poucos portugeses se ahy vyesem ter e hũu dos b castelhanos que ahy ficaram era hum deles ya em Banda num junco a saber a terra e o trato o quall escoreo Banda e foy ter a hũa ylha que se chama Gouram omde eu tynha mandado hũa caravela por ele e mo trouxeram em eu estando pera partir pera ca e por yso nam dey conta a Vossa Alteza na carta que lhe de Banda escrevy e o outro era em hũa ylha que se chama Moro sasenta legoas de Maluco.

Ao outro dia seginte me veo el rey ver a nao e eu lhe fiz aquella omra que conprya a estado de Vossa Alteza e asy se me desculpou o porque recolhera estes omens e ysto paramte eles dizendo como era vasalo de Vossa Alteza avia tanto tenpo ele e todas as ylhas de Maluco e que asy lho tinha dito que quamdo quer que armada de Vossa Alteza vyesse que se avya d'entregar a ela como seu vasalo que era o que eu nam creio que ele fizera se me nam vira no seu porto surto com temçam de me pagar o recolhimento que fizera dos castelhanos. *E* todas estas palavras que ele me dise eu lhe lamcey mão por elas e lhe fiz fazer hũu conhecymto pera que em todo tempo nam negase a verdade o quall conhecymto me ficava na mão pera o levar a Vossa Alteza porque lhe certifico que se entregaram estes castelhanos em seu poder de tall maneyra (2) como que foram crystãos e seus naturaes.

Achey toda a terra chea de cruces d'estanho e delas de prata com Noso Senhor crucyficado e Nosa Senhora. *Da* outra banda vendiam bonbardas espyngardas bestas espadas dardos e polvora. *Estas* cruces que acyma diguo a Vossa Alteza eu as conprey todas e eles as vendiam como omens que sabyam o que era. *Achey* a terra por caso das armas que vendiam estes omens alevamtada como que com elas se esperavam defender o que prazera a Deos deles verem o contrayro quando detrymy-narem de nam fazer o servyço de Vossa Alteza.

Estando surto no porto de Tidore avya dous dias veo hñu filho bastardo del rey de Tarnate com muytos paraos e jemte pera me levar pera a sua ylha. *Eu* me vym com ele que os outros navyos ja estavam no seu porto porque nam cabyam comyguo no porto de Tidore por caso de ser pequeno. *Este* rege o reyno por o erdeyro ser d'oyto [ou] nove annos que ao tempo de mynha chegada avya sete ou oyto meses que ho pay era morto.

Esta ylha he a mor e a mays prymcypall de Maluco omde Francisco Seram senpre esteve e Dom Trystam quando ca veo. *Esta* ylha se as outras dam myll bares da esta dous myll.

Daly a dous dias me veo el rey ver a nao por mamdado de sua may que he a pessoa que mays manda no reyno onde lhe dey hña carta que trazya de Vossa Alteza pera seu pay. *Com* outras cousas que lhe dey em seu nome por me parecer seu servyço ele se me entregrou por vasalo de Vossa Alteza e que na sua ylha podia fazer tudo o que quysese. *Nam* lhe quys loguo falar em fortaleza ate nam ver ho asemto de totalas ylhas pera se fazer omde fose mays servyço de Vossa Alteza as quaes per mym foram vystras e per alcayda mor e capitães e feytor destas naos de Vossa Alteza que comygo vyeram. *A* mym pareceo seu (2 v.) servyço fazer se ela aquy e asy a eles por a ylha de Tidor nam ter porto e ser Ternate a mor ylha destas e omde mays cravo ha como acyma tenho dado conta a Vossa Alteza.

Item senhor estamdo em terra numa tranqueyra de madeira a mays forte que eu pude fazer averya obra dum mes me adoeceo toda a jente que de duzentos omens que trazya nestas naos de Vossa Alteza fiquey com L sãaos e destes me moreram bem L omens em que entrou Lourenço Godinho que vynha por capitam dum galeam e outro seu irmão que se chamava Pedro Botelho que vynha por capitam duma caravela e asy Francisco de Melo com outros omens onrados que aquy nam escrevo a Vossa Alteza em que lhe certefico que me vy no mor trabalho com estes negros que podia ser que quando me viram toda a jemte doente estavam cada dia pera dar em mym. *Eu* o sostive com asaz de trabalho asy com mynha fazenda repartyndo a por eles pera fazer este pequeno servyço a Vossa Alteza que ate quy tenho feyto e asy faço desejando de lhe fazer outros mores quando me a mão vyerem ter.

Item senhor estamdo asy em terra como tenho dito a Vossa Alteza pondo mãos em a fortaleza com asaz de bem pouca jente porque despoes que mataram meu irmão achey nesta armada duzentos omens asy jente d'armas como marynheyros e ysto por culpa de Diogo Lopez capitam mor da India que mandou apregoar que todo omem que vyese obrygado a esta armada que quysese ficar na Yndea que ele lhe porya soldo e mantymto como ja meu irmão escreveo a Vossa Alteza e asy ho veador da Fazenda me dise que darya conta diso a Vossa Alteza e eu

por me parecer tamanho seu servyço vyr esta armada vyeera com cyn-
quoenta (3) omens quando nam achara mays de seys navyos e hũa fusta
que vynham pera Maluco. *Eu* leyxey hum a Jorge d'Albuquerque por
nam ter jemte pera ho navegar eu iha pedy da parte de Vossa Alteza
e ele ma nam quys dar ca lhe dara comta o servyço que lhe foy nyso
e asy me ficaram xxb ou xxx omens fogydos em Malaca os quaes eram
marynheyros e espyngardeyros que he a jemte de que eu tynha mays
necesydade pera fazer o servyço de Vossa Alteza commo eu desejo.

Os marynheyros deu os a nao de Dom Nuno que hya pera a India
e leyxou vyr esta armada asy e despoes que party de Malaca se me
ouvera de perder hũu navyo por nam ter quem o navegar.

Item senhor aos xx d'Outubro da dita era estamdo em terra como
ja tenho dito a Vossa Alteza me veo hũu parao dar novas como andava
hũa nao detras destas ylhas de Maluco. *A* mym porque me pareceo que
ela nam podya ser de Vossa Alteza senam dos castelhanos porque era
polo camynho por omde eles vyeram mandey loguo lançar tres navyos
fora do arecyfe com esa jemte que haquy avya pera ma trazerem e
ma trouxeram com vymte e quatro omens castelhanos. *E* eu mamdey
loguo vyr peramte mym o capitam e mestre piloto e escryvam e lhe
dyse como vynham a terra que era descuberta avya tanto tenpo por naos
e jemte de Vossa Alteza e que achavam aquy a hũu portugez que se
(3 v.) chamava Pero de Lorosa pera lhe dizer a verdade e que nam
avya quatro meses que daquy partyra hũu navyo de que era capitam
Dom Trystam e que el rey de Castela lhe defendya em seu regymento
que nam emtrasem per terras de Vossa Alteza que como fazyam carega
nela e se yam asy. *Eles* me deram por repostas que ho que eu dezya que
era verdade porem que Fernam de Magalhães dezera a el rey de Castela
que Maluco que era seu he que estava no seu lemyte e asy trazya hũa
carta em que lhe fazia crer que era seu a quall carta em (*sic*) mandey vyr
peramte mym e lhe amostrey que avya muytas cousas nela falsas.

E asy me dyxeram que nam sabyam cujo era Maluco senam despoes
que vyeram a ele e lhe os negros deseram que era de Vossa Alteza e que
estavam prestes a pena que lhe eu quysese dar. *E* asy lhe pergumtey
que camynho era o que fazyam quando de Tydore partyram e eles me
deram por repostas que quando daquy partyram que nam quyseram tornar
por o camynho por omde vyeram porque avyam mester tres annos pera
tornar a Castela amtonce detrymynaram de yr tomar a Daryem que
he hũa terra fyrme que esta na costa das Amtylhas xxblij graos da
banda do norte. *Hos* ventos lhe foram escasos porque nam souberam
tomar monçam quando avyam de tomar e foram em quarenta graos da
banda do norte. *Neste* Daryem detrymynavam de pasar o cravo em came-
los a outra banda porque me disseram que amdavam d'armada navyos
de Castela e que neles o pasaryam (4) e quys Deos que ho que cuydavam

que lhe sayo ao reves. *Deste* Daryem a Castela a myll e quynhentas e cynquenta legoas e fazyam se polo seu pomto ixº legoas desta terra quando arrybaram

Item senhor quando de Tidore partyram com esta nao pera Castela levava Liliº omens. *Como* foram em R graos moreram lhe trymta. *Eu* mamdey ao alcaide mor desta fortaleza que he Symão d'Abreu fylho de Pero Gomez d'Abreu porque me pareceo que serverya Vosa Alteza nyso como devya e com ele hũu escryvam da feytorya que escrevese toda a fazemda que hahy vynha del rey de Castela e que tomasem todas as cartas e estrelabyos a esses pilotos o quall per eles foy feyto.

Item despoes que faley com estes omens e os mandey arecadar mandey yr a nao a hũa calheta obra dum tyro de berço desta fortaleza de Vossa Alteza pera se descaregar por nam poder emtrar por a bara caregada a quall nao serya de cem tones ate cento e dez. *E* estamdo se descaregando averya obra de bilj dias e era ja case descaregada veo hũu tempo forte e abryo sobre amara e ysto por caso que era muyto velha e fazyta muyta agoa e avya quatro annos que amdava no mar sem a tyrarem a terra e com pendores a tynham sostida onde se perderam obra de R bares de cravo que nam eram aynda descaregados e ysto por a muyta agoa que fazyta todos molhados.

A madeyra dela toda aproveytou pera esta fortaleza e os seus aparelhos pera estoutros navyos que certefyco a Vosa Alteza que aynda de Cochym nam partyram navyos de Vossa Alteza (?) tam mall abrecebydos (*sic*) (1) por vyrem pera hũa terra tam longe.

(4 v.) *Daly* a dez ou doze dias mamdey chamar ho capitam e ho mestre e os tomey hũu e hũu e lhes pergumtey quem armara esta frota e ho que passaram despoes que partyram de Castela e a que portos vyeram ter como Vossa Alteza vera abayxo e eles me dyxeram que os omens que armaram era ho byspo de Burgos e Crystovam de Aram e ysto me descobryram amedromtados porque sempre dyseram e dyzem que el rey de Castela a armara e ysto quys saber deles pera enformar Vossa Alteza na verdade.

Esta he a vyagem que fizeram de Castela ate Maluco.

Item despoes que partyram de Sevylla foram ter as Canaryas e estyveram surtos em Tanaryfe e tomaram hahy agoa e mamtymmentos e dahy se fyzeram a vela.

Ha prymeyra terra que tomaram foy o Cabo dos Baxos d'Anbar e vyeram ao longo da costa ate ho ryo que se chama de Janeyro omde

(1) *Supomos ser engano; deverá ler-se «apercebidos».*

estyveram xb ou xbj dias e dahy partyram costeando a costa e vyeram ter a hũu ryo que se chama de Solyz omde Fernam de Magalhães cuydou achar pasajem. *Aquy* estyveram R dias e mandou yr huum navyo que se chamava Samtyago obra de L legoas por ele pera ver se avya pasajem e como nam n'achou atrevesou o rio que sera de xxb legoas em boca e achou a costa que se core nordeste sudueste ate este ryo [que] tem descuberto os navyos de Vossa Alteza e foram costeando ate hũu ryo que se chama de Sam Gyam omde emvernaram quatro meses. *Aquy* lhe conpeçaram a dizer os capitães que onde os leva pryncypallmente Jam de Cartajena que dezya que levava hũa del rey pera ser conjunta pera com ele como era Ruy Faleyro se vyera. *Aquy* se quyseram alevantar comtra ele e matarem no e tornarem se pera Castela ou yrem se pera Rodes.

Item dahy vyeram ter ao ryo de Sancta Cruz omde o quyseram por por obra e ele quamdo vyo o feyto (5) mall parado porque dezyam os capitães que ho matassem ou o levasem preso mandou armar sua nao e prendeo a Joam de Ca[r]tajena. E os outros capitães como vyram ho pryncypall presso nam curaram mays de fazer ho que tynham comytido aquy os prendeo a todos porque a jente bayxa a mor parte era com ele. A Luys de Memdoça mandou matar as punhaladas por o meyrinho porque se nam quys dar a prysam a outro que se chama Gaspar Queyxada mamdou degolar a Jam de Cartagena em se fazendo a vela pera se yr leyxou em terra a ele e a hũu crelyguo omde nam avya omem nem molher.

Aquy tornaram envernar tres meses e mandou Fernam de Magalhães a descobryr avante o navyo Sam Tiaguo omde se perdeo e se salvou toda a jemte.

Item daquy partiram a xb d'Outubro de bº e xx e foram dar com hũu estreyto nam sabemdo o que era. A entrada do estreyto avera xb legoas e despoes que conpeçaram a entrar pareceo lhe todo çarado e sorgiram e mandou Fernam de Magalhães hũu piloto portugues que se chamava Joam Carvalho a terra que se sobyse num momte que vyse se era aberto. Veo o Carvalho e dise que lhe parecy çarado. *Antonce* mandou duas naos as quaes se chamavam hũa Santo Antonio e a outra a Comceyçam que fosem a descobryr ho estreyto e yryam por ele ate xxx legoas e dahy tornaram a dar recado a Fernam de Magalhães dizemdo que vyam yr o ryo e que nam sabyam o que hya la. *Antonce* abalou com todas as naos e foy polo estreyto ate onde as outras tynham descuberto e mandou a nao Santo Antonio de que era capitam hũu seu prymo que se chamava Alvaro de Mezquyta e era piloto Estevam Gomez portugues que fosem a descubryr por hũa aberta que fazia ho estreyto ao sull a quall nam tornou mays e nam sabem parte dela se se tornou pera Castela se se perdeo e foy polo estreyto avante com as tres naos que lhe ficavam ate lhe achar sayda.

(5 v.) Este estreyto esta em Lij graos largos he de cem legoas em

conprydo e core se norte sull. A mor parte dele de largo he a lugares de b legoas e húa legoa e mea legoa e hũu quarto de legoa. *Como* se vyram fora no mar larguo governaram dereytamente a lynha por caso dos grandes fryos que fazyam e como foram em xxxij graos fizeram ho camynho delo es noroeste e por este rumo foram jbjº legoas. *Aquy* toparam duas yllhas despovoadas duzentas legoas húa da outra e por este rumo atravesaram a lynha e foram xij graos da banda do norte. *Dahy* governaram alo este bº legoas omde toparam hũas ylhas onde acharam muyta jemte bestiall e entraram tantos nas naos que quando se acordaram nam os podiam lançar fora senam as lançadas. *Mataram* deles muyta cautydade e eles estavam se ryndo cuydando que folgavam com eles. *Dahy* fizeram seu camynho senpre alo este senam quando queryam tomar altura governavam húa quarta fora de seu camynho pera saber omde estavam ate darem numa ylha a que puseram nome. A prymeyra esta xij graos da banda do norte.

Item dahy vyeram per antre muytas ylhas dar numa que se chama Maçava e esta em ix graos.

Este mesmo rey de Maçava os levou a húa ylha que se chama Çubo porque era húa ylha farta omde esteve acerca dum mes e fez a mayor parte da jente desta ylha crystam e asy o rey da mesma ylha e mandava a todas esas ylhas que vyesem obedecer a este rey de Çubo. *Algũas* vyeram hũas duas nam quyseram vyr e quando ele vyo ysto detrymynou de yr a pelejar com eles e foy a húa ylha que se chama Mata. *Tynha* lhe ja queymado hũu lugarynho e nam se contentou e foy a hũu lugar gramde omde pelegando com eles o mataram loguo a ele e a hũu seu cryado e quando hos castelhanos vyram seu capitam morto vyeram se recolhendo omde mataram mays cynquo.

Item daly se veo a jente pera as naos que seryam duas (6) legoas domde o mataram onde ordenaram eses omens onrados de fazerem dous capitães a saber Duarte Barbosa purtuges cuynhado de Fernam de Magalhães da molher com que casou em Castela e outro Jam Seram castelhano. *Este* Joam Seram foy capitam do navyo que se perdeo e despoes que cortou a cabeça a Gaspar Queyxada fe lo capitam da nao que se chamava a Comceyçam.

Loguo como hos armaram capitães o rey hos mandou chamar que lhes pedia que jantassem com ele porque era asy seu costume. *Eles* lhe deseram que lh'aprazia. *Daly* a b dias despoes da morte de Fernam de Magalhães foram a terra a jantar e com eles a mays da jente que algũa estava feryda de quando mataram ho capitam. *Eles* tinham detrymynado de os matar e de tomarem as naos como de feyto estando eles pera jantar deu a jente neles he mataram a Duarte Barbosa e a Luys Afonso que era capitam duma nao e mataram aquy com eles xxxb ou xxxbj omens.

Como os omens ferydos que estavam nas naos viram a jente morta levaram as amcoras pera se fazerem a vela e estando pera desferyr e vyr na volta de Burneo trouxeram os negros a Jam Seram nu que o queryam resgatar e pedyam por ele duas bombardas e dous bares de cobre e bretanhas que eles traziam per mercadarya. Eles lhe davam tudo que ho trouxesem a nao. Os negros queryam que eles que fosse a terra e porque ouveram medo doutra trayçam se fizeram a vela e ho leyxaram e dahy nam souberam mays o que se fizera dele.

Item como foram x ou xij legoas da ylha queymaram hũa nao que se chamava a Conceyçam por nam ter quem a navegar e fizeram capitam a Joam Carvalho piloto portugez e deram capitania duma nao a este Gonçalo Gomez que vynha por meyrinho d'armada.

Item dahy foram ter a hũa ylha que se chama Myndanao. *Esta em bliz graos escasos da banda do norte. Falaram com o rey de Myndanao e lhe dise onde era (6 v.) Burneo e amostrou lhe pera onde estava e eles governaram asy e foram dar com hũa ylha que se chama Pulvam xxx legoas da ylha de Burneo esta em nove graos. Nesta ilha estiveram hũu mes. He muyto farta. Aquy souberam novas de Burneo e tomaram dous omens que hos levaram la.*

Item daquy partiram e chegaram ao porto de Burneo que esta em b graos a outra ponta da banda do nordeste. *Esta em bliz graos. Core se a costa nordeste sudueste de bliz graos ate os b que he o porto e como sorgiram vyeram muytos paraos. Eles (1) cuydando que eram naos portugesas com grandes presemtes de mantymentos e eles mandaram a terra os dous omens que tomaram em Pulvam com hũu omem castelhano. Quando lhe disseram que nam eram portugeses que eram castelhanos, nam ho podiam crer. Dahy a bliz ou bliz dias lhe mandaram hum presente em que entrava hũa cadeira guarncyda de veludo e hũa roupa de veludo cramesym por Gonçalo Gomez d'Espinosa capitão desta nao.*

Item quando lhe levaram este presente perguntou lhe el rey que jemte era e que vynha fazer aly a sua terra parecendo lhe que era como armada de Malaca que lhe vinham ver ho porto pera lhe fazer fortaleza. Eles lhe disseram que eram castelhanos e que vynham em busca de Maluco se lhe querya dar pilotos que os levassem la. *El rey lhe dise que lhe darya pilotos ate Myndanao da outra banda por omde eles nam vyeram e que daquy navegavam pera Maluco que loguo acharyam quem nos la levase.*

Este Myndanao he hũa ylha muyto gramde e farta.

(1) No ms.: ales.

Item estando neste porto avya hũu mes ja pera se partyrem lhe fogyram dous gregos pera terra a fazerem se mouros. Ao outro dia pela menhã mandaram a terra tres omens em que entrava hũu filho de Joam Carvalho e estando asy viram vyr muytos paraos. *Andavam* ja tam amedrontados que quydaram que vynham pera os tomar (7) por dito dos gregos e fizeram se a vela sem esperarem polos outros tres. Dous ou tres ju[n]cos que estavam no porto tomaram nos e roubaram nos e puseram lhe ho fogo e vieram ter a Mymdanao onde tomaram omens que os trouxeram a Maluco onde pasaram tudo do que acyma tenho dado comta a Vossa Alteza.

Item a detrymynaçam que levava a nao que partyo primeiro era yr de Maluco direyto a Tymor com pilotos que lhe el rey de Tidore deu que os levase la e dahy se achasem mar grande yrem tomar a ylha de Sam Lourenço e fazer o camynho que fazem as naos de Vosa Alteza que vam de ca da Yndia. O que me a mym senhor parece que sera tamanho mylagre yr a Castela como foy virem de Castela a Maluco porque a nao era muyto velha e roins mamtymentos e os castelhanos nam queryam obedecer ao capitão afora outros muytos laços que Vosa Alteza tem ca por a Indea que lhe podiam fazer o que eu fiz a esta se a topasem.

Senhor a fazenda desta nao e asy a que ficava em Tidore em poder dos cynquo castelhanos he esta.

Item cento e vymte e cynquo quyntaes e xxxij arrates de cobre e cem arates d'azouge e dous quyntaes de fero e tres bonbaldas de cepo de fero hũu he pasa muro e duas roqueyras e quatorze berços de fero sem nhũa camara e tres ancoras de fero em que emtra hũu fugareo e outra grande e hũa quebrada.

Este he a da nao

Item nove bestas xij espyngardas xxxij peitos xj cervylheiras tres casquos quatro ancoras (7 v.) cynquoenta e tres baras de fero seys berços de fero dous falcões de fero duas bonbaldas grosas de fero com quatro camaras.

Item ij^oLxxb quyntaes de cravo. Neste tynha Pero de Lorosa xxxb como acyma tenho dado comta a Vosa Alteza. Aquy levava Fernam de Magalhães nesta nao xxbij quymtaes e meo e na outra levava outro tanto. Estes eu hos mandey tomar pera Vosa Alteza por perdidos. A outra sua fazenda era tam pouca que nam quys atentar nela.

Senhor nam escrevy a Vosa Alteza dũu padram que hasemtey em Banda dos maes frems e mores que se podem achar com as armas de Vosa Alteza na carta que lhe dahy escrevy e asy dos preços que hahy asemtey porque me pareceo que o mandase mays cedo por o camynho

de Burneo como acyma tenho dado conta a Vosa Alteza os quaes preços sam do cravo que hahy fose ter e asy da maça e noz que ha na terra e os asemtey pera senpre com todos omens onrados e xabandares que ha na ylha porque nela nam a rey e asy m'assynaram todos e me ficaram de ho conpryr e o que ho o contrayro fizesse de morer por yso.

Esta jemte de Malaca pera ca pesam por hũu peso que se chama d'alchym e fazem por este ate hũu bar e tem polos pesos que vem de Portugall de Vosa Alteza quatro quyntaes e meo. *Eu* peso por ele ate ver ho que Vosa Alteza manda que faça nyso e ysto por ho grande proveyto que he.

Trelado dos preços de Banda

Item tres synabas por hũu bar de cravo

(8) Item seys beyrames vermelhos por bar

Item nove bertangys vermelhos por bar

Item quynze bertangys pretos por bar

Item dozoyto mantazes por bar

Item hũa capa enteyra de Chaull por bar

Item nove çades por bar

Item gozerys malayos oyto por bar

Item panchavelyzes tres por bar

Item xxb mandalytões por bar

Item xxb mandis capazes por bar

Item dous panos enrolados por bar

Item ajaras e turyas cynquo por bar

Ese trelado ao
vedor da Fa-
zenda

Esta roupa que acyma diguo a Vosa Alteza que vall tanto hũu bar he a sua valya ate myll reais que sae o quyntall a duzentos e cynquõenta reais e hesta he a valya de toda pouco mais ou menos.

Item senhor eu fiz em Maluco estando presente el rey de Ternate e o regedor da terra com voz de todos os reys das ylhas onde ha cravo estes preços pera todo sempre se a Vosa Alteza asy parecese bem os quaes eles asynaram e todos omens omrados da ylha e ficaram de hos conpryr por enteyro e quem o contrayro fizesse morer por yso.

O trelado deles he este

Item hũa patola grande de Cambaya por quatro bares

Item hũu chantar dous bares

Item hũu sale hũu bar

Item hũu pano enrolado hũu bar

Item hũa chypa hũu bar

(8 v.) Item hũa synaba e mea hũu bar

Item hũu panchavelyz e meo hũu bar

Item hũa capa inteira de Chaull hũu bar e meo
 Item tres beyrames vermelhos hũu bar
 Item hũu beyrame branco hũu bar
 Item cynquo bertangis vermelhos hũu bar
 Item cynquo bertangis azuis hũu bar
 Item seys çades hũu bar
 Item quynze xabones hũu bar
 Item oyto mamdalytões de bandas de seda hũu bar
 Item oyto capazes de bandas de seda hũu bar
 Item capazes outros dez hũu bar
 Item mamdalytões dez hũu bar
 Item cybyas dez hũu bar
 Item mantazes oyto hũu bar
 Item vyrolas cynquo hũu bar
 Item turyas oyto hũu bar
 Item bretangis oyto hũu bar
 Item xxb porcelanas grandes vermelhas hũu bar
 Item xxx porcelanas pequenas vermelhas hũu bar
 Item xx porcelanas brancas hũu bar

Senhor a roupa que acyma estrevo a Vosa Alteza tantos panos por bar he a valya dela ate oytocentos reais e sae o quyntall a duzentos e pollo emprego de Canbaya vira a cem reais o quyntall em muytas sortes de roupa. O nome dela eu ho escrevo ao veador da Fazenda da Indea que mas mande porque he hũu dos mores proveytos pera Vosa (9) Alteza que pode ser.

A pimentta esta asentada em Cochym a myll e quynze reais o quyntall e o mays que pode custar o quyntall do cravo por estes preços que eu asemtey a Vosa Alteza nesta sua fortaleza de Maluco sera a 1^o reais. Olhe Vosa Alteza a valya dum e do outro asy a de Purtugall como a de ca porque se nam foram estes castelhanos que conpraram a cynquo e a seys cruzados o quyntall a mym me parece que eu pusera estes preços a Vosa Alteza mays bayxos do que os pus.

Veja Vosa Alteza este servyço que lhe tenho feyto e asy em lhe mamdar hos castelhanos pera pagarem ho que fizeram e que lhe faço hũa fortaleza com 1^o e quarenta omens e com lhe dever quatro e cynquo meses de mantymto e soldos nunca pagos e que tenho gastado dous myll cruzados que tynha em manter algũus cryados de Vosa Alteza e muytos omens onrados que amdam todo dia com a pedra e call as costas e eu com eles e ysto sem ajuda de nhũa jemte da terra e tam longe de socoro de Purtugall e da Ymdea.

Item eu senhor mandey por Dom Garcya a Jorge d'Albuquerque pera dahy os mandar ao capitam mor da Ymdea come me Vosa Alteza em meu regymto mamda dezasete castelhanos. Os nomes deles sam estes

Gonçalo Gomez d'Espinosa capitam. Joam de Canpos feytor que ficou com a fazenda em Tidore. Alonso de Cota que hya a ver o trato de Banda. Luys del Molyno Dieguaryes. Diogo Martym. Leom Pancaldo piloto da nao. Joam Rodriguez. Genes de Mafra. (9 v.) Joam Navaro. Sam Remo. Amalo. Francisco d'Ayamonte. Luys de Veas. Segredo. Mestre Haus Amtam Moreno.

Item quatro leyxey ca os quaes he hũu deles o mestre da nao que he o prymcypall omem que eles traziam porque despoes que mataram a Fernam de Magalhães ele foy o que trouxe esta armada a Maluco e chama se Joam Bautysta e andou ja em naos de Vosa Alteza em Purtugall e o escryvam que era hũu marynheyro e muy bom piloto e despoes da morte de todos o fyzeram escryvam e o contramestre e hũu car-pymteyro pera coreger este navyo em que agora os mamdo por Burneo porque os que trazia me moreram e esta esta fortaleza sem nhũu car-pymteyro e com hũu calafate e com cynquo navyos e hũa fusta. *Nam* lhos mamdey na caravela de Dom Garcya porque yam mays castelhanos que purtugeses e asy por descobryrem este camynho de Maluco a Malaca por Burneo por omde eles vyeram porque de Burneo a Malaca ha cem legoas e hahy acharam pilotos que os levem la porque senpre navegam de Burneo a Malaca muytos jumcos.

Despoes deste camynho descuberto eu cuydo que he hũu dos mores serviços que nesta dou conta que tenho feyto a Vosa Alteza pola grande brevydade que he do camynho e polas monções que se aguardam por o camynho de Bamda que em levar e trazer hũu recado ha mester hũu anno he meo e por este podem partyr de Malaca e vyr a Maluco num mes como acyma tenho dado comta a Vosa Alteza e por Burneo ser (10) hũa das mays riquas ylhas que ha nestas partes omde ha muyto ouro e camfar e muyto gramde trato pera muytas partes domde Vosa Alteza pode receber gramde proveyto.

Vay por capitam dele Symão d'Abreu.

Item quanto he ao mestre escryvam e piloto eu escrevo ao capitam mor que sera mays servyço de Vosa Alteza mamdar lhe cortar as cabeças que lhos mandar la. *Eu* hos detyve em Maluco porque he terra doemtya pera ver se os podia matar. *Nam* me estrevy a mandar lhas cortar porque nam sabya o gosto que Vosa Alteza levarya nyso. *Eu* escrevo a Jorge d'Albuquerque que tambem os detenha em Malaca porque he terra nam muyto sadya.

Eu mamdo a Garcya Chaynho neste navyo pera mandar as naos da carega duzentos e cyncoenta quynntaes de cravo.

Item eu senhor mandey pedir socoro de jemte e mantymmento a Jorge d'Albuquerque e asy ao capitam mor da Yndea e veador da Fazenda.

A feytura desta nam tynha vysto nhũu recado do capitam mor e veador da Fazenda.

Garcya Chaynho me disseram que me mandava fazenda e que he pouca e eu devo a esta jemte perto de myll cruzados de mamtymento e asy senhor mando pedir ao veador da Fazenda hũu navyo tamanho como outro que eu trouxe da Ymdea que se chama Samta Ofemea porque ho posa mandar cada anno a Vosa Alteza a Cochym caregado de cravo pera dahy lho mandarem a Purtugall e este navyo mando ho pedyr que leve (10 v.) ate dous myll quymtaes de cravo porque estes me parecem que abastaram cad'ano e estoutro que se chama Santa Ofemea pera yr com algũ junco a Malaca pera trazerem provymento pera pagar a jemte mamtymentos e soldos que estyver em Maluco. E asy lhe mamdo pedyr a roupa que acyma tenho dado comta a Vosa Alteza pera conprar ho cravo como me Vosa Alteza manda em meu regymemto que o conpre todo porque nestas ylhas de Maluco se podem bem apanhar huns annos por outros quatro myll bares de cravo e estes todos o feytor os pode conprar pera Vosa Alteza se tyver fazenda pera yso.

Eu senhor dey este anno pasado lycença aos mercadores de Malaca e alguns que achey aquy por nam trazer fazenda pero ho conprar pera Vosa Alteza e ysto por os homens da terra me vyrem choramdo e com muytos furos de trayções que lhe leyxase vender ho seu cravo poys lho nam querya conprar. A mym porque me pareceo servyço de Vosa Alteza e algũa justyça lha dey ate ver recado seu o que me manda que nyso faça e ysto porque tynha hũa fortaleza por fazer em que tamto vay a Vosa Alteza fazer se e a mym d'omra em acaba la.

Item senhor a fazenda que achey nesta armada de Vosa Alteza despoes que mataram a meu yrmão foram dous myll e quynhentos cruzados que Gaspar Fernandez feytor empregou em Dio dum pouco de cobre que la foy vemder que trouxe de Purtugall. Ho azouge que trazya fycou na mao do veador da Fazenda quamdo fomos pera Dio (11) pera se vemder. Nom se vemdeo trouxe se pera Pacem omde ele vall algũa cousa.

Pacem estava a mynha chegada destroydo leyxey hahy ho feytor numa caravela pera ho vender e eu vym me pera Malaca pera fazer a frota prestes e ele nam fez mays que ate myll cruzados como ja tenho dado comta a Vosa Alteza. Em Malaca mamdey ao feytor que ho entregase todo a Garcya Chaynho pera ele dar algũa roupa que valesse ca em Maluco e deses mercadores ele lhe darya ate bº cruzados em roupa e dise que nos jumcos que pera Bamda vyesem ou no navyo de Dom Garcya mandarya a outra camtydade porque eu party em Oytubro de Malaca sem esperar monçam pera ver se podia ca achar estas naos. Achegey a Gacym hũa cydade que esta na Yava omde achey jumcos de Bamda e de todas partes e nhũu me soube dar recado delas. Despoes que

fuy em Bamda me deram novas como estavam em Tidore como ja largamente per vezes tenho dado conta a Vosa Alteza.

Garcya Chaynho me mamdou aquele anno que party de Malaca num junco em que vynha hũu Antonio de Pina por capitam myll e duzentos cruzados empregados em roupa do azouge que acyma digo a Vosa Alteza que lhe leyxey que tynha valya de quatro myll cruzados.

Este junco nunca soube recado dele ate gora nam sey se se perdeo se nam pode pasar.

Item ho cobre que acyma diguo a Vosa Alteza que tome y a estes castelhanos eu mamdey fazer moeda dele porque vy camanho servyço fazy a Vosa Alteza nyso porque se pagase mamtymmento a esta jemte que haqy esta (11 v.) em roupa pera por ela comerem que nam querryam os negros apanhar ho cravo por caso de cam barato vall. *Eles* a tomaram ate quy mall a partyda deste navyo ja a nam tomavam e andam muyto alvoraçados ordenando algũa trayçam ou ruymdade. *Eu* os sostenho com algũas peytas e asy com boas palavras dezendo lhe que era muy bem e ysto sera ate acabar de fazer esta fortaleza e despoes de acabada eu lhe farey fazer este servyço a Vosa Alteza e outros mores quando lhe forem necessaryos porque certefico a Vosa Alteza que nunca vy jemte de tantas trayções nem ruyndades porque despoes que tenho conpeçado esta fortaleza a Vosa Alteza me ordyram myll e nunca m'ajudaram a trazer hũu pao nem hũa pedra pera ela nem por soldada nem por amydade. *Eu* espero em Noso Senhor de acabar bem cedo sem sua ajuda que a feytura desta tenho ho lanço da bamda do mar toda feyta que he de xxbij braças em comprido e de doze palmos em larguo e a tor[r]e da menagem em dous sobrados e ja gora tyro as maos da torre da menagem e conpeço me acertar e ysto com cemto quarenta omens purtugeses e nam trabalharyamos obra de seys meses por caso que a jemte estava doente como acyma dou comta a Vosa Alteza.

Item eu senhor escrevo a *Garcya* Chaynho que me mamde estanho pera fazer a moeda porque me parece que a tomaram melhor que a de cobre e tomamdo a todo a cravo pode o feytor comprar como acyma diguo a Vosa Alteza pola roupa que vyer de Cambaya e sera hũa das fortalezas de que Vosa Alteza recebera grande proveyto.

(12) *Senhor* eu mando ao capitam mor da Yndea hũu omem que se chama Diogo Lopez e esteve ja em Maluco com Francisco Seram e outro Jorge Corea moço da camara de Vosa Alteza em que lhe certifiquo que cada hũu deles he poderoso pera revolver a Yndea toda damdo lhe credito.

O Diogo Lopez foy ho omem que fez matar meu yrmão em Dachem porque esteve ja hahy e ysto porque lho fez tam facell que lhe dise que nam tynha mays de cynquoenta negros no lugar e meu irmão vemdo quanto servyço era de Vosa Alteza destroyr este lugar polos desser-

vyços que lhe tynha feytos deu nele omde o mataram por sua causa e os mando presos ao capitam mor per os castygar como eles merecem porque eu nam me estrey a lhe dar a pena que merecyam asy por estas cousas que acyma digo a Vosa Alteza como per outras muytas que me ca cometeram.

Senhor a merce que lhe nesta peço he olhar todos estes servyços que acyma diguo que lhe tenho feyto e asy os desejos que tenho de lhe fazer outros mores quando me a mão vyerem ter e olhand'os nam lhe esquecer de me fazer merce quando ho por seu servyço ouver. Namí lha peço aquy nomeadamente porque a Vosa Alteza lenbrara de a fazer a quem tanto servyço lhe tem feyto.

Fico rogando a Noso Senhor por vyda e estado de Vosa Alteza.

Feyto em esta sua fortaleza Sam Joam de Ternate aos seys dias de Mayo de b^{xxliij} annos

Antonio de Bryto

(R. C.)

4317. XVIII, 2-26 — Carta de Baltazar Veloso a el-rei, na qual lhe pedia mercê pelos seus servyços e lhe contava as carências da fortaleza de Maluco. Maluco, 1547, Março, 20. — *Papel. 4 folhas. Bom estado.*

Senhor

Quero dar comta a Vosa Alteza desta sua fortalleza de Malluquo porque crelo que nam he enformado do que nella pasa e pela obrigação que ha seu servyço tenho me atrey dar lhe esta comta allem de duas que lhe ja tenho stprytas desta terra e asy lhe quero fazer lembrança de meus servyços.

Eu party de Purtuguall pera a Imdia o ano de vinte e cheguey a Guoa omde loguo aquele ano me embarquey núa armada com Amtonio d'Azevedo que hia por capitão moor omde ajudey tomar muitos lugares na costa de Cambala e neste tempo me fui com Dioguo Lopez de Siqueira a Diao e tornamdo a Guoa fui per muitas vezes a terra firme com Ruy de Mello Punho e ajudey tomar muitos lugares e a fortaleza de Pomda e nestas cousas e em outras que me achei nam hera dos trazeiros mas sempre me esmerey em servir Vosa Alteza como pode saber destes seus capitães com me darem muitas feridas e deramar meu sangue em seu servyço sem por iso me ser dado nhum galardão nem merce de nhum seu capitão.

E vim ter a Mallaca estamdo por capitão Jorge d'Allboquerque que estava com muita apresam de guera omde tambem servy no que me mandavão tambem que a nimguem dou avamtagem em totalas cousas

e também fuy por seu mandado a soquero del rey de Linga com Allvoro de Brito que hia por capitão moor omde pelejamos com tres reis no caminho que trazião grande poder de gente e os desbaratamos no mar com lhe matarmos novecentos omens e nam sermos mais de oitenta portugueses.

E depois que tornamos por aver novas que avia castelhanos em Malluquo me embarquey loguo pera la omde aguora estou desdo tempo que Dom Gracia foy capitão que haa aguora vinta tres anos e deste tempo poso dizer em verdade que sempre me achei (1 v.) em todallas cousas de Malluquo. E neste tempo de Dom Guarcia chegarão duzentos e tantos castelhanos em que vinha por capitão Martim Niniguenz de Carquicena e se poserão em Tidore que he hum rey noso vizinho que estava desta fortaleza duas leguas omde fizeram hũa fortaleza e desembarcarão muita artilharia e se fizeram fortes comtra esta fortaleza sem quererem obedecer a nhum requerimento nem mandado do dito Dom Gracia pela quall rezão elle foy la omde estavam com a nao com muita artilharia omde Dom Gracia me esquilheo amtre muitos omens e me mandou num batell que lhe fose ajudar a meter aquella nao no fundo omde nos deram muitas feridas e bombardadas e fizemos de maneira que a nao se foy aquella noite ao fundo pelo quall eles estiveram nesta terra muito tempo e com favor deste rey de Tidore e doutros da terra tiveram sempre ousadia e nos fizeram muita guerra.

E depois de Dom Gracia ficou por capitão Dom Jorge de Meneses e fuy com elle sobresta fortaleza que hos castelhanos tinham em Tidore e os entramos per força e os botamos fora desta ilha e se foram pera outro rey de Geillollo que estara seis ou sete leguas desta fortaleza de Vosa Alteza e se fizeram também fortes com este rey e neste tempo chegou Tristão de Taide por capitão que loguo foy sobelos ditos castelhanos e os botou daly fora omde me eu achei também com elle e o fiz também que nimgem me levou avantagem. E depois se allevantou esta terra toda comtra esta fortaleza e esteve alevantada dezaseis meses sem nella termos nhum mantimento nem domde nos vir e com muita guerra e trabalho a sostivemos e nam synto capitão que nella estivera que a nam pusera a grande risco de se perder senam Tristão de Taide que como bom capitam a sosteve omde eu per muitas vezes fuy ferido de muitas feridas e hum braço quebrado de hũa espingardada como Vosa Alteza pode saber de Tristam de Taide e de Francisquo de Sousa que aquy se achou neste tempo e asy em tempo doutros capitães dela fazendo de minha pessoa e com minha fazenda e stravos sempre servindo de noite e de dia e estava prestes pera o que me fose mandado e por este respeito me nam quygeram numqua seus capitães dar licença pera me ir desta fortaleza.

E neste tempo sempre me esquilhão pera o serviço de Vosa Alteza sem numqua sair fora da dita fortaleza avendo xbiij ou xbiij anos que o servia sem me quererem dar licença como diguo pera me ir servindo se de mim do tempo de Dom Gracia e o de Dom Jorge de Meneses e de Gonçalo Pereira e o de Tristam de Taide e o de Antonio Guallvam e cinco anos de Dom Jorge de Castro. (2) Estes sabem bem quantas vezes deramey meu sangue em o serviço de Vosa Alteza sem me os seus guovernadores nem capitães darem guallardam diso somente me terem nesta fortaleza e folguarem muito comigo por me verem sempre prestes.

Somente Dom Jorge de Castro me deu licença pera fazer hum navio como jumquo pera mantimentos desta fortaleza e tendo ho ja feito chegarão novas que estavam castelhanos no moro pelo qual Dom Jorge tendo a nao de Vossa Alteza carregada e sobejar muito cravo ao governador. E eu chegando a Mallaca que dey novas dos castelhanos me requereo Jurdam de Freitas que ay estava que vinha por capitam desta fortaleza que me tornase e asy tambem mo requererão Symam Botelho capitam de Mallaqua e muitos fidallguos e cavaleiros pelo quall me pareceo serviço de Vossa Alteza me torney.

E trazendo hũa irmãa del rey de Tarnate que averia nove ou dez anos que se fez christãa por amor de mim a minha partida casey com ella e vindo asy como diguo com detreminação de me ir pera hũa das outras fortalezas de Vosa Alteza vendo que compria isto a seu serviço me torney outra vez com molher e filhos a esta fortaleza de Malluquo omde aguora estou com detreminação de sempre nella servir como ate quy fiz.

E neste tempo que acheguey com Jurdão de Freitas a esta fortaleza loguo emtrou por capitam e sahio Dom Jorge de Castro e neste come nos premdeo o rey que aquy estava e o Samarão que era regedor sem conselho de nhũa pessoa nem de Dom Jorge de quem se podia tomar conselho pera iso por elle ser pessoa que o poderia nesa parte dar e asy doutros fidalgos e cavaleiros que aquy estavam sem o fazer a saber a nhũa pessoa os mandou chamar a tore de menagem e os premdeo estando duzentos castelhanos em hũa fortaleza duas leguoas de nos em Tidore e deu a terra grande aballo de todo se allevamtar.

E por os castelhanos nam quererem nos nam puseram em mui grande apresam e eu por minha parte por ter este credito amtreles hos apacifiquey o melhor que pude e os mandou ambos em feros a Imdia per omde a terra toda levou mui grande descontentamento diso e me parece verdadeiramente que s'eu nam estivera aquy com minha molher irmãa deste rey que a terra se allevamtara.

(2 v.) E neste comenos veio ter aquy Fernam de Sousa de Tavora e trouxe mui pequeno soquoro pera tomar estes castelhanos que estavam em Tidore em hũa fortalleza e tinhão ell rey de Geillollo com outra fortalleza e a dez ou doze anos que esta desta maneira. *E* vemdo eu aquy tam poucos portugueses e a terra caye mela alevamtada pela prisam del rey e do Samarão dise a Fernam de Sousa que seria bom fazer pazes com heste rey de Geillollo. *Elle* me dise que follgaria muito com iso pelo quall eu mamdey dizer a el rey de Geillollo se queria paz que eu me atrevia faze la com Fernão de Sousa que a fizese com elle. E elle me mamdou dizer que eu era seu pay e mãy se a acabase e na propia noite que ho recado del rey vinha pera mim mamdou Jurdão de Freitas hum Molledoturo que he mandarim com hũa coracora a cortar a cabeça a hum homem seu privado e isto lhe fizerão as portas do seu lugar de maneira que quando isto virão diserão que eu lhe nam falava verdade e desarmaram da paaz e foy la Fernam de Sousa e Jurdam de Freitas com quatrocentos homens e leixaram la dez ou doze homens mortos afora outros feridos sem fazerem nhũa cousa e isto tudo por cullpa de Jurdam de Freitas que se quis por em pontos com Fernam de Sousa por omde se nam tomou a dita fortaleza de Geillollo nem se fez nada e ficou asy como estava muito mais forte e nos pode fazer a nos muito dano e nos a ella nhum em nos tolher os mantimentos que nos nam vinha a esta fortaleza.

E depois que se foy Fernam de Sousa este rey de Geillollo se fez mais forte do que estava e ell rey de Tidore fez outra fortalleza que agora tem apeguada com a nosa tambem muito forte com muita artilharia e espingardas que lhos castelhanos derão e a tera toda aballada e mui soberbos por verem isto.

E quando Jurdam de Freitas veio por capitão desta fortaleza trouxe a mãi de Dom Manoell que estava na Imdia e quando premdeo este rey Aeyro que o mamdou a Imdia tomou a mãi de Dom Manoell e a meteo de pose da terra e allguns samgayes ou todos por verem o outro preso lhe vieram dar a obediencia por rainha e lhe obedecia a terra toda.

E loguo day a poucos dias a tornou tirar da pose em que estava e mamdou que lhe nam obedecesem a ella que a elle aviam d'obedecer e a ella nam por omde estiverão todos caye allevamtados e asy a terra toda.

E eu quando isto vy a tomei e levei pera minha casa e a sostive do que lhe hera necesario e el rey de Tidore seu irmão quando isto vio sentio muito grande nojo diso e mamdou sete ou oito coracoras e hum seu irmão e mandarim principaes por ella e eu fiz com que a nam levaram (3) que nam estava mais que em toda a terra se allevamtar contra esta fortalleza que ir se ella laa e eu pelo credito que

tenho nesta terra hos sostive e apacifiquey todos com Dona Caterina minha molher yrmãa deste rey meter a mão niso dando lhes esperança que o seu rey viria por omde elles fizeram o sobredito e esperaram ate a monçam.

El quando matarão o Samarão que Jurdão de Freitas tinha preso dentro nesta fortaleza tambem se forom muitos pera os matos e despovoavam os lugares. *Eu* os fiz tornar e estar em paaz ate a vinda de Bernaldim de Sousa que trouxe o seu rey Aeyro com que elles muito folgaram e se tornaram todos pera elle.

El esta mãi de Dom Manoell faz aguora hum ano que esta em minha casa e a sostenho o melhor que poso omrradamente com minha molher e aguora a tenho feita christãa sem ser favorecida por se fazer christãa o que nesta terra oulham muito pouquo o que não devia de ser asy que tambem diguo isto por minha molher que se fez christãa sendo irmãa imteira de Quechill Daroiz e a principall filha dell rey de Tarnate a quem seu pay queria muito gramde bem e a casou com hum sanguaye de Moutell e por se fazer christãa tudo o seu perdeo. El com ella nam ouve cousa que valse dez cruzados ho que nam devia de ser asy.

El tambem dou comta a Vossa Alteza do Moroo que he hum reino sobre sy e tem em sy mais de coremta mill allmas christãas e muitos mouros que conquistam com elles sem terem nhum favor desta fortaleza. Jurdam de Freitas mandou la hum seu parente a buscar mantimentos e foy estar num lugar que se chama o Tollo que tera quatro mill allmas christãas e fez lhe tall companhia pue se tornaram mill allmas das que heram christãas pera os mouros afora outros muitos que ja la sam pelo pouquo favor e maa companhia que desta fortalleza tem e ainda la estão sem de nos receberem nhum favor nem bem sendo esta terra do Moro de que esta fortalleza tem muita necessydade e lhe foy ja boa no tempo da guera porque os capitães que vem a esta fortaleza nam vem mais que a vindimar este cravo e nam allembra christãaos nem oulham o seu serviço nem fortaleza que asy he ella aquy como pode ser hum curall de cabras.

Hum vem e faz dentro hum chiqueiroo de porquos e outro vem e faz da tore de menagem bamgaçall de cravo e olham muito pouquo que mataram a Gonçalo Pireira capitam desta fortaleza dentro nella e isto por nam ser a porta della viglada (3 v.) nem alcaide moor a ella porque ha vimta tres anos que aquy estou e numqua vy alcaide mor aquella porta somente em tempo de Dom Gracia e se allgũa fortaleza a na Imdia que tenha necessidade de hum alcaide mor que nam seja feitor he esta porque tem a gente desta terra muitas traições comedidas e os feitores bem tem que fazer em suas feitorias e nam podem estar a porta da fortaleza.

A terra esta da maneira que diguo a Vossa Alteza com estas duas fortalezas apeguadas comnosquo e nos matam cada dia portugueses sem termos poder pera lhe irmos a mão. He muito necesario que mande Vosa Alteza corta las raizes a isto e allimpar esta terra toda amtes que va em mais crecimentto porque estão de maneira que se quallquer navios de castelhanos vierem nos daram gramde apresam.

Isto se pode fazer tudo nũa monção vimdo da Imdia hum capitão com soquoro que venha pera iso e nam pera comprar cravo.

Nesta fortalleza senhor avera Lx casados e avera outros tamtos lascaris e esta fortalleza tem necesydade de trezentos omens porque ha tres reis aquy nosos vizinhos que tem muita gemte e artelharía de sobejo com todalas cousas que lhe sam necessarias.

Nam ha mais de que dar comta a Vossa Alteza desta terra senam que em satisfaçam de vinta sete anos que o tenho servido nestas partes como se podera emformar dos seus capitães que daquy forão me faça merce da capitania do mar com o seu ordenado em minha vida porque isto cabe bem em mim e poso servir Vosa Alteza niso e em outras cousas como sempre fiz.

E se nam tenho tirado estromemto de meus serviços ate guora he porque nam tenho em Purtugall quem lhe faça lembrança de mim e aguora a faço a Vossa Alteza pera que me faça merce pois a mereço por meus serviços feitos de tamtos anos sem me ser feita nhũa merce pelos seus guovernadores nem capitães.

Noso Senhor acrecemte os dias de vida e estado a Vossa Alteza como elle deseja.

Feita em Malluquo a xx de Março de j̃bºRbij

Beltesar Veloso

(4 v.) Pera el rey nosso senhor

(selo)

(R. C.)

4318. XVIII, 2-27 — *Este documento encontra-se nesta mesma coleção, gaveta 12, maço 3, n.º 9.*

4319. XVIII, 2-28 — *Este documento encontra-se nesta mesma coleção, gaveta 12, maço 3, n.º 10.*

4320. XVIII, 2-29 — Carta de Francisco de Melo a el-rei, em que lhe dá conta da contenda com os castelhanos por respeito da posse de Maluco e outras coisas. Elvas, 1524 (?), Abril, 8. — *Papel. 4 folhas. Bom estado.*

Senhor

Aimda que a minha partida Vossa Alteza me mandasse que lhe escrevesse particularmente o que nesta negociação recrecer a que nos manda posto que por todos em geral fosse avisado nom se offereceo ate guora materia pera o fazer mais que ho aviso pollas paradas que ate qui sempre foi e se determinou que fosse com ho parecer de todos.

Ontem que nos vimos com os castelhanos segumdo são em falar soltos descobrirão parte de suas myntiras desejo e manhas como mais largamente tem escrito Antonio d'Azevedo a Vossa Alteza as quais como nom avemos nem podemos apurar nos mostrarão terem elles grande desconfiança na propriedade e no direito seu da posse muyta esperança pera ho qual vem instrutos e aparelhados com grande numero de testemunhas estromentos e outras provanças. *E* pera este anular nos parece que Vossa Alteza deve aparelhar muyto maior numero e com milhores qualidades asy pera provar a posse da jurdição primeiro que elles como da continuação (1 v.) della de que deve aver em seus regnos abastança e disso nos avisar pera os procuradores tomarem termo conveniente pera virem aqui. Asy mesmo em a pratica vejo que todas suas cortesias são manhosas a saber.

Se redundão em seu proveito outramente não o que mostrarão em quererem ver primeiro e que primeiro se lessem nossos poderes que os seus nos quais entre as outras pessoas nomeadas forão Simão d'Alcaçova por cosmografo e Estevão Gomez piloto ausentes. Deste piloto se affirmarão sempre que nom vinha e que em seu lugar por espresso poder vinha mestre Tomas Durão presente e que ho Estevão Gomez era revocado e ho poder dizião que lhes esquecera. *Em* lugar de Simão d'Alcaçova quiserão substituir mestre Antonio Alcaraz ate vir e que então julgaria Simão d'Alcaçova e que do feito pello Alcarraz entretanto que nom viesse averião ratificação del rei Carlos ficou assy tudo em aberto mostrando nos que compramos ao tempo com ho contrauto e elles não. *E* isso lhe mandamos oje em reposta por Gomez Eannes porque nom se podem vencer as suas muytas e subitas cautellas senão com maduro e deliberado conselho porque certo esta que nom são tão esquecydos que lhes ficasse ho poder em Badalhouce antes ho trazião.

E porque nelle porventura vinha nomeado ho Alcarraz dissimularão e ho negarão porque em principio nos confessarão que pera ambos Alcarraz e Durão trazião poder. *Esta* manha de Simão d'Alcaçova de certo nom sabemos a que lhe serve porque elle esta em Balhadouce (*sic*) e veo com os outros o que sabemos por homem que com elle veo por caminho e ahi ho deixou e asy no lo mandarão dizer ho dia que comnosco concertarão a vista. *Porem* sospetamos que pode ser per hũa daquestas causas que se seguem.

(2) A primeira pode ser polla desconfiança que tem em Simão d'Alcaçova ou pola incerteza e inconstancia de sua pessoa ou porque suas

razaões os nom fartão pera a posse e propriedade. A segunda porque como disse ser fundamento he na posse e não na propriedade na qual apertão que procedamos nom falando na propriedade ate vir provisão ao Alcarraz ou vir Symam d'Alcaçova pois lhe nom queremos nem devemos aceitar ho Alcarraz com a ratificação em lugar de Simão d'Alcaçova no qual pareceríamos aceitando ho assy consentir ou nom ter tão liquida e limpa sospeição quando quisesemos. A terceira que com esta comunica parece ser porque querem descobrir nossas possigões e entenções na posse e se as virem que convencem apparecera pera tudo estorvar Simão d'Alcaçova e dirão que tudo nom foi valioso pois elle nom foi presente se lhes parecerem faltas far nos ão a boca boa de nom vir Simão d'Alcaçova porque eu nom vejo que segurança nos elles possão dar da ratificação do emperador neste caso que mais nom pese ho menos erro do mundo que he razão evidente de refutar Alcarraz. A quarta me parece que elles tentarão assi na posse e propriedade e quando em qualquer dellas lhes constar nom terem justiça virão com Simão d'Alcaçova e cheirão nossa sospeição com a qual dilatarão ho tempo do contrauto e nom concertarão se lhes nom vier bem em prorroga lo e asy evitarão contra elles a diffinitiva.

Em todas estas ou em parte so temos como disse a sospeita e a manha certa e conhecida. De tudo isto creio que mais largamente pollas paradas Vossa Alteza he avisado e assy nos avise ho que ha por seu serviço.

(2 v.) *Elles* senhor como muytas vezes dito tenho insistem que se fale na posse dilatando a propriedade a qual dizem que se a de fazer nom por modo judicial senão polos ceos em que concordão com a pratica que passamos diante Vossa Alteza. *Isto* dizem que se determinara quando Deus quiser e a posse por estromentos e provanças se pode fazer ho que me parece sob correição bem errado antes aguora se pode e deve tentar a determinação da propriedade de Maluco e creio que se pode determinar porque pois nos em a posse avemos de dar credito a seus testemunhos e estromentos por nom dilatar de fazer em Maluco as verdadeiras provanças porque nom crerão elles ho testemunho de nossos eclipses e a prova delles polas nossas testemunhas nom menos qualificadas que as suas e por ellas como dissemos a Vossa Alteza lhe pertence Maluco na propriedade da qual se segue ho da posse e porventura esta he sua pressa de falar na posse porque determinando se a propriedade de que duvidão nom percão a posse pello contrauto.

Hos que senhor parecerão quanto a suas pessoas ho licenciado Cunha parece bom fidalguo e posto em boa razão nom emperrado como algũs dos juristas que todos parecem de grande marca mui despejados e cautos. *Dos* astrologuos lhe saberei dizer que ho Alcarraz foi estudante em meu tempo em Paris e em ninhũa sciencia famoso e em cosmografia muito menos que nas outras. *Ho* Durão conhece bem Vossa Alteza e sabe seu preço. *Ho* Celaya he em seu traje cujo muyto e rustico nunca

lhe ouvi falar palavra. *Dizem* que debaixo daquelle descuido e silencio jaz muita sciencia. (3) *Porem* os pilotos senão ho Ribeira são muy desautorizados.

Em tudo se guardou muito ho serviço de Vossa Alteza e me parece que aviamos bem e verdadeiramente todos os deputados com muita concordia e diligencia e quada hũ por si se trabalha do bem servir como mais largamente pollas paradas he avisado de maneira que eu tivera por escusado escrever esta se Vossa Alteza mo nom mandara porque quando a seu serviço me parecesse que ho devo fazer sem elle ho comprirey. *E* por nom parecer em nossa conformidade particular nom mandei esta polas paradas porem se Vossa Alteza me mandar que ho faça com toda diligencia ho comprirei. *De* todas estas cousas nos avise o que ha por seu serviço e asy a mym deste particular carreguo d'escrever porque he porventura escusado e nom duvido nas mais destas razões concordarmos Antonio d'Azevedo e eu e nom duvide Vossa Alteza que na propriedade se possa aqui diffnitivamente julgar pois que nom he a linha da demarcação deitada porque ja lhe disse como tinha achado modo de a deitar na poma presopondo ho sitio das ilhas de Cabo Verde que he caminho por nos muyto trilhado e curto em que se nom pode muyto errar e com os eclipses que qua temos faz por nos a dita linha asy deitada como todos conformemente temos acordado.

Bejo as mãos de Vossa Alteza cuja vida e estado Nosso Senhor por muytos annos prospe (*sic*).

D'Elvas aos biij d'Abril

Francisco de Mello

(3 v.) Eu estando pera cerrar esta veo ho correo de Vossa Alteza por que nos manda que aceitemos ho Arcarraz decrarando a sospeição de Simão d'Alcaçova.

Nos senhor verdadeiramente nom sabemos se elles confião tanto no Simão d'Alcaçova e porventura desconfião delle e sera bom que traguão do emperador provisão pera o Alcarraz e falar se na propriedade que esta me parece que esta certa e julgada por Vossa Alteza da qual se segue a posse pello contrauto por isso nom vejo quam necessario seja ho procidimento da posse em que elles estribam antes requerer lhes como fizemos que presentem seus juizes da propriedade porque nom sei que segurança nos darão d'aver ho emperador por firme ho que fizer ho Alcarraz ho qual porventura elles querem poer em lugar de Simão d'Alcaçova e a sospeição ei medo que os scandalize e estorve a determinação da propriedade que tanto a Vossa Alteza releva e parece que se pode aguora determinar pollas causas que dito tenho e pera isso faça prestes totalas testemunhas que poderem aver as quais nom sei porque nom

darão credito na propriedade como no da pose sobretudo determine Vossa Alteza e nos avise do que ha por seu serviço.

Francisco de Mello

(R. C.)

4321. XVIII, 2-30 — Resposta (*traslado da*) do imperador sobre a demarcação de Maluco em a raya conforme a capitulação, e para se fazer com melhor forma necessita cada uma das partes de três cosmógrafos, dois pilotos e um astrólogo. (1540). — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Este he o trelado do escrito que nos deram o gran chanceler e o comendador moor Fernam de Velgwa da resposta do emperador.

Lo que parece que se deve hazer y proveer vista la escritura que los enbaxadores del serenissimo rey de Portugal dieron es.

Que pera la demarcacion que se ha de hazer conforme a la capitulacion se nombren por cada una de las partes tres cosmografos y dos pilotos y un astrologo los quales se ajuntem em todo el mes de março primero o antes se seer pudiere em la raya entre la cibdad de Badajoz y la villa de Elves pera que dentro de cinco meses primeros seguintes que se acaban em fim del mes de mayo fecho el juramento em forma devida de derecho em poder de dos notarios el uno de la una parte y el otro de la otra com auto y testimonio publico determinen conforme a la capitulacion la dicha demarcacion y asi mismo desde luego se nombren por cada una de las partes tres letrados de los quales el primero nombrado en la comision tenga cargo (*1 v.*) de ajuntar los otros y hazer que entendan en la determinacion deste negoceo con toda diligencia y que en el mismo termino y lugar premissos el dicho juramento entiendan en lo de la possession de Maluco y lo determinen y que dentro del termino de los dichos cinco meses ninguno de las partes no pueda enbilar a Maluco pero si antes delho si determinaran en possession o en propiedad que la parte em cuyo favor se declarare el derecho pueda enbilar y en caso que se determine lo de la propiedad y demarcacion se entienda decisa y absorbida la question de la possision y si solamente se determinare lo de la possision sin que lo de la propiedad se pudiese determinar dentro de los dichos cinco meses que se cumplen en fini del dicho mes de mayo primero venidero que lo que quedare por determinar de la dicha propiedad y tambien de la possession del dicho Maluco quede conforme a la capitulacion en el estado que estava antes que se hiziese este asiento.

Lo qual todo se ha de entender y entende sin prejuizio del derecho de cada una de las partes en la propiedad y possision conforme a la dicha capitollacion

(R. C.)

4322. XVIII, 2-31 — Capitulo (*traslado do*) que se enviou aos embaixadores sobre o que toca ao negócio de Maluco. 1523, Dezembro, 1. — *Papel. Bom estado.*

Trellado do capitulo que foy aos embaixadores sobre o que toca ao negoceo de Maluquo em reposta do meyo que lançou o emperador que foy em primeiro de Dezembro 1523

Que a nos praz que se veja por justiça cujo he Maluco e que segundo forma da capitollaçam se ajuntem na raya os pillotos e estralogos marinhos e pessoas de hũa e outra parte pera se ver por ellas o modo que seja de teer no lançamento da lynha da demarcaçam pera se saber em cuja demarcaçam cay e fica Maluco e tomarem tempo convynhavel em que se faça a justiça diso deentro do quall elle nem nos posamos mandar ao dito Maluco como pello meo por elle lançado logo o declarou.

Coomtanto porem que loguo juntamente se veja por leterados e pessoas que nos e elle nomearmos ajuramentados como amtre nos for acordado sobre o que lhe agora requeremos por vos de nos nom ser perturbado nem ynquetado Maluco como levastes por vosa ynstruçam e que semdo caso de dentro no tempo que for acordado que se tome pera o juizo da propriedade se nom acabar o juizo della aquele porque for julgado o que lhe agora requeremos por vos posa enviar ao dito Maluquo e o outro nom atee se acabar o juizo da propriedade.

E nom o aceytando desta maneira e vos lançasem outra cousa responderes que nom tendes pera outra cousa nosa comysam e mandado e entam no lo façaes saber e as causas que se apontam pera niso nom viinr e qualquer outro meo que vos fose lançado se pella ventura vo lo lançarem tudo muyto compridamente pera todo vermos e vos respondermos como ouvermos por noso serviço.

(R. C.)

4323. XVIII, 2-32 — Rol de testemunhas que el-rei devia mandar à fronteira portuguesa para tratar do negócio de Maluco. *S. d.* — *Papel. Bom estado.*

Rol das testemunhas que Vossa Alteza a de
mandar viir

Item Dom Aleixo

Item Fernam Peres d'Andrade

Item Raphael Catanho
 Item Jorge Botelho
 Item Garcia de Saa carta ja
 Item Bertolameu Gonçalves seu criado que venha com Garcia d'Esa
 Item Ruy de Brito
 Item Diogo Brandam
 Item Lourenço Moreno
 Item Alvaro do Cocho
 Item algum criado dos que foram com Jorge de Brito.
 Item algum criado de Dom Aleixo
 Item Simam Alvarez
 Item Lopo Soares
 Item Jorge de Resende
 Item Lopo Vaaz de Estremoz carta.
 Item Cide Cerveira carta
 Item Joham Framengo morador e Joham Breud dira quem he carta.
 Item Diogo Martinz reposteiro de Vossa Alteza carta.
 Item Jorge Ferrão do Tojal termo de Lixboa carta
 Item Antonio Pacheco e seu irmão Manuel Pacheco cartas.
 Item Diogo de Guilhem de Beja.

(1 v.) *Item se perguntara a Dom Aleixo e Alvaro do Cocho e a quaeesquer outros se sabem alguns homens que fosem n'armada de Dom Tristam e com elle Alvaro do Cocho.*

Item o regimento que levou Jorge de Brito.

Item o regimento d'Afonso d'Albuquerque e de Lopo Soarez se nelle se contem algum capitolo em que lhe Sua Alteza mandava que descobrisem ou mandassem a Maluco. E estes regimentos devem estar na Casa da India ou na Fazenda e venham os capitolllos que fezera a este caso em publica forma e per autoridade de justiça e a petição do procurador de Vossa Alteza.

Item todas estas testemunhas e as mais que for posivel achar atee xxx ao menos e dally pera cima e venham logo com toda deligencia.

(B. R.)

4324. XVIII, 2-33 — Carta do licenciado Afonso Fernandes Jacobus a el-rei na qual lhe pedia que mandasse procurar cartas escritas pelo rei de Espanha a Diogo Lopes de Sequeira, estando na India, sobre a ida de Fernão de Magalhães a Maluco, para que se pudesse estabelecer com mais clareza a posse de Maluco. *S. d. — Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Senhor

Ata ora nam escrevemos a Vossa Alteza o que neste negocio passa porque os desembargadores lho escreveram e escrevem agora. E ora nas praticas que passamos as duas vezes que nos ajuntamos vimos que estes homeens fazem muito fundamento sobre o possessorio. E porque achamos antre os papees de Diogo Lopez de Sequeira alguas cartas que lhe el rei vosso padre que aja sancta gloria escreveo estando na Indya sobre a yda de Fernando de Magalhães a Maluco em que fazia menção ho emperador lhe responder a alguas cartas que lhe sobre ello escrevera pareceo nos necessario lembrar a Vossa Alteza que as mande buscar porque qualquer carta do emperador que entam enviasse fara muito a este caso.

E asy se devem buscar hos livros da feytorya de Malaqua do anno de b-xij por diante em que se escrevyam has mercadorias que hyam e vinham de Maluco o tempo que laa estiveram Francisco Serrão e os outros que la foram.

E asy se for possivel aver se ho regimento que levou Antonio d'Abreu quando foy com Francisco Serrão. E asy hos que levaram Alvaro do Coucho e Dom Tristam quando laa foram e asy qualquer outra cousa que fallar em Maluco. E mande Vossa Alteza ao dyto Alvaro do Coucho que entregue hũa carta que nos dizem que tem em sua mão de hum dos reis de Maluco em que se mandava agravar e aqueixar d'elle ao capitão de Malaca de certos excessos que fizera em Maluquo pedyndo lhe que o castigasse pois elle rey (*sic*) por ser vassallo del rey de Portugal o nam podya castigar porque he muito boa carta se diz isto.

(1 v.) E asy Senhor nos parece que hos juizes da propriedade estam em nos mandarem louvar em arbitros sobre a sospelção que intentamos a Symão d'Alcaçova a qual posemos em forma de sospelção porque vymos que os leterados queriam proceder no possessorio sobre que eram nomeados. Pedymos a Vossa Alteza nos mande dizer se consentiremos nisso e se nos louvaremos em arbitros que conheção da dita sospelção ou se diremos que os procuradores do emperador nem nos temos poder pera nos louvarmos porque com ysto dillataremos ataa Vossa Alteza aver ha reposta do emperador que sobre ello espera.

E asy fazemos saber a Vossa Alteza que achamos por direito que hos frades nam podem ser arbitros e que todo o compromisso fica nullo sendo hum soo dos arbitros incapaz. En este caso vem nomeado Frei Thomas Durão e tem tomado juramento. Nos praticamos jaa esta duvida com os nossos leterados e a elles pareceo bem que ho nam apontassemos por nam parecer que em todo alongavamos o juizo da propriedade. Fazemo lo a saber a Vossa Alteza pera que nisso nos mande o que ouver por seu serviço.

Tambem Senhor quando nos agora ajuntamos esta 2ª vez posemos em pratica que per direito deviam os procuradores de Vossa Alteza e asy os do emperador ser presentes ao processar e dar das vozes como se faz em vossa rellação. E logo os leterados do emperador disseram que asy se fazia nas chancelaryas de Valhadolid y de Granada. E nos lhe allegamos o direito comum sobre yssso e disseram que o praticariam. E mandaram apartar aos procuradores do emperador e a nos pera fallarem asy sobre o caso principal como sobre ysto. Porem sobre ysto nam tomaram aynda determinação. Parece nos que he serviço de Vossa Alteza sermos nos presentes ao processar e julgar porque esperamos em Nosso Senhor que nesta causa se proceda sumariamente e sendo nos presentes poderemos alembra e apontar algũas cousas que os vossos juizes por terem juramento nam sera honesto apontarem. Escrevemo lo porque se Vossa Alteza o ouver por seu serviço lhes escreva que se faça se acharem que he justiça.

(2) Pareceo nos Senhor que era bem no caso da posse fazermos hũa posição ante as outras fundada nos eclipsis per que se concluda segundo regra de astrologia Maluco jazer na demarcação de Vossa Alteza pera se perguntarem as testemunhas do dia tempo e lugar em que cada hum foy tomado a qual posição posto que toque na propriedade podesse per direito allegar no possessorio pera justificar a posse e resultara muito proveito porque justifiaremos a posse e ficaram hos eclipsis aprovados per testemunhas e per outra prova que tivermos pera a propriedade. Praticamos ysto com os leterados e pareceo lhes bem. Escreva nos Vossa Alteza se ho haa por seu serviço porque no regymento dos astrologos vem que se nam falle nos eclipsis senam per derradeiro de tudo.

Oje segunda feira de noyte.

Estes regymentos que aqui pedymos nam sam os sobre que jaa foy scripto a Vossa Alteza.

E mande Vossa Alteza saber se se acharam algũas pessoas que reconheção as cartas dos reys de Maluco ou se sam avidos os mesmos que has tomaram de Maluco ou os capitães a que laa foram entregues e venham com as outras testemunhas porque he muito necessario ysto.

O Licenciado Afonso Fernandes Jacobus.

(B. R.)

4325. XVIII, 2-34 — Carta para el-rei D. João III, na qual se diz que certas pessoas eram de opinião que Maluco pertencia a Castela e não a Portugal. (1545). — *Papel. 3 folhas. Bom estado.*

Senhor

Fui me ver com a pessoa de Balhadouce e dise me que o principall fundamento que apontam na propriedade he que dizem que na repartição que se fez do mar antre estes regnos e os de Castella esta hũa diçam usque e se se ha de entender exclusive (*sic*) que Maluco he del rey de Castella e se se ouver de entender inclusive que he de Vosa Alteza. E eu o dise aos leterados de qua. E dizem que esta diçom esta enquanto o contrato diz que se partiu do Pollo Artiquo ata o Antartiquo e que querem dizer que a partiçãõ nom pasou do Pollo pera diante ou de baixo. E dise me aquella pessoa que avia openioes dos letrados castelhanos que tinham a parte de Vossa Alteza e outros o contrairo e que os mesmos pillotos que traziam por testemunhas estavam tambem no lançar da linha e conta em desvalro e que o Ribeiro e Estevam Gomez portugueses que della vinham estes eram os que os provocavam a dizerem que Maluco nom era de Vosa Alteza. E (*1 v.*) sobre esta duvida lhe mandou o emperador hũa repartição (*sic*) e fundamentos de direito fectos pello Doctor Carvajall e o Licenciado Plsa que trazem por procurador faz outra repartição. E tambem tiveram pratica sobre a pose em que elles fazem o mals fundamento como escrevi a Vosa Alteza. E ouve antre elles tanta pratica e duvidas que dise hum que pois o enperador nom tinha este caso por muito sem duvida ter nelle direito porque fizera estes capitulos e mandara que se vise per letrados. E respondeo hum que o enperador ao tempo que o concedera estava apertado e afrontado da parte del rey de França e por nom tem (*sic*) a Vosa Alteza por contrairo o concedera. De maneira que elles tem que o contracto he en favor de Vosa Alteza e isto parece ser así porque elles folgam muito com dillações e trazem grande trabalho em busquarem direito (?) e testemunhas e astrologos.

E o dia que eu la fui que foi ontem sabado lhe mandou o emperador outro astrologo que se chama o Bacharel Simam Taragonor e dise me que ajuntavam estes (2) astrologos pera os dar por testemunhas de como pella repartição do mundo Maluco fica na conquista do enperador e trazem delle alem do contrato a bulla do Papa per que dizem que se aprovou a partiçãõ. Sera bem que della mande Vosa Alteza tambem ter prestes astrologos pera testemunhas se esa via quiserem levar da propriedade porque a mim parece me e niso se afirma aquella pessoa que pera tudo fazem fundamento. Porem em tudo tem muita duvida porque somente tem os portugueses que la trazem que os esforçoão e estes sam os que dam maneira aos outros pera jurarem o que nom sabem e tem grande medo a Diogo Lopez de Sequeira e Pere'Afonso d'Aguiar porque tem por sem duvida que por esperiencia e saber o sabem melhor que quantos de la vem. Isto he o que delle soube.

E ficou de me mandar os fundamentos de repartição de Carvajall e que trabalhava o posivell pera os aver porque os tem em sua pousada

porque pousa com elles hum dos procuradores e fiquamos asentados de me mandar todos os avisos per hum frade portuguez seu primo filho de um Jeronimo Machado cavaleiro desta cidade d'Elvas pera maes segredo e sua segurança.

O principal fundamento como ja espreevi a Vosa Alteza esta na prova por que elles nisto se fundaram muito e por iso o torno a lenbrar a Vosa Alteza porque eu confio em Noso Senhor segundo (?) o que vejo que se hi nom ouver desconcerto pera se nom determinar que se ha de fazer como compre a serviço de Vosa Alteza cuja vida e reall estado Noso Senhor acrecente a Seu santo serviço.

Senhor depois de ter escrita esta a Vosa Alteza mandou aquella pessoa hum escrito de Diogo Lopez de Sequeira que se queria ver comigo. E fui me ver com elle e tornou me afirmar o que acima escrevo e dise me que tinham ja concertadas todas as testemunhas asi da pose como da propriedade pera testemunharem. E dise me per derradeiro que o procurador fiscall de Grada que he o principall procurador que trazem desejava de falar com Diogo Lopez de Sequeira que elle avia de ter maneira pera os ajuntar anbos. Fiz que o nom entendia. Porem seu motivo era pera que lhe dem alguo porque elles tudo fazem por dinheiro. Isto he o que pasa ao presente.

(B. R.)

4326. XVIII, 2-35 — Carta (*minuta da*) para a Imperatriz a respeito do negócio de Maluco. S. d. — Papel. 2 folhas. Bom estado.

Senhora

O cuidado que teve deste negocio lho tenho muito em merce a Vosa Alteza e nom podia leixar de se acabar bem entendendo ella niso. E parece me muy booa lenbrança o que me screveo de se fazer ca a minuta do contrato por mayor brevidade e eu mandey que se fizesse com toda a que fose posyvel e por ser cousa que se devia de asentar bem e pera que se avia de ver todos os capitollos que eram asentados se nom pode fazer mais asynha e vay em tudo conforme aos capitulos de que me deey (?) e em todo o mais asy como estava. Envio a minuta a meu embalxador pera se concluir e ella pod 'esprever ao emperador como mo espreveo e que eu ha mandey fazer o mais brevemente que foy posyvel porquanto desejo ha conclusam deste negocio e nom aver nele nenhũa dilaçam por ser conforme a brevydade a vontade do enperador e por prover que cada dia se acabase nom mandey ate agora vesita la pera saber como estava. Ter lh'ey em merce mandar me novas de sy e de seus filhos e asy as que tiver do emperador de sua desposisam

e de seus negocios que prazera a Noso Senhor que seram com muyto contentamento d'ambos.

(B. R.)

4327. XVIII, 2-36 — Carta do bacharel Pedro d'Alcacer (?) a respeito da demarcação de Maluco. (1524). — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Senhor

Tanto que ontem vyemos estes senhores entraram em seu conselho e estyveram tha noyte e loguo se despachou esta noyte un coreo aho enperador sobre duas cousas. Ha hũa se tomaryam maneyra de entrar la no reyno e vyrdes ca per dias ou se se avya de estar senpre em ha raya porque tha ver despacho nam podeym fazer outra cousa senam yr ay e vyr e nam entrar em Portugal. E asy mesmo sobre que ynda nam veo Simam da Alcaçova se conheceram do caso seym elle ou que venha porque ca per direito se determyna que seym elle ou seym mandado del rey nom se pode fazer e com ysto e outras cousas se despachou logo esta noyte coreo a grande presa e espera se tha domingo ou segunda feyra ha reposta.

Oje pola manha se juntaram hos estrologos e pylotos e fizeram hũa roda do mundo (1 v.) pera ha levar feyta e mostrar la ho que lhes compre.. E eu quysera yr la e nam entrou nyngueym senam elles soos em seu conselho. He grande cousa fazer la ho que vos compre em este caso.

Outras cousas a y grandes de dizer que nam sam per carta em que esta todo hũa cousa diguo a Vossa Merce que os capytulos quel rey fez com ho enperador sam feytos em seu favor del rey e que ca lhes pesa de ser tanto a proveyto del rey e eu darey ha causa por que o dizem que he por vysta e nam por carta.

Oje se juntan esta tarde por escrever a Vossa Mercês e [.....] (1) dar de mandar la nam sey se o faram. Poreym he beym que ho sayba Vossa Merce ysto e per ser per carta nam me alargo senam vinha ha pessoa que Vossa Merce sabe com elle se dyra ho mays e eu nam sey se yrey hamanhã ha raya com estes senhores (2) como elles ham de yr de Vossa Merce desta carta parte aho senhor coregedor e se veo recado del rey sayba ho eu e remeto me a Joham Fydalgo por ho mays. Seja logo rota esta carta.

(1) *Falta um bocadito de papel.*

Fico beyjando has mãos de Vossa Merce com esperança de aver grandes merces pola mão de Vossa Merce.

Licenciatus Pero d'Alcacer (?)

(B. R.)

4328. XVIII, 2-37 — Carta da rainha de Castela a el-rei de Portugal a respeito do negócio de Maluco. Toledo, 1529, Março, 24. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Senhor

Eu mandey logo ho recado aho emperador do que me Vosa Alteza escreveo. Respondeo me que se o embaixador nam estevese pera partir logo que ele mandaria aqui logo recado pera se fazer. Eu quiseria muito que fora asi mas pois ele he partido he por sua desposiçam vai muito devagar creio que nam podera ser em Saragoça antes que parta ho emperador. Eu tambem lhe mandei dar presa com medo de poder aver ainda mais dilações lhe quis pidir que me faça tanta merce que mande de la ha menuta feita do contrato conforme aho que eu escrivi a Vosa Alteza he me ele respondeo he co (*sic*) isto ho poder pera ho embaixador acabar este negocio he isto mandey (*1 v.*) Alvaro Mendez que lhe escreva largamente pode o crer tudo ho que lhe de minha parte diser he se lhe parecer que pera mais brevydade va Alvaro Mendez co este recado la da menuta he do poder mande o ou se quiser que mande hua posta ha-ho embaixador que se venha aqui acabar como lhe parecer mais seu serviço he a brevidade ha de ser ho melhor de tudo. As pagas sejam como estavam concertadas ho por me fazer merce que se ainda podem ser mais cedo. De mi nam tenho agora novas que lhe dar senam que estou de saude. Paredes esta aqui que veo de Saboya com hum criado do duque que ficou co emperador. Creio que falaram em pazes. Parza (*sic*) ha Deos que se façam como todos havemos mister. E mande me logo reposta de isto que lhe escrevo he (*2*) mando Alvaro Mendez que lhe escreva. Ele me serve bem he me parecezce que em tudo ho que ho Vosa Alteza mandar sabera fazer tam bem como ho agora faz nisto he lhe merece merce.

De Toledo a xxxiiij de Março.

Beijo as mãos de Vosa Alteza

La Reyna

(B. R.)

4329. XVIII, 2-38 — Instruções (*minuta das*) para as dúvidas que existiam entre Portugal e Castela, a respeito do negócio de Maluco. (1526, Janeiro, 4). — *Papel. 12 folhas. Bom estado.*

Item que por tres letrados nomeados e declarados d'huua parte e outros tres da outra e tres astrologuos e tres pillotos ou tres marinheiros que sejam expertos na navegaçam por hũa parte declarados e por outros tantos yso meesmo da outra se veja comveem a saber pellos ditos seis letrados d'ambas as partes o direito da pose soamente segundo o teor e forma das capytolações fectas e comcordadas amtre el rey Dom Fernando e a rainha Dona Isabel nam lemitando pera yso neemhuum teempo mas proseguindo atee que por os ditos letrados se tome conclusam na maneira que lhe parecer dereito sobre a dita pose. E porque amtre os ditos leterados e procuradores d'ambas as partes se poderya ofrecer duvyda e debate de quall das partes devya seer outor ou reeo por evytar longuras e deferemças amtre os sobreditos e por mais brevemente se poder dar fim e acabar a causa e conteemda da dita pose na instancia e juizo dela se procedera soamente por posyções d'ambas as partes e se receberam provas de cada hũa das dictas partes que aos dictos letrados necesarias parecerem seem mais outro lybello neem artigos e detryminaram pellas ditas posysões e provas sobre ellas dadas aqueello que acerqua da dita pose lhes parecer que com direito e justiça se deve fazer conforme as dictas capitolações. E aquella parte por que for julgado e posta detryminaçam (*1 v.*) na dita pose dy em diamte podera mandar suas armadas e gemtes ao dito Maluco e fazer nelle seus trautos e mercadorias e a parte contra quem for julgado nam podera la mais mandar atee se detryminar fynalmente o direito da propriedade.

E sobre a dita propriedade e direito dela os dictos astrologuos pilotos ou marinheiros declarados por ambas as partes vejam e detryminem o dito direito da propriedade com conselho e acordo dos ditos leterados por ambas as partes deputados pera o juizo da pose quando fynalmente ouverem de detryminar. (*1*)

Iteem quanto a cada hũa das partes poder enviar ou nam seus navios e geemtes ao dito Maluco durando a contemda e juizo da dita pose fycara aos juizes da causa della dareem acerqua diso a ordem e maneira que lhes com dereito bem parecer. E o que niso por elles for detryminado se guarde ynteiramente sem nenhũa duvida nem embargo que a yso se posa poher. E este meesmo modo e maneira se teera acerqua de se secrestar ou nam todo aquello que trouxerem as naaos do dicto emperador que pera la forem partidas.

(1) *Todo este parágrafo tem três riscos.*

Iteem porque o juízo d'ambas estas causas de pose e propiedade e os juizes dellas com mais acatamento de Deus e mais justificadamente e como devem julguem e detryminem as sobreditas causas e todo o que dito he o dicto senhor rey de Purtugal e o dicto senhor emperador (2) faram juramento solene sobre os Santos Avamgelhos em presença dos leterados e estrologuos e pilotos ou marinheiros por eles nomeados e declarados e em presença de publico notario com testemunhas que sua tençam e verdadeira vontade he que eles ditos letrados estrologuos pilotos ou marinheiros vejam as dictas causas e duvydas dellas e todo ho mais em sua capitollaçam e asemto conteudo e ho julgueem como lhes parecer direito e conformando se com as dictas capitollações dos ditos senhores reis Dom Joam e Dom Fernando e rainha Dona Isabel e com as provas e inquirições que sobre ello tirarem e com os mais eixames que sobre ello fizerem no modo atras declarado pronunciando e dando sobre iso sentença quall lhe beem parecer que com direito deveem dar nam aveendo respeito a serem seus vasalos nem a nenhũa outra cousa que eles ditos deputados posam presumyr nem recear pera leixar de fazer justiça a quem lhe parecer que ha tem.

E feyto o dito juramento pellos ditos senhores no modo sobredito os ditos leterados e as outras pesoas deputadas e nomeadas pera julgarem as ditas causas e contemdas no lugar da raya onde se ouverem d'ajuntar huuns e os outros se confesarem e todos juntamente e em presença de publico notario pera diso dar fee comungaram e juraram solenemente sobre o samto sacramento que ho sacerdote que os comungar teera em suas mãos que sem teemor neem amor neem outra nenhũa cousa nem afeiçam que os posa impedir conheceram das ditas causas e duvidas asy de pose como propiedade e de todo o mais no dito asemto e capitollaçam contyudo e ho (2 v.) julgaram e daram o direito a qualquer das partes que acharem que ho teem prometendo sob carguo do dito juramento de acerqua do procesar das ditas cousas poerem toda diligencia que posivel lhes for pera com toda brevidade serem detryminados.

Iteem que ho lugar de raya em que os dictos deputados se ajuntarem sera aquelle em que ambas as partes se concordarem.

Iteem que se se asemte (?) pera que nam se posa seguir inconveniente algum neem causa d'escandalo amtre as dictas partes seem sua culpa por o dicto senhor emperador ter enviado as sobreditas partes suas naaos e nelas o dicto senhor rey de Portugall trazer muytas armadas e capitães e geemtes como sempre andaram que se allguum caso de dano e de descordia pella ventura acontecer amtre os portugueses e castelhanos nas ditas partes o que Deus nam queyra emquanto a dita pose nam for julgada a cada hũa das dictas partes e todo seja avido por caso acontecido seem vontade e consentimento de cada hũa das dictas

partes antes afyrmam d'agora pera emtam e d'entam por agora que receberam diso muyto desprazer e descontentamento e castigaram os culpados com aquele rigor de justiça que o caso merecer.

(3) E sobre a dita propiedade e direito della os ditos astrologuos pylotos ou marinheiros declarados por ambas as partes no lugar da raya omde for concordado se ajuntaram e consultaram acordaram tomaram asento da da (*sic*) partíçam acerqua da dicta propiedade conforme ha capitulações e asento que foy fecto amtre el-rey Dom Joam meu tio e el rey Dom Fernando e a rainha Dona Ysabel meus avos. E porque a minha tençam he com a mayor brevidade que seja posyvel se tomar neste caso asento e detryminação e se escusarem lomguras e duvidas e debates amtre as dictas pessoas que ho ham de ver porque os deputados da minha parte e os do emperador tiveram algumas duvidas e pera tornarem a ellas serya mais longura sera bem de se detryminarem loguo pera nellas nom aver mais debate e irem pelo negocio adiante e destas foram tres a saber qual serya o segeito que melhor repretase (*sic*) a forma e figura do mundo e nesta foram concordos que fose poma branca graduada e por ysto se asente asy. (1)

E quanto a setuaçam das ylhas do Cabo Verde em que amtre eles ouve deferença pode se dar meyo por que has nom aja porque pella mesma poma branca se pode lançar hũa lynha pelo meyo dela e da dicta lynha a ij^olxx legoas ao levante se fara hum ponto (3 v.) que de a Norte (?) a ylha de Samtiago d'onde os meus letrados tem que se deve começar a dita medida e ver se a quantas legoas dista da dicta ylha de Samtiago a ylha de Santo Amtam. E da dicta ylha de Santo Amtam ao Ponente outras ij^olxx leguas e se lançara outra lynha. E delatadas asy as dictas lynhas ficam asy as ditas ilhas sytuadas pera que detryminado de qual das ditas ylhas se aja de fazer a dita medida fique asentado a setuaçam della.

E quanto a outra duvida que se teve de quall das dictas ylhas do Cabo Verde se começarya a lançar a medida das dictas ij^olxx legoas se das ylhas primeiras ou do meyo ou da de Santo Amtam que he a verdadeira mandey veer este ponto e duvida a meus letrados aos quaees encareguey e encomendey muyto que sem afeçam nem respeito algum me disessem acerqua diso seu parecer e o que per direito neste caso se devya fazer e concludiram que ha dicta medida das dictas ij^olxx legoas se avia de fazer e começar da ylha de Samtiago pellas rezões (4) e fundamentos de direito que lhe mandey que posessem em esprito que com esta vos envio. E portanto daly se fara a dicta medida. Trabalhay

(1) *A margem:* porque ouve (?) a deferença amtre eles porem que deve ficar ha eles ho determinarem.

quanto poderdes por daly se fazer esta medida e quando com vosa pratica e rezões de direito asy aquellas que dicta vão em esprito como as que vos la saberes muy bem alegar e apontar nam poderdes tomar asento de se aver de fazer a dita medida da dicta ylha de Santiago. Emtam poderdes dizer que esta deferença se pode leixar por agora e trabalhares de dar maneira e aseento como se lancem as ditas duas lynhas no modo e maneira atras declarado pera setuaçam das ditas ylhas.

E lançadas asy as ditas lynhas se veera pello melhor modo e mais certo que ser posa segundo forma do capitollado homde e em que parte cay Maluco porque pella ventura por qualquer destas medidas cayra por tanta distancia asy em hũa parte como na outra que seja fora a duvida que se tire de qual das ditas ylhas se começara a dita medida das dictas lixx legoas. E quando se achase pelo modo sobredito que Maluco (?) nam cay pella sobredicta maneira fora das ditas lynhas em cada hũa (4 v.) das dictas partes mas que cay nas dictas lynhas ou amtre elas ficara ver se e detrymynar se a dita duvida de qual das ditas ylhas se fara a dita medida o que se fara por deradeiro quamdo for necesario despois de fecto acerca de se saber homde cay Maluco toda a diligencia que comprir segundo forma das dictas capitolações e agora nom se gastara niso tempo.

Tem dentro em duas folhas soltas:

Item que ho lugar da raya onde os dictos deputados dhũa e outra parte se ajuntem seja amtre acordados d'Elvas e Badajoz homde ja foram juntos os deputados que nesta causa os dias pasados entenderam.

Item que os letrados estrologos pillotos ou marinheiros que pera estas causas hão de seer nomeados e declarados dhũa e outra parte sejam nomeados e declarados atee hum certo tempo que se antre os ditos senhores se asentara que seja o mais em breve que for posyvel porque loguo se entemda no juiso d'ambas as causas e com toda brevidade sejam despachadas e detryminadas.

Item que hum dos dos (*sic*) letrados dos nomeados de cada parte seja (1) amtre os outros seus pareceiros e as outras pesoas deputadas presydenste asy como foy asentado na capitollaçam pasada pera cada hum ter cuidado d'ajuntar os da sua parte.

Item que se pella veentura em qualquer das causas a saber pose e (1 v.) propiedade os ditos letrados e deputados d'ambas as partes fosem desvairados e se nom concordarem ficamdo todos em vozes e pareceres

(1) *Riscado*: presydenste.

yguaaes e que neste caso se tome terceiro ou terceiros a contentamento das partes que ho vejam e detrymynem asy como lhe parecer que he justa e direito. E que os dictos terceiros em que se louvarem façam seus juramentos e promesas do justamente e verdadeiramente detrimynarem as dictas causas a saber pose e propriedade e dem o direito dellas e de cada hũa dellas a quem lhe parecer que ho tem e esto segundo que antre elles dictos senhores for acordado e asentado que os ditos juramentos e promesas ajam de fazer pellos sobredictos terceiro ou terceiros.

Tem na 2.ª folha:

Capitulos per que se ha d'asentar ha capitollaçam pera a detrymi-
naçam e asento da duvyda de Maluco. (1)

(B. R.)

4330. XVIII, 2-39 — Apontamentos (*traslado dos*) das respostas que o imperador deu a respeito do negócio de Maluco. (1554, Janeiro, ...). — *Papel. 20 folhas. Bom estado.*

Trellado das cinco repostas que deu o empe-
rador ao negocio de Maluco de que levou os
proprios Bras Neto

Lo que Su Magestad mamda respomder a los capitulos que de parte del señor rey de Portugal ha dado su embaxador sobre lo del comcierto y asiento de Maluquo comcertando se Su Magestad y Su Alteza con el precio es lo siguiente

Item quanto al primer capitulo que lo que Su Magestad ha de dar ha de ser como suele cartas firmadas de su real nombre y selladas con su sello y señaladas ellas personas que acostumbram señalar lo que Su Magestad firma y aquello basta pera seguridad del señor rey de Portugal.

Item quanto al segundo capitulo de tiempo ha de ser perpetuo pera redemirlo.

Item quanto al tercero capitulo que a Su Magestad y corona de Castilla ha de quedar libre poder y facultad de embiar sus armadas por

(1) O documento está riscado. Deve tratar-se dum rascunho do definitivo.

todas las mares guardando el tenor de la capitulacion fecha entre los Reys Catolicos sus ahuelos y el rey don Juam de Portugal y las gentes de las dichas armadas no han de ser ofendidas ni maltratadas con la dicha navegacion por los del dicho señor rey de Portugal antes miradas y bien tratadas como el debdo y amor que entre ellos ay lo requiere. Pero plaze a Su Magestad que no valan ny contraten con las yslas de Maluco ny otras algunas proximas a ellas con veinte leguas y que sy dentro dellas alguno fuere tomado contratando que en tal caso no haciendo daño con las personas los puedan prender y presos con la emformacion que dello oivieren embiarlos al rey de Castilla para que los mande castygar y detener y tomar todo lo que ovieren recatado dentro del dicho termino y que el rey de Castylla mandara que sean castigados conforme a justicia.

Item quanto a los otros capitulos que hablan en caso de quitar como se ha de determinar el derecho de posesyon y propiedad que se guarde la respuesta que de parte de Su Magestad se dio prosteramente en Valladolid que es conforme al derecho y a la capitulacion.

(1 v.) Item que se guarde el capitulo que dispone que cada uno de los reyes guarde lo asentado y no lo guardando caya del derecho que tuviere averiguandose y provandose que por mandado del rey que contravino se quebranto lo asentado.

Item el capitulo del juramento fiat.

Item en el capitulo que habla de la pena convencional que se guarde provandose como dicho es el mandado del rey que contraviniere y en lo demas que habla de la renunciacion del derecho aun que sea en mas contra de la mitade del justo precio que se guarde.

Item en el capitulo ultimo que el rey que quisiere pida confirmacion y aprovacion dello al Papa y que esto basta para seguridad del contrabto.

Item todo lo susodicho plaze a Su Magestad que se guarde como esta dicho contanto que el dicho señor rey de Portugal no pueda hazer ni haga de nuevo en las dichas yslas de Maluco ny en otras proximas a ellas con las dichas vinte leguas fortaleza ninguna y que el dicho rey de Portugal lo jure y prometa de guardar asy so pena que sy contraviniere por el mismo fecho syn otra declaracion alguna decaya de qualquier derecho que tuviere o preciendieren tener en qualquier manera a las dichas tierras.

Item com que las armadas que hasta agora Su Magestad tiene enbyadas a las dichas partes sean miradas y bien tratadas y favorecidas

del dicho señor rey de Portugal y de sus gentes y no les sea puesto embarço ny impedimiento en su contratacion y navegacion y con que sy daño alguno lo que no se cree ellas ouvieren recebido que el rey de Portugal sea obligado de emendar y satisfazer luego paguamdo aquello em que Su Magestad y su armada parecieren aver sydo danyfyados. Pero terna por bien Su Magestad que sy (2) especearia alguna traxieren las dichas sus armadas por que toda ella se trate por mano del dicho señor rey de Portugal de se la dar por el precio y valor que agora vale y la vende em estos reynos el dicho señor rey de Portugal.

Item concluyendo se esta capitolacion asy mismo plaze a Su Magestad de mandar dar sus cartas y provisiones pera sus capitanes y gentes que estuvieren em las dichas yslas que luego se vengam y no contraten mas en ellas dexamdolhes (*sic*) traer libre lo que hasta aly ovieren contratado o rescatado guardandose syenpre lo que esta dicho del dar della especearia al dicho señor rey de Portugal por el precio que esta dycho.

Item que porque al presente Su Magestad tyene fecha una gruesa armada pera embiar a Maluco la qual esta bastecida y adereçada de todo lo que es menester pera su viaje que esta pueda yr y contratar y tornar libremente syn que le sea puesto embargo ny impedimiento por el dicho señor rey de Portugal ny sus gentes como dicho es y con la comdicon sobredicha pero sy antes que fuere partida el señor rey de Portugal pidiere a Su Magestad que no parta tomandola pera sy como esta y paguamdo luego por ella todo lo que pareciere que ha costado Su Magestad terna por bien de le complazer en esto.

Item que el dicho señor rey de Portugal por escusar las particulares querelas que continuamente Su Magestad receby de sus subditos y de otros de fuera de sus reynos que le vinieron a servir les mamde dar y pagar y desembaraçar libremente las hazendas que en la casa de la contratacion y en su reyno tiene y mandar les hazer clara y abierta y brevemente justyça em lo que pedieren syn tener respeto a enojo que dellos se pueda tener por aver servido y venido a servir a Su Magestad. (1)

(4) Repuesta de los capitulos que postreramente dio el embaxador del serenissimo rey de Portugal a Su Magestad sobre lo de Maluquo

Item quanto al primero capitulo se respomde que como dicho estaa no ay necesidad que lo que se asentare y concertare pase por cortes ny para seguridad y validacion dello es necesario consentimiento de los pro-

(1) *Segue-se uma folha em branco.*

curadores de las cibdades y villas del reyno que tienen boz em cortes y que Su Magestad a pedimiento de los dichos procuradores cerca desto no ha hecho prematica alguna por via de convencion y contrato con el reyno ny en otra manera como en el capitulo se dize salvo solamente dio una respuesta a la suplicacion que los procuradores que vinieron a las cortes de Toledo le dieron con la qual y con todas las otras que dio syenpre que le plaze puede dispensar y dispensa y aquellas revocar casar anular a su voluntad y que como quiera que aver de hazerse esto no aya necesidad en este caso pues la dicha respuesta se quito por la que al presente Su Magestad dio a otra peticion que los procuradores le dieron en estas cortes de Madrid todavia por conplazer al dicho serenissimo rey plaze a Su Magestad que en las provisiones que cerqua desta dicha capitulacion y asyento mandara despachar se ponga y digua que lo que asy se asentare y capitulare valga bien asy como se fuese hecho y pasado en cortes generales con consentimiento expreso de los procuradores dellas y que pera validacion dello de su poderio real y absoluto de que como rey y señor no reconociente superior en lo temporal quiere usar y usa abroga y deroga revoca casa y anula la sobredicha ley y todas las otras que a esto puedan obstar.

Item quanto al segumdo capitulo se dize que pues que por parte del dicho senerissimo rey se otorgua a Su Magestad facultad perpetua para redemir y desempeñar el derecho que el vende y empeña que plaze a Su Magestad que en qualquier tyempo que el dicho serenissimo rey quisyere se vea el derecho de la propiedad por astrologos y marineros conforme a la capitulacion hecha entre los Reys Catholicos y el rey don Joam de Portugal contanto que como dicho es Su Magestad y sus erederos (4 v.) puedan redemir y desempeñar el dicho derecho syempre y em todo tiempo que quisyerem y com que el dicho serenissimo rey sea obligado de recibir de Su Magestad y sus subcesores siempre y en todo tiempo el dinero que por la dicha venta y empeño ubiere recebido en el qual caso dende aguora pera entonces ha de quedar y queda asy a Su Magestad como al dicho serenissimo rey y a sus subcesores su derecho a salvo segum y de la manera que de primero le tenian y sin que se les aya fecho ny causado faga ny cause perjuizo ny novedad alguna en el por virtud deste asyento y capitulacion y quando se sentencie em la propiedad en favor de Su Magestad o del dicho serenissimo rey Su Magestad es contento que sea asy como de parte del dicho serenissimo rey se dize.

Item al tercero capitulo se responde que la imtencion y voluntad de Su Magestad sempre ha sydo y es que entre el y el dicho serenissimo rey se asyente esta capitulacion asy clara y cierta que se quiten por ella las deferencias pasadas y que non se ponga en ella cosa que coneci-

damente posa traer ny traia causar ni cause nuevas deferencias entrellos como se podriam causar de la linea que por parte del dicho serenissimo rey se pyde que se lamce de Polo a Polo por en cima della mas apartada islla de las nombradas por su parte por escusar lo qual aplazera a Su Magestad que el dicho serenissimo rey mamde declarar nombrar y señalar las yslas y tyerras que quiere eceptar y limitar en aquellas partes para su contrataciom y en las que se acordaren y comcertaren comcluyda y afyrmada la capitulaciom Su Magestad guardamdo aquella non mandara embiar ny permitira que vayam armadas suas ny de sus subditos a contratar ny rescatar ny comerciar en ellas durante el tyempo del empeño y que sy algunos subditos suyos despues en ellas fueren tomados rescatamdo contratamdo o comerciando que puedan ser presos por los capitanes y gentes del dicho serenissimo rey y castigados conforme a justicia y que lo mismo pueda hazer contra los que les fuere provado que contratarom y comerciaron en ellas despues deste asyento aunque no seam hallados ny tomados en ellas y que verifícamdose que com madamiento de Su Magestad o que com (5) su favor y ajuda o por no lo mandar impedir sabiendolo a lo susodicho se contravino aya lugar y se guarde lo que por parte del dicho serenissimo rey se pide cerca de perder y de cayr del derecho que Su Magestad tiene la naveguaçiom por la Mar del Sur ha de quedar libre a Su Magestad y a sus subditos conforme a la capitolaciom sobredicha contanto que como dicho es en los lugares y yslas y tyerras en esta capitolaciom exceptados ny en las que al presente el dicho serenissimo rey tyene no contraten ny rescaten ny comercien.

Item al quarto esta respomdido por la respuesta que se dio al pasado.

Item al quinto esta respomdido por la respuesta que se dio al segundo.

Item em el sexto estan conformes.

Item em el seytimo idem.

Item al octaivo se respomde que por complazer al dicho serenissimo rey a Su Magestad plaze que se hagua segun y de la manera que por su parte se le pide.

Item al nono se respomde que pase asy como en el se dize con que el dicho serenissimo rey lo mamde guardar y garde en todas las yslas y tierras que en esta capitolacyon fuere nombradas y declaradas. Y quanto a la fortaleza de Maluquo como quier que su serenidad sabe lo que cerca dello por Su Magestad le fue embiado a dezir comcluyendose esta capitolacion y por el tiempo del empeño Su Magestad terna por blem que la dicha fortaleza este en el punto y estado que estara del dia que este asyento se otorguare y firmare en un año y medio en el qual tyempo

al dicho serenissimo rey podra mandar noteficar a sus capitanes y gentes lo que por su respuesta es obligado a tener y guardar em este caso.

(5 v.) Item al dezeno capitulo se responde que lo que por parte de Su Magestad se pedio es justo y razonable y que aquello el dicho serenissimo rey deve prometer y otorguar a Su Magestad mandamdole restetuir y pagar todolo que pareciere que sus capitanes y gentes ubyeren tomado a sus armadas y a las personas que por mandado de Su Magestad em las dichas yslas quedaron a comtratar y rescatar y mandando asy mismo pugnir y castyguar a los dichos capitanes y gentes sy dapño o desaguisado alguno pareciere que ubieren hecho y proviemo como las armadas y gentes de Su Magestad se puedan venir libremente com todolo que tuyverem sym que en ello les sea puesto estorvo ny impedymento por sus capitanes y armadas mandamdoles dar favor y ajuda pera ello. Em lo demas estaa bien respomdido.

Item al onzeno capitulo enquanto en el se pidio por parte de Su Magestad que sus armadas vinieren libres com todolo que tuviesen contratado y rescatado a lo qual aguora por parte del dicho serenissimo rey se dize que quanto a esto quedare guardado de hazer justica Su Magestad persiste en lo que en el capitulo pasado dixo.

Item al dozeno capitulo se responde que pues de parte del dicho serenissimo rey se dize que no quiere tomar las cosas de la dicha armada para sy ny pagar a Su Magestad lo que le pareciere que ovieren costado por non tener necesydad dellas que no es justo ny conforme a razon pedyr que la dicha armada non parta ny haga su viaje estando como esta puesta en ordem de todas las cosas necesarias pera su camino y contratacion y aviendo costado mucho a Su Magestad. Pero syguiendo el amor que Su Magestad ha tenido y tyene al dicho serenissimo rey terna por bien de mandar detener la dicha armada dende aquy a primero de julio que verna y concluyendose en este tiempo este asyento de mandar que nom vaya a ninguna parte de las contenidas en el.

(6) Item al trezeno se responde que esta biem com que el dicho serenissimo rey mande que la justycia se administre brevemente sym tener respeito a que vinieron a servir a Su Magestad.

Item al quatorzeno se dize que plaze a Su Magestad que asy sea como por parte del dicho serenissimo rey se le pide.

Item todo esto se emtiende declarando luego la cantydad del precio que el dicho serenissimo rey entender dar que sea tal que Su Magestad com rezam se deva comtentar. (1)

(1) *Segue-se uma folha em branco.*

(8) Lo que se respomde a lo que replico el
embaixador del serenissimo rey de Portugal
a la respuesta dada por Su Magestad sobre la
neguociacion de Maluquo

Item quanto a la replica que haze al primer capitulo en la quall el dicho serenissimo rey todavia pide que lo que se asentare y comcertare entre Su Magestad y el pase per cortes porque sus letrados le dizen que ay necesydad dello pera su seguridad. Se respomde como le foy respomdido que lo que le esta oferecydo de parte de Su Magestad basta pera seguridad suya y com ello se deve contentar y que no ay necesydad de comsentymento de los procuradores del reyno pera ello que se la ubiese Su Magestad lo ternia por bien y que esto esta claro por las rezones seguites. La primera porque Su Magestad en las cortes de Toledo que se aleguan no hizo prematica ny ley alguna por via de convencion ny de contrato con el reyno ny tal parecera y el serenissimo rey de Portugal ha sydo y esta mal ynformado sy lo contrairo le ha sydo dicho. La segunda porque aun que sea verdad que en las dichas cortes los procuradores (?) que a ellas vinieron entre otras muchas suplicaciones que para el bien del reyno hizieron a Su Magestad fue una tocante a esto de la contratacion de la especearia pera Su Magestad en la respuesta della no se obligo ny quito la libertad (?) segun por ella parece pera hazer cosa ninguna que le estorve al comcierto de que agora se habla da dicha suplicacion y respuesta no se pone aquy porque el embaixador del dicho serenissimo rey tiene copia dellas. La tercera porque ya que oviese la dicha ley la dispucion y fuerza della se quyto por la respuesta que nuevamente Su Magestad agora dio a la suplicacion que cerca desto le hyzieron los procuradores (?) que venyeron a estas cortes que tuvo em Madrid. La quall como postrera esta claro que derogo la primera sy alguna ubiera. La quarta porque aun que todo esto no oviera no se puede ny deve poner en duda que Su Magestad como rey y señor a cuya voluntad y disposygom todas las leis hechas y por hazer estan sujetas que puede revocar dellas las que quisyere y con las otras dispensar (8 v.) como le pluguiere y que em esta posesyom uso y iexercicio ha estado Su Magestad y sus pasados demde que estos reynos son reynos hasta agora esto aun que las dichas leis o alguunas dellas fuesen hechas con los procuradores (?) del rey no por via de contrato y convencion porque la ley que hizo el rey don Juam en las cortes de Valhadolid cierto es que fue por via de contrato y convencion con el reyno pero sym embargo desto contra ella Su Magestad y sus pasados ham venydo y despensado y aquella revocado en las cosas necesarias y lo que contra ella ham fecho y hizieren es notorio y esta claro que ha tenido y tyene entera forza y vigor. La quarta (sic) porque el asyento que agora se toma sobre esto de la especearia es cosa nuevamente venida y adquerida a la corona real de Castylla por via de conquista y descubrimiento y pues en las otras cosas que son del patry-

monio antiquissimo della aun que seam de ajenaciones perpetuas y de gram calidad y estimacion lo que Su Magestad haze vale dispensando con las leies del reyno que a ello pueden obstar mucho meyor valdra en en (*sic*) este caso lo que hiziere pues de derecho no tyene aquel privilegio lo que por conquista y descubrimiento de nuevo viene y se encorpora en la corona real contyene lo que es de antiquissimo patrimonio della. La sesta razon es porque sula de mayor estimacion para Su Magestad el daño que receberia en su preminencia y abtoridad real en dezir que para la seguridad deste concierto era necesario el comsentymento de los procuradores (?) y que syn el no valia la istimacion de todo el dinero que el dicho serenissimo rey le pudiese dar y seria poner dolencia y trabajo en todas las cosas que Su Magestad en estos reynos y sus predecesores ham henajenado y oviesen enajenar de la corona real a lo qual Su Magestad en ninguna manera ha de lar lugar. Y pues Su Magestad por complazer al dicho serenissimo rey dize que le plaze que en las provizyones que cerqua deste asyento mandare despachar se dyga y ponga que valga bien asy como se fuese fecho (9) y pasado en cortes generales con consentimiento expreso de los procuradores dellas y que pera validacion y firmeza dello quiere usar y usa de su poderio real absoluto como rey y señor no reconociente superior arogando y derogando y revocando y casando y anulando la sobredicha ley de Toledo y todas las otras que puedan obstar a ello parece que es seguridad mas que bastante la queda y con la qual el dicho serenissimo rey se tiene voluntad al concierto se deve tener por contento y en lo contrairo Su Magestad no verna por las causas ya dichas y deve comsyderar el dicho serenissimo rey que lo que en esto pide no es lo que conviene lo uno porque se tyene por cierto que las cibdades no otorgarian poder a sus procuradores pera ello lo otro porque por no consentyr ny venir en ello serviriam a Su Magestad con maior cantidad que es la que el serenissimo rey de Portugal le dara como algunas vezes le ham oferecido y Su Magestad rehusado por buenos medios solamente por la conservacion y acrecentamiento del amor que entre el y el dicho serenissimo rey al la qual sy agora le tornasen a ofrecer syn mucho descontentamiento y desgrado del reyno no podria dexar de aceptar.

Item a la del segundo capitulo em la qual dize que todavia quiere que primero que Su Magestad pueda desempeniar ny quitar el derecho que agora vende y empeña se aya de sentenciar el derecho de la propiedad etc se respomde que el dicho serenissimo rey no pide justo ny razonable ny es cosa en que Su Magestad por ninguna manera ha de venir porque la naturaleza del contrato d'empeño y licismo (?) es que syempre que el que empeña quisyere pueda quitar y redemir lo que asy empeña syn esperar a que se vea el derecho sy alguno tyene o pretende tener aquel en quien se hizo el empeño y que pues Su Magestad comcede al dicho serenissimo rey que syenpre y en todo tienpo que queira se vea

y determine el dicho derecho en propiedad (9 v.) quedamdole a el asy mismo poder de desenpeñar y redemirillo syempre y en todo tyempo que quisiere el dicho serenissimo rey es obliguado a recibir el dinero que por la dicha venta y empeño ubiere dado sym que a nimguno dellos se les aya causado ny cause perjuizio ny novedad alguna con el per virtud del asyento y capitulacion que hizieren que con esto el serenissimo rey se deve tener por contento y satisfecho porque persistyr en lo contrairo causa sospecha que lo haze creiendo que Su Magestad por esta manera jamas podra desenpeñar lo que asy enpeña y parece ser esta la cabsa que tiene pera insystyr en esto porque como el derecho de la propiedad se aya de ver por astrologos y marineros tomados y escogydos en ygual numero por entr'ambas partes conforme a la capitulacion hecha entre los Reys Catholicos y el rey don Juam de Portugal claro es que hachamdose el dicho serenissimo rey com este prevlejo que Su Magestad no pueda desenpeñar antes que sea vista la cabsa de la propiedade que las personas que por su parte fueren tomadas nunca vernan en aquella se determine porque al dicho serenissimo rey le quede sienpre la navegacion quem mas desea y a quien mas le conviene que se vea el derecho de la propiedade es Su Magestad y asy dexa a voluntad del dicho serenissimo rey que luego o dentro de huum año o de dos o de tres o de mas cada y quando que el quisyerse se señalen las dichas personas que vean el derecho dentr'ambas partes em propiedad y determinen en el lo que hallaren por justica y que no alcem mano dello despues que lo começarem y asta dar sentencia en favor de aquell que les parecera que tyene el derecho y en otra cosa acerca de esto Su Magestad no verna.

Item quanto a lo del terzero capitulo pues dize que enbia a (10) [.....] (1) de Aguiar llegando aquel a Su Magestad le dara graciosa audiencia y mandara señalar de personas que le oyan y en todolo que justo sea holgara de complazer al dicho serenissimo rey y entretanto queda Su Magestad esta respuesta (2).

(12) Lo que respomde de parte de Su Magestad a los capitulos que postleramente dio el embaxador del serenissimo rey de Portugal sobre la contratacion de lo de Maluquo es lo siguiente

Item quanto al primer capitulo plaze a Su Magestad que se haga como por parte de serenissimo rey de Portugal cerca de esto se pide.

Item al segundo capitulo se respomde que asy mismo plaze a Su Magestad lo en el contenido ecebito enquanto en el fym se dize que sy

(1) Espaço em branco.

(2) Segue-se uma folha em branco.

el derecho de la propiedad no se determinare dentro de los diez o doze annos syguientes que en tal caso no pueda Su Magestad de aly adelante deshazer el empeño contornar lo que por elo oviere rescebido hasta que el derecho de la propiedad sea visto e determinado porque quanto a esto por las causas que Su Magestad tiene dichas que son justas y razonables persiste y guarda en la respuesta que tyene dada hasta agora cerca dello de la qual no se entiende apartar ny mudar.

Item quanto al tercero capitulo se dize que Su Magestad rescibio plazer de la venida de Per (*sic*) Alfomso y le dio grata audiencia y que postreramente fue oydo presente el embaixador del dicho serenissimo rey y el reverendo in Christo padre o bispo de Osma (*sic*) confesor de Su Magestad y otros del su Consejo a quien en esto cometyo y Pero Ruiz de Villegas su comografo (*sic*) que pera ello mamdo llamar y teniendo Su Magestad sienpre delante clamor que tyene al dicho serenissimo rey y voluntad de comservar y acrecentar aquel dize que es contento y le plaze que en todo lo que hasta agora tiene descubierto y contratado el dicho serenissimo rey aun que sea dentro de los lymites y contratacion (12 v.) de Su Magestad de mamdar y mamdara a sus subdytos y naturales que no contratem ny rescatem ny comercien durante el tyempo del empenho y para que asy haga y cumpla mamdara dar todas las cartas y provisyones con las penas que covengam y sean necesarias ya asy mismo de defemder y proibir a los dichos sus subditos que non contraten en las islas de Maluquo que por Su Magestad fueron descubiertas ny lleguen a ellas com vinte leguas al derredor durante el tyempo del dicho empeño para lo quall asy mesmo mamdara dar todas las cartas y provysiones que convengan al tenor y forma de lo que cerca desto por Su Magestad esta ofrescido en las respuestas pasadas y parece a Su Magestad que el medio mas cierto y mas claro y sin nenguna deferencia para adellantar (?) de todos quantos se pueden tomar syendo dello contento el dicho serenissimo rey seria este porque el de la linea que hasta agora de su parte se ha pedido segun Su Magestad tyene entendido y se conosco en la platica que se tuvo tyene las mismas dificultades y inconvenientes que ha tenido el de la linea de que habla la capitulacion hecha entre los Reis Catolicos y el serenissimo rey dom Juam de Portugal porporcionada y respetada con la diferencia del quanto desta linea a la otra y como el deseo de Su Magestad syempre aya sydo y sea que esta contratacion sea asy clara y cierta que en ningun tyempo pueda aver ny aya diferencia en ella ha le parescido y agora le parece el lançamiento desta linea tener consygo las dificultades y imconvenientes que se am hecho pero por complazer al dicho serenissimo rey terna por bien que se eche una linea ymaginaria que vaya de polo a polo dozientas y cinquenta legoas mas al Oriente de las yslas de Teraneta (*sic*) y de Tidori (*sic*) que estan ambas debaxo de um merediano y son en la provincia de Maluco donde es el nascimiento del clavo. Las quales

dichas dozientas y cinquenta leguas cuenten desde las dichas islas hazia Oriente ymaginaryamente que montaran casy catorze grados le longura (13) porque som junto a la equinociall y aly donde acabaren las dichas dozientas y cinquenta leguas por aly se eche la dicha linea de polo a pollo y es contento Su Magestad de mandar proibir y defemder a sus subdytos que en todas las islas y tyerras que entraren debaxo desta linea no contraten ny rescaten ny comercien especearia nenguna y que el trato y comercio della sea solamente del dicho serenissimo rey guardando todavia lo que esta dicho de estar proibido que no contraten ny lleguen a las dichas yslas descubiertas por el dicho serenissimo rey y tierras en que aya contratado ny a las de Maluquo con las dichas vinte leguas al derredor y que para que esto se cumpla mandara dar seguridad della sus cartas patentes con grandes peñias las quales se esecuten en los que fueren culpados y de mas desto que todala especearia libremente y sym pidir por ello cosa alguna de costas ny del valor del precio principal se de y restetuia al dicho serenissimo rey o a la persona que el pera ello nombrare.

Item quanto al quarto capitulo a Su Magestad parece que pues agora de nuevo viene en que la linea se eche de la manera que esta dicho que escogiendo aquello el precio que ha demamdado es justo y razonable teniendo respecto a la gramdeza y calidad de lo que empeña y a lo mucho que el y sus subditos dexan de ganar por el empeño y por esto persyste en lo que demamdado tyene y tomando el medio primero Su Magestad porque conozca el serenissimo rey su justyficacion y voluntad ha por bien que seam quatrocientos mil ducados y en que la paga de lo uno y de lo otro sea la mitad demtro de quarenta dias despues de la fecha del asyento y la otra mitad en los dos meses adelante seguintes en cada mes la mitad.

Item y pues Su Magestad por complazer al dicho serenissimo rey se (13 v.) pone en toda razom y conosce que sy tiene voluntad a la conclusyom deste negocio no ay en que detenerse y la dilacion pera ambos no es buena desea Su Magestad quel dicho serenissimo rey se determine luego en ver sy le esta a blem aceptar y concluir esto que por Su Magestad se ofresce que es lo prosterio em que Su Magestad puede venir y dello en nenguna manera ha de ceeder y no venyendo la conclusyon para doze o quimze del mes de setyembre primero aceptando lo que se ofresce y enblando entero recado pera que las escripturas se hagan conocera Su Magestad que el dicho serenissimo rey no tyene voluntad dello y asy dende em adelante terna su no (*sic*) respuesta o qualquier replica que a ello se haga por negatyva para no entender ny hablar mas en la negociaciom y quedara Su Magestad contento de aver hecho en este caso con el serenissimo rey todos los complimientos que su amor y devdo requieren como syenpre lo ha de hazer en todas las

cosas que entre ellos se ofrescieren y sy los negocios de Su Magestad sufrieren mas dilacion Su Magestad la diera porque sy toma esta resolucion con tanta brevedad no es por descomplacer al dicho serenissimo rey ny por pensar que es torcedor para la negociacion syno porque como el dicho serenissimo rey sabe los negocios de Su Magestad estan en terminos que no puede hazerse otra cosa. (1)

(15) Lo que Su Magestad manda responder a los capitulos que postreramente el enbaixador del serenissimo rey de Portugal dio de su parte sobre lo de la contratacion de Maluquo es lo siguiente

Item quanto al primer capitulo pues el serenissimo rey esta conforme con lo que Su Magestad postreramente respondio que es que se vea por los del su Consejo y que no ay necesydad de aprovarlo en cortes esta bien.

Ydem al segundo capitulo que habla en lo de la propiedad y Su Magestad huelga que sea conforme a lo que sobre esto en sus respuestas tyene concedido.

Item quanto al tercero capitulo ya sabe el serenissimo rey como desde principio que se hablo en esta negociacyon syempre se ha tenido fim a lo del trato y comercio de la especearia porque pera otros tratos y rescates nunca entre nosotros ha avido ny oviera diferencia y porque esto de la dicha especearia quedase libre y solo pera el dicho serenissimo rey Su Magestad ha venido en dexar durante el empefio todas las islas descubiertas por el dicho serenissimo rey y tierras en que aya contratado y las de Maluco com vinte legoas al derredor y ovo por bien que pera lo de la especearia se echase la linea dozientas y cinquenta leguas de los Maluquos como quiera que ha parescydo y parece que de qualquer manera que la linea se eche no se escusan todos inconvenientes. Pero ha deseado y desea Su Magestad tanto quitar toda causa que de descontentamiento antre ambos que vino en ello y esta Su Magestad maravillado como el serenissimo rey no lo ha aceitado mas porque non quiere que por el quede de se hazer todo lo que parece que ha lugar no obstante que avia ya dado su postrera resoluciom dize Su Magestad que por complazerle ha por bien que la linea se eche pera el dicho efeto de la contretacion de la especearia desde (15 v.) las islas que el dicho serenissimo rey señala que som quarenta y sete leguas mas de las dozientas y cinquenta legoas Su Magestad tenia comcedidas y que echar la lynea de la manera que la pide el dicho serenissimo rey

(1) *Begue-se uma folha em branco.*

no es cosa que se puede ny deve hazer por el escamdalo que dello en sus reynos se syguiria y syn ninguum fruto ny dafio al dicho serenissimo rey y que pues en esto se cumple el efeito de lo que le conviene paresce que ay causa para contentarse y en lo que en este capitulo se apunta sobre la naveguaçem de los navios insyste Su Magestad en lo que las otras vezes tyene respomdido y especialmente en lo que respomdio sobrello desde Valencia que es conforme a las capitulaciones pasadas de los Catolicos Reis y del rey don Juam que aya gloria. A lo qual de parte del dicho serenissimo rey no se ha replicado de manera que paresce que estava acebtado como de razom lo deve estar.

Item emquamto a lo del precio a Su Magestad le desplace mucho que el serenissimo rey tenga las necesidades que dize y sy las de Su Magestad no fueran tan grandes como quiera que con las buenas nuevas que le han venido agora de Ytalia se afloxam algo pero todavia es mucho y muy necesario lo que se ha de prover Su Magestad holgara de complazerle en venir en lo de los trezentos y cinquenta mil cruzados que ofresce syemdo luego pagados. Mas no tyene domde asy se pueda socorer como desto avra Su Magestad por bien aunque tome el serenissimo rey el partydo de la linea para enquanto a la especearia como dicho es porque se pediam quinhentos mil ducados y heram menos las quarenta y sete leguoas que seam quatrocientos mil ducados com que los trezientos y cinquenta mil ducados seam pagados de aquy al mes de henero primero del año venydero y los otros cinquenta mil en la feria de mayo del dicho año.

(B. R.)

4331. XVIII, 2-40 — Carta (*traslado da*) de el-rei de Maluco a Francisco Palha, pela qual lhe pedia armas e que lembrasse seus merecimentos a el-rei de Portugal. Maluco, 1557, Março, 16. — *Papel. 2 folhas. Mau estado.*

Trelado de hua carta qu'el-rei de Maluco escreveo ha Francisco Palha. Ha quall propia per houtra via vay ha Sua Alteza

Senhor

Hua carta de Vossa Mercê me derão com ha quall level muito contentameno e bem se parece nella não ser de palha senão de cousa muito pezada haimda que todas suas veniaguas e parte dallgumas cousas nom pode neguar ho nome mas por ora creia Vossa Merce que eu ha terei n'alma sempre escrita como cousa sua a quem eu tão to devo

E quãoto ao que m'escreve das lembrãoças que de mim tem para manifestar meus serviços a el rei meu senhor bem creio que nesa parte

e em todas has houtras cousas são em muita hobrighuação a Vossa Merce e así tãobem creio que el rei meu senhor da muito credito a suas cartas como he rezão que se de as taes pessoas que lhe nom escreverão senão ha verdade e por hiso sera escusado querer dar me tão licita prova homde esta tão craro ser así. (1)

El quãoto as armas como ja tenho escrito a Vosa Mercê mais as estimara que me fazerem senhor de todo Turquia por ser a primeira peça que el rei meu senhor me mândava porque com ellas quebrara os holhos a todos los meus inimiguos mas bem vejo que nom são houvidos ja meus serviços porque se o forão allembrados não mas tomarão mas ja nisto nom quero fallar por me nom ter por emportuno.

El rei qu'esteja em groria mândava hũas armas ao dicto rei e Dom Afonso mândou as ao rei de Japão polo que asima s'aqueixa.

Qua veo Dom Duarte de Sa por capitão desta fortalleza e entrou mul bravo para mim que huzou comiguo ho que nom fizerão hos houtros atras em mândar vender os penhores em que me tinham penhorado por parte de Jurdão de Freitas certamente que ho senti muito não ja tão to polla perda dellas mas polla dezomra que niso recebi em cuidar ho meu nome nos leiloes porque nom habasta quãotas hofemças me fes Jurdão de Freitas senão almd'agora com esta lhe ponho ho sello e dizem aguora hos houtros reis que este ho paguo que me ão de dar por minha lealldade e serviços mas porem nem por hiso ei de deixar de sempre ser quem hate'qui fui porque ainda que pase quallquer vergonha por servir tão alto principe ei tudo por bem empreguido porque el rei meu senhor nom tem niso culpa porque se elle soubese ha verdade eu confio que allem de me fazer justiça me faria mercê mas coitado de quem esta tão lomxe (*sic*) almda com isto dizem que nom são contentes senão que me ão de penhorar j'aguora nom tenho em que se não se for em a molher hou hos filhos. Allguma culpa dou disto ha Vosas Mercês poes que são la meus precuradores não requererem minha justiça mas sera por suas hacupasoes.

Qua me derão ha guarnição do cavallo que me mândou ho senhor governador verdadeiramente que folguei muito porque me parece que ja vou hallembração e que nom estou tão esquecido como me parecia que era porque quãodo eu nom hallembro pera me darem as peças que me mânda el rei meu senhor parece me que não seria lembrado para ho maes.

(1) Tem à margem: a prova foi mândar lhe hũa carta minha de Sua Alteza.

(1v.) La escrevi ha el rei meu senhor e aho vizo rei per allgumas vezes que me desem licemça para vimte bares de cravo na nao del rei foros para moadar trazer allgumas peças para minha caza e asi licença para moadar huum jumquinho navio (sic) a Mallaqua com allgum cravo com pagar terços e direitos e de nada me moadarão reposta. Nom sei se he por esquecimento se por mo nom quererem dar.

Novas desta tera nom escrevo a Vossa Mercê porque la as sabera senão fiquar de saude e prestes para fazer ho que me moadar. Nosso Senhor lh'acrecente os dias da vida para Seu serviço e lhe de muita saude como elle deseja.

Deste Malluco aos dezaseis dias de Março de 557 anos.

E porque sey que se nom ha de enfadar de ho encomendar nas cousas que delle me comprirem lhe peso muito que la me aja hũa sella muito boa e hũa saia de malha muito forte e seja de medida que Vossa Mercê ja sabe que a mister a minha barigua e asi hũa espingarda muito boa e isto me ha d'aver Vossa Mercê do senhor governador em nome del rei noso senhor porque de Vossa Mercê me contento com hũa arpa muito boa para ha minha turca e poes moadas qua viniagua de palha moadas hũa sella de couro porque eu ha paguarei ca muito bem.

Este ho trellado de hũa carta que m'el rei de Maluco escreve que por houtra via vai a propria.

Vossa Alteza nom tenha ho rei de Malluco que huum negro por si porqu'elle empera dos dos (sic) arcepelleguos daquellas partes e muito grão senhor mas como se criase com os portuguezes he tão soxeito (sic) ao serviço del rei noso senhor e am no hos capitaes por tão seguro e leall que o deshacatão deshobedecem em câotidade allguns capitães que chegão a o prender e destroir como ho fes Jurdão de Freitas e aguora Dom Duarte e tudo a fim de seus imtereses e por se nom castigar Jurdão de Freitas fes Dom Duarte houtro tâoto que a cauza do estado a que ha fortaleza cheguou e tudo naceo da prizão de Jurdão de Freitas contra ho quall ho rei houve sentença que lhe paguase hũa câotidade de dinheiro ho quall se lhe pagou. E depois del rei ser em Malluco sem ser houvido foi tornado a moadar quo dicto rei tornase ao dicto Jurdão de Freitas ho que lhe tinha levado pello quall ho dicto rei deu penhores para moadar a India requerer sua justiça. E Dom Duarte capitão foi comprar esta demoadas contra ho rei e os penhores que tinha dados po los loguo vendendo lhe sua fazenda toda 50 por 10 e por lhe nom hachar maes fazenda para se pagar perceguia ho rei em câotidade que s'emfadava e dos enfadamentos ho detrymynou de premder polo qual [.....] (1)

(1) Deteriorado e roto o manuscrito.

levãotou hasi que de se nom castiguar huum mall crecem mill malles de qu'eu nom tenho a culpa porcãoto pelo meudo cad'ano ho tenho escrito e dicto aos governadores mas poes me nunca quiserão houvirem nem crer para prover provejo Noso Senhor.

Quãoto as pesas o noso rei agrava (?) herão hũas armas brãocas e huum estoque tudo muito riquo qu'el rei noso senhor qu'esteja em groria ha meu requirimento mãodava ao dicto rei e os padres de São Paulo pedirão as taes peças qu'ião para ho tall rei para as mãodarem ao rei de Japão e a carta de Sua Alteza mãodarão na ao rei (2) de Malluco. Vemdo ho rei que na carta dyzia que lhe mãodavão armas e estoque perguntãodo por as peças foi lhe dicto que se mãodarão ao rei de Japão que ho de que s'aqueixa na carta ho que diguo para Vossa Alteza saber ho cão hacertado foi nom se lhe dar ho que se lhe mãodava qu'elle muito estimara. Hasi que nunca ho rei de Malluco foi aguardecido de seus serviços mas escãodillizado e quãodo me ha mi seja isto maguoa deve o Vossa Alteza sentir para prover com justiça ja que lhe nom fazem mercê.

Heste rei he mouro e natural de Malluco e eu são de Portugall e christão e ho tall rei nunca me fes mercê mas amtes eu lhe tenho dado ho c'aprovo com per sua carta se ver que me pede e nom manda e a sella que dis que lhe mãodou ho governador eu a fis para lha mãodar e depoes de fecta dixo governador qu'eu lhe mãodava hũa sella em nome del rei por ver que nom tinham conta no tal rei polo quall Francisco Bareto me mandou pagua la sella e se a eu nom fizera para lha mãodar nom lhe fora mandada ho que diguo para me Vossa Alteza nom ter por suspeito porqu'eu nom pertendo senão de Vossa Alteza fazer justiça ja que nom fas mercê a huum rey que tãoto he por seu serviço tão agravado he por ho que diguo ser verdade me acino haqui

Francisco Palha.

(B. R.)

4332. XVIII, 2-41 — Respostas dadas pelo imperador aos capítulos dados pelo embaixador de el-rei de Portugal sobre o negócio de Maluco. (1528, Setembro), [...]. — *Papel. 2 folhas. Mau estado.*

Nota — Este documento é igual a uma parte do documento n.º 39 deste mesmo maço.

4333. XVIII, 2-42 — Carta (*traslado da*) de el-rei de Portugal a Luís da Silveira a respeito do negócio de Maluco. *S. d. — Papel. 2 folhas. Mau estado.*

Luys da Sylveira amigo. *Nos el rey etc.* O secretario Baroso nos moveo ca alguns meos sobre o que toca ao de Maluquo nos quaes entrou aquele negocio em que sabees que nos elle fallou de que m'escusey estando nos em Santos de que creemos que tendes booa lembrança com o quall ofereceo que acerca do de Maluco se tomase este meo — a saber — que o emperador e nos enviasemos duas caravelas com pilotos e astrologuos pera averem de fazer verificaçam se Maluquo caya na sua demarcaçam ou ficava na nosa conforme a capitolaçam da demarcaçam que se fez amtre el rey Dom João que Deus aja e el rey e a rainha meus avos e que atee se detryminar nom fosem naos suas nem nosas aquelas partes e que nom se detryminando pellos que fosem e niso ouvese amtre elles duvyda o Santo Padre o julgase visto o que trouxesem os que fosem e ouvydas as partes. Na qual cousa nos pareceo que devyamos entemder por muytas causas de noso serviço que se apresentaram de que agora escusamos vos dar mais larga enformaçam porque cedo prazemdo a Deus as saberes particularmente e o secretario Baroso partio ha dous dias com os apontamentos deste negocio pera logo aver de tornar com fynal resoluçam delle e a esta causa se dilatou a partida daquela pesoa e por yso ouveemos por noso serviço sobre-serdes em vosa vynda os dias que vos dizeemos pella outra carta nos quaes parece que elle tornara e asy o dise. E com sua vymda tomaremos detryminaçam de vosa vymda ou estada qual for mais noso serviço que yso aveemos por certo que avees d'aver por milhor porque vymdo vos agora (*It.*) enquanto este negocio asy amda nam pareceo que era noso serviço amtes cousa muy prejudicial pera bem do que toca ao negocio de Maluquo que tanto importa pello que acerca delle temdes fallado se da maneira em que agora o negocio amda se nom tomase conclusam ouvemos por bem de vo lo fazer saber pera saberdes o que pasa e a causa principal por que aveemos por bem vosa estada como vo lo spreveemos e nam vos deemos disto parte atee agora porque ho meesmo negocio e a maneira em que nelle se fallou nam deu a yso lugar senom agora e tanbem pelo risco que ha nas cartas posto que podeseem hyr em cifra. E isto vos encomendamos e mandamos que nam saye de vos e o tenhaes em grande segredo nem diso façaes demostraçam allgũa per que posa parecer que soes diso sabedor nem hao mesmo Baroso ainda que niso vos falle porque asy o aveemos por muyto noso serviço por muitos respeytos.

Item se lhe fallase no negocio o emperador o que fara ou outra pesoa das principaes.

(M. L. E.)

4334. XVIII, 2-43 — Demarcação por onde se devia partir Maluco. (1526). — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Que a linha se lamce e loguo como o contrato for feito e acabado se ajaa por lançada sem mais se requerer outro eixame auto nem diligencia de pollo a pollo a pollo (*sic*) — a saber — do Norte ao Sull por hum cimycircullo que diste de Maluquo ao Nordeste tomando a quarta de Leste ⁽¹⁾ dezanove graos a que conrespondem xbiij graos escasos na equynociall em que momtam dozentas e novemta e sete leguoas e mea mais ao Oryemte das Ilhas de Maluquo dando xbiij leguoas e mea por grao equynuctall no qual merediano e rumbo de Nordeste e quarta de Leste estam setuadas as Ilhas das Veellas e de Santo Tome por omde pasa a sobredita linha e simycircullo. E sendo caso que as ditas islas estem e distem de Maluquo mais ou menos todavia fique a dita linha deitada as ditas dozentas e novemta e sete leguoas e mea mais ao Oryemte que fazem os sobreditos dezanove graos ao Nordeste e quarta de Leste das sobreditas Ilhas de Maluquo como dito hee. E pera se saber por omde a dita linha he lançada se fara loguo hum padram conforme ao padram per que naveguam os vasalos e naturais e suditos do dito senhor emperador rey de Castella que com este capitollo sera apresentado e nelle se deitara a sobredita linha pelo modo sobredito e ficara asy asentada pera declaraçam do pomto e luguar per omde ella passa e asy pera declaraçam do sytio em que os ditos vasallos naturais e suditos do dito senhor emperador rey de Castella etc. teem sytuado e asentado Maluquo † ⁽²⁾ no qual durando o tempo do contrato se avera que estaa no tall sytio (*1 v.*) posto que na verdade se ache em menos ou mais distamcia ao Oryemte do que no dito padram for setuado pera que do pomto da sytuacam em que no dito padram estiver sytuado Maluquo se comthem os dezasete graos ao Oryente que por beem do contrato o dito senhor rey de Purtuguall ha d'aveer †. E sera o dito padram asinado pello dito senhor emperador rey de Casteella e pello dito senhor rey de Purtuguall e aseelado dos seus selos e pello mesmo modo se deitara a sobredita linha em todas as cartas de marear per que naveguarem os ditos vasallos suditos e naturais do dito senhor emperador rey de Castella pera os navegantes de hũa parte e da outra serem ceertos do sytio da dita linha e distamcia das sobreditas dozentas e noventa e sete leguoas e mea que ha amtre a dita linha e Maluquo.

E daquy por diamte proseguir todo o capitollo atee o cabo em todas as outras cousas delle.

(M. L. E.)

(1) *A margem:* Isto cancelado se declara agora.

Penso que esta nota se refere ao que está sublinhado no texto.

(2) *A margem:* Isto cancelado de hũa † a outra se acrecemta de novo pera mayor declaraçam.

4335. XVIII, 2-44 — Contrato (*traslado do*) a respeito das demarcações do mar de Maluco. (1528). — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

O que responderam os embaixadores no Barreiro deradeira vez ate partida del rey

Item primeiramente que los medios que enviamos a vos el dicho protonotario Baroso em reposta do que nos sprevestes que cerqua desta contrataciom vos avia ablado el duque de Vergança nos pareceram y aguora parecen buenos e yguales pues por ellos em efeito declaramos ser nuestra entenciom y voluntad de tener y guardar al dicho serenissimo rey emteyramente el asemto que entre los Catolicos Reis mys señores y abuelos e rey dom Joham de Portugal se tomou sobre la particiion y demarcaciom de las mares y asy mysmo se da orden como se pueda saber brevemente lo que es de nuestra conquista y por do vam los limytes de nuestra demarcaciom y los de la del dicho serenissimo rey de Purtugual e forma por donde lo que yo tuvere tomado y emtrado de lo pertenecemte al dicho serenissimo rey se le torne e buelva con los fautos que overe levado e lo mismo agua el con nuestra corona reall por o que le oviere tomado y entrado y fautos y rentas que dello oviere levado.

Item queremos que no aver seydo el dicho serenissimo rey intelra y complidamente ynformado de los dichos medios y de como nuestra lintencion y voluntad ha seydo y es de le tener y guardar em todo y por todo el dicho asiento y conservar y acrecentar con buenas obras por lo que a nos tocara el deudo y amor que al dicho serenissimo rey tenemos ha seydo causa para que no los aceptase y con vos el dicho protonotario Barroso nos enviase la repuesta que al presente embio que por esto le pedimos y rogamos afeituosamente mande ver los dichos medios y ablar y platicar sobre ellos y sobre cada uno delos particularmente (*1 v.*) e responder e respondernos (*sic*) a ellos y a cada uno dellos lo que le pareciere que tyene de inconveniente o agravio contra derecho para el que nos por el mucho amor que le tenemos y grande deseyo de acrecentar aquel luego mandaremos verlo y platicarlo a los del nuestro Consejo delante nuestra real persona e mandaremos prover como todo lo que fuere justo se remedie y el dicho serenissimo rey non reciba em cosa ninguna agravio contra lo que de derecho le perteneciere.

Em outro capitulo adonde el emperador nuestro señor dize que es contentemte que se embie a hazer la verificacion como el rey lo quiere responde al lo que se dixo que non enviase el uno ny el otro a Maluco y en esta manera em medio del capitulo.

Pero em quanto toca a dizer que durante el tiempo que se tardare emazer la dicha demarcacion que ninguno de nosotros pueda enviar sus armadas a las Yslas de Maluco a esto responderays que ya el dicho serenissimo rey vee que no es justo ny razonable de pedirseme a my

porque el asiento y capitulacion no lo prohíbe ny vieda y porque esto sería em prejuízo y perdida de la posysam naturall y cevil que yo tengo em las dichas Yslas de Maluco y em las otras yslas e tyera que durante el tiempo que se tardare de hazer la dicha demarcacion por mys armadas se descubriram que el sabe que yo estoy recebido e obedecido por rey y señor de aquellas Yslas de Maluco y los que hasta aquy las tenyam y poseyam dandome la obidiencia como a rey y señor natural y constetuydos em my nonbre por mis guovernadores y tenedores de la dicha tierra que mis gentes (2) con mucha parte de la mercaderia que levou my armada estam por my al presente en elas y que por esto non es cosa razonable pedir que no scontinue (*sic*) yo my posisom durante el tiempo de la demarcaciom.

(M. L. E.)

4336. XVIII, 2-45 — Credencial do imperador Carlos V enviada a el-rei de Portugal relativa a seu embaixador e secretário Barroso. Valholid, 1522, Dezembro, 12. — *Papel. 3 folhas. Bom estado.*

Don Carlos por la divina clemencia eleito enperador senpre augusto rey de Alemania de Castilla de Leon de Aragon de las doss Secillas de Jherusalem etc.

Serenissimo y muy excelente rey de Portugal nuestro muy caro y muy amado primo recibimos la letra que nos escrevistes en crehencia de nupestro enbaxador y secretario Barroso y vimos lo que el nos escrivio de vuestra parte por virtud de la dicha crehencia y porque nos respondemos sobrello al Doctor Cabrero y al dicho secretario nuestros enbaxadores lo que ellos os diran afectuosamente vos rogamos les deys entera fee y creencia y aquello os plega poner en obra que nos lo recebiemos de vos en singular conplazencia.

Serenissimo y muy excelente rey nuestro muy caro y muy amado primo Nuestro Señor vos aya en su especial recomenda.

De Valladolid a xij de deziembre de dxxij años.

Yo el rey

Covos secretarius

Tem junto:

Que el medio que el secretario Barroso escribe que le movio el duque de Bregancia en quanto por el parece que el serenissimo rey de Portugal quiere guardar la capitulacion fecha entre los Reyes Catolicos y el rey don Juan de Portugal plaze mucho a Su Magestad y es contento del y en lo demas que dize porque parece que nos es razonable ni yqual

queriendo Su Magestad conservar el debdo y amor que tiene con el dicho serenissimo rey en acrecentar aquel quanto pudiere y por todas las vias que pudiere y conplazelle en todo lo justo y razonable y que pueda hazer syn perjuyzio de su derecho a movido los medios que debaxo seran contenidos por ser yguales y justos y conformes a la dicha capitulacion y asyento la qual Su Magestad en todo y por todo quiere guardar agora y en todo tiempo.

Que a Su Magestad plaze y es muy contento que la concordia y asIENTO que se tomo entre los dichos Catolicos Reyes sus ahuelos de una parte y el serenissimo rey don Juan de Portugal de la otra sobre la capitulacion y demarcacion de las mares se guarde en todo y por todo segund y como en ella y en los capitulos della se contiene.

Que para cumplimiento y execucion della y declaracion de los limites y demarcacion en ella contenidos pues aquesto hasta agora no a sido fecho Su Magestad es contento conforme a la dicha capitulacion que se enbien dos caravelas por parte de Su Magestad y otras dos por el serenissimo rey de Portugal en las quales vayan los astrologos cosmografos y pilotos que por Su Alteza y por el dicho serenissimo rey de Portugal fueren nonbrados contanto que no sean mas de una parte que de otra conforme a la dicha capitulacion y que la declaracion del numero destas personas quantas ayan de ser Su Magestad tiene por bien que lo haga el dicho serenissimo rey y por lo que a Su Magestad tocara a cunplir mandaran tener en horden las caravelas que a el le toca de enbiar con la gente que en ellas oviere de aver de manera que por su parte no aya delacion alguna y las personas que mandare nonbrar llevaran espicial mandamiento de Su Magestad para que hagan la dicha declaracion y demarcacion solamente atendida la verdad syn tener ningund respecto a Su Magestad.

Que sy al dicho serenissimo rey le pluguiere y toviere por bien que nuestro muy Santo Padre Adriano Sisto que agora preside en la Yglesia de Dios ponga por su parte otra caravela con los astrologos cosmografos y pilotos que le pareciere para que sean juezes entre los pilotos y cosmografos (1 v.) del dicho serenissimo rey y suyos sy entre ellos oviere alguna diferencia que Su Magestad sera contento dello y pasara por lo que se determinar.

Y que sy al dicho serenissimo rey pareciere que es mejor y mas breve que la dicha demarcacion conforme a la dicha capitulacion la haga el dicho nuestro muy Santo Padre Adriano Sisto por las personas que a Su Santydad pareciere syn que ayan de yntervenir las dichas caravelas de parte de Su Magestad y Su Alteza y tomando de Su Santidad y de las personas que nonbraren la solenidad y juramento que convenga para que haran la dicha declaracion segund que en sus conciencias le pareciere conforme a la dicha capitulacion que ansy mesmo a Su Magestad le plazera dello.

Yten conformandose Su Magestad con la dicha capitulacion y queriendo guardar y cumplir aquella es contento y le plaze que si fecha la dicha demarcacion pareciere que el tyene y pose alguna cosa que por virtud della pertenezca al dicho serenissimo rey de gela tornar y bolver libremente con los frutos y rentas y provechos que de las tierras pertenecientes al dicho serenissimo rey oviere llevado con que ansy mesmo el dicho serenissimo rey dexe y torne a Su Magestad las que por la dicha demarcacion pareciere que le pertenecen con los frutos y rentas y provechos que dellas ovieren llevado.

Que para que el dicho serenissimo rey de Portugal sepa que Su Magestad cumplira esto ansy otorgara todas las escripturas que deve con todas las clausulas necesarias y para la restitution de los frutos que fuere declarado haver llevado de las tierras que pareciere pertenecer al dicho serenissimo rey dara fiança en la cantidad que pareciere con que el dicho serenissimo rey haga otro tanto por las tierras y frutos y provechos de las que conforme a la dicha demarcacion fuere declarado pertenecer a Su Magestad.

Yten que durante el tiempo que de tardare en hazer la declaracion de la dicha demarcacion pueda Su Magestad continuar su posesion libre y pacificamente en las Yslas de Maluco y otras yslas y tierras descubiertas y que adelante se descubrieren por Su Magestad con que syenpre que fecha la dicha demarcacion pareciere que Su Magestad toviere o poseyere alguna tierra perteneciente por ella al dicho serenissimo rey que gela restetuyra libremente con todos los frutos y provechos que della oviere llevado y que para esto (2) dara Su Magestad al dicho serenissimo rey la seguridad y fianças sobredichas con que el dicho serenissimo rey haga otro tanto con Su Magestad por razon de las tierras que poseyere hasta el dia de la fecha de la dicha declaracion que pertenezca a Su Magestad y de los frutos y provechos que dellas oviere llevado.

Que Su Magestad es contento hecha la dicha declaracion dende en adelante de guardar y cumplir al dicho serenissimo rey lo que conforme a la dicha declaracion es obligado a tener y guardar con que el dicho serenissimo rey guarde otro tanto en la parte que le cupiere.

(M. L. E.)

4337. XVIII, 2-46 — Carta de António Galvão à rainha de Portugal, na qual lhe falava das especiarias e coisas que havia em Maluco e da perda de duas naus espanholas. (1529). — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Sennhora

Muytas vezes estive pera não fazer isto pois meu trabalho não proveitou pera mays que nacer e morrer e perder tanto ho credito que não sou ouzado de fallar quamto mais dyzer cousa pera asynar mas

lembrando me a obrigação que tenho ao serviço de Vossa Alteza quiz fazer estaa. Bem sabe Vossa Alteza que ho braço direito da Imdia he o Mar Roxo e estaa afistolado se não for bem legrado e lympo corre por aqui grande risco nem hey que o d'Urmuz he mul seguro principalmente se hos turcos tomão Baçora como temtarão depois que tem Baguoda por estar ao lomguo do rio Euffrates e não se emguanem com dizerem que tem falta de madeira que nhũa cousa mingua ha tão poderosa pesoa pois hos pez deste corpo he Maluco e se resvalão qualrão de todo pois se não sostem senão com especearia e droga e a primeira India não tem mais de sua colheita que pimentta gengivre quanella pedra-ria aljofre que tudo ho al he cousa de pouqua importancia. Isto não falta no Archipelago de Maluco porque em Çamatra ha muita pimentta e algũa noz maça samdalo camfora beijoim aguilla azeite da terra e houtro que fazem d'arvore e muita seda e estanho prata ferro fuzileira emxofre muito e bom ouro tudo isto ha na terra firme de Malaca principalmente na Costa de Pão e Patane e na Ilha de Borneo a quamfora muita e boa aguilla. *Contra* ho sul omde se chama Lave Tãojampura ha diamantes de roqua velha e da parte do norte homde se diz Bemguana vem houro e pesquão aljofre e asy nũa ilha que chamão Solor e em houtra que se diz Biçaya ha muita quanella e asy em Mimdano e ha outra casca d'arvore que se parese com ella muito mays estimada. Nesta ilha ha rezoadamente houro e da parte de leste dela peguados na mesma terra estão hũas ilhas que tem noz e maça e nas de Maluco cravo e pimentta lomgua em Banda noz maça muita e boa e nũas ilhas que chamão Butum Bemguay e Maquaçar dizem que ha diamantes ferro ouro e samdalo e em Timor muito e bom e nũa ilha que esta allem delle quamdo vão pera Jaoa que se chama Çumba dizem aver muita e boa canela e asy a tem a Jaoa mas he brava e muita pimentta que darão por cravo que se guasta tanto nesta ilha como na provencia d'Alemanha. No gengivre não falo por ser tão geral por todo este archipelago como mato e asy me hafirmarão que ho aljofre se ho pesquasem não tyria comto pois não ha ilha que pouquo ou muyto não tenha ouro de seu nacimiento e outras muitas mercaderias e escravos madeira breu pera fazer naos e tamta que vall de graça e o mantimento de saguu abisquitoado durara vinte anos.

De Çamatra a Maluco non ha mays de quatrocentas leguas de travesa omde jaz isto tudo e o mar tão quieto como (1 v.) de hũa alagua e outras tamtas ha China e pouquo mais haos Lequeos omde dizem que val ho bar do cravo e pimentta pasante de cem cruzados e pode se navegar em quinze dias ha ida e outros tantos a vinda e tudo ysto tera quem tener Maluco contra todo ho mundo. *Prouvera* a Deus que por serviço del rei noso senhor se fezera delle mais comta e memoria porque sertefiquo a Vossa Alteza so Maluco com seu termo he pera soster hum muy homrrado reino sendo cocertado e como estaa perder se ha de todo porque não tem el rey milhor nem mais certa e segura remda em toda a Imdia. *Perdoe* Deus a quem lha tira que eu me afirmo

que he melhor cousa que ha Mina e pode se trazer na cincta tão segura a chave della imda que estaa do reino tão apertado (*sic*) se for bem regido não tão somente escuzara mamdar dinheiro pera quarregua da pimemta mas sostera cimquo ou seis mill homens d'armas de soldo e mantimmentos na Imdia e allem disto fara asy mesmo custo e os castelhanos bem ho sabem e por isso não no tem tanto esquecido como qua parese não desejão senão achar caminho pera tornada ha Nova Espanha porque se isto allquãoção craro esta que coalharão a terra. Deve se remedear enquamto Deus os segua porque eu sey pessoa que levemente o dera se fora tanto a serviço dell rei de Portugal como he do de Castela e porque Vossa Alteza veja a lembrança que tem diso quiz aqui escrever ho que pasou em meu tempo.

Avendo oito ou nove meses que estava na fortaleza me derão nova hos da terra como erão aly arribadas duas naos de Castela e que as não deixarão tomar porto ate nom saberem ho que eu mamdava porque Deus seja louvado sempre me teverão este amor e hobidiencia. Fiz loguo prestes hũa armada e mamdey por capitão mor dela ha Johão Foguaça e ha primcypal cousa que em seu regimento lh'emcomemdava era que em nhũa maneira tevesem com estas naos pelleja imda que eljes quizesem e os hacometese lhe fugisem e de minha parte lhe disese que se viesem a fortaleza homde lhe faria todo ho guazalhado e daria ho necesario que hasy ho mamdava ell rey noso senhor que ho fezese as cousas do enpeador e que lhe pidia que não tomasem porto nem terra senão homde eu estava nem hanojasem ha gemte dela per nhũa vía por me não fazerem fazer ho que não queria e alem d'isso mamdey aos da terra que hos não comsentisem toma la mas que lhes requerisem da mynha parte que se viesem a fortaleza e asy mamdey pidir aos reys e senhores que ho mamdasem apreguoar per todos seus estados e senhorios e quem me trouxese nova certa domde as naos estavaam que daria d'alvixeras cem cruzados. Foy João Foguaça e amdou la dous hou tres meses fazendo toda a dilligencia mas não trouxe nova certa. As naos hamdarão de ilha em ilha sem nas quererem deixar tomar porto e virão se tão desesperadas que forão surgir nũas pomtas que faz a Ilha do Moro a parte de leste que chamão Sumas e Vedas homde não faltarão pelo que os reis tinham mandado que de noite ha mergulho lhe cortasem as amarras outros dizem que por ser roim sorgidouro se cortarão das pedras como quer que fose fezerão se a vella desesperados de hos ja receberem na terra se tornarão caminho dos Papuas per homde vierão. Ho Alvarado dyzem que arribou pera a Nova Espanha e numqua mais se soube dele nova. Ha Capitayna foi se perder nũa ilha que esta debaixo da linha que os portugueses chamão d'Agoada mas hos de la Mehunsum que he seu verdadeiro nome e o porto em que se perdera Savahim e daqui se meterão no batell e tomarão por partido virem se me entregar a Maluco mas hos da mesma ilha saltarão com eles e matarão nos ha todos somente esquaparão cimquo ou seis que fiquarão dormtes hao longuo da praya

homde ha nao (2) deu a costa. *Estes* cativarão os da outra ilha que esta a leste desta a que nos chamamos a de Dom Jorge por emvernar nela Dom Jorge de Meneses capitão que foi daquela forteleza mas ho seu nome he Versal. *Estes* levarão ha suas casas homde os curarão e lhe derão muito bom tratamemto comtudo não escaparão senão dous. *Hum* se chama Johão Camacho filho de Louremço Camacho de Palos e outro se diz Miguell Nobre. *Este* resguatarão os de Çamafo que he hũa cidade do Moro da hobidiencya del rey de Tidore o qual me mandou dyzer que estava aly aquele castelhano que ja mamdara por ele que como viesse que loguo mo emvearia e asy o pos por obra. *Custou* me duzentos cruzados e não mal empregados que se fora ouvido atalhara se o mal d'aguora e o que se espera segumdo ho tempo que vim a este regno porque delle soube tudo que se la detreminava e eu desejava e foy isto. *Que* o marquez do Vale mamdava fazer duas naos da parte do sul em hum porto que se chama Taguamtepeque. *Ha* principal era de cento vinte toneladas chamava se Samtiaguo e o capitão dela e mor d'armada se dizya Fernão de Grijalvarez fora mestre sala do marquez ho piloto era portugues natural da cidade do Porto dizia se Martym da Costa e o mestre Estevão de Castilha casado em Sevilha natural do senhorio de Genoa dum lugar que se diz Sam Pedro d'Arenha e o comtramestre do Ducado de Saboya de Villa Framqua de Nisa criado do minino em Castela chama se Miguell Nobre homem bem disposto e hum pouquo ruivo seria de hidade de trimta anos.

Ho outro navio era de hoitemta ate noventma toneladas ho capitão dele se chamava Alvarado homem fidalguo e mamcebo servia de mestre e piloto tudo junto hum bisquainho que se dizia Johão Martinez comtramestre era natural de Marcelha. *Estes* navios feitos e aparelhados ~~quar-~~regarão de mantimemtos e alastrados de chumbo no ano de trimta e seis a primeyra houtava de Pascoa partirão do porto de Quapulqui pera Peru per mamdado do marquez e chegarão a hũa cidade que se chama Mamtua e day a Tumbes e a Palta que he ho porto da cidade de Sam Myguell homde hos castelhanos tem asiento e aqui descarregarão e mandarão requado a Fernão Piçarro guovernador do Peru que estava na cidade de Xauxa e aly estiverão ate que veyo a reposta e que lhe mamdo hum homem d'ouro e hũa molher de prata se fezerão a vela caminho de Maluco ao longuo da linha e a primeira terra que virão segumdo a emformação que dava era a Ilha de Versay que estaa mais de duzentas leguoas ha leste de Ternate e daqui forão ter a ele. *Comtava* mais este Migell Nobre que Dom Jorge d'Alvarado guovernador de Guatimala mandava fazer dous navios prestes que se dizião que havião de partir loguo traz estes e asy que ho marquez Fernão Cortes e o viso rey Dom Antonio de Memdomça que novamente chegara mandava fazer outra de gualões e muitos navios daquela parte do sul pera mandar a China e os Lequeos ha Maluco e a descobrir outro novo mumdo.

Outras cousas soube daquelas partes que comprião a serviço de Deus e del rey noso senhor mas pasa de quatro anos que estou neste espirital homde vejo fazer de tudo pouqua lembrança porque eu doente como vinha toquei nisto per hũa carta a Sua Alteza e lhe mandey esas que hos reys de Maluco lhe escreverão de que envio ho terlado a Vossa Alteza por me parecer que cumpre holhar se por iso e pelo mais de que se haqueixão e he la necesario.

Deus acrecemente vida e reall estado de Vossa Alteza

Antonio Gualvam

(M. L. E.)

4338. XVIII, 2-47 — Carta de António de Azevedo Coutinho a el-rei, a respeito do ajustamento com os castelhanos para a posse de Maluco. (1529, Abril, 8). — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Senhor

Ontem quinta feira sete do presente mandamos dizer aos castelhanos per esprito que nos tinhamos comprido por parte de Vossa Alteza e que foramos juntos todos os nomeados per Vossa Alteza e que elles se nom hajuntaram e que lhe fazlamos a saber que a menos de serem todos juntos nom podíamos proceder conformes a capitolaçam que tanto que juntos fosem no lo fezesem saber e que logo nos juntariamos e este recado lhe mandamos com Gomez Eanes e com elle mandey dous de cavallo pera de tudo podermos fazer auto com aquellas testemunhas se caso fose que mais quisesem dilatar.

Elles nos responderam que tinham comprido com elles serem presentes pera logo entender na pose e que por elles nom ficara posto que pera a propriadade mingoara Simam d'Alcaçova e que agora era vindo e que quando nos ouvesemos de juntar que lho fezesemos saber que eram prestes e este recado nos veo sexta feira a tarde e logo nos ajuntamos e ordenamos que segunda feira nos visemos porque sabado hera ja impossível (*1 v.*) e posto que o poderamos fazer a todos pareceo mais serviço de Vossa Alteza ficar a segunda feira por duas causas.

Item a primeira porque atee este tempo poderia vir recado a Vossa Alteza do emperador se quer mudar Simam d'Alcaçova porque seria asy millhor que per via de sospeiçam porque crea Vossa Alteza que esta sospeiçam nos ha de desfazer muyto porque estes castilhanos estam apesados por se tornar e qualquer embaraço os fara tornar atras e se lha nom atentamos segundo nos parece dentro de vinte atee trinta dias teremos acabado e espero em Deus a serviço de Vossa Alteza. *Atevemo* nos a rescrever isto confiando na doutrina do Tex. no capitulo Si quando

de rescritis nas Decretais honde o Papa detremina que se algũa vez nos parecer que o que nos manda seria seu serviço compri lo que lhe reescrevamos. E porque temos Senhor aviso que estes castelhanos nam queriam entrar na propriadade e os nosos estam certos da vitoria per todas partes parecia mais serviço de Vossa Alteza escusar se sendo a Vossa Alteza possível. Perdoe nos Vossa Alteza porque noso officio he trabalhar como milhor e mais breve o posamos servir.

Item a segunda causa he porque ese rol de testemunhas que de qua a Vossa Alteza mandamos aja tempo pera com muyta deligencia as Vossa Alteza fazer buscar e no fim desta somana que vem começarem de viir pera qua porque se nos nom desconcertarmos na sospeiçam pera entam serem necesarias porque estes homens querem tanta brevidade nesta pose que dentro do tempo que tenho dicto nos avemos de concluir. E portanto com muyta deligencia faça (2) Vossa Alteza procurar estas testemunhas e regimentos que tudo ha mester pera convecer (sic) tanta malicia como jaz naquesta gente que se Deus quiser avemos de dar lhe indo tan craro como nom posam saltar per clima. E pera estas testemunhas serem buscadas e mais se se poderem achar e os regimentos que pedimos neste rol nos virem a tempo cometa Vossa Alteza ho cargo a certa pessoa que o faça con deligencia porque querem tanta brevidade que mais nom pode ser e tudo por se tornarem aginha.

Item temos acordado que se elles quiserem proceder na pose posta a sospeiçam de o fazer posto que sabemos que depois an de ser maaos d'armar na propriadade porque a receam segundo temos aviso.

Item da licença que Vossa Alteza nos da pera hiir a Badajoz nam usaremos ate nos elles mostrarem outra do emperador porque nos nom enganem. Ysto Senhor ordenamos oje sexta feira despóis de nos ser vindo recado de Badajoz e logo despachamos o correo que parte sabado em amanhecendo ix dias d'Abril.

Praza a Noso Senhor a vida e estado de Vossa Alteza creça per muytos annos.

Antonio d'Azevedo Coutinho

(M. L. E.)

4339. XVIII, 2-48 — Informação (*traslado da*) a respeito do que se passara entre os deputados de el-rei de Portugal e de el-rei de Castela, sobre a propriedade de Maluco. 1529, Maio, 14. — *Papel, 4 folhas. Bom estado.*

Trelado do que pasou xliij^o dias de Mayo sabado no proceso da propriadade sobre o que he enviado Vossa Alteza

E despóis do susodito em a cidade de Badajoz sabado xliij^o dias do dicto mes de Mayo do anno sobredicto estando todos os dictos deputados juntos em as dictas casas do concelho da dicta cidade praticando os

huuns com os outros sobre o que os deputados do dito senhor rey de Portugal dizia (*sic*) aos deputados de Suas Magestades que deviam de dar forma de se concertar pera fazer o que lhes era mandado. Os deputados de Suas Magestades em resposta dello deram a mym dito Bertolameu Rodriguez de Castanheda hũa estriptura a qual me mandaram que lese em presença de todos os dictos deputados a qual eu ly pupricamente ante os huuns e os outros cujo teor he o seguinte.

Os deputados de Suas Magestades dizem que em o ponto en que ultimamente platicaram e votaram he a saber sobre de qual das ylhas se começara a medir as lix legoas os deputados do senhor rey de Portugal votaram e sentencaram que se começase a medir da Ylha do Sal hou da Booa Vista ao qual segundo per seus votos explicam principalmente se moveram por respecto de certos capitulos da capitolaçam que pasou antre os Reis Catholicos e o senhor rey Dom Joham que em gloria sejam que falam sobre a yda das caravelas que aviam d'hir ha setuar a linha da demarcação os quaees se bem se olham e ponderam nhum efeito nem vigor tem pera que por respeito delles tal voto nem sentença se lemite nem deva dar e a rezam he porque se dizem que em os ditos capitulos se faz memoria da Ylha da Canarea e que dally se vaa as Ylhas de Cabo Verde e dally se comece a medida (*1.ª*) que portanto se entende que pode hir de Canaria ao mais cercano das Ylhas do Cabo Verde e que dally comecem a medir digo que esto nom ha lugar pera via intelligenda. He de advertir que o principio dos ditos capitulos que sam os que falam em a forma que se a de ter em o hir dos navios a fazer a dicta medida como principal prosuposto do que por ellas se a de poer em execuçam refere as palavras que em o primeiro capitulo foram postas sobre o tocante a declaraçam e expresam do lugar donde se avia de começar a tal medida como cousa que a tynham as partes asy por clara e averigoada dando a entender que o que em aquelles capitulos se anadia nom hera pera decrarar o des donde se avia de começar pois ja o acabava de referir salvo pera dar forma como a raya se lançase direita he a mais certa que ser podese a trezentas e setenta legoas sem que inclusemos legoas.

Pello qual he manifesto que os dictos capitulos que desto falam nom sam despositivos nem alteram o que antes foce deviso salvo que mostram a forma do executor a demarcação da dita linha sinalando o tempo e o modo de fazer a tal medida a concordia das partes e pera este feito porque os navios de hum rey nom ouvesem de rodear hindo ha buscar os do outro detreminaram lugar asinalado em o caminho de antr'ambas as partes pera que dally em conformidade partisem ha buscar as Ylhas do Cabo Verde de que antes se avia feito mençam pera medir dellas nom segundo que as achassem senom segundo que por a disposiçom do primeiro capitulo constava e devy o ser começada a tal (*2.ª*) medida o qual faz manifesto e lemitado tempo que pera esetuar o conteudo em os ditos capitulos se pos que foram dez meses por maneira que aquelles

pasados segundo que de feito pasaram todo o nellos conteudo esperava sem que por nhũa das partes ouvese obrigaçam a o complir. E esto se confirma por a necessidade que ouve da porrogaçam que pera o susodito se fez a qual por o semelhante ao presente nom ha hi lugar por aver asy mesmo esperado nem se pode a esto dizer que por virtude da nova capitolaçam entre o emperador noso senhor e o senhor rey de Portugal feita se tornaram a reterficar os ditos capitulos porque por ella ventralmente consta do contrairo pois nos manda que marquemos e detrem-nemos ha propriedade dentro de dous meses ajuntando nos antre Badajoz e Elvas sem fazer mençam nem dar facultade pera que tenhamos d'hir a outra parte nem façamos viagem algũa pello qual he manifesto que tacitamente ouveram por esperada segundo que de feito ho estava la formado hir a fazer se a dicta linha e por o conseguinte todollos capitulos que nello falavam pois o fim dellas nom hera senom fazer com muito trabalho e pouca certidam o que aquy com mais facilidade podia ser posto em hefeito.

Avendo por excluido e sem fundamento o sentido e interpetaçam que aos dictos capitulos fose dado sobre a dita medida restaria confirmar o justo e verdadeiro que he o que os ditos deputados (*sic*) Suas Magestades deram dizendo que se a de começar a dita medida desde a mais occidental (2 v.) parte da Ylha de Sant'Antonio o qual demas das rezões em noso voto expresadas se declara e verifica por as seguintes.

He a saber porque em dizer em geral as ylhas nom alteramos a disposiçom do capitulo nem representamos que se todas ellas forem hũa soo ylha porque cando hum agregato se toma en confuso nom supone a noso comuum uso de falar que en grandeza o sitio ocupase tanto como ocupam os indeviduos de que se constituy pello qual he manifesto que ham de ser computadas e reputadas e neste caso todas as dictas ylhas como se fose hũa so ylha da dita grandeza e a duvida ouvera lugar so o capitulo dixerá insingularezara de hũa das ylhas pero en comprende las todas he claro que as tomou e intendeo por hũa cousa so o por hum corpo saydo so agregato de diversos e individeos e portanto quando hum escoadram de gente esta a cerca de hũa cidade no (*sic*) se diz estar a cerca avendo respecto a que som diversos honbres senom reputando os a hum corpo e por conseguinte dizem que dista hum tiro de besta dos muros por rezam dos primeiros sen ter respecto ao que distam los postreros.

Esto asy presupuesto insteve seja do dito que dudar de qual de las ylhas se a de começar a medir nom he outra cousa senom duvidar de que parte de hũa ylha que ocupase todo aquelle espaço que ocupam as ditas Ylhas de Cabo Verde se a de começar a medir he a saber se do principio o do meo o da fim a qual duvida (3) tem clara soluçam porque os terminos a quo segundo que elo es esta adiçam desde o deposto que em cosa numeral o coletiva muitas vezes se incluyam em o que se refere ou menta asy como se dixeremos matou desdo primeiro asta

o postreiro nunca por eso em cantidade continua ou em forma de medir o de computar distancia de dous corpos som incluidos com aquello que se mide ou deslinda por maneira que se como quando os taees termos a quo e ad quem som destintos de aquello que se mide ou quer devidir nunca se toma inclusive salvo exclusive asy as ylhas e a linha como sam termos que nom se concediam a hũa parte nem a outra nem tem a natura do que se deuidia nem se pode entender que foram incluidos dentro da cantidade que foe numerada he a saber em as *ilj^olxx* legoas pello qual a hum entre gente de mar se usa comumente que cando hum diz que ha Ylha do Fayal dista da de Sam Miguel tantas legoas nom se entende senom começando a medir da parte que menos dista la una de la outra e nom do principio ou do meo e o mesmo he em a terra porque se hum diz da silha hasta el lanço ay dez pees nom començara a medir senom do pumto de la silha que estuvere mais propinco ao dito lanço.

Ytem nynguna proposiciom pode ter sentido falso e verdadeiro e que ygoalmente lhe convenha porque seria em elha contradicam y repunancia a qual se veria em o capitolo que manda lançar a linha a *ilj^olxx* legoas (3 v.) das Ylhas do Cabo Verde si se echase desde as primeiras he a saber do Sal o de Booa Vista porque asy como dizem os dictos deputados que he verdade que a Ylha do Sal e de Boa Vista som Ylhas do Cabo Verde e que dellas a linha ay *ilj^olxx* legoas asy tambem he verdadeiro dizer as Ylhas de Samt'Antonio ou de Santiago som Ylhas do Cabo Verde e seria falso dizer que ahy *ilj^olxx* legoas dellas a linha que elles asinalam. E portanto pera nom aver repunancia ham de ficar excluidas as taees ylhas em a forma do medir o qual faz manifesto as palavras da dita capitolaçam que dizem que se midam as dictas legoas ao ponente das dictas ylhas adonde as toma coeitive todas sem distinguir nem dizer de algũa ou algũas dellas e a mesma força tem as palavras que dizem a *ilj^olxx* legoas das Ylhas do Cabo Verde enquanto aquellas duas proposições que ally se expresam he a saber a. y. de. som de tal natura que sempre deixam detras de sy o termine que denotam por principio da medida que se faz e asy como aqui en dizer a *ilj^olxx* legoas se entende que dixe ao fim dellas *ilj^olxx* legoas se faça ha raya asy in dizer das Ylhas do Cabo Verde se entende que dixe del fim dellas e nom do principio nem de hũa o de dos particularmente por respeito do qual hum fose desterado com mandamento que nom entrase a dez legoas das dictas ylhas no poderia hir ha la hũa dizendo que estava mais de dez legoas das outras (4) por maneira que do dito se concluy que de necessidade as dictas *ilj^olxx* legoas se ham de comear a medir desde a fim ocidental da dita Ylha de Santo Antonio que esta ao ocidente de todas as dictas ylhas. E asy o pronunciamos e sentenciamos e pedimos e requerimos aos dictos deputados do senhor rey de Portugal que se conformem com nos outros em este voto e sentença protestando les que nom se posa inputar nem impute a nos outros la

mora e tardança o qualquer otro inconveniente que sobre este negocio veniere salvo a ellos pois julgam e insistem em cousa que he tan contra rezam e direito a efeito contravendo en este articulo tal desconformidade no se proceda em o caso principal por respecto do qual fomos aqui ajuntados he a saber a verificar ho tocante a propriedade das Ylhas de Maluco e de como asy lho requerimos pedimos aos presentes notairos no lo dem por testemunho e o asentem em o proceso desta causa.

E lido o sobredicto logo os deputados do dito senhor rey de Portugal disseram que esto que diziam os deputados de Suas Magestades o deveram de ter dito antes que votasem em esta causa e que veriam o que diziam os ditos deputados de Suas Magestades e responderiam a ello e nos os ditos estprivães por ser a ello presentes o asinamos de nosos nomes.

Castanheda

Gomez Anes Freitas

Gomez Eanes de Freitas treladey esto que pasou atee oje xliij de Mayo pera se emviar a el rey noso senhor.

Gomez Anes Freitas

(M. L. E.)

4340. XVIII, 2-49 — Carta de Luis do Rego a el-rei, a respeito de seus serviços na navegação de Maluco e doutras partes do Oriente, pelo que pedia mercê. (1545). — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Senhor

A muito tempo que guasto meus dias como bom e leall portuguez nesta naveguasão de Maluco e asy toda a navegasão destas partes. *Despoys* de muytos servyços que tenho feyto a Vosa Alteza nas suas armadas e de camzado me casey e perafusey em que ho podese mals servyr e dey diso comta aos seus guovernadores e porque alguns deles tynhão dyto a Vosa Alteza outra cousa não me derão ouvydos ho qual servyso que vos eu fyz he este.

Sabera Vosa Alteza que ca sobre a espera (*sic*) a muytas deferemças d'omens que querem entrepetar mays do neceçaryo. *Detrymyney* de fazer hum corpo redomdo em prayno em que mostra nosa navegasão e he a que levou Fernão de Magalhays sem faltar legua a qua^m fiz por hum roteyro que ouve de hum Manoel Guodinho que de la ho trouxe e das partes de Malaca amtyguo coamdo vierão os castelhanos a Maluco

alem de me dar outras rezois de Malaca pera Maluco tudo na verdade que eu amostrarey a Vossa Alteza quoamdo comprry como se ve pelos que aguora naveguaõ pelas cartas de marear que lhe eu fiz que dyso servo aguora ca a Vossa Alteza porque o voso veador da Fazemda sabemdo que eu ysto fazia me tirou o soldo e mamtymemto avemdo vinte e symquo anos e o que eu servy de lascarym muito omrado e semdo companheiro com'os outros que pelejavão não falo mais nisto porque sey que Vosa Alteza me fara merce como for enformado da verdade a quall me fara mui grande quere lo saber e porque não digão que eu que faço ysto de mynha cabeça pois numca fuy piloto faço de muita yspiriencia que dyso tenho e asy de algum emjenho que o Senhor Deus me deu e muito trabalho que nyso levey pelo saber. *Eu* tenho hum corpo praino feito sem faltar lèguoa e por ele se pode navegar como per qualquer outra carta o qual esta bem visto estar Maluco na comquista de Vossa Alteza porque na obra o sabera o quall corpo (1 v.) redomdo amostrey a Martym Afonso de Sousa guovernador que foy nestas partes e pera la ja e partido e dele se enforme Vosa Alteza.

Cheguou Dom João de Crasto voso guovernador e lh'amostrey ho que tynha amostrado a Martim Afonso e ele folgou muito de ho ver e tres pilotos vierão a minha casa a ve lo e cartea lo pelas cartas velhas e me pidirão que lhe amostrase a navegasão do Cabo pera o Brasil e asy toda a costa de Guine e eu lh'amostrey e asy acharão como nas cartas velhas asi nas rotas como nas alturas e asy de Maçambique per a ilha do Comoro e asi pera ho cabo de Comorym e tudo era certo e fycarão bem espantados polo verem em corpo redomdo per grao de dezasete legoas e mea.

Sabera Vosa Alteza que estamdo em Lisboa com ho rosto ho Norte fica Maluco ao Nordeste e a quarta do Norte e estamdo em Maluco fica com Portugal ao Nor Noroeste e Sul Sueste que he a mea partida fica Alemanha com a China amtre Portugal e Maluco Goa com o ryo de Lisboa cortamdo por riba da tera ao Noroeste e a quarta do Norte. E de Portugal pera Goa ao Nordeste e a quarta do Norte isto pela redomdeza do mundo. E por esta rezaõ vão os castelhanos a Maluco em symcoenta dias porque corem as agoas da Nova Espanha pera Maluco como hũa seta sem numca descamsar como fazem o Sol e as estrelas que todo servem a hum senhor que no camynho não a ilhas nem teras que ajão de sy de deytar vapores nem ventos porque são sempre jerais pera Maluco. *E* esta he a rezão por que os navios não podem tornar por omde vierão como se agora vio per hũa galeota que consiguo trouxerão que tres vezes a mandarão e todas tres tornou arribar e as fica aguora em Maluco.

E loguo naquele mesmo tempo detreminey de saber o ero das cartas novas e emmemdar os eros que tem e o fiz per a graduacão de dezasete legoas e mela e por este espermemento que fiz ficou Maluco coremta e

duas leguoas de demtro da comquista de Vossa Alteza. E tudo isto amostrey ao voso guovernador que ca he nestas partes e folguou muito de o ver e polo piloto mor me foy dito que não falase em Maluco que não hera aquela a comta per omde se avia de dar Maluco a Vossa Alteza porque a comta dos espericos (*sic*) e per dezaseis leguoas e meia o grao que são seis graos sem leguoas ho qual eu pus me a fazer loguo per dezaseis leguoas e meia o grao com emmendar algũa falta que ha da ilha de Santo Amtão com o cabo de Boa Esperança a qual carta e toda feita pelos roteiros porque estes são os que falão a verdade porque nas cartas antigas fazem as ilhas maiores do que são en a qual carta Maluco fica de demtro xxx leguoas na demarcasão de Vossa Alteza e não quero mais yspiriencia que des Meata a Soez antygamente nas cartas velhas estavam quatoceentas leguoas de mar a mar e nas que eu aguora faço não estão mays de Lxxx na (2) redomda e aqui sabera Vossa Alteza a deferença que a das lomgetudes. E de tudo isto sam sabedor per muitos mercadores que vem d'Alexandrya ao Cairo e do Cairo a Soez. E isto e bem notorio e como Vosa Alteza disto for enfor-mado ser asi torna Maluco atraz sem legoas porque esta Soes em trinita graos e Vossa Alteza devia de mamdar ver bem isto e se isto asy não for como eu tenho fantisiado receba Vossa Alteza de mym aquela vom-tade e desejos que tenho de o servir como e natural vasalo porque muittas vezes e Noso Senhor e mais servido de hum prove com limpo coração que de hum grande grandes servisos (*sic*).

Eu senhor fico fazemdo hum corpo redomdo de dezaseis legoas e meia o grao o qual ponho cemto e oytemta graos a Leste e cemto e oytemta al Oeste pera fycar redomdo como espera (*sic*) omde se vera a espiiriencia da verdade porque eu ei de trabalhar muyto como sempre fiz nũa arte e na outra por servyr a Vossa Alteza e tambem ey de pedir merce que a mereço que meu pai servio a el rey que samta gloria aja e asy meus avos aos reis pasados e achamdo Vossa Alteza que a eu mereço ma faça comviniente a esta tera pois ja nela são casado e e (*sic*) se me mamdar que va ao reino loguo o farey que almda tenho desposição pera ir la e aomde me ele mamdar.

Beijo as mãos de Vossa Alteza a quem o Senhor Deus de tamta vida com acresemtamento de seu Estado como Vossa Alteza queria.

Luys do Reguo

(L. P.)

4341. XVIII, 2-50 — Carta de Pais Dias a el-rei, na qual lhe diz que seguiria as instruções enviadas e que os castelhanos diziam que Maluco pertencia a seu rei e não ao de Portugal. (1544). — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Senhor

Deram me a carta de Vosa Alteza sobre os avisos que ei de ter com o balcharell e pella confiança que em mim tem lhe beigo as maos e eu o farei com tanto recado e segredo como o caso o requiere e eu o devo a Vosa Alteza pellas merces que tenho recebidas e digo Senhor que o que temos sabido Diogo Lopez de Sequeira e eu pello bacharell e na vista que se fez se achou ser verdade he que os que vem da outra parte todo seu fundamento fazem na pose porque dizem que Vosa Alteza nem el rey que Deus tem nunqua tomarom a pose de Maluco e que el rey de Castella estando vaga pertendendo ter nelle direito tomou a pose per sua armada e trazem diso estromentos pupricos per que a forma que a tomou per consentimento del rey de Maluco e dos da terra. *E* eu creo que elles fazem hi estes estromentos porque o tem por costume e destes me mostram muitos em todas as contendas em que per vezes me vi com elles e porque per direito aos estromentos de tam longe nom se da fe enteira trazem pillotos e gometes que dizem que foram na armada pera os aprovarem dandos per testemunhas e parece lhe (1 v.) que Vosa Alteza nom teria prova da pose que se tomou em tempo de el rey que Deus tem nem menos teria prova de como depois de el rey de Castella mandar la sua armada tornou a recuperar sua pose e restetuir se a ella que he muito necesario provar se pois Vosa Alteza foi sabedor que elle mandara la como elles mostram per cartas del rey que Deus tem e de Vosa Alteza porque nom se restetuindo e conservando em sua pose perde a per direito. *E* como isto se ha de julgar per letrados e via de justiça e direito consiste toda a justiça deste caso a meu ver nesta prova que Vosa Alteza pode muito bem fazer per instrumentos e testemunhas como elles fazem poes ja hi tem recado diso pello caravellão e deve Vosa Alteza de fazer muito fundamento deste passo e ver onde isto se fara melhor se la se qua per Diogo Lopez e per mim que sabemos ja os fundamentos que elles tem e qua se roge que o Çuniga que he vindo de Castella e outro castelhano os avisam do que la pasa compre muito a serviço de Vosa Alteza nom vir nenhũa cousa a sua noticia.

Oje escreveo o bacharell como tinham mandado hum correo a el rey a grande presa pera poderem vir qua e os de (2) qua la e asi outras cousas que Diogo Lopez de Sequeira escrevera a Vosa Alteza e mandou dizer per palavra que nos daria os fundamentos por que fundam sua tenção asi na pose como na propriedade e que fose la pessoa a que os apontase. *E* pareceo bem a Diogo Lopez hir eu la demudado e secretamente como que vou a feira. *E* mandou logo la hum mesegreiro pera trazer recado esta noute onde me verei com elle e trarei tudo apontado e o que trouver enviarei logo a Vosa Alteza na pasada.

E quanto a ida de os de qua irem a Valhadona parece grande inconveniente porque elles desejam muito e he tudo pera saberem o que qua

há. E neste parecer esta Diogo Lopez de Sequeira e todos porque sera melhor irem se pousar em duas ou tres casas muito boas que estam meia legoa da rala e na rala mandar lhe fazer muito boas ramadas em que estem.

E se a Vosa Alteza lhe nom parecer enconveniente que na consulta que qua tiverem me dem parte parece me que sera muito seu serviço porque os avisarei de algũas cautellas e manhas que os castelhanos senpre trazem e tambem tomarei hi aviso pera saber do que me devo avisar e tambem pera lhe dar conta do que de la sey (2 v.) e neste parecer creio que he Diogo Lopes de Sequeira pello que ja pasou e elles tambem la tem alem das pessoas nomeadas outras com que consultam.

Nosso Senhor acrecente a vida e reall Estado de Vosa Alteza e a Seu santo serviço. D'Elvas oje sexta feira a tarde e deste derradeiro capitulo farei o que Vosa Alteza vir que he maes seu serviço.

A el rey nosso senhor

O licenciado Paes Dias

(L. P.)

4342. XVIII, 3-1 — Instruções (*minuta das*) para a demarcação de Majuco. (1530). — *Papel. 2 folhas.*

Senhor

O que me parece necesario veer se e Vosa Merce mandar levar ao paaço he a minuta do contracto que de quaa fol a Antonlo d'Azevedo e ho tresllado do contracto que laa fizeram e asinaram e ho tresllado dos apontamentos que levou Bras Neto e a carta que agora mandou o que faaz ao caso e que avemos de veer.

E o que mais parecer a Vosa Merce cujas mãos bejo.

Servidor de Vosa Merce

Chrisptorus Licenclatus

A carta que agora veo nom mando leva la ey se vos for necesaria porque nam toca na materya que avees de veer. Mando vos tambem a carta que trazia Antonlo d'Azevedo pera se virem os castelhanos em que vem trelladado quasy todo o contrauto que avees de ver se aceytando a el rey noso senhor se aprova de todo o contrauto pera nom ficar mais auçam ao coregimento das cousas que se requerem que se emende. Avees tambem de ver se aquele capitulo da paga dos danos

aperta tamto que sem mais outra fegura de juizo Sua Alteza seja obrigado a loguo satisfazer e pagar. Tambem avees de ver se el rey deer as cartas que se requerem pera a vymda dos castelhanos pera trazerem todo o que tiverem resgatado como diz no capitolo e eles disserem que nem tem naos suas por quallquer rezam que alegarem e requererem que lhe bem pagasem nas naos del rey por seu frete se terem niso rezam ou nam.

E tambem com que cautela se lhe dara esta carta pera nam parecer que el rey se dece do coregimento que p. deste capitollo. E el rey dise que vos enformaria oge mais largamente do que quer que vejам Vosas Mercés (1).

(2) Item mandey a Chrisptovam Estevez o regymto que levou Bras Neto dos pontos que se avia de emendar.

Item a propria carta que trazia Amtonio d'Azevedo pera se virem os castelhanos.

Item a menuta do contrato que foy a Amtonio d'Azevedo per que avia d'asentar o contrato.

Item o proprio contrato que veeo asynado pello emperador.

(L. P.)

4343. XVIII, 3-2 — Condições do ajuste da posse de Maluco entre Portugal e Castela. (1540). — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Pellos ditos procuradores que em qualquer tempo que ho dito senhor rey de Portugall tem quyser que se veja o derelto da propiedade de Maluco ilhas teerras e maares contyudas neeste contrauto posto que hao tall tempo o dicto senhor emperador e rey de Castella nam teenha tornado o dito preço neem o dicto contrato seja resolluto se veja neesta maneira a saber que cada huum dos ditos senhores nomee tres astrologuos e tres pillotos ou tres marenheiros que sejam expertos na navegacão os quaes se ajuntaram em huum lugar da raya d'antre seus reynos homde for acordado que se ajumtem do dia que ho emperador ou seus sobcesores foreem requeridos por parte do dito senhor rey de Portugal que se nomeem a [...] (2) meses e hy consulltaram e acordaram e tomaram aseemto da maneira em que ham d'yr a se veer o derelto da dita propiedade conforme as capitollações e aseento que foy feyto amtre el rey Dom Fernando e a rainha Dona Isabell sua molher e el rey Dom Joam o segundo de Portugall. E sendo caso que ho derelto da dita propiedade se julgue ao dicto senhor emperador e rey de Cas-

(1) *Fecue-se uma página em branco.*

(2) *Espaco em branco no original.*

teella nam se dara eixecuçam neem se husara da tal sentença seem primeiro o dicto senhor emperador e rey de Casteella ou seus sobcesores tornarem realmente e com efeyto todos os ditos tantos mill cruzados que lhe por vertude dese contrauto foram dados. E julgando se o direito da propiedade por parte do dicto senhor rey de Portugall o dicto senhor emperador e rey de Casteella e seus sobcesores serem obrigados a tornar realmente e com efeyto os ditos tantos mill cruzados ao dito senhor rey de Portugal (1 v.) ou a seus sobcesores do dia em que a dicta sentença for dada a tanto tempo.

Iteem foy concordado e aseemtado pellos ditos precuradores em nome dos ditos senhores seus constetuyntes que sendo caso que emquamto ese contrauto de venda durar e nam for de efeyto da feytura delle por diante veenham allgũas espicarias ou drogaryas de qualquer sorte que sejam a quaesquer portos ou partes dos reynos ou senhorios de cada hum dos ditos senhores constetuyntes que sejam trazidas pellos vasallos suditos e naturaes do dicto senhor emperador e rey de Casteella ou por outras quaesquer pesoas posto que suditos naturaes ou vasallos nam sejam do dito senhor emperador e rey de Castela que o dicto senhor emperador e rey de Castela em seus reynos e senhorios e o dito senhor rey de Portugall nos seus sejam obrygados a mandar e fazer e mandem e façam deposite as ditas especiarias ou drogaryas em tal maneira que o tal deposite fique seguro seem mais aquelle a cuja parte vierem ter pello outro pera yso requerido pera asy estarem depositadas em nome d'ambos em poder daquella pessoa ou pesoas em que cada hum dos ditos senhores em suas teerras e senhorios as mandarem e fezerem deposite. (1) O qual deposite seerem os ditos senhores obriguados fazer e mandar fazer pella maneira sobredita ora as ditas espicarias.

(L. P.)

4344. XVIII, 3-3 — Demarcação de Mamola de Cabedelo que partia com Villa do Conde. (1330). — *Pergaminho. Bom estado.*

4345. XVIII, 3-4 — Apontamentos e resposta sobre os negócios de França. (1550). — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Lo que Su Magestad responde sobre los offerecimientos que el rey de [.....] (2) avia enbiado hazer com Onorato su enbaxador al serenissimo [.....] (2) de Portugal su hermano.

(1) *Riscado*: E os ditos senhores ficaram obryguados a obrigaçam e seguridade do dito deposito como se em seu poder de cada hum dos ditos senhores estivese depositado.

(2) *Manuscrito roto.*

Item quanto a lo que el rey de Francia le mando requirir que le pluguiese cofirmar la paz y amor e confederacion que sienpre uvo ⁽¹⁾ entre los reys de Francia y Portugal y asi quisese asentar sobre la conservacion de sus navegaciones y de prover em dicho y em ello como mejor fuere.

Com mas su contentamiento y siguridad dize Su Magestat que el dicho serenysimo rey su hermano por las cosas pasadas puede claramente conoser com la intencion y voluntat que el dicho rey de Francia lo dize y que seguridad se puede esperar del segun suele guardar lo que promete y asienta pero Su Magestad tiniedo por cierto que el dicho serenysimo rey su hermano no querra asentar cosa con el dicho rey de Francia que pueda hazer prejuizo al deudo y hermandad que con Su Magestad tiene holgara que el dicho serenissimo rey com honestos e razonables medios se pueda bien asegurar del dicho rey de Francia que el ni los suios no le hagian daño en sus navegaciones ni en la vendita de su especiria quedando en su fuerça los asientos hechos entre Su Magestad y el dicho serenissimo rey.

Item quanto a lo que offerece casamiento del infante don Luis com Madama Ma[.....] ⁽²⁾ nela hija del dicho rey de Francia o com su cunhada Madama Ren[.....] ⁽²⁾ diz Su Magestad que en lo de su hija es offerecimiento sin efecto pues no tiene hedad pera poderse casar y quanto a lo de Madama Renea el dicho serenissimo rey puede ver que lo que Su Magestad sobre ello le embio a dezir com su enbaxador Lope Hurtado fue cierto lo que no es en ello le ofrece el dicho rey de Francia pues fue a tienpo que ya avia offerecido el casamiento de la dicha Madama Renea al hijo del duque de Ferrara con el qual se conculio a los xix dias del mes de hebrero com poderes bastantes de una parte e de otra y com esto el dicho rey de Francia ha tomado la protection del estado del dicho duque de Ferrara y de su fijo y no es de maravillar que con tal persona como es Honorato embie el rey de Francia semejantes enbaxadas.

Item quanto al offerecimiento que hizo por parte del dicho rey de Francia que es que el resgate de sus hijos y paz d'entre Su Magestad y el se hizese por medio del dicho serenissimo rey por poner paz en toda la Cris[tandad] dize Su Magestad que por lo del desafio que se hizo al mismo tienpo [.....] ⁽²⁾ podido el dicho serenissimo muy claramente conocer con la [.....] ⁽²⁾ ^(1v.) el dicho rey de Francia enbia este offerecimiento pue *(sic)* por huna parte despacho a Honorato pera Portugal y por otra avia ya conculido su cartel de desafio y enbiado su rey d'armas por executalo como lo hizo juntamente con el de Inglaterra.

⁽¹⁾ *Riscado*: tuvieron.

⁽²⁾ *Manuscrito roto*.

Item quanto a lo que el dicho serenissimo rey querria que Su Magestad le hagua saber lo que le parece que le deve de responder ahunque por lo que esta dicho esta clara la respuesta y no sin causa podria el dicho serenissimo rey tener sentimiento del rey de Francia porque de una parte le enbia a oferecer el casamiento de Madama Renea aviendole concludido al mismo tiempo con otro y pidile que sea medeanero de la paz enbiando esto tres a hazer el desafio de la guerra. Poderiase dezir que por esto ahunque desea la paz universal de entre cristianos no avia querido entremeter se ni responder al dicho Honorato especialmente no teniendo el comission despues del dicho desafio.

Item quanto a las persuasiones que el dicho serenissimo rey haze a Su Magestad diziendo que tiene obligacion de acordar a Su Magestad lo que le parece que deve hazer por el servicio de Dios y por la mucha obligacion que le tiene de las grandes ⁽¹⁾ vitorias y por el desquanso y seguridad de la Cristiandad por lo qual y por otras razones muy bien dichas parece al dicho serenissimo rey que pues Su Magestad es acometido de paz por su medio que haziendose con aquellas condiciones y manera que quede salva la reputacion de la persona de Su Magestad y de su Estado offereciendose en los negoceos tales cosas que con razan Su Magestad deva aceptar lo deve querer pues es el acometido y no acomete y mas por ser el dicho serenissimo rey requerido que entienda en ello el qual ha de mirar que todo se hagua a contentamiento de Su Magestad etc.

Dize Su Magestad que Dios y el mundo saben como las obras lo han mostrado por effecto quanto ha sienpre deseado la paz no solamente con el rey de Francia mas con todos los principales cristianos y que por qualesquier medios de paz que se ayan movido o propuesto por qualquier persona sienpre Su Magestad se ha inclinado a ello consentiendo dexar de lo proprio suyo y de su denero posponiendo su particular interesse por el bien publico del Cristiandad lo que por la mala intencion de sus enemigos hasta agora no se ha podido effectuar y puede ser cierto el dicho serenissimo rey que de todos quantos se han enpleado en tratar estas pazes no ha avido ni avera persona de quien mas Su Magestad confie que del por el grande deudo amor [y] estrecha amistad que entre ellos ay teniendo por cierto que sienpre ha de tener las cosas de Su Magestad como proprias ⁽²⁾ segund Su Magestad tienelas todavia aviendo respecto que el ofrecimiento hecho por el dicho Honorato de parte del dicho rey de Francia fue antes del desafio y que despues no ha avido nueva comission ni menos ofrecimientos de paz parece que estando asi desafiado Su Magestad despues del dicho ofrecimiento no se puede con honrra y reputacion suya responder sobre ello ni seria

⁽¹⁾ *Riscado*: muchas.

bien que sin nuevo requirimiento del dicho rey de Francia hecho depues del desafio el se pudiese nesta platica y quando el dicho rey de Francia lo requirese de nuevo para que se enplease en tratar la dicha paz y ofreciendose tales medios y tam razonables que meritamente Su Magestad los diviese aceptar deve estar prevenido el dicho serenissimo rey que Su Magestad no quereria dexar sus hijos sin que primero compliese todo lo asentado pues aviendo tantas vezes faltado a sua fe e palabra y falsado sus juramientos no seria razan de confiarse en otras obligaciones ni promesas sulas ni tomar otras seguridades que pudiesen causar nueva guerra.

(L. P.)

4346. XVIII, 3-5 — Instruções a respeito da posse de Maluco. (1529). — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

O que vos Bras d'Araujo cavaleiro de minha casa de minha parte direis as pessoas a que vos envio pera que levaeis minhas cartas de creança e que ao diante vos serem declaradas he o seguinte

Iteem The dizel que ha muytos dias que amtre mim e o emperador meu muito amado e preçado irmão se falla em concerto na duvida e debate que ha amtre nos sobre a propiedade e posse de Maluquo o que ey por feito e acabado pello pomto em que aguora ho neguocio estaa nesta maneira a saber que elle me quer empenhar com certas comdições proveitosas ha meu serviço e a bem e asesequo de meus reinos o direito que pode teer no dito Málluquo contanto que eu lhe ajaa de dar pello dito enpenhamento trezentos e cinquenta mill cruzados dos quaes ha de seer a primeira pagua de dozentos mill cruzados que se lhe ha de fazeer do dia da feita do contrato em que jaa se emtemde a [.....] ⁽¹⁾ dias seguintes e que eu estou em muy grade (*sic*) necesydade deste dinheiro o qual de minha [.....] ⁽¹⁾ fazeemda se nom pode tyrar como eu muyto folguara assy loguo como convem pelo que he necesario eu me prover em quallquer outra maneira pera cumprir com esta primeira pagua e com as outras que sam loguo muy chegadas apos ella pera o que se buscam todos os modos que sam posives amtre os quaelis he pedir emprestado a meus vasallos e servidores aquelas somas com que me parece que o poderam beem fazer e que lhe roguo muyto que com aquele amor e booa vomtade que ey por certo que tem pera folguar de me servir e pella muyto booa vomtade que eu sempre lhe tive e

⁽¹⁾ Espaço em branco no original.

Empréstimo

tenho elle me queira emprestar (1) a soma de dinheiro que adiante a cada hum vay deccarado em seu item pera ajuda desta primeira pagua dos quaes lhe mandarey dar seguramça pera lhe serem paguos no mais breve tempo que seja posivell que me parece que podera seer dentro em dous anos e que se tera na pagua tall modo que asi como ey por certo que folguara de nisto me servir asy seja paguo sem requerimento seu nem fadiga que nisso receba e que lhe roguo muito que por este serviço que me fara neste empréstimo ser pera cousa de tanto meu serviço e que tanto importa e releva ao bem e aseseguo de meus reinos (1 v.) o faça com tanta brevidade e booa vomtade como dele espero. E asi que loguo por vos me envie sua detrimynada reposta porque o tempo desta primeira pagua he muy cheguado e que desto fazer asy beem como delle espero me fara muyto prazeer e assy lho gradecerey. (2)

E as pessoas a que aveis de fallar e dizer o que dito he e a soma que a cada hum direes que me empreste sam as seguintes

Item o bispo de Coimbra	dez mil cruzados
Item o bispo de Viseu se estiver em Viseu ...	cinquo mil cruzados
Item o regedor Ayres da Sylva	cinquo mil cruzados
Item Dom Jorge de Meneses	tres mil cruzados
Sprita.	

(L. P.)

4347. XVIII, 3-6 — Demarcação (*traslado da*) dos termos de Cantanhede e Montemor. Coimbra, 1342, Janeiro, 16. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

4348. XVIII, 3-7 — Resposta de el-rei aos capitulos mandados pelo imperador, a respeito do processo sobre a posse de Maluco. (1528). — *Papel. 6 folhas. Bom estado.*

O que Sua Alteza manda respomder aos capitulos per que ho emperador mandou responder aos apontamentos que Sua Alteza emviou ao licemceado Amtonio d'Azevedo do seu Conselho e seu embaixador pera o aseemto do concerto de Maluco he o seguinte

Iteem quanto ao primeiro capitulo em que se diz que nam he necessario consentimento dos povos por seus precuradores e que abasta serem os contrautos asynados pello enperador e pellos que com elle acostumam

(1) *Riscado*: mill cruzados.

(2) *Riscado*: esprito em Lixboa a xxj dias d'Outubro Bertolameu Fernandes o fez de 1528.

asynar se respomde que he todavya necessario o consentymto e outorga dos povos por seus precuradores como estaa apontado no primeiro capitulo que de ca foy enviado porquanto Sua Alteza he enformado e certificado que ho emperador nas cortes que fez concedeo e prometeo a seus povos que nunca em neemhu teempo farya concerto sobre a especearia em que entra Maluco pello que he necessario consentymto dos ditos povos a que foy outorgado porquanto por esta causa e promessa nam serya valioso por direlto este contrato seem o consentymto e outorga dos ditos povos e nisto parece que nom devya d'aver defeculdade alguma pois he pera mais firmeza do contrauto e seem perjuizo algũu e se pode agora facylmente fazer e averem se especiaes poderes dos ditos povos pera yso nas cortes que ho emperador agora teem

Iteem quanto ao segundo capitulo (1v.) que diz que ho teempo ha de seer perpetu pera remyr e usar do pacto de retro vendemdo se respomde que a Su[a] Alteza praz que seja em perpetuu como se aponta comtamto que queremdo o emperador ou seus sobcesores remyr e usar do pacto de retro vendemdo se veja e detrymine prymeiro o deryto sobre ha duvyda da propiedade neesta maneira a saber que cada hũa das partes nomee tres astrologuos e tres pillotos ou tres marinheiros que sejam espertos na navegaçam os quaaes se ajuntaram em hũu lugar da raya homde for acordado que se ajunteem do dia que por o emperador ou por seus sobcesores for requerido que se nomeem a [...] (1) meses e hy consultaram e acordaram e tomaram aseemto da dita propiedade conforme as capitolações e aseemto que foy fecto amtre el rey Dom Joham (2) e el rey Dom Fernando e a rainha Dona Isabel. E seendo caso que ho deryto da propiedade se julgue ao emperador nam se dara a eixecuçam a sentemça seem primeiro o dito enperador tornar realmente e com efeyto todo o dinheiro que tiver recebido por rezam deste contrauto. E julgando se o deryto da propiedade por parte de Sua Alteza ho enperador sera obrigado a tornar o dicto dinheiro deemtro do teempo em que por este contrauto e concerto for concertado.

Iteem quanto ao terceiro capitulo em que (2) o emperador diz que lhe apraz que nam vão neem contrateem seus suditos e naturaes nas ylhas de Maluco neem em outras algũuas prouiximas a ellas com vinte legoas com as clausullas no dito terceiro capitullo declaradas se respomde que ho que era apontado por Sua Allteza no terceiro capitulo era pera tirar toda ha duvida que podese aveer e pera nam ficar cousa por detryminar de que ao diamte se podese seguir algũua duvyda e deçcontentamento e pois ho principall fundamento deste contrato e comcerto he pera evitar os yncomvenyentes sobreditos parecia cousa justa

(1) Espaço em branco no manuscrito.

(2) Riscado: fernando.

o que Sua Alteza apontou no dito terceiro capitulo asy como nele estaa declarado. Porem pois ho emperador teem niso pejo e Sua Alteza muyto desejo deste concerto e contrauto se concluir e acabar e Sua Alteza he contemte que as geemtes naaos e navios do emperador e de seus subditos e naturaes posam navegar e naveguem pello Maar do Sul comtanto que se aseemte que navegando pello dito Maar do Sul se lance hũa linha imagynaryamente de Pollo a Pollo e se aja dagora por lançada por cyma da mais afastada ylha das ilhas de Pagau e Chauchoa e Gregua e Charoga e Guguão e as outras que estam a par dellas as quaes ylhas achou ao nordeste de Maluco o Carvalhinho quando foy com Fernam de Magalhães da quall lynha pera deentro da banda de Maluco nam pasaram nem entraram neem navegaram as geemtes naaos (2 v.) e navyos do emperador ou de seus subditos e naturaes de quallquer genoro que sejam que navegarem pello Mar do Sul neem o emperador consentira que da dita lynha pera deentro contra Maluco como dito he seus suditos e naturaes ou estrangeiros posto que seus naturaes nam sejam vâao neem naveguem neem lhes dara ajuda azo neem favor neem se concertara com elles pera la irem neem envia-reem amtes ho torvara e implidira quamto nelle for. E porque aseem-tando se o que dito he e lançando se a dita lynha pello modo sobredito as geemtes naaos e navios do emperador e de seus suditos e naturaes podeem navegar pera o Mar do Sul sem irem pellos maares por homde vâao e navegam as armadas de Sua Alteza pera a Imdia. E se por elles ouvese de navegar as naaos e navios do emperador e de seus sub-ditos e naturaes serya causa pera facylmente se sygirem alguuns incom-venyentes porque poderiam aportar e chegar a muytas partes e lugares de Su[a] Alteza que teem nos maares da dita navegaçam homde nam teem fortalezas neem ao tall tempo estaryam geemtes suas e por ello se atroviriam a resgatar contratar e tirar muytas cousas que seriam em grande perjuizo do trauto de Sua Alteza e de suas geentes e asy meesmo acertando se nos ditos maares as armadas de Sua Alteza com as do emperador se poderya seguir amtre ellas algũ desconcerto de que Sua Alteza averya muyto desprazer (3) e descontentamento. Por todas estas rezões he cousa justa e necessaria se aseemtar que as ditas geemtes naaos e navios do emperador e de seus subditos e naturaes neem dos outros acyma declarados nam emtrem neem naveguem nos ditos mares por homde as armadas de Sua Alteza navegam e vâao pera ha Imdia salvo soamente poderam navegar pellos ditos mares de Sua Alteza aquillo que lhe for necesario pera tomarem suas derrotas pera o Estreyto de Magalhães e fazemdo se o contrairo de todo o sobre-dicto que este pacto de retro vendemdo fique loguo resoluto e nam teenha mais força neem vigor neem Sua Alteza seera mais obrigado a receber o dito preço neem a lhe retrovender ho deryto que ho empe-rador por algũa vya e maneira que seja niso poderya ter ou teenha que lhe por vertude desta tresançam e contrauto teenha vemdido renun-

ciado e em Sua Alteza trespassado antes por ese meesmo feyto a dita veemda fique loguo pura e valiosa pera todo sempre como se a pry-meiro (*sic*) fora feyta sem condiçam de retro vendendo e esto provamdo se e verificamdo se que por mandado do enperador ou com seu favor azo e ajuda ou pelo nam querer torvar e impedir podendo fazer se fez o contralro e alem diso as geemtes e capitaes de Sua Alteza achando deemtro nos maares e lemytes sobreditos naaos e navios e gentes do emperador ou quaesquer outras que la nam podem hyr por vertude deste contrauto posam ser (3 v.) punidos e castigados asy como devem ser aquellos que fezerem algũs dapnos maalles roubos ou tomadias nos mares e teerras de Guynee segundo forma dos capitollos das pazes feytas e aseentadas pellos reis pasados aprovadas e confirmadas pello emperador e por Su[a] Allteza

Iteem se aseemtara que ha dita lynha que se ha de lançar da maneira sobredita seja hũu semycirculo que pase pella sobredita ylha da Pollo a Pollo e mais nam.

E seendo caso que algũuas geemtes naaos e navios do emperador ou de seus suditos e naturaes ou dos outros que nam podeem pasar a dita lynha segundo forma deste contrato pasarem da dita lynha contra forma delle por qualquer caso e maneira que seja ou se acontecer posa alem de encorerem nas pennas sobreditas todo o que descobrirem ou por qualquer maneira achareem da dita lynha pera dentro loguo seem nenhũa contradicham sera entregue a Sua Allteza pera ho teer e pesuyr asy e da maneira que ho terya e pesuyrya se pellas geemtes naaos e navios de Sua Allteza fora descuberto e achado

Iteem quamto ao quarto capitulo em que diz acerca de como se ha de detryminar o deryto (4) da posicham e propiedade se responde que nam ha necessidade de reposta porque pello segundo capitulo acyma sprito estaa respomdido

Iteem quamto ao quymto capitulo em que se diz que cada hũu dos reis guarde ho aseentado e que nam ho guardamdo que caya do deryto que tener averyguamdo se e provamdo se que por mandado do rey que contraveyo se quebrou ho aseentado se responde que Sua Alteza he diso conteemte

Iteem ao selsto capitulo do juramento em que se diz fiat nam he necesario reposta pois Suas Altezas sam niso conformes

Iteem quamto ao seytemo capitulo em que se diz da pena convencional que se guarde provamdo se como dito he ho mamdado do rey que contravyer se responde que Sua Alteza he diso contente provando se ho mandado e acerca do que no meesmo capitulo seytymo se diz

que em ho demais que falla da renunciaçam do direito aimda que seja em mais contra da meetade do justo preço que se guarde he escusado responder a yso pois sam niso concordes

Iteem quanto ao capitolo oytavo em que se diz respondendo ao capitollo ultimo (4 v.) que o rey que quizer peça conformaçam e approvaçam ao Samto Padre deste contrauto e que isto abasta pera seguridade delle se responde que he necesario de derecho pera mais firmeza deste contrato e seguridade delle ambas as partes pedireem ao Papa que asy o julgue por sentença segundo no capitollo ultymo vay compridamente declarado e julgado pello Papa a petiçam dambas as partes cada hũa das ditas partes tirara a sentença e confirmaçam quando lhe beem vyer e lhe for necesario. E nisto se nam deve poer duvyda pois he pera mais firmeza deste contrauto e que parece que tanbeem o Papa tera pejo de ho julguar por sentença nam seendo requerido por ambas as partees e que se aseemte que sendo caso que ho Papa por algũa causa ou respyto nam queyra julgar o dito contrauto ou se leixe de julgar por qualquer outra causa cuydada ou nam cuidada que posa sobceder todavya este contrauto fique fyrme e vallioso como se nam fose asentado que fose julgado por sentença do Papa.

Iteem quanto ao que se diz no nono capitolo acerca de nam fazer fortalezas de novo nas ylhas de Maluco nem nas outras prouximas a ellas com as dictas vynte legoas se responde que Sua Alteza he contente que nas vynte legoas a reedor de Maluco neem de Maluco atee a dita lynha ymagynaria que se (5) ha de lançar como atras fica dito se nam faça de novo fortaleza algũa e que este teempo de novo se emtemda a saber desd'o teempo em que Sua Alteza posa la mandar noteficar que se nam faça nenhũa fortaleza de novo que seera na prymeira armada que for depois deste contrauto ser asynado e aprovado pellas partes e na que estaa feyta em Maluco se nam fara mais obra de novo do dito tenpo por diamte soamente sostee la no estado em que estiver e ao que se diz no meesmo capitollo que Sua Alteza jure e prometa de o guardar asy com pena de pello meesmo feyto de cayr de qualquer derecho que tener ou pretender teer em qualquer maneira as ditas teerras se responde que Sua Alteza he conteente verificando se e provando que contraveo ao contyudo neste capitolo

Iteem quanto ao decymo capitolo que falla acerca das armadas do emperador que as ditas partes sam emviadas se responde que Sua Alteza he contente que sendo caso que os seus capitães geemtes e armadas lhes tenham algũu dano feyto que sendo Sua Alteza sobre yso requerido elle fara justiça dos seus como for dereyto segundo o caso ho merecer e ao mais que neste capitolo se diz da especiaría nam teem diso Sua Alteza necessidade

Iteem quanto ao onzeno capitulo em que se diz que hao emperador apraz de mandar cartas pera seus capitaes e geemtes (5 v.) que se veenham etc. se responde que he muy beem e que asy se deve fazer e ao mais que se diz no dito capitulo fique resguardado se fazer o que for justiça como estava asentado nos apontamentos que foram dados a Antonio d'Azevedo

Iteem quanto ao dozeno capitulo que falla na armada que ho emperador diz que teem feyta pera enviar a Maluquo se responde que nam serya rezam pois o concerto se faz pera arreedar todos os descontentamentos que se podiam seguir hiir a tal armada pois imdo seerya hyr contra este concerto por os que la estam segundo estaa concertado se averem de viir e ao mais que se diz no dito capitulo se responde que nam teem Sua Alteza diso necessidade

Iteem quanto ao trezeno e ultymo capitulo em que se falla de Sua Alteza mandar pagar e desembargar aos que foram servir ho emperador asy de seus suditos como de fora de seus reynos as fazeemdas que tem na Casa da India se responde que quando os taaes quyserem sobre iso requerer sua justiça lha mandara Sua Alteza fazer e guardar ynteiramente

Iteem que se aseemte que as capitolações feytas amtre el rey Dom Fernando (6) e a rainha Dona Isabel e el rey Dom Joham sobre a demarcaçam do mar oceano fiqueem firmees e valliosas como nelas he contyudo tiramdo aquellas cousas em que por este contrauto e concerto de novo em outra maneira sam concordadas e asentadas.

(L. P.)

4349. XVIII, 3-8 — Carta do imperador a el-rei de Portugal, a respeito do negócio de Maluco. (1529). — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Lo que se responde por parte del emperador y rey nuestro señor a lo que de parte del serenísimo rey de Portugal su hermano nuevamente se ha replicado sobre lo de Maluco es lo siguiente

Primeramente que del amor quel dicho señor rey tiene y buena voluntad que muestra a la conservacion del amistad y verdadera union de entre Su Magestad y el dicho serenísimo rey nunca Su Magestad a puesto dubda en ello antes lo a siempre tenido por firme y cierto y que reciprocamente no deve el dubdar que Su Magestad no tenga el mismo amor y voluntad con desseo de satisfazer a las cosas del dicho serenísimo rey su hermano quanto la razon y los negocios lo sufrieren y que buenamente se pudiere hazer.

Y quanto a lo que el dicho serenissimo rey apunta mostrando descontentamiento de lo que Su Magestad dixo que por olvido a causa de otras grandes ocupaciones no se avia respondido al licenciado Anthonio de Azevedo sobre el dicho negocio de Maluco antes que la dicha armada partiesse pareciendo al dicho señor rey ser cosa grave y que sus cosas no deven ser olvidadas cierto Su Magestad no piensa que el dicho serenissimo rey tenga por esto justa causa de descontentamiento pues sabe la calidad y peso de los negocios tan grandes que entretanto se an ofrecido a Su Magestad los quales son de tal importancia que esfuerça hombre a olvidar aun sus cosas propias quanto mas las agenas y con ellas devria escusarse no solamente aver olvidado lo de Maluco mas aun se escusaria el olvido de otras cosas muy mas importantes de sus reynos hereditarios y mismo se deve escusar este olvido segun en la otra respuesta esta dicho pues consta que por el partir del armada no se hazia mudança en lo que ya estava respondido y no por esto deve pensar el dicho serenissimo rey que Su Magestad no tenga y quiera tener el mismo cuidado de sus cosas que de las propias de Su Magestad.

(1 v.) Quanto a los medios que ofrece a Su Magestad plaze que por letrados y otras perssonas expertas en la negociacion tomados por la una parte y la otra en yqual numero se vea el derecho de la propiedad y possission segun y al tenor y forma de las capitulaciones fechas y otorgadas entre los Reyes Catholicos y los serenissimos reyes de Portugal no limitando tiempo para ello mas prosiguiendolo hasta que por las dichas perssonas se tome conclusion de la manera que les paresciere derecho y que no siendo conformes se tomen terceros que lo determinen y que se junten en lugar que les paresciere mas conveniente.

Quanto a lo que el dicho serenissimo rey de Portugal pide que hasta que se aya dado sentencia final en propiedad o possission ninguna de las partes embie a Maluco parece que es contra justicia y derecho y no yqual pero terna Su Magestad por bien que los diputados den sobre esto la orden que les paresciere.

Quanto a lo que se pide del sequestro de lo que truxeren las naos de Su Magestad que agora son ydas porque contiene el mismo agravio que el precedente se responde lo mismo que a el esta respondido.

Quanto a lo postrero que plaze a Su Magestad que el assiento que sobre esto se hiziere sea jurado por ambas las partes y aprobado con todas las clausulas y solemphidades que para la seguridad dello se requiere.

A lo demas de la ynstrucion del dicho licenciado Azevedo respondera Monsieur de la Chaulx.

(L. P.)

Lo que Su Magestad manda responder a los capitulos que de parte del señor rey de Portugal ha dado su enbaxador sobre lo del concerto y asiento de Maluco consertandose Su Magestad y Su Alteza en el presso es lo siguiente

Item quanto al primer capitulo que lo que Su Magestad ha de dar ha de ser como suele cartas firmadas de su real nonbre y selladas com su sello y siñalladas de las personas que acustumbran senhalar lo que Su Magestad firma y aquello abasta pera seguridad del señor rey de Portugal.

Item quanto al segundo capitulo el tienpo ha de ser perpetuo pera redimerlo.

Item quanto al tercero que a Su Magestad y corona de Castilla ha de quedar libre poder e facultad de enblar sus armadas por todas las mares gardando el tenor de la capitulacion fecha entre los Reyes Catholicos sus abuelos y el rey don Juan de Portugal y las gentes de las dichas armadas no ham de ser offendidas ni mal tratadas en la dicha navegacion por las del dicho señor rey de Portugal antes miradas y bien tratadas como el deudo y amor que entre ellos ay lo requiere pero plaze a Su Magestad que no vayan ni contraten en las islas de Maluco ni otras algunas proximas a ellas com vinte legoas y que si dentro dellas alguno fuere tomado contratando que en tal caso no haziendo dafio en las personas los puedan prender y presos com la informacion que dello uvieren enblarlos al rey de Castilla pera que los mande castigar y detener y tomar todo lo que uvieren resgatado dentro del dicho (1 v.) termino y que el rey de Castilla mandara que seam castigados conforme a justicia.

Item quanto a los otros capitulos que ablan en caso del quitar como se ha de determinar el drecho (*sic*) de possission y propiedad que se garde la respuesta que de parte de Su Magestad se dio postre-ramente em Valladolid que es conforme a drecho (*sic*) y a la capi- tolacion.

Item que se garde el capitulo que dispone que quada huno de los reys garde lo asentado y no lo gardando caya del drecho (*sic*) que tuviere avirigandose y provandose que por mandado del rey que contravino se quebranto lo asentado.

Item el capitulo del juramento fiat.

Item en el capitulo que habla de la pena convencional que se garde provandose como dicho es el mandado del rey que contraviñiere y en

lo demas que habla de la renunciacion del derecho (*sic*) aunque sea en mas cantia de la mitad del del (*sic*) justo precio que se garde.

Item en el capitulo ultimo que el rey que quisiere pida confirmacion y aprovacion dello al Papa y que esto basta pera seguridad de lo contratado.

(2) Item todo lo susodicho plaze a Su Magestad que se garde como esta dicho contanto que el dicho señor rey de Portugal no pueda azer ni hagua de nuevo en las dichas islas de Maluco ni en otras proximas a ellas com vinte leguas fortaleza ninguna y que el dicho rey de Portugal lo jure y prometa de guardar asy so pena que si contraviniere por el mysmo fecho sin otra declaracion alguna decaya de qualquiera derecho que tuviere o pretendieren tener en qualquiera manera em las dichas tierras.

Item com que las armadas que hasta agora Su Magestad tiene enbiadas a las dichas partes sean miradas e bien tratadas y favorecidas del dicho señor rey de Portugal y de sus gentes y no les sea puesto embaraso ni inpedimento en su contratacion y navegacion y com que sin daño alguno ellas uvieren recebido que el rey de Portugal sea obligado de emendarlo y desfazerlo luego pagando luego aquello en que Su Magestad e su armada pareciere aver (1) sido danifiquados pero terna por bien Su Magestad que si especeria alguna traxieren las dichas sus armadas porque toda ella se trate por mano del dicho señor rey de Portugal de se la dar por el precio y valor que agora vale y la vende em (2 v.) estos reinos el dicho señor rey de Portugal.

Item concluiendose esta capitulacion asi mismo plaze a Su Magestad de mandar dar sus cartas y provisiones pera sus capitanes y gentes que estuvieren en las dichas ysillas que luego se vengam y no contraten mas en ellas dexandolos traer libre lo que hasta qui ovieren contratado y resgatado gardandose sienpre lo que esta dicho de darse la especiria al dicho señor rey de Portugal por el precio que esta dicho

Item que porque al presente Su Magestad tiene fecha una gruesa armada pera enbiar a Maluco la qual esta bastecida y adereçada de todo lo que es minister pera su viage que esta pueda ir y contratar y tornar libremente sin que le sea puesto enbarguo ni inpedimento por el dicho señor rey de Portugal ni sus gentes como dicho es com la condicion sobredicha pero si antes que fuere partida el señor de Portugal pidiere a Su Magestad que no parta tomandola pera sy como

(1) *Riscado*: recebida daño.

esta y pagando luego por ella todo lo que pareciere que ha costado Su Magestad terna por bien de le conplazer en esto.

Item que el dicho señor rey de Portugal por escusar las particulares querellas que continuamente Su Magestad recibe de sus subditos y de otros de fuera de sus reinos que lo vinieran a servir les mande dar y pagar y desenbaraçar sus haziendas que en la Casa de Contratacion y en su reino tienen y mandarles hazer clara y abierta y libremiente justicia en lo que pidieren sin tener respecto a enojo que dellos se pueda tener por aver servido e venido a servir Su Magestad.

(L. P.)

4351. XVIII, 3-10 — Capítulo (*traslado do*) da carta de Brás Neto, a respeito do negócio de Maluco. (1532, Novembro, 17). — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Da carta de Bras Neto de xb de Janeiro pasado

Deram me a copia da carta que dizem que deram a Amtonio d'Azevedo a quem Deus perdoy pera que se sayam fora da lynha e dise me Covos que me darya outra asynada e aseellada como aquella e eu dise que tall carta nom avia d'aceytar porque nella hiam exsertos de verbo a verbo allguuns dos capitulos que se devyam de emendar e que aceytando Vosa Alteza tall carta aprovava tacitamente os ditos capitollos nella ynsertos mormente quando em allguum teempo Vos[a] Alteza della usase e portanto eu a nom avia de receber e primeiro mandarya a Vos[a] Alteza a copia della rasa pera saber se era della contente o que eu tynha por certo que nam seerya com os ditos capitollos nella ynclusos. E asy me amostraram o parecer dos leterados que tambem levou Amtonio d'Azevedo o qual he asaz breve e diferente do que Vos[a] Alteza quer alnda que nam he tam cavilloso como o primeiro. *Tudo ysto fazem porque nam querem fazer rezam.*

(L. P.)

4352. XVIII, 3-11 — Apontamentos (*traslado dos*) que o imperador mandou responder ao licenciado António de Azevedo, a respeito do negócio de Maluco. (1534). — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Lo que el emperador nuestro señor manda responder al licenciado Anthonio de Azevedo hidalgo contino de la casa del serenissimo rey de Portugal y del su Consejo a lo que por parte del dicho serenissimo rey ha dicho a Su Magestad es lo siguiente

Quanto a lo primero que Su Magestad declare el medio que se ha de tener sobre lo de los Malucos se responde que como otras vezes se ha dicho y ofrecido por parte de Su Magestad su intencion ha sido y es de guardar y observar la capitulacion y asiento que esta tomado entrel Rey y Reyna Catholicos sus ahuelos y el rey don Juan de Portugal antecessor del señor rey de Portugal porque desta manera se conservara el debdo y amistad que ay y deve haver entre Su Magestad y el dicho señor rey de Portugal y que todos los buenos medios que se podran hallar por donde mejor y mas brevemente se pueda mandar effectuar la capitulacion los mandara Su Magestad dar.

Quanto a lo segundo que dize que no se haga armada por mandado de Su Magestad por lo de los Malucos y sy alguna esta hecha se sobresea se responde que en las cortes passadas que Su Magestad tovo en la villa de Valladolid le fue suplicado por los procuradores del reyno que Su Magestad no tomase medio ni concierto ninguno en este caso porque eran informados que las personas que fueron a la cibdad de Badajoz entendieron en algunos medios y que teniendo agora Su Magestad llamadas cortes generales para esta (1 v.) cibdad de Toledo a primero de junio no podria syn gran ynconveniente sobreseer la dicha armada por lo que el rey no se pornia y que asy mismo porque la dicha armada esta muy adelante que sy no es ya partida no esperan sino el tiempo para partirse lo qual es notorio a todo el reyno y tambien porque en la dicha armada se han fecho muchas costas de parte de particulares que han armado que seria destruyrlos y la negociacion perderia el credito pera adelante y que Su Magestad holgara de complazer al serenissimo rey de Portugal sy no estoviera en este estado pero como las armadas que adelante se han de hazer no estan tan a la mano en este medio tiempo se podra entender en el cumplimiento de la dicha capitulacion

(L. P.)

4353. XVIII, 3-12 — Apontamentos feitos pelo Doutor Luís Afonso, a respeito de Moura e Ensina Sola. (1244). — *Papel, 2 folhas. Bom estado.*

Isto he o que me parece que se deve agora
de fazer

Primeiramente nesta sentença que ho scrivam de Portugal fez tyrada do processo e enquadernada etc se deve de acrescentar ha appellaçam que ho dia da partida intimou ho procurador de Anzina Sola e ha outra que eu logo intimey depois que vy que elle appellava a saber de nom excludirem Anzina Sola de todo e a pronunciaçam dos juizes de como has nom receberam a elle nem a mym e poseraõ pena a todas as

partes de quinhentos cruzados que guardassem em todo a dicta sentença e has ouueram por condenadas nelles se ha nom guardassem com-
pidamente etc.

Item este acrecentamento haa de ser assynado per ho senhor Dom Pedro hum dos juizes e sellado etc na maneira e forma que ha com-
missam manda e eu ordenarey

Item outro tal acrecentamento se deve poer na sentença que fica em Moura fecta per ho scrivam de Castella porque lhe compre muito por causa da dicta pena pollo quall a sentença ficar mais firme e por-
que saybam sempre parte da pena assy pera elles nom virem contra ha sentença como pera requerem (*sic*) seu direito contra as outras partes se caírem na pena

Item seria boa hũa confirmaçam del rey nosso senhor e do empe-
rador sobre esta sentença que hos juizes deram em forma larga com suprimimento de quaesquer defeytos e com cassaçam e annullaçam das dictas appellações.

Item esta confirmaçam nom deve fazer Sua Alteza salvo querendo ho emperador fazer outra tal et non aliter nec allo modo porque entã:n
mais danava que aproveytava porque ficava bem pera Castella e mal pera Portugal. E por yso ha confirmaçam haa de ser per ambos os principes etc.

(1 v.) Item ho fecto grande que eu tenho se deve juntar e apegar a estoutro que ora se traoutou por ser parte e dependencia delle que ho scrivam de Portugal tem e ambos juntos se devem com ha mesma sentença meter na Torre do Tombo

Item ho fecto das tomadias deve ficar pera enformaçam da pessoa que Sua Alteza mandar a Moura a fazer execuçam da sentença das dictas tomadias a quall pessoa deve ser muy inteiro na justiça e zeloso della e deve levar o dicto fecto pera sua enformaçam

Item devem se de mandar fazer os marcos altos e fixos como ha sentença ordena e quanto mais cedo tanto millhor

Item aver os perdões de Sua Alteza das mortes

Ho Doctor Luis Afonso

(L. P.)

4354. XVIII, 3-13 — Condições (*traslado das*) mandadas por el-rei de Portugal ao imperador, a respeito da posse de Maluco. (1528). — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

E pois o enperador ha por bem de estar por todos os meus capitulos eu ei por bem de me decer do que apontava que as especerias e drogarias se depositem em minha mão e me apraz que em qualquer parte a que vierem teer asi aos meus portos como nos seus como em quaisquer outros que nam sejam nam sendo de inimiguos se deposite y estem enbargadas por anbos ate se saber de cuja demarquaçam foram tiradas pela maneira que esta apontado que se saiba pera como for sabido se entregarem a quem pertencerem.

E enquanto asi estiverem enbargadas e socrostadas o enperador nem outrem por ele nem com seu favor e consentimento nam iram nem enviaram a dita tera ou teras donde as especerias e drogarias vieram.

E na entrega dos homes tambem me deço de me serem entregues como pedia y ei por bem que ele se obrigue a mandar castiguar os culpados inteiramente como malfetores e quebrantadores de fe e de paz.

E no caso de pasarem a linha por inorancia a my me parece pelas rezões ja ditas que nam pode aver inorancia mas se todavia o asi nam parecer aho enperador tambem me deço disso y ei por bem que nam encorram por isso nas penas do contrato enquanto nam constar (*1 v.*) claramente que sabendo eles que estam de dentro da linha se nam tornaram pera fora como esta concedido no caso en que entrarem com tormenta porque quando isto constase fiquaria provada a malicia con que quebraram o concerto de pasarem a linha que se lança por nam se pasar.

Peço lhe muito por merce que querendo bem crer quanto nisto faço o faça loguo saber ao enperador e lhe peça de sua parte e da minha que queira que loguo se aquabe de tomar concrusam pera com toda brevidade se fazerem aquabar o contrato de que averei muito prazer polas muitas rezões [que] pera isso ha e mui principalmente pelo contentamento que sei que ela disso tera

(R. C.)

4355. XVIII, 3-14 — Carta da rainha de Espanha a António de Azevedo, embaixador de Portugal. Toledo, 1529, Abril, 6. — *Papel. Bom estado.*

La Reyna

Antonio de Azevedo enbaxador del rey mi señor y hermano.

Vi vuestra letra en que me hazlades saber que seriades en Çaragoça el sabado pasado de que holgue mucho y pues ya estareys alla y

teneys el traslado de la carta que a my se estrevio sobre el negocio ya quel esta en solos los tres puntos que en ella avieys visto no tengo yo otra horden que as dar ni que dezir sino que deveys procurar que con brevedad se concluya y abisar me eys de lo que en ello se haze que a mi me hareys mucho plazer y servicio.

De Toledo vj de abril de dxxjx años

Yo la Reyna

Por mandado de Sua Magestad

Fernan Vasquez

(1 v.)

(Vestigios de lacre)

Por la Reyna

A Antonio de Azevedo enbaxador del rey de Portugal su señor y hermano.

(R. C.)

4356. XVIII, 3-15 — Procuração (*minuta da*) enviada a António de Azevedo para tratar do ajuste de Maluco. (1529). — *Papel. 4 folhas. Bom estado.*

Dom Joham etc.

A quantos esta minha carta de poder e procuraçam virem faço saber que avendo duvida sobre a propiedade dereyto posse ou quasy posse e navegaçam comerceyo de Maluco e doutras ilhas e mares antre o muy alto etc e mym por cada hum de nos dizer lhe pertencerem por algumas rezões e dereyto que deziámos nisso ter pello que pretendia cada hum de nos as dictas ilhas mares e teras serem suas e estar em posse della's avendo nos respeyto ao mul conjunto divido e grande amor que antre nos ha e por nos tirarmos de demandas e debates e outros descontentamentos que antre nos pollos tempos poderia aver o dicto senhor emperador e rey de Castella me vendeo com pacto de retro vendendo todo dereyto auçam dominio e propiedade posse ou quasy posse e todo dereyto de navegar contractar e comerceyar que elle dicto senhor emperador e rey de Castella dezia que tinha e poderia ter por qualquer via modo e maneyra que fosse no dicto Maluco ilhas logares teras e mares sobre-dictos por preço de tantos mil cruzados com certos pactos clausulas e condições no dicto contracto postas e declaradas e porquanto eu tynha capitulado antes de se o dicto contracto fazer e assynar com o dicto senhor emperador e rey de Castella o modo e maneyra como se o dicto contracto avya de fazer e mandada disso a menuta ao meu embayxador pera se por ella fazer e asentar o dicto contracto segundo por nos

estava concordado e asentado se aver de fazer o dicto contracto se fez e asentou com mais alguns capitollos adições e clausulas das que hyam postas e asentadas nas minhas capitulações e menuta e asy falecem algũas outras clasulas e palavras de muita importancia que estavam postas nas dictas minhas capitulações e menuta. E porque pera se isto emendar e coreger he necesaryo mandar sobre isto requerer o dicto senhor emperador e rey de Castella o queyra emendar e coreger de maneyra que foy por nos capitulado e asentado em tal modo que em nenhum tempo (1 v.) sobre isto posa antre nos aver duvida.

Eu pella muita conffiança que tenho de foam por esta presente carta de poder e procuraçam ho faço ordeno e constituyo no melhor modo e forma que devo e posso por meu sufficiente e abastante procurador geral e especial e en tal maneyra que a generalidade nom deroge a especialidade nem a especialidade nom deroge a generalidade no dicto contracto as palavras clausulas e declarações que lhe bem parecer e mester for asy com o dicto senhor emperador e rey de Castella meu irmão asy na sua presença como com quaesquer procurador ou procuradores que elle pera yso ordenar.

Esta bem asy como esta

Teixeira (?)

Xp: esta (?) asiney

Se aquy ha de entrar a revogacam daquel outro homem fallece aquy e se nom ha d'yr aquy e ha de hyr por outra via façam Vosas Mercas a nota diso e se aquy mete onde ouver d'entrar

Senhor

A revogaçam ha de hir de fora e por carta patente asy como foy a procuraçam que laa tem este homem e logo se fara a menuta pois o asy manda Vosa Merce.

(2) Dom Joam etc.

A quantos esta minha carta de poder e procuraçam virem faço saber que pella duvyda e debate que ha amtre o muyto alto muyto elxcelente principe e muyto poderoso Carlo quynto eleyto emperador dos romaaos senpre augusto rey d'Alemanha de Castella de Liam e d'Aragam e das duas Cezillas e de Jerusalem etc. meu muyto amado e preçado irmão e mym sobre a propriedade e pose de Maluco se falla amtre nos sobre iso em certo concerto e asento porem pera o que no dito concerto e asento delle se ha d'asentar concordar e afyrmar.

Eu pella muyta conffiança que tenho do licenciado Antonio d'Azevedo Coutinho do meu Conselho e meu embaxador por esta presente carta o faço ordeno e constetuyo no melhor modo e forma que devo e poso por meu sofficiente e abastante procurador gerall e especial pera

capytollar asentar e afyrmar o dito concerto e asento e em tall maneyra que a gerallidade nom derogue a especialidade nem a especialidade a geralidade e pera que por mym e em meu nome posa aseentar sobre o dito concerto de Maluquo asy com ho dito emperador meu irmão e em sua presença como com quaesquer procurador ou precuradores que elle pera o dito concerto e asento delle ordenar e que mostrarem seu poder precuraçam sofficiente e abastante pera o dito caso por elle asynada e asellada de seu sello todo aquello que beem visto lhe for e que posa capitollar assentar e concordar prometer e jurar em meu nome que eu farey comprirey e gardarey todo o que por elle for capitollado e asentado no (2 v.) dito concerto e asento com as condições pactos vyncullos e sob as penas e firmezas que por elle for asentado concordado e capitollado como se por mym em pessoa fose feyto.

Outrosy que posa jurar em minha alma que gardarey e comprirey realmente e com efeyto todo o que asy por elle no que dito he for comcordado capitollado e asentado sem cautella engano nem desymullacam algũa e que nam yrey nem virey contra ello nem contra parte algũa dello sob aquelas penas que por elle dito meu precurador forem postas asentadas e concordadas e pera todo o que dito he lhe dou e outorgo todo meu poder comprido e livre e geeral administraçam e prometo e seguro por esta presente carta de ter e manter reallmente e com effeyto todo o que por elle dito meu precurador sobre o dito concerto e asento for concordado asentado capitollado e prometido segurado e outorgado e jurado e de o aver por grato rato firme e valioso e de nom yr nem vynr contra ello nem contra parte allgũa dello em tempo allgum nem por maneira allgũa sob obrigaçam expressa e pera ello faço de todos meus bens patrymonyaes e da coroa avidos e por aver os quaes todos expresamente pera ello obriguio e por certidam de todo o sobredito mandey fazer esta minha carta asynada por mym e asellada de meu sello redondo de minhas armas.

Dada.

(R. C.)

4357. XVIII, 3-16 — Manifesto (cópia do) feito por el-rei D. Sebastião a respeito do ajuste feito entre seu avô e el-rei de França sobre certas represálias. (1559, Janeiro, 19). — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Dom Sebastião etc.

A quantos esta minha carta virem faço saber que amtre el rei meu senhor e avo que samta gloria aja e el rei de França meu boom irmão e primo foi acordado por conservaçam da muy antiga paz e amizade que sempre os reis destes reinos com os de França tiveram que todas as letras de marca contra marca e represalias avidas pelos subditos e vasalos do dito rei meu boom irmão e primo contra os subditos e

vasalos do dito senhor rei meu avo como as que elles tivessem avidas contra os do dito rei meu bom irmão e primo por qualquer causa e occasiam que fosse fossem tidas e estado suspenso pelos tempos nos acordos diso feitos declarados e que durando o dito tempo os sogeitos do dito rei meu avo seriam obrigados seguir a reparaçam das depredações e injurias por elles pretendidas asy das que ja tinham avido letras de marca contra marca e represalias como doutras diante de cymco juizes e comisarios resyidentes na vyla de Paris elegidos e nomeados por o dito rei meu avo ou por seu embaxador que na corte de França residisse e por o dito rei meu bom irmão e primo a dita nomeaçam e eleiçam ordenados e deputados (1 v.) pera julgar e decedir das ditas depredações e injurias e final sentença e sem apelaçam e que os subjectos do dito rei de França meu bom irmão e primo fossem asi mesmo obrigados seguir a justiça e reparaçam das depredações e injurias por elle pretendidas ou aqueles a que as ditas letras de marca contra marca ou represalias fossem outorgadas diante de cinco juizes e comisarios residentes nesta cidade de Lixboa por o dito rei meu bom irmão e primo ou por seu embaxador elegydos e nomeados e a eleiçam e nomeaçam do dito rei ordenados e deputados pelo dito rei meu senhor e avo pera asy mesmo julgarem das ditas depredações e injurias atte final sentença sem os subjectos de hũa parte nem doutra se poderem depois prover acerca do que os ditos juizes julgassem por via d'apelaçam nem por petiçam apresentada perante os ditos reis ou seus conselhos privados e que todos os ditos juizes e comisarios podessem respectivamente conhecer e decedir de todas materias depredações injurias e danos pretemdydos e que poderiam ser concentidos dũa parte e doutra durante o dito tempo. E que os processos ja ymentados asy por os subditos do dito rei meu senhor e avo como do dito meu bom irmão e primo por rezam do que acima he dito e os que pemdiam dyante todos juizes e comisarios respectyivamente deputados em a vila (2) de Baiona que ficaram yndecisos fossem respectivamente enviados aos ditos juizes e comisarios estabelecidos e ordenados asy na dita villa de Paris como nesta cidade de Lixboa pera os julgarem como acima he dito e que se acontecesse que as ditas depredações e injurias fossem sustentadas serem feitas pelos servidores ou officiaes deste rei meu avo ou deste rei meu bom irmão e primo ou doutras pessoas de consentimento dos ditos reis que podessem por rezam delas ser valiosamente condenados diante dos ditos comisarios diante dos quaes seriam obrigados por si ou de seu poder responder e acceptar jurdiçam que quando dentro do tempo dos ditos acordos declarados as dyferenças por rezam das ditas depredações e ynjurias nam fossem fimdas nem decedidas pelos ditos juizes comisarios os ditos defraudados e injuryados de hũa parte e da outra nam poderiam ainda que o dito tempo fosse pasado fazer executar as ditas letras de marca contra marca e represalias por elles dantes avidas sem aver primeiro mostrado directamente cada hum por si e em

seu caso aos do conselho privado dos ditos reis de como o proseguiram e das devidas diligencias por eles feitas e como a justiça lhes fora denegada durando o dito tempo e que o embaixador e cada hum dos ditos reis contra os sojectos do qual fose requerida expedyçam das ditas letras de marca contra marca e represalias foi sumariamente ouvido sobre a dita denegaçam de justiça que lhe seria apresentada o que tudo visto pelos do conselho privado dos ditos reis hy aja sido respectivamente ordenado (2 v.) porquanto as ditas injurias e depredações nam eram ainda de todo decydydas nem aquelas que depois foram cometidas.

Eu desejando continuar e proseguir na boa amizade que o dito rei meu senhor e avo que santa gloria aja teve com o dito rei meu boom irmão e primo e na que sempre ouve antre os reis destes reinos com os de França vendo que o mais certo meio da conservaçam da dita amizade era o dito acordo mandei pedir ao dito rei meu boom irmão e primo que quisesse prolongar o dito acordo asy e da maneira que os pasados com o dito rei meu senhor e avo por tempo de mais cymco anos e o dito rei o ouve por bem por hũa su carta feita a dezanove do mes de Janeiro pasado do presente ano de 1559 pelo que eu de minha certa scientia poder real e absoluto quero e me pras continuar e prolongar tudo o conteudo nesta carta e asi e da maneira que nos acordos pasados foi acordado antre el rei meu senhor e avo e o dito rei meu boom irmão e prymo e nesta carta se contem e isto por tempo de cimco anos os quaes se começaram de dezanove dias do mes de Janeiro pasado em diante durando o qual tempo quero e me praz que os ditos juizes comisarios por mym e o dito rei meu boom irmão e primo cometidos em a forma que dito he na dita villa de Paris e cidade de Lixboa decidam e conheçam das ditas injurias e depredações e outras cousas conteudas nesta carta cometidas e acontecidas asy damtes como depois do acordo feito antre o dito rei meu senhor e avo como del rei meu boom irmão e primo e asy das que poderam ser feitas durando os ditos cymco anos tudo conforme aos acordos pasados e na maneira que nesta carta he declarado.

E por esta prometo em boa fe e palavra de rei de entreter guardar e conservar e de fazer entreter guardar e observar todo o conteudo nesta carta com todas as cousas e cada hũa delas acima ditas sem o contrariar nem sofrer serem contrariadas directamente ou indirectamente e qualquer maneira que seja e porque podera aver necessidade desta carta em muitos e diversos lugares quero e me praz que ao traslado dela em publica forma seja dado tamta fe como a esta propria original.

Dada.

(R. C.)

4358. XVIII, 3-17 — Carta (*traslado da*) do imperador a el-rei, a respeito de Maluco. (1528). — *Papel. Bom estado.*

Muito alto muito excelente principe e muito poderoso irmão e primo.

Vy a reposta que me deu monseor de Layao voso embaixador a meus apontamentos que vos enviey acerca do caso de Maluco e asy a que despois de mandou o licenciado Antonio d'Azevedo do meu Conselho e ainda que no que toca ha ho nam partyr das naos e socresto nam venha declarado como eu o apontey pello leixardes ao juizo dos deputados o ouve asy por bem porque no que toca ao socresto elles o poderam beem detryminar e ho nam partyr das naos apontava somente pera aveer efeyto a detryminação e juizo na causa da propriedade e pose porque como estas negociações em maaos de leterados muytas vezes se allargam era este nam partirem as naos causa de se chegarem por hũa parte e pella outra ha com mais brevidade o detrymynarem e porque fazeemdo se por elles como he rezam se pode detrymynar em muy pouco tempo e muyto mais cedo do que nenhũa armada partyr.

Eu tomo por tam certo o que me respomdees que se fara acerca do juizo que ey por escusado sobre yso mais reprimir porque veemdo se isto pellos nosos com aquela clareza e booa vontade com que por elles em todas as cousas damtre nos se deve fazer se consygyra o efeyto pera que eu apontava que as naos nom partisem. El logo como vy vosa reposta mandey entemder na conclusam de voso casamento com a ifamta minha irmãa etc e estaa tomada como vos faram saber vosos embaixadores com aquela booa vontade que sempre pera yso tyve e tenho e espero em Noso Senhor que daquy se syga muyto seu serviço e tanto contentamento como he rezam e amtre nos deve aver.

Muito alto etc

No verso: Trellado da carta do emperador que vay ao Doutor Antonio d'Azevedo

(*Vestigios do selo*)

(*R. C.*)

4359. XVIII, 3-18 — Instruções (*minuta das*) para resolver o negócio de Maluco. 1528, Outubro, 21. — *Papel. 4 folhas. Bom estado.*

O que vos Luis Ribeiro cavaleiro de minha casa de minha parte direes as pesoas a que vos envio pera que levaes minhas cartas de creença e que adeante vos serem decllaradas he o seguinte

Iteem lhe dizee que ha muytos dias que amtre mim e o emperador meu muyto amado e pregado irmão se falla em concerto na duvida e debate que ha amtre nos sobre a propriedade e posse de Maluquo o

Empistimur

que ey por feito acabado peello pomto em que aguora o negocio esta nesta maneira a saber que elle me quer empenhar com certas comdições proveitosas a meu serviço e a beem e asesequo de meus reinos o direito que pode teer no dito Maluquo comtamtó que eu lhe ajaa de dar peello dito enpenhamento trezentos e cincoenta mill cruzados dos quaeis ha de seer a primeira pagua de dozentos mill cruzados que se lhe ha de fazer do dia da feita do contrato em que jaa se emtemde a ⁽¹⁾ dias seguintes e que eu estou em muy grande necesydade deste dinheiro o quall de minha fazemda se nam pode tyrar como eu muito folguara así loguo como conveem pello que hee necessario eu me prover em qualquer outra maneira pera cumprir com esta primeira pagua e com as outras que sam loguo muy chegadas apos ella pera o que se buscam todos os modos que sam posyves amtre os quaeis hee pedir emprestado a meus vasalos e servidores aquellas somas com que me parece que o poderam beem fazer e que lhe roguo muyto que com aquelle amor e booa vontade que ey por certo que teem pera folguar de me servir e pella muyto booa vomtade que eu senpre lhe tyve e tenho elle me queira emprestar aquella soma de dinheiro que adiante a cada huum vay decrarado em seu item pera ajuda desta primeira pagua dos quaeis lhe mandarey daar segurança pera lhe serem paguos no mais breve tenpo que seja possivel que me parece que podera ser demtro em dous annos. E que se tera na pagua tall modo que asy como ey por certo que folguara de nisto me servir assy seja paguo sem requerimento seu nem fadigua que niso receba. E que lhe roguo muyto que por este serviço que me fara neste enprestimo (1v.) ser pera cousa de tanto meu serviço e que tanto inporta e releva ao bem e asesequo de meus reinos o faça com tanta brevidade e boa vontade como delle espero. E asy que loguo por vos me envye sua detriminada reposta porque o tempo desta primeira pagua he muy cheguado. E que disto fazer assi beem como delle espero me fara muyto prazeer e asy lho gradecerey. (2)

E as pessoas a que avees de fallar e dizer o que dito he e a soma que a cada huum direes que me enpreste sam as seguintes

Item o bispo do Algarve

Item o capitam Dom Joam Mazcarenhas dous mil cruzados

Item Alonso Perez.

Esprito.

(2) O que vos Jorge de Carvalho meu capellam de minha parte direes as pessoas a que vos envio e pera

(1) Pequeno espaço em branco

(2) Riscado: Bertollameu Fernamdez o fez em Lixboa a xxj dias d'Outubro de 1528.

que leuaes minhas cartas de crença e que adyante vos
seram declaradas he o seguinte

Item lhe dizee que ha muitos dias que amtre mym e o emperador meu muito amado e pregado irmão se fala em concerto na duvida e debate que ha antre nos sobre a propiedade e posse de Maluquo o que ey por feyto acabado pello ponto em que aguora o neguocio estaa nesta maneira a saber que elle me quer empenhar com certas comdições proveitosas a meu serviço e a bem e asesequo de meus reynos o dereito que pode ter no dito Maluquo contanto que eu lhe aja de dar pello dito empenhamento trezentos e cimquenta mil cruzados dos quaes ha de ser a primeira paga de dozentos mil cruzados que se lhe ha de fazer do dia da feyta do contrato em que ja se emtemde a ... (1) dias seguintes. E que estou em muy grande necessidade deste dinheiro o qual de minha fazemda se nom pode tirar como eu muyto folguara asy loguo como convem pelo que he necesario eu me prover em qualquer outra maneira pera cumprir com esta primeira pagua e com as outras que sam loguo muy chegadas apos ella pera o que se buscam todos os modos que sam posives amtre os quaes he pedir emprestado a meus vasalos e servidores aquelas somas com que me parece que o poderam bem fazer. E que lhe roguo muito que com aquele amor e booa vontade que ey por certo que tem pera folguar de me servir e pella muito booa (*sic*) que eu sempre lhe tive e tenho elle me queira emprestar a soma de dinheiro que adiante a cada hum vay decrarado em seu item pera ajuda desta primeira pagua dos quaes lhe mamdarey dar segurança pera lhe serem paguos no mais breve tempo que seja posivel que me parece que podera ser demtro em dous annos. E que se tera na pagua tal modo que asy como ey por certo que folguara de nisto me servir asy seja paguo sem requerimento seu nem fadigua que nisso receba. E que lhe roguo muito que por este serviço que me fara neste emprestimo ser pera cousa de tanto meu serviço e que tanto importa e releva ao bem e asesequo de meus reynos o faça com tanta brevidade e booa vontade como delle spero. E asy que loguo por vos me emvie sua detriminada reposta porque o tempo desta primeira pagua he muy chegado E que disto fazer asy bem como delle espero me fara muyto prazer e asy lho grade-cerey (2).

E as pessoas a que avees de fallar e dizer o que dito he e a soma que a cada hum direes que me enpreste sam as seguintes

Item o arcebispo de Braga dez mill cruzados

Item o bispo de Viseu se estiver em Santo Tisso cinco mil cruzados

(1) Pequeno espaço em branco.

(2) *Riscado*: Esprito em Lixboa a xxj dias d'Outubro Pero d'Alcaçova Carneiro o fez em dez de 1528.

Item Pero da Cunha Coutinho quatro mil cruzados
Item o abade do Mosteiro de Pombeiro tres mil cruzados
Item o protonotario Joam da Guarda sete mil cruzados

Esprito.

(B. R.)

4360. XVIII, 3-19 — Foral de Penarrolas com seus termos e pertencas. Santarém, 1311, Novembro, 18. — *Pergaminho. Bom estado. Selo pendente.*

4361. XVIII, 3-20 — Foral de Santo Estêvão de Chaves. (1258). — *Pergaminho. Bom estado.*

4362. XVIII, 3-21 — Carta a el-rei D. Dinis dos cavaleiros e homens-bons de Leão, na qual lhe pediam que ajudasse a sua terra a viver em paz. Valladolid, 1298, Março, 12. — *Pergaminho. Bom estado.*

Al muy noble e muy alto señor don Dinis por la gracia de Dios rey de Portugal y del Algarbe.

Nos los cavalleros y los ombres buenos personeros de la hermandad de las villas del regno de Leon besamos vuestras manos y encomendamosnos en vuestra gracia assi como de señor pera quien desseamos mucha vida con salut y con onrra.

Señor fasemosvos saber que en estas cortes que nuestro señor el rey don Fernando fiso agora en Valladolid a que viniemos nos y nos ayuntamos por su mandado acordamos de vos fazer saber lo que fue y puesto y ordenado de fazienda del rey nuestro señor y del estado de la tierra a servicio de Dios y suyo y a endereçamiento de su señorío y de sus regnos. Et esto por que somos ciertos que por el grand amor que con el avedes y con la reyna su madre por los grandes debdos y buenos que en uno avedes tenedes la su fazienda por vuestra y somos seguros que avedes a coraçon de guardar y levar adelante la su onrra assi como la vuestra misma. Et señor sobresta rason embiamos alla a vos a Alffonso Michel despenssero del rey nuestro señor que vos muestre estas cosas de nuestra parte mas complidamente que vos lo podriemos embiar desir por carta. Et que vos pida merced de nuestra parte que tengades por bien de venir por vuestro cuerpo a ayudar a nuestro señor el rey. Ca señor por como agora se endereça fazienda del rey y loado a Dios a los sus enemigos va cada día peor fiamos en la merced de Dios que vos viniendo en su ayuda perssonalmente con el vuestro buen entendimiento y la vuestra buena ventura mucho ayña se desembargara la su tierra destas guerras y destos malos bollicios que andan y y tornara en assessiego y en buen estado. Et señor en esto faredes cosa que todos los del mundo vos loaran y sera siempre a muy grand vuestra onrra

y de los que de vos vinieren. Et nos tenervosloemos en merced. Et por-
que desto seades cierto embiamosvos esta carta seellada con el seello
colgado de la hermandad.

Fecha en Valladolid dose dias de março era de mill y tresientos
y treynta y seys años.

(B. R.)

4363. XVIII, 3-22 — Carta a respeito dos direitos de pastagens entre
as terras vizinhas de Portugal e Castela. 1290, Setembro, 11. — *Perga-
minho. Bom estado.*

Este es treslado de una carta del concejo de la noble cibdat de
Sevilla seellada con su siello pendiente que dis en esta manera de nos
los alcalles y el alguazil y los cavalleros y los omes bonos del concejo
de la noble cibdat de Sevilla. A vos el concejo de Aronche salut como
a vezinos y amigos que mucho amamos y pera quales queriamos que
diese Dios mucha de buena ventura a tanta como a nos mismos.

Sepades que viemos vuestras cartas que nos enbiastes con Vicente
Esteves vuestro alcalde y con Domingo Perez vuestro vezino y enten-
dimos bien todo quanto nos enbiastes dezir en ellas. Et otrosi entendimos
bien todo lo que elles nos dixieron de vuestra parte. Et a lo que nos
enbiastes dezir que agora quando fueron alla don Gomez Perez d'Alva-
renga alguazil mayor del rey en nuestro lugar y don Johan Rodrigues
y don Estevan Perez alcalles otrosi en nuestro lugar ⁽¹⁾ del rey sobre
contienda que era entre vos y los de Nodar que elles que mandaram
que de la fos del Alamo y dende como va a la espiga de la sierra del
puerto de Aronche y desi acima de la corte del peso. Et desi como se
va el puerto de Aronche vertiente las aguas a Chença y vertiente las
aguas a Murtigon contra Mora. Et dalli achma de la Torre Quemada
que dalli adelante nos el concejo de Sevilla non serviciemos ni montad-
guemos y vos los de Aronche que usasedes paciesedes y cortasedes con
los de Mora. Et otrosi los de Mora convusco asi como hermanos en
este lugar sobre que era la contienda salvo ende en las defesas. Et esto
que fuese guardado entre vos fasta que el rey nuestro señor lo man-
dase librar y partir asi como el toviere por bien. Et sabedes vos que
elles ni otros ningunos amemos de nos non avian elles poderio de judgar
contra nos ninguna cosa ni de partir termino ninguno de que nos fuemos
sienpre tenedores et asi los de Mora o los de Nodar alguna demanda
an contra vos en razon del nuestro termino a nos an elles de demandar
y nos a conprillos de derecho por nuestro señor el rey o por alli por o

(1) O escriba parece ter querido anular as três últimas palavras que ficam
sublinhadas.

fallaren que avemos de derecho de responder. Pero entretanto mandamos vos de parte de nuestro señor el rey atreviendonos alla su merced y dizimos vos de la nuestra que ni a los de las ordenes ni a los de Mora ni de Nodar ni a otros ningunos non consintades que entren en nuestro termino segunt dizen los nuestros privilegios de aquello que sienpre fuestes tenedores y en posesion dello ni consintades a ninguno que entre a cortar ni a pacer ni a montadgar ni a serviciari sinon asi como fue sienpre husado fasta aqui. Et si algunos quisieren pasar contra esto que dicho es mandamosvos que lo anparedes y que gelo non consintades. Et mandamos a los alcalles de y de vuestro lugar y al alguazil que lo cunplan y vos lo ayuden a conplir asi como dicho es. Et si [.....] ⁽¹⁾ mos que si alguna cosa del nuestro termino se perdiere por mengua de lo que y oviesedes de fazer [.....] ⁽¹⁾ a quanto oviesedes nos tornariamos por ello.

Otrosi vos mandamos que si algunos mojonos an agora [.....] ⁽¹⁾ de nuevo en el nuestro termino que gelos desfagades luego sin otra detardança ninguna. Et mandamos (?) [.....] ⁽¹⁾ a los alcalles y a los alguaziles y a los concejos de Aracena y de Sufre y de Almonster y de las [.....] ⁽¹⁾ as que si mester ovierdes la su ayuda pera defendimiento del nuestro termino y del vuestro que elles y o [.....] ⁽¹⁾ ayuden y vos a ellos en defendimiento de la vuestra tierra ca bien creede que non es voluntad de nuestro señor el rey de tomar a nos lo nuestro y de lo dar a otri y non fagades ende al por ninguna [.....] ⁽¹⁾ Et por que lo creades enblamosvos lo dezir por esta nuestra carta abierta y seellada con nuestro siello.

Fecha la carta onse dias de setienbre era de mill y trezientos y veynete y ocho años. Yo Gonçalo Peres.

Et yo Matheus Sanches escrivano vy la carta onde fue sacada este treslado y concertelo con ella.

Et yo Johan Tome escrivano vy la carta onde fue sacado este treslado y concertelo con ella.

Et yo Bernal Peres escrivano de don Martin Lopes alcale mayor de Sevilla concerte este treslado con la carta principal onde fue sacado et fuy presente quando Ruy Dias de Rojas y Johan Fernandes de Mendoça y Johan Rodrigues de Formaslella y don Andres de Monsalve mensageros de Sevilla que venieron pera partir los terminos de entre Mora y Aroche mandaron a Arias Domingues escrivano de Aroche que dlesse este treslado a Aparicio Domingues y Joham Lorengo cavalleros del rey de Portugal.

Et yo Arias Domingues escrivano publico de Aronche este treslado concerte con la carta principal onde fue sacado en seys dias de setienbre era de mill y trezientos y cinquenta y tres años por mandado de Roy

⁽¹⁾ Pergaminho roto e deteriorado.

Dias de Rojas y de Johan Fernandes de Mendoça y de Johan Roys de Fremosilla y de don Andres de Monsalve estando estes cavalleros en Çafarejo aso el castiello de Çafarejo que venieran por mensajeros del conçejo de Sevilla mandaronme dar este treslado este treslado (*sic*) a don Aparicio Domingues y a Johan Lorenzo cavallero del rey de Portugal. Y teste onde dize en otro lugar y non vala por ello menos y mio signo aqui fize en testimonio de verdat.

Tem no verso:

Tralado per tabyllion dña carta per que os de Sevilha revogaram o que fora fecto antre os concelhos de Sevilha e d'Aronchi e de Moura (?) sobre los termhos per Gomez Perez d'Alvarenga e Joam Roiz e Stevam Perez de Leon e per aqui avemos enfformaçam dalguns termhos.

(B. R.)

4364. XVIII, 3-23 — Carta pela qual el-rei D. Dinis dava poder a Aparicio Domingues e a João Lourenço para verificarem as contendias a respeito dos termos do concelho de Arouche e o concelho de Noudar e Moura. Lisboa, 1315, Setembro, 9. — *Pergaminho. Bom estado.*

Dom Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve. A quantos esta carta virem faço saber que sobre contenda que he antre o concelho de Sevilha e o concelho d'Aronchi termho de Sevilha da hũa parte e o concelho de Moura e de Noudar termho de Moura da outra en razon dos termhos e d'agravamentos que dizem os de Sevilha e d'Arronchi que receberom dos de Moura e de Noudar per razom deses termhos que eu mando Apparço Dominguez meu sobre juiz e Joham Lourenço cavalleiro meu vasalo pera partirem e livrarem as contendias e agravamentos que som antre os dictos concelhos sobrellos dictos termhos com aqueles cavaleiros e homeens boons que hi mandarem pera livrar esto os tetores del rey Dom Affonso de Castela meu neto e com aqueles cavaleiros e homeens bons que hi veerem poços concelhos de Sevilha e d'Arronchi e de Moura e de Noudar termho de Moura. E dou poder aos dictos Apparço Dominguez e Joham Lourenço pera veerem as contendias que som sobelos dictos termhos antre os dictos concelhos e as querelas que huuns concelhos tem dos outros per razom deses termhos. E pera saberem e enquererem com aqueles que veerem da parte dos dictos tetores e concelhos pera livrar as dictas contendias e querelas bem e directamente a verdade. E pera livrarem e desenbargarem com eles per sentença ou per avença ou en outra guissa qual entenderen que he guisado e direlto as dictas contendias e querelas de



guissa que el rey Dom Afonso ... (1) ... ajamos a noso direito e os dictos concelhos e querellosos o seu. E pera poerem com os de suso dictos marcos e divisões en aqueles lugares per hu livrarem esta contenda. E pera fazerem todalas cousas e cada hũa delas que perteençerem e conveerem a livramento e a desenbargamento das dictas contendas e querelas e todalas cousas e cada hũa delas que os dictos Appariço Dominguez e Joham Lourenço fizeram e julgarem e aveerem e desenbargarem com aquelles que hñi veerem polos tetores del rei Dom Affonso e polos dictos concelhos sobelos dictos termhos e contendas e querelas. E eu o ey por firme e por estavel pera todo senpre.

En testemoyo deste mandey dar aos dictos Appariço Dominguez e Joham Lourenço esta mha carta aberta e seelada do meu seelo pendiente.

Dante en Lixboa nove dias de Setembro. El rei o mandou Lourenço Anes a fez era de mil e trezentos e cinquenta e tres anos.

(B. R.)

4365. XVIII, 3-24 — Concórdia e avença entre os reis de Portugal e Castela a respeito das suas fronteiras. Badajós, 1267, Fevereiro, 16. — Pergaminho. Bom estado.

Tem junto:

Relação de todos os tratados de pazes que se acham no Real Arquivo da Torre do Tombo até 6 de Fevereiro de 1715. S. d. — Papel, 6 folhas. Bom estado.

En nombre del padre y del fijo y del Spiritu Santo amen. Comosido cosa sea a todos los que esta carta vieren y oyeren que por muchas contiendas e muchas desavenencias que acaecieran entre nos don Alfonso por la gracia de Dios rey de Castiella y de Leon y del Andaluzia de la una parte y nos don Alfonso por esta misma gracia rey de Portugal de la otra sobre particiones y divisiones de los regnos de Leon y de Portugal y sobre querellas que aviamos uno dotro y sobre danos y robos y malfetrias y muertes que acaecieran entre nuestros regnos tambien por razon de nos como de nuestros vassallos y de nuestras yentes catando que si estas desavenencias que y acaecieran non fuessen desfechas que por y podrien crecer grandes daños y otras cosas peores que serien a grand desservicio de Dios y a grand perdida nuestra y de nuestros regnos y de nuestras yentes puslemos entre nos avenencia y amor y paz pera siempre en esta manera.

(1) Pergaminho roto e deteriorado.

Primeramentee que yo don Alfonso por la gracia de Dios rey de Portugal quitome a vos don Alfonso por esta misma gracia rey de Castiella y de Leon de quanto he entre Guadiana y Guadalquivir y entrego vos Aroche y Arecena y de todos los otros logares de entre Guadiana y Guadalquivir quitomevos de todo derecho y de todo señorio que y he salvos los derechos que en estes logares han la Eglesia de Evora y la Eglesia de Sevilla y otra See qualquier. Y nos reyes sobredichos partimos los regnos de Portugal y de Leon assi como entre Caya en Guadiana y Guadiana como se va por lavena al mar. Las aceñas de Guadiana y los molinos y los cañeros que estan fechos de viejo y de nuevo esten como agora estan y si alguno quisiere fazer aceñas o molinos o cañeros o refazer fagalos de guisa que non empeezen a las fechas ni a la tierra. Las barchas que andaren en Guadiana que se partan por medio y se fagan por medio y que faga cada uno la suya y lleve cada uno de la suya su derecho. Arronches y Alegrete fican con el regno de Portugal y metemos omens bonos en que nos aviniemos los quales son nombrados en las otras nuestras cartas que ende son fechas y seelladas con nuestros seellos que anden bien y lealmentre y que metan mojones entre aquellos dos logares y el regno de Leon y que sean aquellos mojones partimientos de los regnos. Marvan y Valencia y los otros logares vezinos de Valencia de parte del regno de Leon esten como agora estan con sus tenencias y los sobredichos omens bonos en que nos aviniemos metam mojones entrellas que sean partimientos de los regnos. Y todos los otros logares esten como estavan en tiempo del rey don Alfonso de Leon salva la postura que puso el rey don Fernando con el rey don Sancho en Saugal quando le dexo Sant Estevan de Chaves. Y los omes bonos en que nos aviniemos que son nombrados en las otras nuestras cartas que ende fizimos seelladas con nuestros seellos sepan ende la verdat por omes bonos.

E nos reyes sobredichos otorgamos comunalmente que pan y vino y todas las otras vendas corran de regno a regno y lo bispado de Silve no lo devo yo rey don Alfonso de Portugal ni aquellos que venieren depues de mi embargar de obedecer a Sevilla y si lo embargaremos que el rey de Castiella y de Leon que regnar en aquel tiempo que lo tenga a su derecho. E yo don Alfonso rey de Portugal sobredicho devo a vos don Alfonso rey de Castiella y de Leon sobredicho seer amigo a buena fe y sin mal engaño de vos amar y ayudar a buena fe y sin mal engaño y assy como mas derechamente amygo deve amar amigo y ayudar. Y otrosy yo don Alfonso rey de Castiella y de Leon sobredicho devo a vos don Alfonso rey de Portugal seer amigo a buena fe y sin mal engaño de vos amar y ayudar a buena fe sin mal engaño y assy como mas derechamente amigo deve amar amigo y ayudar. E yo don Alfonso rey de Castiella y de Leon perdono y quito a vos don Alfonso rey de Portugal sobredicho todas las quexumbres

y todos los desamores y todas las demandas que yo avia o aver poderia o deveria de vos fasta aqui y otorgo a vos don Alfonso rey de Portugal y a todas las vuestras cosas mio amor a buena fe y sin mal engaño. E yo otrossi don Alfonso rey de Portugal perdon y quito a vos don Alfonso rey de Castiella y de Leon todas las quexumbres y todos los desamores y todas las demandas que yo avia o aver poderia o deveria de vos fasta aqui y otorgo a vos don Alfonso rey de Castiella y de Leon y a todas las vuestras cosas mio amor a buena fe y sin mal engaño. Y desde aqui adelante nos sobredichos reyes otorgamos y prometemos que nos seamos bonos amigos y nos amemos y nos ayudemos bien y lealmentre assi como sobredicho es y desta ayuda y deste amor y deste perdon nos damos buenas cartas abiertas uno a otro seelladas de nuestros seellos de plomo. E la tregua de los quarenta annos y los pleytos y las convenencias que fueron puestas y firmadas entre nos quando yo don Alfonso rey de Castiella era infante otorgamos que sean firmes y estables assi como yazen en las cartas que entre nos son fechas fueras (*sic*) ende todos los pleytos y todas las omenages y todas las posturas que fueron puestas o fechas assi por cartas como sin cartas sobre razon del Algarve las quales yo don Alfonso rey de Castiella y de Leon sobredicho quite y quito pora (*sic*) siempre. E los otros pleytos y las otras convenencias de susodichas y la tregua de los quarenta años sobredicha yo don Alfonso rey de Castiella y de Leon prometo y otorgo a buena fe y sin mal engaño que las guarde y las faga guardar bien y lealmentre. E yo otrossi don Alfonso rey de Portugal prometo y otorgo a buena fe y sin mal engaño que la tregua y los pleytos y las convenencias de susodichas que las guarde y las faga guardar bien y lealmentre assi como sobredicho es. Et porque la tregua y las convenencias y los pleytos sobredichos sean firmes y estables y nunca puedan venir en dubda yo don Alfonso rey de Castiella y de Leon mande estas cartas fazer y seellar de mio seello de plomo. E yo don Alfonso rey de Portugal sobredicho mande estas cartas mismas fazer y seellar de mio seello de plomo.

Fecha la carta en Badaloz por mandado y por otorgamiento de los reyes sobredichos miercoles diez y sex dias andados del mes de febrero en era de mill y trezientos y cinco annos. Yo Millan Perez la fiz escrevir en el anno quinzeno que el sobredicho rey don Alfonso de Castiella y de Leon regno.

Tem junto:

Relação de todos os Tratados de Pazes que se achão no Real Archivo da Torre do Tombo ate 6 de Fevereiro de 1715

Tratado de paz entre el rey Dom Afonso 4º de Portugal e os reys Dom Afonso de Castella e Dom Afonso de Aragão no qual se ratificou

o tratado feito pelos reys seus pays. Feito em Valença a 2 de Novembro de 1329

Gav. 18 Mac. 5 N° 32

Ratificação feita pelos grandes de Castella ao contrato e escambo feito entre os reys Dom Diniz de Portugal e Dom Fernando de Castella. Feita em Alcanhices a 14 de Setembro de 1335.

Gav. 18 Mac. 4 N° 8

Concordia entre el rey Dom Diniz e el rey Dom Fernando de Castella na qual se ajustarão que querendo o Papa dispor dos bens dos Templários ou tira los da sua jurisdição e senhorio que elles se obrigavão de os amparar e defender contra os que os quizessem demandar e que hum sem outro não faria alguma prestezia ou avença (1 v.) com o Papa. Feita em La Serra a 21 de Janeiro de 1358 (sic).

Gav. 7 Mac. 4 N° 9

Contrato de confirmação entre el rey Dom Afonso 4.º e Dom Afonso rey de Castella em que convierão em todos os contratos e pazes feitas por el rey Dom Diniz e el rey Dom Fernando seus pays. Feita em Escalona a 25 de Março de 1366

Gav. 18 Mac. 11 N° 5

Paz e confederação entre el rey Dom Afonso 4.º e el rey Dom Pedro de Aragão. Feita em Coimbra a 9 de Novembro de 1376.

Gav. 18 Mac. 8 N° 19

Hum livro em que se acham copladas as cartas de aliança segundas. Veja-se a copia no reynado de el rey Dom João 1.º sem data.

Gav. 18 Mac. 7 N° 28

Liga amizade e confederação entre el rey Dom João 1.º e Dom Eduardo (sic) rey de Inglaterra. Feita ao 1.º de Dezembro de 1385.

Gav. 18 Mac. 1 N° 3

Tratado de paz entre el rey Dom João 1.º e el (2) rey Ricardo de Inglaterra. Feito em Evertim a 24 de Fevereiro de 1387.

Gav. 18 Mac. 3 N° 25

Tratado de Paz entre el rey Dom João 1.º e el rey Ricardo de Inglaterra. Feito em Evestim a 24 de Fevereiro de 1387.

Corp. Chronol. Part. 1 Mac 1 Doc 10

Concordia entre el rey Dom Afonso 4º e o infante seu filho herdeiro sobre a discordia que havia pela morte de D. Ignez etc. Feita em Canavezes a 5 de Agosto de 1393.

Gav. 13 Mac 9 N° 26

Tratado de pazes entre el rey Dom João 1.º e el rey Dom João de Castella. Confirmadas a 30 de Abril de 1423.

Gav. 18 Mac 11 N° 4

Concordia amizade e irmandade entre el rey Dom João 1.º e D. Henrique rey de Inglaterra. Feita no Palacio de Evestim a 16 de Fevereiro de 1425 (*sic*).

Gav. 17 Mac. 2 N° 7

Doação que os reys de Castella fizeram a el rey Dom João 1.º de todo o direito que lhes pertencia (2 v.) ou podia pertencer em o reyno de Portugal. Feita a 26 de Março de 1425.

Gav. 17 Mac 6 N° 7

Outra semelhante. Feita a 26 de Março de 1425.

Gav. 18 Mac 3 N° 26

Concordia e aliança entre el rey Dom João de Navarra governador de Aragão e el rey Dom João 1.º o infante D. Duarte Dom Pedro Dom Henrique Dom João e Dom Fernando. Feita a 28 de Agosto de 1432.

Gav. 18 Mac 4 N° 19

Capítulos de paz feita entre el rey Dom Afonso 5º e el rey Dom Fernando de Castella. Feitos em Toledo a 6 de Março de 1440.

Tratado de treguas de el rey Dom Afonso 5º com Francisco duque de Bretanha. Feito a 29 de Agosto de 1466.

Gav. 18 Mac 3 N° 56

Tratado de paz entre el rey Dom Afonso 5º e el rey Dom Eduardo de Inglaterra. Feito no Palacio de Evestim a 11 de Março de 1471.

Gav. 18 Mac 5 N° 8

(3) Tratado de paz entre el rey Dom Afonso 5º e o príncipe Dom João seu filho e el rey Dom Fernando e a rainha Dona Izabel de Castella. Feito em Tolêdo a 6 de Março de 1480.

Gav. 17 Mac 6 N° 16.

Outro semelhante. Feito em Toledo a 6 de Março de 1480

Gav. 18 Mac 8 N° 16

Concordia entre os reys de Portugal e Castella sobre a navegação e ilhas confirmada pelo Papa Sixto 4º com declaração que a jurisdição espiritual pertenceria à Ordem de Christo. Feito em Roma a 21 de Junho de 1481

Gav. 18 Mac 6 N° 17

Outra semelhante. Feita em Roma a 21 de Junho de 1481.

Gav. 17 Mac 6 N° 17

Assento e concordia entre el rey D. João 2º e D. Fernando e D. Izabel de Castella sobre o que pertenceria a cada huma das coroas do que estava por descobrir no mar oceano. Feito em Torde-cilhas a 7 de Junho e confirmado em Arevalo a 2 de Julho de 1494.

Gav. 17 Mac. 2 N° 24.

(3 v.) Outro semelhante a 2 de Julho de 1494.

Gav. 17 Mac 4 N° 17

Huma copia do documento acima referido sem ser autentica. Feita a 2 de Julho de 1494.

Gav. 18 Mac 2 N° 2

Capitulos de paz entre el rey Dom Manoel e el rey de Castella sobre os navios hespanhoes que fossem a costa de Guine. Feito em Lisboa a 27 de Fevereiro de 1503.

Corp. Chron. Part 1 Mac 4 Doc 14

Tratado de paz que el rey Dom Manoel fez com xeque velhos cabeceiras e principes de Azamor. Feito em Lisboa a 22 de Abril de 1504.

Corp. Chron. Part. 2 Mac 8 Doc 67

Capitulos de paz feita com os mouros sobre as mercadorias. Anno de 1509.

Corp. Chron. Par 3 Mac 3 Doc 62

Capitulos de paz entre el rey Dom Manoel e el rey de Calecut feitos por Affonso de Albuquerque sendo governador da India. Feitos em Cochim a 4 de Janeiro de 1514.

Corp. Chron. Part 1 Mac 14 Doc 46

Confirmação das capitulações e tratados de paz (4) feitos por el rey Dom João 3° e o imperador Carlos 5°. Feita a 23 de Julho de 1522.

Gav. 18 Mac 3 N° 54

Huma não (*sic*) autentica de confirmação de paz entre el rey Dom João 3° e o imperador Carlos 5°. Feita em Lisboa a 23 de Setembro de 1522.

Gav. 18 Mac 3 N° 55

Carta credencial do imperador Carlos 5° a el rey Dom João 3° para o seu embaixador poder tratar com o dito rey certos capitulos de paz que se achão juntos. Feita em Valhadolid a 12 de Dezembro de 1522.

Gav. 18 Mac 2 N° 45

Traslado da capitulação entre el rey Dom João 3° e o impêrador Carlos 5° sobre a demarcação das Ilhas Malucas. Feita em a cidade de Vitoria a 19 de Fevereiro de 1524.

Gav. 15 Mac 10 N° 45

Tratado de amizade entre el rey Dom João 3° e os habitantes da Ilha de Sunda. Feito a 27 de Janeiro de 1532.

Corp. Chron. Part 1 Mac 48 Doc 47

Capitulos de ratificação de paz entre el rey (4 v.) Dom João 3° e o imperador Carlos 5°. Feitos em Lisboa a 21 de Fevereiro de 1533.

Corp. Chron. Part 1 Mac 50 Doc 85

Artigos de amizade aliança e confederação entre el rey Dom João 3° e Francisco 1° rey de França. Feitos a 14 de Julho de 1536.

Corp. Chron. Part 1 Mac 57 Doc 65

Tratado de paz entre el rey Dom João 3° e el rey de Guzarate feito por Nuno da Cunha sendo governador da India. Feito em Dio a 27 de Março de 1537.

Corp. Chron. Part. 1 Mac 58 Doc 73

Capitulos de paz entre el rey Dom João 3° e o Xarife rey de Marrocos feitos por Dom Rodrigo de Castro governador de Çafim. Feitos a 4 de Junho de 1537.

Corp. Chron. Part 1 Mac 58 Doc 101

Tratado de treguas que fizerão o imperador e el rey de França por dez mezes. Feito a 31 de Julho de 1537.

Corp. Chron. Part 1 Mac 59 Doc 21

Capitulos de paz entre el rey Dom Manoel e o turco nos Estados da India. Feitos em Almeirim (5) a 10 de Fevereiro de 1541.

Corp. Chron. Part 1 Mac 69 Doc 40

Capitulos de paz entre el rey Dom João 3º e o imperador Carlos 5º celebrados pelo governador de Ternate etc com o general da Nova Espanha. Feitos em Ternate a 8 de Janeiro de 1545.

Corp. Chron. Part 1 Mac 76 Doc 4

Copia de hum manifesto que fez el rey Dom Sebastião do ajuste que tinha feito seu avô com el rey de França sobre as reprezalias. Feito a 9 de Janeiro de 1559.

Gav. 18 Mac 3 N° 16

Capitulos de paz entre França e o duque de Saboya e relação sobre seus artigos. Feitos a 27 de Março de 1559.

Corp. Chron. Part 1 Mac 103 Doc 53

Tratado de treguas entre el rey Dom João 4º e os Estados Geraes. Feito na Villa de Haya do Conde a 9 (sic) de Junho de 1641.

Gav. 18 Mac 1 N° 7

Outro semelhante. Feito na Villa de Haya do Conde a 9 (sic) de Junho de 1641

Gav. 18 Mac. 2 N° 3

(5 v.) Tratado de paz entre el rey Dom João 4º e a rainha Christina da Suecia. Feito em Lisboa a 10 de Dezembro de 1641.

Gav. 18 Mac 7 N° 21

Tratado de paz entre el rey Dom João 4° e el rey Dom Carlos 1° de Inglaterra. Feito a 22 de Janeiro de 1641 e confirmado a 31 de Janeiro de 1642.

Gav. 18 Mac 7 N° 26

Seis Artigos preliminares do tratado de paz entre el rey Dom João 4° e o Protector de Inglaterra sendo legado extraordinario o conde de Penaguião Dom João Rodrigues de Sá Menezes. Feitos a 29 de Dezembro de 1652 e confirmados a 29 de Fevereiro de 1655.

Gav. 18 Mac 13 N° 1

Artigos do tratado de paz entre el rey Dom João 4° e o Protector de Inglaterra etc. Feitos a 10 de Julho de 1654 e confirmados a 29 de Fevereiro de 1655.

Gav. 18 Mac 13 N° 2

Artigo particular entre el rey Dom João 4° e o Protector de Inglaterra sobre o pagamento dos (6) direitos das mercadorias que viessem a Alfandega. Feito a 10 de Julho de 1654 e confirmado a 29 de Fevereiro de 1655.

Gav. 18 Mac 13 N° 3

Tratado de paz entre o senhor rey Dom João 5° e Luis decimo quarto rey de França. Feito em Utrecht a 11 de Abril de 1713.

Gav. 2 Mac 11 N° 18

Tratado de paz entre o senhor rey Dom João 5° e Dom Filipe 5° rey de Hespanha. Feito em Utrecht a 6 de Fevereiro de 1715.

Gav. 2 Mac 11 N° 19

Veja-se a Relação Chronologica dos que tem accrescido athe 2 de Junho de 1813, a qual e os mesmos tractados se acha no armario dos mesmos, que são athe então 29 tractados.

Francisco Nunes Franklin.

Official Ajudante da Reformaço e do Escrivão.

(B. R.)

4366. XVIII, 3-25 — Tratado de paz e concórdia feito entre el-rei D. João I de Portugal e el-rei Ricardo de Inglaterra. 1387, Fevereiro, 24. — *Pergaminho. Bom estado.*

Ricardus Dei gratia rex Anglie et Francie et dominus Hibernie omnibus ad quos presentes littere pervenerint salutem. Inspeximus trattatum pacis concordie et perpetue amicie inter nos pro nobis heredibus regno terris dominis vassallis et subditis nostris ex una et carissimum consanguinem nostrum Johannem regem Portugallie et Algarvii pro se heredibus regno terris dominis vassallis et subditis suis quibuscumque ex parte altera modo et forma prout inferius continetur universis Christi fidelibus presentes litteras inspecturis nos Ricardus Abberbury Johannes Clanevolse milites et Ricardus Ronhale legum doctor et serenissimi principis et domini domini Ricardi Dei gratia regis Anglie et France domini nostri illustrissimi procuratores et commissarii ad infra scripta specialiter deputati salutem in nomine (?) salvatore. Illud plium propositum recte regnancium illaque sinalis intencio uiste principancium esse debet bonum come (?) subditorum privatis preferre commodis talibusque subjectam eis rempublicam munire presidii per que exclusis cecis inquietacionum turbinibus extrematisque adversancium incursibus plebs fidelis que talibus guvernatur auctoribus ne dum augeatur prosperis set sub optate quietis et pacis amenitate conservetur continue in adversis quod revera tunc apcius procurare speratur cum christianissimi reges et principes in vera unitate et obediencia sacrosancte Romane Ecclesie persistentes in unam mentis consonanciam conveniunt et invicem indissolubilis amoris federa copulantur hoc si quidem serenissimis princeps et dominus noster metuendissimus supradictus in profunde sue consideraciones revolvens examine nobis trattandi et firmandi nomine suo ligas amicicias et confederaciones reales et perpetuas cum nobilibus et discretis viris domino Fernando Magro Ordinis Milicie Sancti Jacobi in regnis Portugallie et Algarvii et Laurencio Johannis Fogata milite cancellario Portugallie ambassatoribus procuratoribus seu nunciis illustris consanguinei sui domini Johannis Dei gratie regis Portugallie et Algarvii ad presenciam prefati serenissimi domini nostri propterea transmissis per litteras suas patentes magno sigillo suo munitas quarum tenor inferius describitur potestatem commisit et attribuit in cujus vigore cum ambassatoribus et nunciis domini regis Portugallie supradictis a prefato domino suo ad infrascripta facienda potestatem seu procuratorium sub sigillo plumbeo ex parte prefati domini in sui exhibentibus cujus eciam tenor inferius describitur ligas amicicias confederaciones seu uniones reales firmas et perpetuas tractavimus et post varias dietas concordavimus sub hac forma. In primis namque tactatum est et finaliter concordatum quod propter bonum publicum et quietem regum et subditorum utriusque regni sint et inmolabiter ac perpetuo permaneant inter reges modernos supradictos eorumque heredes et successores ac subditos utriusque regni lige ami-

cicie confederaciones et uniones firme perpetue et reales ne dum pro ipsis et eorum heredibus et successoribus set per regnis terris dominis et patris eorumque subditis vassallis alligatis et amicis quibuscumque adeo quod alter eorum teneatur alteri succursum facere et adiutorum impendere contra omnes homines qui possunt vivere et mori qui partem alterius ledere seu statum depravare quomodolibet molirentur domino nostro summo pontifice Urbano moderno suisque successoribus canonice intransibis dominis Wenzeslao Dei gratia rege romanorum et Bohemie et Johanne eadem gracia rege Castelle et legionis duce Lancaster avunculo preati illustrissimi domini nostri per parte ejusdem specialiter dum taxat exceptis.

Item tractatum est et unanimiter concordatum quod omnes et singuli vassalli vel subditi regnorum terrarum et dominiorum supradictorum etiam si prelati duces comites barones milites clerici scutiferi mercatores seu alii cujuscumque preminencie status vel condiciones extiterint poterunt salvo et secure pars videretur una alterius regnum terras et dominia intrare et cum ipsis subditis mutuo commiseri et mercari ibidemque morari et deinde ad lares proprios reverti vel quocumque placuerit se divertere adeo libere et pacifice secuti in propria patria hoc liceret et quod una pars in regnis terris et dominis alterius adeo amicabiliter receptetur et honeste tractetur in singulis partibus ad quas declinare contigerit sicuti gentes dictarum parcium (?) paris status et conditionis tractari debeant aut solebant solvendo regi et aliis dominis parcium predictarum custumas et deneria (?) in partibus illis solvi hactenus consueta necnon custodiendo seges et statuta regum et terrarum supradictorum ubi sicut supradictum est intraverint vel eos morari contigerit.

Item mutuo concordatum est ad nullo modo liceat dictis regibus nec alicui subditorum terrarum et dominiorum predictorum cujuscumque gradus status se condicionis extiterint dare seu facere quovis modo consilium auxilium vel favorem terre vel dominio sine nationi (?) que alterius parti eorundem inimica fuerit vel rebellis nec inimicis hujusmodi naves galeas seu quevis alia navigia que in gravamen alterius partis cedere peterunt quovis modo locare concedere seu aliud suffragium cujuscumque generis vel nature fuerit hujusmodi inimicis vel rebellibus quocumque titulo coopertura pallacione vel colore directe vel indirecte publice vel occulte quovis modo facere vel succursum inimicis seu rebellibus hujusmodi qui in gravamen alterius partis cedere possit impendere vel prestare quinpotius quilibet dictorum regum et regnorum terrarum et dominiorum suorum et heredum ipsorum inimicos et rebelles alterius eorundem ut eorum proprios et capitales inimicos vitare persequi et destruere totis viribus teneantur. Et si quis dictorum subditorum contra premissa seu aliquod premissorum aliquid attemptasse convictus extiterit absque diffugio vel simulacione puniri debet legitime ad beneplacitum et voluntatem illius regis in cujus offensam sic fuerit attemptatum.

Item est concorditer ordinatum quod si futurum temporibus una pars regum predictorum heredum ve suorum indigeat alterius supportacione vel succursu et prehendendo hujusmodi auxillio partem alterum legitime requisierit quod pars requisita hujusmodi auxillium seu succursum parti requirenti si et quatenus propter occurrencia sibi regnis terris dominiis et subditis suis pericula hoc facere poterit cessante dolo fraude seu ficcione quibuscumque facere teneatur et ad hoc faciendum ut premititur pro presentes ligas firmiter obligetur requirentis tamen racionalibus sumptibus et expensis prout inter dictos reges vel eorum deputatos seu consilia poterit concordari proviso semper quod requisicio auxillii seu succursus hujusmodi fiat per sex menses antequam execucionem demandari debebit insuper ordinatum est quod omnia bona mobilia et se movencia cujuscumque generis extiterint seu speciei que per gentes alicujus regnum predictorum heredum ve aut successorum in obsequio alterius ipsorum regnum existentes super inimicos regis auxillium vel succursum requirentis adquiri contigerit et lucrari sint ipsius regis et generum suarum inconcusse qui succursum fecerit vel auxillium ad disponendum de eisdem sedum consuetudinem in regno suo usitatam proviso semper quod si per mare hujusmodi bona hostiliter capiantur tertia pars eorundem erit illius regis qui sumptus et expensas principaliter fecerit in hac parte advocendum et resistendum inimicis predictis si autem aliquos duces bellorum vel conflictuum seu magnos capitaneos super mare vel terram de inimicis hujusmodi capi contigerit statim sine contradicione quacumque ipsi regi qui in premissis sumptus prestiterit et expensas fecerit principales pro dicta armata facienda liberentur et illius sint salva tamen remuneratione sine riguardo competenti per illum regem facienda illi vel illis qui dictos duces vel capitaneos hujusmodi coperint prout poterunt inter se seu per suos deputatos rationabiliter convenire bona vero immobilia puta terre ville castra et similia si per gentes unius dictorum regum heredum vel successorum suorum super inimicos alterius illorum invasa fuerit et optenta ad que dividere alteri ipsorum regum heredum vel successorum suorum vis (?), comperierit in hac parte et ad ea alias vis habuerit persequendi ubicumque fuerint bona illa et in quibus regnis vel dominiis eidem regi Anglie vel Portugalie cui illorum in illis partibus jure hereditario vel alla via juris legitima daretur accio et jus heret alias persequendi protinus libentur absque contradicione vel difficultate quacumque.

Item concordatum est quod si aliquis parciun predictorum aliquid scire explorare seu sentire poterit quod aliquod dampnum malum vituperium seu gravamen contra partem alteram ordinatum tractatum vel imaginatum extiterit per terram vel per mare publice vel occulte quod hoc toto posse suo impediet sicuti dampnum et vituperium partis sue proprie impediri optaret procurabitque et faciet factum hujusmodi cum debitis circumstanciis parti alteri contra quam sic imaginatum extiterit

cumquacumque possibilitate perferri dolo fraude et ficcione cessantibus quibuscumque.

Item concordatum est quod mille treuge seu guerrarum sufferencie per terram vel per mare per alterum regum predictorum heredum ve suorum decetero capiantur nisi alter rex regna terre et dominia sua ejusque subditi comprehendantur in eisdem ut eorum beneficio uti et gaudere valeant si eis expediens videatur.

Item si temporibus futuris contigerit quod absit quod aliquid contra presentes alligancias per subditos alterius regum predictorum heredum ve suorum contra alium per aliquas incursiones invasiones castrorum villarum seu fortalicionum captiones depredaciones desrobbaciones personarum seu rerum capciones aut detenciones vel quovis alio modo attemptatum fuerit seu quomodolibet injuriatum quod rex ille cujus subditi taliter attemptaverint et injuriati fuerint et heredes sui per tempore existentes teneantur et quilibet eorum tempore suo teneatur reparare reformare emendare et ad statum debitum attemptata hujusmodi reducere ac delinquentes hujusmodi debite corrigere et punire ad voluntatem et discrecionem illius regis cui sic injuriatum extiterit cum omni celeritate qua cicius fieri poterit et ad minus infra sex menses postquam super reformacione et punicione hujusmodi flendi fuerunt debite requisiti vel eorum aliquis indefuerit requisitus fraude dolo dilone (?) et malicia cessantibus quibuscumque proviso semper quod presentes alligancie pro tanto non censeantur seu habeantur maliquo fracte dissolute seu irritate set semper in suo robore permaneant et virtute. Et ulterius pro conservacione dictarum alliganciarum forcius ordinatum existit quod pro nullo articulo suprascripto neque pro omnibus similis junctis eciam si mors vel mutilacio personarum ex eisdem fuisset quod absit subsecuta neque proquacumque alia violencia que fieri seu premachinari poterit cujuscumque foret qualitatibus vel condicionis presentes alligancie dissolvi poterunt seu infringi quinimmo semper attemptata ut premittitur reformari debebunt presentibus ligis in suis firmitate et robore nichilominus continue duraturis set si contingerit futuris temporibus quod absit quod unus premissorum regum heredum ve suorum pro tempore existentium per se subditos suos vel alios de eorumdem regum mandato voluntate approbacione vel consensu vellent seu vellet contraformam et effectum alliganciarum et amiciclarum predictorum contra alteram de facto malignari faciendo fieri ve per se vel suos aut fieri permittendo seu procurando parti alteri apertam (?) guerram per terram vel per mare vel alias prefatam partem alteram dampnificando vel molestando quovis quesito titulo vel colore ordinatum est et unanimiter concordatum quod pars illaque excessum et injuriam seu violentiam hujusmodi commiserit perdat beneficium presencium ligarum ad partis alterius contra quam sic attemptatum fuerit voluntatem et quod ipsa pars injuriata prefatas alligancias in prejudicium alterius si hoc voluerit infringendi vel alias ipsis ligis in favorem prefate partis inju-

riate in suo robore premanentibus ad reformationem attemptatorum per quascumque vias sibi magis expediens videbitur procedendi absque aliqua nota perjurii infamie seu cujuscumque alterius pense seu culpe liberam habeat optionem.

Item ordinatum est quod omnes heredes et successores regum predictorum singuli suis temporibus successus infra annum adio coronacionis sue continue computandum teneantur et quilibet eorum pro tempore suo teneatur presentes alligancias solempnitier et publice in personarum nobilium et autenticarum presencia jurare ipsasque renovare ratificare confirmare sub testimonio publico et sigillis majoribus eorundem super quibus sic juratis renovatas approbatis et confirmatis teneantur literas seu documenta publica conficere et ipsas literas sigillo suo majori ut premititur communitas parti alteri citius quo commode fieri poterit cum persona secure et fidedigna transmittere seu destinare fraude dolo malicia seu negligencia cessantibus quibuscumque.

Item ordinatum est quod presentes lige postquam concordate scripte et sigillate fuerint nedum per vos commissarios et procuratores supradictos in animabus (?) dominorum nostrorum predictorum set per prefatos dominos reges principales solempniter jurentur priusquam partibus liberentur tenor vero mandati sine procuratorii per serenissimum principem et dominum nostrum dominum regem Anglie et Francie illustrem nobis (?) in hac parte attributi de quo superius fit mencio sequitur in hec verba.

Ricardus Dei gratia rex Anglie et Francie et dominus Hibernie omnibus ad quos presentes litere pervenerint salutem. Notum vobis facimus quod de fidelitate probata industria et circumspeccione providis dilectorum et fidelium nostrorum Ricardi Abberbury Johannis Clauvolbe militum et magistri Ricardi Ronhale legum doctoris plenissime confidentes ad tractandum conveniendum et concordandum cum nobili et potenti principe consanguineo nostro carissimo Johanne rege Portugalie seu ad hoc per eum deputatis mandatum sufficiens habentibus (?) super quibuscumque ligis confederacionibus et amiciciis inter nos subditos nostros regna et dominia nostra quecumque ex una et ipsum consanguineum nostrum carissimum subditos suos regna et dominia sua quecumque ex altera parte ac eadem de modo forma et quantitate auxilii subvencionis seu subsidii hincinde tempore necessitatis mutuo ministrandi et de comicacionibus inter subditos hincinde in mercimoniis et aliis licitis secure faciendum necnon super omnibus et singulis articulis quantumcumque specialibus qui ligas confederaciones seu amicicias inter nos et ipsum consanguinem nostrum carissimum firmandum concernere poterunt quovis modo cum eorum incidentibus emergentibus dependentibus et connexis ac omnia que sic tractata concordata et conventa fuerint cum omni securitate debita et honesta in hoc casu firmandum consimilemque securitatem pro nobis et nomine nostro petendum stipulandum et recipiendum jurandumque in animam (?) nostram quod tractata con-

venta et concordata hujusmodi rata habebimus (?) et grata nec aliquid procurabimus vel faciemus per quod tractata et concordata hujusmodi effectum debito frustrari poterunt seu quomodolibet impediri ac juramentum consimile eodem consanguineo nostro carissimo seu ejus deputate petendum exigendum et recipiendum ceteraque omnia et singula faciendum exercendum et expediendum que in premissis et circa ea necessaria fuerint seu quomodolibet oportuna ac que qualitas et natura hujusmodi negotii exigunt et requirunt et que nosmetipsi facere possemus si personaliter interessemus etiam si talia forent que mandatum exigent quantumcumque speciale ipsos Ricardum Johannem et Ricardum et duos eorum nostros legitimos et indubitatos procuratores negotiorum gestores commissarios deputatos et nuncios speciales facimus creamus ordinamus et constituimus per presentes promittentes bona fide et in verbo regio ac sub ipotheca et obligatione omnium bonorum nostrorum presencium et futurorum nos ratum et gratum perpetuo habiturus quicquid per dictos procuratores nostros vel duos eorum actum gestum seu procuratum fuerit in premissis et singulis premissorum aliis mandatis seu procuratoriis nostris in suo nichilominus roboraturis in cujus rei testimonium has nostras literas fieri fecimus patentes sigilli nostri magni appositione communitas.

Datum in palacio nostro Westmonasterii duodecimo die Aprilis anno regni nostri nono. Tenor ante potestatis seu procuratorii per ambassatores et nuncios domini regis Portugalie exhibiti de quo superius mencio habetur sequitur et est talis.

Johannes Dei gracia Portugalie et Algarbii rex universis presentes literas inspectur salutem notum facimus quod nos de probitate fidelitate legalitate et circumspectionis industria nobilium et discretorum virorum dominorum Fernandi magistri Ordinis Milicie Sancti Jacobi in predictis regnis nostris Portugalie et Algarbii et Laurencii Johannis Fogata militis cancellarii nostri plenari confidentes ipsos simul facimus constituimus ac etiam ordinamus nostros certos veros legitimos et indubitatos procuratores actores factores et negotiorum nostrorum infrascriptorum gestores ac nuncios speciales ita quod unus sine atero nequeat expedire dantes et concedentes eisdem plenam et liberam potestatem ac mandatum speciale pro nobis et nomine nostro tractandi iudicandi paciscendi concordandi et firmandi cum serenissimo principe ac domino domino Ricardo rege Anglie ac illustri et magnifico principe et domino domino Johanne rege Castelle et legionis ac duce Lancastre et quibuscumque viris inclitis ac nobilibus et personis aliis cujuscumque dignitatis honoris status et conditionis existant quoscumque tractatus colligacionis annexacionis unionis confederacionis et amicitie de quibus eisdem procuratoribus nostris videbitur nomine et vice nostra super gentibus armorum et flecheris ad nos ad auxilium nostrum et dictorum regnorum nostrorum mittendis sub modis formis convencionibus condicionibus obligationibus paccionibus de quibus eis videbitur necnon contrahendi mutuum et mutuo recipiendi

elsdem nomine et vice cum et a quibuscumque personis sub quibuscumque obligacionibus convencionibus unionibus per actis et condicionibus illas pecuniarum quantitates que persolvendum gentibus armorum et flecherilis ac aliis negociis nostris et predictorum regnorum nostrorum gerendum per eos erunt necessarie seu etiam oportune et jurandi et promittendi in animam nostram quod nos omnia et singula per eos tractata inita concordata et firmata cum eis tenebimus et observavimus et in nullo contraveniemus et generaliter omnia alia et singula faciendum tractandi paciscendi et concordandi que in premissis et circa premissa et premissorum quodlibet necessaria fuerint seu etiam oportuna insuper nos ex nunc approbamus et ratificamus omnia et singula tractata inita concordata et hactenus mutuo recepta et alias quomodocumque gesta honorem et utilitatem nostros ac regnorum nostrorum concernencia per prefatos procuratores nostros et eorum quemlibet huiusque quoquomodo eaque rata grata atque firma habentes promittimus observare et contra ea millatenus contraire et de mutuis per eos et quemlibet eorum receptis plenarie satisfacere sub penis obligacionibus convencionibus paccionibus modis et formis per eos et eorum quemlibet habitis tractatis initis concordatis et firmitis renunciantes in predictis et circa predicta et eorum quodlibet omnibus excepcionibus tam juris quam facti que nobis competunt vel competere possunt quomodolibet in futurum nos etiam ex nunc habemus et habere promittimus ratum gratum et firmum quicquid per supradictos procuratores nostros et eorum quemlibet usque nunc actum tractatum initum concordatum firmatum et gestum fuerit et decetero per ambos simul pariter fuerit in futurum ut prefertur in premissis et premissorum quolibet et circa ea seu alio modo quolibet procuratum sub ipoteca et obligacione bonorum nostrorum et regnorum predictorum omnium presencium et futurorum que ad hoc specialiter et expresse obligamus in quorum testimonium presentes nostras literas per nostrum notarium publicum infra scriptum fieri et publicari mandavimus nostrique sigilli fecimus appensione muniri.

Date et acte in civitate nostra Collmbriensis decima quinta die mensis Aprilis de anno Nativitatis Domini millesimo trecentesimo octuagesimo quinto sub era milesima quadrigentesima vicesima tertia presentibus reverendo in Christo Patre ac domino Domino Johanne episcopo Elborensis Gundissalvo Menendi de Vasconcellis Valasco Martini de Merlone militibus Egidio de Sensu Johanne de Regulis Martino Alfonso legum doctoribus et aliis testibus ad premissa vocat specialiter et rogatis et me Johanne Alfonso Colinbriensi publico auctoritate supradicta domini regis in universo dominio suo in quo dicta civitas Colinbriensis consistit generaliter tabellione seu notario qui premissis omnibus et singulis dum ut premittitur per supradictem dominum regem agerentur et constituerentur una cum dictis testibus presens (?) fui et demandato ejusdem has presentes procuratorias literas propria manum scripsi et superius interlineam verba ommissa in uno loco ubi legitur confederationis et in

alio ubi legitur nunc signoque meo solito signavi in fidem et testimonium premissorum Sancta Maria intercede pro me. Post hoc nos commissarii supradicti fecimus et prestitimus nomine dicti domini nostris regi et in animam ipsius sacrum corporale ad Sancta Dei Evangelia in presencia dictorum nunciorum et procuratorum dicti regis Portugalie ad custodiendi presentes ligas nec non tenendum et complendum easdem in omnibus firmiter et legaliter sine fraude dolo malo ingenio et fictione quibuscumque in quorum testimonium sigilla nostra propria presentibus apposimus.

Date apud Windesore nona die mensis Mali anno Domini millesimo trescentesimo octuagesimo sexto in presencia venerabiliter in Christo patrum dominorum William (?) Winton Johannis Dunolin Walteri conventren et Lich Episcoporum ac nobilium virorum Edmundi ducis Eborum patruidicti domini nostris regis William de Monte Acuto Sarum Henrici de Percy Northumber conventum et Simonis de Berley subcamerarii prefati domini nostri regis Anglie ac dominorum William de Dyghton Johannis de Wendlyngburgh ecclesie Sancti Pauli London canonicorum et Johannis de Rirreby clerici. Et ego Johannes de Boulandi clericus Karkolensis diocri (?) publicus apostolica autoritate notarius dictarum ligarum amiciciarum confederacionum unionum lecture procuratoriorum exhibicioni et publicacioni ac juramentorum prestacioni sigillorumque appositioni prout inferius describitur ceterisque premissis omnibus et singulis dum sic ut premittitur per predictos procuratores et commissarios agerentur. Anno domini ab incarnatione sedum cursum et computacionem Ecclesie Anglicane supradicto in duccione nona pontificatus sanctissimi in Christo pris (?) et domini nostri domini Urbani divina providencia Pape sexto anno nono mensis Mali die nona in domo capitulari capelle regie collegiate Sancti Georgii infra castrum regale de Windesore sarum dioce una cum dictis reverendis in Christo prioribus nobilibus et testibus supradictis et infrascriptis presens interfui eaque sic fieri vidi et audiui diversis occupatus negociis per alium scribi et in hanc publicam formam redigi me tamen subscripsi signumque meum apposui presentibus consueter rogatus in fidem et testimonium premissorum ac dictus Johannes Claubolbe miles unus procuratorum et commissarum predictorum sigillum suum ibidem presentibus apposuit subsequenter vero eisdem anno in dictione pontificati mense die tamen eisdem mensis die septima in quadam camera vocata camera stellata infra palacium regale Westium London dioce dominus Ricardus Abberbury miles alius procuratorum et commissarium predictorum presentibus sigillum suum apposuit presentibus tunc ibidem reverendis in Christo prioribus dominis Willo Winton Waltero Coventren et Lich episcopis ac aliis in multitudine copiosa testibus ad premissa vocatis specialiter et rogatis nos autem tractatus confederaciones convenciones alligancias amicicias pacciones condiciones promissiones federa et quecumque ligamina supra dicta nomine nostro ac heredum nostrorum predictorum per

sepedictos procuratores nostros cum memoratis ambassatoribus et nunciis prefati regis Portugalie tractata ordinata conventa mita seu alias disposita in premissio ore regio approbamus laudamus necnon presentibus confirmamus et eciam promittimus per nobis et heredibus nostris predictis premissa omnia et singula per perpetuo tenere et non contrafacere vel venire per nos vel alium seu alios set ea firmiter et illesa sicut in literis dictorum ligaminum seu paccionem plenius contineri noscitur inviolabiliter observare. Que omnia et singula prout superius tractata sunt et concordata inviolabiliter observare et observare facere per hec Sancta Dei Evangelia per nos inspecta et corporaliter tacta promittimus et juramus. In cujus rei testimonium presentes literas nostras in formam publici instrumenti per notarium publicum infra scriptum fieri et publicari mandavimus nostrique sigilli magni fecimus appensione muniri.

Date in palacio nostro Westmonasterii vicesimo quarto die Februarii anno domini millesimo CCC^{mo} octogesimo septimo et regnorum nostro-
rum anno undecimo.

Et ego Johannes Ronldond (?) clericus tariliolense dioci publicus apostolica autoritate notarius predictis approbacioni laudacioni confirmacioni necnon predicti instrumenti in presentis nobilis viri domini Rolclon militis Portugalie prefati magnifi principis domini Johannis Dei gracia regis Portugalie et Algarbie ipsius nomine et pro eo supradictum dominum nostrum regem super hoc humiliter requirerentis ad cetera Dei evangelia cordom eo tunc apposita et per eundem dominum nostrum regem inspecta prestacioni premissisque omnibus et singulis suprascriptis dum ut premittitur per supradictum dominum nostrum regem Anglie et Francie approbarentur laudarentur confirmarentur promitterentur jurerentur agerentur et fierent anno Domino millesimo CCC^{mo} octogesimo septimo indicciones undecim a pontificati sanctissimi in Christo pris (?) et domini nostri Urbani divina providentia Pape Vj^o anno decimo mensis Februarii die xxliij cum quadam camera infra manerum regale de Renyngton Winton dioci una cum reverendum in Christo prioribus dominus Willon Dei gracia Wynton Waltero Batlion (?) et Wellen episcopis ac nobilis viris dominis Matheo Gonriay inone sibus Waryn Willon Bryan Nicho Sarues fele militibus magistro Ricon Ronchale legum doctore ac aliis in multitudine copiosa ibidem circumstantibus presens interful eaque sic fieri vidi et audiui diversis occupatus negociis per alium orbi feci et in hanc publicam formam redegei et me subscripsi signumque meum apposui presentibus consuetum in fidem et testimonium omnium premisorum.

(B. R.)

4367. XVIII, 3-26 — Doação feita por el-rei D. João de Castela e a rainha D. Constança, sua mulher, a el-rei D. João I de Portugal, de todo o direito que eles tinham em Portugal. 1387, Março, 26. — *Pergaminho. Bom estado.*

Dom Joham pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve

Dom Joham pella graça de Deus e Dona Costança sua molher rey e raynha de Castella e de Leiom e duque e duquesa d'Alemcastre a quantos esta carta virem fazemos saber que nos veendo e consillirando o boom e grande devedo que nos avemos com o mul nobre e poderoso principe Dom Joham per essa medes graça rey de Portugal e do Algarve consillirando otrossi as boas obras que ja del recebemos e avemos em cada hum dia pollas quaees somos theudos a lhas reconhecemos com boons mericymentos nos ambos e dous e cada hum de nos damos e doamos e outorgamos a vos sobredito senhor rey de Portugal e do Algarve todo o direito que a nos ou a cada hum de nos he devudo ou nos avemos nos dictos reynnos de Portugal e do Algarve assi real come perssoal per qualquer guisa e titollo que o nos avemos ou a nos he assi per titollo de suseçom come per outro qualquer titollo e com qualquer denidade jurdiçom mero e misto imperio que nos ambos e cada hum de nos em os dictos reynnos avemos ou a nos som devudos tirando de nos todo o dicto titollo denidade ajuda que seia real e doandoada (*sic*) ⁽¹⁾ a vos per bem da dicta doaçom emquanto a nos ou a cada hum de nos nos dictos reynnos he devuda. A qual doaçom fazemos a vos de nossa livre voontade pura simprez e antre os vyvos em esta maneira que se adeante segue que vos e vossos ereeos e llidemos que de vos veerem ajades os dictos reynnos e senhorio delles pera senpre pella guisa que dicto he assy conpridamente e milhor se milhor pode seer como o senpre ouverom aquelles que reis foram e senhores dos dictos reynnos de Portugal e do Algarve. E que morto vos e os dictos ereeos depos vos ou nom nados todo o direito que a nos for devudo se torne a nos ou a cada hum de nos aaquel que mostrar e fazer certo que lhe he devudo. E queremos e outorgamos que esta doaçom valha e tenha pera senpre de nossa certa sciencia (*sic*) e poder aubssoluto assi como se fosse ensinuada e nom enbargando quaeesquer direitos assi civis como canonicos scriptos come non scriptos costumes e foros que em algũa guisa enbarguassem a dicta doaçom nom seer firme e valiosa. Os quaees todos e cada hum delles aqui avemos por elxpressus e espacificados ainda que taes sejam que ajam em si claussulla derogatoria e requeiram a seer fectos delles elxpressa e espicial mençom. Os quaees quanto he por a dicta doaçom seer mais firme e valiosa tolhemos e revogamos soprinndo todas solenidades desffalicimentos e

(1) Será doando a?

cousas que aa dicta doaçom som ou forem necessarias e conpridoiras dando a vos ou aaquel que vos quiserdes e mandarges poder per esta nossa carta ou o tralado della pera tomar a posse ou quasi posse de todollos dictos direitos e cousas que vos per esta doaçom damos e doamos e pometemos per nos e por nossos ereos e soscessores que depos nos veerem per firme solene e valedoiro stipulaçom aaver a dicta doaçom por firme e estavill e nunca viir contra ella em nenhũa guisa que sela nem per nos nem per outrem.

E em testemunho desto mandamos dar a vos sobredito senhor rey esta nossa carta facta per Stevam Dominguez nosso scripvam na nossa camara e notairo pubrico nos nossos reynnos a que pera ello avemos dada nossa autoridade quanto o nos de direito podemos fazer como quer que fosse facta nos vossos reynnos e assynada per nossas mãos e seelada dos nossos seallos.

El logo o dicto senhor rey de Portugal e do Algarve que presente estava disse que el recebia em si a dicta doaçom e conssentia em ella em aquella maneira que lhi era facta si (*sic*) e enquanto lhe era mester necessaria e conpridoira pera el de direito aver e poder aver os susodictos reynnos e nom doutra guisa e com este entendymto e condiçom que per tal doaçom e conssentimento que aa dicta doaçom fazia nom entendia a lhe seer facta algum perjuizo em o direito que ja ante nos dictos reynnos avia nem outrossi mudar qualquer titollo ou direito que ante da dicta doaçom com direito ouvesse nos dictos reynnos nem fazer algum outro perjuizo aos pobradores (?) delles que o tomarom por seu rey e senhor avendo os dictos reynnos por vagos mais que tam solamente conssentia a dicta doaçom [.....] (1) em algum direito se a el minguava e desffalicia nos dictos reynnos e aos dictos senhor rey e raynha de Castella e de Leom eram devidos [.....] (1) entendymto. Outrossi que os sobredictos doadores ou outrem em algum tempo nom podessem dizer respectar ou alegar algũa cousa per vertude e força de tal doaçom e consentimento susodictos porque depois parecesse em algum caso el dicto senhor rey de Portugal e seus sosessores nom averem direito nos dictos reynnos ou os sobredictos pobradores nom o poderem emleger em elles. El logo os dictos senhor rey e reynha de Castella e de Leom entendendo bem o que per o dicto rey de Portugal era dicto diserom que em aquella maneira que per el era dicto e consentido lhe davam e faziam a dicta doaçom e que per ella nom entendiam nem a el nem aos dictos seus sosessores nem aos dictos reynnos de Portugal e do Algarve nem aos pobradores delles fazer algum perjuizo mais tam solamente dar e doar ao dicto senhor rey todo o direito e senhorio que em elles aviam e lhe devido era na maneira que dicto

(1) O pergaminho está roto.

12. 12. 12. 12. 12.

he. E eu Stevam Dominguez sobredicto notairo que a dicta carta per mandado e outorgamento do dicto senhor rey e reynha fiz a estas cousas sobredictas todas e cada hũa dellas sinadas per mãos dos sobredictos rey e reynha de Castella e de Leom e seellada dos seus seellos presente fui em Babe (*sic*) termho de Bragança e com a autoridade do dicto senhor rey de Castella e de Leom vinte e seis dias do mes de Março da era de mill e quatrocentos vinte e cinco anos e foram testemunhas desto presentes os honrrados padres em Jhesu Christo Dom Lourenço arcebispo de Braguaa e Dom Joham bispo d'acres (?) e el mul nobre mosse Joham de Woland (?) condeestabre irmão del rey de Ingraterra e Mosse Walter Brohunt (?) cavaleiro e Joham das Regras e Gil do Sem doutores em leis e Joham Afonso de Santarem do Conselho do dicto senhor rey de Portugal e Affonso Martim abade de Poonbeiro e Affonso Sanchez escudeiro do dicto senhor rey de Castella e outros.

E em testemunho desto fiz aqui meu synal que tal (*sinál público*) he.

Nos el Rey

La reyna

Y Yo Lope Ferrandes escrivano del dicho señor rey de Castilla y su notario publico en la su corte y en todos los sus regnos fuy presente a todo esto que dicho es con los dichos testigos y con licencia y autoridat del dicho señor rey de Portugal porquanto el dicho lugar era y es suyo fis aqui este mio signo (*sinál público*) en testimonio de verdat.

(B. R.)

4368. XVIII, 3-27 — Foral de Ponte de Lima, dado pela rainha D. Teresa. 1125. — *Pergaminho. Mau estado.*

4369. XVIII, 3-28 — Carta de el-rei D. Manuel, pela qual mandava pagar aos herdeiros de Alvaro de Caminha, que fora capitão em S. Tomé, sessenta e quatro mil trezentos e trinta e três reais. Lisboa, 1501, Dezembro, 3. — *Pergaminho. Bom estado.*

Nos el rey mandamos a vos Fernam Lourenço de noso Conselho thesoureiro e feitor da nosa Casa de Guinee e aos esprivaes dela que dees aos erdeiros d'Alvaro de Camynha que esteve por capitam em a nosa Ilha de San Thome sesemta e quatro mill trezemtos e trinta e tres reais que lhes mandamos dar dos lxix lixxxliij reais que tinham per hum noso desembargo que se tirou dos cxxxix lixxxliij que lhe ficaram por pagar dos c de sua tença que ele de nos tinha a qual lhe era por

pagar des o anno de 1Rij atee fym d'Abrill do ano pasado de 1Rlx em que ele falleceo porque os lxxb que falecem xxx deles lhe foram descontados por os mandarmos dar a huua sobrinha sua em Amtonio Carneiro e R que ouve em esa casa Dlogo Alvarez criado do dito Alvaro de Caminha per desembarguo apartado a que hos leixou em seu testamento. E os b ouve outrosy nesa casa Isabel Marinheira (?) per desembarguo que ora diso leva por lhos tambem leixar no dito testamento. E dos annos pasados atras foy ele paguo da dita tença em sy posto que lha hi nesa casa tevesemos asentada per carta gerall dos quaes lxix lixxxliij reais tinham huum desembarguo que ao asynar deste e do outro dos b que leva a dita Isabel Marinheira foy roto peramte nos. E vos fazel lhe dos sobredictos lixliij lixxxliij reais boom pagamento sendo prymelro certo per certidam de Ruy Fraguoso e Joham Vaaz de Lemos contadores que tomaram vosa conta e bem asy a Lopo Memdez como fica posto verba nas recadações d'ambos que os ditos erdeiros sam ja pagos de todo em vos per vosa fazemda e per este com seu conhecimmento mandamos aos nosos contadores que vo los levem em despesa.

Felto em Lixboa a liij dias de Dezembro. Francisco de Matos o fez de mill bº e huum.

Rey

lixlilj lijxxxliij reais que ficam por pagar aos erdeiros d'Alvaro de Caminha da sua tença dos anos pasados e b que falecem leva per outro desembarguo Isabel Marinheira a que hos elle leixou em seu testamento ambos despachados em Fernam Lourenço.

(B. R.)

4370. XVIII, 3-29 — Carta de el-rei de Castela à rainha de Portugal. Medina del Campo, 1504, Abril, 17. — *Papel. Bom estado.*

Serenissima Reyna nuestra muy cara e muy amada fija.

El procurador de Sevilla que esta ahy nos ha escrito que el serenissimo rey de Portugal nuestro fiijo vos da los terminos sobre que hay diferencia entre las fronteras de nuestros reynos y desse reyno de Portugal y que estavan para venir ciertas personas con poderes suyos y vuestros a tomar la possession de los dichos terminos y como quiera que de lo nuestro propio os podeys aprovechar como de nuestro. Pero porque esto de los terminos es diferencia de reyno a reyno la qual es razon que se vea y declare por justica poniendose juezes para ello por ambas partes no creemos que alla se pida ni provea para aqua lo que dize el procurador de Sevilla como nos vo lo pediriamos ni proveeriamos pera alla porende afectuosamente vos rogamos que vos no lo acceptays y que digays de nuestra parte al rey nuestro fiijo que por ser esta diferencia de reyno a reyno ya el vee que no podemos fazer otra cosa sino

que se vea y declare por justicia y que nos havemos por bien que se nonbren juezes para ello por anbas partes y que en sabiendo que el los havra nonbrado por su parte los nonbraremos nos por la nuestra que si esto fuera en cosa particular nuestra cierto de qualquier cosa nuestra como de vuestra holgaremos que os aprovecheys como delo propio vuestro.

Serenissima Reyna nuestra muy cara e muy amada fija Nuestro Señor todos tiempos vos haya en Su especial guarda y recomienda.

De Medina del Campo a xbij de Abril de quinientos y quatro años.

Yo el Rey

Yo la Reyna

Almaçã Secretarius.

(B. R.)

4371. XVIII, 3-30 — Sentença a favor dos povos da vila da Covilhã contra os de Castelo Branco por causa de seus termos. 1230, Fevereiro, [...]. — *Pergaminho. Bom estado.*

4372. XVIII, 3-31 — Carta e confirmação de capitão e governador de Arzila a D. João de Meneses. Évora, 1482, Janeiro, 11. — *Pergaminho. Bom estado. Selo pendente.*

Dom Joham per graça de Deus rey de Portugall e dos Algarves daaquem e daalem maar em Africa a quantos esta nossa carta de confirmaçam virem fazemos saber que per Dom Joham de Meneses do noso Comselho e capitam da nosa villa d'Arzilla nos foram apresetadas duas cartas a saber hũa assignada per el rey meu senhor e padre cuja alma Deus tem e seellada do seu seello pendemte e sinada per nos em sendo principe per que o dava por capitam e rejedor da dicta villa d'Arzilla. E a outra signada per nos em sendo principe e aseellada do noso seello de sua teemça e reguardo com a dicta capitonía (*sic*) das quaaes cartas o theoor dellas de verbo a verbo he este que se ao diamte segue.

Dom Afonso per graça de Deus rey de Portugall e dos Algarves daaquem e daalem maar em Africa a quantos esta nossa carta virem fazemos saber que aveemdo nos respeito aos grandes merecimentos de Dom Joham de Meneses do noso Comselho e aos muytos serviços que delle teemos recebidos e bem asy aos que a nos e a nosos regnos tem fectos seu padre e irmaaos e avoos e toda a linhagem de que elle decemde per homde somos em obrigaçam de lhe fazer hacrecentamento e mercee confiando delle que lealmente nos servira em todollas (*sic*) cousas de que o carego lhe cometermos e asy por lhe fazermos graça

e mercee e pello asy simtirmos por serviço de Deus e nosso e bem de nossos regnos de prazer e consintimento do principe meu sobre todos muyto amado e preçado filho teemos por beem e o damos por capitam e rejedor por nos em sollido da nosa villa d'Arzilla e todos seus termos em o noso regno do Alguarve daalem maar em Africa. E lhe cometemos todas nossas jurdições crimes e civeels com toda correição e alçada.

E porem mandamos a todollos que na dicta villa morarem e estiverem asy fromteiros como moradores fidalgos cavaleiros de quallquer estado e comdiçam que sejam que façam todo seu mamdado e lhe sejam muy obidientes asy como a nosa propia pessooa se de presente fossemos. E aquelles que o asy nam fazerem que elle dicto Dom Joham os possa apenar em pena de seus corpos beens e aveeres segumdo lhe bem e direito parecer asy e tam compridamente como nos fariamos porquanto pera todo lhe damos nosso inteiro e comprido poder e lhe cometemos todas nossas jurdições pera ello como dicto he. E porque asy he nossa mercee lhe damos esta nossa carta aseellada do nosso seello pemdente.

Dada em Torres Novas a xxbij dias d'Abrill. Fernam d'Espanha a fez anno de mil liij^olxxxj.

Dom Joham per graça de Deus principe primogenito herdeiro dos regnos de Portugall e dos Alguarves daaquem e daalem maar em Africa a quantos esta carta virem fazemos saber que el rey meu senhor e nos teemos dado a Dom Joham de Meneses do seu Conselho e capitam da villa d'Arzilla a capitonya (*sic*) da dicta villa segumdo mais compridamente he comtheudo na carta de sua senhoria que dello teem per elle e per nos sinada com a quall capitonya esguardamdo nos seus serviços e merecimentos e asy de seu padre e irmaao e pessooas de que decemde e queremdo lhe fazer graça e mercee per vertude da governança do regno daalem maar que nos o dicto senhor tem dado nos praz que elle dicto Dom Joham tenha e aja de nos com a dicta capitonya cada anno os sasemta e oyto mill e quinhentos sasemta e oyto reais de teença e os quoremta e quatro mil e novecentos e doze reais que monta pellos preços da hordemça (*sic*) em mill e duzentos almudes de vinho a razam de cento por mes e em seiscentas arrobas de carne a razam de cincoemta arrobas por mes e em mill duzentas pescadas a razam de cento por mes que per hordenamça o comde seu irmão que Deus aja e os outros capitaaes de Cepta e da dicta villa d'Arzilla sempre ouveram de reguardo de suas pessooas. E beem asy aja os vinte moyos de trigo de sasemta alqueires moyo do dicto reguardo a razam de cento alqueires por mes. E bem asy aja todollos quíntos das cavallgadas e presas do mar e da terra e quíntos dos trabutos das pazes. Os quaaes quíntos dos trabutos das pazes queremos que aja emquanto nossa mercee for. E queremos e nos praz que elle possa dar estes officios que pertemceem ao regimento guarda e defemsam da dicta villa a saber alcaide moor e adail os quaaes dous officios elle amte que os de nos

notificara per sua carta as pessoas a que os quer dar e atee sobrello nam aveer de nos reposta se somos delles contentes ou nam lhes nam dara delles suas cartas nem os mandara servir. E bem asy de e possa dar os officios d'alfaunque e sobrerrolla (*sic*) e juiz e alcaide pequeno e alcaide do mar e porteiro das portas e tabaliã e mldidor asy e tam compridamente como os o dicto conde seu irmão em seu tempo dava e tinha e avya e mllhor se com direito os elle mllhor poder teer e aveer somente os officios que pertemceem a governança da fazenda della fiquem a nos e bem asy queremos que aja o dicto Dom Joham e tenha com a dicta capitonya todos e quaaesquer outros procees interesses e percallços honrras poderes e liberdades com que ao dicto conde seu irmão tinha que com direito elle deva e aja de teer e aveer porquanto nos lhe fazemos de todo mercee como dicto he.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda e contadores e a quaaesquer outros officiaes e pessoas que esto ouverem de veer per qualquer guissa que seja que cumpram e guardem e façam cumprir e guardar esta nosa carta como em ella he comtheudo sem outra duvida nem embargo que a ello ponham porque asy he nossa mercee. E por certidom dello e guarda sua lhe mandamos dar esta nosa carta assignada per nos e asellada de nosso seello.

Dada em Beja a ij dias d'Agosto Christovam de Bairos (*sic*) a fez anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill quatrocentos e oytemta e hum.

Pedimdo nos o dicto Dom Joham que lhe confirmassemos as dictas cartas e visto per nos seu requerimento queremdo lhe fazer graça e mercee teemos por bem e confirmamos lhe as dictas cartas asy e pella guisa que se em ellas contem. E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda contadores e a outros quaaesquer a que pertemceer que lhe cumpram e guardem e façam cumprir e guardar esta nosa carta de confirmaçam asy e pella guisa que em ella he comtheudo sem lhe sobrello poerem embargo algum. E por sua guarda lhe mandamos dar esta nosa carta per nos sinada e seellada do noso seello pendente.

Dada em a nossa cidade d'Evora xj dias do mes de Janeiro. Pero Beentez a fez ano de Noso Senhor Jhesu Christo de mil liij^olxxxij.

Nam seja duvyda na antrelinha homde diz e assinada per nos em seemdo princepe porque eu scrivam o corregey por ser verdade.

El Rey

Dom Pero

Confirmaçam de Dom Joham de Menesses da capitonya d'Arzilla e temça e reguardo com a dicta capitonya.

[Selo pendente de cera vermelha]

(B. R.)

4373. XVIII, 3-32 — Carta pela qual el-rei de Portugal nomeou Afonso Geraldês sobre-juiz, para determinar os debates e contendas que havia entre os moradores de Penamacor, Sabugal e Alfaiates, com os lugares de Valverde, Salvatião e outros de Castela. Sacavém, 1415, Abril, 17. — *Pergaminho. Bom estado.*

Dom Joham pella graça de Deus rey de Portugall e do Algarve a vos Affonso Giraldez nosso sobre juiz saude.

Sabede que pellos concelhos e homees boos e officiaes das nossas villas de Penamacor e do Sabugal e d'Alfayates e pellos moradores delles e por outras pessoas naturaes e soditas dos nossos regnos foy per vezes dicto e denunciado e querellado assy a nos como aos rex que ante foram que seendo o logar de Valverde e de Naves Frias e de Jeestossa com todos seus termhos e os vezinhos delles e moradores nossos e de nosso senhorio e dos nossos regnos de Portugall e dos termhos delles estando nos e os rex que ante nos foram em posse dos dictos logares possoido os por termhos de Portugall que algũas pessoas dos regnos de Castella como nom deviam inquietavam e tornavam a posse que assy nos em os sobredictos logares cuidamos e aviamos tornando algũas vezes os pagoos e montados do termho de Portugall a que estavam por Portugall asynaadamente o Carvalhal de Salvatião que parte pella augua de Lia e Naves Frias e Jeestossa com seus termhos fazendo penhoras em vacas e em outros gaados que andavam nos dictos logares e termhos de Portugall e que elles em deffendendo a dicta posse dos dictos logares e termhos de Portugall que estavam e se possolam por Portugall que penhorarom e penhoravam quaaesquer gaados de Castella que entravam em os dictos termhos e que deffenderom e deffendiam a dicta posse. E por estas prendas que se faziam de hũas partes aas outras nos el rey Dom Anrrique padre del rey Dom Joham de Castella que ora he acordamos de emviar senhos juizes comysairos das dictas partidas e termhos onde som estas sobredictas contendas e debates pera que se juntassem de todo de conssuum e ouvissem as partes a que pertenciam os negocios dos dictos termhos assy de hum regno como do outro e recebessem todallas provas assy de testemunhas como d'escripturas e todallas outras coussas que as partes quissessem apressentar e dizer e razoar cada hũa em ajuda do seu direito. E as partes ouvidas per sua sentença decrarassem quaaes eram os termhos que perteeciam a Castella e quaes a Portugall. E a decraçom fecta que possessem malhooes nos departamentos dos termhos a perpetua memoria da coussa sobre a quall coussa nos enviamos aas dictas partidas por juiz comissairo Vaasco Gill leenciado em lex pella nossa parte e o dicto rey Dom Anrrique enviou polla sua parte outro leterado a saber Pedro Diaz Doutor em lex os quaaes de comsuum dizem que fizeram processo porque nom determinharom o negocio em vida do dicto rey Dom Enrrique nem depois em vida deste rey Dom Joham de Castella ata o tempo dagora. E foy nos fecta rollaçom que de cada hum dia antre os nossos sobditos e dos nossos regnos e senho-

rios. E que nas dictas partidas e termhos vivem e moram e antre os regnos de Castella ha hi grandes contendas e debates e prendas polla quall coussa nos enviamos hũa nossa carta a el rey d'Aragom tio e tutor del rey Dom Joham de Castella e regedor dos dictos regnos de Castella pella quall lhe enviamos notifficar estas coussas e contendas e arroidos e malles e prendas que ao presente dizem que som antre os regnos de Portugall e de Castella sobre os dictos termhos e lhe enviamos dizer que por tall que estes debates e contendas cessassem que enviasse hũa boa pessoa com poder abastante del rei de Castella daquellas partidas dos dictos termhos onde som estes debates e que nos enviaríamos outra pessoa com nosso semelhante poder abastante porque de comsuum conhecessem e ovysem estes dictos debates e os livrassem dando a cada hum dos regnos os seus termhos que lhe pertecessem e nos por tirar as dictas contendas e arroydos e malles e prendas que de cada hum dia som e se recrecem sobre razam e ocassiom dos dictos termhos e por conservar as boas pazes que som antre nos e el rey de Castella acordamos que enviassemos aaquellas partidas dos dictos logares e termhos donde som estas contendas hũa boa pessoa por nosso juiz comyssairo pera as livrar e porem nos confiando da vossa lealdade e boa descripçom de vos dicto Affonso Giraldez nosso sobre juiz he nossa merce de vos dar e damos por nosso juiz comyssairo pera livrar os dictos debates e contendas que som sobre razom dos dictos termhos em senbra com aquella pessoa que el rey de Castella enviar por a sua parte que traga semelhante poder em effecto a este que vos nos damos porque vos mandamos que vaades aas dictas partidas e termhos donde som os dictos logares e termhos sobre que som as dictas contendas e prendas e debates e ajuntade vos com o comyssairo que o dicto rey de Castella enviar por a sua parte pera ello que traga semelhante poder em effecto a este que vos nos damos e vos assy ambos ajuntades damos vos poder pera que com o dicto comyssairo que o dicto rey de Castella por a sua parte enviar sobre o que dicto he possades ouvir as partes a que pertecer e de todollos negocios dos dictos termhos assy de hum regno como do outro e recebades todallas provas assy de testemunhas como d'escripturas e todallas outras coussas que as partes quizerem apressentar e dizer e razoar cada hum em ajuda do seu direito e veer todallas coussas e processos e scripturas que entenderdes que devem seer vistas e as partes ouvidas que por senpre decraredes e determinhades quaaes som os termhos que pertecem a Portugall e quaaes som os que pertecem a Castella e a decraraçom assi facta que ponhades malhoos em os primeiros dos termhos que assy fezerdes a perpetua memoria da coussa.

Outrossy vos damos poder pera que possades ouvir e determinhar e sentenciar sobre quaaesquer agravos e prendas e tomadas que som factas ou se fezerem de hũas partes das outras sobre razom e ocassiom

dos dictos debates dos dictos termhos que forem e som antre os portugeeses e castellaaos.

E por esta nossa carta ou trallado della posto em stormento publico mandamos a todos e a quaaesquer nossos sobditos e naturaas de quaaesquer cidades villas logares dos nossos regnos a que vos mandades chamar ou emprazar pera testemunhas sobre razom dos dictos debates ou sobre outras coussas a ellas pertecentes que venham a vossas chamadas e emprazamentos aos termhos asso as penas que lhes vos poserdes e pera esto que dicto he vos damos todo poder conprido e desto vos mandamos dar esta nossa carta synada do nosso nome e seellada com o nosso seello.

Dante em Sacavem xbiij dias d'Abrill el rey o mandou Gonçallo Gonçalves a fez era de mil e liij e cinquenta e tres anos.

El Rey

(L. P.)

4374. XVIII, 3-33 — Carta de el-rei ao embaixador António de Azevedo Coutinho na qual ele lhe dá várias ordens e mostra a sua ignorância a respeito do que se dizia que tinha sido feito aos franceses em Ceuta. Lisboa, 1528, Setembro, 13. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Licenciado Antonio d'Azevedo amigo.

Eu el rey vos envio muyto saudar.

Peillas outras cartas que com esta vaaos vos respondo comprydamente a todo o que toca ao negocio de Maluco e por elas veres niso minha detryminação. E por esta vos gradeço muyto de asy particularmente me dardes conta por vosa carta de todo o que pasava e de tam comprydamente me dizerdes voso parecer e as causas que vos movyam ha me lembrardes que folgase de concluir e acabar que tudo ey por certo que he com muyto amor que teemdes pera me servir e homde vos teemdes tanto trabalhado e eu tam contente de voso serviço nam ha necessidade de hyr outrem pera a conclusam como me dizes em vosa carta mas espero que ha voso boom começo dees tal fim como eu desejo e como se dobre o contentamento que teenho de voso serviço por muytos mais estorvadores que la aja e ca e dos de ca folgarya muyto de saber e se he posyvel nam vos esqueça de mo spreverdes que tudo se gardara muy beem e como vos comprir.

Quanto ao da saca se almda nom he expidida muito vos gradeço que o trabalhes quanto vos for posyvel e espero que aproveytase a carta que sobre yso sprevey a emperatryz minha muito amada e preçada irmãa. E no que me dizes que vos dise o emperador meu irmao que se fezera em Cepta com os framceses nunca tall soube que se fezese nem creio que se farya porque quem estaa em tanta necessidade como Ceyta estaa

e todos os outros lugares nam creio que fezese semelhante cousa e ysto podees dizer ao emperador se niso vos tornar a fallar.

As novas vos gradeço muyto e senpre me avisay de todas que hy ouver como vo lo tenho encomendado e da expdiçam do despacho do cardeal e do que leva folgarey muyto de me spreverdes o que souberdes asy pello emperador se ja vo lo dise como me esprevestes que elle vos disera que vo lo dirya como doutra parte e tanbem se o bispo de Pistoya se parte ou em que termo estaa seu despacho.

Tanbem folgarey de me avisardes se ja ho nom teemdes feyto como o emperador meu irmão recebeo minha resposta do desafio e o que niso vos respondeo.

Ho mais amyude que vos for posyvel vos encomendo que m'espre-vaes e façaes saber da disposiçam da emperatryz minha irmã e cada vez que for coreo meu a vesytay de minha parte almda que vaa a outros negocios. O livro que me spreves que vos envle que me enviastes levava o primeiro que for apos este.

Se vos parecer que compre a meu serviço me avisardes de como o emperador meu irmão recebeo minha reposta e detryminaçam no de Maluco asy no preço como lynha e todo ho mays e o que diso vos parece sem esperardes por sua reposta fynall fazee niso o que vos parecer que compre a meu serviço. E porem nesta tanbem vos afyrmo que nom ey de fazer mais.

Sprita em Lixboa a xij dias de Setembro o secretario a fez de 1528. E posto que diga que me avises do contiudo neste capitulo nam ho farees senam quando o emperador vos responder.

Rey

Resposta a Antonio d'Azevedo as mais cousas de suas cartas.

(L. P.)

4375. XVIII, 3-34 — Carta de el-rei ao embaixador António de Azevedo Coutinho. Lisboa, 1529, Julho, 2. — *Papel. 2 folhas. Bom estado. Selo de chapa.*

Licemceado Amtonio d'Azevedo amigo eu el rey vos envyo muito saudar.

Eu vos esprevy por Mexia que emviarya hao emperador meu muyto amado e preçado irmãoao apontamentos das cousas que vynham no contracto de Maluco que me enviastes alleem do que hia na menuta que vos envley pera por ella ho fazerdes e que esperava que ho emperador meu irmãoao as emmendase por seer cousa muy justa asy ho fazer nas quaes como entam vos esprevy me pareceo que vos vryrees com taaes

fundamentos que vos parecese que era asy meu serviço. E por me parecer que por cartas e istrugões se nam pode tambem declarar o que nisto compre veemdo que pellas que vos spreuy nam tomastes beem meu yntemto e o que comprya ha meu serviço me pareceo necesario envlar a yso o Doutor Bras Neto do meu Conselho e meu embaixador que o sabera muy beem fazer pella pratica que des o começo deste negocio sempre delle teve e porque aveerdes vos de dar rezoas agora de novo contra aqueellas que aseemtastes me pareceo que seerya maaõ de fazer ouve por bem de vos mandar vyr pello quall vos encomendo e mamdo que loguo vos partaees e veenhaaees a mym e asy que dees ao dito Doutor toda enformaçam da pratica que teveestes no aseentar dese contrauto e as rezoas que vos deeram pera asy o aseemtardes pera elle de todo seer enfformado e asy lhe dizee tudo o que niso tiverdes feyto e praticado despois que vos foy dada minha carta que por Mexia vos spreuy sobre yso e muyto vos gradecerey vyrdes beem emformado e certificado de todas as cousas do emperador meu irmãoo pera dellas me dardes conta porque averey muyto prazer de as saber mais myudamente por vos do que se pode fazer por cartas e prazera a Noso Senhor que as novas que diso me deerdes seeram de tanto seu contentamento como elle deseja e eu querya.

Sprita em Lixboa a dous dias de Julho o secretario a fez 1529.

Rey

Pera Amtonio d'Azevedo

(L. P.)

4376. XVIII, 3-35 — Carta de el-rei ao embaixador António de Azevedo Coutinho. Coimbra, 1527, Outubro, 12. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Licemceado Amtonio d'Azevedo amigo eu el rey vos envio muyto saudar.

Ao teempo em que Rodrigo Emrriquez chegou eu tynha despachado pera vos envlar minha detryminaçam acerca do negocio do concerto asy do preço que loguo oferecereys como das comdições com que o daria e se aseemtaria. E por sua vymda pareceo me meu serviço sobre seer em vos envlar o dito recado por nam poder la parecer que a vymda deste me fezera apresar porque a mym me parece que ysto foy pera torceder do concerto mais que outra rezam que hy aja no ha que elle veeo e estou em loguo lhe respomder porque me parece que o emperador estaa mal enfformado e da maneira em que ho fizer vos avisarey pera ho saberdes e vos mamdarey o que niso ouver por meu serviço que façaes. E disto que agora vos esprevo nam avees de dar conta neem ho saiba nynguem porque soomente he pera saberdes o que nisto pasa como he rezam por

meu serviço que ho salbaes. Emtretanto ey por meu serviço que vos prosygaes e apertees o mais que poderdes na reposta do que vos sprevey sobre o pomto que se vos dise. No caso da justiça da pose e propiedade em se meter tudo em hũa sentença em que me sprevestes que ja tynheys fallado ao emperador e que elle vos respomdera por derradeiro despois da pratica que niso tevereys que elle o querya tornar a veer com os letrados e que pela mudança de Valhadolid e estar tam soo em Palemça se nam podera tomar outra reposta e se vo la teem dada me avisay com diligencia de qual he e nam vo la teendo dada sollicitay a o milhor que poderdes e de maneira que a posaes logo aveer e ma enviay como a teverdes avida.

A vosas cartas destes dias pasados nam avia muyta necessidade de reposta e por yso vo la nam fiz e tambeem por a principal cousa dellas seer o que tocava a este negocio do concerto no qual emtemdia como em cyma digo muyto vos gradeço todas as cousas de quanto por ellas me avisastes e vos encomendo muito (1 v.) que de todo o que mais pasou me avisees compridamente asy do que toca aos concertos de França e do pomto em que estam e de todas as cousas que a isto tocam como da resoluçam que se teem tomado com ho Papa e das materias dos conselhos o que teverdes seemtido e sabido que me dizeem que se fazeem quasy todos os dias e as pesoas que neles entram e de todas as outras cousas que hy aja e do gram chanceler que me dizem que he vyndo e do que com ele teverdes pasado e tudo muyto myudamente porque beem vedes quanto agora comveem de eu seer avisado de tudo o que me dizees. *Acerqua* de Covos me parece beem e eu vos responderey o que niso ouver por meu serviço.

Sprita em Coymbra a doze dias de d'Outubro (sic) o secretario a fez de 1527.

Rey

Pera Amtonio d'Azevedo

(L. P.)

4377. XVIII, 3-36 — Carta de el-rei ao embaixador António de Azevedo Coutinho. Almeirim, 1527, Junho, 28. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Lecemceado Amtonio d'Azevedo amiguo eu el rei vos envio muyto saudar.

A vosas cartas que me trouxe Dom Francisco e as outras que depois me esprevestes nom ha necesydade de reposta senom que vos gradeço muyto de tam meudamente me dardes de tudo comta. Espero pella reeposta que me aveeis de mamdar de Malluquo e como vyer vos respomderey asy como vyr que he mais meu serviço. As novas dos navios da

Crunha e tambe (*sic*) dos Jusartes que laa amdã folgey de saber quando vos respõder ao que me espreveerdes do que vos foy respõdido no neguocio de Maluco. Emtã vos respõderey sobre iso o que me beem parecer e tambeem ao que vos falou o emperador de camfrãceses eram os portuguezes. Com as novas do parto da emperatriz minha muyto amada e preçada irmãa e mais por ser de hum filho receby tam grande prazer e comtenitamento como he o amor que lhe tenho. E ysto deve abastar pera ella ser certa que com nenhũa cousa o podera receber mayor e o emperador meu muito amado e preçado irmãao teem rezam de se alegrar tamto como dizees que se alegrou. Praza a Noso Senhor que niso e em todas suas cousas se lhe sigua tamto prazer como elle deseja e lhe eu sempre queria veer. *Folguarey* que de minha parte vesytes a emperatriz minha irmãa e dizei lhe que lhe terey em mercee de sempre me fazer saber de sua saude e booa desposisam e do princepe meu sobrinho porque com nenhũas outras novas ey de receber mayor prazeer em especial quando forem tam boas como as eu desejo sempre saber e a vos gradecery muito de sempre mas espreverdes.

Acerqua da desculpa que me fazes do que vos esprevy sobre o aceitar daquella reposta do emperador eu nom vo lo esprevy com temçã de niso vos culpar porque ey por certo que nõ de meu serviço nom podes (*1 v.*) fazeer cousa em que tenhaes culpa. Tamta comfiamça he a que tenho de vos mas esprevia vo lo asy por vós dizeer que fora milhor pera tamto desarrezoamento respõderdes lhe naquelle outro modo e comfio que em todo tempo vos nam ficara nada por fazer e dizer do que comprir a meu serviço em especiall emtã pois vos parecia que se satisfazia ao que eu queria de elle pedir primeiro ainda que fosse preço tam desarrezoado e muyto vos gradecery perderdes disso a palxam que dizes que se vos segulo e a nom tenhaes mais porque diso nem doutra nenhũa cousa nom espero que tenha de vos descomtentamento antes que se sempre seja de vos e de voso serviço muyto comtemte.

Stprita em Almeirim a xxblij dias de Junho Bertolameu Fernandez a fez de 1527.

Rey

Reposta a Antonio d'Azevedo

(L. P.)

4378. XVIII, 3-37.—Carta do imperador D. Carlos a respeito das terras e arras da imperatriz. Granada, 1526, Setembro, 15.—*Papel*. 6 folhas. Bom estado.

Don Carlos por la gracia de Dios rey de romanos eleito enperador sienpre augusto dona Juana su madre y el mismo don Carlos por la

misma gracia reyes de Castilla de Leon de Aragon de las dos Cecillas
 de Jherusalem de Navarra de Granada de Toledo de Valencia de Galizia
 de Mallorcas de Sevilla de Cerdeña de Cordova de Corcega de Murcia
 de Jahen de los Algarves de Algezira de Gibraltar de las yslas de Canaria
 de las Yndias yslas e tierra firme del mar Oceano condes de Barcelona
 señores de Viscaya e de Molina duques de Atenas e de Neopatria condes
 de Ruysellon e de Cerdania marqueses de Oristan e de Gociano archidu-
 ques de Austria duques de Borgofia e de Bravante condes de Flandes
 e de Tirol etc. porquanto al tiempo que por la gracia de Dios Nuestro
 Señor se concerto e asiento casamiento entre mi el dicho enperador e
 rey e vos la serenissima señora doña Ysabel ynfanta de Portugal enpe-
 ratriz y reyna de España que agora soys mi muy cara e muy amada
 muger entre otras cosas contenidas en el asyento e capitulacion que
 sobr'ello se hizo se concerto e asiento que nos e nuestros herederos e sub-
 cesores vos diesemos quarenta mill doblas de oro castellanas a razon de
 trezientos e sesenta e cinco maravedis cada dobla de renta en cada un
 año pera en todos los dias de vuestra vida pera la governacion e susten-
 tacion de vuestra persona y casa y Estado las quales dichas quarenta
 mill doblas vos fuesen dadas e asentadas e sytuadas sobre vasallos en
 cibdades e villas con sus castillos e juridiciones çeviles e criminales mero
 misto ynperio ansy como nos las tenemos reservando pera nos e pera
 los reyes nuestros subcesores la soberania e suprema juridicion que los
 reyes de Castilla e de Leon syenpre reservaron en los logares que dieron
 a las reynas sus mugeres e que los alcaldes que agora estan en las dichas
 fortalezas vos hiziesen luego pleito omenaje e que de alli adelante vacando
 las dichas tenencias en qualquier manera vos proveyesedes de las dichas
 allcalderias a quien e como quisyessedes e que si las rentas e derechos
 de las dichas cibdades villas e logares no rentasen las dichas quarenta
 mill doblas enteramente en cada año que lo que faltase vos lo asentasen
 en las rentas de otras cibdades villas e logares realengos destos nuestros
 reynos e que en caso que por fallestimiento de la señora reyna Germana
 o en otra qualquier manera vacaren algunas tierras e rentas que pertene-
 scan a las reynas de Castilla de Leon e de Aragon etc. e vos la dicha
 enperatriz las quisyeredes que quede a vuestro escogere de las aver con-
 tanto que todo lo que montaren ansy de rentas como de vasallos se des-
 quente e quite de las dichas quarenta mill doblas en la forma que vos
 lo recibieredes conviene a saber vasallo por vasallo millar por millar e
 que lo que ansy ovieredes de dexar por lo que recibierdes sea de aquellos
 logares e vasallos e rentas que vos mas quisyeredes dexar de manera que
 vos ayays en cada un año las dichas quarenta mill doblas e vos sean
 ciertas e seguras como dicho es segun que mas largamente se contiene
 en la contratacion e asyento del dicho casamiento a que nos referimos
 la qual dicha contratacion e asyento antes que yo el dicho emperador e
 rey me desposase por palabras de presente con Vuestra Señoria en la
 cibdad de Toledo a veynte tres dias del mes de octubre de quinientos e

veynte cinco años en presencia de algunos del mi Consejo del Estado e de Antonio de Azevedo Cutiño enbaxador del muy poderoso rey don Juan de Portugal nuestro muy caro e muy amado hermano e primo porante Juan Aleman nuestro secretario ratifique e aprove e jure en forma de guardar e conplir en todo e por todo segun que en ela se contiene e asy mismo acatando e consyderando vuestra persona e gran valor e merescimiento e porque mejor e mas conplidamente tengays con que sustentar los gastos y espensas de vuestra casa y Estado tovimos por bien de vos dar e acrecentare e dimos e acrecentamos graciosamente demas de las dichas quarenta mill doblas otras dies mill doblas pera que vos fuesen sytuadas e asentadas en la renta del almozarifadgo mayor de Sevilla que son por todas cinquenta mill doblas que montan diez e ocho quentos e duzientas e cinquenta mill maravedis e pera conplimiento de las dichas quarenta mill doblas vos nonbramos e señalamos dende luego las cibdades de Soria e Alcaraz e las villas de Molina e Aranda e Sepulveda e Carrion (1 v.) e Albacete e San Clemente e Villa Nueva de la Xara que son en el marquesado de Villena e logares de sus tierras con sus fortalezas e juridkion civil e criminal alta e baxa mero misto ynperio e con las alcavalas e tercias e yantares e miniegas e otras rentas pechos e derechos a nos e a nuestra corona real en ellas pertenescientes pera que lo tengays e gozeys e sea vuestro e lleveys las dichas rentas e pechos e derechos del qual dicho nonbramiento vos la dicha ynfanta enperatriz reyna que agora soys e el dicho muy poderoso rey don Juan de Portugal vuestro hermano nuestro muy caro e muy amado hermano e primo con quien se contrato e asento el dicho casamiento fuystes contentos e satisfechos. Despues de lo qual yo el dicho enperador e vos la dicha enperatriz nos dos posamos por palabras de presente e casamos e velamos en faz de la Santa Madre Yglesia. E pera conplir lo que asy se asento mandamos ver e averiguar por los nuestros libros a los nuestros contadores mayores que tanto rentan e valen en cada año a nos e a la corona real destos reynos al presente las alcavalas e tercias e yantares e miniegas de las dichas cibdades de Soria e Alcaraz e villas de Molina e Aranda e Sepulveda e Carrion e Albacete e San Clemente e Villa Nueva de la Xara e se fallo e averiguo que montan e rentan e valen en cada año quitos los prometydos e derechos que estan cargados en las dichas rentas e otras cosas que se abaxaron treze cuentos e quatrocientos e ochenta mill e dozientos e treynta e un maravedis de los quales descontados e abaxados seys cuentos e ochocientas e setenta e cinco mill e novecientos e cinquenta maravedis que se hallo que al presente ay en las dichas rentas de sytuado e salvado de juro e de porvida e de lo de al que tiene lo qual se ha de pagar a las personas que lo ovieren de aver conforme a sus privilejos que no sean de los revocados que dan seys cuentos e seyscientas e quatro mill e dozientos e ochenta e un maravedis de manera que faltan pera conplimiento de las dichas cinquenta mill doblas honze cuentos e seyscientas e quarenta e cinco

mill e setecientos e diez e nueve maravedis los quales nos por un nuestro alvala vos mandamos sytuar e señalar los diez mill doblas dellas que montan tres quentos e seyscientas e cinquenta mill maravedis en el dicho almozarifadgo mayor de Sevilla donde vos fueron señalados e lo restante en otras rentas e partidos con ciertas condiciones e limitaciones en la dicha nuestra alvala contenidas. E agora queriendo cumplir y efectuar lo contenido en el dicho asyento e capitulacion e todo lo otro de suso declarado por la presente de nuestra libre e agradable e espontanea voluntad como reyes e señores destos reynos señalamos e damos e donamos a vos la dicha ynfanta doña Ysabel enperatriz reyna que agora soys las dichas cibdades de Soria e Alcaraz e villas de Molina e Aranda e Sepulveda e Carrion y Albacete e San Clemente e Villa Nueva de la Xara con sus fortalezas e tierras e aldeas terminos e tierras e distritos e vasallos e jurisdiccion civil e criminal alta e baxa mero misto ynperio con las alcavalas e tercias e yantares e martiniegas a nos e a nuestra corona real en ellas e en cada una dellas devidas e pertenescientes tasadas e apreciadas en los dichos treze cuentos e quatrocientas e ochenta mill e dosientos e ochenta e un maravedis que valgan mas o menos en mucha o en poca cantidad e con los oficios de corregimientos e regimientos e alcaaldias e alguaziladgos e escrivanias e otros qualesquier oficios de qualquier calidad que sean en qualquier manera de que nos pertenezca la provisyon o confirmacion o con todos sus montes e prados e pastos e aguas corrientes estantes emanantes e con la porvisyon e presentacion de qualesquier beneficios de nuestro patrimonio real e con todo lo otro al señorio de las dichas cibdades e villas e sus tierras pertenescientes y que pertenesciere a nos e a la corona real destos nuestros reynos en qualquier manera pera que todo ello sea vuestro e los gozeys e lleveys dende primero dia del mes de henero deste presente año de quinientos e veynti seys en adelante durante los dias de vuestra vida e pera que podays vos o quien vuestro poder oviere arrentare o encabeçar las dichas rentas de alcavalas e tercias e yantares e martiniegas a nos pertenescientes (2) en las dichas cibdades e villas e cobrarlas e hazer dellas y en ellas dende el dicho dia primero de enero deste dicho año en adelante durante los dias de vuestra vida todo lo que quisierdes e por bien tovierdes como dicho es pagandose primeramente del valor de las dichas alcavalas e tercias todos los maravedis e pan e vino e otras cosas que ay de sytuado e salvado en las dichas rentas e las personas que los ovieren de aver conforme a los previllejos e mercedes que dello tyenen que no sean de los revocados como dicho es e guardando ansy mismo los arrendamientos e encabeçamientos que de las dichas rentas por nos estan fechos durante el tiempo por que estan fechos e que podays proveer e proveays por renunciacion o vacacion o en otra manera de los dichos beneficios e de los oficios de alcaaldias e regimientos e escrivanias publicas e de rentas e de sacas e otros oficios a nos e a la corona real destos nuestros reynos pertenescientes en qualquier manera en las dichas cibdades e villas e

sus tierras e en cada una dellas gardando las mercedes que fasta oy dello o de parte dello esten fechas por nos o por los reyes nuestros predecesores de gloriosa memoria en todo e por todo segun e de la manera que en ellas se contiene todo ello libremente como reyna e señora e como cosa vuestra propia libre e quite e desembargada e como nos lo podiamos hazer sy esta dicha nuestra carta no vos fuera dada quedando en nos e pera nos e pera los reyes que despues de nos reynaren en estos reynos durante los dias de vuestra vida solamente la soberania de nuestra justicial real que los reyes de Castilla e de Leon syenpre reservaron en los logares que dieron a las reynas sus mugeres como dicho es e que por vuestra muerte esta dadiba e donacion se consuma y torne a nuestra corona real syn que se pueda dello ni de parte dello hazer merced a persona alguna e damosvos las alcavalas e tercias e yantar e martiniegas de las dichas cibdades villas e logares pera en cuenta de las dichas cinquenta mill doblas que se vos dieron e señalaron pera la sustentacion de vuestro estado tasadas en los dichos treze cuentos e quatrocientas e ochenta mill e dozientos e treynta e un maravedis que valgan mas o menos en mucha o en poca cantidad de que se han de pagare todos los maravedis e pan e vino que agora ay de sytuado e salvado en las dichas rentas como dicho es contando que vacando o desenpeñandose en qualquier manera qualesquier maravedis e pan e otras cosas de lo que ay de juro o de porvida en qualquier de las rentas de las dichas cibdades villas e logares dendel dia que vacaren e se oviere de consumir en qualquier manera lo ayays e lleveys e gozeys vos la dicha enperatriz en cuenta de las dichas cinquenta mill doblas e que de los maravedis que pera conplimiento de las dichas cinquenta mill doblas se vos sytuaren en otras rentas fuera de las dichas cibdades e villas de suso declaradas que asy se vos dan se desquente e abaxe otra tanta cantidad como aquello montaren de las rentas e partidos que vos mas quisyeredes e nonbraredes por manera que ayays e lleveys e gozeys las dichas cinquenta mill doblas una vez en cada año e por una parte e no mas e que ayays de hazer e hagays declaracion de que rentas se han de descontar e abaxar lo que asy vacare dentro de cinquenta dias primeros syguientes despues que vacare e sy no se hiziere la dicha declaracion que entretanto que la hizieredes se cobre e libre pera nos de los maravedis que asy vos fueren sytuados en qualquier partido que nuestros contadores mayores lo quisyeren tomar e librar otros tantos maravedis como montare lo que asy vacare e consumiere o desenpeñare e por la presente desde oy dia de la fecha nos constituymos pera vos y en vuestro nonbre por poseedores de las dichas cibdades villas e logares de suso declarados e de las rentas e derechos e jurisdicion civil e criminal dellas e de cada una dellas e vos damos poder conplido pera que por vuestra propia abtoridad quien vuestras cartas e mandado pera ello oviere podays entrar e aprehender e continuar la posesyon de las dichas cibdades e villas con sus fortalezas e aldeas e terminos e vasallos e jurisdicion civil criminal e

rentas de alcavalas e tercias e martiniegas e yantares segun dicho es e lo tener e llevar e gozar durante los dias de vuestra vida como dicho es pagandose primeramente el valor de las dichas rentas los maravedis e pan e vino e otras cosas que en ellas agora ay sytuado (2 v.) como de suso se contiene e por la presente desde oy dia de la fecha desta carta en adelante durante los dias de vuestra vida vos apoderamos en las dichas cibdades villas e logares e sus fortalezas e tierras e aldeas e vasallos e juridicion e rentas pechos e derechos e terminos e cosas susodichas segun e de la manera que dicha es e vos damos la posesyon e señorio de todo ello sy e segun que a nos pertenece con las limitaciones e condiciones de suso contenidas e vos constituymos por verdadera señora de todo ello durante los dias de vuestra vida e por esta dicha nuestra carta o su traslado synado del scrivano publico mandamos a los concejos aldeas alguaziles regidores cavalleros escuderos oficiales e ombres buenos desas dichas cibdades e villas e sus tierras de suso declarados que luego que cada uno dellos fueren requeridos syn lo mas consultar con nos ni esperar otro nuestro mandamiento ni segunda ni tercera carta ni insynuacion e syn ynterponer apelacion ni suplicacion alguna vos reciban e ayan e tengan por reyna e señora e poseedora de las dichas cibdades villas e logares e tierras e cosas susodichas durante los dias de vuestra vida e vos apoderen en todo ello a vuestra voluntad e presten la obediencia e reberencia que como a reyna e señora dello vos es devida e vos deven dar e prestar segun e como a nos la davan e heran tenudos e obligados a la dare e vos den e entreguen las varas de la justicia cevil e criminal de las dichas cibdades villas e logares e acudan a vos o a quien vuestro poder oviere con todas las dichas rentas alcavalas e tercias yantares e martiniegas segun dicho es e no a otro alguno e otrosy mandamos a los allcaldes de los castillos e fortalezas e casas fuertes e llanas de las dichas cibdades de Soria e Alcaraz e villas de Molina e Aranda e Sepulveda e Carrion e Albacete e San Clemente e Villa Nueva de la Xara e sus tierras e a cada uno dellos que luego por quien tenga poder e mandado de vos la dicha enperatriz fueren requeridos vos reciban e ayan e obedezcan por señora de las dichas fortalezas e castillos e casas fuertes e vos fagan pleito omenaje por ellas e por cada una dellas pera que las ternan por vos en vuestro nonbre por todos los dias de vuestra vida entretanto que ellos vivieren que faziendo os el dicho pleito omenaje e nos por la presente les algamos e quitamos qualquier pleito omenaje e seguridad que por las dichas fortalezas e casas tengan fechos e damos por libres e quitos a ellos e a sus herederos e subcesores dello pera agora e pera syenpre jamas lo qual les mandamos que asy fagan e cunplan aunque pera esto nos sean requeridos por nuestro portero de Camara ni yntervengan las otras solenidades que de derecho se requieren e otrosy mandamos al principe y herederos que Dios diere en estos dichos nuestros reynos e al yllustrissimo ynfante don Fernando nuestro muy caro e muy amado fijo e hermano e a los e a los ynfantes duques perlados marqueses

condes maestros de las Hordenes ricos ombres e a los del nuestro Consejo oydores de las nuestras abdiencias alcaides alguaziles de la nuestra casa e corte e chancillerias e a los priores comendadores e sub comendadores alcaides de los castillos e casas fuertes e Manas e a todollos concejos justicias regidores cavalleros escuderos oficiales e ombres buenos de todas las cibdades villas e logares destos dichos nuestros reynos e señorios asy a los que agora son como a los que seran de aqui adelante e a cada uno e qualquier dellos que vos guarden e cumplan la dicha donacion e señalamiento e todo lo susodicho que ansy vos hazemos en todo e por todo segun en ela se contiene e contra el thenor e forma dello vos no vayan ni pasen en tienpo alguno ni por alguna manera lo qual todo queremos e mandamos que ansy se guarde e cumpla no enbargante las leyes que quieren e disponen que no se pueda (3) enajenar ninguna cibdad ni villa ni logar de nuestra corona real sy no fuere otorgado en cortes en la forma e con la solenidad en las dichas leyes contenidas e otras qualesquier leyes e hordenamientos prematicas esenciones destos dichos nuestros reynos que contra esto que dicho es e contra cosa alguna dello sean o ser puedan con las quales e con cada una dellas nos de nuestro propio motuo e cierta ciencia e poderio real de que en esta parte queremos usar e usamos como reyes e señores no reconocientes superior en lo tenporal aviendolas aqui por ynsertas y encorporadas e las abrogamos e derogamos en quanto a esto toca e atañe bien ansy como sy aqui fuesen espacificadas e declaradas de palabra a palabra quedando en su fuerça e vigor pera en las otras cosas lo qual todo mandamos que asy se faga e cumpla e aya efecto como de suso se contiene y en caso que por fallescimiento de la serenissima reyna Germana o en otra qualquier manera vacaren algunas tierras o rentas que pertenezcā a las reynas de Castilla e de Leon e Aragon etc. e vos la dicha enperatriz reyna las quisyeredes ade quedar e queda a vuestra escogencia de las aver e queriendolas vos vos hande ser dadas y entregadas pera que las tengays e gozeys dellas e de las rentas dellas en quenta de las dichas quarenta mill doblas que por el dicho asyento e capitulo ovistes de aver segun que las han tenido e gozado las otras reynas de Castilla a quien han seydo dadas contanto que lo que montare ansy de renta como de vasallos se desquente e quite de las dichas quarenta mill doblas que vos dimos e señalamos en cada año de renta pera sustentacion de vuestro Estado vasallo por vasallo e millar por millar e que lo que asy ovieredes de dexar por lo que recibieredes sea de aquellos logares e vasallos e rentas que vos mas quisyeredes dexar como se contiene en el dicho asyento e capitulacion del dicho casamiento e mandamos a los nuestros contadores mayores que asyenten el traslado desta nuestra carta en los nuestros libros de lo salvado e que en los arrendamientos que de aqui adelante durante los dias de la vida de vos la dicha enperatriz fizieren de nuestras rentas pongan por salvadas y acebtadas las alcavalas e tercias de las dichas cibdades de Sorta e Alcaraz e villas de Aranda e Sepul-

veda e Molina e Carrion e Albacete e San Clemente e Villa Nueva de la Xara e que dende primero dia del mes de enero deste dicho año de quinientos e veynti seys no se entremetan a las arrendar ni recibir ni cobrar e las dexen libremente a vos la dicha enperatriz reyna pera que las tengays e gozeys durante los dias de vuestra vida como dicho es ni den dellas ni de alguna dellas recudimiento ni recibitoria ni otra provi- syon alguna e que sobrescriban esta nuestra carta e tornen el original pera que lo en ella contenido aya efecto e sy de lo susodicho vos la dicha enperatriz reyna quisyerdes nuestra carta o cartas de previllejo vos las den e libren las mas firmes y bastantes que las pidieredes e fueren menes- ter en la dicha razon la qual dicha carta o cartas de previllejo que ansy dierdes e librardes mandamos al nuestro chanciller e notarios e a los otros oficiales que stan a la tabla de los nuestros sellos que libren e sellen e pasen syn embargo ni ynpedimento alguno lo qual mandamos a los dichos nuestros contadores mayores que ansy fagan e cunplan como dicho es solamente por virtud desta nuestra carta syn pedir ni demandar el asyento e capitulacion original del dicho casamiento ni su traslado ni las otras cosas que acerca (3 v.) de lo susodicho han pasado ni otro recaudo alguno que nos los relevamos de qualquier cargo e culpa que por ello les pueda ser ynputado e no descuenten de lo susodicho diezmo ni chancelleria ni otros derechos algunos porque es nuestra merced e voluntad que no se descuenten ni los han de aver e los unos ni los otros no fagades ni fagan ende al por alguna manera so pena de la nuestra merced e de diez mill maravedis pera la nuestra Camara a cada uno que lo con- trario hiziere e demas mandamos al ombre que vos esta nuestra carta mostrare que los enplaze que parescan ante nos en la nuestra corte do quer que nos seamos del dia que los enplazare fasta quinze dias primeros syguientes so la dicha pena so la qual mandamos a qualquier escrivano publico que pera esto fuere llamado que de ende al que gele mostrare testimonio sygnado con su syno porque nos sepamos en como se cunple nuestro mandado.

Dada en la muy noble cibdad de Granada a quinze dias del mes de setienbre año del nascimiento de Nuestro Salvador Jhesu Christo de mill e quinientos e veynti seys años.

Yo El Rey

Yo Francisco de los Covos secretario de Sus Cesareas y Catholicas Magestads lo fize screvir por su mandado.

(Lugar do selo de lacre)

Herbina por chanciller

Registrada

Licenciatus Ximenes

Mercurinus cancelarius

Licenciatus don Garcia

Doctor Carvajal

Las cibdades e villas que se dan a la enperatriz

(4) Asentose esta carta de Sus Magestades antes desto scripta en los libros de lo Salvado e de las Mercedes que tienen los sus contadores mayores pera que se haga e cunpla lo en ella contenido como Sus Magestades por ella lo enbian a mandar pera que la dicha enperatriz reyna doña Ysabel nuestra señora goze de las rentas de las alcavalas e tercias e yantares e martiniegas de las cibdades e villas e logares en sa dicha carta contenidas desde primero dia de henero del año de mill e quinientos e veynte e siete años en adelante porquanto las dichas alcavalas e tercias e martiniegas le fueron dadas e tasadas pera en cuenta de los dichos diez e ocho quentos e dozientas e cinquenta mill maravedis que ha de aver cada año e que dan pera Sus Magestades e pera la corona real destos reynos los derechos de las meadurias e otras cosas que salen destes reynos pera los reynos de Aragon e Valencia e Navarra e otros reynos e de las que entran de los dichos reynos a estos reynos de Castilla e los dichos de [...] e montadgo e la moneda forera quando la ovliere e el alcavala de la gana de las dichas villas de Albacete e San Climente e Villa Nueva de la Xara e sus tierras porque estas son rentas ordinarias del reyno e no rentas de las dichas cibdades e villas en a dicha carta de Sus Magestades contenidas e por esto e por no se poder averiguar el verdadero precio e valor de las dichas rentas no se tasaron ni contaron a la dicha enperatriz reyna nuestra señora en cuenta de las dichas cinquenta mill doblas e que dan pera Sus Magestades e pera la corona real destos sus reynos como dicho es e por lo contenido en esta dicha carta de Sus Magestades no se desconto ni descoenta diezmo ni chancelaria que Sus Magestades han de aver segund la Hordenança por ende los concejos allcaldes alguaziles regidores cavalleros escuderos oficiales e ombres buenos y las otras personas a quien toca e atañe lo contenido en la dicha carta de Sus Magestades vendola e conplindola en todo e por todo como

en ella se contiene e Sus Magestades por ella lo mandan con la limitacion e declaracion aqui contenida.

Rodrigo de la Rúa

Afonso [.....]

Miguel Sanches

Suero Bernaldo

Pedro de los Covos

Pedro de la Pena

Pero Yanes

(L. P.)

4379. XVIII, 3-38 — Procuração do imperador D. Carlos para se tratar do negócio de Maluco. Saragoça, 1529, Abril, 15. — *Papel. Bom estado.*

Don Carlos por la divina clemencia eleito enperador semper augusto rey de Alemania doña Juana su madre y el mismo rey su hijo por la gracia de Dios reyes de Castilla de Leon de Aragon de las dos Secillas de Jherusalem de Navarra de Granada de Toledo de Valencia de Galizia de Mallorcas de Sevilla de Cerdeña de Cordova de Corcega de Murcia de Jaen de los Algarves de Algezira de Gibraltar de las yslas de Canaria de las Yndias yslas e tierra firme del mar oceano condes de Barcelona Flandes e Tirol señores de Vizcaya e de Molina duques de Athenas e de Neopatria condes de Ruisellon e de Cerdania marqueses de Oristan e de Gociano etc. a quantos esta nuestra carta de poder aprovacion vieren hazemos saber que por la dubda y debate que ay entre nos y el serenísimo muy alto y muy poderoso rey de Portugal nuestro muy caro y muy amado hermano sobre la propiedad y posesion de Maluco se ha hablado y platicado para tomar nello asiento y concordia por ende porque aya efecto por la mucha confiança que tenemos de vos Mercurino de Gatinara conde de Gatinara mi grand chanciller y de vos el reverendo in Chrispto padre don fray Gracia de Loaysa obispo de Osma confesor de mi el rey e de vos don frey Gracia de Padilla comendador mayor de la Horden de Calatrava todos tres del nuestro Consejo por esta presente carta os hazemos hordenamos e constituymos en el mejor modo y forma que devemos y podemos nuestros subficientes y bastantes procuradores generales y especiales pera capitular e asentar y concertar el dicho concierto y asiento en tal manera que la generalidad no derogue la especialidad ni la especialidad a la generalidad y para que por nos y en nuestro nombre podais tomar y concluir y efectuar el dicho concierto y asiento de Maluco con el enbaxador del dicho serenísimo rey que tiene su poder bastante y subficiente firmado de su nombre y sellado con su sello e con otras qualesquier personas que toviere su poder y hagais en ello todo aquello que bien

visto vos fuere y para que podays asentar y capitular concordar y prometer y jurar que haremos cunplir y guardar todo lo que por vosotros fuere capitulado y asentado en el dicho concierto y asyento con las condiciones pactos vinculos e so las penas e firmezas que por vosotros fuere asentado concordado y capitulado como sy por nuestras mismas personas fuese fecho otrosy que podays jurar en nuestra anima que guardaremos e cunpliremos realmente y con efecto todo lo que asy por vos los dichos nuestros procuradores en el dicho caso fuere concordado capitulado y asentado sin cautela ni engaño ni disimulacion alguna y que no yremos ni vernemos contra cosa alguna ni parte dello so las penas que por vos los dichos nuestros procuradores fueren puestas concordadas y asentadas y para todo lo que dicho es vos damos y otorgamos todo nuestro poder cunplido con libre e general administracion y prometemos e seguramos por esta presente carta de tener y mantener realmente y con efecto todo lo que por vos los dichos nuestros procuradores sobr'el dicho concierto y asyento fuere concordado asentado capitulado y prometido segurado y otorgado e jurado e de lo aver por gratto ratto firme e valedero e de no yr ni venir contra ello ni contra parte alguna dello en tienpo alguno ni por alguna manera so obligacion expresa que para ello hazemos de todos nuestros bienes patrimoniales e de nuestra corona real avidos e por aver los quales todos espresamente para ello obligamos. En firmeza de todo lo susodicho mandamos dar esta nuestra carta firmada de mi el rey e sellada con nuestro sello.

Dada en la cibdad de Çaragoça a quinze dias del mes de abril año del nascimiento de Nuestro Salvador Jeshu Chrispto de mill e quinientos e veinte y nueve años.

Yo El Rey

Yo Francisco de los Covos secretario de Sus Cesareas y Catholicas Magestades la fize screvir por su mandado.

(*Sinal do selo*)

Vuestra Merced da poder cunplido al grand chanciller y al confesor y comendador maior de Calatraba pera asentar e capitular sobre lo de Maluco.

(*L. P.*)

4380. XVIII, 3-39 — Carta do imperador D. Carlos, sobre o acordo com o rei de Portugal a respeito de Maluco. Lérida, 1529, Abril, 23. — *Papel. Bom estado.*

Don Carlos por la divina clemencia eleito emperador semper augusto rey de Alemaña doña Juana su madre y el mismo don Carlos su hijo por la gracia de Dios reyes de Castilla de Leon de Aragon de las dos

Secillas de Jerushalem de Navarra de Granada de Toledo de Valencia de Galizia de Mallorcas de Sevilla de Çardeña de Cordova de Corcega de Murcia de Jaen de los Algarves de Algezira y de Gibraltar de las yslas de Canaria de las Yndias yslas e tierra firme del mar oceano archeduchos de Austria duques de Borgofia y de Bravante condes de Barcelona Flandres e Tyrol señores de Vizcaya y de Molina duques de Atenas y de Neopatria condes de Ruysellon y de Cerdenia marqueses de Oristan y de Gociano etc. hazemos saber a los que esta nuestra carta vieren que nos mandamos ver a los del nuestro Real Consejo cierta dubda sy podriamos concordar y asentar con el serenissimo muy alto y muy poderoso rey de Portugal nuestro muy caro y muy amado hermano sobre las yslas de Maluco y otras yslas e mares y tierras a ellas comarcanas y vimos su declaracion y determinacion con las espaldas desta nuestra carta escripta y dada y fecha por ellos y la leymos y entendimos la qual aprovamos confirmamos e avemos por buena firme e valiosa como en ella es contenido. Y esto syn embargo de qualesquier leyes derechos hordenaciones capitulos de cortes determinaciones sentencias glosas hazañas y opiniones de doctores y de qualesquier otras cosas que en contrario sean o puedan ser puesto que sean tales que por derecho se deva hazer dellas expresa mincion y derogacion y abrogamos y derogamos e avemos por casadas e anulladas todas las leyes y derechos que en contrario sean y las leyes y derechos que disponen que general renunciacion non vale. Y promettemos por nos y por nuestros subcessores de nunca yr ni venir ny consentyr ny permitir que sea ydo ny venido contra esta determinacion ni parte alguna della direte ny indirete en juyzio ny fuera del por causa alguna ny color que sea e pueda ser pensada e non pensada y para certinidad e firmeza de todo mandamos passar esta nuestra carta firmada de mi el rey y sellada con nuestro sello.

Dada en Lerida a veynte tres de abril año del nascimiento de Nuestro Salvador Jeshu Chrispto de mill e quinientos y veynte e nueve años.

Yo El Rey

Yo Francisco de los Covos secretario de Sus Cesarea e Catholicas Magestades la fize screvir por su mandado.

Registrada

(*Sinal do selo*)

Y diaques

Herbina chanciller

Mercurinos cancelarius
Fray Garcia episcopus Oxomensis

El comendador mayor

Vuestra Magestad confirma e ha por bueno el parecer que los del Consejo dieron sobre la contratacion de Maluco que esta esprito e firmado dellos en esta otra parte.

No verso:

Sacra Catholica Magestad

Los del Consejo Real de Vuestra Magestad dizen que por justas causas y consideraciones que a Vuestra Magestad han dicho y consultado de palabra con vuestra real persona son de voto y parecer que en la capitulacion y asiento que entre Vuestra Magestad y el serenissimo rey de Portugal se concierta sobre el enpeño de Maluco que para seguridad deste enpeño que es con condicion para lo poder redimir y quitar que no es necesario que intervengan procuradores de cortes ni de cibdades ni que sean llamados para lo otorgar.

Licenciatus de Santiago

Licenciatus Polanco

Licenciatus Aguirre

Doctor Guevara

Nuno Alvarez

Martins Doctor

El Licenciado Medina

Fortuntus Dercilla Doctor

(L. P.)

4381. XVIII, 3-40 — Carta do imperador D. Carlos, sobre o acordo com o rei de Portugal a respeito de Maluco. Barcelona, 1529, Julho, 26. — *Papel. Bom estado.*

Nota: Este documento é igual ao anterior, excepto na data, pelo que não foi copiado.

4382. XVIII, 3-41 — Carta do imperador D. Carlos, pela qual se dá por satisfeito do dote da imperatriz. 1526 [.....]. — *Pergaminho. Bom estado.*

Don Carlos por la divina clemencia eleito emperador semper agusto rey de Alemaña por la gracia de Dios rey de Castilla de Leon de Aragon de las dos Cecillas de Jerushalem de Navarra de Granada de Toledo de Valencia de Galisia de Mallorcas de Sevilla de Cerdana de Cordova de Corcega de Murcia de Jahen de los Algarbes de Algesira de Gibraltar de las yslas de Canaria e de las Yndias yslas e tierra firme del mar oceano condes de Barcelona señores de Vizcaya e de Molina duque de Athenas e de Neopatria conde de Ruysellon e de Cerdania marques de Oristan y de Gociano archiduque de Abstria duque de Borgonia e de Bravante conde de Flandes y de Tirol etc. porquanto al tiempo que por la gracia de Dios Nuestro Señor se concerto y asiento casamiento entre mi e la emperatriz dona Ysabel reyna d'Espania que agora es mi muy cara e muy amada muger se asento y concerto que el muy excelente y muy poderoso rey don Juhan de Portugal mi muy caro e muy amado hermano primo con quien se contrato y asento el dicho casamiento me diese e pagase en dote y casamiento nuevecientas mill doblas de oro castellanas a precio de atrecientos y sesenta y cinco maravedis la dobla pagadas en moneda de oro y plata e que en cuenta e parte de pago dellas rescibiese ciento y sesenta e cinco mill e setecientas e treynta e dos doblas que yo debia al dicho señor rey de Portugal para cumplimiento de pago de dosientas mill doblas del dicho precio que al dicho señor rey por mi le fueron mandadas en dote y casamiento con la muy excelente princesa doña Catalina reyna que agora es de Portugal mi (?) muger mi muy cara e muy amada hermana e ansi mismo cincuenta y un mill e tresientas e sesenta e nueve doblas del dicho precio e tresientos e sesenta y cinco maravedis que valen cincuenta mill ducados que yo devia al dicho señor rey de Portugal por otras tantas quel señor rey don Manuel su padre que sancta gloria aya presto durante el tiempo de las comunidades e que las otras seyscientas y ochenta y dos mill e ochocientas e noventa y ocho doblas que faltan para cumplimiento de las dichas nuevecientas mill doblas me las diese e pagase el dicho señor rey don Juhan de Portugal a ciertos plazos e en cierta forma e manera descontando dellas otro tanto quanto valiese la plata e oro e joyas e piedras e perlas que la dicha emperatriz reyna que agora es traxese fecho el precio del valor dellas por oficiales que dello supiesen tomados por las partes y con juramento que hisiesen en forma para que harian la dicha tasacion bien e justamente e que yo el dicho emperador fuese obligado de dar mis cartas de quitança e pagamientos firmadas de mi nombre e selladas con mi sello en forma de lo que asi rescibiese (1 v.) para en pago de la dicha dote segund mas largamente en el dicho asiento e capitulacion se contiene. En cumplimiento de lo qual la dicha emperatriz e reyna mi muger vino a estos reynos de Castilla e traxo consigo ciertas

piedras e perlas e collares e oro e plata e otras joyas. E yo me case e
 vele con ella por palabras de pressente en haz de la Sancta Madre
 Yglesia. E por mi parte e por parte del dicho señor rey de Portugal
 fueron puestos e nombrados plateros e personas que sabian e tenian
 noticia del valor de las piedras e perlas e oro e plata e joyas que así la
 dicha emperatriz consigo traxo los quales hisieron juramento en forma
 para que bien y fielmente harian la tasacion e averiguacion de todo
 ello e so cargo del declararon el valor de cada una de las dichas joyas
 e cosas particularmente que monto en todo ello sesenta e quatro mill
 y quinientas e sesenta e una doblas e quarenta e seys maravedis las
 quales y todo lo otro conthenido en el dicho asiento y capitulacion yo
 he de tomar e rescebir en cuenta de las dichas nuevecientas mill doblas
 del dicho dotte e mas otros maravedis que para en cuenta dello yo el
 dicho emperador e otras personas por mi mandado avemos rescebido en
 dineros contados del dicho señor rey de Portugal e de Fernand'Alvarez
 su thesorero por el y en su nonbre que es todo ello las contias de mara-
 vedis siguientes en esta manera

Que tengo yo el dicho emperador de rescebir e
 rescibo en cuenta de las dichas nuevecientas
 mill doblas del dicho dotte los dichos cincuenta
 mill ducados que redusidos a doblas montan las
 dichas cincuenta y un mill e tresientas e se-
 senta y nueve doblas e quinze maravedis que
 don Ynigo Fernandes de Velasco nuestro con-
 destable de Castilla siendo governador destos
 nuestros reynos rescibio prestados en dineros
 contados del dicho señor don Manuel rey de
 Portugal que sancta gloria aya pera los gastos
 y nescesidades de las comunidades de que dio
 su conocimiento e pleyto omenaje de como lo
 rescibio para los pagar que es fecho en Bur-
 gos a ocho de noviembre de quinientos e veynte
 anos. El qual dicho thesorero Fernand'Avarez
 dio y entrego originalmente a Francisco de los
 Covos nuestro secretario com carta de pago del
 dicho señor rey de (2) Portugal de como se da
 por contento e pagado dellos.

l̄jccclxjx

Que devo yo el dicho emperador al dicho señor
 rey don Juhán de Portugal mi hermano y he
 de rescebir e recibo en cuenta de las dichas
 nuevecientas mill doblas las dichas ciento e se-
 senta e cinco mill e setecientas e treynta e
 dos doblas que devo para complimiento de do-
 sientas mill doblas que yo concerte y asente

clxbDcc

xxxij

con el de le dar en dotte y casamiento con la
dycha señora ynfanta doña Catalina reyna de
Portogal su muger el qual dicho thesorero Hern-
nand'Alvarez entrego ⁽¹⁾ al dicho Francisco de
los Cobos secretario carta de pago del dicho
señor rey de Portogal de como se da por con-
tento e pagado dellos. E las otras treynta e
quatro mill y dosientas e sesenta y siete doblas
restantes recibio e fue pagado dellas en ciertas
piedras e perlas e joyas e oro e plata e otras
joyas que la dicha señora reyna llevo consigo
al tienpo que se caso con el dicho señor rey.
Que montaron las piedras e perlas e joyas e
oro e plata que traxo la dicha enperatriz reyna
mi muger consigo las dichas sesenta y quatro
mill y quinientas e sesenta e una doblas e qua-
renta y seys maravedis conforme a la ⁽²⁾ tasa-
cion e averiguacion que de todo ello se hizo
como de suso se contiene las quales yo he de
tomar e rescebir e rescibo en cuenta de las
dichas nuevecientas mill doblas. E las dichas
joyas e cosas yo las mande dar y entregar e
se dieron y entregaron por mi mandado a la
camara de la dicha enperatriz reyna mi muger
e quedaron en su poder.

lxxliij°Dlxj

Que rescibio Juhan de Adurça mi (2 v.)
argentier por mi mandado del dicho señor rey
don Juan y del dicho Hernand'Alvares su the-
sorero en su nombre e por el para en cuenta
del dicho dotte noventa y quatro mill e qui-
nientas e veynte doblas las quales rescibio en
dies y seis dias del mes de março deste pres-
ente año de quinientos e veynte y seys años.

xciiij°Dxx

Que rescibio Alonso de Baeça mi criado
por mi mandado e del dicho señor rey e del
dicho Hernand'Alvarez su thesorero por el y en
su nombre para em cuenta del dicho dote otras
dosientas y cinco mill y quatrocientas y setenta
e nueve doblas en Villalon y en Valladolid.

ccbcccc°

lxxjx

Asi que monta todo lo susodicho quinientas e ochenta e un mill y
seyscientas e sesenta e dos doblas y tresientos y sesenta e un mara-

(1) *Riscado*: cargo.

(2) *Riscado*: capítulo.

vedis las quales son demas e allende de otros cient mill ducados de que el dicho Fernand'Alvarez thesorero dio dos cedulas de cambio cada una de contia de cinquenta mill ducados para que fuesen pagadas en Enveres que es en el condado de Flandes a Fernando de Vernuy en nombre del dicho Juhan de Adurça mi argentier en cuenta de las dichas novecientas mill doblas del dicho dotte de los quales yo di dos mill cedulas de pago e quitança aparte desto escriptas en pargamino e firmadas de mi nombre e selladas con mi sello de las quales dichas quinientas e ochenta y un mill e seyscientas e sesenta y dos doblas de oro y tresientos e sesenta e un maravedis de suso conthenidas me doy por contento e pagado a toda mi voluntad para en cuenta de las dichas novecientas mill doblas que así el dicho señor rey de Portugal me ovo de dar y pagar del dicho dotte y casamiento porquanto lo rescebi segund e de la forma e manera de suso conthenida por bienes dotables de la dicha emperatriz reyna mi muger con las condiciones e segund y por la forma y manera que se contiene en la escriptura de capitulacion y asiento que se hizo e otorgo del dicho casamiento de que de yuso se haze mincion. E por la presente doy por libre e quito al dicho señor rey de Portugal y a sus herederos e subcesores de las dichas quinientas e ochenta e un mill e seyscientas e sesenta y dos doblas y tercientos y sesenta y un maravedis para agora e para sienpre jamas e para que yo ny otro por mi no las podamos pedir ni demandar todas ni parte dellas agora ni en algun'd tienpo disiendo que no las rescebimos ni fuymos pagado ni entregado dellas o que no deviamos ni heramos obligado a pagar tanta contia como de suso va declarado o que en el aprecio o tasacion de las dichas joyas ovo fraude y engano ni en otra manera alguna acerca de lo que dicho es renuncio las leyes de la prueba y de la paga y de l'aver no visto ni contado ni recebido e las leys que dizen que hasta dos años es home tenudo a provar la paga que haze sy aquel que la recibe no renuncia la dicha ley e otras qualesquier leyes e derechos que en contrario desto que dicho es sea o ser pueda las quales yo de mi proprio motu e cierta sciencia e poderio real las abrogo e derogo enquanto a esto toca e atane que dando en su fuerça e vigor para adelante de lo qual di esta mi carta de pago y quitança escripta en pargamino e firmada de mi nombre e sellada con mi sello que fue fecha e otorgada en [.....] ⁽¹⁾ a [.....] ⁽¹⁾ dias del mes de [.....] ⁽¹⁾ ano del nascimiento de Nuestro Salvador Jeshu Chrispto de mill e quinientos y veynte y seys anos.

(L. P.)

4383. XVIII, 3-42 — Carta com a resposta que o embaixador António de Azevedo Coutinho devia dar ao imperador a respeito dum capítulo do lançamento da linha de navegação dos mares de el-rei de Portugal. Lisboa, 1529, Janeiro, 13. — *Papel. 6 folhas. Bom estado.*

⁽¹⁾ Espaço em branco no original.

Licenciado Antonio d'Azevêdo amigo eu el rey vos envio muito saudar.

O que ey por meu serviço que respondeas de minha parte ao empedrador meu muyto amado e pregado yrmão a reposta que vos foy dada ao capitullo que vos enviey do lançamento da linha e navegaçam pellos meus mares he o seguinte

Iteem lhe dizee que eu ey por muy certo que o que elle diz que fez e faz neeste concerto em que estamos de Maluco he com todo amor e booa vontade e como elle a deve teer pera todas minhas cousas e que omde ha tantas rezoas pera dever seer asy nam soamente nisto mas em todas as cousas que se oferecerem d'amtire nos eu nam poso ter niso nenhũa duvyda e que elle asy meesmo ha nam deve teer de mym nisto e em todo o que lhe tocar pello muyto amor que senpre lhe tyve e tenho e suas cousas ystymar como de proprio irmão.

Iteem lhe dizee que deste concerto me prouve senpre muyto porque nam tyve nelle nem teenho outro mais pryncipall respeito senam que se faça de modo que nunca se posa oferecer amtre os seus e os meus neemhũa causa d'escandallo nem desconcerto por se poderem topar e achar em teerras e maares tam alongados de nos e a que asy por elle como por mym se nam pode prover do remedio tam em breve neem tanbeem como ambos o deveemos desejar e que por yso acerqua daquelle capitulo que me enviastes nam se fez nenhũa outra emnovaçam senam declara lo por pallavras per que muy beem fose entemdidado toda a sustancia delle e nam podese nunca viir em duvyda. E as outras calificações que se aviam de poer ao fazer da sprytura do contrauto serem loguo expresas e declaradas no (1 v.) dito capitullo por serem todas da sustancia delle que por serem tam justas e rezoadas como sam nam se podem por modo algum leixar de declarar.

Porque quanto a especiaría que se achase pellos meus aos seus pasando a linha concedido teem que se entregue e sejam castiguados pellos meus dizia no seu capitulo que conforme a justiça e por nam viir em duvyda esta conformidade se declarou o que se avia de fazer.

E quanto a entrega das pesoas culpadas asy meesmo parece que ho teem concedido por seus apontamentos pois se concedeo que se avia de fazer delles justiça posto que nam fosem tomados nem achados neem se fez mais no capitulo que declarar o modo em que se entregaryam.

E que dizeemdo os seus seemdo achados com especiaría que ha tiraram de terra que era sua e forma se avia de dar pera seer sabido que era como diziam pois se sabe que ha nam ha senam em minhas teerras.

E que entregarem as especiarías e drogarias atee se fazer a verificação cousa muy justa e rezoada he pois do contraio se me podiam seguir tam grandes ynconvenientes como serya poderem os seus natu-raes e vasallos caregar da dita especiaría ou drogaryas nas minhas terras o que he muy versymyl segundo a distancia delas e trazendo a

e dizendo que ha tiraram e trazem de teerra sua novamente descuberta se sygyrya que primeiro que se podese provar a dita espiciaria serya gastada e vendida. E asy como hum ho fezese (2) o podiam fazer muytos de maneira que este contrauto no efeyto disto ficarya em seer neemhuum o que elle nam deve querer antes buscar todo boom remedio pera se evitar o quall parece que nam pode ser outro senam o que se aponta que he muy justo e oneesto pois que dos seus poderem trazer esta espiciaria e drogaryas de minhas teerras se podia seguir a mym muy gramde perda pellas rezoes sobreditas e a elle quando a trouxesem de teerra sua novamente descuberta virya muy pouca em seer a dita espiciaria depositada em minha mão emquanto se justificase pois me obrigo a lha tornar ou sua vallia como dito tenho. E esta verificação da teerra se pode fazer tam brevemente que se nam pode perder niso mais tenpo que a outra viagem que os seus ouvesem de fazer. E que elle deve olhar tam yguall ysto he porque quando eu lhe pldira que emquanto este contrauto durasse os seus nam podem trazer espiciaria nem drogarya de neemhũa outra parte e se a trouxesem me fose entregue fora cousa muyto oneesta de se me conceder pois he certo que se doutra parte a podem os seus trazer ficarya seem nenhuum fruyto pera mym o dinheiro que eu dou e nam lho darya se me parecese que os seus a podiam em outra parte achar mas porque nam pode ser que a achem ho dou e soamente ponho esta condiçam de me ser entregue ha espiciaria e drogaryas por evytar o mao recado que os seus podem fazer como em cima diguo.

E que quanto ao pasar da lynha por inorancia eu dey pera yso rezam asaz soficientemente como vo lo esprevy e torno agora a dizer que he que nesta (2 v.) navegaçam nam pode haver ynorancia pois ham de seer os que forem em suas naos pillotos e pessoas muy espertas na arte e nam he rezam que fique porta tam aberta a quem quiser dizer que por ynorancia pasou a lynha pera com este achaque fazer o que nam deve e dar causa aos escamdallos que por este concerto se querem evytar.

E quanto ao navegar pellos meus mares eu apontey muytas vezes que nam devya de seer por as muytas rezões que ha yso ha dos ynconvenyentes que se sygyriam de os seus se atreverem a fazer cousas yndividas por nam acharem nas terras e mares homde o poderam fazer armadas neem capitães e geemtes minhas por em toda parte as nam teer neem poder seer ate agora. E topamdo se com os meus se poderiam recrecer outros maiores ynconvenyentes que pera se evitarem nos concertamos como muy largo vos teenho spryto e principalmente pelas rezões que por deradeiro vos sprevy por omde se mostra muy claro que serya desfazer o que me concede em nam entrar da lynha pera dentro pois que se por outra parte fosem tornaryam aly mesmo pello quall a ello lhe deve parecer muy justo e oneesto o que nyso aponto.

Item lhe direes que dizer elle agora que sera melhor nam se entemder neeste concerto de que eu muyto me espantey por ser muy descon-

forme ao que merece hatençam que eu seenpre nisto tyve e devo teer em todas suas cousas e elle nas minhas me parece (3) que he por elle nam seer enformado tam claramente de minhas rezões como eu vo las sprevo e asy por alguuns do seu Conselho porveemtura as torcerem por elle por suas grandes occupaões lhas cometer o que me fez crer seer asy por alguuas pallavras que sey que neesta negociaçam teem soltadas e ditas o bispo d'Osma seu confesor que sam beem fora de seu avito e officio e que elle devera escusar asy como foy o que dise a Pedr'Afonso d'Agyar os dias pasados e agora tambem quando lhe deu a reposta que agora me enviastes que sam as que vos sabees o que eu ey por certo que elle nam avera por beem nem falo agora nisto senam pello negocio o trazer a preposito.

Iteem porque vos me esprevestes que por vosa indisposiçam nam podestes hyr ao emperador meu irmão a lhe dizer todas as rezoes que vos sprevy que sobre estas cousas lhe diseseys. Em sua reposta elle diz que no meu capitollo se ennovou do que tenho por muy certo que foy a causa nam ser elle ynteiramente enformado do que vos mandey que lhe diseseys como atras fica dito vos mando que todas as minhas rezões que vos emvley lhe tornees de novo ha dar com estas que vos agora sprevo porque a mym me parece que ellas sam taes que com rezam elle se satisfara dellas. E pera eu saber que asy o fezeistes me respondee partycularmente o que vos respondeo se em algũa dellas se lhe oferecer algum pejo o que creio que nam sera. E se pella veemtura vos aimda esteverdes em tall disposisam que por vos lhas nam posaes dar emtam ey por beem que por Pedro Afonso (3 v.) d'Agyar e por Alvaro Mendez de Vascomcellos lhe emvies tudo fallar e asy intelramente como por outra carta vo lo sprevo.

Iteem quanto aos teempos dos pagamentos lhe dizee que eu folgara com muyto boa vomtade de lhos fazer todos juntamente se fora posyvel como vos sprevy e emtam mandey fazer toda diligemcia e nam se achou maneira pera se mais brevemente fazer do que me desprouve e por iso foram aqueles teenpos e que eu mandey tornar a fazer toda diligencia pera veer se agora se poderia fazer milhor e com muyta difficuldade segundo ho mandey praticar por Fernand'Alvarez meu tysoureiro com seu embaixador e se achou que se poderya fazer nesta maneira a saber duzentos e cincoemta myl cruzados atee fim do mes de Março deste anno presente a saber cem mil cruzados aquy tanto que vyer recado que he o contrato assynado e concludido dhy a oito ou quimze dias e cem mill cruzados na feira de Vilharam ao tempo dos pagamentos dela e os cincoemta mill cruzados aquy ou la como se milhor poderem aver atee o dito termo de fim de Março. E os outros cem mill cruzados L^{ta} cruzados na feira de Mayo em Casteella ao tempo dos pagamentos della e os cymquoemta mill cruzados aquy ao dito tempo.

Carls

(4) E que do muyto que isto custa nam faço conta porque como se pode achar pera sua necesydade eu ey diso muyto prazer e nam meenos ho ouvera de se fazer asy quando vos spreuy se emtam fora posyvel.

Que eu lhe roguo muyto que elle crea que eu desejey senpre muyto este concerto por quamtas rezoas teenho ditas e que de ser concluido e acabado ha muytos dias recebera muyto prazer e que de veer agora as pallavras de sua reposta aveemdo que estava o negocio de todo concluido receby muyto descontentamento que elle queyra tornar a ver o meu capitulo e vos ouvyr todas as rezões que pera asy se asentar vos tenho spritas e as que agora aquy vos diguo que vos muy myudamente lhe direes e que achara que nom ha novidade nemhũa mas que se deve com muyta rezam asy aseentar e que pera efeyto de sua temçam e da minha que he aredar e tirar todos azos d'escandallo d'amtre os seus e os meus nam parece que se pode em outra melhor maneira aseentar e que aja por muy certo que de querer que ysto se acabe e concluda receberey muyto contentamento e do que vos responder me avisay myudamente e com a diligencia que comprir.

Sprita em Lixboa a xij dias de Janeiro o secretario a fez de 1529.

Rey

Pera Antonio d'Azevedo reposta do capitulo do emperador

(L. P.)

4384. XVIII, 3-43 — Capitulação (*traslado da*) de Maluco. Vitória, 1524, Fevereiro, 27. — *Papel. 8 folhas. Bom estado.*

Nota: Este documento não foi copiado porque se copiou o seu original que vem inserto neste volume com a cota: XVIII, 6-5.

4385. XVIII, 3-44 — Carta de el-rei de Portugal ao embaixador António de Azevedo Coutinho, a respeito do negócio de Maluco. Tomar, 1525, Agosto, 31. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Antonio d'Azevedo amiguo eu el rey vos envio muyto saudar.

Aleem do que vos teenho sprito e mamdado por minha istruçam que digaes ao emperador meu muyto amado e preçado irmaao e primo sobre o que toca a Maluquo lhe direes mays que posto que eu tevesse tanta confiança delle que o que agora apomto me parecese que elle folgaria de o fazer em todo tempo por serem cousas tam rezoadas e por iso eu nam ouvera por mais necesario aponta lo agora que despois da comclusam do casamento por me nam poder escusar de todo meu conselho que ouve a partida de sua armada neesta conjunçam por cousa muy grave

e fora do que todos esperaríam ho apomtey agora por satisfazer a eles desta impresam que com rezam tomaram com cousa tam justa e ygual como elle ve.

Stprita em Thomar a deradeiro dia d'Agosto o secretario a fez 1525.

Rey

Pera Antonio d'Azevedo do que mais ha de dizer ao emperador allem do conteudo em vosa ystruçam.

(L. P.)

4386. XVIII, 3-45 — Carta de el-rei de Portugal ao embaixador António de Azevedo Coutinho a respeito de Maluco. Almeirim, 1526, Março, 2. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Tem junto:

Carta de el-rei de Portugal ao embaixador António de Azevedo Coutinho, na qual lhe diz que lhe enviava Pedro Afonso de Aguiar, perito na marinharia, para com ele falar ao imperador a respeito de Maluco. S. d. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Doutor Amtonio d'Azevedo amiguo eu el rey vos envio muyto saudar.

Vy a carta que me sprevestes fecta a xbij dias de Fevereiro pasado e nam ha a ella outra necessidade de reposta somente que vos gradeço muyto de asy myudamente me dardes conta de todas as cousas de la e vos encomemdo muyto que asy o façaes senpre. E acerqua do negocio do Maluco maravilho me de seerdes asy respomdido e porque o tempo nam daa lugar pellas occupaçoens e negocios que o emperador traz amtre as mãaos nam vos respomdo o que mais façaes e o leixo pera como fordes em Sevilha. E se sobre esta materia despois desta vosa carta mais pasou algũa cousa fazee mo saber. Envio Joam Fernandez pera por elle me avisardes e spreverdes se ho emperador he ja partido na volta da emperatryz minha muyto amada e preçada irmãa e se ho nom he a causa por que. E quamto a' nda la se detheera e o teempo em que vos parece que sera homde ela estiver espreve mo compridamente e asy toda outra cousa que ouver de que vos pareça que me devees avisar porque sey que receberes com isto muyto prazer por seer cousa de tanto meu serviço e contentamento vos faço saber que prouve a Noso Senhor alумыar a rainha minha sobre todas muito amada e preçada molher em seu parto e paryo hum filho e ella e elle estam muy beem louvores a Deus.

Stprita em Almeirim a dous dias de Março ho secretario a fez de 1526.

E porque dizes em vosa carta que ha reposta de Maluco da maneira em que foy dada nam serya sem misterio folgarey que me spreuaes que mysterio vos pareceo e muyto declaradamente o que diso vos pareceo.

Rey

Reposta a Amtonio d'Azevedo.

Tem junto:

Licenciado Amtonio d'Azevedo amigo eu el rey vos envio muyto saudar.

Pelas cartas que agora derradeiramente vos esprevy sobre o concerto de Maluco que levou Luis Afonso vos sprevy que por me parecer que se nom entendia la bem a marenharia do que apomtey da linha que se ha de lançar pera seguridade do dyto concerto e se aredarem todos incomvinientes enviava pessoa que la o praticaria e daria bem a entender e mostraria que na maneira em que della se apontava que se fezese se nom podia fazer por modo alguum e se syguiriam grandes duvidas debates e incomvinientes e os mesmos que agora ha que eu nisto e em tudo folaria muyto que se escusasem e escolhy pera yso Pedro Afonso d'Agiair fydalguo de minha casa pelo que sabe das cousas da marinharia asy por expiriencia como por todo outro modo e creo que ho sabera la bem dar a entender e sprevo ao emperador meu muito amado e preçado irmãoao como o envio. *Muyto* vos encomendo que ambos juntamente vades ao emperador pera lhe dizerdes como o envio e que folguarey muyto de com elle se praticuar e se tomar nysto conclusam que muito desejo e a Pedro Afonso mandey que vos praticase e dysese todas as rezões que ha pera se nom poder fazer no modo em que della se apontou posto que parecese que era a largo modo e em meu favor e que nam ha outro modo mais certo pera tyrar todos incomvinientes que da maneyra em que o ponto por que asy como della se aponta que se faça seria fycar nas mesmas duvidas e debates d'agora e em outros mais como dyra Pedro Afonso encomendo vos que logo como chegar façaes saber ao emperador como he chegada pessoa mynha pera loguo ambos irdes a ella e fazerdes o que dyto he e trabalhay quanto vos for posivel pera loguo ser ouvido o dyto Pedro Afonso e com toda brevidade ser despachado porque averey dyso muyto prazer.

Sprita.

(L. P.)

4387. XVIII, 3-46 — Carta de el-rei de Portugal ao embaixador António de Azevedo Coutinho, a respeito do negócio de Maluco. Coimbra, 1527, Novembro, 5. — *Papel. 4 folhas. Bom estado.*

Licenceado Antonio d'Azevedo amigo eu ei rey vos envio muyto saudar.

Estando pera vos responder ao caso do concerto de Maluco quando ca chegou Rodrigo Amriquez per quem ho emperador meu muyto amado e preçado irmão me enviou falar no da naao de Maluco de que me tynheys avisado ao qual loguo respondy. *Ho* que elle niso me falou foy causa de vos nam mandar que emtendeseys no negocio e agora pello que vy por esta carta derradeira que me sprevestes do que vos falou ho emperador sobre a meesma materia e como tam estreitamente vos apertara a me spreverdes sua vontade e detryminaçam dizemdo vos que este era agora o melhor tempo que podia seer pera se tomar conclusam neesto negocio. Ouve por beem de vos enviar minha detryminaçam e dizer ao emperador como mo sprevestes o que vos dise e naquella diligencia em que vo lo encomendou e que eu vos respondy que ainda que tam clara seja minha justiça neste negocio eu pela booa vontade que elle niso me mostra que muyto istymo e tanbem porque pera todas as cousas em que lhe posa comprazer ha teenho muy booa e desejo muyto nas obras lho mostrar. *Eu* me quils detrymynar no dito concerto e modo em que se asentarya e preço que folguarey de dar que he que queremdo elle fazer o dito concerto pela maneira que vay declarado pellos apontamentos que me pareceo beem de loguo vos enviyar por mais brevidade. Eu lhe darey duzeentos mil cruzados que ainda que seja tam grande soma pera dar por cousa que tam claramente he minha eu folguo de ho fazer porque nunca em tempo algum se posa oferecer amtre nos e nosos vasalos e naturaes cousa de que se posa seguir hum pequeno descontentamento e lhe amostray loguo os ditos apontamentos com que farey o dito concerto e darey o dito preço. E se vos pedir delles ho trelado ey por beem que lho dees nam seemdo (1 v.) sprito por vosa mão nem asynado por vos nem tanbeem lhe darees em asynado voso o preço dos ditos duzeentos mill cruzados soamente asy de palavra. E do que vos for respondido e de como se recebe me avisareis com aquella diligencia que vyrdes que conveem.

Item neesta primeira fala asy ao emperador como aos com que negociardes neesta materia direes tudo o que vos beem parecer como de voso de quamto se deve istymar a booa vontade e amor com que neeste concerto me movo pois em cousa tam clara minha por nunca poder aveer nenhum descontentamento amtre nos folguo de dar tamta comtia de dinheiro e que ainda que muyto meenos fora se devera aceytar e ystymar muyto minha vontade com todas outras boas palavras que vos vyrdes a este preposyto.

Item se vos fose apontado asy pello emperador como pellas pessoas com que nesto negociardes que o apontamento que vay sobre o çarramento de nam pasareem naaos neem navios daqueles lemites que vão declarados no capytollo que niso fala he aspero e de grande ynconveniente pera ho de laa. A isto e a quaesquer rezões que niso vos dereem

responderes que se asy se nam çarrase serya causa pera muy amiude vyrmos na duvyda em que agora estamos e se poder seguir amtre nos descontentamentos e que pellos nam aveer neem ser rezam de aveer ou de dar tanto dinheiro senam por cousa que fique muy segura e asentada pera nunca poder aveer duvyda semelhante da que agora ha deve parecer asy muy beem e cousa pera se aceytar pois nam teem outra temçam neem fundamento salvo pera que este concerto seja firme e pera senpre duradoiro e seem debates com todas outras boas rezoes que vos a vos bem parecer a este preposyto.

(2) Iteem se vos apontaseem que o tempo pera ho desapenhamento era pouco direes que vos nam teemdes outra comisam e que vos poderam dizer o teempo que querem pera mo spreverdes.

Iteem se vos fose dito que ho modo do juizo da pose e propiedade fazeemdo se ho desapenhamemto no teempo lemitado avia de ficar em outra maneira e nam naquela em que vay aseemtado responderes que nam he outra minha temçam salvo apartar longuras na justiça e que os juizes deputados teenham reegra certa do que ajam de fazer no juizo e nam posam viir em duvyda algũa e que por iso nam se deve niso poher pejo quanto mais que de direito asy se deve fazer e nysto do dereyto repriçares naquelle modo em que vos muy beem ho saberes fazer.

Iteem se acerca da preço vos fose tambem dito que nam era conviniente e que deve ser mayor aseemtando se pello modo em que vay declarado nos capitollos ou em qualquer outro responderes que vos nam teemdes pera mays comisam e como de voso lamçares que vos apomteem e digam o que lhe parece que mais se deve dar aseemtando se o concerto pellos meus apontamentos e que sem outra forma melhor lhe parecer que se deve segurar e fazer tambem o apontem pera sobre tudo se praticar e mo spreverdes e eu vos avisar do que ajaes de fazer.

Estes me pareceram os pontos principaes de que vos devia avisar se acerca dalguuns dos outros vos for apomtado algũa cousa repriçares como vos beem parecer conforme a minha detryminaçam nos pontos em que vos for contraryado e nam saymdo da sustancia e me avisarees de todo ho que em cada cousa pasaes muyto comprydamente (2 v.) e seem vos ficar cousa algũa do que vos for dito e apomtado e repriçardes pera eu saber melhor como vos ey de responder.

Stprita em Colmbra a cymquo dias de Novembro o secretario a fez de 1527.

Rey

Pera Antonio d'Azevedo sobre o concerto de Maluco. (L. P.)

4388. XVIII, 3-47 — Instruções enviadas por el-rei de Portugal ao seu embaixador António de Azevedo Coutinho, a respeito de Maluco. Évora, 1525, Março, 24. — *Papel. 4 folhas. Bom estado.*

O que vos Amtonio d'Azevedo Coutinho fidalgo de minha casa e do meu Conselho e Desembarguo de minha parte direes ao emperador meu muyto amado e preçado irmaao e primo a que ora vos envio por vertude de minha carta de cremça que pera ele levaes he o segimte

Iteem lhe dizee que antes de se apartarem os leterados estrologuos pilotos e marinheiros seus e meus que se ajuntaram na Raya pera o aseemto do negocio de Maluco eu lhe mandey requerer por meus embaixadores mais porogaçam de teempo por se nam tomar detryminaçam no que era lemitado ao que mandou respomder pello gram chanceler e Fernando de Velga que seus leterados viriam a elle e elle se emformaria do modo que se niso tevera e das causas por que se nom tomara conclusam. E depois de ouvidos se buscaria e poderya tomar outro modo por homde se tomase toda booa conclusam e que depois por meus embaixadores lhe foy lenbrado e requerido e por causa do negocio da conclusam de meu casamento que amdava pera de todo se acabar e comcludir e principalmente por causa de sua doemça que lhe sobreveeo eu mamdey aos ditos meus embaixadores que ho nam requereessem neem importunassem niso e que agora por saber por sua carta de sua saude e booa disposisam de que receby muyto prazer e contentamento vos envio a elle por seerdes o primeiro dos letrados que a Raya enviey e lhe dardes imteyra emformaçam do caso como pasou e ho modo que os seus niso tiveram (1 v.) e de todo o mais que a iso toca e que lhe roguo muyto que pois neeste caso quando nos comcordamos pera os seus e os meus se ajuntarem na Raya foy nosa temçam que tam amygavelmente se vise por elles como he rezam que todas as cousas d'amtire nos se façam e pera tanta conformidade d'amor como amtire nos deve aveer e ey por certo que elle fallarya com os seus como a meus embaixadores dise e teera sabido as causas por que ficou por detryminar esta duvyda veja a maneira em que isto milhor se pode acabar pois a meus embaixadores se disse que se tomaria outro modo tal per que se tomase conclusam como atras fica dicto e mo mande fazer saber por vos pera niso se entemder e tomar detryminaçam e com tanta brevidade como he rezam que amtire elle e mym se faça e mais espicialmente agora que tanto mais he acrescentado noso amor e irmlmdade que com muita rezam a ambos nos deve obrigar fazerem se as cousas d'amtire nos como amtire proplos irmãaos.

Iteem lhe direes que eu soube poucos dias ha que elle mandava fazer armada em Galiza pera hiir a Maluco e que estamdo as cousas d'amtire nos como estam e teermos tomado o aseemto que se tomou nam me parece neem esperava d'elle que neeste teempo d'agora tal mandase fazer que lhe roguo muyto que pois muyto brevemente se poder veer a justiça que cada hum de nos teem (2) principalmente acerqua da pose que ele

mande sobre seer na partida da dicta sua armada atee me mandar recado da maneira em que lhe parece que esta causa se deve veer e atee sê detryminar e que de asy ho fazer ho receberey delle em muy syngular prazer.

Iteem se elle vos respomdese culpando os meus deputados de se apartarem da comclusam do negocio vos lhe reprocas a yso emformando de tudo como pasou e mostrando lhe como a culpa diso foy a causa delles e far lhe es diso tam inteira emformaçam como vedes que compre.

Iteem se sobre isto elle vos disese que vos lamçaseys algum meo ou qual era o que me a mym parecia e quisesse que vos ho lançaseys vos escusares diso dizeendo lhe que quem ho nam podera milhor lamçar do que elle com todas outras boas palavras e dizeemdo vos que todavya o lances lhe direez que vos parece que devya seer o que estava tomado e aseentado amtre nos comtamto que fose seem longura neem formas de juizo que dese causa a muyta dilaçam e que atee se tomar detryminaçam elle nam enviase a sua armada que se diz que quer enviar e que pera amtre irmãaos vos parece cousa muy justa com todas boas palavras de como as cousas d'antre nos se deveem fazer com todo amor e muyto amigavelmente e nam somente asy se fazerem as obras mas que a todos em todas as cousas fose visto (2v.) que asy estavamos conformes e em tanta amizade como proprios irmaos deveem estar e sabees que sempre esta foy minha vontade e desejo.

Iteem de todo o que pasardes loguo a primeira veez que fallardes ao emperador que fallardes ao emperador (*sic*) e asy as pesoas pera que levaes minhas cartas e do que vos disseram e do vistes de suas vontades acerqua do negocio e de todo o mals de que vos parecer que me devees avisar me stpreve loguo muyto compridamente pello moço d'estribeira que convosquo vay o qual vyra pellas postas em grande diligencia. El quando detrymnadamente fordes respomddo me stpreveres a reposta e emviay ma asy meesmo pellas postas em toda dilygencia stprevemdo me muyto compridamente tudo o que pasastes e vos parece da vontade do emperador e daquelles com que vos mandar fallar e esperay por minha reposta e pera o despacho dos coreos levaes provisam pera Mafeu vos dar o dinheiro que pareceo que pera agora serya necessario.

Iteem levaes cartas minhas de crença pera o marquees comde Nasão e pera o bispo d'Osma confesor do emperador e pera o gram chanceler e Fernando de Velga e Dom Garcia de Padilha e pera o secretario Covos e a cada huum delles direes o que por outra ystruçam levaes.

Stripta em Evora a xxliij dias de Março o secretario a fez 1525.

Rey

D. Antonio

Istruçam d'Antonio d'Azevedo do negocio a que vay.

(L. P.)

4389. XVIII, 3-48 — Carta que el-rei de Portugal enviou a seu embaixador António de Azevedo Coutinho, a respeito do negócio de Maluco. Torres Novas, 1525, Outubro, 20. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Doutor Antonio d'Azevedo amigo eu el rey vos envio muyto saudar.

Vy as cartas que me sprevestes estes dias pasados atee a feytura desta e todo o que por ellas me fezeistes saber asy das novas como de todas as outras cousas vos gradeço muyto e ey muyto prazer de asy me spreverdes particularmente de todas as cousas e vos encomendo muyto que asy o façaes. E quanto a leembrança que me fazees do que toca hao aseento do negocio de Maluco gradeço vos muyto todo o que sobre iso me lembraees. E quando for tenpo eu vos avisarey do que niso ouver por meu serviço acerqua do que me pedys do nome d'embaixador prouve me diso como veres por minha carta e com aquela booa vomtade que teenho pera folgar de vos fazer mercee e com a confiança que teenho de vos que em tudo me avees de saber muy beem servir e asy me prouve de vos fazer mercee como verees pella provysam que vay pera Mafeu pera la vos pagar o que lhe mamdo que vos dee e tanbem vos mandara o comde do Vemioso provisam pera voso ordenado.

Stprita em Tores Novas a xx dias d'Outubro o secretario a fez 1525.

Rey

Reposta ao Doctor Antonio d'Azevedo de suas cartas.

(L. P.)

4390. XVIII, 3-49 — Carta de el-rei de Portugal a António de Azevedo Coutinho, a respeito do negócio de Maluco. Alcochete, 1527, Janeiro, 8. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Licemceado Antonio d'Azevedo amigo eu el rey vos envio muito saudar.

Mexia me deu vosa carta de [.....] ⁽¹⁾ em reposta da minha que vos sprevy a xxbij dias de Novembro pasado e vy tudo o que me sprevestes acerqua do negocio de Maluco e o que pasastes com ho emperador meu muyto amado e preçado irmãao. Sobre o que vos mandey que lhe diseseys pella dita carta e o que elle vos respomdeo e posto que as pallavras que ho emperador vos dise neesta mateeria sejam de muyto amor como amtre nos ha todavya elas me parecem muyto desviadas da sustamcia do que lhe eu por vos mandey dizer e por ellas se parece muy

⁽¹⁾ Espaço em branco no manuscrito.

claro seer negociagam e nam aquella clareza que elle nisto deve teer comiguo como elle diz que amtre nos deve aveer porque em hũa cousa em que tantas rezõees sam dadas e tantas ha como vedez neesta elle se devya convidar a poer ho preço e devya de querer que fose muyto oneesto veendo como se começou por huum maaõ portuguez que foy descobrir ho meu que ha xxx annos que pacificamente el rey meu senhor e padre que santa gloria aja estes reynos e eu posuymos. E depois aveemdo tamta rezam d'amizade d'amtre nos e el rey meu senhor e padre e eu folguarmos mais com sua alliança do que com outra neenhũa e amostrando lhe em tudo ho amor e amizade que he rezam que amtre nos aja e seemdo o meu direito tam claro e tam visto o modo que seus leterados tiveram e veendo elle cam pouco proveyto nisto recebe e quanta perda e inconvenyentes se podeem seguir elle devya de dar o talho e buscar as maneiras que fosem necesarias pera tomarmos aseemto quanto mais estar pesamdo o ponto de quem pedira primeiro que a elle nam pode servir doutra cousa senam d'acrecentar o preço e a mym prejudica me tanto como he poher o preço de compra no que teenho por meu que se outra cousa aquy nam entrasse senam o preço eu negociey sempre com elle tam chãamente e o faço em tudo que asy como em mayores preços me nam detyve em prometer o que queria dar muyto meenos ho fezera nisto. E quanto ao que me dizees que vos nam parece que releve tanto eu nomear o preço por todas estas rezõees e muytas outras me parece muyto pello contrario posto que eu aja por muy certo que vos mo dizees com aquelle amor que teendes a meu serviço e por asy verdadeiramente vo lo parecer que vos muyto gradeço.

E quanto ao que dizees do preço de que ysto vos parece (1 v.) que nam decera eu estou no que vos sprevy e em mais nam com ha meesma cauteela que emtam vos sprevy.

E o que me dizees do que Barroso la spreveo que faria dar por iso seicentos mill cruzados perque congeyturaees que nam deceram da soma dos quatrocentos mill cruzados he muy fora do que deve de seer porque nunca tal foy como vo lo sprevy e se ho nam disestes asy largamente como vo lo sprevy lho tornay a dizer porque fazemdo elle caso diso como ho faz lho posaes desfazer com a verdade e ainda pella malicia diso vos sprevy na propla carta que lhe mandara que se fose de meu reyno.

Asy que eu estou aseemtado em nam aveer de poer preço e espero que ho emperador meu irmãoo quereemdo beem olhar tudo lhe pareça rezam de elle o fazer pello quall lhe direes de minha parte que vos me sprevestes sua reposta do que vos dise e que eu istimo muyto ho amor e booa vomtade que nisto me mostra e que ho nam poso delle meenos esperar pelo muyto amor que eu teenho pera todas as cousas que forem de seu contentamento e que todas as rezoes que vos dise pera doutra maneira nam poder no concerto entender eu teenho por certo que elle nam teem nelas outro respeito mas que neesta cousa elle crea que minha vomtade nam he outra senam aquella que sempre tyve e teenho pera

esta e pera todas as outras que se oferecerem amtre nos serem feytas com tanto contentamento que em nenhũa posa aver desgosto e que por yso folguey muyto e folguo que nisto se falle por vya de concerto ainda que aja por tam clara minha justiça como por vos e por outros lhe teenho mandado dizer. E que pois eu nam compro nisto senam comprazer lhe e apartar descontentamento seu e meu que se poderia recrecer de suas naaos ireem aqueellas partes e se acertarem com as minhas que la vão e elle yrmãamente e seem modo de neguocio quer que se traute nam deve querer que por sua parte pareça que se negocea e que fallando tam chãamente como he rezam que amtre nos se falle me parece que elle me deve pedyr o que he rezam e oneesto. E olhando elle o grande amor e amizade que amtre nos ha e deve aveer achara que he muyto mais (2) obriguado ha me querer veemder a duvyda do dreito que ha dous annos que teem nesta navegaçam que eu ha lhe comprar o que teenho por meu ha tantos anos e costume geerall he que quem quer veemder ha de pedir e principalmente deve olhar que amtre os amigos aquele a que se ha de pagar a deferença que amtre eles ha deve poher o preço e tambeem que eu sam o que ey de dar o dinheiro por o que teenho por tam claramente meu e elle ho que ho ha d'aveer por cousa tam duvydosa. E pedymdo me cousa que me pareça desarezoada cabe bem dizer lho eu. E oferecendo lhe eu o que me parecese oneesto e nam mo aceytando teeria rezam de descontentamento veemdo que me nam aceytava o que lhe oferecia por hũa tal duvyda que se começou e proseguyo como elle sabe. E se ha por yncomvenyente como diz saberem seus vasallos que comete a veemder ho duvydoso quanto mais seera pera mym saberem os meus que cometo a comprar o que todos teem ha tantos teenpos por meu. *Poreem* deste ynconvenyente somos fora porque nisto se teera o segredo que diz e que compre que se teenha e depois que nos concertarmos posto que a elle nam vaa nada em cometer e a mym muyto me prazeera se compryr que digua que eu o comety.

E que por estas rezões e por todas as outras que ja lhe sam ditas eu lhe roguo muyto que elle aja por beem de vos dizer o preço que lhe parecer oneesto pera vos mo spreverdes e teenha por certo que seemdo cousa arezoada e oneesta eu folguarey muyto de o compryr e se tomar nyso loguo conclusam e de tudo o que vos sprevo atras tyramdo o que vos mamdo que lhe dignaees vos tomarees soamente meu intento e se vyrdes que he necesario em algũa reeprica lhe direes diso como de voso o que vos parecer que compre.

Iteem as cousas que vos teenho sprito asy acerqua das comdições como do reetro e naaos que sam idas com o mais do que aveyes d'apallpar acerqua dos meos de que neste negocio se podia usar temde lembrança de as fazer como vos sprevy e de tudo me avisardes.

Prouve me muyto com o que me sprevestes que pasareys com a emperatriz minha irmãa sobre esta meesma materya e foy tambeem feyto que nam (2v.) pôdia seer millhor e asy vo lo gradeço. E porque

no cabo do capitollo em que me dizyees o que com ela pasastes dizees tambeem como soubestes que ho emperador folguaria que eu lhe sprevese de minha maaõ algũas vezes e que elle tambem me sprevese cousas de folguar que faziam grande synall d'amor e amizade e nam me dizees dhomde isto seemtistes folguarey de mo spreverdes e toda outra mais pratica que sobre yso pasastes com quem vo lo fallou e se pasastes pella veemtura ao modo de que nos spreveryamos que eu tambeem folguarey com yso e com os primeiros recados averey prazer de mo spreverdes. E se niso ouve cauteela de segredo guardar se ha as outras cousas desta carta nom ha necessidade de reposta por todas serem de novas que vos muyto gradeço. E de todo o que pasar nas cortes e do que nelas se requere asy da parte do emperador como do reyno e de todas as outras que hy ouver vos gradecerey muito me fazerdes saber e tomay diso grande e espical cuidado porque alleem de com yso folguar o ey por cousa de muyto meu serviço.

Stprita em Alcouchete a oyto dias de Janeiro o secretario a fez 1527.

Rey

Da Sylva

Reposta a Antonio d'Azevedo sobre ho caso de Maluco.

(L. P.)

4391. XVIII, 3-50 — Carta de el-rei de Portugal a António de Azevedo Coutinho, com instruções a respeito do negócio de Maluco. Lisboa, 1529, Janeiro, 13. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Lecenceado Antonio d'Azevedo amigo.

Eu el rey vos envio muito saudar.

A carta que sprevestes aslnada por vos e por Pedro Afonso do que elle passou com o emperador por vos nom poderdes ir a elle por vosa indisposisam e ao capitolo de sua reposta vos respomdo por outra carta compridamente o que lhe respondeas o que vos emcomendo muito que trabalhes de fazer por vos mesmo e asy como pella dita carta vos sprevo que o façaes e de modo que nam fyque nenhũa cousa de minhas rezões que nam seja vista pello emperador de palavra a palavra porque em asy ser vay muito a meu serviço e vos gradecerey muito que quanto vos for posivel trabalhes de por vos em pesoa o fazerdes. E quando pera isso nom tiverdes disposisam de que receberey muito desprazer emtam ey por bem que vaa em companhia de Pedro Afonso Alvaro Mendez pera ambos lhe respomderem como vos o avies de fazer e lhe dizerem minhas rezões todas sem fycar pallavra dellas como dito he e lhas lerem todas

asy as que vos tenho emviadas como estas que vos aguora sprevo pella outra carta grande almda que muito mais folguaria de vos o fazedes por vos e quanto vos for posivel o trabalhay.

E nam tendo vos disposisam pera iso eu sprevo a Alvaro Memdez a carta que com esta vos emvio a qual lhe dares pera elle fazer o que dito he e a Pedro Afonso e a elle avendo de hiir avisares do que quero que se faça em ver o emperador todas minhas rezões de letra e se vos parecer bem as levarem treladadas em castelhano asy o fazea.

Acerqua das desculpas que me daes por vossa carta ao que vos esprevy vos deves ver que eu o fiz com a booa vontade que vos tenho e pera que tomaseis lembrança de asy me servirdes como por minha carta vo lo lembrava. E por certo ey que vos nom fycaria numca por fazer nada do que comprisse a meu serviço mas muito aproveita pera me aver por milhor servido terdes aquela maneira que vos sprevo e asy vos encomendo muito que o façaes e de vosa maa disposisam me des-prouve sempre e me prazera muyto quando for muito booa e nom ha a isto necessidade doutra reposta.

Pero d'Alcaçova Carneiro a fez.

Em Lixboa a xij dias de Janeiro de 1529.

Item quando vos sprevy o que fallaseis ao emperador meu irmão sobre a paz de França falley ca nisso a seu embaixador conforme ao que vos sprevy e elle lhe spreveo e por elle me mandou responder e por yso se almda lhe nam temdes fallado nam cures de lhe nisso fallar por-que asy o ey por beem e meu serviço

Rey

Reposta a Antonio d'Azevedo

(2 v.) Por el rey

Ao licenciado Amtonio d'Azevedo Coutinho do seu concelho e seu embaixador etc.

(Vestígios do selo)

(R. C.)

4392. XVIII, 3-51 — Carta de el-rei de Portugal a António de Azevedo Coutinho, a respeito do negócio de Maluco. Almeirim, 1528, Abril, 18. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Licenciado Amtonio d'Azevedo amigo eu el rey vos emvio muyto saudar.

Vy as cartas que me sprevestes por este voso creado feytas a xij dias deste mees.

E quanto ao que vos falou ho emperador meu muyto amado e pre-
gado irmão sobre o de Maluco despoes de vos falar no que toca a Ruy
Telez e a Joham de Saldanha eu vos teenho ja respondido o que niso
lhe respondeaes e por yso nam he necesario outra reposta soamente que
vos gradecerey me avisardes com aquella diligencia que vilrdes que com-
pre do que a yso vos responderem neem tambem he necessaria reposta
acerqua do espedir e despacho d'Onorato porque sobre iso vos tenho
sprito o que lhe fallees e asy sobre as cousas em que elle me falou da
parte del rey de França. E quanto ao mais que vos dise da pessoa que
era avisado que la avia d'yr por via d'Onorato ou por seu mamdado pera
efeyto do que vos falou e asy da vymda a mym da pesoa de madama
d'Amgoleyma may del rey de França o que quis que me spreveseys como
de voso folguey de mo spreverdes e no da ida da pesoa la beem lhe
poderes dizer que mo sprevestes asy como de voso como elle vo lo
encomemudou e que eu vos sprevy que a mym nam me avia de ser fallado
em tall cousa e que se la for teer e o mandar premder podera acerqua
delle mandar fazer o que for de mais seu contentamento e que de vymda
de pesoa a mym de madama nam teenho atee agora sabydo nada.

Iteem no que dizees que de la se me spreve em se aseemtar de novo
acerqua da entrega do reyno a reyno em mais casos daquelles sobre que
estaa capitollado se me vier diso recado responderey como me beem pare-
cer e gradeço vos o aviso diso.

No que dizees que se foy fazer de Campo Maior a Badajoz em que
vos fallou o emperador loguo como diso fuy avisado pello ynquesydor
de Badajoz e pellos regedores da cidade mandey niso prover com grande
(1 v.) diligencia e ao corregedor da comarqua damtre Tejo e Odiana
que fose em pesoa tirar diso inquiriçam e prendese todos os que achase
culpados e far se a comprymto de justiça inteiramente.

E asy o dizee ao emperador meu irmão e seu embaixador vio a
diligencia com que se fez.

Todas as novas destas cartas vos gradeço muyto e asy vos grade-
cerey de todas as que mais ouver me avisardes compridamente e o tre-
lado dos capitollos do que requerem os do imperio que se emende na
igreja folgarey de me enviardes.

Sprita em Almeirym a xbiij dias d'Abril.

O secretario a fez 1528

Rey

Reposta a Antonio d'Azevedo das cartas que trouxe o seu criado
de xiiij dias deste mes.

(2 v.) Por el rey

Ao licenciado Antonio d'Azevedo Coutinho do seu Conselho e seu
embaixador etc.

(Vestigios do selo)

(R. C.)

4393. XVIII, 3-52 — Carta de el-rei de Portugal a António de Azevedo Coutinho, a respeito do negócio de Maluco. Lisboa, 1528, Setembro, 13. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Licenceado Antonio d'Azevedo amigo.

Eu el rey vos envio muyto saudar.

Com esta vos envio hũa carta de minha mãao pera a emperatriz minha muito amada e preçada irmãa que lhe sprevo sobre a conclusam do negoceo de Maluco e me reporto nela a vos que lhe darees comprida comta do que niso faço. Dae lhe a dita carta e lhe dizee tudo o que vos sprevo e minha detryminaçam e que faça niso o que eu della espero persuadyndo a pera yso asy beem como eu sey que ho saberes fazer e spreve me o que ella niso fizer.

Sprita em Lixboa a xliij dias de Setembro.

O secretario a fez 1528.

Rey

Pera Amtonio d'Azevedo sobre a carta de mãao de Vosa Alteza que vay pera a enperatriz que lha dee e toda a conta do que Vosa Alteza faz no negoceo de Maluco

(2 v.) Por el rey

Ao licenciado Amtonio d'Azevedo Coutinho do seu Conselho e seu embaixador etc.

(Vestígios do selo)

(R. C.)

4394. XVIII, 3-53 — Carta de el-rei de Portugal a António de Azevedo Coutinho, a respeito do negócio de Maluco. Almeirim, 1528, Abril, 9. — *Papel. 4 folhas. Bom estado. Selo de chapa.*

Lecemceado Amtonio d'Azevedo amigo eu el rey vos envio muyto saudar.

Nam vos respondy atee guora aos hapomtamentos das repostas que vos foram dadas aos meus apomtamentos que vos envley pera ho asento do concerto de Maluquo porque se me ofereceram outros negoceos que nam deram a yso lugar e tambeem porque como o emperador meu muyto amado e preçado irmãao nam asentou no capitulo 3.º em que apomtei ho sobre que se avia de fazeer o concerto comveio veer a

maneira em que se asentaria pera ficarmos fora de toda duvyda e daquella em que aguora estamos.

Agora respondo como verees pellos apontamentos que vos envio a todos os capitulos das repostas que me enviastes e acerca do ponto principall sobre que o contrato e concerto se ha de fazer. *E* porque ey de dar o preço em que nos concertarmos me resolvly o melhor que me pareceo em que disisto de muy grande parte do que primeiro apontey conformando me com o que sobre isso me esprevestees de vosso parecer e parece me que se nam deve recusar pellas rezões que pello dito capitulo veres.

E asentando niso o emperador e avendo diso voso recado e de todos os outros apontamentos de minhas repostas que sam tam justos e onestos entam vos avisarey e responderey a mais cota que por isso darey alem dos dozentos mill cruzados que tenho oferecidos posto que seja cota pera com rezam se dever aceitar. *Muyto* vos encomendo e mamdo que logo apresentes minhas repostas ao emperador meu irmão e lhe dizee que eu nam posso leixar de muyto desejar deeste concerto e contrato se concluyr neem numqua diso (1 v.) me apartey nem faço nisso neguocio como me esprevestees que elle vo lo disera mas folguo muito de se acabar por todas as rezões e causas que por muytas vezes tenho dito que aguora escusso em dizer lhe que asentando elle nas repostas de meus apontamentos folguarei de lhe dar mais alem dos dozentos myll cruzados que tenho oferecidos o que poder e for rezam e o mais em breve que for posivel.

Folguarei de me responderdes.

Iteem pera melhor estruçam vosa do comtheudo em os apontamentos de minha reposta me pareceo beem vos declarar em allguns deles a rezam e fundamento que tenho pera asy a elles responder e se deverem assemtar no modo e maneira que neles he comtheudo e sam estees.

Iteem no capitulo primeiro que falla na outorga dos povos parece que todavia se deve assemtar assy como he comtheudo no dito capitulo e que se nam deve recusar pois se nom faz senam pera mayor seguridade e firmeza do contrato pello que o emperador comcedeo a seus povos em cortees sobre ho da espeçaria que ca vy e de que vos mando o trelado e vos saberes muy beem reprimir de direito a qualquer impedimento que niso vos fose oferecido e por ysso escuso de vos dizer niso mais.

(2) Iteem no segundo capitulo dizeem que o tempo ha de seer perpetu pera remyr etc. *Meu* fundamento hee porque pois o emperador quer que esta comdiçam de pacto de retro vendendo seja em perpetu e que este nelle soamente o tyrar cada vez que quiser e eu aveer d'estar incerto de quando sera hee necesario que se asente que primeiro que se tyre se veja e detrimine primeiro o direito da propiedade como vay no dito capitulo porque doutra maneira estaria nelle cada vez que quisesse dar o dinheiro e ficar a contemda sem nenhũa detriminaçam. *E* pois aguora vimos neste concerto por harredar todos os azos de que se poderam

seguir descontentamentos he beem que fique logo asentado de maneira que desfazendo se este comtrato nam tornem a ficar as duvidas que aguora estam.

Item no 3.º capitulo em que respondo ao emperador aos lemites por omde se ha de lançar a linha ymaginaria e que nam navegem pelos mares da dita linha pera Maluco meu fundamento he de yssso se asemtar asy porque lançando se toda por maar seem tocar em terra fyrme ou ilha nom seria cousa certa e sempre poderia haveer as mesmas duvidas que aguora haa.

E porque estas ilhas sam despovoadas e de nenhũu proveito he beem que por ellas se lancee porque se posa logo aguora lançar ymaginatyvamente e ficar sabido lugar certo por omde a linha fica lançada porque de necesydade nom pode leixar (2 v.) de seer lançada por ylhas ou terra fyrme.

E quanto ao que neste mesmo capitulo diguo que não navegeem pelos mares por omde minhas armadas vam pera a India a causa por que a isso me movo hee porque no capitulo primeiro que vos mandey de Coimbra eu apontey que nam mandase o emperador armar nenhũuas naaos nem navios de quallquer genero e calydade que fosem pera navegarem e descobrirem pello maar da banda do sull do Estreito de Magua-lhães pera demtro neem pera poderem yr pera nenhũas ilhas neem terras fyrmes etc. E posto que eu tevese rezam de insistyr que se asemtase asy por se tirarem as duvydas e ymconvinientes que diso se podiam seguir de que aguora desisto como vay declarado pello capitollo que niso falla pellas rezõees do dito capitolo que sam de tamta inpurtaancia. Nom se asemtando assy nam he rezam que eu emtemda neste concerto.

E quanto as vinte legoas que se apontavam em seus apontamentos nom levava caminho e era cousa fora de rezam.

Item quanto ao capitulo oytavo que falla acerqua do julgar o Papa o concerto e contrauto de consentimento d'ambas as partes como nelle he contheudo vos lembro que se pela ventura o emperador niso por allgũu respeito agora tener pejo eu serey comtemte de se todavia acabar o concerto (3) e comtrato e de cumpryr com o direito ao tempo em que nelle for declarado posto que aindam nom seja jullguado comtanto que elle dee as provisõees necesarias pera em qualquer tempo se poder pedir ao Papa que o julgue sem mais o emperador seer pera yssso requerido. E posto que vos nam ponham impidimento no deste capitulo vos o poderes dizer loguo.

Berthollameu Fernandez a fez em Almeirim a ix dias d'Abril de 1528.

Rey

Pera Antonio d'Azevedo lenbrança sobre alguns capitulos dos que agora lhe vão pera o concerto e asiento de Maluco

(4 v.) Por el rey

Ao licenciado Antonio d'Azevedo Coutinho do seu Conselho e seu embaixador etc.

(selo)

(R. C.)

4395. XVIII, 3-54 — Confirmação (*traslado da*) das capitulações e tratado de paz feito entre Portugal e Castela. Lisboa, 1522, Julho, 23. O traslado é de Lisboa, 1533, Fevereiro, 21. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Dom Joham per graça de Deus rey de Portuguall e dos Allguarves daquem e dallem mar em Africa senhor de Guine e da conquista navegaçam comercio de Ethiopia Arabia Persia e da Imdia.

A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que Carollo quilnto eleito emperador dos romaanos sempre augusto rey d'Alemanha de Castella das duas Cezilias de Jerusalem etc. meu muito amado e preçado primo enviou a nos Carolo de Popeto senhor de Laxau do seu Comselho e seu camareiro por seu embaixador e amtre allgũas cousas que de sua parte nos dise por vertude de sua carta de cremça que nos deu juntamente com Christovam de Barroso protonotairo apostolico do comselho e secretairo do dito emperador meu primo nos falou da confirmaçam e aprovaçam que amtre elle e nos se fezesse das capitulações e asento das pazes damtre nossos reinnos e sennorios e os seus reinnos e sennorios de Castella etc assy como foram asentadas e comcordadas amtre ell rey Dom Afonso e el rey Dom Joham seu filho meus tios e el rey Dom Fernando e a rainha Dona Issabell sua mulher meus avoos que samta gloria ajam. As quaees pazees e capitulações dellas asl mesmo foram confirmadas e aprovadas por el rey meu senhor e padre que samta gloria aja e por ser cousa de que todo bem repouso e descamso se segue a hũa parte e a outra e causa de maior comservaçam do muito amor rezam e obriguaçam que ha amtre nos por nosso muy conjunto divido ha nos prouve d'aprovar confirmar reteficar como de feito por esta pressemte carta reallmente e com efeito aprovamos confirmamos e retificamos e avemos por booa a capitulaçam e asento das ditas pazees asy e naquella maneira e com aquelles pautos obriguações renumciações vinculos penas e comdições e com todas as clausullas com que foram asentadas e comcordadas polos ditos reis e rainha e asy como he comtiudo e declarado nas proprias cartas das ditas capitullações e asento de pazees por elles asinadas e aseelladas dos seus sellos de que cada hũa das partes tem a sua e prometemos e ficamos e juramos ao sinall da cruz e aos Santos Avangelhos por nosas mãaos corporallmente tamgidos presente o dito moonseñor de Laxao embaixador do dito emperador meu primo e

o dito secretario de em todo e per todo comprirmos guardarmos e mantermos ha (1 v.) dita capitulaçam e asemto das ditas pazes e cada coussa dellas nelle contiudas a boa fee sem maaõ emgano sem arte e sem cautella allgũa por nos e por nossos erdeiros e sobcesores e por nosos reinnos e sennorios terras geemtes subditos e naturaees deles sob as clausullas pactos obriguações pennas vinculos e renunciações no dito contrauto e asemto de pazees contiudas.

E por certidam e coroboraçam e com vallydaçam de todo mandamos fazer esta carta por nos asinada e aselada do noso sello pemdente e a dar ao dito monseor de Laxao embaixador pera a dar ao dito emperador meu primo.

Dada em nossa muy nobre e sempre leal cidade de Lixboa a xxliij dias do mes de Julho.

Jorge Rodriguez a fez de 1522

Eu Antonio Carneiro secretario do muyto alto muyto eixcelente princepe e muyto poderoso senhor el rey nosso senhor do seu Conselho e seu pubrico notario geeral em todos seus reynos e senhorios dou fee que por mandado do dito senhor eu tirey de minha nota este trelado de carta acyma sprito da confirmaçam das pazees damtre Sua Alteza e o muyto alto muyto eixcelente princepe e muyto poderoso senhor o senhor emperador que foy dada a monseor de Laxaut seu embaixador e precurador pera ha levar a Sua Magestade e por mym a eixaminey e conercey e vay como estaa na propia.

E por certidam diso fiz este sobescrevimento por mynha mão e ho asyney de meu pubrico synal.

Em Lixboa a xxj dias de Fevereiro de 1533

(Lugar do sinal público)

(R. C.)

4396. XVIII, 3-55 — Confirmação da paz feita entre Portugal e Castela. Lisboa, 1522, Setembro, 23. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Dom Joham per graça de Deus rey de Portugal e dos Algarvees daqueem e dalem mar em Africa senhor de Guine e da conquista navegam commercio de Etiopia Arabia Persia e da Imdia.

A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que por Carillo de Popeto senhor de Laxao do Comselho camareiro e embaixador de Carlos quinto emleito emperador dos romaanos seempre augusto rey d'Alemanha de Castela das duas Cizillas de Jerusalem etc. meu muyto amado e preçado prymo e por Christovam de Barroso protonotairo do Samto Padre e do Comselho e secretairo do dyto emperador meu primo como

seus soficientes e abastantees precuradores segumdo mostraram por sua soficiente e abastante precuraçam por ele asinada e aseelada do seu seelo impyrial em peemdemte a qual ficou em noso poder foy comnosquo e em nosa presença comcordado firmado e aseemtado que amtre nos hee o dyto emperador meu primo foseem confirmadas e aprovadas as pazees amiguas damtre nosos regnos e senhorios e os seus reignos e senhorios de Castela as quaees foram feitas asentadas e comcordadas por el rey Dom Afonso e el rey Dom Joham seu filho meus tios que samta gloria ajaam e por el rey Dom Fernamdo e a rainha Dona Ysabel sua molheer meus avoos que samta gloria ajam e asy meesmo confirmadas e aprovadas por el rei meu senhor e padre que samta groria aja da qual confirmaçam e aprovaçam das ditas pazees pelo muy comjuntto dyvydo rezam e obrigaçam que amtre nos ha e por mayor comservaçam d'amor e amyzae e bem unyversal das cousas de hũa e a outra parte a nos prouve e passamos diso nosa carta por nos asynada jurada e aseelada do nosso seelo de chumbo asy e na maneira que em ella hee comtyudo.

A qual mamdamos dar ao dito senhor de Laxao pera ha levar e dar ao dito emperador meu primo e elle por vertude do dito seu poder e precuraçam se obrigou por publica stpitura de da[r] feitura dela a quatro mesees primeiros seguintes ho dito emperador meu primo nos envlar outra (1 v.) taal carta por ele asinada e jurada e aseelada do seu seelo d'aprovaçam e confirmaçam das ditas pazees segumdo na dita stpitura d'obrigaçam mais compridamente he comtyudo e porque o juramento que ho dyto emperador meu primo ha de fazeer da dita confirmaçam e aprovaçam das ditas pazees e de todo o comtyudo na dita nosa carta que asi ha de dar tal como a nossa que levou o dito senhor de Laxao embaixador see require ser em presença de noso precurador.

Nos comfiando da lialdade sabeer e descryçam de Luis da Silveira de noso Conselho e nosso guarda moor que enviamos por noso embaixador ao dito emperador meu primo ho fazeemos ordenamos e estabelecemos por noso espicial certo e verdadeiro precurador pera que por nos e em noso nome receba do dito emperador meu primo ho juramento em prometimento e firmezas da dita confirmaçam e aprovaçam das ditas pazes segumdo que hee comtyudo na propia nosa carta que nos diso pasamos e dele receba outra tal asy jurada e alyrmada e por ele asinada e aseelada do seu seelo em pemdeemte pera no la trazer. E portamto lhe mamdamos dar esta dita precuraçam por nos asynada e aseelada de nosso seelo redomdo de nosas armas.

Dada em a nosa cidade de Lixboa a xxiiij dias do mees de Setembro. Bertolameu Fernamdez a fez de mil bxxxij

(R. C.)

4397. XVIII, 3-56 — Carta de D. Francisco, duque da Bretanha, a respeito da paz. Redon, 1476, Agosto, 29. — *Pergaminho. Bom estado.*

François par la grace de Dieu duc de Bretagne conte de Montfort de Richemont d'Estampes et de Vertus.

A tous ceulx que ces presentes lettres verront salut.

Comme chose lovable et a Dieu agreable soit entre les princes faire nourrir et entretenir paix et concorde entr'eulx pour le bien et tranquillite de leurs pais et subgetz et ad ce que leurs dits subgetz pouissent seurement frequanter comierser et marchander par mer et par terre les ungs avecques les autres et soit ainsi que par avant ces heures entre tres hault et tres puissant prince notre tres chier et tres aime seigneur et cousin le roy de Portugal et d'Algarbe pour lui ses roiaumes et subgetz d'une part et nous noz pais et subgetz d'autre ait este prinse accordee et acceptee treve abstinance de guerre juczques a certain temps qui encores est a exheoir et finir depuis lequel accord de treve sont entrevenuz des invasions primses et pilleries a la mer des ungs sur les autres sur quoy ait este donne aucunes marrques d'une et autre part et a present nous ait le dit seigneur roy par Pelican son officier d'armes envoye ses lettres patentes par lesquelles il ait refourme et conferme la dicte treve selon les lettres sur ce faictes et ait quicte et aboly toutes les prinse domalgues et pilleries faictes dempuis le dabte des dites lettres par noz subgetz sur les siens parceque de notre part nous faezons le semblable pour ses ditz subgetz.

Savoir faisons que nous considerans les choses des surdictes et les grans biens proffilt et utillite qui peut advenir es pais et subgetz d'une part et d'autre pour leur communicacion et excercice en fait de marchandise voulans de notre part les y entretenir et favoriser ainsi que a fait le dit seigneur roy a nous. *Aujourduy* par deliberacion de notre conseil et pour ce que tres bien nous plaist reforme reintegre et conforme reformons reintegrans et confermons par ces presentes la dicte treve et vraye concorde par nous prinse avecques le dit seigneur roy ses roiaumes seigneuries vassaulx et subgetz et de nouveau entant que mestier est a nous donne et donnons seurte et sauf conduit a se[s] dites vassaulx et subgetz presents et futures de venir mareer passer et repasser o leurs navires et marchandises queulxcomques en noz pais havres et seigneuries y resider comierser et faire leurs negoces et fait de marchandise sauvement sans ce qu'ilz soient chargez d'acquitz gabelles ne autres devoirs en plus large qu'ilz ont este es temps passez et en oultre pour ce que des dictes prinse pilleries et spoliations seroit chose difficile faire les restitucons et rescompensacions des ungs aux autres et plus en cousteroit la poursuite que ce que en pourroit estre eslige et pour ce que le dit seigneur roy a remis quicte et aboly les dites choses a nos dits subgetz nous avons semblablement pour le bien et entretenement de la dicte treve et concorde remis quicte et aboly remectons quictons et abolissons par ces presentes a jamais en perpetuel les dits domalgues prinse et spoliacions faictes par ses dits subgetz sur les autres depuis la dabte des lettres de la dicte treve en quelque maniere que ce

soit comme choses ligitimement compensees de l'un a l'autre en relectant et estaignant par ces dites presentes tous droitz cictions et remedes de droit aides et secours ordinaires extraordinaires qui pourroient compecter et estre quises et demandees a cause des dites spoliacions prinsees et domaiges promectans de bonne foy et en parolle de prince faire ad ce que dessus est dit et recite tenir et garder estat sans enfreindre.

En tesmoign de ce nous avons signe ces presentes de notre mam et fait seeller de notre seel

Donne en notre ville de Redon le vignt neufvieme jour d'Aoust l'an mil iiii^e et solxante saeze

Françoys

(Fita de pergaminho donde pendia o selo)

Par le duc de son commandement et en son conseil

Naboceau

Mn^{do} (?)

(R. C.)

4398. XVIII, 3-57 — Privilegios (*traslado dos*) dados pelos reis de Portugal ao concelho e moradores da villa de Sabugal e seu termo. Sabugal, 1499, Fevereiro, 25. — *Papel. 10 folhas. Bom estado.*

4399. XVIII, 4-1 — Demarcação (*traslado da*) dos termos de várias terras, na raia, entre Campo Maior e Badajós. Lisboa, 1505, Dezembro, 30. — *Pergaminho. 8 folhas. Bom estado.*

... .. (1)

viñham hi aqueles que el rey de Castella hi avya de mandar pera esto convem a saber o bispo de Badalhouce e Lourenço Gonçalvez de Pedroso e Gonçalo Fernandez Chanca d'Enxerez pero lho fezerom saber per sas cartas per duas vezes que fossem em aquel logar em o dicto dia pera começarem aly e porque os hi nom achavom nem vilam da fronta que faziam pedirom a nos taballaaes que lhe dessemos testemunhos do dia que hi chegavom e da obra que hi faziam. E logo frontarom ao dito procurador do concelho de Campo Mayor se avyam cartas ou privilegios ou testemunhas pera provar per hu era o seu termo que lhas mostrassem ou se estavam agravados dos de Badalhouce em algumas cousas que lho

(1) *Falta o princípio do documento.*

dissessem e que fariam sobre ello o que lhes per el rey era mandado. E logo o dicto procurador disse que estavam agravados no termo que lhe era embargado novamente penhorando os seus vezinhos que hi paciam e talhavom naqueles logares em que estavam em posse passava de cynquenta e seseenta anos e mais. E depois disserom ao dicto procurador que chegasse as testemunhas per que entendia de provar per hu era seu termo. E o dicto procurador nos apresentou estas testemunhas desta enquiriçom que se adeante segue. As quaes foram apresentadas e juradas e preguntadas estando no dicto logo desuso escripto no dicto dia per ell rey he posto e mandado e de como achamos o fecto da verdade envyamo lo a Vossa Mercee e salvo que tiramos o traslado no concelho asy como nos per vos he mandado. E logo no dicto logo os dictos Martin Gomez e Pero Martinz e Estevom Martinz a petiçom de Domyngos Esteveez procurador do concelho em logo de Joham Symom procurador desta meesma preguntaram estas testemunhas que lhe o dicto procurador apresentou as quaaes se adeante seguem.

E primeyramente Andres Nuno vezinho do dicto logo jurado sobre os Santos Evangelhos preguntado pola verdade do dicto fecto como sabia per hu parte o termo de Campo Mayor com o termo da cidade de Badalhouce disse que o sabe per esta guisa. *Que* o termo que se toma na Ribeyra de Caya ao Moynho de Dom Acenço e des y como se vay ao poço da Exara caminho de Badalhouce e des y como se vay ao poço d'Esso a casa de Joham Mamede e des y a cabeça da Livaá e des y aos Mestos hu se junta Severa com Botova. E que sabe que per estes logares lograram sempre e persuirom por termo de Campo Mayor des que el rey Dom Denys cobrou Campo Mayor e em tempo de Dona Branca des que a Dona Branca cobrou e em tempo de Dom Afonso Sanchez e outrosy em tempo del rey Dom Afonso que ora he que Deus (1 v.) mantenha. E que outrossy sabe que os vezinhos e moradores de Badalhouce que avyam herdades em estas devisões per hu os termos partem os quaaes som Andres Pirez e Tareyja Pirez sua irmã e Joham Mamede e seus filhos e os que despos eles veherom e todolos outros que lavraram as dictas herdades sempre derom as dizimas daquello que avyam a Campo Mayor e que se acorda desto des cincoenta e mais ataa o tempo d'ora. E que se acorda que dos que assy moravom naquel termo convem a saber que som vezinhos em Badalhouce e moradores que pagavam nas talhas e nas peitas que compriam ao concelho de Campo Mayor assy como pagavom e pagam todolos outros vezinhos de Campo Mayor.

Item Domyngo Joham Bugalho jurado sobre os Santos Avangelhos preguntado pola verdade do dicto feito como sabia per hu parte o termo de Campo Mayor com o termo da cidade de Badalhouce disse que sabe per esta guisa. *Que* o termo que se começa na Ribeyra de Caya ao moyinho de Dom Acenço e des y como se vay ao poço da Exara caminho de Badalhouce e des y como se vay ao poço d'Esso a de Joham Mamede e des y como se vay a cabeça da Livaá e des hi aos Mestos onde se junta

Severa com Botova. E que sabe que per estes logares sempre persuirom por termo de Campo Mayor des que el rey Dom Denis cobrou Campo Mayor e em tempo de Dona Branca des que a Dona Branca cobrou e em tempo de Dom Afonso Sanchez e outrosy em tempo del rey Dom Afonso que ora he que Deus mantenha. Outrossy sabe que os vezinhos e moradores de Badalhouce que am herdades em estas devisões per hu os termos partem os quaaes som Andres Pirez e Tareyja Pirez sua irmã e Joham Mamede e seus filhos e os que depois delles veerom e todollos outros que nas dictas erdades lavraram sempre derom as dizimas daquello que avyam a Campo Mayor e pagavom em todalas peitas e em todalas outras cousas asy como os vezinhos de Campo Mayor e respondiam per fiees por quaaesquer cousas que lhe demandassem come os vezinhos de Campo Mayor. E que outrosy sabe que se os gaados de Badalhouce ou de Alboquerque passavam estes logares que lhos montavom e levavom os montados delles pera Campo Mayor.

Item Joham Rey jurado sobre os Santos Evangelhos perguntado se sabia per hu parte o termo de Campo Mayor com o de Badalhouce disse que se acordava (2) de quando ell rey Dom Denis cobrou Campo Mayor e que esto ha seseenta anos segundo seu entendimento. E que sabe que o termo que he per estes logares como se começam ao moynho do Branco e como se vay a cabeça da Lyvaa e des y como se vay ao poço d'Eso a casa de Joham Mamede e des hi ao poço da Exara caminho de Badalhouce e des y como se vay entrar em Caya ao moynho de Dom Acenso. E isto vyo lograr no tempo dell rey Dom Denys e no tempo de Dona Branca e no tempo d'Afonso Sanchez sem embargo nehum e esso meesmo em tempo del rey Dom Afonso nosso senhor que ora he.

Item Domyngo Symom dos Migallejos jurado sobre os Santos Evangelhos e perguntado se sabia per hu parte o termo de Campo Mayor com o de Badalhouce disse el testemunha se acorda do tempo que Campo Mayor era de Castella e que em aquell tempo viia lograr o termo de Campo Mayor per estes logares como se começa na Ribeira de Caya ao moynho de Dom Acenço e como se vay ao poço da Exara caminho de Badalhouce e des y ao poço d'Eso a casa de Joham Mamede e des y como se vay a cabeça da Lívaa e des y as Mestas hu se junta Severa com Botovam. E que por estes logares ho viia lograr depois que ell rey Dom Denis cobrou Campo Mayor e em tempo de Dona Branca e em tempo de Dom Afonso Sanchez e em tempo del rey Dom Afonso nosso senhor que ora he. E que per estes logares vyo montar os gaados de Badalhouce e de Alboquerque que passavam des estes logares aquem e levavom delles o montado pera Campo Mayor e que el testemunha os ajudou a montar.

Item Estevom Rey jurado sobre os Santos Avangelhos perguntado se sabia per hu partya o termo de Campo Mayor com o de Badalhouce disse que el testemunha que se acorda de quando ell rey Dom Denis mandou esparger a moeda em Campo Mayor e des este tempo aca vyo

sempre lograr por termo de Campo Mayor per estes logares como se começa em Severa ao moynho do Branco e como se vay a cabeça da Lyvaa e des y como se vay ao poço d'Eso a casa de Joham Mamede e des y como se vay ao poço da Exara caminho de Badalhouce e des y como se vay entrar em Caya ao moynho de Dom Acenço. E per estes logares o vyo sempre lograr por termo de Campo Mayor e montar os gaados de Badalhouce e d'Albuquerque passavam des estes logares aca e levavam os montados delles e prendiam os caçadores que hi achavam matar a caça e tragliam nos presos pera Campo Mayor e que os vezinhos e moradores de Badalhouce que tiñham as herdades em estes logares davom os dizimos a Campo Mayor e pagavom nas peitas e talhas e em (2 v.) todallas outras cousas assy como los outros vezinhos de Campo Mayor e respondiam per fiees por qualquer cousa que lhe demandassem em Campo Mayor come vezinhos.

Item Joham Apariço jurado sobre os Santos Evangelhos perguntado como sabya per hu partya o termo de Campo Mayor com o termo de Badalhouce disse que el testemunha se acorda de quando Campo Mayor era do bispo Dom Gil bispo de Badalhouce e que a filhou el rey Dom Donis (*sic*). E que des aquel tempo aca sempre vira lograr por termo de Campo Mayor per estes logares como se começa na Ribeyra de Caya ao moynho de Dom Acenço e como se vay ao poço da Exara caminho de Badalhouce e como se vay ao poço d'Eso a casa de Joham Mamede e des y a cabeça da Lyvaa e des y as Mestas hu se junta Severa com Botova. E que sabe que des aquel tempo aca que sempre o lograrom por termo de Campo Mayor sem referta nenhũa e tambem em tempo del rey Dom Denis e em tempo de Dona Branca e em tempo de Dom Afonso Sanchez e em tempo del rey Dom Affonso nosso senhor que ora he salvo que ora des pouco tempo aca que os de Badalhouce que passam aquem e penhoram os homeens que hi acham e levam as bestas e os penhores que lhe acham e lhes fazem muyta sem razom. E que sabe que os gaados de Badalhouce e d'Albuquerque que passavom des estes logares aca que lhes montavom os gaados e lhes levavam os montados pera Campo Mayor e que outrosy sabe que os vezinhos e moradores de Badalhouce que am as herdades em estes logares que pagavom e pagam nas peitas e nas talhas e em todalas outras cousas assy come os outros vezinhos de Campo Mayor e que davam e dam os dezimos daquello que am a Campo Mayor e respondem per fiees por qualquer cousa que lhe demandem em Campo Mayor come vezinhos..

Item Andres Pirez jurado aos Santos Evangelhos perguntado pella verdade do dicto fecto disse que el testemunha vira viver a Andres Pirez seu padre em Badalhouce e que el testemunha ouvya dizer ao dicto seu padre que o termo de Campo Mayor e de Badalhouce partya pella Ribeyra de Caya ao moynho de Dom Acenço que he na dicta Ribeyra e como se vay ao poço da Exara caminho de Badalhouce e deste poço ao poço d'Eso a casa de Joham Mamede e deste poço a cabeça da Livaa e da cabeça

da Liva as Mestas hu se mete Severa com Botova. E que lavrava hũa sua herdade que he a par do dicto caminho e que do que hi avya que pagava o dizimo a Campo Mayor e que os de Campo Mayor montavom e guardavom o dicto termo pellas dictas devisões e logares e que ell (3) des que em esta terra mora que per ally o vyo husar e guardar e sabe que Tareyja Pirez sua ty a e os outros que hi morarom que peytam nas peytas e talhas do concelho da dicta villa de Campo Mayor come os outros vezinhos de Campo Mayor.

Item Andres Ruyvo jurado sobre os Santos Evangelhos preguntado como sabya per hu parte o termo de Campo Mayor com o termo de Badalhouce disse que ell testemunha se acorda de quando el rey Dom Denys cobrou Campo Mayor. E que em aquell tempo que Campo Mayor era do bispo Dom Gil o bispo de Badalhouce e que des aquel tempo aca que sempre vira lograr o termo per estes logares como se começa na Ribeyra de Caya ao moynho de Dom Acenço e como se vay ao poço da Exara caminho de Badalhouce e des y ao poço d'Esso a casa de Joham Mamede e des y a cabeça da Lyvaa e des y as Mestas hu se junta Severa com Botovam e que per estes logares o lograrom por termo de Campo Mayor em tempo dell rey Dom Denis e da ifanta Dona Branca e d'Afonso Sanchez e em tempo del rey Dom Afonso nosso senhor que ora he salvo ora des pouco tempo aca que os penhoram aaquem destes logares se hi acham talhar ou caçar e lhes tomam as bestas e penhores e lhos levom e lhe fazem muyta sem razom. E que outrosy sabe que os vezinhos e moradores em Badalhouce que am as herdades em estes logares e os outros que em ellas lavram que davam e dam os dizimos daquello que am a Campo Mayor e que pagavom e pagam nas talhas e peytas e em todallas outras cousas asy como os outros vezinhos de Campo Mayor e que se os gaados de Badalhouce ou d'Alboquerque passavam des estes logares aquem que lhos montavam e lhes levavom os montados deles pera Campo Mayor. E que outrosy os de Badalhouce que teem as herdades nos dictos logares respondem por flees em Campo Mayor per qualquer cousa que lhe demandem come os outros vezinhos de Campo Mayor.

Item Joham Vicente do Castello jurado sobre os Santos Avangelhos preguntado como sabia per hu parte o termo de Campo Mayor com o termo de Badalhouce disse que el testemunha ouvira dizer a seu padre Vicente Eanes e a Bertolameu Joanes seu tyo que eram da provaçom da terra que em tempo que Campo Mayor era do senhorio de Castella que lograva por seu termo per estes logares como se começa na Ribeyra de Caya ao moynho de Dom Acenço e des y como se vay a cabeça da Lyvaa e des y as Mestas onde se junta Severa com Botovam. E que el testemunha des que se acorda que sempre vyo per aly refertar e defender por termo de Campo Mayor e que montavom os gaados que hi achavom de fora parte (3 v.) e levavom o montado delles pera Campo Mayor e penhoravom os caçadores e os que hi achavom cortar e caçar no seu

termo os que eram de Badalhouce. E que outrossy el testemunha sabe que tomarom bestas carregadas de trigo a huum seu irmão que vinha de Castella com ell e que lhas tomarom os guardadores de Badalhouce a casa de Joham Mamede e que os homeens boons de Campo Mayor se mandaron querelar aos de Badalhouce dizendo que os seus guardadores fezerom sem razom ao seu vezinho porque lhe tomarom as dictas bestas no dito logo que era termo de Campo Mayor e que os dictos homeens boons de Badalhouce veendo que os dictos seus guardadores tomarom as dictas bestas ao vizinho de Campo Mayor sem razom e como nom deviam porque lhas tomarom a casa de Joham Mamede que he termo de Campo Mayor mandaron lhas entregar as dictas bestas. E que outrosy sabe que os vezinhos e moradores em Badalhouce que am as herdades nos dictos logares que dam dellas o dizimo de todo aquello que hi am a Campo Mayor e que pagam nas talhas e nas peitas e em todallas outras cousas e respondem por flees em Campo Mayor por qualquer cousa que lhe demandam asy como os outros vezinhos de Campo Mayor e que elle testemunha teendo rendadas as meucas de Campo Mayor que ell fora dezimar os gaados aqueles logares hu som as dictas divisões do dicto termo e lhas derom sem referta nenhũa.

Item Vaasco Afonsso Partygrão jurado aos Santos Evangelhos perguntado como sabya per hu parte o termo antre Campo Mayor e Badalhouce disse que el testemunha ouvyra dizer a Afons'Eanes seu padre que seendo Campo Mayor do bispo Do (sic) Gill o bispo de Badalhouce que avya o dicto bispo o temporal e o espiritual e que lhe fora dado o temporal per el rey Dom Sancho padre del rey Dom Fernando e que ouvyra dizer ao dicto seu padre que estando asy que se começou guerra antre el rey Dom Donis (sic) e el rey Dom Fernando e que entom em aquella guerra que cobrou ell rey Do (sic) Donis (sic) Campo Mayor e que ouvyra dizer ao dicto seu padre que em aquell tempo que Campo Mayor avya por termo per estes logares como se começa em Caya ao moynho de Dom Acenço e des y como se vay ao poço da Exara camynho de Badalhouce e des y ao poço d'Eso a casa de Joham Mamede e des y a cabeça da Lyvaa e des y as Mestas hu se junta Botova com Severa. E disse que el testemunha depois que se acorda que el testemunha vyo lograr e perssuir a Campo Mayor o dicto termo por seu pelos dictos logares penhorando e costringendo os que hi achavom do senhorio de Castella e levando lhes o montado dos gaados que lhe hi achavom e outrosy as coymas. E que sabe que os vezinhos e moradores de Badalhouce que tinham as erdades nos dictos logares que davom o dizimo de todo aquello que hi avyam a Campo Mayor e que outrosy pagavom e pagam nas talhas e nas peitas e en todallas outras cousas (4) asy como os outros vezinhos de Campo Mayor e que ell testemunha a per vezes siido tesoureyro de Campo Mayor recebera deles os dinheiros em nome do concelho das talhas e peytas que lhe deytavom.

Item Domyngos Esteveez vezinho da dicta villa jurado aos Santos Avangelhos perguntado se sabia per hu partya o termo de Campo Mayor com o termo de Badalhouce e que elle disse que o termo de Campo Mayor parte com o termo de Badalhouce per estes logares convem a saber como se começa em Caya ao moynho de Dom Acenço e dhi como se vay ao poço da Exara que he caminho de Badalhouce e deste poço ao poço da casa de Joham Mamede e des y a cabeça da Lyvaa como vay ferir nas Mestas hu se mete Severa com Botovam. E que per estes logares desuso determinados vira lograr e perssuir por termo de Campo Mayor aos de Campo Mayor e que eli fora rendeiro dos dizimos de Campo Mayor e que dizimara aqueles que aly lavravom no dicto termo que eram moradores em Badalhouce e que levava delles dizimo per muitas vezes e dos gaados de Badalhouce e d'Albuquerque que entravom no dicto termo aaquem das dictas divisões e que levava deles o montado e que os de Campo Mayor estiverom sempre em posse e estam ataa o tempo d'ora salva que recebem agravos ora novamente de pouco tempo aca que os penhoram rendadores de Badalhouce os seus vezinhos que vaam por lenha ou que andam com os gaados em este seu termo e que desto se acorda do tempo que el rey Dom Denis gaanhou Campo Mayor ataa o tempo d'ora.

Item Joham Pirez Ruvano vezinho da dicta villa jurado aos Santos Avangelhos perguntado se sabia per hu parte o termo de Campo Mayor com Badalhouce disse que el testemunha vivendo em Ouguella que ouvrya dizer aos de Campo Mayor que o seu termo partya com Badalhouce per estes logares convem a saber como se começa em Caya ao moynho de Dom Acenço e como se vay ao poço de Exara que he caminho de Badalhouce e deste poço d'Eso a casa de Joham Mamede e do dicto poço como se vay a cabeça de Lyvaa e da cabeça da Lyva como se vay ferir nos Mestos de hu se mete Severa com Botova e que destes logares sobre-dictos vira el testemunha levar dos que hi lavravom e moravom que vira levar o dizimo que elles davom pera Campo Mayor e que el testemunha lhes ajudara a levar o dicto dizimo pera Campo Mayor daqueles que hi lavravom e moravom em Badalhouce. E que el testemunha se nembrava do tempo de quando fora Campo Mayor entregue a el rey Dom Denis e Ouguella e o que os recebya em nome dell rey os dictos logares Lourenço Pirez de Vallença e esparger a moeda del rey per os dictos logares e que el testemunha des o dicto tempo vira lograr os de Campo Mayor o dicto termo pelos dictos logares per hu asy dizem que he seu termo. E que outrosy vira montar nos dictos logares decrarados do sobredito termo os gaados de Badalhouce e trager o montado delles pera Campo Mayor que achavom no dicto termo aquem das dictas devisões.

(4 v.) Outrosy o dicto procurador do concelho disse que nom tinha outras cartas nem escripturas que as escripturas que hi avya que as levava Vicente Domynguez d'Elvas quando outra vez hi fora tomar enqueriçom per vosso mandado mas que avyam mays testemunhas pera provar per hu partyam os dictos seus termos e que nom era na terra

e que os chamariam quando comprisse. A qual enqueriçom foy tomada per Pero Martinz Alcoforado e Martim Gomez cavaleyro e Estevam Martinz Pegado vassallos del rey. Eu Martim Afonso tabelião del rey na dicta villa de Campo Mayor que a todo esto presente fuy e esta enqueriçom escprevy e aqui fiz meu sinal que tal he. Eu Joham Afonso tabalyam dell rey em Campo Mayor que a todo esto presente fuy e aqui fiz meu synal que tall he.

A qual dicta enquiriçom susso escripta eu Pero Gomez tabelião del rey tasladey em publica forma per mandado e outoreza de Estevom Symom juiz em Campo Mayor a pedimento de Gonçalo Domynguez mestre da carpentaria de nosso senhor ell rey e vay escripta em quatro dobras de papel que eu sobredicto Pero Gomez tabelião del rey em Campo Mayor o escprevy por fazer verdade e aqui fiz meu sinal que tal [Lugar do sinal publico].

A quantos esta certidam virem como he verdade que Fernam Rodriguez lecenceado em Utroque e do Desembargo del rey noso senhor e seu sobre juiz me requereo da parte do dicto senhor que eu Sebastiam Thomas esprivam da Torre do Tombo do dicto senhor lhe dese hua certidam em como estes tres cadernos aquy apegados sayram da dicta Torre do Tombo pera fazerem fee homde comrise serem apresentados porque compria asy a serviço do dicto senhor. E porquamto ao tempo que hos dictos cadernos sayram da dicta Torre do Tombo eu nom esprivam della e ora Ruy d'Elvas e ora me dise Thome Lopez esprivam da Camara do dicto senhor que elle os entregara ao dicto Ruy d'Elvas e ho dicto Ruy d'Elvãs os entregou a Simão Correa per virtude de hum alvara do dicto senhor que lhe o dicto Simão Correa apresentou que per esta presente afirmo segundo fee e dicto do dicto Tome Lopez que os dictos tres cadernos em que vam vinte e oytto folhas spritas som da livraria da dicta Torre do Tombo e por verdade eu Sebastiam Thomas sprivam da dicta Torre do Tombo esta certidam esprevy e asiney e asinou tabem (*sic*) ho dicto Thome Lopez.

Em Lixboa a trinta dias de Dezembro do ano do nascimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mil e quinhentos e cinco anos.

E esto se entemde que som estes os proprios que na dicta Torre estavam e nom trellados.

Sebastianus Thomas

Thome Lopez

(5) E porquamto eu Sebastiam Thomas sprivam da dicta Torre do Tombo dou esta certidam reportamdo me nella ao dicto Thomee Lopez segundo nella atras faz memçam e poderia ser posta algũa duvida a nom saberem ho carrego que ho dicto Thomee Lopez tem pera entregar os dictos cadernos ao dicto Ruy d'Elvas nem se era official per esta presente digo e afirmo que ho dicto Thomee Lopez tem a dicta livraria em

seu poder per mandado do dicto senhor pera a mandar treladar e fazer della o que compre a serviço do dicto senhor e por verdade fiz e asyney esta decraraçam no mesmo dia e ano.

Sebastianus Thomas

(M. L. E.)

4400. XVIII, 4-2 — Carta do imperador D. Carlos, a respeito do negócio de Maluco. *S. d. — Papel. 2 folhas. Bom estado.*

[.....] parte del emperador y rey nuestro señor a lo que de [.....] rey de Portugal su hermano nuevamente se ha replicado sobre lo de Maluco es lo siguiente.

Primeramente que del amor quel dicho señor rey tiene y buena voluntad que muestra a la conservacion del amistad y verdadera union dentre Su Magestad y el dicho serenissimo rey nunca Su Magestad ha puesto duda en ello antes lo ha siempre tenido por firme y cierto y que reciprocamente no deve el dudar que Su Magestad no tenga el mismo amor y voluntad con desseo de satisfacer a las cosas del dicho serenissimo rey su hermano quanto la razon y los negocios lo çuffrieren y que buenamente se pudiere hazer.

Y quanto a lo que el dicho serenissimo rey apunta mostrando descontentamiento de lo que Su Magestad dixo que por olvido a causa de otras grandes ocupaciones no se havia respondido al licenciado Anthonio d'Azevedo sobre el dicho negotio de Maluco antes que la dicha armada partiesse paresciendo al dicho señor rey ser cosa grave y que sus cosas no deven ser olvidadas cierto Su Magestad no piensa que el dicho serenissimo rey tenga por esto justa causa de descontentamiento pues sabe la qualidad y peso de los negocios tan grandes que entretanto se han offrecido a Su Magestad los quales son de tal importancia que sfuerçan hombre a olvidar ahun sus cosas proprias quanto mas las ajenas y con ellas devria excusarse no solamente aver olvidado lo de (*iv.*) Maluco [.....] ahun se [.....] muy mas importantes [.....] hereditarios y mismo se deve excusar ese olvido segun en el otra respuesta esta dicho pues consta que por el partir de l'armada no se hazia mudança en lo que ja estava respondido y no por esto deve pensar el dicho serenissimo rey que Su Magestad no tenga y quiera tener el mismo cuydado de sus cosas que de las proprias de Su Magestad.

Quanto a los medios que offrece a Su Magestad plaze que por letrados y otras personas expertas en la negotiation tomados por la una parte y la otra en yqual numero se vea el derecho de la propiedad y posesion segun y al tenor y forma de las capitulaciones fechas y otorgadas entre los Reyes Catholicos y los serenissimos reyes de Portugal no limiando tiempo pera ello mas prosiguiendolo hasta que por las dichas per-

sonas se tome conclusion de la manera que les paresciere drecho y que no siendo conformes se tomen terceros que lo determinen y que se juntem en lugar que les paresciere mas conveniente.

Quanto a lo que el dicho serenissimo rey de Portugal pide que hasta que se haya dado sentencia final en propiedad o possession ninguna de las partes embie a Maluco parece que es contra justicia y drecho y no yqual pero terna Su Magestad por bien que los deputados den sobre esto la orden que les paresciere.

(2) [.....] sequestro [.....] truxieren las naos [.....] que agora son ydas porque contiene el mismo agravio que el precedente se responde lo mismo que a el esta respondido.

Quanto al postrero que plaze a Su Magestad quel assiento que sobre esto se hiziere sea jurado por ambas las partes y aprobado con todas las clausulas y solenidades que para la seguridad del se requiere.

A lo demas de la instruction del dicho licenciado Azevedo respondera Monsieur de la Chaulx. (1)

(M. L. E.)

4401. XVIII, 4-3 — Carta de António de Azevedo Coutinho a el-rei, a respeito do negócio de Maluco. 1526, Fevereiro, 19. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Lo que se responde por parte del enperador y rey nuestro señor a los capitulos que por parte del señor rey de Portugal se enbian sobre lo de Maluco es lo siguiente.

Que a Su Magestad plaze mucho de que al señor rey de Portugal aya parecido bien la respuesta que dio Su Magestad estando en Segovia al enbaxador del dicho señor rey de Portugal sobre los medios que por su parte se movieron a Su Magestad en lo de Maluco y ansy para la execucion dellos mandara luego nonbrar letrados y otras personas expertas en la negociacion y dalles todas las provisiones necesarias ynserta en ellas la dicha respuesta para que conforme a ella y a la capitulación hecha entre los Catolicos Reyes don Fernando e doña Ysabel reyes de Castilla etc. y el señor rey don Joan rey de Portugal etc. entiendan en la determinacion del negocio y tiene por bien por mas conplazer al dicho señor rey de Portugal de hazer Su Magestad y mandar que las dichas personas nonbradas por su parte hagan el juramento y solenidades que agora se piden de parte del dicho señor rey de Portugal para que en la determinacion del dicho negocio procedan conforme a la dicha repuesta y que sy entre las dichas personas y diputados de ambas partes no se concertaren que sy la diferencia fuere entre los letrados que el tercero

(1) Os pontos entre colchetes correspondem a partes rotas do documento.

o terceros que se ovieren de nonbrar sean letrados y sy la dicha diferencia fuere entre los astrologos y pilotos que el tercero que se oviere de nonbrar sea de aquella facultad y que estos entiendan en el dicho negocio conforme a la dicha respuesta que es del thenor syguiente.

(1 v.) Lo que se responde por parte del enperador y rey nuestro señor a lo que de parte del señor rey de Portugal su hermano nuevamente se a replicado sobre lo de Maluco es lo syguiente.

Primeramente que del amor que el dicho señor rey tiene y buena voluntad que muestra a la conservacion de la amistad y verdadera union de entre Su Magestad y el dicho serenissimo rey nunca Su Magestad a puesto dubda en ello antes lo ha sienpre tenido por firme y cierto y que reciprocamente no deve el dubdar que Su Magestad no tenga el mismo amor y voluntad con deseo de satisfazer a las cosas del dicho serenissimo rey su hermano quanto la razon y los negocios lo sufren e que buenamente se podra haser.

Quanto a lo que el dicho serenissimo rey apunta mostrando descontentamiento de lo que Su Magestad dixo que por olvido a causa de otras grandes ocupaciones no se avia respondido al licenciado Antonio de Azevedo sobre el dicho negocio de Maluco antes que la dicha armada partiese pareciendo al dicho señor rey ser cosa grave y que sus cosas no avian de ser olvidadas cierto Su Magestad no piensa que el dicho señor rey tenga por esto justa causa de descontentamiento pues sabe la calidad y peso de los negocios tan grandes que entretanto se an ofrecido a Su Magestad los quales son de tal importancia que fuerçan a onbre olvidar aun sus cosas propias quanto mas las ajenas y con ellas devria escusár no solamente aver olvidado lo de Maluco mas aun se escusaria lo olvidado de otras cosas muy mas ynportantes de sus reynos hereditarios y ansy mismo se deve escusar este olvido segund en la otra respuesta esta dicho pues consta que por el partir de l'armada no se hazia mudança en lo que ya estava respondido y no por esto deve pensar el dicho serenissimo rey que Su Magestad no tenga y quiera tener el mismo cuydado de sus cosas que de las propias de Su Magestad.

(2) Quanto a los medios que ofrece a Su Magestad plase que por letrados y otras personas expertas en la negociacion tomadas por la una parte y la otra en ygal numero se vea el derecho de la propiedad y posesion segund y al tenor e forma de las capitulaciones fechas y otorgadas entre los Catolicos Reyes y los serenissimos reyes de Portugal no limitando tienpo pera ello mas prosyguiendo hasta que por las dichas personas se tome conclusyon de la manera que les pareciere derecho y que no siendo conformes se tomen terceros que lo determinem y que se junten en lugar que les pareciere mas conviniente.

Quanto a lo que el dicho serenissimo rey de Portugal pide que hasta que se aya dado sentencia final en propiedad o posesyon ninguna de las partes enble a Maluco parece que es contra justicia e derecho e no

yguar pero terna Su Magestad por bien que los diputados den sobresto la horden que les pareciere.

Quanto a lo que pide del secresto de lo que truxeren las naos de Su Magestad que agora son ydas porque contiene el mismo agravio que el procedente se responde lo mismo que a el esta respondido.

Quanto al postrero que plaze a Su Magestad que el asyento que sobresto se hiziere sea jurado por anbas partes y aprovado con todas las clausulas e solenidades que para la seguridad del se requiere.

A lo demas de la instruccion del dicho licenciado Azevedo respondera Monsieur de la Chaulx.

No verso:

Reposta que mandou Antonio d'Azevedo do de Maluquo em segunda feira xix dias de Fevereiro 1526.

(M. L. E.)

4402. XVIII, 4-4 — Sentença dada a respeito da demarcação dos termos da villa de Mourão e Villa Nova del Fresno. Lisboa, 1455, Fevereiro, 8. — *Pergaminho. Mau estado.*

Dom Affonso per graça de Deus rey de Portugal e do Algarve e senhor de Cepta a [vos] Martim Vicente de Vylla Lobos cavalleiro da nossa cassa e corregedor por nos em a comarqua e correycõm dantre Tejo e Odiana dantre Tejo e Hodiana (*sic*) e allem d'Odyana e nas terras das Hordens e aos que hy despois de nos vierem por nossos corregedores e a todollos outros juizes e justiças dos nossos regnos a que esta [nossa] carta de sentença for mostrada saude. Sabede que [conten]da era antre o concelho e moradores da nossa villa de [Mou]rom e Villa Nova del Fresno dos regnos de Castella sobre e per razom [das] demarcaçoos e devysões dos termos da dicta nossa [villa] de Mourom e a dicta Villa Nova del Fresno dos [reg]nos de Castella per honde demarcavam os dictos termos e eram devissados antre as dictas villas e estes nossos regnos com os de Castella per bem [da] qual contenda nos mandamos que chegassees aa dicta villa pera veerdes a dicta contenda e averdes de tirar inquyrigom acerqua das dictas demarcações e devyssões dos dictos termos apresentando se por parte da dicta nossa villa de Mourom hum publico estromento em ho qual se continha ho trelhado doutro que jazia na arca do concelho em ho qual se continha como e per honde partiam os dictos termos da dicta nossa villa de Mouram e a dicta Villa Nova del Fresno dos dictos regnos de Castella ho qual parecia seer fecto per Estevam Pirez notario e tabeliam publico em a villa de Serpa a

tres dias d'Abril de mil e [tre]zentos e trinta e seis annos de Cesar em a qual se continha antre as outras coussas que huum Lopo Pirez seendo ao dicto tempo juiz em Balhadouce e em Caceres e em Moura e Serpa seendo ainda os [dictos] lugares ao dicto tempo dos regnos de Castella per mandado del rey fora ver hũa contenda que hy avya antre o Tenpille e hũa Tareja Gil per razom dos dictos termos mandando [lhe] o dicto rey per sua carta que sob pena de sua mercee soubesse a verdade dos homeens boons antigos de Moura e Serpa e de suas vezynhanças per quantas partes podese em como foram os idictos termos partidos antre a Hordem do Tempille e do Ospital e asynadamente em como Dom Frey Martin Nunez mestre do Tenpille e Dom Afonso Pirez Farynha comendador de Moura pello Espital e per hu posessem os malhões os fizesse goardar e elle tomara os dictos homeens boons de Moura e de Serpa e d'Ollivença e de Monsaraz e doutras partes quaees elle achara que foram em aquella partiçam quando o dicto Dom Martin Nunez mestre do Tenpille e Dom Afonso Pirez e outros partirom e com muytos homees [boons] do Tenpille e alcaide delle foram a peegam per juramento dos Santos Avanjelhos a dicta partiçam dos dictos termos com aquelles homeens boons que ja dantes neella foram os quaaes em presença do dicto Lopo Pirez juiz e dos dictos concelhos e homeens boons delles e doutras partes amostrarom e apegarom as dictas demarcações e devysões pella guysa que foram fectas. E ao primeiro malham a que chegarom fora aa Cabeça que esta sobre Val de Gallyana sobre a Fonte da Junça e dally mostraram como partiram contra Ardilla pello cerro que vay aa Cabeça honde esta huum Picarral perto de Curral de Taypas e da dicta Cabeça como vay pello cerro perente a augoa das Taipas testar com Ardilla e dally pellos malhões e cruces per a augoa de Val de Goalliana ajusso ataa honde entra Goalliana no rio de Saaz. E como vay a augoa de Saaz e entra no rio de Goadellym e como vay Goadellym ajusso ataa huum vaao que he acyma das Porqueiras honde esta huua sessega que foy d'acenha ou de moinho. E ao dicto vaao pasando a augoa [pose]ram cruces e malhões e a dally acima do valle como vay a hũa cabeça honde estavam cruces e marcos da primeira partiçam e da que entam fizeram. E dally como vay [pello] cerro atee hũa cabeça travessa a cerca das casas de Dom Sancho e esta hy huum marco e cruz. E dally pello lonbo hyndo contra Alcarrache a hũa cabeça honde esta huum azanbujeiro antre duas piçarras e esta hy marco e cruz. E dally pasarom Alcarrache e foram dereitos acyma da Cabeça da Mouta de Pero Gafanhom e es[tam] ahy marcos e cruces. E dally foram poendo malhões dereitamente a huuns seixos brancos que estam a cerca da torre de Jevora Calça. E dally como vay derei[to] aa Cabeça do Piam e estam hy marcos e malhões da primeira partiçam e da que entam fizeram. E dally como vay pello cerro e dally decendo contra hũu gran[de] valle a huuns seixos brancos que estam a sobre huum poço velho que esta em esse valle. E dally ataa Cabeça das Fontes Velhas a

cerca das Alcarias Velhas e esta hy hũa pedra em que esta hũa cruz. E dally por cerro cuperente (?) a augoa de Cuncos. E dally per a dicta augoa de Cuncos atee o castello de Cuncos e ficou por do Tempelle e [do Espri]tal apreito (?) que nunca se povrasse e que as dictas testemunhas disserom pello dicto juramento que fezeram que pellos dictos malhões e pellas dictas devysões e pelo dicto apegamento aaquelle tempo partirom o dicto Dom Martim Nunez mestre do Tenpille [.....] ⁽¹⁾ Afonso Pires [.....] que hũa parte ficara por dñ Mouram e [a outra parte por] do Tenpille e que asy o hussaram despois per grandes tempos segundo que todo esto e outras muytas coussas melhor e mais conpridamente em a dicta estpitura [por parte] do dicto concelho apresentadas era contehudo e per bem da dicta estpitura e mandado nosso tirastes a dicta inquiriçom acerca das dictas contendadas e demarcações e devysões a qual nos envyastes çarrada e aseellada com ho seello desa correiçom e dentro em ella outra inquiriçom tirada no dicto logo da Villa Nova del Fresno pellos vezynhos e moradores e tabeliam do dicto logo de Villa Nova dos dictos regnos de Castella sobre as dictas contendadas e demarcações e devysões dos termos dos dictos lugares. A qual inquiriçom vista per nos em rellaçom com os do nosso Desenbargo acordamos e teemos por bem e mandamos aos juizes e oficyaaes vasallos e escudeiros e omeens boons e moradores da dicta nosa villa de Mourom que vista a estpitura publica e prova da inquriçom em ella tomada sobre os termos e devysões per honde a dicta villa parte com o lugar de Villa Nova del Fresno e per conseguynte per honde partem estes nossos regnos com os de Castella e como per as dictas estpitura e inquriçom se mostra que a dicta villa de Mourom e confyna per os marcos termos malhões sinaaes em ellas contehudas e declaradas devysados e apegados per homeens antigos da dicta villa de Mourom per as quaees senpre posoirom e husarom os [termos] della e ainda asy he certo e sabido aos moradores do dicto lugar de Vylla Nova que vos pusuaaees e tenhaees e defendaaes os termos da dicta nossa villa de Mourom e vos lagraaey e aproveitaay delles per aquelles marcos sinaaes e devysões que som contehudos na dicta estpitura e nom sofraaees nem consentaaes aos moradores do dicto lugar de Villa Nova nem a outros alguuns que tomem parte algũa da terra posto que pequena seja que a estes nosos regnos perteença nem passem os dictos termos e devysões. E se elles per força os quisserem pasar e tomar e posoir a dicta nossa terra que vos dictos juizes e oficyaaes vasallos e escudeiros e moradores da dicta villa vos ajuntées com o alcaide moor ou se hy nom for vos outros com os dictos juizes e per força e armas resistaaes e defendaaes os dictos termos per tal guysa que sejam senpre defesos posoydos e hussados como antiga-mente foram fazendo leal fielmente como boons e esforçados portugues-

⁽¹⁾ Impossível ler por estar muito deteriorado o manuscrito.

ses se entenderdes que algũa ora vos he compridoiro averdes ajuda dalguum fidalgo a vos comarcãao mandamos que aquelle que requererdes e sentirdes que he mais prestes que logo vaa ao dicto lugar poderosamente e com sua gente e com vos outros sobredictos defenda os dictos termos. E damos poder aos dictos juizes ou ao dicto fidalgo se hy for que possam apenar e costringer e fazer todo ho que for mester pera se todo ho que dicto he em todo conprir. Porem vos mandamos que asy o comprees e goardees e façaes comprir e goardar em todo e per todo bem e conpridamente como per nos he gordado e mandado honde huuns e outros al nom façades.

Dada em a nossa cydade de Lixboa oyto dias do mes de FEVEREIRO. El rey o mandou per Gomez Lourenço seu vasallo do seu Desembargo que ora per seu especyal mandado tem carregio da correigom da sua corte.

Joham de Villa Real a fez anno do nascymto de Nosso Senhor Jeshu Christo de mil iij^{to} Lb anos.

Passe

Gometius

(L. P.)

4403. XVIII, 4-5 — Processo sobre o indulto dado para que el-rei de Portugal pudesse nomear aos beneficios da Sé de Coimbra. Lisboa, 1541, Junho, 7. — *Papel. 9 folhas. Bom estado.*

4404. XVIII, 4-6 — Quitação dada por el-rei D. Afonso V à princesa D. Leonor, sua nora, do dote que a infanta D. Beatriz lhe dera. Portalegre, 1475, Abril, 27. — *Pergaminho. Bom estado. Selo pendente.*

4405. XVIII, 4-7 — Quitação dada por el-rei D. Manuel aos reis de Castela pela parte que devia receber de seu casamento com a rainha D. Maria. Lisboa, 1501, Novembro, [.....]. — *Pergaminho. Bom estado.*

Dom Manuell per graça de Deus rey de Portugall e dos Algarves daaqueem e daaleem maar em Africa senhor de Guine e da conquista navegaçam e commercio de Etiopia, Arabia e Persya e da India.

A quantos esta nossa carta de paguo e quitaçam virem fazemos saber que amtre as coussas que foram fymadas comcordadas e asseemtadas amtre nos e os muyto altos muito eicelemtes principes e muyto poderossos el rey e a rainha de Casteella de Liam d'Aragam e de Graada etc^a meus muyto amados e preçados padre e madre sobre nosso cassamento com a muyto alta muyto eicelemte princessa e poderosa rainha Dona Maria sua filha minha sobre todas muyto amada e preçada mulher foy asseemtado comcordado e fymado que os ditos rey e rainha de Casteella etc^a meus padre e madre nos desem com ella em dote duzem-

tas myl dobras d'ouro castelhanas em que momtam satemta e tres comtos de maravediis paguos em tres annos que aviam de começar a correr des o dia que o matrymonyo fosse consumado em diamte segumdo que compridamente na capitolaçam contrauto e asemento do dito cassamento feyto amtre nos he comthiudo.

Dos quaaes satemta e tres comtos de maravediis que vallem as ditas duzentas mil dobras que asy aveemos d'aveer loguo com ella recebemos e ouveemos vymte e quatro comtos trezentos e trymta e tres mil e trezentos e trymta e tres maravediis e terço de maravedy que era o terço primeiro do dito dote e mais doze comtos de maravediis pella valia das joyas e prata que a dita rainha minha sobre todas muyto amada e preçada molher consiguo trouxe que avia de ser comtado na soma do dito dote levando as joyas soomente em vallia de dez mil dobras que por beem do dito contrauto neellas aviamos de receber.

E o outro mais comprymemto dos ditos xij comtos pella dita prata das quaaes pagas ambas foram de nos cobradas quitagões e cartas de paguo pelas quaaes nos ouveemos por paguo e satisfeyto do dito primeiro terço e dos ditos doze comtos das joyas e prata como nelas comprydamente he decrarado e comthyudo.

E porquamto o segundo terço do dito dote nos avia de seer paguo per todo este mes de Novembro deste anno presemte de mil e quinhentos e hñu pella obrigaçam que suas senhoryas pera elo teem no qual segumdo terço momta dezoito comtos trezentos e trymta e tres mil e trezentos e trymta e tres maravediis e terço descomtado o que assy ja teemos recebido do dito primeiro terço e os ditos doze comtos da vallia da dita prata e joyas de que ja teem nossas quitagões e cartas de paguo como dito he queremdo suas senhorias satisfazer ao que na paga do dito segumdo terço estavam obrigados nos emviaram agora pagar dezassete comtos de maravedis a saber xbj comtos que Joan de Boz Medrano em nome d'Afonso de Morales thesoureiro de suas senhorias e seu oficial per quem os emviaram aquy por nosso mandado entregou a Antonio Carneiro secretario da rainha etc.^a a quem os mandamos entregar e delle os recebeo e o hñu conto que mais agora nos emviaram suas senhorias per Diogo Brandam nosso cavalleiro pera em parte do pago dos ditos xbiij comtos iijs xxxiijs iijs xxxiiij maravediis e terço que vall o dito segundo terço do dito dote.

Porem nos por esta pressente carta por nos asynada nos aveemos per paguo contemte e satisfeyto e emtregue a nossa vomtade dos ditos dezassete comtos de maravediis em parte de paguo dos dezoyto comtos e trezentos e trymta e tres mil e trezentos e xxx iijs maravediis e terço que momta no segumdo terço que nos agora avia de seer paguo dos ditos sateemta e tres comtos de maravediis que valleem as ditas duzentas mil dobras d'ouro castelhanas que aveemos d'aveer da dita nossa dote (*sic*).

E damos dos ditos dezassete comtos de maravedis que assy agora recebemos em parte de paguo do dito segumdo terço por quites e lyvres deste dia pera todo seempre aos ditos rey e rainha de Casteella etc.^a meus

padre e madre e a todos seus herdeiros e sobcessores pera que nunca em tempo algũu nem per maneira algũa lhe sejam requeridos nem demandados quanto a esta paga que asy recebeemos destes dezasete comtos em parte do dito segundo terço como dito he.

E por firmeza e certidam delo lhe mandamos dar esta carta por nos assynada e assellada do seello de nossas armas.

Dada em a nossa cidade de Lisboa a [.....] (1) dias do mes de Novembro. Amtonio Carneiro a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesuu Christo de mil e quinhentos e huum annos.

A quitaçam dos xbiij contos de maravedis que vossa senhoria agora recebe em parte de pago dos xbiijº contos liijº xxxiiij liijº xxxdij maravedis [e] terço que monta no 2º terço que se avia de pagar do dote de vossa senhoria.

(A. E.)

4406. XVIII, 4-8 — Ratificação feita pelos grandes de Castela ao contrato e escambo feito entre el-rei de Castela, D. Fernando, e el-rei D. Dinis de Portugal. Alcanises, 1297, Setembro, 14. — *Pergaminho. Bom estado.*

En el nombre de Dios Amen. Sepan quantos esta carta viren y leer oyeren que como fuessen contiendas sobre villas y castiellos y terminos y partimientos y posturas y pleitos entre los muy altos y muy nobles don Fernando por la gracia de Dios rey de Castiella de Leon de Toledo de Gallisia de Sevilla de Cordova de Murcia de Jahen del Algarbe y señor de Molyna de la una parte et don Denys por essa misma gracia rey de Portugal y del Algarbe de la otra et por rason destas contiendas desusodichas naciessen entrellos muchas guerras y omesillos y enxecos en tal manera que de las sus tierras de anbos fueron muchas robadas y quemadas y astragadas y que se fiso y mucho pesar a Dios per muerte de muchos cristianos nos don Sancho fijo del inffante don Pedro y don Diego de Haro señor de Biscaya y don Johan Fernandes adelantado mayor en Gallisia y don Fernan Fernandes de Lymia y don Pero Pons e don Garcia Fernandes de Villa Mayor y don Alffonso Peres de Gusman y don Estevan Peres y don Tello justicia mayor de casa del rey veyendo y entendiendo que si adelante fuessen estas guerras y estas discordias que estava la tierra en punto de se perder y de venyr a manos de los enemigos de la fe de los cristianos a la cima por partir tanto desservicio de Dios y de la Santa Yglesia de Roma y tantos daños y perdidas suyas y de sus tierras y de la Cristiandad pedymos mercet a estos reys desu-

(1) Espaço em branco no manuscrito.

sodichos que lles ploguiesse de se parar esta guerra y de yuntar pas y amor entre si y entre sus jentes y ellos entendiendo que era grant servicio de Dios y de la Santa Yglesia de Roma y grant prol suya y de la su tierra y de toda la Cristiandat ovieron acuerdo de se avenyr y avenieronse assi como se contiene en unas cartas de las quales tiene duas el rey de Castiella y dos el rey de Portugal que fueron fechas em Alcanices yueves dose dias de setembre de la era desta carta.

Et nos vistas essas cartas y avido consello sobrellas y sobre todas las cosas que se en ellas contienen loamoslas y otorgamoslas tambien las donaciones como los canbios como las quitaciones como la tregua como todas las otras cosas que son contenidas en essas cartas. Et prometemos a vos rey don Denys desusodicho en buena fe y juramos sobre los Santos Evangelios sobre que luego puevos nuestras manos y fasemosvos pleito y omanage que fagamos al rey don Fernando que vos tenga y que vos cunpla e que vos guarde todas estas cosas sobredichas y cada una dellas. Et si lo el rey don Fernando y sus subcepssores esto non quisieren faser o contra esto quisslessen venyr que nos seamos contra el rey don Fernando y contra los sus subcepssores y que los desservamos y que servamos a vos y a vuestro fijo el infante don Alfonso y a los vuestros subcepssores contra ellos fasta que el rey don Fernando o los sus subcepssores tengan y guarden y cunplan todas aquellas cosas y cada una dellas que entre vos rey don Denys y el rey don Fernando fueron fechas y ordenadas y devisadas y puestas assi como se contiene en essas cartas desusodichas que fueron fechas en Alcanices. Et si lo assi non fesiermos que finquemos por perjuros y por traedores assi como quien mata señor y trae castiello y que nos non podamos defendder a quien quier que nos lo diga con manos nin con lengua nin per otra rason ninguna. Et porque esto sea firme y non venga en dubda posiemos en esta carta nuestros siellos.

Fecha en Alcanices sabado xiiij dias de setembre era de mill y ccc y treynta y cinco años.

Dom Estevan Peres
Don Fernan Fernandes
Don Juan Fernandes
Don Pero Pons
Don Diego
Don Garcia Fernandes
Don Alfonso Peres
Don Sancho
Don Tello

[Lugar dos selos pendentos]

(M. L. E.)

4407. XVIII, 4-9 — Sentença pela qual se julgou pertencer a el-rei D. Dinis o senhoria, voz, coima e todos os outros direitos que moradores de S. Pedro do Sul são obrigados a pagar. Santarém, 1317, Fevereiro, 4. — *Pergaminho. Bom estado.*

4408. XVIII, 4-10 — Carta de el-rei D. Fernando de Castela a el-rei D. Dinis de Portugal, pela qual lhe participava a concórdia feita com el-rei de Aragão. Burgos, 1304, Junho, 10. — *Pergaminho. Bom estado.*

Al muy noble y mucho alto don Denis por la gracia de Dios rey de Portugal don Ferrando por essa misma gracia rey de Castiella de Toledo de Leon de Gallisia de Sevilla de Cordova de Murcia de Jahen del Algarbe y señor de Mollina salut assi como a rey que tiengo en lugar de padre que amo muy de coraçon y en que mucho fio y pera quien tanta onrra vida y salud querria como pera mi mismo. Rey vos sabedes el mal y la dessavenencia y la discordia y la guerra que ha ontre mi y el rey d'Aragon. Et otrosy ontre mi y don Alffonso fijo del infante don Ferrando.

El infante don Johan mio tio fue a Aragon y tracto avenencia ontre mi y ellos segunt es contenido en esta mi carta que vos enbio conven saber que la avenencia dontre mi y el rey d'Aragon de que vos y el infante don Johan y el obispo de Saragoça sodes juyses es a tal que Cartagena Guardamar Alicante Elche con su puerto de la mar y con todos los lugares que recuden a el Elda y Noelda Eriola con todos sus terminos y pertenencias quantas han y deven aaver assy como Tala el agua de Segura ontre el Regno de Vallença y ontre el mas sussano cabo de termino de Vilena sacada ende la cidade de Murcia y de Mollina y todos sus terminos los lugares dessussodichos deven affincar al rey d'Aragon y a su propiedad y de los suyos pera por sempre assy como cosa suya propria con todo derecho y sennorio salvo que Vilena finque a don Johan Manuel. Et se otros castiellos avya algun otro rícome o Ordines o iglessias o cavallero dotre en los dichos terminos que finquen y sean dellos quanto es la propiedad mas que Vilena y aquellos castiellos que son dentro en los dichos terminos sean de la jurisdiccion y del sennorio del rey d'Aragon. Et que yo quanto a esto de Vilena y de los otros lugares que son dentro en los dichos terminos quyte los señorios dellos de toda naturaleza y debdo y fe de que me fuessen tenudos y que ellos daqui adelante sean de la jurisdiccion y del señorio del rey d'Aragon. Et que yo nin ningún otro rey que sea depues mi nunca faga ni pueda faser demanda al rey d'Aragon nin a los suyos por los dichos lugares nin por ninguno dellos nin de la jurisdiccion dellos ante devo yo a seer tenuto de catar y de guárdar todas las cosas dessussodichas. Et yo he de promieter por mi y por aquellos que despues mi venieren y faga ende jura y homenagien que las dichas cosas aguardarey y catare en todo y por todo y que nunca y venga otro embargo y demas que faga jurar a los ricos hombres de Castiella y a los maestros de Veles y de Calatrava y del Tiemplo y del Hospital y de los concejos de las cidades y de los

onrrados lugares de los dichos mios regnos de tener y de cumprir y de faser tener cumprir y aguardar todas las sobredichas cosas.

Otrossy que el rey d'Aragon desmanpare y dexe a mi la cidade de Murcia y Mollina y Monte Agudo Lorca y Alhama con todos sus terminos y los otros lugares todos que el tiene en el Regno de Murcia sacados los dessusso nonbrados y los que se contienen en los terminos dessusso assignalados.

Otrossi la avenencia que tracto ontre mi y don Alffonso fijo del infante don Ferrando de que vos y el rey d'Aragon sodes jueses es a tal convien a saber que yo de al dicho don Alffonso por su herdamento franco quite Alva de Tormes Belar Val de Corneia Maçanares el Algaba los Montes de la Greda de Magan la Pobla de Sarria con su Alffos y la tierra de Lemos Robayna que es en el Alxaraffa y los Mollynos y la herdade de Fornachuelos que fueron de don Nuño Fernandes de Val de Trebeio y la Ruçaffra y los Mollinos de Cordova y la Ysla de Sevilla que fueron de don Johan Matheus las quales villas lugares y rentas yo so tenuto de librar al dicho don Alffonsso o a quien el quissier con todas las rientas que ende salieren del dia que vos y el rey d'Aragon hy dierdes la sentencia adelante francos livres y quites a faser todas sus voluntades el y los suyos pera siempre en parientes o en otros que sean del señorío de Castiella sacado clerigo o eglesias o religiossos por franco y quite y herdamento con toda jurisdicion subgepcion servidumbre y señorío a tambien de appellacion como de qualesqueler otras cosas que mias sean y de qualquier otro rey o reys de Castiella y de Leon que depues mi venieren.

Otrossy el dicho don Alffonsso ha de dexar a mi o a quien yo mandar todos los lugares que el tiene de Castiella conven a saber Seron y Dieça y aquellos ahunque son tenudos por el es a saber Almaçan y Alcaçar. Et se los dichos lugares d'Almaçan y d'Alcaçar se non rendian per mandado del dicho don Alffonso que yo y el dicho don Alffonso fagamos nuestro poder pera cobrar los dichos lugares pera mi. Et quanto es el castiello y la villa de Monte Agudo devolo yo a cobrar el mejor que pudier por que vos ruego rey assy como yo de vos fio que vos vengades a dar y estas sentenças assy como desusso son escriptas. Et en esto faredes gran servicio de Dios y gran prol mia y de los mios senorios y otrossy dellos et gradecervoslohe mucho.

Dada en Burgos dies dias de junio era de mill y tresientos y quaraenta y dos años.

Yo Isante Martines la fis escrevir per mandado del rey.

(M. L. E.)

4409. XVIII, 4-11 — Capitulações (*traslado das*) feitas entre os reis de Portugal e Castela, a respeito da posse de Maluco. Ponte de Caia, 1524, Abril, 11. — *Papel. 25 folhas. Bom estado.*

Anno do nascimento de Noso Senhor Jhesu Christo de myll be xxliij
 anos segunda feira xj dias do mes d'Abrill antre a cidade d'Elvas e a
 cidade de Badajoz na ponte de Caya que he a ribeira da raya antre estes
 regnos de Purtugall e os reynos de Castella loguo no meo da dicta ponte
 por onde parte a dicta raya foram juntos e presentes os muy nobres e
 virtuosos senhores o licenciado Antonio d'Azevedo Coutinho e ho Doutor
 Francisco Cardoso e o Doutor Guaspar Vaz todos do Desembarguo do
 muy alto e muyto poderoso senhor Dom Joham por graça de Deus rey de
 Purtuguall e dos Alguarves daquem e dalem mar em Africa e senhor
 de Guine e da conquista navegaçam e comercio d'Etiopia Arabia Persia
 e da Indea etc. e Diogo Lopez de Sequeira do seu Comselho e almotacell
 mor em sua corte Pedro Afonso d'Aguiar fidalguo da sua casa e Fran-
 cisco de Mello mestre em a Santa Theologia o licenciado Tomas de Tor-
 res seu fisico e lente da catreda da Esteologia nos Estudos da cidade
 de Lixboa Simam Fernandez Bernaldo Pirez cavaleiro da Ordem de
 Christo juizes arbitros e deputados per o dicto senhor rey de Purtuguall.
 E o licenciado Christovão Vaz da Cunha do Comselho do muy alto
 e muyto poderoso senhor Dom Carlos rey dos romãos eleito enperador
 e da senhora rainha Dona Johana sua madre reys de Castela etc. e o
 licenciado Pero Manoell ouvidor da sua Audiencia que reside em a vila
 de Valhadolid e o licenciado Fernam de Barrentos do Conselho das
 Ordeins e Dom Fernando Coullam Siman d'Alcaçova e o Doutor Sancho
 de Calaya e Pero Rodriguez de Vilheguas e frei Tomas Duram mestre
 em Santa Thologia e o capitam Johan Sabastiam Hadelcanho juizes arbi-
 tros e deputados pelos ditos senhores reys de Castella pera todos de hũa
 parte e outra verem e detriminarem o debate que antre os ditos senhores
 reis ha sobre a posse e propriedade de Maluco suas ylhas e senhorio
 dentro do tempo que pellos ditos senhores (1 v.) esta assentado e capi-
 tolado. E asi heram presentes os procuradores fiscaes danbas partes — a
 saber — do senhor rey de Purtugall o Doutor Diogo Barradas e o licen-
 ciado Afonso Fernandez e de Suas Magestades reys de Castella o Doutor
 Bernaldinho de Ribeira fiscal de Grada e o licenciado Joam Rodriguez
 de Pisa do seu Comselho e seu voguado en presença de nos Gomez Eanes
 de Freitas esprivam do Desenbarguo da Correçam da Corte do dicto
 senhor rey de Purtuguall etc notario puprico e gerall en todos seus
 regnos e senhorios e de Bertollameu Rodriguez de Castanheda secretario
 de Suas Magestades e seu esprivam e notario puprico en todos seus reynos
 e senhorios de Castella ambos esprivães ordenados pera (sic) os ditos
 senhores reys pera estas causas. Loguo os ditos juizes arbitros acima
 decrarados disseram que pera conhecerem destas causas conforme a
 capitollaçam era necesario ver e conhecer os juizes nomeados polos ditos
 senhores e mandaram a nos esprivães que lessemos os poderes e comis-
 sões os quois nos lemos segundo que cada hum os tinha e asy mandaram
 logo ler a capitollaçam feita amtre os ditos senhores e tanto que foy

lido mandaram a nos os esprivães que todo hajumtassemos a este processo e o theor das capitolações e poderes he o de verbo a verbo ho que se segue.

(2) Trelado da capitolaçam nova feyta antre
ho senhor rey de Portugal e Suas Magestades

Dom Carlos pella graça de Deus rey dos romãos eleito enperador senpre augusto Dona Johana sua madre e o mesmo Don Carlos pola mesma graça reis de Castella de Liom d'Aragon das duas Seezílias Jherusalem de Navarra de Grada de Toledo de Valença de Gualiza de Marlhorcas de Sevilha de Cerdenha de Cordova de Corcegua de Murcia da Jahem dos Allguarves e Aljazira de Jibaltar das Yilhas da Canaria das Imdeas yilhas e terra firme do Mar Oiciano comdes de Barcelona senhores de Bizcaya de Molina duques de Atenas e de Neopatria condes de Ruyselhom e de Cordania marques (sic) de Orestam e de Guoeçano archedukes de Austria duques de Borguonha e do Brevante condes de Frandes e de Tiroll etc. vimos hũa escriptura de capitolaçam e asento feyta em nosso nome por Mercurinos de Gratinara nosso gram chanceler e Dom Fernando de Vegua comendador mor de Castella e Dom Garcia de Padilha comendador mor de Callatrava e Doutor Lourenço Gualendez de Carvajall todos do noso Conselho e Pedro Corea de Atovia senhor da villa de Bellas e ho Doutor Jon de Faria enbaxadores e do Conselho do serenissimo e muy excelente rey de Purtugall nosso muy caro e muy amado sobrinho e primo e seus procuradores seu theor do quoad e este que se segue.

Em nome de Deus todo poderoso Padre e Filho Espirito Santo. *Manifesto* e notorio seja a todos quantos este puprico estromento virem como en a cidade de Vitoria a xix dias do mes de Fevereiro ano do nascimento (2 v.) de Nosso Salvador Jhesu Christo de mill e bº xxliij anos en presença de mym Francisco de los Covos secretario de Suas Magestades e seu notario puprico e das testemunhas dejucco escriptas estando presentes hos senhores Mercurinus de Gratinara gran chanceler de Suas Magestades e Don Hernando da Vegua comendador de Castella da Ordem de Santiagu e Dom Garcia de Padilha comendador mor de Callatrava e o Doutor Lourenço Gualendez de Carvajall todos del Consejo de los muy altos e muy poderosos princepes Don Carlos polla divina clemencia e enperador senpre augusto rey dos romãos e Dona Joana sua madre e elle mesmo Dom Carlos seu filho polla graça de Deus reys de Castella de Leon de Aragon das duas Cezelias de Jherusalem etc. seus procuradores bastantes de hũa parte e os senhores Pedro Corea de Atovia senhor da villa de Bellaz e o Doutor Joan Faria ambos do Conselho do muy alto e muy excelente senhor ho senhor Dom Joam por graça de Deus rey de Purtuguall dos Alguarves daquem e dalem mar em Africa e senhor

de Guine e da conquista naveguçam comercio d'Etiopia Arabia Persia e da Indea etc. seus enbaxadores e procuradores bastantes segundo ambas as ditas partes ho mostraram por as cartas poderes e precurações dos ditos senhores seus constituintes seu teor dos quoaís de verbo a verbo he este que se segue.

(3) *Don Carlos* pola graça de Deus rey e enperador senpre augusto Dona Joana sua madre e o mesmo *Don Carlos* pella mesma graça reys de Castella de Leom e de Aragom das duas Cezillias de Jherusalem de Navarra de Grada de Toledo de Valença de Gualiza de Malhorques de Sevilha de Cerdania de Cordova ed Corcegua de Murcia de Jahem de los Alguarves de Algezira de Gibaltar de las Yilhas de Canaria de las Indeas yilhas e terra firme do Mar Ouciano condes de Barcelona senhores de Bizcaya e de Molina duques de Atenas e de Neopatria condes de Ruisselhom e de Cerdania marqueses de Orestam e Goceano archedukes de Austria duques de Berguonha e de Bravante condes de Frandes e de Tiroll etc. quoaíto esta nossa carta de poder e procuraçam virem fazemos saber que porquoanto ant'ell serenissimo e muy excelente rey de Portugal nosso muy caro e muy amado sobrinho e primo e nos ay duvida e debate asi sobre a quem pertence a propriadade de Maluco como sobre a possissom dele e somos concordados que se veja por justiça por astrologuos pilotos e marinheiros e letrados quoaíto a de nomear por sua parte e nos por a nossa cujo he ho dito Maluco e em cuja demarquaçam cay e assi sobre a possissom dele de que se a de fazer assento segundo modo que esta antre nos concordado nos polla muyta comfiança que temos de Mercurinos de Gretinara nosso gran chanceler e Dom Fernando da Vega comendador mor de Castella e *Don Gracia* de Padilha comendador mor de Callatrava e o Doutor Lourenço Guallandez de Carvajall todos do nosso Conselho por esta presente carta vos fazemos ordenamos e constituimos em ho melhor modo e forma que devemos e podemos (3 v.) por nossos sofficientes e abastantes procuradores gerais e espiciais pera que capitolem e asentem e afirmen ho dito assento do modo em que se veja por justiça por as sobreditas pessoas cuja he a propriadade de Maluco e assi sobre a possissom dele segundo aguora antre nos esta concordado que se aja de fazer e en tal maneira que a generalidade nom derrogue a la espicialidade nem a espicialidade a generalidade e pera que por nos e em nosso nome possam asentar o dito assento assy com ho dito serenissimo e muy excelente rey nosso sobrinho e primo e en sua presença como com quoaítoquer procuradores que elle pera ello ordenar e que mostrarem seu poder e procuraçam sofficiente e bastante per o dito caso pera elle afirmada e assellada do seu sello e que possam capitullar assentar e concordar prometer jurar en nosso nome que nos faremos compriremos e guoardaremos todo ho que per elles for capitollado e assentado en ho dito assento com as condições e partes vinculos e sob a (sic) penas e firmezas que por elles for assentado concordado e capitullado como se por nos en pessoa fosse feito.

Outrossi que possam jurar em nossa alma que guoardaremos e compriremos reallmente e com effeito todo ho que assi por elles em ho que dito he for concordado assentado e capitollado sen cautella emguano nem dessemullaçam algũas que nom yremos nem viremos contra ello nen contra parte algũa delo sob aquellas penas que por os ditos nossos procuradores forem postas e concordadas e pera todo ho que dicto he lhes damos e outorgamos todo nosso poder compridunbre e generall administraçam e prometemos e seguramos por esta presente carta de ter e manter (4) reallmente e com effeito todo ho que pelos ditos nossos procuradores sobre ello que dito he for concordado assentado e capitulado e prometido segurado e outorguado e jurado de ho aver per grato rato firme e valyoso e de nom yr nem vir contra elle nem contra parte algua delo em tempo algum nem per algũa maneira sob obriguaçam espessa (*sic*) que pero ello fazemos de todos nossos beens patrimoniais e da Coroa avidos e por aver os quoaís todos expressamente pera ello obriguamos e por certindade de todo o sobredicto mandamos fazer esta nossa carta firmada de mim ell rei e firmada com nosso sello.

Dada em a cidade de Vitoria a xxb dias do mes de Janeiro ano do nacymento de Noso Senhor Jhesu Christo de mill b'xxliij anos.

Yo ell rey. Yo Francisco de los Covos secretario de Suas Cesarias Chatolicas Magestades a fiz esprever por seu mandado. Registada. Joam de Samano Urbissa por chanceler.

Dom Joam per graça de Deus rey de Purtuguall e dos Alguarves daquem e dalem mar em Afriqua senhor de Gulne e da conquista naveguaçam comercio d'Etiopia Arabia Persia e da Indea a quantos esta nossa carta de poder e procuraçam virem fazemos saber que porquoanto antre ho muyto allto e muyto excelente princepe e muyto poderoso Carlo Quinto e enperador dos romãos senpre augusto rey de Alemanha de Castella e das duas Cezillias de Jherusalem meu muyto amado e preçado primo e nos ha duvida e debate assi sobre a quem pertence a propiedade de Maluco como sobre a posse dele e somos concordados que se veja por justiça por estrologuos pilotos e marinheiros e letrados que elle a de nomear e decrarar por sua parte e nos por a nossa cujo he ho dicto Maluco e em quoall demarquaçam quay e assi sobre a posse delé de que se a de fazer asento en effeito (?) segundo modo (4 v.) de que esta antre nos concordado nos pella muyta conflança que temos de Pedro Correa e do Doutor Joam de Faria do nosso Conselho e nossos embaixadores per esta presente carta os fazemos ordenamos e constituimos no melhor modo e forma que devemos e podemos por nossos sofficientes e abastantes procuradores gerais e espiciais pera capitolarem assentarem e afirmarem o dito asento do modo em que se veja por justiça por as sobreditas pessoas cuja he a propiedade de Maluco e asi sobre a posse dele segundo aguora antre nos esta concordado que se aja de fazer e en tall maneira que a geralidade (*sic*) nom derroque a espicialidade nem a espicialidade a geralidade e pera que por nos e em nossos nomes pos-

sam assentar o dito assemento assy com o dicto enperador meu primo e em sua presença como quoaíssquer procuradores que ele pera ysso ordenar e que mostrarem seu poder e procuraçam abastante e sofficiente per o dito caso por elle asinada e assellada do seu sello e que possam capitolar assentar e concordar prometer e jurar em nosso nome que nos faremos compriremos e guoardaremos todo ho que por elles for capitollado e asentado no dicto asento com as condições pautos e vincolos e sob as penas e firmezas que por elles for assentado comcordado e capitollado como se por nos en pessoa fosse feyto.

Outrosi que possam jurar em nossa allma que guoardaremos e compriremos reallmente e com efeyto todo ho que assi por elles no que dicto he for concordado assentado e capitollado sem cautella (5) enguano nem semulaçam algũa e que nom yremos nem viremos contra ello nem contra parte algũa dos sobredictos sob aquellas penas que per elles ditos nossos procuradores forem postas e concordadas e pera todo ho que dito he lhe damos e outurgamos tudo noso poder conprido e libre e gerall administraçam e prometemos e seguramos per esta presente carta de ter e manter reallmente e com effeyto todo ho que per elles nossos procuradores sobre o que dito he for concordado asentado capitollado e prometido segurado e outorguado e jurado e de ho avermos por grato rato firme e valioso e de nam yr nem vir contra elle nem contra parte algũa delo en tempo algum nem por maneira algũa sob a obrigaçam expressa e pera ello fazemos de todos nossos bens patrimonlaeis e da Coroa avidos e por aver os quoaís todos espressamente pera ello hobriguamos e por certidam de todo sobredicto mandamos fazer esta nossa carta assinada per nos e asellada do noso sello redondo das nossas armas.

Dada en a cidade de Evora a xij dias de Janeiro o secretario a fez ano de mill bxxxiij. Ell rey. Dom Antonio.

E loguo os ditos procuradores dos ditos senhores reis de Castella e de Leon e d'Aragom das duas Cezillias de Jherusalem etc e do dicto senhor rey de Purtugall e dos Algarves etc. disseram que porquoanto amtre os ditos senhores seus constituyntes ay duvida sobre a possissom de Maluco e a propriadade delle pertecendo (*sic*) cada hum deles que caya em os limites de sua demarcaçam a quoaíl se ha de fazer conforme ao assento e capitollaçam que foy (5 v.) feita antre os Catolicos Reys Dom Fernando e a raynha Dona Ysabell reys de Castella de Lion d'Aragon etc. e o muyto alto e muy excelente senhor ho senhor rey Dom Joham rey de Purtugall dos Alguarves senhor de Guine etc. que hajam gloria porende elhos e cada hum delhos em os dictos nomes e por virtude dos ditos poderes assusso encorporados por ben de paz e comcordya e por conservaçam do devido e amor que antre os senhores seus constituyntes outorguaram consentyram e assentaram o seguynte.

Item premeyramente que pera a demarcaçam que se ha de fazer conforme a dita capitollaçam se nomea por cada hũa das partes tres estrologos tres pilotos e marinheyros os quoaíys se ajam d'ajuntar e

juntem por todo ho mes de Março primeiro que vem ou antes se ser poder em a raya de Castella e Purtuguall em a cidade de Badajoz e a cidade de Ellvas pera que por todo ho mes de Mayo primeiro segymte deste presente ano fazendo ante todas as cousas loguo como se ajuntarem juramento solene em forma devida de direito em poder de dous notarios hum posto por hũa parte e outro por a outra com auto e testemunhos publico em que jurem a Deus e a Santa Maria e as pallavras dos Santos quatro Avangelhos en que poseram as mãos que pospuesto todo amor e temor hodlo e payxam nem enterese algum e sen ter respeyto a outra cousa algũa mays de ha fazer justiça miraram o direito das partes (6) detriminem conforme a dicta capitollaçam a dita demarcaçam.

Item assy mesmo que se nomeem por cada hũa das partes tres letrados os quoaís dentro do mesmo termo e luguar premissos ho dicto juramento com as solenidades e da maneyra que d'essusso se contem entendam em o da possyssem de Maluco e o detriminem recebendo as provas escripturas capitollações testiguos e direitos que antre elles for apresentado e façam todo ho que lhes parecer necessario pera fazer a dicta decraraçam como acharen por justiça e que dos dictos tres letrados ho primeiro nomeado pella comyssem tenha carguo d'ajuntar a todos os outros deputados de sua parte pera que com mays cuydado se entenda a navegoaçam.

Item outrossy que durante ho dicto termo ata fim do dicto mes de Mayo primeiro seguinte nenhũa das partes nom possam emviar a Maluco nem contratar nem resguatar pero se antes do dicto tempo se detriminar en possyssem a propriadade que a parte em cujo favor se decrarar ho direito en cada hũa das ditas cousas possa envatir e resguatar e en caso que se detrimine ho da propriadade e demarcaçam se entemda desysa e aubsorvida a questam da possissom e se somente se detriminar a da possysan por os dictos dous (sic) letrados sen que ho da propriadade se podesse detrimynar como dicto he que ho que quedarem por detriminar da dicta propriadade e tanbem de la possyssem do dicto Maluco que he conforme a dicta capitollaçam e o estado en que estava antes que se fizesse este asento ho quoaíl todo se ha de entender he entenda sen prejuyzo do direito (6 v.) de cada hua das partes en propriadade he possyssem conforme a dita capitollaçam.

Item pero se aos ditos letrados primeiro nomeados em as comissões antes que se acabe o dicto termo parecer que com algũa prorrogaçam do dicto termo ouvesse apparencia de se poder acabar e detrimynar ho assentado e se lhes hoffercesse outro caminho ou modo bom pera que este negocyio se podesse melhor detrimynar en hum cabo ou houtro — a saber — en possyssem ou propriadade en quoaílquer destes casos os dictos dous letrados possam porroguar ho tempo que lhes parecer convyniente a breve detriminaçam delo e que durante ho termo da dita porroguaçam possan elhos e todolos outros deputados e cada hum delles em sua cali-

dade entender e conhecer entendam e conheçam como se fosse dentro no termo pryncipall de sua comysam pero que ho dicto tempo se entende prorrogado com as mesmas condições e calydades dessusso contiudas.

Item que todos os autos que neste caso se ouverem de fazer sejam affirmados pelos dictos dous notarios nomeados por cada hũa das partes seu e cada hum esprega os autos de sua parte e o outro despues de ave los comprovado e collacionado os firme.

Item que cada hũa das partes aja de trazer ratifficaçam e comformaçam destes capitollos dos dictos senhores seus constituyntes dentro de vynte dias primeiros seguyntes.

(7) Item ho quoall todo ho que dicto he e cada cousa e parte delo os ditos Mercurinos de Gratinara gran chanceler de Sus Magestades e os ditos Dom Fernando da Veigua comendador mor de Castella e Dom Garcia de Padilha comendador mor de Calatrava e o Doutor Lourenço Gualendez de Carvajall todos do seu Conselho procuradores dos dictos muy altos muy poderosos raynha e rey de Castella e de Leom e d'Aragom e de Granada e de las dos Cezelias de Jherusalem etc e por virtude do dicto seu poder que dessusso vay encorporado os ditos Pedro Corea de Atovia e o Doutor Jom de Faria procuradores e embaxadores do dito muy alto e muy excelente prynçepe ho senhor rey Dom Joam de Purtuguall e dos Alguarves daquem e dalem mar em Afriqua senhor de Guine etc. e por virtude do dicto seu poder que dessusso vay encorporado prometeram e seguraram em nome dos dictos seus constituyntes que elles e seus sobessores e reynos e senhorios pera senpre jamais ternam e guoardaram e conpriram realmente e com efelto a boa fe e sem maõ engano cessante todo fraude cautela engano feyçam e semulaçam algũa todo lo que dessusso se contem e he assemtado e concertado e o que per os ditos deputados for sentenceado e detreminado e cada cousa e parte delo ynteiramente segundo e como por elles for feyto e ordenado e sentenciado e detrimynado bem asi e a tan conpridamente como se pelos dictos seus constituyntes conformes fosse feyto e detriminado e concertado e como juizo dado por juizes competentes e pera que asi se guoardara e conprira por virtude dos dictos poderes que dessusso vam encorporados hobrigaram as ditas suas partes seus constituintes e a seus bens moves e raiz e de seus patrimonyos e coroas reais e de seus soccessores pera senpre jamais que elles nem algum deles (7 v.) por sy nem per antrepоста pessoa directe nem yndirecte nam yram nen vernam contra ello nen contra cosa algũa nen parte delo en tempo algum nen per algũa maneyra pensada ou nom pensada que sea ou ser possa sob as penas em a dita capitolaçam que dessusso faz mençam contenydas e a pena paguada ou nam paguada ou graciosamente remetida que todavia esta escriptura e assento e todo ho que per virtude della for feyto e detrimynado quede e fique firme estavell e valledero pera senpre jamas e a renunciaram quoaysquer bens e direitos de que se possam aproveytar as ditas partes e cada

hũa dellas pera ir ou vir contra o sussodito outra algũa cousa ou parte dello. *E* por mayor seguridade e firmeza do sobredicto juraram a Deus e a Santa Maria e ao Synall da Cruz em que puseram suas mãos direltas e as pallavras dos Santos quoaatro Avangelhos domde quer que mays larguamente sam esritos em alma das ditas suas partes que elle e cada hum delles terem e guoardaram e conpriram todo ho sussodicto e cada hũa cousa e parte delo reallmente e com effeyto cessando todo enguano cautella e semullaçam e novos tradiçam em tempo algum nem per allgũa maneira e sob ho dicto juramento juraram de nom pidir absolviçam de nosso muy Santo Padre nem de outro leguado nem prellado que lha possa dar ainda que de seu propio motuo a de nom husaram della. *E* assy mesmo os dictos procuradores em o dito nome se hobriguaram sob a dita pena e juramento que dentro de xx dias primeiros seguyntes contados do dia (8) da feytura desta capitolaçam daram a hũa parte a outra e a outra a outra aprovaçam e ratificaçam desta dicta capitollaçam esprita en purguaminho e afirmada dos nomes dos dictos senhores seus constetuyntes e selladas con seus sellos de chunbo pendente do quoll (*sic*) todo que dicto he outorguaram duas espritures de hum theor a hũa como a outra as quoaals afirmaram de seus nomes e as outorguaram ante mym o dicto secretario e notario puprico dessusso esprito e dos testemunhos dejusto esritos pera cada hũa das partes a suya e quoallquer que parecer valha como se ambas a dous parecessem que foram feytas e outorguadas em a dita cydade de Vytoria o dicto dia e mes e ano sossodicto.

Testemunhas que foram presentes ao outorgamento desta espritura e viram firmar nella a todos os dictos senhores procuradores e os viram jurar corporalmente em mãos de mym o dicto secretario Francisco de Valençoela cavaleiro da Ordem de Santiago e Pero de Sallazar capitam de Suas Magestades e Gonçalo Casto e Alvaro Mexia e Pedro de Sasaga contino de Suas Magestades e Bastiam Fernandez criados do dicto embaxador Pedro Correa de Atavia Mercurinus cancelarius Hirnandus de Veigua comendador mor ell comendador mor Doutor Carvajall Pero Correa Jom de Faria por testiguo Francisco de Valençoella por testemunha Gonçalo Casto testemunha Bastiam Fernandez testemunha Alvaro Mexia por testemunha Pedro da Sasagua por o dito Sallazar Joham de Samano e o dicto Francisco de los Covos secretario de Suas Cesarias Catolicas Magestades e seu tabeliam e notario publico en sua corte e em todos os seus reinos e senhorios de Castella presente fuy em hum com as ditas testemunhas ao outorguamento desta dita espritura e capitollaçam e juramento della e de roguo outorguamento e pidimento dos ditos procuradores de anbas as ditas partes sem meu registo elles e as ditas testemunhas firmaram seus nomes esta dita espritura fiz esprever segundo que ante mim pasou (8 v.) a quoall vay esprita em tres folhas de papell com esta em que vay meu synall e dei a cada hũa das partes sua porem em testemunho de verdade fiz aqui este meu sinall que tali he.



Item porem de nos vista e entendida a dicta escriptura e asento que dessusso vay incorporada e cada cousa e parte della e sendo certos e certificados de todo em ella conteudo e querendo guoarda la e compri la como em ella se comtem loamos e afirmamos aprovamos e retyficamos e entanto que he necesario de novo outurguamos e prometemos de guoardar a dicta escriptura e assento que assy por os dictos nossos procuradores e procuradores do dicto serenissimo e muy excelente rei nosso sobrinho e primo foy asemtado e acertado en nossos nomes e cada cousa e parte dello reallmente e com heffeyto ha booa fe sem mao enguano cessamte todo ho fraude e semullaçam e queremos e somos contentes que se guoad e (*sic*) e cunpra segundo como nella se comtem e bem asi e tan conpridamente como se per nos fora feyto asemtado e capitollado.

Dada en Vitoria a xxvij dias do mes de Fevereçoiro ano do nacymento de Noso Sallvador Jhesu Christo de mill bxxilij annos.

Yo ell rey. Yo Francisco de los Covos secretario de Suas Cesarias y Catholicas Magestades a fiz esprever por seu mandado. Mercurinus chancelarius Fernando de Vega comendador mor licenciatus Don Garcia Doutor Carvajall Andinus chanceler.

Trelladada da propria que esta sellada com o sello de chumbo reall per mym Guomez Eanes de Freitas e concertada com Bertollameu Rodriguez de Castanheda secretario e por ello assynamos de nossos nomes.

Bertollameu Rudriguez de Castanheda
Gomez Eanes de Freitas ⁽¹⁾

(10) Comisam pera os juizes nomeados pello
senhor rey de Purtuguall

Dom Joham per graça de Deus rey de Portugal e dos Allgarves daquem e dalem mar em Afriqua senhor de Guine e da conquista naveguaçam e comercio d'Etiopia Arabia Persia e da Indea a quantos esta nossa carta virem fazemos saber que Pero Correa e o Doutor Johan de Faria do nosso Conselho e nossos enbaxadores e procuradores pera o caso abastantes foy assentado firmado e capitollado ao gran chanceler e Dom Fernando da Veygua comendador mor de Castella da Hordem de Santiago e Dom Garcia de Padilha comendador mor de Callatrava e o Doutor Lourenço Galendez de Carvajall todos do Conselho do muyto allto e muy excelente princepe e muy poderoso Don Carlos per devina clemencia enperador senpre augusto rei dos romãos etc. seus procuradores e de Dona Johana e delle Don Carlos reis de Castella e de Liom e d'Aragon e das duas Cezillas de Jherusalem etc. meus

(1) As folhas 9 e 9 v. estão em branco.

muyto amados e preçados tia e primo que nos nomeassemos tres letrados e tres estrologos e tres pilotos e marinheiros os quoaes julguassem e detriminassem sobre a posse e propriadade de Maluco a quoall de nos pertence e en cuja demarcaçam cay detriminando a dicta propriadade e demarcaçam de Maluco conforme a capitollaçam que foy feyta antre os muy alltos e poderosos princepes Dom Fernando e Dona Ysabell rey e raynha de Castella etc. meus avoos e o muy alto e poderoso principe Dom Joham rey que foy destes nossos reynos meu tyo que ajam gloria segundo que tudo ysto melhor e mays conpridamente na dicta capitollaçam he conteudo que pelos dictos nossos enbaxadores e procuradores foy feyta. E nos conpryndo en todo o que assy pellos dictos nossos embaxadores e precuradores foy assentado firmado e capitollado (10 v.) asnamos constituymos e nomeamos por juizes pera julguarem e decrarem a dicta posse e propriadade e demarcaçam o licenciado Antonio d'Azevedo Coutinho e o Doutor Francisco Cardoso e o Doutor Guaspar Vaz do nosso Desenbarguo e Diogo Lopez de Sequeira do nosso Comselho e allmotacer mor de nossa corte e a Francisco de Mello mestre em a Santa Teologia e Pedro Afonso d'Aguiar fidalguo de nossa casa e o licenciado Tomas de Torres e Bernaldo Pirez cavaleiro da Ordem de Christo e a Simam Fernandez aos quais damos poder e mandado espiciall e jurdiçam servidam pera julguarem e detriminarem o dicto caso de Maluco en posse e propladade conforme a dicta capitollaçam aos quoaes roguamos mandamos e encomendamos que posposto todo temor e odio e todo amor e afeyçam e sem todo outro respeyto e condiçam que possa ser somente tendo Nosso Senhor Deus ante seus olhos e a conservaçam d'amor e sangue e concordia que ha antre nos e o dicto muy alto e muy poderoso Don Carlos rey dos romãos etc. meu muyto amado e preçado primo a decrarem julguem e detrimynem a quoall de nos pertence a posse e propladade do dicto Maluco conforme a dicta capitollaçam juntamente com os letrados astrolos (*sic*) pilotos e marinheiros juizes nomeados pelo dicto muy allto e poderoso Don Carlos rei dos romãos eleito enperador etc. e per Dona Johana e per elle Don Carlos reis de Castella de Liom e d'Aragom etc. meus muyto amados e preçados tia e primo aos quoaes mandamos que ante de toda outra cousa jurem nos Santos quoaatro Avangelhos en que poeran suas mãos que bem e verdadeiramente detriminem a posse e propladade do dicto (11) Maluco a forma da dicta capitollaçam o quoall juramento quere-mos e mandamos que façam em mão dos notarios segundo que na dicta capitollaçam he conteudo e prometemos em nossa fe reall de ter manter e guoardar todo ho que pollos ditos juizes ou polla mayor parte delles for julguado declarado e detreminado sobre a pose e sobre a demarcaçam e propladade sendo todos conformes segundo que na dicta capitollaçam he decrarado pera o que todo hobriguamos epotecamos todos nossos beens patrimoneaels e da Coroa avidos e por aver e por certidam

de todo mandamos fazer esta carta por nos asinada e assellada do nosso sello de chumbo en pendentem.

Dada en a nossa cydade d'Evora aos xxliij dias do mes de Março. Jorge Rodriguez a fez ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de myll bxxxliij anos.

El Rey

Trelladada da propria original per Gomez Eanes esprivam e comcertada com Bertollameu Rodriguez de Castanheda secretario de Suas Magestades esprivâes desta causa e por ello asinamos aqui ambos de nosos nomes.

Bertolameu Rodriguez de Castanheda

Gomez Eanes Freytas ⁽¹⁾

(12) Poder do senhor rey de Purtugall pera os seus precuradores

Dom Joham per graça de Deus rey de Purtugall e dos Alguarves daquem e dalem mar en Afriqua e senhor de Guine e da conquista navegaçam e comercio d'Etiopia Arabia Persia e da Indea a quantos esta nossa carta de poder e procuraçam virem fazemos saber que per Pedro Correa e o Doutor Joam de Faria do nosso Conselho e nossos embaxadores e procuradores bastantes foy asentado firmado e capitollado com Mercurio de Gratinara grande chanceler do muy alto muyto excelente principe e muyto poderoso Don Carlos per devina clemencia eleito enperador senpre augusto rey dos romãos etc. e Dom Fernando de Veygua comendador mor de Castella da Ordem de Santyago e Dom Guarçia de Padilha comendador mor de Callatrava e o dicto Lourenço Galendez de Carvajall procuradores soficientes do dicto muyto allto e muyto excelente principe e muyto poderoso Don Carlos etc. e de Dona Johana sua may reis de Castella de Liam e d'Aragam e das duas Cezealias de Jerusalem etc. e delle dicto Don Carlos meus muyto amados e preçados tia e primo que nos nomeassemos tres letrados tres estrologos tres pilotos e marinheyros os quais detriminasem sobre a pose e demarcaçam e propriadade de Maluco segundo que todo mais largamente he conteudo na dieta capitollaçam e assemento os quoaes juizes nos per outra nosa carta temos nomeados e porque ante os dictos juizes per nos asinados e asl polos nomeados polo dicto muy allto e muyto excelente principe e muyto poderoso Don Carlos rey dos romãos e Dona Johana sua may e elle Dom Carlos reis de Castella de Liom e d'Araguom etc. (12 v.) cada hum de nos a de mandar requerer e alegar sua justiça comfiando nos da bondade e letras do Doutor Dlogo de Barradas e o

(1) A folha 11 v. está em branco.

licenciado Afonso Fernandez que neste caso nos serviram bem e procuraram bem e verdadeiramente toda nossa justiça e per esta nossa carta os fazemos constituimos e estabelecemos no melhor modo e forma que devemos e de direito podemos por nossos sofficientes e abastantes procuradores e lhes damos outorguamos nosso poder e espciall mandado que por nos en nosso nome no dicto caso e perante os juizes per nos e pelo dicto muyto alto muyto excelente princepe e muyto poderoso Don Carlos e Dona Johana reis de Castella etc. nomeados requeram e aleguem toda nosa justiça sobre a posse e propriadade do dicto Maluco conforme a capitollaçam que foy feyta antre os muyto altos e poderosos principes Don Fernando e Dona Isabell rey e raynha de Castella meus avoos e o muy alto e muy poderoso Don Johan rei de Portugual meu tio que hajam gloria e lhes damos poder e mandado espciall pera que no dicto caso possam em nosa alma jurar qualquer licito juramento que lhes com direito pidido for e todo ho que polos dictos nossos precuradores for dicto requerido e aleguado prometemos sobre nossa fee real de ter e aver por firme rato e grato e vallosa e relevamos os dictos nossos precuradores de todo encargo de satisdaçam pera o que todo ter manter e guoardar hobrigamos todos nossos beens patrimoniaes e da Coroa que sen cautella nem outro modo e simullaçam todo asi conprimos e goardamos na forma que dicto he pera comprimento do quall mandamos fazer esta nossa carta per nos asinada e assellada do noso sello de chumbo (13) en pendiente.

Dada em a nosa cidade d'Evora a xxliij dias de Março. *Jorge Rodri-*
guez a fez ano de Noso Senhor Jhesu Christo de mill bxxliij anos.

El Rey

Trelladada da propria originall per Gomez Eanes esprivan e concertada com Bertollameu Rodriguez de Castanheda secretario da Suas Magestades esprivães desta causa e por ello asinamos aqui anbos de nosos nomes.

Bertolameu Rodriguez de Castanheda

Gomez Eanes Freitas (1)

(14) Poder do senhor rey de Purtugall pera
Gomez Eanes seu esprivam nesta causa

Dom Johan per graça de Deus rey de Purtugual e dos Alguarves daquem e dalem mar em Afriqua e senhor de Guine e da conquista naveguaçam e comercio d'Etyopia Arabia Persia e da Indea a quantos esta nossa carta virem fazemos saber que per Pedro Correa e o Doutor

(1) A folha 13 v. está em branco.

Jom de Faria do nosso Comselho e nossos procuradores bastantes foy asentado firmado e capitollado com Mercurino de Gratinara gran chanceler do muyto alto e muyto excelente princepe e muito poderoso Dom Carlos per devina clemencia eleito enperador senpre augusto rey dos romãos etc. e Dom Fernando da Vegua comendador mor de Castella da Ordem de Santyago e Don Garcia de Padilha comendador mor de Callatrava e ho Doutor Lourenço Galendez de Carvajall todos do seu Conselho e procuradores delle dicto Dom Carlos e de Dona Johana sua may e dele Don Carlos reis de Castella de Leom e d'Aragam e das duas Cezelias de Jherusalem etc. que nos nomeasemos tres letrados tres estrologos tres pilotos e marinheiros os quais julgasem e detriminasem sobre a posse e propriadade de Malluco segundo ho que tudo mais larguamente he conteudo na dicta capitollaçam os quoaís juizes nos per outra nossa carta temos nomeados e porque segundo a forma da dicta capitollaçam avemos de dar e nomear hum notario da nosa parte ho quoall esprevan (*sic*) todos os autos termos e aleguações que perante os juizes per nos nomeados e bem así pelos nomeados e sinados pelo mul poderoso Dom Carlos rei dos romãos etc. e per Dona Johana sua may e per elle Dom Carlos reis de Castella e de Llom etc. se (14 v.) passarem e fizerem juntamente com o notario que por parte dos dytos reis for nomeados (*sic*) segudo (*sic*) na dicta capitollaçam he conteudo confiando nos da bomdade he saber de Guomez Eanes esprivan damte os corregeadores de nossa corte e puprico notario gerall em nossos reinos e senhórios que no tall carguo servira bem verdadeiramente e fiellmente como en tall caso cunpre o nomeamos e damos por notario puprico no dicto caso. E ao que per elle Gomez Eanes no dycto caso for esprito e assem-tado guoardadas as solenidades da dicta capitollaçam queremos e mandamos que lhe seja dada fee e autoridade en todo como de notario puprico como helle he e lhe mandamos perante nos dar juramento sobre os Santos Avangelhos que bem e verdadeiramente sirva no dito cargo como a serviço de Deus e nosso conpre e o tal caso requerer per certeza fee e autoridade do que dito he lhe mandamos dar esta nossa carta per nos asinada e assellada do nosso sello de chunbo en pendiente.

Dada em a nosa cidade de Evora a xxliij dias de Março. *Jorge Rodriguez* a fez ano do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill b^oxxliij

El Rey

Trelladada da propria orginall per Gomez Eanes esprivam concertada com Bertollameu Rodriguez da Castanheda secretario de Suas Magestades ambos esprivães desta causa e por ello asinamos aqui anbos de nossos nomes.

Bertollameu Rodriguez de Castanheda
Gomez Eanes Freitas

(15) Comisam dos juizes deputados polo senhor
enperador

Don Carlos por graça de Deus rey dos romãos eleito enperador senpre augusto Dona Johana sua madre e elle mesmo Don Carlos polla mesma graça reis de Castella de Leom de Aragam das duas Cezelias de Jherusalem de Navarra de Grada de Toledo de Valença de Gualiza de Malhorcas de Sevilha de Cerdenha de Cordova de Corcegua de Murcia de Jahem dos Alguarves de Alljazira de Gibraltar das Ylhas de Canaria das Indias ylhas e terra firme do Mar Occeano condes de Barcelona senhores de Bizcaya e de Molina duques de Atenas e de Neopatria condes de Ruyselhan e de Cerdania marqueses de Oristan e de Guo- ciano archedukes de Austria duques de Borguonha e de Barvante condes de Frandes e de Tiroll etc. porquoanto conforme a hum assento que em nosso nome por nosso mandado tomaram Mercurinos de Gratinara nosso grande chanceler e Dom Fernando de Vega comtador mor de Castella e Dom Garcia de Padilha comendador mor de Callatrava e o Doutor Lourenço Galendez de Carvajall todos do nosso Conselho nossos procuradores bastantes e Pero Correa de Atovia senhor da villa de Bellas e o Doutor Jom de Faria embaxadores e procuradores do serenissimo e muy excelente rey de Purtugall nosso muy caro e muy amado sobrinho e primo em a cidade de Vitoria a dezanove dias do mes de Fevereiro deste presente ano de myll bxxliij anos sobre a demarcaçam e partiçam dos mares que se ha de fazer conforme ao assento e capitollaçam que sobre ello foy feyta polos Catolicos Reis nossos padres e avoos e senhores e o serenysimo rey Dom Johan rey de Purtugall e dos Alguarves etc. que ajan gloria e sobre a possissam e propiedade das ylhas de Malluco se an de nomear por cada hum de nos tres estrologuos tres pilotos e marinheiros os quoaes façan a demarcaçam e partiçam conforme a dita capitollaçam (15 v.) e assi mesmo tres letrados pera que vejan detriminen ho que toca a dicta posiçam das dictas Ylhas de Maluco os quoaes todos se han de ajuntar e estem juntos em a raya antre a cidade de Badajoz e a cidade d'Ellvas por todo este presente mes de Março porem querendo en todo guoardar e conplir o dicto assento e capitollaçam e concordia confiando de vos o licenciado Christovom Vaz de Acunha do nosso Conselho e o licenciado Pedro Manoell ouvidor da nossa Audiencia e Chancelaria que esta e reside em a villa de Valhadolid e o licenciado Fernando de Barentos do nosso Conselho de las Ordeins e de vossas letras e conciencias e de vos Dom Fernando Collam e Simam d'Alcaçova e o Doutor Sallaya estrolos (*sic*) e de vos Pedro Rodrigues de Vilheguas e do capitam Johan Sabastiam del Camo e Estevam Gomez nosso piloto e porque entemdemos que bem e fiellmente entenderes em ho dicto neguocio e guoardareis a justiça e direito das partes polla presente vos nomeamos e deputamos por julzes da dita causa e vos damos poder

e feculdade a vos os ditos licenciado Acunha e Pedro Manoell e Barrentos pera detriminar ho que toca a dita posissom de Maluco conforme a dita concordia e assento feyto em a dita cidade de Vitoria juntamente com os ditos tres letrados que por o dicto serenissimo rey de Portugall se an de nomear e a vos os ditos Dom Fernando Collam e Simam d'Alcaçava e o Doutor Callaya estrollos (16) e Pedro Rudriguez de Vilheguas e Estevam Gomez e Joan Sabastiam del Camo pilotos e marinheiros pera detriminar e fazer a dita demarcaçam e limitaçam conforme a dita capitollaçam e concordia ou juntamente com os estrollos pilotos marinheiros que han de ser nomeados por ho dicto serenissimo rei nosso sobrinho e primo e vos mandamos que loguo que esta nossa provisam vos for mostrada vos partais e vades todos a dita cidade de Badajoz e sejais nella per todo este mes de Março e vos os ditos licenciados vos ajunteis conforme a dicta comcordia com os outros tres letrados que ho dicto serenissimo e muy excelente rey de Portugal ha de nombrar pera ello e todos juntos vades e detrimineis e sentencieis ho que toca a dicta posisan conforme a dita capitollaçam e comcordia vos os ditos estrollos pilotos marinheiros façais a dicta demarcaçam e limitaçam conforme a dita comcordia e capitollaçam juntamente com os ditos estrologos pilotos e marinheiros do dicto serenissimo rey conforme a dita capitollaçam e comcordia e pera ello vos nomeamos e deputamos por nossos juizes arbitros e queremos que todo ho que per vos outros e pollos deputados do dito serenissimo rei conforme a dita capitollaçam e comcordia foy feito detriminado sentenceado e decrado como dicto he valha e seja firme e valloso como antre nos esta assentado e concordado que pera ello e pera cada cousa e parte dello por esta presente carta vos damos poder conprido com todas suas incidencias e dependencias anexidades e conexidades do qual vos mandamos da (sic) e demos esta nossa (16 v.) provisam hasinada de mim el rey e sellada com nosso sello reffrendada de nosso infra esprito secretario.

Dada em a cidade de Burguos a xvij dias do mes de Março ano do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill bxxliij anos.

Yo El Rey

Eu Pero de Guccolla secretario de Sus Cesarias e Chatolicas Magestades ha fiz esprever por seu mandado.

Trelladada da propria originall per mim Gomez Eanes esprivam e concertada com Bertollameu Rodriguez de Castanheda secretario de Suas Magestades anbos esprivães desta causa e por ello asinamos aqui de nosso (sic) nomes.

Bertolameu Rodriguez de Castanheda

Gomez Eanes Freitas ⁽¹⁾

(1) As folhas 17 e 17 v. estão em branco.

(18) Comisam a Mestre Thomas Duram em
lugar d'Estevam Gomez

Dom Carlos pella graça de Deus rey dos romãos eleito enperador senpre augusto Dona Johana sua madre e o mesmo Don Carlos pella mesma graça de Deus reis de Castella de Leom d'Aragom das duas Cezillas de Jherusalem de Navarra de Grada de Toledo de Vallença de Galiza de Malhorcas de Sevilha de Çardenha de Cordova e de Corcega de Murcia de Jahem dos Allguarves de Aljazira de Gibraltár das Ylha (*sic*) de Canaria das Indas e ylhas e terra firme do Mar Oceano condes de Barcelona senhores de Bizcaya e de Molina duques de Atenas e de Neonpatria condes de Ruyselhom e de Cerdania marqueses de Oristam do Goceano archiduques de Austria duques de Borgonha e de Bravante condes de Frandes e de Tiroll etc. porquanto antre as outras pessoas que mandamos nomear pera entemder com os deputados do serenissimo e muy excelente rey de Purtugall nosso muy caro amado sobrinho e primo assi pera fazer a demarcaçam que se ha de fazer conforme a capitollaçam que foy feita antre os Catolicos Reys nossos padres avos senhores e ell rey Dom Joan de Purtugall que ajan gloria como pera detriminar a quem pertence a possissam das Ylhas de Maluco em a comissam que aos deputados de nossa parte mandamos dar pera ello foy nomeado Estevam Gomez nosso piloto por hum dos tres pilotos que han de ser juizes da dicta causa da demarcaçam e porque nos avemos mandado que ho dicto Estevam Gomez nom entenda nello porque se ha de acupar en cousas de nosso serviço porem en luguar do dicto Estevam Gomez nomeamos por hum dos nossos deputados pilotos ao venerabel padre (18 v.) fre (*sic*) Tomas Duram mestre en Santa Theologia pera que juntamente com os outros estrols pilotos em a dita comissam e nomeamento conteudo possa entender e entendam em fazer a dicta demacaçam (*sic*) como se em a dicta nossa comissam e nomeamento fora nomeado ao qual per esta presente carta damos ho mesmo poder comprido que o dicto Estevam Gomez per a dicta comissam estava dado con todas suas yncidencias e dependencias anexidades e conexidades e mandamos aos dictos nossos deputados astrologos e pilotos que conforme a ella entendam com ho dicto padre frei Tomas Duram e nam com ho dicto Estevan Gomez en o dicto negocio do quoall mandamos dar a presente firmada de mim ell rey e sellada com nosso sello e reffrendada do nosso infra esprito secretario.

Dada em a cidade de Burgos a xxi do mes de Março ano do naci-
mento de Noso Senhor Jhesu Christo de mill b^{xx}iiij annos.

Yo Ell Rey

Yo Francisco de los Covos secretario de Sus Cesarias e Chatolicas
Magestades a fiz esprever por seu mandado.

Trelladada da propria orginall per Gomez Eanes esprivam e concertada per Bertollameu Rodriguez de Castanheda secretario de Sus Magestades por sermos esprivâes desta causa e por ello assinamos aqui de nossos nomes

Bertollameu Rodriguez de Castanheda
Gomez Eanes Freitas

(19) Poder pera Bertollameu Rudriguez de Castanheda secretario ser esprivan nesta causa

Ell Rey

Porquanto conforme a hum assento que em nosso nome e por nosso mandado tomaram Mercurinos de Gratinara nosso grande chanceler e Dom Fernando da Vegua comendador mor de Castella e Dom Garcia de Padilha comendador mor de Callatrava e o Doutor Lourenço Gallendez de Carvajall todos do noso Conselho nossos procuradores bastantes e Pedro Correa de Atovia senhor da villa de Belhas e o Doutor Jom de Faria embaxadores e procuradores do serenissimo e muy excelente rey de Purtuguall meu caro e amado primo em a cidade de Vitoria a xjx dias do mes de Fevereiro deste presente ano de mill bxxxiij anos sobre a demarcaçam e partiçam de los mares que se ha de fazer conforme ao assemento e capitollaçam que sobre ello foy feito por os Catolicos Reys nossos senhores padres e avoos e o serenissimo rey Dom Johan rey de Purtugall que hajan gloria e sobre a possissam e propadade (sic) da (sic) Ylhas de Maluco se am de nomear per cada hum de nos tres estrols e tres pilotos e marinheros os quoads façam a demarcaçam e partiçam conforme a dicta capitollaçam e assi mesmo tres letrados pera que vejam e detriminem ho que toca a possissam das dictas ylhas de Maluco os quoads todos se am de ajuntar e estar juntos em a raya antre a cidade de Badajoz e a cidade de Ellvas por todo este (19 v.) presente mes de Março e por nossa parte se a de nomear hum esprivam ante quem passe a dicta causa e autos della juntamente com outro que ha de nomear o dicto serenissimo rey de Purtugall porem confiando da suficiencia e fiellidade de vos Bertollameu Rudriguez de Castanheda nosso secretario que a presente nos nomeamos conforme a dicta concordia que estavam de nossa parte pera que juntamente com ho que for nomeado por o dito serenissimo rey de Purtugall possais entender em ello e ante vos passem todos os autos e se façan todas as outras cousas que conforme a dicta comcordia se an de fazer do quoall vos mandei dar a presente firmada do meu nombre e refrendada de mim infra esprito secretario.

Feita em Burgos a xx dias do mes de Março de mil bxxxiij anos
Yo Ell Rey

Por mandado de Sua Magestade Francisco de los Covos.

Trellado do proprio original per Gomez Eanes esprivan e com Bertollameu Rudriguez de Castanheda sacretario de Suas Magestades esprivaes desta causa comcertada e per ello asinamos aqui de nossos nomes.

Bertollameu Rudriguez de Castanheda

Gomez Eanes Freytas

(20) Poder ao fiscall Ribeira pera ser procurador do senhor enperador

Dom Carlos per graça de Deus rey dos romãos e enperador senpre augusto Dona Johana sua madre e ell mesmo Dom Carlos por a mesma graça reys de Castella de Liom d'Arogom das duas Cezillias de Jherusallem de Navarra de Grada e Toledo de Vança (*sic*) de Galiza de Malhorcas de Sevilha das Indias e yllhas e terra firme do Mar Ouciano condes de Barcelona senhores de Bizcaya duques de Atenas e de Neopatria condes de Ruiselhom e de Cerdania marqueses de Oristam e de Gociano archedukes de Austria duques de Borgonha e de Bravante condes de Frandes e de Tiroll etc. porquanto antre nos e o serenissimo rey de Purtugall nosso muy caro e muy amado sobrinho e primo esta assentado e concordado que se faça a demarcaçam que se assentou antre os Catholicos Reis Dom Fernando e Dona Ysabeli nossos padres e avos e senhores e o serenissimo rey Dom Johan de Purtugall que hajam gloria e pera fazer se nomeam pera ello certos estrologos e pilotos pera detriminar a quem pertence a possissam das Yllhas de Malluco se nomeem tres letrados per cada hum de nos as dictas partes os quoaes vistas as provanças escripturas direitos que por cada hũa forem apresentadas e mostradas detriminem o que acharen por justiça como mais largo em a dicta comcordia e assento se contem e porque convem que de nossa parte aja pessoa que em nosso nome faça os autos e diligencias e apresentaçam de testemunhas e outras cousas necessarias como procurador nosso porem confiando da dillencia (*sic*) solicitude (20 v.) e fidelidade de vos ho Doutor Bernaldino da Ribeira nosso fiscall em a nossa Chancellaria de Grada pella presente vos nomeamos por nosso procurador pera em a dicta causa e vos damos nosso poder livre lhen bastante segundo que nos ho avemos e temos espicialmente pera que por nos e em nosso nome e como nosso procurador possais parecer ante os dictos juizes e deputados e outros qualsquer juizes e justiçaes de nosso (*sic*) reinos e do dicto reino de Purtugall ante os quoaes possais fazer quoaesquer presentações de testemunhas aprovanças e outras escripturas e direitos nossos que em nosso favor faça e pera que possais fazer e façaes todos os pidimentos requerimentos portestações e outros qualsquer autos que convenhan e mester sejam assi em juizo como fora delle asta a sentença definitiva como nos mesmo fariamos e fazer poderiamos presente sendo e outro tall e com conprido poder como nos avemos e tenemos pera ho sussodicto e assi mesmo damos

e outorgamos a vos o dicto Doutor Ribeira por esta presente carta con todas suas yssindencias e dependencias anexidades e conexidades do qual vos mandamos dar e demos a presente firmada de mym ell rei e sellada com ho nosso sello.

Dada em Burgos a xv dias do mes de Março ano do nacimiento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e bxxliij anos

Yo El Rey

(21) Pedro de Vaçolla secretario de Sus Cesarias y Chatolicas Magestades fiz esprever po (*sic*) seu mandado.

Trelladada da propria originall per Gomez Eanes esprivam e concertada com Bertollameu Rudriguez de Castanheda secretario de Suas Magestades ambos esprivães desta causa e por ello asinamos aqui de nossos nomes.

Bertollameu Rudriguez de Castanheda

Gomez Eanes de Freytas

(21 v.) E apreSENTados asi os dictos poderes e capitollaçam os ditos juizes deputados disseram que ante todas cousas conprindo ho conteudo em a dita capitollaçam juravam e juraran a Deus e a Santa Maria e as pallavras dos Santos quatro Avangelhos e ao Sinal da Cruz em que poseram as mãos direitas corporalmente que posprosto (*sic*) todo ho amor e temor hodio e payxam nen interesse algum e sem ter respeyto a outra cousa algũa mais de a fazer justiça olhariam o direito das partes e detriminariam conforme ao assento e capitollaçam da dita demarcaçam e que se assi ho fizerem que Deus que he todo poderoso os ajude neste mundo aos corpos e no outro as almas donde mais han de durar e se ho contrayro fizerem que elle lho demande mal e caramente como aquelles que a sabendas se perjuram em seu santo nome em vão e ao tomar do dicto juramento em as mãos de nos notarios cada hum delles disse si juro e amen.

Testemunhas que foram presentes ao que dicto he e viram fazer o dicto juramento as pessoas acima decraradas o Doutor Bernalldino de Ribeira fiscall e o licenciado Jom Rodriguez Pisa vogado de Suas Magestades e o licenciado Afonso Fernandez e o Doutor Diogo Barradas procuradores fiscais do dicto senhor rey de Purtugall.

E despues desto em o dito dia mes e ano sussoditos estando na dita ponte os dictos deputados e comissayros do dicto senhor rey de Purtugall e de Suas Magestades — a saber — os juristas pera conhecer do debate da possissam conforme a dita capitollaçam despois de averem feito ho dicto juramento e solenidade acima conteudo avendo comonicado e praticado antre si mandaram os procuradores fiscais (22) dambas as partes que dissessem e allegassem de sua justiça e direito pera que sobre ho que dissessem e alleguassem se ordenasse este processo que elles estavam prestes e aparelhados de fazer justiça conforme a dita capitollaçam e comissões a elles derigidas e parecendo ante

os ditos juizes os dictos procuradores fiscaes danbas as partes logo os dictos Doutor Diogo Barradas e o licenciado Afonso Fernandez procuradores fiscaes do dicto senhor rey de Portugall disseram aos ditos juizes que pidiam que mandassem ao dicto fiscal do senhor enperador que dissesse ho que quisesse contra elles que elles estavam prestes pera lhe responder e logo en continente o dicto Doutor Bernaldino de Ribeira procurador fiscal de Sus Magestades disse que ho que os ditos juizes diziam estava ben dito e que a Suas Mercês e notorio e a todos que se am ajuntado aqui a entender nesta causa que em cima he tocado e que esto foy a pititorio e requerimento dos embaxadores do senhor rey de Portugall dizendo estar agravado e que seus procuradores devem de dizer e declarar sobre que he e que he ho que querem que o digam e que elle esta prestes a responder e fazer ho que devem. E esto disse que respondia e pidio aos ditos juizes que assi ho mandase e logo em continente os procuradores fiscaes do dicto senhor rey de Portugall disseram que a capitollaçam nom dezia o que dezia o dicto procurador fiscal de Sus Magestades e que somente manda que Suas Mercês se ajuntem aqui pera detriminarem a duvida que ha hi antre ho dito senhor rey de Portugall e Suas Magestades sobre a possissam de Maluco e logo ho dicto Doutor Ribeira procurador fiscal de Suas Magestades disse que he verdade que per a capitollaçam parece o debate e duvida que diz mas (22 v.) que he notorio que ysto naceu de ter enviado ho dicto senhor rey de Portugall seus embaxadores sobre este caso e do que sobre ello proposeram e moveram que aquillo mesmo devem de dizer e declarar e poer ante elles como juizes que sam desta causa pera que elle em nome de Suas Magestades responda e satisfça ho que convem ao direito e justiça de Sus Magestades e que sobre este artigo concruy e logo os juizes disseram que o ouviam e que enquanto a este artigo o aviam por concurso.

Gomez Eanes de Freytas do Desenbargo do senhor rey de Portugall o esprevi e Bertollameu Rudriguez de Castanheda secretario e estprivam de Suas Magestades asinou aqui comigo por a todo sermos presentes.

Bertollameu Rudriguez de Castanheda

Gomez Eanes de Freytas

(23) Despues disto sussodicto quinta feira xliij do dicto mes d'Abrill do dicto ano de myll bxxiiij em a Pomte da Caya que he na raya sobre dicta estando presente (sic) os juizes acima declarados os procuradores fiscaes do dicto senhor rey de Portugall apresentaram ante elles ho requerimento seguinte

Senhores

Dizemos por parte dell rei nosso senhor cujos procuradores somos que Vossas Mercês sam aqui juntos pera conprirem em todo com a dicta capitollaçam feyta antre Suas Altezas em a qual se contem que Vossas

Merces perguntem e recebam testemunhas e goaisquer outras provas sobre a posse de Malluco que cada hum dos dictos senhores pertende ter e porquoanto ell rei de Purtugall nosso senhor esta en posse de mais de dez anos a esta parte das ditas ylhas e terra de Maluco e a nos seus procuradores nam convem fazer libelo pidimos a Vossas Mercês que mandem o procurador fiscall de Sus Magestades que venha con libelo contra nos porque a elle convem fazer libelo e a nos nam e no (*sic*) ho querendo elle fazer pidimos a Vossas Mercês que cunpram em todo e per todo a dita capitollaçam e façam justiça porque nos estamos prestes pera dar nossas provas ho que assi dizemos com portestaçam de ysto nom ser avido por libelo nem ser avidos neste caso por autores e com ysto requeremos pidimos aos notarios que ajuntem este nosso requerimento aos autos e no lo dem por termo.

E assi apresentado logo o procurador e vogado de Suas Magestades pdiram aos dictos juizes lhe mandasse dar o trellado do dicto requerimento o qual os dictos juizes lhe mandaram dar e nos esprivães que lhos demos e asinamos aqui ambos por estarmos presentes.

Bertollameu Rodriguez de Castanheda
Gomez Eanes de Freitas

(23 v.) E loguo en continente neste dito dia e mes e ano sussodictos estando em a dita Ponte os dito (*sic*) juizes deputados acima decrarados o dicto Doutor Bernaldino de Ribeira procurador fiscall de Suas Magestades apresentou ante elles esta resposta ho theor da qual he este que se segue

Manificos senhores

O Doutor Bernaldino de Ribeira procurador fiscall de Suas Magestades respomdendo ao dito e alegado por os procuradores fiscaís do senhor rey de Purtugall diguo que Vossas Mercês devem mandar aos ditos procuradores que ponham a demanda que quizerem pois que esta causa se moveo por ho senhor rey de Purtugall e seus embaxadores que disseram e proposeram ante Sua Magestade as rezões que quizeram pera fundar o direito que pertendem e possissam e propriadade das ylhas que dizem e Sua Magestade ouve por bem que se deputassem juizes dambas as partes pera que se vissem as rezões que se propunham pelo senhor rei de Purtugal e eu em nome de Sua Magestade respondesse e satisfizesse a seu direito e por esto he cosa notoria e nenhum ha pode neguar e se mester he por tall o digo e alego deve se mandar as outras partes em nome do dicto senhor rei de Purtugall por quem esta cousa se promoveo e se provocou a juizo que digam e alleguem ho que por parte dos dictos enbaxadores foy proposto per a maneira que virem que comvem a seu direito he entonces eu allegarei do direito de Sua Magestade ho que vir que convem e nam cunpre con dizer e pdir que se goarde

e cunpra a contrataçam e que sobre aquilo se faça prova e processo porque esta (24) demanda he obscura ynera e gerall e nom decraram o remedio que yntentam pera que sobre o possisorio que dizem se possa dar carta sentença porque demandar que se guoarde a dicta contrataçam esto he ho que se assentou ante Sua Magestade he ho senhor rey de Purtugall e que se desse sentença que aquella se goardase era sentença sen fruyto algum e que nom detriminava a causa devem de dizer o (sic) procuradores certa e abertamente em que querem que se guoarde a contrataçam e que he ho que cuydam que nom se lhes goarda e quebrando la e yntentar o remedio ynterdicto que cuydam que lhes competen pera que eu possa dar certa reposta a Vossas Mercês certa sentença conforme ao libelo e demanda nom se deve consentir que sobre pitorio yncerto e gerall se faça processo debalide e assi peço a Vossas Mercês ho mandem e prenuciem pera ho qual inploro seu hofficio e sobre ello peço comprimento de justiça.

E así apresentada a dicta reposta os dictos procuradores fiscaes do dicto senhor rei de Purtugall pidiram o trellado e os ditos juizes lhos mandaram dar e que respondam a primeira junta que fizerem e nos dictos esprivães fomos presentes e asinamos de nossos nomes.

Bertollameu Rudriguez de Castanheda

Gomez Eanes de Freytas

(24 v.) E depois desto em a cidade de Badajoz quarta feira xx dias do mes de Abrill ano do nacimiento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill bxxiiij anos estando en ho capitulo da igreja mayor de San Joam da dita cidade juntos os ditos juizes deputados do senhor rey de Purtugall e de Suas Magestades onde se vieram a juntar por mandado dos ditos senhores e por concordia que os dictos juizes antre sy tomaram pera estarem juntos em a dita cidade de Badajoz ate sabado primeiro seguinte que sam vinte e tres dias deste presente mes d'Abrill do dito ano perante os ditos juizes deputados pareceram os procuradores fiscaes do dito senhor rey de Purtugall e apresentaram ante os ditos juizes hũa repprica e o theor he ho seguynte e nos os ditos esprivães asinamos aqui por sermos a todo presentes

Bertollameu Rudriguez de Castanheda

Gomez Eanes Freytas

Respondemos os procuradores del rey nosso senhor e dizemos que nom he notorio nem se mostra pollos autos os enbaxadores do dito senhor rey porpoerem o alegado pollo procurador fiscal do senhor emperador e posto caso que assi fora nam se podia ysso dizer porvocar a julzo por ser antre dous senhores que nam reconhecem suprior ante foy certa com convença e contrataçam que os ditos senhores fizeram por seus procuradores porque lhes aprouve louvar se em deputados cada hum por sua parte que conhecessem deste caso — a saber — estar polo julzo e deter-

minaçam que os ditos louvados fizessen como Vossas Mercês vem per esta capitollaçam e esta maneira de contrataçam nam se pode chamar porvocaçam porque porvocaçam he antre partes que podem ser constangidas a julzo pelo que cessa ho que diz o fiscall do dicto senhor enperador nesta parte.

E ao que diz que nossa demanda he yncerta he obscura he escusado responder lhe porque nos nom pusemos nem pueimos demanda antes disemos e dizemos que a nom proposemos nem vimos con libelo porque ell rey nosso senhor esta de (25) posse de mais de dez anos a esta parte das ylhas e terras de Maluco — a saber — do ja temos dicto e portanto pidimos a Vossas Mercês que mamdem ao fiscall do senhor enperador que venha com libelo ou declare as causas e rezões que tem pera o nam fazer asy como por parte dell rey nosso senhor esta declarado e nom ho querendo elle fazer Vossas Mercês devem inquerir e buscar todos os remedios do direito pera saberem a verdade e fazerem justiça antre estes senhores conforme a dicta capitollaçam pera o que inploramos vosso officio.

Baradas Doutor

Alfonsus Lecenceatus

E asy apresentada a dicta rebrica como dito he logo ho dito Doutor de Ribeira procurador fiscall de Sus Magestades pidio o trellado della e os dictos juizes e deputados lha mandaram dar e que respomda ate amanha na primeira junta que fizerem e nos os ditos estprivães fomos presentes e o asinamos de nossos nomes

Bertollameu Rudriguez de Castanheda

Gomez Eanes de Freytas

E depois desto quimta feira xxi dias do mes d'Abrill do dito ano de mill bxxiij anos estando os ditos juizes en o dito capitollo da dita igreja de Sam Joham da dicta cidade de Badajoz o dicto Doutor de Ribeira procurador fiscall de Suas Magestades apresentou ante os ditos juizes hũa reposta e o teor da qual he esta que se segue

Muy manificos senhores

Ho Doutor Bernaldino de Ribeira procurador fiscall de Sus Magestades respomdendo ao que aguora ultimamente dizem os procuradores fiscals do senhor rey de Purtugall digo que se deve fazer e pornunciar o per mim pidido sem embargo do que per elles se alegua porque querem neguar o que he notorio em estes reinos (25 v.) e por tall deve ser tenydo e pornunciando que ho dito senhor rey de Purtugall enviou embaixadores ao enperador nosso senhor agravando se que Sua Magestade faz cerca de Malluco os quoaes propuseram as rezões que pertendan e a

elles foram respondido e sobre aquella disputaçam foy tomado este meo de arbitros e deputados que vissem por justiça pera detriminarem ho que for direito Vossas Mercês mediante justiça nom podem fazer outra cousa salvo ouvir per ordem o que ho senhor rei de Purtugall mandou os senhores embaxadores que dissessem e o que lhes seria respondido e sobre que ello ordenar proceso e pois como dizem os dictos procuradores fiscaes sendo princepes nom reconhecendo suprior nom a de provocar hum ao outro a juizo pera saber quem a de fallar ou proouer primeiro ante os arbitros convem que se sayba quall foy ho primeiro que ho propos e se agravou do que ho outro fazia.

Esto Vossas Mercês o sabem e donde se trata de boa fe e verdade nom a mester outro exame nem provoçam e se nam se contentam com sabe lo como juizes os ditos fiscaes devem de jurar de calunia e sob cargo do juramento responder ho que sabem acerca desto e se ho neguarem eu me hofferço a en continente o provar porque sendo ysto verdade como ho he nom ay duvida salvo que a outra parte provocou porpoendo primeiro ho agravo que pertendia e todo ho que se disse fora de juizo se comprometeo em arbitros e que ello se deduze ante os arbitros sobre que se faz compromisso de que ouve questam antre as partes e aquella ordem se ha de ter quanto mais que as outras partes ante Vossas Mercês primeiramente propuseram e pidiram que empusesse demanda e por aquele auto foram vistos e ⁽¹⁾

(M. L. E.)

4410. XVIII, 4-12 — Carta de el-rei D. João III a António de Azevedo Coutinho, a respeito de Maluco. Lisboa, 1528, Dezembro, 17. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Licenciado Antonio d'Azevedo amigo eu el rey vos envio muyto saudar.

Ao capitolo que me enviastes do modo em que la se aseentou que se avia de lançar a lynha do concerto de Maluco e se nam navegar pellos meus mares vos nam respomdy com tanta presteza como me prouvera porque aimda que como dizees pareça que ambas as ditas cousas se comprendiam no dito capitollo as pallavras delle vinham asy escuras pera o que compria em negocio que tam claro se deve aseentar que comveeo praticar sobre yso pera se asee[n]tar de maneira que pera em todo teempo ficase beem entemido e quanto posyvel fose se nam podese oferecer duvyda algũa que he o principall fundamento que tome y neste concerto e se aseemtou o dito capitollo como verees pello que agora com esta vos envio que he em tudo conforme ao que me enviastes soamente

(1) O documento está incompleto.

se fez com as clausulas com que se deve aseentar no contrauto pera nam aveer duvyda quando se fezer e tanbeem conforme ao que niso ho emperador meu irmão teem concedido por seus apontamentos asy acerca das penas que averam os que forem contra o que nelle he declarado como no decaymento do direito que elle tener na duvyda de Maluco mostray o dito capitulo ao emperador e lhe day estas rezões que diguo pera lhe nam parecer que se faz cousa nova mas que soamente se declarou asy como convem pera ficar de todo aseentado e acabado e se concluir e acabar este concerto tam em breve como eu desejo.

E pera vosa enformaçam e verdes as rezões que hy ha pera asy claramente se dever aseentar quamto ao lançar da lynha que se aseenta que seja pela Ilha das Veellas e de Santo Tome a quall ilha se poem em tantos graos e legoas como pello dito capitulo vay asentado se aseenta asy porque Pedro Afonso me spreveo que os do Conselho do emperador meu yrmão diziam que nam sabem se o cymicirculo pasa pella dita ylha de Santo Thome senam pello que de ca se lhe diz e que se em algum teempo se achase estar mais (1 v.) ao Oryemte que se emende e se mais a Ocidente que outrosy se emende pello quall se asemtou na maneira em que vay por me conformar com o que asy o dito Pedro Afonso me spreveo. E pera declaraçam disto e asy do ponto em que os do emperador meu irmão teem sytuado Maluco e neestas cousas nam posa aveer duvyda emquamto o concerto durar pareceo necesario fazer se o padram como vay declarado pello dito capitullo conforme as suas cartas.

E a rezam que ha pera os do emperador meu irmão deverem de incorer em pennas entrando de dentro da lynha por ynorancia he porque os pillotos e marinheiros que ouverem de navegar esta navegaçam ham de seer homeens que saibam muy beem navegar pella altura do Soll. E estes como nam quyserem maliciosamente yr pella lynha equynuncial de Leste a Oeste dereitos e se apartarem pera o Nordeste ou ao Noroeste loguo conheceram a cantidade dos graos de lomgura em que estam pera nam entrarem deentro da lynha quamto mais que como este erro fose de cinco ou seis graaos de deferemça seerya evidente malicia e nam inorancia.

E quamto ao que se declara no dito capitulo da entrega das espiciarias e drogarias e diligemcias que se niso faram e penas que seram dadas aos culpados quamto a entregarem a espiciaria he escusado dar rezam pelas muytas rezões que pera yso ha e o enperador meu irmão ho teem concedido e todo ho mais sam declarações quando ho tall caso acontecese da maneira que niso se teera porque nam posa sobreviir niso duvyda soamente o que de novo se aponta se fose caso que os vasallos e súditos do emperador disesem que traziam e tiraram as ditas espiciarias e drogarias de teerra que caya deentro na sua demarcaçam. A rezam he pera dever ser asy como vay aseentado no capitulo porque he cousa notorya nam aveer espiciarias neem drogarias em algũa parte soamente nas mynhas. (2) E queremdo os capitães e geemtes do enpe-

rador meu irmãoo fazer o que nam devem as teeras minhas onde ha as ditas espiciarias e drogarias sam tam alomgadas hūuas das outras e neellas nam podem estar sempre meus capitāes e geemtes como por muytas vezes teenho apontado e poderiam trazer algūuas dizendo que as traziam doutra parte o que serya muy grande meu perjuizo e por yso he beem que se aseente nisto todas as declarações pera tirar duvidas. E quanto ao pomto que se apontava por seu capitollo de nam cayreem nas penas os vasallos e naturaes do enperador meu irmãoo pasamdo a lynha com tormenta se aseemtou no modo que vay no capitollo que vos envio posto que se podera beem escusar porque neestas partes nam ha teenpos forçosos que durem mais de duas tres oras quando mais de torvoadas e os outros teenpos sam de mongões muyto certas de quatro cinco seis meses homde navegam naaos de palha e com veellas d'esteyras em que se mostra claramente nam aveer teenpos forçosos.

E as rezoes que ha pera as naaos e navyos do emperador meu irmãoo e de seus suditos e naturaes nam navegarem pelloos meos mares por omde minhas armadas vãoo pera a Imdia mais que atee poderem tomar suas derrotas dereitas pera o Estreyto de Magalhaes sam porque nam teem nenhūua necessidade de navegarem por elles por seer tam longe pera por elles ireem aos seus mares do Sul que fica em reveez hum caminho do outro. E da lynha que se lança pera esta parte nam ha cousa sua. E ainda seerya desfazer este propio concerto que tomamos porque elles por esta banda nam podem pasar aos seus mares seem pasarem e navegarem os mares da lynha pera deemtro nos quaaes se aseenta que elles nam posam emtrar da banda do Sul pera deemtro salvo com tormenta como no capitulo se declara. E pois estaa vista a contradicam a olho nam se deve fallar nyso.

Por todas estas rezões ainda que outras muytas (2 v.) aja pera dizer vos justficares o aseemto do capitulo que vos envio se vos fosem apontadas algūuas rezōoes em contrairo e o que toca a marynharia praticares com Pedro Afonso pera estardes melhor instruto e emformado neellas e lhe mostray o dito capitollo e todas estas rezoes porque asy o ey por beem. E do que vos for respondido ao dito capitollo me avisay naquella dyligencia que vyrdes que compre e muyto comprydamente e leembro vos que no concerto se ha d'aseentar capitollo que quando se desfezer este concerto ha de ficar em sua força e vigor a capitollagam feyta sobre a demarcaçam amtre el rey Dom Fernando e a rainha Dona Ysabel com el rey Dom Joam porque asy estaa comcedido e nām se faz agora diso mençam porque fica pera se asentar no contrauto com os outros capitollos delle.

Stprita em Lixboa a xbij dias de Dezembro o secretario a fez de 1528.

Rey

Pera Antonio d'Azevedo das rezões

(L. P.)

4411. XVIII, 4-13 — Carta de Pedro de Montemayor a el-rei de Portugal, na qual lhe fala a respeito da armada que o imperador D. Carlos mandara a Maluco, da attitude dos portuguezes depois da morte do rei de Tidor, das ofertas feitas aos castelhanos para passarem ao serviço de el-rei de Portugal e outras noticias sobre Maluco e a chegada dos castelhanos. Cochim, 1533, Janeiro, 14. — *Papel. 6 folhas. Bom estado.*

Sennhor

Pedro de Montemayor vasalo de Sua Magestade e servidor de Vossa Alteza que ao pressente estou em Cochym por mandado de Fernando de la Torre que resyde em Maluquo por capitam moor do emperador dalgũa pouqua gente que lhe ficou de hũa armada que o anno de 525 Sua Magestade despachou na cydade da Crunha de que sayo por capitão moor frey Garcia de Loaysa que Deos aja comendador da Hordem de Sam João. E porque vim a saber do governador de Vossa Alteza se tinha algum recado de Sua Magestade ou de Vossa Alteza pera que se determinasse o que se devia fazer neste nosso caso e porque nam achei o governador aquy em Cochym dey algũa parte de minha vimda a Pedro Vaz veeador da Fazenda de Vossa Alteza nestas partes. E ele me rogou que quisesse daar conta per esta minha carta a Vossa Alteza. E eu com desejo de servir Vossa Alteza me pus a o fazer o melhor que posso.

Deixarey de dizer a rota e viagem que trouxemos que foy trabalho pera nam crer porque nosa partida foy como acima digo o anno de 525 e chegamos o anno de 527. E por escusar prolixidade começarey daar conta a Vossa Alteza de quando entramos na demarcação de Malluquo e esto com a naoo Capitayna soomemte porque todas as outras se perderão. Naquela naoo vinhamos cemto trinta e tres homeens e a este tempo vinha por nosso capitão moor Martim Ynhegez de Carquicena porque nesta viagem atras eram jaa falecidos quatro capitães moores que fizemos.

E tanto que chegamos ao primeiro porto per nome Çamafo que he del rey de Tidor e são quarenta legoas de Tarnate veyo a nos hum stravo que foy de portuguezes e andava fogido o qual stravo nos dixe que no porto de Tarnate avia portuguezes e que tinham feita hũa fortaleza em que poderia aver obra de cem portuguezes e que tinham duas caravelas hũa fusta e hum batel e que avia pouquo tempo que o rey de Tidor era morto per nome Almamçor. E despois de morto dahil a bilij dias os portuguezes lhe quelmarão o lugar e roubaram e fizeram todo o mal e dapno que poderam.

E nos outros sabemdo o que pasava posemos por obra mandar por terra recado ao rey de Gilolo fazemdo lhe saber de nosa vymda. E asy lhe mandamos pidir que nos dese embarcação pera o fazeremos saber ao rey (1 v.) de Tidor que he filho del rey Almamçor que falleceo e sera de idade de xb annos.

Ele o pos logo por obra e o capitão de nosa armada Martin Ynhegez mandou seys homens com cartas pera os ditos reix de Tidor e Gilolo e estiveram laa pasamte de hum mes sem nos fazer saber coussa nenhũa do que tinham feito de que estavam muito espantados.

E no cabo do dito tempo veyo hum paraoo de Tidor e dous de Gilolo nos quaees vinhão dous homens dos nossos e alguns homens principaes dos ditos reix a offerecer se por vassalos e servidores de Sua Magestade. E os nossos nos enfformaram do boom apparelho que el rey de Gilolo nos queria fazer pera nosso repayro e tambem da boa vomtade del rey de Tidor posto que tinha mau apparelho pera noso remedeo por terem o lugar todo queimado e estarem todos nos matos.

E desta vez ficarão com o rey de Gilolo quatro homens nossos pera ajudarem a lhe deffender a terra os quaes lhe foram boons porque tanto que os portugueses souberam da nosa naoo determinarão de hir logo com todo seu poder e do rey de Tarnate sobre o rey de Gilolo cuidando de ho destroyr antes que ouvese noso socorro. E tanto que os portugesses e gente da terra começaram desembarcar tomarão hum paraoo muito grande do dito rey e lhe cortaram muitas palmeyras. E os nossos quatro castelhanos que estavam com o dito rey tanto que aquillo virão foram contra os portugueses com toda a jemte da terra e deram neles de maneira que lhes comveyo aos portugesses tornarem se a recolher crendo que avia muitos castelhanos porque a terra he muy fragosa. E depois disto os portugueses pidiram ao rey que lhes mandasse entregar os quatro castelhanos e que lhe dariam por eles o que quisesem. E o rey lhe respondeo que os nam podia daar porque eram vassalos do emperador e que os nam podia dar porque se os entregasse lhos demandariam depois. E depois disto os portugueses falarão com os nossos quatro homens dizendo lhe que lhes dariam stravos e fazenda e faryam muito beem que se fosem pera eles e pera o serviço de Vossa Alteza. E eles lhe responderão que vinhão em serviço do emperador e que nele aviam d'acabar e emtam se tornaram os portugueses a Tarnate.

Depois que vyeram os ditos paraoos de Tidor e Gilolo homde a nosa nao estava que era o porto de Çamafo nos fizemos aa vela juntamente com os ditos paraoos pera hiremos aas ditas ylhas de Malluquo e por nos daar hum temporal se perderam de nos e tornaram a Gilolo e o rey os quisera matar a todos por hirem sem a nosa naoo posto que eles nam tinham culpa.

Sesta feira que foram xxx de Novembro de 526 amanhecemos junto de hũa ylha de Gilolo per nome Erabo. E chegamdo cerqua de hũa pomta que aviamos de dobrar vimos vir a nos hum paraoo no qual vinha hum portuges e em hũa canoa que he pequeno barquo veyo hum moço pedir seguro pera o portuges vir falar nos o qual seguro lhe foy logo dado e o portuges veyo aa nosa naoo com o qual muito folgamos por ver chrisptão ainda que comtrario. E a embaixada que trazia era hũa carta do seu capitam per nome Dom Garcia Amrriques (2) a qual

mamdava ao nosso capitão que porquanto ele nam sabia que nao era a nosa e ele estava nas ditas partes por capitam de Vossa Alteza em hũa fortaleza que tinha que lhe rogava que se fose a ela e que ahy lhe fariam muy boom trtamento e dariam todo o necessario e que lhe mandase dizer se ele vinha por mandado do emperador e que lhe rogava que nam fose a outra nenhũa parte porque nam era serviço de Vossa Alteza. O qual nosso capitão primeiro que outra nenhũa coussa lhe mostrou hum capitulo do regimento que trazia do emperador e que lhe mandava que viesse aas ylhas de Maluquo e fizese nelas fortaleza espi- cialmente na ylha de Tidor. E que pois Sua Magestade assy o mandava que assy o queria comprir. E com esta repostas se tornou o messageiro ao qual foy feito todo o boom tratamento que ser podia e nos outros ymdo todavia aa vela chegando a hũa pomta nos foy o vento contraio de maneira que a nam podemos dobrar. E entam nos foy forçado tornar domde damtes partimos e avendo tres dias que ahy estavam veyo a nos hum portuges stprivão da feitoria de Tarnate e nos fez requerimento. de parte de Vossa Alteza que nos fosemos aa sua fortaleza pois esta- vamos em vosas terras e demarcação ou que nos fosemos a outras partes e nam o querendo fazer que eles nos defemderiam que nam fosemos a Malluquo. E que pera elo nos estavam aguardando detras da dita pomta com duas caravelas hũa fusta e hum batel e novemta paraos da terra.

O capitam Martim Ynhegez tomou conselho com todos que era o que nos parecia que deviamos de fazer se hiriamos diamte ou nos tor- nariamos atras porque pera hir a nosa nao estava muy velha e se say- sem a nos receberiamos muito dapno e se nos tornasemos a Espanha ainda que nam levaseamos nada soomente fazer saber a Sua Magestade como Vossa Alteza tinha fortaleza feita e as ylhas sugidas que Sua Magestade lhes mandaria pagar suas quyntalladas e soldos e o parecer de todos foy que queriam morrer e hir comprir o mandado do emperador e todos com alegres corações deziam que pois o emperador dizia mais adiante que nunca Deus quisesse que por eles fose revogada a tal pala- vra. E esta foy a repostas que todos derão ao capitam Martim Ynhegez e emtam se tornou o memssageiro com esta repostas. E dahy a tres dias dobramos a pomta e tanto que nos viram os portugeses se fizeram aa vela e o vento nos refrescou que nos nam poderam fazer dapno nenhum. E asy fomos teer a ylha de Tidor que foy ao derradeiro dia do anno de 526 homde demos muytas graças a Deus por termos chegado ao fym de nosa viagem.

E o primeiro dia do anno de 527 começamos de tirar nosa artelharía a terra e asemta la pera que se vyesem os portugeses nos achasem aper- cebidos e fizemos hum baluarte a maneira de fortaleza de pedra soo- mente em que com muyto trabalho posemos a dita artelharía e a gente da terra era comnosquo muyto comfforme e nos ajudavam de que esta- vamos muyto alegres e cada dia descarregavamos a nao porque espe- ravamos que os portugeses viyessem a nos.

(2 v.) Quimta feira xbij de Janeiro do dito anno de 527 aa meia noyte veyo hũa fusta e hum batel e outros muytos paraos em que vinhão muytos portugueses muy qedos pera se chegarem aa dita nosa naoo e a meterem no fundo e da nosa nao foram sentidos e vistos pela boa vigia que tinhamos e de terra os vimos tambem vir. E de hũa pomta homde nos tinhamos postas duas peças grosas d'artelharia tirarão os nosos aa dita fusta que vinha ao longo da terra muyto queda com hũa bombardada das duas que tinhamos em terra e a nosa bombardada nam fez dapno aa fusta pela nam acertar. E entam os portugueses tiraram hũa bombardada aa nosa naoo e a herrarão e logo tornaram tirar outro tiro que deu no costado da naoo pela banda d'estribordo na qual naoo fizeram hum burauquo gramde e tirarão logo outra bombardada que deu junto da primeira o qual tiro matou hum homem na naoo e ferio outros tres. E nos de terra lhe tiramos com a nossa artelharia e nam lhe fizemos dapno.

E sexta feira xbiij dias do dito mees em amanhecendo vieram os ditos portugueses desviados da nosa naoo e começaram tirar muyta artelharia aa nosa naoo te ora de comer e deram na naoo algũas bombardas grosas que lhe fez muyto dapno. E porem na nosa gente nam se fez dapno nenhum e nos nos deffemdiámos com a nosa artelharia tirando lhe muytos tiros mas como a nosa artelharia estava mal asemtada soomente dois tiros dos nosos lhe acertarão em que lhe fizemos muyto dapno principalmente na fusta de maneira que lhes comveo tornarem se detras de hũa pomta repayar do dapno que lhe fizemos e pera mamdarem os feridos a Tarnate e tomarem seu acordo.

E neste mesmo dia aa tarde sabendo nos que os portugueses estavam detras daquela pomta foram quinze homens dos nossos besteiros e espyngardeiros com muyta gente da terra e derão nos portugueses que estavam comendo em terra bem descuydados e ferirão quatro ou cinco portugueses e matarão dous cavaleiros homens da terra de Tarnate que vinhão com os portugueses. E os nosos se tornarão sem dapno nenhum posto que do maar lhe tiravam multos tiros.

Neste dia amtes do Sol posto duas oras tornarão os ditos portugueses e traziam na fusta hũa bandeira por proa ao lume d'agoa que sygnificava samge e fogo e se foram aa nao e lhe tirarão muytos tiros de maneira que ficou toda aberta e rota e tam maltratada que nam prestou pera nada.

Sabbado xix do dito mes em amanhecendo tornarão os ditos portugueses e deram na nosa naoo outros muytos mals tiros te ora de meio dia que lhes arrebeutou hum tiro grosso e emtam se tornaram a Tarnate. E no dito dia sendo jaa tarde e os portugueses ydos vyeram cinco paraos os quaes vinhão de Gylolo em noso socorro e nos ditos paraos vinhão dous homens nossos dos quatro que laa estavam e nos traziam mantimento pera a nosa gente.

E no outro dia seguinte xx do dito mes de Janeiro estando estes paraos junto da nosa naoo vimos sahir da ylha de Motil dous paraos

que he tres legoas desta ylha de Tidor. E entam se meteram em cada paraco dos nossos quatro cimquo espingardeiros e foram demandar (3) os dous paraoos que vimos e tomarão os nosos hum deles e o outro lhe fogio. E neste que tomarão os nossos vinha hum homem portuges e xxliij stravos o qual portuges com medo dos nossos se lançou ao maar pera se salvar a nado e se affogou. E o paraoo era do dito Dom Garcia Amrriquez e poderya trazer cem quintaez de cravo.

E pasado tudo acima stprito sumariamente determinamos fazer hum navio pera todo fazeremos saber a Sua Magestade como pasava e o apparelho pera o navio era tam maoos que em muitos (1) dias faziamos muy pouqua obra. E a este tempo asentamos tregoas com os portugesses em maneira que eles vinhão a nos e nos a eles com este comcerto que amtre nos avia. E amdando desta maneira o negocio veyo pera Maluquo outro capitão de Vossa Alteza pera a fortaleza de Tarnate por nome Dom Jorge de Meneses o qual tanto que tomou pose da fortaleza de Tarnate dahii a pouquos dias nos mamdou hum meirinho e stprivão e alcaide moor da fortalza (sic) requeremdo nos que nos fossemos das terras de Vossa Alteza ou que nos fossemos aa vosa fortaleza de Tarnate. E queremdo nos hilir a qualquer parte nos darya passagem ao qual foy respomdido que se nos dava a fortaleza que nos hiriamos pera ela por nosa e que doutra maneyra que estavamos nas terras do emperador e que nelas aviamos de morrer. E asy requereo o noso capitão moor Martim Ynhegez de Carquiçana a Dom Jorge de Meneses que lhe dese e entregase Dom Garcia Amrriquez capitão que fora de Vossa Alteza em Tarnate porquanto meteram no fundo hũa nao de Sua Magestade pasarão muytas cousas de parte a parte que seryam largas de contar.

Aos xj de Julho de 527 faleceo este nosso capitão moor Martim Ynhegez e foy por nos homrradamentemte emterrado em Nossa Senhora do Rossayro e foy amtre nos fama que moreo de peçonha que lhe mamdou daar Dom Jorge de Meneses a qual tambem nos lamçaram em hum poço e Nosso Senhor nos proveo de maneira que so o nosso capitam faleceo e logo no dito dia enlegemos por nosso capitam moor e governador Fernando (2) de la Torre o qual do dito tempo te gora he capitão moor de Sua Magestade e por seu mandado vym a Imdia o qual Fernando de la Torre teem feitos tantos serviços a Vossa Alteza como vera per cartas de vossos capitãees e outra gemte os quaes são muy manyfestos e se nam podem negar.

E tanto que o dito Fernando de la Torre foy enlígido por governador começou por toda deligencia pera se acabar o navio que estava começado pera o mandar com novas a Sua Magestade. E posto que as pazes amtre nos e os portugeses nam eram asentadas todavia tinhamos comverssaçam huns com os outros. E neste tempo Dom Jorge de Mene-

(1) *Riscado*: poucos.

(2) *Riscado*: a Alomsso.

ses capitão de Tarnate mandou hum homem dos seus a maneira de fogido o qual homem recolhemos e era castelhano e lhe foy feito o melhor tratamento que podemos. E dahy a xb dias vyeram outros portugueses como costumavão os quaes traziam materiaes de fogo pera nos queimarem o navio e os entregarão na mão do daquele castelhano que se fez fogido pera nos pera que em anoitecendo os deitasse no navio e assy o fez e os portugueses o estavam esperando e o recolherão e levaram a Tarnate e assy se nos queimou o navio de maneira que não aproveitou mais. (3 v.) Dahy a poucos dias ouve grande devissam entre os portugueses em Tarnate e foy que Dom Garcia Amrriquez que damtes fora capitão se alevantou e premdeo Dom Jorge de Meneses sendo capitão de Tarnate de que nos a nos outros muyto prouve e o teve em ferros e começou protestar (*sic*) contra ele dizendo que Vossa Alteza não lhe mandava que nos fizesse guerra e que ele nam tão soomente não obedecia ao mandado de Vossa Alteza em no la fazer mas que com traição nos mandara queimar hum navio que com tanto trabalho fizemos e dezia outras muytas cousas mas a verdade era que o premdeo porque o Dom Jorge de Meneses o teve antes desto presso em ferros e o quiserá matar.

E tanto que Dom Jorge foy presso logo os de sua parte se ajuntarão e se foram aos matos e mandarão hum homem a Fernando de la Torre a pidir seguro pera que os acolhesse e emparasse e que todo o tempo que Dom Jorge esteve presso queriam servir Sua Magestade e fariam guerra a nosos ymigos. E Fernando de la Torre vendo ser serviço do emperador e homrra de todos nos outros o fez com certas comdições as quaes Symão de Vera que era alcaide moor de Tarnate nam qis comceder sem as primeiro hir comunicar com os outros portugueses que estavam no mato porque este Symão de Vera foy o que veyo com a embaxada de todos. E as comdições que lhe eram requeridas per Fernando de la Torre são estas que eles portugueses entregassem as armas e fazendas e alguns filhos dalguns principaes e que jurassem de nunca nos fazer guerra ate ser solto o seu capitão ou vir de Portugall outro recado.

E tanto que Dom Garcia soube da hida dos portugueses pera o mato se concertou logo com Dom Jorge e o soltou a cabo de trinta dias que o teve preso. E o Dom Garcia se foy a hum porto tres legoas da fortaleza e tinha em seu poder toda a artelharia e armada que asy foy o concerto que fez com Dom Jorge de Meneses.

E amando nestas revoltas se veyo a Fernando de la Torre o governador moor da ilha de Maquian que he hũa das cinco ylhas da especiaría e estava pelos portugueses dizendo que ele e a moor parte da dita ylha queriam ser vasalos do emperador e pera firmeza disso deu logo hũa joamga que he moor que nenhum paraço e pidio que lhe desem seys castelhanos pera ajudarem a deffender a terra em nome de Sua Magestade os quaes lhe deu Fernando de la Torre e hum alcambuz pera se deffenderem.

E dali a x ou xij dias foram aa dita ylha de Maquian Dom Garcia Amrriquez com hũa caravela e hũa fusta hum batel e xx paraos de Tarnate em que hiam sesemta portugueses assy foy combater a dita ylha e povoaçam em que os nosos estavam. E o combate durou dous dias com suas noytes e em fym deles tomaram o lugar e matarão hum castelhano e premderão outro e matarão muyta gente do lugar e o roubarão. E ao tempo que os portugueses vyeram pera combater este lugar porque os nossos sabiam sua tenção queimarão quinhentos quintaez de cravo que tinham na povoaçam. E entam se tornou Dom Garcia e veyo caminho de Malaqua.

E dahii a poucos dias o noso capitam moor mandou algũa nosa gente com outra da terra tomar hũa povoaçam gramde em Maquian por nome Gimta e se deu a partido por vasalo do emperador (4) el rey de Gilolo mandou pidir socorro ao noso capitão moor e ao rey de Tidor pera combater hum lugar que he de Quichil de Roes regedor de Tarnate o qual lugar se chama Tuboabe e estaa na mesma terra de Gylolo.

E Fernamdo de la Torre lhe mandou quaremta castelhanos e hoytocentos homens da terra nosos amigos os quaes estiveram sobre o dito lugar sem o poderem tomar.

E estando com cerquo posto ao dito lugar e no dito combate viram vyr hum navio aa vela e vinha muyto ao maar demandar Maluquo. E tres homens nossos castelhanos foram ao dito navio ver que navio era e domde vinha. *Souberam* que vinha d'Espanha e que eram vasalos do emperador e lhes mostrarão hũa bandeira real de Sua Magestade por homde conheceram os nosos ser verdade. E logo entrarão demtro no navio e hum deles ficou hii e os dous tornaram faze lo saber a Fernamdo de la Torre e a el rey de Gilolo como o navio era do emperador de Tarnate sahio hũa fusta de portugueses ao dito navio sem saberem que os nosos laa estavam. Esto foy no dia seguinte e perguntou ao navio domde era e domde vinha. E respomderam do navio que vinhão d'Espanha a Nova e que erão vasalos do emperador e que vinhão por seu mandado saber de suas gentes que nas ditas partes estavam. E os da fusta lhes dixeram como soamente vyera ter hũa naoo de Castela a qual se perdera e que os castelhanos fizeram hum navio pequeno em que se todos foram pera Castela e que porquanto aquela terra hera de Vossa Alteza requeriam ao capitam do navio de vosa parte que se fosem ao porto de Tarnate surgir homde Vossa Alteza tinha feita fortaleza e que aly lhe darião todo o que ouvesem mester inteiramente que assy o mandava Vossa Alteza. E o capitam do navio respomdeo que nam trazia provisão de Sua Magestade pera fazer tal cousa senam que se fose dereyto aa ylha de Tidor e que despois de comprir o que lhe mandava o emperador se nam achase os castelhanos nem naos na dita ylha que então se hiria aa fortaleza (*sic*) de Tarnate. E o capitão do navio requereo ao capitam da fusta de Vossa Alteza que o deixase fazer o que o emperador lhe mandava. E então o capitão da fusta vendo que não lhe aproveitavam pala-

vras mandou daar fogo a hum tiro grosso que trazia e tres vezes lhe deram fogo sem o nunca tomar e os do navio em todo este tempo nam tiravam nenhum tiro. E os portugueses vemdo que o tiro groso nam queria tomar fogo começarão de o descarregar e tiraram com outros pequenos ao navio. E logo o navio começou tambem tirar alguns tiros e veo lhe boom vento e foy se ao porto de Gilolo sem fazer nem receber dapno. E no dia seguinte veio hum batel de Tarnate armada (*sic*) com portugueses e juntamente com a fusta ambos começaram de tirar aas bombardadas ao navio e não lhe fizeram dapno nenhum. E o navio foy socorrido de hũa nosa fusta. Este navio com outros dous foram mandados por Dom Fernando Cortees governador da Nova Espanha que os mandou fazer da banda do Sul os quaes vinham em busca da nosa armada. E vinha capitão moor destes navios Alvaro de Sayavedra Cerol. Os dous dos ditos navios se perderam nam se sabe por que maneira nem homde. E este que quaa veo ter trouxe tam boa viagem que veio a terras de Maluquo em Lx dias. E neste meyo tempo Fernando de la Torre mandou aparelhar o dito navio que veyo (4 v.) d'Espanha pera a logo tornar envyar pela via que veyo e mandamdo hum paraoo noso em busca de mantimmentos pera o dito navio sahio a ele Quichill de Roes regedor de Tarnate com xliij^o paraos pera o tomar. E vemdo isto Fernamdo de la Torre porque tudo era a nosa vista mandou a presa armar a nosa fusta que el rey de Gilolo nos mandou fazer a qual era de xliij bamquos pera hiremos socorrer aaquele noso paraoo. E Quichyl de Roes vendo a nosa fusta se tornou a Tarnate e dixe a Dom Jorge que se queria tomaar a fusta dos castelhanos que entomces tinha boom tempo porque estava fora. E Dom Jorge mandou armar a sua gale e a mandou hir em busca da nosa fusta. E aaquela sazão a nosa fusta era jaa tornada dentro ao nosso porto.

Isto foy e acontecio a liij^o de Mayo de 528. E como nos outros soubermos que a gale nos vinha buscar ao porto saymos a os receber com a nosa fusta e o Quichil de Roes com os seus paraos se affastou fora e se pos a ver como o nos fazlamos. *Abalroamos* esporam com esporam e despois da artelharia desparada começamos as lamçadas e espingardadas huns e outros de maneira que nos fomos vencedores e entramos a gale em que morreram hoito homens portugueses e premderam xliij e cinco fogiram. Os portugueses que vinhão na gale eram xxxbj homens e a artelharia que traziam he a seguinte a saber hũa peça salvagem e dous camelos e tres fallções e xliij berços. E estes presos tivemos repartidos polas nossas povoações nas montanhas porque nam tinhamos apparelho pera os ter juntos de que se agravavam dizemdo que os tinhamos amtre os mouros e certo que nam se podia menos fazer porque nos nam tinhamos fortaleza pera os ter todos juntos pressos como nos era necessario. E destes presos dez deles estavam feridos os quaes se mandaram curar. A nosa fusta levava esta artelharia a saber hum canhão pedreiro e dous sacres e dous falcões de ferro e hum berço e dous alcambuzes.

A xxij dias de Mayo de 528 depois da tomada da gale vyeram em socorro aos portugueses de Mallaqua seys navios em que vinha hũa galeota e hum bragamtym e tres navios outros e hum junquo grande e vinha por capitão deles Gomçalo Gomez dAzevedo e trazia cento cinquemta homens e em Maluquo na vosa fortaleza (*sic*) estavam cinquemta portugueses que fazem dozontos.

A caravela que nos veyo da Nova Espanha foy despachada brevemente e tornada mandar pelo mesmo caminho que veyo porque asy o mandava o emperador. E a este tempo se passou pera nos hum portuguez da fortaleza de Tarnate por nome Symão de Brito e dizia que se pasava pera nos porque tinha morto hum Diogo Gago e que avia medo de ho premderem por yso e que se vinha ao serviço do emperador o qual o jurou e de ser seu servidor e vasalo. E porque nos tinhamos necessidade de piloto se offereceo de levar a caravela aa Nova Espanha. E asy tomou carregio de piloto e foy a caravela despachada e sendo dozentas legoas de Maluquo pouquo mais ou menos concertou se com outros portugueses de se alevantar com a dita caravela (5) e nam vendo apparelho pera o poder fazer por serem poucos determinou de furtar o batel do navio com outraas coussas e o pos por obra pelo qual o navio deixou de fazer sua viagem que certa estava de se fazer e quis seu pecado do Simam de Brito que veo ter as mãos de Fernando de la Torre o qual o mandou degolar por o ter muy bem merecido a Vossa Alteza e ao emperador.

A caravela amdou biij meses perdida sem batel no cabo dos quaes tornou arribar ao porto de Tidor homde estavamos e a tornamos a repaillar de novo e fizemos batel e tornou outra vez partir pera a Nova Espanha e amdou outros seys ou sete menses sem poder passar e tornou outra vez arribar a nos. A qual caravela desta segumda vez quando tornou jaa nos perderamos a terra e assy acabou a caravela de se perder.

Depois de partida a caravela mandou Dom Jorge de Menesses a Dom Jorge de Crasto a noos pera fazeremos pazes e nos pediam os portugueses que tinhamos pressos e a gale que lhe tomamos com toda artellaria e assy o regedor de Maquian noso amigo. E Fernando de la Torre lhe respomdeo que a gale tomara de boa gerra pelejando e que o regedor se vyera meter em suas mãos e estava sob o emparo do emperador e que estas duas cousas lhe nam avia de daar e o al todo faria e se faryão as pazes.

E com esta reposta se tornou Dom Jorge de Crasto sem aver effeito. E neste tempo mandamos a Tarnate hum padre de misa noso pera se hir laa confesar com os outros padres. E Dom Jorge de Meneses o mandou premder em ferros e o teve assy pressio hoyto menses cuydamdo de fazer com ele o partido aa sua vontade.

Faço saber a Vossa Alteza que o anno de 529 faleceo o rey de Tarnate em Outubro e asy o governador de Tidor pidio a Fernamdo de la Torre armada e gente pera hir dahil a cinquemta legoas a hum lugar com que tinha gerra dizendo nos e affirmamdo que de Tarnate não

podiam sayr nem fazer os dahil nenhũa gerra demtro de quarenta dias contra nenhũa pesoa por casso do luto que aviam de trazer por el rey que morrera porque esta he a sua amtaiga usamça a qual Quichil de Roes regedor de Tarnate nam gardou porque tanto que soube que a nosa armada hera fora e estavamos pouquos fez se prestes ele e Dom Jorge de Meneses com toda sua gente armada e vyeram a xxix d'Outubro dia de Sam Symão e Judas do dito anno de 529. E amanhecera sobre a nosa povoaçam de Tidor a qual povoaçam emtraram por força e a nosa gente se acolheu aa fortaleza de que eu era alcaide moor. E depois d'emtrado o lugar e apousemtados na nosa povoaçam dali nos mandaram hum homem com hũa bandeira alçada que nos desemos a partido concertou se que eu sayse da fortaleza com poderes de Fernando de la Torre meu capitam moor e que Dom Jorge de Crasto vyese com poderes de Dom Jorge de Meneses e que o que concertasemos fose feito. E assy se fez que nos ajuntamos no meio do caminho o dito Dom Jorge de Crasto e eu e asentamos que nos deixassem sahyr com hum nosso bragamtim com todo o que nele podeseamos levar e que Quichil de Roes nos empres-tase dous paraos grandes pera neles levaremos todo o que podeseamos e pera isto eu ficase em arrefens te tornarem os paraos e esto avia de ser demtro de vinte quatro oras e quando se fez este concerto (5 v.) seriam oras de meio dia e o concerto foy que nos outros nos aviamos dhir a hũa povoaçam por nome Çamafo que he fora das ylhas da espec-laria e assy se comprio que nos outros metemos todo o que podemos no bragamtim e paraos e todo o al ficou a Dom Jorge e quanto estava na nosa fortaleza e tudo foy roubado tanto que se os nossos partirão a quem mais podia levar. E tambem os negros que foram nos paraos roubarão quanto nos levavam de maneira que soomente nos ficou o que levavamos no bragamtim e eu fiqey em reffens trinta dias te tornarem os paraos. No cabo dos quaees me fuy pera o meu capitão moor e pora se cumprir todo o acima se fez juramento solene de parte a parte e Deus sabe como se por todos comprio.

El rey de Gilolo sabemdo tudo como pasava mandou a Çamafo com todo seu poder com Fernando de la Torre e por todos nos outros e por força nos trouxe a Gilolo homde estamos te o presente.

Aos xliij dias d'Outubro de 530 mandou Dom Jorge de Menesses degolar Quichil de Roes regedor de Tarnate porque tinha concertado ele e Quichil Catarabumey regedor de Gilolo homde nos estavamos que matase Dom Jorge com todos portugueses que com ele estavam. E o outro que avia de matar Fernando de la Torre com todos castelhanos. E esto pera serem senhores e reis das terras por os reis serem ambos moços e eles a regerem entam. E esto pasa em verdade que assy estava concertado porque como soubemos que Quichil de Roes era morto mandamos logo a Tarnate saber o que pasava. E tanto que o soubemos nos possemos em armas e o nosso regedor confessou ser tudo verdade. E passadas algũas coussas amtre nos ele com muitos seus armados e

nos também pora pelejaremos ouve amtre nos fala e comcerto de nova amizade de maneira que ficamos amigos pela muita necessidade que tínhamos.

Húa quimta feira iij de Novembro de 530 chegou Gomçalo Pereira a Tarnate com húa gale e hum navio e hum jumquo a qual vinha armada trazia e vinha por capitam da dita fortaleza por mandado de Vossa Alteza. E aos xx de Dezembro do dito anno asentamos e comffirmamos nossas pazes e amyzades com o dito Gomçalo Pereira comfforme aas que comnosquo fez Dom Jorge de Meneses nas quaes pazes se comthina (*sic*) que se se pasassem chrisptãoos de húa parte pera outra que o que levasesm furtado se tornase. E porem não as pessoas no qual tempo se passaram dous homens dos nossos pora Gomçalo Pereira e Fernando de la Torre mamdou pidir o que levavam os nossos homens per rogo e despois por requerimemto ao qual requerimemto Gomçalo Pereira respondeo com mamdar daar muytas pamcadas a quem lho fez.

E com todas estas e outras muitas avexações que o Gomçalo Pereira fez a Fernando de la Torre nem por yso deixou de ho avysar por cartas como era sabedor que os negros andavam contra ele muy dapnados e que tevese boa vegia na fortaleza ao qual ele Gomçalo Pereira respondeo que nam era minino que mamase os dedos e que sabya o que lhe comprya.

Sabbado 27 de Mayo de 531 matarão os negros de Tarnate Gomçalo Pereira capitam a qual gente da terra estava toda comcertada com o rey de Tidor e com o rey de Bachao e com toda a jemte de Malluquo (6) salvamte este rey de Gilolo homde nos estavamos porque se temeram que o podiamos saber e desscobrir aos portugueses. E Deus Noso Sennhor nam permitio que sua maantemça fose avamte como eles quiseram e desejavam e soomemte foy morto o capitão e nove portugueses na revolta. E ouve muitas caussas pera ysto assy soceder e duas principaes direy a Vossa Alteza a primeira que Gomçalo Pereira tinha presso o rey da terra e a may do rey e os principaes lho pidiam muitas vezes e numqua o deu te que o matarão e a outra também a morte de Quichil de Roes que era muyto principal homem tanto que Gomçalo Pereira foy morto ouve algũa divisão amtre os portugueses sobre quem seria capitão da fortaleza de maneira que fizeram Vicente d'Afonsequa criado de Vossa Alteza e a quem nam vinha de direito mas certo que a todos nos parece que se Vicente d'Afonsequa nam fora capitão de todo se perdera a fortaleza. E esto digo a Vossa Alteza porque o remedio dela despóis de Deus esteve em nossas mãos aa qual nos socorremos de mamtimentos e todo o necesário da maneira que ho Vossa Alteza laa saberaa.

E de mim senhor digo a Vossa Alteza posto que o outrem devera fazer que eu soo lhe socorry com dez mill gantas d'arroz e quatrocentos fardos de cagu e trezemas galinhas e vinte jarras de vinho da terra e com cem paes de sal e com outras muitas coussas de que tinham grande necessidade. E fuy com minha pesoa a com xliij^o homens meus amigos a ilha de Tidor e livrey dous homens portugueses e os fiz soltar os quaes

estavam pera matar. *Tudo* fiz com minha fazenda e pesoa. A hum dos homens chamam Francisco de Saa e o outro Francisco Fernandez e alguns serviços outros nam alego a Vossa Alteza que quero que de mim se ynfforme por outrem.

O capitam Fernando de la Torre foy muy requerido e lhe davam e prometião dadivas porque nam mandasse mantimentos aa nossa fortalza e trazião lñe aa memoria os agravos que dos portugueses receberam. E ele esquecendo se de tudo e vendo serem chrisptãos e o parentesquo e rezão que amtre Vossa Alteza haa e o emperador determinou de hos bastecer de tudo e ajudar como o fez e o Vossa Alteza laa sabera. E assy el rey de Gilolo comffformando se com Fernando de la Torre se deu por muyto servidor de Vossa Alteza e lhe manda suas cartas e beem pode Vossa Alteza crer que pera comservar as ilhas de Malluquo teem muita necessidade de sua amizade.

E se esta leitura parecer algum tanto comprida ou nam tam copiosa como fora mester peço a Vossa Alteza que soo minha tençam receba que servir Vossa Alteza em todo o que minhas fraqas forças abrangerem e ao menos vay stprita em toda verdade de que sempre usey. Peço a Vossa Alteza que assy com Sua Magestade me seja ajudador e valedor como tambem lhe peço que tenha Vossa Alteza lembrança de mim como vos mereço e mande que ao governador e veador da Fazenda que me favoreçam e homrrem e arreceberey muito grande de Vossa Alteza em me mandar stprever duas regras de como esta lhe foy dada e a vio.

Noso Senhor acrecente os dias de vida de Vossa Alteza e prospere seu Real Estado pera Seu serviço. E eu Fernam de Lemos contador de Sua Alteza nestas partes que esta fiz a rogo de Pedro de Montemayoor.

Em Cochym a xliijº dias de Janeiro de 533.

Beso las reales manos de Vuestra Alteza

Pedro de Montemayor

(L. P.)

4412. XVIII, 4-14 — Quitação de Lopo Furtado de cento e quarenta mil ducados que recebeu em dinheiro e cento e setenta mil em letras para o negócio de Maluco. Lisboa, 1529, Junho, 3. — *Papel. 8 folhas. Bom estado.*

Saibam quantos este estormento de conhecimento e quitaçom virem que no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesu Chrispto de mil e quinhentos e vinte e nove em tres dias do mes de Junho na cidade de Lixboa na Rua Nova dos Mercadores nas casas onde ora pousa Lopo Furtado de Mendoça embaxador do senhor imperador e rey de Castella

Quitação

1529

3 de junho

e do seu Conselho estando hi o dito Lopo Furtado em nome e como procurador que he do dito senhor imperador segundo logo hi mostrou sua procuraçom scripta em papel em lingua castelhana assinada per mão do dito senhor imperador e passada per sua Chancellaria e sellada nas costas do seu sello redondo impresso de cera vermelha cujo theor de verbo a verbo he este seguinte

Don Carlos por la devina clemencia emperador semper augusto rey de Allemaña dona Juana su madre y el mismo don Carlos su hijo por la gracia de Dios reys de Castilha de Leon de Aragon de las dos Secillas de Jherusalem de Navarra de Granada de Toledo de Valencia de Galizia de Malhorcas de Sevilha de Cerdeña de Cordova de Corcega de Murcia de Jaem de los Algarves de Algezira y de Gibaltar de las yslas de Canaria de las Indias yslas e tierra firme del mar Oceano y archiduques de Austria duques de Bergoña y de Bravante condes de (1 v.) Barcelona Flandes e Tirol senhores de Vizcaya y de Molina duques de Athenas e de Neopatria condes de Roysilhom y de Cerdania marqueses de Oristan e de Gociano e etc. porquanto en ell assento que por nosso mandado se ha tomado e avemos confirmado sobre lo de Maluco hay un capitulo deste tenor seguinte

Primeramente dixeram los dichos grand chanciller y obispo de Osma y comendador mayor de Calatrava procuradores del dicho senhor emperador y rey de Castilha que ellos em su nombre por virtud de la dicha su procuracion vendian como luego de fecho vendieran deste dia pera sempre jamas al dicho senhor rey de Portugal pera el y todos sus sobcessores de la corona de sus reynos todo el derecho abcion dominio propriedad y possession o quasi possession y todo el derecho de navegar e contratar e comerciar per qualquier modo que sea que el dicho senhor imperador y rey de Castilha dize que tiene y podria tener per qualquier via modo o manera que sea en el dicho Maluco yslas lugares tierras y mares segund abaxo sera declarado. Y esto com las declaraciones y limitaciones y clausulas abaxo contenidas y declaradas por precio de trezientos e cinquenta mil ducados de oro pagados en monedas corrientes en (2) la tierra de oro o de plata que valgan en Castilha trezientos e satenta e cinco maravidis quada ducado los quales el dito senhor rey de Portugal dara e pagara al dicho senhor imperador y rey de Castilha y a las personas que Su Magestat pera ello nombrare en esta manera los ciento e cinquenta mil ducados delhos en Lixbona dentro de quinze o veinte dias primeros seguintes depues que este contrato confirmado por el senhor imperador y rey de Castilha fuere thegado a la cibdad de Lixboa o adonde el dicho senhor rey de Portugal estoviere y trenta mil ducados pagados em Castilha los veinte mil en Valhadolid y los dez mil en Sevilha hasta veinte dias del mes de mayo primero que viene deste anno y satenta mil ducados en Castilha pagados en la feria de mayo de Midina del Campo deste dicho anno a los terminos de los pagamientos della y los cent mil ducados restantes en la feria de otubre de la dicha

villa de Midina del Campo deste dicho año a los plazos de los pagamientos della pagado todo fora de cambio.

Y sy fuere necessario se daran luego cedulas pera el dicho tiempo y sy el dicho senhor imperador y rey de Castilha quisiere tomar a cambio los dichos cient mil ducados en la dicha feria (2 v.) de mayo deste año pera sobcorrerse dellos pagara el dicho señor rey de Portugal a razoni de cinco o seys por ciento de cambio como su thesoreyro Hernamd'Alvarez los suele tomar de feria a feria y la qual dicha venta el dicho señor imperador y rey de Castilha haze al dito señor rey de Portugal com condicion que en qualquiera tempo que el dicho señor imperador e rey de Castilha o sus sobcessores quisieren tornar y con effecto tornarem todos los ditos trezientos e cinquenta mil ducados interamente syn dellos faltar cosa alguna al dicho señor rey de Portugal o a sus sobcessores que la dicha venta quede desfecha e quada uno de los dichos señores imperador y reys quede con el derecho e auccion que agora tienen e pretienden tener assy en el derecho de la possession o quasi possession como en la propiedad por qualquier via modo e manera que pertencer les pueda como se este contrato no fuera fecho y de la manera que primero lo teniam y pretendiam tener sin que este contrato les haga ny cause perjuizio ny innovacion alguna.

Por ende por la presente damos poder (1) cumplido a vos Lope Hurtado nostro embaxador en Portugal y del nostro Consejo pera que en nostro nombre e como (3) nos mismos podays rescibir e recebais de los thesoreros del dicho serenissimo rey de Portugal o de otras qualesquier personas que el mandare la parte que de los dichos trezientos e cinquenta mil ducados conforme al dicho capitulo el dicho serenissimo rey de Portugal es obrigado a pagar en Portugal. Y pera que de lo que rescibierdes dello dees en nostro nombre cartas de pago las quales valan e sean firmes como si yo el rey las diesse y a mym se me pagassen realmente e con effecto que con esta nostra carta y con vuestras cartas de paguo nos damos por contentos y pagados de lo que assy en nostro nombre como dicho es rescibierdes en Portugal en cuenta de los dichos trezientos e cinquenta mil ducados.

E assy mismo vos damos y otorgamos entero poder cumplido pera que en el dicho nostro nombre recibays del dicho serenissimo rey o de sus thesoreros o otras personas que mandare cedulas de cambio de lo que restaren por pagar de los dichos trezientos e cinquenta mil ducados conforme al dicho assiento para que en Castilha se paguem a las personas que yo el rey mandare y nombrare y deys vossas cartas de pago de lo que assy recibierdes las quales queremos que valan como se nos las diessemos e como sy (3 v.) recebessemos en nostras manos las dichas cedulas. E por esta nostra carta prometemos y seguramos de assy lo aver por firme.

(1) *A margem*: poder.

Dada en la cibdad de Lerida a veinte e tres dias del mes de abril año del nacimiento de Nostro Salvador de mil e quinientos e veinte e nove años.

Yo El Rey.

Yo Francisco de los Covos secretario de Sus Cesaria y Catholicas Magestades la hize scrivir por su mandado.

Mostrada assy a dita procuraçom disse o dito embaxador que he verdade que antre o dito senhor imperador e el rey noso senhor he fecta hũa contrataçom sobre Maluco de que na dita procuraçom faz mençam per bem da qual contrataçom el rey nosso senhor avia de dar ao dito senhor emperador trezentos e cinquenta mil ducados de que lhe avia d'entregar nesta cidade cento e cinquenta mil ducados. E os outros duzentos mil ducados lhe avia de pagar per outro modo segundo na dita contrataçom se contem. E ora per bem da dita contrataçom elle Lopo Furtado como procurador do dito senhor imperador e per vertude do dito seu poder contou e recebeo logo hy de Fernand'Alvarez thesoureyro do dito senhor rey que a esto presente estava por parte e em nome do dito senhor rey em parte dos cento e cinquenta mil ducados que aquy (4) avia de receber as moedas e somas seguintes a saber em ouro vinte e sete mil e seyscentos ducados em portugueses e cruzados e dobrões entrando nesta copia dous mil e duzentos ducados singellos. E recebeo em prata quatrocentos e quorenta e nove mil e seyscentos tostões da moeda de Portugal que valem neste reyno quatro tostões hum cruzado que a este respeyto valem estes ditos quatrocentos e quorenta e nove mil e seyscentos tostões em este dito reyno cento e doze mil e quatrocentos cruzados em que com a dita moeda d'ouro montam ao todo cento e quorenta mil ducados da moeda de Portugall as quaes moedas todas recebeo perante mym notario puprico e testemunhas abaixo nomeadas e se deu por contente e pagado dos ditos vinte e sete mil e seyscentos ducados em ouro. E dos quatrocentos e quorenta e nove mil e seyscentos tostões de prata pello modo sobredito.

E por assy ser paguo e entregue das ditas moedas disse que per vertude do dito poder que tem do dito senhor imperador elle Lopo Furtado dava como de fecto per este puprico estormento deu ao dito senhor rey e a todos seus herdeyros e sobcessores por quites e livres pera sempre de totalas ditas moedas que assy recebeo.

(4 v.) Item mais elle dito Lopo Furtado recebeo do dito Fernand'Alvarez thesoureyro perante mym notario e testemunhas abaixo nomeadas duas letas de cambo do dito Fernand'Alvarez assynadas pello dito Fernand'Alvarez derigidias pera Francisco Pessoa thesoureyro da senhora imperatriz a saber hũa letera de satenta mil ducados pera serem pagos em Midina del Campo nesta feyra de Mayo do presente anno ao tempo dos pagamentos dos cambo da dita feyra e outra letera de cem mil cruzados derigida pera o dito Francisco Persoa pera serem pagos a certo recado do dito senhor emperador na feyra d'Outubro de Midina dell Campo deste presente e sobredito anno de vinte e nove ao tempo dos

pagamentos da dita feyra das quaes somas de cruzados quando o dito senhor imperador os receber mandara dar delles quitaçom ao dito senhor rey em forma conveniente dezendo mais elle Lopo Furtado que por assy teer recebidas do dito Fernam d'Alvarez as ditas leteras que portanto elle per vertude do dito poder daa ao dito senhor rey por quite e livre e desobrigado da obrigaçom em que era de lhe dar as ditas leteras porque elle embaxador se ha por tam entregue dellas como se fossem entregues em mão (5) do dito senhor imperador prometendo elle Lopo Furtado como procurador do dito senhor imperador a mym notario publico abaixo scripto como a pessoa puprica stipulante e recebente em nome del rey nosso senhor e doutras quaesquer pessoas a que esto toquar e pertencer per qualquer modo de lhe todo assy cumprir e manteer inteiramente como se aqui contem.

E em testemunho de verdade assy ho outorgou e mandou ser fecto pera o dito senhor rey huum e dous e tres e quantos mais estormentos comprirem e pedio pera sy outros tantos.

Testemunhas que presentes foram Gomez de Leon pagador das guardas do imperador e Fernam Rodriguez de Palma cavaleyro da casa del rey nosso senhor e Francisco de Palma seu irmão moço da camara do dito senhor e Afonso de Proença cavaleiro da casa do dito senhor rey e eu Bras Afonso notario puprico per autoridade do dito senhor rey em esta cidade de Lixboa e seu termo que este estormento scprevi pera o dito senhor rey em quatro folhas e mea e ho assyney de meu puprico synal.

(Sinal público)

Per esta com sua nota e outra tal que levou o embaxador mandou dar bilje reis sem lhos eu pedir

[Segue-se uma página em branco]

(6) Salbam quantos este estormento de conhecimento e quitaçom virem que no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesu Chrispto de mil e quinhentos e vinte e nove em quinze dias do mes de Junho na cidade de Lixboa na Rua Nova dos Mercadores nas pousadas do senhor Lopo Furtado de Mendouça embaxador do senhor imperador e rey de Castella e etc. e do seu Conselho estando hi o dito Lopo Furtado em nome e como procurador que he do dito senhor imperador segundo se mostra per sua procuraçom que eu tabeliam abaixo nomeado vi e ha tenho treladada toda em minha nota em outra quitaçom que o dito embaxador deu a el rey nosso senhor per mym fecta em tres dias deste presente e sobredito mes de Junho. Disse logo o dito embaxador que he verdade que per vertude de huum contrato que he fecto sobre Maluco antre o dito senhor imperador e el rey nosso senhor avia o dito senhor rey de dar ao dito senhor imperador cento e cinquenta mil ducados em

1529
15 de junho

600
37.600

esta cidade de Lixboa em parte dos trezentos e cinquenta mil ducados que pollo dito Maluco lhe avia d'entregar segundo em sua capitulaçom se contem de que elle embaxador tem ja recebidos (6 v.) certas moedas d'ouro e prata em que segundo os preços e valias destes reynos valem nelle cento e quorenta mil ducados segundo mais compridamente he declarado e contheudo na dita quitaçom que lhe delles tem dada. E ora aa feytura deste elle Lopo Furtado conheceo e confessou que recebeo mais e ouve do dito senhor rey per mão de Fernand'Alvarez seu thesoureyro em Estremoz as moedas seguintes a saber seyscentos ducados d'ouro singelos e trynta e sete mil e seyscentos tostões de prata da moeda de Portugal que valem neste reyno de Portugal quatro tostões huum cruzado que a este respeyto valem estes trinta e sete mil e seyscentos tostões em este dito reyno nove mil e quatrocentos ducados. E com os ditos seyscentos ducados montam ao todo dez mil ducados da moeda de Portugal as quaes moedas todas recebeo em Estremoz Gomez de Liom pagador das guardas do imperador per mandado e comissam delle dito Lopo Furtado da mão de Francisco Lopez cavaleyro da casa del rey nosso senhor que per mandado e comissam do dito Fernand'Alvarez thesoureyro lhos entregou em comprimento de paguo dos cento e cinquenta (7) mil ducados que nesta cidade o dito senhor imperador avia d'aver del rey nosso senhor. E por assy ser paguo e entregue das ditas moedas disse que per vertude do dito poder que assy tem do dito senhor imperador elle Lopo Furtado dava como de fecto per este puprico estormento deu ao dito senhor rey nosso senhor e a todos seus herdeyros e sobcessores por quites e livres pera sempre dos ditos seyscentos ducados e trinta e sete mill e seyscentos tostões que assy o dito Gomez de Liom recebeo em Estremoz porque elle Lopo Furtado os ha em sy por receberdes tam inteiramente como se elle Lopo Furtado per sua mão os contara e recebera. E em testemunho de verdade mandou ser fecto este estormento pera o dito senhor rey e dous e tres e quantos comprem e pedio pera sy outros tantos prometendo elle Lopo Furtado como procurador do dito senhor imperador a mym tabeliam abaixo scrito como a pessoa puprica stipulante e acceptante em nome do dito senhor rey nosso senhor e em nome do dito Fernand'Alvarez seu thesoureyro e doutras quaesquer pessoas a que esto toquar e pertencer per qualquer modo de lhe manteer assy esta quitaçom pera sempre como aqui he conthiudo.

(7 v.) *Testemunhas* que presentes foram Fernam Rodriguez de Palma cavaleyro da casa del rey nosso senhor e Diogo de Vuarte e Joham de Carquiçano e Alvaro de Matos criados do dito embaxador e eu Bras Afonso puprico tabeliam e notario per autoridade del rey nosso senhor na dita cidade que este estormento scripvi e assyney de meu puprico sinal.

(Sinal público)

Afora ida e destribuiçom pagou lxxx reis.

(L. P.)

4413. XVIII, 4-15 — Carta de António de Azevedo Coutinho a respeito de Maluco. S. d. — Papel. 2 folhas. Mau estado.

Lo que [.....] ⁽¹⁾ senhor manda responder al licenciado Anthonio de Azevedo hidalgo contino de la casa del serenissimo rey de Portugal y del su Consejo a lo que por parte del dicho serenissimo rey a dicho a Su Magestad es lo siguiente

Quanto a lo primero que pide que Su Magestad declare el medio que se ha de tener sobre lo de los Malucos se responde que como otras vezes se a dicho y offrecido por parte de Su Magestad su intencion ha sido y es de guardar y observar la capitulacion y assiento que esta tomado entre el Rey y Reyna Catolicos sus ahuelos y el rey don Juan de Portugal antecessor del dicho señor rey de Portugal porque desta manera se conservara el debdo y amistad que ay y deve aver entre Su Magestad y el dicho señor rey de Portugal y que todos los buenos medios que se podran hallar por donde mejor y mas brevemente se pueda mandar effectuar la capitulacion los mandara Su Magestad dar.

Quanto a lo segundo que dize que no se haga armada por mandado de Su Magestad por lo de los Malucos y si alguna esta hecha se sobresea se responde que en las cortes passadas que Su Magestad tuvo en la villa de Valladolid le fue supplicado por los procuradores del reyno que Su Magestad no tomasse medio ny concierto ninguno en este caso porque eran informados que las personas que fueren a la ciudad de Badajos entendieron en algunos medios y que tinlendo agora Su Magestad llamadas Cortes Generales para esta cibdad de Toledo a primiero de junio no podria sin gran inconveniente sobresaer la dicha armada por lo que el reyno se pornya y que asi mismo porque la dicha armada esta muy adelante que si no es ya parti[da] no espera sino el tiempo para partirse lo qual es notorio a todo el reyno y tambien porque en la dicha armada se han hecho muchas costas por parte de particulares que han armado que seria destruyrlos y la negociacion perderia el credito para adelante y que Su Magestad holgara de complazer al dicho serenissimo rey de Portugal si no estuviera en este estado perho como las armadas que adelante se han de hazer no estan tan a la mano en este medio tienpo se podra entender en el cumplimiento de la dicha capitulacion.

Segunda respuesta

Lo que Su Magestad manda responder al dicho licenciado Azevedo sobre lo que por parte del dicho serenissimo rey de Portugal nuevamente a dicho y dado por escrito a Su Magestad es lo siguiente

Que quanto a tractar juntamente lo del casamiento de Su Magestad con lo de Maluco no es cosa conveniente ny que se pueda hazer por tres razones principales

⁽¹⁾ *Leitura impossível por estar roto o manuscrito.*

La primera por ser lo del casamiento negociacion tal que no se ha de mesclar con ella otro negocio por la honra de las partes a quien tocca de la qual supo bien usar el dicho serenissimo rey en tractando su casamiento con la serenissima reyna su mujer hermana de Su Magestad no queriendo çufrir que juntamente se tractasse con el dicho casamiento de dar la infanta doña Maria su hermana para que se criasse con la reyna doña Ellionor su madre (1 v.) [.....] (1) temendo el dicho serenissimo rey [.....] el casamiento suyo con la dicha serenissima reyna [.....] otra ninguna en quien concurriessen tantas y tan buenas qualidades.

La segunda razon porque en el principio que el dicho serenissimo rey de Portugal hablo a Monssieur de la Chaulx acerca del dicho casamiento de Su Magestad con la serenissima infanta su hermana le fue expressamente dicho que no se mesclaria en esto lo de Maluco ny se hablaria dello hasta que el dicho casamiento fuesse concluydo que entonces podria aver mejor disposicion para entender en ello y mas apparentia ternya de poderse hazer sobre ello mejor resolucion y conclusion.

La tercera razon porque este negocio del casamiento no çufre dilacion y es menester que Su Magestad sepa luego lo que a de ser para resolverse en lo que a de hazer de una parte o de otra sin tener en suspenso sus otros negocios y por esto no se puede dilatar la resolucion del dicho casamiento por lo de Maluco no pudiendo ser cosa tan prompta ny tan a ia mano para poderse tan presto acabar como la necessidad del otro negocio requerer y por las otras razones que en la primera respuesta se contiene

Quanto a lo que dize de las quexas que el dicho serenissimo rey haze por la armada que es partida sin haverle respondido sobre lo que el dicho Azevedo tenya en cargo discurriendo todo lo que ha passado acerca desto cierto ha pesado a Su Magestad que por olvido a causa de otras grandes occupationes no se le haya dado mas presto la respuesta la qual muchos dias antes estava escrita como ariba se contiene la qual es conforme a la capitulacion y por ella conocera que el partir de la armada no ha hecho mudança en lo que entonces se respondia pues por las razones en ella contenidas no havia lugar la suspension de la dicha armada y no piensa Su Magestad que por esto el dicho serenissimo rey tenga ny haya de tener alguna justa causa de descontentamiento pues Su Magestad siempre ha sido y es de intencion de guardar y observar la dicha capitulacion como fue assentada entre los antecessores de Su Magestad y del dicho serenissimo rey su hermano.

Quanto a lo que dize que plazera al dicho serenissimo rey de hazer en este caso de Maluco por modo de concierto y partido todo aquello que fuere justo y honesto Su Magestad por el deseo que tiene a la conservacion y acrecentamiento del amor y amistad que ay y debe haver

(1) *Impossível leitura devido a estar roto o manuscrito.*

entre Su Magestad y el dicho serenissimo rey holgara de oyr y saber todos los medios justos y razonables que se le offrecieren y sabido los dichos medios mandara con muy buena voluntad y con toda presteza entender en ellos lo que muy mejor se podra hazer siendo concluydo el negocio del dicho casamiento que antes.

(L. P.)

4414. XVIII, 4-16 — Carta de el-rei D. João III a António de Azevedo Coutinho por causa do negócio de Maluco. Lisboa, 1528, Agosto, 27. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Licemceado Antonio d'Azevedo amigo. Eu el rey vos envio muyto saudar.

Vy a carta que me sprevestes pello Mexia que chegou a mym a xxb dias deste mes d'Agosto e de vosa maa disposisam me desprouve muyto e espero em Noso Senhor que quamdo esta a vos chegar vos ache em toda booa disposisam e com inteira saude e gradeço vos muyto de asy particulamente me dardes conta de todo o que passastes com ho emperador meu muyto amado e preçado irmão e tudo se gardara asy como me pedys. E pois atee a feytura de vosa carta nam creys respondido fynalmente ao da lynha e as outras cousas por se esperar pello Vilhegas que era chamado. *Se* ainda a chegada desta nam fordes respondido muyto vos encomendo que solicites a reposta pera com toda brevidade me emviardes que eu nam poso mais desejar a conclusam do negocio do que ho desejo mas como teenho dito nam terya rezam fazermos concerto pera ficarmos nos meesmos debates e muyto menos estando tam chegados a conclusam aveer de partyr a armada do enperador como vos teenho spryto no que debes ynsystyr nos tenpos em que vyer a conjunçam asy como de voso sem poder parecer que ho fazees por meu mandado. E tudo o que reprecastes ao enperador na pratica que com elle tevestes foy muy beem feyto e vo lo gradeço muyto. E asy voso parecer que sey por certo que he com muito amor como teendes pera as cousas de meu serviço muyto vos gradecerey se ainda nom teverdes despachado coreo com reposta que ajaes e o emvyes com toda diligencia e as mais particularidades de vosa carta vos responderey quamdo ho fizer a reposta fynall do negocio que me emviardes.

Do voso ordenado e dinhelro pera os coreos vos vay recado com esta.

Sprita em Lixboa a xxbij dias d'Agosto o secretario a fez de 1528.

Rey

Reposta a Antonio d'Azevedo da carta que trouxe Mexia

(L. P.)

4415. XVIII, 4-17 — Carta de el-rei D. João III a António de Azevedo Coutinho, a respeito do modo que havia de ter no assento do negócio de Maluco. Lisboa, 1529, Março, 13. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Licemceado Antonio d'Azevedo amigo. Eu el rei vos envio muito saudar.

Nam vos respomdy a reposta derradeira que vos deu ho emperador meu muyto amado e preçado irmãao ao negocio do concerto de Maluco porque conveo eu sprever primeiro a emperatryz minha muyto amada e preçada irmãa sobre isso algumas cousas de que agora vos nam dou parte porque depois as saberes e ella me respomdeo ao que lhe sprevy e eu lhe torno agora a esprever dhomde espero que resulte conclusam do negocio pera se aseentar e fazer ho contrauto. E ella vos ha de mandar dizer o que niso farees. E emtretanto teende em muy grande segredo o que vos agora sprevo pera nam falardes ao emperador neem lhe mostrardes que sabees mais diso. Soomente quando vos elle fallase abertamente no negocio vos lhe direes que nam sabees mais que eu vos sprever que a emperatryz vos avia d'esprever sobre yso e remeter vos ao que a ella sprevo. E se a emperatryz vos mandar que digaes de minha parte alguna cousa ao enperador asy como ella vo lo mandar ho farees e mandando vos que se aseemte o contrato vos o ase[n]tares desta maneira a saber

As cousas em que estamos concertados do proprio modo em que estamos concertados e em todas as outras que eu pidy o aseentares asy como ho eu peço conformando vos com ho que dellas me tiro segundo agora esprevo a emperatryz e he declarado pella mesma carta que vos ella pera iso ha de mandar. Este contrato farees com quem ho emperador pera yso ordenar por seu precurador e feyta a menuta delle me emviareis com grande diligencia pera ha eu veer e loguo vo la mandar pera se acabar de fazer a sprytura e ambos asynarmos o contrauto.

Esprita em Lixboa a treze de Março o secretario a fez de 1529

Rey

Pera Antonio d'Azevedo que ha d'yr a emperatryz pera lha mandar

(L. P.)

4416. XVIII, 4-18 — Carta de D. Afonso a el-rei de Portugal na qual entre outras coisas, lhe dá pêsames pela morte do príncipe. Ceuta, 1539, Maio, 27. — *Papel 2 folhas. Bom estado.*

Senhor

Prazera a Noso Senhor que apos estas novas que a todos seus vasalos tanta dor nos deu e asy por a que Vossa Alteza avia de ter do falecimento do prinçepe noso sennhor e da emperatriz ouviremos cedo outras

de tanto prazer e contentamento de Vossa Alteza quanto suas mul grandes vertudes merecem e lhe eu desejo.

Este leva ha reposta das cartas que me Vossa Alteza mandou que mamdase a Bastiam de Varguas e por esta doemça de Mulei Abraem me parece que se nom dara ho triguo todo que Bastiam de Varguas tinha sprito a Vossa Alteza porque tornou a recair de maneira que ho tiveram ja por morto e acodio el rei de Feez loguo a Migunez a ve lo ho quall dise a Bastiam de Varguas que ele sosteria ho contrato do triguo asy como ho tinha Mulei Abraem e melhor se melhor podese ser. E eu serto-fico a Vossa Alteza que quanto ho neguocy do triguo que se ha de fazer muito melhor morremdo Muley Abraem do que se aguora pode fazer estando ele como esta porque me dizem que el rei de Feez se preza muito de verdadeiro e de poucas palavras ho que Mulei Abraem tem mui pelo contrairo e nam ha de vemder triguo a mercador nem a nimguem senam ao feitor de Vossa Alteza e dyzem me que ele ha tamannha inveja a Mulei Abraem deste dinheiro e especlarya que lhe Vossa Alteza manda dar que lhe deseja ha morte em estremo por ho ele aver todo e isto he tam craro que ho mesmo Muley Abraem ho entemde. *Por* iso me parece que nam ha duvida senam que ho neguocy do triguo imda que Mulei Abraem morese estarya asy como aguora esta e melhor e muito mais seguro.

Quanto as pazes comquanto aqui aguora el rei de Feez mandou apreguar em Tituam que has pazes ele has fezera e nam Mulei Abraem e que imda que morese que has pazes ficavam como damtes e que nimguem fezese alevantamento so pena de ser emforcado e perder sua fazemda. *Contudo* me parece que had'aver nas pazes pouca serteza porque todolos mouros has desejam muito de quebrar e ate aguora tem el rei de Feez em mui pouca estima e nam tem has pazes senam com medo de Mulei Abraem e porque todos hos principaes da terra sam seus parentes que aguora por amor dele sostem as pazes o que nam faryam se ele morese.

(1 v.) Eu tenho no campo ho melhor recado que se pode ter com os moradores averem que tem pazes asy por a guerra que nos el rei de Belez cada dia faz sem lha eu ousar de fazer ho que podia mui bem ser cos barguantis daqui por nam ter reposta de Vossa Alteza do que ha por seu servico que niso faça como tambem porque ey por serto que tanto que hos mouros souberem Mulei Abraem ser morto que am de fazer todo o que poderem de mall por verem se podem quebrar has pazes que eles tanto desejam. *Se* Mulei Abraem morese loguo avisarei diso Vossa Alteza por iso imda que por outras partes la va ter nova diso nam na crea Vossa Alteza porque sendo serto eu teer diso cuidado que aguora ele vay ja parecendo que escapara desta se nam tornar a fazer outro desmamcho.

Ho feitor nam tem imda ate aguora aqui mandado nhum dinheiro dos dezasete mil cruzados e por ha imserteza que ha por Mulei Abraem

asy estar nas dez mil casas (?) que aguora lhe novamente Bastiam de Varguas comprava nam me parece que sam necessarios todosos xbij cruzados e que abastaram ix que aguora ho feitor me spreveo que avia de mandar e estes sam mui necesarios porque de todo ho dinheiro que aquy avia sam ja aqui conhecimentos em forma e ja he la. E com todo o mall de Mulei Abraem se vai damdo trigo e ele aguora had'aver mais mister ho dinheiro que numqua e imda que morese pera cevar el rei de Feez e trabalhar de comprir ho comtrato he mui necesaryo te lo aqui Bastiam de Varguas.

Quanto os barguantis que Vossa Alteza manda que mande ao feitor eu lhe sprevi como estavam prestes pera cada vez que hos mandase pedir e parece me que nam tem aguora necesydade deles por ha caravela d'armada imda estar no porto de Santa Maria:

Oje chegaram aqui tres mouros de Mulei Abraem que a tres dias que partiram de Miquinez que vem por dous mil cruzados d'especiaria e mil em dinheiro que Muley Abraem quer pera dar a el rei de Feez segundo estes seus dizem e spreveo me Bastiam de Varguas que ihos da porque tem nova do feitor que lhe vam damdo muito trigo. *Trouxeram me* hũa carta de Mulei Abraem em que me diz que vay ja estando bem pera o que pasou. *Ho xariffe* manda pedir treguas a el rei de Feez por seis meses e estes mouros me dizem que ca firmam por serto querer ele estas treguas pera neste tempo poder fazer ho contrato de trigo como o de Mulei Abraem pela imveja que ha ao dinheiro e especiaria que lhe Vossa Alteza por ele manda dar.

Desta sua cidade de Ceita oje xxbij dias do mes de Mayo de 1539 anos.

Beygo as reays maos a Vosa Alteza

Dom Afonso

(L. P.)

4417. XVIII, 4-19 — Concórdia e aliança feita entre el-rei D. João de Navarra, governador de Aragão, el-rei D. João I de Portugal, os infantes D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique, D. João e D. Fernando. Torres Novas, 1432, Agosto, 11. — *Pergaminho. Bom estado.*

In Dei nomine amen.

Pateat universis quod nos Johannes Dei gracia rex Navarre infans et gubernator generalis Aragonum et Sicilie dux Nemorensis Gandie Montisalbi et Petro fidelis comes Rippacurcie ac dominus civitatis Balagarii visis et per nos plenarie intellettis quibusdam capitulis nuper firmatis inter illustrem infantem Odvardum primogenitum regni Purtogalie fra-

trem nostrum carissimum ac inclitos infantes Petrum Enricum Johannem Ferdinandum fratres filiosque legitimos et naturales serenissimi principis Johannis Dei gratia regis Portugalie [.....] ⁽¹⁾ carissimi parte ab una et dilectum nostrum Garsiam Azenarii decanum Tirasonensis ut procuratorem illustrissimi principis domini Alfonsi eadem gratia regis Aragonum et Sicilie fratris nostri carissimi et nostrum et etiam ut procuratorem inclitorum et magnificorem infantum Enrici et Petri carissimorum fratrum nostrorum ab altera partibus quorum capitulorum series de verbo ad verbum habet continentiam subsequentem.

[Em nome de Deus] ⁽²⁾ amen.

Seja manifesto a quantos este puprico estormento virem que aos onze d'Agosto anno do nacimiento de Noso Senhor Jeshu Christo de mill ccccXXXij annos em a vila de Tores Novas nos paaços de Diego Fernandez d'Almeida onde ora pousa o muyto alto e muy excellente principe e senhor Dom Eduarte pella graça de Deus yfante primogenyto herdero nos regnos de Portugal e do Algarve e do senhorio [.....] ⁽¹⁾ nome seu e dos muy nobres honrrados e illustres ifantes Dom Pedro e Dom Henrique Dom Joham e Dom Fernando seus yrmãaos avendo autoridade e poder deles pera todas as cousas de juso contheudas de húa parte e da outra o discreto Mosem Garcia Aznarez dayam de Taraçona e conselheiro do muy alto e muy excellente principe e poderoso senhor Dom Afonso pella graça de Deus rey d'Aragom [e de Sicília] como procurador geral e espricial seu e do muyto alto e muy excellente principe e senhor Dom Joham pella mesma graça rey de Navara e dos muy nobres e illustres ifantes Dom Henrique e Dom Pedro seus yrmãaos segundo de sos poderes parecer pollos estormentos de procuraçoes que logo mostraron assignados per suas mãaos e aseellados de seus seellos dos quaes o theor tal.

Manifesta cousa [seja a] todollos que esta presente carta virem que nos Dom Afonso pella graça de Deus rey d'Aragom e de Sezília de Valença de Malhorcas de Cerdunya e de Corcega conde de Barcelona duc de Athenas e de Neopatria e ainda conde de Rosalon de Cerdunya porque experiencia de cada dia demonstra que quando alguuns dos terrãaos rey e principes e senhores se ajunctam em amigança e boaa afaçom entoncos os soditos et naturaes daqueles ham mayor causa e manera de bem tractar se em pesoas e beens e haver entre si conversacion e aguardar se booa voontade de certa cyencia e aconselhadamente e confiantes enteiramente com saber endustria e bondade de vos amado conselheiro noso Mosem Garcia Aznarez dayam de Taraçona por experiencia manifesta a nos de grande tenpo aca demostrado por a tehór

⁽¹⁾ Impossível ler por deterioração do manuscrito.

⁽²⁾ O que está entre colchetes foi lido na Reforma das Gavetas por causa do original estar deteriorado de tal maneira que é impossível a leitura.

da presente carta nosa por todos tenpos valedoira fazemos e costethimos creamos e hordenamos procurador noso certo spicial e aas cousas de juso scriptas geeral asi que a generalidade nom deroge ou prejudique em alguna manera a espedelidade o dito Mosem Garcia Aznarez ausentem asi como si fosedes presente convem a saber que en noso nome e por nos posades trautar aceputar autorgar afirmar quaaesquer llaças e amiganças confederaações juramentos convenças e concordias com o muyto illustre princepe Dom Joham pella graça de Deus rey de Purtugall noso muy caro e muy amado tio e ainda com o princepe Eduarte e com os ifantes Dom Pedro Dom Henrique e os outros seus filhos nosos muyto caros e muy amados irmâaos e com quaaesquer delos em hum ou departidamente e por esto fazer e autorgar e firmar quaaesquer convenças promentenças pactos condiçoes juramentos peytos (*sic*) e menajeos e obrigaçoes e com as adiçoes clausolas formas e maneyras que nos forem vistas e vos poderees com aqueles ou alguum delos comcordar e conhocerees poder e dever se firmar e autorgar com cartas cartellos e auuteras scripturas pupricas e autenticas e com as serie e tenor de palavras que a vos pareceram. E outrosi fazer prestar por nos os dictos homenajeos preytos e juramentos sobre a Cruz e aos Santos Avangelhos e com outra qualquer mais firme solenidade forma e manera que com aqueles ou algun deles e hum ou departidamente vos em nome e por parte nousa (*sic*) poderees concordar. E por ende de aquelas em noso nome receber os dictos e com sembrantes preytos ou menajeos juramentos e haver e cobrar os dictos estormentos cartas cartelas ou scripturas que por parte nosa forem fazedeiras acerca o sobredito a elas livrar. E finalmente cerqua as dictas causas e qualquer delas em nome noso e por nos posaes fazer firmar autorgar jurar e prometer e que nos poderiamos persooalmente constituídos aynda que fossem taaes causas que de direito o de feyto requeresem mandamento espicial e sem as quais dictas causas ou algũa dellas fazer nom se podesem e a nos acerca daquelas ou qualquer delas por a presente damos segundo direlto e autorgamos e encomendamos a vos dicto Mosem Garcia Aznarez todo noso poder e facultade com libera e geeral administracion prometemos em nosa booa fe real em poder e em maaõ de notario e secretario noso de juso scripto como a puprica persoa por nos e por outros quaaesquer pessoas das quaaes seja ou posa seer interesse estipulante e acceptante e juramos ao Noso Senhor Deus e aos Santos quatro Avangelhos por nosas maaos corporalmente toquados a este Signal da Cruz que averemos por firme compriremos faremos e guardaremos todo a que per vos acerca das dictas cousas e qualquer delas em hum o em parte averedes trauttado convymdo jurado firmado concordado e autorgado e nom revogar lo nem aquelo contravire por alguna razom ou causa sub obrigaçom de todos nosos beens quanto quer que sejam privilligiados.

Dada e feyta foi aquesta em a cidade de Barcelona a xvij d'Abril anno do nacimiento de Noso Senhor Jeshu Christo de mil liij^{xxj} e do

regno noso anno dezeno (*sic*). De nos Dom Afonso pella graça de Deus rey d'Aragom e de Sezillia de Valença de Malhorcas de Cerdenya e de Corcega conde de Barcelona duc de Atenas e de Neopatria e ainda conde de Reosalom e de Cerdenna que as dictas causas firmamos louvamos e juramos e a este puprico estormento noso seelo pendente mandamos seer posto por mayor firmeça das cousas susodictas.

Rex Alfonsus.

Testemunhas a esto presentes Mosem Joham Lopez de Gorrea governador do regno d'Aragom, Mosem Galçara de Requesees baile jeeral do principado de Catellona e Mosem Joham de Viquiçames cavaleiros e conselheiros do dicto senhor rei.

Signum mei Johannis Olzina secretarii Domnii regis predicti ejusque auctoritate notarii publici per universam ditionem suam qui de ipsius mandato predicta scribi feci et clausi corrigitur in lineis quator et firmare vij per vij fuerem fazades et in secunda linea firme dicti domini regis et pendentis mandamos seyr posto por et in prima linea testium governador. Notum sit cunctis presentis publici instrumentum seriem inspecturis quod nos Johannis Dei gratia rex Navarre infans Aragonum et Sicilie dux Nemorensis Gandie Montis Albi et Petri fidelis comes Riparcurie et Denie ac dominus civitatis Balagarii de fide suficiencia legalitate et animi probitate jam alias expertis viri dilecti nostri Garsie Aznarez decani Tirasonensis quam plurimum confidentes gratis et ex nostra certa scientia tenore presentis carte nostre vos eundem Garsiam Aznarez presentem facimus et constituimus creamus et ordinamus nuntium et procuratorem nostrum certum et specialem ac insubscriptis generalem videlicet ad accedendum et conferendum vos ad regnum Portugalie ad personnam illustrissimi regis Portugalie avunculi nostri pretorii et cum dicto rege inclitisque infantibus ejus filiis ceterisque ducibus baronibus militibus et magnatibus et aliis quibuscunque personis tam ecclesiasticis quam secularibus et tractandum communicandum faciendum inhiendum et firmandum quasvis confederationes ligas et amicitias et in pro ac super eisdem confederationibus ligis et amicitias capitula quecumque cum eisdem et eorum quolibet conjunctim vel divisim concordandum et pro inde nostra quolibet faciendum et firmandum cum omnibus clausulis cautelis penis pactis convencionibus stipulacionibus obligacionibus renunciacionibus necessariis et opportunis ac vobis etiam visis et pro illorum tuitione et securitate personam et bona nostra quecumque obligandum et juramenta quevis et quantumcumque solemnia quod tenebimus servabimus et complebimus omnia per vos nostro nomine facienda et firmanda in animam nostram prestandum et generaliter omnia alia et singula faciendum et libere exercendum que in predictis et eorum quolibet utilia fuerunt necessaria ac etiam opportuna et vobis dicto procuratori nostro benevisa et sine quibus predicta comode ad implere nequirent et que nos fieri possemus personaliter constituti dantes et concedentes vobis eidem procuratori nostro in et super predictis et circa ea incident-

tibus dependentibus ex eisdem et eis annexis quoquo modo totum locum nostrum vicesque et voces nostras plenarie cum presenti atque liberam et generalem administrationem cum plenissima facultate promittentes et convenientes in nostra bona fide regia ac jurantes ad Dominum Deum ejusque Sancta Evangelia nostra manu dextra corporaliter tacta quod quicquid per vos dictum procuratorem nostrum in predictis et circa ea procuratum tractatum firmatum juratum et actum fuerit sive gestuum ratum gratum validum atque firmum semper habebimus et nullo unquam tempore revocabimus sub bonorum nostrorum omnium obligatione quod est datum et actum in civitate Calatambili decima nona die Augusti anno a nativitate Domini millesimo quatuor centesimo vigesimo nono regni^{que} nostri quarto.

Nom seja dhuvida em na antrelinha que he posta na oytava regra desta procuration onde diz militibus e respançado e emmendado e na xj regra onde diz confederationibus ligis. E na vinte e duas regras respançado e emmendado onde diz jurantes ad Domini Deum ca eu escriptvão corrigi e esso mesmo algunos outros vicios que aqui eram contheudos por fazer verdade.

Johannes Del gratia regis Navarre infantis Aragonie et Sicilie ducis Nemorencis Gandie Montis Albi et Petre fidelis comitis Ripacurtie et Denie ac domini civitatis Balagaril qui predicta laudamus concedimus et firmamus [dictumque facimus juramentum et huic publico instrumento sigillum nostrum majus apponi jussimus impendente. Testes sunt qui fuerunt ad praedicta praesentes Rodericus Dias de Mendonça miles Custos Major Rodericus Garciae de Villapando Legum Doctor consiliarii et Ferdinandus de Sandoval maiordomus domini regis praedicti signum mei Bartholomei de Reus dicti domini regis secretarii regiaeque auctoritate notarii publici per universam ditionem et terram serenissimi regis Aragonum qui praedictis unacum praenominatis testibus interfui eaque scripsi et clausi loco die dominus rex mandavit mihi Bartholomeo de Reus in cujus posse] ⁽¹⁾ firmavit et juravit.

Manifesto seja a todos quantos a presente carta virem que nos os iffantes d'Aragom e de Secilla Dom Henrique [conde de Albuquerque] e mestre de Santiago etc. e Dom Pedro seu yrmão confiantes conprimamente do saber endustria bondade de vos amado noso Mosem Garcia Aznarez dayam da Taraçona e conseherio do muyto excellente e poderoso principe Dom Alfomso pella graça de Deus rey d'Aragom etc. noso muyto caro senhor yrmão de cierta cyencia e aconselhadamente por o teor da presente nosa carta por todos tenpos valedoira fazemos e constetuimos creamos e hordonamos procurador noso certo espical e as cousas de juso scriptas geeral asi que a generalidade nom derouge ou prejudique aa especialidade nom por o contrario a vos dicto Mosem Gar-

⁽¹⁾ O que está entre colchetes foi copiado da Reforma das Gavetas em virtude do original estar muito deteriorado.

cia Aznarez presente e acceptante per que por nos em noso nome e de cada huum de nos posaaes trautar acceptar autorgar e firmar quaesquer lianças amiganças confederaciones promissiones convenças e concordias como muy excellente e poderoso princepe e senhor Dom Joham per la graça de Deus rey de Purtugal etc noso muy caro tio e com o muy alto princepe Dom Eduarte por a meesma graça iffante primogeprito seu filho e com os muy illustres yfantes Dom Pedro Dom Henrique Dom Joham Dom Fernando seus filhos nosos muy caros yrmãos e com qualquer ou quaaesquer delos em huum ou departidamente e pera esto fazer autorgar e firmar quaaesquer convenças prometenças paytos condiçooes juramentos preytos ou menajeos e obrigaçooes e com as adiçooes clausolas formas e maneiras que vos forem vistas e vos poderees com aqueles ou algum deles concordar e conocerees poder e dever se firmar e otorgar com cartas cartelas e outras scripturas pupricas e autenticas e com a seria e theor de palavras que a vos parecerom.

Outrosi fazer e prestar por nos os ditos menajeos preytos juramentos sobre a Cruz e aos Sanctos Avangelos e com outra qualquer mais firme solemnidade forma e manera que com aqueles ou algun deles em seenbra ou departidamente vos em nome e por parte nosa posaes concordar e porem daqueles em noso nome recebem os dictos ou com senbrantes preytos e menajeos e juramentos e haver e cobrar os dictos estormentos e cartas cartelas ou scripturas que por parte nosa forem fazedoiras acerca do sobredito a eles livrar e finalmente acerca as dictas cousas ou qualquer deles em nome noso. E por nos posaaes fazer firmar autorgar jurar e prometer o que nos poderiamos psoalmente hi constituhidos ainda que fossem taas cousas que [de direito ou de feito re]queresem mandamento especial e sem as quaaes as dictas causas ou alguua delas fazer nom sem podessem ca nos acerca delas ou qualquer delas por la presente damos segundo e autorgamos recomendamos a vos dicto Mosem Garcia Aznarez todo noso poder e faculdade com libera e jeeral administraçõ prometemos em nosa boaa fe real em poder e em maaõ de notario de juso scripto como a puprica pessoa por nos e por outras quaaesquer pessoas das quaaes seja ou posa seer interese stipulante e acceptante. E juramos ao Noso Senhor Deus e aos Sanctos quatro Avangelhos per nosas mãas corporalmente toquados e a este Sinal da Cruz que averemos por firme compriremos faremos e guardaremos todo o que nos acerca das dictas cousas e qualquer delas em seenbra o de parte averees trautado convindo jurado firmado concordado e ou atorgado e nom revogar lo nem aaquelle contravir por alguna razon ou causa sub obrigaçõ de todos nosos beens quanto quer e que sejom privilegiados.

En testemunho da qual mandamos fazer esta presente carta assignadas (*sic*) dos nosos nomes e aseelada dos nosos seelos scripta e assignada de maaõ de notario asuso scripto a qual foi facta e atorgada em a villa d'Elvas do regno de Purtugal dous do mes de Maio anno do nacimento de Noso Senhor Jeshu Christo de mil iiij^o XXXij annos.

Testemunhas que foram presentes requiridos rogados e chamados aas cousas susoditas os honrados e descretos Rodrigo de Vos Mediano repus-teiro moor e Alfomso de Baraetes monteiro maor e Alfomso Demboredo thesoureiro do dicto senhor ifante Dom Henrique e outros. Eu Nicholas Fernandez de Camora clerigo da dicta diocese notario puprico por autto-ridade apostolica foi presente a todo o susodicto e a requerimento dos dictos senhores iffantes vi em hum com as dictas testemunhas com os dictos senhores e cada hum delos por si jurarom em poder em maaos de mi dicto notario ao Signal da Cruz que corporalmente toquarom com sus maaos de aver por firme todo o suso contheudo na dicta carta a qual signarom de seus proprios nomes e rogarom e requererom a mim dicto notario que a screvese e sinase de meu signal acostumado em tes-temunho de verdade as quaa (*sic*) asi mostradas logo presente mim Joham Vaasquez scripvam da Camara do dicto senhor iffante Dom Eduarte e notario puprico jeeral do muy alto e muy excellente poderoso principe e senhor rey de Purtugal e do Algarve e senhor de Cepta em todos seus regnos e senhorios e as testemunhas adeante scriptas dise-rom que ante os dictos senhores rey d'Aragom e de Navarra e iffantes seus irmãaos e o dicto senhor rey de Purtugal e ifante Dom Eduarte e os outros iffantes seus filhos forem concordados fectas e afirmados certos capitellos de trautos paytos e convineças ao tempo do matrimonio que palla (*sic*) graça de Deus he celebrado e solennizado antre o dicto se-nhor iffante e a muy alta e muy excellente princesa a ifante Dona Lianor sua muy amada e preçada molher antre os quaaes som estes dous que adiante seguem.

Item os dictos senhores rey de Purtugal e iffante Dom Eduarte e os iffantes Dom Pedro Dom Hemrique Don Joham Dom Fernando filhos lidemos do dicto senhor rey de Purtugal querendo mostrar a boaa e grande afaçom e amor que ham aos senhores rey d'Aragom e Navarra e ifantes Dom Henrrique Dom Pedro yrmãaos da dicta iffanta por razom do dicto matrimonio e comservar aquel convem poem e prometem aos dictos senhores rey e ifantes ou qualquer delos que o dicto senhor rey de Purtugal e ifante Dom Eduarte e inda os dictos iffantes Dom Pedro Dom Hemrique Dom Joham Dom Fernando nom darom conselho nem favor nem ajuda nem asestarom direytamente ou indirettamente a alguna nem algunas pesoaas de qualquer stado condiçom dignidade ou proeminencia que seja ainda que taaes pesoaas sejam ou serrom cons-tituhida ou constituhidas em dignidade emperial ou real ou doutra qual-quer sagrall ou ecclesiastica que nomear nem dezir se posa contra os dictos senhores rex e iffantes nem contra suas pesoaas corroas estados ou dignidades e regnos e beens e terras comtra alguus deles asi por causa ou guerra justa como injusta nem por alguua outra razom ou causa cuydada ou emcuydada ainda que taaes pesoaas sejam muy juntas ou conjunttas em qualquer graao de consaguinidade e afinidade ou outro parentesco aos dictos senhores rey de Purtugal e ifantes seus filhos e

qualquer delos por propinquo ou chegado que seja pero que de todo o de suso em este capitelo contheudo e cada cousa e parte dela sejam exceptados e exceptam os susodictos senhores rey de Portugal e ifante Dom Eduarte e os dictos iffantes seus filhos aos rey de Castella e de Ingratera e os regnos e senhorios e teras delos e de cada hum delles e quaaesquer delles e os vezinhos e moradores dellos e semelhavemente os dictos senhores rey d'Aragom e de Navarra e iffantes Dom Henrique e Dom Pedro seus yrmãaos querendo mostrar a boaa e grande afaçom que ham aos dictos senhores rey de Portugal e infante Dom Eduarte e aos ifantes Dom Pedro Dom Henrique Dom Joham Dom Fernando seus filhos por razom do dicto matrimonyio e comservar aquell convem poem e prometem aos dictos rex de Portugal e ifantes seus filhos e a qualquer delos que os dictos senhores rey d'Aragom e de Navarra e ifantes seus yrmãaos nom darom conselho nem favor nem esforço nem ajuda nem asistaram direytamente ou indireytamente a algũa nem algunas pesoaas de qualquer estado condiçom dignidade e preminencia que seja ainda que taaes pesoaas sejam ou seerom constituhida ou constithidas (*sic*) em dipnidade (*sic*) emperial ou real ou doutra qualquer sagral ou cre-siastica que nomear o dezir se posa contra os dictos senhores rey de Portugal e ifante Dom Eduarte e outros ifantes filhos do dicto senhor rei nem contra suas pesoaas coroa estados dignidades regnos ou beens e teras nem contra algun delos asi por causa ou guerra justa como injusta nem por alguua outra razom ou cousa cuydada ou nom cuydada ainda que taaes pesoaas sejam muy juntas ou conjuntas en qualquer grao de consanguinidade ou afinidade e outro parentesco aos dictos senhores rey d'Aragom e de Navarra e ifantes Dom Henrique e Dom Pedro e qualquer delos por propinco ou chegado que seja pero que de lo suso em este capitello contheudo e cada cousa e parte delo seja exceptado e exceptam o dicto senhor reix d'Aragom a el rey de Castela seu primo e a el rey de Navarra seu muyto amado hyrmãao e os regnos e senhorios e terras delos e de cada humo delos e quaaesquer e qual-queer delos e de cada hun dellos e os vezinos e moradores daquelos. Outrosi o dicto senhor rey de Navarra e os dictos ifantes Dom Henrique e Dom Pedro exceptam dello de suso em este capitello con-theudo e cada huna cousa e parte delo ao dicto senhor rey d'Aragom seu muyto amado yrmãao e al rey de Castella seu primo e os regnos e senhorios e terras delos e de cada humo delos e quaaesquer e qualquer delos e los vezinos e moradores delos. E que ellos veendo e consirando que palla (*sic*) excepçom do senhor rey de Castella regnos terras senho-rios seus vizinos e moradores delas contheudo no dicto capitollo esta vya e manera aberta pera huus contra outros poderem gerrear e fazer se injurias e dapnos e offensas o qual se asi fose seeria mal e deserviço de Deus carregoso e desonesto as partes por os grandes dhlvidos asi de

consanguinidade como de afenidade e boaa amizade (*sic*) que entre ellos som e os prazeres e boas obras que huuns aos outros ham feitas querendo sobr'ello remediar e quitar d'antre si toda occasiom os dictos senhores ifante Dom Eduarte primogenipto em seu nome e dos outros yfantes suso scriptos seus yrmãaos e o dicto Mosem Garcia Aznarez como procurador dos dictos senhores rey de Aragom e de Navarra e dos dictos ifantes seus yrmãaos disserom e concordarom que a dicta clausola de excepçom do senhor rey de Castella de seus regnos e terras e senhorios seja tirada cassada irritada e annullada e que daqui en diante nom posa aver mais nhuum efeito e valor. E que se antre as partes nunqua fose feita concordada nem firmada e por maior firmeça e perpetuaçom do amor que ante as dictas partes o dicto Mosem Garcia per bem bem (*sic*) do poder que per as dictas procuraçoos e foy e e dado per os dictos senhores rey d'Aragom e de Navarra e ifantes Dom Henrique Dom Pedro em nome proprios delos prometeo que eles a todo seu verdadeiro leal poder nem alguu delos por si nem por outrem em seus nomes nem alheos ainda que fosem constituhiados ordenados eligidos tutores e curadores de quaaesquer regnos terras ou senhorios nom offenderom quaaesquer pessoa ou pessoas ou regidores de quaaesquer regnos terras ou senhorios nem offenderom aos dictos senhores rey de Portugal e ifante Dom Eduarte nem os outros ifantes seus filhos nem a cada huun delos nem sus regnos terras e senhorios nem darom favor nem ajuda conselho cousa nem occasiom directamente ou indireytamente que consista en dar fazer mandar ou obrar algũa boaa pessoa o pessoas de qualquer estado dignidade ou preminencia posto que seja ou sejam em dignidade real ou dali arriba ou a suso ainda que seja a ellos ou a cada huun delos conjunto ou conjuntos en qualquer grao de consagnidade divido ou parentesco porque ous dictos senhores rey de Portugal e ifante Dom Eduarte os outros ifantes seus filhos e seus regnos terras e senhorios jentes e beens sejam e posam seer offendidos ou attentados ou cometidos de offender pella guisa suso scripta nom seja duvida em este capitulo aas tres regras onde diz offensas que eu Joham Vazquez o corregi por seer verdade e especialmente prometeo o dicto Mosem Garcia em nome dos sobreditos reix e ifantes que nam darom em alguum tenpo favor nem ajuda conselho causa nem ocasion directamente ou indireytamente em publico nem ascomdido per si nem per autrem em nomes proprios nem alheios ao dicto rey de Castella nem ao princepe seu filho nem a alguus de seus herderos subcesores que por tenpo seerom nem a seus regnos terras e senhorios jentes e beens deles para ofender ou fazer guerra mal ou qualquer dapno aos dictos senhor rey de Portugal e ifante primogenipto seu filho e os outros ifantes seus filhos e a todos outros herderos e subcessores que daqui en diante seerom pera todo senpre jamals e regnos terras jentes beens e senhorios deles ante aradarem e disviarom a todo seu leal e verdadeiro poder tal guerra dapno

e escusa favor e ajuda conselho causa e occasiõ per que direitamente ou indireitamente o per qualquer outra guisa ou maneira possa seer dado ou feito atentado ou cometido contra o dicto senhor rey de Portugal e iffante primogenito seu filho e os outros iffantes seus filhos e seus herderos e subcessores e os dictos regnos terras e senhorios delos jentes e beens que consista em dar fazer mandar ou obrar como dicto he. *Nom* seja duvida na antrelinha que vay em a regra pustremeira onde diz senhorios delas ca eu Johão Vaasquez o corregy por seer verdade. E esto se nom entenda em qualquer guerra ou guerras e ajudas que os rey d'Aragom e de Navarra e iffantes Dom Henrique Dom Pedro ou alguu delles fezerem contra mouros porque livremente a posam fazer quando lhe prouver posto que dello ao dicto rey de Castella se possa recrecer algum favor e ajuda e este medes lugar averom contra outras gentes de algunos regnos e senhorios que nom sejam dos dictos rey de Portugal e ifante Dom Eduarte e iffantes seus filhos pero em caso que os senhores reix d'Aragom e de Navarra e iffantes Dom Henrique e Dom Pedro ou alguno deles fezesem guerra contra alguu rey principe ou outra pessoa ou senhorio em ajuda e favor del rey de Castella que em tal caso os senhores iffantes Dom Eduarte e ifantes seus yrmãos e cada hum deles posan ajudar e valer a tal rey principe pessoa de qualquer ley graão dignidade estado ou condiçom que seja e qualquer comunidade ou senhorio. E esto empero declarado que ainda por a tal guerra ou guerras ajudas e valença os huuns aos outros nem os outros aos outros ou a outro non se posam fazer guerra mal nem dapno em seus regnos terras senhorios nem vasalos se nom soamente em a terra e senhorio del rey de Castella ou na terra onde tal guerra se fara. E que per tal guerra ou guerras favor ou ajudas nom absentes todas e a cada huas cousas suso e juso scriptas fiquem em sua firmença e valor pera siempre así como se a guerra ou guerras e ajudas ou valença nunca fosem feytas.

Item os dictos senhores reix e iffantes darom todo boõ conselho e aazo que leal e verdadeiramente poderem dar e teerom toda boaa maneira que antre o dicto rey de Castella e seus regnos terras e vasalos e sucessores e o dicto rey de Portugal e ifante primogenito seu filho e os outros iffantes seus filhos regnos terras vasalos e senhorios sucessores dellas seja perpetualmente conservada boaa paz e concordia. E se caso for que os dictos reix d'Aragom e de Navarra e ifantes Dom Henrique e Dom Pedro ajom alguu rigimento em os regnos e senhorios de Castella ou alguua outra maneira de conselhar el rey ou principe seu filho o alguu outro que non sejam dos dictos regnos ou cada hum delos vier a outro mayor estado no dicto regno de nom seer en ajuda conselho favor aazo nem esforço per si nem per outrem direitamente ou indiretamente de as pazes fechas e firmadas e juradas agora novamente per o dicto rey de Castella. *Em* a vila de Medina aos xxx de *(sic)* do mes d'Outubre anno do nacimiento de Noso Senhor Jeshu Christo de mil liijº

xxxj annos seerem mudadas ou rompidas en alguua parte ante farom a todo seu leal poder que elas sempre perpetualmente em sua força sejam guardadas compridamente e boo amor e concordia seja antre o dicto rey de Portugal e iffante seu filho e ous outros iffantes seus filhos e herdeiros. E el rey de Castella e o princepe seu filho e seus herdeiros e os otros regnos e senhorios terras e jentes e por sembrante o dicto senhor iffante Dom Eduarte em seu nome e dos dictos iffantes Dom Pedro e Dom Henrique Dom Joham Dom Fernando prometoo a todo seu verdadeiro e leal poder que eles nem alguu delos por si nem por outrem em seus nomes nem alheos ainda que fossem constituhidos ordenados emlegidos tutores ou curadores de quaaesquer reix princepes e outros quaaesquer pessoa ou pessoas ou regidores de quaaesquer regnos terras e senhorios nom ofenderam aos dictos senyores reyx d'Aragom e de Navarra e iffantes Dom Henrique e Dom Pedro nem a cada huum dellos nem seus regnos terras e senhorios nem darom favor ajuda conselhio causa nem occasiom direytamente ou indireitamente que comsista em dar fazer mandar ou obrar alguua pesoa ou pesoas de qualquer estado dignidade ou preminencia posto que seja ou sejam em 'dipnidade real ou daly arribra ou aviso ainda que sejam a elos o a cada huu dellos conjunto ou conjuntos em quaalquer graao de consanguinidade divido ou parentesco porque os senhores rey d'Aragom e de Navarra e iffantes Dom Henrique e Dom Pedro e seus regnos e terras e senhorios jeentes e beens dellos sejam e posam seer ofendidos ou atemptados ou cometidos pella guisa susoscripta e espicialmnte prometeo o dicto ifante Dom Eduarte em seu nome e dos dictos iffantes Dom Pedro Dom Henrique Dom Joham Dom Fernando que nom darom em alguu tempo favor nem ajuda conselhio nem causa nem ocaslom diretamente o indireitamente em puprico ou escondido per si nem per autrem em nomes proprios nem alheos ao dicto rey de Castella nem ao principe seu filho nem alguu de seus herdeiros e subcesores que por tenpo sereem nem a seus regnos terras e senhorios e jentes e beens deles por ofender ou fazer guera mal ou qualquer dapno aos dictos senhores reix d'Aragom e de Navarra e ifantes Dom Henrique e Dom Pedro e a todos os outros seus herdeiros e subcesores que daqui en diante seerom pera todo senpre jamais e regnos terras jentes beens e senhorios delas ante amdarom e disviarom a todo seu leal e verdadeiro poder tal guera dapno e ofensa favor e ajuda e conselhio causa e occasiom per que diretamente ou indireitamente por qualquer outra guisa ou maneira posa seer dado ou feyto atentado ou cometido contra os dictos senhores reix d'Aragom e de Navarra e ifantes seus yrmãos herdeiros e subcesores. E os dictos regnos e terras e senhorios jentes e beens delas que comsista em dar fazer e mandar e obrar como dicto he ficando emteramente sempre en sua força e vigor a dicta paz que com o dicto rey de Castella e el rey seu senhor e padre tem feita. E esto todo se nom entenda

en qualquer guerra ou guerras e ajudas que os dictos rey de Portugal e ifante seu filho Dom Eduarte Dom Pedro Dom Henrique Dom Joham Dom Fernando ou alguu deles fezerem contra os mouros porque livramente a posam senpre fazer quando lhe aprouver posto que delo ao dicto rey de Castella se posa recrecer alguu favor e ajuda. E este mades lugar averom contra autras jentes dalgunos regnos e senhorios que nom sejam dos dictos senhores reys d'Aragom e de Navarra e ifantes pero en caso que o dicto senhor infante Eduarte e os otros ifantes seus yrmãaos o alguu dellos fezerem guerra contra alguu rey principe ou contra pessoa ou senhorio em ajuda ou favor do rey de Castella que en tal caso os senhores rey d'Aragom e de Navarra e os ifantes seus yrmãaos e cada huu delos posam amdar e valer a tal rey principe pessoa de qualquer ley graao dignidade estado ou condiçom que seja e a qualquer comunidade ou senhorio. E esto e esto (*sic*) empero declarado que amda por tal guerra ajuda e valença os huus aos outros nem os outros aos outros ou outro nem se posam fazer guerra mal nem dapno em seus regnos terras senhorios nem vasalos senom soamente em a terra e sonhorio del rey de Castella ou en na terra onde tal guerra se fara e que per tal guerra ou guerras favor ou ajudas nom obstantes todas e cada hunas cousas suso e juso scriptas fiquem en sua firmeça e valor por sempre asy como se a guerra ou guerras ajudas ou valenças nunca fosem feitas. *Nom* seja duvida na antrelinha da primeira regra deste capitulo onde diz todo na que vay na terceira onde diz senpre ca eu João Vazquez o corregi por seer verdade.

Item que os dictos ifantes Dom Eeduarte e ifantes seus yrmãaos por todo seu leal poder darom todo boo conselho e aazo que leal e verdadeiramente poderem dar e teerom toda boa maneira que antre o dicto rey de Castella e seus regnos terras e vasalos e subcesores e os dicto rey d'Aragom e de Navarra e ifantes Dom Henrique e Dom Pedro regnos terras e vasalos senhorios e subcesores seus seja perpetuamente conservada paz e boa concordia. E porquanto o dicto senhor rey de Purtogal duvido por lhe nom parecer en esto e a presente fazer e firmar esta ennovaçom ainda que disese ao dicto ifante Dom Eeduarte e aos outros ifantes seus filhos que o podiam fazer asy como entendesem que era bem prometem o dicto ifante em nome seu e dos dictos ifantes seus yrmãaos que teerom maneira e farom por todo seu leal e verdadeiro poder que o dicto senhor rey de Portugal seu padre thenha e compra todas e cada huuas cousas em esta presente concordia contheudas. E que nom vaaom contra elas nem contra alguna delas.

Item promete o dicto Mosem Garcia como procurador sobredito que os dictos senhores reys d'Aragom e de Navarra e ifantes louvarom e firmarom e ratificarom e jurarom todas e cada huua cousa em estes capitulos de juso contheudas e envyaron pupricas scripturas de ratificaçom e aprovaçom assignadas de suas maaos e aseeladas dos seus seelos dentro

em espaço del seis meses. E os dictos ifantes dentro espaço de trenta dias.

Item o dicto senhor infante e o dicto Mosem Garcia em nome dos sobredictos cujo procurador ho quieserom e autorgarom que por todo esto sobredicto nom seja derogado nem ennovado o contrauto (sic) fecto sobre o dicto matrimonyio de que suso he feita meençom salvo emquanto per este se mostra seer derogado e ennmendado enovado e que todas as outras cousas e cada huua delas no contrauto do matrimonyo contheudas sejam e fiquem em sua vertude e força asi e tan compridamente como he en ele contheudo.

Non seja duvida na quarta regra onde diz per antrelinha e enovado ca eu Joham Vaasques o corregi por seer verdade e por maior validaçom e firmesa de todas as dictas cousas e cada huua delas prometeo o dicto senhor ifante Dom Eduarte em seu nome e dos dictos ifantes seus yrmãaos e o dicto Mosem Garcia como procurador susodicto en nome dos dictos senhores reix d'Aragom e de Navarra e iffantes huuns aos autros de teer e guardar e comprir por si e por todos seus regnos terras e senhórios jentes todas las cousas suso contheudas e ca cada huua dellas e que no contradirom nem contradizer farom nem permeterom dereitamente ou indireitamente em puprica ou escondida por qualquer causa ou razom en caso que eles ou alguno deles o que a Deus nom pareza fezesem ou atentassem de fazer contra as cousas sobredictas ou alguna delas ou qualquer delas que o así fezerem ou atentar de fazer encorra e seja emcorrido em pena de perjuro. E eso masmo (sic) em na pena que he contheuda no contrauto do matrimonio a qual seera papagada (sic) aaquell a que forem quebradas as dictas cousas ou alguna delas a qual pena pagada ou nom a presente concordia seja e fique em sua força e valor. E aynda por mayor cautela firmeça das dictas cousas o dicto senhor ifante Dom Eduarte em seu nome e dos ifantes Dom Pedro Dom Henrique Dom Joham Dom Fernando seus yrmãaos e o dicto Mosem Garcia em nome dos dictos senhores reix d'Aragom e de Navarra e dos ifantes Dom Henrique Dom Pedro cujo procurador he prometerom em sua boaa fe e jurarom sobre o Sinal da Cruz e aos Santos Avangelhos por eles corporalmente tãjudos em poder de muy (sic) notario ajuso scripto por todos aqueles daquem he ou pode seer interes (sic) legitimamente estipulante e acceptante que todas e cada hũuas cousas contheudas teerom e compririrom teer e comprir e guardar farom e nom contrahirom nem contravir prometerom por si nem por interposita pesoa directamente ou indiretamente puprica nem ascondida em nhũa guisa ou maneira que seja e por milhor todas as dictas cousas e cada hũua delas seerem compridamente guardadas o dicto senhor iffante Dom Eduarte em nome seu e dos dictos ifantes seus yrmãaos obrigarom todos seus beens e dos dictos iffantes seus yrmãaos. E o dicto Mosem Garcia obrigou todollos beens dos dictos senhores reix d'Aragom e de Navarra e dos dictos ifantes Dom Henrique e Dom Pedro.

E en testemunho destas cousas mandaram e quizerom os dictos senhores iffante Dom Eduarte e el dicto Mosem Garcia asi como procurador susodicto seer fectos estormentos asilnados por mãaos dom (sic) dicto senhor ifante Dom Eduarte e do dicto Mosem Garcia e asellados de seus seellos ainda quizerom por mayor firmidom que eu sobredito Joham Vasquez estevese a elo presente com as testemunhas juso scritas e se subscrevese.

Fecto foi este estormento no dicto dia mes e era sussoscripta.

Iffante.

Testemunhas que a estos presentes foram o honrado Dom Alfomso sobrinho del rey e do seu Conselho e do dicto senhor ifante e os discreptos Nuno Martinz da Silva cavaleiro e scripvam da Poridade do dicto senhor iffante e Johane Meendez corregedor da corte del rey e outros. E eu sobredito Joham Vazquez que a todo fui presente com as dictas testemunhas e este juramento tomei e vy fazer e a meu fyell scripvam esto mandei escprever. E aqui puy meu sinal que he tal.

Johannes etc.

Nom seja duvida nas antrelinhas que vaam resalvadas ao pee de cada huu capitollo porque todo eu scripvam as corregi fiz correger por seer verdade.

Gomes Borges. Garcias Aznaril.

Eu o ifante Dom Pedro duque de Coimbra e senhor de Montemor aprovo e retifico e outorgo e afirmo o contrauto que estas folhas he scripto que o ifante meu senhor e yrmãao fez e firmou em nome seu e meu e dos ifantes Dom Henrique e Dom Joham Dom Fernando meus yрмаaos pello poder e autoridade que lhe per nos pessoalmente for dado e juro sobre o Sinal da Cruz e os Santos Avangelhos per minas (sic) maaos corporalmente tangidos de todo o que a mim pertence e a meu verdadeiro e leal poder comprir guardar sob as crausolas e penas em ell contheudas e por mayor firmeça asiney aqui de meu nome e mandei aselar de meu seelo. E ainda quis por mayor firmidom que o dicto Joham Vaasquez notario puprico estevese a elo presente com as testemunhas juso scriptas he sobescrevesse.

Feito foi esto en Leura nos paaços do castelo homde ora pousa o dicto iffante Dom Eduarte meu senhor xxij dias d'Agosto anno suso scripto de mil quatrocentos xxxj porquanto aqui nom era o meu sello grande mandey aselar com meu signete

Ifante Pedro.

Testemunhas que a esto presentes foram os discreptos Nuno Martinz de Silva cavaleiro scripvam da Puridade do dicto senhor iffante e Nuno Vaasquez de Castell Branco cavaleiro veedor da Fazenda do dicto senhor e frey Gill Lobo confesor. Eu sobredito Joham Vaasquez que a todo fuy presente e o dicto juramento vy fazer e a meu fiel scripvam esto mandei scprever e aqui meu sinal fiz que he tall. Johanes.

Eu o infante Dom Henrique duque de Viseu e senhor de a Covilhaa aprovo e ratifico autorgo e afirmo o contrauto que em estas folhas he scripto que o ifante meu senhor e yrmãao fez e firmou em nome seu e do ifante Dom Pedro e meu e do infante Dom Joham e do ifante Dom Fernando meus yrmãos pello poder e abtoridade que lhe per nos todos personalmente foy dado e juro sobre o Sinal da Cruz e a los Sanctus Avangelhos per minhas maaos corporalmente tangidos de todo o que mym pertencer a meu verdadeiro e leal poder o comprir e guardar sob as penas e clausolas em ell contheudas e por mayor firmeça asyney aqui de meu nome e mandey aseellar de meu seello e ainda quis por mayor firmidom que o dito Joao Vaasquez notario puprico esteve a ello presente com as testemunhas juso scriptas e se sobscresvesse.

Facto foi em Torres Novas nos paaços do dicto Diogo Fernandez onde ora pousa o dicto ifante Don Eduarte meu senhor dezaseys d'Agosto anno suso scripto de mil ilijxxxj. I. d. a.

Testemunhas que a esto presentes foram os sobredictos discretos Nuno Martinz e Nuno Vaasquez e frey Gill. E eu sobredicto Joao Vaasquez que esto vy jurar e aprovar esteve a todo presente e aquy meu sinal fiz que he tall.

Johannes.

Eu iffante Dom Joham regedor e governador do Mestrado de Santiago aprovo e re[t]ifico otorgo e afirmo o contrauto que em estas folhas he scripto que o ifante meu senhor e yrmãao fez e firmou em nome seu e do ifante Dom Pedro e o Dom ifante Dom Hennrique e meu e do ifante Dom Fernando meus yrmãos pello poder e autoridade que lhe per nos todos pessoalmente foi dado e juro sobre o Sinal da Cruz e aos Sanctos Avangelhos per minhas maaos corporalmente tangidos de todo o que mym pertence a meu verdadeiro e leal poder o comprir e guardar sob as crausolas e penas em ell contheudas. E por mayor firmeça asiney aqui de meu nome e mandey aseellar do meu seello e ainda quis por mayor firmidom que o dicto Joham Vaasquez notario puprico screvese a elo presente com as testemunhas juso scriptas e se sobscresvese.

Fecto foi em Alcaçaar demtro los meus paaços xxj dia do mes de Setenbro anno suso scripto de mil ilijxxxij annos.

Ifante Dom Joao.

Testemunhas que a esto presente foram o honrado Dom Joao de Castro e Gonçalo de Figueiredo escuderos da casa do dito ifante e Fernand'Afonso cavaleiro e seu scripvam da Puridade. E eu sobredicto Joao Vaasquez que tambeem com as dictas testemunhas fuy a elo presente e esto suso escripto a meu fyel scripvam mandou screpver e aqui meu sinal fiz que he tall.

Johannes.

Eu o ifante Dom Fernando aprovo e retifico autorgo e afirmo o contrauto que em [e]stas folhas he scripto que o ifante meu senhor he

irmaao fez e firmou em nome seu e do ifante Dom Pedro e do ifante Don Henrique e do ifante Dom Joham meus yrmãos e meu pello poder e autoridade que lhe per nos todos foi dado e juro sobre o Sinal da Cruz e aos Santos Evangelhos per minhas mãos corporalmente tangidos de todo o que a mim pertencee a meu verdadeiro e leal poder o comprir e guardar sob as cláusulas e penas em el contheudas e por mais firmeza assim aqui o meu nome e mandei assellar do meu seelo. E ainda quis por mayor firmeza que o dicto Joham Vaasquez notario puprico estevesse a elo presente com as testemunhas juxta scriptas e se sobescrevesse.

Fecto foi em Aatougia nas casas que foram de Diogo Alvarez d'Alvarigeira onde eu pouso a xxviiij d'Agosto ano suscripto de mil iiij^{tos} xxxij anos.

Ifante Dom Fernando.

Testemunhas que a esto presentes foram Fernam d'Andrade e Ruy Fernandes d'Andrade e frey Gill fraire de San Domingos por confesor do dicto senhor Iffante Dom Fernando. E eu sobredicto Joao Vaasquez que a todo fuy presente e o dicto juramento em minhas mãos tomei e esto a meu fiel scripvaui fiz screver e aqui meu sinal fiz que he tal.

Johannes.

Idcirco volentes promissa et juramenta per dictum Garciam Azenarii nomine nostro per effectum opere ad implere tenor presentis gravis ac de nostra certa sciencia et expressa juramus per Dominum Deum et ejus Santa quatuor Evangelia manibus nostris corporaliter tacta quoad nostrum verum et legale posse tenebimus et servabimus capitula de super inserta et omnia singula in eis et quolibet eorum contenta et contra ea nec eorum aliquod veniemus aliquo mundi tempore sub penis clausulis et aliis in eisdem contentis et enarratis in cujus rei testimonium presentem fieri jussimus sigillo nostro impendentum munitum. Quod est actum in villa Sancti Mathaei die xxbiiij Junii anno a nativitate Domini millesimo quadragesimo tertio regnique nostri ottavo.

Signum.

Johannis Dei gratia [regis Navarra] infantis et gubernatoris generalis Aragonum et Sicilie ducis Nemorensis Gaulie Montis Albi et Petre fidelis comitis Ripacurtie ac domini civitatis Balagarii qui predicta laudamus confirmamus et roboramus.

Yo el rey

Testes sunt qui ad predicta presentes fuerunt D. archiepiscopus Cese-raugustanensis nobilis Johannes Martini de Lima et Guillermus de Vico milites consiliarii domini regis predicti.

Signum mei Anthonii Nogueras serenissimorum dominorum regum Aragonum et Navarre secretarii eorumque autoritatibus per universa

regna et donaciones eorum publici notarii cui predictis interfui eaque et dicti domini regis mandato scribi feci et clausi.

(Lugar do selo pendente)

Dominus rex Navarre mandavit mihi Anthonio Noguerras in cujus posse fieri et juravit.

(L. P.)

4418. XVIII, 4-20 — Foral (*traslado em pública-forma de um*) dado a Alcoentre por mestre Godinho. Santarém, 1307, Julho, 24. — *Pergaminho. Mau estado.*

4419. XVIII, 4-21 — Sentença (*traslado da*) pela qual el-rei D. Dinis, D. Jaime, rei de Aragão, juizes eleitos por el-rei D. Afonso, e D. Fernando, filho de el-rei D. Sancho, determinaram que fosse dado ao sobredito rei D. Afonso, Bejar, Alba de Tormes e outros lugares, ficando D. Fernando como rei de Castela. 1304, Agosto, 11. — *Pergaminho. Mau estado.*

Aquieste es el traslado bien e lealmente sacado de palavra a palavra de una carta publica seellada con las bullas de plomo de los muy altos don Jayme por la gracia de Dios rey d'Aragon e don Dionis por essa misma gracia rey de Portugal la tenor de la qual carta se sigue en esta forma

En nomine de Dios sepan todos en como sobre guerras e discordias que son seydas luengamente entre el muy alto e poderoso don Ferrando por la gracia de Dios rey de Castiella de la una parte e don Afonso fillo que fue del infante don Ferrando de la otra fuesse comprometido en los muy altos e poderosos don Jayme por la gracia de Dios rey d'Aragon e don Dionis por aquella misma gracia rey de Portugal e del Algarve con carta publica segund que se segue.

En nomine de Dios sepan todos quantos esta carta vieren que en presencia de my Andreu Peres de la Cervera publico notario de la ciudad de Tاراçona e de las testimonias de juro scriptas el rey don Alfonso fillo que fue del infante don Ferrando por si de la una parte e el infante don Joham fillo que fue del muy alto don Alfonso rey de Castiella por el rey don Ferrando fillo del rey don Sancho de que es procurador e ha especial mandamiento adaqueste de la otra sobre guerras e discordias que son estadas luengamente e aun son entree los ditos reyes don Ferrando e don Alfonso comprometierom es a saber el dito rey don Alfonso per su part en el muy alto don Jayme rey de Aragon e el dito infante don Joham procurador do sobredito en el muy alto don Dionis rey de Portugal assi como en arbitrades e amigables componedores prome-

tientes en su buena fe e verdat a mi dito notario que qualquiere cosa que los ditos reyes arbitradores sobre las dichas cosas diran e ordenaran e mandaran e jugaran daqui ala fiesta de Sancta Maria meytad de agosto primera viniente e los ditos reyes don Ferrando e don Alfonso lo tendran e compliran e cataran e estaran en ellos para siempre e nunca contra verran ni contraveren lexaran nin faran en algum tiempo. E esto juraron el dito rey don Alfonso por si e el dito infante don Joham en su alma e del dito rey don Ferrando sobre libro a Cruz e los Sanctos Evangellos dellant'ellos puestos e de ellos corporalmente tayfidos. Assi empero que si el dito rey de Portugal non querria o non podia seer en aquesto que el dito rey don Ferrando pueda otro poner por su parte en logar del dito rey de Portugal que aya aquell mismo poder que dado es al dito rey de Portugal.

Feyta carta die lunes vinte dias andados del mes de abril ano Domini m° ccc° quarto. Desto son testimonias los nobles e honrados varones don Rodrigo Vispe (*sic*) de Valencia don Exemeno Vispe de Çaragoça e don Jayme seyñor de Exerida e don Jayme Peres seyñor de Sogorbe e don Pero Martinez de Luna e don Joffre abbat de Foys e don Domingo Garsia sacristan de Taraçona e don Gonçalvo Garsia conseyllero del seyñor rey de Aragon don Rodrigo arcediago de la Guardia e don Fray Gil de Sisto don Bartholomeu d'Eslava Ferrant Rodriguez d'Osorio Gutierre Dias de Cavallos Ferrand Romero chancellor del infante don Joham e Pero Gonçalvez de la camera escrivano del rey don Ferrando. E yo dicto Andreu Peres de la Cervera publico notario de Taraçona por mandamiento de los sobreditos rey don Alfonso e infante don Joham este compromis de mi propria mano escrevi e con mi signo acustumpnado lo signe e lo cerre.

Los quales sobreditos rey don Alfonso e infante don Joham fizieron poner en este compromis sus siellos pendientes. Los ditos reyes de Aragon e de Portugal ordenaron sobre las ditas cosas segunt que se segue

Nos don Jayme e don Dionis por la gracia de Dios de Aragon e de Portugal reyes arbitradores e amigables componedores segunt se contiene en la carta del compromes e attendientes toller guerras e discordias entre el muy alto rey don Ferrand e don Alfonso fijo que fue del infante don Ferrand por los quales se seguia muchos daynos e males a toda la christandat en deservicio de Dios e viendo que por la paz e la concordia se sigue mucho bien que sera a servicio de Dios por bien de paz e de concordia por el poder a nos dado en el dito compromis arbitrando dezimos ordinamos e mandamos que a don Alfonso sobredicho fijo del infante don Ferrando que fue e sea dado por heredamiento suyo e francho alodio Alvade Tormes Bejar Val de Corneja Maçanares el Algaba los Montes de la Greda de Magam la puebla de Sarria con su Alfoz e la tierra de Lemos Rebayna que es en el Axerafa la meytat de la Atunia e la Lhorra e los Molinos e la herdat de Fornichuelos que fueron de don Nuyño Ferrandes de Val de Enebro e la Ruzaffa e los Molinos de Cor-

dova e los Molinos e la ysla de Sevilla que fue de don Joham Machon. Las quales villas logares rendas sea tenido el dito rey don Ferrando livrar e livre al dito don Alfonso daqui a la fiesta de Santa Maria del mes de novienbre primero que viene o aqui ell querra con todas las rendidas que end salrran deste presente dia adellante franchos livres e quitos a fazer todas sus voluntades ell e los suyos pora siempre en parientes e en otros que sean de la seyñoria de Castiella sacado a clerigos e a yglesias e religiosos por francho alodio e herdamiento con toda jurdicion mixto e mero imperio exemptos e quitos de toda jurisdiciom subjeccion servitud e seyñorio tambien de appellacion como de qualesquieres otras cosas del dito rey don Fernando e de qualquiere outro rey e reyes de Castiella de Leon que daqui adelante seran e de qualesquiere otras personas com todas sus aldeas terminos e pertinencias con homens com mulheres de qualquiere dignidad ley o condicion sean. E si los lexare o los diere a don Ferrando su hermano que los aya don Ferrando en aquella misma manera non deserviendo al rey don Ferrando ni sus herederos. Aun dezimos ordenamos e mandamos que el dito rey don Ferrando ni los reyes de Castiella e de Leon que daqui adelante seran non fagan mal ni dayno ni fagan ni consientam ni lexen fazer al dito don Alfonso en su persona ni en sus bienes ni a su compayna ni a sus homens.

E porque aquesto sea siempre firme dezimos ordenamos e mandamos quel rey don Ferrando de en Raheñas Alharo Cervera Aotol Curiel Cabo Peñañiel. Los quales castiellos sean livrados a quatro ricos homens o cavalleros o infancions leales e conocidos e de honrados casales de la seyñoria de Castiella. Los quales tiengan los dictos castiellos daqui a xxx ayños en aquesta forma.

Que si el dicto rey don Ferrando o otro rey de Castiella e de Leon que por tiempo seran veniran contra las dictas cosas o alguna daquellas que las Rahenas sean encorridas al dito don Alfonso e a los suyos e sean jurados a ell e a los suyos. E que los dichos cavalleros fagan homenaje al dicho don Alfonso e vengan sus vassalos de renderle a el o a los suyos los dichos castiellos en los dichos casos o en alguno dellos. E si por aventura los dichos cavalleros o alguno daquellos morrieren o queran desemparrar las Rahenas que sean otro o otros puestos con semellantes dellos en logar daquel o daquellos que los tengan en aquella mesma forma e condicion dizimos aun ordenamos e mandamos que el rei don Ferrando jure e faga homenaje de complir e de tener todas las sobredichas cosas e no contravire ni fazer ni lexar venir contra aquellas o alguna daquellas. E que faga jurar los ricos (?) homens de los regnos de Castiella e los maestros de Veles e de Calatrava e del Temple e del Espital e los conceellos de las cibdades e de los honrados logares de los dichos regnos de tener e complir e fazer tener e complir e guardar todas las cosas sobredichas.

Aun dezimos ordenamos e mandamos que el dicho dom Alfonso daqui a la fiesta de Sant Martin (?) sobredicha rienda todos los logares

que el tiene de Castiella es a saber Serom e Deça e aquellos aun que son tenidos por elle es a saber Almaçan e Alcacer al rey don Ferrando o aqui ell querra por ell. E si los dichos logares d'Almaçan e d'Alcacer no se rendian por mandamiento del dicto don Alfonso que el rey don Ferrando e don Alfonso lur (*sic*) poderen cobrar los dichos logares por al dicho rey don Ferrando. Quanto al castiello e a la villa de Monte Agudo e de sus aldeas dezimos que el rey don Ferrando lo demande e lo cobre como mellor podra.

Aun dezimos ordenamos e mandamos que el dito don Alfonso lexe voz de rey de Castiella e de Leon don (*sic*) se clama rey e las armas derechas e siello de rey e por aquella voz no faga demanda ni mal ni dayno contra el rey don Ferrando ni sus regnos agora ni ningun tiempo e si contra esto venia el dicho don Alfonso que pierda las sobreditas villas logares e rendas que le avemos dito e ordenado e mandado que haya.

Aun dezimos ordenamos e mandamos que todas las gentes de qualquier estado ley o condicion fuere que querran fincar o morar en los logares que seran rendidos segunt esta nuestra ordinacion e mandamiento arbitral de la una parte e la otra que moren e finquem salvos e seguros con lurs personas e con todos lurs bienes sedientes o muebles sins ningun dayno e agraviamento que nos les sea fecho por razon de la guerra en ninguna manera ni por ninguna cosa que ellos ayan fecho ni dicho en el tienpo de la guerra ante les sea todo perdonado pera sienpre e se se querran partir de los dichos logares o vender lo suyo o dexar o comendar a otros que lo puedan fazer sin razan embargo e fazer ende toda su voluntat e facere otrossi de los logares todo lo que y oviere e adozir e trayer o levar a quales partes se querran menos de ningun embargo. E aunque todos los bienes seyentes sean vendidos de cada parte a aquellos de que son o deven seer sin ningun contrast e tardança e los cativos que son presos por razon de la guerra en qualquier manera e las Rahenas dadas por redempcionis daquellos e todo quanto por tal razon sea devido sean luego absultos e livrados del un cabo e del otro e todas Rahenas e obligaciones absueltas quitamente e francha.

Aun dezimos ordenamos e mandamos al dito rey don Ferrando e el dito don Alfonso dentro tres dias loen otorguen e aprueven personalmente e espressamente la presente ordenacion laudo e arbitrio e mandamiento e todas e cada unas cosas contenidas en ella e daquesto den cartas suyas. El qual dito ordinacion e mandamiento fueron leydos e publicados en el logar de Torrigos sitiado cerca la ciudad de Taragona sabado ocho dias andados del mes de agosto era M^a CCC^a x 1^a ij (?) que es del ayno de Nuestro Seyñor de mill trezientos e quatro (?) por mandamiento de los ditos reyes de Aragon e de Portugal en presença del infante don Joham personero e procurador especial establecido por el avandito (*sic*) rey don Ferrando por oyir esto dito ordinacion e mandamiento segun que paresce por carta del dito rey don Ferrando ende

fecha e siellada con su siello mayor colgado en ausencia del dito don Alfonso que requerido por don Gonçalvo Garsia consillero del rey de Aragon por mandamiento del dito rey de Aragon ante mi notario jusso scripto que viniesse oyr este dito no vino fueron aun presentes a esta publication testimonios los honrados padres en Jhesus Christo don Rodrigo de Valencia don Joham de Lixbona don Martin de Oscha vispos don Joham Osorio maestro de la cavallaria de Sant Yago don fray Garsia Lopes maestro de la Orden de la Cavallaria de Calatrava don Martin Peres Rodrigo de Cardona Joham Simon Domingo Garsia de Chavra sacristom de Teraçona Bernalt de Saorian Gonçalvo Garsia Rodrigo de Mutaynana arcediago de Taraçona Artal d'Azlor aleman de Gudar Pero Lopes de Padiella Ferrant Gotierrez Quexada Gutier Dias de Çavalos Lopo Garsia de Formosella Martin Fernandez de Portocarrero Alfonso Ferrandez Saaverdre (*sic*) Sancho Royz de Scalant cabrero mayor del rey de Castiella Vlasco Perez de Leiro Sthevan D'Avilla Lope Perez de Burgos e multos otros.

E luego leydo estes dicto ordenacion e mandamiento el dito infante don Joham personero e procurador del dito rey don Ferrando por poder a ell dado en la carta de la personaria e procuracion loo e aprovo aquellos presentes los testimonios desuso nominados e de todas las sobreditas cosas mandaron los ditos arbitradores la presente carta seer feyta por mi notario da yuso scripto. E a mayor firmeza los ditos reyes de Aragon e de Portugal mandaron poner y sus bollas colgadas de plono.

(*Sinal público*) Signum mei Petri Martini scriptoris dicti domini regis Aragonensis et auctoritate ejusdem notarii publici qui presens translatam cum originali suo de verbo ad verbum legitime comprobatum scribi feci die marcis iiijº idus Augusti ano Domini Nostro mº CCCº quarto et clausi.

(B. R.)

4420. XVIII, 4-22 — Instrumento que tirou Pedro Afonso como procurador de Martim Lourenço da Cunha e outros aos quais foram entregues os castelos de Vila Viçosa, de Sortelha, Celorico, Penamacor, Castel Mendo, Montemor-o-Novo, para que os tivessem fielmente até se cumprirem os pactos e as posturas feitas entre el-rei de Portugal e el-rei D. Afonso de Castela.

Deste instrumento consta um pedido de el-rei de Portugal pelo qual ele requeria que lhe fossem entregues os ditos castelos, em virtude de el-rei de Castela não ter respeitado os pactos e posturas. Coimbra, 1338, Junho, 11. — *Pergaminho. 10 folhas. Bom estado.*

En nome de Deus amen. Sabham todos como na era de mil e trezentos e seteenta e seis anos convem a saber onze dias de Junho na cidade de Coimbra en a alcaçova do muito alto e mul nobre senhor Dom

Alffonso pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve perante o honrrado Pero do Sem chamcelor moor do dicto senhor rey em presença de mim Martim Stevez publico tabelliom do dicto senhor rey en a dicta cidade de Coimbra Fernam Gonçalves Cogominho cavaleiro vassalo del rey e seu procurador que se dezia apresentou hum quaderno scripto em papel e so cada hũa folha assignaado per mão de Pero Fernandez scri-vam da camara del rey de Castela e seu notayro publico en a sa corte e em todos os seus reynos segundo en el parecia do qual quaderno o tehor atal he

¶ En el real de la ciería de sobre Leima veynte dias de agosto era de mil e trezientos e setenta e quatro anos estando el mui alto e mui noble e mucho honrado señor dom Alfonso por la gracia de Dios rey de Castiella de Leon de Toledo de Gallizia de Sevilla de Cordova de Murcia de Jahen del Algarbe e señor de Molina en las casas do el dicho señor rey pousava seyendo presente ante este dicho señor yo Pero Ferrandes escrivano de la su camera e su notairo publico en la su corte en todos los sus regnos e los testimonios que adelante som escriptos parescio y Pedro Alffonso alcayde del castiello de Villa Viciosa que es en Portugal e mostro e fis leer por mi el dicho notario tres cartas de procuraciones el tenor de las quales es este que se segue.

Sepan quantos esta procuracion vieren e leer oyrem como nos Mar-tin Lorengo de Cunha alcalde del castiello de Sortella Fernadoso de Caanbra alcalde del castiello de Celorico e Ruy Vaasquez Ribeiro alcalde del castiello de Penamacor los quales castiellos tenemos en arrehenes pera ser guardados pleitos e posturas e abenencias e firmedumbres que fueron fechas e firmadas entre el muy alto e muy noble señor dom Alfonso rey de Portugal e del Algarbe e el muy noble rey dom Alfomso de Castiella fasemos e ordenamos e estabelecemos por nostro cierto pro-curador legitimo e abondoso e como mays conplidamente puede ser e mays valer Pedro Alfonso alcayde del castiello de Villa Viciosa pera dezir al dicho señor rey de Castiella affrueenta que nos fizo el dicho señor rey de Portugal diziendo que le entregasemos los dichos castiellos porque dezia quel dicho señor rey le quebrantara le quebrantara (*sic*) los pleitos e las posturas e las abenencias que con el avya porque los dichos castiellos eram puestos en arrehenes como dicho es faziendo con-tra el guerras los quales som contenidos en un escripto del qual escripto emblamos ende mostrar el traslado por el dicho nostro procurador al dicho señor rey de Castiella fecho e signado por mano de Lourenço Martins taballom general en los regnos de Portogal e del Algarbe et damos conplido poder al dicho nostro procurador pera poder pedir res-puesta al dicho escripto al dicho señor rey de Castiella pera ser nos ciertos delo que sobre esto dixier et prometemos a aver por firme e estable pera sienpre todas las cosas e cada una dellas que por el dicho nostro procurador fuer dicho e procurado en las cosas de susodichas e en cada una dellas so obligamiento de todos nostros bienes.

Fecha em Estremoz diez dias de julio era de mil e trezientos e setenta e quatro anos.

Testigos dom Johan Lopes Fernandes señor de Ferreyra dom Garcia de Casal Estevam da Guarda Alfomso Estevanes e otros. Et yo Lorengo Martins taballom general que esta procuracion a ruego deles dichos alcaide escrevi e en ella mio signal pugi que tal es en testimonio de verdad.

Sepan quantos esta procuracion vieren e leer oyerem com nos dom frey Estevam Gonçales maestre de la Cavallaria de la Hordem de Jhesu Christo alcaide del castiello de Castiel Mendo el qual castiello nos tenemos en arrehenes pera ser ⁽¹⁾ (1 v.) guardados pleitos e posturas e abenencias e fyrmედumbres que fuerom fechos e firmados entre el muy alto e muy noble señor dom Alfonso rey de Portugal e del Algarbe e el muy alto e mucho noble señor dom Alfonso rey de Castiella fazemos e ordenamos e estabrescemos por nostro cierto procurador legitimo e abondoso como mas complidamente puede ser e mais valer Pedro Alfonso alcaide del castiello de Villa Viciosa pera dezer al dicho señor rey de Castiella affruenta que nos fizo el dicho señor rey de Portugal dizendo que le entregassemos el dicho castiello porque dizia que el dicho señor rey de Castiella le quebrantara los pleitos e posturas abenencias que con el avya por quel dicho castiello era puesto en arrehenes como dicho es faziendo contra el guerras los quales som contenidos en un escripto del qual le embiamos mostrar el traslado por el dicho nostro procurador al dicho señor rey de Castiella fecho e signado per mano de Lorengo Martins taballom general en los regnos de Portugal e del Algarbe. Et damos complido poder al dicho nostro procurador pera poder pedir respuesta del dicho escripto al dicho señor rey de Castiella pera ser nos cierto de lo que sobresto dixier. Et prometemos aaver por firme e por estable pera sienpre todas las cosas e cada una dellas que por el dicho nuestro procurador fuer dicho e procurado en las cosas de susodichas e en cada una dellas so obligamiento de todos nuestros bienes.

Fecha en Castiel Branco en los palacios de la Orden postremero dia de julio era de mil e trezientos e setenta e quatro años.

Testigos Martin Ribeiro vassallo del rey Alvaro Martins e Lopo Peres oydor del dicho maestre Vaasco Gil su escrivam Biscardo vassallo del rey e otros. Et yo Martin Jordam taballom del rey em Castiel Blanco que por mandado del dicho maestre esta procuraciom escrevy e mio signal aqui fiz que tal es.

Sepan quantos esta procuracion virem como yo Gonçalo Carvallaes alcaide del castello de Monte Mayor el Novo el qual castiello yo tengo

(1) *Tem escrito na margem inferior da primeira folha: — E eu Martim Stevez tabellion sobredito a esto presente fuy como sobredito he e fiz aqui meu signal en testemunho de verdade que tal (sinal público) he.*

en arrehenes pera ser guardados pleitos e posturas e abenencias e firmedumbres que fuerom fechas e firmadas entre el muy alto e muy noble señor dom Alfonso por la graça de Dios rey de Portugal e del Algarbe e el muy noble rey de Castiella fago e horden o estableço por mio cierto procurador legitimo e abondoso como may conplidamente puede ser e mas valer Pedro Alfonso alcaide del castiello de Villa Viciosa pera dezer al dicho señor rey de Castiella affruenta que me fizo el dicho señor rey de Portugal diziendo que le entregasse el dicho castiello porque dezia que el dicho señor rey de Castiella le queblantara los pleitos posturas e abenencias que con el avya por quel dicho castiello era puesto em arrehenes como dicho es faziendo contra el guerras las quales som contenidas en un escripto del qual escripto enbio ende mostrar el traslado por el dicho mio procurador a al dicho señor rey de Castiella fecho e firmado por Lorenzo Martins tabaliom general en los regnos de Portugal e del Algarbe et do conplido poder al dicho mio procurador pera poder pedir respuesta del dicho escripto al dicho señor rey de Castiella pera ser yo cierto de lo que sobresto dixier e prometo a aver por firme e estable pera sienpre todas las cosas e cada una dellas que por el dicho nostro procurador fuer dicho e procurado en las cosas sobredichas e en cada una dellas so obligamiento de todos mios bienes.

Fecha en Stremos en los palacios del dicho señor rey rey (*sic*) vyente e hum dia de julio era de mil e trezientos e (1) (2) setenta e quatro anos.

Testigos Lopo Fernandes señor de Ferreira Ruy Garcia de casal Pedro do Sem Alfonso Estevens et yo Lorenzo Martins tabaliom general que esta procuraciom a ruego del dicho Gonçalo Carvallaes escrevy e en el mio signal puse que tal es en testimonio de verdade.

Las quales cartas de procuraciones leidas el dicho Pedro Alfonso mostro el dicho rey un estromento escripto en pergamino que parescia ser signado del signo de Lorenzo Martins tabelliom general en el regno de Portugal e el teor del qual es este que se sigue

Sepam quantos este estromento vierem como en la era de mil e trezientos e setenta e quatro anos diez e seys dias de julio en la villa de Estremos en los palacios del muy alto e muy noble señor dom Alfonso por la graça de Dios rey de Portugal e del Algarbe estando y presente el dicho señor rey presente yo Lorenzo Martins tabaliom general en los dichos sus regnos e de los testigos adelante escriptos presentes otrossey mestre Lorenzo de Cunha alcaide del castiello de Sortella Ruy Vasques Ribeiro alcaide del castiello de Penamacor Ferrnand Alfonso de Caanbra alcaide del castiello de Celorico e Pedro Alfonso alcaide des castiello

(1) *Tem escrito na margem inferior:*

E eu Martim Steves tabelliom sobredito a esto presente fui como sobredito he e meu signal aqui fiz que tal he (*signal público*) en testimonho de verdade.

de Villa Viciossa el dicho señor rey dixo a los dichos alcaydes que bien sabien ellos e eram ciertos por que manera e com quales condiciones tenian los dichos castiellos en arrehenes por razon de los pleitos posturas abenencias firmedumbres que entre el e el rey de Castiella avya contra los quales pleitos posturas abenencias e firmedumbres dizia el dicho señor rey de Portugal que el dicho rey de Castiella yva e las quebrantara et por ende les pedia que pues le el dicho rey quebrantara los dichos pleitos posturas e abenencias que le diessem e entregassem los dichos sus castiellos. Et los dichos alcaldes le dixierom e pidierom que les dixiessem que guerras fuerom aquellas que le el rey de Castiella fiziera por que dizia que le quebrantara los dichos pleitos e posturas e que ellos que lo verian que averian sobre ello conseio e fariam todo aquello que entendiessem que por sus verdades fuessem guardadas. Et entonce el dicho señor rey mando leer un escripto en que se contenya las dichas guerras del qual escripto el tenor de vervo a viervo (*sic*) a tal es

Esto es lo que el rey de Portugal diz en que el rey de Castiella le erro contra el pleito e amor que entre ellos es puesto e firmado e contra las buenas obras que le ha fechas

¶ Primeramiente dis el rey de Portugal que amando el al rey de Castiella verdaderamente e faziendole obras de verdadero amigo seyendo el de tal hedat que nom avia tiempo de reger la su terra ni poner en recado algunas cosas que se hy fazia assy como em aquello que recrecio entre los de Badajos e los de Yelvas en dias del rey dom Denys que vyno el fecho a passo por aquello que el y mandava fazer que los de Badajos fincarom em tamaño daño que fuera assas grande e estraño si el rey de Portugal que agora es seyendo estonce infante lo nom parclera assy como es cierto e sabido et non solamente en esto mas depues que fue rey em algunas otras maneras en que recrecleron empieços el rey de Castiella contra la su voluntad e contra el su estado en la su terra mesma e dotras partes tambien ante de tienpo que con el tomase aquel deudo señalado que y ha como en el tienpo que el deudo se junto faziendole el rey de Portugal aver toda la herdat que fue del inffante dom Pedro de que el avya grand voluntad pera la cobrar e que le complia mucho dando por ella cambio en Portugal a dona Blanca em villas e em logares em la mas señalada comarca e mas rendable que y ha. Et otrosy faziendole despues ajudas ⁽¹⁾ (2 v.) por el mar e por la terra nom recelando costa grande de seu aver e de seus naturales que a esto embio e ni affam e ventura de sus cuerpos. Et otrosy enbiando el rey de allem mar al rey de Portugal sus menssegeyros de los mas onrrados que em la su terra avya e de que el mays fiava com sus cartas e com su cierto

(1) *Tem na margem inferior:*

E eu Martim Stevez tabellom sobredito a esto presente fuy como sobredito he e meu signal aqui fiz que tal he (*signal público*) em testemunho de verdade.

recaudo porque lo enblava rogar e affincar que quisiese con el pleyto e amor apartadamente pera ser el cierto que nom recibiesse del ni de les de la su terra daño e por esto le faria semejable pleito e seguramiento pera la su terra demas que le daria grand algo de su aver e que lo ayudaria com ciertas galeas e com ciertos cavallos contra todos los del mundo contra quales el quisiese. Et el rey de Portugal veyendo la entenciom que lo a esto movya e teniendo que si a el rey de Portugal oviesse affastado de su daño que lo entendya a passar com el rey de Castiella como a el conpria. Pero teniendo el rey de Portugal que avya en el rey de Castiella amigo verdadero pera sienpre dio pasada a esta pleitesia e no la quiso enbiando dezir al rey de Castiella esto que le el rey de alem mar enblava mover e por qual guissa assy como el sabe et porque em esto em otras cosas que mostro per obra qual voluntad tenya de lo amar e lo ajudar que seria luenga razom de se dezir todo por mehudo porque llos que esto oyerem el conoscimiento que el rey de Castiella le desto mostro e muestra e quel voluntad le sienpre tovo e las obras que le fizo e faze contra ello e contra todo aquello que a el tañe faziendo su daño e de la su terra tien por razom de contar algunos yerros que del rescebio e rescibe yendo contra el pleito e las posturas que entrellos son firmadas

Primeramente aviendo el rey de Castiella a guardar honra e estado a la reyna assí como a su muger se tañe en el pleito no es pera negar que el estado que ella devia a tener en la honra e en la pro e en la fiança e en el mostramiento de su voluntad e en querer el que los de la tierra catassen por ella e la serviessen assí como era razon e como siempre fizieron todos los que fueron de buena ventura de todo esto es el contrario e todo es tornado allur e no terria el rey de Portugal por estraño quando el su mancebia quisiesse fazer con aquella muger con que la el faz o con otra de lo fazer ni otrosí ternia por sin razon de le fazer merced e bien como cabia en tal razon como esta e como fizieron aquellos a que esto avino mas de qual gissa esto passa e se faz fuera de razon e de manera esto tan estraño es quanto se no puede dezir por palabra nen solamente en fazer a la reyna fazer tal vida e tal passada qual passa e qual es avulgada por el mundo de que el non toma recelo ni verguença de Dios ni de los omens mas aun en el poder e en la onrra e en la fiança que muestra aaquella muger con que bive. Et otrossy en no ossar ningund omen de procatar por la reyna ni servilla e estes pocos que com ella biven entienden que tien los cuerpos a ocasion de muerte assí como se mostro em alguns a que el tiro los officios que della tenian e la desanpararon e se fueron. Et los otros que lo non quisieron tener daquella parte en que el tien la voluntad luego les mostro fiança e merced e los tovo e tien por suyos pero que el rey de Portugal es cierto que aquestos mesmos que esta bos agora tienen mas compir a el voluntad e por fazer su pro en lo de lugo (*sic*) que por lo entender por razon que estes mesmos razonan entre sy e dizen en otras partes que es contra

Dios e contra razon recelando que de Dios e del rey mesmo o de allur les ha de venir daño por como esto passa. Et veyendo algunas maneras estrañas que ha tiempo que passaron e sabiendo otras que esto dieron en passo desse fazer de las quales fuerom e som muchas nom som pera callar estas que se diran.

¶ Sabida cosa es que seyendo el rey de Castiella en Burgos este dya de Santiago que agora vien avra quatro años e faziendo festa de su coronacion fue fablado e acertado de coronar consigo Leonor Nunes e de la tomar por muger estado esto en punto cierto pera se fazer assy quiso Dios que sovo estonces a saber como la reyna estava preñada e por esto ovieron razon aquellos bonos que se estonce y acertasen de partir este fecho porque sabydo es que desto fue estonce e es fama publica. Et pera se non poder negar que non fue assy cierto es que vestido estava el rey pera se coronar e la reyna non sabya daquello estando lo al certado et non solamente fue esto sabido en Castiella mas bien aca em Portugal e en las otras partes assy lo ovieron por cierto. Et otrossy al tiempo que se acerto em Toro muerte del infante dom Ferrnando ⁽¹⁾ (3) su fijo del rey de Castiella e de la reyna dona Maria su muger de la venyda que el vino de Gibraltar e estando en Sevilla fue estonce y movydo e fallado por los omens bonos de los meliores que estonce y eram de como el rey fablava e certava con algunos que fezessem omenaje a dom Pedro su fijo e de Leonor Nunes assy como fijo herdero et si non fuera por algunos bonos que tenian esto por estraño y que lo contradixieron porque fue estonce fecho muy grand alborogo en la villa de Sevilla en punto estava el fecho de se dezir avulgadamente e desse fazer. La otra razon es que ni solamente dio e da grande parte de los castiellos e de las fortalezas desa terra a los figo de aquella muger com que bive e a ella otrossi faziendole fazer dellos omenajes apartados como de su herdat (?) propia em deseredamiento del infante su fijo e nom tam solamente de lo que es de la corona del reyno mas aun en la villa de Ledesma que la reyna avya pera su mantenimiento que gela tollio e la dio a un su fijo e de Leonor Nunes. Et otrossy tomando a los omens bonos de la tierra e a los prelados los lugares de las villas que ham e ovierom sienpre exentamente de que los fuerza e dessereda e todo es com voluntad que muestra para herdar e apoderar aquella muger e sus fijos e enbaxamiento del estado de la reyna e en deredamiento e desapoderamiento del infante su fijo.

Et otrossy ende enblava a la corte cometer de aver despensacion de legitimacion pera los fijos e qual esta razom es e quam desvairada los omens lu pueden entender et por esto non ha agora por que se mas declare. Et otrossy en aquello que agora fas a dom Joham fijo del

(1) *Tem na margem inferior:*

E eu Martim Stevez tabelliom sobredito a esto presente fuy como dicto he e meu signal aqui fiz que tal he (*signal público*) en testimonho de verdade.

infante dom Manuel poniendo le torva e embargo en la venida que avya de fazer com dona Contança su fija que avya de aduzir pera fecho de casamiento del infante dom Pedro fijo del rey de Portugal. Et otrossy em hir cercar a dom Joham Nunes a Clete (?) porque sabya que avya de venyr a estas bodas pera fazer hy servcio e onrra al rey de Portugal cuyo vassallo es. Et sabydo es que estes omens fasta agora passarom con el por otra guissa e bien se muestra que le fas por lo del rey de Portugal ca cierto es que cada uno dellos avya com el su manera acertada pera nom rescebir del daño trayendo el a cada uno dellos muchas pleytessias de mostramiento de grand su pro pera los aver contra el ende (?) bando de aquella muger que lo tien en su poder e en desfazimiento del estado de la reyna su muger e del infante su fijo pera le consentir la vida e la passada que fas et porque lo ellos non quisierom caber se movio a esto e estremadamiente en esto que agora fas a dom Joham Nunes de que se nunca ante trabajo del fazer daño por quel mostrase lo quel agora muestra antes avya con el suas posturas fasta tiempo cierto a quel nom feziesse mal. Et des que sopo que fincara por vassallo del rey de Portugal teniendo que por affincamiento de primia (?) lo avya de aver contra el por la manera que dicha es pues lo por otras pleytessias nom pudo aver por esto se movio a le fazer esto des y teniendo que esto fecho en razon de casamiento del infante su fijo que tambien por esto como por lo al que mando fazer que ay de dar torva e embargo quanto el pudier mostrando quel pessa desto e de toda cosa que a el e al infante su fijo fuer onrra e pro segundo se muestra por voluntad e por fecho et como quier que el en su dezir diga que dom Joham e dom Joham Nunes som sus enemigos e que le fezierom daño en la tierra cierto e sabydo es que la estranidad que el ha dellos por lo que el ha começado contra ellos es ca en la parte de la razom de dom Joham fijo del infante dom Manel (*sic*) sabydo el las razom por que recrecio y el daño que se fizo enpero que el diz que por el rey de Portugal perdio dom Joham casamiento com ela reyna su fija el contrario es desto la verdad ca ya el dexado avya su fija de dom Joham e quisiera contra el fazer lo que los omens sabem quando el enbio mover al rey de Portugal aquel casamiento que se fizo affincando lo mucho entendiendo que le conpria mucho de tomar con el este deudo por la proes que se le ende seguerom que som tantas que sería luengo de contar. Et otrossy en la parte de don Joham Nunes cierto e sabydo es que por la herdat que le tien forçada e de que lo tien deseredado que Dios a los sus fijos por esto recrecio (1) (3 v.) entre ellos aquello que se fasta agora fizo. Et por esto e por otras cosas que som muchas e muy desvariadas en fecho e en dicho e en mostramiento de voluntad tien el rey de Por-

(1) *Tem na margem inferior:*

E eu Martim Stevez tabelliom sobredito a esto presente fuy como sobredito he e meu signal aqui fiz que tal he (*signal público*) en testemoinho de verdade.

togal e es cierto que el rey de Castiella le fue e va contra el pleito e las posturas que entre ellos ha. El qual scripto assi mostrado e leydo los sobreditos alcaýdes pedieeron ende el traslado pera lo ver e aver sobrel consejo como dicho es. Et el dicho señor rey gelo mando dar.

Fecho en la dicha era mes e día e logar sobredichos. Testigos don Juan Lope Fernandes señor de Ferreira Roy García de Casal Estevam da Guarda Alfonso Steves e otros. Et yo Lorenço Martins tabellion sobredicho que a estas cosas de susodichas com los dichos testimonios presente fui e este stormento por mandado del dicho señor rey com mi mano screvi e nel pusi mio signal que tal he en testimonho de verdad.

Et el dicho instrumento leydo el sobredicho señor rey de Castiella e de Leon mostro e fizo leer por mi el dicho notario un scripto de respuesta el tenor del qual es este que se sigue.

Esto es lo que el rey de Castiella diz a las cosas que el rey de Portugal embio dezir por su escripto a Martin Lorenço de Cunha alcaide del castiello de Sortella e Ferrnandoso de Caamba alcaide de Çolorico e Roy Vasquez Ribeiro alcaýde del castiello de Penamocor e a dom frey Estevam Gonçalves maestre de la Cavallaria de la Ordem de Jhesu Christo alcaýde del castiello de Castiel Mendo e Gonçalo Carvalales alcaýde del castiello de Montemayor el Novo e Pedro Alfomso alcaýde del Castiello de Villa Viciosa em que dis que fue el rey contra el pleito e amor que entre ellos era poesto e contra las bonas obras que el dis que le fizo e le a fechas.

¶ A lo que diz de lo que fizo por la contienda que era entre los de Badajos e los de Yelvas quando el rey de Castiella era menor de hidat verdat fue que el que fizo hy bien pero el fazy a lo aguisado ca tales eram los deudos que de so uno avya que por dos concejos de cada unos de los regnos ser entre sy de parados e aver contienda sobre sus terminos avya rezom de lo asesegar ante que por el yerro de los dexar crecer entre los regnos deparamiento e mal.

¶ A lo que diz en razon de la herdat que fue del infante dom Pedro bien sabe el rey de Portugal que en las posturas que entrellos anbos fuerom en tiempo que movierom el casamiento de dona Blanca e del infante dom Pedro su fijo que el rey de Castiella queriendo la herdat que dona Blanca avya en su señorio que el rey de Portugal fuesse tenido de dar a dona Blanca pues yva cassar con el infante dom Pedro su fijo camio de herdat en Portugal en entrega de cuento e medio que avya a dar al rey de Castiella en casamiento com la reyna su fija. Et de tal obra com esta e desta guisa fecha todo homem la faría a otro pues era postura e devida como era esta.

¶ A lo que diz de las avidas quel fizo por mar e por terra verdat fue quel enbio galeas por mar el año que el rey gano la villa de Olvera e otros tres castiellos de moros. Et estando el su almirante e ellos esperando la flota del rey de alem mar que avya de venyr a pelear com ellos el su almirante e los que veniam con ellos sus galeas fueromse dende

e nom los quisierom atender. Et luego otro dya el almyrante del rey de Castiella e com la su flota que tenya peleo com los moros de la flota del rey de allem mar e loado a Dios venciolos sim su ayuda. Otrossy verdat es que el año que el rey de Castiella fue sobre Teba que el rey de Portugal que embio gentes de cavallo e el maestre de Cristo com ellos em ayuda del rey e teniendo cercada la dicha villa venieromse los del rey de Portugal diziendo que el rey de Portugal embiava por ellos. Otrossy quando los moros cercarom a Gibraltar embio el rey de Castiella rogar al rey de Portugal que enbiasse hy sus galeas em ayuda de la sa flota porque era el inverno fuerte e nom se podia acorrer por tierra que la terra es tal et el rey de Portugal embio hy galeas e estovierom y con la su flota muy poco tienpo e venieromse e fizo la su flota ala. Et quando el rey de Castiella fue alla pera le acorrer fillo que eram tornados dias avien. Pero cavalleros bonos ⁽¹⁾ (4) de Portugal que yvan com ellos aviendo vergueña desto e por fazer aguissado e conociendo la naturaleza que avyam com el rey de Castiella fuerom em Sevilla e entrarom con el alla. Et diz el rey de Castiella que porque el rey de Portugal se alaba de ajudas quel fizo enbya el contar a los dichos alcaides las ayudas que les fuerom e como lo el passo sim ellos ca esta es la verdat que desta guisa passo e nom dotra.

¶ A lo que diz del pleito del rey de allem mar quel embio cometer bien sabe el rey de Portugal que tenuto era el de nom fazer pleito con el reey de alem mar ni com otro rey de moros que contra christianos fuesse e que lo avya aguardar lo uno como christiano lo otro porque el rey de allem mar avya guerra com el rey de Castiella et el e el rey de Portugal eram amigos por postura e por grandes deudos que ham como todo el mundo sabe. Et qual el rey de Castiella amor e abenencia quisera o quisiese com el rey de allem mar con rey del mundo nom la queria el rey de allem mar tanto porque ele (?) el rey de Castiella aquel de que mayor ayuda podya venir a mayor daño que de otro mas nunca la con el quiso aver. Et quando em estas cosas sobredichas quando bien fuere catado mayor pro e guarda fizo el rey de Portugal assy que el rey de Castiella en ello porque sabe el e todo el mundo que a cada unos destes fechos podra el rey de Castiella dar salya e consejo com la merced de Dios.

¶ A lo que diz que fue contra las posturas que entrellos som puestas primeramente em que diz que pusiera guardar onra e estado a la reyna a assy como a su muger e desto que era el contrario por muchas maneras que all cuenta em su escripto.

¶ A esto diz el rey de Castiella que el contrario desto es la verdat ca el guardo e guarda muy bien e complidamente estado e onrra de la

(1) *Tem na margem inferior:*

E eu Martim Stevez tabelliom sobredito a esto presente fuy como sobredito he e meu signal aquí fiz que tal he (*signal público*) en testemunho de verdade

reyna primeramente en quel dio muchas bonas villas e muchos bonos castiellos e muchas bonas rentas em que se mantoviesse muy onrradamente e mucho abomdadamente como lo faz que nunca tanto ovo reyna em Castiella fasta el dya de oy ni a reyna dona Maria su avuela que ovo muy grande logar e muy grande poder em la casa de Castiella e fizo muchos merecimientos e bonos pera ela ser mucho herdada em Castiella lo primero por ser muger del rey dom Sancho com quele a ella fue muy bien et despues por criança (?) que fizo en el rey dom Fernando su padre a grande affam e grande coidando (*sic*) que passo por el en los sus meesteres. Et otrossy en la su criança del rey mesmo e por le guardar su tierra e su estado nunca tanto pudo aver de herdat ni de renta en Castiella como el rey de Castiella a dado a esta reyna su muger e porque ella mantien oy mayor casa e mayor fazienda que nunca mantovo reyna que fuesse em Castiella. Et en la onrra e en el estado la sirven e la onrram como es aguisado et esta es verdat manifiesta e nom al. Et a lo que el rey de Portugal diz de la otra manera diz el rey de Castiella que esto nom era en la postura ni le faze nel yerro ninguno e que avya mucho escusado de fablar en este fecho ni por el tam solamente esto tal. Et a lo que diz que al tiempo que el rey de Castiella se coronó em Burgos este Santiago ovo quatro años que tovo fablado de nom coronar a la reyna salvo porque sopo que la reyna era preñada e que esto era sabydo e manyfesto porque aquel dya estava el rey de Castiella vestido pera se coronar e ella nom lo sabia. A esto dize el rey de Castiella que quando el ordeno a ante de aquello de se coronar que la reyna que fue en el acuerdo e que todos sus gulsamientos quantos conplia tovo fechos pera aquel dya et como lo e tovo ⁽¹⁾ ($\frac{1}{4}$ v.) en coraçom de dar a ella su onrra assy lo fizo entendiendo muy bien el rey de Castiella qual era su onrra en este logar e assy lo vieron cavalleros de Portugal que se hy acaescierom entonce que assy passo verdaderamente e nunca fue nada de lo que el rey de Portugal diz. Et tien el rey de Castiella que el rey de Portugal devyera escusar de dezer tal razon que faria el tal merced ca pera catar el lo aguissado e qual es mas su onrra non tien el que gelo tambien cuydaria el rey de Portugal como se lo el entiende. A lo que diz el rey de Portugal que quando el rey de Castiella vyno de Gibraltar e seyendo em Sevilla por razom que finara entonce el infante dom Ferrnando su fijo que fuera fablado e sabydo que el rey de Castiella tratava com alguns que fiziessem omenajem a dom Pedro su fijo e lo recebiesse por herdero si nom fuera por alguns que lo contradixierom. A esto diz el rey de Castiella que a tam poco al rey de Portugal de assacar lo que nunca fue fablado ni cuydado ni es el rey de Castiella tal que tal cosa

(1) *Tem na margem inferior:*

E eu Martim Stevez tabelliom sobredito a esto presente fuy como sobredito he e meu signal aqui fiz que tal he (*signal público*) en testemoinho das dictas cousas.

feziesse ni coydassee ni podera em del mundo dezer que verdat dixiesse que nunca tal cosa feziesse ni cuydassee ni podera ser que nunca tal razom fue cuydada ni asinada ni fablada como esta ca bien entliende el rey de Castiella que es lo que a de guarda em esto. A lo que el rey de Portugal que el rey de Castiella dio villas e castiellos a sus fijos en abaxamiento del estado de la reyna e en desseredamiento e desapoderamiento del infante su fijo esto diz el rey de Castiella que bien sabe el rey de Portugal que sienpre los reys de Castiella e de Leom herdarom los sus vassallos e los sus naturales por se servir mejor delos. Et el que heredo sus fijos assy como a sus vassallos e sus naturales del e del infante su fijo assy como fezierom otros reys a los fijos que ovierom en la casa de Castiella e de Leom e de Aragon e de Portugal assy como el sabe e que los heredo de villas e de castiellos e de logares que el heredo e gano del infante dom Pedro e del infante dom Felipe sus tyos e de dom Sancho de Ledesma e de la reyna dona Maria e dotros de que los el ovo e heredo com derecho razom. Et que por ellos e por los lugares e castiellos que aviam rescebierom al infante por señor e por heredero e le fezierom omenaje assy como los otros de la terra. Et assy aguardo e aguarda el muy bien e muy complidamente estado de la reyna e del infante e muy mejor que lo el guarda en lo que diz e faze. A lo que diz el rey de Portugal de lo de Ledesma que como a la reyna a a esto (*sic*) dize el rey de Castiella que Ledesma nom gela avya dada ni avya el señorío della mas que avya los derechos dela e quel dyo por ella la villa de Aellon com sus aldeas e com el señorío della que es de muy mayor renta et le dio el Algaba de Sevilla que rende sessenta mill maravedis. Et porque el heredo a Ledesma de dom Sancho que la dyo a dom Sancho su fijo. A lo que diz que el rey de Castiella que toma a los omens bonos de la terra e a los prelados las villas e los castiellos que an e ovierom sienpre exentamente por fuerça e los dessereda. A esto diz el rey de Castiella que el nom desereda a omem bono de su terra ni a prelado ni a otro ninguno ni podera ninguno del su señorío querellar esto ni lo dezir otro ninguno que com verdat fuesse ca esto que el rey de Poortogal dize es mas com voluntad de lo assacar e a poner mala fama por acarretar le daño sy el pudiesse. Demas de lo que el rey de Castiella feziesse en ell su regno avya muy poco el rey de Portugal de fablar en ello que sy el rey de Castiella falasse que era razom de reprehender un rey a otro de lo que faze en su regno quando a esto quisiesse tornar bien fablaria en quel reprende en lo que el fizlera contra algunos de su linaje nom a mucho tiempo.

I A lo que diz de lo que el rey de Castiella faze a dom Joham fijo del infante dom Manuel e a dom Joham Nunes en que diz que puso embargo a dona Costança su fija que la nom llevasse a Portugal pera cassar com el infante dom Pedro su fijo. Et otrossy que puso embargo

a dom Joham Nunes que avya de yr alas ⁽¹⁾ (5) bodas pera fazer servicio al rey de Portugal cuyo vassallo diz que es. A esto diz el rey de Castiella que esto es el contrario de la verdat que quando dom Joham fijo del infante dom Manuel le enbio dezir que la queria levar a sua fija pera la cassar a Portugal e quel mandasse por qual parte la levasse el rey quel respondio que le plazya que la levasse e poro el quisiesse. Et en la levada della nol pusso el embargo ni gelo mando poner. Et si dize que por la estada que estudieron los maestros en su terra cabo de la terra de dom Joham la dexo de levar que elles nom estodierom alli por poner en esto embargo ninguno mas por deffender la terra que sabya el rey que avya dom Joham postura de ajudar a dom Joham Nunes assy como lo fizo despues por la postura que de consuno aviom. Et en lo de dom Joham Nunes que diz que el es contra el porque es su vassallo. A esto diz que nunca el sopo que era su vassallo fasta agora ni lo oyo dezir ante era vassallo del rey de Castiella e tenya del terra e dineros e era su alffieres e nunca se del espedio fasta despues que lo tovo cercado en Lerma. Et el rey de Castiella ovo a ser contra el nom lo pudiendo escussar por le estrañar muchos males e daños e yerros que el e los suyos fazyam en la terra e por fazer derecho a los querelossos que del tomarom daño como es tenido de lo fazer por el estado de la justica que ha de mantener assy como rey e señor. Et quanto en lo de dom Joham fijo del infante dom Manuel fasta el dya de oy nunca le el fizo mal nen daño ni fue contra el ante le suffrio por le dar logar en la su merced suffriendo muchos males yerros e desaguisados que le el ha fecho assy como el rey de Portugal sabe et de mas agora nom le faziendo porque ni seyendo contra el ante seyendo su vassallo e teniendo del muy grand terra e seyendo su adelantado de la frontera e del regno de Murcia se espedio del e le desserve e es en ajuda de dom Joham Nunes razonando e deziendo que lo fazia con consejo e con esffuerço del rey de Portugal et en estrañar al rey a dom Joham e dom Joham a otros qualesquier del su regno e sus naturales el desconoscimiento que le fazem que es mayor razom e mas aguisada e mas derecha que nom mostrasse se el rey de Portugal por bando dellos en tener su boz ni avya razom el rey de Portugal de fablar en esto ni de lo estrañar tam poco como el fablaria e estrañaria lo que el fiziesse en castigo a los de la su terra que le herrassem. Et diz aqui el rey de Castiella mas que el rey de Portugal da a entender por este escripto en sus razones que el que siente de la fazienda del infante su nieto. Et por la obra faz el contrario. Et si su voluntad es del amar e de querer su pro nom avya el a tomar bos ni bando deles que mal fazem en la terra ni avya en el a fablar esffuerço. E a el non le podera el fazer tam mala obra en cosa del mundo como

(1) Tem na margem inferior:

E eu Martim Stevez tabelliom sobredito a esto presente fuy como sobredito he e meu signal aqui fiz que tal he (sinal público) em testemunho de verdat.

los estragadores de la terra e del regno quel a a heredar fablar en el consejo e ainda lo que el rey de Castiella es tal que com la merced de Dios gelo acalonarom a los que lo fazem e guardara la su terra pera sy e pera su fijo que avia mas verdaderamente que nom el rey de Portugal. E a lo que diz el rey de Portugal que ante que fuesse fablado el casamiento com el rey de Castiella avia ja el rey dexada fija de dom Joham e era contra el. A esto diz el rey de Castiella que ante fue fablado el casamiento de su fija com el rey de Castiella que lo de la fija de dom Joham que bien sabe el que a la reyna dona Maria su avuela fue cometido et el infante dom Felipe e a dom Joham fijo del infante dom Joham que eram sus tutores despues que fino la reyna dona Maria. Et que sobresto se vio la reyna dona Beatris com el infante dom Felipe em Yelvas e que a el mesmo fue enblado dezir estando en Valladolid seyendo menor de hidat et que sobe muy biem el rey de Portugal que era pleitos desto Pero Roys de Villiegas. Et despues que Alvar (*sic*) Nunes ovo de ver su fazienda porque fablo que este pleito andava affincado et por affincamiento que le dello fue fecho da parte de Portugal como el rey e la reyna sabem le consejo dexar fija de dom Joham et por que la dexo dom Joham espediosse del e fizole guerra. Et el ovo a ser contra el e cercarle los sus logares ⁽¹⁾ (5 v.) e quando el casamiento del rey com la reyna fija del rey de Portugal se ovo affirmar el rey de Portugal saco ende grande pro e onrra como el sabe en las posturas que de consuno ovieron segundo las maneras que ante desto entrellos avya et per estas razoens diz el rey de Castiella que el nom fue contra las posturas e abenencias que em uno avyam el rey de Castiella e el rey de Portugal ¶ mas ante diz el rey de Castiella que el rey le fue e va contra las posturas e abenencias que em uno avyam por muchas razoens que el mostrara em su tempo e em su logar et senaladamente por algunas que todos veem manifestamente

¶ La una es que como ellos oviessem posturas entre sy de ser amigos de amigos e enemigos de henemigos que seyendo dom Joham Nunes e dom Joham fijo del infante dom Manuel a su desservicio e trabajando se de le servir tiempo ha ovierom fallas e posturas e abenencias com el rey de Portugal contra el rey de Castiella porque parece manifestamente que por la vos e por la ayuda e por lo esffuerço que del toman le desservem agora ellos et sabiendo el que le desservem ellos razona el por ellos e fabra em su ayuda como por este escripto parece e por las obras quel fas mayormiente que dom Joham fijo del infante dom Manuel que metio moros em la terra que tem consigo que correm la terra e ponem fuego en ella e quebrantam las yglesias e las imagens que estan en ellas e fazem otras desonrras em dunuesto de la fe de los christianos e por esto

(1) *Tem na margem inferior:*

E eu Martim Stevez tabellhom sobredito a esto presente fuy como sobredito he e meu signal aqui fiz que tal he (*signal público*) en testemoinho de verdat.

puede veer e entender todo el mundo quam grande yerro el rey de Portugal fas et sabe muy el rey de Portugal e manifesto es a todos que sy dom Joham fijo del infante dom Manuel fue e es a desservicio del rey que fue por el por el (*sic*) deudo que el rey de Castiella tomo con el rey de Portugal por que tenya el carga de guardar esto quando nom ovyesse otras posturas entrellos.

¶ La otra razom em que el rey de Portugal fue e va contra las posturas e abenencias que som entrellos es que enbio el rey de Portugal cartas allas cibdades e villas del señorio del rey de Castiella diziendo contra el muchas cosas que fazya las quales nom som verdat em que lo enffama por le poner em malquerencia de las gentes por le meter bollicio e escandalo em la su terra

¶ La otra razom em que el rey de Portugal va contra las posturas e abenencias que som entrellos que enbio sus cartas a cada una de las villas e logares que estan em fialdat por omenajes por guardar las posturas e abenencias que som entrellos em que les enbiava dezir a cada unos dellos muchas razoens contra el por le enffamar que nom era assy faziendoles entender que eram quites del omenaje que fizierom por esta razom como palabras enganosas que les enbiava dezir e que nom eram assy como por las otras que les em esta razom enbio parescer et assy por estas razons que som luego manifestas e por otras que hy a las villas e castiellos del señorio del rey de le (*sic*) Castiella sem quites del omenaje et las villas e castiellos que som del señorio del rey de Portugal som tenudas a guardar lomenage que em esta razom fizierom al rey de Castiella e a tenerse con el desto todo em como passo el dicho Pedro Alffonso por si e em nombre de los dichos alcaides cuyo procurador es pedio a mi Pedro Fernandes escrivano e notario sobredicho que gelo diesse signado com mio signo.

Testigos que estiveram presentes Martim Fernandes de Portocarrero mayordomo mayor de dom Pedro fijo del rey Garcia Laso de la Vega justicia mayor em casa del rey mayordomo mayor de dom Sancho fijo del rey Ferrnand Sanches de Velasco Joham Alfonso de Benavides portero mayor de terra de Leom Sancho Sanches de Rojas Bollon mayor del rey Ferrand Sanches de Valladolid notario mayor de Castiella Garcia Fernandes de Toledo guarda del rey Ferrnand Rodrigues camarero del rey Gonçalo Martins despenseiro mayor del rey Meem Lopes portero mayor de la reyna. Et yo Pedro Fernandes scrivam e notario sobredicho foy presente ante el dicho senhor rey de Castiella com los testemoinhos sobredichos e por mandado del dicho señor e de pedimento del dicho Pedro ⁽¹⁾ (6) Alffonso fiz screver este publico scripto en este quaderno e signelo em cada plana e fiz aqui mio signo em testemoiño.

(1) *Tem na margem inferior:*

E eu Martim Stevez tabelliom sobredicto a esto presente fuy como sobredicto he e meu signal aqui fiz que tal (*signal público*) em testemoinho de verdade.

¶ O qual quaderno presentado o sobredito Fernam Gonçalves disse que o entendya de enviar a outras logares e que porque era em papel que se temya de se perder per fogo ou per agua ou per traça ou per contronpimento de mures ou doutro cajo que poderia recrecer de guissa que a memoria del nom ficaria em sa firmidoe e pedy a ao dicto chanceler que desse a mim dicto tabelliom sa octoridade que lhy tornasse o dicto quaderno em publica forma so meu signal. E o dicto chanceler visto e examinado o dicto stromento e veendo que nom era raso nem borrado nem antrelinhado nem em nenhũa outra parte de sy sospeyto segundo em el parecia deu a mim dicto tabelliom sa octoridade que lhy tornase o dicto quaderno em publica forma so meu signal. E presentes foram Affonso Miguenz Juyão Dominguez Gonçalo Vaasquez e Vicente Anes scrivãães del rey e Joham Pírez priol d'Almassa e outras testemunhas.

E eu Martim Stevez tabelliom sobredito a esto presente fuy e de mandado e octoridade do dicto Pero do Sem e a rogo do dicto Fernam Gonçalves o dicto quaderno em publica forma torney e so cada hũa lauda meu signal fiz e meu signal aqui pugy que tal (*signal público*) he en testemunho de verdade.

(B. R.)

4421. XVIII, 4-23 — Procuração (*traslado da*) do duque e comunidade de Génova, pela qual se fez paz e concórdia com el-rei D. Fernando de Portugal por causa da tomada de certos navios. 1371, Janeiro, 30. — *Pergaminho. Bom estado.*

In nomine domini amen. Magnificus et potens dominus domnus Dominicus de Campofregoso Dei gratia Januensis dux et populi defensor in presentia voluntate et consensu sui consilli duodecim ancianorum et ipsum consillum et consiliarii dicti consilli in presentia auctoritate et decreto prefacti domini ducis et quorum consiliariorum interfuit legitimus et sufficiens numerus et quorum qui interfuerunt nomina sunt hec. Nicolaus Oberti notarius prior Bavalo Faber Anthonius Dragus Obertus de Natino de Sexto Amighetus de Viviano Formaiarius Leonardus de Rosio et Brancha de Framura Peliperius absolventes se de inscriptis ad Balotollas albas et nigras et fuerunt omnes Balotolle invente albe numero undecim et obtentum fuit ut infra et in omnibus observata forma regularum comunis Janue nomine et vice comunis Janue habentes noticiam et plenam scientiam de quodam instrumento pacis facte et firmate inter illustrissimum principem et dominum Domnum Fernandum Dei gratia Portugalie et Algarbii regem ex una et nobiles et discretos viros Johannem Pezagnum et Nicolaum de Goarcho cives embaxiatores et syndicos comunis Janue ex altera parte scripto manu Valaschi Johannis tabellionis generalis anno a nativitate domini m° ccc° lxx° indicione octava die vige-

sima quinta mensis Octobris et sigillo prefacti domini regis in cera rubea et cordula serica virmilia pendente munito et ejus quidem instrumenti tenor talis erat

In nomine sancte et individue Trinitatis Patris et Filii et Spiritus Sancti et ad laudem gloriam et honorem omnipotens Dei Beate Marie semper virginis. Beatorum Johannis Batiste et Evangeliste Beatorum Apostolorum Petri et Pauli Beatorum Vincentii et Laurentii patronorum civitatum Ulixbone et Janue et Beati Georgii Vexiliferis comunis Janue et totius curie celesti Amen. Et ad bonum statum et pacificum exaltationem et gloriam illustrissimi et potentissimi domini Domini Fernandi Dei gratia regis Portugallie et Algarbii et magnifici Domini Ducis et Comunis et civitatis Janue et omnium civium ipsius et totius cristianitatis Amen. Cum per illustrissimum predictum dominum regem officiales et subditos suos capte et arrastate fuissent quedam cocha sive carracha quam patronizabat Gabriel Riclus et quedam alia navis que dicitur Polayna quam patronizabat Angelus de Marinis cum eorum mercibus argento sarcis et aliis diversis arnisiis et rebus et quedam alia vasa cum certis mercibus et dicta occasione dictus magnificus dominus Dux Januensium et comune Janue transmississent ad dictum illustrissimum dominum regem nobiles et discretos viros dominos Johannem Peçagnum et Nicolaum de Goarcho cives Januenses ambaxiatores syndicos et nuncios speciales cum litteris credentle et etiam vigore publici instrumenti sindicatus et procurationis eorum scripti manu Anthonii Panisarii notarii et comunis Janue cancellarii anno a nativitate domini M^o ccc^o Lxx^o die xxv^o Junii ejus tenor talis est

In nomine Domini Amen. Illustris et excelsus Dominus Dominus Gabriel Adurnus Dei gratia dux Januensium et populi defensor ac imperialis vicarius et suum reverendum consilium duodecim ancianorum videlicet predictus magnificus dominus dux in presentia consilio et voluntate dicti sui consilii ancianorum et dictum consilium in presentia auctoritate et decreto dicti domini ducis in quo interfuit sufficiens et legiptimus numerus ipsorum. Et quorum qui interfuerunt de consilio nomina sunt hec Angelus de Varisio Faber prior Manuel de Julliano Symon Vignosus Johannes Octavianus Grifedus de Benama Oliverius Oliverii notarius Anthonius de Ventura Lanerius Jacobus de Camhaxio de Pulcifera et Anthonius de Nuce Bambaxiarius omni jure via modo et forma quibus melius potuerunt facerunt et constituerunt eorum et comunis Janue ambaxatores syndicos et nuncios speciales nobiles et discretos viros dominos Johannem Peçagnum et Nicolaum de Goarcho ad eundem et se conferendum ad presentiam serenissimi principis et domini domini regis Portugallie et eidem recomendandum prefactos magnificum dominum ducem et suum consilium et omnes cives et districtuales Janue in universo et singulari et ad petendum et requirendum ab ipso domino rege emendam et restitutionem rerum merchum et bonorum ablatorum Januensibus et districtualibus prefacti domini ducis et comunis Janue per ipsum

dominum regem seu officiales et subdictos ipsius tam in mari quam in terra et specialiter Coche patronizate per Gabrielem Ricium et alterius Coche Angeli de Marinis et alterius navigii patronizati per Franciscum Genssales de Sibilia quod tunc navigabat ad partes Barbarie cujus navigii dimidia erat Conradi Burgari Januensis et bona in eo onerata omnia erant Januensium mercatorum. Et etiam quorumcumque aliorum navigiorum arrestatorum Januensium et districtualium et rerum et mercium que erant onerate et imposite in dictis Cochis et navigiis et qualibet earumdem et ad quitandum liberandum et absolventem prefactum illustrissimum dominum regem officiales et subdictos ipsius de receptis et recuperatis tantum predictorum bonorum et rerum ablatorum et dannorum illatorum et instrumentum pro inde quitationis confessionis et liberationis de receptis tantum faciendum cum cautellis et solemnitatibus opportunis et necessariis et habita restitutione predictorum vel inde compositione et satisfatione facta confirmandum cum dicto domino rege pacem quam sepe dicti magnificus dominus Dux et consilium et comune Janue habent cum illa corona et ad cautellam ad pacem de novo firmandum et componendum sub illis pactis modis et formis et conditionibus de quibus dictis ambaxatoribus videbitur convenire et demum ad omnia alia et singula faciendum que in predictis et circha predicta et occasione predictorum fuerint necessaria et opportuna dantes et concedentes dictis ambaxatoribus et sindicis in predictis et circha predicta plenum largum liberum et generale mandatum cum plena larga libera et generali administratione promittentes michi notario et cancelario infrascripto tanquam publice persone officio publico stipulanti et recipienti nomine et vice omnium et singulorum quorum interest intererit vel interesse poterit in futurum perpetuo habere et tenere ractum gratum et firmum omne id et totum quicquid et quantum per dictos ambaxatores et syndicos factum fuerit gestum seu etiam quomodolibet procuratum sub ypotheca et obligatione bonorum dicti comunis habitorum et habendorum.

Actum Janue in palacio novo ducali in terracia ubi consilia celebrantur anno Domini millesimo trecentesimo septuagesimo inditione vij^a secundum cursum Januensem die vicesima quinta Junii post vespervas. Presentibus testibus Raffaele de Casanova et Ricobono de Bozollo notariis et cancellariis supra scripti magnifici domini ducis ad hec vocatis et rogatis et in testimonium premissorum prefacti magnificus dominus dux et consilium mandaverunt ad cautellam presens instrumentum sindicatus sigillo comunis Janue appensione muniti. Anthonius Panizarius notarius imperiali auctoritate et comunis Janue cancellarius rogatus scripsi.

Id circo prefactus dominus rex illustris pro se gentes et districtuales suos presentes et futuros ex una parte et dicti sindici ambaxatores et procuratores dicti domini ducis et comunis Janue civium et districtualium Janue presentium et futurorum subsectorum et obedientium tantum et non rebellium forestatorum bannitorum et non obedientium ex altera. Ad infrascriptam pacem quitationem confessiones transationes et pacta per-

petuo deo previo duraturas pervenerunt de predictis et inscriptis et occasione eorum ut infra recipientes exceptioni presentium pacis quitationis confessionis transationis et pactorum ut supra et infra non factorum et non initorum rei sic ut supra et infra non geste dolli malli et quod metus causa in factum actioni conditioni sine causa vel ex injusta causa et omni alii exceptioni et juri per quod contra predicta et infrascripta posset veniri. Videlicet quia illustris dominus rex prefactus intendens magnificum dominum ducem Januensem comune Janue cives et districtuales predictos tam presentes quam futuros habere tractare et tenere amorose et care tanquam fideles benivolos et devotos suos promisit eisdem sindicis dare restituere solvere et satisfacere eisdem sindicis nomine predicto dictas Carracham navem Argentum merces arnesia alia vasa ut mercimonia omnia accepta et capta per ipsum dominum regem et gentes suas libere et ad voluntatem eorum per modum inscriptum et per tempora infrascripta.

Primo quia ut ipsi sindici confitentur habuisse et eisdem vel dictis patronis de voluntate eorum dictus dominus rex dedit et restituit vel per litteras ipsius mandavit restitui dictis Gabrieli et Angelo ipsas Carracham navem et cocham Polaynam cum suis furnimentis prout erant quando capte fuerunt. Item confitentur habuisse pro se et aliis de eorum voluntate videlicet Raffaelem de Ponzolla et Chilicum de Auria quantitates pannorum inscriptorum et rerum videlicet de Bovais pecias decem et octo.

Item de verul pecias octuaginta novem.

Item pannorum de Cotri pecias centum sexaginta et novem.

Item pannorum de Brugis pecias centum et septem.

Item pannorum de Odonarda pecias duodecim.

Item pannorum Valenciarum integras et non integras in summa pecias centum quadraginta et unam.

Item de Jalono pecias triginta et septem.

Item pannorum Guovali pecias decem computatis staperronis.

Item de Camulis pecias quinquaginta et novem.

Item pannorum de Lones pecias septem.

Item panaorum de Ipre parvorum pecias decem.

Item de Freyxonno pecias tredecim.

Item saye Irlande parvas pecias triginta quator et magnas sive duplex pecias quinque.

Item lini tonellum unum et pipas duas.

Item tellarum de spina pecias viginti. Ane duo millia centum sexaginta et novem.

Item de noyrono tellarum pecias quatuor.

Item Roce ballas decem.

Item quinquinos et leccias numero centum viginti tres.

Item panorum de tafeta vergatorum et cendadinorum vergatorum et non vergatorum pecias viginti septem salvo semper jure recti carculi.

Item idem dominus rex promisit eisdem sindicis dare et solvere et de voluntate eorum Raphaeli de Ponzolla et Chilico de Auria et cuilibet eorum in solidum semel tantum libras centum decem et octo millium sexcentas quadraginta quatuor et soldos tredecim de Ulixbona pro valore et extimatione marcharum argenti mille trecentarum nonaginta et duo unciarum quatuor et quarte unius de Ulixbona. Ad rationem de libris octuaginta quinque et quatuor soldos pro quolibet marchio. De quibus et pro quibus dicti syndici habuerunt et habent omni die laborativo libras quinque millia de Ulixbona ut ipse dominus rex mandavit a Cecha sua eisdem solvi usque ad complementum quantitatis predictae sive dictis Raphaeli et Chilico.

Item pro duodecim tacis argenti et colhariis duobus Gabrielis Ricci libras prout ascendent salvo semper jure recti carculi.

Item promisit eisdem vel predictis Raffaeli et Chilico restituere dare et solvere de Ulixbonensi (*sic*) libras infrascriptas pro extimatione et valore pannorum infrascriptorum de quibus ipse partes sunt concordēs ad rationem preciorum infrascriptorum videlicet pro peciis sexcentis viginti quinque pannorum de Bovai pro libris centum sexaginta pro qualibet pecia.

Item pro peciis de Virui quatuorcentesimo quadraginta sexta pro libris trecentesimo pro pecia.

Item pro pecia centum et septem de Tornai pro libris ducentis octuaginta pro pecia.

Item pro peciis de malignas triginta et sex pro libris quingentis pro pecia.

Item de Ilugis (?) pro peciis triginta per libras trecentas octuaginta pro pecia.

Item pro peciis centum nonaginta sexta de Valencinis pro libris centum viginti quinque pro pecia.

Item pro pannorum de Tornay pro peciis centum quadraginta novem pro libris centum nonaginta pro pecia.

Item pro panis de camune pro peciis triginta duo per libris centum sexaginta pro pecia.

Item pro pannis de Jalono pro peciis triginta una per libras ducentas quadraginta pro pecia.

Item pro Ipse magne pro peciis tredecim pro libris sex centis et decem pro pecia.

Item pro pannis de Odonanda pro pecia una pro libris ducentis quadraginta.

Item pro pannis de lones pro peciis quadraginta novem pro libris ducentis quadraginta.

Item pro pannis de Guarence (?) pro pecia una vergati per libras quatuorcentas.

Item pro says Irlandes parvis pecias sexcentas et undecim et magis quadraginta quinque que faciunt unam duas somma pecie septemcentas unam per libras quadraginta pro pecia parva.

Item pro tellis de noyrono pro peciis sex per libras centum pro pecia.

Item pro tellis de spina pro pecia quinque ane sexcentas tredecim pro libris centum et duodecim pro pecia.

Item pro velutis pro peciis quatuor duplicibus que sunt octo per libras ducentas quinquaginta pro qualibet pecia simpla.

Item pro pannis sete cendadinis taffeta et bodachinis et auri quod peciis decem et septem et dimidia per libras ducentas pro qualibet pecia una pecia cum altera computata.

Item pro rami cantaria nonaginta quinque robe duo et dimidia ad cantarium Ulixbonensem per libras centum et octo pro qualibet cantario.

Item pro bernis mille trecentis et viginti in quibus erant aliqui magni ad rationem et soldis viginti uno cum alio computato.

Item pro peciis barrilibus centum decem et octo in quibus erant triginta magne ad rationem et libras quatuordecim et solidos decem pro quolibet barrili.

Item pro conis sive majestatibus libras mille vel ipsas majestates que omnia erant in dicta Carracha et Pollayna et hoc salvo semper jure recti carculi.

Item idem dominus rex promisit et convenit elsdem sindicis dare et solvere predictis vel alteri eorum semel tantum pro pannis infrascriptis et rebus de quibus erant in differentia ad rationem preclorum supradictorum pannorum de quibus supra fit mencio et pecia infrascripta. Videlicet pro pannis de Bovay pecie xxliij.

Item de cotrai pecie undecim.

Item de liugis pecie triginta quatuor.

Item de Verui pecie quatuor.

Item de Oddonanda pecie duas.

Item de cammune pecie decem.

Item de Jalone pecie quatuor.

Item de Loues pecia una.

Item pannorum Ipre magne pecie quatuor.

Item de malignes pecie una et dimidia.

Item de Borcella rosea ponacias de grana pecia una libras mille.

Item Irlande parve pecie quinquaginta quinque.

Item bernis ducentis triginta quinque.

Item picis barrilla triginta.

Item pro peciis undecim de tapetis libras trecentas.

Item pro tellarum framengarum ane triginta sex libras centum.

Item vasorum de Valencia jarras decem et novem libras octocentas.

Item pro rami centum octo de Frandria libras septemcentas sexaginta salve semper jure recti carculi.

Item pro falchonis tribus et astūr (*sic*) uno et cum suis avariis secundum juramentum duorum framengorum in Ulixbona jurandorum vel aliorum qui scient de hoc et in arbitrio infrascriptorum Johannis Anthonii Alfonsus et Martini.

Item pro arnixiis armis et utensilibus dictorum Gabrielis et Angeli patronorum et aliorum mercatorum dictarum coche et Carrache Marmalorum et aliorum officialium ipsarum et cujuslibet earum sive pro resta eorum in arbitrio Johannis Johannis Anthonii Martini Alfonsi et Martini Taveera sive majoris partis eorum quibus per praesens instrumentum mandat quod illud arbitrentur brevius quod poterant et citius in rectis conscientiis eorum habitis informatione de predictis juramentis et aliis que habere poterunt de quibus ipsi asserebant habere debere valorem florenorum auri tres millia quatuorcentas quadraginta sex vel circa quas quantitates infrascriptas dare debet et promisit idem dominus rex dictis sindicis vel predictis Raffaeli et Chilicho vel alteri eorum ut supra de voluntate ipsorum sindicorum usque ad integram solutionem ipsarum per tempora infrascripta videlicet omni mense futuro libras quinquaginta millia Ulixbonenses.

Item promisit et convenit eisdem vel predictis ut supra restituere eisdem dictis nominibus jarras ducentas viginti quinque olei de Sybilia et lache capsias quatuor et medietatem unius vasselli Conradi de Burgaro quod patronizabat Franciscus Gonzalli de Sibilia super quod erant dictes Johannis Grilli et Anthonii de Pina et sociorum sive pro extimatione ipsorum vaxellil et rerum libras tredecim millia.

Item pro pondo uno lache Phillipi de Grimaldis Carco super uno vaxello castellanorum naulizato per placentinos capsiam unam lache robe octo el libris xliij^{elm} sive pro extimatione ipsorum libras duo millia.

Item pro tellarum de spina ballis tribus pecie quadraginta novem valere tria millia quadragenta triginta duo et pro pecia una Valentine Johannis de Rodenascho pro vella captis in rio Sibille super quadam coacha de framengis patronizata per Alnardum Cosihastum sive pro extimatione earum libras quinque millia ducentas quinquaginta et pro argento dicti Johannis Marche triginta novem uncia una et dimidia argenti de Frandria libras duo millia sexcentas. Et pro ferro Johannis Belmonde et sociorum quantaris centum viginti quinque in virgis centum quinquaginta tribus libras dua millia quingentas in dicta coacha salvo semper jure recti carculli.

Item similiter idem dominus rex promisit restituere eisdem vel predictis ut supra vel mercatoribus infrascriptis tres quartas partes ejusdam navilli nuper accepti in Rio Sibille per dominum armiratum dicti domini regis quod erat Johannis Laercarii et Raubam e merces Januensium que erant in dicto navillio et in duobus aliis navillis castellanorum que merces et rauba sunt Juliani de Romeo Raphaelis imperialis Luchini et Johannis de Mari Benedicti Conte Nicolai Dentuti Manfredi de Marmis et aliorum Januensium et omnia alia navilla que usque hodie capta inve-

nirentur et bona merces et res quorumcunque Januensium et quecunque alia que in futurum quod absit capi seu arrestari contingeret per dictum dominum regem vel gentes suas seu mandato eorum vel valorem eorum dummodo non sint cives et habitatores terrarum quas modo detinet dominus Enricus.

Item dummodo non sint ad suum solum seu stipendium.

Item dummodo non dent auxilium consilium vel favorem eidem domno Enrico videlicet in portanto eidem arma seu alia in favorem guerre modo vigentis inter eos. Et ultra ex causis predictis et pro infrascriptis deinceps ullo tempore non capere nec arrastare nec detinere per se nec gentes suas nec officiales suos in habere vel personis vel aliquo modo in aliqua parte mundi aliquos Januenses seu districtuales dicti domini ducis et comunis Janue nec impediendi consentire nec dare auxilium consilium vel favorem eisdem nec dantes et facientes receptare in aliqua parte sui regni et districtus ymmo de talibus faceret jus et rationem dictis Januensibus. Acto quod si casus acciderit quod dictus dominus rex daret et quolibet marchio argenti civibus suis vel aliis personis ultra de libris octuaginta et quinque et soldis quatuor pro quolibet marchio argenti quod pro racta et ad eandem rationem augmenti quod fieret dicta solutio pro eo quod restaret fieri debeat pro illo pluri et totiens quociens mutaretur et e converso si minus dictus dominus rex daret quia melloraret suam monetam quod ei liceat quod tunc et dicto casu solutio de eo quod restaret fieri debeat dictis ambaxatoribus sive aliis pro eis in auro duplice de liga ad rationem de libris sexcentis quinquaginta pro quolibet marchio prout modo vallet.

Item promisit et convenit eisdem sindicis dictis nominibus nomine comunis predicti de cetero tenere bonam pacem et bonum concordium cum Januensibus dicti domini ducis et comunis Janue eidem subdictis et obedientibus ut supra et eos receptare tenere salvare et custodire in habere et personis in toto districtu suo quod habet de cetero eum habere contigeret salvos et securos et ipsos non offendere nec aggravare sed manutenere toto suo posse et nullum gravamen vel impositionem seu exactionem eisdem facere nec fieri permittere. Et ultra approbat ratificat et confirmat gratias privilegia permissiones et concessionem et consuetudines eo modo in quantum per eum fuit eisdem concessum. Versa vice dicti sindici ambaxatores et procuratores predicti acceptantes predicta ut supra ex nunc prout ex tunc habitis et receptis predictis et ut supra satisfactis et non aliter antea ultra vel in pluri quitaverunt liberaverunt et absolverunt ipsum dominum regem officiales gentes et subdictos suos de predictis ut supra receptis et recipiendis ut supra per acceptilationem et aquilianam stipulationem solemniter subscriptas facientes eidem inde finem quitationem liberationem absolutionem et pactum de ulterius non petendo in forma predicta et in casu predicto et non aliter nec ante vel in pluri ut supra. Et promiserunt eidem domino regi quod de supradictis receptis et recipiendis ipsis receptis ut supra per dictum dominum ducem

comune Janue mercatores Januenses quorum erant nec aliquas alias personas corpus collegium et universitatem nulla in perpetuum fiet lix vel questio in iudicio vel extra de jure vel de facto. Et ultra ex causis predictis promiserunt eidem domino regi ipsum dominum ducem et comune Janue et ex causa presentis pacis et compositionis salvare et custodire res ipsius domini regis in districtu Janue et ubique jentes et mercatores suos suo posse et eos tractare in omnibus et per omnia non aggravare prout ipse dominus rex promisit facere Januensibus ut supra in regno suo et districtu presenti et futuro et quod non dabunt auxilium consilium vel favorem dicto domno Enrico cum personis armis remis galeis seu aliis quibuscunque navigiis al soldum nec alio modo contra guerram presentem nec alteri in favorem dicti domni Enrici contra ipsum dominum regem.

Ita quod in predictis equalitas sit et fiat unicuique eorum.

Item acto quod dicti sindici teneantur et debeant facere et curare ita taliter quod dictus dux et comune Janue legitime et solempniter approbabunt et confirmabunt presens instrumentum et omnia et singula ut supra et infra permissa et conventa et quod interim dicti Johannes et Nicolaus et quilibet eorum in solidum sint perpetuo obligati quousque ita fiet acto etiam in presenti instrumento in principio medio et fine ipsius quod si aliqua dictarum partium quod absit contrafaceret predictis vel alicui predictorum vel ut supra non observaret in aliquo quod presens instrumentum et omnia supradicta et infrascripta ipso facto et ipso jure sint cassa irrita et nullius valoris quantum in favorem et pro favore partis observantis et in suo arbitrio et non quod ad partem non observantem ymo ipse non observans remaneat obligatus sicut est et esse debet ut supra que omnia et singula suprascripta et infrascripta ipse parte dictis nominibus sibi ad invicem una alteri et e converso promiserunt et convenerunt atendere complere et observare et non contrafacere vel venire de jure vel de facto etiam si de jure venire possent sub pena marcharum decem millium argenti boni et puri ad marchum Ulixbone solempniter taxata scripta et promissa pro danno et interesse partis observantis exigenda a parte non observante toclicns quociens in aliquo contrafieret vel ut supra non observaretur et que pena possit peeti et exigi cum effectu et per pactum a parte non observante per partem observantem sicut instrumenti veri mutui. Qua pena commissa vel non soluta vel non racta et firma nichil ominus remaneant omnia et singula supradicta et pro inde et ad sic observandum ipse parte et quilibet earum inter se se ad invicem et una alteri obligaverunt et ypothecaverunt omnia bona earum videlicet dictus dominus rex sua et regni sui et dicti sindici dicti domini ducis et comunis Janue presentia et futura. Acto etiam expressim dicto quod pro predictis et omissione predictorum quilibet partium predictarum possint et valeant convenire in qualibet parte mundi et sub quocunque iudice et magistractu ecclesiastico et seculari ac si presens convenctus ibi foret celebratus renunciantes

legi si convenerint digestis et jurisdictione omnium judicum et omni alii juri. Jurantes etiam ad cautellam tam dictus dominus rex in animam suam quam dicti sindici dictis nominibus in animabus dicti domini ducis et comunis Janue et suorum in manibus reverendi in Christo patris et domini Martini Episcopi infrascripti per Sancta Dei Evangelia corporaliter tacta strictus predicta omnia et singula attendere complere et observare et non contrafacere vel venire de jure vel de facto de quibus omnibus tam dictus dominus rex quod dicti sindici et ambaxatores mandaverunt confici dua publica instrumenta unius et ejusdem tenoris videlicet unum per me Janotum Befignanum notarium et comunis Janue cancellarium et aliud per Velasum Johannis tabellionem et notarium publicum generale in toto regno dicti domini regis.

Acta fuerunt hec in villa Sanctaranensi dicti domini regis in viridario domini comitis infrascripti anno a Nativitate Domini millesimo trecentesimo septuagesimo indictione octava secundum cursum Janue die vicesima quinta mensis Octobris hora quasi competorii presentibus testibus venerabile patre Domno Martino Dei et Apostolice sedis gratia episcopo Elborensi magnifico Domno Johanne comite de Barcellis domino magistro Johanne de Legibus Alvaro Gunsalvi correectore Johanne Stephani Stephano Philippi et pluribus aliis ad hec vocatis specialiter et rogatis.

Habentes etiam noticiam omnium et singulorum contentorum in dicto instrumento dicte pacis sponte et ex certa sciencia et non per errorum ratificaverunt appobaverunt et confirmaverunt et ratificant approbant et confirmant pacem predictam in dictum instrumentum dicte pacis et omnia et singula contenta in ipso. Promittentes dicto nomine michi Rafaelli de Guarcho notario et cancellario infrascripto tanquam publice persone officio publico stipulanti et recipienti nomine et vice prefacti domini regis et subditorum suorum necnon omnium et singulorum quorum interest interit vel interesse poterit predictam ratificationem approbationem et confirmationem et omnia et singula supradicta ractam et firmam et racta et firma habere proprio et tenere et ut supra attendere complere et observare et contra predicta vel aliquod predictorum non facere vel venire aliqua ratione occasione vel causa que dici vel excogitari possit sub ypotheca et obligatione bonorum dicti comunis presentium et futurorum. Et de predictis prefacti domnus dux et consilium jusserunt per me dictum notarium et cancellarium infrascriptum confici debere presens publicum instrumentum quod ad cautellam et corroborationem omnium premissorum sigillorum reverendi in Christo patris et domini domini archiepiscopi Januensis prefactorum domini ducis et consilii ac comunis Janue mandaverunt appenssione muniri.

Actum Janue in palacio ducali comunis Janue in aula nova dicti palatii anno dominice nativitatis millesimo trecentesimo septuagesimo primo indictione viij^a secundum cursum Janue die quintadecima Januarii circa terciam. Presentibus testibus ad hoc vocatis et rogatis Cristoforo

Palavicino Novello Cercario Ambrosio de Nigro Bartholomeu de Vernacia notario et Georgio de Clavaro notario et cancellario prefacti domini ducis et comunis Janue et Conrado Mazurro notario omnibus civibus Janue.

Petrus de Bargallo quondam Laurentii imperiali auctoritate notarius presens instrumentum ut supra extrahasi et in hanc publicam formam reddegi de cartulario instrumentorum ducalis cancellarie comunis Janue scriptum manu Raffaelis de Guascho notarii et cancellarii prescripti domini ducis et comunis Janue habens ad hec generale mandatum a dicto domino duce scriptum manu Georgii et Clavaro notarii et cancellarii supradicti anno proxime preterito de quinta Septembris.

In nomine domini amen. Noverint universi presens publicum instrumentum inspecturi quod reverendus in Christo pater et dominus Dominus Andreas Dei et apostolice sedis gracia archiepiscopus Januensis visso inspecto et diligenter examinato supradicto instrumento ratificationis approbationis et ratificationis ac confirmationis pacis inite et firmate inter illustrissimum et potentissimum principem et dominum Fernandum Dei gracia Portugalie et Algarbi regem ex una parte nobiles et discretos viros Johannem Pezagnum et Nicolaum de Guarcho cives ambaxatores et syndicos comunis Janue ex altera parte ut de ipsa confirmatione apparet supradicto publico instrumento composito manu Raphaelis de Guascho notarii et cancellarii comunis Janue m° ccc° septuagessimo primo die quintadecima Januarii et extracto in publicam formam manu Petri de Bargallo condan Laurentii notarii facte et firmate per magnificum et potentem dominum Dominum Dominicum de Campo Fregosso Dei gracia Januensem ducem et populi deffensorem et suum consilium duodecim ancianorum nomine et vice dicti comunis Janue vigore supradicti instrumenti ac etiam vissis et inspectis duobus aliis instrumentis publicis procuracionis et ejusdam substitutionis uno scripto manu Janoti Beffignani notum m° ccc° Lxxxj die xxxj Decembris et alio scripto manu Christofori de Paulo quondam Phillipi notum m° ccc° lxxj die xxvij Januarii ac sciens et cognoscens idem dominus archiepiscopus quod predicti Raphael de Guasco Petrus de Bargallo Janotus Beffignanus et Christoforus de Paulo sunt notarii publici et de collegio et numero notariorum civitatis Janue et qui omnes predicti quatuor note publice exercent et exercuerunt in civitate Janue officium tabellionatus jam sunt anni viginti et ultra pro majori parte videlicet predicti Raphael Christoforus et Janotus et predictus Petrus de Bargallo a duobus annis citra a quo trium citra idem Petrus sint etiam de collegio notariorum civitatis Janue et ad eos et quenlibet eorum habetur recursus tanquam ad notarios publicos et de collegio et numero notariorum civitatis Janue. Idcirco publicam formam per Anthonium de Gamo notarium serenissimi comunis prefatus dominus archiepiscopus de predictis omnibus plenarie informatus ipsis instrumentis et quolibet eorum vissis et coram ipso prenotatis in

publicam formam per Anthonium de Gamo notarium serenissimi comunis Janue ad instantiam requesicionem et postulationem dicti Anthonii dicto serenissimo nomine suam auctoritatem tam plene cognita per presens publicum instrumentum in dictis tribus instrumentis et quolibet eorum de quibus supra facta est mentio et contentis in ipsis et quolibet eorum interposuit per decretum ac si supradictum instrumentum supradicte ratificacionis et alia dicta duo instrumenta unum cujusdam per me et relicum cujusdam substitutionis et de quibus supra facta est mencio instrumento ipsius domini archiepiscopi fore ut confecta mandans idem dominus archiepiscopus in testimonium premissorum presens publicum instrumentum sui pontificatus sigilli appensum muniri.

Actum Janue in archiepiscopali palacio de Sancto Laurencio in camara dicti domini archiepiscopi anno a nativitate Domini m° ccc° septuagesimo primo indictione octava secundum Janue cursum die trigessima mensis Januarii circa complectorium presentibus testibus discretis viris Constantino Portonario condam Raphaelis Bartholomeo de Castilliono et Oberto folleta de Sesto notarils civibus Januensis ad premissa vocatis et rogatis.

Filixius de Garibaldo quondam Leonardi imperiali auctoritate notarius et prefacti domini archiepiscopi scriba predictis omnibus et singulis dum sic agerentur per dictum dominum archiepiscopum una cum pre-nominatis testibus presens fui signoque meo solito signavi et in testimonium premissorum rogatus scripsi.

(B. R.)

4422. XVIII, 4-24 — Carta do príncipe D. João, filho de el-rei D. Afonso V de Portugal, pela qual deixava o governo de Portugal a sua mulher, D. Leonor, enquanto ele estivesse em Castela, onde fora chamado por seu pai. Castelo Rodrigo, 1476, Janeiro, 24. — *Pergaminho. Bom estado. Cópia junta.*

Dom Joham por graça de Deos príncipe primogenito herdeiro dos regnos de Portugal e dos Algarves daquem e daallem mar em Africa. A quantos esta carta virem fazemos saber que por nos prazer de nos hirmos a Castella a el rey meu senhor por seu mandado serviço e bem destes regnos he necessario leixarmos a alguma pessoa o carreguo do regimento delles que nos ora em ausencia do dito senhor teemos porque posto que pouco tempo com a graça de Deos la ajamos de andar poderiam em este meo ocorrer algumas cousas que per os officiaaes ordenados da justiça ou fazenda se nom poderam determinar por serem reservados aa superioridade real. Conhecendo nos as virtudes e entender da princesa minha sobre todas muito amada e preçada molher e o grande desejo que tem a serviço do dito senhor e bem destes regnos e poboo

delles determinamos leixar o dito carreguo a ella. E porem lhe damos e cometemos em ausencia del rey meu senhor e nossa destes regnos todollos poderes e faculdades que o dito senhor tem dado a nos por sua carta patente e regimento que sua senhoria aa sua partida deu e nos ora aa dita princesa leixamos e queremos que ella possa usar e use de todolos ditos poderes e faculdades assi e tão largamente como nos usavamos e usar poderíamos pola dita carta e regimento estando em estes regnos.

E pedimos lhe por merce que queira acceptar este carreguo e o faça assi bem e a serviço de Deos e del rey meu senhor e bem destes regnos e poboo delles como nos sem algũa duvida creemos e confiamos que o ella fara. E por certidam de todo esto mandamos fazer esta nossa carta patente assinada por nos e assellada com o seello das nossas armas.

Dada em a Villa de Castel Rodrigo a xxliij dias do mez de Janeiro. Gil Fernandes a fez anno de mil quatrocentos e Lxxvj annos.

(B. R.)

4423. XVIII, 5-1 — Carta do marquês de Vila Real a el-rei D. Manuel queixando-se de seu irmão não ser feito conde. Caminha, 1514, Agosto, 7. — *Papel. 8 folhas. Bom estado.*

4424. XVIII, 5-2 — Rol dos moradores dos infantes D. Henrique e D. Duarte que andavam no livro das moradias de el-rei. 1531. — *Papel. 6 folhas. Bom estado.*

Nonde

4425. XVIII, 5-3 — Informação mandada pelo senhor duque a respeito do negócio de Maluco. (1532). — *Papel. 4 folhas. Bom estado.*

As causas por que em minha maneira se pode nem deve demarcar polas cartas são as seguintes

Que na capitulação esta asentado que esta demarcação se faça o melhor e mais verdadeiramente que se poder fazer e asy he razão que amtre taees príncepes nom se deve de fazer senom tam verdadeiramente as cousas que em ninhuum tempo se posão achar falsas.

As cartas teem falsydade per mil maneiras. A hũa he falsydade que nellas se nom pode emmendar per ninhũa maneira nem almda polla que Symon Fernandez diz que achou a meu veer por a deferença que ha hi de plano a esperico (*sic*) domde nom soomente ha hi falsydade nos circulllos menores mas desta falsydade dos circulllos menores resulta gram falsydade no circullo mayor como se mostra por experientia na poma pollo papel da costa que o duque fez desdo Estreito ate o cabo de Guardafui donde resulta emfmda falsydade no circullo mayor asentada a costa na poma.

Ha hi nas cartas outras muitas falsydades a saber que ellas mesmas antre sy são diformes as mais delas e nas cousas que temos usytadas de muitos anos pera qua quanto mais as que novamente se descobrirom e nom pode seer menos. Que o que se faz por estimativa de muitos cada huum julgua segundo a sua asemta e enmenda e corrige como lhe apraz.

As cartas do descobrimento da Imdia som muito mintirosas porque os pilotos que descobrião querião mostrar que fazião grandes serviços cada huum em poher muitas (1 v.) legoas que descobria e quem punha milhares de legoas avia que era huum Hercules. E isto se acha aguora por experientia porque por todollos pilotos e homeens que emtendem em mar affirmão seer o caminho da India muito mais curto do que nas cartas esta.

Usa se destas cartas asy falsas na lomgura porque ha hi diso proveito e perda ninhũa porque como se governão mais pollas alturas no que toca aa ladeza e a mayor parte dos nosos caminhos se fação envoltas de ladeza. E polas alturas he gram certeza de navegação nom ha hi necesydade da enmenda na lomgura. E veem proveito das cartas serem lomguas porque nos que vão na volta do mar veem lhe proveito acharem se muito mais adiante do que se fazem por segurar de teer dobrados os cabos porque se acertão de ficar a julavento dos cabos perde se a viagem daquelle ano pola mor parte das vezes e por isto e porque todo o principal fundamento vai na altura nom ha hi necesydade de enmenda.

Nom se emmenda tanbem porque nom ha hi viagem que se faça daqui aa Imdia que os pilotos e marinheiros e pesoas que carteaõ em hũa mesma nao nom sejão diferentes na estimativa e huuns se fazem aquem de huum cabo e outros se fazem com cem legoas alem delle e outros com trezentas legoas alem asy que ha muitas vezes deferença nos mesmos pilotos que vão em hũa nao de cincoenta de cemto e de dozentas e trezentas legoas segundo o Golfão que atravessão. E muitas vezes vão mais certos os que menos sabem que os mul grandes pilotos como se vee cada dia por experientia.

(2) E como nisto da lomgura nom se posa dar ninhũa regra certa por estimativa deixam no estar asy como esta ate que as cousas se determinem por arte do Ceo e dos eclipsis e conjunções que nom se podem neguar porque querendo agora emmendar as cartas por extimativa porventura se farião tão eradas ou mais do que aguora estão.

Nom se deve fazer a demarcação por cartas segundo a capitulação antigua porque certo esta que ja aquelle tempo avia cartas de marear em Castella e Portugual em que se podesem asynalar trezentas e setenta legoas ao Ponente das ilhas do Cabo Verde mas porque por ellas nom se podia fazer cousa certa nom se fez nem synalou nellas aqui e se detriminou que fosem la fazer a mesma demarcação por experientia porque na capitulação diz que se fara por grados ou por qualquer outra maneira que mais verdadeiramente se poder fazer. E porque os que capitularom nom estavam tão instructos das cousas da Marinharia Cosmografia e

Astrologia pera logo determinarem o modo que se nisto avia de teer pera verdadeiramente se aver de fazer disserom que se ajuntassem na Raya os deputados das dictas facultades pera alli darem segundo suas ciencias o modo e maneira como se esta demarcação podese fazer mais verdadeiramente.

Se polas cartas soos se ouvese de fazer demarcação escusado era nomear na capitulação estrologos porque das cartas nom pertence nada aa Estrologia mas porque como Tolomeu diz que se ha de fazer (2 v.) pollos estromentos que elle nomea tomando os eclipsis e defeitos dos planetas e isto nom se pode fazer sem astrologos. E diz o mesmo Tolomeu que a estas cousas he beem que se ajunte algũa cousa dos que andarom estas teras por experientia he beem que se ajuntem com os dictos astrologos os pilotos e marinheiros pera que cada hum digua o que experimentou e vio e o que segundo sua arte pode seer falso e verdadeiro etc.

Polas pomas nom se pode fazer demarcação porque as pomas são feitas a beneplacito e nom por experientia e saem de fontes turbas e falsas que são as cartas como acma dicto he e ate que por experientias dos ceos se nom salba a verdade das cousas nom podem ser verdadeiras. He verdade que se navegando levases as pomas e fosse descobrindo a costa e asentando a nas pomas muito mais verdade poderia aver nellas que nas cartas por serem mais conformes aa figura do mundo mas como emfim se ouver de seguir a estimativa nom pode seer verdadeira.

Se demonstra mais craramente a falsydade das cartas polas experientias de alguns eclipsis que são tomados a saber hum que tomou Bernaldo Pirez perante muitas testemunhas vinte ou trinta e cinco legoas aaquem de Malaqua e outro que tomou Diego Lopez de Sequeira antre a India e Arabia homde se mostra aver falsydade de Malaqua a este pomto deste eclipsi que tomou Diego Lopez (1) de Sequeira mais de setecentas legoas asy que por totalas razões e esperientias se mostra nom ser razão fazer demarcação por cousas tão falsas. E mais (3) o Tolomeu diz que as medidas que se tomão pola terra e pola navegação nom podem seer verdadeiras salvo aquellas que se tomão polo Ceo.

Portanto estas se devem de seguir porque se daqui a quatro dias se tomasem mais craras experientias e fosse demarcado polas cartas e achase se contralra hũa cousa aa outra seria mui mao de emmendar o erro e satisfazer aa lesom que cada hum destes princepes ouvese recebido.

Quando se ouvese de medir o mundo e polas legoas o qual esta provado seer tam falso avia se de medir todo ao redor e nom por hũa soo parte a saber navegando se pola nosa navegação certos navios e pola navegação que o emperador agora achou do seu Estreito por

(1) Riscado: mais

honde foi Magalhães outros certos navios entom ajuntando se huuns com outros la no Cabo estimarião o que cada huun tivesse amdado e asy se poderia partir posto que como acima dicto he a extimação he cousa tão enganosa e se deve de insystir nas cousas de demonstração que nom teem contradição.

Posto que neste asemto que se agora tomou com os embaixadores se contractou que na Arraya se determinase pose e propriedade diz no mesmo contracto que seja conforme aa capitulação e porque a capitulação diz que se faça pola mais verdadeira maneira que poder seer e logo determina que seja himdo aos mesmos logares da demarcação e sem hir la he imposyvel fazer se verdadeiramente. Por iso na Raya nom se pode a propriedade determinar e querer (3 v.) afirmar que alli se pode determinar nom deve de ser senom por quem nom estiver beem emformado e instructo nas cousas da Navegação Cosmografia e Astrologia tudo junto porque quem isto verdadeiramente ha de fazer muita parte de todas estas cousas ha de emtemder pera conhecer a verdade e a falsydade dellas. E porem he mui proveitoso este ajuntamento e conforme aa capitulação porque alli se determine a pose que se podera mui beem determinar querendo se seguir o caminho da verdade e asy mesmo se pode dar ordem como se vaa fazer a demarcação e se faça verdadeiramente e poder se ão mover todas as duvidas que poderão recrecer e absolver se e dar a mais certa ordem que pode seer a todas as cousas de maneira que himdo la posa seer demarcado ou da vinda aja pouco que fazer. E desta maneira se podera fazer conforme aa capitulação e querendo aqui demarcar polas cartas nom se pode fazer verdadeiramente nem conforme aa capitulação.

E ainda se nom pode fazer a demarcação verdadeiramente himdo ao Levante sem primeiro se fazer a demarcação do Ponente que nas capitulações faz menção e feita alli pollas experiencias com que se deve fazer dalli resulta a se fazer a do Levante porque mal se podera fazer a do Levante sem seer verificado o ponto da do Ponente se homde se ha de partir polla metade.

(L. P.)

4426. XVIII, 5-4 — Informações a respeito das divisões das correcções da Beira. (1534). — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

4427. XVIII, 5-5 — Apontamentos (*minuta dos*) a respeito da demarcação dos mares entre Portugal e Castela. (1526). — *Papel. 8 folhas. Bom estado.*

Dom Gilianes amigo. Polas cartas que vos escrevy per Dom Fernam Martinz vereys o que me pareceo no que toca as navegações e negocios de França e como me pareceo que se devia d'asentar aquele capitulo

que o emperador me mandou e ao principe etc pera se praticar qua e com enforçam do que de qua fose se assentar nas capitolações dantre ele e el rey de França e vos escrevy que depois que se praticassem em Castela vos escreveria a resolução do que nisto me parecese. Mandey Dom Francisco ao principe etc pera o praticar la com as rezões que vos escrevy e com outras muytas que ha na materia antre as pessoas praticas nela. E ele me escreveo que o assento que se la tomara fora nom se 'dever d'aceitar aquele capitulo no que toca aos franceses poderem (1 v.) navegar e commerciar com nosos vasalos em nosas teras descubertas e por descobrir nem per nenhũa outra maneira e que esto estava ja asentado quando ele chegou e que asy se escrevia ao emperador.

Eu bem vejo que eles tem rezam em averem por grande inconveniente o tal comercio dos franceses e asy vo lo tenho escrito mas nam sey se ponderam aquella parte del rey de França aprovar a propriedade daquelas teras e ilhas que temos descubertas e por descobrir porque ainda que seja pouco necesario pelo direito que nos nelas temos e pela rezam da causa he todavia melhor ser ysto com consentimento das partes e quando el rey de França o aprovar nam avera quem se oponha a ter auçam nisto o que se deve muyto de ponderar pera o capitulo se assentar e nam se excluir e nam como de laa (2) veyo mas de tal maneira que fique aprovada a propriedade por el rey de França e que se tire o comercio dos franceses e podendo se tirar de todo milhor seria mas tendo respeito a se lhe 'dever d'amostrar toda igualeza e rezam nisto me pareceo bem mudar se o que de laa veyo nes'outro que vos la envley e mandey a Castela e agora vos torno a enviar por mais aprazivelmente se receber por parte de França e he o capitulo quasy huum nas palavras com o que de laa veyo e nam se muda em nenhũa cousa a sustancia dele senam naquillo onde diz que os franceses posam commerciar naquelas partes com os nosos naturaes diz estoutro que posam commerciar nelas assy como nosos naturaes o poderem fazer. E isto deve d'escprever cousa muy igual (2 v.) nos franceses pois ficam da propia condiçam de nosos naturaes e onde os nosos naturaes daneficarem nom sera rezam que eles sejam mais admetidos que eles e o comerciarem com nosos naturaes naquelas partes nom he de nenhum efeyto pera o proveito seu (1) nem deve de ser senam asy pelas rezões que vos tenho escrito e porque pode ser que no conselho de Castela se nam praticarya isto com consideraçam de quam boom seria que todavia se asentase este capitulo na contrataçam e eles nam viram o que me nisto parecia primeiro que escrevesem ao emperador e por estarem tam postos em nam deverem os franceses de commerciar nem yrem aquelas teras lhes pode parecer que he escusado falar se nesta negoceaçam nem viram a mudança das palavras que se poem neste capitulo nem antes que (3) escrevesem ao emperador e la

(1) *Riscado*: como vos tenho escrito.

com a sua informação e outras occupaões pode ser que se nam atentar nisto e se leixara de concluir pela informação de Castela se os franceses nam quiserem vir em soltarem de todo as navegações e commercio daquelas partes me pareceo bem de vos avisar com toda diligencia que meu parecer he que este capitulo se deve d'asentar nesta maneira que por ele vereis e que ysto abasta pelo qual como esta virdes direis ao emperador o que vos escrevo e que me parece que o capitulo se deve d'asentar desta maneira e que nam he pequena sustancia asentar se asy como creio que lhe parecera se o quiser cuidar e por iso escuso de lhe dar mais rezões e vos lhe lembrareis e o solicitareis o melhor que poderdes.

(4) Cifra

Per esa carta e pelas outras vereys as rezões deste negocio e per esta cifra quanto me importa asentar se com França toda esta negoceação asy das cartas de marca como destas navegações e commercios e importa tanto e ysto pera convosquo somente e o solicitardes sem vos declarar que asentando el rey de França de ficar connosquo a propiedade de todas estas teras e ilhas descubertas e por descobrir e nam querendo asentar nisto senam com condição que os franceses commerciasem com os nosos como esta asentado ainda isto me vinha muyto bem conquanto muyto melhor seria sem comparaçam asentar se per esas palavras dese capitulo e porque pode ser que os castelhanos o nam sentem nen cuidão ⁽¹⁾ e lhes parecera que vay pouco niso ao emperador convem que ⁽²⁾ o aperteys e negoceels com as rezões da causa e que tudo façaes por se asentar asy quanto virdes (4 v.) que aproveitara ajudando vos das rezões da cousa e conformando vos primeiro com quam boom seria que os franceses nam comerceassem mas de todo por dera-deiro melhor seria permitir se lhe o commercio que nam se fazer o da propiedade porque quando a propiedade ficar nosa eles nam tem la a que hir e o pouco proveito que se lhe ⁽³⁾ seguira ⁽⁴⁾ de irem la commerciar com os nosos asy como estaa capitulado lhes fara que nam queiram la yr e de feito nam iram asy que ⁽⁵⁾ per todas as vias que forem posives compre que ysto da propiedade se asente e ainda que se diga que asy sam nosas estas teras como he Castela do emperador e este reyno meu ha muyta deferença e quando se quisesse ter esta premisa por certa ainda pelo que esta por descobrir se deve de fazer o assento em toda maneira porque diram os franceses que ja que o que temos descuberto seja noso que como ⁽⁵⁾ o pode ser o que ainda nam temos nem sabemos e princí-

(1) *Riscado*: nem lhe vay nada niso.

(2) *Riscado*: de minha parte.

(3) *Riscado*: dise.

(4) *Riscado*: para que nam vão.

(5) *Riscado*: esto compre.

palmente tira se lhe toda auçam com a propiedade ficar connosquo porque nas demandas que eles tem com meus naturaes todas se fundam na propiedade e dizem que nam he nosa do emperador nem minha e que podem la yr de justo titolo e que lho nam podemos defender e portanto que lhe paguemos as perdas que ⁽¹⁾ recebem o que nam poderam dizer sendo a propiedade nosa e eles nam tem a que la yr nem podem tirar de nosos reynos as mercadorias que nos temos defesas ainda que estem em nosa amizade asy como cada dia se faz de reyno a reyno que nam se tira pã de França quando se defende nem destas partes de qua e asy mesmo em todas as outras mercadorias e asy lhe poderemos nos defender la as nosas de maneira que ficando a propiedade connosquo nam poderam la yr nem terem a que por lho defendermos e por esta propiedade em juizes nam convem por quam incertas sam as sentenças ainda que a justiça seja clara em nos conceder a propiedade cesa tudo. E ysto vos escrevo em cifra porque convem que se nam saibam estas particularidades de direito e que se negoceem de feyto.

(B. R.)

4428. XVIII, 5-6 — Rol das pessoas às quais ei-rei fez mercê para irem na armada com o duque de Bragança. (1519). — *Papel. 4 folhas. Bom estado.*

Item as merces que el rey noso senhor fez na armada em que foy o duque.

Item ao comde de Tentugall fallecendo nela todo seu estado a sua filha Dona Filipa sem embargo da Ley Mentall.

Item por outro alvara depois disto ao dito conde que vindo seu estado a sua filha a condessa sua molher sem embargo diso aja as remdas do Cadaval e Torres pera sua mantença.

Item a Joam Brandam falecendo la o officio pera seu filho maior das capellas.

Item a Francisco de Saa a terra de Gondomar que tynha seu pay e estava vaga.

(1 v.) Item quarta feira x dias d'Agosto 1513 dia de Sam Lourenço foy el rey noso sennhor ouvyr misa a See e nom ouve ponteficall. E acabada a misa bemzeo ho arcebispo de Lixboa a bandeira que leva o

⁽¹⁾ *Riscado:* por iso.

duque de Bragança nesta armada que he de tafeta branco com a + de Christo e toda bem rica. E acabada a bençam a entregou ho arcebispo ao duque que ha foy receber e se beijaram em lha entregando ambos nas faces e do altar ate a cortyna em que pee ha trouxe o duque a el rey e lha entregou e el rey lha tornou a entregar e lhe dise alguuas palavras e elle lhe bejou a mão e aly a entregou ao seu alferes que a recebeo de (2) sua mão e foy loguo tirada da aste e tornada a dobrar porque nem el rey nem ho duque quizeram mais cyremonia nem festa das que nos semelhantes autos se costuma salvo a bençam de Deus que os ajudara e lhe dara certas vitoryas.

Eram presentes

O Principe

E o mestre

E o conde de Marialva

E o de Tentugal

E o de Portalegre

E o arcebispo de Lixboa que benzeo

E o bispo da Guarda

E o bispo de Viseu

E o bispo de Cafy

E Dom abade d'Alcobaça e outros muytos senhores e fidalguos.

(2 v.) Veo o duque vestido todo de pano branco de lãa e hum colar rico de pedraria e em hum cavalo da bryda e asy veo diante del rey ate o paaço.

(B. R.)

4429. XVIII, 5-7 — Alvará pelo qual se manda a Diogo de Castilho Coutinho, guarda-mor da Torre do Tombo, que remeta ao desembargador do Paço o traslado das leis a respeito das saídas dos navios armados que saíssem de Portugal para as conquistas. Lisboa, 1617, Agosto, 3. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Dom Philippe per graça de Deus rey de Portugal e dos Alguarves daquem e dallem mar em Africa senhor de Guine etc. Mando a vos Diogo de Castilho Coutinho fidalgo de minha casa e guarda mor da Torre do Tombo que por assi cumprir a meu serviço enviéis a mesa dos meus desembargadores do Paço o treslado que ouver nos livros da ditta Torre de quaesquer leys e provisões que se tiverem passado sobre irem e sairem armados dos portos destes reinos todos os navios de partes que fossem pera as conquistas dellas. Cumpri o assi. El rei nosso senhor

o mandou pellos doctores Luis Machado de Gouvea e Cosmo Rangel ambos do seu Conselho e seus desembargadores do Paço. Duarte Correa a fez em Lisboa a 3 de Agosto de 617.

Cosmo Rangel

Luis Machado de Gouvea

(B. R.)

4430. XVIII, 5-8 — Tratado (*traslado em pública forma do*) de paz feito entre o rei de Portugal e o rei de Inglaterra. 1471, Março, 11. — *Pergaminho. Bom estado.*

Eduardus Dei gracia rex Anglie et Francie et dominus Hibernie omnibus ad quos presentes littera prevenerint salutem. Inspeximus tractatum pacis concordie et perpetua amicitie inter consanguineum nostrum carissimum Ricardum nuper regem Anglie predecessorem nostrum pro se heredibus regno terris dominiis vassallis et subditis ejus ex una et carissimum fratrem nostrum Joannem regem Portugalie et Algarbii pro se heredibus regno terris dominiis vassallis et subditis suis quibuscum que ex altera parte modo et forma prout inferius continetur.

Nos Ricardus Abberbury Joannes Clauveboske milites et Ricardus Rouhale legum doctor serenissimi principis et domini Domini Ricardi Dei grace regis Anglie et Francie Domini nostri illustrissimi procuratores et commissarii ad infrascripta specialiter deputati salutem in omnium salvatore. Illud primum propositum recte regnantium illaque finalis intentio juste principantium esse debet bonum commune subditorum privatis preferre commodis talibusque subjectam eis rem publicam munire presidiiis per que exclusis cecis inquietationum turbinibus extermitatisque adversantium in cursibus plebs fidelis que talibus gubernatur auctoritatibus nedum augeatur prosperis sed sub optate quietis et pacis amenitate conservetur continue in adversis. Quod revera tunc optius procurare spectatur cum christianissimi reges et principes in vera unitate et obedientia sacrosante romane ecclesie persistentes in unam mentis consonantiam conveniunt et invicem indissolubilis amoris federe copulantur. Hoc si quidem serenissimus princeps et dominus noster metuentissimus supradictus in profunde sue considerationis revolvens examine nobis tractandi et firmandi nomine suo ligas amicitias et confederationes reales et perpetuas cum nobilibus et discretis viris domino Fernando magistro Ordinis Militie Sancti Jacobi in regnis Portugalie et Algarbii et Laurentio Joannis Fogaça milite cancellario Portugalie ambassiatoribus procuratoribus seu nunciis illustris consanguinei sui domini Joannis Dei gracia regis Portugalie et Algarbii ad presentiam prefati serenissimi

domini nostri propterea transmissis per litteras suas patentes magno sigillo munitas quarum tenor inferius describitur potestatem commisit et attribuit. In cujus vigore cum ambassiatoribus et nunciis domini regis Portugalie supradictis a prefato domino sua ad infra scripta facienda potestatem seu procuratorium sub sigillo plumbeo ex parte prefati domini sui exhibentibus cujos etiam tenor inferius describitur ligas amicitias confederationes seu uniones reales firmas et perpetuas tractavimus et post varias dietas concordavimus sub hac forma.

In primis namque tractatum est et finaliter concordatum quod propter bonum publicum et quietem regum et subditorum utriusque regni sint et inviolabiliter ac perpetuo permaneant inter reges modernos supradictos eorum que heredes et successores ac subditos utriusque regni lige amicitie confederationes et uniones firme perpetue et reales nedum pro ipsis et eorum heredibus et successoribus sed pro regnis terris dominis et patriis eorumque subditis vassallis alligatis et amicis quibuscunque adeo quod aliter eorum teneatur alter succursum facere et adjutorium impendere contra omnes qui possunt unire et mori qui partem alterius ledere seu statum depravare quomodolibet molirentur domino nostro summo pontifice Urbano moderno suisque successoribus canonice intrantibus dominis Wenzeslao Dei gratia rege Romanorum et Bohemia et Joanne eadem gratia rege Castelle et legionis duce Lancastro avunculo prefati illustrissimi domini nostri pro parte ejusdem specialiter dumtaxat exceptis.

Item tractatum est et unanimiter concordatum quod omnes et singuli vassalli seu subditi regnorum terrarum et dominiorum supradictorum etiam si prelati duces comites barones milites clerici scutiferi mercatores seu alii cujuscunque preheminentie status vel conditionis extiterint poterint salvo et secure pars videlicet una alterius regnum terras et dominia intrare et cum ipsis subditis mutuo conversari et mercari ibidemque morari et deinde ad lares proprios reverti vel quocumque placuerit se divertere adeo libere et pacifice sicuti in propria patria hoc liceret et quod una pars in regnis terris et dominis alterius adeo amicabiliter receptetur et noneste tractetur in singulis partibus ad quas declinare contigerit sicuti gentes dictarum partium paris conditionis tractari debeant aut solebant solvendo regi et aliis dominis partium dictarum custumas et de veria in partibus illis solvi hactenus consueta necnon custodiendo leges et statuta regum et terrarum supradictorum ubi sic ut predictum est intraverint vel eos morari contigerit.

Item mutuo concordatum est quod nullo modo liceat dictis regibus nec alicui subditorum terrarum et dominiorum predictorum cujuscunque gradus status seu conditionis extiterint dare seu facere quovis modo consilium auxilium vel favorem terre vel dominio sive nationi que alteri parti eorundem munita fuerit vel rebellis nec inimicis hujusmodi naves galeas seu quevis alia navigia que ingravamen alterius partis cedere poterunt quovis modo locare concedere seu aliud suffragium cujuscunque

generis vel nature fuerint cujusmodi inimicis vel rebellibus quocunque titulo coopertura palliatione vel colore directe vel indirecte publice vel occulte quovis modo facere vel succursum inimicis seu rebellibus hujusmodi qui in gravamen alterius partis cedere possit impendere vel prestare quin potius quilibet dictorum regum et regnorum terrarum et dominiorum suorum et heredum ipsorum inimicos et rebelles alterius eorundem ut eorum proprios et capitales inimicos vitare persequi et destruere totis viribus teneantur et si quis dictorum subditorum contra premissa seu aliquos premissorum aliquid attemptasse convictus extiterit absque diffugio vel simulatione puniri debet legitime ad beneplacitum et voluntatem illius regis in cujus offensam sic fuerit attemptatum.

Item est concorditer ordinatum quod si futuris temporibus una pars regum predictorum heredumve suorum indigeat alterius supportatione vel succursu et pro habendo hujusmodi auxilio partem alteram legitime requisierit quod pars requisita hujusmodi auxilium seu succursum parti requirenti si et quatenus propter occurrentia sibi regnis terris dominis et subditis suis pericula hoc facere poterit cessante dolo fraude seu fictione quibuscunque facere teneatur et ad hoc faciendum ut premittitur per presentes ligas firmiter obligetur requirentis tamen rationabilibus sumptibus et expensis prout inter dictos reges vel eorum deputatos seu consilia poterit concordari proviso semper quod requisitio auxilii vel succursus hujusmodi fiat per sex menses antequam executioni demandari debeat. Ita super ordinatum est quod omnia bona mobilia et se moventia cujuscunque generis extiterint seu speciei que per gentes alicujus regum predictorum heredumve aut successorum suorum in obsequio alterius ipsorum regum existentes super inimicos regis auxilium vel succursum requirentis adquiri contigerit et lucrari sint ipsius regis et gentium suarum in concusse qui succursum fecerit vel auxilium ad disponendum de eisdem secundum consuetudinem in regno suo usitatam proviso semper quod si per mare hujusmodi bona hostiliter capiantur tertia pars eorundem erit illius regis qui sumptus et expensas principaliter fecerit in hac parte ad nocendum et resistendum inimicis predictis. Si autem aliquos duces belorum vel conflictuum seu magnos capitaneos super mare vel terram de inimicis hujusmodi capi contigerit statim sine contradictione quacunque ipsi regi qui in premissis sumptus presta facienda libenter et illius sint salva tamen remuneratione sive riguardo competenti per illum regem facienda illi vel illis qui dictos duces vel capitaneos hujusmodi ceperint prout poterunt inter se seu per suos deputatos rationabiliter convenire. Bona vero immobilia puta terre ville castra et similia si per gentes unius dictorum regum heredum vel successorum suorum super inimicos alterius illorum invasa fuerint et optenta ad que de jure alter ipsorum regum heredum vel successorum suorum jus competierit in hac parte et ad ea alias jus habuerit prosequendi ubicunque fuerint bona illa et in quibus regnis vel dominis eidem regi Anglie vel Portugalie cui illorum in illis partibus jure hereditario vel alio via juris legitima

daretur actio et jus haberet alias prosequendi protinus libentur absque contradictione vel difficultate quacunque.

Item concordatum est quod si aliquis partium predictarum aliquid scire explorare seu sentire poterit quod aliquid damnum malum vituperium seu gravamen contra partem alteram ordinatum tractum vel imaginatum extiterit per terram vel per mare publice vel occulte quod hoc toto posse suo impedit sicuti damnum et vituperium partis sue proprie impediri optaret procurabitque et faciet factum huiusmodi cum debitis circumstantiis parti alteri contra quam sic imaginatum extiterit cum quacumque possibilitate perferri dolo fraude et fictione cessantibus quibuscunque.

Item concordatum est quod nulle treuge seu gerrarum sufferentie per terram vel per mare per alterum regum predictorum heredumve suorum de cetero capiantur nisi alter rex regna terre et dominia sua ejusque subditi comprehendantur in eisdem ut eorum beneficio uti et gaudere valeant si eis expediens videatur.

Item si temporibus futuris contigerit quod absit quod aliquid contra presentes alligancias per subditos alterius regum predictorum heredumve suorum contra alium per aliquas incursiones invasiones castrorum villarum seu fortalitiarum captiones depredationes derobationes personarum seu rerum captiones aut detentiones vel quovis alio modo attemptatum fuerit seu quomodolibet injuriatum quod rex ille cujus subditi taliter attemptaverint et injuriati fuerint et heredes sui pro tempore existentes teneantur et quilibet eorum tempore suo teneatur reparare reformare emmendare et ad statum debitum attemptata huiusmodi reducere ac delinquentes huiusmodi debite corrigere et punire ad voluntatem et discretionem illius regis cui sit injuriatum extiterit cum omni celeritate quacitius fieri poterit et ad minus infra sex menses postquam super reformationem et punitionem fiendis fuerint debite requisiti vel eorum aliquis inde fuerit requisitis fraude dolo dilatione et malitia cessantibus quibuscunque provisos semper quod presentes alligantie pro tanto non censeantur seu habeantur in aliquo fracte dissolute seu irritae sed semper in suo robore maneant et virtute et ulterius pro conservatione dictarum alliganciarum fortius ordinatum existit quod pro nullo articulo supra scripto neque pro omnibus simul punctis etiam si mors vel mutilatio personarum ex eisdem fuisset quod absit subsecuta neque pro quacunque alia violentia que fieri seu per machinari poterit cujuscunque foret qualitatis vel conditionis presentes alligantie dissolvi poterunt vel infringi quinimmo semper attemptata ut premittitur reformari debebunt presentibus ligis in suis firmitate et robore nichilominus continue duraturis sed si contingeret futuris temporibus quod absit quod unus premissorum regum heredumve suorum pro tempore existentium per se subditos suos vel alios de eorumdem regum mandato voluntate approbatione vel consensu vellent seu vellet contra formam et effectum alliganciarum et amittarum predictorum contra alterum de facto malignari faciendo fie-

rive per se vel suos aut fieri per mittendo seu procurando parti alteri apertam gerram per terram vel per mare vel alias prefatam partem alteram damnificando vel molestando quovis quesito titulo vel colore ordinatum est et unanimiter concordatum quod pars illa que excessum et injuriam seu violentiam hujusmodi commiserit perdat beneficium presentium ligarum ad partis alterius contra quam sic attemptatum fuerit voluntatem et quod ipsa pars injuriata prefatas alligantias in prejudicium alterius si hoc voluerit infringendi vel alias ipsis ligis in favorem prefate partis injuriate in suo robore permanentibus ad reformationem attemptatorum per quascunque vias ubi magis expediens videbitur procedendi absque aliqua nota perjurii infamie seu cujuscunque alterius pene seu culpe liberam habeat optionem.

Item concordatum est quod omnes heredes et successores regum predictorum singuli suis temporibus successivis infra annum a die coronationis sue continue computandum teneantur et quilibet eorum pro tempore suo teneatur presentes alligantias solemniter et publice in personarum nobilium et autenticarum presentia jurare ipsasque renovare ratificare confirmare sub testimonio publico et sigillis majoribus eorundem super quibus sit juratis renovatis approbatis et confirmatis teneantur litteras seu documenta publica conficere et ipsas litteras sigillo suo majori ut permittitur comunitas parti alteri citius quo comode fieri poterit cum persona secure et fidedigna transmittere seu destinare fraude dolo malitia seu negligentia cessantibus quibuscunque.

Item ordinatum est quod presentes lige postquam concordate scripte et sigillate fuerint nedum per nos commissarios et procuratores supradictos in animabus dominorum nostrorum predictorum sed per prefatos dominos reges principales solemniter jurentur priusquam partibus liberentur. Tenor vero mandati sive procuratorii per serenissimum principem dominum nostrum dominum regem Anglie et Francie illustrem nobis in hac parte attributi de quo superius fit mentio sequitur in hec verba.

Ricardus Dei gratia rex Anglie et Francie et dominus Hibernie omnibus ad quos presentes littere pervenerint salutem. Notum vobis facimus quod de fidelitate probata industria et circumspectione providis dilectorum et fidelium nostrorum Ricardi Abberburi Joannis Claubosk militum magistri Ricardi Ronhale legum doctoris plenissime confidentes ad tractandum conveniendum et concordandum cum nobili et potenti principe consanguineo nostro charissimo Joanne rege Portugalie seu ad hoc per eum deputatis mandatum sufficiens habentibus super quibuscunque ligis confederationibus et amicitis inter vos subditos nostros regna et dominia nostra quecunque ex una et ipsum consanguineum nostrum charissimum subditos suos regna et dominia sua quecunque ex altera parte ac etiam de modo forma et quantitate auxilii subventionis seu subsidii hincinde tempore necessitatis mutuo ministrandi et de communicationibus inter subditos hincinde in mercimoniis et aliis licitis secure faciendum nec non super omnibus et singulis articulis quantumcunque



specialibus qui ligas confederationes seu amicitias inter nos et ipsum consanguineum nostrum charissimum firmandum concernere poterunt quovis modo cum eorum incidentibus emergentibus dependentibus et connexis ac omnia que sic tractata concordata et conventa fuerint cum omni securitate debita et honesta in hoc casu firmandum consimilemque securitatem pro nobis et nomine nostro petendum stipulandum et recipiendum jurandumque in animam nostram quod tractata conventa et concordata hujusmodi rata habebimus et grata nec aliquid procurabimus vel faciemus per quod tractata et concordata hujusmodi effectu debito frustrari poterint seu quomodolibet impediri ac juramentum consimile ab eodem consanguineo nostro charissimo seu ejus deputatis petendum exigendum et recipiendum cetera que omnia et singula exercendum et expediendum que in premissis et circa et necessaria fuerint seu quomodolibet opportuna ac que qualitas et natura hujusmodi negotii exigunt et requirunt et que nos met ipsi facere possemus si personaliter interessemus etiam si talia forent qui mandatum exigent quantumcunque speciale ipsos Ricardum Joannem et Ricardum et duos eorum nostros legitimos et indubitatos procuratores negotiorum gestores commissarios deputatos et nuntios speciales facimus creamus ordinamus et constituimus per presentes promittentes bona fide et in verbo regio ac sub ipotheca et obligatione omnium bonorum nostrorum presentium et futurum nos ratum gratum perpetuo habituri quidquid per dictos procuratores nostros vel duos eorum actum gestum seu procuratum fuerit in premissis et singulis premissorum aliis mandatis seu procuratoris nostris in suo nichilominus robore duraturis. In cujus rei testimonium has litteras nostras fieri fecimus patentes sigilli nostri magni appositione communitas.

Datum in palatio nostro Westin duodecimo die Aprilis anno regni nostri nono.

Tenor autem potestatis seu procuratorii per ambassiatore et nuncios domini regis Portugalie exhibiti de quo superius mentio habetur sequitur et est talis.

Joannes Dei gratia Portugalie et Algarbii rex universis presentes litteras inspecturis salutem. Notum facimus quod nos de probitate fidelitate legalitate et circumspectionis industria nobilium et discretorum virorum dominorum Fernandi magistri Ordinis Militie Sancti Jacobi in predictis regnis nostris Portugalie et Algarbii et Laurentii Joannis Fogaça militis cancellarii nostri plenarie confidentes ipsos simul facimus constituimus ac etiam ordinamus nostros certos veros legitimos et indubitatos procuratores actores factores et negotiorum nostrorum infrascriptorum gestores ac nuncios speciales ita quod unus sine altero nequeat expedire dantes et concedentes eisdem plenam et liberam potestatem ac mandatum speciale pro nobis et nomine nostro tractandi inlendi paciscendi concordandi et firmandi cum serenissimo principe ac domino domino Ricardo rege Anglie et illustri et magnifico principe et domino domino Joanne rege Castelle et legionis ac duce Lancastro et quibuscunque viris

inclitis ac nobilibus et personis aliis cujuscunque dignitatis honoris status et conditionis existant quoscunque tractatus colligationis annexationis unionis confederationis et amicitie de quibus eisdem procuratoribus nostris videbitur nomine et vice nostra super gentibus armorum et fletherlis ad nos ad auxillium nostrum et dictorum nostrorum regnorum mittendis submodis formis comentionibus conditionibus obligationibus pactionibus de quibus eis videbitur necnon contrahendi mutuum et mutuo recipiendi eisdem nomine et vice cum et a quibuscunque personis seu quibuscunque obligationibus comentionibus unionibus pactis et conditionibus illas pecuniarum quantitates que prosolvendis gentibus armorum et fletherlis ac aliis negotiis nostris et predictorum regnorum nostrorum gerendis per eos erunt necessarie seu etiam opportune et jurandi et promittendi in animam nostram quod nos omnia et singula per eos tractata inita concordata et firmata cum eis tenebimus et observabimus et in nullo contraveniemus et generaliter omnia et singula faciendi tractandi paciscendi et concordandi que in premissis et circa premissa et premissorum quodlibet necessaria fuerint seu etiam opportuna in super nos exnunc approbamus et ratificamus omnia et singula tractata inita concordata et hactenus mutuo recepta et aliter quomodocunque gesta honorem et utilitatem nostros ac regnorum nostrorum concernentia per prefatos procuratores nostros et eorum quemlibet hucusque quoquomodo eaque rata grata atque firma habentes promittimus observare et contra ea nulla tenus contraire et de mutuis per eos et quemlibet eorum receptis plenarie satisfacere sub penis obligationibus conventionibus pactionibus modis et formis per eos et eorum quemlibet habitis tractatis initis concordatis et firmatis renunciantes in predictis et circa predicta et eorum quodlibet omnibus exceptionibus tam juris quam facti que nobis competunt vel competere possunt quomodolibet in futurum. Nos etiam exnunc habemus et habere promittimus ratum gratum et firmum quidquid per supradictos procuratores nostros et eorum quemlibet usque nunc actum tractatum initum concordatum firmatum et gestum fuerit et de cetero per ambos simul pariter fuerit in futurum ut prefertur in premissis et premissorum quolibet et circa ea seu aliter modo quolibet procuratum sub hipotheca et obligatione honorum nostrorum et regnorum predictorum omnium presentium et futurorum que ad specialiter et expresse obligamus in quorum testimonium presentes litteras nostras per nostrum notarium publicum infrascriptum fieri et publicari mandavimus nostrique sigilli fecimus apensione muniri.

Datum et actum in civitate nostra Colimbriensi decima quinta die mensis Aprilis de anno nativitatis Domini millesimo trecentesimo octogesimo quinto sub era millesima quadringentesima vicesima tertia presentibus reverendo in Christo patre ac domino Domino Joanne episcopo Elborensi Gundisalvo Menendi de Vasconcellis Walasci Martini de Merlione militibus Egidio de Sensu Joanne de Regulis et Martino Alfonsi legum doctoribus et aliis testibus ad premissa vocatis specialiter et rogatis et me Joanne Alfonso Colimbriensi publico auctoritate supradicti domini

regis in universo dominio suo in quo dicta civitas Colimbriensis consistit generali tabellione seu notario qui premissis omnibus et singulis dum ut premittitur per supradictum dominum regem agerentur et constituerentur una cum dictis testibus presens fui et de mandato ejusdem has presentes procuratorias litteras propria manu scripsi et superius interleniavi verba omissa in uno loco ubi legitur confederationis et in alio ubi legitur nunc signoque meo solito signavi in fidem et testimonium premissorum Sancta Maria intercede pro me.

Post hec nos commissarii suprascripti fecimus et prestitimus nomine dicti domini nostri regis et in animam ipsius sacramentum corporale ad sancta Dei Evangelia in presentia dictorum nuntiorum et procuratorum dicti regis Portugalie ad custodiendum presentes ligas necnon tenendum et complendum easdem in omnibus firmiter et legaliter sine fraude dolo malo ingenio et factione quibuscunque. In quorum testimonium sigilla nostra propria presentibus apposulmus.

Datum apud Wyndesore nono die mensis Maii anno Domini millesimo CCC^{mo} octogesimo sexto in presentia venerabilium in Christo patrum dominorum W. Wynton Joannis Duvolium Walter Conventr et Lich episcoporum ac nobilium virorum dominorum Edmundi ducis Eborensi patru dicti domini regis Willi de Monte Acuto Sar Henri de Percy Northumber comitum et Simonis de Burley subcamararii prefati domini nostri regis Anglie ac dominorum Willi de Dyghton Joannis de Wendlyngburgh ecclesie Sancti Pauli London canonicorum et Joannis de Rirebi clericid et ego Joannes de Boulaud clericus Farlion diocesis publicus apostolica auctoritate notarius dictarum ligarum amicitiarum confederationum unionum lecture procuratoriorum exhibitioni et publicationi ac juramentorum prestationi sigillorumque appositioni prout inferius describitur ceterisque premissis omnibus et singulis dum sic ut premittitur per dictos procuratores et commissarios agerentur anno Domini ab Incarnatione secundum cursum et computationem Ecclesie Anglicane supradicto indictione nona pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri Domini Urbani Divina Providentia Pape Sexti anno nono mensis Maii die nona in Domo Capitulari capelle regie Collegiate Sancti Georgii infra castrum regale de Windesore Sar Diocesis una cum dictis reverendis in Christo patribus nobilibus et testibus supradictis et infrascriptis presens interfui eaque sic fieri vidi et audivi diversis occupatus negociis per alium scribi et in hanc publicam formam redigi feci me tamen subscripsi signumque meum apposui presentibus consuetum rogatus in fidem et testimonium premissorum ac dominus Joannes Claubowe miles unus procuratorum et commissariorum predictorum sigillum suum ibidem presentibus apposuit. Subsequenter vero eisdem anno indictione pontificatus mensis die tamen ejusdem mensis die septima in quadam camera vocata camera stellata infra palatium regale Westin London diocesis Dominus Ricardus Abberburi miles alius procuratorum et commissariorum predictorum presentibus sigillum suum apposuit presentibus tunc ibidem reverendis in

Christo patribus Dominis Willi Winton Walter Coventren et Lich episcopis ac aliis in multitudine copiosa testibus ad premissa vocatis specialiter et rogatis. Nos autem tractatus confederationes conventiones alligancias amicitias pactiones conditiones promissiones federa et quecunque ligamina supradicta nomine nostro ac heredum nostrorum predictorum per sepe dictos procuratores nostros cummemoratis ambassatoribus et nuntiis prefati regis Portugalie tractata ordinata conventa inita seu alias disposita in premissis ore regio approbamus laudamus necnon presentibus confirmamus et etiam promittimus pro nobis et heredibus nostris predictis premissa omnia et singula pro perpetuo tenere et non contrafacere vel venire per nos vel alium seu alios sed ea firmiter et illesa sicut in litteris dictorum ligaminum seu pactionum plenius contineri noscitur inviolabiliter observare. In cujus rei testimonium has litteras nostras fieri fecimus patentes.

Datum in palatio nostro Westin primo die Decembri anno regnorum nostrorum decimo. Que omnia et singula prout superius tractata sunt et concordata inviolabiliter observare et observari facere per Sancta Dei Evangelia per nos inspecta et corporaliter tacta promittimus et juramus. In cujus rei testimonium presentes litteras nostras in formam publici instrumenti per notarium publicum infrascriptum fieri et publicari mandavimus nostrique sigilli magni fecimus appensione muniri.

Datum in palatio nostro Westin vicesimo quarto die Februarii anno Domino millesimo ecc^{mo} octogesimo septimo et regnorum nostrorum anno undecimo.

Nos autem Eduardus rex Anglie supradictus tractatus confederationes conventiones alligancias amicitias pactiones conditiones promissiones federa et quecunque ligamina supradicta in modo et forma predictis tractata ordinata conventa inita seu alias disposita in premissis ore regio approbamus laudamus renovamus ratificamus necnon presentibus confirmamus ac etiam promittimus pro nobis heredibus et successoribus nostris et causam a nobis habentibus premissa omnia et singula pro perpetuo tenere et non contrafacere eisdem vel alicui eorum vel venire contra eadem vel aliquam partem eorundem per nos nec per aliquem heredum seu successorum nostrorum vel alium seu alios a nobis causam habentium sed ea omnia et singula supradicta firmiter et illesa quantum ad nos et ad heredes et successores nostros attinet sicut in litteris dictorum ligaminum seu pactionum continetur et prout superius contenta sunt et tractata et concordata fuerunt promittimus observare et observari facere et contra ea nullatenus devenire.

Que omnia et singula prout superius contenta sunt et tractata et concordata fuerunt inviolabiliter observare et observare facere et contra ea nullatenus venire per Sancta Dei Evangelia per nos inspecta et corporaliter tacta promittimus et juramus. In cujus rei testimonium atque fidem presentes has litteras nostras in publicam formam per clericum nostrum notarium publicum magistrum Henricum Sharp infrascriptum

fieri et publicari in modum instrumenti publici mandavimus nostrique sigilli magni appensione easdem fecimus communiri.

Datum in palatio nostro Westin undecimo die Marci anno ab incarnatione Domini secundum cursum et stilum Ecclesie Anglicane millesimo quadrigentesimo septuagesimo primo et regnorum nostrorum anno duodecimo.

Et per ipsum regem et de data predicta auctoritate parlamenti

Edwardus

[Com letra diferente:]

Et ego Henricus Sharp archidiaconus Bedfordie ecclesia Lincolniensis publicus auctoritate imperiali notarius prescriptis approbationi laudationi renovationi et ratificationi suprascriptorum tractatus confederationum conventionum alligantiarum amicitiarum pactionum condictionum promissionum federum et quorumcunque ligaminum suprascriptorum sub modo et forma prescriptis tractatorum ordinatorum conventorum initorum et alias quomodolibet ut prefertur dispositorum per arctuendissimum (?) dominum nostrum Dominum Edwardum Dei gracia regem Anglie et Francie et dominum Hibernie prenommatum facto nec non ejusdem domini nostri regis ad sacrosancta Dei Evangelia per eum tunc inspecta et corporaliter tacta juramenti prestationi ceterisque omnibus et singulis suprascriptis dum sic ut premittitur per eundem dominum nostrum regem approbarentur laudarentur renovarentur ratificarentur confirmarentur promitterentur jurarentur agerentur et fierent una cum reverendissimis in Christo patribus et dominis domino Tho tituli Sancti Ciriaci in terminis sacrosancte Romane Ecclesie presbitero cardinale archiepiscopo Cantuariensis totius Anglie primate et apostolice sedis legato Roberto Batomen et Wellen Anglie cancellario Tho Lincolmensis regii sigilli privati Custode Laurencio Dunolmen et Edwardo Carliren episcopis ac illustrissimis principibus dominis Georgio Clarencie et Ricardo Gloucestrie ducibus prefati metuendissimi domini nostri regis germanici magnificis quoque atque potentibus viris dominis Henrico Bourghchier Anglie thesaurario Henrico Percy Northumbrie et Joanne Wiltessprie comitibus preclaris etiam ac nobilibus viris D. Tho de Stanlei senescallo Hospicii Domini regis Willmo de Hastings reglo camerario Joanne de Dudlex (?) Waltero de Mountloy et Joanne de Dinham baronibus pluribusque aliis spectabilibus et egregiis viris ad premissa vocatis et rogatis sub anno domini mense et die proximo suprascriptis indictione quinta pontificatus sanctissimi domini nostri Sixti Pape quarti anno primo in quadam alta camera infra palacium regium Westmostn London diocesis situata presens interful ea que omnia et singula modo et forma prescripto fieri vidi et audiui id circo me notario predicto aliis arduis mul-

tipliciter occupato negotiis his presentibus litteris regis per alium fidelem conscriptis magni sigilli domini nostri regis appensione munitis de ipsius domini nostri regis mandato me subscripsi easque signa meo et nomine solitis et consuetis signavi in pleniorum fidem premissorum.

H. S.

(B. R.)

4431. XVIII, 5-9 — Juramento (*traslado do*) feito por D. Duarte a respeito do mosteiro de Nossa Senhora de Sarzedas. 1542, Maio, 26. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

4432. XVIII, 5-10 — Carta de el-rei D. João III ao imperador da Asia, Grécia, Egipto, Arábia, Síría, Palestina, a respeito do ajuste da paz. Évora, 1545, Outubro, 29. — *Papel. Bom estado.*

Illustre e potente senhor. Del rey Dom Joham rey de Portugal vosso amigo.

Por Duarte Catanho recebi a carta que me escrevestes e muito me desaprouve de elle nam poder assentar o neguocio da paaz dantre vos e mim como levava por minha instrução e de ser a causa disso segundo me elle disse o que Dioguo de Mezquita no dito neguocio tratou e poder vos parecer que o que nisso fez foy por minha comissam porque visto era ho perjuizo que se disso segula ao bem e conservação da paaz. A quaal de tal maneira devemos querer que se asente amtre nos que se possa perpetuar e comservar. Pello que me pareceo necessario tornar loguo a mandar Duarte Catanho e com elle a Guaspar Palha meu criado de que me muyto confio nam somente pera a dicta paaz se acabar de assentar mas ainda pera lhe fazer por elles saber que o que Dioguo de Mezquita disse e asentou foy sem comissam minha. Muyto vos peço que a ambos os ouçaaes e ambos dels yntelro credicto no que acerca do dito neguocio de minha parte vos disserem.

Scripta na cidade d'Evora a xxix dias do mes de Outubro de M. D. xxxxy.

El Rey

(B. R.)

4433. XVIII, 5-11 — Carta de João de Sepúlveda a el-rei D. João III, na qual lhe communicava o que D. Francisco, rei de França, dissera a respeito das coisas do duque de Saboia. Leão, 1536, Junho, 2. — *Papel. 3 folhas. Bom estado.*

Ceguei a esta corte a xliij^o de Maio a quall estava dez leguoas de Lião. Fuy decer nas pousadas do embaixador Rui Fernandez e achei o doemte jaa melhor do que me diserão que estivera. Ele mamdou loguo dizer ao gram mestre como eu era cheguado que quando lhe parecia que seria bem que eu fallase a ell rei. Ele lhe mamdou dizer que el rei estava de caminho pera Lião e que laa seria boom tempo. Chegou el rei a Lião a xxj dias de Maio e eu fui lhe fallar a xxij. Topamos o embaixador e eu o gram mestre o quall não quis senão levar me a el rei em sua companhia. El rei estava comendo. Esperamos. Como acabou pos se em pee a hũa janela e ali lhe fallei e lhe dise tudo o que me Vossa Alteza mamdou por sua estrução que lhe disese. E depois que acabey dise me que o duque de Saboya lhe tinha feitas muitas ofensas e que nunca tivera nhum comprimento com elle sabendo o duque o muito 'direito que ele tinha em muita parte de suas teras o quall sempre lhe relevava se se não mostrara tam craramente pola banda do emperador e fizera tam pouca comta dele (1 v.) dizendo que lhe não tolhia que fose amiguo do emperador mas que fora boom que fizera comta delle e que se ouvera com elle como boom parente e vizinho. E que por amor de Vosa Alteza pois nisto fallava como irmão e pela muita amizade que tinha com Vosa Alteza era comtemte de lhe mamdar mostrar todos os direitos e titolos que tem comtra o duque. E que Vossa Alteza os vise e que pois nisto queria emtemder elle era comtemte que Vosa Alteza fose medianeiro antre elle e o duque dizendo que mais faria por Vossa Alteza que pollo emperador nem por nhum outro princepe do mundo porque muito mais que todos estimava sua amizade. Outros muitos cumprimentos e palavras me dise como que me queria dar a emtemder a muita comta que faz da amizade de Vossa Alteza. E asy me dise que era verdade que ele tinha tomado ao duque alguns luguares e teras dos quaes alguns lhe pertemciaam per direito e outros não. Porem que quando o duque lhe quisesse fazer rezão que ele não estimava xx nem xxx mil cruzados de remda mais ou menos por amor de Vosa Alteza remetendo tudo em suas mãos e ao que lhe bem parecese e que loguo me mamdaria fazer os despachos e me despacharia. E asy me esteve por hum grande espaço dando comta da jemte de guera que tem e que pode fazer em seu reino e como manda fortificar as fronteiras todas e ter gente prestes pera quando a ouver mester a saber sobre a gemte que pode fazer em todas as partes de seu reino e estar asy prestes com capitães la nas ditas teras pera quando lhe for necesario (2) os mamdar chamar que traguão a gemte que ele já tem sabido que dali pode tirar. E segundo me ele dise faraa setemta mil homens de pee emtramdo nestes doze mil solceros e quinze mil alemães de que ele faz comta. E eu creio que ele os tem mui mal certos segundo tenho sabido e asy que faria duas mil lanças

grossas e outros dous mil cavallos ligeiros. E asy me dise que ele en nhũa maneira daria batalha ao emperador mas que ele teria suas fromteiras a mui boom recado e sua gente prestes e que se o emperador quisesse entrar em suas teras que ele emtemdia de se defender mui bem. Outras muitas particularidades me dise como que desejava que Vosa Alteza soubese todas estas cousas.

Loguo aquelle dia falamos ao gram mestre o embaixador e eu. O quall me dise que desejava muito servir Vossa Alteza e que era muito seu servidor e nos deu a emtemder ao embaixador e a mim que o que el rei seu senhor fizera acerca de Saboya não fora senam em despeito do emperador que o duque dizia que nom avia medo del rei de Framça porque o emperador o asegurava delle. Pollo quall el rei não ousaria de o agravar em nada e que pois Vosa Alteza queria emtemder nisto que ele sabia bem que el rei seu senhor faria por Vossa Alteza quanto nele fose posyvel e que de sua parte elle seria bom medianeiro e servidor de Vosa Alteza e me dise que loguo mandaria fazer os despachos. Dahi por diante trabalhamos o embaixador e eu por me despacharem. E oje primeiro dia de Junho nos dise o gram mestre como el rei seu senhor queria que fose em minha companhia hum gentil homem seu de roupa longua a Vosa Alteza com todos seus direitos e justificações asy (2 v.) sobre as cousas do duque como do emperador pera de tudo dar comta a Vossa Alteza e por ele saber sua vomtade. Isto nos parece ao embaixador e a mim e asy o avemos por certo. O quall gentil homem segundo soubemos nom seraa prestes nem o despacho senão daqui a doze ou quinze dias. E porque el rei não podia leixar de saber que eu pasava a Italia nos pareceo bem ao embaixador e a mim que eu disese ao gram mestre como eu trazia comisão de Vossa Alteza pera ir visytar a infante e o duque de Saboya e que em que enquanto se fazia prestes o gentil homem e se fazia o meu despacho eu queria ir e que veria o mais prestes que podese. Ele folgou e dise que era bem feito pello quall eu estou detriminado de partir amanhã que seraam iij de Junho e trabalharei por ser despachado de laa o mais azinha que for posyvel.

Vosa Alteza me mamdou que se el rei respomdesse que me parecesse que satisfazia ao que lhe elle mandava dizer com parecer do embaixador Rui Fernandez lhe despachasemos hum correo. E porque segundo me el rei dise ele não say do que lhe Vossa Alteza mamdou dizer nos pareceo bem despachar este o qual vay mui emcomendado que vaa em gramde diligemcia e asy temos sabido por outras partes que seu despacho satisfara ao recado de Vosa Alteza.

Feita em Lião a ij de Junho de 1536.

Beijo as reaes mãos de Vosa Alteza

João de Sepullveda

(B. R.)

4434. XVIII, 5-12 — Relação do que aconteceu no cabo de Gué quando os mouros o tomaram. 1541, [... ...]. — *Papel. 2 folhas. Bom estado,*

Isto he o que aqueceo no Cabo de Gue quando hos mouros ho tomaram

Item ho xarife rei de Guz (?) mandou seu filho Mollei Hamete com muita parte de sua jente a fazer hũa villa no Pico com a qual senhoreava o Cabo de Gue a qual começou edificar a xxbj de Setembro de b^oR^{ta} e foy acabada com hũa torre mui forte em menos de dous meses na quall fez muitas albaradas e bastiaes muy fortes e lhe asentou coremta ou cimquenta peças d'artelharia grosas e meudas com as quais davão dentro da villa e a combatião todolos dias e a tiverão cercada bem seis meses ate que ho xarife lhe tornou a mandar ho outro seu filho Molei Abid alcaide com a chegada do quall a tornarão a combater de novo e lhe derão vinte dous dias combate per totalas partes.

Item em omze dias de Março de b^oRj arrebehtou hum falcão no baluarte do facho de que era capitão Rodrigo de Carvajall jemrro de Dom Gutere e deu o fogo dele na polvora e morerão queimados dele o dito Rodrigo de Carvajal e hum seu irmão Francisco Machado juiz dos horfãos e Joam Fernandes Meona e Pedro Ribeiro Pinheiro e Dioguo Vaz Vigualro com houtros trinta e dous homens e isto aqueceo em sesta feira que forão os ditos omze dias de Março.

Item sabado doze dias do dito mes arrimarão muitas escadas e tomarão a cotea do castelo da tore da menagem e combaterão com toda artelharia e matarão nela Dom Afonso de Monrroy filho do capitão e Guarcia de Melo filho de Rui de Melo d'Evora e Symão Jorge Adail e Symão Gonçalves Viegas e Chistovão d'Aguiar de Brito e Francisco Camoes e Alvaro Rodriguez e sete ou oito criados del rei noso senhor. *Todos* estes ficaram mortos em cima da cotea matando muitos mouros e todavia os mouros ficarão senhores dela.

Dom Martin Gonçalves ouve tres feridas e com elas se foy pera homde ho capitão estava na sala e Manoel Caldeira que tambem da dita acotea veo muito ferido e o xarife tinha ao pee das escadas tres mil espinguardeiros per omde nom parecia christão que loguo ho nom matasem.

Item tanto que ho capitão Dom Gutere isto vio mandou trazer hum baril de polvora e vindo pera entrar em sua casa deu lhe hũa faisca de hum murão e queimou loguo oito e ficarão queimados mais de xx dos quais morerão depois quaotro.

Mandou loguo o capitão per outro o qual puserão debaixo da cotea e mandou-lhe dar fogo e deu com a cotea e com hos mouros pelo ar

e o fogo tornou per hũa escada (1 v.) abaixo e queimou loguo doze que morerão ali e Dom Jeronimo filho do capitão escapou com houtros que ficaram muito queimados e a cotea tornou a cair pera baxo per omde os mouros tiveram millhor entrada.

Item como os mouros isto virão começarão d'emtrar de roldão pela sala e levarão o capitão e toda a outra gente diamte de sy e começaram a guanhar o castelo e ficavão na traseira Dom Martim Gonçalves e Manoel Caldeira e estando em joelhos pelejava e matarão houtros homens e sahio Manoel da Camara do seu cubelo e ve os ajudar e os mouros lançaram os christãos fora do castelo e ali morreo Francisco de Melo irmão de Rui Lopez de Sampaio e Dom Francisco de Monrroy sobrinho do capitão e feriram Amrrique de Bentencor e seu filho e sobrinho e o preguador castelhano frade de Sam Domynguos que pelejou muito valentemente e morera das feridas. E ferirão Joaon d'Azevedo tambem mataram Tristam da Mota pelejando e Esteve Anes barbeiro e Joam Fernandez jemrro do almocadem e seu pay o mestre das hobras e Amrrique Gonçalves e Diogo Fernandez e Joam Rodriguez.

Cativos de comta

Item o capitão e seu filho Dom Jeronimo e sua filha Dona Mencia parida de quatro dias Manoel da Camara Bastião de Brito filho de Luis de Brito de Lixboa e Amrrique de Betencor e seu filho e sobrinho e outros criados del rey Lomelym fidalguo da ilha.

Moradores cativos

Item Symão de Moraes Rui Gonçalves Francisco Vaz filho de Pedro Vaz Manoel Afonso Gonçalo Afonso e Alomso de Corita e Diogo Nunniz e Pedro Rodriguez Manoel Alvarez Antonio de França Joam Bautista Francisco Caldeira Arevalo Rui Diaz Atalala Pero do Porto Antonio da Mota Antonio Vaz.

Item Manoel Fernandez çapateiro natural de Matosynhos como isto vio matou ho filho e hũa filha e estando pera matar outra sua filha grande o matarão hos mouros.

Ouve muitas molheres que morreram pelejando e hũa com ha cruz amdava dizendo que morresem pela fe de Christo.

(2 v.) 1541

Que veyo com as cartas de Dom Rodrigo de Crasto

(R. C.)

4435. XVIII, 5-13 — Carta de D. Duarte da Costa a el-rei, na qual lhe contava as guerras do gentio do Brasil. Salvador, 1555, Junho, 10. — Papel. 4 folhas. Bom estado.

Senhor

Eu embarquei pera Pernãobuc domingo de Pascoella por a nezesydade que me de la stepreverom que avia de justiça e por estar em guerra como larguamente tenho stprito a Vossa Alteza e quis Nosso Senhor que estevesse embarcado oyto dias sem me nunca fazer tempo pera partir e despois de partido que tornasse a arribar com grande tormenta e estando surto na povoação da Vila Velha pera tornar a seguir a viagem chegou Christovam d'Oliveira capitão da nao Esperança e foy me necessario desembarcar pera o aviar e fazer as cousas que me Vossa Alteza em suas cartas mandava e estando me fazendo prestes e asy aa nao pera fazermos nossas viageens.

Domynguo vimte seis dias do mes de Mayo mostraram os gentios desta terra a vontade que sempre tiveram pera fazer guerra a esta cydade nom se contentando com o bom tratamento que sempre dela receberam e verdadeiramente me parece que foi permissão devina aver tantos estorvos na minha yda daqui pera Pernãobuc porque se fora ydo segundo o supito com que começaram a guerra podera se acontecer algũ grande desastre e querera Nosso Senhor que sera pera os moradores desta cydade ficarem mais desabafados da sogeiçam que tinhão d'estarem estes gentios tam peguados comnosco e lhe ficarem mais terras pera suas roças e creações. *E* foy asy que o domingo que acyma diguo (1 v.) ao meo dia saltarom cynquenta indios no engenho de Antonio Cardoso dizendo que a terra hera sua e que lhe despejasem ho engenho. *E* com estas palavras e outras mais soberbas vierom as naos e pelejarom hũu pedaço e day se vierom a aldea que se chama da Porta Grande que esta no caminho antre a cydade e o engenho e pasando por ella hum Manuel Correa com tres estpravos a saber o que pasava no engenho o gentio da aldea saltou com elle e o fecharom muito mall polas ilhargas e asy aos escravos e como isso fizeram segundo despois soube mandarom logo aa Tapoaam que são daqui tres legoas a tomar as vacas de hum Garcia d'Avila criado de Tome de Sousa e todo o mais guado que laa acharom e tomarom e fecharom dous outros vaqueiros que andavão por fora afastados da cydade e matarom hum negro de Guine de hum morador e tomarom hum moço filho doutro morador que estava em hua roça de seu pai alem do engenho e algũas escravas que estavam nas roças afastadas da cydade e tomaram tres homens brancos que sem minha licença andavão naquele tempo nas aldeas affastadas da cydade.

E loguo o mesmo domingo vindo eu tamanho desavergonhamento que craro mostrava ser cousa cuidada de dias e ser feyta tão perto desta cydade ouve loguo conselho com algũas pessoas que pera isso chamei

e pareceo bem que loguo se castiguae tamanho atrevimento. *E* logo o mesmo dia depois de anoitecer mandei Dom Alvaro meu filho com setenta homens de pee e alguns seis de cavalo a dar na dita aldea e por muito prestes que foram ja acharom feyto hũa tramqueira muito forte com canas e covas grandes cubertas de folhas por cyma e debayxo com estrepes muito agudos e aldea despejada de molheres e mininos a quall tramqueira foy hum grande pedaço muito pelejada e defemdida delles muito valentemente e com ajuda de Nosso Senhor foi entrada honde matarom alguns gentios e cativaram o principall d'aldea e lha queimarom toda e outras duas aldeas que hy estavam perto.

E no mesmo tempo que isto (2) mandei fazer mandei por maar Christovam d'Oliveira capitão da nao Sperança e Manuel Jaques e Bastian Ferreira nos bates das naos artilhados a dar no porto da dita aldea e lhe tomarom dous rodeiros e duas canoas e lhe queimarom as mais que tinham e isto com muitas frechadas que lhe tiravam.

E loguo aa quarta feira me ditreminei a lhe mandar tomar por força todo o guado e vaqueiros que tinham tomado e mandei Dom Alvaro meu filho aa Tapoaam com cemto e sasemta homeens de pee e porque atee entam o gentio daquela banda nom hera culpado neste alevantamento se lhe nom fez mall nenhũu. *E* cheguamdo laa ajuntarom todas as vacas e as trouxerom a esta cydade sem nunca nenhuns gentios sendo muitos e pasamdo por muitas aldeas ousarem de registir mas amtes lhe entreguaram os vaqueiros que o gentio deste alevantamento foram laa frechar e porque alem da Tapoaam amdava outro vaqueiro com outras muitas vacas de moradores e faltarem muitos escravos e escravas me trouxeu meu filho o principall indio d'aldea da Tapoaam ate elle mandar buscar o que faltava daquela banda o que elle comprio mui inteiramente e foy solto.

E loguo a quinta feira mandei Christovam d'Oliveira e a Manuel Jaques por mar em dous bateis artilhados a socorrer huns tres homens que estavam na fazenda de Joam d'Avelosa e por verem que imda que lhe deixassem mais gente nom podiam defemder hũa cassa cuberta de palha em que estavam que nom lha queimasem nem menos a roça mos trouxeram e de caminho ouverom por manha hum indio princypall de hũa aldea homde tinham tomado o filho do morador e estravos que atras diguo e com este indio ouverom tudo e mo trouxerom.

E loguo aa sexta feira seguinte derradeiro de Maio me stpreveo Antonio Cardoso que estava cerquado no seu (2v.) emgenho do gentio de seis aldeas que de redor d'elle estavam e de tres cerquas de madeira peguadas com elle em que avia muita gente e que aquele di[a] nom podera tomar cassy nada do mantimento de sua roça e que lhe socorresse.

Mandei loguo Dom Alvaro meu filho com perto de doze ntos homens de pee com os da cydade e das naos e alguns de cavallo affora allgũa escravaria e atee cheguaem a jamtar ao engenho queimarom cynquo aldeas e em hũa soo ouve registemcy e despois de jamtar os da cerqua maior que estava peguada com o engenho homde estava recolhido todo o peso da gente que seriam mil homens mandarom recado a meu filho dizendo que ate então nom pelejara com homens senão com gente fraca e que queimara casas de palha que fose pelejar com elles e saberia quem elles herom e senão que elles o viriam buscar. E meu filho sayo logo do engenho com a gente em ordem e deu a diamteira a Christovam d'Oliveira e a Manuel Jaques e a Fernão Vaz da Costa e derom na cerqua e pelejarom mui bem gramde espaço homde acharom gramde registemcy e por força d'armas entrarom a cerqua e os deltarom fora e os de cavallo os alcançarom e matarom muitos em que entrarom alguns principaes e foram muitos feridos que deploys achavão mortos por os matos.

No rompimento desta cerqua foram feridos Christovam d'Oliveira de hũa frecha que lhe atravessou hum braço e Manuel Jaques em outro braço e Fernão Vaz da Costa polos peitos e hum Pedro Fernandez que serve d'estprivão dos contos pela testa e Aires Quimtelro moço da camara de Vossa Alteza que foi de meu filho hũa mão atravessada com hũa frecha que lhe passou a rodella. A Dom Alvaro ferirão muito o cavallo e asy ferirom outros tres ou quatro homens da companhia e Deus seja louvado são todos sãos.

E neste dia [a] tarde ate (3) o sabado pela menhã que tornarom a cydade queimarom tres aldeas.

E loguo a terça feyra quatro dias de Junho por ter nova que se recolhia muita gente em cynquo aldeas alem do rio Vermelho pola banda do engenho e que estavam muito fortes com cerquas mandei Dom Alvaro meu filho com a gente que me pareceo necessaria a dar nestas aldeas e as queimou todas e imda que estavam fortes com cerquas nom ousarom os gentios d'esperar.

Foy tamanho o medo deste gentio deste supito negocyo que todos os da banda da Tapoaam me mandarom dizer que elles nom foram os que fizeram o mall que nom quessesse bolir com elles que nos guardarião as nossas roças e por se mostrarem muito amigos me trouxerom loguo alguns escravos que faltavão e queimarom algũas aldeas dos que começaram a guerra que estavam despovoadas.

Ez lhe tenho por agora comcedido paz pera despois do socidimento da guerra ha asemtar com as condições que bem parecerem.

Hũa indio principall de toda esta terra que se chama o Tubaram que hes'a peguado com estes do alevantamento que eu cuido que seja no conselho me mandou loguo como vio o desbarato dest'outros os

homens brancos que atras digo que tomarom por andarem desmamados pelas aldeas sem minha licença.

Esta gente senhor se vir que sober de esta guerra como agora parece faremos delles tudo o que quisermos o que nom pode ser sem gente e o necesario pera ella e hera me bem necessaria a destas naos a quall eu nom tomo porque se perderão ellas neste porto e imda que isto nom fora nom ha hi com que se lhe pague os mantimentos nem a gente da cydade que foi em todas estas idas. *Nom* del nada do de Vossa Alteza porque do dinheiro que veo com pagar hum quartell a cada pessoa que tem ordenados e dous ao cabido e outras dividas que (3 v.) se deviam se foy todo e elles são muito pobres e o dia que vão a guerra nom tem que comer. *Eu* os ajudo e os ajudarey enquanto o tiver mas he muito necesario pois mando os navios por nom poder al ser. *Que* Vossa Alteza proveja com algũa gente de soldo atee oytemta homeens o mais cedo que ser poder e dinheiro pera se lhe dar mantymto de farinhas porque nesta terra agora nom ha outra cousa pera comer e asy pera se dar tambem algũa cousa a estes da cydade que vão pelejar sem nenhũ soldo ao menos pera comerem quando forem pelejar porque me fiqua pouca gente e muitas cousas a que acodir porque este gentio como vir ir daqui esta armada então ha de mostrar sua força e prazera a Nosso Senhor que sera necesario esta gente muito poucos dias.

As cousas de que tãobem qua ha necesydade stprevo ao conde da Castanheira o que avia de vir com muita brevidade porque nisso esta agora ho ganho desta terra.

A farramenta nom val qua nada.

O povo desta cydade me requereo que nom deixase ir meu filho Dom Alvaro porque o tem elles em outra conta do que o bispo estpreveo a Vossa Alteza e porque eu sey como ho elle ha de servir nesta guerra como tem mostrado no que tem feyto o mandel ficar tempo muitta nece-sydade de me ir requerer minha ida e mostrar diamte de Vossa Alteza quam sem rezão o culparom. *Elle* vos tem servido ate qui como Vossa Alteza podera saber por toda pessoa que de qua for tirando familiar do bispo ou pessoa que castiguel por fazer justiça. *Elle* amda muito des-contente de o Vossa Alteza poder ter em outra comta do que lhe elle merece.

Peço por merce a Vossa Alteza que enformando se da verdade lhe tire este desgosto com lhe mandar agradecer o que por vosso serviço faz e fara porque os homens honrrados este he o gualardão que mais estimão de seu rei.

Eu senhor pera esta guerra fiz seis capitancias da gente desta cydade que pode sair ao campo e acodir as roças de (4) vinte homens cada hũa e os capitães são Joham d'Araujo que servio de thesoureiro Christovam Cabrall Fernão Vaz da Costa Antonio do Rego moço da camara da rainha nossa senhora que agora serve de thesoureiro e Sebastiam Fer-

reira que foy moço da camara do ifamte Dom Fernando e veo a esta terra por strivão d'armada e servio de thesoureiro quando sospemderom Luis Garces e em tudo o mais que lhe mandei e agora estando embarcado pera o reyno folgou muito de ficar por esta guerra que sobcedeo foi cativo em Africa em serviço de Vossa Alteza. *Manda* pedir a Vossa Alteza per sua pitição que o aja por cavaleiro fidalguo de sua cassa.

Receberei eu nisso muito gramde merce por quam bem elle serve. *E* fiz capitão João de Loja mais por nom perder o nome que por outra cousa. *Estes* capitães nisto que he sobcedido tem muito bem servido Vossa Alteza e nestas idas ajudão tãobem aos pobres com o seu pobre mantimento.

Christovam d'Oliveira alem de ter feyto neste negocio de sua pessoa quanto hum homem omrrado podia fazer e me parece homem muito sesudo e que tem mul gramde cuidado desta nao Esperança de que o Vossa Alteza encarregou e tem outras qualidades muito boas e sempre se me ofereceo pera totalas cousas de vosso serviço.

Manuel Jaques que mando aguora por capitão deste gualeão servio nestas cousas como atras digo e foy com o socorro a Pernãoebuc e a outras cousas em que o mandei. *He* pobre e tem muitos filhos merece fazer lhe Vossa Alteza merce. *Christovam* d'Aguiar se achou em todas estas cousas com meu filho e o fez muito bem de sua pessoa e asy se achou em todas ellas Antonio Paez page do comde da Castanheira. *Estes* foram a cavallo e asy se achou com elle Symão da Guama a cavallo o dia que socorrerom o engenho.

Nosso Senhor a vida e Real Estado de Vossa Alteza acrecente.

Desta cydade do Salvador a dez dias de Junho de 1555

Dom Duarte da Costa

(4 v.) A el rey nosso senhor

(R. C.)

4436. XVIII, 5-14 — Carta de Luís de Loureiro a el-rei, na qual lhe contava a batalha que tivera com os mouros em Mazagão. Mazagão, 1542, Janeiro, 25. — *Papel. 4 folhas. Bom estado.*

Senhor

Domínguo xxij dias deste mes de Janeiro descuberta ja a terra d'atalaias curtas porque o dia era nubeadado e o guado na coutada pacemdo de dentro dos valos e eu de fora deleg a tramqueira do meio e mamdava fechar por Bertolameu Cavalo almocadem a franqueira do facho da coutada saíram os mouros dos medãos comtra Tite.

E tanto que deu o rapique visti hũa saia de malha em cima de hũa coura damta que tynha vestida e posto a cavalo vy vir os mouros e grosas batalhas hão facho damtre os caminhos pegado com as atalaia e por lhes valer amdey asy como estava per fora dos valos com obra de coremta de cavalo e fuy os receber a tramqueira que mamdava fechar a qual o almocadem quamdo vyo vir os mouros nam quis fechar por recolher as atalaia que vynham fogimdo e eu a tramqueira e as atalayas e os mouros comiguo. E logo ahy em me recolhendo pera a tramqueira acertou de ficar Fernam Leite soo de tras de mym e derribaram noo os mouros e fiz volta sobre ele e salvei o e perdeo o cavalo.

E tanto que o recolhi e mandava corer a tramqua da tramqueira a ele que estava a pee pera me recolher com a gente que tynha pera a outra tramqueira dos valos pequenos e como a tramqua se nam pode correr com o peso dos mouros e vy que me nam podia recolher porque se o fizera eu com todos os que comiguo estavam me perdera por ter o recolhimento muy comprido determiney de ter a tramqueira e fose o que Deus ordenase e mamdey recado a Dom Pedro que estava ha tramqueira do meio dos valos pequenos que viesse pera mim e a Dom Diogo que estava a tramqueira da pedreira que tambem viesse pera mym e deram o meu recado a Dom Pedro e nam a Dom Diogo.

E Dom Pedro tanto que lhe (1 v.) deram meu recado amdou pera mym e vemdo eu que Dom Pedro amdava e nam Dom Diogo tornei lhe a mandar outro recado e tanto que lho deram logo amdou e me veo demandar. Aires de Sousa estava com sua companhia ha tramqueira dos paos que lhe cabia per giro porque cada somana se mudam e aly domde estava nos fazia as espaldas seguras.

Emquanto Dom Pedro lhe levaram meu recado e ele veo tivemos muito forte baralha e peleja com os mouros e elles por nos tomarem a tramqueira e nos por lha deffemdermos.

Em verdade diguo a Vossa Alteza que eu haa xxxb anos que amdo na guerra e nam me vy em dia tam baralhado.

Amre nos e os mouros averia mais de duzentas lamças no cham que estava o cham jumcado delas e dos coremta de cavalo que vinham comiguo ficaram comiguo ate xxb. Destes saymos feridos Francisco Tavares em hũu braço e Joham Gomez com hũa ferida pela testa roim por nam levar capacete. Tenho receo que moira. E Francisco Lois hũa coxa atravessada e Fernam Leite em hũu coadril e Tome Plinto pela cadeiras apomtador d'Azamor tenho receo que moura e eu em o pee esquerdo pelo peito do pee de hũa lamçada atravessado de que tenho grandes dores. Cavalos mortos e feridos. O de Francisco Tavares ficou morto de hũa volta que fizemos a tramqueira dele e Geronimo Correa e eu e salvou se a pee com muito trabalho e esforço seu. Pode se per ele dizer que he estremado cavaleiro. Mataram hũu cavalo a Estevam Ramos atalhador e outro a Fernam Leite e outro a hũa atalaia que se chama Christovam de Lelva. E cavalos feridos o de Vasco de Sousa pelos peltos

parece-me que morrera. Vasco de Sousa veio a repique da vylla que estava doente e atraveçou hũu mouro com sua lamça e feriram lhe o cavalo e fe lo muy valemmente. *Nicolao* de Sousa veio a repique e tambem o fez muy valemmente. Simam Perez tambem veio a repique da vylla e feriram lhe o cavalo no pescoço e tambem fez sangue e fe lo muy esforçadamente. Francisco Ribeiro filho de Joam Ribeiro lhe feriram o cavalo e fe lo de tam valemmente como homem de mais dias do que elle he. *Manoel* Affonso lhe feriram o cavalo e o fez muy valemmente. Diogo Nunez e Joam da Rosa lhes feriram os cavalos e o fez muy valemmente. Francisco Nobre e Joam Alvarez d'Almeida e fizeram bem e esforçadamente. Lopo de Pina se pos a cavalo a recolher a gente desmamada pera a villa porque ese careguo tem. *Francisco* Marreiros adall e Bertolameu Cavalo almocadem o fizeram muy esforçadamente e posto que eu falle nelles por derradeiro nam foram eles os derradeiros em pelejar. Joham d'Oliveira e Gomçalo de Loule e Diogo Nunez se apearam a pee ha tramqueira e o fizeram valemmente na defensam dela. E estando nos senhor nesta baralha eu tinha o meu cavalo com duas lamçadas muito ferido e hia se lhe todo o sangue (2) de hũa lamçada que tinha pelos peltos e eu nam tinha remedio pera cavalgar em outro cavalo pela dor do pee grande que tynha que me nam podia afirmar sobre ele.

Nisto deram recado a Joam Ribeiro de como andava muy mal tratado e ferido e muy esforçadamente e como especial cavaleiro se veio a mym e me ajudou e fez cavalgar em hũu cavalo de Miguel Leite stprivam dos comtos desta villa que he muy bom cavaleiro e muy especial homem. *Doutros* homens de cavalo poderia dizer a Vossa Alteza que o fizeram muy valemmente que seriam todos os que pelejaram estremados dos outros ate coremta.

Lopo Fernamdez porteiro das portas desta villa he vallemte homem e o fez muy bem e asy Luis Gonçalvez o que serve d'almotace nesta vylla.

Esta baralha desta tramqueira duraria mais de mea ora ate chegar Dom Pedro da Sylva com seu escoadram. Ele vynha na diamteira da sua gente em sua ordem hũu pouco rijo por nos acodir e em elle chegando a nos eu lhe abry a gente de cavalo pera que chegase a tramqueira e chegou e pos a gente a tramqueira em sua ordem. E elle como fidalguo que he e muy esforçado cavaleiro sahio fora com a vanguarda dos arcabuzeiros e fez com muito esforço afastar os mouros e com açaz dano que lhe fez e ao fastar dos mouros se desmamdaram alguns de cavalo e eu fuy fora e os recolhy e fi los meter do escoadram pera dentro e vimos recolhendo ate o meo do caminho da outra tramqueira e delxey aly a gente co adayl e torney me ao escoadram de Dom Pedro e lhe dise que se viesse recolhendo e ele asy o fez. E crea Vossa Alteza que dentro no escoadram lhe vinham as lamças darremesso e feriram lhe dous criados as lamças darremesso outra e elle se veio recolhendo em

seu escoadram cerado e com muy booa ordem de gerra e como muy espicial cavaleiro que elle he.

A este tempo os mouros romperam a tramqueira do Valo Novo que eu fiz e vinham me tomar a diamteira e Dom Dioguo vynha demandar me com o escoadram e lhe tolheo tomarem me a diamteira porque era muita gente. *Pode* Vossa Alteza crer que o fez Dom Dioguo tambem e valemteamente que bem se mostrou ser neto do conde do Prado e fez muito grande dano em os mouros com arcabuzaria que loguo ahy cairam deles. *E* eu como asy o vy vir fuy a ele soo que a gente de cavalo estava junta e lhe dise que se chegase pera o escoadram de Dom Pedro e torney me pera o escoadram de Dom Pedro porque caregavam muito os mouros sobre elle e me vym asy na diamteyra a cavalo por me os soldados virem o rosto e nam fazerem desmancho e fugirem e Dom Pedro vynha na traseyra e lhe cayo esmorecido hũu dos feridos que trazia e esteve quedo. *Fuy* a traseyra dizer lhe que amdase dise me que aquele homem que o nam avya de deyxar. *Tomaram-no* entam tres ou quatro homens e o trouxeram no (2 v.) e ele amdou e se ajuntaram ambos os escoadroes o seu e o de Dom Dioguo e os recolhi pela tramqueira demtro ate junto da vylla e trouxeram pera a vila muitas das lamças dos mouros que nos arrenegavam e mais de xx com bamdeyras. E estamdo Dom Pedro e Dom Dioguo jaa recolhidos na tramqueira eu me vym a curar e mamdey a Aires de Sousa hũu cavalo e mandei lhe dizer que recolhese eses homens que amdasem desmamdados per eses valos e ele o fez. E crea Vossa Alteza que posto que Ayres de Sousa se nam achase nesta baralha que aly omde estava fez muito porque deffemdeo a prala aos mouros nos nam tomarem ha diamteira porque por todas as partes nos coreram. *Parece* me que seriam mais de dous mil de cavalo. *Era* o alcaide da almasala do xariffe e seu adayl e o alcaide dos allarves e a gente dAza-mor e era gente toda muy luzida. *Parece* me que levam muita gente morta porque asy a tramqueira da peleja que com eles tivemos asy das lamças como despingardeiros e besteiros que comigo tinha receberam muito dano e asy o receberam do escoadram de Dom Pedro e de Dom Dioguo.

Oje se acharam muitos cavalos mortos dos seus pelo campo. *Elles* nam nos mataram nhũ homem nem feriram mais que os que tenho ditos a Vossa Alteza e nam nos levaram nhũa coussa.

Senhor Bras diz que esta carta leva a Vossa Alteza.

He filho de Pedro Diaz hũu homrrado cavaleiro que vyviam (*sic*) em Çaffim. No cerquo de Çafim o mataram pegado comiguo pela qual rezam eu saam em muita obrigaçam a seus filhos.

Este Bras Diaz he muito valemte homem e me acompanhou muy bem a esta tramqueira e lhe feriram junto comigo o cavallo. *Ele* serve aquy o officio de limgoa.

Beijaria maos de Vossa Alteza mandar lhe pasar delle sua carta e fazer me Vossa Alteza a mym merce que hũu seu irmam que estaa degradado pera sempre pera o Brassil mandar lhe mudar o degredo pera esta villa.

Joham Gomez estaa perigoso de sua ferida e he hũu homem que merece muita merce e omrra de Vossa Alteza. *Tem* hũu filho pequeno e tres filhas hũa delas molher. *Ele* tem de Vossa Alteza cinco mil reaes da temça com o abito e he alcaide moor desta villa.

Merce fara Vossa Alteza a ele e a mym fazer lhe merce pera seu filho da temça e a filha mayor dallcaldaria pera seu cassamento.

Francisco Lois nam tem filhos. *Se* ele vyver Vossa Alteza lhe deve fazer muita merce porque elle a merece.

(3) O Tome Pimto estaa mal. *Tenho* receo que moira. *Elle* serve aquy dapomtador e era apomtador em Azamor.

Faça me Vossa Alteza merce se morer do officio pera hũu dos seus filhos.

Fernam Leite me fara Vossa Alteza merce toma lo e ave lo por seu porque elle he homem pera isso e mereceo muy bem este dia.

Lopo Fernamdez que he porteiro das portas desta villa he cavaleiro homrrado e tem o abito de Vossa Alteza sem temça.

Eu faley a Vossa Alteza que o tomasse quando laa fuy. Vossa Alteza me mamdou a Fernam'd'Alvarez. Fernam'd'Alvarez me dise que para Janeiro o tomaria Vossa Alteza. *Estamos* em Janeiro merce fara a elle e a mym toma lo.

Lois Gonçalvez esquerdo que viveo em Çaffim he muy bom cavaleiro. *Serve* aquy o officio dalmotace. *Merce* me fara Vossa Alteza aver por bem que seja seu.

Senhor nenhũa polvora despingarda haa nesta villa nem muros dela e estaa nestas cousas nosa deffensam. *Mamde* nos prover delas.

Muy bem o fizeram Amtonio Fernamdez Rouquinho e Pedro Lois e Amtonio de Matos.

O adayl nam tem mais que quatro mil reaes de temça. *Bertolameu* Cavalo alcocadem outros quatro. *No* officio saam homens de calidade que merecem mais homrra e mais merce e elles me tem careguo aguora do campo emquanto jaço nesta cama. *Muita* merce me fara Vossa Alteza mandar lhe lamçar a ambos o abito com a tença que ouver por seu serviço e folgaria eu senhor muito que visem eles que valla eu ysto com Vossa Alteza.

Joham Gonçalvez vay estamdo muito mal. *Parece* me que morera. O que peço a Vossa Alteza pera seus filhos he bem pouco pera o que elle merece.

Merce me fara Vossa Alteza mandar me respomder per Bras Diaz asy a este requerimento de Joham Gomez como a todos os outros que

lhe peço e Bras Diaz me mande Vossa Alteza despachar logo porque he homem que asy nam escuso hũa ora.

Ha agea arrebehtou este dia que nos coreram que foy o primeiro dia que com ela atyraram. *Dizem* que foy mal fumdida e que por yssou arrebehtou. *He* necessario aver aquy tres ou quatro tiros daquela sorte pera jugarem em riba dos biluantes e (3 v.) tambem como fizer bom tempo que venham os outros tiros que ham de jugar nas bombardas ao longuo das cavas em caravelas estromcadas como tenho stprito a Vossa Alteza.

Aquy ha xxx bombardeiros. *Saam* necesarios mais dez que sejam homens esprimmentados no officio e em arte de foguo que saibam a arte do foguo.

Quanto as obras eu dise a Joham Ribeiro e a Joham de Castilho que stprevesem a Vossa Alteza o pomto em que estaa e o que era necessario e eles o faram.

A estes homens do campo que mataram os cavalos mamdey dar a cada hũ dez mil reaes pera se encavalgarem e pera que tambem tenham ausadia pera chegarem e pelejarem.

De Mazagam aos xxb de Janeiro. *Ho* doutor Antonio Gentill he muito bom leterado e fijsyquo como Vossa Alteza sabe e em verdade diguo a Vossa Alteza que almda he milhor cavaleiro que fisyquo nem leterado.

Luis de Loureiro

(4 v.) A el rey nosso senhor.

1542

De Luis de Loureiro de xxb de Janeiro da villa de Mazagão.

(R. C.)

4437. XVIII, 5-15 — Cartas (*duas*) de Jordão de Freitas a el-rei D. João III, nas quais lhe conta as injustiças que lhe tinham sido feitas. Cochim, 1548, Janeiro, 7. — *Papel, 6 folhas. Bom estado.*

Senhor

Porque as dilygencias de quem faz o que nam deve sam muitas num he muito levarem ho preço e merecimento de quem faz o que deve. *Diguo* isto porque cuidando eu que servia ha Deuz Noso Senhor e a Vossa Alteza como cuido que day naceo estar tam azado fazer se hũa cousa e a outra nam tam somente no tempo que a Martym Afonso coube de

sua governança fui mall tratado com mandar Fernam de Sousa ao negoceio dos castelhanos que eu tinha tam mansos e quietos como se vio por espiriencia e o tempo deu testemunho. *Mas* aynda aguora no tempo que Dom Joam de Crasto governa fui tyrado da forteleza de que me Vossa Alteza fez merce por tres annos com muita ofensa e desonrra de que daram suas rezões que nam sey como podiam parecer bem a ninguem e mandou meter de pose ho rei de Gue.

Dom Jorge de Crasto capitam ante mim de Maluco fazya muitos queyxumes em suas cartas a Vossa Alteza sobelo negoceio dos castelhanos e aguora ele foy o que mais fez e requeryo polo dicto rey nam lhe pertencendo o reino por derecho e sendo Vossa Alteza alevantado por rei nam tam somente polo testamento que Dom Manuell que Deus aja fez mas aynda polo povo ho asy (1v.) pedir requerer aceytar e consentir a quall deligencia eu fiz com todalas solenidades como se requiere pera semelhante auto sendo presentes os castelhanos que eu tenho que Noso Senhor Deuz quis permitir que viessem em semelhante tempo ter a Maluco por se nam poder nunca aleguar nem dezer que foy fecto sortaticio e nam tam somente me mandou yr caminho da Yndea a dar conta destes pecados de que sam acusado. *Mas* aynda me foy vendyda minha fazenda em preguam a menos do justo preço pera se paguarem perdas dannos e custas ao dicto rei e aynda me dizem que me mandavam yr preso em ferros e me foy tyrado ho anno da monçam do cravo em que me ouvera d'aproveitar que me fizeram de perda passante de R pardaos. *E* porque aleguava embarguos a sentença asy por ser dada contra parte nam citada e se fazer com tanta desordem que a patente que foy dada a Bernaldym de Sousa que me veo tyrar dezya ser fecta a xxblijº de Março e a sentença dezer ser fecta a xxix de Março e o mandado do governador per que mandava que se fizesse a exucaçam dezya ser fecto a sels de Março. *Nam* tam somente me niso quiseram goardar nhũa justiça e todo ho emxuquetado mandaram entreguar a parte nam lhe tomando nhũa fyança nem na mandando socrestar como Vossa Alteza manda em suas ordenações de que la mando a Vossa Alteza estormentos mas aynda outros que tyrava que fazyam muito a meu caso em que pedia ho trelado dũa devasa que se tyrou contra ho rey e o trelado da patente de Bernaldym de Sousa e da perda que me era feita que lhe a ele Bernaldym de Sousa ficava tudo em proveito por lhe nam danar as merces que lhe Vossa Alteza podia fazer como de feito fez em lhe dar Ormuz me tomou forçosamente com poder da justiça sendo entregues a Duarte de Miranda capitão da carreira de Maluco por (2) autoridade da justiça de que tyre y hũ estormento dado pelo escryvão de seu officio que mando a Vossa Alteza com outros negoceos mui feos e de muita desparidade que qua foram feitos em ser soneguado o testamento de Dom Manuell em que deixava Vossa Alteza por erdelro e nam apresentado ao tempo do dar da sentença contra mim de que

naceo mandarem meter de pose o dicto rei o que eu recramei e diso tyreý estormentos como de tudo mando a Vossa Alteza recado.

E veo segundo o que tenho alcançado que Dom Joham o governador foy mall enformado por pessoas que apasyonadamente o quizeram enformar mall que nam he de crer que hũ homem de tam boa consciencia segundo fama e mais que tanto estremece nas cousas do serviço de Vossa Alteza so testamento vira ou soubera dele parte que tall mandara fazer sendo tanto em perjuizo do seu serviço.

E eu vou agora dar conta destes pecados de que me dizem que Dom Joam estaa ja bem arrependydo por tall ter feito.

La mando Galaaz da Mata meu criado com todas estas cartas e papes e recado a meu irmão Gonçalo de Freitas que venha ay a corte dar conta meudamente a Vossa Alteza de todos estes negoceos a que peço por merce que queira ouvir e manda los ver por leterados porque me temo nam queira sustentar ou aformosentar sua maa rezão quem nisto fez o que nam devia. *E* a meu irmão se pera qua quiser vir e pedir a Vossa Alteza algũa merce querer lha fazer e dar hũa naao em que venha porque ha de trazer minha cunhada molher de meu irmão Dlogo de Freitas com hũa fylha e fylhos. *E* quisera mandar nestas naaos Antonio de Freitas meu filho que he o que fez fazer a Dom Manuell ho testamento de que nam avia nhũa lembrança em Malaca a quem Vossa Alteza e seus governadores qua dam as suas fortalezas. *E* por estar e vir muito doemte de Malaca comigo ter aqui a Cochym (2 v.) o nam fiz.

E mando tambem a Vossa Alteza hũa carta de Dona Ysabell rainha de Maluco may de Dom Manuell que Deuz aja a quall me mandou asynada em branqu com outra tall pera o governador pera que pusesse o que pasava acerca de seus negoceos o que me ela mandou dezer por hũa carta de minha molher que me escreveo a Amboyno depois d'eu partydo de Maluco donde lhe foy tolhydo e empedido que nam viesse e easy como presa e reteuda fycou em casa dum casado de Maluco porque quisera ela vir a Yndea ou yr se a Portugall fazer queixume de tantas sem rezões e gravos como lhe foram feytos pelo rei que novamente veo e da presumçam que teve e se tem de seu filho ser morto com peçonha e tambem dizer como estavam abalados os principaes da terra pera serem christãos esperando por seu filho e asy o fezerão seo rei Aeyro qu'eu mandey preso a Yndea nam viera o que tudo isto torvou quem tall meada ordenou.

E destas cousas nam peço a Vossa Alteza vingança mas antes perdoo tudo por amor de Noso Senhor Deuz porque me perdoe meus pecados e asy peço a Vossa Alteza que perdoe a quem me nisto ofendeo e fez o que nam devia somente me mande restetuir minha fazenda com totalas perdas e danos que me sam feytas que pola parte que cabe a minha molher e filhos nam he rezão que perqua alem de quoanto trabalho e perda e despesas me he feyta e dada em dous annos fora de minha casa afora o que Deus sabe aynda quoanto mais sera que se me nam fora

pola lealdade que devo a Vossa Alteza e por seu serviço nam perecer a myngoia de quem no requerise antes paguara tudo e me calara.

Lembro a Vossa Alteza que na yda de Benim onde me mandou o que passou e quoutos (3) desgostos me foram feitos servindo eu com tanta lealdade e asy o foy agora nesta que por ser tanto mayor e de mayor ymportancia he rezão que o sinta mais.

Item em Malaca quis saber que era fecto do testamento de Dom Manuell porque requeryo Antonio de Freytas meu filho a Garcia de Saa que era capitão e a Antonio Barbudo ouvydor o trelado dele pera mo levar a Maluco e nam lho quiseram dar porque eu nam fezese por ele a obra que fyz nem menos ho mandaram lançar nas notas polo risco que podya correr. *E* sayo me a isso Antonio Barbudo vendo que querya eu fazer dilygencias com a justiça sobr'ysso e deu me hũ asynado e certydam de Garcia de Saa em que confesa que recebeo dele o dicto testamento pera ho entregar ao governador da Yndea. *Requery* emtam ha justiça que tyrase ho testemunho d'Antonio de Freitas meu filho que he o que fez fazer a Dom Manuell o testamento e o testemunho d'Antonio Barbudo que he o que fez a minuta por onde se fez e o testemunho do tabalyam que o aprovou e das testemunhas que ay achey em Malaca que foram testemunhas da aprovaçam e o testemunho d'Antonio Lopez que he ho que o fez por mandado do dicto rey Dom Manuell e o trelado do auto que tynha em seu poder ho escryvão que fez a notefycaçam quando s'abryo. *E* com tudo isto provado me passaram hũ estormento que levo pera mostrar ao governador pera que quando nisto fose fecto algũ conluyo por aqui fycar provado.

A Santissima Tryndade acrecente o Reall Estado de Vossa Alteza com multos dias de vyda e saude.

De Cochym oje sete de Janeiro de 1548

Jurdhão de Freytas

(4 v.) A el rey noso senhor
De Jurdão de Freitas

(Vestígios do selo de lacre)

(5) Senhor

Cheguando aqui a Cochym achey tanta novidade de cousas que me dyseram e de julzos que se qua lançavam sobre mim que me fizeram medo. *E* Rui Gonçalvez veador da Fazenda me dyse que me fose logo pera Goa em busca do guovernador porque nam serya muito acha lo ja em Baçaym e que em meus negoceos nam avyam d'aver despacho nhũ porque o governador tynha escryto a Vossa Alteza e que ate dela

nam vyr recado nam podya ser despachado e doutra parte me dyzem que eu me verey com ho governador e que meus trabalhos se tornaram em prazer e contentamento.

Asy senhor que estas contraryedades me poem em muita confusam e certefyco a Vossa Alteza que me nam fora ter minha molher e fylhos minynos em Maluco que nestas naaos m'embarcava logo a yr me ver com Vossa Alteza que pola cabeça por onde cuido que tenho servydo me querem meter em cabeça que fyz o que nam devya e outros me dyzem que o governador estaa muito arrependydo e medroso por ter tanto errado em mandar a Maluco aquele rey tam per[ju]duciall ao serviço de Deuz e de Vossa Alteza (5 v.) e que a de querer atabucar me e fazer me byocos porque me contente com quoallquer cousa e meter me pera Maluco pera Vossa Alteza nam saber nem ser enformado da verdade nem dos seus supytos e desconcertos.

Asy senhor que me fara Vossa Alteza merce em querer ver os meus papes que leva secretamente o padre frey Geronimo de Santo Estevão prioll dos padres agostinhos e leva recado meu que os entregue ha Alvaro da Mata morador em Lyxboa omem muito meu amigo ate vyr recado de meu irmão Gonçalo de Freytas a quem escrevo que venha ay a corte dar rezão deles a Vossa Alteza e a requeryr minhas cousas pois Dom Joam la manda a sentemça que qua deu na Yndea contra mim com os do Desembargo.

Mande Vossa Alteza ver la tudo asy o que ele manda como estes que eu aqui mando e por hy sabera os erros que tenho feitos e sayba dos castelhanos o que pasou na verdade e asy me julgue e mande provysam do que se faça acerca do rei que Dom Joam la mandou meter de pose porque segundo m'afyrmam he que ele o nam a de mandar desaposar ate ver recado de Vossa Alteza e eu pera remedyo e por me nam ver tam perdydo tornar me ey pera minha casa ate ver remisam por Vossa Alteza a que Noso Senhor Deuz acrecente seu Real Estado com muita vyda e saude.

De Cochym oje sete de Janeiro de 1548.

Jurdhão de Freytas

(6 v.) A el rey noso senhor

De Jurdão de Freitas

(Vestígios do selo de lacre)

(R. C.)

4438. XVIII, 5-16 — Carta (*traslado da*) de mestre Francisco ao padre Inácio, da Companhia de Jesus em Roma, a respeito da cristianização de Maluco. Cochim, 1548, Janeiro, 20. — *Papel. 4 folhas. Bom estado.*

Trellado da carta que escreveo mestre Francisco da India ao padre Ignatio e padres que estão em Roma da Companhia de Jesu

La gracia y amor de Christo Nuestro Señor sea siempre en nuestra ayuda y favor. Amen.

Charissimos padres y hermanos en Christo Jesu.

En el año de 1546 os escrevy largamente de las islas de Ambueno las quales estan a 60 leguas de la ciudad de Maluco.

Esta ciudad de Maluco estaa poblada de portugueses donde el rey de Portugal tiene una fortaleza y señorean los portugueses todas las yslas que dan clavo y no a otras yslas que dan clavo sino estas de Maluco.

En las yslas de Ambueno estuve tres meses donde alhe siete lugares de christianos. El tiempo que ay estuve me ocupe en baptizar muchas crianças que estavan por baptizar a falta de padres porque uno que tenia cargo dellos murio avia ya muchos dias.

En acabando de visitar estos lugares y de baptizar los niños que estavan por baptizar llegaron siete navios a estas yslas de Ambueno de portugueses y entre ellos algunos castelhanos que venieron de las Indias del Emperador a descubrir nuevas tierras. Estuvieron en Ambueno toda esta gente tres meses e neste tiempo tuve muchas ocupaciones spirituales en predicar los domingos y fiestas en confessiones continuas en hazer amistades y visitar los dolientes. Eran de manera las ocupaciones que para estar entre gente no santa y de guerra no esparava allar tantos frutos de paz. Porque a poder estar en vij lugares en todos ellos allara ocupaciones spirituales. Alabado sea Dios para siempre jamas pues commonica tanto su paz a las personas que fazen quasi profession de no querer paz con Dios ni menos con sus proximos.

Passados estos tres meses se partieron estos vij navios para la India del rey de Portugal y yo me parti para la ciudad de Maluco donde estuve tres meses. En este tiempo me ocupe en esta ciudad en predicar los domingos y fiestas todas y confesar continuadamente todos los dias enseñava a los niños y christianos nuevamente convertidos a nuestra fee la doctrina christiana y todos los domingos y fiestas despues de comer predicava a los nuevamente convertidos a nuestra fee el credo en cada dia de fiesta un articulo de la fe. De manera que todos los dias de guarda hazia dos predicationes una en la missa a los portugueses y otra a los nuevamente convertidos despues de comer.

Era para dar gracias a Nuestro Señor el fruto que Dios fazia en enprimir en los coraçones de sus criaturas cantares de su loor y alabança en gente nuevamente convertida a su fee.

Era de manera en Maluco que por las plaças los niños y en las casas de dia y de noche las niñas y mugeres y en los campos los labradores y en la mar los pescadores en lugar de vanas canciones cantavan sanctos cantares como el Credo Padre Nuestro Ave Maria mandamentos obras de misericordia y la confession general y otras muchas oraciones todas en language. De manera que todos las entendian así los nuevamente convertidos a nuestra fee como los que no lo eran. Quiso Dios Nuestro Señor que en los portugueses desta ciudad y en la gente natural

de la tierra así christianos como infieles que en poco tiempo *invenia magnam gratiam coram oculis eorum*.

Passados los tres meses parti desta ciudad de Maluco pera unas yslas que estan 60 legoas de Maluco que se llaman las Yslas del Moro. Porque en estas avia muchos lugares de christianos y eran passados muchos dias que no eran visitados así por estar muy apartados de la India como por averen muerto los naturales de la tierra un padre que alla fue. En aquellas yslas baptize muchas criaturas que alle por baptizar y estuve en ellas tres meses y visite en este tiempo todos los lugares de christianos. Consoleme mucho con ellos y ellos conmigo.

(1 v.) Estas yslas son muy peligrosas por causa de las muchas guerras. Es gente barbara carecen de escripturas no saben leer ni escribir. Es gente que dan ponçonha a los que mal quieren y desta manera matan a muchos. Es tierra muy fragosa todas son sierras y muchos trabajos de andar carecen de mantenimientos corporales trigo vino de uvas no saben que cosa es carnes ni ganados ningunos ay sino algunos puercos por grande maravilla. Puercos monteses ay muchos. Muchos lugares carecen de agoas buenas pera beber. Ay aroz en abastança y muchas arbores que se llaman çagueros que dan pan y vino y otros arbores que de su corteza hazen vestidos com que todos se visten. Esta cuenta os doi para que sepais quan abundosas yslas son estas de consolaciones spirituales porque todos estos peligros y trabajos voluntariamente tomados por solo amor y servicio de Dios Nuestro Señor son thesoros abundosos de grandes consolaciones spirituales en tanta manera que son yslas muy despuestas y aparejadas para un hombre en pocos años perder la vista de los ojos corporales con abundancia de lagrimas consolativas.

Nunca me acuerdo aver tuvido tantas y tan continuas consolaciones spirituales como en estas yslas con tan poco sentimiento de trabajos corporales andar continuadamente en yslas cercadas de inimigos y pobladas de amigos no muy fixos y en tierras que de todos remedios pera las enfermedades corporales carecen ay quasi de todas ayudas de causas segundas para conservacion de la vida mejor es llamarlas yslas de esperar en Dios que no Yslas de Moro.

Ay en estas yslas una gente que se llaman tavaros. Son gentiles los quales ponen toda su foelicidad en matar los que pueden y dizen que muchas vezes matan sus hijos o mugeres quan no allan que matar. Estos matan muchos christianos. Una ysla destas quasi siempre treme y la causa es porque en esta misma ysla ay una sierra que continuamente echa fuego de sy y mucha ceniza. Dizen los de la tierra que el grande fuego que debaxo esta quema las sierras de piedra que estan debaxo de tierra y esto parece ser verdad porque muchas vezes se acontesce saliren fuegos piedras tan grandes como grandísimos arboles y quando faze grande viento echan los vientos de aquella sierra tanta ceniza pera baxo que los hombres y mugeres que estan trabajando en los campos quan

vienen a sus casas vienen todos llenos de ceniza que no les parece sino los ojos y narizes y boca que parecen mas demonios que hombres. *Esto* me dixeron los naturales de la tierra porque yo no lo vy.

El tiempo que ay estuve no fueron estas tormentas de viento mas me dixeron que quan aquellos vientos reynan que la mucha ceniza que los vientos consigo traen ciega y mata muchos puercos monteses porque passados los vientos los allan muertos y tambien me dixeron los de la tierra que quando estos tiempos cursan que allan a la orilla de la mar muchos pescados muertos y esto que lo causava la mucha ceniza que los vientos traen de aquella sierra y que los pescados que bivian agoa mezclada con tal ceniza morian. Y quan ellos me preguntavan que era aquello les dizia que era un inferno adonde y van todos los que adoravan en idolos. Era el tremor de la tierra tan grande que un dia de San Miguel estando en la yglesia diziendo missa tremio tanto la tierra que tenia medo que no cayesse el altar forte Sam Miguel por virtud divina los demonios de aquellas partes que impedian el servicio de Dios los punia y mandava que le fuessen al infierno.

Despues de aver visitado todos los lugares de christianos destas yslas torne otra vez pera Maluco onde estuve otros tres meses predicando dos vezes todos los domingos y fiestas una por la mañana a los portugueses y otra despues a los christianos de la tierra (2) confessando continuadamente por la mañana y por la tarde y a medio dia enseñando todos los dias la doctrina christiana y despues de la loctrina christiana acabada en los domingos y fiestas predicava a los christianos de la tierra los articulos de la fe guardando esta ordem que en cada fiesta declarava un articulo de la fe reprehendiendo los mucho de las ydolatrias passadas.

En estos tres meses que estuve en Maluco desta 2ª vez predicava los miercoles y los viernes a las mugeres de los portugueses solamente las quales eran naturales de la tierra y les predicava sobre los articulos de la fe y mandamientos y sacramentos de la confession y communion porque en este tiempo era Quaresma y asi por la Paschua. Muchas se comulgaron que antes no se comulgavan con ayuda de Dios Nuestro Señor. *En* estos vj meses que estuve en Maluco se hizo mucho fruto asi en los portugueses y sus mugeres hijos y hijas como en los christianos de la tierra.

Acabada la Quaresma con mucho amor de todos asi de los christianos como de los infieles parti de Maluco pera Malaca por la mar. No me faltaron ocupaciones y en unas yslas que alle quatro navios estuve con ellos en tierra algunos xv o xx dias donde les predique tres vezes. *Confesse* a muchos y hize muchas pazes. Quando me parti de Maluco por evitar lloros y plantos de mis devotos amigos y amigas en la despedida me embarque quasi a media noche. Esto nom me basto para los poder evitar porque no me podia esconder dellos. De manera que la noche y el apartamiento de mis hijos y hijas spirituales me ayu-

daron a sentir alguna falta que por a ventura my ausencia les podria fazer para la salvacion de sus animas.

Dexa ordenado antes que de Maluco partiesse como todos los dias le continuasse la doctrina christiana en una yglesia y una declaracion que en breve hize sobre los articulos de la fe se continuassen y la supiesen en lugar de orationes los nuevamente convertidos a nuestra fe un padre clerigo devoto y amigo mio quedo que en my ausencia los enseñaria todos los dias dos horas y un dia en la semana predicar a las mugeres de los portugueses sobre los articulos de la fe y sacramentos de confession y communion y tambien el tiempo que estuve en Maluco ordene que todas las noches por las plaças se encomendassen las almas de purgatorio y despues todos aquellos que biven en peccado mortal y esto causava mucha devocion y perseverancia en los buenos y temor y espanto en los malos. Y asi elegeron un hombre los de la ciudad vestido en habitos de la misericordia que todas las noches con una lanterna en la mano y una campana en la otra anduviesse por las plaças y de quando en quando se parasse encomendando com grandes voces las animas de los fieles christianos que estan en el purgatorio y despues por la misma orden las animas de todos aquellos que perseveran en pecados mortales sin querer salir dellos de los quales se puede ben dizer *Deleantur de libro viventium et cum justis non scribantur*.

El rey de Maluco es moro y vasallo del rey de Portugal y honrasse mucho de lo ser y quando en el habla lo llama el rey de Portugal mi señor.

Habla este rey muy bien portugues y las principales yslas de Maluco son de moros.

Maluco no es tierra firme son todas yslas.

Dexa el rey de ser christiano por no querer dexar los vicios carnales y no por ser devoto de Mafoma. No tiene otra cosa de moro sino ser de pequeño circuncidado y despues de grande ser cien vezes casado porque tiene cien mugeres principales y otras muchas menos principales.

Los moros de aquellas partes no tienen doctrina de la ceita de Mafoma. *Carecen* de alfaquis y los que son (2 v.) saben muy poco y quasi todos estrangeros.

Este rey me mostrava muchas amistades entanto que los moros principales de su reyno le tenian a mal. Desseava que yo fuesse su amigo dandome esperanças que en algun tiempo se haria christiano. Quería que o amasse con esta tacha de moro dizendome que christianos y moros teniamos un Dios comun y que en algun tienpo todos seriamos unos. Holgava mucho quien o visitava nunca pude acabar con el que fuesse christiano prometome que haria uno de sus hijos christiano de muchos que tiene con esta condicion que depois de christiano fuesse rey de las Yslas del Moro.

Daquy a ilij^o meses Dios Nuestro Señor queriendo le mandaraa el governador de la India todos los despachos que le manda pedir para que su hijo despues de christiano sea rey de las Yslas del Moro.

En el año de 1546 escrivy de Ambueno antes que partiesse para Maluco a los de la Compañia que o qual año venieron de Portugal que para el año de 1547 en las naos que partiessen de la India para Malaca veniessen para aquellas partes algunos dellos y asi lo hizieron de manera que partieron de la India para Malaca tres de la Compañia dos de missa Joan de Bera y o padre Ribeiro y Nicolao Lego los quales alle en Malaca quando de Maluco venia para Malaca. Con ellos recebi mucha consolacion un mes que estuvimus juntos en veer que eran siervos de Dios y personas que en aquellas partes de Maluco avião de servir mucho a Dios Nuestro Señor. Ellos partieron de Malaca pera Maluco en el mes de agosto del año de 1547. Es navegacion de dos meses.

Diles este tiempo que con ellos estuve en Malaca larga informacion de la tierra de Maluco de la manera que se avia de hazer en ella conforme a la experiencia que della tenia. Estan tan longe de la India que nom podemos saber nuevas dellos sino una vez en el año. Mucho les encomende que escriviessen todos los años muy largamente para Roma dando cuenta menudamente de todo el servicio que a Dios Nuestro Señor fazen en aquellas partes y de la desposicion que en ellas ay y asi que damos que lo avian de hazer.

En Malaca estuve ilij^o meses esperando tiempo para navegar y venir a la India. En estos ilij^o meses tuve muchas ocupaciones espirituales todas. *Predicava* dos vezes todos los domingos y fiestas a los portugueses por la mañana en la missa y despues de comer a los christianos de la tierra declarando en cada fiesta a los nuevamente christianos un articulo de la fe. Acudia tanta gente que fue necessario ir a la yglesia mayor de la ciudad. En confessions continuas era muy ocupado tanto que por no poder cumplir con todos estavan muchos mal conmigo y por ser estas unas enemistades fundadas en un avorrecimiento de peccados no me escandalizava dellos mas antes me edificavan viendo sus sanctos propositos. Los domingos y fiestas eran muchos los que se comulgavan. Todos los dias despues de comer enseñava la doctrina christiana. A esta doctrina acudia mucha yente venian los hijos y hijas de los portugueses mugeres y hombres de la tierra nuevamente convertidos a nuestra sancta fe y la causa porque venian muchos pareceme que era porque siempre les declarava alguna parte del Credo.

En este tiempo fui mui ocupado en hazer muchas amistades por causa que los portugueses de la India son muy bellicosos. Acabada de enseñar la doctrina christiana enseñava a los niños y a la gente christiana de la tierra una declaracion que hize sobre cada articulo de la fe en language que todos entienden conformandome con las capacidades de lo que pueden alcançar a entender los naturales de la tierra nuevamente convertidos a nossa sancta fe y esta declaracion en lugar de ora-

ciones les enseñava (3) así en Malaca como lo hize en Maluco pera fazer en ellos firme fundamento de creer bien y verdaderamente en Jesu Christo dexando de creer en vanos idolos. Esta declaracion se puede enseñar en un año enseñando cada día un poco 20 palavras que pueden bien decorar despues que van entendiendo la historia del advenimiento de Jesu Christo y repetidas muchas vezes estas declaraciones sobre el Credo quedan mas fixas en la memoria y desta manera vienen en conoscimiento de la verdad y avorrescimiento de las vanas ficciones que los gentiles passados y presentes escriven de sus idolos y de sus echizerias.

En esta ciudad dexe muy encomendado a un padre de missa que enseñasse aquella doctrina todos los dias de la manera que yo enseñava y así me lo promittio de fazer. Espero en Dios Nuestro Señor que lo llevara adelante. Fue muy requerido a mi partida de todos los principales de Malaca pera que fuesen alla dos de la Compañia a predicar a ellos y a sus mugeres y christianos de la tierra y a enseñar la doctrina christiana a sus hijos y hijas y a todos sus esclavos y esclavas de la manera que yo fazia. Fue tan importunado dellos y veo que es tanto servicio de Dios Nuestro Señor y una deuda que les devemos todos por lo mucho que aman a nuestra Compañia que me parece que tengo de fazer todo lo possible pera que vayan dos de la Compañia este mes de Abril del año de 1548 porque en este tiempo parten los navios de la India para Malaca y para Maluco.

Estando en esta ciudad de Malaca me dieron grandes nuevas unos mercadores portugueses hombres de mucho credito de unas yslas muy grandes de poco tiempo a esta parte descubiertas las quales se llaman las yslas de Japon donde segundo parecer dellos se faria mucho fruto en acrecentar nuestra sancta fee mas que en nengunas otras partes de la India por ser ella una gente desseosa de saber en grande manera lo que no tienem estos gentiles de la India. Vino con estos mercadores portugueses un japon llamado por nombre Angero en busca mia porquanto los portugueses que alla fueron de Malaca le hablaron en my. Este Angero venia con desseo de confessarse conmigo porquanto dio parte a los portugueses de ciertos pecados que en su juventud tenia hechos pidiendoles remedio pera que Dios Nuestro Señor le perdonasse tan graves pecados. Dieronle por consejo los portugueses que veniesse a Malaca con ellos a verse conmigo y así lo hizo viniendo a Malaca con ellos y quan el vino a Malaca era yo partido para Maluco de manera que se torno a embarcar para ir a su tierra de Japon. Como supo que yo era ydo para Maluco estando ya a vista de las yslas de Japon dioles una tormenta tan grande de vientos que se vuleran de perder. Torno entonces otra vez el navio en que yva camino de Malaca donde me allo y holgo mucho conmigo y me vino a buscar con muchos desseos de saber cosas de nuestra ley. El sabe hablar portogues razonadamente de manera que el me entendia todo lo que yo le dezia y yo a el lo que me hablava.

Si así son todos los japones tan curiosos de saber como Angero pareceme que es gente mas curiosa de quantas tierras son descubiertas.

Este Angero escriuia los articulos de la fee quando venia a la doctrina christiana y iba muchas vezes a la iglesia a rezar fazíame muchas preguntas. Es hombre muy desseoso de saber que es señal de un hombre se aprovechar mucho y de venir en poco tiempo en conoscimiento de la verdad.

Dahy a ocho dias que Angero llevo a Malaca parti para la India y holgara mucho que veniera este japon en la nao que yo venia. Mas por el conoscimiento que tenia con otros portugueses que venian a la India no le parecio bien dexar la compañía de la qual tenia recebido muchas honrras y amistades.

Espero en Cochim por el de aqui a x dias. *Pregunte* a (3 v.) Angero sy yo fuesse con el a su tierra si se harian christianos los de Japon respondiome que los de su tierra no se harian christianos luego diziendome que primero me farian muchas preguntas y verian lo que les respondia y lo que yo entendia y sobretodo si vivia conforme a lo que hablava y si hiziesse dos cosas hablar bien y satisfazer a sus preguntas y bivar sin que me hallasen en que me reprehender que en medio año despues que tuviessen experiencia de my el rey y la gente noble y toda otra gente de descriçion se harian christianos diziendo que ellos non son gentes que se rigen sino por razon.

A un mercador portugues amigo mio que estuvo en Japon muchos dias en la tierra de Angero le rogue que me diese por escrito alguna informacion de aquella tierra y de la gente della de lo que avia visto y oido a personas que le parecia que hablaban verdad. El medio esta informacion tan menuda por escrito la qual os envio con esta carta mia.

Todos los mercadores portugueses que vienen de Japon me dicen que si yo la fuesse faria mucho servicio a Dios Nuestro Señor mas que con los gentiles de la India por ser gente de mucha razon pareceme pelo que voy sintiendo dentro en mi anima que yo o alguno de la Compañia antes de dos años iremos a Japon aun que sea viage de muchos peligros así de tormentos grandes y de ladrones chinos que andão por aquel mar a furtar donde se pierden muchos navios. Portanto rogad a Dios Nuestro Señor charissimos padres y hermanos por los que alla fueren porque es una navegacion donde muchos navegantes se pierden.

En este tiempo Angero deprendiera mas la language portuguesa y veraa la India y los portugueses que en ella ay y nuestra arte y modo de bivar y en este tiempo cateizarloemos e sacaremos toda la doctrina chrystiana en lengua de Japon con una declaracion sobre los articulos de la fee que trata la historia del advenimiento de Jesu Chrysto Nuestro Señor copiosamente porque Angero sabe muy bien escribir letra de Japon.

Ocho dias a que llegue en la India y hasta agora no me e visto con los padres de la Compañia y por esta razon no escrivio dellos ny

del fruto que en estas partes tienen hecho despues que llegaron pare-
ceme que ellos os escriben largamente.

En este viage de Malaca pera la India passamos muchos peligros de grandes tormentas tres dias con tres noches mayores de las que nunca me vi en la mar. Muchos fueron los que lloravan sin vida sus muertes con promittimientos grandes de jamas navegar sin Dios Nuestro Señor desta los librasse. Todo lo que pedimos echar en el mar echamos por salvar las vidas. Estando en la mayor fuerza de la tormenta me encomende a Dios Nuestro Senhor começando de tomar primero por valedores en la tierra todos los de la bendita Compañia de Jesus con todos los devotos della y con tanto favor y ayuda entregueme todo en las devotissimas oraciones de la esposa de Jesu Christo que es la Sancta Madre Yglesia la qual delante de su esposo Jesu Christo estando en la tierra es continuadamente oyda en el cielo. No me descuide de tomar por valedores todos los sanctos de la Yglesia del Paraiso. Começando primero por aquellos que en esta vida fueron de la sancta Compañia de Jesu tomando primeramente por valedora la beata anima del padre Fabio con todas las demas que en vida fueron de la Compañia. Nunca podría acabar de escribir las consolaciones que recibo quando por los de la Compañia asi de los que viven como de los que reynan en el cielo me encomiendo a Dios Nuestro Señor. Entregueme puesto en todo peligro a todos los angeles procediendo por las nueve ordines dellos y juntamente a todos (4) los patriarchas prophetas apostolos evangelistas martires confessores virgines con todos los sanctos del cielo y para mas firmeza de poder alcançar perdon de mis infinitissimos peccados tome por valedora a la gloriosa Virgen Nuestra Señora pues en el cielo donde esta todo lo que Dios Nuestro Señor pide le otorga y finalmente puesta toda mi esperança en los infinitissimos merecimientos de la muerte y passion de Jesu Christo Nuestro Redentor y Señor. *Con* todos estos favores y ayudas alleme tan consolado en esta tormenta forte mas de lo que fue despues de ser libre della. Alhar un grandissimo pecador lagrimas de plazer y consolacion en tanta tribulacion pera my quando me acuerdo es una muy grande confusion. Y así rogava a Dios Nuestro Señor en esta tormenta que si desta me librasse no fuesse sino para entrar en otras tan grandes o mayores que fuessen de mayor servicio Suyo. Muchas vezes Dios Nuestro Señor me tiene dado a sentir dentro en my anima de quantos peligros corporales y espirituales trabajos me tiene guardado por los devotos y continuos sacrificios y oraciones de todos aquellos que debaxo de la bendita Compañia de Jesus militan y de los que estan agora en la gloria con mucho triunfo los quales en vida militaron y fueron de la dicha Compañia.

Esta cuenta os doy charissimos en Christo padres y hermanos de lo mucho que os devo para que me ayudeis a pagar todos lo que yo solo ni a Dios ni a vosotros puedo. Quando comieço a hablar en esta sancta Compañia de Jesus no se salir de tan deleitosa comunicacion ni se

acabar de escrivir. Mas veo que me es forçado acabar sin tener voluntad y mallar fin para ello por la prissa que tienen las naos. No se con que mejor acabe de escrivir que confessando a todos los de la Compañia *quod si oblitus unque fuero societatis nominis Jesu oblivioni detur dextera mea* pues por tantas vias tengo conocido lo mucho que devo a todos los de la Compañia. Hizome Dios Nuestro Señor tanta merced por vuestros merecimientos de darme conforme a esta pobre capacidad mia conocimiento de la deuda que a la sancta Compañia devo no digo de toda porque en my no ay virtud ni tanto talento para ygal conocimiento de deuda tan crescida mas pera evitar en alguna manera pecado de ingratitud ay por la misericordia de Dios Nuestro Señor algun conoscimyento aun que poco.

Asi cesso rogando a Dios Nuestro Señor que pues nos junto en Su sancta Compañia en esta tan trabajosa vida por Su sancta misericordia nos junte e la gloriosa Compañia Suya del cielo pues en esta vida tan apartados unos de otros andamos por su amor y para que sepais quan apartados corporalmente estamos unos de otros es que quando en virtud de la sancta obediencia nos mandais de Roma a los que estamos en Maluco o a los que fuereamos a Japon no podeis tener respuesta de lo que nos mandais en menos de tres años y ix meses y para que sepais que es asi como digo os doy la razon. Quando de Roma nos escrivis a la India antes que recibamos vuestras cartas en la India se pasan ocho meses y despues que recebimos vuestras cartas antes que de la India partan los navios para Maluco se pasan ocho meses esperando tiempo y la nao que parte de la India pera Maluco en ir y tornar a la India pone xxj e un mes y esto con muy buenos tiempos y de la India antes que vaya a la respuesta a Roma se pasan ocho meses y esto se entiende quando navegan con muy buenos tiempos porque a acontecer algun contraste alargan el viage muchas vezes mas de un año.

De Cochim a xx de janero de 1548.

Minimus servus servorum Societatis nostris Jesu

Franciscus.

(4 v.) Jhesus

A mis charissimos in Christo padres y hermanos el padre Ignigo et caeteris fratribus delectissimae Societatis nominis Jesu qui sunt Romae et ubique terrarum.

De las Indias.

(R. C.)

4439. XVIII, 5-17 — Carta de el-rei D. João III ao duque de Bragança, na qual lhe participava o nascimento do príncipe. Alvito, 1531, Novembro, 4. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

4440. XVIII, 5-18 — *Este documento encontra-se no maço 5 de Cortes, n.º 4.*

Carta (*cópia da*) de el-rei D. João III para as Cortes em Évora e juramento do príncipe. 1535.

4441. XVIII, 5-19 — Carta de D. Estêvão da Gama a el-rei D. João III, na qual lhe dava informações dos que serviam na Índia. Goa, 1541, Outubro, 25. — *Papel. 8 folhas. Bom estado.*

Senhor

D'obrigação de meu careguo he esprever a Vossa Alteza como o qua servem asy pera a hús fazer merce como se lha outros requererem saber o que lhe merecem.

Comiguo foram ao Estreito por capitaes de galleyoes Tristam d'Atayde Dom João de Crasto Dom Francisco de Lyma Dom Francisco de Meneses Manoell da Gama Dom Gracia de Crasto. No galleão de Tristam d'Atayde e no de Dom Francisco de Meneses e no de Dom Francisco de Lyma foy a mayor parte da jemte d'armada em que elles gastaram muito do seu asy na viagem como na estada em Macua omde fizeram muito serviço a Vossa Alteza pela callidade da terra e pelo muito que compria a seu serviço ajudar a soste tamta gemte. O galleão de Dom João de Crasto hera mais pequeno levou pouca jemte e não foy tam pouca que nam fosem sesemta omeens. Manoell da Gama o mesmo e Dom Gracia de Crasto d'omens d'armas levaria dez ou doze pelo seu galleão ir careguado de mantimentos e lhe eu dizer que nom levase jemte. *Verdade* he que em Macua podera recolher asy quamta quisesa mas qua fogem do gasto e da despesa e quando a ham de fazer querem que seja a custa de Vossa Alteza.

Dom Martinho foy na naao Samta Cllara que tambem foy com mantimentos e Francisco de Moura feltor d'armada em outra naao que foy de mercador que comprey caregada de mantimentos e Gaspar de Pyna em húa caravella com a minha goarda e outra jemte.

(1 v.) Nas fustas forão por capitaes estes fidallguos Bernaldim de Sousa em húa muito gramde em que levou muyta jemte e a esta e a outra mais deu de comer em Macua e a sosteve e em toda a jornada servio Vossa Alteza com boa vomtade e em tudo se achou comiguo. *Tornou* na sua fusta.

Fernam de Sousa de Tavora foy em outra em que levou muita jemte que em Macua sosteve e nom se lhe pode negar fazer mais pelos lascaris que por sy. *Foy* comigo no meu catur a Suez. *Veyo* na sua fusta. Dom João Manoell foy em outra em que levou jemte arrezoadamente a que

deu sempre de comer em Macua e a Suez. *Foy* em hum catur por capitão. A vimda nom veyo na fusta por aver que vinha melhor nos galleyões.

Manoell de Sousa Sepullveda foy em hũa fusta em que levou jemte que em Macua sempre sosteve. *Foy* a Suez com Alomso Amriquez seu irmão pela sua fusta la naon ir. A vimda nam veyo na fusta.

Alomso Amriquez estava muito doemte nesta cidade e asy se embarcou pera o Estreyto dizemdo que amtes la querya ir morer que sarar qua. *Tinha* lhe dado hum catur em que foram seus criados e lascaris e por se achar bem as portas s'embarcou nelle. *Foy* a Suez por ser muito rimeiro. *Em* Macua agasalhou todos os seus lascaris muito bem. *Nom* veyo nelle por ser pequeno.

Martim Corea se embarcou daquy tambem muito doemte tamto que lhe mamdey muitas vezes requerer que nam fose comtudo se embarcou e por em Macua se achar bem lhe dey hum catur em que foy ate Cuaquem e por ahy se achar tam mall que de todo esteve morto e parecer que nam durarya oyto dias o mamdei em hũa fusta pera Macua omde como se achou bem recolheo muitos lascaris asy a que deu de comer e em tudo o que comprio a serviço de Vossa Alteza ajudou Manoell da Gama.

(2) Francisco de Saa foy em hũa fusta em que levou toda a jemte que nella coube e em Macua deu de comer aos lascaris que com elle foram e a outros. *Foy* a Suez no catur de Dom Luis d'Atayde. A vimda nam veyo na sua fusta por ser velha e roym mas elle em tudo o que se delle querem servir crea Vossa Alteza que ho faz com mui boa vontade.

Dom Diogo d'Allmeida Freire foy em hũa fusta grande em que levou muita jemte e a Suez foy em hum catur em que Dom Gracia de Crasto ya e a vimda della lhe dey a minha galleoyta em que veyo por na sua fusta vir Lyonnell de Lyma em Mayo a Imdea e nella veyo a Imdea e em Macua deu de comer a muyta jemte e servio bem Vossa Alteza.

Dom Diogo d'Allmeida dei lhe hũa fusta em que nam foy nem veyo somente de Macua ate Cuaquem foy nella e dahy ate Suez foy no meu catur.

Dom Luis d'Atayde dei lhe hum catur em que foram seus criados e lascaris. *Nam* foy nem veyo nelle por ser pequeno. *De* Macua foy nelle ate Suez. *Foram* com elle muitos fidallguos a que deu de comer e em Macua asy o fez aos seus lascaris. *E* pera o serviço de Vossa Alteza o acho sempre leve e bem asombrado.

Amrique Memdez de Vascomcellos foy em hũa fusta em que levou muita jemte e a esta e a outra muita deu de comer em Macua. *Foy* a Suez no catur de meu irmão veyo na sua fusta semdo muyto podre tamto que quando chegou a Dyoo se nam pode soster sobre a aguoa. *Damdo* lhe outros navios em que viesse numqua a quys alargar dizemdo que a avia de tornar a Imdea. *Aguora* o mandei ao Mallavar a fazer me

prestes as fustas que la ouvesem pera yrem comiguo a Cambaya. A tantos annos que o qua serve e bem asy com gasto de sua fazenda como com risco de sua pessoa que com rezão lhe pode Vossa Alteza fazer (2 v.) merce e allgũa deve de ter de se aver por moffimo de aver feita a muytos que muyto menos tem merecido que elle per serviço e per annos.

Luis de Loronha foy em hũa fusta ate Cuaquem e a Suez no catur de Dom Luis d'Atayde. A vinda nom veyo nella.

Dom João Mazcarenhas foy em hũa fusta e a Suez com Dom Gracia de Crasto na sua fusta nam veyo nella.

Diogo Pirez d'Eça foy em hum catur ate Suez em que levou a jemte que nelle lhe coube e a Suez muitos fidalgos. *Em* Macua agasalhou os seus lascaris muito bem e por vir muito doemte vinha no galleão de Manuell da Gama e por sua morte lhe dey a capitania delle.

Francisco Freire foy em hũa fusta e veyo nella. *Em* Macua deu de comer a muita jemte e a Suez foy no catur de Diogo Pirez e em toda a jornada serviu bem Vossa Alteza.

Rafaell Lobo foy em hũa fusta em que levou muita jemte. *Em* Macua agasalhou os mais lascaris que pode afora os seus. *Foy* a Suez no catur de Dom Christovão e em toda a jornada omde ouve pellejar se achou. A vinda veyo na fusta em que Dom João Manoell foy por trazer mais jemte e seer melhor e aguora o mamdei com quatro catures a corer esta costa ate Momte de Ly em busca de huns ladroes d'Onor e asy dar guarda a hũas naaos que me dizem que em hum rio amtre Batecalla e Momte de Ly estão com fundamemto de caregarem pera o Estreito.

Dom Jorge Tello por ser doemte e mall desposto nom foy nem veyo em hũa fusta que lhe dey em Macua. *S'embarcou* nella ate omde me pasey aos catures dahy foy com Dom Gracia de Crasto na sua fusta. *He* mui bom fidalguo e pera as cousas de serviço de Vossa Alteza lhe acharam sempre vomtade.

A Dom João Lobo dey hũa fusta. *Nam* foy nella nem veyo. *Em* Macua *s'embarcou* nella e foy ate omde me pasey aos catures (3) e a Suez foy na fusta de Dom Manuell de Lyma. *Em* Macua deu de comer aos seus lascaris e a ida e vinda mandou hum omem seu nella que deu de comer a todos.

Dom Manuell de Lyma foy em hũa fusta grande com jemte que sempre agasalhou em Macua e domde me pasey aos catures comprou a Francisco de Mello hũa muito remeira em que foy comiguo a Suez.

Francisco de Mello foy em hũa fusta comprada por seu dinheiro e domde me pasey aos catures a vemdeo a Dom Manuell de Lyma sem ninguem poder saber o porque.

Ruy de Mello seu irmãao partiu daqui comiguo e quymze leguoas da costa se tornou. *Devia* de ser por aver saudade da terra.

Lyonell de Lyma foy em hũa fusta ate omde me pasey aos catures e por ir doemte e nam poder ir comiguo lhe entreguel a armada que

a trouxese a Manoell da Gama e que de Macua se viesse a Imdea com novas e cartas minhas.

Antonio de Saa de Samtarem foy em húa fusta comprada por seu dinheiro e nella veyo e em Macua agasalhou os seus lascaris muito bem. *Foy* a Suez com Dom Manuell de Lyma.

Dom Payo foy e veyo em húa fusta pequena com muitos lascaris que em Macua deu de comer. *A* Suez foy com Dom Manoell de Lyma.

Fernão de Lyma filho d'Antonio de Lima que se perdeu na Ajuda vindo do reyno foy em húa fusta comprada por seu dinheiro e nella veyo e a Suez foy com Vicente Novaes.

Jorge Pymentell foy em huu catur pequeno e em Macua lhe dey a galleyota em que Dom Christovam foy em que veyo a Imdea. *Agasalhou* lascaris. *Foy* a Suez com Vicente Novaes.

(3 v.) Antonio Pereira filho de João Rodriguez Pereira foy em húa fusta e nella veyo com muitos lascaris que em Macua agasalhou. *Foy* a Suez no catur com Diogo Pirez d'Eça.

Rui Gomez d'Azevedo foy em húa fusta comprada por seu dinheiro e nella veyo. *Agasalhou* os seus lascaris em Macua muito bem. *Foy* a Suez na catur com Diogo Pirez d'Eça.

A Dom Antonio da Gama dei húa fusta e por ir mall desposto foy no meu galleão. *Foy* nella de Macua ate omde me mety nos catures e por ahy se achar muito doemte o fiz tornar pera Macua omde agasalhou os seus lascaris. *A* vinda veyo comiguo por ainda vir mall desposto.

Jorge de Mello Punho foy em húa fusta sua e veyo comprada por seu dinheiro. *Foi* nella a Suez. *Em* Macua agasalhou os seus lascaris.

Christovão de Crasto foy em hum catur comprado por seu dinheiro e a Suez foy no catur de Miguell Carvalho. *Nom* veyo no seu catur por se perder em Macua de vello. *Agasalhou* os seus lascaris o tempo que em Macua esteve.

Vasco da Cunha pelo eu querer levar comiguo e o nom leixar ir na sua fusta meteu seu irmão Antonio da Cunha nella com muitos lascaris que em Macua agasalhou com outros muitos que pera sy recolheo porque o tempo hera pera o asy fazerem os que ho serviço de Vossa Alteza desejão. *Foy* comiguo na minha galleyota emquanto fuy nella e depois que me pasey aos catures foy comiguo no meu. *Seu* irmão foy na fusta ate omde me apartey d'armada grande que por nam ser remeira se passou ao catur de Jorge de Mello em que foy a Suez.

Pedro Froes foy em húa fusta em que foy ate omde me apartey d'armada pera Suez. *Ahy* se passou ao catur d'Alonso Amriquez imdo bem mall desposto sem se querer tornar pera Macua e em Macua agasalhou muito lascaris que consyguo levou e muito bem e a vinda por vir muito doemte veyo na naao de Micer Bernaldo.

(4) Antonio de Souto Mayor foy em húa fusta pequena em que coreu asaz de risco ate omde se passou aos catures e por nam ser remeira foy a Suez com Dom Luis d'Atayde e em Macua o tempo que teve a sua

fusta agasalhou os seus lascaris. A vimda nom veyo nella por ser pequena e veyo Bertolameu d'Albuquerque que ma pediu e que serviu bem della ate qua.

Diogo Reynoso como ja tenho esprito a Vossa Alteza foy na minha galleyota ate Macua omde ma alargou.

Francisco Pereira filho de Duarte Pereira morador nesta cidade foy em hũa fusta comprada por seu dinheiro com levar dous irmaaos com-syguo e tornou nella domde mandey a armada pera Macua. *Se* pasou ao catur d'Antonio Pereira.

Jeronimo de Figueiredo foy em hum catur comprado a sua custa e por na travesa daquy ate Çacotora se perder de mim chegou a Macua a tempo que estava pera me partir e por vir doemte ficou em Macua o que prouvera a Deus que nam ficara porque elle foy hum dos amotinadores dos allevantados e por nam bollir com muitos nam tirey emque-ryção das culpas de ninguem porque a muitos abramgera. *Seu* irmão Gomes Bareto foy no seu catur ate omde mandey a armada pera Macua e embarcou se pera Suez com Jorge de Mello Punho.

Miguell da Cunha foy daquy em hũa fusta ate omde me apartey d'armada pera Suez e hy s'embarcou com [.....] ⁽¹⁾ onde foy a Suez e o tempo que em Macua esteve agasalhou os seus lascaris muito bem. *Nom* veyo na sua fusta que por muito velha a desfiz.

Miguell Carvalho foy em hũa fusta que comprou por seu dinheiro e nella foy ate Suez e veyo.

Antonio d'Araujo foy em hũa fusta sua ate omde me fuy pera Suez e dahy se tornou pela sua fusta ser pesada.

(4 v.) João de Memdoça foy e veyo em hũa fusta latina em que levou muita jemte que em Macua sosteve todo o tempo que hy esteve. *Foy* a Suez com Dom Manoell de Lyma.

Fernam da Silva foy e veyo em hũa fusta. *Em* Macua deu de comer aos seus lascaris e foy a Suez com Alomso Amriquez.

Symão Botelho eu lhe dey hum catur e por ser pequeno nom foy nem veyo nelle. *Em* Macua teve muitos lascaris e agasalhou os muito bem. *Foy* a Suez com Diogo Pirez d'Eçaa.

Francisco de Mezquyta foy em hũa fusta que comprou do seu dinheiro a qual foy a costa em Çacotora e nom que se perdese mais que ha fusta. *Foy* a Suez no meu catur e em Macua deu de comer aos lascaris que na fusta levava.

João de Magalhães foy em hũa fusta sua ate omde me apartey nos captures. *Dahy* o mandey as portas com tres fustas a daar goarda que nhũ socoro emtrase em Adem. *Em* Macua sosteve muitos lascaris e veyo na sua fusta.

⁽¹⁾ Espaço em branco no manuscrito.

Francisco Deilher foy e veyo em hũa fusta e em Macua sosteve os seus lascaris. *Foy* a Suez com Dom João Manuell. A dias que nestes barcos serve Vossa Alteza.

A João Jusarte dey hũa fusta em que nam foy nem veyo por ser maaomem do maar. *Em* Macua sosteve os seus lascaris que na sua fusta foram. *Foy* a Suez com Dom João Manoell.

A Dom Bernaldo filho do viso rey del hũa fusta pera nella ir de Macua. *Foy* nella ate omde me apartey e dahy s'embarcou com Dom João de Crasto e com elle foy a Suez.

Luis Memdez de Vasconcellos e Manoell de Vasconcellos meus prymos comirmãaos foram e vieram em cada hũa sua fusta e em Macua agasalharam outros lascaris. *Foram* a Suez. *Luis* Memdez comiguo e Manoell de Vasconcellos com Dom Christovão. (5) *E* aindá que como parentes os deva de gavar eu affirmo a Vossa Alteza que na jornada o serviram bem porque nella desejaram seu serviço e não foram a mão que se nom fizese enquanto eu qua estiver elles gastaram o tempo em ho servir e nam em viageens. *Luis* Memdez vay em hum galeam a Moçambique buscar os coffres porque he jornada em que me parece que ho servira.

Vicente Novaes foy em hum catur que lhe em Macua dey e nelle foy a Suez com muitos fidallguos e omees que com elle foram e na jornada serviu Vossa Alteza como sacretario quando compria e na guerra do que elle tem em custume fazer e de todos os que la vão folgarya que se Vossa Alteza enfformase de seu serviço e de quem he porque se o fezer eu fico que delle se syrva de grandes careguos e lhe faça muita merce.

A Ruy de Sousa deu Manoell da Gama a galleyota de Dom Christovam todo o tempo que em Macua esteve sem mim depois que armada de remo chegou a Macua em que ho mandou estar na aguoadá com muitos homeens pera que se nom fezese desordem servio nisso muito bem ate minha vimda em que gastou o que nam tinha.

Antonio Azedo me pediu licença pera se este anno ir requerer seu serviço por aver muitos annos que qua amda e ter que nese tempo foy bom lascarin e ter bem servido. *Qua* lhe mataram seu pay e hũa irmão. *Fazer* lhe Vossa Alteza merce segumdo sua calidade sera razão por bom enxemplo comtanto que nam seja desarrezoadá.

Em Macua quando parti com armada de remo s'embarcou Tristam d'Atayde em hũa galleyota que de qua levou e em hum catur em que levou todos os lascaris que pode e foy na galleyota ate omde me pasey aos catures que sendo muito gordo e velho nam ouve por trabalho a vida do catur mas antes foy com tanto contentamento e alivoroço que allguas vezes se envergonhavam (5 v.) mamcebos de o verem por de quam ma vomtade yão muitos avante.

Dom João de Crasto levou da Imdea hũa fusta em que s'embarcou em Macua e nella foy ate omde me pasey aos catures e ahy lhe dey hum catur em que Duarte Pereira ya a Suez e prouvera a Deus que

antes la nam fora porque domde cuidava que elle avia de ser o que amdase tirando os trabalhos da fantesya aos homeens elle hera o que lho dobrava e o que os capitaneava nos braçaes que cada dia tomavamos e se nom fora ser eu pera allgũa cousa nom fora muito aver tamanha torvação n'armada que se vira o capitam della em trabalho. *Bem* sey que pera quem o ja gavou a Vossa Alteza se nam fora a todos tam manifesto o que elle fez que me nom estivera bem dize lo.

Dom Francisco de Meneses levou da Imdea hũa fusta e quando Jorge seu primo foy de Macua foy nella ate omde detreminey de ir nos catures a Suez. Estando muito doemte de dous bichos em hum pee nam pude acabaar com elle que se tornase. *Dei* lhe ho catur em que Mateus de Bryto ya por ser remeiro foy toda a jornada doemte de bichos mas nãoo que em Allcocer e no Toro nam desembarcase como os sãaos e no Toro matou hum rume. Posso dizer a Vossa Alteza que em toda a jornada serviu tam bem que se nam podia mais pymtar e que he hum dos homr-rados fidallguos que a estas partes veyo se me eu nam engano ou se elle nam muda porque a medo gavarey ja ninguem a Vossa Alteza e nom sera rezão perder hum anno da sua fortalleza pelo ir servir omde gastou muito do seu e aventurou sua pessoa com mul boa vomtade omde outros muitos o fizeram per força mas com rezam deve de ser de Vossa Alteza agradecido seu serviço pera que outros ajam que fazem fazemda em allargarem as fortallezas e vyrem servir como elle fez.

(6) Dom Francisco de Lima foy em hũa fusta que da Imdea levou ate omde me apartey d'armada grande com muitos homeens e ahy s'embarcou na minha fusta e ainda que me ajam por sospeito por dizerem que sam seu amigo eu affirmo a Vossa Alteza que em toda a jornada o serviu muito bem e que em Macua sosteve no seu galleão de dozentas pessoas pera cima que foy grande serviço e os trouxe a esta cidade e que pera o servir lhe não vira ninguem maaos rosto nem arrecear gastos de sua fazemda nem periguo de sua pessoa ja lhe estara bem fazer lhe Vossa Alteza merce pois ha dez annos que amda qua e nelles servio muitos de capitam e allgũas vezes foy ferido e serey eu boa testemunha diso porque em Mallaqua em minha companhia o feryram duas vezes de que esteve a morte.

Dom Gracia de Crasto foy de Macua em hũa fusta em que foy a Suez por ser remeira. *Bem* o podera escusar de ir la pois o fez forçosamente e com ir contra sua vomtade e fazer outras cousas a sua e nom ey de negar a Vossa Alteza que ey que o servira muito mais em ficar em Guoa que em la ir.

Dom Martinho foy em Samta Clara e em Macua s'embarcou em hũa fusta que lhe ahy dey. *Foy* nella ate o lugar omde me apartey nos catures ahy s'embarcou no catur d'Allonso Amriquez em que foy a Suez. *Veyo* em Samta Clara ate quy com fazer muita agoa e demtro neste rio se foy ao fumo sem se poder soster e ja tinha ydade pera o fazer porque nhum lyame tinha que se nam desfezese com a mão.

Gaspar de Pina capitão da minha goarda foy e veyo em hũa caravella com sesenta omeens que em Macua sosteve e se por annos da Imdea merece merce dezasete ha que qua amda. *Posso* dizer por elle o que todos dizem em suas petiçõis que em tudo o que se na Imdea fez em seu tempo se achou.

(6 v.) Francisco de Moura feitor d'armada criado de Vossa Alteza nesa garda roupa foy na nao dos mantimentos e ate aguora cuidou que nom teve Vossa Alteza nestas partes feitor que como elle ho tenha servido e a prova de ser asy he ter bem de seu quando no careguo entrou e aguora nam ter nada e crea Vossa Alteza que lhe dey o careguo pera nelle merecer e nam em satisfaçam de seu serviço e elle asy o quer pela obrigaçam que ha que tem de servir Vossa Alteza. *Nesta* armada lhe acharam muitas vantagens dos outros feytores.

E pois esta carta he do serviço de todos tambem deve de ser pera nella lhe dar conta dallguas pessoas que sam prejudiciaes a seu serviço porque tenha Vossa Alteza por certo que a yda de Suez foy causa de se muitos descobryrem ao menos de se saber que quantos fidalgos mamcebos Vossa Alteza qua tem de dezoyto ate vinte e cinco annos nam querem pellejar nem ver se em cousa de periguo e ja lhes perdoarya nam no quererem se nam fosem causa de murmuraçõis e de poderem emprimir no povo pesar lhe tambem com yssos. *Tenho* que ysto lhe vem d'averem que nam tem necessidade de pellejarem nem servirem senam de amdarem qua tres annos pera se lhe fazer merce. *Elles* asy o dizem peramte mim e ham por mui grande serviço virem do reyno em hũa naao com baratas e pois ysto asy he nam compre a Vossa Alteza te los qua porque lhe custam muito e fazem pouco e maes sam causa doutros que serviryão bem nam no fazerem como Dom João de Crasto e Dom Gracia de Crasto fizeram por eu premder Dom Diogo d'Almeida e Dom Bernaldo que tiraram hum omem das mãas do ouvidor da cidade e de tres meirinhos que tinha cortado hum braço a outro e crea Vossa Alteza que mais servem d'escandellos que de lembrarem seu serviço porque louvado seja Deus ate guora nam ouve qua nhum que ho lembrase senam se fose cousa que fose em prejuyzo delle. *Dom* Gracia de Crasto nam vive dal qua senam de aqueryr (7) agravados e dar lhe rezões por omde o seião chegando aqui do Estreito sem neste thesouro achar nhum dinheiro me mandou pedir solido avendo outros que com maes rezam o deviam de pedir por seus gastos. *Eu* lhe mandey hum mandado de oytenta pardaos como dey a Dom Luis d'Atayde e a Bernaldim de Sousa que nesta jornada muito mais gastarão e mereceram elle mos engeltou com me esprever hum esprito de grandes agravos e per aquy vera Vossa Alteza como qua esta esta terra porque a Dom Gracia pagava o viso rey seu cunhado sesenta pardaos quando o mandava ao Mallavar com tres navios. *Elle* e Dom João Mazcarenhas estam de mym agravados por lhes ter feito mais homrra e mores pagamentos que ho viso rey vam se envernar a Dio por darem que fallar ao povo e nisto o servem qua e

nam em sosterem lascaris e se oferecerem pera as cousas de seu serviço.

Dom João de Crasto amostrou muito o fio e certo que nunca tall crera nem cuidara porque homem do povo nunca o vy como elle nem tanto danno poder fazer amtre jente mamceba e peca. *Asy* me sallve Deus que ousou desprever a Vossa Alteza quam perjudiciaes sera em toda parte que estiver a seu serviço porque elle nem come nem bebe nem o daa a ninguem pois pera capitão d'armadas abasta a prova do tempo que nesta terra esteve em tempo de seu cunhado não ir em nhúa das em que foy Dom Pedro e João de Sepulveda que heram de gasto e de pelejar. Bem sey que pera sondar barras e debuxar sabera muy bem fazer se lhe tenho feitas homrras e boas obras peço por merce a Vossa Alteza que ho sayba e achara que a ninguem as tenho feitas como a elle com sua fazemda e com a minha e porque nada lhe ey d'emcobryr o esprevo a Vossa Alteza pera que ypocresyas nam proveitem pera nada.

(7 v.) A Dom Bernaldo e Dom Diogo d'Almeida mamdo la porque tamanhos senhores nam ey que compre a serviço de Vossa Alteza estarem nesta terra porque ho de qua he pouco pera elles pois nom ha por nada tirarem hum omem das maaos do ouvidor e tres meirynhos que cortara ho braço a outro per cima do cotovello e porque qua nam ey de consentir nem consymto nhúa desobediencia a Justiça os mando la porque ho castiguo de qua he te los presos hum mes e mandar lhe pagar quynhentos pardaos que de força lhe ey de quytar pelos nam terem e aprovarem suas necesydades e la mando o auto de sua resystemcia. Muito ey que compre a serviço de Vossa Alteza verem os de qua que não homrra nem faz merce aos que de qua vam por culpas ou agravados do governador porque vendo o segumdo a opiniam de todos nam sey quam bem servido sera.

Este anno vão de qua muitos fidallguos aos quaes dey licença servirem as naaos nem jemte por aver que compria a seu serviço dar lha porque pera servirem são poucos e pera cuparem sam muitos. *Alguns* yrão que mereceram a Vossa Alteza fazer lhe merce e sera bem que lha faça mas comtudo muito lhe compre afforar bem os careguos de qua e te los em muito porque se o *asy* fezer trabalharam maes pelo servir e averam por mores as merces que lhe fezer e porque estamdo la Vossa Alteza me avia de pregumtar pelas cousas de qua me parece que sam obrigado a dizer lhe tudo o que ouver que he de seu serviço.

Muito ey que compre a Vossa Alteza nom dar nhum careguo de nhúa calidade que seja de capitam pera baixo e nhúa pessoa senam no tempo que nelle ouver demtrar porque damdo lho antes causa nam ser servido Vossa Alteza maes da pessoa a que o daa por aver quem ja nam tem que merecer e os outros todos que qua andam quererem ir a requerer sua medrança dizendo que se qua maes estiverem que quando pedir merce serem (8) dadas as cousas por tamtos annos que damdo lho fallte ydade pera as lograr e faze las Vossa Alteza ate gora *asy* faz nam no servirem e amdarem todos descomtemtes semdo lhe a todos feito

mais merce do que nunca se fez e nom lha fazendo Vossa Alteza senam no tempo que digo amdaram todos a quem melhor servira porque cada hum tera esperanza de ser o a que se faça. E se Vossa Alteza a fizer antes de tempo nam devia de leixar ver qua nhum capitão a que a tenha feito senam no tempo que lhe couber porque des que a tem nam servem e querem os pagamemtos dos soldos e merces segumdo o careguo que tem asy que por maes seu serviço averey estarem la ate que ajão d'emtrar nelles que em virem qua. Nam digo ysto perque me nam pareça muito bem gallardoarem se os serviços de quem o servir mas porque sam gramdes as desordeens e muito mores os desagradecimemtos das merces e pode ser que temdo Vossa Alteza em maes o de qua que muito pequenas tenham por muito grandes.

Beijo as reaes maaos de Vossa Alteza cuja vida e Estado Nosso Senhor acrecemte com longos dias de vida.

De Goa a xxb d'Outubro de 541.

Dom Estevam da Gama

(8 v.) Ano 541

25 Outubro

De Dom Estevam da Gama

Informação dos que la servem na India. Goa a 25 de Outubro de 1541.

A el rey nosso senhor

(selo)

(R. C.)

4442. XVIII, 5-20 — Carta de D. Rodrigo da Cunha ao bispo de Osma, na qual lhe fala da perda da armada que o imperador D. Carlos mandara a Maluco. Pernambuco, 1527, Junho, 15. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Reverendiso Señor

Aunque a Vuestra Reverendisima Señoria fasta agora no aya fecho nyngun servycyo hu minha nobleza y la estrema necisydade que de su socorro tengo me dan atrevimiento a le suplicar por servicyo de Dios me faga tan señalada merced que por su yntercesyon yo aya libertad daquesta prysion que tengo aqui en Pernanbuco fatorya del rey de Portugal en la tyerra del Brasil y podera ser por una de dos vias o que Vuestra Reverendisima Señoria escryva a Portugal alguna persona que aya un alvala del rey que con el primer pasaje sea levado de delante Su Alteza a ser ovido de justycya o aviendo Vuestra Reverendisima Señoria

una letra del enperador para el rey de Portugal que mande darme pasaje pues en servicyo de Su Magestad me perdi y fue desta manera que la armada de Su Magestad que yva a Maluco de que era capitan Ruy Garcya de Loaysa Fortuna nos maltrato y derroto en el Estrecho de Magallanes de manera que Santy Spirytus se perdio y la Capitana fue a la costa y falto poco de se perder la Nucyada y las caravelas perdyeron los bateles y ajustes y asy destrozada partyo la Nucyada la vuelta del Este dezia que yva por el cabo de Buena Esperança. Yo tome la vuelta del Estrecho con la nao Sam Graviel en busca de la Capitana e de las caravelas que me avian (1v.) dicho que las fallarya en el ryo de Sancta Cruz y no las pudiendo fallar corry la costa con asaz mal tyempo sin poder surgyr un anela fasta la Baya de los Patos que es en xxvijº grados y medio donde me repare d'agua y leña y carne y faryna para conplir mi viaje syn necesydade a Maluco ya que hera presto para me partyr viniendo el batel de tyerra se anego con xb onbres y otros muchos se me quedaron que fueron entre los muertos y quedados mas de cuarenta onbres de manera que me fue fuerça venir la vuelta d'España porque a uno estava seguro de los traydores que quedavan en la nao y junto con esto nos [co]miença la nao a fazer tanta agua que no nos podiamos valer tanto que nos convino arrybar al Brasil donde fallamos en un puerto tres naos francesas y por no poder fazer otra cosa entramos con ellas en el puerto faziendo todos sacramento solen que entanto que en el puerto estoviesemos fuesemos amigos y asi posymos mano adobar la nao Sam Graviel y syendo nos otros en carena la nao tan pendida como era posyble. Un dia las tres naos francesas se deixan venir sobre nosotros con toda su artylherya a la banda y nos comyençan a conbatyr de manera que no teniendo ningun remedio de nos defender por estar nuestra nao tan pendida de parecer del maestre y de algunos me fue necessaryo yr a las naos francesas a aver algun medio o acordio con ellos porque dotra manera no nos podiamos escapar y así fuy a las naos y con buenas palabras y algunas dadivas y promesas los fyz amigos (2) y se retruxeron donde solian estar y desocupan la salida del puerto y nuestra nao como fue derecha y se vido livre se faze a la vela largando los cables syn tener mas respeto se va la vuelta de donde quedaron los otros sus consortes y yo quede en manos de los franceses xxx dyas a cabo de los quales me echaron en tyerra en un batel sin vela ni pan ni agua ni otro remedio donde milagrosamente aporte aqui con vij personas que comigo salleron de la nao donde hemos estado y estamos ha vij meses fasta que vino aqui un armada del rey de Portugal y enviando una nao cargada de Brasil para Portugal suplique al capitan mayor me mandase dar pasaje para Portugal pues yo hera cryado del emperador y no avia fecho ningun deservicyo a el rey de Portugal y no quieren ni pyenso aver libertad syn mandado del rey de Portugal porque piensan que yo aya avido en el ryo de Solys quintales doro y de plata portanto suplico umillmente a Vuestra Reverendisima Señoria procure mi libertad con la qual y con mi persona

syenpre sere syervo de Vuestra Reverendisima Señoria aviendo recebido tan gran merced de su mano.

Y porque al señor Crystoval de Haro he escryto mas por estenso y por no fastydiar con mis luengas razones a Vuestra Reverendisima Señoria cesare rogando a Nuestro Señor la vida y estado de Vuestra Reverendisima Señoria prospere como por el es deseado.

Desta fatorya de Pernanbuco tyerra del Brasil a xb de junio de 1527

De Vuestra Reverendisima Señoria

umilll servidor que sus manos besa

Don Rodrygo da Cuña

(2 v.) Al reverendysymo señor el señor obispo d'Osma confesor de Su Magestad y presidente de las Yndias mi señor.

(R. C.)

4443. XVIII, 5-21 — Carta de D. Diogo de Sousa a el-rei D. João III, na qual lhe conta o que observara no choque de Mazagão. Mazagão, 1542, Janeiro, 25. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Senhor

A ordem que temos depois que aquy chegamos he a que nos deu Luys de Loureiro desta maneira

Aqy haa cymquo tramqueyras guardamo las as somanas cada hñu a que lhe cabe.

Dominguo dia de São Vicente xxij de Janeiro depois de jamtar rapy-carão. *Cada* hñu acudiu a sua. A mim me coube a da pedreyra junto do Poço do Duque. Os mouros corerão a outra qu'estaa diamte da tramqueyra que se chama da Ortaa d'Amtonyo Leyte que a pouco que se fez omde Luis de Loureyro pelejou com os mouros. *Estando* na tramqueyra pasou por mim corendo a cavalo Manuell Afonso estryvão da munyção he allmazem de Vossa Alteza e me dise que pelejava ho capytão com muyta jemte. *Não* tardou nada que (1 v.) veyo hñu omem a cavalo com recado do capytão que muyto depresa me fose pera ele. *Tanto* que me este recado derão say pola tramqueyra fora he me fuy pera onde ele vynha com ho esquadrão de Dom Pedro bem cercado de mouros. *Polo* dano que receberão com minha chegada os desapresarão. *Aqy* me dise Luis de Loureyro que me recolhese que vynha ferydo. *Ele* se recolheo

heu o fiz como me mandou. *Ouve* dos de cavalo allgus ferydos he cavalos mortos como ele mais larguamente escrevera a Vossa Alteza.

De polvora d'espymguarda he muros temos muyta nececydade mande nos Vossa Alteza prover.

Espero en Noso Senhor que com Sua ajuda quada vez qu'aquy vyerem tenhamos novas que mandar a Vossa Alteza. *Noso* Senhor a vyda he Reall Estado de Vossa Alteza prospere he guarde.

De Mazaguão xxb de Janeiro de 1542

Dom Diogo de Sousa

(2 v.) A el rey noso senhor

(*vestígios do lacre*)

(*R. C.*)

4444. XVIII, 5-22 — Procuração da rainha D. Joana de Castela para se fazer o ajuste de Vellez de la Gomera. Valladolid, 1509, Março, 22. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Doña Juana por la gracia de Dios reyna de Castilla de Leon de Granada de Toledo de Gallizia de Sevilla de Cordova de Murcia de Jahen de los Algarbes de Algezira de Gibraltar y de las yslas de Canaria de las yslas Yndias y tierra firme del mar oceano princesa de Aragon e de las dos Sicilias de Hierusalen etc. archiduquesa de Austria duquesa de Borgonha e de Bravante condesa de Flandes e de Tirol señora de Viscaya e de Molina porquanto entre mi y el serenissimo principe don Manuel rey de Portugal my muy caro e muy amado hermano ay algunas diferencias asy sobre el Peñon de la cibdad de Velez de la Gomera que el verano mas cerca pasado fue tomado de los moros enemigos de nuestra fe por mandado del rey mi señor e padre administrador e governador destos mis reynos para escusar los muchos cabtiverlos e robos e daños que desde alli fazian de continuo los dichos moros a los subditos destos dichos mis reynos como sobre los lymites que en la capitulacion que los dias pasados fue asentada entrè el dicho rey mi señor e padre e la reyna mi señora e madre que santa gloria aya de la una parte e el serenissimo rey don Juan de Portugal mi primo que Dios aya de la otra quedaron por determinar en la costa de Berberia desde los limites del reyno de Fez fasta el cabo de Bojador al de Nan donde comiençan las marcas de Guinea. Por ende confiando de vos Gomez de Santillan corregidor de la cibdad de Jahen que soys tal persona que guardareys mi servicio e bien e fielmente fareys lo que por mi vos fuere mandado. Por esta mi carta vos doy y otorgo mi poder conplido libre e lleno e vos constituyo

e quero e hordeno mi legitimo e bastante procurador en la mejor forma e manera que puedo e que mejor puede e deve valer de derecho e en tal caso requiere especialmente para que por mi e en my nonbre y de mys herederos e subcesores e de mys reynos e señorios e subditos e naturales dellos podades tratar e concordar e assentar e fazer trato e concordia y assiento con el dicho serenissimo rey de Portugal mi hermano o con quien su poder para ello toviere e fazer e fagades qualesquier conciertos e assientos limitacion demarcacion e concordia sobre la dicha cibdad e Peñon de Velez e sobre los susodichos limites que en la susodicha capitulacion passada quedaron por determinar en la dicha costa de Berberia desde los limites del reyno de Fez fasta el cabo de Bojador e de Nan lo qual todo podades ⁽¹⁾ concordar e limitar por aquellas partes y divisiones y lugares que bien visto vos fuere por el tiempo e tienpos e perpetuamente e con las limitaciones que a vos paresciere e para que podades dexar al dicho serenissimo rey de Portugal mi hermano e a sus reynos e subcesores de todo lo susodicho lo que a vos bien visto fuere e dexar e aceitar para mi e para mis herederos e subcesores e a mis reynos todo lo que vos paresciere e bien visto fuere e para que en mi nonbre e de mis herederos e subcesores e de mis reynos e señorios e subditos e naturales dellos podades concordar e assentar e receber e aceptar del dicho serenissimo rey de Portugal o de quien su poder para ello toviere en su nonbre todo lo que a mi e a mis subcessores pertenesciere de lo susodicho por el dicho assiento e concordia con aquellas limitaciones e excepciones e con todas las otras clausulas e declaraciones e renunciaciones que a vos bien visto fuere. E para (1 v.) que sobre todo lo que dicho es y sobre lo a ello tocante en qualquier manera podades fazer e otorgar e concordar e tratar e recibir e aceitar en mi nonbre qualesquier capitulaciones e contratos e escrituras con qualesquier vinculos e condiciones e obligaciones e estipulaciones penas e submisiones e renunciaciones que vos quisieredes e bien visto vos fuere e sobrello podades fazer e otorgar todas las cosas e cada una dellas de qualquier natura e calidad e gravedad e ynportancia que sean e ser puedan aunque sean tales que por su condicion requieran otro mas señalado e especial mandado myo e de que se deviese fazer de fecho e de derecho especial e syngular mencion e que yo syendo presente podria fazer e otorgar e rescebir e otrosy vos do poder conplido para que podades jurar en mi anima que terne y guardare e conplire lo que vos asy assentaredes e capitularedes e otorgaredes cessante toda cabtela fraude engaño ficion e symulacion e asi podades en mi nonbre capitular segurar e prometer que yo en persona o el dicho rey mi señor e padre como administrador e governador destos mis reynos en mi nonbre segurara jurara e prometera e otorgara e confirmara todo lo que vos en mi nonbre acerca de lo que dicho es seguraredes e prometieredes e capitularedes dentro de aquel termino e tienpo

(1) *Riscado*: limitar e

que vos paresciere y que lo guardare e conplire realmente e con efecto so las condiciones penas e obligaciones que vos prometieredes e assentaredes las quales desde agora prometo de pagar sy en ellas yncurrieren para lo qual todo y para cada una cosa y parte dello vos doy el dicho poder con libre y general administracion y prometo y seguro por mi fe y palabra real de tener y guardar e conplir yo e mis herederos e subcessores todo lo que por vos acerca de lo que dicho es fuere dicho concordado capitulado e prometido e prometo de lo aver por firme rato y grato estable y valedero por agora en todo tienpo e para sienpre jamas y que non yre ni verne contra ello ni contra parte alguna dello directa ni yndirectamente en juizio ni fuera del so obligacion expressa que para ello fago de mis bienes patrimoniales e fiscales de lo qual mando dar la presente carta firmadada (*sic*) de mi nonbre e sellada con mi sello.

Dada en la villa de Valladolid a veynte e dos dias del mes de março año del nascimiento de Nuestro Señor y Salvador Jeshu Chrispto de mill e quinientos e nueve.

Yo el rey.

Yo Miguel Perez de Almagon secretario de la reyna nuestra señora la fize escrevir por mandado del rey su padre.

(L. P.)

4445. XVIII, 5-23 — *Este documento encontra-se no maço 2 de Leis, n.º 12.*

Lei de el-rei D. Manuel, pela qual proibia que qualquer súbdito português fosse citado a responder fora de Portugal. Almeirim, 1510, Junho, 10.

4446. XVIII, 5-24 — *Este documento encontra-se no maço 2 de Leis, n.º 1.*

Lei de el-rei D. Manuel, a respeito da moeda falsa ou cerceada. Abrantes, 1506, Abril, 7.

4447. XVIII, 5-25 — Carta (*minuta da*) de el-rei D. Manuel a respeito dos atentados de Cristóvão Jusarte e capitulação da paz entre Portugal e Castela. 1517 (?). — *Papel. 5 folhas. Bom estado.*

Reveremdisimo in Christo padre que como irmão muyto amamos.

Chrisptovam Jusarte filho de Pero Jusarte seemdo noso criado e asemtdo em nosos livros no titollo dos fidalguos e teemdo de nos recebido mercee nam olhando a obrigaçam que teem as cousas de ⁽¹⁾ seu natural rey e sennhor e estando na nosa ilha de Samtiaguo do Cabo Verde se atreveo a armar allguns navyos e com elles hir a Guinee e fazer grandes roubos e tomadias em navios de nosos naturaes e em espiciall de nosos trautadores e que nos tynham arendados os resgates

(1) *Riscado*: noso serviço.

e rios daquelas partes nas quaes tomadias e roubos allem de muito nos deservir fez dano e perda aos ditos nosos naturaes e tratadores de mais ⁽¹⁾ cruzados no que nam somente fez roubo ⁽²⁾ em que os sobreditos sam muy daneficados mas cometeo caso de treïçam por homde com gramde rigor deve ser punydo e castigado e muy mais porque allem de ser noso naturall ser asy noso criado.

E ora fomos certefycado que elle amda em Amdaluzia e pella ventura com pensamento de aïmda tornar a cometer cousa de que sejamos deservido pello qual e porque muyto dejamos seu castiguo mandamos ver a capitolaçam das pazes d'antre os reis deses reynos e nos pera sabermos o que em caso semelhante staa asentado e capitulado que se faça que na capytolaçam das ditas pazes la se achara e se achou ⁽³⁾ nella o capitolo de que vos enviamos o trellado em pubrico per vertude do qual muito vos rogamos que em comprimento do que (1v.) por elle estaa asentado e affirmado sobre os taaes casos vos mandees premder o dito Estevam Jusarte omde quer que estiver e asy quaesquer portugeses que com elle foram no dito caso e agora com elle amdarem e no lo mamdes entregar com toda sua fazenda que lhe for achada pera ca ser ouvido e se fazer comprymto de direito cremdo que allem de comprydes com o que nas semelhantes cousas soes obrigado por bem da dita capitollaçam das pazes nos fares niso o maior prazer que de vos agora podemos receber e asy o ystymaremos de vos e muyto vos rogamos que allem de comprydes com vosa obrigaçam pello lugar em que agora estaaes na governança deses reynos por muyto nos comprazerdes mandeis niso fazer tall diligencia como esperamos que façaes nas cousas de noso prazer e contentamento que nenhũa podera agora ser maior.

Reverendissimo in Christo padre etc.

Dom Manuel per graça de Deus rey de Portugall e dos Algarves daaquem e daallem mar em Africa senhor de Guinne e da conquista navegaçam e comercio de Etiopia Arabia Persya e da Imdia fazemos a todos os asystentes governadores coregedores ⁽⁴⁾ allicalldes juizes justiaças officiaes e pessoas das cidades villas e lugares ⁽²⁾ dos reynos de Castella que nos por vertude da capitollaçam das pazes asentada d'antre eses reynos e estes nosos mamdamos requerer ao ⁽⁵⁾ cardeal deses reynos e governador delles por el rei meu muito amado e preçado sobrinho que nos mande emtreguar a ⁽⁶⁾ Estevam Jusarte noso criado por cometer e fazer roubos e tomadias em navios de nosos naturaes de vallia de ⁽⁷⁾

(1) Espaço em branco no manuscrito.

(2) Riscado: per que.

(3) Riscado: e achamos.

(4) Riscado: governadores.

(5) Riscado: governador.

(6) Riscado: Chrisptovam.

(7) Espaço em branco no manuscrito.

cruzados no que allem dos roubos e danos que asy fez aos ditos naturaes a nos deservio e cayo em caso de treição e por bem da dita capitolaçam os taes mallfeitores de reyno a reyno ham de ser entregues pera se delles fazer comprymto de justiça a qual entrega o dito cardeal manda que nos seja fecta segundo a obrigação da dita capitolaçam das pazes. *Porem* vos rogamos e encomendamos a todos em gerall e a cada hum de vos em espical que seendo requeridos pellas provisões do dito cardeal como governador deses reynos que premdaes ao dito Stevam Jusarte e o entregues a pessoa que ⁽¹⁾ esta carta e as ditas provisoes vos apresentara por vertude de nosa procuraçam e poder que pera yso leva e vos mostrara vos o façaes com todo boom cuidado e diligencia e asy como em casos semelhantes e de comprimento de capitolaçam e asento de pazes soes obrigados ho fazer cremdo que allem de niso fazerdes o que devees e soes obrigados e de vos esperamos o recebemos de vos todos e de cada huns de vos em muito prazer e serviço e cousa que vos muito agradeceremos por ser castigado por justiça quem a seu natural rey e sennhor asy deservio.

Sprita.

(2 v.) Dom Manuel etc ⁽²⁾ por esta presente carta damos vos inteiro poder e autoridade ha ⁽³⁾ e no melhor modo forma e maneira que podemos e fazemos e ordenamos por noso sofficiente precrador pera receber da mão de quaesquer asystentes governadores corejedores juizes e justiçaes das cidades villas e lugares dos reynos de Castella a Stevam Jusarte natural de nosos reynos que pello cardeall dos ditos reynos de Castela como governador que he delles nos he mandado entregar por vertude da capytolaçam das pazes asentadas amtre nos e os reis de Castela e nosos reynos e os seus por nos ter deservido e feyto roubos e tomadias em nosos naturaes de grande vallia e porque calo em caso de treição o quall malfetor por bem da dita capitolaçam das pazes ham de ser entregues de reino a reino pera se deles fazer comprymto de justiça como na dita capitolaçam he contyudo. *Porem* o noteficamos asy a todos os sobredictos asystentes governadores coregedores allcaldes juizes e justiçaes pera como a noso sofficientemente precrador lhe entregarem os sobreditos e asy quaesquer outros nosos naturaes que lhe forem mandados entregar e ⁽⁴⁾ de como se ha delles por entregue lhe damos poder que posa dar estromentos de quitações e toda outra scriptura e cousa que seja necessaria pera fee de como se ha ⁽⁵⁾ por entregue do sobredito e e de quaesquer que lhe forem ⁽³⁾ entregues as quaes quitações avemos por firme e valliosas asy como se por nos fosem asynadas e aselladas

(1) *Riscado*: pera ello vos apresentara noso abastante poder.

(2) *Riscado*: fazemos saber ha todos os asystentes governadores.

(3) *Espaço em branco no manuscrito.*

(4) *Riscado*: das ditas.

(5) *Riscado*: asy foy.

do noso sello e pera esta procuraçam em todo ser fyrm e valliosa avemos aqui por expresas e declaradas todas e quaaesquer clausullas que pera maior firmedom sejam de direito compridoiras e necesarias posto que sejam tais de que se requeyra fazer expresa mençam. E por certidam dello mandamos pasar esta carta por nos asynada e asellada do noso sello.

Dada etc.

Seja (1) notorio e sabido a todos os que este presente estromento dado por autoridade de justiça virem que no anno do nascimento de Noso Senhor Jeshuu Christo de mill b^c xbiij annos em a cidade de Lixboa nos paços do muito allto e muyto eixcelente princepe e muyto poderoso rey de Portugal e dos Allgarves etc. foy mandado por Sua Alteza a mym Antonio Carneiro seu secretario e publico notario e gerall (3v.) em todos seus reynos e senhorios que eu dese hum publico estromento de meu officio com ho trellado dhuum capitollo da capitollaçam e asento das pazes d'antre eses reynos de Portugall e os de Castella feitas e asentadas em nome del rey Dom Afonso e do princepe Dom João seu filho que despoys foy rey destes reynos por o baram d'Alvito seu embaxador e procurador e per o Doutor Rodrigo Maldonado precurador del rey Dom Fernando e da rainha Dona Isabel rey e rainha de Castella. A qual capitolaçam de pazes amda sprita em hum livro que o dito senhor rey noso senhor tem em sua camara o qual me foy apresemntado e nelle achey as xix folhas dele asentado amtre as outras cousas da dita capitollaçam das ditas pazes hum capitollo de que asy o dito sennhor me mandou que em meu estromento dese o trellado que tem hũa rubrica que diz — *Da maneira que de hũa e da outra parte se thera com os que fezerem no mar allguus malles danos roubos aos sobreditos naturaes de cada hum dos ditos reis e forem tomados.* Capitulo xxxj.

E apos a dita rubrica se segue o dito capitullo que tall he

Outrosy porque amyude acontece por hy nom aver provisam espiciall em os seguintes casos que os homens sam mais ligeiros e se soltam a cometerem e fazer roubos forcas e tomadias em as costas prayas portos abras e mares dhũa e da outra parte dos ditos reynos asy os subditos e naturaes delles como outras (4) geemtes estrangeiras asy amigos como imiguos da qual cousa se seguem grandes danos e perdas aos suditos e naturaes dos ditos reynos e se ofende grandemente a justiça e repubrica dellos. E porque as taes cousas se evitem por bem de paz e perpetuu aseseguo quiseram e outorgaram os ditos reis que quaaesquer dos sobre-ditos suditos e naturaes ou outras quaaesquer gentes estrangeiras merchantes ou d'armada que asy no mar larguo como na costa pralas portos abras fezerem allguus danos malles roubos ou tomadias a cada hum

(1) *Riscado*: Salbam.

dos sobditos e naturaes dos ditos reynos de Castella ou de Portugall que os taes malfeitores posam seer perseguidos combatidos tomados e presos e asy trazerdes a cada hum dos ditos reynos contra quem ou contra cujos sobditos e naturaes as taes cousas se asentarem fazer ou fezerem pera hy serem ouvidos com seu direito e fazerem satisfaçam e serem punydos e castigados segundo as leis e ordenamentos daquelle rey cujos suditos danificaram. E se porventura os taes malfeitores nom poderem ser tomados e compremddidos e aportarem e amorarem em quallquer dos portos de cada hum dos outros reynos que aquele rey e as justiças onde asy amorarem ou forem achados sejam theudos e obrigados de os tomarem e premderem constando lhe per evydencia (4 v.) da cousa inquirçam ou em outra quallquer maneira e asy os remeterem sendo requeridos ao rey ou suas justiças contra cujos subditos e naturaes tall dano e malificio cometeram pera hy serem ouvidos com seu direito e ponydos segundo as leis e ordenações do dito reyno a que ofemderam como dito he e seram remetidos com as cousas tomadas ou sem ellas se as ja nom tiverem ou se nam poderem aver porque posto que nam sejam achados com ellas em o qual caso somente per os primeiros tratos se remetiam os taes presos (?) e suas pessoas serem em toda maneira remetidas ainda que com as ditas cousas roubadas nom sejam achados como dito he e quaesquer cousas que lhe poderem ser achadas ate contia do dano sejam socrestadas nom dando a ello fiança abastante pera satisfazer aos danifiquados compridamente. El deste capitulo e disposisam delle sejam tirados e expceltoados (*sic*) por parte de Castella e por parte de Portugall os que antes destes tratos eram confederados e aliados com cada hum dos ditos reys e regnos os quaes ham de ser declarados por cada hũa das ditas partes da feitura deste ate dous meses (5) pera que em elles nom aja lugar este capitulo enquanto contradiser aos traustos ligas e confederações amtre elles fectos mas ter se ha com elles aquella maneira que por direito comum se pode e deve teer e em os outros casos tocantes as cousas do mar se gardem os ditos capitollos das ditas pazes que acerqua dello fallam o quall capitollo asy asentado no dito livro era linpo sem borradura antrelinha nem vicio allguum e em todo carecente de duvida e sospeita.

Em testemunho de verdade dey asy dello este dito estromento pera fazer fee perante quaesquer governadores coregedores e alcaldes e todas outras justiças (1) e o mandey sprever a meu fiell sprivam e por mym ly e concertey e aprobev e nelle meu pubrico synal fiz que tal he .

(L. P.)

(1) *Riscado*: feyto por mym.

4448. XVIII, 5-26 — Carta de el-rei de Castela para el-rei de Portugal, na qual lhe assegurava que a armada que ele mandara à India em nada prejudicava os interesses de Portugal. Barcelona, 1519, Fevereiro, 28. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Serenísimo y muy excelente rey y principe mi muy caro y muy amado hermano y tio.

Recebi vuestra letra de xij de hebrero con que he avido muy gran plazer en saber de vuestra salud y de la serenísima reyna vuestra muger mi muy cara y muy amada hermana especialmente del contentamiento que me escrevis que teneys de su compania que lo mismo me escrivio Su Serenidad. Asi lo he esperado sienpre y demas de conplir lo que deveys a vuestra real persona a mi me hazeys en ello muy singular conplazencia porque yo amo tanto a la dicha serenísima reyna mi hermana que es muy mas lo que la quiero que el debdo que con ella tengo afectuosamente vos ruego sienpre me hagays saber de vuestra salud y de la suya que asi sienpre os hara saber de la mia y lo que de presente ay demas desto que dezires que por cartas que de alla me han escrito he sabido que vos teneys alguna sospecha que de l'armada que mandamos hazer para yr a las Indias de que van por capitanes Hernando Magallanes y Ruy Falero podera venir algun perjuizio a lo que a vos os pertenece de aquellas partes de las Indias bien crehemos que aunque algunas personas os quieran informar de algo desto que vos terneys por cierta nuestra voluntad y obra para las cosas que os tocaren que es la que el debdo y amor y la razon lo requiere mas porque dello no os quede pensamiento acorde de vos escrevir pera que sepays que nuestra voluntad ha sido y es de muy cunplidamente guardar todo lo que sobre la demarcacion fue asentado y capitulado con los Catholicos Rey y Reyna mis señores y ahuelos que ayan gloria y que la dicha armada no yra ni tocara en parte que en cosa perjudique a vuestro derecho que no solamente queremos esto mas aun querriamos dexar os de lo que a nos nos pertenece y tenemos y el primer capitulo y mandamiento (1 v.) nuestro que llevan los dichos capitanes es que guarden la demarcacion y que no toquen en ninguna manera y so graves penas en las partes y tierras y mares que por la demarcacion a vos os estan señalados y os pertenecen y asi lo guardaran y cunpliran y desto no tengays ninguna dubda.

Serenísimo y muy excelente rey e principe nuestro muy caro y muy amado hermano y tio nuestro señor vos aya en su especial guarda y recomienda.

De Barcelona a xxvliij dias de hebrero de b° xjx años

Yo El Rey

Covos secretarius

(L. P.)

4449. XVIII, 5-27 — Carta de D. Francisco Pereira a el-rei de Portugal, a respeito do casamento da princesa. Madrid, 1562, Maio, 22. — *Papel. 2 folhas. Bom estado. Selo de chapa.*

Senhora

Os dias pasados screvi a Vosa Alteza que se dezia por aqui que a yda de Martim de Guzmão enbaxador do enperador por mandado del rey [à] Alemanha não podia ser senão a cousas de muita sustancia porque como homem tão aceito ao emperador as fiavão delle antre as quaes se afirma e em jemte muy grada falão tãobem en casamento de hũa filha del rey de romãos com o prinçepe de Castella. Anda ysto tão solto em toda a jemte que me não pareceo desnecesario lenbrar a Vossa Alteza que devia inpidir este neguocio quanto lhe fose possivel e persuadir el rey que casase a princesa com seu filho de que estão muy claros os proveitos que se diso seguirião visto a muita prudencia da princesa e a gramde experiencia que them mostrado de sy no tempo no tempo (*sic*) que guovernou estes reinos e quão necesario será ter o prinçepe tal companheira do qual se não them mostrado tanta satisfação como de sua ydade y agورا se podia esperar antes se vay enxerguamdo cada vez mais ter necessidade de quem o ajude a tamanha cargua como he a da coseção de seu pay que será daqui a muitos anos. Esta experiencia se não pode ter da filha del rey de romãos que nom he de ydade nem o tempo them mostrado dela a que convem para o que se há mester. E ysto que diguo a Vossa Alteza clama toda esta terra sem ficar alto nem baixo pelo que lhe convem a elles. E quanto a nós claro he quão bem nos está a may del rey nosso senhor ser rainha de Castella pois sempre temos necessidade da conservação e boa amizade destes reinos a qual se vay apartando como Vosa Alteza ve que ho tempo fez por nosos peccados pelo que eu seria de parecer que Vosa Alteza por suas cartas familiarmente devia tractar com el rey esta materia porque verdadeiramente entendo eu que lhe them elle tanto amor que se persuadirá mais com o que lhe Vosa Alteza aconselhar que com o parecer de todo seu Conselho e por Vosa Alteza nisto toda força possivl me pareceria muito bem e visto o estado em que por nosos peccados França está e que daquelle reino se não deve nem pode fazer fundamento e na Cris-tandade não há com quem el rey noso senhor (*1 v.*) case senão com a filha del rey de romãos seria boa equivalencia para que el rey pois toma por sua conta e estes princepes de Boemia ter mais guosto de fazer est'outro casamento que tão bem nos vem a todos. Vosa Alteza me fará muita merce perdoar me o atrevimento que tomei en lhe falar nestas materias sem me perguntarem por ellas porque do muito amor que tenho a seu serviço me vem tomar esta ousadia.

Nestas cortes em que agoura estão se emlejerão seus procuradores das princípaes cidades do reino pedirão audiencia a el rey e lhe falarão

com grandissima instancia sobre este casamento do principe com a princesa offerecendo lhe alem dos quatrocentos e cincoenta comtos com que o agora servem todo o mais de que elle fose servido ate venderem todos suas fazemdas e que fizese este casamento. *El rey* lhes respondeo que lhes agradecia a vontade com que lho lenbravão e que aquellas cousas avião de vir da mão de Deus que elles lho encomendasem e que elle faria ho mesmo e que quamdo de seu filho ouvese de fazer algũa cousa seria com dar conta ao reino pelo que parece boa conjunção esta para Vosa Alteza tractar de materia a todos tão necessaria e que sua pressuação fará muito neste negocio.

Dous filhos del rey de romãos primeiro e segundo estão prestes para virem a estes reinos e se não fora a presa da vinda destas gualles nellas pasarão este verão. Them lhes el rey e rainha seus pais posto sua casa muito principalmente com todos seus officiaes necesarios. Diz que trazem quatrocentos cavalos e não esperão outra cousa senão ordem del rey para terem embarcação em Genoa. *Se* as gualles nom poderem hir por elles neste verão afirma se que virão em Setembro.

A quitação do dote de Vosa Alteza que me mandou lh'enviase mandey buscar com hũa cedula del rey ao Archivo de Simancas com esta será a Vosa Alteza e nom foi mais cedo porque me tardarão com a sinatura (*sic*) desta cedula cem mil dias.

Oje xxij deste recebi duas cartas de Vosa Alteza de xvlij do mesmo. Em hũa me diz que screve hũa carta de sua mão a el rey que lhe muito inporta que lha de e lhe peça licemça para lhe lenbrar a reposta dela e que tenha grande cuidado de a sollicitar sabe Deus que com o serviço de Vosa Alteza tenho tanta comta que não há no mundo cousa que me mais lenbre. Eu farey o que me Vosa Alteza manda inteirisimamente e a reposta que me el rey der enviarey com toda deligencia possivel.

(2) A rainha e princesa e o princepe visitey de parte de Vosa Alteza. Disserão me que lhe beijavão as mãos pela visitação e que ystimavão muito o cuidado que Vossa Alteza them de saber de suas disposições as quaes louvores a Noso Senhor são muito boas e que aguora se vão folguar Aranxués onde starão ate Pascoa do Spiritu Santo se lho tempo nom der lugar a ser mais.

A princesa tomou hñas pirolas esta somana passada de que se achou muito bem e tanto que ao outro dia que era de quartam lhe durou menos a metade pelo que os fisicos estão em preposito de a tornarem a purgar outra vez mas prazera Deus que com esta yda d'Aranxués e desenfadamentos que lá terá se lhe acabarão de tirar de todo.

Na outra carta me diz Vosa Alteza que screve hũa de sua mão a el rey sobre a sobrinha do enbaxador que lá está e me manda que trate este negociio o melhor que me seja possivel porque terá Vosa Alteza contentamento de se elle efectuar. Eu o farey así tanto que el rey vier d'Aranxués para onde partio esta menham as cinco oras e do que soceder

nelle avisarey Vosa Alteza cuja vida Nosso Senhor por muitos anos guarde e seu Estado Real acresemte.

De Madrid a xxij de Mayo de 1562.

Dom Francisco Pereira

(L. P.)

4450. XVIII, 5-28 — Contrato, em língua inglesa, entre Richard Springham e Edward Worsopp com o capitão George Spencer, a respeito da Guiné e Nova Espanha. 1503, Outubro, 16. — *Pergaminho. Bom estado. Dois selos pendentes.*

In the name of God amen. This present wryteng of Charterpartie Indeuted, made bitwene Richard Springham and Edward Worsopp merchunts and citezeins and mercers of London on the one parte, and George Spencer of Erneley in the countie of Sussex gentilman captayn of one good Englishe ship called the George of Chichester in the same countie of the burthen of Ffortye tonne or thereabouts, and John Smythe of the town of Southamton marryner on the other parte, witnessith that where the said John Smythe at the request of the said George and by the consents as well of the same George as of the said Richard and Edward, is presently appoynted master of the forsaid good ship, and by the assents and consents of the same captayn and merchaunts is also appoynted to conducte, leade, and guyde her, and in her to pass and sayle as master and guyder of her, from the haven or porte commonly called Portesmouthe in the countie of Southamton, unto what soever parte and parts of Genea and Nova Spania in the parties of beyond the sees that the said merchaunts or eyther of them, or eny their assignes shall will or appoynt unto him; therefore and in that respecte as well the said captayn as the same John Smythe, covenante and graunte and them and eyther of them, and their executors bynd themselves by these presents to and with the said merchaunts and to and with every of them their heires, executors and assignes, in maner and forme following, that is to saye, that he the same John Smythe in his owne persone (at all tymes after the twentieth daye of this instant moneth of October) at the will and pleasure of the said merchaunts or of eyther of them, or their factor, shall enter the said good ship, and not onely take charge of her as her very master and guyde, but also with her and suche men, furnytüre, and merchaundize as she shall then have in her, shall (as an experte master) passe and sayle the sees from thence (by Godds Grace) as sone as wynd and wether will therefore serve, unto what soever parte and parts of the forsaid contrye of Genea and Nova Spania, that the said merchaunts or eyther of them, their factor or factors shall require or appoynt; and as well at eny porte or haven on this side the said contrye

of Genea and Nova Spania, as at or in eny porte or haven within the same contries, and upon eny coast of the same that from tyme to tyme shall be to him assigned or appoynted by the said merchaunts or eyther of them or by their or eyther of their factor or factors, shall tuche, tarye, cast anker, ryde, abide, and remayne, in and with the said good ship, as long and from tyme to tyme as the same merchaunts, or eyther of them, or their, or eyther of their factor or factors shall think good or convenyent yf wynd or wether will soo permitt: And also at the will and pleasures of the said merchaunts or their or eyther of their factor or factors, after arryvall of the said good ship in the said contries of Genea and Nova Spania, shall in and with the same good ship, and suche lading and furnytüre as she shall then have in her, sayle, leade, and conducte her by sees from the said contries of Genea and Nova Spania, unto what soever parte and parts of this realme of England, that the same merchaunts or eyther of them, or their or eyther of their factor or factors, shall think good or appoynt unto him, yf wynd and wether will soo permitt, and besids that shall at all tymes during the said voyage, both outwards or homewards, be redy to appoynt or directe the cokbote or botes belonging to the said good ship for the carieng and conveyeng to land, and for taking in and setting aborde the said good ship of eny of the forsaid merchaunts, or their or eyther of their factor or factors, and of eny persone or persones, goods, wares, or merchaundize that shall passe or be laden or be appoynted to passe or be laden in the said good ship outwards or homewards; And shall at no tyme during the said voyage outwards or homewards without the consent of the said merchaunts or of eyther of them, or of their or of eyther of their said factor or factors, make or cause to be made with the said good ship or eny persone passing in her, any attempt for treffique, pryse, or bootie, nor take into her eny persone or persones or eny kynd of goods, wares or merchaundize; nor shall without the like consent, departe from or leave the company of twoo other good ships the one called the Castle of comforte of Chichester aforsaid whereof is master under God Willerm Betts of Plymouthe, and the other called or named the Mayefflower of Chichester aforsaid whereof is master under God Roberte Gurtis (?) of Plymouthe aforsaid at no tyme during the said voyage outwards or homewards (except wynd or wether there forceable compell him) In consideration of the due observacon of all or singular with premisses, the said merchaunts for them or eyther of them or for the heires and executors or administrators, of eyther of them, soo convenaunt or graunte to or with the said John Smythe, his executors or administrators, well and truly to paye or cause to be paid, unto the same John Smythe his executors administrators, or assignes, in the name of his wages for every monethes space that the same John Smythe shall be occupied or employed in the guyding or governeng of the forsaid good ship called the George outwards or homewards of the said voyage the somme of three pownds

In the name of God amen. This put writing of Charter is indented, made bitwene Richard Springham and Edward Norfoll merchant and Citizens and Merchants of London in this
the about, and John Smythe of the town of Donsthorpe, Merchant on the other side, **WITNESSETH** That where the said John Smythe at the request of the said George and by the consent of the
said George is of the said Richard and Edward, is specially appointed M^r of the forsaide good ship, and by the assent and consent of the said Captain and merchant is also appointed to conduct
loades, and guide her, and in her, pass and saile aboord and under of her, from the haven or ports commonly called portsmouth in the countie of Donsthorpe, unto what/soever parts of Genoa
and Nova Spania in the Indies of beyond the seas that the said merchant or either of them, or any of them assigned shall will or appoint unto him; **Therefore and** in that respect aforesaid the
said Captain as the same John Smythe, doth and shall and them and either of them, and them exported bynd us a by these parts to and wth the said merchant and to and wth any of them
then hired, exported and assigned, in man and form following. That is to saye; That he the same John Smythe in his owne person (at all times after the Twentieth daye of this instant month
of October) at the will and pleasure of the said merchant or of either of them, or of their factor, shall enter the said good ship, and not onely take charge of her as her very M^r and guide, but also
of her and surge men, furniture, and apparelling as he shall then have in her, shall (as an experte M^r) pass and saile the said ship from the said port (by ydd. yares) to and wth the said merchant and to and wth any of them
unto what/soever parts of Genoa and Nova Spania, that the said merchant or either of them, their factor or factors, shall require or appoint; **And after**
at any ports or haven as the said merchant or either of them or by them or either of their factor or factors, shall hereafter, cast anchor, ride, abide, and remaine, in and wth the
said good ship, as long and from time to time at the same merchant or either of them, or of their factor or factors, shall think good or convenient yf neede shall
will so permit: **And also** at the will and pleasure of the said merchant or of either of them or of their factor or factors, after any ball of the said good ship in the said port
of Genoa and Nova Spania, shall in and wth the same good ship, and surge ladmy and furniture as he shall then have in her, saile, load, and conduct her by seas from the said
ports of Genoa and Nova Spania, unto what/soever parts of the realme of England, that the said merchant or either of them, or of their factor or factors, shall
think good or appoint unto him, yf neede and neede shall so permit, **And** besides that shall at all times during the said voyage, both outwards and homewards be ready
to appoint a directe the Colours or vates belonging to the said good ship for the running and conducting to land, and for taking in and setting aboard the said good ship of any of
the forsaide merchant, or of either of their factor or factors, and of any person or persons, goods, wares, or merchandises that shall passe or be laden or appointed to passe or
be laden in the said good ship outwards or homewards: **And shall** at no time during the said voyage outwards or homewards (without the consent of the said merchant
or of either of them, or of their factor or factors, make or cause to be made wth the said good ship or any person passing in her, any attempt for
traffique, pryse, or bette, nor take into her any person or persons, or any kynd of goods, wares or merchandises; **Nor shall** without the like consent, depart from or leave
the company of three other good ships there called the Castle of Comforte of Christen aforesaid, wth which she is bounden by the bill of plymouth, and which is called the
named the maye flower of Christen aforesaid, wth which she is bounden by the bill of plymouth aforesaid, at no time during the said voyage outwards or homewards (except
wynd or weather therunto forcible compele him) **In consideration** of y^e due obsequies of all aforesaid, the said merchant for them or either of them aforesaid, and
exported and wth of either of them, doth doth and shall to and wth the said John Smythe, his exported and wth of either of them, well and truly to paye or cause to be paid, unto the said John Smythe, his exported
and wth of either of them, in the name of his wages for every monethes space that the said John Smythe shall be occupied or employed in the guiding or governing of the forsaide good ship, the
George outwards or homewards of the said voyage the sum of three poundes of current Englyshe money **Towards** wth payment and as price of the said wages, the same John Smythe shall
him self by these parts to have received a head of the said merchant before the sealing of these parts, the sum of three poundes of lawful money of England, and which doth clerly argue and
discharge the said merchant from exported and wth of either of them **In witness** whereof to thons of this put writing indented remainyng wth the said merchant, y^e said Captain & M^r,
have subscribed & sealed, and to thons of the said writing wth the said Captain & M^r, the said merchant have subscribed and sealed, yoven the xxix daye of October my yere of the said yet according to
the and computation of y^e thons of England y^e said daye of the said writing and in the eight yere of the reygne of our soverayne lady Elisabeth by the grace of god quene of England ffraunce and
Ireland, defende of the faith &c.

Richard

Edward



current Englishe money / towards which payment and as parcell of the said wage, the same John Smythe knowlegeth himself by these presents to have receyved and had of the same merchaunts before the ensealing of these presents, the somme of sixe powndes, of lafull money of England, and therof doth hereby acquite and discharge the same merchaunts their executors and administrators forever /. In witnes wherof to the one parte of this present charterpartie indeuted remayneng with the said merchaunts, the said capteyn and master, have subscribed and sealed, and to the other parte therof remayneng with the said capteyn and master, the said merchaunts have subscribed and sealed, yonen the XVJth daye of October in the yere of our Lord God according to the corse and computacon of the churche of England one thousand five hundred three score and sixes and in the eight yere of the reigne of our soveraigne lady Elizabeth by the grace of God quene of England Ffraunce and Ireland, defender of the faithe and church.

Richard Spryngam merchant
Edward Worsopp merchant

Sealed subscrybed and delynerd [.....] in the personall brokin (?) slycopyst gents and of me nichas (?) Regnas son.

(E. T. S.)

4451. XVIII, 5-29 — Carta testemunhável a respeito das dúvidas dos termos entre Mourão e Valença. Mourão, 1488, Janeiro, 20. — *Papel. Bom estado. Selo de chapa.*

Cristovam Memendez escudeiro da cassa del rey nosso senhor e juiz por Sua Alteza com poderes de corregedor em a sua nobre e leall cidade d'Evora que ora per seu espciall mandado som vymdo com pooderes de coorregedor da comarca pera entender e prover acerca dallguas coussas e contendas e repressarias antre esta villa de Mouram e Monsaraz e Villa Nova e Vallença dos reynos de Castella faço saber a quantos esta minha carta testemunhavel virem como no anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil e quatrocentos e oitenta e oyto annos aos dezasseis dias do mes de Janeiro no Charco das Mayas que he no termo desta villa de Mouram na arraya per honde parte o termo desta villa com o termo de Vallemça terra do comde de Feeria dos reynos de Castella estando eu hy pera veer certa divissam e duvida que era antre este conceelho e os de Vallemça a quall duvida eu fuy assy veer a requerimento deste conceelho e com Diogo de Mendoça fidalguo e capitam e alcaide moor desta villa e assy com os juizes e vereadores e procurador e outros homens antiigos que pera esto foram e estando da

parte do dicto comde e em nome da villa de Vallemça — a saber — Pero d'Escovar bacharell do conde de Faria e Alvaro Quadrado allcaide d'Oliveira e Miguel Gomez mordomo do dicto conde e Gonçalo Fernandez e Afonso Vaaz esquivam os quaees vieram ally por parte do dicto conde e concelho de Vallemça. Os quaees assy juntos comigo e homens boons desta villa fomos veer a comtenda que era antre esta villa e a dicta villa de Vallemça e assy me foy mostrada per o concelho de Mouram hũa carta dada per el rey Dom Afonso que Deus ajaa e assy hũa inquiriçom que por outra tall duvida e comtenda foy tirada per hũu bacharel del rey de Castella e outro del rey de Portugall sobre certa terra de Portugall que hũu Lourenço Soarez cuja a dicta villa de Vallemça era tomava destes reynos pera a quall inquiriçom e sentença se achauo que estes reynos partiam com os de Castella per estas diviisões — a saber — do Charco da Fonte das Mayas e dhy direito a hũa cabeça de piçarras que estaa sobre a Fonte da Junça que he no Vall de Galleana comtra Vallemça em a quall cabeça estaa hũa cruz e hũa piçarra e dhy se vay a hũu cerro onde estaa hũa piçarra preta e esta a cerca do cural da comtenda e dhy se vay direito per hũu cerro a fundo atee a Fonte da Carca onde estaa hũa piçarra preta e dy pello cerro acima atee o Arroyo das Taypas e dhy pello Valle a fundo atee onde o Arroyo das Taipas vay emtestar em Ardilla.

Pellas quaees diviisões e demarcaçõeess (*sic*) se mostra o termo desta villa partir com Vallemça segumdo see mostra pellas dictas escripturas e assy concertaram com as dictas escripturas certos homes antigos que por parte desta villa ahy estavam os quaees eram — a saber — Bertollameu Joanes homem de oitenta e cinco annos e Martim Tome de idade de satenta e cinco annos e Afonso Anes de idade de satenta annos os quaees pello juramento que receberam disseram que pellas dictas diviisões e demarcaçõeess conteudas nas dictas cartas sabiam senpre partir estes reynos com os de Castella e por parte dos que vinham por parte do comde e assy da villa de Vallemça me foram mostrados outros malhõeess per dentro deste reyno em longo hũa mea legooa e de traves a lugares hum tiro de beesta e a lugares mais e a lugares pouco menos. E per mym corregedor lhe foe requerido se tinham algũas escripturas per que fizessem per ally booa a dicta demarcaçom e per elles me foy dicto que nam e eu lhes perguntey que diziam elles as dictas escripturas que mostravam seer muito antigas e de duzentos annos e de sesemta anos pera caa as dictas inquiriçõeess tiradas e assy era dicto pellos amigos (*sic*) ja noomeados que per ally estiveram senpre em poosse atallando os de Mouram aos de Vallemça per vezes certa cevada e pam que na terra em que ora punham deviissam semearam e per elles me nam foe a ello dada nhũa reposta que contrariasse as escripturas mais ante em algũas partees as louvavam e avilam por boas. E estando nos assy todos per Martim Alvarez procurador do comcelho desta villa de Mouram me foy dicto e requerido que pois se a dicta demarcaçom ora viia comigo

corregedor e assy com o dicto bacharell que vinha em nome do conde de Feria e com os outros de Vallemça e se achava a verdade e Portugall partir com Castella pellas dictas divissões e demarcações (sic) em cima conteudas pellas quaees o dicto conceelho estava de posse que me pedia em nome do conceelho desta villa de Mouram que de como se assy todo passava que lhe mandasse assy dello dar hũa carta testemunhavel e ouvesse o dicto conceelho por em posse como estava pellas dictas demarcações. E eu visto o requerimento do dicto procurador com as escripturas e dicto d'antigos e com o mais per mym visto mandey e mando que o dicto conceelho de Mouram ajaa seu termo per as divissões e demarcações in cima conteudas e per ally continuar sua posse como atee quy esteve em posse dos sobredictos de Vallemça os quaees em nhũa parte o nom contrariaram mais ante disseram que lha dessem a quall lhe eu assy mamdo dar sob meu synall e seello desta villa pera fazer fee omde quer que parecer pello quall aos juizes e officiaes que ora sam e ao dante forem que senpre per as dictas demarcações e divissões em cima conteudas ajam seu termo e nom conssimtaam a ninguem que lho tomem nem haacuppee e queremdo lho tomar ou ocupar que lho nam conssentam e assy requeiro e mamdo da parte del rey nosso senhor ao alcaide moor que ora he e ao diante for que lho ajude a conservar e manteer pellas dictas divissões e mamdo aos juizes desta villa que duas vezes no anno vãao pever as dictas demarcações sob pena de pagarem mill mil (sic) reais pera Chancellaria do dicto senhor rey a quall vista faram do dia que entrarem a seys messes e a outra sera em fim de seu anno etc. onde huuns e outros all nom façades.

Dada em Mouram aos vinte dias do mes de Janeyro, Diogo Diaz escudeiro do dicto senhor rey e seu tabeliam em a sua cidade d'Evora e esprivam desta caussa a fez anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil e liijelxxxliij annos.

Mendez

Pagou desta lxx reais e da yda a Vallença dous dias CRliij^o reais
Soma ijcxliij^o reaes

(M. L. E.)

4452. XVIII, 5-30 — Demarcação feita entre os casais do mosteiro de Grijó e a aldeia de Getim. Getim, 1342, Julho, 11. — *Pergaminho. Bom estado.*

Sabham todos que em prezença de mim Affonso Anes taballiom de nosso senhor el rey em Gaya e em Vyla Nova e em seus termhos e das testemunhas que adiante som esscriptas Pero Martinz juiz nas dictas vilas e Lourenço Gomez que se dizia procurador do dicto senhor rey

chegarom ao logo de Gytin da par de Grygoo e chamarom homens boons lavradores das aldeas de Gitin e d'Anta e de Nogueira e fizeram nos jurar aos Santos Avangelhos pressentes Steveanes e Joham Palz conygoos e procuradores do Mosteiro de Grigoo que dissessem per hu partia termho d'aldea de Gitin do regengo del rey com o termho dos cassaeos do dicto mosteiro de Grigoo e os dictos lavradores como testemunhas pressentes o dicto juiz e Lourenço Gomez e procuradores de Grigoo posserom pees convem a saber pelo canto do moinho de Louredo que he de Grigoo e dess hy susso acima do monte hu se e huum marquo e des hy pelo careiro velho de marquo a marquo e vay flirir a Pedra da Lonba hu se e huum risquo e da dicta Pedra assy como vay a huum marquo que se e logo alem dela contra a Mamoa hu se e outro marquo e dos hy pelo Val do Percal e per hu se e oss outros marquos e vay flirir no Penedo de Nogueira e disserom que era pelas dictas divissões assy como logo foy marquado vertente auga contra a dicta aldea de Gitin que era do dicto senhor rey e o dicto juiz e procurador del rey disserom e mandaron aos lavradores del rey que des aly das dictas divissões e per hu logo meterom marquos que hussassem dela como d'erdade del rey e lhy dessem oss seus dereytos que avyam de dar a el rey.

Das quaes coussas o dicto procurador del rey pydiu a mim taballiom huum estromento pera o dicto senhor rey e Antonyo Andre lavrador del rey outro e os dictos Steveanes e Joham Paez conygoos e procuradores do dicto mosteiro outro pera o dicto mosteiro.

Fecto no dicto logo de Gytin no logo sobre que he a contenda onze dias do mes de Julho era de mil e trezentos e oytenta anos.

Testemunhas que foram pressentes Domingos Perez de Nogueira do julgado da Feira Migel Johanes e Stevam Gonçalviz de Gitin Domingos Perez do Monte da Feira e Joham Miguez clerigo e o dicto juiz e procurador e outros.

Eu taballiom sobredicto que este estromento fiz e meu signal hy fiz que tal hest.

[Sinal público]

(M. L. E.)

4453. XVIII, 5-31 — Instrumento pelo qual constava que os procuradores de Moura e Noudar tinham ido à aldeia de S. Veríssimo, para aí determinarem as dúvidas que havia entre os termos de Moura e de Sevilha e de Arouche, o que se não fez por não terem comparecido os procuradores de Castela. Aldeia de S. Veríssimo, 1353, Março, 1. — *Pergaminho. Bom estado.*

Sabham todos como na era de mil e trezentos e noventa e huum annos sesta feira primeiro dya de Março em aldea de Sam Vereixemho

termho de Moura em prezença de mim Marti Beesteiro tabelyan del rey em a dicta villa de Moura e das testemunhas adeante scritas en nos açouges da dicta aldea sendo no dicto logo Jham Gomez crelygo del rey conygo d'Evora e Stevam Lourenço vassalo do dicto senhor rey os quaes o dyto senhor rey mandou ao dicto logar pera partir contenda que os de Sevilha e d'Arrouche e de Moura e de Noudar aviam antre sy per razom dos termhos pareceram Marti Anes e Gomez Martinz procuradores do concelho de Moura e disseran que eles estavam presentes pera fazer de sy direito en nome do concelho de Moura cujos procuradores eram per razom de contenda que os concelhos de Sevilha e d'Arrouche dizyam que aviam como (*sic*) o concelho de Moura per razan dos termhos e se os quisessem ouvir e dessembargar que lhes prazyia de se fazer direlto. E os dictos Jhan Gomez e Stevam Lourenço disseran que oje era o dya en que aviam de vir Gomez Airas d'Arca alcaide maior da cidade de Sevilha e Jhan Fernandiz alcaide que foi na Quadra na dicta cydade a partir a dicta contenda juntamente con eles per mandado del rey de Castela que porque o dia nom era passado que nom podyan hy fazer nenhuma coussa e que os queryan atender.

E depoiz desto terça feira cinque dyas do dicto mes de Março en prezença de mim sobredicto tabelyan e das testemunhas adeante scritas em no cume da sera donde parece Arrouche aguas vertentes contra Chança da hua parte e da outra aguas vertentes contra Moura acesa (*sic*) da Fonte do Charcho a sobre o caminho que vay de Moura pera Arouche hu dizen os de Sevilha e d'Arrouche que he contenda antre eles e os de Moura per razam dos termhos Jhan Gomez crelygo del rey conigo d'Evora e Stevam Lourenço vassalo do dicto senhor rey disseram que sobre contenda que era antre antre (*sic*) o concelho da cidade de Sevilha e o concelho d'Arrouche senhoryo de Castela da hua parte e os concelhos das vilas de Moura e Noudar senhoryo de Portugal da outra per razan de contendas que os dictos concelhos avian en feyto dos termhos da dicta cidade de Sevilha e vilas d'Arrouche e Moura e Noudar que o dicto senhor el rey de Portugal (*sic*) mandara a eles que primeiro dya de Março chegassen a hum dos logares sobre que era a contenda antre os dictos concelhos e que eles juntamente com Gomez Airas d'Arca alcaide mayor de Sevilha e Jhan Fernandiz alcaide que foy na Quadra da dicta cidade os quaes avian de seer o dicto primeiro dya de Março per mandado del rey de Castela en cada hum dos logares sobre que he contenda antre os dictos concelhos como dicto he pera ouviren e determinharem demandas e preitos e contendas que ha antre os dictos concelhos de Sevilha e d'Arrouche e de Moura e de Noudar en razom dos termhos e decrarassem e determinhassem e demarcassem os dictos termhos como achassem por foro e per direlto que se devia de fazer segundo mays conpridamente he conteudo en hua carta del rey que logo aly mostraram e leer per mim dicto tabelyan fezeran da qual carta o teor a tal he.

¶ Dom Affonso pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a vos Jham Gomez meu crelygo e conygo d'Evora e a vos Stevan Lourenço meu vassalo saude sabede que porque recrecyam de cada dia contendas antre alguuns concelhos e vizinhos e moradorres das cidades e vilas e logares do meu senhoryo e os do senhoryo del rey de Castela meu neto per razam dos termhos das cidades e vilas e logares que san nas comarcas dos dictos reynos envyey dizer ao dicto rey de Castela que tevesse por agissado de mandar a cada hua comarca dos dictos reynos hum omen boo do seu senhoryo e que eu mandarya outro omen boo do meu senhoryo que fossem as ditas cidades e vilas e logares e que vissem as contendas que huuns avian contra os outros per razan dos dictos termhos e que soubessem a verdade per hu eram os dictos termhos dantre as dictas cidades e vilas e logares e que os decrarassem e demarcassem como achassem por foro e per direito. *El* me emvyou dizer que lhe prazya de se assy fazer e que emvyava pera partir os termhos que sam na comarca do arcybispado da cydade de Sevilha Gomez Airas d'Arcas alcaide mayor da dicta cidade e Jhan Fernandiz alcaide que foy na Quadra em essa cidade e que eu envyasse a dyta comarca outros dous omens boos do meu senhorryo que com eles partissem os dictos termhos. E porque vos sodes taaes que guardaredes hy o meu serviço e a cada hua das partes o seu direito tenho por ben e mando vos que chegados a dicta comarca do dyto arcibispado como sejades hy com esses omens boos que o dicto rey de Castela hy manda primeiro dya de Março este logo seginte e todos juntamente ouvide totalas contendas e preitos e demandas que forem antre os moradores das dictas cidades e vilas e logares que san na dicta comarca do dicto arcibispado en razam dos dictos termhos e sabede a verdade per onde a melhor poderdes saber per hu som ou deven ser os termhos antre as dictas cidades e vilas e logares dessa comarca e livredes com eles os dictos preitos e demandas e decraredes os termhos per hu deven seer e os demarquedes segundo achardes por foro e per direito. E mando a todos los concelhos e offycyaes e a outros quaesquer vizinhos e moradores das ditas cidades e vilas e logares dos meus reynos que sam na dicta comarca que cheguen comvosco a dicta comarca quando os pera elo chamardes so pea dos corpos e dos averes e vos obedesçam e façam vosso mandado en razam de todo o que sobredicto he e vos mostren totalas cartas e firmidões que tem en razam dos dictos termhos e vos digam verdade do que sobre elo souberen e que guardem e conpran o decraramento e demarcamentos que vos esses omes boos que o dicto rey de Castela hy manda e fezerdes en esa razam e mando a qualquer tabelyan das dictas cidades e vilas e logares do meu senhoryo a que esta carta for mostrada que chegem comvosco a todo o que dicto he e de como se todo fezer escrevan'o assy e dem delo fe pela gissa que todo fezerdes so pea dos corpos e dos averes onde vos eles al nom façades.

Dada em Evora doze dyas de Fevereiro el rey o mandou Frauste Anes d'Evora a fez era de mil e trezentos e noventa e huum anos. El rey a vio.

¶ E leuda a dicta carta os sobredictos Jhan Gomez e Stevan Lourenço disseran que os dictos Gomez Ayras e Jhan Fernandiz ao dia sobre dicto que deveran de vir segundo el rey de Castela enviara dizer a el rey de Portugal que se avia de fazer pera juntamente os dictos Jhan Gomez e Stevan Lourenço con os dictos Gomez Airas e Jhan Fernandiz averen d'ouvir e lyvrar as dictas contendas antre os dictos concelhos como sobredicto he e segundo pelos sobredictos reys de Castela e de Portugal a todos juntamente era mandado vir nom quisseran assy como pera ben seer deveran fazer como quer que passado o dicto dya primeiro de Março fossen atendudos per cinque dyas naquel logar sobre que dizen que he contenda hu ben poderam vir de Sevilha os sobredictos Gomez Airas e Jhan Fernandiz hu san moradores e fama e crença he que eran hy. E como o dicto primeiro dya de Março e cinque dias mayz sejam pasados en que ben poderan vir os sobredictos Gomez Airas e Jhan Fernandiz a cada huum dos dictos logares sobre que he a contenda antre os dictos concelhos per razam dos termhos o que eles fazer nom quiseram que protestavam que eles eran presentes e a mingua en eles nom era pera juntamente com os dictos Gomez Airas e Jhan Fernandiz se presentes fosem d'ouvir preitos e demandas e contendas quaesquer que antre sy ouvessem os concelhos de Sevilha e d'Arouche e de Moura e Noudar e os determinhar e os dictos termhos e marcos meter se mester for ou os que ja sam postos quando fossem dovidosos declarar e devições fazer segundo foro e direito e per el rey de Portugal seu senhor a eles mandado he como eles per outra gisa sen os dictos Gomez Airas e Jhan Fernandiz nom podesem taaes feytos ouvir e detèrminhar segundo he conteudo na carta de seu senhor el rey da comissan que sobre esto am.

¶ E logo pareceran perdante os dictos Jhan Gomez e Stevan Lourenço no dicto logar Marti Anes e Gomez Martinz procuradores de Moura e Affonso Martinz alcaide e Vasco Martinz juiz da dicta villa de Moura e outrossy pareceran frey Alvaro Gonçalvez comendador de Noudar por a Ordem d'Avys e outrossy parecerom Pero de Moura e Domigos Jhoanes procuradores de Noudar. E os dictos procuradores de Moura e de Noudar mostraran suas procurações avondosas pera esto que san escritas nos processos que os concelhos desto ten e mostradas as dictas procurações o dicto comendador e procurradores de Moura e de Noudar disseran que eles estavam presentes e prestes pera fazeren de sy direito per razam das contendas que diz Sevilha e Arrouche que an com Moura e Noudar sobre os termhos e sobre outra qualquer razom que contra eles posesem se presentes fosem e porque nom vinham nem parecyam os de Sevilha e os d'Arrouche per sy nem per seus procuradores pera pediren ou poeren contra eles algum direito se o contra eles aviam pedyan aos sobredictos Jhan Gomez e Stevan Lourenço que os

ouvesse por revees e que ouvesse por deccarados os termhos os termhos (*sic*) per onde estan demarcados per Dom Diogo Ordonhes segundo esta provado per as enquiryções que sobre esto foran tomadas as quaes pedyan aos dictos Jhan Gomez e Stevan Lourenço que as vissem e desembargassem per elas como achassem per direito pois o fecto era provado e condanassen os dictos concelhos de Sevilha e d'Arrouche nas custas direitas.

¶ E os sobredictos Jhan Gomez e Stevan Lourenço disseran que seu senhor el rey lhes dera poder pera ouviren e desembargaren este feyto juntamente com Gomez Airas e Jhan Fernandiz e que porque eles nom vynhan nen stavam presentes emtendian que de taes feytos nom podian conhecer e que o fariam saber a seu senhor el rey pera se fazer hy aquelo que sua mercee for. E os dictos procuradores de Moura en nome do concelho da dicta vila e o dicto comendador por a Orden e os dictos procuradores de Noudar por o dicto concelho da dicta vila protestaran das custas e perdas e danos e interesse. E de como todo passara de fecto os dictos Jhan Gomez e Stevam Lourenço pediran este testemunho pera amostrar a seu senhor el rey.

Testemunhas Gonçalo Vasquez e Garcya da Costa escudeiros vasallos del rey e Gil de Moura e Vicente Perez da Corte e Affonso Anes da Radinha e Affonso Anes Cordelro e Giral Anes e Stevam Perez e Lourenço Dominguez e Affonso Vicente e Vasco Gonçalvez Botelho e Gonçalo Dominguez e Affonso Miguez d'Ornalha vizinhos de Moura e Aparyço Gonçalvez e Rodigeanes e Antan Dominguez e Pero Gonçalvez de Noudar e outros muitos omes boos que que (*sic*) chegaram ao dicto logar.

Eu sobredicto Marti Beesteiro tabelyan que a todo esto presente fui esto escrevi e meu sinal aqui fiz que tal he [Sinal público]

(M. L. E.)

4454. XVIII, 5-32 — Paz feita entre el-rei D. Afonso IV de Portugal, el-rei D. Afonso de Castela e el-rei D. Afonso de Aragão, pela qual se ratificaram as que tinham sido feitas entre os reis seus pais. Valencia, 1329, Novembro, 2. — *Pergaminho. Bom estado.*

Sepan quantos esta carta vieren que dia yueves dos dias andados del mes de noviembre en el ayyo de Nuestro Senyor de mill trezientos y veinte y nueve en el Real de la ciudat de Valencia ante el muyt'alto y muy noble senyor don Alfonso por la gracia de Dios rey d'Aragon de Valencia de Serdenya y de Corcega y conde de Barcelona Loppe Fernandez Pecheco vassallo consellero y merino mayor del muy alto don Alfonso por la gracia de Dios rey de Portogal y del Algarbe parecio con carta de procuracion del dicho senyor rey de Portogal a las cosas deyuso contenidas establecido la qual procuracion fue fecha en Torres

Vedrias vynte seys dias de agosto era de mil ccc lx y vij aÑyos y seellada con el siello de las tablas del dicho senyor rey de Portugal de cera colgada [.....] de la qual carta finco treslado publico en poder del dicho senyor rey de Aragon por actoridat de la qual procuracion el dicho Loppe Ferrandez dixo de parte del dicho senyor rey de Portugal que por refirmar la amor y el buen deudo que los dichos reyes han en sembla el dicho senyor rey de Portugal [.....] confirmar y ratifficar las posturas fechas en Agreda y renovadas por el muy alto don Alfonso por la gracia de Dios rey de Castiella y de Leon por si y por el dicho senyor rey de Portugal con el dicho senyor rey de Aragon con carta publica ende fecha y seellada con las bullas de plomo [.....] Aragon y de Castiella la tenor de la qual es ay tal

¶ En el nombre de Dios Amen. Sepan quantos este publico instrumento vieren como martes postremero dia del mes de enero era de mil y trezientos y sessenta y siete aÑyos en Agreda en la Iglesia de Sant Miguel al Mercadal estando y el muy noble y muy alto senyor don Alfonso por la gracia de Dios rey de Castiella y de Leon y el muy noble y muy alto senyor don Alfonso por essa misma gracia rey de Aragon en presencia de mi Ruy Sanxex de la Camara del dicho senyor rey de Castiella y su escrivano y notario publico general en todos [.....] regnos [.....] deste instrumento son escritos pera esto llamados specialmente y rogados los dichos senyores reyes mandaron a mi Ruy Sanchez el dicho notario y presente leer registro de dos instrumentos publicos que yo el dicho notario ende fiz. El uno que di al dicho senyor rey de Castiella y el [.....] seellados del seello de plomo del dicho senyor rey de Castiella y signados cun mio signo el tenor del qual registro tal es.

En el nombre de Dios Amen. Sepan quantos este publico instrumento vieren como viernes veyente y un dia del mes de octubre era de mil trezientos [.....] en Medina del Campo en las casas do posava el muy noble y muy alto senyor don Alfonso por la gracia de Dios rey de Castiella y de Leon porante el dicho senyor rey y en presencia de mi Ruy Sanxex de la su Camara y su escrivano y notario publico general en todos los sus regnos [.....] fin deste instrumento son escritos pera esto llamados specialmente y rogados parecio don Gonçalbo Garcia consejero y procurador y mandadero special del muy noble y muy alto senyor don Alfonso rey de Aragon y de Valencia y de Cerdenya y de Corcega y conde de Barcelona y mostro y fizo [.....] carta de procuracion del dicho senyor de Aragon scrita en pergamino y seellada cun su seello de la Majestat de cera colgado y signada del signo de Pero Martinz escrivan del dicho senyor rey de Aragon y notario publico por toda su tierra de la qual procuracion el tenor della tal es.

Sepan quantos esta carta vieren en como nos don Alfonso por la gracia de Dios rey de Aragon y de Valencia y de Cerdenya y de Corcega y conde de Barcelona facemos y establecemos y ordenamos certo y special procurador y nuestro mandadero vos el amado consejero nuestro

don Gonçalvo Garcia a tractar firmar posturas y convenencias por nos y en nombre nuestro con el muy alto y muy noble don Alfonso rey de Castiella segunt la forma y el tenor de aquellas posturas que agora fueron fechas y firmadas entre el dicho rey de Castiella y el rey de Portugal nuestro cormano asi como a vos el dicho don Gonçalbo procurador nuestro visto sera dantes y otorgantes a vos dicho procurador nuestro leno y libre poder de tractar y firmar en nombre y de parte nuestra las dichas posturas y convenencias y de aquellas facer per cartas publicas y de jurar en anima nuestra y facer homenaje en la manera que lo fara el dicho rey de Castiella que aquellas posturas ternemos y guardaremos y observaremos segunt que puesto y ordenado sera y non vernemos contra. Et aunque podades todas y cada unas cosas fazer per nos que sobre las dichas posturas sean necessarias et prometemos a vos dicho don Gonçalbo Garcia procurador nuestro y al notario deyuso escripto reciebiente per nombre nuestro y de aquellos de los quales se pertenece o deve e puede pertenecer haver por firme todo aquello que por vos puesto firmado o prometido sera con el dicho rey de Castiella asi como si por nos personalmente fuesse fecho. Et en testimonio desto mandamos fazer esta carta de procuracion por el notario deyuso escripto y seellar con el nuestro seello de la Majestat de cera colgado.

Dada en Daroca dia yves vinte y cinco dias andados del mes de agosto en el aŕio del Nuestro Senyor de mil y trezientos y viynte ocho. Signo de nos don Alfonso por la gracia de Dios rey d'Aragon sobredicho que las sobredichas cosas otorgamos y firmamos.

Testimonios que presentes fueron el muy honrado padre en Jhesu Christo don Johan por la divinal gracia arcebispo de Tholedo el noble Vasco Maça de Vergua consejero del dicho senyor rey de Aragon y don Yazperte Folque canonigo de Girona. Signo de mi Pero Martinez escrivano del dicho senyor rey de Aragon y notario publico por toda su tierra y señyoria que a las sobredichas cosas presente fuy y de mandamiento del dicho senyor rey esta carta de procuracion escrevi y cerre en el lugar dia y anyo sobredichos.

La qual procuracion leyda el dicho don Gonçalo Garcia dixo al dicho senyor rey de Castiella que ell bien sabia en como entre el rey don Ferrando su padre y el rey don Jaymes padre del dicho rey de Aragon y el rey don Donis padre del rey don Alfonso de Portugal fueron fechos y firmados pleytos posturas amor y concordia segunt mas complidamente es contenido en tres cartas semejables de un tenor que sobre esto fueron fechas en Agreda seelladas de los seellos de plomo de los dichos reyes y del seello de cera colgado del ynfante don Johan. Et que el dicho senyor rey de Aragon esguardando los muy buenos debdos que havia con el dicho rey don Alfonso de Castiella y otrosi los debdos que havia con el rey de Portugal su cormano et aviendo voluntat que estos debdos fuessen mantenidos y acrecentados que el dicho rey de Aragon lo enblava al dicho senyor rey de Castiella a otorgar consseñtir y loar

y firmar con el los dichos pleytos posturas y amor. Et otrosi a otorgarlo y consensirlo y firmarlo con el rey de Portugal su cormano. Et el dicho senyor rey de Castiella dixo que el bien sabia que los dichos pleytos posturas y amor y concordia fueron otorgados y firmados entre los dichos reyes. Et eran otrosi agora firmados y otorgados entre ell y el dicho don Alfonso rey de Portugal por una de aquellas cartas que fueron fechas en Agreda el tenor de la qual carta es este que se sigue.

En el nombre de Dios Amen. A quantos esta carta vieren nos don Ferrando por la gracia de Dios rey de Castiella don Jaymes por aquella mesma gracia rey de Aragon don Donis por essa misma gracia rey de Portugal et el ynfante don Johan fazemos saber que como grant desabeniimiento discordia y guerra muy affincada y muy danyosa fuesse pieça ha entre nos dichos reyes de Castiella y de Aragon et desta guerra y discordia nos dichos reyes de Castiella y de Aragon veniessemos a paz y avenencia por la obra de los dichos rey de Portugal y el ynfante don Johan que en fecho desta paz y desta abeniencia trebajaron a gran servicio de Dios y a guardamiento nuestro y de los nuestros senyorios et como arbitros ellos y don Ximeno obispo de Çaragoça possierenlo en assessiego dando y sentencias asi como es contenido en las cartas de las dichas sentencias. Et por guardarse verdadero amor entre reyes de Castiella y de Aragon et porque se guarde mejor lo que es fecho y ordenado y sentenciado entre nos tenemos por bien y por nuestra pro de meternos a este fecho con nos los dichos rey de Portugal y el ynfante don Johan por seer mas en sembla nos y nuestros successores de un amor y de un acuerdo et que seamos amigos de amigos et enemigos de enemigos y pera poder esto fazer el dicho rey de Portugal sin crebantamiento ninguno de los pleytos de los homenages de las juras y de las fialdades que fueron fechas entre nos rey de Castiella y el ya pieça ha pera venir a buena paz y a buen amor quitamoslos por nos y por nuestros successores a ell y a sus successores quanto en esta razon y en este fecho et non queremos nos rey de Castiella nin es nuestro entendimiento que por esto se crebante ninguna de las otras cosas que son fechas entre nos y el mas queremos que se guarde pora siempre las donaciones scambios diffiniciones y abenencias que fizimos com'es contenido en las cartas que fechas son entre nos y el. Est otrosi porque el ynfante don Johan es nuestro vassallo y nuestro natural quitamoslo quanto en esta razon de vassallage y de naturaleza y de todo homenaje jura y pleyto que nos fiziesse et queremos que sea guardador deste pleyto y desta abeniencia asi como en esta carta es contenido y que nol pueda nocer en esto vassallage nin naturaleza que con nos ha nin pleyto nin jura nin homenaje que nos fiziesse y que pueda seer contra nos con los dichos reyes y sus successores y cada uno dellos faziendo nos o nuestros successores contra las cosas que aqui son contenidas. Nos todos quatro por nos y por nuestros successores facemos nuestra abeniencia y nuestra firmeça en esta manera.

Primeramente nos y cada uno de nos prometemos a buena fe por nos y por nuestros successores y todos quatro fazemos pleyto y homenaje y prometemos y juramos sobre la Cruz de Nuestro Senyor y los Santos Evangelios delante nos puestos y corporalmente taynhidos que seamos leales y verdaderos amigos entre nos y que nos aviemos bien y lealmente sin nengun enganyo et si por a ventura alguno de nos o de nuestros successores fuer contra qualquiere de nos todos quatro o de nuestros successores que los otros tres y sus successores sean contra el pora fazerle guerra y por abuscarle mal en todas las maneras que pudieren et pora facerle tener y guardar las covinencias y los pleytos que fasta aqui son feychos que tangan a nos o qualquiere de nos y los nuestros successores et pora fazer tener y guardar todas las cosas y cada una dellas que en esta carta y en las otras cartas que entre nos son fechas son contenidas et todas las otras cosas que entre nos y cada uno de nos fasta aqui son puestas y fechas et ninguno de nos non acoja nin reciba nin consienta en su tierra ningun rico homen ni cavallero del otro que guerra faga aaquell rey de cuyo senyorio es. Aun queremos que aquestas posturas que entre nos son fechas sean firmadas por el apostoligo de Roma y sentencia de descomulgamiento dada por el contra aquell o aquellos que contra las dichas posturas o alguna dellas viniesse o fiziesse et de aquesto que sea fecho procurador por nos todos a demandar y ganar la dicha confirmacion. Aun queremos que qualquier de nos la pueda demandar y ympetrar si quiere sin procuracion de los otros. En testimonio de la qual cosa nos sobredichos reyes y ynfante don Johan feziemos ende fazer quatro cartas semejables seelladas con nuestros seellos de las quales cada uno de nos reyes y ynfante tiene ende sendas.

Dada en Agreda nueve dias andados del mes de agosto en el anyo de Nuestro Senyor de mil y trezientos y quatro.

Presentes testimonios los honrados padres en Jhesu Christo don Johan obispo de Lisbona don Remon obispo de Valencia don Guiralt obispo del Puerto Ferrando Gomez canceller del rey de Castiella don Johan Simon consejero del rey de Portogal Diego Garcia canceller del seello de la poridat del dicho rey de Castiella y don Gonçalo Garcia consejero del dicho rey de Aragon. Signo de mi Pero Martinez escrivano del dicho rey de Aragon y per auctoridat suya notario publico que aquesta carta por mandado de los dichos reyes y ynfante don Johan escrevi y con letras sobrepuestas en la primera regla o dize don Donis por essa misma gracia rey de Portogal y en la segunda linea o dize dichos y en la dozena quarta linea en su tierra cerre en el lugar dia y anyo sobredicho.

La qual carta leyda el dicho don Gonçalo Garcia en nombre y en boz del dicho senyor rey de Aragon y por el dixo que el loava otorgava y firmava con el dicho senyor rey de Castiella los dichos pleytos posturas abeniencias diffiniciones amor y concordia segunt es contenido en la sobredicha carta. Et otrossi dixo que el en nombre y en boz del

dicho rey de Aragon y por el loava y otorgava y firmava al dicho rey don Alfonso de Portugal los dichos pleytos posturas abenencias diffiniciones amor y concordia segunt es contenido en la carta sobredicha. Otrossi lo dicho procurador en nombre y en boz del dicho rey de Aragon y por el prometio a tener guardar y complir pera todo siempre las dichas cosas y cada una dellas y de non venir contra ellas en parte ni en todo por si ni por otri abiertamente ni escondidamente en ningun tiempo nin por ninguna razon. Otrossi el dicho procurador en nombre y en boz del dicho senyor rey d'Aragon y por el se obligo que el dicho rey de Aragon faga facer homenaje al dicho senyor rey de Castiella o a su cierto procurador et al dicho rey don Alfonso de Portugal o a su cierto procurador a ricos homens y cavalleros tambien seglares como de religion tambien a maestros y priores comendadores como a otros de su senyorio porque el dicho rey de Castiella y el dicho rey don Alfonso de Portugal entendieron que estas posturas amor y concordias sobredichas puedan seer mas firmes y mas guardadas quando por ellos o por sus ciertos procuradores fuere pedido o demandado y que el dicho rey de Aragon quanto en este fecho y razon es desnature de sy los sobredichos que este homenaje ovieren de facer y les quite toda naturaleza y vassallage y todos los otros debdos que con el hayan y les quite otrossi todos los homenages y juramentos si los havian fechos per alguna manera y todas las obligaciones que el rey de Aragon sobre ellos ha por qualquiere razon et ellos que por esta manera se hayan por desnaturados y desobligados del de guisa que sin embargo ninguno pueda complir cada uno lo que en esto prometier por los homenages y juramentos que ficieren. Et que el dicho rey de Aragon assi gelo faga facer que quando el procurador o los procuradores de los sobredichos rey o reyes fueren al dicho rey de Aragon por arecebir los dichos homenages como dicho es que el dicho rey de Aragon lo faga facer aaquellos que con ell fueren o qu'el entonce hi pudiere haver pora fazer la dicha homenaje y los que hy non fueren o entonce non podieren haver de aquellos que los sobredichos reyes escogieren pora esto que el dicho rey de Aragon les finque obligado pera a les facer facer despues los dichos homenages a todo tiempo que los sobredichos reyes o cada uno dellos pora esto sus procuradores enbiaren y que quando acaesciesse que alguno o algunos de los sobredichos que este homenaje ficieren muriesse o murlessen que el rey de Aragon ha tenido de poner otro o otros en su lugar de aquell o de aquellos y les faga facer los homenages por las maneras que dichas son. Et estonce el dicho senyor rey de Castiella dixo que el recibia del dicho procurador el dicho loamiento otorgamiento y firmamiento y obligacion que sobre esto fazia a ell y al dicho rey don Alfonso de Portugal y que otrossi loava y otorgava y firmava el dicho pleyto y amor y posturas y abenencias y concordias sobredichas y que prometia y se obligava al dicho procurador que el fiziesse fazer homenaje al dicho rey de Aragon o a su cierto procurador a otros tantos ricos homens y cavalleros tambien seglares como de reli-

gion del su senyorio quantos fuesen aquellos que ell escogesse del senyorio del rey de Aragon pora le fazer la dicha homenage desnaturando primeramente de si quanto en esto fecho y razon es los sobredichos de su senyorio que este homenage hovieren de fazer y quitarles toda naturaleza vassalage y todos otros debdos que con el hayan y quitarles otrossi todos los homenages juramientos si los havian fechos per alguna manera y todas las obligaciones que sobre ellos ha por qualquiere razon y que faga ellos que por esta manera se hayan por desnaturados y desobligados del de guisa que sin embargo ninguno pueda complir lo que cada uno en esto prometiére por los homenages y juramientos que fiziere y que el que assi lo faga facer y que otrossi quando el procurador del dicho rey de Aragon viniere a el pora recebir los dichos homenages como dicho es que el faga fazer la dita homenage aaquellos que con el fueren o que entonce hi pudiere haver y los que hi non fueren ho hi non pudiere haver estonce de aquellos que el dicho rey de Aragon escogiere pora esto que el dicho rey de Castiella le finque obligado pora los fazer fazer despues los dichos homenages a todo tiempo qu'el dicho rey de Aragon pora esto su procurador enbiare y que quando conteciesse que alguno o algunos de los sobredichos que esta homenage fezieren muriesse o muriessen que el sia tenido de poner otro o otros en lugar de aquell o de aquellos les faga facer los dichos homenages por las maneras que dichas son.

Otrossi el dicho procurador en nombre y en boz del dicho senyor rey de Aragon y por ell juro en la Cruz y sobre los Santos Evangelios corporalmente por el taynidos que el dicho rey de Aragon tenga y cumpla y aguarde todas las dichas cosas y cada una dellas y que no venga contra ellas abiertamente ni escondidamente por si ni por otri en parte ni en todo en nengun tiempo ni por ninguna razon y obligose que por mayor firmidumbre que el dicho rey de Aragon fiziesse por si el dicho juramento al dicho rey de Castiella o a su cierto procurador y que diesse desto al dicho rey de Castiella su carta seyellada con su seello de plomo.

Et otrossi el dicho rey de Castiella presente el dicho procurador juro en la Cruz y sobre los Santos Evangelios a complir y a mantener las dichas cosas y cada una dellas de las sobredichas como dicho es y dar sobre esto su carta al dicho rey de Aragon o a su cierto procurador seellada del su seello de plomo de las quales cosas el dicho senyor rey de Castiella y el procurador del dicho senyor rey de Aragon pedieron y mandaron a mi Roy Sanxex dicho notario que les diesse ende sendos ynstrumentos publicos semejables de un tenor et rogaron a los que presentes estavan que fuesen ende testigos y lo firmen.

Desto son testigos que fueron llamados y presentes a todo esto los honrados don Johan obispo de Oviedo y don Pedro obispo de Cartagena don Vascho Rodriguez maestre de la Orden de la Cavalleria de Santiago y adelantado mayor por el rey en la Frontera y Johan Martines de Leyva adelantado mayor por el rey en Castiella y su camarero mayor y Alfonso

Joffee de Tonoyro guarda mayor del Corpo del rey y su almirante mayor de la mar y Johan Alfonsso arcidiano de Xeres de la Frontera y Ferran Ladron de Rojas y Ferran Rodrigues camarero del rey y otros. Et yo Ruy Sanxex notario sobredicho a todas estas cosas sobredichas y a cada una dellas con los dichos testigos presente fuy y a pedimiento del dicho don Gonçalo Garcia et otrosi a mandado del dicho senyor rey don Alfonso de Castiella fiz ende fazer dos ynstrumentos publicos amos semejables de un tenor ell uno que di al dicho senyor rey de Castiella y ell otro que di al dicho don Gonçalo Garcia en nombre del dicho senyor rey de Aragon y pora ell. Et en testimonio de verdat esto aqui con mi propia mano soescrevi.

Et qual leydo el dicho senyor rey de Aragon dixo que el loava otorgava y firmava todas las cosas sobredichas y cada una dellas que eran otorgadas puestas fechas y firmadas por el dicho don Gonçalvo Garcia su consejero y procurador y juro sobre la Cruz y los Santos Evangellos por el corporalmente tanydos y fizo pleyto y homenaje al dicho senyor rey de Castiella y en las sus manos del de tener complir y aguardar todas las sobredichas cosas y cada una dellas y que no venga contra ellas abiertamente ni escondidamente por si ni por otri en parte ni en todo en ningun tiempo ni por ninguna razon.

Et otrosi el dicho senyor rey de Castiella fizo pleyto y homenaje al dicho senyor rey de Aragon y en las sus manos dell de tener y complir y a guardar todas las sobredichas cosas y cada una dellas que el prometio y otorgo al dicho don Gonçalo Garcia en nombre del dicho senyor rey de Aragon y por ell y que no venga contra ellas abiertamente ni escondidamente por si ni por otri en parte ni en todo en ningun tiempo ni por ninguna razon.

Et los dichos senyores reyes mandaron a mi Ruy Sanxex el dicho notario que desto fiziesse o mandasse fazer dos ynstrumentos publicos amos semejables de un tenor el uno por el dicho senyor rey de Castiella y el otro por el dicho senyor rey de Aragon et qualquiere dellos que parecera que vala bien y complidamente en todo y rogarom y mandaron a los que presentes estavan que sean ende testigos y lo firmen et los dichos senyores reyes por razon que ellos firmavan agora por si estas sobredichas cosas mandaronlos seellar con sus seellos de plomo y desto son testigos que fueron llamados rogados e presentes a todo esto el mucho honrado don Johan por la divinal gracia patriarcha de Alexandria y los honrados don Garcia obispo de Burgos y don Pedro obispo de Cartagena y don Beltran Yanes Donante senyor de Navara y Pero Rodrigues de Guzman fijo de don Johan Remirez y don Vascho Ferran dean de Toledo y Burg (?) de Femenat portero mayor del dicho senyor rey de Aragon y Ferran Rodriguez (?) camarero del dicho senyor rey de Castiella y otros muchos vassallos y naturales [.....] los dichos senyores reyes.

Fecho fue aquesto en el dia mes anyo y lugar sobredichos.

Et yo Ruy Sanxex notario sobredicho a todas estas cosas sobredichas y a cada una dellas con los dichos testigos presente fuy y a mandamiento de los dichos senyores reyes fiz ende [.....] publicos ambos semejables de un tenor de los quales di este al dicho senyor rey de Aragon. Et en testimonio de verdat fiz alli este mio acostumbrado signo [Sinal público]

Et por actoridat de la dita procuracion el dicho Loppe Ferrandez en presencia de mi notario y de los testimonios deyuso escritos ratifico las dichas posturas y convinencias en nombre y en voz del dicho senyor rey de Portugal y en persona dell juro sobre el libro y la Cruz de Nuestro Senyor y los Santos Evangelios delante el puestos y corporalmente tanyidos y fizo pleyto y homenaje al dicho senyor rey de Aragon por la qual jura y homenaje prometio que el dicho senyor rey de Portugal terna guardara y complira verdaderamente y sin enganyo todas y cada unas cosas contenidas en las cartas de las posturas sobredichas segunt mejor y mas complidamente fueron por el dicho senyor rey de Castiella prometidas y puestas y que no verna contra ellas abiertamente ni escondida por si ni por otri en todo ni en parte en ningun tiempo ni por ninguna razon.

Et el dicho senyor rey de Aragon catando la buena amor y el buen debdo que los dichos reyes han en sembla dixo qu'el placia que las dichas posturas fuessen renovadas y ratificadas entre ellos.

Et por aquesto en presencia de mi notario y de los testimonios deyuso escritos ratifico las posturas y convinencias sobredichas y juro sobre el libro y la Cruz de Nuestro Senyor y los Santos Evangelios delante el puestos y corporalmente tanyidos por ell y fizo pleyto y homenaje al dicho Loppe Ferrandez recibiente en persona del dicho senyor rey de Portugal por la qual jura y homenaje prometio tener y guardar verdaderamente y sin enganyo todas y cada unas cosas contenidas en las cartas de las posturas sobredichas segunt mejor y mas complidamente se contiene en ellas y que no verna contra ellas abiertamente ni escondida por si ni por otri en todo ni en parte en ningun tiempo ni por ninguna razon.

Et de las dichas cosas el dicho senyor rey de Aragon y el dicho Loppe Ferrandez procurador sobredicho mandaron seer fechas por mi notario deyuso escrito dos cartas publicas amas de un tenor la una por al dicho senyor rey de Aragon y la otra por al dicho senyor rey de Portugal y qualquiere dellas que paresca que vala bien y complidamente en todo y mandaronlas seellar el senyor rey de Aragon con el seello de su bulla de plomo et Loppe Ferrandez con su seello de cera colgado.

Fecha en el dia anyo y lugar sobredichos. Sigillum.

Testimonios qui aquesto presentes fueron el honrado padre en Jhesu Christo don Johan por la divinal gracia patriarcha de Alexandria y los muyto nobles senyores el ynfante don Pedro de Ribagorça y don Ampe-

rios (?) Comde y don Ramon Burg (?) comde de las Muntanyas de Pradas y los nobles don Ramon Cornell y don Bñ de Serrian y don Gonçalvo García consellersos del dicho senyor rey de Aragon y Estevan Guomes prior de la Mota clerigo del dicho Loppe Ferrandez.

(*Sinal público*) Signum Bernardi de Podio praedicti domini regis Aragonum scriptoris et auctoritate regia notarii publici per totam terram et dominationem suam qui praedictis ynterfuit et demandato dicti domini regis et praefati Luppi Ferdinandi haec scribi fecit cum litteris rasis et emendatis die et anno quo supra.

[*Lugar do selo pendente*]

(*M. L. E.*)

4455. XVIII, 5-33 — Carta de João de Faria para el-rei a respeito da morte de Júlio II e dos preparativos para a eleição do novo pontífice. Roma, 1513, Março, 4. — *Papel. 6 folhas. Bom estado. Cópia junta.*

Senhor

A xxj dias de Fevereiro escrevi a Vosa Alteza como aquella noite se finara o Papa as v oras depois de mea noite e foy tanta a presa do correo que ja o nom pode alcançar minha carta senam em Napoles onde foy embarcar e la mandey outro tras elle e portanto entam se nom pode mais escrever. O que agora sobrevier hirey escrevendo per cada dia atee que correo parta que nom podera muito tardar.

E primeiro direi do que se fez no concilio. O dia que foy a sesam que foy a xbj de Fevereiro por o Papa nom poder hir a concilio foy presidente do concilio o cardeal Sam Jorge e do paço foram todos os cardeaes em ordem a Sam João de Lateram e aly diseram missa e ladainhas e preses segundo costume e acabado se leo mandado de Luca pera o concilio e depois hũa bula que o Papa fez em Bolonha per que provia a nom aver simonia na eleiçam dos futuros pontífices de que aqui mando a copia a Vosa Alteza. Seria bom se se guardase que a nom ouvese hy e pela doença do Papa se porrogou o concilio e asinou a outra primeira sesam pera 3.º idus Aprills que seram xj dias d'Abril e asi se acabou o daquelle dia. Determinou se tambem que a eleiçam do futuro pontífice pertencia ao colégio dos cardeaes e nom ao concilio.

(1 v.) E tornando ao Papa dizem que moreo com muita contriçam e que toda aquella noite atee as duas depois de mea noite sospirou e gemeo e se arrependeo muito. Queira Deus amercear se de sua alma porem elle se confesou muy tarde e comungou muy tarde porque comungou o dia dantes que era domingo porem in quacunque ora ingemuerit peccator etc. Deus lhe de o paraiso.

Como foy menhãa o revestiram em pontifical e abaixaram pera outras casas mais baixas porque elle pousava no alto dos paços e ali o poseram em hũa camara primeira sobre hũa alcatifa em hũa mesa e os cardeaes se foram todos ao paço e fizeram congregaçam sobre o que conpria fazer e acabada se foram onde o Papa jazia e ali lhe beijaram todos o pee e dali o trouxeram a Sam Pedro onde o dexaram e esteve aly todo o dia a vista de todos onde todas as velhas e povoo lhe foram beijar pees e mãos e rosto e tudo porque asy o tem de custume e a noite o enteraram sem la seer ninguem.

A outro dia se congregaram os cardeaes em casa de Sam Jorge por seer camaralenguo e deam do collegio porque he o mais antigo em seer cardeal e ali proveeram sobre a justiça da cidade e lhe deram gente d'armas pera guardar a cidade e as quadrilhas deram tambem (2) gente e se fez muyta gente d'armas así pela justiça como pelos cardeaes embaixadores barões de Roma e todos os que poderam pera guarda de suas casas e de suas pessoas quando saem fora. E com isto nom ouve hy saquearem casas nem fazerem muito dano ainda que estes armados como se ajuntam logo de quaesquer rezões se fazem revoltas e se matam alguuns. Todos folgaram com a morte do Papa Julio como se lhe viera algum grande bem así a cidade como cardeaes e cortesãos porque todos recebiam dele asaz de sem rezões e a mesma terra he pronta a veer novidades que lhe parece que qualquer outro que vier ha de seer milhor. Praza a Deus que seja así. Pela terra nom ha senam atambores e frautas todo o dia a juntar gente ou fazer mostra de gente e tudo sam festas. Sentimento nhum senam por seer tam tarde.

A cidade fez concillio no Capitolio que he a sua camara así pera o provimento da terra como tambem pera pedirem ao collegio que lhe tirase alguns agravos de inposições e moedas (?) que lhe eram postos pelo Papa e tambem pedirem alguuns moesteiros que costumaram seer de padroado dos romãos e terem conegos romãos e agora serem de frades dos quaes foy hum Sam Paulo e como isto foy sabido do povoo ajuntou se (2 v.) muita infinita gente d'armas do povoo e saltou em Sam Paulo que he hũa solenisima e antiquissima casa e meteram na a saco e os frades estavam muy apercebidos de gente e artilharia porem nom lhe aproveitou nada. Tomaram lhe toda sua fazenda e a casa e esta agora así tomada porque a cidade acudio a iso e tomou a guarda dela. Foy hũa cousa muito fea porem esta terra nom tem o mal por tam estranho como he. Agora se trata pela cidade e collegio de se restituir o que se tomou.

Como se o Papa finou e se poseram em guarda as cousas de sua casa de inportancia se buscou o anel que traz que he anulo piscatoris com que se sinetam os breves e de mano em mano souberam que o tinha Acursio o quall nom da recado dele e diz que nom sabe dele parte e logo aquella noite fogio e se foy a casa de hum baram romão onde esta com toda sua fazenda que all tinha de dias recolhida. Alli o mandou o

colegio citar e que apparecese a dar rezam do anel do sinete e asi tambem conta de todo o dinheiro do Papa que falta (?) e o costringeram que nom saise de Roma e lhe fizeram dar fiança a iso e tambem porque o Papa lhe deu (3) aquella noite que morreo o bispado de Pesalo lhe mandaram que nom vestise roxete nem tomase nhua insinia de bispo atee nom verem em consistorio se devia d'aaver o dicto bispado. Asi que elle esta bem enpeçado e podera seer que livrara mal. Dizem que o anel furtou pera asinar algũa quitaçam ou outra cousa que lhe comprise. La vay Vicente a Vosa Alteza com certos breves do Papa pera Vosa Alteza e com certas diligencias de citar per editos frei João Claro. Bom seria que Vosa Alteza o mandase a Fernam de Melo por capelam e seria cousa de grande exenplo pera outros taees nom tomarem ousadia a se fazerem correos pera levarem a Vosa Alteza o que sabem que nom he seu serviço.

Aqui veo Dom Rodrigo filho do conde de Marialva e eu soube como falara com Acursio sobre concerto deste moesteiro e porque o tempo era ja revolto que o nom pude veer mandei lhe dizer per Mendanha que eu sabia isto e que era cousa de muito deserviço de Vosa Alteza e que elle nom fazia o que devia fazer segundo quem era nem de sua onrra nem avia de ser de seu proveito que lho mandava dizer de parte de Vosa Alteza que nom entendese mais niso. Mandou me dar muita escusa e juramentos que nunca entendera niso. Des que o tempo for que o posa veer (3 v.) que agora nom sey onde jaz metido lho direi per seu ponto. Acursio ja nom he parte pera nada e querer lha Deus bem quando se poder valler e ao Papa como vier lhe notificuarei tudo como pasa asi da vontade de Vosa Alteza como da simonia per que o ouve Acursio e cuido que sera bem em nome de frei João Craro inpetrar lho por ese erro de maneira que Deus quis proveer a ese moesteiro de tam dina pessoa como he Mestre Joam e tira lo de poder doutra tanto ao reves. E nom ha niso que temer porque se fara o que Vosa Alteza quer com qualquer Papa que vier que ha de seer grato e querer sua obediencia e avorecer cousas do Papa Julio principalmente as tam mal feitas.

O arcebispo de Lixboa ficou desta vez de fora e seu dinheiro a mau recado. Os seus trazem grande trabalho pelo cobrar e lho dar o collegio deste dinheiro que deixou Papa Julio que foy muito que dizem que em dinheiro deixou no castelo acerca de iiij ducados e trazem algũa esperanza diso. Nom sey o que sera porem o Papa nom fez diso mençam e porem nom o seer elle (4) cardeal e fiquar asi como Vosa Alteza queria me deve Vosa Alteza ter em serviço porque me quero diso louvar que o tenho bem estorvado e bem refertado com Papa Julio e pasados com elle muitas afrontas e rebufos que elle fazia de boa mente atee me deixar como ja escrevi a Vosa Alteza porque alem de lho dizer com toda aquella onestidade e cortesia que se lhe devia lhe mesturava tanto agro que elle entendia bem quanto lhe nom convinha faze lo e asi per sam vital dificultado tanto o caso e que seria de tanto escandalo que ao Papa

lhe pesaria e se arrependeria muito quando o tevese feito e ao arcebispo muito mais de o seer porque nom era cousa fazer se contra vontade de Vosa Alteza que podese pasar sem grande escandalo e por aqui senpre hum pouquo de fero quanto podia onestamente caber que eu tenho por fe comquanto era ausoluto e voluntario que todavia era versuto e que atee com breves poder acabar com Vosa Alteza dilatou senpre a criagam dos cardeaes e soube de hum arcebispo florentim que muito dele sabia que me dise agora depois de morto o Papa que o Papa tinha determinado de nom fazer o arcebispo atee nom (4 v.) seer com vontade de Vosa Alteza asi que nom quero deixar todo este feito a fortuna de o elle nom seer mas que depols da vontade de Vosa Alteza que a iso resistia eu tenho niso bem servido e pasado asaz de fastios do Papa Julio.

O enbaixador de Castela fez muita gente e tambem ouve muito favor destes coluneses e orsinos que teem terras em Napoles e traz grande furia de deligencia pera que se faça Papa a preposito del rey de Castela e nom frances. Eu me ofereci a elle boamente sem lhe romper muito a capa senam porque elle se mostra senpre muito a serviço de Vosa Alteza e nesta oferta nom se perdia nada. Anda cada dia em grande negocio e dizem que por Sam Jorge e trabalha muito porque nom sejam admitidos os cardeaes privados se vierem e nisto anda todo o dia.

Eu Senhor tambem fiz fala aos cardeaes da parte de Vosa Alteza nom publicamente porque nom tenho esas vezes de Vosa Alteza mas a todos per suas casas dizendo lhe quanto lhe era notorio quanto Vosa Alteza era obedientissimo e devoto da See Apostolica (5) e que com esa mesma devaçam e tençam do bem publico somente desejava que o que ouvese de presidir a dita See fosse pastor santo e util a que Vosa Alteza e os outros princepes e todos os christãos dinamente devesem d'obedecer e teer por spritual pay de suas almas e que ainda que isto senpre foy necesareo muyto mais neste tempo em que o Diabo por sua versucia tanta sizania semeara e tam perniciosa e pois agora seu officio era proveer e remedear tanto descrimen e que de sua provisam tinha tanta necessidade a Reepublica Christã lhe pedia da parte de Vosa Alteza que tendo Deus ante seus olhos e querendo aquellas cousas que suas eram e nam nhũa particular quisesem unanimiter sem nhũa paixam eligir pastor proveitoso a toda a Universal Igreja e a toda a Republica Christãa que fosse amador de justiça e fazedor de paz e de unidade asi na igreja em que tanta divisam avia como antre os princepes seculares de modo que nom se podese dizer que daqui donde jura nasci deberent injurie nascerentur donde paz nom nacesse dahy a guera etc. Por aqui o milhor que pude nesta forma geeral por bem publico. Responderam me milhor que pode seer que eles todos sabem bem fazer que sam mestres diso se o asy fossem d'obrar louvando a devaçam de Vosa Alteza e seus craros e grandes feitos em augmentaçam da fe christãa e quanto folgavam (5 v.) e se confortavam com aquella exortaçam e amoestaçam por parte de Vosa Alteza e que com a graça do Spirito Santo se esforçariam

a fazer esta santa eleição canonica e santamente e por aqui que seria largo de contar. Queira Deus que seja así.

Aos oytto dias depois da morte do Papa que foy o deradeiro de Feve-reiro chegaram aqui cartas del rey de França de dada de xv de Fevereiro de Bles hũa pera o collegio e outra pera o Senado e regedores de Roma cuja conclusam era que elle avia sabido da enfermidade do Papa e que morendo dela como se esperava lhe pedia que quisessem esperar os cardeaes ausentes pera que se fizese hũa eleição canonica e se tirase todo scisma e se fizese pontifice proveitoso a Christandade e a do Senado era que lho fossem rogar aos cardeaes e encomendar muito e así o fizeram os romãos porem os cardeaes tomaram por conclusam e reposta que eles nom podiam mais fazer que esperar o termo do direito e nom podiam dispensar com elle e así entraram oje sexta feira. liij dias de Março em conclave xxliij cardeaes de que mando os nomes a Vosa Alteza.

A mim me mandou dizer o collegio que fosse tomar a guarda da porta do conclave como os outros enbaixadores a que se dam as chaves e guarda e veeram as viandas e o que se mete dentro aos cardeaes. Escusey me diso porque nom quero usar desas insinas d'embaixador senam quando Vosa Alteza o mandar.

(6) Entraram em conclave e dizem os que aqui estiveram per morte d'Alexandro que na eleição de Julio ja hia sabido de fora quem o avia de seer e pintadas suas armas pelas ruas com as chaves. Agora vay tudo tam escuro e eles tam incertos que nom ha esperança certa nem mençam de nhum e cuydo que a fazem duas cousas. A primeira que he pera elles que por esta bula e concilio de França que esta aberto em que estam postos imigos olheiros nom se ousou de praticar a simonia descuberta-mente. A outra he que nom ha pessoa no collegio que nom tenha muitas exceções pera nom o deverem de seer que ha hy muy poucas ou nhũa qual devia de seer.

A mim Senhor tambem me conveo fornir minha casa de mais gente e virem se pera mim alguuns así pera estar mais seguro como tambem pera quando vou fora ficar acompanhada que nom se sigua algum des-concerto porque me seria injuria e perda e tudo isto he crescimento de despesa e mais nestes ajuntamentos em que se despende mais do que se devia e Vosa Alteza tirou me este ano da merce minha x reais da que me fez ora hum ano e tambem nom me contaram a vestiaria ordenada e dos meus que me ora hum ano contaram e se pera o contar nom he ordenada sey eu que o he pera o despender. Pego (6 v.) por merce a Vosa Alteza que mo mande contar pera mo mandarem nesta outra 2.^a pagua porque eu nom poso viver sem vestir nem os meus e mais ey de viver em casa que custa dinheiro e bom que custa nesta terra e ousarei de dizer porque som bem certo e enformado diso que nem procurador nem enbaixador veo qua que andase vestido da maneira que o eu ando nem gastase niso tanto e digo o porque he publico que o podem saber per pequenos e grandes. Beijarei as mãos a Vosa Alteza nom me dimi-

nuir no que me pos e começou a dar que soo esta era asaz rezam pera se nom dever de fazer e mais que nom poso viver doutra maneira qua nem som almoxarife que se posa pagar com menos do que he mester porque se podem entregar em outros modos e eu o que ey mester se mo Vosa Alteza nom der nom sey que remedeo tenha qua do meu onde pode soprir tambem o gasto de mui boamente.

A vida e Estado de Vosa Alteza Noso Senhor acrecente e prospere senpre em longos dias.

De Roma a ilij de Março de 1513.

Isto he o que pasou atee oje e mando dar esta ao correo logo agora porque depois que vier nova de Papa novo nom ha hy vagar nem pera chancelar as cartas. A nova mandarei somente per outra

João de Faria

(M. L. E.)

4456. XVIII, 5-34 — Carta de Alvaro Mendes de Vasconcelos a el-rei D. João III, na qual descreve o cerco e a expugnação da Goleta. Porto da Goleta, 1535, Julho, 15. — *Papel. 4 folhas. Bom estado. Cópia junta.*

Senhor

Depois que o enperador partio de Barcelona tenho escrito a Vossa Alteza duas vezes húa de Cerdenha e outra daquy danbas lhe dezya que lhe não escrevia tam largo [com]o eu queria por duas causas. A primeira pola incerteza [de] mesegeiros a segunda por aver muitas cousas que se [pode]m falar e não escrever. O mesmo diguo agora [.....] somente escreverey a Vossa Alteza en geral o que quaa pasa [o] mais en breve que puder pola presa com que se despacha e pola con que daquy partimos pera Tunez. E bem creio que o ifante escrevera a Vossa Alteza as mais particularidades e mais certas como quem as sabe do enperador.

O que depois da derradeira que a Vossa Alteza escrevy socedee he o seguinte. Esteve o enperador sobr'esta Goleta ate ontem quarta feira xliij^o deste mes de Julho que fez hum mes que aquy desembarcou e senpre se entendeo em a combater e fazer trincheiras e repairos pera a nosa gente e artelharia. Neste meo tempo ouve algúas escaramuças pequenas e de pouco dano d'ambalas partes asy de gente de Barba Roxa e alarves que vinhão em sua companhia como dalguns que (1 v.) sayão da Goleta en que senpre avia mortos e muitos ferydos e a todos estes rebates e escaramuças ou aos mais cavalgou o enperador e todos co ele senão huns quatro ou b dias que esteve em cama tocado da gota. Aca-bados de fazer todos os pretechos necesarios pera o combate e d'asentar

artelharia o que se acabou esta segunda feira pasada que forão xij deste mes mandarão pedir os soldados velhos — a saber — dos que andarão em Italia espanhoes e também italianos que estavam mais perto da Goleta nos derradeiros repairos de que averya ha Go[le]ta perto de iij^o pasos que lhe pedião por merce [que] dese logo ha terça seginte a batalha e [.....] morreryão ou a tomarião. Ho enperador [.....] e hordenou o que se avia de fazer por mar e [.....] e por ha terça feira fazer muito grande tormenta [.....] e não se poderem chegar as naos e ga[les como] conpria ficou pera a quarta que foy ontem e o que se hordenou e que eu vy he o seginte.

Estava hum esquadrão d'espanhoes velhos muito boa gente en que averia pouco menos de quatro mil em hũa ilharga da Goleta en seu bestião muy forte e com xx peças grosas ou xxij d'artelharya pera bater. Da outra parte estava outro esquadrão d'italianos em seu bestião com catorze peças grosas d'artelharia e estavam algũa cousa mais perto do reparo da Goleta pola oportunidade do lugar. Estes serião pouco mais de ij. Nas costas destes estavam iij alemães pyqueyros. Digo piqueiros porque os dos dictos dous esquadões herão (2) piqueiros e arcabuzeiros. Nas costas destes tres esquadões estava toda a outra gente d'ordenança em seus fortes e a ponto pera acudir em onde comprise e os ginetes a hũa parte a cavalo e os homens d'armas os quaes todos vão no esquadrão do emperador. Estavão a ponto com mandamento que não cavalgasem senão ouvindo a trombeta.

A batalha do mar se hordenou na maneira seginte. Corenta gales — a saber — xx de cada ilharga que batesem e se chegassem o mais que pudessem e no meo delas xij naos e o galião de Vossa Alteza e quatro caravelas [a]s quaes a de Pedro Lopez e a de Dom João de Castro [.....] halarão bem e a de Pedro Lopez mostrou bem [.....] que levava e a vontade con que se chegava [.....] gou a tudo estando isto asy hordenado. Quarta [feira] pela menhã com muito bom dia e sem vento começarão se as dictas gales a chegar e a Goleta a tirar e dos bestiães nosos o mesmo e do galeão e caravelas também. Tudo isto estavamos vendo do arrayal e viamos cair a Goleta pedaço a pedaço e abaixar os bestiães dos immigos e cegar sua artelharia. Durou isto ate as iij despois de meio dia ha qual ora mandarão os soldados espanhoes pedir ao enperador que lhe concedese a batalha e que eles entrarião polos portos que tinham feitos e lhe tomarião a Goleta querendo o enperador poer isto em hordem. Aquentarão se tanto os dictos soldados que sem mais mandamento entrarão e tomarão a dicta Goleta sem lhe matarem xx pessoas (2 v.) e averia feridos mais d'oytenta e dos turcos serião mortos mais de iij^o. Outros dizem muito mais mas eu os vy todos e não me parecerão mais. Os capitães principaes e toda a outra gente fogirão deles pola augoa e outros por terra todos caminho de Tunez. Dizem todos os que melhor sabem a gerra que se se provera que forão ij^o ou iij^o ginetes segindo ho alcance que escaparão poucos

ou nhum. Creio que se não deixou de fazer isto senão porque hera a Goleta tam forte que parecia inposyvel ganhar se co primeiro combate tendo tanta gente pera a defender como ja escrevy a Vossa Alteza. As outras caravelas [que] não forão nomeadas pera virem co as [.....] vierão antre as gales. Vierão por ou [.....] chegarão bem perto e fizerão seu of[icio] o capitão mor escrevera a Vossa Alteza pois [.....] e por esta causa não falo mais na sua [.....]

Oje quinta feira pela menhá veo hum mouro [.....] de Tunez tinha mandado secretamente com cartas a pessoas principaes de Tunez e dise que não pudera entrar nem dar as cartas polas grandes guardas que avia em Tunez e que falara com dous mouros seus amigos dos quaes soubera que Barba Roxa estava sem pensamento de se ir ao que mostrava e que estava amigo dos de Tunez e que tinha pouca artelharia e que lhe parecia que tanto que ho enperador camynhase pera laa e os alarves viesem em serviço deste rey os quaes dizem eles que serão aqui amenhãa que logo Barba Roxa determinaria de fugir portanto determina o emperador que se faça o pusivel por se lhe não ir portanto manda esta noite Antonio Dorya sobrinho d'Andre Doria (3) com xxij gales a hum porto que chamão Bona honde Barba Roxa dizem que tem xj gales armadas pera que lhas tome ou queime e são daquy xxij legoas e tanbem correra outros portos honde se cre que o dicto Barba Roxa buscara salvação. En Argel tem x gales as quaes não creio que chegara o dicto Antonio Doria. Ho enperador estaa mul contente co esta vitoria e verdadeiramente visto a calidade e fortaleza da Goleta e artelharia he de ter em muito. A artelharia que se tomou mais dez menos dez he a que aqui direy. Tiros grosos bem grosos [em] que avia peças de liij^o e de b palmos e meio de [.....] em grosso e hum de seis seriam ate cento [.....]s mais que menos e os principaes tinham [.....] lis e outros a devisa do enperador e os que [.....] herão tam grosos como digo herão canhões [.....] os canhões. Doutra artelharia meuda de canipo [b]oa e de metal averya ate ij peças outros dizem mais mas eu m'afirmo nisto. Avia navios de remo ate lxx mais ij menos ij — a saber — xxx e quatro gales en que avia algúas douradas e pintadas e muito polidas e o mais herão fustas e bargantins. Muitas cousas e particularidades deixo d'escrever a Vossa Alteza polas rezões que ja dise e por outras que deixo tanbem aqui d'escrever. Prazera a Deus que verey muito cedo Vossa Alteza e não me esquecera o que agora não faço nem poso fazer.

Ho enperador estaa bem ainda que a gota o não deixa de todo e trabalha tanto em tudo que m'espanto como se tem en pee. O ifante anda muito bom e tam frageiro como ele e a osadas (*sic*) que Sua Alteza vee bem o que pasa neste mester e podera deixar e tomar (3 v.) de tudo e em tudo e prazera a Deus que sera pera mais serviço e contentamento de Vossa Alteza.

El rey de Tunez anda co emperador em húa tenda junto co a sua. Trata o como a rey e da lhe o necesario. Traz consigo ate xx mouros

e ate oje nem por sua parte nem por outra se traz algum bastimento a este arrayal. Comemos byzcoyto e carne salgada e alguns carneiros conprados das pessoas que os trazem nas naos a tres cruzados o carneiro e a galinha quando se acha a cruzado e a cruzado e melo.

Este mouro em sua pratica e geyto não parece [.....] rante. Dizem que he mau homem e que perde [.....] estado com'a folgazão. Asi o parece porque [.....] e joga o enxadrez e ry tendo tal est[.....]

Isto he o que ao presente poso escrever [.....] o enperador esta noite caminho de Tunez [.....] de fazer o pusivel porque se lhe não vaa B[arba Ro]xa. Outros escreverão mais particularidades e mais novas porque não teryão cuidado do que eu aqui não escrevo e guardo pera servir Vossa Alteza.

Em todas as minhas cartas pasadas tenho pedido a Vossa Alteza licença pera me ir com toda instancia pusyvel pola muita necessidade que pera iso tenho a qual se me dobrou com a vinda do ifante voso irmão. Peço muito por merce a Vossa Alteza que ma faça da dicta licença e aja respeito a quantos anos ha que o sirvo neste cargo e com quanto gasto e trabalho e tanbem se queira informar de como vim e estou nesta jornada.

O enperador enquanto tenho entendido não deixara d'ir a Napoles e primeiramente a Cezilia e de Cezilia mandara armada de Vossa Alteza que se vaa pera Portugal. Isto (4) tenho entendido de meus amigos e do mesmo negocio e tanbem ousarya agora d'affirmar que se não enbarcase pera se ir daqui ate xx d'Agosto e praza a Deus que seja ate biljº de Setembro porque tomar Tunez ainda que se lhe dee sem combate e reparar a Goleta e deixa la pera se poder soster e ver como deixa ho alcacer de Tunez e a segurança que toma deste rey com as mais particularidades que nisto ha não são cousas pera se acabarem em quatro dias. Queira Deus que se acabem bem que o prazo [que l]he ponho não he largo.

[.....] Vossa Alteza quiser mandar visitar o enperador e saber [.....] por algum homem de bem ou por correo proprio [.....] m]andar a Genoa polas postas e daly ou [.....] que mais certo he de Genoa to [.....] lingua donde ho enperador estaa e virem em huum bargantim ou fusta e parecera quaa muito bem asy pera comprimento como pera tudo. Vossa Alteza fara e mandara o que mais servydo for e seja o millhor.

Se parecer bem a Vossa Alteza avise me se quer que nesta conjunção antes que o ifante se vaa fale ao enperador no negocio das cousas defesas d'Afryca que os dias pasados tratey e podera ser que se acabe agora como compre. E tanbem se o enperador vai a Napoles. Veja Vossa Alteza se lhe quer mandar dar algũa conta das cousas da Inquisição porque poderia ser que estando presente o enperador em Napoles ou indo a Roma com sua presença se acabase o que Vossa Alteza quer e que compre a servyço de Deus e voso. Em tudo Vossa Alteza mande o que

mais for servido e se lenbre da merce que em minha ida lhe peço e com quanta rezão e necessidade.

Nosso (4 v.) Senhor sua vida e Real Estado acrecente como deseja.

Deste porto da Goleta oje quinta feira xb de Julho de bxxxxb anos.

Beijo as reaes mãos de Vossa Alteza.

Alvaro Mendez de Vasconcelos

(M. L. E.)

4457. XVIII, 6-1 — Carta de Vicente da Fonseca a el-rei D. João III, na qual lhe pedia que favorecesse o castelhano Francisco Gravado pois fizera bons serviços em Maluco. Cochim, 1536, Janeiro, 18. — *Papel. Bom estado.*

Eu me tennho camçado de screver a Vossa Alteza as cousas de Maluquo porque em todo tempo que la estive que foram dous annos e meo que tive carguo de sua fortaleza o fiz e servi asy dos outros cargos em que la servy antes que fose capitão e de como nyso em tudo o servy beyjarey as mãos a Vossa Alteza emformar se por Francisco de Sousa Tavares que as cousas da Imdia muito bem sabe e por Gironimo de Matos que em Meluquuo muito tempo foi ouvidor e por ho capitão dos castelhanos ou por seus companheiros que coma vezinhos o bem ao mall sabe e por outros muitos fidalguos que de qua vão. *Esta* faço so porque Francisco Gravado castelhano que ora la vai com ho capitão deles que em Maluquo foy ter por via da Nova Espanha me requereo que fizese a saber a Vossa Alteza como ho ele tinha provido na sua fortaleza. *Eu* per meu descargo lhe faço saber que ele estava na fortaleza quando matarão Gomçalo Pereira capitão. *Esquapou* mylagrosamente dos mouros o nom matarem com ho capitão e todo tempo que durou o cerco provio com suas armas asyn na fortaleza como em muytas ydas e pelejas que se fezerão que foram muitas e por yso os não esprevy que per esta causa o cerquo se alevãotou e se asentou a terra e se bot[o]u o rey e rainha e senhores que fizeram a traição fora per os que me afirmo que toda a merce que lhe Vossa Alteza fizer he bem empreguada nele.

Noso Senhor o Reall Estado de Vossa Alteza.

De Cochym a dezoyto de Janeiro de 1536 anos

Vicente da Fonseca

(L. P.)

4458. XVIII, 6-2 — Carta de Nuno da Cunha a el-rei D. João III, na qual lhe pedia fizesse mercê a Fernão de la Torre, capitão da gente do imperador D. Carlos, por seu serviço em Malaca. Dio, 1535, Outubro, 28. — *Papel. Bom estado.*

Sennhor

Fernam de la Torree portador desta he ho capitam da jemte do emperador que estava em Maluco o quall se veyo de laa com todos seus companheiros por vertude das provisoees que Vosa Alteza pera iso mamdou. E quando foy a morte de Guomçallo Pereyra por se a ilha de Ternate alevantar estiveram os portugueses em gram apreto dee fome o que sabido por ellee na outra ilha de Jellolo homde estava loguo socoreo aos de Vosa Alteza com mamtimentos e allguns homens dos de sua companhia. E certo que segundo fuy emformado per Vicemte da Fonseca capitam que emtam era elle fez nyso muy bom servyço porque se este socorro nam viera viram se os da fortaleza em gramdee oppressam.

Depois de sua chegada qaa eu faley com ellee acerca das emque-ryções que se aviam de tirar acerca das cousas do emperador e na practyca que com elle tivee acerca diso ho achey homem de beem e por tall se mostrou em seu testemunho no quall dise verdadeiramente ho que passava e o mesmo fizeram seus companheiros com quem elle praticou todas as cousas amtees que testemunhasem de maneyra que as emque-ryçoees vam muito como compre ao serviço de Vosa Alteza do que larguamente lhe dou comta em minha carta que vay nas vias. E portamto se lhe la pedir mercee mamde lha Vosa Alteza fazeer a quee for rezam porque elle lha merece plas cousas sobreditas.

A vida e Reall Estado de Vosa Alteza Noso Sennhor acrecemte por muitos annos ao Seu serviço.

De Dio a xxblj d'Outubro de b'xxxb.

Feytura de Vos'Alteza que suas reaes mãos beyjo

Nuno da Cunha

(L. P.)

4459. XVIII, 6-3 — Carta de Francisco de Melo, Pedro Afonso de Agular e Diogo Lopes de Sequeira a el-rei D. João III, na qual lhe falavam da demarcação feita com Castela e da situação geográfica das ilhas de Cabo Verde. Elvas, 1524, Maio, 24. — *Papel. Bom estado.*

Senhor

Vimos duas cartas de Vossa Alteza. A primeira recebemos a xxj de Maio a outra a xxliij as bj horas pola manhã e na primeira nos escreve como mandava ver por letrados ho direito de que ilha se avião

de medir as iljelxx leguas e nella e asi nas outras nos manda que entre-
tanto falasemos no situar das ilhas de Cabo Verde e nisso praticamos
ontem e oje e pera iso vierão cartas nas quais notamos algúas varie-
dades que por auto fizemos assentar como Vossa Alteza largamente
vera pollos autos que com esta lhe mandamos e neste ponto de situar
as ilhas nos parece que acabaremos amanhã porque vemos nelles von-
tade de concordar nisso e nos acusão de fazermos dilação pello que cum-
pre que Vossa Alteza mande a determinação do que ha por seu serviço
neste ponto de donde se ão de medir as iljelxx leguas que seja aqui
quinta feira por todo dia porque nom nos fica ja ninhũa cousa em que
falar senão no situar da terra e demarcação que he a fim de nossa
negociação porque por ja termos provada a variedade das cartas nom
temos senão este ponto em situar e demarcar per mididas do ceo e falar
nos eclipses porque nos acusão estes homens de longueiros pello que nos
fara merce de mandar este recado ao tempo que dixemos.

D'Elvas aos xxliij de Maio as nove horas da noite 1524.

Francisco de Mello

Pedro Affonso d'Aguyar

Dyogo Lopez de Sequeira

(L. P.)

4460. XVIII, 6-4 — Sentença dada por D. Pedro de Mascarenhas
e D. Afonso Fajardo, comissários dos reis de Portugal e Castela, a
respeito da divisão feita por causa da contenda entre os moradores das
vilas de Moura, de Arouche e de Ansina Sola. (1542). — *Papel. 12 folhas.*
Bom estado.

Vistos os autos deste processo e o que per elles se prova e a forma
das comissões dos anos derigidas a nos Dom Pedro Mazquarenhas fidallgo
da casa dell rey de Portugal e do seu Consselho e Dom Afonso Fajardo
comendador da villa da Moratalha e sennhor das Baronias de Pollope e
Venidorme etc. per nos aceptadas e as procurações e poderes da cidade
de Sevilha e suas villas d'Arouche e Enzina Solla de hũa parte e da
villa de Moura e suas aldelas da outra. E como os procuradores das
partes contheudas nas ditas procurações forão pera todo este negocio e
sentença deffinitiva inclusive a exxucução della per nos legitimamente
citados e vistos os artigos de restituição in integrum e outras posições
articulladas com que o procurador de Moura ora veyo perante nos e bem
asi visto e examinado todo o proceso que per outras comissões do ⁽¹⁾

(1) *Riscado:* dell rey.

serenisimo rey Dom Johão o 3.º rey de Portugall e do emperador nosos senhores foy agitado perante os licenciados Diogo Rodriguez do Desembarguo do dito sennhor e o licenciado Sancho Lopez de Otalora (?) comissarios dos ditos serenissimos principes nosos senhores. E vista a forma das sentenças que cada hum delles per si apartadamente deu e pronunciou no dito processo e como não forão comcordes juntamente em hum sentença e parecer salvo no que toca has teras de Rabo de (1 v.) Coelho que declararão pertencerem em todo a villa de Moura como em suas sentenças se contem o que nos per esta tãobem conffirmamos e visto como os principes nosos sennhores por causa desta discordia passarão pera nos as ditas comissões e como depois de visto e examinado todo o dito processo e ouvidos sobr'ello os procuradores das partes acordamos antes de pronunciar sobre os ditos artigos do dito procurador de Moura da dita restituição pera melhor clarificação e decisão do caso e pera evitar dillaçoens e outros imconvenientes hir ver per olho e apegar todos os termos limites e demarquações e malhoeiras d'ambas as ditas partes e as vimos e apegamos todas e ouvimos os procuradores das ditas partes no exame da dita vista que fizemos com o mais que pellos autos se mostra. E avendo nos respeito e conssideração a esta defferença antre a dita cidade de Sivilha e as ditas villas ser muito antiga e como ha muito longo tempo que dura antre ellas sem se poder acabar nem determinar ate gora avendo sobre iso muitas mortes d'omens ferimentos tomadias e roubos de parte a parte nos tempos pasados os quaes agora ao presente hão em muito grande crescimento com grande desserviço de Deus e contra a tenção irmindade e amor dos ditos principes nosos senhores e por evitar as ditas mortes ferimentos tomadias e roubos e outros muitos malles e escandallos mayores que verisimillemente e evidente estavam aparelhados e podião recrecer e por paaz (2) e asoseguo destes povos asentamos anbos concordemente de detriminar jullgar e acabar este negocio sem enbargos dos ditos artigos de restituição que não recebemos. E per esta presente nosa sentença deffinitiva o detriminamos jullgamos e acabamos no melhor modo que posa ser e per direito mais valler na maneira seguinte

Primeiramente jullgamos e detriminamos que os logares e teras que se chamão do Rosall e Allpedra com as casas que ora tem e todas as mais que pello tempo se hi fizerem así como partem a saber o dito Rosall donde entra o Ribeiro dos Termos na Ribeira de Chanca e por o dito Ribeiro dos Termos acima así como vay antre a serra de Ficalho e a Cabeça das Ovelhas ficando a Cabeça das Ovelhas da banda de Castella onde se poera hum malhão antre a dita Cabeça das Ovelhas e a dita serra mais acima na Chan junto do porto de Palhaes allto e fixo e dalli direito ao malhão que estaa no dito porto de Palhaes o quall malhão do porto de Palhaes se poera allto e fixo em hum cabeço que estaa sobre o dito porto ha mão direita así como a dita demarcação

vay seguindo (2 v.) directamente ate o dito malhão do porto de Palhaes e day direito a Malhada que chamão do Gallindo agoas vertentes pera a dita ha banda de Portugall e agoas vertentes ha dita Ribeira de Chanca da banda de Castella ficando a dita malhada de Gallindo per a parte do Rosall onde se poera outro malhão allto e fixo no mais allto da dita malhada e dalli pello cume da sera direito ha Cabeça do Pereiro senpre agoas vertentes pera Negreta termo de Moura e pera Chanca termo d'Arouche onde esta hun malhão antiguo e dy pello dito cume da sera directamente ate o malhão que chamão do Carill que esta no caminho que vay de Moura pera Arrouche.

E a dita Allpedra começa a partir do dito malhão do Carill pelo ribeiro dos Termos abaixo e vay dar no ribeiro dos Mus donde se junta com o dito ribeiro dos Mus e dy ribeiro abaixo a entrar no ribeiro de Caffareja e por Caffareja acima ate dar no ribeiro dos Pillões vindo senpre partindo desde Chanca pollo dito ribeiro dos Termos acima ate o malhão de Palhaes e day adiante pellas ditas demarcações atee dar no dito ribeiro dos Pillões ficando senpre Portugall da mão esquerda e Castella da mão direita. E do dito ribeiro dos Pillões per Caffareja acima ate onde nace o dito ribeiro de Caffareja que he na Cabeça do Broquo onde se poera outro malhão allto e aqui acaba a demarcação d'Allpedra.

(3) Estes logares e terras do dito Rosall e Allpedra pellas ditas demarqações pertença em todo pleno jure ha dita cidade de Sevilla e sua villa d'Arouche e aos regnos de Castella asi quanto ao territorio dominio e juredição civell e crime mero e mixto imperio como quanto ao pasto e toda outra comodidade e aproveitamento asi na propriedade como na posse sem a dita villa de Moura nem os regnos de Portugall nelles terem cousa allgua.

E asi mesmo jullgamos e detreminamos que os logares e teras que se chamão Pay Joanes e Vall Queimado e terras de Santa Maria e a terra de Campo de Gamos a saber asi como o dito Pay Joanes acaba de partir com a dita Allpedra no malhão da Cabeça do Broquo como dito he dy como vay partindo pella espiga e cume da sera direito aos piquos d'Arouche agoas vertentes per a dita ribeira de Chanca ha banda d'Arrouche e agoas vertentes da banda da Contenda ha Pay Joanes e dos picos d'Arrouche pella dita espiga e cume da sera agoas vertentes a Chanca da banda d'Arrouche e a Murtigan da banda da Contenda e dy seguindo sempre pello dito cume da sera ha Cabeça que estaa sobre a fonte do Larangeiro agoas vertentes a Chanca ao ribeiro do Vall de Sortelha e agoas vertentes sobre a dita fonti do Larangeiro (3 v.) per a Contenda e da dita cabeça partindo a dar no ribeiro que se chama Rio Tortilho e antre a dita cabeça e o dito rio Tortilho se poera hum malhão allto e fixo e pollo ribeiro Tortilho abaixo ate dar no ribeiro dos Cortideiros e pollo ribeiro dos Cortideiros abaixo ate onde entra no ribeiro de Vall Queimado e pello ribeiro de Vall Queimado abaixo partindo ate

onde entra na ribeira de Murtiga e da foz do dito ribeiro de Vall Queimado onde se mete em Murtiga volvendo pella espiga e cume da sera que vay sobre as terras de Giraldo e dy partindo pella dita espiga e cume da sera direito ao malhão de Pero Miguell que esta em baixo no valle no caminho que vay dos Barancos pera Enzina Solla. E dy partindo direito ao malhão que chamão do Cerro Xaroso indo lindando sempre com o termo de Noudar desde o dito malhão de Pero Miguell e do dito malhão Xaroso lindando tambem com Noudar aos curaes dos Nadinós onde esta outro malhão e dos curaes dos Nadinós lindando direito ao ribeiro de Gamos e ribeiro de Gamos abaixo ate onde entra na ribeira de Murtigão onde se chamam as Juntas de Gamos e Murtigão e ate que partindo sempre com o termo de Noudar desdo malhão de Pero Miguell. E Mortigão acima partindo com Moura ha mão direita ate o ribeiro de Pai Joanes e dalli ao Castellejo de Pay Joanes. (4) E dalli a Cabeça do Alguergue e antre o dito Castellejo e a Cabeça do Alguergue mandamos que se ponha outro malhão alito e fixo. E da Cabeça do Alguergue pello Valle do Centeyo abaixo onde se poera outro malhão e dy partindo ate dar no dito ribeiro dos Pilões e dalli abaixo te onde entra no ribeiro de Caffareja e aqui acaba a demarcação e malhoeira de Pay Joanes Vall Queimado terra de Santa Maria e Campo de Gamos. E de toda esta contenda que per nossa sentença fica declarada per contenda e así o declaramos. E estes ditos logares e terras pellas sobreditas demarções e lemites pertença pleno jure ha dita cidade de Sivilha e villa d'Arrouche e seu termo d'Arrouche em nome da dita cidade. E así mesmo ha dita villa de Moura e seus termos e esto mixta e comum e irmamente e ambas estas ditas villas de Moura e Arrouche tenham como dito he nos ditos logares e teras o teritorio e dominio e jurisdição mixta e juntamente e devisim no civell e crime mero e mixto imperio así na propriedade como na pose así nos pastos como nos outros aproveitamentos e comodidades e logramentos e que os ditos logares e teras de Contenda acima devisados praticão has ditas villas de Moura e (4 v.) Arrouche e a cada húa dellas in solidum somente na maneira sobredita mixtica e comum e irmamente e que os ditos logares e teras de Pay Joanes Campo de Gamos e Vall Queimado e teras de Santa Maria se chamem nomeem e tenham e guardem sempre todas por terras de Contenda e sejão sempre teras de Contenda pera estas duas villas de Moura e Arrouche e suas aldeas e termos soamente pella maneira sobredita.

E com declaração que nos ditos logares e teras de Contenda acima devisados que ficam per Contenda e pertencem has ditas duas villas de Moura e Arrouche in solidum como dito he ellas usem da dita jurisdição nesta maneira a saber que seja antre as ditas duas villas pera todos os negocios cives e crimes e mixtos e pera penar e coimar penhorar logar de prevenção em modo que quem primeiro citar ou apenar ou penhorar em allgum negocio aja e tenha a jurisdição inte-

ramente dese negocio e causa e a outra villa quanto a esto e suas dependencias e emmergencias e conexidades seja exclusiva de todo e se entenda a jurisdicção ser proventa pera o dito negocio e causa per citação reall de prisão e esta preceda todas as outras ou per citação verball ou per devasa ou inquirição que sobre o caso cada hũa (5) das ditas villas faça ou mande fazer per seus ministros e officiaes de justiça os quaes declaramos que livremente poderão trazer varas de justiça allevantadas nos ditos logares e terras de Contenda e fazer todos os outros autos de jurisdicção como em tera sua propria d'anbas as ditas villas e cada hũa dellas así e da maneira que cada hum podera fazer em sua propria jurisdicção de Moura ou Arouche.

E sendo caso que sobre allgum dellito ou mallefficio ou outro allgum caso de qualquer callidade que seja civill ou criminall ou mixta os ditos officiaes e ministros concorerem juntamente em hum tempo a fazer as ditas citações reall ou verball ou a dita devasa e inquirição que em tall caso o conhecimento delle se for de pessoa portugues pertença o conhecimento has justiças de Moura e se for de pessoa castelhano pertença a villa d'Arouche e suas justiças sem que as justiças de hũa villa podesem empidir as da outra nem entrometer se no tall caso per maneira allgũa.

((5 v.) E com declaração que nos ditos logares e teras que ficam por Contenda como dito he a villa d'Enzina Solla nam tenha dominio allgum nem jurisdicção civell nem crime mero nem mixto imperio nem outra allgũa jurisdicção nem possa trazer vara de justiça nos ditos logares e terras nem usar doutro allgum auto de jurisdicção per nhũa via que seja soamente lhe concedemos o pasto e aproveitamento así das hervas e pastos e agoas como da bolota e cortiça e madeira e quaesquer outros aproveitamentos das teras sobreditas que ficam por Contenda. E esto a seus tempos limitados como abaixo vay declarado em todas as tres villas.

E porem lhe damos autoridade e poder ha dita villa d'Enzina Solla que soamente posa acolimar e apenar as pessoas que acharem fazendo dapno nos distos pastos e aproveitamentos mas não o poderão fazer trazendo vara de justiça como dito he e a pena que por causa dello as pessoas encorerem declaramos que seja neste (6) caso pera todas tres villas per partes igoaes e a ellas jullgamos e apricamos as ditas penas.

E com declaração que nos ditos logares e termos acima devisados que ficam por Contenda nhũa outra pessoa villa nem logar ainda que seja a cidade de Sevilha nem das terras e logares da dita cidade nem doutra parte de Castella nem de Portugall possam pastar nem usar de nhum aproveitamento nem logramento delles em pouco nem muito salvo estas tres villas sobreditas de Moura Arouche e Enzina Solla. E sendo allguns achados que posão ser acolimados e apenados per cada hũa das ditas tres villas e que aja antre ellas logar de prevenção com a dita declaração que as penas que Enzina Solla appenar ham de ser pera

todas tres villas como dito he e se ham d'apenar na maneira e forma sobredita.

E com declaração que nos ditos logares e terras que asi ficão por Contenda os de Moura nem os d'Arouche nem d'Enzina Solla e seus termos nem outra allgũa pessoa concelho villa ou (6 v.) cidade posão ter nem fazer malhadas nem pocillgões de porquos nem abelhas nem outras (sic) nem casas nem edificios allguns de quallquer sorte que sejão nem lavouras de pão nem doutra cousa allgũa salvo poderão os pastores fazer curaes e abrigos de rama pera os husos dos gados e seus. E fazendo o contralro cada hũa das ditas villas de Moura Arrouche e Enzina Solla lhas posa livremente derribar queimar ou tomar pera si com todo o que dentro estiver e allem diso o que tall fizer pague por cada vez de pena mill reis a quall pena sera per a villa de Moura ou d'Arrouche ou d'Enzina Solla quall dellas primeiro derribar ou queimar ou tomar os ditos pocillgões ou malhadas casas ou edificios ou lavoura e provier como dito he e quando apenar Enzina Solla nestes casos sera a pena pera todas tres villas como acima vay declarado.

E com declaração que nhũa pesoa das ditas villas de Moura Arrouche ou Enzina Solla e seus termos que nas ditas teras e logares da Contenda podem pastar per vertude desta nosa sentença não possa chamar sua nas ditas teras de Contenda malhada allgũa nem deffende la por sua de hum anno pera outro nem de hum tempo pera outro antes (7) senpre os pastos sejão comuns em todas as ditas teras de Contenda igoallmente na maneira e forma acima contheuda.

E com declaração que nhũa pessoa das ditas villas nem fora particullar nem concelho nem cidade possa nas ditas teras e logares de Contenda cortar madeira d'Enzina e sovro nem tirar casqua sob pena que o que cortar arvore pague mill reis e o que cortar ramo dozentos a saber por cada arvore que cortar mill reis e por cada ramo duzentos reis e o que tirar casca pague dez cruzados por cada vez e da cadeya. E esto se entenda quanto has pessoas das ditas villas e seus termos a saber de Moura Arrouche e Enzina Solla porque sendo de fora pagara no caso do cortar arvore dous mill reis por cada vez a saber cortando a pello pee ou se a esmouchar e bº reis por cada ramo. Porem as pessoas das ditas tres villas que podem pastar poderão cortar rama pera os curaes e abrigos dos gados e pastores como dito he comtanto que nam cortem a cabeça d'arvore sob as ditas penas e o de fora que tirar casca pague a pena dobrada e perqua a casca e bestas.

E com declaração que nos ditos logares e terras de Contenda nhũa pessoa nem concelho posa fazer nem mandar fazer cinza nem queimar arvore allgũa nem poer fogo nos pastos e comedias e o que fizer ou mandar fazer o contralro e se lhe provar que fez cinza ou se achar apanhando a pague dez cruzados por cada (7 v.) vez e da cadeya e se se provar que pos fogo e queimou pastos ou logramentos pague dous mill reis da cadeya allem das penas que por leis e ordenações de cada

regno encorem os que poem fogos as quaes penas serão pera os concelhos das sobreditas tres villas na maneira e forma acima declarada.

E com declaração que nhúa pessoa nem concelho destas tres villas posa varejar nem mandar varejar bollota nem lande nas ditas terras e logares da Contenda nem ripa la com as mãos nem apanha la pera suas provisões ate dia de São Miguell de cada hum anno mas da vespera de meio dia por diante a poderão varejar ou apanhar pera suas provisões como senpre se custumou e o que fizer ou mandar fazer o contrairo sendo de cada hũa das ditas tres villas pagara de pena por cada vez que varejar mill reis e que ripar b^o. E sendo de fora das ditas tres villas quer seja antes de São Miguell quer depois o avemos por condepnado por cada vez em dous mill reis applicados pella dita maneira porque os de fora mandamos que nem ante de São Miguell nem depois posão varejar ripar nem apanhar a dita bollota nem lande porque achamos que nhúa pessoa de fora das ditas villas o pode fazer.

(8) E com declaração que nhuns gados de fora das ditas tres villas e seus termos posão pastar dentro nas ditas terras e logares da Contenda acima devisados nem pessoa allgũa das ditas tres villas e seus termos possa meter os ditos gados de fora com os seus pera pastar na dita Contenda e sendo achado gado de fora nella per quallquer via que seja pague o dono do gado de pena por cada vez por cada cabeça de gado vacum ij^o reis e L^{ta} reis por cabeça de gado meudo ate rebanho e de rebanho para cima dous mill reis por cada rabanho e declaramos que rebanho se entende no gado vacum de xx reses e nos porquos xxx e no outro meudo c^o. E estas penas applicamos has ditas villas na maneira acima contheuda e mandamos.

E mandamos que quando allgũa pessoa for achada nos ditos logares e teras de Conthenda fazendo dapno per onde encora nas penas acima postas ou em allgũa dellas lhe posa a justiça de Moura ou d'Arrouche ou o guarda que por ellas ou pella villa d'Enzina Sola forem postas pera guarda da dita Contenda tomar hum penhor que valha a pena de gado ou doutra cousa equivallente em que possa ser penhorado e nom trazendo gado ou outro penhor equivallente o posam prender e levar preso ha cadeia de cada hũa das ditas villas. (8 v.) E porem se no caminho quiser pagar a pena ou dar penhor por ella sejão obrigados a o logo solltar e sendo jaa preso na cadeya se logo pagar a pena tambem seja sollto sem mais pagar que a carcerage nem lhe fazerem autos nem mais custos que o da condepnacão e estas penas serão jullgadas pellas justiças de cada villa cuja guarda ou justiça os prender ou encoimar e serão as penas repartidas na maneira sobredita.

E hordenamos que o guarda de cada hũa das ditas tres villas que acolmar ou prender allgum danador seja obrigado a o manifestar ese dia ate o outro seguinte has justiças da villa cujo for o dito guarda sob pena de pagar toda pena per inteiro contheuda naquelle caso declarada nesta nossa sentença e da cadeya com o quatro tanto e per esse mesmo

fecto o avemos por privado pera sempre do officio de guarda. E os juizes da tall villa serão obrigados fazer auto da tall manifestação e penas que jullgarem e de todo o que sobre iso pasar pera que aja dello conta e rezão antre todas tres villas.

E asi mandamos que nestas terras e logares da Contenda não possa aver malhada allgũa silha nem pouso ou asento de collmeas nem exxames de nhúa pessoa concelho villa nem cidade e porquanto se mostra estarem ora duas malhadas e silhas de collmeas antigas nas ditas teras da Contenda a saber ha malhada do Larangeiro e a do Pesegueiro jullgamos por bem de paz e aseseguro e por evitar imconvenientes (9) e escandallos e pello poder que temos que os donos da sditas malhadas sejam obrigados a vender os asentos das ditas collmeas has ditas tres vilhas e tirar dalli as ditas collmeas e porem estara em escolha dos ditos donos vender lhes tambem as ditas collmeas ou leva las dalli a outra parte fora da Contenda quall mais quiser e querendo as antes vender lhe pagarão as ditas tres villas o que justamente vallerem e querendo as antes levar lhe pagarão o sitio e asento dapno e perda que as ditas collmeas ao presente receberem pollas asi mudar e cada villa pagara seu terço igoallmente e pera iso se louvarão todas tres villas em húa ou duas pessoas por sua parte e todos os donos das collmeas em outra ou em outras duas pessoas e sendo os louvados discordes no preço os mesmos louvados todos juntos ellejerão hum terceiro e o que for acordado polla mayor parte delles paguem as ditas villas aos ditos donos os quaes não serão obrigados a tirar dalli as ditas malhadas ate primeiro serem inteiramente pagos dellas.

E porquanto se mostra outrosi estarem outras tres silhas de collmeas em Pay Joanes terra de Contenda a saber húa despovoada que esta onde chamam a Torre Queimada e outras duas húa de Joam Vazquez Pelicano e outra Afonso [.....] (1) e estas são de pouço tempo pera caa e avendo respeito a ello e ao que dito he no concelho precedenti e a se (9 v.) não provar per os autos que tenham titulo dellas mandamos que as ditas tres villas paguem por ellas xx reis cada húa seu terço a saber ao dono do asento da malhada da Torre Queimada x reis e aos outros dous a cada hum cinco mill reis e levaram dalli suas collmeas em tempo conveniente depois que forem pagos e nam aja mais alli nunca as ditas silhas de collmeas.

E quanto has terras ou propriedades que se chamão de Santa Maria e outras lavradias que se mostra pello fecto estarem em Vall Queimado dos herdeiros de Gonçalo Pirez e de sua molher Catarina Pirez vizinhos que foram d'Enzina Solla jaa deffuntos nos tomamos sobre o vallor dellas extimadores e visto seu arbitrio e extimação mandamos que as ditas tres villas paguem pollas de Santa Maria ao mordomo da fabrica de Santa Maria d'Arouche xxiiij reis por ellas pera que delles compre outra pro-

(1) Espaço em branco no manuscrito.

priedade que lhe seja mais proveitosa per a dita igreja e aos ditos herdeiros do dito Gonçalo Pirez e sua mulher Catarina Pirez outros xxiii reis pollas suas cada villa seu terço como dito he. E estas teras e propriedades fiquem pera sempre em pasto comum das ditas tres villas e por teras de Contenda como os outros logares e teras que ficam por Contenda com as declarações acima exprimidias.

(10) E declaramos que os direitos da sisa ou allcavalla que se fizer em todos os ditos logares e teras da Contenda se aquelle que a ouver de pagar viver em Portugall a pague a Moura e se for vizinho de Castella a pague Arouche segundo as leis de cada regno.

E declaramos outrosi que o dizimo dos gados que pastarem nas ditas teras e logares da Contenda se pague ha igreja donde for fregues o dono do gado de Portugall ou de Castella.

E mandamos que todos os malhões e marcos que estão fectos quer sejão velhos quer novos dentro nas ditas teras e logares de Contenda acima declarados e asi os do Rosall e Allpedra excepto os que per esta nosa sentença mandamos ficar ou de novo poer sejão logo derribados e tirados e cada hũa das ditas villas os posa livremente tirar e derribar todos e nam sirvam mais em tempo allgum de marcos nem de malhões e que os juizes e vereadores e procuradores das ditas duas villas de Moura e Arrouche sejão obrigadas em cada hum anno de se juntar ha quinta feira ulltima outava de Pascoa de Rosoreição e visitar juntamente estas demarcações e malhões todas contheudas nesta nosa sentença asi do Rosall e Allpedra como das teras da Contenda a saber Pay Joanes Vall Queimado terras de (10 v.) Santa Maria e Campo de Gamos asi pella banda de Portugall como polla de Castella ha custa das rendas dos concelhos das ditas duas villas de Moura e Arrouche fazendo porem os gastos moderadamente sob pena de xx cruzados em que os avemos por condepnados cada concelho por cada vez que asi o nam fizerem e os applicamos pera o concelho da villa que fizer a dita visitação a quall pena pagaram os juizes vereadores e procurador do concelho de suas proprias fazendas e nam das rendas do concelho e farão os ditos juizes e vereadores autos da tall visitação asinados per ambos os esprivães ou tabaliães que pera iso mandamos que vão hum de Portugall outro de Castella os quaes autos cada hum dos ditos concelhos levara pera sua guarda.

E porque nam aja duvida na jurisdição civell e crime mero e mixto imperio que fica mista e commumente e im soliduz ha dita cidade de Sivilha e villa d'Arouche e asi ha villa de Moura etc. nas ditas teras e logares de Contenda e no usu e exxercicio della declaramos que a jurisdição civell e crime mero e mixto imperio e o usu da dita jurisdição pertence a dita cidade de (11) Sivilha e as justiças della e da dita villa d'Arouche em seu nome e ha dita villa de Moura e has justiças della e ao senhor ifante Dom Luis cuja he a dita villa e a suas justiças e a quem for pollo tempo senhor da dita villa de Moura e a suas justiças

mixta e im soliduz como dito he e que as justiças do dito senhor iffanti Dom Luis e do senhor da dita villa que pollo tempo for e a dita villa de Moura e suas justiças e a dita cidade de Sevilha e as justiças della e da dita villa d'Arouche usem e exxercitem a dita jurisdição nas ditas terras de Contenda polla forma e maneira e como nesta nosa sentença acima esta declarado.

E pera que esta nosa sentença se cumpra em todo com effecto [manda]mos que o concelho e vereadores d'Anzina Solla sejam obrigados esprever em hum [livro] que pera iso farão encadernado e autentico todallas penas que cad'ano sua guarda acoimar ou penhorar e os juizes sentencarem na dita villa e a dar conta com pago cad'ano aos ditos dous concelhos de Moura e Arouche per o dito seu livro per dia de Sam Miguell de Setembro de cada hum anno. E porem os ditos dous concelhos de Moura e Arrouche mandarão ao dito dia cada hum seu procurador que lhe tome a dita conta e tomada os ditos vereadores da dita villa d'Enzina Solla lhes paguem o que se achar que justamente lhes devem das ditas penas (11 v.) logo e com effecto e enquanto lhes nam pagarem o devido pellas ditas contas avemos por suspensa a dita villa d'Enzina Solla de poder ter guarda nas ditas teras da Contenda atee que reallmente e com effecto lhes pague.

E esta nossa sentença com as ditas declarações mandamos que a dita cidade de Sevilha e as ditas villas e seus termos e partes a que toca guardem e cumpram inteiramente pera sempre e os termos e divisões e malhões que acima posemos e devisamos fiquem antre os regnos de Portugall e Castella por lindes marcos e malhões e termos perpetuamente sem embargo das sentenças que derão os ditos licenciados Diogo Rodriguez e [Sancho] Lopez de Otallora as quaes cass[amos] e annullamos salvo naquello em que acima dize[mos] que forão concordes em o quall as confirmamos e aprovamos como dito he e jullgando asi o pronunciamos e mandamos e seja sem custas vistas as causas que a iso nos movem.

(L. P.)

4461. XVIII, 6-5 — Capitulação nova feita entre el-rei D. João III e o imperador Carlos V, por causa de Maluco. Vitória, 1524, Fevereiro, 27. — Pergaminho. 4 folhas. Bom estado.

(1 v.) (1) Don Carlos por la gracia de Dios rei de romaños eleito emperador semper augusto doña Johana su madre e el mesmo don Carlos por la mesma gracia reyes de Castilla de Leon de Aragon de las dos Secillas de Jherusalem de Navarra de Granada de Toledo de Valencia de Galizia de Mallorcas de Sevilla de Cerdeña de Cordova de Corcega de Murcia de Jahen de los Algarves de Algezira de Gibraltár de las

(1) A primeira folha do manuscrito está em branco.

yslas de Canaria de las Indias yslas e tierra firme del mar Oceano condes de Barcelona señores de Vizcaya de Molina duques de Athenas e de Neopatria condes de Ruysellon e de Cerdania marqueses de Oristan e de Gociano archiduques de Abstria duques de Borgofia e de Bravante condes de Flandes e de Tirol etc. vimos una escriptura de capitulacion e asiento hecha en nuestro nombre por Mercurinus de Gratinara nuestro grand chanciller e don Herrnando de Vega commendador mayor de Castilla e don Garcia de Padilla comendador mayor de Calatrava y el Doctor Lorenzo Galindez de Carvajal todos del nuestro Consejo e Pero Correa de Atovia (*sic*) señor de la villa de Velas y el Doctor Johan de Faria embaxadores e del Consejo del serenissimo e mui excelente rei de Portugal nuestro mui caro e mui amado sobrino e primo e sus procuradores su thenor del qual es este que se sigue

En el nombre de Dios Todo Poderoso Padre y Hijo y Spiritu Sancto manifiesto e notorio sea a todos quantos este publico ynstrumento vieren commo en la cibdad de Vitoria a diez e nueve dias del mes de hebrero año del nascimiento de Nuestro Salvador Jeshu Chrispto de mill e quinientos e veinte e quatro años en presencia de mi Francisco de los Covos secrectario de Sus Magestades e su noctario publico e de los testigos deyuso escriptos estando presentes los señores Mercurinus de Gratinara grand chanciller de Sus Magestades y don Herrnando de Vega comendador mayor de Castilla de la Horden de Sanctiago e don Garcia de Padilla comendador mayor de Calatrava y el Doctor Lorenzo Galindez de Carvajal todos del Consejo de los mui altos e mui poderosos principes don Carlos por la divina clemencia eleito emperador semper augusto rey de romanos y doña Johana su madre e el mesmo don Carlos su hijo por la gracia de Dios reyes de Castilla de Leon de Aragon de las dos Secillas de Jerushalem e etc. sus procuradores bastantes de la una parte e los señores Pero Correa de Atovia señor de la villa de Velas e el Doctor Johan de Faria ambos del Consejo del muy alto e muy excelente señor el señor don Johan por la gracia de Dios rey de Portugal de los Algarves de aquende y allende el mar en Africa señor de Guinea y de la conquista navegacion e comercio de Ytiopia e Aravia e Persia y de la India etc. sus embaxadores e procuradores bastantes segund ambas las dichas partes lo mostraron por las cartas poderes e procuraciones de los dichos señores sus constituyentes su thenor de las quales a verbo ad verbund es este que se sigue

Don Carlos por la gracia de Dios rey de romanos eleito emperador semper augusto doña Johana su madre e el mismo don Carlos por la misma gracia reyes de Castilla de Leon de Aragon de las dos Secillas de Jerushalem de Navarra de Granada de Toledo de Valencia de Galizia de Mallorcias de Sevilla de Cerdeña de Cordova de Corcega de Murcia de Jahen de los Algarbes de Algezira de Gibraltar de las yslas de Canaria de las Indias yslas e tierra firme del mar oceano condes de Barcelona señores de Vizcaya e de Molina duques de Atenas e de Neopatria condes

de Ruysellon e de Cerdania marqueses de Oristan e Gociano archiduques de Abstria duques de Borgofia e de Bravante condes de Flandes e de Tirol etc. a quantos esta nuestra carta de poder e procuracion vieren hazemos saber que porquanto entr'el serenissimo e mul excelente rey de Portugal nuestro muy caro e muy amado sobrino e primo y nos ay dubda e debate asi sobre a quien pertenesce la propiedad de Maluco como sobre la posesion del e somos concordados que se vea por justicia por astrologos pilotos e marineros y letrados qual ha de nombrar e declarar por su parte y nos por la nuestra cuyo es el dicho Maluco e en cuya demarcacion cae e asi sobre la (2) posesion del de que se ha de hazer asiento segund el modo de que esta entre nos concordado nos por la mucha confianza que tenemos de Mercurinus de Gratinara nuestro grand chanciller y don Fernando de Vega comendador mayor de Castilla e don Garcia de Padilla comendador mayor de Calatrava e el Doctor Lorenzo Galindez de Carvajal todos del nuestro Consejo por esta presente carta los hazemos hordenamos e constituymos en el mejor modo e forma que devemos e podemos por nuestros suficientes e abastantes procuradores generales e especiales para que capitulen e asienten e afirmen el dicho asiento del modo en que se vea por justicia por las sobredichas personas cuya sea la propiedad de Maluco e asi sobre la posesion del segund agora entre nos esta concordado que se aya de hazer y en tal manera que la generalidad no derogue a la especialidad ni la especialidad a la generalidad e para que por nos e en nuestro nombre puedan asentar el dicho asiento asi con el dicho serenissimo e mul excelente rey nuestro sobriño e primo e en su presencia como con qualesquier procuradores qual para ello hordenare e que mostraren su poder e procuracion suficiente e bastante para el dicho caso per el firmada e sellada de su sello e que puedan capitular asentar e concordar prometer e jurar en nuestro nombre que nos haremos cumpliremos e guardaremos todo lo que por ellos fuere capitulado e asentado en el dicho asiento con las condiciones pactos vinculos e so las penas e firmezas que por ellos fueren asentado concordado e capitulado como si por nos en persona fuese fecho. *Otrosi* que puedan jurar en nuestra anima que guardaremos e cumpliremos realmente e con efecto todo lo que asi por ellos en lo que dicho es fuere concordado asentado e capitulado sin cautela engaño ni disimulacion alguna e que no yremos ni vernemos contra ello ni contra parte alguna dello so aquellas penas que per los dichos nuestros procuradores fueren puestas e concordadas e para todo lo que dicho es les damos y otorgamos todo nuestro poder cumplido y libre e general administracion e pro[me]temos e asguramos por esta presente carta de tener e mantener realmente e con efecto todo lo que por los dichos nuestros procuradores sobre lo que dicho es fuere concordado asentado e capitulado e prometido segurado e otorgado e jurado e de lo aver por gratto rattto firme e valedero e de no yr ni venir contra ello ni contra parte alguna dello en tiempo alguno ni per alguna manera so obligacion expresa que para ello hazemos de

todos nuestros bienes patrimoniales e de la corona avidos e por aver los quales todos expresamente para ello obligamos e por certinidad de todo lo sobredicho mandamos hazer esta nuestra carta firmada de mi el rey e sellada con nuestro sello.

Dada en la cibdad de Vitoria a veinte e cinco dias del mes de henero año del nascimiento de Nuestro Señor Jeshu Chrispto de mill e quinientos e veinte e quatro años.

Yo el rey

Yo Francisco de los Covos secretario de Sus Cesareas e Catolicas Magestades la fiz escrivir por su mandado.

Registrada.

Johan de Samano. Urbina por chanciller.

Don Johan per graça de Deus rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem maar em Africa senhor de Guineea e daa conquista e navegacam e comeercio de Etiopia Arabia Persia e daa Indea a quantos esta nosa carta de poder e precuraçam viren fazemos saber que porquanto amtre ho muy alto e muyto excilente principe e muyto poderoso Carlo Quinto eleito emperador dos romãos semper augusto rey de Alemanha de Castela e das duas Cizillias de Jerusalem etc meu muyto amado e preçado primo e nos ha duvida e debate asi sobre a quem pertemce a propiedade de Maluco como sobre a posse dele. *E* somos concordados que se veja per justiça por astrologos pilotos e marinheiros e leterados que elle ha de nomear e declarar per sua parte e nos per la nosa cujo he o dito Maluco e em qual demarcaçam cay e asy sobre a pose delle de que se ha de fazer asiento em escripto segundo o modo de que esta antre nos concordado. *Nos* pela muyta comflamça que temos de Pero Correa e do Doutor Johan de Faria do noso Comselho e nosos embayxadores por esta presente carta os fazemos ordenamos e constituymos no melhor modo e forma que devemos e podemos por nosos soficientes (2 v.) e abastantes precuradores geeraes e especlaes pera capitolarem asentarem e afirmarem o dito asiento do modo en que se veja por justiça por as sobreditas pessoas cuja he a propiedade de Maluco e asy sobre a pose dele segundo agora amtre nos estaa comcordado que se aja de fazer e en tal maneira que a geeralidade nam derogue a espicialidade nem a espicialidade a geeralidade. *E* pera que por nos e em noso nome posam asentar o dito asento asy com o dito emperador meu primo e em sua presencia como com quaesquer precuradores que ele pera iso hordenar e que mostrarem seu poder e precuraçam soficiente e abastante pera o dito caso por ele asinada e aselada do seu selo e que posam capitolar asentar e concordar prometer e jurar em noso nome que nos faremos compriremos e guardaremos todo o que por eles for capitulado e asentado no dito asiento com as comdições pauctos vinculos e sob as penas e firmezas que por eles for asentado comcordado e capitulado como se per nos em pessoa fose feito. *Outrosi* que posam jurar em nosa

alma que gardaremos e compriremos realmente e com efeito todo o que asy por eles no que dito he for concordado asentado e capitulado sem cautela emganno nem disimullaçam algua e que nam yremos nem viremos contra elo nem contra parte algua delo sob aquellas penas que por eles ditos nosos precuradores forem postas e comcordadas e pera todo o que dito he lhe damos e outorgamos todo noso poder comprido e livre e geeral administraçam e prometemos e seguramos por esta presente carta de teer e manter realmente e com efeito todo o que por eles ditos nosos precuradores sobre o que dito he for concordado asentado capitulado e prometido segurado outorgado e jurado e de o avermos por grato rato firme e valioso e de nam hir nem vir contra elo nem contra parte algua delo em tempo alguno nem por maneira algua sob obrigaçam expresa que pera elo fazemos de todos nosos beeens patrimoniaes e da Coroa avidos e por aver os quaes todos expressamente pera elo obrigamos e por certidam de todo o sobredito mandamos fazer esta nosa carta asinada per nos e aselada do noso selo redondo das nosas armas.

Dada em a cidade d'Evora a xliij dias de Janeiro o secretario a fez ano de mill b^oxxiiij.

El rey.

Don Antonio.

E luego los dichos procuradores de los dichos señores reys de Castilla de Leon de Aragon de las dos Secillas de Jerushalem etc e del dicho señor rey de Portugal de los Algarves etc dixeron que porquanto entre los dichos señores sus constituyentes ay dubba sobre la posesion de Maluco y la propiedad del pretendiendo cada uno dellos que cahe en los limites de su demarcacion la qual se ha de hazer conforme al asiento e capitulacion que fue fecha entre los Catolicos Reyes don Hernando e reina doña Ysabel reys de Castilla de Leon de Aragon (3) etc e el muy alto e muy excelente señor el señor rey don Johan rey de Portugal de los Algarves señor de Guinea etc que ayan gloria porende ellos e cada uno dellos en los dichos nombres e por virtud de los dichos poderes de suso encorporados por bien de paz e concordia e por conservacion del debdo e amor que entre los señores sus constituyentes otorgaron consintieron e asentaron lo siguiente

Primeiramente que para la demarcacion que se ha de hazer conforme a la dicha capitulacion se nombre por cada una de las partes tres astrologos e tres pilotos e marineros los quales se ayan de juntar e junten por todo el mes de março primeiro que viene o antes si ser pudiere en la raya de Castilla y Portugal entre la cibdad de Badajoz e la cibdad de Yelves pera que por todo el mes de mayo primero siguiente deste presente año haziendo ante todas cosas luego como se juntaren juramento solene em forma devida de derecho en poder de dos notarios uno puesto por la una parte y el otro pola otra con abto e testimonio publico en que juren a Dios e a Santa Maria e a las palabras de los Santos quatro Evangelios en que porman las manos que pospuesto todo amor

y temor odio e pasion ni interese alguno y sin tener respecto a otra cosa alguna mas de hazer justicia miraran el derecho de las partes determinen conforme a la dicha capitulacion la dicha demarcacion.

Asi mismo que se nombren por cada una de las partes tres letrados los quales dentro del mesmo termino y lugar premiso el dicho juramento con las solenidades e de la manera que de suso se contiene entiendan en lo de la posesion de Maluco e lo determinen rescibiendo las probanças escripturas capitulaciones testigos e derechos que antre ellos fueren presentados e hagan todo lo que les paresciere nescesario para hazer la dicha declaracion como hallaren por justicia e que de los dichos tres letrados el primero nombrado en la comision tenga cargo de juntar a todos los otros deputados de su parte pera que con mas cuydado se entienda en la negociacion.

Otrosy que durante el dicho termino fasta en fin del dicho mes de mayo primero siguiente ninguna de las partes no pueda embiar a Maluco ni contratar ni rescatar pero si antes del dicho tienpo se determinare en posesion o propiedad que la parte en cuyo favor se declarare el derecho en cada una de las dichas cosas pueda embiar y rescatar e en caso que se determinen lo de la propiedad e demarcacion se entienda decisa e absorvida la quistion de la posesion y si solamente se determinare lo de la posesion por los dichos dos letrados sin que lo de la propiedad se pudiese determinar como es dicho que lo que quedare por determinar de la dicha propiedad e tambien de la posesion del dicho Maluco quede conforme a la dicha capitulacion en el estado en que estava antes que se hiziese este asiento lo qual todo se ha de entender e entienda sin perjuizio del derecho de cada una de las partes en propiedad e posesion conforme a la dicha capitulacion.

Pero si a los dichos letrados primero nombrados en las comisiones antes que se acabe el dicho termino paresciere que con alguna prorrogacion del dicho termino oviese apariencia de se poder acabar e determinar lo asentado e se les ofresciere otro camino o modo bueno pera queste negocio se podiese mejor determinar en un cabo o otro conviene a saber en posesion o propiedad en qualquier destos casos los dichos dos letrados puedan prorrogar el tienpo que les paresciere convenir a la brebe determinacion dello e (3 v.) que durante el termino de la dicha prorrogacion puedan ellos e todos los otros diputados e cada uno dellos en su calidad entender e conocer entiendan e conozcan como si fuese dentro del termino principal de su comision pero quel dicho tienpo se entiende prorrogado con las mismas condiciones e calidades de suso contenidas.

Y que todos los autos que en este caso se ovieren de hazer sean firmados pelos dichos dos notarios nombrados por cada una de las partes el suyo e cada uno escriba los autos de su parte y el otro despues de averlos comprovado e colacionado los firme.

Yten que cada una de las partes aya de traer rattificacion e confirmacion destos capitulos de los dichos señores sus constituyentes dentro de veinte dias primeros siguientes.

E lo qual todo que dicho es e cada cosa e parte dello los dichos Mercurinus de Gratinara grand chanciller de Sus Magestades e los dichos don Fernando de Vega comendador mayor de Castilla e don Garcia de Padilla comendador mayor de Calatrava e el Dottor Lorenzo Galindez de Carvajal todos del su Consejo procuradores de los dichos mui altos e muy poderosos reyna e rey de Castilla de Leon de Aragon e de Granada e de las dos Secillias de Jherusalem etc y por virtud del dicho su poder que de suso va encorporado los dichos Pero Correa de Atovia (*sic*) e el Dottor Juan de Faria procuradores e embaxadores del dicho muy alto e muy excelente principe el señor rey don Johan de Portugal e de los Algarves de aquende e allende el mar en Africa señor de Guinea etc e por virtud del dicho su poder que de suso va encorporado prometieron e aseguraron en nombre de los dichos sus constituyentes que ellos e sus subcesores e reinos e señorios para siempre jamas ternan e guardaran e cumpliran realmente e con efecto a buena fee e sin mal engaño cesante todo fraude cautela engaño ficion e simulacion alguna todo lo que de suso se contiene e es asentado e concertado e lo que por los dichos deputados fuere sentenciado e determinado e cada cosa e parte dello enteramente segund e como por ellos fuere hecho e ordenado e semtenciado e determinado bien asi e a tan cumplidamente como si por los dichos sus constituyentes conformes fuese hecho y determinado e concertado e como juizio dado por juezes competentes e para que asy se guardara e complira por virtud de los dichos poderes que de suso van encorporados obligaron a los dichos sus partes sus constituyentes e a sus bienes muebles e rayzes e de sus patrimonios e coronas reales e de sus subcesores pera siempre jamas que ellos ni alguno dellos por si ni por interposita persona directe ni indirecte no yran ni vernan contra ello ni contra cosa alguna ni parte dello en tienpo alguno ni por alguna manera pensada o no pensada que sea o ser pueda so las penas en la dicha capitulacion que de suso se haze mincion contenida. E la pena pagada o non pagada o graciosamente remitida que todavia esta escriptura e asiento e todo lo que por virtud della fuere hecho e determinado quede y finque firme estable e valedero pera siempre jamas e renunciaron qualesquier leyes e derechos de que se puedan aprovechar las dichas partes e cada una dellas pera yr o venir contra lo susodicho o contra alguna cosa o parte dello e por mayor seguridad e firmeza de lo susodicho juraron a Dios e a Santa Maria e a la Sinal de la Cruz en que pusieron sus manos derechas e en las palabras de los Santos quatro Evangelios donde quier que mas largamente son escriptos en anima de los dichos sus partes quellos e cada uno dellos ternan guardaran e cumpliran todo lo susodicho e cada una cosa e parte dello realmente e con efecto cesante todo emgaño cautela e simulacion e no lo contra-

diran en tienpo alguno ni por alguna manera e so el dicho juramiento juraron de no pedir absolucion de nuestro muy Santo Padre ni de otro legado ni perlado que se la pueda dar y aunque de su propio mottuo se la de no usaran della e asi mesmo los dichos (4) procuradores en el dicho nonbre se obligaron so la dicha pena e juramento que dentro de veinte dias primeros siguientes contados desde el dia de la hecha desta capitulation daran la una parte a la otra e la otra a la otra aprovacion e ratificacion desta dicha capitulacion escriptas en pergamino e firmadas de los nombres de los dichos señores sus constituyentes e selladas con sus sellos de plomo pendiente de lo qual todo que dicho es otorgaron dos escripturas de un tenor la una como la otra las quales firmaron de sus nombres e las otorgaron ante mi el dicho secretario e notario publico de suso escripto e de los testigos de yuso escriptos para cada una de las partes la suya e qualquier que paresciere valga como si ambas a dos paresciesen que fueron fechas e otorgadas en la dicha cibdad de Vittoria el dicho dia e mes e año susodicho.

Testigos que fueron presentes al otorgamiento desta escriptura e vieron firmar en ella a todos los dichos señores procuradores e los vieron jurar corporalmente en manos de mi el dicho secretario Francisco de Valenquela cavallero de la Horden de Santiago e Pedro de Salazar capitan de Sus Magestades e Pedro de Ysasaga contino de Sus Magestades e Gonçalo Casco e Albaro Mexia e Bastian Fernandez criados del dicho emba-xador Pero Correa de Atuvia. Mercurinus cancelarius. Hernando de Vega comendador mayor el comendador mayor Dottor Carvajal. Pero Correa. Juan de Faria por testigo Francisco de Valenquela por testigo Gonçalo Quasquo testigo Bastian Fernandez testigo Alvaro Mexia por testigo Pedro de Ysasaga por el dicho Salazar Johan de Samano e yo el dicho Francisco de los Covos secretario de Sus Cesarea y Catholicas Magestades e su tabalian e notario publico en la su corte e en todos los sus reynos e señorios de Castilla presente fuy en uno con los dichos testigos a lo otorgamiento desta dicha escriptura e capitulacion e juramiento della e de ruego e otorgamiento e pedimiento de los dichos procuradores de ambas las dichas partes que en mi registro ellos e los dichos testigos firmaron sus nombres esta dicha escriptura fiz escribir segund que ante mi paso la qual va escripta en tres hojas de papel con esta en que va my signo e di a cada una de las dichas partes la suya por ende en testimonio de verdad fiz aquieste mio signo atal.

El por ende nos vista e entendida la dicha escriptura e asiento que de suso va encorporada e cada cosa e parte della e siendo ciertos e certificados de todo lo en ella contenido e queriendo guardalla e cumplilla como en ela se contiene loamos confirmamos aprovamos ratificamos y en tanto que es nescesario de nuevo otorgamos e prometemos [.....] (1)

(1) *Ilegível por deterioração do manuscrito.*

goardar la dicha escriptura e asiento que asi por los dichos nuestros procuradores e procuradores del dicho señor e muy excelente rey nuestro sobrino e primo fue asentado e concertado en nuestros nombres e cada cosa e parte dello realmente e con efecto a buena fee sin mal engaño cesante todo fraude e simulacion e queremos e somos contentos que se guarde e cumpla segund e como en ella se contiene bien asi e a tan cumplidamente como si por nos foera fecho asentado e capitulado.

Dada en Bitoria a xxvij dias del mes de hebrero año del nacimiento de Nuestro Salvador Jhesu Chrispto de mill y quinientos e veynte e quatro anos.

Yo el rey

Yo Francisco de los Covos secretario de Sus Cesarea y Catholicas Magestades la fize screvir por su mandado.

Mercurinus cancelarius

Hernando de Vega comendador mayor

Licenciatus Don García

Doctor Carvajal

Andreus [.....] chanciller

Confirmacion do asiento que se tomo por mandado de Vuestra Magestad con los enbaxadores del rey de Portugal sobre la demarcacion.

(L. P.)

4462. XVIII, 6-6 — Carta de Rui Gago a el-rei de Portugal, na qual lhe fala da sua armada de Maluco e das naus que el-rei de Castela lá tinha mandado. Maluco, 1523, Fevereiro, 15. — *Papel, 6 folhas. Bom estado.*

Sennhor

De Banda escrevy a Vosa Alteza dando lhe conta desta sua armada de Maluquo e das novas que emtam na tera avya das naaos del rey de Castela que a Maluquo eram chegudas.

De Banda partyo Antonio de Brito que por capitam ficou per morte de seu irmãoo Jorge de Brito aos ij dias de Março de 522 e chegou ao porto da Ilha de Tidore que he hũa das de Maluquo aos xliij do dicto mes homde achou estarem na tera tres homens castelhanos que ahy

ficaram das duas naaos que ahy vyeram ter das que ficaram que trazya Fernam de Magualhães a hum dos quaes homens ficava emcarregada hũa pouca de fazemda e artelharya del rey de Castela que aquela e outra leixaram por estas ilhas como que a trazyam pera homens cristãos e seus naturaes.

Nesta propya ilha de Tidore que he a principall tiramdo Ternate de todas as outras de Maluquo fizeram os castelhanos sua demora e carregua fazemdo com eles grande festa o rey dela porque sempre ao rey de Ternate que do tempo que Francisco Serrão a ele chegou se ouve por vasalo de Vossa Alteza quis grande mall e em tempo que Francisco Serão como rey de Tidore ouve muitas pelejas em que sempre foy vencedor e depois de muito pelejados e o de Tidor recolhido a Serra se fazyam amigos a roguo doutro rey doutra ilha que chamam Gellolo e tambem por a molher do rey de Ternate ser filha dele rey de Tidor e durava lhe como sempre durou verdade de mouro. Ao tempo que as naaos de Castela chegaram ao seu porto era ja morto o rey de Ternate e Francisco Serão que os matara o rey de Tidor em hum (1 v.) convite que lhes deu com peçonha e quando as naaos ao seu porto vieram temendo se que as de Vosa Alteza ao rey de Ternate sempre aviam de favorecer as recolheo como ja diguo com grande guasalhado e aos de Ternate ameaçou que lhe paguanyam os males ja pasados nam se contentando ter lhe morto o rey e ficar seu neto por erdelro do reino.

Estiveram as duas naaos na dicta ilha sete meses e nese tempo fizeram sua carregua com grãas veludos cobre corall e compraram tam caro que posto o cravo em Castela nam se forravam os guastos das naaos. Hũa das naaos ao tempo da chegada d'armada de Vosa Alteza que foram aos xiiij de Mayo de 522 avya quatro meses que era partida e a outra nam avya mais de dous.

O propio dya que chegou armada ao porto me mandou Antonio de Brito a terra pera que de parte de Vossa Alteza pidise a el rey da ilha aqueles homens e a fazemda que deles tinha os quaes loguo m'entreguou e a fazemda e artelharya e no propyo dia foy ver o rey Antonio de Brito a naao e o dar lhe desculpa de receber outra gemte que de Vosa Alteza nam fose em sua terra dizemdo virem a ela como homens mercadores que se meteram em seu poder que eles sempre lhes disera que era vasalo de Vossa Alteza e a terra sua do tempo que Francisco Serrão a estas partes chegara e depois Dom Tristam de Meneses que ja diso tinha escrito a Vosa Alteza. *E* todas estas cousas m'ele ja tinha dicto em terra perante os castelhanos e eles disseram ser verdade o que el rey dezya do qual sennhor tirey hum estromento asynado per el rey em que conffesava ser asy porque me pareceo serviço de Vosa Alteza faze lo o qual estromemto me tomou Antonio de Brito e me dise que ele o mandarya a Vosa Alteza o qual era feito per Jorje Correa moço da camara de Vosa Alteza que emtam era escrivam da feltorya. *Outro* tenho sennhor do mesmo theor que tirey em Banda asynado per todos os sabandares

e principaes da ilha que espero em Deus de levar a Vosa Alteza que ainda que Antonio de Brito me tomase este que tyrey del rey de Tidor pera que este serviço nam alegase a Vosa Alteza.

Sabya que avya doze annos que lhe tinha feitos muitos na Imdea per que lhe merecia fazer me merce e se o Vosa Alteza ate aguora nam soube de meus tios e primos serya porque sempre fuy tam prove que lhe fazya averem me por esquecido.

(2) Ao outro dia chegou ao porto de Tidor hum filho bastardo del rey de Ternate que se chama Quichill d'Araez e nam o mais velho dos bastardos que el rey tinha senam este que mais leall foy ao filho erdeiro depois da morte de seu pay. E neste tempo guovernava o reino polo moço ser muito pequeno. Com ele se veo loguo Antonio de Brito com toda armada de Vosa Alteza ao seu porto que he hũa legua da povoaçam homde el rey estava. *Dahy* a dous dias veo o propeo moço erdeiro ver Antonio de Brito as naaos per mandado de sua may que he a pesoa que mais no reino manda ainda que he molher. *Aly* lhe deu Antonio de Brito hũa carta que Jorje de Brito de Vosa Alteza pera seu pay trazya e com ela algũas cousas que pareceram serviço de Vosa Alteza darem se e dey da fazemda de Vosa Alteza a sua may e ao regedor e outros homens honrrados da terra.

Sennhor depois de bem vista a despocisam da terra *dahy* a tres ou quatro dias per Antonio de Brito e per mym com concelho dos capitães e cryados de Vosa Alteza asemtoou ser milhor e mais serviço de Vosa Alteza fazer se a fortaleza nesta ilha e povooaçam homde el rey de Ternate esta per esta razam por ser el rey de Ternate per sy mayor sennhor de todos os das outras ilhas e ter muitas ilhas e terras debaixo de seu senhoryo e mayor servidor de Vosa Alteza e ter milhor porto que nenhũa das outras ilhas e mais cravo asy senhor que per estas cousas pareceo mais serviço de Vosa Alteza fazer se aquy homde depois de feita hũa tranqueira em que se apousemtou Antonio de Brito e nela se recolheo a fazemda de Vosa Alteza se principiou a fortaleza aos xxliij dias de Junho de 522 em dia de Sam Joham de que lhe ficou o nome e nela se fez sempre o mais que pode ser sem mais ajuda que dos portugueses que estes da terra com dizerem que ajudaryam paguaram ate aguora que sempre o dizem.

Depois desta naao derradeira de Castela ser partida avya sete meses chegou aquy hum mouro em hum paraao que dise que desta ilha a trimta leguoas a vista doutras andava hũa naao a qual loguo dise que era de Castela e loguo no propio dia se fizeram prestes dous navyos e hũa fusta pera irem por ela e num dos navyos hya Dom Guarcla Anrriquez filho de Dom Affonso Amriquez e no outro Pero Botelho filho do corregedor Estevam Guaguo. *Estes* foram per hũa parte (2 v.) da ilha e pela outra foy Quiachill d'Arruez regedor com muitos paraaos da terra e portugueses. *Nelles* foram dar com a naao no luguar honde o mouro disera a qual loguo trouxeram aquy. *Era* hũa das duas que diguo a Vosa Alteza

a derradeira que partyo que tornou arribar com ventos contrarios mandou a Antonio de Brito surgir em hũa calheta que esta hum tiro de besta fora deste arrecife homde os navyos de Vosa Alteza estam porque demtro nele porque demtro nele (*sic*) nam podem entrar senam despejado de todo e naquela qualheta despejaram as de Vosa Alteza e emtraram demtro no arrecife e despejando se senhor a naao pera poder emtrar demtro no arrecife veo tamanha tormentta a esta ilha que dizlam os da terra nam se lenbarem (*sic*) de tall tempo com a qual tormenta a naao deu hũa noute a costa e da primeira pancada que deu abryo loguo toda porque era naao velha e de cavilha o que eu ja sennhor desta naao tinha recibido pelo escrivam dela que per peso mo entreguava que eu doutra maneira o nam quis receber por me nam fazerem do pouco muito eram dozentos e setemta e quatro quintaes e trinta quatro arrates de cravo os quaes este anno em hum navyo que daqui vay pera Malaqua em que vay Dom Guarclia Amriquez en hum junco que tambem daquy ira casy todo.

Mais se tinha tirado da naao estas cousas as quaes o almoxarife recebeo per mandado do capitam Antonio de Brito as velas da naao xxx petos com doze espaldeiras e vinte cirvilheiras e tres castos e xxxix piques e lxxbj lamças da guavea e x dardos seis berços de ferro dous falcões de ferro duas bonbaldas grosas de ferro doze espinguardas nove bestas e asy depois da naao ser quebrada se tiraram muitos preguos e pernos que o capitam mandou guardar dizemdo que ele os entreguaria ao almoxarife. Comtudo sennhor eu trabalharey com o almoxarife que me de conhecimento como os recebeo e asy todas outras que em seu poder sam que lhe o capitam mandou dar somente sey eu quantas sam pela entrega que o escrivam dos castelhanos fez.

Sennhor eu escrivy ao vedor da Fazenda da India as mercadaryas com que avya d'acudir a esta feitoria asy as per que se compra o cravo como as per que os homens nela estiverem am de comer as quals aqui nam nomeo a Vosa Alteza porque sam panos de Canbaya e Bengala de muitas sortes.

(3) Os preços per que se este cravo aguora compra e que nesta feitoria estam asemtdados sam estes o qual preço he em roupa e porque he de muitas sortes nam na nomeo a Vosa Alteza chega o bhaar a tres cruzados que sam quatro quintaes e dezaseis arrates destes pesos que o feitor trazya os quaes foram pesados pelo peso novo de Cochim e soubemos serem ⁽¹⁾ do peso velho os quaes preços sennhor foram asentados com asaz trabalho asy pela ma compra que os castelhanos fizeram que davam quatro braças cinco braças de gram por hum bar de cravo e de cobre davam hum bar de cobre por quatro de cravo que naquele tempo nam valya mais o bar do cravo que a dous cruzados e a menos o comprou Dom Tristam e asy o corall e azougue per esta maneira

(1) *Riscado*: estes.

pofo qual sennhor eles nam quiseram vir a menos de tres e algũa roupa que em outra muita vem a dous e asy sennhor escrevo ao vedor da Fazenda da Indea estas sortes quaes sam pera as mandar de Canbaya honde nam custa mais dhum cruzado a que qua vall tres.

Outro respeito sennhor tiveram por honde fizeram os preços desta maneira que he nam aver nestas terras mais moeda que hũa pouca que aquy veo em huuns juncos que aquy vyeram da Jaoa pela quall moeda que he chamada caixas se compra o comer e roupa en esta feltorya nam avya nenhũas caixas porque as que eu fiz na Jaoa da roupa que vemdy o tempo que ahy esteve armada nam ouve pera mais que pera pagar o mantimento do tempo que ahy estive que foram tres meses asy sennhor que foy necessaryo dar se aquy o mantimento e roupa e no preço que aos homens a dava quando a vendiam nam achavam por ela tanto pola pouco moeda que na tera avya e eu sennhor nam podia fazer dinheiro pera pagar porque guasto cada mes trezentos cruzados ou mais em mantimentos e em dez annos se nam ajuntara outra tanta moeda asy sennhor que estes homens da terra porque aviam a roupa pelo comer nam curavam muito do cravo que se apanha com mais trabalho hordenou emtam Antonio de Brito com dizer lhe que se nam podya soste esta feltorya com pagar roupa fazer moeda e po lo por obra porque nas terras homde Vossa Alteza tem fortaleza se faz a quall senhor se fez do cobre que eu aquy tinha dos castelhanos que estavam em Tidore.

(3 v.) Sennhor a moeda da tera que aqui trouxeram os jaos como ja diguo a Vos'Alteza he de metall e cobre e valem cimquoemta coroas (?) huum vintem e mill coroas (?) huum cruzado fez se a de Vossa Alteza de duas maneiras hũa caixa que vall cimquo das suas e outra mais pequena que vall duas tem dhũa bamda as quinas e da outra a esfera começou se de fazer d'Outubro pera qua toma se sennhor com muito grande trabalho porque todos os dias me he neceçaryo hir a rainha a dizer lhe que nam querem tomar a moeda de Vosa Alteza temdo mais razam pera yso que a dos jãaos manda loguo aperguoar per toda a cidade e teras que a tomem dura lhes oyto ou dez dyas tomarem na bem e despois que se enfadam he necessaryo tornar lho a dizer vendendo lhe eu a roupa por ella almda que lha nam ouvese de vender porque eles a vam tomando como fazem a est'outra que damtes tinham e se esta moeda sennhor aquy nam corer e asy em todas est'outras ilhas nam se pode soste a fortaleza com quanta roupa a em Cambaya nem Vossa Alteza sera bem servydo e porque ao presente com o fazer da fortaleza he necessaryo que os homens andem espalhados a trabalhar nam se faz mais que roguarem lhe que a tomem. Os desta ilha dizem que folguam com ela mas que trazem os mantimentos de fora e que nas outras ilhas que lha nam querem tomar as quaes estam todas hũa leguoa hũa da outra e daqui da fortaleza se vem todas.

Pasa se sennhor este trabalho asy com fazerem sempre esta lembrança a el rey porque os reis desta terra nam sam mais reis que no

nome e fazeren lhe aquele acatamento que eles cuydam que he devydo a reis e nas outras cousas que toca a suas fazendas se lhes mandam cousa que nam he de sua vomtade nam na querem fazer e eles tem tam pouqua renda como quallquer outro homem homrrado asy de cravo como de todas as outras cousas.

A desculpa senhor disto diz este regedor que he porque o rey he moço e que em vyda de seu pay o que ele mandava fazer que era feito.

Diz lhe senhor Antonio de Brito que homde esta capitam de Vossa Alteza nam he necessaryo o rey ser grande nam aproveita porque eles sam cafres e se o regedor podese desejoso he ele do serviço de Vossa Alteza senam el rey de Tidor sempre quis mail a este regedor porque recolheo este moço porque o queryam seus irmãaos matar e dizem que por mandado de el rey de Tidor porque se querya fazer senhor d'anbas as ilhas e ele faz com a filha que va a mão ao regedor em todas as cousas que manda e isto senhor tam cuberto que lhe nam podem dar a culpa diso e se em algũa cousa sabe que o culpam manda loguo recados ao capitam dizemdo que he vasalo de Vossa Alteza e seu servydor e porem (4) ele tem feitas bem maas cousas asy no recolher destes castelhanos como na entrega dhum que lhe la ficou ao tempo que entre-gou os outros dizemdo que nam estava ahy que mandarya por ele e de dya em dia o teve dous ou tres meses ate se desaverguonhar a dizer que se o tinha era porque avya medo de virem as naaos de Castela e lhe tomarem conta de como entregou os outros que tinha aquele pera sua guarda e desculpa e per derradeiro veo ja a dizer que se tornara ja aquele homem mouro e que por yso o nam dava creio se ser asy porque eles todos o amдавam asy no ter das molheres e trajos como em vender as cruces com o cruçufixo e estanças e imagens de Nosa Senhora que os outros santos e vender espadas e artelharya tinham eles por nada e disto ficaram tam mal acostumados estes mouros que pedem aguora as bonbardas como se fosse de cana. E quanto senhor ao castelhano que ele tinha em Tidore ele dise que o darya a mim se eu la fose. Mandou me emtam Antonio de Brito laa. Faley com el rey. Entregou me dando me desculpas e trouxe o e ate aguora esteve sempre preso em feros porque nam fugisse pera os mouros e aguora vay pera a Imdea com todos os outros.

As ilhas em que qua ha cravo sam cinco e a mayor e mais principal he esta de Tarnate em que dizem que quando ahi ha abastança de cravo pasa de mill bares que sam quatro mill quimtaes como ja diguo a Vossa Alteza loguo a caram desta esta a de Tidor que tambem dizem que da quinhentos bares de cravo a outra perto da de Tidor que se chama Montell em que avera dozentos bares e loguo perto desta outra que se chama Maquiem em que avera oytocentos bares e alem desta outra que se chama Bacham que dizem que tera trezentos bares a quall aguora esta fora do serviço de Vossa Alteza.

Por este respeito quando aqui Dom Tristam de Meneses esteve o anno pasado em hum navio estava nesta ilha de Bacham hum junco dhum mercador de Malaqua que se chama Cutya Deva. Em ele estavam sete portuguezes amtre os quaes estava hum moço da camara de Vossa Alteza chamado Simam Corea por feitor da fazemda que Vossa Alteza nele trazia os quaes o rey da ilha com os da terra se alevantaram contra eles e os mataram e lhes tomaram as fazemdas. Nam pode Dom Tristam niso fazer nada porque tinha pouqua jemte aguora quando Amtonio de Brito agora por ahy veo porque he a primeira que quando vem de Bamda se toma sorgio junto com o porto e sayo em tera era o rey recolhydo a Sera com toda a outra jemte tornou se loguo Amtonio de Brito a embarcar sem fazer mais nada (4 v.) porque vinha com nova d'estarem as naaos de Castela em Tidor depois d'estar aquy em Ternate mandou o rey de Bacham dizer aquy a rainha que o fizese amigo do capitam.

Requereo a rainha Amtonio de Brito per este respeito. Esta rainha de Ternate he filha del rey de Tidor e da molher que agora tem o rey de Bacham que sendo ela casada com o rey de Tidor tendo ja esta filha e outras dela fugyo pera o rey de Bacham e ele tomou a por molher e nam ficaram por yso os reis mais imiguos que dous ou tres dias ate que o de Tidor ouve outra molher irmã que foy do rey de Ternate pay deste. Este custume tem amtre sy como tem outros maaos asy que per este respeito requereo esta rainha amizade del rey de Bacham com o capitam perguntou me Amtonio de Brito o que nisto faryia acerqua da fazemda e amizade dise lhe que me parecyia serviço de Vosa Alteza mandar lhe pedir toda a fazemda que la tinha asy de Vosa Alteza como dos (1) portuguezes e armada.

Deu o asy por resposta a rainha e que quanto a mais amizade que niso nam podia fazer mais que escreve lo a Vossa Alteza e fazer o que lhe mandase pois que tinha os homens mortos. Mandou ele aquy os escravos e escravas que foram dos portuguezes e que querya qua vir. Mandou lhe dizer Amtonio de Brito que ainda nam tinha feito serviços a Vossa Alteza pera que vyese diamte de seu capitam nem ele lhe podya dar tall licemça ate lho Vosa Alteza nam mandar de como os ele matou. Vossa Alteza o tera ja la sabydo per hum homem que deles escapou a nado que foy com Dom Tristam pera Malaqua que estes da terra poem a culpa aos portuguezes nam sendo asy ficaram daquy hum pouco soberbos e an se por mais cavaleiros que os das outras ilhas.

Nestas ilhas todas nam a mais reis que em quatro de Tarnate e Tidor Bacham e Gellolo que he hũa ilha em que nam a cravo e a multos mantimentos aqui mandou alguns escravos que eram pera la fugidos de quando aqui Dom Tristam esteve. E nest'outras ilhas a guovernadores sogeitos a Ternate que depois da morte deste rey se alevantavam com

(1) Riscado: outros

as terras ate esta armada de Vosa Alteza chegar que começaram de vir mais per medo que per vertude.

O custume deles he furtar o mais que podem e quando os acham com o furto nam lhe fazem mais que tomarem lho porque asy he o custume da tera se alguem he devedor a outro de algum dinheiro que sejam pesoas ambas iguoacs se lhe nam quer pagar nam faz queixume dele a el rey somente faz penhora se pode na fazemda doutro homem mais homrrada e depois que a tem feita diz lhe. (5) Eu te tomey isto porque Foão me nam quer pagar. Vay se emtam este a casa do primeiro devedor e toma lhe a contya da fazemda que deve a outro e ele torna lhe o seu e asy fica paguo que doutra maneira nam tem justiça. Vam daquy em paraaos a hũas ilhas que estam cincoenta legoas daquy a furtar e asy Amboyno e a Bamda e os que podem tomar resguatam os por bem pouquo dinheiro porque eles nam se tem em muita comta. Outras ilhas ha daqui quoremta leguoas dhuns homens que chamam calebes que tem ouro e dam no por hũas continhas que se chamam marguaretas e dam peso d'ouro por peso de comtas. Outras comtas valem que a em Benguala das quaes eu escrevo ao veador da Fazenda e perto destas ilhas esta a de Brumeo que Vosa Alteza ja sabe e per este caminho daquy pera Malaqua dizem que he caminho dhum mes pode Vosa Alteza ser melhor servydo da Imdea nestas partes porque o caminho de Bamda he d'aguardar tempo de quatro ou cinco meses.

Todos estes reis asy o de Ternate como os das outras ilhas nam tem dada nenhũa ajuda a se fazer esta fortaleza se nam dizem que ajudaram faz se com os portugueses que seram cemto e vinte homens de trabalho que todos os dias trabalham repartidos em tres quartos e cada quarto seu dia. Todos os mais sam doentes e muitos mortos e com esta pouqua jemte he feito o lamço do mar caise todo asy a compridam da fortaleza como a altura do muro e a torre ja no primeiro sobrado faz se com muito trabalho porque trazem a pedra e lenha pera aquel de longe porque com a morte de Jorje de Brito e dos que com ele morreram ficou esta armada tam minguada d'omens fidalguos e cryados de Vosa Alteza que depois que aquy faleceo Lourenço Guodinho e seu irmãoo Pero Botelho meus primos com irmãaos filhos do coregeдор Estevam Guaguo nam ficou homem a que se desem os navlos de que eles eram capitães e aqui a hũa naao em que veo Amtonio de Brito e hum gualeam e tres navyos e hũa fusta somente hum navyo e a fusta tem capitam. Aquy nam sam mais neceçaryos que dous navlos de caregua e tres ou quatro fustas que mandasem da Imdea pera guarda da tera nam se esperando por armada de Castela (5 v.) porque mayores navyos nam tem qua coregimento por mingoa de carpinteiros e de todas as outras cousas necessaryas a eles.

Este cravo que diguo a Vossa Alteza que nestas ilhas avera dizem que he quando os annos sam abastados que o que eu tenho visto deste he partir daquy hum navyo e dous jumcos sem ele pelo nam aver na

terra e vam buscar a caregua de noz e maça a Bamda somente mando eu este que tomey da naao de Castela e aimda que na terra ouvera muito nam o podera comprar pela pouqua fazemda que tenho como ja diguo a Vossa Alteza que he a que eu receby per morte de Guaspar Fernandez.

E o azougue que ele de Purtuguall trouxe eu o leixey todo em Malaqua a Guarcia Chainho feitor de Malaqua porque nam pude vemder dele nenhum a quem eu aguora escrevo e faço requerimento de parte de Vossa Alteza com a comtya da fazemda que lhe eu la deixey e com a mais que ele poder acuda a necicidade que aguora esta fortaleza tem porque se sempre lh'ouverem d'acudir com tam pouqua fazemda como eu trouxe tera sempre muito guasto e pouquo proveito e asy tambem mande Vossa Alteza que se faça tomar esta moeda por estas ilhas porque com roupa se nam pode soste e de la mamde Vossa Alteza o cobre e homens pera yso que a saibam fazer porque eu de tudo isto escrevo ao veador da Fazemda.

Remde senhor o quintall do cobre que eu per peso entreguo ao moedeiro e ele per peso torna a entregar moeda feita quinze mill calxas das da Jacoa que sam quinze cruzados hũas vezes mais outras menos porque se nam faz fundida e batida o martelo as vezes he mais grossa e outras mais delgada e sempre entregu a em retalhos perto dhũa arroba e o que mais falece do quintall que lh'entreguam quebra na moeda e o proveito ⁽¹⁾ que se dele aqui tira e aver moeda porque se nam pague em roupa por se nam danar o trato do cravo e tambem porque nam a hy roupa que tanto abaste.

O que eu receby dos castelhanos que estavam em Tidor sam cento e vinte quintaes de cobre e dos quintaes e tres arrobas de ferro e cem arrates d'azougue e ao almoxarife foram entregues onze berços de ferro quebrados e duas bombardas de cepo e dous falcões hum de ferro outro de metall e duas bombardas outras a que eles poseram nome pasa muros de fero postas em cepos e elas todas sam tam mas que cuydo que por este respeito as leixavam por estas ilhas se nam era por outro pior.

(6) Ate aguora nam a outras novas que a Vossa Alteza escreva e das que daquy por diamte ouve sempre farey sabedor delas a Vosa Alteza aquelas que forem mais seu serviço.

Fico roguamdo a Deus por saude de Vos'Alteza e acrecentamento de seu Estado.

Desta fortaleza e ilhas de Vosa Alteza de Maluquo oje 15 dias de Fevereiro de 1523 annos

Cryado de Vosa Alteza

Rui Gagua

(L. P.)

⁽¹⁾ A margem: moeda da terra

4463. XVIII, 6-7 — Regimento dado aos deputados portugueses que iam à fronteira para tratar com Castela da demarcação de Maluco. Evora, 1524, Março, 24. — *Papel. 12 folhas. Bom estado.*

Dizemos os deputados del rey de Portugal noso senhor respondendo ao requerimento que nos fazem os deputados de Suas Magestades que nom nos podemos conformar com seu voto por nos nom parecer conforme a Direito e aa Capitulação nem as rezões e fundamentos nelles contehudas serem taes que concludão porque os mais fundamentos que fazem sam fundados em hum presoposto que fazem que a nos parece impossivel porque dizem que as ditas pallavras das ilhas de Cabo Verde por estarem postas na capitulação indifinite se entemdem de todallas ilhas do Cabo Verde o que nom pode ser porque o começo da dita midida ha de ser de hum ponto o qual ponto nom pode estar segundo natureza em todas as ilhas pois que as duas primeiras estam mais de L legoas da ilha de Samt'Aotão a qual esta desviada de todas polo que pondo o ponto e principio da midida em Samt'Aotão nom he midir de todas as ilhas antes he midir mais de L legoas alem da ilha do Sal e Boavista. E portanto como quer que seja impossivel de natureza começar a medir de todas as ilhas a dita pallavra ilhas se verifica no numero delas que he posivel verificar se segundo doctrina de Direito polo que pois que segundo disemos em noso voto se pode verificar em numero plural a saber nas ditas duas ilhas primeiras delas somente fala a capitulação. E emtanto he verdade isto que se a dita palavra ilhas se nom podera verificar em numero plural senam em hũa so ilha ainda emtão quer o Direito que a dita palavra indifinita se equipare a numero singullar polo que prosoposto que a dita palavra ilhas se nom emtenda nem posa entemder de todas cesam os fundamentos dos ditos deputados.

O primeiro fundamento dos ditos deputados he que todas as ditas ilhas de Cabo Verde estam exclusivas por estarem em termo a quo o qual fundamento cesa polo acima dito pois que de todas as ditas ilhas se nom pode começar a midida e per consequinte nom são todas termo a quo. E posto que cesara o acima dito nom nos parece conforme a Derelto a deferemça que os dito (*sic*) deputados fazem em ser termo a quo de cidades e villas a ser de herdades particulares porque así como despoemdo os contrahentes de hũa herdade a outra (*1 v.*) se o preço do contrato e a natureza da cousa o compadece esta o termo a quo (*sic*) inclusive así se os contrahentes sam príncipes e pessoas que podem enlhear e despoer das villas e cidades estariam em suas disposições as cidades e villas inclusive estamdo em termo a quo porque se Suas Magestades disessem que vemdiam de Badajoz ata Portugal se o preço do contrato o compadecese estaria Badajoz inclusive así que nom ha deferemça em o termo a quo ser cidade particular a ser cidade ou villa como dizem os ditos deputados senão quando os contrahentes sam pessoas particulares que nom podem despoer de villas e lugares e portanto cesa a dita deferença

em noso caso pois que a Capitulação foy feita antre principes que podiam despoer de tudo.

Nos casos em que o termo *a quo in dubio* ha de estar exclusive se se poem esta dição *a* ou *ab* com esta pallavra daqui ou dali ou com outras semelhantes quer o Direito que este continuative e nom exclusive e polo mesmo modo esta continuative quando se põe no principio como temos dito em noso voto pollo que se a Capitulação nom disera senão que se começase a medir das ilhas de Cabo Verde entam pois que nom podia ser de todas as ilhas despois de asentarmos que fose das primeiras entrava a duveda se seria do principio delas se do fim e por na Capitulação dezer que vão as ilhas e dali dereitamente ao Ponente parece que as ilhas de que se ha de medir nom estam exclusivas porque estam em termo *ad quem* avemdo respeito a irmos a ellas e pois estam em termo *ad quem* e chegando ao principio chegamos aas ilhas e diz a Capitulação que dali rota direita se vlecem as ditas legoas parece que ficão as ilhas inclusivas e que cesa o fundamento dos ditos deputados pollo qual fundamento posto que as ilhas todas forão hum corpo e de todas se ouvese de medir avia de ser do principio e ficariam inclusivas por asi o sentir a Capitulação e ser a vontade dos contrahentes.

A 3.^a rezão e fundamento dos ditos deputados nos parece que nom concluye porque dizem que dizemdo em Castella a tantas (2) legoas de Castela se emtende segundo convem falar do fim de Castela o que he diverso caso do noso porque Castela he todo hum corpo e esta em numero singular e em noso caso as ilhas sam diversos corpos e estam em numero plural e o tal exemplo que poem os ditos deputados ouvera lugar se a Capitulação disera da ilha de Cabo Verde e nom ouvera mais que húa porque entam como quer que fose hum so corpo e certo nom averia duvida se nam se começariam do principio dele se do fim e em noso caso como quer que as ilhas sejam muitas e diversas e nom se posa medir de todas he a duvida diversa a saber saber de quaes das ilhas se ha de começar a medida e despois de asentado e sabido de quaes emtão entrava a duvida se estariam inclusivas se exclusivas. E ainda dizemos que posto que todas as ilhas fosem hum corpo e de todas se ouvese de começar a medida que segundo convem falar de Castela e de Portugal se emtendia do principio porque se em algum contrato disese que fosem de Badajoz a Portugal e que dali lançsem húa raya ao Ponente nom averia quem nom emtendese senam que indo de Badajoz aa Ponte de Caya que logo dali lançase a raya sem ir ao cabo de Portugal porque mui diverso falar he dizer que lancem húa raya de Portugal ao Poente a dizer que vão de Badajoz a Portugal e que dali lance a raya e portanto cesa o fundamento dos deputados.

A quarta rezão dos ditos deputados faz contra o que eles dizem porque se a dita clausula se pos em favor del rey de Portugal por querer mais terra ao Ponente emtão se deve de emtemder que se comece do principio das ilhas e nom do fim porque pois a dita clausula se punha

em seu favor e nele estava poder declarar do fim das ilhas pois o nom declarou o Direito presume que se contratarem ⁽¹⁾ que do principio midissem porque pondo se a dita clausulla em seu favor nom se declarando mi'hor ha se de entender que se meça de principio e nom do fim segundo regra de Direito.

(2 v.) ⁽²⁾ A quinta rezão em que se fundão he dizer que se os contrahentes quizeram que se midise de hũa ou duas ilhas que as declararam per seus nomes particulares polla qual rezão nos parece que nom se pode entender a Capitulaçam na ilha de Sant'Antam pois que he hũa so e desviada das outras e se de la sentirem na Capitullaçam bem souberem nomea la per seu proprio nome mas porque nom avia hi ilhas em numero plural de que podese começar a medida senão as ditas duas primeiras nom era necesario nomea las per sus nomes propios.

A 6.^a rezam em que se fundão nos parece fazer contra seu voto enquanto dizem que a disposição que prove e determina muitas cousas ha de prover a todas igoalmente porque por a dita rezão nom se deve começar a midida de Sant'Antão porque estaria o ponto onde se acabassem as legoas desigual de todas as ilhas e das primeiras ilhas averia a elle mais de iij^o legoas e de cada hũa das outras menos e se nom estaria a dita midida igoal de todas as ilhas e portanto pera as ilhas de que falla a Capitulaçam se determinarem igoalmente nom se pode entender em todas as ilhas nem em outras senam nas duas primeiras pois que entendendo delas anbas somente ficavam determinadas igoalmente por a midida de hũa ser igoal da outra e este fundamento nos parece abastar pera entender a Capitulaçam somente nas ditas duas ilhas primeiras ⁽³⁾.

A 7.^a rezão em que se fundão he dizerem que quando se ha de fazer algũa midida se ha de aver respeito do lugar em que se mede ao outro sem que aja algũa cousa em meyo porque avendo algũa cousa em meyo se averia a ela respeito. A esto respondemos que indo das ilhas do Sal e Boavista rota direita ao Ponente como manda a Capitulaçam nom fica cousa algũa no meyo porque as outras ilhas estam desviadas pera outra parte e nom estam no caminho direito das ilhas sobreditas ao Ponente. E por esta rezão nom se ha de começar a medir segundo disposiçam de direito da ilha (3) de Sant'Antam porque a medida sempre se ha de fazer per o caminho direito e acostumado e nom dos montes e lugares despovoados como he a ilha de Sant'Antam que nom he povoada nem ha nela senam gado e indo de Espanha ou das Canareas pera o lugar

⁽¹⁾ *Riscado*: senão.

⁽²⁾ *Riscado*: A quinta rezão he porque se quizerão que se midise de hũa ilha ou de duas dizem os ditos deputados que as declararam per seus propios nomes e por esta rezão nom poder aver lugar o seu voto porque pois a ilha de Sant'Antam esta desviada de todas e he hũa so

⁽³⁾ *Riscado*: somente.

onde se ha de lançar a raya de Polo a Polo ou vindo de la pera estes reinos nom ⁽¹⁾ vem a ilha de Samt'Antom. E por esta rezão nom se ha de fazer della a midida mayormente dizendo e declarando a Capitulação que vam rota direita pollo que a nos parece que medir da dita ilha que esta desviada do caminho e he despovoada he ir contra a Capitulação. E por as rezoes acima ditas cesa a outava rezão em que outrosi se fundão dizendo que os limites nom hão de emtrar na cousa que se ha de midir porque a dita ilha de Samt'Antam nom he limite nem falla nella a Capitulação.

A 9.^a e final rezão e fundamento dos deputados he que se midisem das primeiras ilhas consumir se yam muitas das ditas legoas nas outras ilhas que ja erão del rey de Portugal e que se midiria pollo que ja era seu e que em lugar de ganhar daria do seu etc. A isto respondemos que indo das ditas ilhas primeiras per caminho direito ao Ponente como diz a Capitulação nom se gastam legoas nas outras ilhas porque nom vão per ellas e ficão desviadas a hũa e outra parte do dito caminho e posto que as outras ilhas fosem del rey de Portugal todavia os mares que ficavam antre ellas e os circa jacentes de hũa e outra parte erão tam comuuns dos ditos senhores como os que estam adiante das ditas ilhas todas de maneira que achando se outras ilhas de novo nos mares sobre-ditos averia tanta duvida em cujas seriam como se foram achadas allem das ditas ilhas pollo que era necesario começar a medir das ditas primeiras ilhas pera se incluir o mar que antre ellas esta e así no circuito dellas de hũa e outra parte e pois (3 v.) que os ditos mares que estam antre as ditas ilhas eram tam comuuns dos ditos senhores como os que estam adiante querendo partir como partiram todo o mar oceano era necesario entender se así a Capitulação e por ello cesa outrosi dezer que se media pollo que ja era do dito senhor rey de Portugal pois que o mar que vay pera o Poente ⁽²⁾ das ditas primeiras ilhas era tam comum antre elles ao tempo que capitullaram como o outro que esta adiante.

E así cesa dizer que podia ser que ficara algũa das ditas ilhas que ja era del rey de Portugal com Castela porque era impossivel pois que allem das ilhas todas se avia de lançar a linha de Polo a Pollo mais de trezentas legoas posto que começara das primeiras. E mais diz a Capitulação que o descoberto ao dito tempo ficase de cujo era posto que ficase na demarcação do outro e portanto cesa a dita rezão.

Nem nos parece outrosi concluirem as mais rezões e fundamentos que alegão neste derradeiro sprito en confirmaçam do dito seu voto dizendo que as ilhas de Cabo Verde se hão de tomar por hum agregado porque a isto esta acima respondido e he impossivel fazer delas hum corpo tamanho como os individuos pois antre ellas ha tantos mares e

⁽¹⁾ *Riscado*: he caminho per

⁽²⁾ *Riscado*: pera.

distancia que nom compadecem fazer tal agregaçam e portanto estando alguns homes apartados na batalha dos outros os que estam apartados nom se dizem do escoadramte senam ajuntando se com os outros e midindo do escoadramte nom medirão dos homes apartados e asi he que nos casos em que o Direito permite medir dos edificios e arraballdes da cidade se húa casa esta muito apartada das outras nom se ha de começar della a midida e portanto cesa o dito fundamento.

(4) A outra razão em que dizem que húa proposiçam nom pode ter emtendimento fallso e verdadeiro e seria repunancia porque das ilhas primeiras averia aa linha de Pollo a Pollo trezentas e lxx legoas e da ilha de Samt'Aotam averia menos etc. A isto respondemos que polla mesma razão nom se pode emtender a Capitullaçam que se meça de Samt'Antão porque se dali se midise averia dahy aa linha da demarcaçam trezentas lxx legoas e das primeiras ilhas averia maiz de iiije e por cessar esta repunancia se ha de emtender a Capitullaçam de necessidade das ilhas primeiras porque medindo de húa he a distancia aa linha lgoal aa outra ilha e cesa em todo a repunancia que alegão os ditos deputados polas quaes rezoes concludimos que nom nos podemos conformar com seus votos por nos nom parecer juridico e conforme aa Capitullaçam antes por o noso ser juridico os ditos deputados se devem conformar com elle.

E nom embargam as rezoes que contra elle apontão neste sprito derradeiro os ditos deputados dezemdo que os capitullos que fallam que os navios e caravellas fosem aa Gram Canarea e dali ao Cabo Verde nom forão postos na Capitullação pera declarar donde se avia de começar a medida senam pera dar forma como a dita linha se lançase direita e mais certa que ser podese etc. Porque a isto respondemos que a Capitullaçam emquanto dise que midisem das ilhas de Cabo Verde estava obscura e se podia entender do principio e do fim pollo que foy (1) na dita Capitullaçam declarado que fosem aas Canareas e dahi as ilhas pera declarar que donde chegasem aas ilhas comesasem a medir e isto querem conceder os deputados emquanto dizem que foram postas as ditas pallavras na Capitullação pera dar forma aa midida porque sendo postas pera formá da midida hão se de comprir emteiramente a saber ir das Canareas aas ilhas e logo dali medir rota (4 v.) direita e avemdo de ir começar da ilha de Samt'Antam nom servia nada por na Capitullaçam por forma da midida ir aas Canareas nem se avia por iso de fazer mais direita a medida e portanto pois concedem que a Capitullaçam pos por forma da midida as ditas pallavras deve se asi comprir emteiramente.

E quanto ao que se aponta que a dita Capitullaçam expirou respondemos que cesa esta duvida pois que a nova Capitullaçam confirma a primeira e que se se diga que a confirma pera aqui se fazer a demar-

(1) *Riscado*: necesario poor se.

cação e que nom hão de ir aas Canareas respondemos que posto que aqui se aja de fazer avia de ser imaginariamente como se la fosem mayormente que dizer que se se nom poder aqui fazer que o que ficar por determinar fique conforme aa Capitullaçam e así que o que aqui se ha de fazer seja outrosi conforme aa dita Capitullaçam pollo que concludimos que conformando se os ditos deputados com noso parecer que farão o que devem e nom o fazendo ficara por elles e nom por nos pois comprimos o que manda o direito e a forma que da a Capitullação.

E lida asy a dita reposta dos dictos deputados do dicto senhor rey de Portugal logo disseram os ditos deputados do dicto senhor rey de Portugal que asy o diziam todos e cada hum per sy e que mandavam a nos os dictos esprivãees o asentamos asy neste proceso e por sermos a ello presentes o asentamos e afirmamos de nosos nomes.

Castanheda

Gomez Eannes de Freitas

(5) Doutores Amtonio d'Azevedo Francisquo Cardoso e Gaspar Vaaz que ora enviamos a raya antre a nossa cidade d'Elvas e a cidade de Badajoz com as outras pessoas que tambem vãao pera todos vos ajuntardes com as pessoas que envia o emperador meu muyto amado e pregado primo pera se entender no caso da propriedade e pose de Maluquo segundo antre nos estaa concertado ouveemos por bem vos dar algúuas lenbranças da maneira que ajaees de teer e sam as seguintes

Item primeiramente como fordes em Elvas teres grande aviso de saber se as pessoas que ham de viir de Castela sam chegadas a Badajoz e se ja o forem ou loguo como vierem teres maneira pelo melhor modo que vos viirdes de saberem eles como ja hy soees todos os que aviamos de enviar e apos yso concertares com eles o dia em que vos avees de veer e o lugar em que todos vos avees d'ajuntar que ha de ser conforme ao asento da capitulaçam que agora se fez antre nos e o emperador porque se fose em outro seria fazer cousa fora do capitulado e de que se seguiria pela ventura inconveniente algum pera o diante pera o que levaees tendas em que vos posaes bem agasalhar. E neste primeiro dia nos parece que abastara concertardes o lugar em que avees d'estar no negocio e qualquer outra ordem que no proseguimento delle ajaees de teer e nam debes fazer nele outra cousa. E pera ysto concertardes teres aquele melhor modo que vos parecer.

(5 v.) Item ao outro dia em que vos ouverdes d'ajuntar pera entenderdes no negoocio depois de serdes todos juntos a saber vos leterados e os astrologos pilotos e marinheiros e asentados asy como antre vos todos for concordado no que folgaremos que nom aja nhúua desconformidade nem modo de precedencia aveemos por noso serviço que vos Doutor Amtonio d'Azevedo primeiro que a outra cousa passes façaes

húua pequena fala aos que vem de Castela dizendo que elles sabem como todos soees aly juntos per mandado de vossos princepes pera averdes de entender no juizo da duvida que ha antre nos sobre a propriedade e pose de Maluco como eles sabem que estaa asentado no que asy nos como ele viemos por maior conservaçam do muyto amor rezam e obriçam que antre nos haa por respeito de noso muy conjunto divedo e pera tam amigavelmente niso se tomar asento como he rezam que antre nos em todas as cousas se faça e que por yso vos posto que ajaees por muy certo que eles terem no juizo desta causa aquele respeito que devem por as rezõees sobreditas e por suas muytas vertudes e sãas conciencias e se podera escusar lhe fazer diso lembrança lhe pedis que eles queiram niso teer tal respeito como he o que antre nos he tomado por tal que se posam escusar escandalos e se faça fieel e justamente e sem dilaçam a justiça da causa e fique antre nos tanta conformidade d'amor e amizade como he cousa mul justa que sempre antre nos aja fazendo lhe algúua desculpa ⁽¹⁾ lembrança que lhe fazees pois sam eles taees pesosos que sem ela avees por muy certo que asy o ham de fazer.

(6) Item dito ysto asi beem como sabemos que ho avees de saber fazer emtam nos parece que devees apresentar cada huuns de parte a parte vosos poderes que levaes pera o juizo e verdes vos e verem eles se sam soficientes e asy abastantes como pera tal caso se requiere e pera que falecendo algúua clausola asi no noso como no seu se prover asy como comprir nom se leixando porem de proseguir ho negocio pera se acabar no termo em que estaa asentado porque ficara asentado antre vos que cada hum trara o que mais comprir e se fara diso asento asinado por todos e tanbem se apresentaram as procurações dos procuradores de parte a parte.

Item feito ysto fares vosos juramentos de parte a parte segundo forma da Capitulaçam e o seu notairo dara a vos outros o juramento palavra por palavra como estaa stprito na dita Capitulaçam e fara diso auto em que com o noso asynara. E o noso notairo o dara a todos os que veem de Castela na dita forma e asynara com eles no dito auto e ambos os notairos asinaram juntamente em cada auto do dito juramento e nisto de tomar destes juramentos nom queremos que aja impidimento de quaees de vos outros primeiro faram o juramento mas como melhor se poder fazer e parece nos que o poderes fazer todos juntamente.

El feito asy proseguires no neguocyo (6 v.) naquela maneira que ante nos se praticou a saber os nosos procuradores diram brevemente aos que veem de Castela que vos outros e as pesoas que enviamos pera o juizo da causa de Maluquo e demarcaçam dos mares segundo que he asentado dantre nos e o emperador soees todos aly juntos e que eles devem de dizer o que querem acerca d'ambas as causas e de cada húua

(1) *Riscado*: escusada

dellas e apresentarem a justiça que nela pretendem teer. E escusando se eles de falar dizendo que por nosa parte se ha de falar primeiro dando pera iso algúas rezões eles reprimam pelas millores palavras que poderem e o mais breve que seja posyvel e pelos fundamentos de derelto que lhe millor parecer que eles todavia devem falar e dizer e alegar a justiça que o emperador pretende teer apreliando nisso tanto como lhe bem parecer. E quando os de Castela todavia insistisem em nom averem de falar e que eles falem neste caso emtam os ditos procuradores diram aos juizes a saber a vos outros e aos de Castela que eles teem visto a pratica do que pasa e por estarem asy diferentes e nom se perder tempo nem aver dilaçam na justiça das causas que eles lhe pedem que conforme a Direito eles mandem fazer a cada huuns sua petiçam do que requerem e mandem por ella fazer suas inquiriçoes e façam justiça segundo forma das capitulações todo no modo que ca o praticastes por se escusar a longura de libelos se por ordem de libello se ouvese de procesar.

(7) Item quando neste modo os juizes de Castela se nom conformassem convosquo pera asi se fazer porque vos vos avees de conformar com o petitorio de nosos procuradores por asy ser de derelto nos casos semelhantes em tal caso os ditos nosos procuradores requereram aos notairos que façam de tudo auto a saber do por elles requerido e da escusaçam que fezeramos de Castela e das causas por que e como vos por direito vos conformastes com seu requerimento e o asinem ambos os notairos e acostem o dito auto a qualquer outro que for feito e nom querendo o notairo de Castela faze lo emtam o noso notairo o fara asi como dito he e o asynara e acostara ao proceso e vos nos avisares loguo a presa de todo o que pasa e do que vos parece da detreminaçam dos letrados de Castela e de todo o mais que vos parecer que neste caso se deve fazer tudo muy myudamente pera vos respondermos com toda brevidade o que ouvermos por noso serviço que niso façaes e seja em tanta deligencia que se nom posa perder nhuum tempo pera o que se ouver de fazer porque beem veedes quam curto he o tempo em que se ha de tomar detreminaçam deste juizo.

Item porque nesta causa ha duas partes como sabees a saber propiedade e pose devees em ambas juntamente entender e fallar a saber os astrologuos e marinheiros no que toca a propiedade do modo que se ha de teer e praticar pera ser lançada a linha da demarcaçam segundo forma do capitulado e niso se iram detendo os ditos estrologuos e marinheiros (7 v.) da nosa parte quanto boamente poderem e quanto vos lhe diserdes que o façam porque asy lho mandamos por nosso regimento que levam pera ficar mais lugar e tempo pera o caso da pose segundo ante nos foy praticado. E os ditos astrologuos e marinheiros alem diso levam seu regimento da maneira que ham de ter. Porem os nosos procuradores primeiro que os ditos astrologuos e marinheiros em nhúa cousa falem faram hũa pequena emformaçam em palavra perante vos todos do que os astrologuos e marinheiros de cada hũa parte ham de

fazer acerqua da propiedade conforme as capitulações e sempre o que tocar a propiedade e modo da demarcaçam se praticara e falara sendo todos juntos e sem vos outros leterados e os procuradores nam faram cousa algũa e asy lho mandamos por seu regimento.

Item leuaes as proprias capitulações a saber as que foram feitas antre el rey e a rainha meus avos e el rey Dom Joam sobre as demarcações e a que se fez agora antre nos e o emperador sobre o modo deste juizo.

Item quando for tempo d'apresentardes as nosas testemunhas pera o caso da pose nos avisares diso pera vo las emviarmos loguo dentro do termo que se tomar porque nom nos pareceo bem irem loguo comvosco.

(8) Item quando fordes em tempo pera dardes vossos votos pera final sentença trabalhareis porque os de Castela votem e falem primeiro tendo niso aquella cautela e resguardo que virdes que convem e em tal modo que nam se siga por yso antre vos deferença. E quando eles nom viessem niso emtam nos parece que o meyo que niso devees tomar he que fale hum de vos outros e apos ele outro de Castela asi como esteverdes asentados atee todos nesta ordem acabardes de dar vossos votos ou começar hum deles primeiro e depois hum de vos outros. E nam asentando neste meo e eles insistindo que avees de falar primeiro aveemos por bem que asy o façaeis. E alem do voto que cada hum de vos deer em palavra aveemos por bem que depois o dee cada hum de vos em sprito por ele asinado aos notairos pera os acostarem aos autos. E nosos procuradores requeiram aos notairos que os acostem aos autos por sempre se saber o voto de cada hum e asy o devem fazer os castelhanos e asy avisay aos nosos procuradores que requeiram que ho façam por sempre se ver o modo em que a justiça diso foy feita e tambem pera se milhor poderem poer na detreminaçam e sentença que se deer os termos do juizo da causa. E escusando se os de Castella de o fazerem se fara diso auto pelos notairos no qual asentem as causas por que se escusaram asinado por ambos. E quando o seu notairo se escusase de o fazer o noso notairo o fara. E porem todavia os vossos votos em sprito se poeram nos autos.

(8 v.) Item se pela ventura os leterados de Castela vendo que nosa justiça he tam clara como ela he ou por outro qualquer respeito nom quisesem votar nem dar sua sentença e o reffusasem os nosos procuradores o mais onestamente que lhe for posivel lhe requereram que voteem e deem sua detreminaçam e guardem o que teem jurado e fazendo diso escusaçam depois de niso insistirem quanto bem poderem e virdes que compre requereram ao seu notairo e ao noso que façam diso auto nos autos no qual declarem como eles nom quiseram votar nem dar suas sentenças e as causas por que se escusaram e o que sobre yso lhe requereram tudo muyto declaradamente e o asinem ambos pera asy ficar asentado nos ditos autos e nom o querendo asinar o seu notairo todavia o noso o faça como dito he.

Item os ditos notairos ambos de todo o que em cada huum dia pasardes faram auto e termo nos autos que sera por elles asinado e nom ficara cousa que se faça em cada huum dia de que asy nom façam auto e termo por eles asynado e nam o querendo fazer o de Castela o noso o fara.

Item se fose caso que de vossos votos se nom seguisse final conclusam e detreminaçam e ficaseis tantos por tantos huuns por hũa parte e outros pela outra de modo que comviesse terceiros neste caso nos avisares a grande presa pera vos mandarmos o que niso façaees.

(9) Item nos mandamos poer paradas pellas quaees vos encomendamos e mandamos que todos os dias nos avisees de todo o que naquele dia pasastes e de todo o que vos parece da causa e do modo que teem os letrados e o que sentis de sua detreminaçam e qualquer cousa de que vos pareça que deveemos saber. E em tall modo o fazee que nhũa cousa pequena nem grande pase de que todos os dias nom sejamos avisados muyto compridamente.

Asy mesmo nos avisay do que vos parece das pessoas dos leterados e de suas letras e tambem dos astrologuos e marinheiros que vierem e se vos parecem homens amigos de intarese e proveito e de toda outra particularidade porque de todo folgaremos de conpridamente nos avisardes.

Item nos parece que debes teer lembrança posto que nos pareça que este asy de derelto que sendo caso que Deus nom mande que alguum de vos outros de parte a parte adoeça ou tenha tal inpidimento que nom posa ser presente ao feito que de parte a parte se ordene outro em seu lugar e que se faça diso asento asinado per todos per vertude do poder que a cada huuns he dado per a causa.

Item porque pela capitulaçam e asento dantre (9 v.) nos estaa asentado que se posa fazer porogaçam de tempo segundo no capitulo diso he declarado veendo vos que de necessidade compre se fazer nos avisares diso a grande presa e por quanto tenpo se porroga e as causas por que se faz a porogaçam e todo o que vos parecer que deveemos niso saber pera vos respondermos. E lembramos vos que avendo se de porogar o tempo sempre ha de ser com clausola que as capitolações sem embargo diso fiquem em todo seu vigor e força.

Item muyto vos encomendamos que antre todos vos outros aja toda concordia e sejaees senpre conformes asy pera o juizo da causa como pera as cousas particulares dantre vos e que se nom posa oferecer nhũa per que vos desconformes nem se sigua paixam porque alem de asy o deverdes fazer por vosas honrras do contralro que nam esperamos nos averiamos por muyto deservido e por yso muyto em especial vo lo encomendamos e mandamos.

Item nas praticas e falas que tiverdes com os castelhanos asy na propia causa como nas outras de fora dela vos encomendamos muyto que seja muyto amigavelmente e sem nenhũa payxam lhe mostrardes e

com muyto sofrimento pasay qualquer cousa que vos pareça que eles fazem desarrezoadamente e por modo algum se nom siga antre vos nhuum escandalo por pequeno que seja porque asi o aveemos por muito noso serviço e do contraíro receberemos muyto descontentamento.

(10) Item os astrologuos e marinheiros que enviamos pera o caso da propiedade e juízo della e da demarcação pelo que estaa capitulado pelas primeiras capitulações e pela verdade segundo suas ciencias e con-ciencias estão asentados que por nhuum modo se pode fazer a demar-cação salvo tomado lá e cá os ecliusis (sic) da lúua ee (sic) posto que ajam de praticar no modo asy pelas cartas de marear como pelas pomas esta he a verdadeira e final detreminação em que ham d'asentar e asy parece que he necesario se ham d'asentar os de láa se com malicia outra cousa nom fezerem ouveemos por bem de vo lo declarar neste regimento posto que delles também láa o saberes.

E acerca da outra parte do juízo sobre a pose parece que teemos tam clara justiça que por ela e pela clareza que della teverdes visto per direito sejamos de vos bem servido e esperamos que o faires como de vos confiamos.

Item vos lembramos que de todo o processo e autos que se fezerem e pasarem atee a deradeira cousa ora seja con final detreminação ora sem ella ora em qualquer maneira que pasar o noso notairo ha de trazer huum processo de todo o que se pasou asynado por ele e pelo notairo de Castela e concertado com dous de vos outros de cada parte e por todos asinado e outro tal leve o notairo castelhano se ele o quizer levar tende lembrança e no lo traze quando em boa ora vierdes.

(10 v.) Item sendo caso que tomes asiento como e[s]peramos em Noso Sennhor que se tomara e por nossa parte pois teemos verdade e justiça ha sentença e detreminação d'iso faires segundo forma de justiça relatando nella toda a ordem do processo e da capitulação poderes e pro-curações o que convier e sera por todos asinada e far se ha em tall maneira que nam fique cousa por o que conprir a noso serviço e a toda conservaçam de nossa justiça e asy bem como de vos confiamos.

Item ao notairo que convosquo levaes nom ouveemos por necesario dar regimento da maneira em que nisto nos ha de servir porque daquy lhe dares a maneira que niso aja de ter que he pouco e ainda bastara lho dizerdes por palavra por serem cousas correntes e que ele muy bem ha de saber fazer.

Stprito em Evora a xxiiij dias de Março Jorge Rodriguez o fez de mil bxxiiij.

Rey

Regimento pera os letrados que vão a Raya.

(L. P.)

4464. XVIII, 6-8 — Informação (*traslado da*) do que passaram os deputados portuguezes em Badajoz no processo da demarcação das ilhas de Maluco. (1534 post. Maio 24). — *Papel. 10 folhas. Bom estado.*

Trelado do que pasou quinta feira depois do
correo partido xix de Mayo no proceso da pose
e segunda feira xxij de Mayo e terça feira xxiiij

Depois do susodicto quinta feira xix dias do dicto mes de Mayo do ano sobredito estando em a dicta cidade de Badajoz dentro nas casas do concelho da dicta cidade os deputados do senhor rey de Portugal e de Suas Magestades logo os dictos deputados de Suas Magestades mandaram a mym Bertolameu Rudriguez de Castanheda que lese pupricamente hum auto que elles faziam o qual eu per seu mandado ly ante todos os dictos deputados de hũa parte e outra e o teor do que he seguinte

Visto este proceso e os autos e meritos delle por nos os juizes deputados de Suas Magestades dizemos que a sentença interlucutoria por nos dada e pronunciada de que os procuradores fiscaes do senhor rey de Portugal se agravaram foce booa justa e direitamente dada e que nom contem injustiça nem agravo algum porem que devemos mandar e mandamos que aquella se cumpra e goarde como nela se contem sem embargo das rezoees contra ella dictas e alegadas por os dictos procuradores fiscaes e asy o pronunciamos e decramos.

El lido o dicto auto por mym o dicto Bertolameu Rudriguez de Castanheda logo os dictos deputados de Suas Magestades juntamente e cada hum por sy disseram que asy o diziam e pronunciavam e mandavam e mandaram a nos os dictos estprivães o asentamos em este proceso e por ser a ello presentes o asentamos e firmamos de nosos nomes.

Castanheda

Gomes Eanes de Freitas

(1 v.) El logo encontinente os dictos deputados de Suas Magestades disseram aos deputados do dicto senhor rey de Portugal que bem sabiam como por os autos e neste proceso feitos nom ha ficado por elles que o negocio nom pase adiante e que se ha tardado e pedido todo o tempo por causa da interlucutoria que elles deram por a qual quiseram que se fezesem provanças sem demanda nem seu fundamento algum sobre que se podese fazer proceso juridico e porque o tempo que fica nom se pase em balde que se algum meo for movido por elles que seja justo pera que o dicto proceso nom pase e vaa diante que elles estam prestes

de se conformar com elles e que elles asy mesmo pensaram em algũa booa forma e maneira que juridicamente se posa teer pera que o dicto negocio se continuee o qual disseram os dictos deputados de Suas Magestades nom parando prejuizo ao que tem dicto e detreminado e mandaram a nos os dictos estprivâees que asy o asentamos neste proceso [e] por ser a ello presentes o asentamos e afirmamos de nosos nomes.

Castanheda

Gomes Eanes de Freitas

E lido o dicto auto por mym o dicto Bertolameu Rudriguez de Castanheda logo os dictos deputados de Suas Magestades disseram que assy ho diziam e disseram e logo os deputados do senhor rey de Purtugal disseram que elles estavam de caminho per a cidade d'Elvas e que cando la fosem os deputados de Suas Magestades em a primeira junta que fezerem na dicta cidade daram sua reposta e mandaram a nos os dictos estprivâees que o asentamos assy em ese proceso e por ser a ello presentes o asentamos e asinamos de nosos nomes.

Castanheda

Gomes Eanes de Freitas

(2) E depois do susodicto este dicto dia mes e anno susodicto logo encontnente estando juntos os dictos deputados de hũa parte e da outra pareceo presente ante elles o Doutor Bernaldino de Ribeira procurador fiscal de Suas Magestades e apresentou ante elles hum esprito seu teor do qual he este que se segue

Magníficos senhores

O Doutor Bernaldino de Ribeira procurador fiscal de Suas Magestades digo que ja Vosas Mercês sabem como em este negocio da posisom das ylhas e terras de Maluco ha avido dilaçam tal que ainda nunqua se ha começado o proceso e este ha procedido porque os deputados do senhor rey de Purtugal ham dado sentenças interlucatorias por as quaes pronunciam e querem que se faça provanças por ambas partes sem demanda e fundamento sobre que se posa fazer proceso e as partes salbam fazer seus interrogatorios e os juizes posam dar sua sentença e se todavia insistem em esto todo o tempo se pasara de balde contra a vontade de Suas Magestades e do dicto senhor rey e contra a intençam e asento e contrataçam que tem fecto porende que outra vez requeiro aos deputados do dicto senhor rey que repongam sua interlucatoria por a

qual nom se pode fazer proceso e todo o que se fezese sera contra ordem de juizo e direito e que se conformem em o que ham detreminado os juizes de Suas Magestades para que em este que fica se posa fazer justo proceso e ainda se poderia acabar nom avendo estorvos e dilacoes e procedendo se brevemente conforme a calidade da causa e ao pouco tempo que fica por pasar e se asy o fizerem faram o que devem de direito e a suas consciencias e satisfaram a vontade (2 v.) dos dictos senhores que os deputaram de outra maneira nom o fazendo protesto que o tempo que ha pasado e pasar se lhes impute e seja a sua culpa e cargo segundo e da maneira que outras vezes tenho protestado e asy o peço por testemunho.

O licenciado de Pisa

Doutor Ribeira

E asy apresentado e lido o dicto estprito ante todos os dictos deputados logo os procuradores fiscaes do dicto senhor rey de Portugal pediram o treslado do dicto estprito e os dictos deputados lho mandaram dar e que respondam em ha primeira junta que se fazer em ha dicta cidade d'Elvas e nos os dictos estrprivaes por ser a ello presentes asinamos de nosos nomes

Castanheda

Gomes Eanes de Freitas

E despois do susodicto segunda feira xxliij dias do dicto mes de Mayo do dicto anno estando em a cidade d'Elvas dentro da camara da dicta cidade os deputados do dicto senhor rey de Portugal e de Suas Magestades os procuradores fiscaes do dicto senhor rey de Portugal apresentaram ante elles hum estprito de reposta e seu teor do qual he este que se segue

Senhores

Respondemos os procuradores fiscaes del rey de Portugal noso senhor ao requerimento do procurador fiscal de Suas Magestades e dizemos que se atee gora se nom começou este proceso de posisam foeer por culpa sua e por elle buscar modos e maneira pera eso como per estes autos asaz se mostra claramente e asy por os deputados de Suas Magestades nom quererem usar do remedio que o direito em este caso da e contra direito e rezam nos quer constranger a fazer libelo e a sermos autores o que (3) se nom fizeram e procesaram este feito segundo a ordem que o direito em este caso da fora ja findo e se soubera bem a verdade e nom esteve por principiar como esta pello que nom he duvida

a dilaçam se aver de imputar a sua causa e porque se oje em dia quiserem conformar se com o direito se podia brevemente esta causa determinar no tempo que dura lhe tornamos a requerer que se conformem com os deputados del rey de Portugal noso senhor e pedimos que se ponha este requerimento e reposta nos autos pera a todo tempo se saber que estamos prestes com provas e todo o necessario pera mostrarmos a crara pose do dicto senhor e asy temos prestes nosas posiçoees pera as apresentarmos logo como se todos os senhores deputados conformarem.

E asy apresentado e lido o dicto estprito e reposta ante todos os dictos deputados logo ho procurador fiscal de Suas Magestades pedio o treslado da dicta reposta e os dictos deputados lha mandaram dar e que respondam a primeira junta e nos os strivãees por sermos a ello presentes o assignamos de nosos nomes.

Castanheda

Gomes Anes de Freitas

E logo encontinente os deputados do senhor rey de Portugal disseram aos deputados de Suas Magestades em reposta do que atraz em seus autos os ditos deputados de Suas Magestades asentaram o que se segue

Dizem os deputados do senhor rey de Portugal noso senhor que em nosa interlucutoria temos feita justiça segundo (3 v.) em nosas consciencias e o meo que temos dado nos parece o milhor e mais justo que per direito se podia dar segundo noso julzo e parecer nem se nos oferece outro nhum meo seno que temos dado Suas Mercês se quiserem conformar connosco no tempo que fica estamos prestes pera o seguir.

E lido o dicto auto per mym Gomez Eanes de Freitas os deputados do dicto senhor rey de Portugal disseram que asy ho diziam e disseram e mandaram a nos os estprivaees que ho asentamos asy neste processo e por ser a ello presentes ho hasinamos de nosos nomes.

Castanheda

Gomez Anes de Freitas

Gomez Eanes de Freitas o treladey pera mandar a el rey noso senhor

Gomez Anes de Freitas

E despois do susodicto terça feira xxliij dias do dicto mes de Mayo do dicto anno em a dicta cidade d'Elvas na Camara da dicta cidade estando presentes todos os deputados do senhor rey de Portugal e de Suas Magestades logo os deputados do dicto senhor rey de Portugal disseram aos dictos deputados de Suas Magestades que elles tinham carta do dicto senhor rey de Portugal per que lhes fazia a saber que o senhor emperador dissera a seus embaxadores que tinha estprito e mandado a elles

seus deputados que neste (4) caso da pose procedesem por posiçoes e recebesem testemunhas e com toda brevidade fezesem justiça e detreminasem o dicto caso da pose e quanto a porogaçam do tempo por ser ja tam breve que dentro do termo dos dous meses se nom podia acabar o caso. *Disera* o dicto senhor emperador que nom hera necesario outra provisam per a dicta proroçaçam porquanto pella Capitolaçam estava provido que elles deputados o podesem prorogar e que portanto elles deputados do dicto senhor rey de Purtugal pediam e requeriam a elles deputados de Suas Magestades de Suas Magestades (*sic*) que o quisesem asy fazer da maneira que dicto he e mandaram os dictos deputados a nos os estprivaees que o estprevesemos asy no proceso e por elles deputados do dicto senhor rey de Purtugal o dizerem asy todos e cada hum per sy o asinamos nos os estprivaees de nosos nomes

Castanheda

Gomes Anes de Freitas

E despois do susodicto este dicto dia mes e anno sobredictos estando dentro na Camara da dicta cidade os deputados do senhor rey de Purtugal e de Suas Magestades em a junta da tarde os deputados de Suas Magestades respondendo ao requerimento que lhe foy fecto oje pella menhã pellos deputados do dicto senhor rey de Purtugal mandaram a mym o dicto Bertolameu Rudriguez de Castanheda que lese húa sua reposta o teor da qual he a que se segue

(4 v.) Os deputados de Suas Magestades respondendo ao que pellos deputados do senhor rey de Purtugal nos foy requerido dizemos que bem sabem que em os autos passados em este proceso despois que nos outros e eles pronunciamos as interlucutorias que demos lhes avemos pedido e requerido pois nossa interlucutoria he justa e conforme a direito se conformase com nos outros e revogasem a sua o qual elles nunca ham querido nem querem fazer e por ello o proceso esta sospenso e porque pasase adiante conhecendo a intençam e vontade do emprador e rey noso senhor que ha sido e he que este negocio se detremine brevemente sem dar lugar a largas nem dilaçoes lhes avemos dicto que buscasem qualquer meo que justo fose pera que o negocio nom pasase porque sendo tal estavamos prestes e aparelhados de conformar nos com elles e que o mesmo faríamos nos outros porque Sua Magestade expresamente nos avia mandado tenhamos todas as formas e maneiras justas que se poderem buscar pera que este negocio se detremine com brevidade e que asy agora estamos prestes e aparelhados pera fazer e cumprir e mandamos aos estprivaees desta causa que o asentem asy em este proceso.

E lida a dicta reposta dos dictos deputados de Suas Magestades logo todos elles e cada hum per sy disseram que asy o dizlam e nos os dictos estprivaees por seu mandado o asentamos e por ello ser a ello presentes o asinamos de nosos nomes

Castanheda

Gomez Anes de Freitas

E logo incontinentemente este dicto dia estando na junta da tarde os deputados de Suas Magestades e do dicto senhor rey (5) de Portugal logo os deputados do dicto senhor rey de Portugal mandaram a mym Gomez Eannes de Freitas que lese ante todos elles húa sua reposta seu theor da qual e este que se segue

Os deputados do senhor rey de Portugal disseram aos deputados de Suas Magestades que elles em a junta desta manhã terça feira xxliij dias deste mes de Mayo lhes mostraram huuns capitulos de húa carta del rey de Portugal seu senhor en que se continha que seus embaxadores lhe stpreveram que deram conta ao senhor emperador de como seus letrados eram em discordia com os deputados sobre a maneira de proceder em aquesta causa da posisom e que o dicto senhor emperador respondera aos dictos seus embaxadores que elle era ja desto enformado por os dictos seus letrados e lhes tinha estprito e mandado que se conformassem com seus letrados em o receber das posiçoes e sobre ellas se examinassem as testemunhas e se concruise a dicta causa posesoria e que asy mesmo lhe estprevia agora por outro coreo e que elles oje lhe notificaram os dictos capitulos da dicta carta e lhe requereram o que em seu requerimento se contem que nestes autos anda e que agora Suas Mercês em sua reposta que a ello dam nom decraram se tem recado do dicto senhor emperador pera se conformar com elles pera proceder per via de posiçoes como em sua interlucutoria delles deputados do dicto senhor rey de Portugal se contem e segundo forma dos capitulos da carta (5 v.) que lhes mostraram do dicto senhor e agora lhes tornamos a requerer o mesmo e que decrarem sem o dicto modo de proceder por posiçoes se querem com elles conformar e se tem recado do dicto senhor emperador pera iso protestando de todo o tempo e dilaçam que neste caso se fezer lhe ser imputado a culpa delles porquanto a sua interlucutoria he justissima e conforme a direito e este he o meo que mais justo se pode dar de direito neste caso e mandaram a nos os dictos estprivaees que asy o asentamos nos autos deste proceso e desemos nosa fee de como vimos os dictos capitulos na dicta carta do dicto senhor rey de Portugal a qual hera asinada per elle e aselada com seu sello da Camara.

E lida a dicta reposta como dicto he logo os dictos deputados do dicto senhor rey de Portugal disseram que asy o dizlam e mandaram a nos os dictos estprivaees asentamos asy. E nos os estprivaees damos

nosa fee que vimos a dicta carta do dicto senhor rey de Portugal em a qual estava o capitullo de suso stprito e por sermos a ello presentes o asinamos de nosos nomes

Castanheda

Gomez Anes de Freitas

Gomez Eanes de Freitas treladey o que mais ecreceo pera mandar a el rey noso senhor

Gomez Anes de Freitas

[*Tem junto o seguinte documento:*]

Trelado do que pasou quarta feira xbilj de
Mayo no proceso da propriadade e demarcaçam

El despois do susodicto estando em a dicta cidade de Badajoz dentro na casa do concelho da dicta cidade quarta feira xbilj dias do dicto mes de Mayo do anno sobredicto estando juntos todos os dictos deputados do dicto senhor rey de Portugal e de Suas Magestades os deputados do senhor rey de Portugal mandaram a mym Gomez Eannes de Freitas estprivam desta causa que lese em presença de todos os dictos deputados d'ambas partes hũa reposta que davam ao que se avia dicto pella estpitura que os dictos deputados de Suas Magestades aviam dado a quall eu ly pupricamente ante todos e seu teor da qual he este que se segue ⁽¹⁾.

(2) El logo incontinente no dicto dia mes e anno susodictos estando todos os dictos deputados juntos em a dicta casa do concelho da dicta cidade os deputados de Suas Magestades deram a mym o dicto Bertolameu Rudriguez de Castanheda hũa estpitura pera que a lese em presença de todos os dictos deputados de hũa parte e da outra a qual por seu mandado eu ly pupricamente e seu teor da qual he este que se segue

Os deputados do emperador noso senhor pera a demarcaçam e julgado e propriadade das ylhas e terra de Maluco dizem aos deputados do senhor rey de Portugal que ja sabem como sobre o primeiro limite e mojom que se a de fazer a trezentas e setenta legoas desde a ylha de Cabo Verde. Ouve votos e oupinloes diversos porque os deputados de Suas Magestades votaram e detreminaram justissimamente por rezoees incombenables que aquellas legoas se aviam de contar desde a fim da ylha de Samt'Antonio y os deputados do dicto senhor rey de Portugal detreminaram que fose a dicta medida desde a ylha do Sal e Boavista

(1) *Segue-se uma folha em branco.*

o qual fizeram sem ter pera ello rezam nem fundamento e que he de crer segundo sua pendencia por nom encargar suas consciencias e por temor de Deus emmendaram seu voto e que entanto que o fizeram devem proceder adiante em o negocio especialmente em assentar e setuar as terras e mares que hay fasta las ylhas de Maluco por a Estrologia e Cosmogrofia e por outra qualquer maneira que segundo su pericia e arte. *Por* a qual foram elegidos os huuns e os outros tem e devem teer e que de o asy fazer resultaram os efectos e proveitos seguintes

(2 v.) Item o hum que estaram parados nem suspensos e que entenderam em o despacho do negocio a que forem enviados e que se de todo se nom poder detreminar por discordia ou por outra causa que faltara poco que fazer em fim do termo e sera causa pera que posa aver porogaçam e que nom intendendo em o susodicto estaram parados e suspensos o termo que fica e nom podera aver prorrogaçam porque se crera que em o tempo que se porogar de industria faram e procuraram com algũa discordia a dilaçam e perda do tempo que fasta agora ham procurado.

Item o outro porque esto que agora pedem que se faça os deputados de Suas Magestades nom se pode estrovar pella deferença que tem em o da raya ou linha porque o asento de mares e terras ha de preceder em fegura espherica como esta detreminado entre elles e despois de fecto a dicta situaçam e asento se a de lançar a linha e raya sobre as terras e mares que forem setuadas e pera demarcar e devidir as hũas das outras.

Item o outro porque asy mesmo he de gram fruto e momento esta situaçam porque podera ser que por ella se tire e fenezça a duvida e deferença que agora tem do começo da linha porque podia resultar da dicta situaçam que as ylhas e terras de Maluco sobre que he o debate estem e cahlam em tal parte que lançada a linha por qualquer parte da dicta deferença as ditas ylhas e terras de Maluco estem distantes e apartadas de hũa linha e da outra e que se posa julgar e detreminar claramente a quem pertence em hum caso e no outro lançada a linha e raya da hũa maneira e da outra. E pois os dictos deputados ham (3) de detreminar duas cousas o hum fazer ha raya e demarçaçam e o outro detreminar a quem pertence as ylhas de Maluco. *Se* o primeiro da demarçaçam se nom poder fazer pontualmente por rezam da dicta discordia podia se fazer o outro que he julgar a quem pertence a propriedade das dictas ylhas o qual se começara e ficara julgado quando se fezer a situaçam e asento de terras e mares segundo ho muyto espaço e distancia que segundo se cree a era da hũa linha e da outra e como quer que fose lançada se conhecera cuja he a propriedade das dictas ylhas e que pois todo esto he e resulta do fruto e proveito da dicta setuaçam que nom devem curar d'esperar outras repostas e consultas que em platica ham dicto os deputados do dicto senhor rey porque esperando as se pasara o tempo como o prócuram. E que nom foram enviados

aquy pera consultar nem pera esperar que aja concerto salvo pera detreminar justiça e direito e pera a dicta determinaçam convém que se faça o que agora dizem e pedem os deputados de Suas Magestades e que asy o requerem que se faça e cumplam os deputados do dicto senhor rey e que se juntem com elles e que em todo este tempo que fica procurem de despachar o negocio e que façam todo o que poderem e o que en eles he de fazer e que nom difiram nem dilatem a dicta negociaçam como ata quy o ham fecto e procurado protestando como protestam que seja a sua culpa e cargo ha dilaçam e perda do tempo. E alem desto que de oje em diante os deputados de Suas Magestades (3 v.) fazendo o que devem a seu cargo e officio procederam adiante e faram a dicta setuaçam e asento de terras e mares segundo Deus e suas consciencias e detreminaram o dicto negocio como acharem por justiça por culpa e revella e suterfugios dos deputados do dicto senhor rey o qual dixeram e mandaram a nos as estprivaees que este requerimento se asente neste processo em publica forma pera que dello costar adiante.

E lyda a dicta estpritura ante todos os dictos deputados logo os dictos deputados de Suas Magestades diseram que asy o diziam como em a dicta estpritura se contem todos juntamente e cada hum per sy e mandaram a nos os dictos estprivaees o asentemos asy neste processo e porque fomos a ello presentes o asentamos e afirmamos de nosos nomes

Castanheda

Gomez Anes de Freitas

E despois desto em o dicto dia mes e anno susodictos estando todos os dictos deputados juntos em as dictas casas do Conselho da dicta cidade de Badajoz os dictos deputados do dicto senhor rey de Portugal en presença dos deputados de Suas Magestades deram a mym Gomez Eanes de Freitas hũa reposta sobre o requerimento que oje em a junta de pella menhãa foy fecto por os deputados de Suas Magestades a qual me mandaram ler pupricamente e por seu mandado ally em presença de todos seus teor da qual he este que se segue

(4) Dizemos os juizes deputados do senhor rey de Portugal noso senhor que nos temos votado justa e juridicamente segundo Deus e nosas consciencias e pera corroboraçam de noso parecer e voto temos dadas e alegadas muytas e juridicas rezoees pellas quaees consta claramente a justificaçam de noso voto as quaees querendo os deputados de Suas Magestades veer e examinar sem palxam e afeçam ou outro algum respeito esta claro que se conformaram com o voto que temos dado. E asy esperamos em Deus que o faram ao diante segundo sua prudencia saber e doutrina e por descargo de suas consciencias e se lhes parece que he por causa de dilatar querer primeiro haverigoar este ponto tam principal que a summa rezam e justiça en que suas consciencias emca-

regam dezemos que somos contentes de pasar adiante e examinar aquelles mais pontos pera que esta negoceaçam e demarcaçam venha a mais certa e melhor fim e despacho e ao mais conteudo no esprito dos deputados do senhor emperador nom respondemos por ser escusado e nom fazer ao caso desta negociaçam e mandamos aos estprivaees que asy o asentem no proceso.

E lido o susodicto per mym dicto Gomez Eannes de Freitas logo os dictos deputados do dicto senhor rey de Purtugal em presença dos dictos deputados de Suas Magestades disseram que asy o diziam todos juntamente e cada hum per sy e nos os dictos estprivaees por ser a ello presentes o afirmamos de nosos nomes.

Castanheda

Gomez Anes de Freitas

(4 v.) Gomez Eannes de Freitas treladey todo o que se fez atee oje xbiij dias deste mes de Mayo pera mandar a el rey noso senhor.

Gomez Anes de Freitas

(L. P.)

4465. XVIII, 6-9 — Carta de António de Brito a el-rei de Portugal, na qual lhe fala das naus castelhanas que tinham chegado a Banda e da sua viagem, dos acontecimentos em Maluco e dos preços das especiarias. Fortaleza de São João de Ternate, 1523, Fevereiro, 11. — *Papel. 12 folhas. Bom estado.*

Senhor

Eu tenho escripto a Vosa Alteza de Banda as novas que hahy achey dos castelhanos meudamente e asy mandado as cartas dum Pero de Lorosa que era ydo com eles.

Eu senhor party de Banda aos dois de Mayo de b^o e xxij e foy sem monçam e sem tempo pera ver se podya tomar esta nao que partyo dera-deira porque a outra avia tres meses que era partida como ja tenho escripto a Vosa Alteza e asy pera ver quanto vay de portugueses a castelhanos e pera fazer este pequeno serviço a Vosa Alteza em lhas mandar como me ele manda em seu regymento.

Eu senhor chegey a ylha de Tidor a xliij de Mayo da dita era onde os castelhanos fizeram sua abytaçam e caregua duas das b naos que de Castela partyram onde soube que avya quatro meses que a prymeira era partida e esta derradeira huu mes e meo.

E o porque leyxou de partir com a outra foy por caso duma agoa que abryo em estando ja de vergas d'alto tornou a descaregar e corege

se o melhor que pode e partyo. Onde achey (1 v.) cymquo castelhanos o qual hũu deles ficava por feytor com mercadarya e outro bonbardeiro.

E como sorgy no porto mamdey loguo a terra o feytor Ruy Gagua com recado a el rey que me mandasse loguo eses castelhanos que hahy tinha e asy artelharya como fazemda. *E* lhe mamdey dizer se a terra era descuberta per naos e navyos de Vosa Alteza avya tantos annos como agasalhava ele castelhanos nem outra jemte algũa?

E ele me mamdou dizer que os agasalhara como a mercatores ysto mays com medo que com vontade o quall ao outro dia me mamdou entregar tres castelhanos que ahy estavam em que entrava o feytor com hũa pouca de fazenda que lhe ahy ficou e o bombardeiro com artelharya o quall bonbardeiro ahy leyxavam os castelhanos pera pelegar com alguus poncos portugueses se ahy vyerem ter.

E hũu dos b castelhanos que ahy ficaram era ja em Banda num junco a saber a terra e o trato o quall escoreo Banda e foy ter a hũa ylha que se chama Gouram omde eu tinha mandado hũa caravela por ele e mo trouxeram em eu estando pera partyr pera ca. *E* por yso nam dey conta a Vosa Alteza na carta que lhe de Banda escrevy.

E outro era numa ylha que se chama Moro sasenta legoas de Maluco.

Ao outro dia segynte me veo el rey ver a nao. *Eu* lhe fiz aquella onra que comprya a estado de Vosa Alteza e asy se me desculpou o porque recolhera estes omens e ysto perante eles d'izendo como era vasalo de Vosa Alteza avia tanto tempo ele e todas as ylhas de Maluco e que asy lho tinha dito que quando quer que armada de Vosa Alteza vyese que se avya d'entregar a ela como seu vasalo que era o que eu nam creio que ele fezera se me nam vira no seu porto surto com temçam de me pagar o recolhymmento que fizera dos castelhanos. *E* todas estas palavras que me ele dise eu lhe lamcey mão por elas e lhe fiz fazer hũu conhecymento pera que em todo tenpo nam negase ha (2) verdade o quall canhecymento me fica na mão pera o levar a Vosa Alteza porque lhe certifiquei que se entregaram estes castelhanos em seu pöder de tall maneyra como que foram crystãos e seus naturaes.

Achey toda a terra chea de cruces d'estanho e delas de prata com [Noso] Senhor crucyficado e Nosa Senhora da outra banda. *Vendiam* bombardas espyngardas bestas espadas dardos e polvora.

Estas cruces que asyma diguo a Vosa Alteza eu as comprey todas e eles as vendiam como omens que sabyam ho que era.

Achey a terra por caso das armas que vendiam estes omens alevamtada como que com elas se esperavam deffender o que prazera a Deus deles verem o contrayro quando detrymynarem de nam fazer o servyço de Vosa Alteza.

Estando surto no porto de Tidore avya dous dias veo hũu filho bastardo del rey de Ternate com muytos paraos e gente pera me levar pera a sua ylha. *Eu* me vym com ele que os outros navyos ja estavam

no seu porto que nam cabyam comyguo no porto de Tidore por caso de ser pequeno.

Este rege o reyno por o erdeyro ser (*sic*) biijº ou nove annos que ao tenpo da mynha chegada avya sete ou oyto meses que ho pay era morto.

Esta ylha he a mor e mays pryncypall de Maluco onde Francisco Serão senpre esteve e Dom Tristam quando ca veo. *Esta* ylha se as outras dam myll bares da esta dous myll.

Daly a dous dias me veo el rey ver a nao por mandado de sua may que he a pessoa que mays manda no reyno omde lhe dey hũa carta que trazia de Vosa Alteaz pera seu pay com outras cousas que lhe dey em seu nome por me parecer seu serviço. *Ele* se me entregou por vasalo de Vosa Alteza e que na sua ylha podia fazer tudo o que quysese. *Nam* lhe quys loguo falar em fortaleza ate nam ver ho asento de todas ylhas pera se fazer omde fose mays serviço de Vossa Alteza (2 v.) as quaes por mym foram vystas e per alcayde mor e capitães e feytor destas naos de Vosa Alteza que comyguo vyeram. A mym pareceo seu serviço fazer se ela aquy e asy a eles por a ylha de Tidor nam ter porto e ser Ternate a mayor ylha destas e onde mais cravo ha como acyma tenho dado conta a Vosa Alteza.

Item senhor estando eu em terra numa fortaleza de madeyra a mays forte que eu pude fazer averya obra dum mes me adoeceo toda a jente que de duzentos homens que trazya nestas naos de Vosa Alteza fiquey com cynquoenta sãos e destes me moreram bem lx omens em que entrou Lourenço Godinho que vynha por capitam dum galeam e outro seu yrmão que se chamava Pero Botelho que vynha por capitam duma caravela. *E* asy Francisco de Melo com outros omens onrados que aquy nam escrevo a Vosa Alteza em que lhe certefiquo que me vy no mor trabalho com estes negros que podia ser que quando me viram toda a jente doente estavam cada dia pera dar em mym. Eu ho sostive com asaz de trabalho asy com mynha fazenda repartyndo a por eles pera fazer este pequeno serviço a Vosa Alteza que ate quy tenho feyto e asy fico desejando de lhe fazer outros mores se me a mão vyerem ter.

Item senhor estando asy em terra como acyma tenho dito a Vosa Alteza pondo mãos em a fortaleza como asaz de bem pouca jente porque despoes que mataram meu irmão achey nesta armada duzentos omens asy jente d'armas como marynheyros e ysto por culpa de Diogo Lopea capitam mor da Yndea que mandou apregoar que todo omem que vyese obrygado a esta armada que quysese ficar na Indea que ele lhe porya soldo e mantymto (3) como ya meu irmão escreveo a Vosa Alteza e asy o veador da Fazenda me dise que dary[a] conta diso a Vosa Alteza e eu por me parecer seu serviço vyr esta armada vyera com cynquoenta omens quando nam achara mays.

De seys navyos e hũa fusta que vynham pera Maluco eu leyxey hũa fusta a Jorge d'Albuquerque por nam ter jente pera ho navegar. *Eu*

lha pedy da parte de Vosa Alteza e ele ma nam quys dar. *La* dara conta a Vosa Alteza o servyço que lhe fez nyso. *E* asy me ficaram: xxb ou xxx omens fogidos em Malaca os quaes eram marynheyros he espyngardellos que he a jente de que eu tinha mays necesydade pera fazer o servyço de Vosa Alteza como eu desejo. *Hos* marynheiros deu os a nao de Dom Nuno que hya pera a Yndea e leyxou vyr esta armada asy e despoes que party de Malaca se me ouvera de perder hũu navyo por nam ter jente pera ho navegar.

Item eu senhor trouxe Dom Garcya de Banda comyguo que o achey no navyo que eu leyxey em Malaca a Jorge d'Albuquerque por nam ter jente pera ho navegar como ja tenho dito a Vosa Alteza por as novas que ahy achey destes castelhanos.

Eu ho mandava por o camynho de Burneo porque ha por ele quatrocentas legoas a Malaca e por o camynho por onde em (*sic*) vym ha bjº legoas e em cento que ha de Banda a Maluco ha mester esperar outra monçam porque me pareceo muy grande servyço de Vosa Alteza o mandava a descubryr e asy porque lhe fose recado no anno de bº e xxij de tudo o que se ca pasava que por este camynho podem vyr de Malaca a Maluco num mes e foy ja descoberto e no tenpo del rey de Malaca navegavam por ele e agora ho descobryram os castelhanos de Burneo ate Maluco. Neste Mayo de bº e xxij no fym dele eu espero em Noso Senhor de (3 v.) ho acabar de descubryr a Vosa Alteza porque Dom Garcya nam ho descobryo por ho piloto nam ser omen pera yso e tornou arribar aquy a Maluco.

Item aos xx d'Outubro da dita era estamdo em terra como ja tenho dito a Vosa Alteza me veo hũu parao dar novas como andava hũa nao e tornou arribar aquy a Maluco.

A mym porque me pareceo que ela nam podia ser de Vosa Alteza senam deles porque era polo camynho por onde eles vyeram mandey loguo lancar tres navyos fora do arecyfe com esa jente que aquy avya pera ma trazerem onde acharam nela xxliij omens a mayor parte doentes porque quando daquy partiram nam quyseram tornar por ho camynho por onde vyeram porque avyam mester tres annos pera tornar a Castela. Antonce detrymynaram de yr a tomar a Daryem que he hũa terra fyrme que esta na costa das Antylhas xxbiiijº graos da banda do norte. Os ventos lhe foram escasos porque nam souberam tomar monçam quando avyam de tomar e foram ter em R graos da banda do norte. Neste Daryem detrymynaram de pasar ho cravo em camelos a outra banda porque me disseram que amdavam d'armado navyos de Castela e que neles ho pasaryam. *E* quys Deus que ho que cuydavam que lhe sayse ao reves. Deste Daryem aa Castela jbiº legoas e faziam se polo seu ponto ixº legoas desta terra quando arrybaram.

Item quando de Tidore partyram pera Castela levavam liliij omens como foram em R graos moreram lhe xxx. *Eu* mandey ho alcaide mor desta fortaleza que he Symão d'Abreu filho de Pero Gomez d'Abreu

porque me pareceo que serverya nyso Vosa Alteza como devya e com ele hũu escryvão da feytorya que escrevesem toda ha fazenda que ahy vynha del rey de Castela e que tomasem todas as cartas e estrelabyos (4) a eses pilotos o quall per ele foy feyto.

Item eu mandey vyr pera mim o capitam que se chama Gonçallo Gomez d'Espynosa e o escryvam que se chama Bertolameu Sanchez e ho piloto que se chama Leom Pancaldo e o mestre que se chama Joam Bautysta que andou ja em naos de Vosa Alteza em Purtugall e lhe dise como vynham a tera que era descuberta avya tanto tempo per naos e jente de Vosa Alteza e que achavam aquy a hũu purtuges que se chamava Pero de Lorosa pera lhe dizer a verdade e que nam avya quatro meses que daquy partyra hũu navyo de que era capitam Dom Trystam e que el rey de Castela lhe defendya em seu regymto que nam entrasem por terras de Vosa Alteza que como fazyam caregua nela e yam asy?

Eles me deram por reposta que o que eu dizya que era verdade porem que Fernão de Magalhães dixeram a el rey de Castela que Maluco que era seu e que estava no seu lemyte e asy trazya hũa carta em que lhe fazyam crer que era seu a quall carta eu mandey vyr perante mym e lhe amostrey que avya muytas cousas nela falsas. *E* asy me dixeram que nam sabyam cujo era Maluco senam despoes que vyeram a ele que lhe os negros dixeram que era de Vosa Alteza e que estavam prestes a pena que lhe eu quysese dar. *Eu* os mandey logo arrecadar e lhe dyse que eles nam podyam vyr per mandado del rey de Castela a hũa cousa tam sabyda como era Maluco.

Item despoes que faley com estes omens e os mandey arrecadar mandey yr a nao a hũa calheta obra dum tiro de berço desta fortaleza de Vosa Alteza pera se descaregar porque nam podia entrar por a bara caregada a qual não serya de cem tonnes ate cento e dez. *E* estando se descaregando averya obra de oyto dias e era ja case tudo descaregado veo hũu tenpo forte e abryo sobre a mare e ysto por caso que era muito velha e fazyam muita agoa e avya quatro annos que amdava no mar sem a tyraem a tera e com pendores a tynham sostida.

(4 v.) *Onde* se perderam obra de xxx bares de cravo que não eram ynda descaregados e eses por a muyta agoa que fazyam todos molhados. A madeyra dela toda aproveitou pera esta fortaleza e asy os aparelhos dela aproveitaram pera estoutros navyos porque certefico a Vosa Alteza que ainda de Cochym nam partyram navyos seus tam mall aprecebydos por vyrem pera hũa tera tam longe.

Item daly a dez ou doze dias mandey chamar o capitam e o mestre e os tomey hũu e hũu e lhes perguntey quem armara esta frota e ho que pasaram despoes que partyram de Castela e a que portos vyeram ter como Vosa Alteza vera abayxo. *E* eles me dixeram que os omens que armaram era ho byspo de Burgos e Crystovam de Arão e ysto me descobryram amedrontados porque sempre disseram e dizem que el rey de

Castela a armara e ysto quys saber deles pera enformar Vosa Alteza na verdade.

Item senhor hũu Pero de Lorosa de que ja tenho da'do conta a Vosa Alteza que era ydo com eles que ficou fogydo do navyo de Dom Trystam nesta ylha de Ternate tornou a vyr nesta nao que arribou. *Eu* lhe mandey cortar a cabeça por tredo e lhe tomey esa fazenda que tinha pera Vosa Alteza porque ajudava a dizer aos castelhanos que era esta terra del rey de Castela e fazia crer aos negros que serya asy e asy outras cousas bayxas de que nam dou conta a Vosa Alteza. *Ele* levava nesta nao xxxb quyntaes de cravo e na outra que partyo primeiro outros tantos. *Estes* eu os mandey tomar pera Vosa Alteza.

Este he a viagem que fizeram de Castela ate chegarem a Maluco.

Item despoes que partyram de Sevyilha foram ter as Canaryas (5) e estyveram surtos en Tanaryfe e tomaram ahy agoa e mantymmentos e daquy se fyzeram a vela e a primeyra terra que tomaram foy o cabo dos baxos d'Ambar e vyeram ao lomguo da costa ate ho rio ate ho rio (*sic*) que se chama de Janeyro omde estiveram xb ou xxb dias. *E* dahy partyram sosteando a costa e vyeram ter a hũu rio que se chama de Lolyz omde Fernam de Magalhaes cuydou achar pasajem. *Aquy* estiveram R dias e mandou yr hũu navyo que se chamava Sam Tiaguo obra de l legoas por ele pera ver se avya pasagem e como nam n'achou e revesou o rio que sera de xxb legoas em boca e achou a costa que se core nordeste sueste. *Ate* este rio tem descuberto hos navyos de Vosa Alteza.

E foram costeando ate hũu rio que se chama de Sam Glam omde envernaram quatro meses. *Aquy* lhe coupeçaram a dizer os capitães castelhanos que onde hos levava pryncypalmente Jam de Cartagena que deziam que levava hũu alvara del rey pera ser conjunta pessoa com ele como era Ruy Faleyro se vyera aquy. *Se* quyseram alevantar contra ele e matarem no e tornarem se pera Castela ou yrem se pera Rodes.

Item dahy vyeram ter ao rio de Santa Cruz omde o quyseram por por obra. *Ele* quando vyo o feyto mall parado porque dizyam os capitães que o matassem ou o levasem preso mandou armar sua nao e prendeo a João de Cartajena e os outros capitães. *Como* vyram o pryncypall preso nam curaram mays de fazer ho que tinham comytydo. *Aquy* os prendeo a todos porque a jente bayxa a mor parte era com ele. *A* Luys de Mendoça mandou matar as punhaladas por o meyrinho porque se nam quys dar a prysam. *A* outro que se chamava Gaspar Queyxada mandou degolar. *A* Jam de Cartagena em se fazendo a vela pera se yr leyxou em terra a ele e a hũu crelyguo (5 v.) omde nam avya omem nem molher. *Aquy* tornaram a envernar tres meses e mandou Fernam de Magalhaes a descobryr avante o navyo Sam Tiaguo omde se perdeo e se salvou toda a jemte.

Item daquy partyram a xb d'Outubro de bº e xx e foram dar com hũu estreyto nam sabendo o que era a entrada do estreyto avera xb legoas. *E* despoes que conçeçaram a entrar parece lhe todo çarado e sorgiram e mandou Fernam de Magalhães hũu piloto purtuges que se chamava Joam Carvalho a terra que se sobyse num monte e que vyse se era aberto. *Veio* o Carvalho e dise que lhe parecyã çarado. Antomce mandou duas naos as quaes se chamavam hũua Sant'Antonyo e outra a Conceyçam que fosem a descobryr o estreyto e yryam por ele ate xxx legoas e dahy tornaram a dar recado a Fernão de Magalhaes dizendo que vyam yr o ryo e que nam sabyam o que hia la. Antomce abalou com todas as naos e foy polo estreyto ate omde as outras tynham descuberto e mandou a nao Sant'Antonio de que era capitam hũu seu prymo que se chamava Alvaro de Mezquyta e era piloto Estevam Gomez portuges que fosem a descobryr por hũa aberta que fazya ho estreyto ao sull a quall nam tornou mays. *E* nam sabem parte dela. *Se* se tornou pera Castela se se perdeo. *E* foy polo estreyto avante com as tres naos que lhe ficavam ate lhe achar sayda.

Item este estreyto esta en lij graos largos he de cem legoas em comprimento e core se norte sul a mor parte dele de larguo he a lugares de b legoas e hũa legoa e mea legoa e hũu quarto de legoa.

Como se vyram no mar larguo governaram dereytamente a lynha por caso dos grandes fryos que fazyam. *E* como (6) foram em xxxij graos fizeram ho camynho de loes noroeste e por este rumo foram jbj legoas. *Aquy* toparam duas ylhas despovoadas duzentas legoas hũua da outra e por este rumo atravessaram a lynha e foram xij graos da banda do norte. *Dahy* governaram a loeste bº legoas omde toparam hũas ylhas onde acharam muyta jente bestiall e entraram tantos nas naos que quamdo se acordaram nam os podiam lançar fora senam as lançadas. *Mataram* deles muyta cantidade e eles estavam se ryndo cuydando que folgavam com eles.

Dahy fyzeram seu camynho senpre a loeste senam quando queryam tomar altura governavam hũa quarta fora de seu camynho pera saberem omde estavam ate darem numa ylha a que puseram nome a Primeira. *Esta* em xij graos da banda do norte.

Item dahy vyeram per amtre muytas ylhas dar numa que se chama Maçava e esta em ix graos. *Este* mesmo rey de Maçava os levou a hũa ylha que se chama Çubo porque era hũa ylha farta omde esteve acerca dum mes e fez a mayor parte da jemte desta ylha crystãa e asy o rey dela e mandava a todas esas ylhas que vyessem obedecer a este rey de Çubo. Algũas vieram hũas duas nam quyseram vyr e quamdo ele vyo ysto detrymynou de yr a pelejar com elas e foy a hũa ylha que se chama Mata. *Tynha* lhe ja queymado hũu lugarynho e nam se contemtou e foy a hũu lugar grande omde pelejando com os negros o mataram loguo a ele e a hũu seu cryado. *E* quamdo os castelhanos vyram seu capitam morto vyeram se recolhendo omde mataram mays cynquo.

Item daly se veo a jente pera as naos que seryam duas legoas domde o mataram omde ordenaram eses omens (6 v.) honrados de fazerem dous capitães a saber Duarte Barbosa portuges cuynhado de Fernam de Magalhães da molher com quem casou em Castela e outro Joam Seram castelhano. Este João Seram foy capitam do navyo que se perdeo e despoes que cortou a cabeça a Gaspar Queyxada fe lo capitão da nao que se chamava a Comceyçam.

Loguo como hos armaram capitães o rey os mandou chamar que lhes pedla que gantassem (*sic*) com ele porque era asy seu costume. *Eles* lhe disseram que lhas prazia. *Daly* a b dias despoes da morte de Fernam de Magalhães foram a terra a jamtar e com eles a mays da jente que algũa estava feryda de quando mataram ho capitão.

O rey tynha detremynado de os matar e de tomar as naos. Como de feyto estando eles pera jamtar deu a jente neles e mataram a Duarte Barbosa e a Luys Afonso que era capitão duma nao e mataram aquy com eles xxxb ou xxxbj omens.

Como os omens ferydos e alguuns sãos que estavam nas naos viram a gente morta levaram as amcoras pera se fazerem a vela. *E* estando pera desferyr e vyr na volta de Burneo trouxeram os negros a Jam Seram nu que ho queryam resgatar e pedyam por ele duas bonbardas e dous bares de cobre e bretanhas que eles trazyam por mercadarya. *Eles* lhe davam tudo que o trouxesem a nao os negros queryam que eles que fosem a terra. *E* porque ouveram medo doutra trayçam se fizeram a vela e ho leyxaram e dahy nam souberam mays o que se fizera dele.

Item como foram x ou xij legoas da ylha queymaram hũa nao que se chamava a Comceyção por não ter quem a navegar e fizeram capitão a João Carvalho piloto portuges e deram capitanya duma nao a este Gonçalo Gomez que vynha por meyrinho d'armada.

Item dahy foram ter a hũa ylha que se chama Myndanao. *Esta* em biij graos escasos da bam'da do norte. *Falaram* com o rey de Myndanao e lhe dise omde era (7) Burneo e amostrou lhe pera omde estava e eles governaram asy e foram dar com hũa ylha que se chama Puluam xxx legoas da ylha de Burneo. *Esta* em ix graos. Nesta ylha estiveram hũu mes. *He* muito farta. *Aqy* souberam novas de Burneo e tomaram dous omens que hos levaram la.

Item daqy partyram e chegaram ao porto de Burneo que esta em b graos a outra ponta da banda do Nordeste esta em bijº graos. Core se a costa Nordeste Sudueste dos bijº graos ate os b que he ho porto. *E* como sorgiram vyeram muytos paraos a eles cuydando que eram naos de Vosa Alteza com grandes presentes de mantymentos e eles mandaram a terra os dous omens que tomaram em Puluam com hũu omem castelhano. *Quando* lhe disseram que nam eram suas que eram castelhanas nam ho podyam crer. *Dahy* a bijº ou biijº dias lhe mandaram hũu pre-

sente em que entrava hũa cadeyra guarneyda de veludo e hũa roupa de veludo cramesym por Gonçalo Gomez d'Espinosa capitão desta nao.

Item quando lhe levaram este presente perguntou lhe el rey que jemte era e que vynha fazer aly a sua terra parecendo lhe que era como armada de Malaca que lhe vynham ver ho porto pera lhe fazer fortaleza.

Eles lhe disseram que eram castelhanos e que vynham em busca de Maluco se lhe querya dar pilotos que os levassem la. *El rey* lhe dise que lhe darya pilotos ate Myndanao da outra banda por onde eles nam vyeram e que dahy navegavam pera Maluco que logo acharyam quem os levase la.

Estando neste porto avya ja hũu mes e pera se partyrem lhes fogyram dous gregos pera terra a fazerem se mouros. Ao outro dia pela menhã mandaram (7 v.) a terra tres omens em que emtrava hũu filho de João Carvalho. *E* estando asy vyram vyr muytos paraos. *Andavam* ja tam amedrontados que cuydaram que vynham pera hos tomar por dito dos gregos e fizeram se a vela sem esperarem polos outros tres.

Dous outros juncos que estavam no porto tomaram nos e roubaram nos e puseram lhe o foguo e vyeram ter a Mindanao onde tomaram omens que os trouxeram a Maluco onde passaram tudo do que acima tenho dado conta a Vosa Alteza. Este Mindanao he hũa ylha muito grande he farta.

Item senhor a detrymynaçam que levava a nao que partyo prymeyro era yr de Maluco dereyto a Tymor com pilotos que lhe el rey de Tidore deu que os levase la e dahy se achasem mar grande yrem tomar a ylha de Sam Lourenço e fazer o camynho que fazem as naos de Vosa Alteza que vam de ca da Indea o que me a mym senhor parece que sera tamanho mylagre yr a Castela como foy virem de Castela a Maluco porque a nao era muyto velha e roins mantymientos e os castelhanos nam queryam obedecer ao capitam e fora outros muytos laços que Vosa Alteza tera por a Indea que lhe podiam fazer o que eu fiz a esta se a toparem.

Senhor a fazenda desta nao e asy ha que ficava em Tidore em poder dos b castelhanos he esta

Item cemto e xxb quynntaes e xxxij arates de cobre e um arates d'azougue e dous quynntaes de fero e tres bonbardas de cepo de fero hũu he pasamuro e duas roqueyras e quatorze berços de fero sem nhũa camara tres amcoras de fero em que entrava hũu fugareo e outra grande e hũa quebrada.

Esta he ha que tome y da nao

Item nove bestas xij espyngardas xxxij peytos.

(8) *Item* xj cervylheiras tres casquos quatro ancoras L e tres baras de fero seys berços de fero dous falcões de fero duas bonbardas grossas de fero com quatro camaras.

Item ij° xxxb quymntaes de cravo. Neste tinha Pero de Lorosa xxxb como acyma tenho dado conta a Vosa Alteza. *Aquy* levava Fernam de

Magalhães nesta nao xxbij quyntaes e meo e na outra nao levava outros tantos. *Estes* eu hos mandey tomar pela Vosa Alteza por perdidos. A outra sua fazemda era tam pouca que nam quys atentar nela.

Senhor nam escryvy a Vosa Alteza dñu padram que asentey em Banda dos maes fremosos e mores que se podem achar com as armas de Vosa Alteza na carta que lhe dahy escrevy e asy dos preços que ahy asentey porque me pareceo que o mandase mays cedo por o camynho de Burneo como acyma tenho dado conta a Vosa Alteza os quaes preços som do cravo que hahy fose ter e asy da maça e noz que ha na terra e os asentey pera senpre com todos omens omrados e xabandares que ha na ilha porque nela nam ha rey. E asy m'asynaram todos e me ficaram de ho compryr e o que o contrayro fizese de morer por yso.

Esta jemte de Malaca pera ca pesam por hñu pesso que se chama dalcym e fazem por ele ate hñu bar e tem polos pesos que vem de Portugal de Vosa Alteza quatro quyntaes e meo. *Eu* peso por ele ate ver ho que Vosa Alteza mamda que faça nyso e ysto por ho grande proveyto que he

Trelado dos preços de Banda

Item tres synabas por hñu bar de cravo.

Item seys beyrames vermelhos por bar.

Item nove bertangins vermelhos por bar.

Item quynze bertangins pretos por bar.

Item dozoyto mantazes por bar.

(8 v.) *Item* hñua capa inteira de Chaul por bar.

Item nove cades por bar

Item gozerys malayos oyto por bar

Item panchavelyzes tres por bar

Item xxb mandalytões por bar

Item xxb mandis capazes por bar

Item dous panos enrolados por bar

Item ajaras e turyas cynquo por bar

Esta roupa que acyma diguo a Vosa Alteza que vall tanto hñu bar he a sua valya j̄ reys que sae ho quyntall a duzentos e cynquoenta reis e hesta he a valya de toda pouco mays ou menos.

Item senhor eu fiz em Maluco estando presente el rey de Ternate e o regedor da terra com voz de todos reys das ylhas onde ha cravo estes preços pera todo sempre se a Vosa Alteza asy parecese bem os quaes eles asynaram e todos os omens onrados da ilha e ficaram de os compryr por enteyro e quem o contrayro fizese de morer por yso.

O trelado deles he este

Item hñua patola grande de Cambaya por quatro bares

Item hñu chautar dous bares

Item hũu sabe hũu bar
 Item hũu pano enrolado hũu bar
 Item hũa chypa hũu bar
 Item hũa synaba e mea hũu bar
 Item hũu panchavelyz e meo hũu bar
 Item hũa capa enteyra de Chaull hũu bar e meo
 Item tres beyrames vermelhos hũu bar.
 Item hũu beyrame bramco hũu bar
 Item cynquo bertangys vermelhos hũu bar
 Item cynquo bertangys azues hũu bar
 Item seys çades hũu bar
 (9) Item quynze xabones pequenos hũu bar.
 Item mandalytões de bandas de seda oyto hũu bar.
 Item capazes de bamdas de seda oyto hũu bar.
 Item capazes outros dez hũu bar
 Item mandalytões dez hũu bar
 Item cybyas dez hũu bar
 Item mantazes oyto hũu bar
 Item virolas cimco hũu bar
 Item turyas oyto hũu bar
 Item bertangys oyto hũu bar
 Item xxb porcelanas grandes vermelhas hũu bar.
 Item xxx porcelanas pequenas vermelhas hũu bar.
 Item xx procclanas bramcas hũu bar.

Item senhor a roupa que acyma escrevo a Vosa Alteza tantos panos por bar he a valya dela ate bilje reis e vem o quyntall a duzentos e polo emprego de Cambaya vyra a cem reis o quyntall em muytos sortes de roupa. *Ho* nome desta roupa eu ho escrevo ao veador da Fazenda da Indea que mas mande porque he hũu dos mores proveytos pera Vosa Alteza que pode ser.

A pimenta esta asemtda em Cochym a myll e xb reis o quyntall que ho asentou ho almyrante quando veo a descobryr a Indea. *E* o mays que pode custar o quyntall do cravo por estes preços que eu asentey a Vosa Alteza nesta sua fortaleza de Maluco sera a ije reis. *Olhe* Vosa Alteza a valya dũu e do outro asy ha de Purtugall como a de ca porque se nam foram estes castelhanos que compraram a b e a bj cruzados o quyntall a mym me parece que eu pusera estes preços a Vosa Alteza mays baxos do que os pus.

Olhe Vosa Alteza este servyço que lhe tenho feito (9 v.) asy em lhos mandar pera pagarem ho que fizeram e que lhe faço hũu (*sic*) fortaleza com je R omens e com lhe dever quatro e cynquo meses de mantymto e soldos nunca pagos e que tenho gastado ese pouco que tinha em manter alguuns cryados de Vosa Alteza e muytos omens onrados que amidam todo o dia com a pedra e call as costas e eu com eles. *Olhando* a todos

estes servyços que lhe tenho feytos peço a Vosa Alteza que me faça merce da fortaleza de Malaca por tres annos pera nela ganhar quatro reis pera ter com que o syrva.

Eu senhor mamdo por Dom Garcya a Jorge d'Albuquerque pera dahy os mandar ao capitam mor da Indea como me Vosa Alteza em meu regymento mamda dazasete castelhanos.

Hos nomes deles sam este[s].

Gonçalo Gomez d'Espinosa capitam.

João de Campos feytor que ficou com fazenda em Tidore.

Alonso de Cota que hya ver o trato de Banda.

Luis dell Molyno Dieguaryes Dioguo Martym Leom Pamçaldo piloto. João Rodriguez Genes de Mafra João Navaro Sam Remo Amalo Francisco d'Ayamonte Luis de Veas Segredo Mestre Haus Antam Moreno.

Quatro leyxo ca os quaes he hũu deles o mestre que he o prymcypal omem que eles traziam porque despoes que mataram a Fernam de Magalhães ele foy ho que trouxe esta armada a Maluco e o escryvam que era hũu marynheyro e muy bom piloto e despoes da morte de todos o fizeram escryvam e tambem ho leyxo ca e ho contramestre e hũu carpymteyro pera coreger ho navyo em que os ey de mandar por Burneo que hos que trazia me moreram e esta esta fortaleza sem nhũu carpymteyro e com hũu calafate e com cynquo navyos e hũa fusta.

Nam hos mandey nesta caravela de Dom Garcya porque yam mays (10) castelhanos que portugeses e asy por descobryrem este camynho de Maluco a Malaca por ho caminho de Burneo por omde eles vieram porque de Burneo a Maluco ha cem legoas e ahy acharam pilotos que os levem la porque senpre navegam de Burneo a Malaca muytos jumcos.

Despoes deste camynho descuberto eu cuydo que he hũu dos mores servyços em que nesta dou conta que tenho feyto a Vosa Alteza pola grande brevydade que he do camynho e polas monções que se aguardam por ho camynho de Bamda que em levar e trazer hũu recado a mester hũu anno e meo. *E* por este podem partyr de Malaca e vyr a Maluco num mes como acyma tenho dado conta a Vosa Alteza e por Burneo ser hũa das mais riquas ylhas que ha nestas partes omde ha muyto ouro e camfar e muyto grande trato pera muytas partes onde Vosa Alteza pode receber muyto grande proveyto.

Eu mando a Garcya Chaynho pera mandar as naos da caregua ifel quyntaes de cravo ainda estes em jumco de mercador porque ho navyo he pequeno e despoes que lhe meteram seus mantimentos e fato nam pode levar mays que cem quyntaes e os outros leva ho jumco.

Item estroutos navyos que me ca ficam nam me estrevy mandar agora nhũu deles porque a partyda deste navyo me ficaram j^oR omens e os quarenta aynda doemtes.

Eu tenho mandado pedir socorro a Jorge d'Albuquerque e asy haho capitam mor da Indea e lhe mando pedir que me mande hũa nao e ao veador da Fazenda mando pedir a roupa que acyma tenho dado conta a

Vosa Alteza e fazenda pera comprar o cravo como me Vosa Alteza manda em meu regymento (10 v.) que lho compre todo porque hũu navyo que eu ca tenho em que vym que se chama Santa Ofemea com esa outra nao se me vyer lhe mandarey cad'ano tres ou quatro myll quymtaes em que Vosa Alteza pode receber muy grande proveyto porque nestas ylhas de Maluco se podem bem apanhar huuns anos por outros quatro myll bares de cravo. Estes todos o feytor desta fortaleza hos pode comprar pera Vosa Alteza se tiver fazenda pera yso.

Eu este ano dey licemça aos mercadores de Malaca a alguns que achey aquy por nam trazer fazenda pera ho comprar pera Vosa Alteza. *E* ysto por hos omens da terra me vyrem chorando e com muytos furos de trayção que lhe leyxase vender o seu cravo poes lho nam querya comprar. A mym porque me pareceo servyço de Vosa Alteza e algũa justiça lha dey ate vir recado seu o que me manda que nyso faça e ysto porque tynha hũa fortaleza por fazer em que tanta honra vay a Vosa Alteza fazer se e a mym acaba la.

Item senhor a fazenda que achey nesta armada de Vosa Alteza despoes que mataram a meu yrmão foram dous myll e quynhentos cruzados que Gaspar Fernandez seu feytor empregou em Dio dum pouco de cobre que la foy vender que trouxe de Purtugal o azoug[u]e que trazia ficou na mão do veador da Fazenda quando fomos pera Dio pera se vender. *Nom* se vendeo trouxe se pera Pacem onde ele vall algũa cousa.

Pacem estava a mynha chegada destroydo leyxey ahy ho feytor numa caravela pera ho vender e eu vym me pera Malaca pera fazer a frota prestes e elle (11) nam nam (*sic*) fez mays de bje cruzados como ja tenho dado conta a Vosa Alteza.

Em Malaca mandey ao feytor que ho entregase todo a Garcya Chaynho pera ele dar algũa roupa que valese ca em Maluco deses mercadores. *E*le lhe darya ate b cruzados em roupa e dise que nos jumcos que pera Banda vyesem ou neste navyo de Dom Garcya mandarya a outra contydade porque eu party em Oytubro de Malaca sem esperar monçam pera ver se podia ca achar estas naos.

Achegey a Gacym hũa cydade que esta na Java onde achey jumcos de Banda e de todas partes e nhũu me soube dar recado delas.

Despoes que fuy em Banda me deram as novas como estavam em Tidore como ja tenho dado largamente conta a Vosa Alteza.

Garcya Chaynho me mandou num jumco em que vynha hũu Antonio de Pina por capitam myll e duzentos cruzados empregados em roupa do azoug[u]e que lhe leyxey em Malaca que tynha valya de quatro myll cruzados. Este jumco nunca soube recado dele ate gora nem sey se se perdeo se nam pode pasar.

Do cobre que acyma diguo a Vosa Alteza que tome y a estes castelhanos eu mandey fazer moeda dele porque vy camanho servyço fazya a Vosa Alteza nyso que se pagase mantymto a esta jemte que aquy

esta em roupa pera por ela comerem que nam quereryam os negros apanhar ho cravo por caso de cam barato vall. Eles a tomam.

Eu escrevo ao capitam mor da Indea e ao veador da Fazenda que me mandem cobre e moedellos (11 v.) pera a fazer que fazendo se moeda todo o cravo pode o feytor conprar como acyma diguo a Vosa Alteza pola roupa que vyer de Cambaya e sera hũa das fortalezas de que Vosa Alteza pode receber grande proveyto.

A feytura senhor desta tenho o lanço da banda do mar todo feyto que he de xxbij braças em comprido e de larguo doze palmos e a tore da menagem no prymeyro sobrado ysto sem ajuda de nhũu omem da terra com cento e coremta omens portugueses e trabalharyamos obra de cynquo meses porque todo outro tenpo esteve a jemte toda doente como acyma tenho da'do conta a Vosa Alteza.

Eu aperto agora com todolos reys destas ylhas de Maluco que m'ajudem eles me tem dado palavra de sy. *Prazera* a Deus que sera asy pera acabar de fazer este servyço a Vosa Alteza que eu tanto desejo d'acabar.

Senhor a carta que acyma tenho escryto a Vosa Alteza que tomey de Fernão de Magalhães nam lha mandey agora por me nam parecer seu servyço leva la omem senam que lha soubese decrarar.

Ela tem trezentos e sasenta graos de Leste a Oeste repartyo nela cento oytenta graos da banda de Leste pera Vosa Alteza e cento e oytenta a Oeste pera el rey de Castela. Nestes cento e oytenta del rey de Castela pos Maluco.

Eu fys crer a estes que era falso o que ele fizera. A mym me dixeram que o capitam mor da Ymdea mandava capitão a Maluco. Nam olhou (12) quamto servyço eu tenho feyto a Vosa Alteza nestas partes nem a meu irmão que moreo em seu servyço. *Poes* o ele asy fez eu lhe yrey dar comta meudamente dysto e asy de todas outras cousas que nestas partes tenho feytas.

Fico rogando a Noso Senhor por vyda e Estado de Vosa Alteza.

Feyta em a sua fortaleza Sam João de Ternate aos xj dias de Feve-reiro de bxxxij^o annos

Antonio de Bryto

(R. C.)

4466. XVIII, 6-10 — Informação (*traslado da*) do que se passou em Elvas a respeito da demarcação de Maluco. (1533). — *Papel. 15 folhas. Mau estado.*

Trelado do que passou em Elvas segunda feira
xxlij de Mayo no proceso da demarçam e
terça xxliij e quarta xxb atee junta da menhãa

E despois do susodicto segunda feira xxlij dias do dicto mes de Mayo do anno sobredito estando em a dicta cidade d'Elvas dentro da Camara

da dicta cidade os deputados do senhor rey de Portugal e de Suas Magestades juntos entendendo em este negocio da demarcação logo os dictos deputados de Suas Magestades disseram o seguinte.

Os deputados de Suas Magestades dizemos que em o postreiro ajuntamento que tivemos com os deputados do senhor rey de Portugal em a cidade de Badajoz ficou antre todos asentado que na primeira junta que fezesemos em a cidade d'Elvas donde ao presente estão juntos os huuns e outros dentro na Camara da dicta cidade que nos trazeriamos nossa navegação fasta as ylhas de Maluco e que Suas Mercês trazeriam em outra carta sua navegação fasta as ditas ylhas de Maluco e que comprindo elles o dicto asento traziam e trouxeram hũa carta a qual em presença dos estprivaes mostraram aos dictos deputados do dicto senhor rey de Portugal pera que a vissem e medissem em ha qual principalmente se contem o Cabo de Santo Agostim e a terra do Brasil que esta em oyto graos de altetude por a parte do Sul da linha yque-nucial e da linha da repartição contada desde a ylha de Sant'Antam dista vinte graos ao Ouriente della asy mesmo tynha desde ally toda a costa asentada por sua rezam fasta a boca do Estreito que se nomea dos Malucos o qual esta em cinquenta e dous graos e meio a boca delle em latetude (1 v.) hazia a parte abstral do equinucial e esta mais ocidental da dicta linha quatro graos e meio. Asy mesmo continha todas as ylhas dos Malucos e de Gilolo e Borney e Tincor com outras muytas ylhas em aquelles termos que lhes nomeou ho capitam Joham Sabastiam e os outros que em sua companhia juntamente os descobriram chamando lhes o Arcepeligo dos Malucos. As quaees dictas ylhas dos Malucos que verdadeiramente sam os Malucos estão debaixo da equinucial pouco mais ou menos a dous graos hazia o Norte e outros dous azia o Sul as quaees em a dicta carta distavam da linha meridional que pasa pello dicto cabo de Sant'Agostim cento e setenta graos e da linha do repartimento suso-dicta cento e cinquenta graos e que asy apresentavam esta carta e lhes pediam que a vissem e exsaminassem s'estava em a maneira suso-dicta. E asy mesmo os dictos deputados de Suas Magestades pediram aos dictos deputados do dicto senhor rey de Portugal lhes mostrassem sua carta como ficara acordado pera que elles vissem a distancia de sua navegação fasta os dictos Malucos e desde a dicta linha do repartimento e que mandavam a nos os dictos estprivaes o asentamos asy neste proceso e lho desemos por testemunho. E nos os dictos estprivaes por ser a ello presentes o asentamos neste proceso por mandado dos deputados de Suas Magestades e asinamos de nosos nomes.

Castanheda

Gomez Anes de Freitas

E logo encontiente os dictos deputados de Suas Magestades disseram que porquanto os dictos senhores deputados do dicto senhor rey de Portugal aviam trazido algũas cartas em as quaees (2) se continha

sua navegação e nom lhes quizeram leixar tomar as medidas dellas que pediam a nos os dictos estprivãees o asentamos em este processo e lho desemos por testemunho.

E logo encontiente os dictos deputados do dicto senhor rey de Portugal disseram que a tarde em a junta primeira que fezerem responderam e que mandavam a nos os dictos estprivãees lho asentamos asy. E por ser a ello presentes o asentamos de nosos nomes.

Castanheda

Gomez Anes de Freitas

E depois do susodicto no dicto dia de segunda feira xxliij dias do dicto mes de Mayo do dicto anno na dicta cidade d'Elvas na Camara da dicta cidade estando juntos nesta junta da tarde os deputados do senhor rey de Portugal e de Suas Magestades os deputados do dicto senhor rey de Portugal disseram o seguinte

Dizemos os deputados del rey de Portugal noso senhor ao que ora os deputados de Suas Magestades dizem que na ultima junta que fezemos na cidade de Badajoz acordamos de mostrar cartas na primeira junta que fezesemos nesta cidade d'Elvas que foy oje segunda feira xxliij de Mayo em a qual nos trouvemos hũa carta pera lha aver de mostrar porque de cada parte se avia de mostrar hũa carta en que estevem (*sic*) as ylhas de Cabo Verde as quaees asy aviamos de a mostrar pera darmos hordem de exsaminar o terceiro ponto dos tres que tinhamos ordenados (2v.) de exsaminar pera crareza e certidam da demarcação que queremos fazer nos dous dos quaees pontos temos postos nosas detreminaçoes segundo cousa pello processo. E quando nos sua carta mostraram nos yso mesmo lhe mostramos outra e quando abrymos a sua achamos nom ter as ylhas de Cabo Verde nem ho cabo nem outra terra algũa salvo o cabo de Santo Agostinho com hũa pouca de terra do Brasil e asy hũa raya lançada e hum estreito que dizem que acharam sem outra mais terra. E no cabo da dicta carta hũas ylhas as quaees dizem ser as ylhas de Maluco e nom amostram as terras per que tornaram a viir nem a navegação que trouxeram porque sam de nos conhecidas e porquanto estas cartas se mostra pera vermos e exsaminarmos o terceiro ponto que he asentar as ylhas de Cabo Verde pera comprimento dos dictos tres pontos e esto nom se pode fazer sem se asentar nas cartas as terras e costa e cabos pera vermos e exsaminarmos se as dictas cartas sam certo instrumento pera com ellas asentarmos as dictas ylhas e concuriemos o dicto terceiro ponto como neste processo se contem o qual terceiro ponto por a carta que nos mostram se nom pode declarar por nom ter as dictas ylhas nem o Cabo Verde nem as mais terras e costas que em as cartas se costumam asentar pera exsaminarmos a conssonancia ou dissonancia que antre as dictas cartas ha o qual os deputados de Suas Magestades nom compriram porque mostrar carta com hum

ponto de terra dizendo que aquella he sua navegaçam (3) porque foy Joham Sabastiam del Canho nam abasta pera fazer o que dicto he.

Item por ter na dicta carta lançada a linha da demarcaçam sem primeiro ter verificadas as ylhas de Cabo Verde sendo em a Capitulaçam detreminado que pera lançar a dicta linha da demarcação vam das ylhas de Cabo Verde foee contra a dicta Capitolaçam porque primeiro aviamos de verificar as legoas em a dicta Capitolaçam conteudas e primeiro aviamos de dar certa maneira e modo pera as mais verdadeiras medidas que podem ser pera huma conformes a Capitulaçam. E portanto porque por a carta que nos mostraram nom se pode exsaminar o dicto terceiro ponto nos ceramos as nosas cartas e ora lhes hamostramos hũa carta da qualidade da sua em presença de nos os estpriváees em a qual carta as ylhas de Maluco distam das ylhas do Sal cento e trinta e quatro graaos a qual he muy diversa da que nos mostraram e por asy serem deferentes e nom fazerem ao caso do terceiro ponto en que estevemos lhes requeremos que entendamos em exsaminar o dicto terceiro ponto pera a qual exsaminaçam se lhes parecer serem cartas necesarias com setuaçam de terras e costas como seem as cartas custuma porquanto abasta pera se aver de exsaminar a dicta setuaçam das ylhas em a mais certa maneira que posa ser estamos prestes pera as mostrar com protestaçam que a dicta setuaçam se faça pera mais certa e verdadeiramente que posa ser conforme a capitulaçam e a noso voto que sobre o sobgeito demos (3 v.) que nestes autos anda e mandamos a vos outros que asy ho asentes no proceso e dees vosas fees como lhes amostremos a dicta carta a quall pode exsaminar e medir se quizerem e nos os estprivaaes damos nosas fees que vimos aos deputados do senhor rey de Portugal mostrar aos deputados de Suas Magestades a dicta carta como acima dizem que demos nosa fee e os deputados de Suas Magestades tomaram a dicta carta e a viram e olharam e por nos termos a ello presentes e pasar ante nos a firmamos de nosos nomes

Castanheda

Gomez Anes de Freitas

E logo incontinente os deputados do dicto senhor rey de Portugal requereram aos deputados de Suas Magestades que mostrassem a carta que oje pella menhã apresentaram pera a verem e medirem como elles aviam de ver e medir a sua. E logo os deputados de Suas Magestades encontinente disseram que porque lhes parece que em o estprito e cousas que dizem os deputados do dicto senhor rey de Portugal ha hy muytas cousas a que he necesario responder que reservam sua reposta pera amenhã terça feira pella menhã em a primeira junta que fezerem e antretanto porque a dicta carta que os dictos deputados do dicto senhor rey de Portugal presentaram seja conhecida e se tenha certeza da rey de Portugal presentaram seja conhecida e se tenha a certeza da forma e fegura das terras que nela trazem pintadas que pedem e reque-

rem (4) aos dictos deputados do dicto senhor rey de Portugal que da sua mão e da nosa e de nos os estprivaees desta causa se firme e snalle pera que seja conhecida pois o hefeito pera que se dise que se trouxesem as dictas cartas he pera saber verdadeiramente o sitio e distancias e fegura das terras conteudas em sua viagem oriental fasta os Malucos e em o noso occidental fasta os dictos Malucos e mandaram amos os dictos estprivaees asentamos neste proceso esta reposta e lha desemos asy por testemunho. E por sermos presentes o asinamos de nosos nomes

Castanheda

Gomez Anes de Freitas

E asy mesmo os dictos deputados de Suas Magestades logo incontiente disseram que fazendo o que pellos deputados do senhor rey de Portugal lhes era demandado emquanto ao tornar a trazer a carta que oje apresentam e trouxeram que apresentavam e apresentavam a dicta carta em nosa presença. E porque oje diziam que quiseram ver em ella as ylhas de Cabo Verde e o mesmo cabo que o traziam agora em ella asentado asy as ditas ylhas como o dicto cabo com algũas terras a elle circumvecinas porque nom fique por sua parte cousa por fazer que posa impedir a concrusam e verificaçam do negocio pera que foram per as partes deputados e mandaram a nos os dictos estprivaees ho asentamos (4 v.) asy em este proceso e que desemos fee de como mostravam a dicta carta aos dictos deputados do dicto senhor rey de Portugal e nos os dictos estprivaees damos fee como apresentaram e os dictos deputados do dicto senhor rey de Portugal a viram e por ser a ello presentes o afirmamos de nosos nomes.

E logo os dictos deputados de Suas Magestades pediram que se asentases as derrotas que estavam em a dicta carta que os deputados do dicto senhor rey mostraram em ha qual se continha o Cabo Verde com o Rio Grande hazia el abstro e no mais e da banda do setentriam somente hasta o Cabo do Bojador que punham de distancia de hum cabo ao outro treze graos e hum terço e continha asy mesmo hũa ylha dicta Acensam. Item somente o Cabo de Booa Esperança sem outra terra o qual estava Noroeste Sueste 4.^a de Norte Sul e sesenta graos de derrota. Item continha hũa baya sem nome com dous ou tres graos de terra. Item o Cabo de Goardafuy com dez ou quinze legoas a par delle de hũa parte e de outra tam somente e coria se o dicto Cabo de Boa Esperança com o dicto Goardafuy Nordeste Sudueste 4.^a de Norte Sul e avia por derrota cinquenta e seis graos. Item tinha soo o Cabo de Comorim com doze ou xb legoas que se coria com o Cabo de Goardafuy Leste Oeste 4.^a de Nordeste Sueste e tinha vinte graos por derrota. Item tinha a Çamatra e ata ponta della nomeada Ganispolla avia (5) por derrota xb graos e hum terço e dally aos Malucos he a saber as mesmas ylhas que se nomeam Malucos xxbij graos tornando direito caminho e pediram a nos os dictos estprivaees que como elles asy o diziam

e como diziam que o aviam medido o asentamos em este proceso e que pediam aos deputados do dicto senhor rey de Portugal que se em algũas das dictas medidas ou derrotas de todo o que agora diziam avia algũa falta que a mostrassem e que estavam prestes de o verificar com elles e nos os dictos estprivãees por ser presentes ao que os dictos deputados de Suas Magestades disseram e pediram ho firmamos de nosos nomes

Castanheda

Gomez Anes de Freitas

E logo incontinente os dictos deputados do dicto senhor rey de Portugal e pelo Francisco de Mello que era hido disseram que pella menhãa responderiam a todo esto e quanto as dictas medidas que elles nom as viram medir e as aviam por nhũas porque nom as viram medir e que as dictas cartas nom se apresentavam senom pera hamostrar e verificar de que maneira e mais certamente se poderiam setuar as ylhas de Cabo Verde que era o tercelro ponto que se avia de descutir segundo se contem em seu estprito e que pera amenha responderam a todo o que mais apontam os senhores deputados de Suas Magestades percanto hagara hera ja noyte e posto o Sol e nos os dictos estprivãees por ser presentes o asinamos de nosos nomes

Castanheda

Gomez Anes de Freitas

(5 v.) E logo os deputados de Suas Magestades disseram que se queriam medir as dictas medidas e asy avia tempo pera ello como ho haavia pera estprever e que ao que diziam de verificar das ylhas que esto nom avia lugar porque em a dicta carta que os dictos deputados do dicto senhor rey de Portugal aviam apresentado nom estava as dictas ylhas asentadas nem postas e que logo enviaram a dicta carta de maneira que nom podiam verificar cousa do que diziam e que mandavam a nos os dictos estprivaes que asy o asentamos em este proceso e que se queriam trazer a dicta carta que elles estariam aquy e que a trouxesem pera verificar as dictas medidas e nos os dictos estprivãees por ser a ello presentes o asinamos de nosos nomes.

Castanheda

Gomez Anes de Freitas

E logo incontinente os dictos deputados do dicto senhor rey de Portugal cepto (?) o dicto Francisco de Mello que era ja ydo disseram que se a carta mandaram levar a suas casas que foe porque hera acabada a junta e que nunca tanto avia durado e hera fora das oras que soee a estar juntos e que por esto hera ydo Francisco de Mello e os letrados juristas nomeados por Suas Magestades e que soee a estar todos juntos e que porque sam dadas sete oras despois de meo dia se foram todos e responderiam ao mais apontado pellos deputados de Suas Magestades

pera amenhãa (6) na primeira junta e mandaram a nos os dictos estprie-
vãees que o asentamos asy e por ser a ello presentes ho asnamos de
nosos nomes.

Castanheda

Gomez Anes de Freitas

E despois do susodicto terça feira xxiiij dias do dicto mes de Mayo
do dicto anno sobredicto estando em a dicta cidade d'Elvas dentro na
Camara da dicta cidade os deputados do senhor rey de Purtugall e de Suas
Magestades os dictos deputados de Suas Magestades apresentaram hũa
reposta a qual leram pupricamente em presença de todos os dictos depu-
tados de hũa e outra parte seu teor da qual he este que se segue

Os deputados de Suas Magestades dizemos que os deputados do
senhor rey de Purtugal em a junta d'ontem a tarde trouxeram hum
estprito em resposta do que havia pasado em a junta da menhãa em que
em huma poeem e tocam sete cousas as quaees respondemos e dizemos
por a ordem dellas o que aquy se segue

Quanto a primeira que he dizer que as cartas se mostravam por
rezam de situar as ylhas do Cabo Verde que hera o terceiro ponto e
que asy se avia ordenado em a posteira junta que fizemos em Badajoz
respondemos que bem se lhes acordara que o que asy ficou asentado
antre nos outros foe que trouxesemos em hũa carta nosa navegaçam
do Ocidente atee os Malucos e que elles trouzeram outra de sua navega-
çam oriental atee os mesmos Malucos (6 v.) sem fazer mençam das dictas
ylhas de Cabo Verde e que esto fose e ouvese sido asy se comprova por-
que nom trazia rezam nem traz que entam nem ao presente ouvesemos
de volver a situaçam das taees ylhas pois a necessidade e fim pera que
ellas se aviam de setuar hera pera ver desde qual dellas se aviam de
começar a medir as iijlxx legoas e como isto esteaja votado e dicto que
pasemos adiante nom aviamos de tornar atraz sem proveito algum e ao
que confirma o requerimento que lhe fizemos dizendo que pasasemos
adiante em o asentar das ylhas e terras que podia ser que os dictos
Malucos estevesem em parte tan distante do fim dello que a hũa das
partes pertence que poderia vir em certidam e conhecimento da pro-
priidade dellas ao qual os deputados do dicto senhor rey responderam
per estprito que eram contentes de pasar adiante. E asy nom aviamos
de tornar atraz nem se pode presumir que o tal ficase entre nos asen-
tado.

Item nom he de crer que se quiseramos somente veer as dictas ylhas
do Cabo Verde que acordamos que elles trouxesem hũa navegaçam e
nos outros a nosa segundo que se acordou pois pera o hefeito das dictas
ylhas fazia pouco ao caso trazer as taees navegaçõeas e se asy fora trou-
xeram elles e nos outros quarteiroees ou cartas de Levante e nom os
padrõeas do senhor rey de Purtugal com que se fazia a navegaçam da
India e de Malaca segundo disseram ser as cartas que trouxeram pella

menhãa as quaees nom nos leixaram veer (7) depois de ter visto a nosa quanto mais que se neste he feito dizia que se avia de trazer logo a tarde lhe trouxemos as dictas ylhas do Cabo Verde e o mesmo cabo e parece cousa fea o que antre taees pessoas ficou asentado entrepeta lo doutra maneira ou se perventura diso nom tem booa memoria pois iso pasou ante os senhores do Conselho de Suas Magestades e do senhor rey de Portugal e ante os avogados e os secretarios e pois todos estamos agora presentes elles logo o poderam bem dizer.

Qanto ao segundo ponto que dizem que nosa carta nom continha salvo a costa do Brasil e Estreito e os Malucos dizemos que he verdade que nella nom avia salvo do Cabo de Santo Agostinho ata o dicto Estreito e os Malucos e arcepelego e a rezam he porque o acordo avia sido que nos outros trouxesemos nosa navegaçam e elles a sua e como nosa navegaçam pera os Malucos nom ouvese sido salvo desde a cerca do Cabo de Sant'Agostinho asta o Estreito e dally todo outro mar atee os Malucos ecepto hũas ylhetas pequeninas que hiam pintadas nom podiamos mostrar carta com therras adonde nom as haviam achado os que foram aos dictos Malucos e por a ylha Espanhola e as outras ylhas e terra firme que estam em hũa comarca era muy fora do proposito e do caminho pois os que vam a Maluco nom tem que fazer com ellas nem estam en sitio que releve pera saber a distancia e longitud dos dictos Malucos nom embargante que se as quiserem veer nos outros estamos com aparelhada vontade de as (7 v.) mostrar todas em seu sitio e proporçam nem menos he dizer que nom avia nella as terras por donde volveo Joham Sabastiam porque elle nunca vio terra ha volta salvo o Cabo de Boa Esperança e este cay na navegaçam de Portugal e nos outros nam concertamos de mostrar hua navegaçam delles salvo a nosa atee os Malucos.

E ao terceiro que dizem que em a dicta carta estava lançada a linha sem verificar as ylhas e sabem ja que nos outros votamos que se avia de deitar desde Sant'Antam e que esto esta indiciso e nom prejudica o sitio das terras estar asentada mais aqua ou mais alla segundo que por noso requerimento se amostrou pois que tambem naquellas s'amos-tram a poderam lançar per a ylha do Sal atee tanto que este ponto se detremine em concordia.

Ao quarto que dizem que na mesma junta da tarde nos mostraram carta como a nosa dizemos que ainda que na nosa lhe quisesse parecer e na verdade a sustancia nom he como ella porque elles nom poseram senom cabos e pontas de terra tan somente deixando se as terras que estavam antre hum cabo e o outro porque nom se vise o verdadeiro sitio dellas e nos outros nom leixamos cousa por poer de toda a viagem em que foram descubertos os Malucos e se nom mostramos senom mar foy porque em hefeito segundo he dicto nom achou senom o mar ecepto aquellas islheticas de que acima se dixee.

Quanto ao quinto ponto que dizem que desa ylha do Sal atee Maluco a hi cento e trinta e quatro graos (8) pera o Oriente dizemos que porque

este he o mais principal ponto desta negociação e o que requiere mais defençam especialmente por aver tanta desconformidade desta distancia [a] que em nosa carta se continha que o queremos muy [bem] olhar e descutir e vista e achada a verdade disemos o que dello podemos alcançar por verdadeiro.

Quanto ao seisto ponto que he que examinemos o terceiro ponto que he verificar as ylhas do Cabo Verde respondemos que na dicta carta que mostramos as exsaminaram ontem a tarde Suas Mercês com nos outros e as cotejaram com o livro do senhor Diogo Lopez de Sequeira ou que se contem em circuluinhos rumados todo o universo em membros e disseram que estavam conformes e porque o senhor licenciado Azevedo mostrava duvida dello lho afirmou hũa e duas vezes o senhor Pedro Afonso d'Aguiar que estavam bem conformes e pera mais abundança ainda que ao presente nom ha necessidade pello que he dicto da deferença da linha dizemos que traremos carta em que se tornem a ver as dictas ylhas do Cabo Verde.

Quanto ao seitimo e ultimo que nos dizem que midamos a carta que entam trouxeram dizemos que ja o fizemos e diante delles o posemos por memoria as derotas segundo que se contem no processo desta causa e ainda o senhor Diogo Lopez media juntamente com nos outros e ainda dizia que se corria doutra maneira o Cabo de Comorim com Ganuspolla de que se verificou com elle mesmo en presença de todos e asy nom he justo que ao tempo que pedimos por testemunho as dictas derrotas nos disesem que nom no las aviam visto medir pois que elles estavam juntos com nos outros quanto mais que nem nos podiamos (8 v.) forçar a que o olhasem e dado caso que o olhasem segundo que de feito alguns delles o olhavam nom nos podiamos constringer a que digam o que viram e portanto nos oferecemos a que o tornasem a medir e verificar juntamente com nos outros e esto damos por reposta do que no dicto [seu] stprito se continha e por evitar dilaçam dizemos que traremos aquy de presente outra carta en que se contem as ylhas dictas do Cabo Verde pera verifica las segundo que o pedem e assy mandamos que o dem por testemunho os estprivães desta causa e o ponham no processo delle juntamente com este estprito que asy avemos fecto leer.

E lida a dicta reposta dos dictos deputados de Suas Magestades logo os dictos deputados disseram que assy o diziam todos juntos e cada hum per sy e mandaram a nos os dictos stprivães o asentamos em este processo e por ser a ello presentes o asentamos e afirmamos de nosos nomes.

Castanheda

Gomez Anes de Freitas

E logo encontinente os deputados do senhor rey de Portugal mandaram a nos os dictos estprivães que lesemos o auto em que os deputados de Suas Magestades asentaram as derrotas conteudas na carta que elles deputados do dicto senhor rey de Portugal lhes mostraram.

E lido o dicto auto per nos os dictos estprivãees logo os dictos deputados do dicto senhor rey de Portugal preguntaram aos dictos deputados de Suas Magestades que donde mediram aquella primeira rota ao Cabo de Booa Esperança. E logo os deputados de Suas Magestades disseram que se referiam ao que tem dicto em o auto que esta asentado neste proceso (9) porque agora nom tem memoria inteira do que ontem fizeram e huns e os outros mandaram a nos os estprivãees [que o asentamos] asy no proceso e por sermos [presentes o assina]mos de nosos nomes.

Castanheda

Gomez Anes de Freitas

E logo encontinente os deputados do dicto senhor rey de Portugal em presença dos deputados de Suas Magestades leram hũa reposta aos autos que os dictos deputados de Suas Magestades fizeram despois delles deputados do dicto senhor rey de Portugal terem dado hũa reposta sua ao que os deputados de Suas Magestades disseram na primeira junta que se fezera agora nesta cidade d'Elvas a qual reposta que ora assy dam aos dictos autos o theor della he o seguinte

Dizem os deputados del rey de Portugal noso senhor ao que ora apontam os deputados de Suas Magestades que Suas Mercês sabem como neste proceso todos juntamente per mais craro e certo modo levarem nesta demarcação a que sam deputados ordenaram de exsaminar antes de outra cousa tres pontos muyto sustanciaes pera esta demarcação e que sem elles se nom podia assy fazer tan justa e certa como se fara exsaminados os dictos tres pontos dos quaees os dous termos detremi-nados e somente resta o terceiro ponto que he verigoar do modo que se as ylhas do Cabo Verde devem setuar e pera esta examinação mandamos trazer senhas cartas e por Suas Mercês nos mostrarem hũa carta de sorte que em outro noso estprito temos apontado çarmos a nosa carta que trazia a setuação das terras e na junta que a tarde fazemos lhe mostramos outra (9 v.) carta com certas teras as quaees cartas assy amostramos pera [exa]minarmos a contradicção que antre as dictas cartas [ha]. E portanto sam escusadas as derotas [serem] mais compridas ou mais curtas porque as mostrar[emos] pera o efecto que temos dicto no outro noso estprito em as [duas ca]rtas que ontem segunda feira xxij dias deste mes de Mayo se mostraram de parte a parte avera muyta diversidade nas mais derrotas nellas conteudo pello que se mostra cartas de marear nom serem estrumento pera se per ellas setuarem as teras porque cada hũa parte que as manda fazer as ordena a seu prazer e assy o fizeram Vosas Mercês que ontem trouxeram pella menhã hũa carta sen teer as ylhas de Cabo Verde e a tarde a trouxeram com as dictas ylhas mais occidentaes do que ham d'estar e quanto ao que dizem que asinemos a carta que lhes mostramos nom se custuma assignar as cartas porque se nom ha de julgar mas amostrar muytas e das que mais em a verdade estiverem no asento das dictas ylhas ve las e medi las pera

sabermos se por ellas em a verdade se podem setuar as dictas ylhas por serem de nos muyto conecidas e quanto as derotas que mandaram asentar da nosa carta que lhes mostramos nom as asentaram em ha verdade nem as mediram como se acostuma medir como agora lhe amostraremos se as quiserem ver empero lembramos a Suas Merces que somos juizes e temos tomado juramento de o fazer bem e verdadeiramente e damos ordem como se esta demarcação se faça na verdade e buscar pontos e sotilezas pera fazer tam longos procesos escusados parece outro modo fora de julgar pello que outra e muytas vezes os requeremos que detremineos este terceiro ponto e tanto que detreminado for daremos a maneira de demarcar e Suas Merces de sua parte e nos da nosa (10) cuydaremos o modo de que se esta demarcação fara e se midaram as terras na mais certa e verdadeira maneira que po[der ser na verdade] e querendo asy fazer estamos prestes [pera isso e nom que]rendo protestamos ser lhe emputado em [culpa] desta [dilação] e tardança e este noso estprito e reposta mandamos aos notairos que o asentem asy em os autos pera em todo o tempo se saber que nom ficou por causa de nos os deputados do senhor rey de Portugal noso senhor.

E lido por os deputados do dicto senhor rey de Portugal a dicta reposta elles todos juntos e cada hum per sy disseram que asy o diziam e mandaram a nos os dictos estpriváees que o asentamos neste processo e por sermos presentes o asinamos de nosos nomes

Castanheda

Gomez Anes de Freitas

E logo encontinente os deputados de Suas Magestades disseram que elles traziam a dicta carta de marear que lhes pediam os deputados do dicto senhor rey de Portugal que era a que tinham presente estendida em hũa mesa e que era a mesma que ontem trouxeram e que nela se continha as ylhas do Cabo Verde que queriam ver. Portanto que pediam aos deputados do dicto senhor rey de Portugal que a visem e as dictas ylhas a hefecto que elles em o asento e colocaçam dellas estam aparelhadas pera se concordar com elles em a verdade e mandaram a nos os dictos estpriváees que o asentamos asy neste processo. E logo incontinente os deputados do dicto senhor rey de Portugal disseram que elles em presença dos dictos deputados de Suas Magestades mediram como demorava a ylha de Sant'Antam com o Cabo de Santo Agostinho a qual ylha de Sant'Antam demora com o dicto cabo Norte Sul menos hum grao que esta mais oriental a dicta ylha (10 v.) e dista Cabo Verde do Cabo de Santo Agostinho vinte e [cinco] graos e por rota direita e mandaram a nos os estp[rivâes] que o asentamos asy e logo os [deputados] de Suas Magestades disseram que a dicta medida esta asy [na ver]dade na dicta carta e por sermos a ello presentes [.....] escriptaees o asinamos de nosos nomes.

Castanheda

Gomez Anes de Freitas

E depois do susodicto terça feira xxiiij dias do dicto mes de Mayo do dicto anno na junta da tarde na cidade d'Elvas na Camara da dicta cidade estando juntos os deputados de Suas Magestades e do senhor rey de Portugall logo os deputados do senhor rey de Portugal mandaram a mym Gomez Eanes de Freitas que lese hũa sua reposta que elles davam a outro estprito e reposta que oje pella menhãa em a junta os deputados de Suas Magestades deram a qual ly e o teor della he o seguinte

Dizemos os deputados del rey de Portugal noso senhor ao que agora se aponta por parte dos deputados encanto dizem que nom se mostravam as cartas para setuar as ylhas de Cabo Verde porquanto ja nom heram necessarias pero que ja estava votado de qual das ylhas se avia de medir e que o asetuar das ylhas hera pera aquelle mesmo hefeito e portanto seria tornar atraz e que elles em seu estprito em Badajoz diziam que passemos adiante e que nos asy o diseramos. E portanto hera escusado fallar em este terceiro ponto ao que respondemos que Suas Mercês sam lembrados como em este proceso concertamos de votar em tres pontos hum era en que sobreito se situariam as ylhas e qual seria milhor ymagem do mundo e o segundo de qual das ylhas se contavam as fijas legoas e o terceiro (11) [setuar as] mesmas ylhas e se como dizem o setuar [das ilhas] depois de ter sabido de qual aviam [de medir era] escusado nom deveramos de fazer [tres pontos e mais dous] e pois que fizemos todos jun[tamente tres pontos] parece que foram necesarios e a causa e rezam por que este terceiro ponto se ordenou foy outra e nom a que os deputados dizem a saber en que distancia cada hũa das dictas ylhas distava do Cabo Verde e ellas amtre sy e quanto distava de Occidente abitado e pois que nos outros dous pontos primeiros tenhamos postas nosas determinaçoes nom he tornar atraz mas hir adiante exsaminar este terceiro ponto por seguir a ordem antre nos concertada asy que se em noso estprito em Badajoz disemos que queriamos hir adiante asaz o comprimos em exsaminar e detreminar este terceiro ponto porque se pera medir as navegaçoes ouveramos d'entender fora grande propositar en terminarmos e exsaminarmos por primeiro o que ultimamente se a de fazer. A segunda rezam por que esto asy se a d'entender he porque ordenamos este terceiro ponto foe que posto caso que soubesemos de qual ylha aviamos de partir nom podiamos verificar as trezentas e setenta legoas ao Ponente sem verificar primeiro e setuar as dictas ylhas em suas distancias como avemos apontado e esto foe e he nosa tençam por ser tam necessario o exsame deste terceiro ponto que sem elle nom poderiamos que bem fose pasar adiante.

Qanto ao que se mais contem em o estprito dos sobredictos deputados de Suas Magestades nom respondemos mais do que se contem em nosos estpritos porquanto por os autos consta ser este o terceiro ponto que se a de detreminar (11 v.) [e nom consta] pellas muitas cousas que Suas Mercês alegam [por nom] alargarmos mais em estprito este [pro-

cesso] pello [que pe]dimos e requeremos como em [os outros es]tpritos [lhe ave]mos requerido que entendamos [logo em ex]saminar o sobre-dicto terceiro ponto por nom gas[tarmos mals] tempo e mandamos aos estprivaees que asy o [asentem] em os autos porque em todo tempo se veja como por nos nom fica detreminar e fazer esta demarcaçam.

E lida como dicto he os deputados do dicto senhor rey de Portugal disseram que asy o diziam e mandavam a nos os estprivaees sobredictos que o asentamos asy em este proceso e por ser a ello presentes o asinamos de nosos nomes.

Castanheda

Gomez Anes de Freitas

E logo incontinente os deputados de Suas Magestades disseram que segundo parece pello estprito que esta manhã deram que elles se ofereceram de o fazer asy como lhe pediam os deputados do senhor rey de Portugal por seu estprito pera cujo hefeito apresentaram sua carta e que elles tomaram as medidas e derrotas das ditas ylhas segundo consta pellos autos deste proceso e que agora estam prestes de fazer ho mesmo nom prejudicando ao proceder em o demais que for necesario pera a prosecuçam e fim deste negocio e mandaram a nos os dictos estprivaees o asentamos asy neste proceso e por ser a ello presentes o asinamos de nosos nomes

Castanheda

Gomes Anes de Freitas

(12) [E logo in]continente neste dito dia estando [os ditos deputados do] dito senhor rey de Portugal e de [Suas Magestades juntos em a junta] da tarde examinando e medindo [duas cartas] húa apresentada pellos deputados [de Suas Magestades e a outra] apresentada pellos deputados do dicto senhor rey de Portugal logo os dictos deputados do dicto senhor rey de Portugal disseram que da rota da ylha de Sant'Antam ao cabo de Santo Agostinho avia deferença da carta que mostravam os deputados de Suas Magestades aaquelles mostraram tres graos e meo bem medidos de longetud por hum quartoiro pequeno o qual quartelram hera dos deputados do dicto senhor rey de Portugal. E logo incontinente os deputados do dicto senhor rey de Portugal apresentaram outra carta inteira pera mais craramente veer per ellas as variadaes que tem as cartas e per a dicta carta inteira disseram que dista cinco graos mais occidentaes da ylha de Sant'Antam do Cabo Verde ao Cabo de Santo Agostim. E logo os dictos deputados do dicto senhor rey de Portugal disseram que requeriam aos deputados de Suas Magestades que presentes estavam que verigoasem estas medidas se estavam asy em as dictas cartas e mandaram a nos os dictos estprivaees o asentamos asy e por ser a ello presentes o asinamos de nosos nomes.

Castanheda

Gomes Anes de Freitas

E logo incontinente os deputados do dicto senhor rey de Portugal pasado o susodicto os dictos deputados do dicto senhor rey de Portugal disseram que depois (12 v.) [de medido] o que esta asentado no auto antes [deste ham medido] desd' a ylha de Santiago ao Ca[bo Verde pela sua carta] inteira susodicto cinco gra[os de longetud e pelo] seu quarteiram seis graos de lon[getud e man]daram a nos os dictos stprivaees ho asentase[mos assy] e por ser a ello presentes o asinamos de nosos nomes

Castanheda

Gomes Anes de Freitas

E logo incontinente os deputados de Suas Magestades disseram que ho efeito pera o que os deputados do dicto senhor rey de Portugal lhes aviam requerido que trouxesem cartas avia sido pera verificar e setuar as ylhas de Cabo Verde e que elles as aviam trazido: E portanto dizem que se em o sitio dellas se aviam em sua carta achado algũa falta que lhes digam que he e se esta bem em a carta ou quarteiram que os deputados do dicto senhor rey de Portugal aviam trazido e mostrado que elles estam aparelhados pera conformar se com elles mediante verdade em o sitio das dictas ylhas porque ao presente verificaçam nom atanje veer como distam do cabo de Santo Agostinho pois o verdadeiro verificar do sitio das dictas ylhas he olhando os graos en que estam e as derrotas e distancias en que distam do cabo de Sam Vicente ou do Cabo Verde ou das Canareas e portanto segundo ham dito lhes requerem e pedem que decrarem a dicta falta se ha hi e qual he porque logo venham em verifica la e asy verificada (13) [se possa com] menos embaraço proceder [em a verdade he nece]sario pera o fim e detreminaçam [..... e manda]ram que se asentase em os [autos deste processo]. E logo os dictos deputados [do dicto] senhor [rey de] Portugal disseram que porque hera noyte haveriam seu conselho se responderiam amenhaa ou nam e nos os dictos estprivaees por ser a ello presentes o hasynamos de nosos nomes.

Castanheda

Gomes Anes de Freitas

E depois do susodicto quarta feira xxb dias do dicto mes de Mayo do sobredito anno em a cidade d'Elvas estando juntos em a junta de pella menhã os deputados do senhor rey de Portugal e os deputados de Suas Magestades logo os deputados do dicto senhor rey de Portugal deram hum estprito de reposta ao que neste auto atraz hontem ficaram de responder e mandaram a mym Gomez Eanes de Freytas que o lese e logo o ly e seu teor se segue.

Dizemos os deputados del rey de Portugal noso senhor ao que dizem os deputados de Suas Magestades que he verdade que as cartas se mostraram pera ver se por ellas se podiam verdadeiramente setuar as dictas

ylhas de Cabo Verde como em nosos estpritos se conthrem e que se medimos a sua carta no cabo de Santo Agostinho foy porque nom traziam nella outra terra de que se podesem fazer medida nem traziam Cabo de Sam Vicente nem nas Canarias e portanto as nom medimos e mais nom he inconveniente antes necesario (13 v.) [..... com] as terras vezinhas por mais [coliger a diversidade] das cartas e nam nos most[rando] que d'oje pera amenhãa lhe po[ssa casa e] húa antiga que [.....] dizem que nos mostraram nom no la qui[seram] veer nem a querem trazer e as que ontem vimos achamos muytos deferença de hachar húa terra mais occidental que outra cinco graos e tres graos. E asy a muytas diversidades pello que he necesario todos juntos vermos a maneira como se ham de setuar estas ylhas na verdade e ysto com brevidade pera pasarmos adiante como Suas Mercês dizem e asy o mandamos aos estprivaes assentar nos autos.

E lido asy o dicto estprito e reposta os dictos deputados do senhor rey de Portugal disseram todos e cada hum por sy que asy o diziam e mandaram a nos os estprivaes que o asentamos neste proceso e por sermos presentes o afirmamos de nosos nomes.

Castanheda

Gomes Anes de Freitas

E depois do susodicto neste dicto dia mes e anno sobredito estando juntos os deputados do senhor rey de Portugal e de Suas Magestades em a dicta cidade d'Elvas em a Camara della logo os deputados de Suas Magestades disseram que pera o efeito de setuar as dictas ylhas do Cabo Verde ontem quarta feira aviam trazido húa carta de marear em a qual estavam as dictas ylhas setuadas e os deputados (14) [setuadas e os] deputa[dos] tomaram de[lles] derrotas que lhes pareceo segundo [.....] disseram que se lhes pare[cia] que m[u]yto embora que nos conformasemos com a dicta carta e que seem algũa cousa lhes parecia que estavam fora de seu justo sitio e lugar que o disesem porque estavam aparelhados de se conformar com elles e com a verdade e pera mais abundança asy ao presente lhes tornavam agora a mostrar a dicta carta hadonde esta o Cabo Verde e as ylhas da Canarea e o cabo de Sam Vicente com as dictas ylhas do Cabo Verde per maneira que se podera bem medir e verificar s'estam bem segundo que a nos outros nos parece que o estam e asy mesmo elles tragam agora outra carta pera ver se se conformam com ella como nos parece que se conformava hum quarteiram que ontem trouxeram e asy nom avera deferença antre nos outros pois nos conformamos com o dicto quarteiram seu. Canto a setuagam destas ylhas e se o querem Suas Mercês asy fazer que o devem logo mostrar pois nos parece que o tem aqui dentro nesta camara e mandaram a nos os stprivaes o asentamos asy neste proceso e por ser a ello presentes o afirmamos de nosos nomes

Castanheda

Gomes Anes de Freitas

E logo encontiente os deputados do senhor rey de Purtugal disseram que he muy tarde acerca das xj oras e que os deputados da propriedade de Suas Magestades nom vieram senom despoes das nove e que elles (14 v.) [.....] hũa reposta [sesta] feira pella [menhãa] nos os dictos estprivãees o [assentassemos em] este proceso e por ser a ello [prezentes o as]sinamos de nosos nomes.

Castanheda

[Gomez Anes de Freitas]

E asy mesmo logo encontiente disseram os dictos deputados do dicto senhor rey de Purtugal que elles tinham requerido aos deputados de Suas Magestades que lhe mostrassem a carta que em seu esprito dizem que apresentaram porquanto em apresentando a tornaram a cerar e a levaram sem a querer leixar medir nem ver a dicta carta e que esta que lhes agora mostravam hera hũa carta nova que primeiro lhes mostraram a qual quando a mostraram a primeira vez nom tinha as ylhas de Cabo Verde nem tinha mais tera da que tinham dicto em os autos antes deste e despois de a terem mostrada a trouxeram a outra junta com as ylhas do Cabo Verde postas por elles a sua vontade e despois ha tornaram a levar e em outra junta a tornaram a trazer com duas ylhas de Cabo Verde rapadas e que requeriam a nos estprivãees que visemos ha dicta carta como estava respançada no dicto lugar e logo eu Gomez Eanes de Freitas juntamente com o dicto Bertolameu Rudriguez de Castanheda vimos a dicta carta e os lugares donde os deputados do senhor rey de Purtugal dizem que esta rapado e he verdade que naquelles lugares que elles assignam e em outros esta rapado na dicta carta pero nos outros nom sabemos se aquelles lugares (15) [.....] ilhas que dizem Portu]gal se nom e [mandaram o a]sentasemos asy no [..... ello] presentes o hasignamos de nos[os nomes].

Castanheda

Gomes Anes de Freitas

E logo os dictos deputados de Suas Magestades disseram que canto ao vir tarde que ja sabem que sempre elles vinham primeiro e os estavam esperando e asy mesmo que elles deputados do senhor rey de Purtugal se vam primeiro e que asy foece hontem a tarde e que em o que dizem da carta que lhe nom leixaram ver que pellos autos consta se he asy e quanto ha carta que dizem que agora se lhes mostra he a quem todas as juntas passadas em esta cidade lhes haviãam mostrado e aquellas de que os dictos deputados do dicto senhor rey de Purtugal e elles tornaram as derotas asy do cabo de Sant'Agostinho ata o estreito dos Malucos como do dicto estreito ata os Malucos e da que tomaram as distancias e derrotas e sitio das dictas ylhas do Cabo Verde em as quaees nunca ha auido mudança de como ha primeira vez a mostraram pera cuja verificaçam diziam que agora logo de presente os dictos deputados do

dicto senhor rey de Purtugal o verifiquem com elles se he asy porque nom se posa dizer outra cousa se a dicta carta logo de presente nom se medise e quanto as raspaduras que dizem que (15 v.) [.....] que [nom he cousa a] ver raspadura [.....] se arruina [..... nom ha] altaraçam em as teras [nem] de hum tempo a outro que nom traz incon[veniente] mente que em a distancia e sitio que agora as dictas ylhas estam estam verdadeiras segundo elles per sua arte ho podem alcançar e se segundo he en cima dicto se lhes parece que em o sitio das dictas ylhas ha hy algúa falta que ja disseram que estavam aparelhados pera conformar se com elles e com o quartelram que lhes aviam mostrado e que asy agora lho tornavam a requerer e que em o que dizem que pera sesta feira responderam que por ser o tempo tam breve e aver nelle algúas festas nom he justo defirir tanto se nom deferir esta tarde as tres vias nos ajuntemos pera comproceder em este negocio e mandaram a nos os dictos estrivãees o asentamos asy e por sermos presentes o asinamos de nosos nomes.

Castanheda

Gomes Anes de Freitas

Gomez Eannes de Freitas treladey estes autos em estas folhas est-
pritas xb pera mandar a el rey noso senhor

Gomez Anes de Freitas ⁽¹⁾

(L. P.)

4467. XVIII, 6-11 — Apontamentos enviados ao embaixador António de Azevedo, a respeito da demarcação de Maluco. (1532). — *Papel. 8 folhas. Bom estado.*

Iteem que os povos dos reinos de Casteella comsentyram neste comtrauto e serem pera isso chamados os precuradores das cidades e vilas dos ditos reinos e com sua outorgua e comsentimento e dos do Comselho ou da mayor parte deles se faça este comtrauto e tresauçam e que os ditos procuradores traguam poderes das ditas cidades e vilas com clausula pera jurarem em as almas dos constetuyemtes os quaees procuradores por vertude dos ditos poderes e clausula juraram solenememente que nunqua viram por sy nem por outrem contra o dito comtrato e tresauçam em juizo neem fora delle por nenhũa via e modo que seja mas que ho compriram em todo e faram compriir pera todo sempre quamto em eles for asy e tam cumpridamente como no dito comtrauto for comtheudo.

⁽¹⁾ As palavras que vêm entre colchetes foram copiadas da Reforma das Gave-
tas por se encontrar o original muito deteriorado.

Iteem que nam tornamdo el rei de Castella o preço atee cinco anos que começaram a correr da entrega do dinheiro e preço em diamte que el rei de Portuguall nam seja mais obrigado a tomar e receber o dito preço e o dito contrauto e tresauçam pasado o dito tempo fique firme e valiosso pera todo sempre.

Iteem que dentro dos ditos cinco anos el rei de Casteella per sy nem per outrem nam arme neem mamde armar nenhūas naaos neem navios de qualquer genero e calidade que sejam pera naveguaem e descobrirem pello maar da banda do Sull do Estreito de Magualhāees pera dentro nem pera poderem ir a nenhūas ilhas nem terras fiirmes que sejam descubertas neem pera outras (1 v.) algūas que ainda esteem por descobrirr neem ysso mesmo naveguaem as ditas naaos neem navyos pelos mares do dito sennhor rei de Portuguall pera nenhūa parte que seja posto que por parte do dito senhor rei de Castella se digua que se pode fazeer. E mandando o dito senhor rei de Castella as ditas paartees e luguares sobreditos ou comsentindo que laa vāao seus naturaes e subditos ou estramgeiros posto que naturaes nam sejam damdo lhees pera ysso ajuda ou favor ou comcertamdo se com elles pera laa hiir contra forma deste asento e comcerto seem o defemdeer torvar e impidiir quamto em elle for que este pauto de retro vendemdo fique loguo resuluto e nam tenha mais força nem viguor neem o dito senhor rei de Portuguall seja mays obrigado a receber o dito preço neem a lhee retro vender o direito que o dito rei de Castella por algūa via e maneira que seja nisso poderia teer que lhe per vertude da dita tresauçam e contrauto tinha vendido renunciado e no dito sennhor rei de Portuguall trespasado antes pera esse mesmo feito a dita vendida fique loguo pura fiirme e valiossa pera todo sempre como se a principio fora feita sem a comdiçam e pauto de retro vendemdo. E alem diso que as geemtes e capitāes do dito senhor rei de Portugal achamdo laa nas ditas partes naaos navios e gemtes do dito senhor rei de Castella ou de quaesquer outras nações que laa forem com seu consentimento favor ou ajuda ou comcerto que com eles faça contra forma da dita tresauçam e contrauto ainda que laa naam vāao a tratar tanto que laa achados forem dentro dos ditos termos e luguares sobreditos os posam premder e puniir e aver com elles como com cossaios viholadores e quebramtadores de paz e lhes posam dar as penas que lhes beam parecer sem o dito sennhor rei de Castella neem outra allgūa pesoa se poder por ysso agravar neem dizer por nenhūa via e maneira que seja que os ditos capitāees e geemtes do dito senhor rei de Portugal fizeram o que naam deviam e que por ysso (2) quebramtaram e violaram a paz e amizade e capitolações de laa que sam feitas comfiirmadas e aprovadas pelos ditos senhores reis e seus amtecesores. E todo esto que acima dito hee que o dito senhor rei de Castella seja obrigado a guardar e cumprir dentro dos ditos cinco anos por sy e por seus vasalos subditos e naturaes e pellas outras pesoas aquy declaradas o cumprira e guardara e fara inteiramente cumprir e

guardar. E de hy em diante por sy e seus sobecesores pera todo sempre pasados os ditos cinco anos naam tornamdo todo o dito preço e nom o pagamdo ao dito senhor rey de Purtugal pera este contrauto seer resolutio segundo acima he comtheudo e declarado.

E sendo casso que o dito sennhor rei de Castella dentro do teempo dos ditos cinco anos torne o dito preço ao dito senhor rei de Purtugal inteiramentemte sem falecimentto allguum pera o dito contrauto seer resolutio. Em tall casso seram obriguados os ditos senhores reis de dentro de tres meeses nomear tres letrados cada huum por sua parte e tres estrologuos e tres pilotos ou tres marinheiros que sejam eixpertos na navegaçam por hũa parte declarados e por outros tantos ysso mesmo da outra pera que se veja peelos ditos seis letrados d'ambas as partes o direito da posse soomemte. Segundo ho teor e forma das capitolações feitas e comcordadas amtre el rei Dom Joham o 2.º destes reinos e el rei Dom Fernando e a rainha Dona Isabel nom lemytamdo pera yso nenhuum tempo atee que pelos ditos letrados se tome conclusam na maneira que lhe parecer direito sobre a dita posse e porque amtre os ditos letrados e precuradorees d'ambas as partes se poderia oferecer duvida e debate quall das partes devya seer autor (2 v.) ou reo por evitar lunguras e deferenças amtre os sobreditos e por se milhor saber a verdade que anbas as partes por seus precuradores daram suas pitições juntamente sobre a posse sem por ysso se podeer dizer que algũa dellas he mais autor ou reeo que a outra pera diso conseguir allguum efeito nem lhe viir prejuizo allguum e os deputados as recebam juntamente sem olhar se procedem ou nam nem se sam beam formadas ou mall formadas e que sendo asi recebidas sem mais contestaçam de lyde procedam na causa como for direito. E se cada hũa das partes quiser comtrariar ha pitiçam da outra e asi reprecicar e trepycar que o possa fazeer e lhe sejam recebidos seus artigos e lhe deem lugar a prova a elles e despois de recebidas as provas d'ambas as partes detrimynem a causa finalmente como for justiça conforme as ditas capitolações.

E sobre a propiedade e direito della os ditos estrologos pilotos ou marinheiros declarados por ambas as partes em huum lugar da raya omde for comcordado se ajuntarem se ajuntaram consultaram e acordaram e tomaram asemto acerqua da dita propiedade conforme as capitolações e asemto que foy feito amtre el rei Dom Joham e el rei Dom Fernando e a rainha Dona Isabell o que asi faram nam lemytamdo nenhuum tempo mas prosseguindo segundo o que for necesario como na causa da posse se ha de fazeer seem por nenhũa das partes se poder dizer nem aleguar que o juizo da posse e propiedade se faça julgue e detrimyne juntamente em hũa semtemça (3) mas que cada hũa das ditas causas se processe e detrimine por sy e sobre cada hũa se de sua semtemça apartadamente asi e pella forma modo he maneira que em cima he declarado.

Iteem que emquanto durar o juizo e contemda dyta (sic) posse o dito senhor rei de Castella nam mandara suas naas gentes e navios as ditas partes acima declaradas e que isto se guarde inteiramente durando o dito juizo da dita posse sem nenhũa duvida neem embargo que a iso se posa por. E que todo aquillo que das ditas partees trouxerem as naas e navios do dito senhor rei de Castella ou de seus subditos e naturaes que pera laa forem partidas se socrestara tanto que forem tornadas e se poera em socresto em maaos de pessoas seguras e abonadas que o tenham asi socrestado atee pelos ditos juizes da posse se dar sobre ellaa finali sentença e todo o que asy for socrestado sera loguo entregue realmente e com efeito seem embargo neem contradicção allgũa a parte que for vencedor no juizo da dita posse tanto que ha dita sentença for publicada.

Iteem que qualquer das partes sobreditas que contra este contrauto e trausçam ou parte delle for por qualquer modo via e maneira que seja cuidada ou nom cuydada que por ese mesmo feito perqua todo o direito que tener por qualquer via modo e maneira que seja e asi qualquer outro direito que tener per vertude deste contrauto durando o tempo dos ditos cinco anos. E todo loguo fique apricado junto e aquerido a outra parte que pello dito contrauto estiver e contra (3 v.) elle nam for e a coroa de seus reinos seem pera isso o que contra elle for seer mais citado ouvido neem requerido neem seer necesario sobre isso se dar mais outra sentença por julz nem julgador algum que seja.

Iteem que este contrauto seja solenemente jurado pelos ditos senhores reis prometendo pello dito juramento por sy e por seus subcesores de numqua em nenhum tempo virem contra elle em todo nem em parte por sy neem per outrem em juizo neem fora delle por qualquer via forma e maneira que seja e se cuidar possa seem numqua em teempo algum por sy nem per outrem pedirem relaxaçam do dito juramento. E que posto que o Papa sem lhe seer pedido de seu proprio moto lhe relaxe o dito juramento que o nam aceitaram neem numqua em allguum teempo usaram da dita relaxaçam nem se ajudaram della neem aproveitaram per nenhũa maneira neem via que seja em juizo neem fora delle.

Iteem pera este contrauto ser millhor guardado e mais fiirme e estavel pera todo sempre aprouve aos ditos senhores reis e se obriguaram por sy e por seus subcesores que o que contra elle fose por qualquer modo que seja em parte ou em todo que pague a outra parte que por ele estiver [.....] (1) mil cruzados de pena e em nome de pena e imtarese na qual pena emcorreram tantas vezes quantas contra elle for em parte ou em todo como dito hee e a pena levada ou nam todavia o dito contrato fique fiirme valioso e estavel pera todo sempre pera o que obriguaram todos seus beens patrimoniaes e fiscaees e da Coroa de seus reinos.

(1) Espaço em branco no manuscrito.

(4) E posto que o direito que o dito senhor rei de Castella diz que teem nas ditas terras loguares e ilhas de Maluço que así e pello modo sobredito renuncia e veemde ao dito senhor rei de Purtugal elle saiba certo e de certa sabedoria por certa emformaçam de pesoas niso expertas que o muy beem sabeem e entemdem que he de muyto mayor valor e istimaçam de muyto mais aleem da metade do justo preço do que he o preço dos ditos [.....] ⁽¹⁾ mill cruzados que lhe o dito senhor rei de Purtugal daa pello dito direito que o dito senhor rei de Castella niso diz que teem ao dito senhor rei de Castela apraz como loguo de feito aprouve fazeer doaçam deste dia pera todo seempre amtre vivos vale-douira da dita mais extimaçam e valia do dito direito do que vall alem da metade do justo preço por muyto grande mais valia que seja ao dito senhor rey de Purtugal e seus sobcesores e coroa de seus reinos pera todo sempre a quall mais valia e estimaçam dalem da metade do justo preço o dito senhor rei de Castela renuncia demyte de sy e seus sobcesores e desnembra da Coroa de seus reinos pera sempre e todo trespasa per vyde desta doaçam e contrauto em o dito sennhor rei de Purtuguall e seus subcesores e Coroa de seus reinos reallmente e com efeito.

Item que este contracto e tresauçam seja julguado por semtemça do Papa aprazimento das partes e comfyrmando e aprovado por elle por bulla hapostolica com seu sello na quall bulla de comfyrmaçam e aprovaçam seja exerto este dito contrato e tresauçam de verbo a verbo. E que o Papa ponha semtença de elxcuminham así nas partes principaes como em quaesquer outras pesoas que o dito contrato tresauçam nam guardarem e nom cumprirem e contra elle forem em todo ou em parte por (4 v.) qualquer via modo e maneira que seja na quall sentença de excuminham declarara e mandara que emcorram ipso facto os que contra o dito contrauto forem em todo ou em parte delle pello modo sobredito seem pera isso se requerer neem seer necesario outra semtemça de elxcuminham neem declaraçam dellaa e que os taaes nam posaam seer asolutos dellaa pello dito Papa neem por outra pessoa por seu mandado sem consentimento da outra parte a que tocar e seem seer primeiro pera a tall asolviçam citada requerida ouvida. ⁽²⁾

(6) Item lembrança que se o emperador teem jurado nas cortes de nunqua fazeer concerto sobre Maluço que se ponha que elle ajaa relexaçam do dito juramemto na quall consentiram seus povos a cujo requerimento fez o dito juramento e que esta relax[aç]am do tall juramento a mostre elxpedita pello Papa primeiro que receba o preço e isto do juramento saberes primeyro que falees nelle se pasou porque se ho nam ouve nam sera necesario falar niso.

Item lembrança que se em Castella ha ordenaçam que digua que nenhuum contrauto valha se for jurado que despede neste casso com

(1) Espaço em branco no manuscrito.

(2) Seguem-se duas folhas em branco.

seus povos e seus procuradores pera poderem jurar seem embargo de suas ordenações as quaees manda que neste casso nam ajaam loguar força neem viguor e primeiro que nisto fallees saberes se ha la tal ordenaçam porque se ha nam ouver nam sera necessario fallardes niso.

(L. P.)

4468. XVIII, 6-12 — Demarcação dos termos das vilas de Monsarás e Evoramonte. 1280, Dezembro, 29. — *Pergaminho. Bom estado.*

4469. XVIII, 6-13 — Inquirição feita em presença dos juizes comisários, dos limites entre Portugal e Castela por causa dos gados que os de Castela tinham tomado aos moradores de Valverde. 1410, Maio, 30. — *Pergaminho. Bom estado.*

Sabham quantos este estromento virem que na era de mil e quatrocentos e quareenta e oyto anos sesta feira que forom triinta dias do mes de Mayo em a raya e malhom per onde diziam que partiam os regnos de Portugal e Castella que he antre Bella (*sic*) Frol termo d'Alfayates e a Albergaria termo de Cidade Rodrigo estando juntos em a dicta raya e malhom Rui Vaasquez de Castel Branco e Gomez Fernandez de Guimarães juizes comisarios em os dictos estremos pella parte de nosso senhor el rei de Purtugal e Fernando Afonso corregedor na comarca da Beira por o dicto senhor e seu procurador em estes fectos com Fernam Lopez d'Estunhigua cavaleiro e Fernam Xemenex Doctor em Lex outrosi juizes comisaios com os estremos da parte de Castella en presença de mim Joham Fernandez escrivam de Desenbargo del rei e seu notario puprico e jeeral em os dictos estremos per seu mandado e das testemunhas que adeante som escriptas os dictos comisarios e procurador do dicto senhor rey de Portugal diserom que elles eram requeridos pellos dictos comisarios de Castella que presentes estavam que entregasem e fizessem entregar as vacas com suas crianças que forom tomadas per el dicto corregedor e pellos moradores de Penamocor aos moradores de Valverde senom que em outra guerra elles nom fariam entrega nenhũa nem fallariam em fectos nenhuns de cousas que fossem tomadas e fectas pellos do regno de Castella aos de Portugal porque diziam que a tal mandado aviam de seu senhor. A qual cousa elles dictos Rui Vaasquez e Gomez Fernandez fizeram saber ao dicto seu senhor el rei e receberam del sua resposta dizendo que como quer que de direito nom era theudo a fazer tal entrega em como as dictas vacas fosem suas e pertencessem a el de direito pello direito que el avia em ellas porque forom quintadas

na sua terra disy as pessoas cujas eram as perderom e ainda todollos outros seus beens por se quererem levantar com a dicta terra chamando se que eram castellãaos e que estavam em terra de Castella.

Item que ainda nom era theudo a as entregar porque sobrellas estava preyto pendente per libello e per contestaçom perante certos juizes que pera ello foram dados. Pero porque os dictos comissarios de Castella diziam que nom queriam conhecer a outros fectos nem fazer fazer as outras entregas aos naturaaes e vizinhos do regno de Portugal e porquanto elle fora requerido pellos dictos seus naturaaes que lhes fizesse fazer direito e lhes fizesse fazer entrega aquellas cousas de que estavam forçados e esbulhados que porem el por bem de paz e por os seus sogeytos nom estarem esbulhados daquello de que estavam forçados que lhes enviara dizer que posessem as dictas vacas em fiança em mão de dous homens boons moradores no dicto logar de Valverde com guarda e protestaçom de todo o seu direito que elle avia e ha asy na dicta terra como nas dictas vacas.

E porem obedecendo elles a mandado do dicto senhor rey de Portugal que puynham as dictas vacas em fiança em mãos de Gonçalo Afonso e de Joham Fernandes moradores no dicto logar que hi presentes estavam com protestaçom que o dicto seu senhor retiinha em sy todo o direito que elle avia nas dictas vacas e posse dellas e o nom demitia nem tirava de sy nem entendia de tirar. E outrosy com protestaçom que ao dicto seu senhor rey ficase todo seu direito guardado que elle avia e ha e de direito podia aver no dicto carvalhal e em no dicto logar de Valverde asy como diz des onde nasce Elga ataa que se mete no Tejo e que lhe nom faça perjuizo o partymto (?) das dictas vacas se se asy puynham em a dicta fiança e deposito em mão dos dictos homeens boons. E dictas asy as dictas pallavras pellos dictos juizes os sobre-dictos Gonçalo Afonso e Joham Fernandez vizinhos de Valverde receberom em suas mãos as dictas vacas com suas crianças convem a saber quarenta e sete cabeças de vacas mayores e sete boys contado hi hum novillo dos quaes hiia hi tres que lhes derom por outros tres que ficaram aco (*sic*) em Portugal e duzentos reaaes de tres libras e mea que lhes derom em refeyçom porque foi achado que valiam mays os que aco ficaram e duas hutreyras e dez ciãas e dez seis antre anojos e anojos e mays quinze tenreyros asy que eram per todas noventa e sete cabeças. As quaees elles receberom em sy e se outorgarom dellas por entregues e diziam que as recebiam de mão do dicto senhor rey de Portugal e de seu mandado e que se obrigavam a as guardar e teer em a dicta fiança guardando as Deus de morte ou doutro cajom ataa que os dictos fectos que eram começados sobre a dicta terra e sobre as dictas vacas fossem livres e desembargados e fiindos per sentenças que aquelles que de direito fosem juizes contanto que seendo achado que de direito as dictas vacas ou parte dellas pertencessem ao dito senhor rey de de (*sic*) Portugal ou a sua terra que elles obriguavam se e seus beens

e de seus herdeiros a lhe entregar e restetuir todo aquello que asi fosse julgado. E disserom que pera esto renunciavom todo foro privilegio e outro qualquer direito que por si poderiam alegar a nom entregar as dictas vacas. Mays que todavia as entregasem e que nom as entregando que fossem por ello presos e nom fossem soltos ataa que as entregasem. E logo os dictos Fernam Lopez d'Estunhigua e doctor Fernam Xemenex comisarios de Castella deserom que os dictos logares de Valverde e Salva Leom com seu Carvalhal e seus termos que era de seu senhor el rei de Castella e de seus regnos e que estava em posse de todo ello e os tem e pusue Dom Sancho Mestre d'Alcantara e em seu nome Frey Joham de Sam Joham comendador de Salva Leom e das Elgas e que o dicto nosso senhor el rei de Portugal nunca os pessuyra nem lhes pertenciam em maneira algũa nem podia mostrar titollo nem posesom dello e que se algũa posesom mostrase el ou seus naturaaes o que nom podiam que seria crandestina furtibre e viciosa tal que nom poderia produzir civiles efeitos. E diziam que nom enbargante que os dictos Gonçalo Afonso e Joham Fernandez vizinhos do dicto logar de Valverde recebam as dictas vacas em fiança e deposito que protestavam que a salvo ficase todo o direito que o dicto seu senhor el rei de Castella avia em os dictos logares e termos e que outrosi protestavam que a salvo ficase todo o direito e posesom que avia nos dictos logares e termos Dom Sancho Mestre d'Alcantara e o dicto comendador e os do dicto logar de Valverde e todos os outros seus subdictos e vassallos e que esso meesmo protestavam que podessem continuar e usar da posisom e propriedade e senhoria que avia nos dictos logares e Carvalhal e termos e em cada hum delles. E que lhes resarvavom em a melhor maneira que de direito deviam e podiam todo o seu direito per razom do dicto deposito e fiança nem lhe fosse fecto perjuizo algum.

E logo os dictos Rui Vaasquez e Gomez Fernandez comisairos de nosso senhor el rei de Portugal deserom que elles contradiziam as palavras e protestaçoões que pellos dictos Fernam Lopez e Fernam Xemenex eram dictas e alegadas em que deziam que os dictos logares de Valverde e Salva Leom com seu Carvalhal eram del rey de Castella e dos seus regnos e em que outrosi disserom que resarvavom que usavam delles como de suas e a todallas outras cousas que per elles era sussodicto porque deserom que os dictos logares eram e som do dicto senhor rey de Portugal e dos seus regnos e estavam dentro dos malhões per onde partiam os dictos regnos segundo que suso era contheudo e que porem protestavam que o dicto seu senhor rey de Portugal e os seus naturaaes e vizinhos husasem e podesem usar e pussuir os dictos logares e carvalhal e posse delles como de senpre usarom e husam de cada hum dia segundo que fariam certo e mostrariam per titollos e escripturas e testemunhas quando comprise e mester fizesse e os dictos Fernam Lopez e doutor comisairos de Castella afirmando se em todo aquello que por elles era dicto e protestado poys era todo certo e notorio disserom que

nom consentindo no reprimado pellos dictos Rui Vaasquez e Gomez Fernandez que o contradiziam em tanto quanto podiam e deviam de direito e deserom que protestavam como antes aviam dicto e protestado. E os dictos Rui Vaasquez e Gomez Fernandez disserom que porquanto as cousas que por elles eram dictas e protestadas eram certas e notorias que se nom podiam encubrir que porem elles as aviam por dictas e reprimadas e retificadas outra vez. E que porem contradiziam as pallavras e protestaçoẽs dictas e fectas pellos sobredictos que protestavam de husarem de todo o seu direito asi e pella guissa que dicto aviam e milhor se milhor podesem das quaees cousas pedirom asi hum e dous estromentos.

As quaees dictas vacas asi postas em mão dos sobredictos em fiança e deposito logo os sobredictos Rui Vaasquez e Gomez Fernandez requererom aos dictos Fernam Lopez e Fernam Xemenex que lhes entregassem logo as dictas sete ovelhas que asy foram tomadas de montado no dicto carvalhal de Salva Leom porquanto elles tinham hi prestes dous homeens boons vizinhos de Penamocor pera as receber.

Os quaees dictos Fernam Lopez e Fernam Xemenex disserom que lhes prazia de poer em fiança e deposito as dictas sete ovelhas que asi foram tomadas no dicto Carvalhal obrigando se os dictos dous homeens boons asi e pella guissa que se os do dicto logar de Valverde obrigaram quando receberom as dictas vacas e com aquellas meesmas protestaçoẽs. Os quaees homens boons de Penamocor logo hi parecerom convem a saber Vicente Anes o Velho e Vicente Anes o Moço moradores que diziam que eram na dicta villa os quaees hi logo em presença dos dictos juizes e testemunhas juso escriptas receberom as dictas sete ovelhas e se ouverom dellas por entregues e se obrigaram em esta maneira convem a saber que elles conheciã e outorgavam que recebiam e receberom em fiança e em deposito de mão del rei de Castella as dictas sete ovelhas que foram tomadas no dicto carvalhal pello dicto comendador das Elgas e pellos de Valverde pera as ao depoyt tornarem e entregarem com suas crianças a el rei de Castella ou a quem el mandase se o dicto carvalhal fosse julgado de pertencer a el e que pera esto obrigavom o obrigaram todos seus beens e que podesem seer presos se as nom entregassem a todo o tempo por ello. E renunciaram todo direito privilegio foro que lhes podiam ajudar ou seer em seu favor e os dictos Fernam Lopez e Fernam Xemenex protestarom que pella dicta fiança e deposito das dictas ovelhas nom fosse fecto perjuizo algum a seu senhor el rei de Castella e a Dom Sancho Mestre d'Alcantara e a dicto comendador de Salva Leom e das Elgas no direito e propriedade e senhorio que avia e lhes pertencia em nos dictos logares de Salva Leom e Carvalhal e seus termos. Mays que ante protestavam seer sempre a salvo e incolume todo o direito e senhorio e propriedade e posisom que avia o dicto senhor rei seu senhor no dicto logar de Salva Leom e Carvalhal e seus termos

o dicto Mestre e comendador e seus subditos e vassallos e que asy o pidiam em estromento asinado.

E logo os dictos Rui Vaasquez e Gomez Fernandez disserom contra esta protestaçom suso alegada que protestavam que pellos dictos homens boons de Penamocor asy recebesem as dictas ovelhas em fiança e em deposito que nom fosse fecto perjuizo nenhuum a seu senhor el rei nem a seus regnos nem ao dicto concelho de Penamocor no direito e propriedade e senhorio que o dicto senhor e o dicto concelho aviam nos dictos logares de Salva Leom e Valverde e Carvalhal com seus termos. Mays que ante protestavam como logo protestarom seer sempre a salvo e inculume todo o direito e senhorio propriedade e posisom que o dicto senhor rei de Portugal e o dicto concelho de Penamocor aviam nos dictos logares e seus termos porquanto el estava delles em posse e os pessuya e que o dicto senhor rei de Castella nunca os pessuyra nem lhes pertencia em maneira algũa nem mostraria titollo nem posse dello. E que em caso que algũa posissom mostrase el ou seus naturaaes o que nom podiam mostrar que seeria furtivil e escundida e nom seria clara como devia nem seeria tal que podesse dar posse ao dicto rey de Castella nem a seus naturaaes. E que protestavam que o dicto senhor rey de Portugal e os seus naturaaes e vizinhos e os moradores do dicto concelho de Penamocor cujo termo o dicto logar de Salva Leom e Valverde com seu carvalhal era de husarem e continuarem da posse propriedade e senhorio que avia em elles e husar delles como de seus termos que jazia dentro dos malhões per onde partiam os dictos regnos. Mays que ante lhes resarvavom em a melhor maneira que de derecho deviam e podiam todo seu direito per razom do dicto deposito que lhes nom fizessem perjuizo algum. Das quaees cousas asi os sobredictos Rui Vaasquez e Gomez Fernandez comisarios de Portugal como os dictos comisairos de Castella pidirom senho estromentos (*sic*). E o dicto Fernando Afonso procurador do dicto senhor rey de Portugal pidiu outro estromento em nome do dicto senhor rey e em nome do dicto concelho de Penamocor pera guarda do seu direito huum tal como outro. Testemunhas que forom de presente Vasco Esquerdo e Vasco Fernandes de Monsanto e Afonso Vaasquez filho de Vasco Estevez moradores no Sabugal e Gonçalo Pirez criado e procurador do bispo de Lamego e Lopo Vaasquez scudeiro morador em Pinhel vizinhos e moradores do regno de Portugal e Gonçalo Perez criado d'Alvaro Gil de Carvalho morador em Cida Rodrigo e Afonso de Areça (?) e Afonso Roiz de Segaynha scudeiros do dicto Fernam Lopes e Nicollas Royz notario del rei de Casteela e outros. E eu sobredicto Joham Fernandez escripvam e notario do dicto senhor que a todas estas cousas fui de presente com as dictas testemunhas e este estromento a requerimento do dicto Fernando Afonso pera o dicto concelho de Penamocor escripto e em el meu sinal fiz que tal (*sinal público*) he.

Pagou o concelho de Penamocor por feytio destes estromentos com a nota clinceoeenta reaaes.

(B. R.)

4470. XVIII, 6-14 — Penhora feita a el-rei D. Dinis por el-rei D. Fernando de Castela, das vilas de Alconchel e Burguiellos, com todos seus termos, fortalezas e aldeias, por três mil e seiscentos marcos de prata. Valladolid, 1311, Julho, 2. — *Pergaminho. Bom estado.*

Sepan quantos esta carta vierem como nos don Fernando por la gracia de Dios rey de Castiella de Leon de Toledo de Gallisia de Sevilla de Cordova de Murcia de Jahen del Algarbe y señor de Molina en uno con la reyna doña Costança nuestra muger y con la infante doña Leonor nuestra fija prima heredera empeñamos a vos el muy noble don Denis por essa misma gracia rey de Portugal los nuestros castiellos y villas de Alconchel y de Burguiellos con todos los lugares y fortalezas y aldeas que a esses castiellos pertenecen y con todos los sus terminos y derechos y pertenenças por tres mill y seyscientos marcos de buena plata fina pesada por el marco derecho de Colofia los quales de vos recibimos conplidamente y non finco nigua cosa por dar. Et estos marcos tomamos de vos emprestados porque nos cunplian mucho pera servicio de Dios pera conquistar queriendo Dios tierra de moros y pera baxar la fe de los enemigos y pera exalçar la fe de los christianos y señaladamente pera conquistar Aljezira y tornarla a servicio de Dios si a el ploguiere. Et porque las tenencias de los dichos castiellos y villas y de sus terminos son grandes e costosas tenemos por bien y otorgamos y mandamos que todas las rentas y derechos tambien eclesiasticas como tenporales que nos avemos o por privilejo de Papa devremos aver o desde aqui adelante por qualquier manera o segun fuero y costumbre o por gracia o por indulgencia de Papa avemos o ouvermos daqui adelante o podríamos aver y recibir de los dichos castiellos y villas y de sus terminos tambien de christianos como de judios como de moros y de yglesias como de otros heredamientos qualesquier que los ayan aquel o aquellos a quien vos dierdes y las guardas de los dichos castiellos y villas y de sus terminos pera guardar y mantener los dichos castiellos y villas con sus terminos. Otrossi si por aventura cayeren torre o torres o muro o casas de almasen enquanto lo vos toverdes apeños vos rey don Denis los deveades mandar faser y vos rey don Fernando vos devemos pagar la costa que y metlerdes quando vos pagaremos los marcos sobredichos. Et queremos y otorgamos que los dichos castiellos y villas y terminos vos sean obligados tambien por la costa como por los dichos marcos. Et nos non devemos y echar servicio ninguno ni levar de los moradores de Alconchel y de Burguiellos y de sus terminos pecho ni servicio ni ninguna otra cosa ni vos devemos llamar pera hueste ni pera nigua otra cosa enquanto lo

vos tovierdes apeños ni fasernos y justicia ni por nos ni por otro ni meter y otro que la faga mas vos deveades y meter alcalles y juyses y justicias quales por bien tovierdes y faser y vos justicia por vos o por otros quales quisierdes como lo nos podriamos y deviamos faser. Et porque algunos de la nuestra tierra y de la vuestra podrian sospechar que sobre los dichos castiellos y villas y terminos nos poderia nacer algun embargo o conteenda o demanda por el Papa o por la Iglesia de Roma o por sus executores o juyses o por la Orden del Tenple o por otros qualesquier queremos y otorgamos que con los dichos castiellos y villas y terminos vos sean obligados el nuestro castiello y cibdat de Badajoz con todos sus terminos y villas y fortalezas con todas sus pertenencias por los dichos tres mill y seyscientos marcos de plata por aquella manera y con aquellas condiciones que vos son obligados por los treze mill marcos que nos sobrellos enprestastes assí como se contiene en las cartas que son fechas entre vos y nos sobresto. Et como quier que vos rey don Denis fisiessedes omenaje que seyendo vos pagado y entregado destos treze mill marcos que nos prestastes sobre los dichos castiellos y cibdat de Badajoz con sus terminos y de las costas que y fisierdes assí como se contienen en las dichas cartas que entre nos y vos a que nos entreguedes luego el dicho castiello y cibdat con todos sus terminos y pertenencias sinón que valades menos por ello. Et queremos y otorgamos y mandamos que vos ni vuestros sucessores non seades devido de nos entregar los dichos castiello y cibdat de Badajoz con sus terminos fasta que vos seades pagado y entregado tambien de los dichos tres mill y seyscientos marcos de plata que vos nos enprestastes y de las costas que y fisierdes en se faser torre o torres o muro o casas de almasen como de los sobredichos treze mill marcos que nos enprestastes porque nos obligamos a Badajoz con todos sus terminos assí como se contienen en las dichas cartas que entre nos y vos a. Et nos sobredichos rey don Fernando por nos y por nuestros soccessores protomos (*sic*) a bona fe y juramos sobre Santos Evangellos a fasemos omenaje a García Martins de Casal vuestro (?) vassallo en vuestro nonbre que vos non forcemos ni mandemos forçar vos ni vuestros sucessores ni aquel ni aquellos que tovierden los dichos castiellos y villas de Alconchel y de Burguiellos y de sus terminos por vos de los dichos castiellos y terminos y pertenencias ni vos furcemos ni mandemos furçar por nos ni por otro ni seamos en consejo dello ni consentidor en nígua manera enquanto los vos o vuestros sucessores tovierdes apeños sinón que valamos menos por ello. Et si por aventura algun nuestro vassallo o nuestro natural o alguno de los nuestros señorios o de las nuestras tierras contra vos sobre las cosas sobredichas o qualquier dellas viniessen o contra aquel o aquellos que por vos toviessen los dichos castiellos en qualquier manera nos o nuestros sucessores devemos yr y a librarlo y a faser cobrar a vos y a vuestros sucessores. Et si todas estas cosas y cada una dellas non cunpliermos y non aguardaremos o en algua manera contra elles o

qualquer dellas por nos o por otro vinlessemos queremos y otorgamos que el señorío y la proprietat que y avemos que la perdamos y que se torne al señorío de Portugal. Et mandamos a todos los nuestros vassallos y moradores de los dichos castiellos y villas de Alconchel y de Burgulellos y de sus terminos et otrosi de Badajos y de sus terminos que fagan a vos sobredicho rey don Denis omenaje que vos sean fieles y leales y obedientes a vos y a vuestros sucessores fasta que vos seades pagado de los marcos sobredichos y de la costa si la y fisierdes en le refaser torre o torres o muro o casas de almasen segunt que sobredicho es. Et quitamosles omenaje que a nos y ala dicha nuestra fija avian fecha fasta que vos seades pagado y seyendo vos pagado y entregado de los dichos marcos y del resfasimiento y de las cosas sobredichas el omenaje que vos ellos fisieren sea quitto. Et vos sobredicho rey don Denis deveades prometer a buena fe por vos y por vuestros sucessores a nos sobredicho rey don Fernando e a nuestros procurador o procuradores en nuestro nonbre y de los nuestros sucessores que seyendo vos pagado y entregado de los marcos sobredichos y de la costa si se fisier en torre o en torres o en muro o casas de almasen que nos fagades entregar los dichos castiellos y villas de Alconchel y de Burgulellos sinon que valades porende menos. Et destos nos deveades dar vuestra carta seellada con nuestro seello de plomo et para esto seer mas cierto y non venir despues en dubda nos sobredicho rey don Fernando mandamos faser esta carta seellada de nuestro seello de plomo la qual vos sobredicho rey don Denis deveades tener.

Dada en Valladolid dos dias de jullio era de mill y cccxl y nueve años.

Yo esprivan (?) de la Camera la fis escrevir por mandado del rey.

(B. R.)

4471. XVIII, 6-15 — Cartas (*duas*) de António de Azevedo Coutinho a el-rei D. João III, a respeito da situação e demarcação das ilhas de Maluco, por causa do processo com Castela. Elvas, 1524, Maio, 25 e 1524, Maio, 24. — *Papel. 2 folhas. Bom estado.*

Senhor

Porque oje se avia de tomar algũa concrusam sobre este tercelro ponto do setuar das ylhas e asy mesmo porque aviam de responder os letrados ao segundo requerimento que lhe fezemos sobre se emformarem com nosa interlucutoria nom mandamos todos estes autos com o correo que ontem despachamos. E oje quarta feira asy os da demarcaçam como os letrados castelhanos halargaram a reposta pera sexta feira dizendo que este negocio era muy grave e muy pesado e que portanto nom podiam a elle responder menos de sexta feira a primeira junta. E

esta reposta mandamos ajuntar nos autos da pose e que neste meo tempo lhes veria correo o que todo fazem por ver se podem detreminar a causa da demarcaçam antes de conculr na causa da posse por o qual nos asi mesmo alargamos o votar sobre o terceiro ponto da propriedade atee sesta feira porque sam pasados tantos escriptos e requerimentos sobre esta demarcaçam neste tercelro ponto elles por nos acarretar as cartas e nos por lhes fogir que temos fecto ese monte de papel que Vossa Alteza la vera justificando vosa causa e amostrando a sem justiça da sua como pellos autos se mostra e per deradeiro oje elles queriam estar sobre o situar das ylhas por hũa carta das nosas e nom quisemos porque (1v.) temos ordenado votar e excludir as cartas como mais largamente scpriveram a Vossa Alteza os juizes da demarcaçam parece nos que estes letrados castilhanos nom ham de vir a conculusam sobre a pose porque desconfiam della. Ho despacho e reposta que me derem sesta feira mandaremos a Vossa Alteza e entretanto nos mande Vossa Alteza avisar do que faremos sahindo os castilhanos com despacho que nom querem concordar connosco.

Escripta em Elvas a xxb dias de Mayo as tres oras e meia de 1524.

Francisco Cardoso (?)

O doutor Gaspar Vaz

Antonio d'Azevedo Coutinho

Tem junto o seguinte documento:

Senhor

Terça feira as seis oras nos foy dada a carta de Vossa Alteza e logo naquella junta de manhaa lhes demos parte aos juizes castilhanos do que nos Vossa Alteza escprevera e lhes amostramos aquelle capitulo da carta que Vossa Alteza nos mandou que vimos que compria e lhe requeremos que se elles tinham recado do emperador que se conformassem com nosa interlucutoria e que procedesemos adiante na causa e que do contralro que protestavamos ser a sua culpa todo o tempo que se pasase e asy o mandamos asentar nos autos e elles disseram que queriam responder na junta da tarde como de feito vieram ha tarde com hũa reposta sem detreminaçam e chea do que elles usam fazer a qual mandamos a Vossa Alteza. E tanto que a vimos nos apartamos e lhe respondemos logo por nom aver causa de delaçam e nosa reposta asy mesmo mandamos Vossa Alteza e portanto a nom referimos e porque esta gente he de qualidade que a Vossa Alteza temos algũas vezes escripto nos pareceo necesario com diligencia lhe fazermos este correo com os autos

que niso se pasam pera se necesario for Vossa Alteza avisar seus emba-
xadores porque sua entença destes homens he cuydar que ham na pro-
priedade de concluir e fazer boom proceso o que (1 v.) esperamos em
Deus que sera o contrairo porque nom trabalhamos em outra cousa
salvo no proceso da propriadade e fazemos e recebemos cada dia dous
escriptos elles por nos acarretar as cartas e nos pera amostrar que sam
varias e disonantes. E amanhã despols da junta mandaremos a Vosa
Alteza os autos della porque pera entam lhos poderemos mandar com-
pidamente. E quanto as testemunhas Vossa Alteza pode nellas sobre
seer porque estes castilhanos estam ainda refriados nisto. E porque logo
de manhã mandaremos os autos da propriadade Vossa Alteza com este
nam mandamos mais que os de pose. A Jorge Reinel de que qua temos
asaz necessidade mande Vossa Alteza despacho desta pitiçam.

D'Elvas oje terça feira xxilijº de Mayo de 1524.

O doutor Gaspar Vaz

Francisco Cardoso (?)

Antonio d'Azevedo Coutinho

(B. R.)

4472. XVIII, 6-16 — Capitulação feita entre el-rei D. Manuel e a
rainha D. Joana de Castela e o rei seu pai, D. Fernando, o Católico, a
respeito de certos lugares na Berbéria. Sintra, 1509, Setembro, 18. —
Papel. 14 folhas. Bom estado.

Jhesus

Em nome de Deus todo poderoso Padre Filho e Sprito Santo e de
Nosa Senhora a Virgem Santa Maria sua Madre manifesto seja a
quantos este pubrico estormento virem que no anno do nascimento de
Noso Senhor Jhesuu Christo de mill quinhentos e nove anos aos dezoito
dias do mes de Setembro do dito ano em a villa de Syntra em presença
de mym notayro publico abayxo nomeado e das testemunhas ao diamte
espritas pareceram hy presentes Dom Amtonyo sobrinho do muyto alto
e muyto eixelemte e muyto poderoso prinçepe el rey Dom Manuell rey de
Purtugall e dos Algarves daquem e dallem mar em Afryca sonhor de Guy-
nee e da conquista navegaçam comercio de Etheopia Arabia Persia e da
India etc meu senhor e seu soprivam da puridade seu precurador abastan-
te e soficiente pera o caso abaixo esprito dhúa parte e Guomez de Santilhan
corejedor da cidade de Jaem procurador abastante e soficiente da muyto
allta e muyto eixelemte e poderosa primcesa Dona Joana raynha de Cas-

tella de Liam e de Grada de Tolledo de Galliza de Sevilha de Cordova de Murcya de Jaem dos Algarves de Aljazira de Gibraltar e das ilhas de Canarea das ilhas Indias e terra fyrme do mar oceano princesa d'Aragam e das duas Cezillyas de Jerusalem etc archeduchessa de Austrya duquesa de Bregonha e de Barbante comdesa de Flandres e de Tiroll senhora de Bizcaya e de Molyna (1 v.) da outra parte segumdo que anbas as ditas partes o mostraram por cartas de poderes e precurações dos ditos senhores seus costetuyntes das quaees de verbo a verbo o teor he o segumte.

¶ Dom Manuell per graça de Deus rey de Purtuguall e dos Allgarves daqueem e dalleem mar em Afryca senhor de Guynnee e da comquista navegaçam e comercio de Etheopia Arabia Persya e da Imdia a quantos esta nosa carta de precuraçam e poder vireem fazeemos saber que porquanto amtre nos e a muyto allta e muyto eixelemte princesa Dona Joana rainha de Casteella de Lyam e de Grada etc minha muyto amada e preçada irmãa e o muyto allto e muyto eixelemte e poderoso principe el rey Dom Fernamdo meu muyto amado e preçado padre como admanistrador e governador por ella dos dictos reynos de Castella de Liam e de Grada etc se trauta ora comcerto sobre Belez da Gomeira que he noso e da coroa dos nossos reynos por ser cousa como he de nosa comquista do reyno de Feez e sobre os lymites que ficaram por detriminar em a costa de Berberya des os lymytes do reyno de Feez atee o Cabo de Bojador e de Nam domde começam as marcas de Guynnee em ha capitollaçam passada feita antre el rey Dom Joham meu primo que santa gloria aja e o dito muyto allto muyto eixellente o poderoso prymcepe el rey meu muyto amado e preçado padre e a raynha Dona Isabell sua molher que santa glorya aja minha madre sobre a quall cousa e pera nella se tomar aseemto a nos emviaram Guomez de Samtilham corejedor da cidade de Jaeem com seu poder e precuraçam abastamte. Nos por a muyta comfyamça que teemos de Dom Antonio meu amado sobrinho e noso scprivam da puridade e por conhecermos delle que em todas as cousas que lhe cometermos nos servira verdadeira e fiellmente (2) e gardara em todo o que lhe mamdarmos e comprry por noso serviço por esta presentem carta lhe daamos e outorgamos noso poder conprido lyvre e cheeo e o fazeemos e costetuymos cryamos e ordenamos noso legitimo e abastamte precurador na melhor forma e maneira que podemos e que melhor pode e deve valler de direito e em tall caso se requiere espiciallmemte pera que por nos e em noso nome e de nosos herdeiros e socesores e de nosos reynos e senhorios suditos e naturaees delles possa comtrautar comcordar aseemtar e fazer trauto e comcordia e aseemto com a dicta muyto allta muyto eixelemte princesa raynha de Castella de Liam e de Grada etc mynha irmãa e com o dicto muito allto e muito eixelemte princepe e poderoso el rey meu muito amado e preçado padre como admanistrador e governador por ella de seus reynos e senhorios ou com quem seu poder pera elle tener

e fazer e faça quaeesquer concertos aseentos e lymitaçam demarcaçam e comcordia sobre a dicta cidade e penham de Belez e sobre os ditos lymytes que em a dita Capitolaçam pasada ficaram por detriminar em a dita costa de Berberia des os ditos lymites do reyno de Feez atee o Cabo de Bojador e de Nam segumdo na Capitollaçam dello he declarado. O quall todo posa concordar e lymytar por aquellas partes e devisoees e lugares que beem visto lhe for por o tenpo e tempos e perpetuamente e com as lymytaçõees que lhe a elle parecer e pera que posa leixar a dita muyto e muito eixelente princesa rainha de Casteella de Llam e de Grada etc minha irmãa e a seus reynos e socesores de todo o susso-dito o que lhe a elle bem visto for e leixar e aceytar pera nos e pera nosos herdeiros e socesores e a nosos reynos todo o que lhe parecer e beem visto lhe for e pera que em noso nome e de nosos herdeiros e socesores e de nosos regnos (2 v.) e senhorios e suditos e naturaees delles posa comcordar aseentar receber e aceytar da dita muyto alita muyto eixelente princesa raynha de Castela de Lyam e de Grada etc minha irmãa ou de quem seu poder pera ello tener em seu nome todo o que a nos e a nosos erdeiros pertemceer do que dito he pollo dicto asemento e comcordia com aquellas lymytaçõees e eiceições e com todas as outras clausullas e declaraçõees e renunciaçõees que a elle beem visto lhe for e pera que sobre o que dicto he e sobre o a ello tocante em quallquer maneira possa fazer e outorgar comcordar trautar receber e aceytar em noso nome quaeesquer capitollaçõees e comtrautos e espi-turas com quaeesquer vymcullos e comdiçõees e obrigaçõees e ystipul-laçõees penas e somysõees e renunciaçõees que elle quiser e beem visto lhe for e sobre ello posa fazer e outorgar todas as cousas e cada hũa dellas de quallquer natura callidade gravitydade e ymportancia que sejam e ser posam aimda que sejam taees que por sua comdiçam requeyram outro mais asynado e espiciall mandado noso e de que se deve se fazer de feyto e de direito espiciall e symgullar mençam e que nos sendo pre-sente pederyamos fazer e outorgar e receber.

E outrosy lhe damos poder comprido pera que posa jurar em nosa allma que tereemos e guardaremos e comprireemos o que elle asy aseentar e capitollar e outorgar cesante toda cautella fraude emgano fycion e symulaçam e asy posa em noso nome capitollar e asegurar e prometer que nos em pessoa seguraremos jurareemos e prometeremos e outorga-remos e comfymaremos todo o que elle em noso nome acerca do que dicto he segurar e prometer e capitullar deentro daquelle termo (3) e teenpo que lhe a elle pareceer e que ho gardaremos e comprireemos reallmente e com efeyto sob as condiçõees penas e obrigaçõees que elle prometer e aseentar as quaees desd'aguora prometemos de pagar se nellas emcorremos pera o quall todo e pera cada hũa cousa e parte della lhe daamos ho dito poder com lyvre e geeral admanystraçam. E prometemos e seguramos por nosa fee e pallavra reall de teer guardar e comprar nos e nossos erdeiros e socesores todo o que por elle acerca

do que dicto he for dito capitollado e prometido e prometemos de o aveer por fyrme rato e grato estaveil e valledoyro por aguora e em todo tenpo e pera senpre jamais e que nam ireemos nem viremos contra ello neem contra parte allgũa disso dyreita nem lmdireitamente em julzo neem fora delle so a obrigaçam eixpressa que pera ello fazeemos de nossos beens patrimonyaees e fyscaees. E em testemunho e por certidam do todo mamdamos passar ao dito Dom Antonio noso precurador esta çarta por nos asynada e aseellada com o seello redomdo das nosas armas.

Dada em a cidade d'Evora aos vynte dias do mes de Maio. Antonio Fernandez a fez anno de Nosso Senhor Jhesuu Christo de mil quinientos e nove. El Rey.

¶ Dona Joana pella graça de Deus rainha de Castella de Lyam de Grada de Tolledo de Galliza de Sevilha de Cordova de Murcia de Jaem dos Algarves d'Aljazira de Gibalitar e das ilhas de Canarea das ilhas Indias e terra firme do mar oceano princesa d'Aragam e das duas Cezillias de Jerusaleem etc archeduesesa de Austrya duquesa de Bregonha e de Barbamte condessa de Flamdes e de Tiroll senhora de Bizcaya e de Molyna porquamto amtre mym e o serenysymo pryncipe (3 v.) Dom Manuell rey de Purtugall meu muy caro e muy amado irmão ha allgũas deferenças asy sobre o penhon da cidade de Beleez da Gomeira que o verãão mais acerqua pasado foy tomado dos mouros imiguos de nosa fee por mandado del rey meu senhor e padre admanystrador e governador destes meus reynos pera escusar os muytos cativeiros roubos e danos que desde ally fazlam de comtynu os ditos mouros ao suditos (sic) destes ditos meus reynos como sobre os lymytes que em a Capitollaçam que em os dias pasados foy asentada amtre o dicto rey meu senhor e padre e a rainha minha senhora e madre que santa gloria aja da hũa parte e o serenysymo rey Dom Joham de Purtugall meu primo que Deus aja da outra ficaram por detriminar na costa de Berberya desd'os lymytes do reyno de Feez ataa o Cabo de Bojador e de Nam domde começam as marcas de Guínee.

Porem confiando de vos Gomez de Santilhan (sic) coregedor da cidade de Jaem que soees tall pessoa que guardarees meu serviço e bem e fyellmente farees o que por mym vos for mandado por esta minha carta vos dou e outorguo meu poder conprido lyvre e cheo e vos ey e costetulo e cryo e ordeno meu legitimo e abastante precurador em a milhor forma e maneira que poso e que melhor pode e deve valer de direito e em tall caso se requiere espiciallmente pera que por mym e em meu nome e de meus herdeiros e socesores e de meus reynos e senhoryos e suditos e naturaees delles posaees trautar e concordar e asemtar e fazer trauto concordia e asemto com o dicto serenysymo rey de Purtugall meu irmão ou com (4) quem seu poder pera ello tener e fazer e façaees quaaesquer comcertos e asentos lymytaçam demarcaçam e comcordia sobre a dita cidade e penhon de Beleez e sobre os susodictos

lymytes que em a susodita Capitollaçam pasada ficaram por detriminar em a dita costa de Berberia desd'os lymytes do reyno de Feez atee o Cabo de Bojador e de Nam. O qual todo posaees comcordar e lymytar por aquelas partes e devisões e lugares que bem visto vos for por o tempo e teenpos e prepetuamente e com as lymytações que a vos parecer e pera que posaees deixar ao dicto serenysymo rey de Purtugall meu irmão e a seus regnos e sobcesores de todo o susodito o que a vos bem visto for e deixar e acceptar pera mym e pera herdeiros e socessores e a meus reynos todo o que vos parecer e bem visto for e pera que em meu nome e de meus erdeiros e socesores e de meus reynos e senhorios e suditos e naturaees delles posaes comcordar e asemtar e receber e acceptar do dicto serenysymo rey de Purtugall ou de quem seu poder pera ello tener em seu nome todo o que a mym e a meus sobcesores pertemceer do susodito pollo dito aseemto e comcordia com aquelas lymytações e eixcepções e com todas as outras clausullas e declarações e renunciações que a vos bem visto for e pera que sobre todo o que dicto he e sobre o a ello tocamte em quallquer maneira posaees fazer e outorgar e comcordar e tractar e receber e acceptar em meu nome quaeesquer capitolações e contrautos e escripturas com quaeesquer vyncullos e comdições e obrigações e estipolações penas e sobmysões e renuncições que vos quiserdes e bem visto vos for e sobre ello posaees fazer e outorgar todas as cousas e cada hũa dellas de quallquer (4 v.) natura e callidade e gravitydade e ymportancia que seja e ser posam ainda que sejam taees que por sua comdiçam requeliram outro mais synallado e especiall mandado meu e de que se deveze fazer de feito e de direito espECIALl e symgullar mençam e que eu semdo presente poderia fazer e outorgar e receber.

El outrosy vos dou poder comprido pera que posaees jurar em minha alma que terey e guardarey e conprirey o que vos asy asentardes e capitollardes e outorgardes cesante toda cautella fraude engano ficlon e symulaçam e asy posaees em meu nome capitollar segurar e prometer que eu em pessoa ou o dito rey meu senhor e padre como admenystrador e governador destes meus reynos em meu nome segurara jurara e prometera e outorgara e comfymmara todo o que vos em meu nome acerqua do que dicto he segurardes e prometerdes e capitollardes deentro daquelle termo e tempo que vos parecer e que o guardarey e conprirey reallmente e com efeyto so as comdições penas e obrigações que vos prometerdes e asentardes. As quaees desd'agora prometo de pagar se em ellas encorer pera o qual todo e pera cada hũa cousa e parte della vos dou o dito poder com livre e jerall admanystraçam e prometo e seguro por mynha fee e pallavra reall de teer e guardar e conpryr eu e meus erdeiros e sobcesores todo o que por vos acerqua do que dito he for dito concordado capitollado e prometido. El prometo de o aveer por firme rato e grato estavel e vallioso por agora e em todo tempo e pera senpre jamais e que nam irey (5) neem virey contra ello neem contra parte allgũã dello direita neem yndireitamente em

juízo neem fora delle so obrigação eixpresa que pera ello faço de meus beens patrymonyaees e fiscaees do quall mandey dar a presente carta fyrmada de meu nome e aseellada com o meu seello.

Dada em a villa de Valhadoy a xxij dias do mes de Março ano do nascimento de Noso Senhor e Sallvador Jhesus Christo de myll e quinhentos e ix. Eu el rey. Eu Miguell Perez d'Almaçam secretario da rainha nosa senhora a fez esprever per mandado del rey seu padre.

E loguo o dicto Guomez de Santilhan precrador da dita senhora rainha de Castella de Liam e de Grada etc dise que vemdo o dicto senhor rey Dom Fernando padre da dicta senhora rainha sua costetuynte como governador e manystrador dos ditos reynos de Castella de Lyam e de Grada segundo he declarado pollo dicto seu poder e procuraçam os grandes malles e danos que se seguiam de Beleez da Gomeira a costa de Grada e de Andaluzia pera remedio delles e pera que se evitasem muytos cativeiros de gente christãa de seus sobditos e vasallos e naturaees que os mouros fazlam e asy outros muytos malles e danos e por serviço de Noso Senhor mandara fazer e de feito se fez no penhan e ilha no mar junto do dito Beleez hũa torre nam aveendo memorya que o dito Belez (5 v.) era da conquista do dicto senhor rey de Portugall por ser dentro dos lymytes do reyno de Feez que he da conquista do dicto senhor rey de Portugall como claramente se mostra polla capitollaçam das pazes e polla outra segunda capitollaçam feita per Ruy de Sousa e Dom Joham de Sousa seu filho e Ayres d'Allmadãa em tempo del rey Dom Joham seus embalxadores e precradores sobre a negociaçam de Melyla e Caçaca e as outras cousas em a dita capytollaçam comteudas. E que vemdo o dito senhor rey Dom Fernamdo como admanystrador e governador dos reynos de Castella de Liam e de Grada etc por a dita senhora rainha sua filha e sua costetuynte como o dito Belez era da conquista do dito senhor rey de Portugal e a elle pertemceer e queremdo comservar e guardar o muyto amor que antre elles ha e asy por comprir e satisfazer a obrygaçam que a ysto teem por beem da capitollaçam das pazes dantre os ditos reynos de Casteella e Portugall como he obrigado fazer detriminou de lha mandar dar e entregar como cousa sua propia que he e de sua conquista. Peroo esguardando os ditos precradores como o dicto Belez he cousa muy necesarea e proveitosa aos ditos reynos de Castella asy por ser muy acerqua dos termos de Caçaca e Mylyla que pella capitollaçam e aseento feyta pollo dito Ruy de Sousa foram outorgadas aos ditos reynos de Castella segundo em ella he contheudo como principallmente (6) pollos malles e danos e cativeiros de gente que a costa dos ditos reynos dally mais geeralmente recebia e se espera que recebera pollo qual aos ditos reynos de Castella mais convem e he proveitoso teer a guarda e segurança do dito Belez e comsyramdo como a costa da Berberia daquela parte contra Guynee em que os ditos reynos de Casteella pertemdem teer

allguum direito ate o Cabo de Bojador e de Nam he mais proveitoso ao dito senhor rey de Portugall e a seus reynos asy pollos negocios do seu senhoryo de Guynee e ilhas como por a cidade de Cafy e casteellos outros que naquella parte teem e muy principallmente porque antre elles se comserve o muyto amor que huum ao outro tem como he muita rezam que aja antre pay e filho e asy mesmo porque antre seus reynos e os naturaees delles aja senpre aquela paz e concordea que he rezam que aja e pera se tirarem causas de duvidas e debates domde o contrairo que pode seguir que Noso Senhor em todos tenpos defemda por todas estas rezões os ditos precuradores em nome e por vertude dos poderes dos dictos senhores seus costetuyntes se concordaram no modo seguinte

Item primeiramente foy antre elles comcordado fyrmado e aseemtado que o dicto senhor rey de Portugall porque se evitem os ditos malles e danos que os ditos mouros dally de Bellez fazem aos christãos e gentes dos ditos reynos de Casteella leixe e allargue como de feyto leixa e allarga deste dia pera senpre jamais a dita senhora rainha de Casteella de Liam e de (6 v.) Gradaa etc pera ella e seus erdeiros e socesores e pera seus reynos e senhorios o dito lugar de Bellez da Gomeira com seu porto e penhon e fortalleza que em elle estaa feita e com todos seus termos e asy mesmo toda a costa que do dito lugar de Bellez ha atee os lugares de Melilla e Caçaça (*sic*) e com todos e quaaeesquer lugares e povorações que na dicta costa agora ha feitas e se fezerem e com todos os termos dellas comtamto porem que contem a parte da cidade de Cepta nam se posam meter neem se estemda o termo do dicto lugar de Bellez mais que atee seys legoas por costa e das ditas seis legoas por costa partyndo por terra Norte e Sull atee ho comfym do dito termo de Bellez pero o que todo esto que lhe asy leixa lhe outorga e daa todo o direito rezam e auçam que o dicto senhor rey de Portugall e seus reynos e erdeiros e socesores delles nyso teem e per quallquer maneira posam teer de modo e maneira que todo o que dicto he fique e quede a dicta senhora rainha de Castella e a todos seus sobcesores e a seus reynos deste dia pera todo senpre jamais como cousa sua propia.

Item que porquamto polla capitollaçam que fez e asentou Ruy de Sousa e Dom Joham de Sousa seu filho e Aires d'Almadãa embaixadores e precuradores do senhor rey Dom Joham que samta gloria aja dante elle e o dito senhor rey Dom Fernando e a senhora raynha Dona Isabell sua molher (7) que santa gloria aja sobre os lymites e demarcações do dito reyno de Feez e sobre as outras cousas em ella comteudas ficaram por detrimynar da parte do ponemte por omde avia de hir ficar a partyr a raya e lymyte do dito reyno de Feez sobre o quall se avia de fazer certo elxame segumdo na dicta capitollaçam he comteudo e decllarado por aver hy duvida se antre o Cabo de Bojador e de Nam domde come-

cam as marcas e lymytes do senhoryo de Guynee que he do dito senhor rey de Portugall ficavam allguns lugares e terras que nam fosem da conquista do dicto reyno de Feez por omde se dizia a conquista delles nam pertemceer a Portugall foy antre elles asentado firmado e comcordado que porque asy o dicto senhor rey de Portugall leixa e allargua a dita senhora raynha de Castella e a seus reynos e socesores o dicto lugar de Bellez como dicto he que claramente e sem duvida e debate he seu e da coroa de seus reynos pera que se remediem os malles e danos que eram feitos e cada dia se esperavam que fezesem os mouros aos ditos vasallos e naturaes dos ditos reynos de Casteella que a dicta senhora raynha de Castella de Lyam e de Grada etc e o dicto senhor rey Dom Fernamdo seu padre como admanestrador e governador por ella de seus reynos e senhoryos largase e leixase como de feito larga e leixa ao dito senhor rey de Portugall e a seus reynos e a todos seus herdeiros e socesores deste dia pera todo senpre jamais todo e quallquer direito e auçam e rezam que elles e os ditos reynos de Castella etc per quallquer modo e maneira posa teer e (7 v.) tenha em todos e quaeesquer lugares e terras que aja nas ditas comarquas e lymytes a saber desdo dito lymyte das ditas seys legoas que ficam e quedam com o dito lugar de Bellez da parte contra Cepta somseguindo os lugares e terras que ho dito senhor rey de Portugall teem no reyno de Feez atee chegar ao dito Cabo de Bojador e de Nam e que polla rezam sobredita e por outra quallquer cuidada ou nam cuidada nunqua em tenpo allgum se posa dizer que o que dicto he pertemcee a Casteella e em tall maneira lhe outorga e leixa todo o que dicto he que no mееo de toda a dita terra e comarquas nam posa ficar nhum direito auçam nem rezam a dita senhora raynha de Castella nem a seus reynos erdeiros e socesores e des os ditos lymytes do dito lugar de Bellez da Gomeira comseguindo os ditos lugares que o dicto senhor rey de Portugall teem em o dicto reyno de Feez atee o dito Cabo de Bojador e de Nam fique lyvrentemente e sem duvida nem debate aos reynos de Portugall como se tudo lhe fose julgado por da sua conquista do reyno de Feez pero o em esto nam se emtemda que entra a Torre de Santa Cruz que esta em a Mar Pequena que he dos ditos reynos de Castella porque esta ha de ficar e fica pera a dita senhora rainha de Casteella e pera seus herdeiros e socesores da qual torre nam se podera porem trautar por os sobditos e naturaes dos reynos de Castella de Liam e de Grada etc salivo defronte della e nom ao lomguo da costa pera hum cabo nem pera o outro e comtanto que desdo dito Cabo de Bojador por o mar e costa de Berberia contra a parte do Levante (8) os suditos e naturaes dos ditos reynos e senhorios de Casteella de Liam e de Grada etc e dos reynos e senhoryos de Portugall etc posam hyr e viir e vão e venham lyvre e segura e pacificamente a pescar e saltear e contrautar em terra de mouros por a dicta costa e surgir da maneira que atee quy o podiam e acustumavam fazer pagamdo os sobreditos em cada hum dos lugares e for-

tellezas e lymytes dellas que agora estam feitas e se fizerem daquy adiante os direitos ordenados e que estiverem postos em os taes lugares contanto porem que os direitos que se ouverem de pagar em os lugares e fortellezas e lymytes dellas que novamemte se fizerem e forem tomados ou se derem nam sejam maiores que aqueles que se agora pagam aos mouros em os lugares e fortellezas que elles agora pesuem em aquella costa. Peroo se novamemte se fezese allgũa fortelleza ou fortellezas ou povorações ou lugares omde nam ouvese povorações alguuas de mouros nem se pagavam direitos na tall fortelleza ou lugar que de novo se povorase os que a ella forem a comtratar ou estiverem contratando pagaram os direitos que se pagarem no lugar que pesuem ou pesuyrem os ditos mouros a elle mais chegado e comarquão.

Item foy comcordado afyrmado e asentado antre os ditos precuadores que todo o conteudo em esta capitollaçam nem parte dello nam prejudicara nem trara inpidimento por maneira (8 v.) allgũa ao que esta firmado capitollado e assentado pella capitollaçam e asemento das pazes damtre estes reynos de Purtugall e seus senhoryos e os reynos de Castella e seus senhorios sobre o que toqua a conquista do reyno de Fez mas que fique pera senpre jamais firme e estavell e valliosa como na capitollaçam e asemento das ditas pazes he conteudo.

O que todo o que dicto he e cada hũa cousa e parte della o dicto Dom Antonio precurador do muyto allto muyto eixelemte princepe e muyto poderoso senhor rey de Purtugall etc por vertude de seu poder que aquy vay emcorporado e o dicto Gomez de Santilhan precurador da muyto allta e muito eixelemte princesa e muito poderosa senhora rainha de Castella etc por virtude do dito seu poder e precuraçam que aquy vay emcorporado prometem e seguram em nome dos ditos senhores seus costetuyntes que elles em aquello que a cada hũa das ditas partes toca e seus sobcesores reynos e senhorios pera senpre jamais terem e guardaram e conpryram reallmente e com efeyto cesante todo fraude cautella emgano e ficlon e symullaçam todo ho conteudo em esta capitollaçam e cada huua cousa e parte dello. E obrygarom se que as dictas partes nem nhũa dellas em todo o que a ellas toqua nem seus sobcesores pera senpre jamais nam hiram nem vyram contra o que aquy he dito e asentado e comcordado nem contra cousa allgũa nem parte dello direito nem indireite em maneira (9) allgũa nem em tenpo allguum neem por allgũa maneira cuydada ou nam cuidada so pena de cem mill dobras d'ouro castelhanas da banda que dee e pague a parte que quebrantar ou nam conpryr ou contra ello for ou vyeer per a parte que ho conprir e guardar por pena e por yntarese convencionall que pagaram por cada vez que ho quebrantarem ou contra ello forem ou vierem e a dicta pena pagada ou nam pagada ou graciosamente remetida que esta obrigaçam e capitollaçam e asemento fique firme estavell e valioso como nelle se comteem. Pera o qual todo asy teer e guardar e conpryr e pagar os

ditos procuradores em nome dos ditos senhores seus costetuyntes obrigaram os beens cada hum da dita sua parte movees e de rayz patrimonyaees e fisquaees e de seus suditos e vasallos e naturaes avidos e por aver e arenunciaram quaeesquer leis e direitos de que se poderiam aproveytar as ditas partes e cada hũa dellas pera hyr ou vyr ou contradizer o que dito he ou quallquer cousa ou parte della. E por mayor fyrmeza e seguridade de todo o conteudo em esta capitolaçam e asemento juraram a Deus e a Santa Marya e ao Sygnall da Cruz em que poseram suas mãos direytas e as pallavras dos Santos Avanjelhos domde quer que mais largamente sam escriptos em nome e nas allmas dos ditos senhores seus costetuyntes que elles e cada hum delles terem e guardaram (9 v.) todo o que dicto he e cada hũa cousa e parte della realmente e com efeyto segumdo que aquy he asentado e fyrmado e capitollado e o nam contradiram em maneira allguua nem em tenpo allguum sobre o quall juramento juraram de nam pedyr assollvyçam neem rellaçam ao Santo Padre nem a outro nhum dellegado nem prellado que a posa dar e almda que de moto proprio lha deem nam husaram della. E o dito Gomez de Santilhan precrador da dita senhora rainha de Casteella etc em seu nome e por sy se obrygou sob a dita pena e juramento que deentro de noventa dias prymeiros seguintes contados do dia da feyta desta capitollaçam se dara ou enviara ao dito senhor rey de Portugall ou a seu certo mandado a escriptura d'aprovaçam retefycaçam e outorgamento desta dita capitollaçam e assemento esprita em purgaminho e asynada pollo dito senhor rey Dom Fernando como admanys-trador e governador dos reynos e senhorios de Casteella de Liam e de Grada etc polla dita senhora raynha sua filha e por elle jurada e aseellada do seello da dita senhora rainha em seu nome e de seus reynos e de todos seus sobcesores. E que elle como governador fara esta dita capitollaçam manteer conprir e guardar asy inteiramente como nella he contheudo. E entregando se asy a dita aprovaçam e retefycaçam e confirmaçam na maneira que dicta he ao dito senhor rey (10) de Purtugall ou a seu certo mandado o dito Dom Antonyo seu precrador em seu nome e por sy se obriga que sera dada ao dito Gomez de Santilhan precrador da dita senhora rainha de Castella ou a seu certo mandado outra tall escriptura d'aprovaçam retificaçam e confyрмаçam asynada pollo dito senhor rey de Portugall seu costetuynte e aseellada do seu seello e por elle jurada no modo que dito he. E de todo o sobredito outorgaram duas escripturas anbas de hum teeor as quaaes asynaram de seus nomes e as outorgaram presente o comde de Tarouca Priol do Crato mordomo moor da casa do dito senhor rey de Portugall e Dom Diogo de Loronha filho do marques e Dom Martinho de Castel Branco senhor de Villa Nova de Portymão e veedor de sua fazemda e o baram d'Alvito vedor da fazenda do dito senhor e Dom Nuno Manuel seu almotace moor e Dom Pedro da Sylva comemdador moor d'Avilis e Joham Vaaz de Paradynas scprivam e revysor em a audlemcia reall de Grada que ha todo

foram presentes por testemunhas e toda esta spritura viram e ouvyram leer pera cada huua das partes sua e outorgaram que qualquer dellas que pareça valha como se ambas de duas parecesem. Das quaees eu Antonio Carneiro secretairo do dito senhor rey de Portugall e publico notario geerall em todos seus reynos e senhorios a meu fiel sprivam esta fez sprever e a comcertey e dou de mym fee (10 v.) que os ditos precuradores ambos fizeram cada hum por sy o dito juramento segundo e na maneira que em esta spritura de capitolaçam e assemento he comtyudo e declarado que cada hum delles o ouvesse de fazer e esta foy fecta no dito dia mes e era atras sprita na quall meu publico e acostumado synal fiz com as ditas testemunhas que comigo aquy asynaram de seus propios synaes. Nam aja duvyda nas amtrelynhas e risquados atras homde diz meu e suditos e de Berberia e quedam senhora ambas fezeram porque eu dito secretario o rysquey e amtrellnhey por verdade. Nam aja asy mesmo duvyda na amtrelynha omde diz em a Villa de Symtra.

(Sinal público)

Dom Antonio

Gomes de Santilhan

Dom Diogo

O conde prior moordomo mor

O comendador mor

Ho baram d'Alvyto

Dom Martynho

Dom Nuno Manuell

Juan Vazquez

(B. R.)

4473. XVIII, 6-17 — Instrumento (*pública forma do*) do qual consta a concórdia feita entre os reis de Portugal e Castela, a respeito da navegação, ilhas e terras descobertas e por descobrir, confirmada por autoridade apostólica com declaração de que a espiritualidade e jurisdição ordinária sômente pertenceria à Ordem de Cristo, para sempre, nas ilhas, vilas, portos, terras e lugares dos cabos Bojador e Não até Nova Guiné e Indias. Lisboa, 1488, Abril, 10. — *Pergaminho. 12 folhas. Bom estado.*

In nomine Domini amen. Saibham os que este presente publico stornamento de transumpto reduzido em publica forma dado per auctoridade ordinaria virem que no anno do nascimento de Nosso Señor Jhesu Christo de mill iiii^{to} lxxxviii^{to} dez dias do mes d'Abril na muy nobre e sempre leall cidade de Lixboa nas casas da morada do muito honrrado prudente e descreto Stevom Gomez conigo na Egreja Metropolitana e mayor da dicta cidade e vigairo geerall no spirituell e temporall por o reverendis-

simo em Christo padre e senhor Dom Jorge per mercee de Deus e da Sancta Egreja de Roma do titulo Sancte Marie in trans tiberim cardeall dessa meesma e arcebisjo de Lixboa seendo hi o dicto vigairo em presenca de mim publico notario apostolico ajuso nomeado e das testemunhas adiante scritas pareceo hi ho honrrado e egregio Vaasco Fernandez do Conselho e Desembargo do illustrissimo e serenissimo principe Dom Joham per graça de Deus rey de Portugall e dos Algarves daaquem e daalem mar em Africa e senhor de Guinee nosso senhor e seu sofficiente procurador pera ho acto que se ao diante segue segundo a mim notario constou per hũa carta do dicto nosso senhor rey e apresentou hũa letra apostolica do Sancto Padre Papa Sixto Quarto da sclarecida memoria presidente que foy na egreja de Deus scrita em purgaminho e em latim bullada de sua verdadeira bulla de chumbo em pendente per flos de sirgo vermelhos e amarells segundo costume de Roma integra non viciada nem cancellada nem raspada mas carecente de todo o vicio e sospelçam segundo prima facie per ella bem parecia e huum trasumpto da dicta letra em linguaagem fecto per elle dicto doctor per mandado del rey nosso senhor. Da qual letra apostolica em latim e em linguaagem os theores de verbo a verbo som huum empos ho outro os que se segue.

Sixtus episcopus servus servorum Dei ad perpetuam rei memoria eterni regis clementia per quem reges regnat in suprema sedis apostolica specula collocati regum catholicorum omnium sub quorum felici gubernaculo Christi fideles in justicia et pace foveantur statum et prosperitatem ac quietem et tranquillitatem sinceris desideris appetimus et inter illos pacis dulcedinem vigere ferventur exoptamus ac hiis que per predecessores nostros romanos pontifices et alios propterea provide facta fuisse coperimus ut firma perpetuo et illibata permaneant et ab omni contentionis scrupulo procul existant apostolice confirmationis robur favorabiliter adhibemus dudum si quidem ad audientia felicitis recordationis Nicolai Pape V predecessoris nostri deducto quod quondam Henricus Infans Portugalie carissimi in Christo filii nostri Alfonsi Portugalie et Algarbii regnorum regis illustris patruus inherens vestigiis clare memorie Johannis dictorum regnorum regis ejus genitoris ac zello salutis animarum et fidel ardore plurimum succensus tanquam catholicus et verus omnium creatoris Christi miles ipsumque fidel acerrimus ac fortissimus defensor et intrepidus pugil ejusdem creatoris gloriosissimum nomen per universum terrarum orbem etiam in remotissimis ac incognitis locis divulgari extolli et venerari necnon illius ac vivifice qua redempti sumus crucis inimicos perfidos (1 v.) saracenos ac quoscunque alios infideles ad ipsius fidel gremium reduci ab ejus in eunte etate totis viribus aspirans post Ceptensem civitatem in Africa consistentem per dictum Johannem regem ejus sub actam dominio et post multa per ipsum infantem nomine tamen dicti regis contra hostes et infideles predictos quandoque etiam in propria persona non etiam absque maximis laboribus et expen-

sis ac rerum et personarum periculis et jactura plurimorumque naturalium suorum cede gesta bella eis tot tantisque laboribus periculis et damnis non factus nec territus sed hujusmodi laudabilis et pii propositi sui prosecutionem in dies magis atque magis exardescens in oceano mari quasdam solitarias insulas fidelibus populaverat ac fundari et construi inibi fecerat ecclesias et alia loca pia in quibus divina celebrabantur officia ex dicti quoque infantis laudabili opere et industria quam plures diversarum in dicto mari existentium insularum incolle seu habitantes ad veri Dei cognitionem venientes sacram baptismum susceperant ad ipsius Dei laudem et gloria ac plurimorum animarum salutem orthodoxe quoque fidei propagationem divini cultus augmentum.

Propterea cum olim ad ipsius infantis provenisset noticiam quod nunquam vel saltem a memoria hominum non consuevisset per hujusmodi oceanum mare versus meridiionalem et orientalem plagas navigari illudque nobis occiduis adeo foret incognitum ut nullam de partium illarum gentibus certam noticiam haberet credens se maximum in hoc Deo prestare obsequium si ejus opera et industria mare ipsum usque ad indos qui Christi nomine collere dicuntur navigabile fieret sicque cum eis participare et illos in christianorum auxilium adversus saracenos et alios hujusmodi fidei hostes commovere posset ac nonnullos gentiles seu paganos nephandissimi machometi secta minime infectos populos inibi medio existentes continuo debellare eisque incognitum Christi sanctissimi nomen predicare ac facere predicari regia semper auctoritate munitus a viginti quinque annis extunc exercitum ex dictorum regnorum gentibus maximis cum laboribus periculis et expensis in velocissimis navibus caravelis nuncupatis ad perquirendum mare et provincias maritimas versus meridionales partes et polum antarcticum annis singulis fore mittere non cessaverat sicque factum fuit ut cum naves hujusmodi quam plures portus insulas et maria perlustrassent et occupassent et ad Guineam provinciam tandem pervenissent occupatisque nonnullis insulis portubus ac mari eidem provincie adjacentibus ulterius navigantes ad hostium cuiusdam magni fluminis nilli communiter reputati pervenissent et contra illarum partium populos nomine ipsorum Alfonsi regis et infantis per aliquos annos guerra habita extiterat et in illa quam plures inibi vicine insule debellate et pacifice possesse fuissent prout ad huc cum adjacenti possidebantur exinde quoque multi Guinei et alii nigri incapti quidam etiam non prohibitarum rerum permutacione seu alio legitimo contractu emptionis ad dicta erant regna erant transmissi quorum inibi in copioso numero ad catholicam fidem conversi extiterant sperabaturque divina (2) favente clementia quod si hujusmodi cum eis continuaretur progressus vel populi ipsi ad fidem reverterentur vel saltem multorum ex eis anime Christo lucrifacerent et per eundem predecessorem accepto quod licet rex et infans prefati qui cum tot et tantis periculis laboribus et expensis necnon perditione tot naturalium regnorum hujusmodi quorum inibi quam plures perierant ipsorum naturalium dumtaxat freti auxilio

provincias illas perlustrari facerent ac portus insulas et maria hujusmodi acquisiverant et possederant ut perfertur ut illorum veri domini timentes tunc aliqui cupiditate ducti ad partes alias navigassent et operis hujusmodi perfectione fructum et laudem sibi usurpare vel saltem impedire cupientes propterea lucri commodo aut malicia ferrum arma ligamina aliasque res et bona ad infideles deferri prohibita portassent vel transmississent aut ipsos infideles navigandi modum edocerent propter que eis hostes forciores aut duriores fierent et hujusmodi prosecutio vel impediretur vel penitus forsitan cessaret non absque Dei magna offensa et ingenti tocius christianitatis obprobrio ad obviandum premissis ac pro suorum juris et possessionis conservacione sub certis tunc expressis gravissimis penis prohibuerant et generaliter statuerant quod nullus nisi cum suis nautis et navibus et certi tributi solucionem obtentaque prius de super expressa ab eodem rege vel infante licentia ad dictas provincias navigare aut in earum portibus contractare seu in mari piscari presumerent tamen successu temporibus evenire potuisset quod aliorum regnorum seu nationum persone invidia malicia et tributis solutione hujusmodi ad dictas provincias accedere et in sic acquisitis provinciis (sic) portibus insulis ac mari navigare contractare et piscari presumerent et ex inde inter Alfonsum regem et infantem qui nullatenus se in hiis sic deludi paterentur et persumentes predictos quam plura odia rancores dissensiones guerre et scandalla in maxima Dei offensam et animarum periculum verisimiliter subsequi potuissent et subsequerentur idem predecessor premissa omnia et singula debita meditatione pensans et attendens que cum olim prefato Alfonso regi quoscunque saracenos et paganos aliosque Christi inimicos ubicumque constitutos ac regna ducatus principatus dominia possessiones et mobilia ac imobilia bona quecunque detenta ac concessa invadendi conquerendi expugnandi deblandi et subiundi illorumque personas in perpetuam servitutem redigendi ac ducatus comitatus principatus dominia possessiones et bona sibi et successoribus suis applicandi apropiandi ac in suos successorumque usus et utilitatem convertendi aliisque suis litteris plenam et liberam inter cetera concesserit facultatem dicte facultatis obtenta idem Alfonsus rex seu ejus auctoritate predictus infans juste et legitime insulas terras portus et maria hujusmodi acquisiverat et possederat et possidebat itaque ad eundem Alfonsum regem et ipsius successores de jure spectabant et pertinebant nec qui eis alius etiam Christi fidelis absque ipsorum Alfonsi regis et successorum suorum licencia speciali de illis se eatenus intromittere licite poterat quoquomodo ut ipse Alfonsus rex ejusque successores et infans eo ferventius huic tam piissimo perclaro et omni evo memoratu dignissimo operi in quo cum in illo animarum salus fidei augmentum et illius hostium depressio procurarentur (2v.) Dei ipsiusque fidei ac rei publice universalis ecclesie rem agi conspiciens insistere valent et insisterent quo sublati quibus vis dispendiis amplioribus se per eundem predecessorem et sedem apostolicam favoribus et gratiis munitos

fore conspicerent de premissis omnibus et singulis plenissime informati motu proprio maturaque prius de super deliberacione prehabita auctoritate apostolica et ex certa sciencia de apostolice potestatis plenitudine litteras facultatis prefatus quarum tenores de verbo ad verbum haberi volint per insertis cum omnibus et singulis in eis contentis clausulis ad Ceptensem et predicta ac quecunque alia ante datum dictarum facultatis litterarum acquisita et ad ea que in posterum nomine dictorum Alfonsi regis suorumque successorum et infantis in ipsis ac illis circumvicinis et ulterioribus ac remotioribus partibus de infidelium seu paganorum manibus acquiri poterat provincias insulas portus et maria que cunque extendi et illa sub eisdem facultatis litteris comprehendere ipsarumque facultatis et dictarum litterarum vigore jam acquisita et que in futurum acquiri contingeret posquam acquisita forent ad prefatos regem et successores ac infantem ipsamque conquestam quam a capitibus de Bojador de Nam usque per totam Guineam et ultra versus illam meredionalem plagam extendi declaravimus etiam ad ipsos Alfonsum regem et successores suos et infantem et non ad aliquos alios spectasse et pertinuisse ac im perpetuum spectare et pertinere debere necnon Alfonsum (*sic*) regem et successores ac infantem predictos in illis et circa ea quecunque prohibiciones statuta et mandata etiam penalia et cum cujusvis tributi impositione facere ac de ipsis ut de rebus propriis et allis ipsorum dominiis disponere et ordinare potuisse ac tunc et in futurum posse libere et licite decrevit et declaravit ac pro podioris juris et cautelle suffragio jam acquisita et que in posterum acquiri contingeret provincias insulas portus loca et maria quecunque quocunque (*sic*) et quallacunque forent ipsamque conquestam a capitibus de Bojador et de Nam predictis Alfonso regi et successoribus suis regibus dictorum regnorum ac infanti prefatis perpetuo donavit concessit et apropiavit.

Preterea cum ad perficiendum opus hujusmodi multipliciter esset oportunum quod Alfonsus rex et successores ac infans predicti necnon persone quibus hoc ducerent seu aliquis eorum duceret committendum illius dicto Johanni regi per felicis recordationis Martinum V et alterius indultorum etiam inclite memorie Eduardo eorundem regnorum regi ejusdem Alfonsi regis genitori per ple memorie Eugenium III romanos pontifices predecessores nostros concessorum versus dictas partes cum quibusvis saracenis et infidelibus de quibuscunque rebus et bonis ac victualibus emptiones et venditiones prout congrueret facere necnon quoscunque contractus ignire (*sic*) transfigere pacisci mercari et negociari et merces quoscunque ad ipsorum saracenorum et infidelium loca dum modo ferramenta ligamina funes naves seus armaturarum genera non essent deferre et ea dictis saracenis et infidelibus vendere omnia quoque alia et singula in premissis et circa ea oportuna vel necessaria facere gerere vel exercere ipsique Alfonsus rex successores et infans in jam acquisitis et per eum acquirendis provinciis insulis et locis quascunque ecclesias (3) monasteria et alia pia loca fundare ac fundari et construi

necnon quascunque voluntarias personas ecclesiasticas seculares et quorumvis etiam mendicantium ordinum regulares de superiorum tamen suorum licentia ad illa transmittere. Ipseque persone inibi etiam quo ad viverent commorari ac quorumcunque in dictis partibus existentium vel accedentium confessiones audire illisque auditis in omnibus preterquam sedi predictae reservatis casibus debitam absolucionem impendere ac penitentiam salutare injungere necnon ecclesiastica sacramenta ministrare valerent libere et licite decrevit ipsisque Alfonso et successoribus suis regibus Portugalie qui essent imposterum et infanti prefato concessit et indulxit ac universos et singulos Christi fideles ecclesiasticos seculares et ordinum quorumcunque regulares ubilibet per orbem constitutos cujuscunque status gradus ordinis conditionis vel preeminentie forent. Etiam si archiepiscopali episcopali imperiali regali reginali ducali seu alia quacunque majori ecclesiastica vel mundana dignitate prefulgerent obsecravit in domino et per aspersionem sanguinis Domini Nostri Jhesu Christi cujus ut premititur res agebatur exortatus fuit eisque in remissionem suorum pecaminum injunxit necnon perpetuo prohibitionis edicto districtius inhibuit ne ad adquisita seu possessa nomine Alfonsi regis aut in conquesta hujusmodi consistentia provincias insulas portus maria et loca quecunque seu alias ipsis saracenis infidelibus vel paganis arma ferrum ligamina allaque de jure saracenis defferri prohibita quoquomodo vel etiam absque speciali ipsius Alfonsi regis et successorum suorum et infantis licencia merces et alia a jure premissa defferre aut in illis piscari seu de provinciis insulis portibus maribus et locis seu aliquibus eorum aut de conquesta hujusmodi se intrromittere vel aliquid per quod Alfonsus rex et successores sui et infans predicti quominus acquisita et possessa pacifice possiderent et conquesta hujusmodi prosequerentur et facerent per se vel alium seu alios directe vel indirecte opere vel consilio facere vel impedire quoquomodo presumerent qui vero contrarium faceret ultra penas contra defferentes arma et alia prohibita saracenis quibuscunque a jure promulgatas quas illos incurrere voluit ipso facto si persone forent singulares excommunicationis sententiam incurrerent. Si communitas vel universitas civitatis castri ville seu loci ipsa civitas castrum villa seu locus ecclesiastico interdicto subjaceret eo ipso nec contra facientes ipsi vel aliqui eorum ab excommunicationis sententia absolventur nec interdicti hujusmodi relaxationem apostolica vel alia quavis auctoritate obtinere possent nisi ipsis Alfonso et successoribus suis ac infanti prius pro premissis congrue satisfecissent aut de super amicabiliter concordassent cum eisdem prefatus predecessor venerabilibus fratribus archiepiscopo Ulixbonensi et Silvensi ac Ceptensi episcopis suis litteris dedit in mandatis quantius ipsi vel duo aut unus eorum per se vel alium seu alios quotiens pro parte Alfonsi regis et illius successorum ac infantis predictorum vel alicujus eorum de super forent requisita vel aliquis ipsorum foret requisitus illos quos excommunicationis et interdicti sententias hujusmodi incurrisse constaret tandiu dominicis aliisque festivis diebus

in ecclesiis dum major inibi populi multitudo conveniret ad divina excommunicatos et interdictos aliisque penis predictis inodatos fuisse et esse auctoritate apostolica declararent (3 v.) et denunciarent necnon ab aliis nunciari et ab omnibus artius evitari facerent donec pro premissis satisfecissent seu concordassent ut prefertur. Contradictores per censuram ecclesiasticam appellatione postposita compescendo non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis ceterisque contrariis quibuscunque ceterum ne dicte littere que de certa sciencia et matura de super deliberatione prehabita ab eodem predecessore emanarunt ut prefertur de surrectionis vel orrectionis (*sic*) aut nullitatis vitio a quoquam impostorum valerent impugnari voluit et auctoritate sciencia ac potestate predictis decrevit pariter et declaravit quod dicte littere et in eis contenta de surrectionis obrrectionis vel nullitatis etiam ex ordinarie vel alterius cujuscunque potestatis aut quovis alio defectu impugnari illarumque effectus retardari vel impediri nullatenus possent sed imperpetuum valerent et plenam obtinerent roboris firmitatem irritum quoque esset et mane si secus super hiis a quoque quavis auctoritate scienter vel ignorantur contingeret attemptari. Et deinde pro parte Alfonsi regis et Henrici Infantis predictorum pie memorie Calixto Papa iij^o etiam predecessori nostro exposito quod ipsi supra modum affectabant quod spiritualitas in eisdem solitariis insulis terris portubus et locis in mari oceano versus meridionalem plagam in Guinea consistentibus quas idem Infans de manibus saracenorum manu armata extraxerat et christiane religioni ut prefertur conquissiverat milicie Jhesu Chirsti cujus reddituum suffragio idem infans hujusmodi conquistam fecisse prohibebatur per sedem apostolicam perpetuo concederetur ac declaratio constitutio donatio concessio appropriatio decretum obsecratio exhortatio injunctio inhibicio mandatum et voluntas necnon littere Nicolai predecessoris prefati ac omnia et singula in eis contenta confirmarentur idem Calistus predecessor attendens religionem dicte milicie in eisdem insulis terris et locis fructus afferre posse in domino salutare hujusmodi supplicationibus inclinatus declarationes constitutiones donationes appropriationem decretum obsecrationem exhortationem injunctionem inhibitionem mandatum voluntatem litteras et contenta hujusmodi et inde secuta quecunque rata et grata habens illa omnia et singula auctoritate apostolica et ex simili scientia confirmavit et approbavit ac robore perpetue firmitatis subsistere decrevit supplens omnes et singulos defectus si qui forsitan intervenissent in eisdem.

Et nichilominus auctoritate et sciencia predictis perpetuo decrevit statuit et ordinavit quod spiritualitas et omnimoda jurisdictio ordinaria dominium et potestas in spiritualibus dumtaxat in insulis villis portubus terris et locis a capitibus de Bojador et de Nam usque per totam Guineam et ultra illam meredionalem plagam usque ad indos acquisitis et acquirendis quorum situs numerum qualitates vocabula designationes confines et loca suis litteris pro expressis haberi voluit ad miliciam et ordinem hujusmodi perpetuis futuris temporibus spectaret atque pertinerent illa-

que eis extunc concessit et beneficia ecclesiastica cum cura et sine cura secularia et ordinum quorumcunque (4) regularia in insulis terris et locis predictis fundata et instituta seu fundanda et instituenda cujuscumque qualitatís et valoris existerent seu forent quociens illa in futurum vacare contingeret conferre et de illis providere necnon excomunicacionis suspensionis privationis et interdicti aliasque ecclesiasticas sentencias censuras et penas quociens opus foret ac rerum et negociorum pro tempore ingruentium qualitas id exigeret proferre omniaque alia et singula in quibus locorum ordinarii spiritualitates habere cencerentur de jure vel consuetudine facere disponere et exequi potuerant et consueverant pariformiter absque villa differentia facere disponere ordinare et exequi posset et deberet super quibus omnibus et singulis ei plenam et liberam concessit facultatem decernens insulas terras et loca acquisita et adquirenda hujusmodi nullius diocesis existere ac irritum et inane si secus super hiis a quoquam quavis auctoritate scienter vel ignoranter contingeret attemptari.

Postmodum vero cum inter prefatum Alfonsum regem et carissimum in Christo filium nostrum Ferdinandum Castelle et legionis regem illustrem eorumque subditos humani generis hostis causante versucia guerre aliquamdiu viguissent tandem divina operante clementia ad pacem et concordia devenerunt et pro pace inter ipsos firmanda et stabilienda non nulla capitula inter se fecerunt inter que unum capitulum fore dignoscitur hujusmodi tenoris.

¶ Item voluerunt prefati rex et regina Castelle Aragonie e Sicilie et illis placuit ut ista pax sit firma et stabilis ac semper duratura promiserunt exnunc et in futurum quod nec per se nec per alium secretes seu publice nec per suos heredes et successores turbabunt molestabunt nes inquietabunt de facto vel de jure in judicio vel extra judicium dictos dominos regem et principem Portugalie nec reges qui in futurum in dicto regno Portugalie regnabunt nec sua regna super possessione et quasi possessione in qua sunt in omnibus comercis terris et permutacionibus sive resignatis Guinee cum suis mineris seu aurifodinis et quibuscunque aliis insulis littoribus seu costis maris terris detectis sive detegendis inventis et inveniendis insulis de la Matera de Porto Sancto et insula Deserta et omnibus insulis dictis de los Açores id est ancipitrum et insulis Florum et etiam insulis de Cabo Verder (*sic*) id est Pico montorio viridi et insulis quas nunc invenit et quibuscunque insulis que deinceps inveniuntur aut acquiruntur ab insulis de Canaria ultra et citra et in conspectu Guinee. Itaque quicquid est inventum vel invenietur et acquireretur ultra in dictis terminis id quod est inventum et detectum remaneat dictis regi et principi de Portugalia et suis regnis exceptis dumtaxat insulis de Canaria Lanzarote La Palma Forteventura la Gomera lo Fierro ha Graciosa ha Gran Canarea Tanarife et omnibus aliis insulis de Canaria acquisitis aut acquirendis que remanent regnis Castelle et ita non turbabunt nec molestabunt nec inquietabunt quascunque personas que dicta

mercimonia et contractus Guinee nec dictas terras et littora aut costas inventas et invenendas nomine aut potencia et manu dictorum dominorum regis et principis Portugalie vel suorum successorum tractabunt (4 v.) negociabunt vel acquirant quocumque titulo modo vel manerie quod sit aut esse possit ymo per istam presentem promittunt et assecurant bona fide sine dolo malo dictis dominis regi et principi Portugalie et successoribus suis quod non mittent per se nec per alios nec consentient ymo defendent quod sine licentia dictorum dominorum regis et principis Portugalie non vadant ad negotiandum dicta commercia et tractus nec in insulis terris Guinee inventis vel invenendis gentes suas naturales vel subditos in quocumque loco et in quocumque tempore et in quocumque casu opinato vel inopinato nec quascunque alias gentes exteras que morarentur in suis regnis et dominis vel in suis portibus armarent vel caperent victualia et necessaria ad navigandum nec dabunt illis aliquas occasionem favorem locum auxilium nec assensum directe vel indirecte nec permittant armari nec onerari ad eundem illuc aliquomodo et si aliqui exnaturalibus vel subditis regnorum Castelle vel extranei quicunque sint irent ad tractandum impediendum damnificandum depredandum acquirendum in dicta Guinea et in dictis locis mercimoniorum et permutationum et minorum seu auriferorum et terris et insulis que sunt invente et in futurum inveniende sine licentia et expresso consensu dictorum dominorum regis et principis Portugalie vel suorum successorum quod tales sint puniendi eo modo loco et forma quod ordinatum est per dictum capitulum istius nove reformationis tractatus pacis que servabuntur et debent servari in rebus maritimis contra eos qui descendunt in littora sive et portus ad depredandum damnificandum vel ad male agendum vel in mari medio dictas res faciunt.

Preterea rex et regina Castelle et legionis promiserunt et concesserunt modo supradicto pro se et suis successoribus ut non intromittant ad inquirendum et intendendum aliquomodo in conquista regni de Fes sicuti se non intromiserunt reges antecessores sui preteriti Castelle ymo libenter dicti domini rex et princeps Portugalie et sua regna et sui successores poterunt prosequi dictam conquestam et eam defendant quomodo illis placuerit et promiserunt et consenserunt in omnibus dicti domini rex et regina Castelle nec per se nec per alios nec in iudicio nec extra iudicium nec de facto nec de jure non movebunt super premissis nec in parte nec super re que ad illud pertineat litem dubium questionem nec aliquam contemptionem ymo totum preservabunt complebunt integre et faciatur observari et compleri sine aliquo defectu et ne in posterum possit allegari ignorantia de vetacione et penis dictarum rerum contractarum dicti domini miserunt illico iusticiis et officialibus portuum dictorum suorum regnorum ut totum quod dictum est servent compleant et fideliter exequantur et mittant ad preconizandum et publicandum in sua curia et in dictis portibus maris eorum supradictorum regnorum et dominiorum ut id perveniat ad eorum noticiam.

Nos igitur quibus cura universalis dominici gregis relictus est commissa quique ut tenemur inter principes et populos christianos pacis et quietis suavitatem vigere et perpetuo durare desideramus cupientes ut littere Nicolai et Calixti predecessorum huiusmodi ac preinsertum capitulum necnon omnia et singula in eis contenta ad divini nominis laudem ac principum et populorum regnorum predictorum (5) perpetuam pacem firma perpetuo et illibata permaneant motu proprio non ad alicujus nobis super hoc oblate petitionis instanciam sed de nostra mera liberalitate ac providentia et ex certa sciencia necnon de apostolice potestatis plenitudine litteras Nicolai et Calixti predecessorum huiusmodi ac capitulum predicta rata et grata habentes illa necnon omnia et singula in eisdem contenta auctoritate apostolica tenore presentium approbamus et confirmamus ac presentis scripti patrocinio communimus decernentes illa omnia et singula plenum firmitatis robur obtinere ac perpetuo observari debere et nichilominus venerabilibus fratribus Elborensibus et Silvensibus ac Portugalensibus episcopis per apostolica scripta motu et sciencia similibus mandamus quatinus ipsi vel duo aut unus eorum per se vel alium seu alios singulas litteras ac capitulum predicta ubi et quando opus fuerit solemniter publicantes ac eisdem rei et principi Portugalie eorumque successoribus in omnibus et singulis premissis efficacis defensionis presidio assistentes non permittant eosdem regem et principem et successores contra premissa vel eorum aliquid per quoscunque cujuscunque dignitatis status gradus vel condicionis fuerint molestari seu etiam impelliri molestatores et impediendas necnon contradictores quoslibet et rebelles auctoritate nostra per censuram ecclesiasticam et alia juris remedia appellatione postposita compescendo. Non obstantibus omnibus supradictis aut si aliquibus communiter vel divisim ab apostolica sit sede indultum quod interdicti suspendi vel excommunicari non possint per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmationis approbationis confirmationis constitutionis et mandati infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignacionem omnipotentis Dei ac Beatorum Petri et Pauli apostolorum ejus se noverit incursurum.

Datum Rome apud Sanctum Petrum anno incarnationis Domine millesimo quadringentesimo octoagesimo primo undecimo kalendas Julii pontificatus nostri anno decimo.

Item segue se o lynguajem desta bulla acima scripta que tal he

Sixto bispo servo dos servos de Deus pera perpetua memoria da cousa asentados per clementia do rey eterno per a quall os reys terreaes regnam na mais alta seeda da see apostolica como quem sta posto em alghũa atalaya requeremos com mui limpos desejos ho stado pros-

peridade folgança e tranquillidade de todos os reys catholicos sob a bem-aventurada governança dos quaes os fiees christãos som mantheudos em justiça e paz e desejamos com gram fervor que antre elles seja continua duçura della e a todo o que per os Papas de Roma nossos antecessores e per outras pessoas achamos que fosse fecto com providentia pera o que dicto he damos muy favoravelmente toda fortelleza de confirmaçam apostolica pera que fique pera sempre firme e stavel e sem corrupçam e seja muy alongada de todo scrupolo de contençam dias ha foy trazido audiencia de Nicolaa Papa Vº nosso antecessor da louvada memoria que o Iffante Dom Anrique de Portugall ja finado tio do nosso muito amado em Christo filho Dom Afonso illustre rey de Portugal e dos Algarves querendo seguir os passos de seu pay Dom Joham da sclarecida memoria rey dos dictos reynos com zello da saude das almas e muy acceso (5 v.) per ardor da fe como catholico e verdadeiro cavaleiro de Jhesu Christo criador de todallas cousas muy duro e muy forte defensor e muy sem medo pelejador da sua sancta fe fez devulgar alevantar e honrrar o glorioso nome do meesmo criador per toda a universa redondeza da terra e ainda nos lugares muy muito remotos e a nos nom conhecidos e bem asy com todas suas forças de muy pequena idade sempre suspiro por fazer reduzir aa companhia da sancta fe os mouros perfiosos inimigos da viva cruz per que fomos remidos e asy quaesquer infiees despois que a cidade de Cepta constituida em Africa foy subjecta pollo dicto rey Dom Joham a seu senhorio e despois de muitas cousas fectas per elle Infante en nome pero do dicto rey contra os dictos infiees inimigos da fe hindo aas vezes em propria pessoa non quebrantado nem spantado de muy grandes trabalhos e despesas nem de perigo e perda das cousas e das pessoas nem da morte de muitos seus naturaes mortos na guerra de tantos anos mas encendido cada dia mais no proseguimento de seu piedoso e louvado proposito poborou de christãos no mar oceano alghúas solitarias ilhas nas quaes fez fundar e alevantar igrejas e outros lugares piedosos nos quaes se cellebram os officios devinos e ainda per industria e louvada obra do dicto Ifante muy muytos poboradores e moradores de desvairadas ilhas que forom achadas no dicto mar viindo a verdadeiro conhecimento de Deus receberom o sacramento do baptismo a louvor e gloria sua e saude de muitas almas e conservaçam da fe de Christo e acrecentamento de seu divino culto. El como em outro tempo veesse aa noticia do dicto Iffante de nunca em tempo alghuum ou ao menos que fosse em memoria d'omeens non se acostumasse navegar per o dicto mar oceano contra as partes meridionaes e orientaes o qual atee ora asy a nos outros do occidente nunca foy conhecido que non tiinha nehúa certa noticia das jentes daquellas partes creendo que niisto faria muy grande serviço a Deus se per sua industria e obra o dicto mar podesse seer fecto navegavel atee os indios que dizem que honrram a fe de Christo pera com elles participar e pera os poder convocar pera ajuda contra os mouros e quaesquer outros inimigos da fe e pera fazer guerra continua a

alghuuns poboos jentios ou pagããos que stavessem neste meo nom ençujentados na selta do nephando Mafamede e pera lhes preegar ou fazer preegar o sacratissimo nome de Christo delles nom conhecido. Ajudado o dicto Iffante sempre de reall auctoridade nom cessou de idade de xxb anos casy em cada huum anno mandar dos dictos regnos com muy grandes trabalhos perigos e despesas exercito de jentes em muy ligeiros navios chamados caravellas pera buscar o mar e provincias maritimas contra as partes do meo dia e Polo Antartico. E fecto asy esto ocupando e lustrando as dictas caravellas muitos portos ilhas e mares vierom enfim aa provincia de Guinee e ocupadas alghuñas ilhas portos e mar ajacente a dicta provincia navegaram mais huum pouco e vierom aa boca de huum gram rio extimado commuamente o Nillo e como quer que contra os poboos daquellas partes fosse fecta guerra per alghuuns annos (6) em nomes do dicto rey Dom Afonso e Iffante Dom Anrrique e neellas muitas ilhas vizinhas fossem sojugadas e possuydas pacificamente asy como ainda agora com a terra ajacente se possuem donde muitos Guineus e outros negocios tomados per força e outros alghuuns tambem erom enviados aos dictos regnos per via de resgate de cousas que nom som defesas ou per outro legitimo contracto de venda dos quaes em coploso numero muytos aly forom convertidos aa fe catholica e era speranza con favor da devina clementia que se com elles se continuasse asy como se ora fazia ou os meesmos poboos se converteriom aa fe ou ao menos as almas de muitos delles se gaanhariam pera Deus. E sabendo o dicto nosso predecessor que os dictos rey e Iffante que com tantos e tam grandes trabalhos e despesas e bem asy com tanta perdiçam dos naturaes dos dictos regnos dos quaes la muitos perecerom que com ajuda soamente dos dictos naturaes fezerom descobrir as dictas provincias e aquirirom e possuirom como dicto he como verdaderos senhores os dictos portos e insolas e mares e teendo em tal receo que alghuuns movidos de cobilça navegassem aquellas partes querendo asy apropriar o louvvor o fructo e perfeiçam daquesta obra ou ao menos desejando de a impedir e por ello ou movidos d'aver alghuum proveito e gaango ou de malicia levassem ou enviassem ferro armas linhames e outras cousas e beens defesas de se levarem aos infiees ou lhes ensinassem o modo de navegar pellas quaes cousas lhe seryam fectos os inimigos mais fortes duros e o proseguimento de tal cousa ou se empidiria ou per ventura de todo cessaria nom sem grande ofensa de Deus e muy grande doesto de toda a christindade pera embargar o que dicto he e pera conservaçam de seu direito e de sua posse poserom defesa sob certas gravissimas pennas entom expressas e geeralmente statuirom que nehuum presumisse navegar aas dictas provincias nem tractar nos portos dellas nem pescar no mar dellas sem primeiramente aver expressa licença pera ello do dicto rey ou Iffante e esto hindo soamente em seus navios com setus marinheiros e pagando lhe dello certo trabuto. Porem porque por soccesso de tempo poderia acontecer que pessoas doutros regnos e

nações per enveja malicia ou por dizerem que querem pagar o trabuto presumiriam hir aas dictas provincias e asy neellas como nos portos ilhas e mar presumiriam navegar negociar e pescar da quall cousa antre o dicto rey Dom Afonso e Iffante que per nenhuum modo comportariam seer molestados e aquelles que la persumissem mandar verisivelmente se poderiam seguir e seguiriam muy muytos odios rancores discussões guerras e scandallos em muy grande offensa de Deus e perigo das almas o dicto nosso predecessor esguardando todos e cada hũa das dictas cousas e attendendo com devida temperança como em outro tempo per outras suas letras desse antre outras cousas licença ao dicto rey Dom Afonso pera envader conquirir expunar guerrear e subjugar quaesquer mouros e pagãos e quaesquer outros inimigos de Christo em qualquer lugar que stem e bem asy regnos ducados principados senhorios e possissões e bens movees e de razz quaesquer que fossem per elles (6 v.) detheudos e lhe sejam concedidos e pera reduzir em perpetua servidom as pessoas e pera apricar e apropriar pera sy e seus soccessores reynos ducados condados principados senhorios e posse e quaesquer outros bens e pera converterem em seu proveito e uso asy seu como de seus soccessores. Per bem da qual faculdade o dicto rey Dom Afonso ou o dicto Iffante per sua auctoridade aquirira e possuir e possuya justa e legitimamente as dictas ilhas terras portos e mares as quaes pertenciam de direito ao dicto rey Dom Afonso e a seus soccessores em maneira que nenhuum outro pero fiell christão fosse sem special licença do dicto rey Dom Afonso e de seus soccessores lícitamente se podia das dictas cousas per nenhũa maneira atee ora antremeter. El pera que o dicto rey Dom Afonso e seus soccessores e Iffante com mayor fervor quisessem insistir e insistissem naquesta tam piedosa e nobre obra e muy muyto dura de seer sempre e pera toda parte do mundo lembrada na qual como per ella se procure saude das almas e acrecentamento da fe e abalxamento dos inimigos della olhando como se tractava de cousa de Deus e de sua fe e da republica da universal egreja pera se confortarem com alghũas perdas se oolhasem como aviam de seer pello dicto nosso antecessor e pella See Apostolica defesos e guarnicidos com mui mais largos favores e graças muy enteiramente enformado de todallas dictas cousas e cada hũa dellas de seu moto proprio e avida sobre ello primeiramente madura deliberaçom per auctoridade apostolica de certa sabedoria e de abastança de poderio lícitamente determinou e declarou a dicta bulla dos dictos poderes cujo theor aqui quis que fosse avido de verbo a verbo com todas e cada hũa das clausulas neella contheudas por inserto e quis que a faculdade da dicta bulla se stendesse a todo o que ja ante della era aquirido e a todo o que depois ou em nome dos dictos rey Dom Afonso e seus soccessores e Iffante nas dictas partes e nas vizinhas asy nas daalem como nas daaquem que das mãos dos inflees ou dos pagãos podessem aquirir provincias ilhas portos e quaesquer mares e as cousas que asy novamente fossem achadas podessem seer comprehendidas per

vigor e faculdade da dicta bulla e asy as que ja som aquiridas como as que daqui avante acontecer de se aquirirem depois que forem aquiridas como ja declaramos per vigor e faculdade da dicta bulla que pertenciam ao dicto rey e soccessores e ao Iffante e lhe dever pertencer pera sempre e nom a outra alghũa pessoa e a essa conquista a qual o dicto nosso antecessor declarou se stender dos Cabos do Bojador e de Nam atee per toda Guinee e aalem contra a plaga meridional e bem asy declarou que os dictos rey Dom Afonso e soccessores e Iffante podessem fazer nas dictas partes e acerca do que a ellas pertencer quaesquer defesas statutos ordenações e mandados ainda que sejam com pena e com qualquer inposiçam de trabuto e ordenar e despoer dellas agora e pera sempre como de suas proprias cousas e como das outras terras e senhorios dellas e bem asy pera sempre deu concedeo e apropriou pera corroboraçam de mayor direito e cautela as cousas ja conquistadas e as que se acontecer pello tempo se gaanharem provincias ilhas portos lugares e mares quaesquer quantos quer e quejandos quer (7) que forem. E issosso (*sic*) meesmo a dicta conquista aos dictos rey Dom Afonso e seus soccessores reis dos dictos reynos e ao Iffante de seus (*sic*) Cabos de Bojador e de Nam. E outrosy como fosse per muitos modos necessario pera se aver d'acabar a dicta obra livre e licitamente determinou e outorgou e concedeo ao dicto rey Dom Afonso e seus soccessores reis de Portugal que pellos tempos forem e ao dicto Iffante hum indulto outorgado ao dicto rey Dom Joham per Martinho da bem aventurada memoria Papa V^o e outro tambem outorgado a el rey Duarte da nobre memoria rey dos dictos regnos e padre do dicto rey Dom Afonso per Eugenio 4^o da pedosa (*sic*) memoria Papas de Roma nossos predecessores que os dictos reys Dom Afonso e seus soccessores e Iffante e bem asy as pessoas a que elles ou cada hum delles o que se cometer acerca das dictas partes podessem fazer com quaesquer mouros e inflees de quaesquer cousas e bens e bitualhas e compras e vendas e bem asy fazer quaesquer contractos transauções preitias mercadarias e negociações e levar quaesquer mercadorias aos lugares dos dictos mouros e inflees comtanto que nom fosse ferramenta linhame cordoalha navios ou qualquer genero d'armas e bem asy todas e cada hũa das outras cousas fazer e negociar e exercitar nas cousas premissas e o que acerca dellas for compridoiro. E podessem os dictos reys Dom Afonso e soccessores e Iffante nas provincias ilhas e quaesquer lugares asy ja aquiridos como nas por aquirir fundar e fazer fundar e fazer quaesquer egrejas mosteiros e outros pledosos lugares e bem asy podessem mandar quaesquer pessoas asy ecclesiasticas como seculares e quaesquer pessoas regulares ainda que sejam da Ordem dos Medicantes comtanto que seja de licença de seus mayores e que vão per sua vontade as quaes possam star la toda sua vida se quizerem e bem asy possam ouvir de confissam quaesquer asy dos que la steverem como dos que la forem e ouvidos lhes dar devida absoluçom em todollos casos senom nos que

som reservados aa see apostolica e dar lhes pendencias saudavees e ministrar lhes os ecclesiasticos sacramentos e esso meesmo per vertude do Senhor e pollo spargimento do sangue de Nosso Senhor Jhesu Christo de cua (*sic*) ⁽¹⁾ cousa se tracta rogou a todollos christãos em jeeral e a cada huum em special ecclesiasticos seculares regulares de quaesquer Ordens em qualquer logar do mundo que stam de quallquer graao ordem condiçam ou prominencia ainda que sejam innoblicidos per dignidade archiepiscopal bispal imperial real ducal ou per outra qualquer ainda que seja mayor ora seja ecclesiastica ora mundana e os exortou e lhes mandou em remissam de seus pecados e perpetuo edito de defesa muy streitamente defendeo que nom presumisse nenhuum fazer ou impedir per quallquer modo as cousas aquiridas ou possuidas em nome del rey Dom Afonso ou as que stam dentro na dicta conquista provincias ilhas portos mares e quaesquer lugares e bem asy nom presumisse de levar aos dictos mouros infiees ou pagãos armas ferro linhame e quaesquer outras cousas que o directo (*sic*) defende de se nom levarem a mouros per qualquer modo ou sem spiciall ou mandado ou licença do dicto rey Dom Afonso e seus soccessores e Iffante. E isso mesmo nem presumisse levar mercadarias e outras cousas (7 v.) premissas nem pescar ou per qualquer outra maneira se entremeter das provincias ilhas portos mares e lugares ou alghuum delles ou da dicta conquista. E outrosy nom presumissem fazer alghũa cousa per que o dicto rey Dom Afonso e seus soccessores e Iffante fossem impedidos de nom possuir pacificamente as cousas aquiridas e se fizessem per sy ou per outrem directamente ou endirectamente per obra ou per conselho que nom proseguissem a dicta conquista e os que o contrairo fizessem aalem das penas pello direito ordenadas contra os que levom armas e outras cousas defesas a quaesquer mouros as quaes elle quis que per esse meesmo fecto encorressem quils mais que se fossem persoas particulares encorressem em sentença de excomunham e se fosse comunidade ou universidade de cidade castello villa ou lugar essa cidade ou castello villa ou lugar fossem sometidos per esse meesmo fecto a interdicto ecclesiastico e os que contra isto fezerem ou alghuum delles nom podessem seer absoltos nem relaxados da dicta sentença de excomunham nem de entredicto per apostolica nem per outra alghũa auctoridade se nom fosse primeiro intelramente satisfecto das dictas cousas ao dicto rey Dom Afonso e seus soccessores e Iffante ou sobrello amigavelmente com elles se acordasse. E o dicto nosso predecessor per sua bulla mandou aos honrrados irmãos arcebispos de Lixboa e bispos de Silves e de Cepta que todos ou dous ou huum delles per sy ou per outrem ou outros quantas vezes sobre as dictas cousas fossem requiridos por parte do dicto rey Dom Afonso e seus soccessores e Iffante ou d'alghuum delles dos dictos prelados fosse requirido aquelles que constasse aver encorrido nas dictas sentenças de

(1) Deve ser cuja.

excomunham e de interdicto logo aos domingos e aos outros dias de festa nas igrejas quando hi encoresse multidom de poboo pera ouvir os divinos sacramentos os declarassem e denunciasssem por excomungados e somittidos aos interdictos e a outras penas ja dictas per auctoridade apostolica. E fezessem como fossem denunciados e dos outros evitar muy streitamente atee satisfazerem das dictas cousas ou concordarem como dicto he constringendo os contrariantes per censura ecclesiastica postposta toda appelaçam sem embargo de constituições e ordenações apostolicas e quaesquer outras cousas contrairas.

E porque a dicta bulla a quall como dicto he emanou do dicto nosso predecessor de certa sciencia e avido sobr'ello madura deliberaçom nom podesse dalghuem seer per tempo mazellada e impugnado (*sic*) de vicio de sorrecçam ou que era avida per falsa enformaçam ou que era nenhũa quis e pella dicta auctoridade sciencia e poderio determinou e declarou que a dicta bulla e o que neella he contheudo per nenhum modo podesse seer impugnado de sorrecçam nem de falsa emformaçam nem de nullidade nem por teer deffecto de poder do ordinario ou de qualquer outro ou por teer outro qualquer deffecto. E declarou mais que o effecto della per nenhum modo podesse seer impedido nem retratado mas que vallesse pera sempre e tevesse muy enteira forteleza de firmidam. E se acontecer que sobr'ella alghũa cousa fosse atentada em contraio per qualquer auctoridade acinte ou per ignorancia declarou que fosse vão e de nenhum effecto. E seendo outrosy notificado a Calisto Papa 3º da piedosa memoria tambem nosso predecessor por parte do dicto rey Dom Afonso (8) e do Iffante que grandemente desejavam que a spiritualidade nas dictas ilhas solitarias terras portos e lugares que stam em Guinee no mar oceano des contra a plaga oriental as quaes o dicto Iffante tirara per força d'armas das mãos dos mouros e aquirira como dicto he pera a religiom de Christo que fossem outorgadas per a see apostolica pera sempre aa Ordem de Cavalaria de Jhesu Christo com ajuda das rendas da qual se dizia que o dicto Iffante fizera a dicta conquista e se confirmasse a declaraçam constituçam doaçam outorga appropriaçam determinaçam rogo exortaçam injunçam inhibiçam mandado vontade e bem asy a bulla do dicto Nicolao noso predecessor e todos e cada hũa das cousas neella contheudas sguardando o dicto Calixto nosso predecessor que a religiom da dicta Cavalaria poderia fazer fructo saudavel no senhor nas dictas terras e lugares inclinado por as dictas supplicações per auctoridade apostolica e per semelhante sciencia confirmou aprovou determinou que a dicta declaraçam constituçam doaçam appropriaçam determinaçam rogo injunçam inhibiçam mandado vontade bulla e todo ho neella contheudo e a todo o que della se podia seguir vallesse pera sempre com forteleza de firmidam avendo todas e cada hũa das dictas cousas por ratas firmes e stavees soprindo todos e cada huuns de fecto se per ventura alghuuns neella interviessem. E porem pella dicta auctoridade e sciencia pera sempre determinou sta-

bleceo e ordenou que a spiritualidade e toda jurdiçam ordinaria senhoria e poder no spiritual soamente pertencesse aa dicta Cavalaria pellos tempos vindouros pera sempre nas ilhas villas portos terras e lugares dos Cabos de Bojador e de Nam atee per toda Guinee e aalem daquellas partes meridionaes atee os indios avidas e por aver cujos sitos conto qualidades vocabullos desinações limites confluins e lugares quils na sua bulla aver por expressas as quaes des entom deu e outorgou asy que o prior mayor que pello tempo fosse da Ordem da dicta Cavalaria podesse dar todos e quaesquer beneficios seculares ecclesiasticos com cura ou sem cura ou regulares de quaesquer Ordens asy fundados e instituidos como os que se fundarem e instituirem nas dictas ilhas terras e lugares de qualquer calidade e vallor que sejam ou forem e delles proveer e despoer quantas vezes pello tempo acontecer que vaguem. E bem asy podesse por sentenças de excomunham suspensam privaçam e interdicto e outras censuras sentenças e penas quantas vezes necessarias lhe parecer e segundo a calidade das cousas e negocios que pello tempo acontecessem o requeresse. E bem asy podesse e devesse sem nenhuma defferença fazer despoer ordenar e per semelhante maneira executar todas as outras cousas e cada hũa dellas nas quaes os perlados dos logares acostumarom de teer spiritualidade e de direito ou de costume podem fazer despoer e executar sobre as quaes cousas todas e cada hũa dellas lhe deu inteira e livre faculdade determinando que as dictas ilhas terras e logares ja adquiridos e os que com o tempo se adquirirem nom fossem dalghuum bispado avendo por irritado e vão todo o que se acontecesse fazer e atentar contra esto per quem quer de qualquer auctoridade aciinte e per ignorancia. E como despois antre o dicto rey Dom Afonso nosso enviado filho el rey Dom Fernando (8 v.) rey illustre de Castella e de Liam e antre seus soditos per industria do inimigo da geeraçam umana per alghuum tempo ouvesse guerra porem per operaçam da devina clementia veerom fazer antre sy paz e concordia e por firmeza e stabelecimento della fizerom antre sy alghuuns capitulos antre os quaes he asentado huum deste theor.

¶ Item quiserom os dictos rey e raynha de Castella d'Aragam e de Cezilia e lhes prouve que pera que esta paz seja firme e stavel e pera sempre duradoira prometerom d'agora pera todo sempre que nem per sy nem per outrem scondido nem em publico nem per seus herdeiros e soccessores torvaram nem molestaram nem inquietaram de facto ou de direito em juizo ou fora de juizo os dictos senhores rey e principe de Portugal nem os reys que pello tempo regnaram no dicto reyno de Portugal nem seus reynos sobre a posse ou quasy posse em que stam de todollos tractos terras e resgates de Guinee con suas minas douro e com quaesquer outras ilhas prayas ou costas de mar descubertas ou por descubrir achadas e por achar ilhas da Madeira e Porto Sancto e ilha Deserta e todallas ilhas chamadas dos Açores e ilhas de Flores e tambem as ilhas de Cabo Verde e todas as ilhas que agora achou e quaesquer



outras ilhas que se daqui avante acharem ou adquirirem e esto das ilhas de Canarea aalem e aaquem e em fronte de Guinee asy que quallquer cousa que ja he achada ou se achar e adquirir aalem nos dictos termos todo o que he achado e descuberto fique ao dicto rey e principe de Portugal e a seus regnos tirando soamente as ilhas de Canarea Lançarote a Palma Forteventura e a Gomeira e Ferro a Graciosa a Gram Canarea Tanarife e todallas outras ilhas de Canarea adquiridas ou por adquirir as quaees ficam aos reynos de Castella e bem asy nom torvaram nem molestaram nem inquietaram quaeesquer pessoas que os dictos tractos e resgates de Guinee nem as dictas terras prayas e costas descubertas e por descobrir em nome ou de mão e poder dos dictos senhores rey e principe de Portugal ou de seus soccessores tractaram negociaram ou adquiriram per qualquer titulo modo ou maneira que seja ou seer possa ante per esta presente prometem e seguram aa boa fe sem mão engano oos dictos senhores rey e principe de Portugall e seus soccessores que nom mandaram per sy nem per outrem nem consentiram ante o defenderam que sem licença dos dictos senhores rey e principe de Portugal nom vão negociar aos dictos tractos nem nas ilhas e terras de Guinee descubertas e por descobrir suas jentes naturaes ou sobdictos e em qualquer logar ou tempo e em todo caso cuydado ou nom cuidado nem quaeesquer outras gentes estrangeiras que morarem em seus reynos e senhorios ou em seus portos armarem e tomarem virtualhas e cousas neccessarias pera navegar nem lhes darem alghúa occasiam favor lugar ajuda nem consintimento directe nem per rodeo nem permitiram armar nem carregar pera la hir em maneira alghúa. E se alghuuns dos naturaes ou sobdictos dos reynos de Castella ou estrangeiros quaeesquer que sejam forem tractar impedir damnificar roubar adquirir na dicta Guinee e nos dictos logares tractos e resgates e minas terras e ilhas della que ja sam descubertas ou per tempo se descobrirem sem licença e expresso consintimento dos dictos senhores rey e principe de Portugal (9) ou de seus soccessores que os taaes ajam de seer punidos naquella maneira lugar e forma que he ordenado pello dicto capitulo desta nova reformaçam dos tractos da paz que se guardavam e devem guardar nas cousas do mar contra os que saaem nas prayas ou nos portos a roubar damnificar ou malfazer ou meo do mar as dictas cousas fazerem.

Outrosy os dictos rey e raynha de Castella e de Lyam prometerom e outorgarom no modo susodicto por sy e por seus soccessores que nom se entermetam de enquerer e entender em maneira alghúa na conquista do reyno de Feez asy como se nisso nom entrometeram os reys passados de Castella seus antecessores ante aa sua vontade e livremente os dictos senhores rey e principe de Portugal e seus regnos e soccessores poderam proseguir a dicta conquista e a defenderam como lhes prouver. E prometerom e consentiram em todo os dictos senhores rey e rainha de Castella que per sy nem per outrem em juizo nem fora de juizo de fecto nem de direlto nom moveram sobre o que dicto he nem em parte nem



em cousa alghũa que a isso perteença demanda duvida questam nem outra contenda alghũa ante todo guardaram e compriram muy enteyramente e faram guardar e cumprir sem alghuum desfallecimento e porque daqui avante nom se possa alegar ignorancia de como esto he verdade e defeso e das penas das dictas cousas contradictas os dictos senhores mandaram logo aas justiças e officiaes portos dos dictos seus regnos que todo o que dicto he guardem e compiram e fielmente executem e asy o mandaram apregoar e pubricar em sua corte e nos dictos portos do mar dos dictos seus regnos e senhorios pera que a todos venha em noticia.

Portanto nos a quem do Ceeo he committida a univesal cura das ovelhas do Senhor que segundo somos obrigado desejamos aver e pera sempre durar antre os principes e poboos christãos a suavidade e folgança da paz desejando que a bulla de Nicollao e de Calixto nossos predecessores e specialmente asy o dicto inserto capitulo e bem asy todas e cada hũa das cousas nas dictas bullas e capitulo contheudos sejam pera sempre firmes e inteiras a louvor do nome divino e perpetua paz dos dictos principes e de seus poboos de rosso moto proprio nom aa instancia dalghũa pessoa que no lo pedísse mas de nossa mera liberalidade e providencia e de certa sciencia e de poderio da see apostolica avemos por ratas e gratas as dictas bullas de Nicolao e Calixto nossos antecessores e o dicto capitulo e bem asy per auctoridade apostolica per theor da presente aprovamos e confirmamos e com ajuda do presente scripto guarnecemos todas e cada hũa das cousas neella contheudas e determinamos que as dictas cousas e cada hũa dellas tenha inteira forteleza de firmidam e que sejam guardadas pera sempre. E porem mandamos aos honrrados irmãos os bispos d'Evora de Silves e do Porto de nosso moto proprio e semelhante sabedoria que todos ou dous ou hum delles per sy ou per outro ou outros pobliquem solemnemente cada hũa das dictas bullas e capitulo honde e quando for neccessario e dem grande ajuda de eficaz defensam em todo o que dicto he e em cada hũa cousa dellas aos dictos rey e principe de Portugal e a seus soccessores e nom consentam os dictos rey e principe e soccessores contra as dictas cousas e cada hũa (9 v.) dellas seer molestados e impedidos per nenhũas pessoas de qualquer dignidade stado graao ou condiçam que forem ante costringam per nossa auctoridade per censura ecclesiastica e per outros quaesquer remedios de direito postposta toda appellaçam quaesquer molestantes impedintes contradizentes e revees sem embargo de todallas cousas dictas ou sem embargo que a alghuuns comuum ou particularmente seja pela Se Apostolica outorgado que nom possam seer interdictos suspensos ou excomungados per letras apostolicas que nom façam inteira e expressa mençam de verbo a verbo deste indulto. Portanto nenhũa pessoa seja tam ousada quebrantar ou per temeraria ousadia contradizer esta carta de nossa confirmaçam aprovaçam amoestaçam constituçam e mandado. E se alghuum presumir de o atemptar saibha que encorrera a indignaçam

do todo poderoso Deus e dos bem aventurados Sam Pedro e Sam Paulo seus apóstolos.

Dada em Roma nos paaços de Sam Pedro anno da encarnaçam do Senhor de mil e iiii^o lxxxj xxj dias de Junho ano decimo do nosso papado.

¶ E apresentada asy a dicta lettra apostolica e transunto della em linguaem como dicto he o dicto doctor disse ao dicto vigairo que a seruiço do dicto senhor compria e era necessario o trellado da dicta lettra apostolica asy em latim como stava scripta como o dicto transumpto em linguaem e Sua Alteza lhe screpvera que requeresse a elle vigairo que lhe mandasse dar da dicta lettra e linguaem della doze vezes o treslado segundo elle dicto vigairo poderia seer verdadeiramente enformado pella carta que lhe o dicto senhor screvera se a veer quisesse.

Porem elle como procurador do dicto rey nosso senhor da sua parte e em seu nome lhe pedia que lha mandasse dar per mim notairo em publica forma como dicto he antepoendo a ello sua auctoridade ordinaria com anteposiçam de decreto. E o dicto vigairo veendo o dizer do dicto doctor e veendo a dicta lettra apostolica disse que quanto era aa carta do dicto senhor que lhe parecia scusada e quanto ao trelado que da dicta lettera apostolica pedia veendo elle vigairo como a dicta lettra era boa e sãa antrepos sua auctoridade ordinaria com antreposiçam de decreto e mandou a mim notairo que desse os dictos stormentos sob meu publico signal e seelo do dicto senhor cardeal e mandou que valham e lhe seja dada tanta fe e auctoridade e a cada huum delles como aos proprios originaes.

Testemunhas que presentes forom ho honrrado Ruy Lopez bacharel em canones e scripvam da Torre do Tombo e Fernam Gomez e Diego Lopez servidores criados e familiares do dicto doctor. E eu Joham Rodriguez clerigo de missa do arcebispado de Lixboa thesoureiro da egreja cathedral de Tangere per auctoridade apostolica publico notario que com as dictas testemunhas a todo este presente fuy e per mandado e auctoridade do dicto vigairo este presente publico stormento de minha (10) mão scripto com meu acostumado e praticado signal corroborey e actozizey que tal he.

(sinal público)

S. R. Notarius Apostolicus thesaurarius Tingensis

(B. R.)

Índice cronológico

OBS. — Os algarismos a seguir à página indicam o número de ordem, seguindo-se depois a Gaveta, Maço e Documento.

- 1214 — Fevereiro 1 — Apontamentos feitos pelo Doutor João Afonso a respeito de Moura e Chousa. Pgs. 337-378.
- 1217 — Fevereiro 16 — Carta de el-rei D. Fernando a el-rei D. Dinis de Portugal e de Castela a respeito das suas fronteiras. Pgs. 379-382.
- 1218 — Março 13 — Carta de el-rei D. Dinis aos cavaleiros e homens bons de Lisboa, na qual lhe pediam que ajudassem a sua terra a Virar ao paz. Pgs. 383-388. 402. XVIII, 3-21.
- 1219 — Maio 10 — Carta de el-rei D. Fernando de Castela a el-rei D. Dinis de Portugal, pela qual lhe participam a conclusão feita com el-rei de Aragão. Pgs. 389-392. 402. XVIII, 4-10.
- 1224 — Agosto 11 — Carta de el-rei D. Dinis a el-rei D. João, rei de Aragão, sobre a paz por el-rei D. Afonso, e D. Fernando, filhos de el-rei D. Dinis, sobre a paz que havia sido feita no reino de Aragão. Pgs. 393-398. 402. XVIII, 4-21.

1542

- (1244) [...] Apontamentos feitos pelo Doutor Luís Afonso, a respeito de Moura e Ensina Sola. Pgs. 287-288, 4353. XVIII, 3-12.
- 1267 Fevereiro 16 Concórdia e avença entre os reis de Portugal e Castela a respeito das suas fronteiras. Pgs. 302-304, 4365. XVIII, 3-24.
- 1290 Setembro 11 Carta a respeito dos direitos de pastagens entre as terras vizinhas de Portugal e Castela. Pgs. 299-301, 4363. XVIII, 3-22.
- 1297 Setembro 14 Ratificação feita pelos grandes de Castela ao contrato e escambo feito entre el-rei de Castela, D. Fernando, e el-rei D. Dinis de Portugal. Pgs. 390-391, 4406. XVIII, 4-8.
- 1298 Março 12 Carta a el-rei D. Dinis dos cavaleiros e homens bons de Leão, na qual lhe pediam que ajudasse a sua terra a viver em paz. Pgs. 298-299, 4362. XVIII, 3-21.
- 1304 Junho 10 Carta de el-rei D. Fernando de Castela a el-rei D. Dinis de Portugal, pela qual lhe participava a concórdia feita com el-rei de Aragão. Pgs. 392-393, 4408. XVIII, 4-10.
- 1304 Agosto 11 Sentença (*traslado da*) pela qual el-rei D. Dinis, D. Jaime, rei de Aragão, juizes eleitos por el-rei D. Afonso, e D. Fernando, filho de el-rei D. Sancho, determinaram que fosse dado ao sobre-dito rei D. Afonso, Bejar, Alba de Tormes e outros lugares, ficando D. Fernando como rei de Castela. Pgs. 458-462, 4419. XVIII, 4-21.

- 1311 Julho 2 Penhora feita a el-rei D. Dinis por el-rei D. Fernando de Castela, das vilas de Alconchel e Burguellos, com todos seus termos, fortalezas e aldeias, por três mil e seiscentos marcos de prata. Pgs. 671-673, 4470. XVIII, 6-14.
- 1315 Setembro 9 Carta pela qual el-rei D. Dinis dava poder a Aparício Domingues e a João Lourenço para verificarem as contendias a respeito dos termos do concelho de Arouche e o concelho de Noudar e Moura. Pgs. 301-302, 4364. XVIII, 3-23.
- 1329 Novembro 2 Paz feita entre el-rei D. Afonso IV de Portugal, el-rei D. Afonso de Castela e el-rei D. Afonso de Aragão, pela qual se ratificaram as que tinham sido feitas entre os reis seus pais. Pgs. 566-575, 4454. XVIII, 5-32.
- 1334 Janeiro 20 Instrumento de presença, em Montforte de Rio Livre, dos procuradores de el-rei de Castela para demarcarem a fronteira de Portugal e Leão. Pgs. 1-2, 4281. XVIII, 1-2.
- 1338 Junho 11 Instrumento que tirou Pedro Afonso como procurador de Martim Lourenço da Cunha e outros aos quais foram entregues os castelos de Vila Viçosa, de Sortelha, Celorico, Penamacor, Castel Mendo, Montemor-o-Novo, para que os tivessem fielmente até se cumprirem os pactos e as posturas feitas entre el-rei de Portugal e el-rei D. Afonso de Castela.
Deste instrumento consta um pedido de el-rei de Portugal pelo qual ele requeria que lhe fossem entregues os ditos castelos, em virtude de el-rei de Castela não ter respeitado os pactos e posturas. Pgs. 462-477, 4420. XVIII, 4-22.
- 1342 Julho 11 Demarcação feita entre os casais do mosteiro de Grijó e a aldeia de Getim. Pgs. 561-562, 4452. XVIII, 5-30.
- 1353 Março 1 Instrumento pelo qual constava que os procuradores de Moura e Noudar tinham ido à aldeia de S. Veríssimo, para aí determinarem as dúvidas que havia entre os termos de Moura e de Sevilha

- e de Arouche, o que se não fez por não terem comparecido os procuradores de Castela. Pgs. 562-566, 4453. XVIII, 5-31.
- 1371 Janeiro 30 Procuração (*traslado da*) do duque e comunidade de Génova, pela qual se fez paz e concórdia com el-rei D. Fernando de Portugal por causa da tomada de certos navios. Pgs. 477-488, 4421. XVIII, 4-23.
- (1385 Dezembro 1) Liga, amizade e confederação entre el-rei D. João I de Portugal e D. Ricardo, rei de Inglaterra. Pgs. 2-10, 4282. XVIII, 1-3.
- 1387 Fevereiro 24 Tratado de paz e concórdia feito entre el-rei D. João I de Portugal e el-rei Ricardo de Inglaterra. Pgs. 312-320, 4366. XVIII, 3-25.
- 1387 Março 26 Doação feita por el-rei D. João de Castela e a rainha D. Constança, sua mulher, a el-rei D. João I de Portugal, de todo o direito que eles tinham a Portugal. Pgs. 321-323, 4367. XVIII, 3-26.
- 1410 Maio 30 Inquirição feita em presença dos juizes comissários, dos limites entre Portugal e Castela por causa dos gados que os de Castela tinham tomado aos moradores de Valverde. Pgs. 666-671, 4469. XVIII, 6-13.
- 1415 Abril 17 Carta pela qual el-rei de Portugal nomeou Afonso Geraldês sobrejuiz, para determinar os debates e contendas que havia entre os moradores de Penamacor, Sabugal e Alfaiates, com os lugares de Valverde, Salvallião e outros de Castela. Pgs. 328-330, 4373. XVIII, 3-32.
- 1432 Agosto 11 Concórdia e aliança feita entre el-rei D. João de Navarra, governador de Aragão, el-rei D. João I de Portugal, os infantes D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique, D. João e D. Fernando. Pgs. 442-458, 4417. XVIII, 4-19.
- 1455 Fevereiro 8 Sentença dada a respeito da demarcação dos termos da vila de Mourão e Vila Nova del Fresno. Pgs. 385-388, 4402. XVIII, 4-4.

- 1471 Março 11 Tratado (*traslado em pública forma do*) de paz feito entre o rei de Portugal e o rei de Inglaterra. Pgs. 497-507, 4430. XVIII, 5-8.
- 1476 Janeiro 24 Carta do príncipe D. João, filho de el-rei D. Afonso V de Portugal, pela qual deixava o governo de Portugal a sua mulher, D. Leonor, enquanto ele estivesse em Castela, onde fora chamado por seu pai. Pgs. 488-489, 4422. XVIII, 4-24.
- 1476 Agosto 29 Carta de D. Francisco, duque da Bretanha, a respeito da paz. Pgs. 373-374, 4397. XVIII, 3-56.
- 1482 Janeiro 11 Carta e confirmação de capitão e governador de Arzila a D. João de Meneses. Pgs. 325-327, 4372. XVIII, 3-31.
- 1488 Janeiro 20 Carta testemunhável a respeito das dúvidas dos termos entre Mourão e Valença. Pgs. 559-561, 4451. XVIII, 5-29.
- 1488 Abril 10 Instrumento (*pública forma do*) do qual consta a concórdia feita entre os reis de Portugal e Castela, a respeito da navegação, ilhas e terras descobertas e por descobrir, confirmada por autoridade apostólica com declaração de que a espiritualidade e jurisdição ordinária somente pertenceria à Ordem de Cristo, para sempre, nas ilhas, vilas, portos, terras e lugares dos cabos Bojador e Não até Nova Guiné e Índias. Pgs. 685-704, 4473. XVIII, 6-17.
- 1491 Abril 10 Doação dos direitos e rendas do serviço real e génese dos judeus à rainha D. Leonor. Pgs. 11-12, 4284. XVIII, 1-5.
- 1493 Fevereiro 22 Instrumento de vários documentos e de uns artigos pertencentes à inquirição que se tirou a respeito da contenda entre Portugal e Castela sobre as demarcações e termos das vilas de Noudar e Moura com Anzina Sola e Arouche. Pgs. 53-105, 4292. XVIII, 2-1.
- 1494 Julho 2 Concórdia (*cópia da*) feita entre el-rei D. Fernando de Castela e el-rei D. João II de Portugal,

- acerca do que tocaria a cada um dos países do que estava por descobrir no mar. Pgs. 105-117, 4293. XVIII, 2-2.
- 1495 Maio 7 Provisão dos Reis Católicos para que se fizesse a demarcação das terras que tocariam a Castela e a Portugal. Pgs. 117-120, 4293. XVIII, 2-2.
- 1501 Junho 30 Ordem que mandaram os reis de Castela a Alonso de Lugo, seu capitão e governador, para que não deixasse ir pescar ao mar desde o Cabo Bojador até o Rio do Ouro, por capitulação que se fizera com el-rei de Portugal. Pgs. 150-151, 4297. XVIII, 2-6.
- 1501 Novembro [...] Quitação dada por el-rei D. Manuel aos reis de Castela pela parte que devia receber de seu casamento com a rainha D. Maria. Pgs. 388-390, 4405. XVIII, 4-7.
- 1501 Dezembro 3 Carta de el-rei D. Manuel, pela qual mandava pagar aos herdeiros de Alvaro de Caminha, que fora capitão em S. Tomé, sessenta e quatro mil trezentos e trinta e três reais. Pgs. 323-324, 4369. XVIII, 3-28.
- 1503 Outubro 16 Contrato, em língua inglesa, entre Richard Springham e Edward Worsopp com o capitão George Spencer, a respeito da Guiné e Nova Espanha. Pgs. 557-559, 4450. XVIII, 5-28.
- 1504 Abril 17 Carta de el-rei de Castela à rainha de Portugal. Pgs. 324-325, 4370. XVIII, 3-29.
- 1505 Dezembro 30 Demarcação (*traslado da*) dos termos de várias terras, na raia, entre Campo Maior e Badajós. Pgs. 374-382, 4399. XVIII, 4-1.
- 1509 Março 22 Procuração da rainha D. Joana de Castela para se fazer o ajuste de Vellez de la Gomera Pgs. 547-549, 4444. XVIII, 5-22.
- 1509 Setembro 18 Capitulação feita entre el-rei D. Manuel e a rainha D. Joana de Castela e o rei seu pai, D. Fernando, o Católico, a respeito de certos lugares na Berbéria. Pgs. 675-685, 4472. XVIII, 6-16.

- 1509 Novembro 14 Contrato feito entre a rainha de Castela D. Joana e el-rei de Portugal, D. Manuel I, a respeito da cidade de Velez e seus limites, desde o reino de Fez até o cabo Bojador e cabo Não, onde começava a demarcação da Guiné. Pgs. 41-52, 4289. XVIII, 1-10.
- 1513 Março 4 Carta de João de Faria para el-rei a respeito da morte de Júlio II e dos preparativos para a eleição do novo pontífice. Pgs. 575-580, 4455. XVIII, 5-33.
- 1517 (?) [...] Carta (*minuta da*) de el-rei D. Manuel a respeito dos atentados de Cristóvão Jusarte e capitulação da paz entre Portugal e Castela. Pgs. 549-553, 4447. XVIII, 5-25.
- (1519) [...] Rol das pessoas às quais el-rei fez mercê para irem na armada com o duque de Bragança. Pgs. 495-496, 4428. XVIII, 5-6.
- 1519 Fevereiro 28 Carta de el-rei de Castela para el-rei de Portugal, na qual lhe assegurava que a armada que ele mandara à Índia em nada prejudicava os interesses de Portugal. Pg. 554, 4448. XVIII, 5-26.
- 1522 Janeiro 29 Procuração de Carlos V sobre a reformation das pazes com Portugal. Pgs. 180-181, 4312. XVIII, 2-21.
- 1522 Julho 23 Confirmação das capitulações e tratado de paz feito entre Portugal e Castela. Pgs. 370-371, 4395. XVIII, 3-54.
- 1522 Setembro 23 Confirmação da paz feita entre Portugal e Castela. Pgs. 371-372, 4396. XVIII, 3-55.
- 1522 Dezembro 12 Credencial do imperador Carlos V enviada a el-rei de Portugal relativa a seu embaixador e secretário Barroso. Pgs. 256-258, 4336. XVIII, 2-45.
- 1523 Fevereiro 11 Carta de António de Brito a el-rei de Portugal, na qual lhe fala das naus castelhanas que tinham chegado a Banda e da sua viagem, dos acontecimentos em Maluco e dos preços das especiarias. Pgs. 632-645, 4465. XVIII, 6-9.

- 1523 Fevereiro 15 Carta de Rui Gago a el-rei de Portugal na qual lhe fala da sua armada de Maluco e das naus que el-rei de Castela lá tinha mandado. Pgs. 603-611, 4462. XVIII, 6-6.
- 1523 Maio 6 Carta de António de Brito a el-rei, na qual lhe conta o que se passara na viagem de Banda, como se houvera com os castelhanos e da sujeição de el-rei de Ternate como vassalo de Portugal. Pgs. 201-215. 4316. XVIII, 2-25.
- 1523 Novembro 28 Carta (*traslado da*) dirigida aos embaixadores Pedro Correia e João de Faria, sobre as coisas de Maluco e com a insinuação para se falar no casamento da irmã do imperador. Pgs. 170-173, 4306. XVIII, 2-15.
- 1523 Dezembro 1 Capítulo (*traslado do*) que se enviou aos embaixadores sobre o que toca ao negócio de Maluco. Pg. 225, 4322. XVIII, 2-31.
- (1524) [...] Carta do bacharel Pedro d'Alcacer (?) a respeito da demarcação de Maluco. Pgs. 231-232, 4327. XVIII, 2-36.
- 1524 [...] 8 Carta de Diogo Lopes de Sequeira a el-rei D. João III, na qual lhe fala a respeito do ajustamento com o imperador. Pg. 173, 4307. XVIII, 2-16.
- 1524 Fevereiro 27 Capitulação nova feita entre el-rei D. João III e o imperador Carlos V, por causa de Maluco. Pgs. 595-603, 4461. XVIII, 6-5.
- Capitulação (*traslado da*) de Maluco. Pg 354, 4384. XVIII, 3-43.
- Nota: Este documento não foi copiado porque se copiou o seu original que vem inserto neste volume com a cota: XVIII, 6-5.*
- 1524 Março 24 Régimento dado aos deputados portugueses que iam à fronteira para tratar com Castela da demarcação de Maluco. Pgs. 612-622, 4463. XVIII, 6-7.

- 1524 Março 25 Recado (*minuta do*) que se mandou aos Doutores António de Azevedo, Francisco Cardoso e Gaspar Vaz, para que não consintam que sejam juizes na contenda da demarcação de Maluco, em a rala, Simão de Alcáçova, Estêvão Gomes Piloto e Diogo Ribeiro, os quais envia o imperador para o mesmo efeito. Pgs. 152-153, 4298. XVIII, 2-7.
- 1524 (?) Abril 8 Carta de Francisco de Melo a el-rei, em que lhe dá conta da contenda com os castelhanos por respeito da posse de Maluco e outras coisas. Pgs. 220-224, 4320. XVIII, 2-29.
- 1524 Abril 11 Capitulações (*traslado das*) feitas entre os reis de Portugal e Castela, a respeito da posse de Maluco. Pgs. 394-417, 4409. XVIII, 4-11.
- Carta que escreveram os letrados da raia António de Azevedo Coutinho, Francisco Cardoso e o Doutor Gaspar Vaz a el-rei, em que lhe dão conta do seu encontro com os castelhanos e as disputas que houve de parte a parte pela posse de Maluco. Pgs. 157-159, 4301. XVIII, 2-10.
- Carta que escreveu Diogo Lopes de Sequeira a el-rei D. João III, em que lhe pede que mande os nomes dos homens que foram com D. Tristão, piloto, mestre e escrivão da sua caravela. Pg. 154, 4299. XVIII, 2-8.
- 1524 Abril 13 Carta que escreveram a el-rei António de Azevedo Coutinho, Francisco Cardoso e o Doutor Gaspar Vaz, em que lhe dão conta como se ajuntaram com os castelhanos na rala para tratarem da posse de Maluco e sua demarcação. Pgs. 154-, -157, 4300. XVIII, 2-9.
- 1524 Maio 24 Carta de António de Azevedo Coutinho a el-rei D. João III a respeito da situação e demarcação das ilhas de Maluco, por causa do processo com Castela. Pgs. 674-675, 4471. XVIII, 6-15.
- Carta de Francisco de Melo, Pedro Afonso de Aguiar e Diogo Lopes de Sequeira a el-rei D.

João III, na qual lhe falavam da demarcação feita com Castela e da situação geográfica das ilhas de Cabo Verde. Pgs. 585-586, 4459. XVIII, 6-3.

1524 Maio 25 Carta de António de Azevedo Coutinho a el-rei D. João III, a respeito da situação e demarcação das ilhas de Maluco, por causa do processo com Castela. Pgs. 673-674, 4471. XVIII, 6-15.

1525 Fevereiro 29 (sic) Carta de António de Brito a el-rei, na qual lhe fala a respeito de Maluco. Pgs. 196-199, 4314. XVIII, 2-23.

1525 Março 24 Instruções enviadas por el-rei de Portugal ao seu embaixador António de Azevedo Coutinho, a respeito de Maluco. Pgs. 359-360, 4388. XVIII, 3-47.

1525 Agosto 31 Carta de el-rei de Portugal ao embaixador António de Azevedo Coutinho, a respeito do negócio de Maluco. Pgs. 354-355, 4385. XVIII, 3-44.

1525 Outubro 20 Carta que el-rei de Portugal enviou a seu embaixador António de Azevedo Coutinho, a respeito do negócio de Maluco. Pg. 361, 4389. XVIII, 3-48.

(1526) [...] Apontamentos (*minuta dos*) a respeito da demarcação dos mares entre Portugal e Castela. Pgs. 492-495, 4427. XVIII, 5-5.

Carta do imperador D. Carlos, pela qual se dá por satisfeito do dote da Imperatriz. Pgs. 347-350, 4382. XVIII, 3-41.

Demarcação por onde se devia partir Maluco. Pg. 254, 4334. XVIII, 2-43.

(1526 Janeiro 4) Instruções (*minuta das*) para as dúvidas que existiam entre Portugal e Castela a respeito do negócio de Maluco. Pgs. 233-237, 4329. XVIII, 2-38.

1526 Fevereiro 19 Carta de António de Azevedo Coutinho a el-rei, a respeito do negócio de Maluco. Pgs. 383-385, 4401. XVIII, 4-3.

- 1526 Março 2 Carta de el-rei de Portugal ao embaixador António de Azevedo Coutinho a respeito de Maluco. Pgs. 355-356, 4386. XVIII, 3-45.
- 1526 Setembro 15 Carta do imperador D. Carlos a respeito das terras e arras da imperatriz. Pgs. 334-343, 4378. XVIII, 3-37.
- 1527 Janeiro 8 Carta de el-rei de Portugal a António de Azevedo Coutinho, a respeito do negócio de Maluco. Pgs. 361-364, 4390. XVIII, 3-49.
- 1527 Abril 18 Carta de Sebastião Simões, piloto, a el-rei D. João III, sobre a demarcação de Maluco. Pg. 174, 4308. XVIII, 2-17.
- 1527 Junho 15 Carta de D. Rodrigo da Cunha ao bispo de Osma, na qual lhe fala da perda da armada que o imperador D. Carlos mandara a Maluco. Pgs. 544-546, 4442. XVIII, 5-20.
- 1527 Junho 28 Carta de el-rei ao embaixador António de Azevedo Coutinho. Pgs. 332-333, 4376. XVIII, 3-35.
- 1527 Outubro 12 Carta de el-rei ao embaixador António de Azevedo Coutinho. Pgs. 332-333, 4376. XVIII, 3-35.
- 1527 Novembro 5 Carta de el-rei de Portugal ao embaixador António de Azevedo Coutinho, a respeito do negócio de Maluco. Pgs. 357-358, 4387. XVIII, 3-46.
- (1528) [...] Carta (*traslado da*) do imperador a el-rei, a respeito de Maluco. Pg. 295, 4358. XVIII, 3-17.
- Condições (*traslado das*) mandadas por el-rei de Portugal ao imperador, a respeito da posse de Maluco. Pg. 289, 4354. XVIII, 3-13.
- Contrato (*traslado do*) a respeito das demarcações do mar de Maluco. Pgs. 255-256, 4335. XVIII, 2-44.
- Resposta de el-rei aos capítulos mandados pelo imperador, a respeito do processo sobre a posse de Maluco. Pgs. 277-282, 4348. XVIII, 3-7.

1528 Abril 9 Carta de el-rei de Portugal a António de Azevedo Coutinho, a respeito do negócio de Maluco. Pgs. 367-370, 4394. XVIII, 3-53.

1528 Abril 18 Carta de el-rei de Portugal a António de Azevedo Coutinho, a respeito do negócio de Maluco. Pgs. 365-366, 4392. XVIII, 3-51.

1528 Julho 28 Carta de el-rei ao licenciado António de Azevedo Coutinho, a respeito do contrato de Maluco. Pgs. 199-201, 4315. XVIII, 2-24.

1528 Agosto 27 Carta de el-rei D. João III a António de Azevedo Coutinho por causa do negócio de Maluco. Pg. 439, 4414. XVIII, 4-16.

(1528 Setembro) [...] Respostas dadas pelo imperador aos capítulos dados pelo embaixador de el-rei de Portugal sobre o negócio de Maluco.

Nota — Este documento é igual a uma parte do documento n.º 39 deste mesmo maço. Pg. 252, 4332. XVIII, 2-41.

1528 Setembro 13 Carta de el-rei ao embaixador António de Azevedo Coutinho na qual ele lhe dá várias ordens e mostra a sua ignorância a respeito do que se dizia que tinha sido feito aos franceses em Ceuta. Pgs. 330-331, 4374. XVIII, 3-33.

Carta de el-rei de Portugal a António de Azevedo Coutinho, a respeito do negócio de Maluco. Pg. 367, 4393. XVIII, 3-52.

1528 Outubro 21 Instruções (*minuta das*) para resolver o negócio de Maluco. Pgs. 295-298, 4359. XVIII, 3-18.

1528 Dezembro 17 Carta de el-rei D. João III a António de Azevedo Coutinho, a respeito de Maluco. Pgs. 417-419, 4410. XVIII, 4-12.

(1529) [...] Carta de António Galvão à rainha de Portugal, na qual lhe falava das especiarias e coisas que havia em Maluco e da perda de duas naus espanholas. Pgs. 258-262, 4337. XVIII, 2-46.

Carta do imperador a el-rei de Portugal, a respeito do negócio de Maluco. Pgs. 282-283, 4349. XVIII, 3-8.

Instruções a respeito da posse de Maluco. Pgs. 276-277, 4346. XVIII, 3-5.

Procuração (*minuta da*) enviada a António de Azevedo para tratar do ajuste de Maluco. Pgs. 290-292, 4356. XVIII, 3-15.

1529 Janeiro 13 Carta com a resposta que o embaixador António de Azevedo Coutinho devia dar ao imperador a respeito dum capítulo do lançamento da linha de navegação dos mares de el-rei de Portugal. Pgs. 350-354, 4383. XVIII, 3-42.

Carta de el-rei de Portugal a António de Azevedo Coutinho, com instruções a respeito do negócio de Maluco. Pgs. 364-365, 4391. XVIII, 3-50.

1529 Março 4 Carta de Álvaro Mendes de Vasconcelos a el-rei D. João III, em que lhe dá conta como entregara a carta à imperatriz e do que mais se falava no negócio de Maluco. Pgs. 160-164, 4303. XVIII, 2-12.

1529 Março 13 Carta de el-rei D. João III a António de Azevedo Coutinho, a respeito do modo que havia de ter no assento do negócio de Maluco. Pg. 440, 4415. XVIII, 4-17.

1529 Março 15 Carta de Álvaro Mendes de Vasconcelos a el-rei D. João III, em que lhe dá conta como a imperatriz ficara com o governo na ausência do imperador e do negócio de Maluco. Pgs. 164-169, 4304. XVIII, 2-13.

Carta de Álvaro Mendes de Vasconcelos a D. João III, na qual lhe dizia que a imperatriz queria acabar o negócio de Maluco antes que o imperador chegasse de Barcelona. Pgs. 169-170, 4305. XVIII, 2-14.

1529 Março 24 Carta da rainha de Castela a el-rei de Portugal a respeito do negócio de Maluco. Pg. 232, 4328. XVIII, 2-37.

- 1529 Abril 6 Carta da rainha de Espanha a António de Azevedo, embaixador de Portugal. Pgs. 289-290, 4355. XVIII, 3-14.
- (1529 Abril 8) Carta de António de Azevedo Coutinho a el-rei, a respeito do ajustamento com os castelhanos para a posse de Maluco. Pgs. 262-263, 4338. XVIII, 2-47.
- 1529 Abril 12 Recibos (*traslados dos*) de pagamento dos trezentos e cinquenta mil cruzados que Fernando Alvarez fez a Lopo Furtado, embaixador do imperador. Pgs. 179-180, 4311. XVIII, 2-20.
- 1529 Abril 13 Carta (*minuta da*) de el-rei a Alvaro Mendes, na qual mandava agradecer à imperatriz por causa da contenda de Maluco. Pgs. 174-176, 4309. XVIII, 2-18.
- 1529 Abril 15 Procuração do imperador D. Carlos para se tratar do negócio de Maluco. Pgs. 343-344, 4379. XVIII, 3-38.
- 1529 Abril 23 Carta do imperador D. Carlos, sobre o acordo com o rei de Portugal a respeito de Maluco. Pgs. 344-346, 4380. XVIII, 3-39.
- 1529 Maio 14 Informação (*traslado da*) a respeito do que se passara entre os deputados de el-rei de Portugal e de el-rei de Castela, sobre a propriedade de Maluco. Pgs. 263-267, 4339. XVIII, 2-48.
- 1529 Junho 3 Quitação de Lopo Furtado de cento e quarenta mil ducados que recebeu em dinheiro e cento e setenta mil em letras para o negócio de Maluco. Pgs. 431-436, 4412. XVIII, 4-14.
- 1529 Junho 15 Mandado de el-rei D. João III a Fernão Alvaes, tesoureiro e escrivão da sua Fazenda, em que lhe ordena que pague ao imperador duzentos mil cruzados pelo ajuste que fizeram sobre Maluco. Pgs. 159-160, 4302. XVIII, 2-11.
- 1529 Julho 2 Carta de el-rei ao embaixador António de Azevedo Coutinho. Pgs. 331-332, 4375. XVIII, 3-34.

1529 Julho 26 Carta do imperador D. Carlos, sobre o acordo com o rei de Portugal a respeito de Maluco. Pg. 346, 4381. XVIII, 3-40.

(1530) [...] Instruções (*minuta das*) para a demarcação de Maluco. Pgs. 271-272, 4342. XVIII, 3-1.

(1532) [...] Apontamentos enviados ao embaixador António de Azevedo, a respeito da demarcação de Maluco. Pgs. 661-666, 4467. XVIII, 6-11.

Informação mandada pelo senhor duque a respeito do negócio de Maluco. Pgs. 489-492, 4425. XVIII, 5-3.

(1532 Novembro 17) Capítulo (*traslado do*) da carta de Brás Neto, a respeito do negócio de Maluco. Pags. 286, 4351. XVIII, 3-10.

(1533) [...] Informação (*traslado da*) do que se passou em Elvas a respeito da demarcação de Maluco. Pgs. 645-661, 4466. XVIII, 6-10.

1533 Janeiro 14 Carta de Pedro de Montemaior a el-rei de Portugal, na qual lhe fala a respeito da armada que o imperador D. Carlos mandara a Maluco, da atitude dos portugueses depois da morte do rei de Tídor, das ofertas feitas aos castelhanos para passarem ao serviço de el-rei de Portugal e outras notícias sobre Maluco e a chegada dos castelhanos. Pgs. 420-431, 4411. XVIII, 4-13.

1533 Fevereiro 21 Confirmação (*traslado da*) das capitulações e tratado de paz feito entre Portugal e Castela. Pgs. 370-371, 4395. XVIII, 3-54.

(1534) [...] Apontamentos (*traslado dos*) que o imperador mandou responder ao licenciado António de Azevedo, a respeito do negócio de Maluco. Pgs. 286-287, 4352. XVIII, 3-11.

(1534 post. Maio 24) Informação (*traslado da*) do que passaram os deputados portugueses em Badajoz no processo da demarcação das ilhas de Maluco. Pgs. 623-632, 4464. XVIII, 6-8.

- 1535 Julho 15 Carta de Alvaro Mendes de Vasconcelos a el-rei D. João III, na qual descreve o cerco e a expugnação da Goleta. Pgs. 580-584, 4456. XVIII, 5-34.
- 1535 Outubro 28 Carta de Nuno da Cunha a el-rei D. João III, na qual lhe pedia fizesse mercê a Fernão de la Torre, capitão da gente do imperador D. Carlos, por seu serviço em Malaca. Pg. 585, 4458. XVIII, 6-2.
- 1536 Janeiro 18 Carta de Vicente da Fonseca a el-rei D. João III, na qual lhe pedia que favorecesse o castelhano Francisco Gravado pois fizera bons serviços em Maluco. Pg. 584, 4457. XVIII, 6-1.
- 1536 Junho 2 Carta de João de Sepúlveda a el-rei D. João III, na qual lhe comunicava o que D. Francisco, rei de França, dissera a respeito das coisas do duque de Saboia. Pgs. 508-509, 4433. XVIII, 5-11.
- 1539 Maio 27 Carta de D. Afonso a el-rei de Portugal na qual, entre outras coisas, lhe dá pêsames pela morte do príncipe. Pgs. 440-442, 4416. XVIII, 4-18.
- (1540) [...] Condições do ajuste da posse de Maluco entre Portugal e Castela. Pgs 272-273, 4343. XVIII, 3-2.
- Resposta (*traslado da*) do imperador sobre a demarcação de Maluco em a raia conforme a capitulação, e para se fazer com melhor forma necessita cada uma das partes de três cosmógrafos, dois pilotos e um astrólogo. Pgs. 224-225, 4321. XVIII, 2-30.
- 1541 [...] Relação do que aconteceu no cabo de Gué quando os mouros o tomaram. Pgs. 510-511, 4434. XVIII, 5-12.
- 1541 Outubro 25 Carta de D. Estêvão da Gama a el-rei D. João III, na qual lhe dava informações dos que serviam na Índia. Pgs. 535-544, 4441. XVIII, 5-19.
- (1542) [...] Sentença dada por D. Pedro de Mascarenhas e D. Afonso Fajardo, comissários dos reis de Portugal e Castela, a respeito da divisão feita por

causa da contenda entre os moradores das vilas de Moura, de Arouche e de Ansina Sola. Pgs. 586-595, 4460. XVIII, 6-4.

1542 Janeiro 25 Carta de D. Diogo de Sousa a el-rei D. João III, na qual lhe conta o que observou no choque de Mazagão. Pgs. 546-547, 4443. XVIII, 5-21.

Carta de Luís de Loureiro a el-rei, na qual lhe contava a batalha que tivera com os mouros em Mazagão. Pgs. 516-521, 4436. XVIII, 5-14.

1543 Junho 21 Carta e declaração para as pessoas que o imperador Carlos V mandava para determinar os limites das vilas de Moura, Arouche e Enzina Sola. Pgs. 176-179, 4310. XVIII, 2-19.

(1544) [...] Carta de Pais Dias a el-rei, na qual lhe diz que seguiria s instruções enviadas e que os castelhanos diziam que Maluco pertencia a seu rei e não ao de Portugal. Pgs. 270-271, 4341. XVIII, 2-50.

(1545) [...] Carta para el-rei D. João III, na qual se diz que certas pessoas eram de opinião que Maluco pertencia a Castela e não a Portugal. Pgs. 229-230, 4325. XVIII, 2-34.

Carta de Luís do Rego a el-rei, a respeito de seus serviços na navegação de Maluco e doutras partes do Oriente, pelo que pedia mercê. Pgs. 267-269, 4340. XVIII, 2-49.

1545 Outubro 29 Carta de el-rei D. João III ao imperador da Asia, Grécia, Egipto, Arábia, Síria, Palestina, a respeito do ajuste da paz. Pg. 507, 4432. XVIII, 5-10.

1547 Março 20 Carta de Baltazar Veloso a el-rei, na qual lhe pedia mercê pelos seus serviços e lhe contava as carências da fortaleza de Maluco. Pgs. 215-220, 4317. XVIII, 2-26.

1548 Janeiro 7 Cartas (*duas*) de Jordão de Freitas a el-rei D. João III, nas quais lhe conta as injustiças que lhe tinham sido feitas. Pgs. 521-525, 4437. XVIII, 5-15.

- 1548 Janeiro 20 Carta (*traslado da*) de mestre Francisco ao padre Inácio, da Companhia de Jesus em Roma, a respeito da cristianização de Maluco. Pgs. 525-534, 4438. XVIII, 5-16.
- (1550) [...] Apontamentos e resposta sobre os negócios de França. Pgs. 273-276, 4345. XVIII, 3-4.
- 1553 Dezembro 26 Carta de Francisco Palha a el-rei, a respeito das formas que deviam ser adoptadas para um melhor governo de Maluco e dos preços das especiarias. Pgs. 182-196, 4313. XVIII, 2-22.
- (1554 Janeiro ...) Apontamentos (*traslado dos*) das respostas que o Imperador deu a respeito do negócio de Maluco. Pgs. 237-249, 4330. XVIII, 2-39.
- 1555 Junho 10 Carta de D. Duarte da Costa a el-rei, na qual lhe contava as guerras do gentio do Brasil, Pgs. 512-516, 4435. XVIII, 5-13.
- 1557 Março 16 Carta (*traslado da*) de el-rei de Maluco a Francisco Palha, pela qual lhe pedia armas e que lembrasse seus merecimentos a el-rei de Portugal. Pgs. 249-252, 4331. XVIII, 2-40.
- (1559 Janeiro 19) Manifesto (*cópia do*) feito por el-rei D. Sebastião a respeito do ajuste feito entre seu avô e el-rei de França sobre certas represálias. Pgs. 292-294, 4357. XVIII, 3-16.
- 1562 Maio 22 Carta de D. Francisco Pereira a el-rei de Portugal, a respeito do casamento da princesa. Pgs. 555-557, 4449. XVIII, 5-27.
- 1566 Agosto 13 Obrigação (*cópia da*) que fizeram os jangadas da fortaleza de S. Tomé de Coulão ao capitão da mesma fortaleza, Pedro Alvares de Faria. Pgs. 12-15, 4285. XVIII, 1-6.
- 1567 Janeiro 5 Carta de Pedro Alvares de Faria, capitão da fortaleza de Coulão, a el-rei D. Sebastião, na qual lhe fala de seus serviços e a respeito do ajuste que fizera com um gentio, para que todos os anos lhe desse mil quintais de pimenta. Pgs. 15-17, 4285. XVIII, 1-6.

- 1617 Agosto 3 Alvará pelo qual se manda a Diogo de Castilho Coutinho, guarda-mor da Torre do Tombo, que remeta ao desembargador do Paço o traslado das leis a respeito das saídas dos navios armados que saíssem de Portugal para as conquistas. Pgs. 496-497, 4429. XVIII, 5-7.
- 1641 Junho 12 Tratado de paz, por dez anos, feito entre el-rei D. João IV e os comissários dos Estados Gerais das Províncias Unidas. Pgs. 17-30, 4286. XVIII, 1-7.
- 1641 Novembro 18 Tratado (*cópia do*) de tréguas e suspensão de toda a hostilidade, feito entre el-rei D. João IV de Portugal e os Estados Gerais das Províncias Unidas. Pgs. 120-150, 4294. XVIII, 2-3.
- 1641 Dezembro 10 Tratado de paz feito entre el-rei de Portugal D. João IV e a rainha Cristina da Suécia. Pgs. 30-41, 4287. XVIII, 1-8.
- S. d. Carta de António de Azevedo Coutinho a respeito de Maluco. Pgs. 437-439, 4413. XVIII, 4-15.
- Carta de el-rei de Portugal ao embaixador António de Azevedo Coutinho, na qual lhe diz que lhe enviava Pedro Afonso de Aguiar, perito na marinharia, para com ele falar ao imperador a respeito de Maluco. Pg. 356, 4386. XVIII, 3-45.
- Carta do imperador D. Carlos, a respeito do negócio de Maluco. Pgs. 382-383, 4400. XVIII, 4-2.
- Carta do licenciado Afonso Fernandes Jacobus a el-rei na qual lhe pedia que mandasse procurar cartas escritas pelo rei de Espanha a Diogo Lopes de Sequeira, estando na Índia, sobre a ida de Fernão de Magalhães a Maluco, para que se pudesse estabelecer com mais clareza a posse de Maluco. Pgs. 227-228, 4324. XVIII, 2-33.
- Carta (*minuta da*) para a imperatriz a respeito do negócio de Maluco. Pgs. 230-231, 4326. XVIII, 2-35.

Carta (*traslado da*) de el-rei de Portugal a
Luís da Silveira a respeito do negócio de Ma-
luco. Pg. 253, 4333. XVIII, 2-42.

Relação de todos os tratados de pazes que se
acham no Real Arquivo da Torre do Tombo até
6 de Fevereiro de 1715. Pgs. 304-311, 4365. XVIII,
3-24.

Resposta do imperador aos capitulos sobre o
negócio de Maluco. Pgs. 284-286, 4350. XVIII, 3-9.

Rol de testemunhas que el-rei devia mandar
à fronteira portuguesa para tratar do negócio
de Maluco. Pgs. 225-226, 4323. XVIII, 2-32.

ÍNDICE

	Pág.
INTRODUÇÃO	VII
GAVETA XVIII	1
Maço 1... ..	1
Maço 2... ..	52
Maço 3... ..	271
Maço 4... ..	374
Maço 5... ..	489
Maço 6... ..	584
ÍNDICE CRONOLÓGICO	705



INDICE

786
VII

INTRODUÇÃO

I

GAZETA XVIII

I

32

371

374

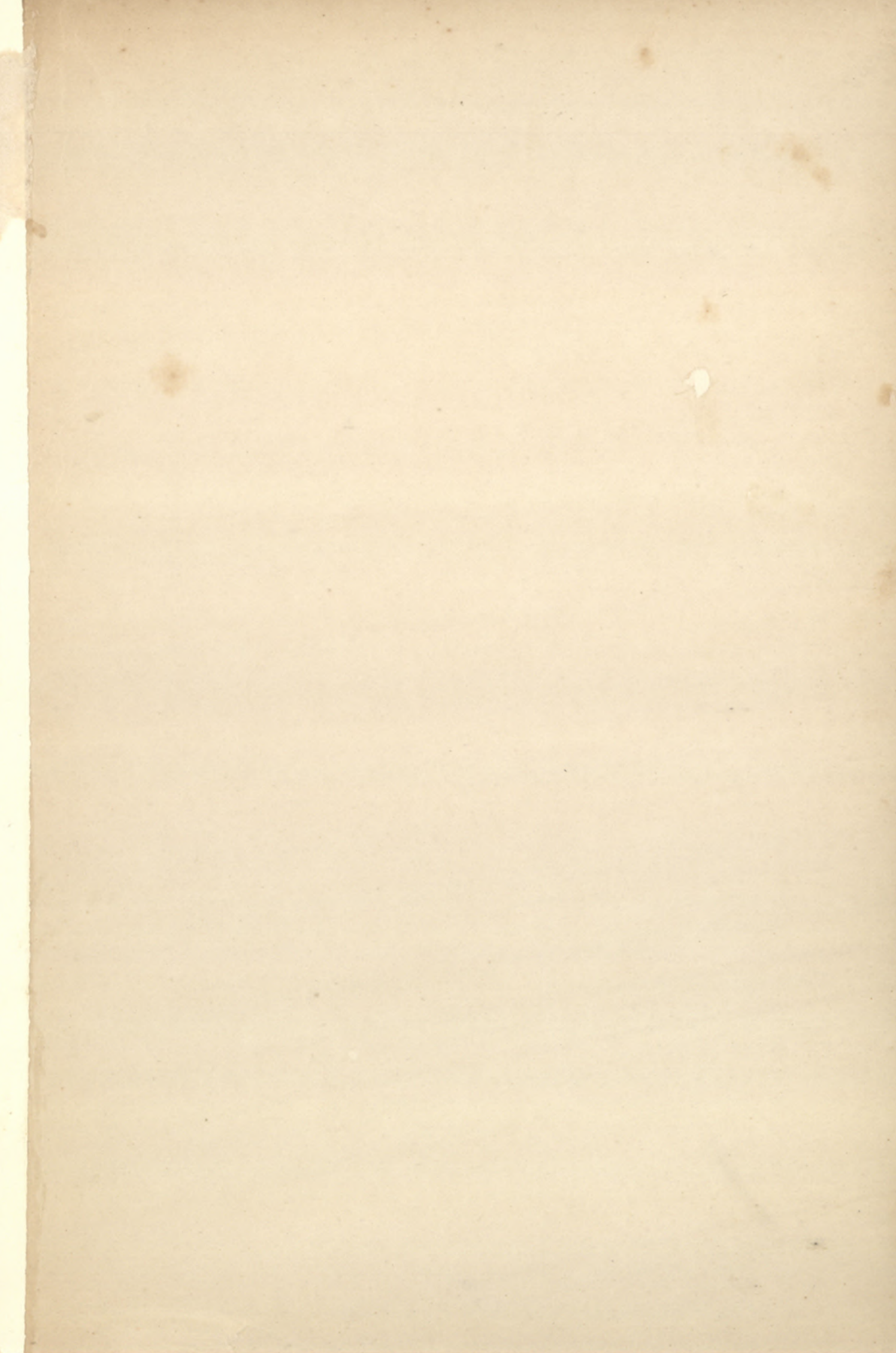
383

384

787

INDICE CRONOLÓGICO





276
952 1-17-2-9-24
Dp III

NB



EFG0000092396



